Livro de Ata nº 10

Termo de abertura

Servindo o presente livro, cujas folhas levam a rubrica A.M.Braga de que uso, para nele serem lançadas as atas das sessões da Câmara Municipal de Pinhal, constando, do termo de encerramento, o seu número de folhas.

Pinhal, 10 de fevereiro de 1960

O Presidente da Câmara Municipal:

Agenor Agostinho Braga

Ata da 42. sessão ordinária, do 12. ano, da 4a. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 18 de fevereiro de 1960.

Presidência do sr. Agenor Agostinho Braga

Secretariada por José Antônio Caimalha

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélcio Pinheiro, Adélio d'Arcadia, Agenor A. Braga, Antônio Carlos Guimarães, Antônio Ln. Batista, Átilio Giardini, Célio P. Fernandes, Élcio V. Leite, José A. Caimalha, José S. Prado, Ln. Manoel da Cunha, Luiz Tom B. Faria, Romildo Fernandes, Silviano Lima da Motta e Walter Faustino. Havendo número legal, é aberta a sessão. São lidas as atas anteriores. O vereador Walter Faustino solicita que o P.R. não se reúna, na 12. sessão extraordinária da Câmara, a indicar um substituto do vereador Átilio Giardini na Comissão de Justiça para exarar parecer sôbre o projeto de lei nº. 8/60, mas simplesmente acha dispensável tal medida. São aprovadas e assinadas as atas anteriores, com a respectiva retificação. Passa-se ao expediente, que se constitui do seguinte: - 1) Ofício do sr. Manoel Joaquim Gonçalves Júnior, agradecendo os cumprimentos de pesar pelo falecimento de seu filho Roberto Gonçalves: "Ciente. Arquive-se". 2) Um abaixo-assinado, de 8/60, do sr. Prefeito Municipal, prestando informações a respeito do novo serviço de abastecimento público de água: "A consideração da Câmara nada opondo, arquive-se". 3) Indicações: - a) nº. 19/60, do vereador Romildo Fernandes e outros, no sentido do executivo colocar asfalto nas juntas dos paralelepípedos: "Ao sr. Prefeito". b) nº. 20/60, dos vereadores Élcio V. Leite e José A. Caimalha, no sentido de serem aproveitadas as professoras nomes afastadas para o preenchimento das vagas municipais: "Ao sr. Prefeito". c) nº. 21/60, do vereador Élcio Leite, para ser colocado um telefone público no Bairro do Matadouro: "Ao sr. Prefeito". 4) Requerimentos: a) nº. 16/60, do vereador Manoel da Cunha e outros, no sentido de que o presidente da Câmara oficiar ao Prefeito solicitando a revogação da portaria nº. 4/60, que aplicou penalidade administrativa ao cocheiro do amitão: "Ao sr. Prefeito". b) nº. 17/60, do vereador Antônio Ln. Batista e outros, solicitando informação ao executivo sôbre o novo serviço de abastecimento público de água: "Ao sr. Prefeito". c) nº. 18/60, dos vereadores José A. Caimalha e Luiz Tom B. Faria, solicitando informações sôbre o funcionamento da Comissão Municipal de Preços: "Ao sr. Prefeito". d) nº. 19/60, dos vereadores José A. Caimalha e Élcio V. Leite, solicitando informações ao executivo sôbre a postação de contas de entidades de assistência social que recebem subvenções da Prefeitura: "Ao sr. Prefeito". e) nº. 20/60, do vereador José A. Caimalha, solicitando providências do executivo a fim de evitar a retirada dos trilhos da linguiça do ramal de Pinhal: "Ao sr. Prefeito". - f) nº. 21/60, do vereador Élcio V. Leite, solicitando informações sôbre o número de funcionários existentes em 1958 e 1959: "Ao sr. Prefeito". g) nº. 22/60, do vereador Élcio V. Leite, no sentido da Câmara Municipal manifestar ao plenário o seu apoio à aprovação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada. Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente dá a palavra aos srs. vereadores. O vereador Célio P. Fernandes diz ter sido responsabilizado pelo líder da U.D.N. pela não aprovação da proposta orçamentária do exercício de 1960, mas que a realidade é bem diferente, pois o que se pretende com tal acusação é amnistiar a omissão do ex-prefeito e da maioria que o apoiava incondicionalmente no apagar das luzes de seu mandato. Afirma que o ex-prefeito teria que enviar o projeto de lei orçamentária até o dia 30 de setembro, não o tendo feito, mas em solicitado prorrogação de prazo, que decorreu com que fosse remetida a referida proposição. Diz que as eleições de 3 de outubro foram contrárias aos interesses políticos do ex-prefeito e de seus companheiros, pretendendo eles então o interesse pela aprovação da proposta orçamentária, a fim de prejudicar a atual administração. Afirma que se o ex-prefeito tivesse enviado o projeto à Câmara, em tempo hábil, seria aprovado, porque acontecia que o líder da U.D.N. apresentou a proposição que foi emitida ao líder do P.S.B. somente nos últimos momentos do dia em que a mesma poderia ser votada - 2 de dezembro de 1959 - o que o impossibilitou de apreciar a matéria, por falta de tempo material e mesmo porque deveria ainda ser ouvida a Comissão de Finanças. Diz que a maioria que apoiava o ex-prefeito ficou com o projeto onze dias, e pretendia que o orador exarasse parecer em apenas alguns minutos. Cita, em seguida, fatos que não engrandeceram a Câmara da legislatura passada, tais como a falta de atuação do ex-prefeito para com os pedidos de informações dos vereadores, a rejeição de requerimento pedindo a convocação do chefe

do executivo, a realização de sessões extraordinarias no apagar das luzes do ano de 1959, sem se convocar a oposição, realização de sessões convocadas pelo vice-presidente, ilegalmente, para aprovar matéria de interesse do ex-prefeito, atos esses que empobreceram o legislativo passado, havendo por isso mesmo necessidade de conclamar a todos os vereadores para que essas coisas não mais aconteçam, pois são impróprias de representantes do povo. O vereador Walter Faustino diz que a Câmara anterior não foi despótica, e a melhor prova disso é que deu um cargo à oposição na Comissão de Justiça. Afirma que os vereadores da atual Câmara parecem inimigos, pois cada grupo fica numa sala, separados uns dos outros, fato que não aconteceu na legislatura passada. Prossegue dizendo que na última sessão leu um trabalho sôbre a materia contida no projeto de lei nº. 2/60, mas estava apenas tratando da parte sentimental, pretendendo falar agora sôbre o aspecto legal. Diz ter afirmado, naquela ocasião, que o edital publicado para preenchimento das escolas municipais era nulo, e ia agora confirmar com a opinião do Juiz de Direito Hely Lopes Meirelles, no seu livro "Direito Municipal Brasileiro". Diz que o prefeito cometeu um abuso de poder ao publicar um edital baseado numa lei inexistente, que ainda não havia sido aprovada pela Câmara. Tece varias considerações sôbre o assunto, lendo e comentando trechos da referida obra, sempre afirmando que o prefeito não obedeceu a lei nº. 302, que estava em pleno vigor, cometendo por conseguinte abuso e desvio de poder. Diz que o prefeito praticou um ato discricionario, que agiu por capricho, que não obedeceu a lei nº. 302 nem mesmo nos prazos ali estabelecidos, como se ela fosse inexistente. Afirma que por capricho do prefeito sómente uma das escolas municipais está funcionando, estando as demais fechadas, o que é uma demonstração do ato ilegal e arbitrário do chefe do executivo que não respeita nem a legislação do Estado que estabelece o início das aulas no dia 16 de fevereiro de cada ano. Diz que os que defendem a lei nº. 302 vão perder na votação do projeto de lei nº. 2/60, mas irão bater as portas do Judiciario para defenderem os seus direitos diante do ato arbitrário do prefeito. Passando a outro assunto, diz ter lido um comunicado do P.S.P. avisando aos interessados de que seriam aplicadas vacinas SALK, contra a paralisia infantil, no Dispensário de Tuberculose e na Farmacia Vuolo. Elogia os integrantes do P.S.P. que conseguiram as ampolas da referida vacina, que é muito cara, mas diz que a mesma não poderia ser aplicada nem na farmacia do vereador José Felippe Vuolo e nem no Dispensario de Tuberculose. Afirma que a vacina sómente pode ser aplicada no consultório medico ou no Centro de Saude, nunca porem em farmacias ou Dispensarios de Tuberculose. Diz que não acreditava que o motorista da ambulância do Centro de Saúde tivesse sido trocado para espesinhar o médico do Centro de Saude, mas agora o caso das vacinas Salk não serem entregues àquela repartição veio demonstrar que de fato o que se pretende é passar por cima daquele facultativo. Diz que para se aplicar a vacina é necessário um cuidadoso exame clinico, e que o vereador José Felippe Vuolo, não sendo médico, não poderia fazer aplicações, o mesmo acontecendo com o Dispensário de Tuberculose, pois a saúde pública tem suas repartições competentes para fazer determinados serviços. Diz ter estado em São Paulo, onde mostrou ao Governador Carvalho Pinto, o jornal "A Gazeta", que publicou o comunicado do P.S.P., e estava informado de que viera ordem ao medico chefe do Dispensario de Tuberculose para suspender a aplicação de vacinas. Fala em seguida o vereador Mauro Del Guerra, que diz não ter o prefeito respondido aos requerimentos solicitando informações sôbre os funcionarios municipais Liberato Batista e Pedro Guerino Reinato, o que vem demonstrar que o executivo está mesmo movendo uma perseguição injusta e arbitrária contra eles. Refere-se, em seguida, ao caso do coveiro do cemiterio, que exerce uma profissão que talvez outros não queiram, tendo trabalhado já 15 anos nesse serviço, sem qualquer penalidade administrativa, tendo agora sofrido uma repreensão do prefeito, sem qualquer justificativa, como ficou demonstrado no requerimento nº. 16/60, lido no expediente. O sr. presidente adverte o orador de que o seu tempo estava esgotado, podendo continuar sua oração na próxima sessão ordinaria, para o que ficava inscrito em primeiro lugar. O sr. presidente anuncia ir passar em seguida à ordem do dia. É lido o requerimento nº. 23/60, do vereador Atilio Pinheiro e outros, solicitando a inversão da ordem do dia, a fim de ser discutido em primeiro lugar o projeto de lei nº. 2/60. Posto em votação é aprovado o requerimento nº. 23/60, ficando assim invertida a ordem do dia, que consta do seguinte: I) Primeira digo segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 2/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre modificação da lei que estabelece condições para o ingresso e reingresso no magisterio municipal, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: Duas emendas do vereador Helio V. Leite, com parecer favoravel da Comissão de Justiça e contrario da Comissão de Educação. Uma emenda do vereador Mauro Del Guerra com

parecer contrario da Comissão de Justiça e favoravel da Comissão de Educação: o vereador Walter Faustino levanta uma questão de ordem dizendo que as emendas apresentadas pelo vereador Ilelio V. Leite não podem ser apreciadas pela Casa, pois se constituem elas num verdadeiro substitutivo, e êste, de acordo com o artigo 145 do Regimento Interno, sómente pode ser apresentado em primeira discussão. Diz que se o projeto de lei nº. 2/60 for aprovado com as respectivas emendas, a lei em que se transformar será nula, o que dará direito aos interessados de recorrerem ao Judiciário na defesa de seus direitos. O sr. presidente diz que se tratava de emendas e não de substitutivo, motivo porque não acolhia a questão de ordem do vereador Walter Faustino. O vereador Abilio Pinheiro diz que o artigo 3º. da lei nº. 302 é ilegal e inconstitucional, pois faz distinção entre professores e professoras, dando a a estas o direito a férias e licenças remuneradas, ao mesmo tempo que nada da àqueles. Afirma que a lei nº. 302, pelo absurdo que encerra, é um verdadeiro monstrengo, pois o direito deveria ser igual tanto para professores como para professoras, sem exceção e em igualdade de condições. Diz que o artigo 2º. do projeto de lei nº. 2/60 não nega licença às professoras; que as professoras vão trabalhar apenas 10 meses, que é o ano letivo, e que o funcionário municipal sómente tem direito a férias depois de um ano de efetivo exercicio. Afirma que, de acôrdo com o artigo 9º., da lei nº. 302, foram convidados dois diretores de Grupo Escolar e solicitado ao Delegado de Ensino a designação de um Inspetor Escolar para presidir o concurso, não tendo entretanto a Delegacia de Ensino designado a respectiva autoridade escolar, sob a alegação de que o concurso era de ambito municipal. Diz que a Câmara anterior teve quatro anos para elaborar uma lei, só o fazendo, entretanto, no fim do mandato, com o intuito de prejudicar o atual chefe do executivo, o que constitui uma nova forma de perseguição indireta ao atual prefeito, que veria os cofres municipais onerados com a execução da lei nº. 302. O vereador Mauro Del Guerra diz que as emendas apresentadas pelo seu colega Ilelio V. Leite se constituem um autentico substitutivo, pois revoga a lei nº. 302 e prejudica o direito ja adquirido das professoras. Afirma que as professoras desistiriam das férias remuneradas se fossem nomeadas por dois anos, mas que não havia necessidade dessa atitude, pois a Prefeitura iria gastar uma insignificância com o pagamento de férias. Encerra suas considerações dizendo que a Prefeitura terá excesso de arrecadação no corrente exercicio, e que poderá muito bem pagar as ferias às professoras, esperando S. Excia. que o bom senso predomine entre o sr. prefeito e os integrantes da maioria. O vereador Antônio C. Marinelli dirige um apêlo aos seus colegas a fim de que todos juntos estudem novamente o projeto de lei nº. 2/60, para se chegar a um acôrdo amigavel, visando com isso evitar o mandado de segurança que será impetrado pelas interessadas e sanar as falhas existentes na lei nº. 302 e na proposição que se encontrava em discussão. O vereador Walter Faustino diz que se a lei nº. 302 foi aprovada após a derrota do candidato a prefeito do P.R., bendita derrota essa que originou uma lei moralizadora instituindo o concurso para provimento das escolas municipais, dando o direito de escolha às candidatas mais experientes e possuidoras de maior numero de pontos, não fazendo distinção entre a branca e a preta, não vendo a côr religiosa, mas nivelando todas no mesmo plano de igualdade. Afirma que o P.R. votou contra o projeto de lei orçamentária, não porque S. Excia. é desafeto do sr. prefeito, mas sim porque o atual presidente da Câmara lhe informára que ao executivo não interessava a aprovação da proposta orçamentária. Diz que de acordo com a legislação vigente trabalhista e os Estatutos dos Funcionários Publicos os professores sómente têm direito a férias remuneradas após um ano de trabalho, mas que existe uma lei dando aos mestres o direito de férias remuneradas proporcionais ao tempo de serviço, mesmo que tenham lecionado apenas dois meses. Encerrada a discussão da matéria é posto em votação, sendo aprovado, o projeto de lei nº. 2/60, bem como as emendas de ns. 1 e 2, apresentadas pelo vereador Ilelio V. Leite, ficando prejudicada a outra apresentada pelo vereador Mauro Del Guerra. Votaram contra a aprovação do projeto e das emendas os vereadores Antonio C. Marinelli, Atilio Giardini, Mauro Del Guerra, Romildo Miranda, Silviano L. Motta e Walter Faustino. No encaminhamento da votação os vereadores Walter Faustino e Mauro Del Guerra protestaram contra o fato de terem sido acolhidas as emendas de ns. 1 e 2 do vereador Ilelio V. Leite, pois entendiam que as mesmas representavam um substitutivo, e êste não poderia ser apresentado em segunda discussão. Em seguida o vereador Abilio Pinheiro requer urgência para a votação da redação final do projeto de lei nº. 2/60, a fim de que o mesmo seja considerado aprovado em redação final, por encontrar-se redigido de acôrdo com o vencido em segunda discussão. O vereador Walter Faustino levanta uma questão de ordem, que não

é acolhida pelo presidente, no sentido de ser ouvida a Comissão de Redação, de conformidade com o 2º único, do artigo 147, do Regimento Interno. O sr. presidente diz que a questão de ordem do vereador Walter Faustino é improcedente, pois o vereador Abilio Pinheiro requereu urgência para a materia com base no dispositivo regimental invocado por aquele edil. Coloca, em seguida, em votação, sendo aprovado, o requerimento do vereador Abilio Pinheiro, ficando assim considerado aprovado tambem em redação final o projeto de lei nº. 2/60. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 14/58, do vereador Agenor Peigo, dispondo sôbre a construção de casas populares para residências de servidores municipais, com parecers favoraveis da Comissão de Justiça e contrarios das Comissões de Finança e Serviços Publicos: aprovado, tendo o vereador Agenor Peigo se afastado da presidência no instante da votação. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 9/60, da Comissão de Justiça, aprovando plano de arruamento da Vila Centenario, com parecer favoravel da Comissão de Serviços Publicos e voto em separado do vereador Mauro Del Guerra no sentido da proposição ser enviada ao executivo para informações: adiada a discussão a fim de serem solicitadas as informações desejadas pelo vereador Mauro Del Guerra. Esgotada a materia em pauta, passa-se à explicação pessoal. O vereador José A. Coimbra diz que assumia a responsabilidade da comunicação feita no jornal "A Gazeta", pelo P.S.P., sôbre as vacinas Salk, que S. Excia. conseguiu no Rio de Janeiro para beneficiar a população pinhalense. Diz estranhar que o vereador Walter Faustino tivesse ido a São Paulo a fim de levar ao governador Carvalho Pinto um exemplar do jornal que publicou o referido comunicado, com o intuito de fazer politica e colocar em situação dificil os medicos do Dispensario de Tuberculose. O vereador Walter Faustino diz ter ido a São Paulo para consultar um jurisconsulto sôbre o caso das professoras, tendo aproveitado para levar o exemplar do jornal "A Gazeta" ao governador. Afirma não precisar fazer politica, pois será eleito quantas vezes quiser, porquanto tem 27 anos de trabalho em beneficio do povo. Diz ter levado o jornal ao governador Carvalho Pinto a fim de mostrar a desconsideração de que foi alvo o medico-chefe do Centro de Saude local, e nunca para fazer politica. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para a proxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 3 de março vindouro e encerra os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a escrevi. Agenor Agostinho Peigo
José Felippe Vuolo

Ata da 5ª. sessão ordinaria, do 1º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 3 de março de 1960.

Presidência do sr. Agenor A. Peigo
Secretariada por José Antônio Coimbra

Aos três dias do mês de março de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abilio Pinheiro, Adelio D'Arcadia, Agenor A. Peigo, Antônio C. Marinelli, Antônio M. Batista, Atilio Giardini, Célio P. Fernandes, Helio V. Leite, José A. Coimbra, José F. Vuolo, Mauro Del Guerra, Milton B. Farias, Romildo Miranda, Silviano R. Lima Motta e Walter Faustino. Havendo número legal, foi aberta a sessão. O sr. presidente comunica que a ata da sessão anterior seria publicada no proximo domingo no jornal local "A Gazeta". Passa-se ao expediente, que consta do seguinte: 1) Oficio do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, agradecendo as congratulações enviadas pela Edilidade pinhalense: "Ciente. Arquive-se". 2) Projeto de lei nº. 10/60, dos vereadores José A. Coimbra e Milton B. Farias, autorizando a construção de séde própria para o Tiro de Guerra 229, em terreno municipal: "As Comissões de Justiça e Serviços Publicos". 3) Indicações: a) nº. 22/60, do vereador Abilio Pinheiro e outros, no sentido do executivo verificar a inconveniência do estacionamento de ônibus da Viação Bizzachi na rua José Bonifacio: "Ao sr. prefeito". b) nº. 23/60, do vereador Antônio C. Marinelli, sugerindo a construção de um abrigo para as chantes que estacionam atrás da Igreja Matriz: "Ao sr. Prefeito". c) nº. 24/60, dos vereadores Helio Leite e Celio P. Fernandes, no sentido do executivo indicar alunos não reprovados e pobres para o preenchimento de lugares na Escola Técnica de Comércio: "Ao sr. prefeito". d) do vereador José A. Coimbra: I - nº. 25/60, no sentido do executivo construir sargetas de paralelepipedos na Vila Palmeiras: "Ao sr. prefeito". II - nº. 26/60, sugerindo a instalação de rêdes de água e esgôto na Vila Pinhal Jardim: "Ao sr. prefeito". III - nº. 27/60, para a presidência da Câmara oficiar à direção da Cia. Mogiana pedindo a não extinção do ramal de Pinhal: "Oficie-se na forma solicitada". IV - nº. 28/60, sugerindo

a instalação de rêdes de agua, esgôto na Vila Palmeiras: "Ao n. prefeito". 4) Requerimentos: a) do vereador José A. Coimbra: I- nº. 24/60, solicitando informações do executivo sôbre a instalação de rêdes de água, esgôto e energia eletrica nas Vilas São Pedro e Centenario: "Ao n. prefeito". b) nº. 25/60, solicitando informações ao executivo sôbre o licenciamento de veiculos de Pinhal em outros municipios: "Ao n. prefeito". c) nº. 22/60, solicitando ao executivo uma vistoria no predio da Escola Normal "Cardeal Leme": "Ao n. prefeito". d) nº. 27/60, pedindo a inserção na ata dos trabalhos legislativos de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Ernesto Sellito: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". II - nº. 28/60, do vereador Mauro Del Guerra e outros, solicitando a inserção na ata de um voto de pesar pelo falecimento do n. Paulo C. Prestes: "Aprovado. Oficie-se na fórma solicitada". III - nº. 29/60, do vereador Mauro Del Guerra e outros, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do n. Ernesto Sellito: "Aprovado. Oficie-se na fórma solicitada". IV- nº. 30/60, do vereador Walter Faustino, propondo um voto de pesar pela morte do n. Miguel Calejo: "Aprovado". V) nº. 31/60, do vereador Adelio D'Arcadia e outros, no sentido do presidente da Câmara solicitar varias informações da Pinhal-Telefônica S/A: "Solicite-se as informações na forma requerida. VI) nº. 32/60, do vereador Helio Leite e outros, pedindo a constituição duma comissão especial, com exclusão da bancada do P.S.B., para apurar denuncias formuladas contra o vice-prefeito eleito, por um articulista do jornal "A Folha": "De acordo com a indicação feita pelas respectivas bancadas, nomeio os vereadores Silviano C. Motta - P.R., Romildo Miranda - U.D.N., José A. Coimbra - P.S.P. e Adelio D'Arcadia, para constituirem a comissão especial, na forma requerida". Encerrada a leitura do expediente, o n. presidente da a palavra ao vereador Mauro Del Guerra. O referido edil diz que o coveiro do cemitério está com a moral abalada pela punição injusta que sofreu do chefe do executivo. Afirma que o referido funcionario trabalha muitas horas extraordinarias, aos domingos e feriados e dias santificados, sem receber qualquer remuneração. Que o coveiro requereu férias em dinheiro e o prefeito não as concedeu, tendo então requerido-as em descanso, sendo atendido. Diz que o ato do prefeito foi impensado e injusto, pois o citado funcionario irá perder a licença-prêmio. Refere-se, em seguida, ao fato de haver falecido recentemente uma pessoa cuja familia quis comprar um terreno no cemitério, para o respectivo sepultamento, tendo entretanto o executivo suspendido a venda, à espera da aprovação do projeto que aumenta as taxas do cemiterio. Diz que o cadaver teve que ser sepultado no chão, em sepultura comum, mas que anteriormente foi vendido um terreno a outra familia, sob a condição do mesmo ser pago com o aumento proposto no projeto de lei do executivo. Diz esperar que o executivo relaxe essa determinação, pois negou-se a vender a um e vendeu-o a outro, o que talvez seja perseguição politica. Diz, em seguida, ter sido procurado pelo presidente da Câmara para ir ao Rio de Janeiro, a fim de tratar da instalação duma agencia do Banco do Brasil em Pinhal. Como a audiencia seria com o marechal Lot não poderia ir, mas indicou, para participar da comissão, o representante da industria, Dr. Pedro Cousi, tendo tido conhecimento, posteriormente, com espanto, que os integrantes da referida comissão foram outros, e não os representantes da industria-comercio-lavoura. Diz esperar a manifestação oficial do prefeito esclarecendo o resultado da audiência que teve com o Ministro da Guerra. Diz, em seguida, ter sido procurado por varios municipes que desejavam saber porque motivo o caminhão Mercedes-Benz, da Prefeitura, estava prestando serviços a determinado clube da cidade, no dia 13 de fevereiro de 1960, das 20 às 21 horas, esperando que o prefeito esclareça o assunto. Afirma ser necessário abreviar-se as obras de alargamento dos bueiros existentes sob os trilhos da Mogiana, nas ruas Pedro de Toledo e V. Estevo de Felippe, a fim de se evitar as inundações naqueles locais. O n. presidente esclarece que a comissão que esteve no Rio de Janeiro para tratar da instalação em Pinhal de uma agência do Banco do Brasil, não o fêz em caráter oficial, e não foi designada pela presidência da Câmara. Diz que o tempo era escasso para a formação duma comissão especial, digo oficial, conforme requerimento do vereador Mauro Del Guerra existente na Câmara, que ainda não foi despachado, motivo porque o presidente não poderia prestar esclarecimentos a respeito dos resultados da audiencia, podendo entretanto o representante udenista formular um requerimento de informações ao executivo nesse sentido. Fala, em seguida, o vereador José A. Coimbra, que faz um histórico sôbre a fundação da Escola de Enfermagem "Prof. Mauricio de Medeiros", realça os meritos de sua diretora, dona Maria de Lourdes de Oliveira, põe em evidência os serviços prestados pela referida Escola, lembra as verbas recebidas por aquela instituição, critica a atitude da Mesa Administrativa do Hospital "Francisco Rosas, que fechou a escola sem justificativa, e diz da necessidade de se

realiz o referido educandario. Fala, em seguida, o vereador Helio V. Leite, que diz não ser possivel levar-se o caso da Escola de Enfermagem para o terreno político, lamentando que a Mesa Administrativa do Hospital "Francisco Rosas" tenha resolvido o caso de maneira tão simples, fechando a Escola, sem maiores investigações. Diz que a Escola de Enfermagem é um patrimônio do povo que necessita ser preservado, não podendo ser fechada por capricho de quem quer que seja. Afirma que a Mesa Administrativa deveria ter tido uma atitude de desprendimento, o que entretanto não se deu, sem uma explicação convincente. Diz que a Escola de Enfermagem deve continuar, mesmo em prejuizo da própria Mesa, que está na obrigação moral de explicar o motivo de haver solicitado a substituição da diretora daquele educandario. Afirma que a Escola de Enfermagem não pertence a ninguem, nem mesmo a quem a criou, mas sim ao povo, esperando S. Excia. que a Mesa Administrativa do Hospital tenha espirito de renúncia para que aquela Escola não seja fechada definitivamente. O vereador Walter Faustino diz que a Mesa Administrativa do Hospital exorbitou ao fechar a Escola de Enfermagem. Diz haver procurado o provedor, que aceitou sua sugestão para reunir o corpo clínico do Hospital, a fim de que este pedisse a reconsideração do Ato da Mesa fechando a Escola, sendo sua sugestão acolhida apenas no momento. Afirma que o discurso pronunciado pelo vereador Coimbra não é apropriado para a Câmara, mas sim para a assembléia geral convocada pelo provedor do Hospital local. Diz que onde funciona a Escola de Enfermagem era para ser instalado o Hospital Infantil, seu velho sonho, tendo S. Excia. concordado fosse êste último construido noutro local. Diz colocar em sua vida, em primeiro lugar a maçonaria, em segundo a sua profissão e em 3º. a politica, e que estava pronto a dar a sua colaboração para a solução do impasse surgido, como médico e pinhalense, não como politico, pois o P.R. não possui representante na Mesa. Diz, em seguida, que não é contrário à construção da estação rodoviaria, mas não pode concordar com a mutilação da Praça Rio Branco, entendendo que a estação deve ser edificada noutro local, motivo porque apelava aos seus colegas da situação para que intercedessem junto ao executivo no sentido de se fazer digo se construir a referida obra em outro terreno, preservando assim o jardim do largo da Prefeitura. Afirma, em seguida, que as professoras, de acôrdo com o decreto estadual nº. 17.698, de 1947, têm direito às ferias de julho, pois são equiparadas às substitutas, e que têm tambem direito a licenças para tratamento de saúde, com vencimentos, de acordo com a legislação trabalhista. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente anuncia ir passar à ordem do dia, que consta do seguinte: 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 14/58, do vereador Agenor Peigo, dispondo sôbre a construção de casas populares para residência de servidores municipais, com parecer da Comissão de Redação: aprovado. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 7/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para o executivo assinar têrmo de rescisão de contrato para construção do predio da Escola Normal: o vereador Manoel Del Tuena realça o empenho do ex-prefeito para concretizar a construção do referido predio, fazendo um histórico do processo e afirmando que as obras não foram iniciadas pelo fato do atual prefeito, antes de empossado, haver comunicado à D.O.P. que a Prefeitura, no seu governo, não continuaria os serviços. O vereador Walter Faustino diz que o Banco do Estado exigiu o endosso pessoal do ex-prefeito para fazer um adiantamento de dois milhões de cruzeiros, e como o candidato do sr. Manoel Carlos Gonçalves perdeu a eleição, êste não poderia assumir um compromisso dessa natureza, motivo porque solicitou e obteve rescisão do contrato. Em seguida foi posto em votação e aprovado, em primeira discussão, o projeto de lei nº. 7/60. Passa-se à explicação pessoal. O vereador Cilio Porto Fernandes lê um comunicado do P.S.B., repelindo as acusações formuladas contra o vice-prefeito por um articulista do jornal local "A Folha". O vereador Manoel Del Tuena diz que votou contra o projeto de lei nº. 14/58 não por ser contrário à medida ali proposta, mas sim pela forma que se pretendia construir as casas, a escolha dos inquilinos e o aluguel a ser cobrado. O vereador Walter Faustino diz que quando escrever alguma coisa no jornal assinará o nome que usa desde que nasceu: Walter Faustino; ou então as iniciais W.F. - Diz não ter escrito nada na imprensa local, pois tem uma tribuna na Câmara e não necessita de jornal. O vereador Abilio Pinheiro diz que não se referiu, nem aparte dado, a nenhum dos vereadores, não os responsabilizando pelo que se tem escrito nos jornais, mas sim aos elementos de fora. Diz nunca ter escrito nada contra os adversarios, do que são testemunhas os integrantes da U.D.N., quando juntos batalharam pela candidatura Paulino de Filippi. O vereador Antônio C. Marinelli diz que o articulista da "A Folha", que se assina "Um Oposicionista", não ofendeu o vice-prefeito, mas apenas comen-

tem fatos acontecidos na cidade de P. Y. Boa Vista, dos quais participou o prefeito municipal incidente. Referem-se à construção da estação rodoviária na Praça Rio Branco, e diz que alguns de seus colegas são contrários, e que P. Excia. é favorável, o que demonstra o espírito de liberdade existente entre os integrantes da oposição. Afirmou, em seguida, que a Mesa Administrativa do Hospital não designou o fechamento da Escola de Enfermagem, e que ela de se encontrada uma fórmula satisfatória para resolver o impasse surgido. O vereador Célio V. Leite dirige um apêlo aos articulistas do jornal local "A Folha", para que façam críticas construtivas à atual administração, pois até agora não construíram e nem auxiliaram em nada. Diz que os artigos publicados tem sido mudonelos, de uma infelicidade única. Pede que os articulistas façam críticas, que critiquem, que apontem os seus, mas que façam uma crítica sadia e construtiva, e não como malquem insofismável, como gostam de intitular-se. Aguarda ouvir críticas que ajudem a construir, acusações que possam ser comprovadas mesmo judicialmente, e não críticas mesquinhas que sòmente servem para atrapalhar o progresso da cidade. Terminou dizendo não haver ficado que a situação do provedor do Hospital e dos membros da Mesa foi de fechar a Escola de Enfermagem, mas que o caminho seguido foi esse, e acabará fatalmente fechando a Escola. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente procede à leitura do seguinte ofício: assinado por todos os vereadores presentes, pedindo a convocação de uma sessão extraordinária logo após o encerramento da ordinária, para votar-se, em segunda discussão, o projeto de lei nº. 4/60. Uma Excelência convoca a referida sessão e associa-se, em seguida, em nome da Mesa, aos votos de pesar propostos pelos vereadores pelo falecimento dos srs. Ernesto Pellito e Paulo Cordeiro Pontes, manifestando, outrossim, os seus sentimentos pelo desaparecimento ainda recentemente, do sr. Gabriel Temia do Amaral e do Elmiro Raciano. Nada mais havendo a tratar, mesma os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Datemiro de Mattos, secretário, a escrevi.

Agnaldo Gonçalves Puigo
José Felippe Prado

Ata da 22ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 3 de março de 1960

Presidência do sr. Agnaldo R. Puigo
Secretariada por José A. Coimbra Filho

Aos três dias do mês de março de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 22ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinheiro, Adélio d'Arcadia, Agnaldo Puigo, Antonio C. Mantovani, Antonio M. Batista, Attilio Biardini, Célio P. Fernandes, Célio V. Leite, José A. Coimbra, José F. Prado, Ernesto Del Bianco, Walter B. Faião, Romildo Miranda, Silviano P. Lima Mesta e Walter Faustino. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Passou-se à ordem do dia, que consta do seguinte: 1º um único. - Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 4/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para o executivo assinar têrmo de rescisão de contrato para construção do prédio da Escola Normal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. Em seguida, o seguinte requerimento nº. 34/60, subscrito por todos os vereadores presentes, requerendo urgência para a aprovação, em redação final, do projeto de lei nº. 4/60. Acolhido pela mesa o requerimento, o sr. presidente pôs em votação, sendo aprovado em redação final, o projeto de lei nº. 4/60, devendo ser encaminhado ao executivo para a sanção devida. Passou-se à explicação pessoal. O vereador Antonio Carlos Mantovani diz que, atendendo ao apêlo formulado pelo seu colega Célio Leite, feito na sessão ordinária, ia fazer uma revelação que impressionou a todos: o articulista que escrevia na "A Folha", com o pseudônimo de "Um Oposicionista", na ilha, o orador. Diz que gostaria de ver revelação por não ficar bem ouvir, como ouviu do vereador Célio Pinheiro, a afirmativa de que quem escrevia na gente lá de fora. Declara que no próximo domingo sairá o último artigo assim por Célio, e que em seguida não mais escreverá, assumindo, entretanto, a responsabilidade de tudo aquilo que afirmou anteriormente na seção "A Bola do Dia", do jornal "A Folha", não tudo assinado o nome nos artigos contra os quais vinha de se pronunciar. O vereador Mantovani diz estar surpreso com a revelação de seu colega de bancada, pois ignorava fosse êle o autor dos artigos mentirosos na "A Folha". Afirma que exerce o mandato fazendo oposição construtiva, mantendo-a num nível elevado, e que defende as funcionárias que estão sendo perseguidas pelo sr. prefeito municipal. O vereador Célio P. Fernandes diz que o seu colega Antonio C. Mantovani afirmara, na sua discussão pronunciada na sessão ordinária, que as críticas e acusações constantes do artigo da "A Folha",

não se referiam ao vice-prefeito de Pinhal, o que deve ser levado em conta pela comissão especial nomeada pelo presidente em atenção a um requerimento da bancada do Partido Socialista. O vereador Walter Faustino congratula-se com o seu colega Antonio C. Marinelli pela atitude viril dêste, identificando-se como o articulista da "A Folha". O vereador Abilio Pinheiro diz que as críticas dirigidas à administração municipal devem ser construtivas, e que estranhara, como também seu colega Helio Leite, que o articulista da "A Folha" viesse designando varios prefeitos através de números. Diz que, quem introduzeu a duplicidade de prefeitos em Pinhal foi a administração passada, o que obrigou a U.D.N., embora tarde, a enxotar, em 1959, o prefeito nº. 2. O vereador Antonio M. Batista diz que no proximo domingo o jornal local "A Gazeta" deverá publicar um artigo respondendo ao articulista da "A Folha". Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para a próxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 17 de março vindouro, encerrando os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a escrevi. Agenor Agostinho Peigo
José Felippe Vuolo

Ata da 6ª. sessão ordinaria, do 1º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 17 de março de 1960

Presidência do sr. Agenor A. Peigo
Secretariada por José F. Vuolo

Aos dezessete dias do mês de março de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adilio D'Arcadia, Agenor A. Peigo, Antonio C. Marinelli, Antônio M. Batista, Atilio Giardini, Helio V. Leite, José F. Vuolo, Mauro Del Guerra, Miltom B. Farias, Romildo Miranda, Silviano C. Motta e Valter Faustino. Havendo numero legal, foi aberta a sessão. São postas em discussão as atas anteriores. O vereador Valter Faustino pede sejam feitas as seguintes retificações: não afirmou que o ato do prefeito, no caso das professoras, foi discricionario, mas arbitrario; não mostrou o jornal "A Gazeta" ao Governador do Estado, no caso das vacinas Salk, mas o entregou ao oficial de gabinete; não disse que as professoras têm direito a férias sómente após um ano de trabalho, de acordo com as leis trabalhistas, mas sim que estão sujeitas a uma legislação especial; não disse que a Mesa Administrativa do Hospital "Francisco Rosas" exorbitou ao tratar do caso da Escola de Enfermagem, mas sim que errou; que coloca em primeiro lugar em sua vida a sua Loja Maçônica, e não a maçonaria, como constou na ata; que as suas iniciais são V. F. e não W. F. - Em seguida são aprovadas e assinadas as atas anteriores. O vereador Antônio M. Batista justifica a ausência de seu colega Abilio Pinheiro, que se encontra doente. Passa-se ao expediente, que consta do seguinte:- 1) Telegrama do presidente da República, agradecendo os cumprimentos recebidos da Edilidade: "Ciente. Arquive-se". 2) Oficio da Cia. Mogiana Estradas de Ferro, acusando o recebimento de apêlo que lhe foi dirigido pela Câmara Municipal: "A consideração da Casa. Nada sendo requerido, arquive-se". 3) Indicações: a) nº. 29/60, do vereador Atilio Giardini, sôbre o fechamento do comércio aos domingos e feriados: "Ao sr. prefeito". b) nº. 30/60, do vereador José F. Vuolo, sôbre a necessidade de se reformar o Parque Infantil: "Ao sr. prefeito". c) nº. 31/60, do vereador José F. Vuolo, para colocação duma placa de sinalização na estrada estadual, no local onde cruza com a estrada municipal Pinhal-Stapira: "Ao sr. prefeito". d) nº. 32/60, do vereador José F. Vuolo, para ser indicada a rua que terá o nome de Edgar Cavalheiro: "Ao sr. prefeito". e) nº. 33/60, do vereador Antônio C. Marinelli, sugerindo a construção de sargetas de pedra no morro Maria Joaquina: "Ao sr. prefeito". f) nº. 34/60, do vereador Antonio C. Marinelli, sugerindo a construção duma garage e oficina mecânica na cochera municipal: "Ao sr. prefeito" - g) nº. 35/60, do vereador Antônio C. Marinelli, sugerindo o emplacamento geral da cidade sôbre sinalização de trânsito: "Ao sr. prefeito". h) nº. 36/60, do vereador Antônio C. Marinelli, no sentido de serem retiradas as pedras existentes sôbre o passeio na rua Artur Vergueiro: "Ao sr. prefeito". i) nº. 37/60, do vereador Antônio C. Marinelli, sugerindo a mecanização para o recolhimento de lixo na cidade: "Ao sr. prefeito". j) nº. 38/60, do vereador Helio V. Leite, no sentido do prefeito estudar a possibilidade do aproveitamento e industrialização do lixo recolhido na cidade: "Ao sr. prefeito". k) nº. 39/60, do vereador Helio V. Leite, sugerindo ao executivo que coloque, com prioridade, no seu plano de governo, a solução dos problemas que afligem os bairros e vilas da cidade: "Ao sr. prefeito". 4) Requerimento nº. 35/60, do vereador Antônio C. Marinelli, solicitando informações sôbre a distribuição dos subsidios do prefeito entre as instituições assistenciais e funcionarios menos favorecidos: "Ao sr. prefeito". 5) Mensagens do Prefeito: - a) nº. 9/60, comunicando não haver encaminhado o balanço e prestação de contas do exercicio de 1959, por

falta da assinatura do ex-prefeito: "À Comissão de Justiça". b) nº. 10/60, encaminhando o projeto de lei nº. 11/60, dispondo sôbre majoração de vencimentos do funcionalismo municipal: "As Comissões de Justiça e Finança". c) nº. 11/60, solicitando a designação duma comissão de vereadores para acompanhar os trabalhos de revisão do Imposto Predial: "Rejeitado o pedido do sr. prefeito, pelo plenário da Câmara Municipal. Arquive-se". Encerrada a leitura do expediente, assume a presidência o vereador Hélio V. Leite. Usa da palavra o vereador Agenor A. Peigo, que se refere a um problema de magna importancia para o municipio, qual seja o da construção do novo prédio do Instituto de Educação "Cardeal Leme", que completou mais um ano de existência. Presta sua homenagem ao corpo docente e discente do educandário, e diz que o prédio onde vem êle funcionando está em estado lastimavel, motivo porque dirigia, naquele instante, um apelo público ao executivo e aos seus colegas de vereança, a fim de que todos unidos colaborem para a construção do novo edificio. O vereador Valter Faustino dá um aparte dizendo verberar a atitude daqueles que mandaram escorar o prédio do Instituto de Educação "Cardeal Leme", tirando fotografias, em seguida, para enviá-las ao Governador do Estado, pois entendia que o assunto devia ser resolvido, mas não com subterfúgios. O vereador Antônio M. Batista tambem aparteia sugerindo a constituição duma comissão especial, composta do chefe do executivo, de alguns vereadores e estudantes, para tratar junto ao Governo do Estado da solução do problema. Prossegue o vereador Agenor Peigo dizendo que por infelicidade não foi construido o novo prédio, tendo em vista circunstâncias desconhecidas, mas que agora ha necessidade do Legislativo e do Executivo, principalmente êste último, de cerrar fileiras no sentido de se erguer o edificio. Diz que os estudantes, ao contrario do que se propalou, não farão greve, mas irão dirigir um apêlo ao poder público para que êste veja a necessidade e providencie o reinicio das obras do novo prédio do Instituto de Educação "Cardeal Leme". (Reassume a presidência o vereador Agenor A. Peigo). O vereador Valter Faustino diz que é impraticavel o Legislativo participar de um ato do poder Executivo, como no caso da revisão do Imposto Predial. Afirma que impostos e taxas não podem ser aumentados sem uma lei especial, podendo ser majorado, sem a aprovação do Legislativo, apenas "preço-público". Diz tambem que taxas e impostos sómente podem ser cobrados com majoração quando constar previamente no orçamento elaborado e aprovado no exercicio anterior. Diz que em 1952 houve uma revisão de lançamentos do Imposto Predial, porem foi ela autorizada pela lei nº. 87; em 1956 todos os impostos e taxas foram aumentados em 40%, com a aprovação da lei nº. 194; em 1957 e 1958, tambem foram votadas as leis de ns. 249 e 282, tratando do mesmo assunto, o que comprovava que o executivo sómente poderia aumentar impostos e taxas com a aprovação do Legislativo. Justifica, assim, a atitude do P.R., que votou contra a participação de elementos da Câmara Municipal da revisão de impostos que o executivo pretende realizar sem a aprovação de lei nesse sentido. O vereador Hélio V. Leite diz que o executivo de fato não pode delegar poderes ao Legislativo, mas aquêle pretendia apenas a colaboração dos vereadores para a revisão de impostos. Faz um histórico dos encargos da atual administração, com a amortização de empréstimos e pagamento de juros, num total anual de Cr$ 4.253.000,00, e diz da necessidade da Câmara fornecer ao prefeito os recursos financeiros para fazer face a varias despesas. Afirma que na administração anterior foi feita uma revisão do Imposto Predial, tendo o Banco do Estado de São Paulo recorrido ao Judiciario, pedindo entretanto o mandado de segurança requerido contra a Prefeitura, tanto em primeira como em segunda instância, devendo perder tambem no Supremo Tribunal Federal. Lê, em seguida, parecer a respeito da matéria, demonstrando que o executivo pode fazer revisão nos lançamentos dos impostos municipais, independentemente de manifestação ou lei da Câmara Municipal. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente anuncia ir passar à ordem do dia, que consta do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 3/60, do Prefeito Municipal, alterando as taxas do cemitério municipal, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança, e com emendas desta última: o vereador Mauro Del Guerra afirma que o Prefeito, apesar de ter feito propaganda antes das eleições, de que não aumentaria os impostos, estava querendo aumentar as taxas do cemitério de forma astronômica. Diz que se o Executivo conseguir ofencer água limpa e em quantidade à população, só isso valerá por uma administração, não devendo, entretanto, majorar de forma tão brutal as taxas do cemitério. Manifesta-se tambem, contrário à cobrança de porcentagens, pela Prefeitura, sôbre o valor de tumulos e placas na necrópole. O vereador Valter Faustino diz que apesar do P.R. ser contrário a aumento de impostos, votará favoravelmente à proposição, mas o aumento sómente poderá ser cobrado no próximo exercicio de 1961, pois não consta do

atual orçamento, devendo o prefeito obedecer aos preceitos legais, e não quem os ditadar. O vereador Élcio V. Leite requer o adiamento da discussão por uma sessão, a fim de que a matéria possa ser melhor estudada. O vereador Valter Faustino, porém, requerendo a maioria do Legislativo, pessoalmente prefere dizer que, requerendo a maioria do Legislativo, pessoalmente prefere dizer que, requerendo a maioria do Legislativo, pessoalmente prefere dizer que

Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente pôs em votação, sendo aprovado, o requerimento nº. 86/60, do vereador Valter Faustino e outros, solicitando a realização de uma sessão extraordinaria para segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 32/59. Convocando os srs. vereadores para a sessão extraordinaria, a realizar-se logo em seguida ao encerramento da ordinaria, o sr. presidente nada mais tratando. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenilmo de Queiroz, escrevente, a escrevi.

Agmar A. Braga
Valter Faustino
Queiroz

Ata da 39. sessão extraordinaria, de 39. ano, da 4a. legislatura,
da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 17 de março de 1960
Presidencia do sr. Agmar A. Braga
Secretariada por José F. Vieira

Aos dezessete dias do mês de março, de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 62. sessão ordinaria, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adelio D'Ascadia, Agmar A. Braga, Antonio E. Imaimilli, Antonio Ln. Batista, Attilio Bicardini, Celio Brita, José F. Vieira, Imaino del Fauro, Valter Faustino, Romildo de Miranda, Silviano R. Lima Motta e Valter Fonseca. Havendo numero legal, foi aberta a sessão. Passou-se à ordem do dia, que constou do seguinte: Item unico. - Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 32/59, do vereador Julio Bicardini e outros, declarando de utilidade publica a Associação de Protação à Infancia de Pinhal, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Educação, e pedindo a juntada de documentos da Comissão de Serviços Publicos: aprovado. Celio Brita e outros, pedindo dispensa da redação final do projeto de lei nº. 32/59. Acolhido pelo presidencia e aprovado pelo plenario o requerimento, o sr. presidente ter aprovado sua redação final o projeto de lei nº. 32/59, devendo ser encaminhado ao Executivo, para a sanção devida. Passou-se à explicação pessoal. O vereador Valter Faustino Fabiita o seu colega Celio Brita pela motivo da instalação, em Pinhal, de uma fabrica de doces, e diz que ha 20 anos atraz fez uma conferencia no Rotary Clube defendendo o ponto de vista de que em Pinhal poderiam ser instaladas muitas industrias, porem, com capitais da propria cidade. O vereador Imaino del Fauro diz que os seus colegas tem atacado o ex-prefeito sem justificativa, lavrando mesmo de prefeito a ex-prefeito sem odios. Afirma que ha necessidade de prefeito e colaboração de todos para solucionar-se o problema da construção do novo predio do Instituto de Educação, lembrando que seria interessante uma exposição dos vereadores, do corpo docente e discente, dirigida ao Governador do Estado, com artificios, expondo a situação existente em que se encontra o edificio. O vereador Antonio E. Imaimilli diz que o seu colega Celio Brita foi feliz no apto formulado para que haja harmonia entre todos. Afirma que, conforme disse na sessão do dia 3 de março, publicou, na imprensa, o seu ultimo artigo, esperando uma resposta branda do vice-prefeito, tudo isto situado com um artigo violentissimo e mudonho, motivo porque se via obrigado a se ver novamente. Diz que houve um impasse entre a maioria e a minoria na questão do aumento de impostos pretendido pelo executivo, e da funcionalismo municipal. O vereador Celio Brita diz que não ha ilegalidade na revisão de impostos que está sendo feita pelo executivo, pois a legalidade da medida foi reconhecida, já no exercicio anterior, pelo Judiciario. Diz que o seu apoio é em favor da cidade, não se referindo a questões pessoais, que devem ser resolvidas entre pessoas, a fim de que prevaleça sempre o interesse publico. Aplicação passada, e nunca a pessoa do ex-prefeito, pois entende que homem publico não tem nome, mas sim função. O vereador Antonio Carlos Imaimilli diz o vereador Antonio Ln. Batista se equivocou com o seu colega Antonio E. Imaimilli pela intenção dúbia de terminar com a polemica jornalistica que vem mantendo com o vice-prefeito, e alguma que somente gostam das discussões as Justiças que ficam insinuando por trás dos bastidores. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente convocou os srs. vereadores para a proxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 4 de abril vindouro, marcando os trabalhos na seguinte. Do que, para constar, foi lavrada a presente data. Eu, Estenilmo de Queiroz, escrevente, a escrevi. Documento a que se refere o requerimento nº. 2/60, do vereador Imaino del Fauro e outros.

"Carta aberta ao sr. Antônio Costa. Senhor Prefeito. Sinto-me determinado ao seu descontentamento "
"da Prefeitura que tornasse o término de transmissão de governo cargo que ocupei até " "
"esta data, pois teria prazer em cumprimentar pessoalmente o candidato vitorioso " "
"dor e desejar-lhe felicidades durante o exercício do difícil mandato. As atividades " "
"tudes que tomaram os que obedeceu sua orientação, procurando por todos os meios " "
"mas obstar a regularização de situações prefeitural normais, e assim me apresentar " "
"aparentemente diante do povo de Pinhal como administrador faltoso, fazendo crer " "
"povo, que eu passasse a considerá-lo não mais como adversário político, mas como um " "
"mo ato como de um mau cidadão, quando tive conhecimento de um telegrama " "
"ma que leva também sua assinatura, um que se solicita ao Presidente da " "
"Caixa Econômica que não conceda a Pinhal o empréstimo de 3 milhões " "
"de cruzeiros para pavimentação, sob a alegação de que 50% da obra pagará " "
"mada ou foi realizada! Sua própria consciência deve ter-lhe feito sentir " "
"a mesquinhez de tamanho contrasenso contra os interesses do Município. A " "
"mezas que consideu que o destino dos milhões seja o meu bolso! Felizmente " "
"mente não são atitudes como esta que irão dizer que mudarão a opinião " "
"que de mim e de meu governo fizeram os ilustres Governadores Jânio Quadros " "
"e Carlos Alberto de Carvalho Pinto, aos quais deve Pinhal a obtenção de 39 " "
"milhões e 500 mil cruzeiros, para obras de utilidade pública. Sim sr. " "
"Prefeito, porque são gestões onde mais vale a honestidade de propósitos dos " "
"homens públicos do que o número de votos que possam ter depositado nas urnas. Espero que isto seja motivo não só para justificar minhas atitudes " "
"passadas, mas acompanhado ao ato cuja recordação me é tão cara, pois " "
"comovido recai o abraço de meu antecessor e amigo Joaquim Ignácio Bierrenbach, como de justas atitudes que me vinha a tomar face à má administração e aos denunciados que o rodeiam de rigorosa fiscalização à bem " "
"dos interesses do município. Pinhal, 31-12-1959. (a) Manoel Carlos Gonçalves."

Agnaldo Carvalho Prado

Ata da 72. sessão ordinária, do 12. ano, da 4a. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 7 de abril de 1960.
Presidência do sr. Agnaldo A. Prado
Secretariada por José Antônio Coimbra

Aos sete dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, as 20 horas, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Aldeio Pinheiro, Adélio d'Arcadia, Agnaldo A. Prado, Antônio A. Innocenti, Antonio Inn. Batista, Atélio Ricardini, Célio P. Fernandes, Célio V. Leite, José A. Coimbra, José F. Vieira, Manoel da Cunha, Oliviano R.B. Motta e Valter Faustino. Verificado número legal, foi aberta a sessão. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Passa-se à leitura do expediente, que consta do seguinte: 1) Carta de dona Gilda Inn. B. Pinto, agradecendo as manifestações de pesar recebidas por ocasião do falecimento de seu marido Paulo Cordeiro Pinto: "Arquive-se". 2) Telegramas: a) do Governador Carvalho Pinto, agradecendo os cumprimentos recebidos pelo transcurso do 12. aniversário de seu governo: "Ciente. Arquive-se"; b) do deputado Innocêncio Jorge Nicolau, informando haver sido autorizada a instalação do Fórum em Pinhal: "A comunicação da Casa. O vereador Aldeio Pinheiro requer seja oficiado ao deputado Innocêncio Jorge Nicolau agradecendo". 3) Ofícios: a) da Sociedade São Vicente de Paulo, agradecendo a comunicação da eleição da Mesa da Câmara Municipal de Pinhal: "Arquive-se". b) da Câmara Municipal de Santo Antônio do Jardim, comunicando a constituição da Mesa para o ano de 1960: "Ciente. Agradeça". c) da Família de Ernesto Zellitz, agradecendo a homenagem prestada pela Edilidade ao seu chefe: "Arquive-se". d) da Caixa Beneficente do Sanatório Pinheirinho, solicitando a doação de uma coleção de moeda para os doentes da enfermaria: "A Comissão de Finanças". 4) Requerimentos: a) do vereador Aldeio Pinheiro: I) nº. 39/60, no sentido da Câmara encaminhar o pedido da República pela próxima transferência da capital federal para Brasília: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; II) nº. 39/60, propondo um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Assis Chateaubriand: "Aprovado. Oficie-se ao interessado"; III) nº. 40/60, propondo um voto de louvor ao Dr. Eduardo Vieira do Nascimento, ex-delegado de Polícia local: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". b) nº. 41/60, do vereador Adélio d'Arcadia, propondo um voto de satisfação pela animadora da mensagem do Governador Carvalho Pinto sôbre a reforma agrária: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". c) nº. 42/60, do vereador Antônio Inn. Batista, congratulando-se com o Dr. Yamanoi Inicolau Neto pelo seu trabalho à frente do Centro de Saúde local no combate ao tifo: "Aprovado". d) do vereador José A. Coimbra: I) nº. 43/60, solicitando informações sôbre o funcionamento do Parque Infantil: "Ao sr. Prefeito"; II) nº. 44/60, congratulando-se com o Estado Jornal passado dia 1º do transcurso de mais um aniversário desse órgão noticioso:

"Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". e) do vereador Helio V. Leite: I) nº. 45/60, no sentido do Legislativo congratular-se com o deputado José Costa pela aprovação do projeto de lei que cria em Pinhal uma escola artesanal: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". II) nº. 46/60, no sentido de se oficiar ao Secretário da Agricultura para que êste autorize a Escola Agrotécnica a alugar máquinas aos lavradores: "Oficie-se na forma solicitada". 5) Indicações: a) nº. 40/60, do vereador Helio V. Leite, sugerindo o ajardinamento do Parque Municipal e colocação até de tabuletas de propaganda da cidade: "Ao n. Prefeito". b) do vereador Antônio C. Marinelli: - I) nº. 41/60, sugerindo o alargamento de algumas estradas municipais: "Ao n. Prefeito"; II) nº. 42/60, lembrando a necessidade da construção de uma ponte na Fazenda Paineiras: "Ao n. Prefeito"; III) nº. 43/60, sugerindo o alargamento da estrada de Nova Couzã à Fazenda Paineiras: "Ao n. Prefeito"; IV) nº. 44/60, sugerindo o ajardinamento do Largo São Pantaleão e construção duma muita: "Ao n. Prefeito"; V) nº. 45/60, lembrando a necessidade da construção de muros de fecho nos terrenos em aberto existentes no centro da cidade: "Ao n. Prefeito"; VI) nº. 46/60, sugerindo a construção de sargetas de pedra nos varios morros das estradas municipais: "Ao n. Prefeito". c) do vereador José A. Coimbra: I) nº. 47/60, sôbre a necessidade de se colocar um quadro informativo no mercado sôbre o serviço militar: "Ao n. Prefeito"; II) Nº. 48/60, sugerindo a transferência para a cidade do Museu de Arte Moderna: "Ao n. Prefeito"; III) nº. 49/60, sôbre a necessidade duma campanha para o aumento do eleitorado: "Ao n. Prefeito". 6) Mensagens do Prefeito: a) nº. 13/60, prestando esclarecimentos sôbre a situação financeira do município: "A consideração da Casa. Nada sendo requerido, arquive-se". b) nº. 14/60, encaminhando o balanço e prestação de contas do exercício de 1959: "Às Comissões de Justiça e Finança". 7) Projeto de lei nº. 12/60, do vereador José F. Vuolo e outros, modificando a lei que concede isenção de impostos a indústrias: "Ao Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do expediente, o n. presidente dá a palavra aos srs. vereadores. O vereador Valter Faustino pronuncia um longo discurso tecendo considerações contrarias à majoração do Imposto Predial, afirmando que alguns lançamentos são iniquos, outros astronômicos, todos ilegais, pois o aumento não constou do orçamento atual e não existe lei que o estabeleça. Diz que houve aumento consequente da revisão do valôr locativo dos imoveis, mas houve aumento, o que não podia ser feito por mera resolução do Executivo, dependendo de lei previa votada pela Câmara, o que foi feito em 1953 pelo ex-prefeito Joaquim Ignacio Sertório, tendo êste ainda nomeado uma comissão de três membros para supervisionar os trabalhos de revisão, comissão essa composta de um construtor, de um representante dos proprietarios de imoveis e outro dos inquilinos. Diz que o orçamento atual consigna na rubrica Imposto Predial Urbano uma verba de Cr$ 1.200.000,00, mas que renderá talvez até Cr$ 3.000.000,00, mais do dobro do previsto, o que é uma ilegalidade. Esclarece aos interessados sôbre as providências que devem ser tomadas na defesa de seus direitos e indaga qual será agora a atitude daqueles que criticaram o aumento de impostos de 40%, votado em 1956, quando atualmente o executivo pretende fazer um aumentosinho de até 348%. O vereador Helio Leite diz que o P.S.B. deixava consignada uma moção de aplausos ao n. Governador do Estado pelo projeto de reforma agraria, que redundará em benefício de toda a coletividade. Lembra que o P.S.B. ajudou a eleger o atual governador de São Paulo, e que o chefe do executivo estadual, honrando os compromissos assumidos com a referida agremiação partidária, elaborou o projeto de reforma agraria. Diz que seria interessante se o Município pudesse seguir o exemplo do Estado, pondo em execução medida idêntica. Afirma que o P.S.B. não tem compromissos com grupos ou pessoas, mas sim com o povo, não tendo esse partido durante a campanha eleitoral feito alusão a qualquer aumento de impostos. Diz que a revisão de lançamentos é legal, que é necessária e que nos bairros deverá ser mínima. Afirma que a revisão se impõe, pois casas localizadas nas vilas, sem forro e sem assoalho pagam mais do que palacetes construidos no centro da cidade. Diz que a situação da Prefeitura é precária, pois o Município tem grandes compromissos financeiros para solver. Afirma que o P.S.B. não é contra o serviço de abastecimento de água, mas contra a maneira de se fazer, pois as obras estão em atraso, tendo os empréstimos contraidos deixado a Prefeitura empenhada, obrigando o executivo a realizar uma revisão nos lançamentos dos impostos, visto não existir outro meio de se resolver o problema financeiro. Diz que é necessário tirar o Pinhal do marasmo em que se encontra, o que só será possivel com uma arrecadação de acordo com as possibilidades do Município, embora com sacrifício dos municipes. Encerra suas considerações dizendo que a P.S.B. fiscalizará rigorosamente a aplicação do dinheiro a ser arrecadado com a revisão do Imposto Predial, dinheiro esse que deverá ser em-

pugado um lenço da costividade pinheirense. O vereador Antônio Ms. Batista congratulou-se com o munícipe Elpídio de Paula pelo transcurso do combate ao surto de tifo incompido na cidade, demonstrando assim que nada tem contra o Sr. Jamacio Nicoletti a luta, ao contrário, do que se propalou quando da discussão do assunto quanto a aplicação de vacinas Salk no Dispensário de Tuberculose e na Farmácia Vuolo. Diz, ainda, que o jornal "A Folha" vem publicando notícias unilaterais sobre as sessões da Câmara, o que é lamentável. Cita o fato de ter dado um aparte ao discurso pronunciado pelo vereador Agmor A. Puiggi, na última sessão, tendo o jornal "A Folha" publicado que o aparte foi dado pelo vereador Luiz Ms. Dal Lima. O vereador Luiz Ms. Dal Lima diz ter sido convidado há alguns dias atrás para uma reunião de líderes, com o objetivo de cessar uma polêmica que vinha amanifestando na imprensa solicitando que terminasse a polêmica que vinha mundo travada nos jornais entre o vice-prefeito e um vereador. Diz ter comparecido com a idéia, ficando deliberado que o manifesto seria publicado no domingo seguinte, devendo antes ser enviada uma carta a todos os polemistas. Afirma ter sido ludibriado, pois não recebeu nenhuma cópia do manifesto ou qualquer comunicação nesse sentido, o que foi uma desconsideração para com a sua pessoa, visto que queriam fazê-lo de bobo, convidando-o para uma reunião na qual se tomou uma deliberação que posteriormente não foi cumprida. Referindo-se ao artigo publicado pelo vice-prefeito na imprensa local, no qual o articulista tece considerações desprimoroso sôbre o U.D.N., partido que sempre se portou de maneira digna e elevada na oposição. Diz que os ataques foram indevidos e gratuitos e não dirigidos, motivo porque os devolvia à fonte de origem. Afirma, ainda, que, contrariando a decisão pronunciada noutra sessão pelo vereador José A. Coimbra, que a Escola de Enfermagem não foi fechada pela nova Administração do Hospital "Francisco Rosas", mas sim pela má direção, o que agiu de forma altruística, aceitando pelos políticos do P.S.P., que ao invés de cooperarem com quem estava com a boa causa apoiaram a diretora faltosa. Diz, em seguida, que o seu colega Hélio Pinheiro atacou de forma incontra e injusta, na última sessão, o ex-prefeito. Afirma que o Sr. Ody Braga foi apenas secretário particular do Sr. Emanoel Carlos Gonçalves, uma simples empregado, pago pelo ex-prefeito, calunia-lhe as ações transmitia as ordens recebidas de seu patrão. Diz que a U.D.N. solicitou a dispensa do Sr. Ody Braga das funções de secretário particular quando este deixou publicamente, pela imprensa, que partiria as fileiras do Partido Republicano. Ninguem mais quando usou da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à ordem do dia, que se constitui do seguinte: Ato único - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 3/60, do Prefeito Municipal, atualizando as taxas do emitício municipal, com pareceres favoráveis das Comissão de Justiça e Finanças, e com emendas dada última e do vereador Hélio V. Leite. Sendo aprovado, com as respectivas emendas, o projeto de lei nº. 3/60. Passa-se à 2ª. explicação pessoal. O vereador Hélio Pinheiro diz que não lhe foi possível falar na explicação pessoal, o que fará na próxima sessão, a fim de demonstrar a legalidade da revisão do Lançamento do Imposto Predial, levado em varias decisões dos Tribunais de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Diz, em seguida, que nunca agiu de forma adversários políticos, respeitando seus contendores para ser respeitado, principalmente tratando-se do Sr. Emanoel Carlos Gonçalves. Afirma ter se referido ao fato da inauguração de duas obras de prefeitos em resposta a um artigo inserto na imprensa, e que todos os municípios sabiam que o prefeito de Pinhal, na gestão passada, não o Sr. Ody Braga, chegando nessa hora a contar, em determinado instante, com três prefeitos, frisando S. Excia. inteiramente relevasse o espírito do assunto, pois questões pessoais não deviam ser levadas nem ao plenário e nem à imprensa. O vereador Emanoel Lima apela aos seus colegas para que mediteem com referência à colocação de pontagem sôbre o valor de timbres no emitício municipal, pois o critério aprovado pela Câmara é injusto. Afirma, em seguida, com referência à duplicidade de prefeitos na administração passada, que o Sr. Ody Braga era apenas empregado do Sr. Emanoel Carlos Gonçalves, caso em que um diferente do que existe agora, pois Pinhal contou com vários prefeitos. O vereador Valter Faustino diz ao nobre oposicionista não, e tanto isso é verdade que na legislatura passada, quando líder do P.R., não era vice-prefeito, função desempenhada pelo ex-vereador Joaquim Aguiar Ribeiro. Diz ter falado sôbre o aumento do Imposto Predial por entender ser ele ilegal, porem, se os demais colegas dos Tribunais, que são os intérpretes das leis, acharem que a matéria é legal, e não poderá S. Excia. defender em ponto de vista, não discutirá o assunto. O vereador Antônio Ms. Batista diz que o jornal "A Folha" faltou com a verdade ao noticiar os acontecimentos da última sessão, deturpando também as palavras pronunciadas pelo presidente da Câmara. O vereador José A. Coimbra diz que o P.S.P. não era contra a nossa Administração do Hospital "Francisco Rosas",

pois S. Excia. mesmo oferece-se para ir ao Rio de Janeiro tratar do assunto referente ao não funcionamento da Escola de Enfermagem, porquanto o Ministério da Saúde é ocupado por um psicopata, não tendo entretanto sido procurado pelos interessados. Diz que as moças matriculadas na Escola de Enfermagem ali estão não como alunas, mas sim como empregadas do Hospital, e que a Escola está funcionando graças à boa vontade do diretor Federal, professor Kaiser Bggett. O sr. presidente diz que já enviou um telegrama ao sr. presidente da República, solicitando seja marcada uma audiência para tratar da instalação um Pinbal duma agência do Banco do Brasil. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para a próxima sessão ordinaria, que realizar-se-ha no dia 22 vindouro. Do que, para se constar, foi lavrada a presente ata. Luiz Botelho de Queiroz, secretario, a escrevi.

Ignez Aparecida Prado Botelho

Ata da 8ª. sessão ordinaria, do 1º. ano, do 4º. legislatura, da Câmara Municipal de Pinbal, realizada em 22 de abril de 1960

Presidencia do sr. Agnor A. Puigo

Secretariada por José A. Coimbra

Aos vinte e dois dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Alcio Pinheiro, Adilson Parada, Agnor A. Puigo, Antonio Sm. Batista, Atilio Biadini, Celio P. Fernandes, Helio V. Leite, José A. Coimbra, José F. Prado, Manoel de Souza, Milton B. Faria e Romildo Fernandes. O vereador Valter Faustino justifica sua ausencia por ter que comparecer a uma sessão da Loja Maçonica. Havendo numero legal, foi aberta a sessão. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Passa-se à leitura do expediente, que consta do seguinte: 1) Telegramas:- a) deputado da Casa civil da Presidencia da República, agradecendo manifestação da Câmara Municipal por motivo da criação da agencia do Banco do Brasil em Pinbal: "Ciente. Arquive-se". b) do sr. João Goulart, acusando recebimento de oficio enviado pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se". 2) Requerimentos: a) nº 47/60, do vereador Manoel de Souza, solicitando a inserção na ata dos trabalhos legislativos de um voto de satisfação pela colaboração eficiente do sr. fiscal da Agricultura no projeto da reforma agraria: "Aprovado". b) nº. 48/60, do vereador José A. Coimbra e outros, solicitando a realização de uma sessão extraordinaria para comemoração da transferencia da capital federal para Brasilia: "Aprovado. Seja convocada uma sessão extraordinaria para comemoração da transferencia da capital federal para Brasília para logo após o encerramento da 8ª. sessão ordinaria". 3) Indicações: a) nº. 51/60, do vereador José A. Coimbra, no sentido de pedir o nome de um dos logradouros publicos da cidade: "Ao sr. Prefeito". b) nº. 52/60, do vereador José Antonio Coimbra, lembrando a necessidade da construção de um campo de aviação em Pinbal: "Ao sr. Prefeito". c) nº. 53/60, do vereador Helio V. Leite, requerendo providencias para conseguir-se a criação de um Posto de Mecanização Agricola em Pinbal: "Oficie-se na forma solicitada". 4) Projetos de lei dos vereadores José A. Coimbra e Milton B. Farias: a) nº. 13/60, dando o nome de Presidente Getulio Vargas à Praça São Benedito: "As Comissões de Justiça e Serviços Publicos". b) nº. 14/60, declarando de utilidade publica o Conservatorio Dramatico Musical Pinbalense: "As Comissões de Justiça, Serviços Publicos e Educação". c) nº. 15/60, declarando de utilidade publica o Centro Pinbalense de Estudos e Debates: "As Comissões de Justiça, Serviços Publicos e Educação". d) nº. 16/60, criando a Escola Tecnica de Comercio Municipal: "As Comissões de Justiça, Finança, Serviços Publicos e Educação". 5) Projeto de resolução nº. 1/60, do vereador Antonio Sm. Batista e outros, dispondo sôbre concessão de gratificação: "As Comissões de Justiça e Finança". Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente dá a palavra aos srs. vereadores. O vereador Manoel de Souza diz que sempre se bateu pela aprovação de um novo Código Tributario para Pinbal, o que poderá se verificar pela leitura das atas do Legislativo. Afirma que na legislatura passada o ex-vereador Armando R. Vasconcelos tinham uma comissão para a elaboração de um novo Código Tributario, porposição essa que foi "bombardeada" pela maioria, impedindo assim que os tributos sejam colaboradores, ainda agora, de leis mais amplas e equitativas. Diz ter sempre se pronunciado pela não elevação justa das taxas e impostos, mas sim por uma atualização justa, através de um novo critério de cobrança, tendo mesmo, na legislatura passada, junto com uma indicação, encaminhado ao executivo o Código Tributario da cidade de Campinas. Afirma que tudo tudo subiu de preço não é justo que o Municipio não possa aumentar também os seus impostos, pois a arrecadação municipal é toda ela empregada em benefício dos municipes, porém, as reclamações dos contribuintes são procedentes, não só porque não existe lei municipal a fixação da previsão no orça-

nunto, como principalmente pelas injustiças contidas em sua taxação, isso sem levar em conta as promessas do pugilato durante a campanha eleitoral, de que, se eleito iria administrar sem usar dos processos comuns e moda redução, ou mesmo de elevação brutal dos impostos. Cita um boletim de propaganda da candidatura do vereador Hélio Leite, em que este afirmava que poderia evitar o aumento extensivo dos impostos nos bancos, como se mesmo assim não houvesse pessoas de posses e comerciantes abastados. Cita também trecho do discurso de posse do vice-pugilista, que falou em nome do pugilato, prometendo governar com os recursos que o Município tivesse, e que já mandara anteriormente, o pugilato enviou projeto de lei à Câmara aumentando em 500% os taxas do anuário, tendo também elevado os Impostos de Indústrias e Profissões e Predial na base de 150 a 350%. Diz que a U.D.N. não promete, em vésperas de eleições, o que é impossível, e que é obrigado o momento de se concitar a todos - executivo e legislativo - para, num clarão demagógicos, elaborar um atualizado Código Tributário, baseado no qual possa se pugilato um lançamento justo, taxando os contribuintes em geral, por menor que seja a atividade econômica exercida. Diz que o Imposto Predial deve ser calculado dividindo-se a cidade em zonas, partindo do outro para a periferia, e por outro quadrado de construção, fazendo-se distinção entre prédio residencial e comercial e com a necessária qualificação da construção, sob o ponto de vista do conforto. Diz que só assim os contribuintes ficarão livres das injunções, das injustiças e do protecionismo, estabelecendo-se a igualdade de tratamento entre todos os municípios, porque fora disso é só balela, é só conversa fiada, é só despeito à lei. Conceita o pugilato a trabalhar até o fim do corrente ano, como promete, com os recursos ordinários, dizendo de lado as elevações numerais como a criação rodoviária e outras ornamentais, pugilatando advertências, e que deixou, também, um novo Código Tributário, para que a Câmara possa discutir-lo. Justifica, em seguida, o voto de congratulação com o atual Secretário da Agricultura. Associa-se ao voto de louvor proposto pelo seu colega Hélio Leite, na sessão anterior, pela aprovação, na Assembléia Legislativa do Estado, do projeto de lei do deputado José Costa, criando uma escola agrícola em Pinhal. Diz, em seguida, constar que um contribuinte reclamou na Prefeitura, em altos brados, contra o aumento de imposto, tendo sido chamado à parte pelo Sílio do pugilato que o acalmou, mudo o seu lançamento poucos dias depois reduzido, numa pataconismo escandaloso. Afirma, em seguida, ignorar que o projeto de lei que concede isenção de impostos a novas indústrias entre na ordem do dia da próxima sessão, pois uma fábrica de artefatos de bovacha deseja transferir-se para Pinhal. Externa seu ponto de vista contrário à criação de uma Escola de Comércio Municipal, que iria fazer concorrência para a Escola já existente na cidade, criando encargos para o Município, com nova onda de funcionários, a exemplo de D. Boa Vista, que deu, em 1959, um déficit de mais de Cr$ 2.000.000,00. Diz que o Sílio do pugilato e alguns vereadores "puxam fogo" para se fechar a Escola Técnica de Comércio de Pinhal, agindo como fariseus e não como apaziguadores no caso da greve dos alunos diante estabelecimento de ensino. Em seguida o vereador Hélio Pinheiro pronuncia um discurso sobre a revisão dos lançamentos do Imposto Predial, discurso esse que, em virtude da aprovação do requerimento nº. 49/60, do edil Antônio Ln. Batista, vai transcrito na íntegra no final da ata dos trabalhos legislativos. Em seguida o vereador Romildo Limanda apresenta o requerimento nº. 50/60, solicitando a transcrição na ata, na íntegra, do discurso o requerimento diga pronunciado pelo vereador Limano del Bianco. O sr. presidente declara que o requerimento acha-se prejudicado pela liberalidade da Casa, não constituindo sua decisão precedente para a aprovação de proposições idênticas para do expediente. Posto em votação é rejeitado o requerimento nº. 49/60, do vereador Romildo Limanda. Em seguida o sr. presidente comunica ter recebido um telegrama, já publicado na imprensa local, comunicando-lhe a criação, em Pinhal, de uma agência do Banco do Brasil, tendo V. Exca. também telegrafado ao presidente daquele estabelecimento agradecendo, em nome da Câmara, tão auspiciosa notícia. Passa-se à ordem do dia, que se constitui do seguinte: 1) Discussão e votação única do ofício da Caixa Beneficente do Legislativo Piratiguiense, solicitando a doação de um calção de molas ou a importância equivalente, com parecer contrário da Comissão de Finanças: aprovado o parecer. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 3/60, do Prefeito Municipal, alterando os taxas do anuário municipal, com parecer da Comissão de Redação e emenda do vereador Hélio Leite e outros: aprovado o projeto com a respectiva emenda. Esgotada a matéria em pauta, passa-se à explicação pessoal. O vereador Antônio Ln. Batista diz ter votado a favor da transcrição, na ata dos trabalhos legislativos, do discurso pronunciado pelo seu colega Limano del Bianco, a fim de que o povo tivesse conhecimento do ponto de vista defendido por esse edil. O vereador Limano del Bianco agradece a atitude de seu colega e diz que o seu companheiro de bancada - vereador Romildo Limanda - iria providenciar a publicação do aludido discurso na imprensa local. O ve-

vereador Célio Porto Fernandes diz que os impostos municipais foram cobrados, durante os quatro anos da legislatura passada, de maneira injusta, e que os vereadores que hoje protestam contra a revisão de lançamentos, consentiram naquela época com o ato do ex-prefeito. Diz ser impossível ao prefeito governar sem uma revisão de impostos, pois a Prefeitura tem grandes compromissos financeiros. O vereador Hélio Leite diz que seria fácil fazer demagogia com referência à revisão de lançamentos do Imposto Predial, mas que não o faria, muito embora fosse desagradável a elevação de tributos, mas que não existe outra fórmula milagrosa para que a Municipalidade possa suportar os pesados encargos financeiros legados da administração passada. Afirma que demagogia seria dizer que não há necessidade de se fazer revisão de lançamentos, quando a cada exercício o contrário. Diz que os vereadores da oposição querem fazer demagogia agora, mas que na administração anterior concederam um aumento de impostos em 100%. Afirma ser discutível e digna de ser debatida a elevação de impostos não é intempestiva, mas sim o trabalho de todos unidos para dar à coletividade maior capacidade de ganho. Diz que a Prefeitura está tão cheia de novos empréstimos não impossíveis, e que seria intempestivo se pedisse ao fisco uma redução de tributos, mas que isso é impossível à vista das despesas que sobrecarregam o Município. Afirma, em seguida, que não é uma inverdade, mas sim realidade, o fato de que os alunos indicados pela Prefeitura, para estudarem na Escola Técnica de Comércio, não eligados a fazer isso, após o término das aulas, faxina no prédio, pois poderão vários dos intimados que confirmaram o fato. Diz que, se a subvenção da Prefeitura à Escola é pequena, o caminho para a solução do assunto não outro, nunca porem a atitude tomada pela direção do referido educandário, obrigando os alunos ao serviço de faxina para compensação do alegado déficit apurado entre o custo das mensalidades e o auxílio financeiro anual dado pelo Município. Diz que, quem recebe para 10 alunos faz o mesmo para 15, sem que isso acarrete aumento de despesas, mas pelo contrário proporciona a elevação da receita. O vereador Romildo Miranda diz que a Escola Técnica de Comércio solicitara do chefe do executivo um reajustamento da verba anual, mas o pedido não foi atendido. Diz que o seu colega Hélio Leite exagerou nas considerações feitas a respeito da Escola, pois esta não força os alunos a fazerem limpeza no prédio da Escola, o que é uma inverdade, pois os estudantes se pontificaram a tal espontaneamente. Convida os seus colegas para visitarem a Escola Técnica de Comércio a fim de que estes não venham a fazer críticas aquele estabelecimento de ensino apenas por ouvir dizer. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para a sessão extraordinária, a realizar-se logo após a encerramento da ordinária. Encerra os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenilmo de Mello, secretário, a escrevi. Agnor Agostinho Paiva

Ata da 43. sessão extraordinaria, do 1º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 22 de abril de 1960

Presidencia do sr. Agnor Agostinho Paiva
Secretariada por José Antônio Coimbra

Aos vinte e dois dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 42. sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélio Pinheiro, Hélio d'Arcadia, Agnor A. Paiva, Antônio M. Batista, Hélio Ricardini, Célio Porto Fernandes, Hélio V. Leite, José A. Coimbra, José F. Vaz e o Manoel Del Bueno, Heitor B. Faria e Romildo Miranda. Havendo número legal, foi aberta a sessão. O sr. presidente declarou que a referida sessão tinha sido convocada para comemorar-se a transferência da capital federal para Brasília. Em, em seguida, a palavra aos srs. vereadores. Usaram da palavra, enaltecendo a obra grandiosa do presidente da República e expressando a confiança que depositam no progresso do Brasil, os vereadores Hélio Pinheiro, Hélio Leite, Manoel Del Bueno e José A. Coimbra, tendo este último declarado que Pinhal havia comemorado, em praça pública, a inauguração de Brasília, comemoração essa que contou com a colaboração dos srs. Paschoal Vita, Abdelnor Jumira, Hélio Leite, Bruno de Freitas Guimarães, Antônio Caubados, Inacácio Jumira Amaral e Benedito Dias Inácio. Em seguida o sr. presidente se associa, em nome da Mesa, às homenagens prestadas ao sr. presidente da República e a Brasília - a capital da esperança. Convoca os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 5 de maio vindouro, ocasião em trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenilmo de Mello, secretário, a escrevi. Dispensa a que se refere o requerimento nº. 49/60, pronunciado pelo vereador Hélio Pinheiro na 42. sessão ordinária da Câmara Municipal: "Sr. Presidente. Srs. Vereadores. Vimos, o Presidente, pronunciar-me perante esta ilustrada Câmara, sôbre a cobrança do Imposto Predial, procedendo, na medida de minhas forças, responder aos falsetoes e notas vereador da ilustre bancada do P.R., o sr. de Victor Faustino Pereira da Silva, ao afirmar que a revisão que se está procedendo sôbre o valôr locativo predial é ilegal, que poderá não ser justa, mas não ilegal. O imposto predial que o Legislativo do quatriênio passado taxou, constituiu um verdadeiro absurdo não só a taxa de 14%, como pela forma de cobrança, baseada no valôr locativo de cada prédio, muito elevado por sua taxa. Daí, o presidente, resultar um verdadeiro labirinto de difícil igualização, tal a disproporcionalidade da existente sôbre

" o valor locativo predial, que violentava um protecionismo para uns e falta de justiça "
" para outros, pois quem devia pagar mais, paga menos, e quem devia pagar menos, "
" paga mais. Já fora publicada a relação dos contribuintes desse imposto, pela imprensa "
" oficial, ficaram ilesos conhecendo a inconstitucionalidade de sua cobrança, à qual resolta "
" nio valor locativo original de prédio para prédio. Não podemos, pois da lavrada da mai- "
" nia desta casa, acordar com a cobrança desse imposto, baseada num valor locativo ano "
" um critério justo, sem a disparidade existente. O povo ignora o que há, naturalmente, só- "
" ve a taxação desse imposto, desde que até hoje não se deu ciência, pela imprensa, como "
" é de lei, da iniquidade de sua cobrança calcada num valor locativo desproporcional, "
" que a Câmara passada não protestou, defendendo os direitos do povo, e agora, a ilus- "
" trada bancada oposicionista vem criticar um ato cuja culpa cabe aos legisladores do "
" quatriênio passado. Qual foi a vez que se levantou para vulnerar a desigualdade que "
" se nota no valor locativo predial, para a cobrança desse imposto? Agora, que a nova "
" administração do Prefeito Antônio Costa, encontra-se vinculada a um orçamento exi- "
" guo, para o momento, em que emanaram a Prefeitura, de fio a pavio, e a entregaram "
" à Caixa Econômica Estadual, futendem os nossos opositores tirar partido de uma pia- "
" nima situação criada por leis. Já dissemos, desta tribuna, que estamos nos envolvi- "
" do orçamento do ano passado, sendo que o Legislativo daquele ano, muito de pro- "
" pósito e por politicagem, não votou o orçamento para 1960, como o objetivo exclu- "
" sivo de evitar nova dificuldade ao novo Prefeito, que se achou emaranhado pelos di - "
" ficuldades advindas, o orçamento auxia votado, como foi ao contrário, não tivemos orça- "
" mento para o ano que corre - esse vigente no Legislativo Municipal. Esta é a verdade e "
" não há lógica que leiute a Câmara passada de tão grave omissão. Para demonstrar a dis- "
" proporcionalidade do valor locativo, pomos confundir para a cobrança do imposto predial, "
" mostramos alguns exemplos para fixar bem a injustiça dessa taxação, num vistas a pa- "
" sem do contribuinte, que nos minta toda a consideração, apenas, para exemplificar a dis- "
" igualdade sôbre o valor locativo predial, uma vez que a relação que nos foi enviada, "
" contem os nomes dos contribuintes, com a designação das ruas em que estão situados, "
" razão porque queiramo-nos a nomes e não a ruas, a fim de mostrar a disparidade "
" do valor locativo estabelecido pela administração passada, que elegeu digo eleiga "
" o novo Prefeito a uma revisão desse valor locativo, apenas, na mesma proporção do "
" de 1959. Vejamos: O prédio pertencente ao ilustre político m. de Valter Faustino Penido da Silva, "
" valor locativo Cr$ 7.200,00, situado à rua 16 de Abril, próximo à Praça da Independência, "
" ao passo que o de minha propriedade, sito à rua Floriano Peixoto, 462, hoje está locado "
" a pagar mais do que aquele, uma vez que o seu valor é apenas de Cr$ 2.400,00 e o meu foi "
" para Cr$ 13.000,00. Está certo? O prédio do m. de Aguiar Fernandes, à rua Joaquim de Nível "
" (Paraoca), valor locativo Cr$ 10.000,00. Entretanto, o pertencente a dona Ana Aparecida "
" Neves de Sá, de valor inferior situado a um quarteirão abaixo, valor locativo Cr$ ... "
" 44.000,00. Injusto, não. Permanece a injustiça dessas lançamentos. O prédio de propriedade do "
" dr. Manoel Ramida Vasconcelos (rua residencial) valor locativo - Cr$ 12.000,00 e o pertencente "
" ao dr. Ludwico B. Pinheiro - valor locativo Cr$ 13.000,00, igual ao do dr. Manoel R. Vasconcelos, "
" de valor muito superior a este. O de propriedade do m. Aguiar Fernandes Neto, que se limita "
" com o do dr. Ludwico B. Pinheiro - valor locativo Cr$ 6.000,00, quando o do dr. Ludwico Pi- "
" nheiro Cr$ 12.000,00, sendo ambos mais ou menos de igual valor. O sim, Santa Clara - valor "
" locativo - Cr$ 24.000,00, ao passo que os prédios vizinhos, com alguma exceção, valor loca- "
" tivo Cr$ 120.000,00. Está certo? O prédio pertencente ao m. Manoel Joaquim Gonçalves à rua "
" Silveira Machado, 293, uma verdadeira mansão - valor locativo Cr$ 4.800,00, multiplicado "
" por 14% aí essa a importância do imposto a pagar. Entretanto, o prédio residencial "
" do dr. Manoel R. Vasconcelos, próximo àquele, já dissemos ser o seu valor locativo Cr$ 12.000,00. "
" Está certo? Industria de Calçados Chaim Ltda valor locativo Cr$ 24.000,00, ao passo que "
" a Sudistria de Laminados Agrícolas, e de louças, vidraçarias coloniais, valor locativo "
" de cada uma, apenas, Cr$ 12.000,00. Veja m. Presidente, a abusiva disparidade dêsses "
" dois lançamentos, quem devia pagar mais, paga menos. Dr. Alberto Baldessari, Praça "
" Independência - valor locativo - Cr$ 9.000,00. Entretanto, o de propriedade do falecido Fe- "
" lício Peixoto, sito à mesma Praça Independência, valor locativo, Cr$ 13.200,00. Vejam, "
" srs. vereadores, essa desigualdade. Dra. Luiz Baleia, um prédio à Av. Oliveira Mattos, valor "
" locativo - Cr$ 10.000,00, ao passo que o pertencente ao m. Luiz Bussasi, na mesma avenida, "
" valor locativo - Cr$ 2.500,00, multiplicado pela taxa de 14% é o imposto a pagar. Dupla - "
" ção maior não é possível. Os prédios pertencentes ao dr. Ovidio Piagentini, um numero "
" de dois, situados à rua Floriano Peixoto, ambos valor locativo de Cr$ 9.600,00. Entre - "
" tanto o pertencente a dr. Ana R. já, já declaramos o seu valor locativo - Cr$ 14.000,00 "
" e assim continua essa disparidade em todos os prédios, o que constitui uma "
" calamidade. Já os contribuintes dizer imposto cobrem toda essa injustiça e mais "
" injustiças, enumerar-os-emos, calculos, tal a desigualdade no lançamento desse imposto "
" que vem da administração passada. Não será possível, m. Presidente, mantermos

" essa defesa personalidade e solicitamos ao sr. Prefeito, que mande de novo a esta Câ-
" mara, o pedido de nomeação de uma comissão de vereadores, para proceder a uma revisão
" justa do valor locativo predial. É' verdade que s. Excia. enviara um pedido à Câmara,
" solicitando a nomeação dessa comissão, que foi negada pela bancada da oposição, e
" na ocasião, em maioria ocasional diga-se eventual, não deixando assim, estabelecer
" com a nova administração nova uma revisão justa sôbre o valor locativo predial,
" para, assim, corrigir aos erros, que estão dificultando a nova administração. Quanto
" à legalidade de sua cobrança, valesa injusta, como já demonstramos, não é ilegal,
" uma vez que não se trata de aumento de taxa, mas de revisão do valor locativo predial
" e nada mais. Para salientar o nosso ponto de vista, lembramos, além de outros, o
" expressivo acórdão do Supremo Tribunal Federal, sôbre a legalidade do imposto pre-
" dial, confirmativo de decisões de instâncias inferiores, que diz: "Essa majoração
" porém, não é inconstitucional, de vez que mudou não de alteração na taxa pro-
" priamente do imposto, mas de revisão dos lançamentos, coisa que, segundo temos vis-
" to, acertadamente decidido, a Constituição não proibe. O que houve foi a acomodação
" do tributo ao valor atualizado do imovel. Se foi mal essa valôr, o que se in-
" fere do silencio do executado, que não o impugnou, e se não houve erro
" autentico no calculo para a determinação do quantum do tributo, pouco importa
" qual tenha sido, no exercicio anterior, a quotação cobrada". Jurisprudencia so-
" bre tributação municipal, de 1958, paginas 286 e 287. Essa decisão do Tribunal in-
" felizmente, foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, sr. Presiden-
" te, a bancada da maioria quer justificar essa, não poderá aplaudir a revisão
" sôbre o valor locativo predial, pois forma que se está processando, mal que vem
" de trás, da administração passada, uma vez que, assim, a injustiça continúa
" mascarada e agravada. Apelamos, do alto desta tribuna, para que o sr. Prefeito estude
" uma forma justa para reparar abusos anteriores à gestão de s. Excia., que mani-
" festa boa vontade para bem servir o povo de nossa terra. Procede-se à uma revisão
" locativa equilibrada, para que o povo pague o imposto, mas com justiça. É o
" que eu tinha a dizer." Ignez Iglesias Puigo

Ata da 9a. reunião ordinária, da 12. ano, da 4a. legislatura, da Câmara Municipal de Pirabeiraba, realizada em 5 de maio de 1960

Presidência do sr. Agnaldo R. Puigo

Secretariada por José R. Coimbra

Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pirabeiraba, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pirabeiraba, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélcio Pinheiro, Adélio d'Arcadia, Agnaldo Puigo, Antônio C. Mannelli, Antônio Ln. Baptista, Hélio Biondini, Célio P. Fernandes, Hélio V. Leite, José R. Coimbra, José J. Vieira, Luciano de Lima, Luiz Ton B. Faria, Romildo Miranda, Silviano L. Nunes e Valter Faustino. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Passou-se à leitura do expediente, que constou do seguinte: 1) Ofício do sr. Daniel Pereira Nunes Filho, comunicando ter sido eleito presidente da Câmara Municipal de São Manuel: "Apoiado". 2) Mensagem nº. 15/60, do Prefeito Municipal, encaminhando novas contas lançamento, do Banco Imobiliário do "Comércio e Indústria S/A": "Às Comissões de Justiça e Finança"; 3) Indicações: a) nº. 54/60, do vereador Silviano R. Nunes, no sentido de serem concluidas as obras de melhoria do Bairro São Benedito: "Ao sr. Prefeito"; b) nº. 55/60, dos vereadores Agnaldo Puigo e Luiz Ton B. Faria, reiterando providências para o alargamento dos bancos existentes na rua vereador Bataro de Filippo: "Ao sr. Prefeito"; c) nº. 56/60, do vereador José J. Vieira, reiterando a colocação de uma fonte ao lado do cemitério público, para uso dos eleantinos: "Ao sr. Prefeito"; d) nº. 57/60, do vereador Hélcio V. Leite, para o prefeito convidar os fiscais periodistas e candidatos a colocarem estandes de propaganda no Parque Municipal: "Ao sr. Prefeito". e) nº. 58/60, do vereador Hélcio Leite, para o executivo oficiar ao presidente do Instituto Brasileiro do Café e a varios embaixadores estrangeiros, solicitando a instalação em Pirabeiraba de uma indústria de café solúvel: "Ao sr. Prefeito". 4) Requerimentos: - a) nº. 51/60, do vereador Luiz Ton B. Faria, solicitando a nossa de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente"; b) nº. 52/60, do vereador Luciano de Lima, no sentido de se oficiar ao prefeito solicitando a publicação na imprensa dos lançamentos de todos os impostos municipais: "Ao sr. Prefeito"; c) nº. 53/60, dos vereadores José Filippo Vieira e Luiz Ton B. Faria, solicitando varias informações à Sulfúrica Pirabeiraba S/A: "Solicitem-se as informações desejadas"; d) nº. 54/60 do vereador José J. Vieira, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. Anacleto Lucianí: "Aprovado", e) nº. 55/60, do vereador Hélcio Leite, no sentido de ser formada uma comissão especial para estudar a elaboração de um novo Código Tributário e outras medidas: "A Comissão será designada oportunamente"; f) nº. 56/60, do vereador Hélcio Leite, propondo um voto de congratulações aos vários deputados que têm trabalhado em favor do Município de Pirabeiraba: "Aprovado. Comunique-se aos interessados"; g) nº. 57/60, da Comissão de Finança, no sentido de ser intimado o pedido de informações feito à Sulfúrica Pirabeiraba S/A: "Oficie-se na forma solicitada"; h) nº. 58/60, do vereador Agnaldo Puigo, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. Antônio Afonso Gomes: "Aprovado"; i) nº. 59/60, do vereador Agnaldo Puigo, propondo um voto de congratulações com o professor João B. F. Marques, por ter atingido 30 anos à frente da lecionância do Ginásio

de Educação: "Aprovado"; 3) do vereador Joaí A. Coimbra: I) nº. 60/60, propondo um voto de júbilo pelo transcurso do 302 ano em que o professor João B.A. Marques se encontra à frente do Estabelecimento de Educação: "Aprovado"; II) nº. 61/60, pedindo a nomeação de uma comissão para tratar junto ao Governador do Estado do início das obras do prédio do Instituto de Educação: "A Comissão será designada oportunamente"; III) nº. 62/60, solicitando informações ao executivo sôbre vistoria no prédio do Instituto de Educação: "Atendido"; IV) nº. 63/60, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. Antônio Afonso Gamoso: "Aprovado"; V) nº. 64/60, propondo um voto de pesar pelo falecimento do menino Antônio Felício Camoes: "Aprovado"; VI) nº. 65/60, propondo um voto de congratulações com o jornal "A Gazeta", por completar mais um ano de existência: "Aprovado"; VII) nº. 66/60, no sentido de se oficiar ao deputado Leonidas Camarinha apoiando o projeto de lei que isenta os impostos feitos aos municípios pela Caixa Econômica Estadual: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". 6) Projetos de lei: a) nº. 17/60, do vereador Ilídio V. Leite, concedendo isenção de impostos a pessoas incapazes ou deficientes: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; b) dos vereadores Joaí A. Coimbra e Waltom B. Louzas: I) nº. 18/60, criando a Guarda Noturna Municipal: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". II) nº. 19/60, dispondo sôbre a concessão de salário-família aos servidores municipais: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; III) nº. 20/60, criando a Guarda-Uniforme em Pinhal: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". Concedida a leitura do expediente, o sr. presidente dá a palavra aos srs. vereadores. O vereador Ilídio V. Leite diz, em resposta ao discurso de um colega nesta Casa, pronunciado na sessão anterior, que os homens da atual administração passada, motivo porque reformava seu ponto de vista de que os pedidos são escalonados, geralmente futuristas a pessoas humildes, não deviam ter os impostos majorados. Afirma que o seu partido, o P.S.B., não está administrando, mas apenas apoia um programa de governo, não sendo por isso mesmo responsável por alguma injustiça que venha a ser cometida na incisão de tributos. Diz estranhar que o líder da U.D.N. queira incompatibilizar a maioria situacionista com o povo pinhalense, quando é êste que o explicita nesse sentido. Lembra que o exercício de 1959, encerrando com deficiência de Cr$ 1.000.000,00, teve de ser coberto com o produto de empréstimo bancário, e que o exercício de 1960 encerrará com deficiência ainda maior, se não forem majorados os impostos municipais. Lembra que os impostos municipais foram majorados em 100%, de acôrdo com deliberação tomada pela maioria de votos, numa reunião realizada entre os ex-vereadores da situação e o executivo. Afirma que o executivo está encontrando dificuldades para administrar, pois não esperava encontrar a Prefeitura com tantos compromissos financeiros assumidos pelo ex-prefeito. Lembra do líder da U.D.N. - respondendo êste esclarecia o assunto - porque motivou o contrato do orçamento que veio fiscalizando o serviço de abastecimento de água foi promovido por mais de 90 meses, o que é estranho e inexplicável e estranho, pois o contrato assinado anteriormente abrangia uma área em Janeiro de 1960, o que demonstra um patriotismo escandaloso. Diz que o P.S.B. fiscalizará a aplicação dos dinheiros públicos, visando assim pelos interêsses da coletividade, e declara que isso não foi feito na administração passada, quando o prefeito passado, a exemplo dos luxos de seu mandato, de 14 meses cargos, sem os impostos com as despesas que o Município teria que implantar no exercício de 1960, despesas essas provenientes de seus desmandos administrativos. (Assume a presidência o vereador Ilídio V. Leite) O vereador Agmon Braga diz prestar uma homenagem, naquele instante, a um amigo e companheiro que desaparece, deixando viúva e filhos - Antônio Afonso Gamoso -, cidadão que foi, enquanto na saúde e permitiu, um lutador no campo da assistência social. O vereador Waltom de Souza se associa, em nome do U.D.N., a essa homenagem. Prosseguindo, o vereador Agmon Braga diz também homenagear, naquela oportunidade, a figura de João B.A. Marques, que há 30 anos vem trabalhando como diretor do Ginásio e Escola Normal, ajuntando o que de melhor tem para a educação de varias gerações. Diz ser uma homenagem justa e tão exata e dedicado funcionário, que foi um dos fundadores do antigo Ginásio Municipal. Expressa, em seguida, sua satisfação pela instalação, em Pinhal, do Banco do Brasil, dizendo tratar-se de dois grandes melhoramentos, e apelando aos políticos locais para que deixem de lado as questões partidárias, trabalhando todos unidos em benefício do povo. Congratula-se, em seguida, com o jornal local "A Gazeta", por haver completado mais um ano de existência, sempre prestando grandes serviços ao povo pinhalense. (Reassume a presidência o vereador Agmon A. Braga). O vereador Valter Faustino diz que, não lhe tendo sido possível estar presente à última sessão da Câmara, por dedicar as sextas-feiras à sua loja maçônica, privou-se de ouvir o discurso do líder da maioria, tendo, entretanto, lido as palavras pronunciadas pelo mesmo, e que iria contradizê-las naquele instante. Diz que a maioria da Câmara decidiu, não só dizer de aplaudir suas vozes e combater a revisão do Imposto Predial, por não haver lei que a autorize, por não constar de previsão orçamentária e por ser incontestavelmente ilegal, visto não estar sendo obedecido o parágrafo 1º, do artigo 137, da lei municipal nº. 42. Diz que a Câmara passada cumpriu seu dever, louvando muitas finanças do prefeito para administrar, aumentando 40% os impostos e taxas municipais, e congelando êsse aumento durante 3 anos. Diz que os valores do Imposto Predial já existiam na administração, tendo sido majorados em 1953, pelo ex-prefeito Sizo Martinho, após autorização contida na lei nº. 87, de 5-9-1952, e nomeação de uma comissão composta de um proprietário, um inquilino e um construtor. Diz que o talonário a que se referiu o líder da maioria foi lavrado do quadrilátero Pinhalense, e naquela ocasião não foi assim considerado pelo ilustre vereador Ilídio Pinheiro, que talvez o achasse justo.

diz que a cobrança do Imposto Predial, baseada no valôr locativo, gera injustiças, principalmente quando o recurso legal é desobedecido por um prefeito ditatorial, como o atual. Afirma que no anteprojeto do Código Tributário continuavam vigorando êsses mesmo critérios, motivo principal de sua não aprovação pela bancada do P.R., que não conseguiu substituir o referido critério por outro mais justo, baseado na antiguidade qualificada, categoria de construção e localização do prédio, não tendo sido possível aos vereadores republicanos fazer mais nada a respeito da matéria, pois o Legislativo absolutamente pode corrigir injustiças em matéria de tributos quando solicitado pelos interessados. Diz que a Câmara passada aprovou um aumento de 40%, e que as injustiças continuaram, porque vinham de trás, e que sòmente a instituição de um novo Código Tributário, com outro critério, poderá sanar as falhas atualmente existentes. Diz que a desigualdade que existe na administração passada, já existia no quatriênio 1953-1955, não tendo havido época a vereadora Aélio Pinheiro protestado contra as injustiças. Reclama que o P.R. foi o único responsável pela não aprovação do orçamento para o ano de 1960, porque, contrário à majoração do Imposto Predial, negou-se a votá-lo favoràvelmente, visando a defesa da bôlsa do povo, e não por politicagem e propositadamente, conforme asseverou o líder da maioria, pois segundo informações do vereador Agenor Puigo interessava ao prefeito êsito a não votação da proposta orçamentária. Diz que o P.R. tinha votado o orçamento para 1960 se vislumbrasse a coragem inaudita dos vereadores de 11 de outubro em ludibriar a lei, que está possibilitando a investida contra a bôlsa do contribuinte, com um aumento iníquo, ilegal, absurdo e astronômico. Esclarece novamente os contribuintes o processo legal para segurarem seus direitos e explica, inclusive, que a casa onde reside atualmente, foi adquirida por Cr$ 30.000,00, e estava cotada por Cr$ 150.000 numerário, havendo uma lei que limitava em 10% o aumento dos impostos, o referido prédio estava taxado pelo valôr locativo de Cr$ 2.400,00 anuais, e que pretende até 1952, tudo isto não aumentado, mediante revisão autorizada por lei, para Cr$ 4.200,00, aumento êsse de 200% -; em 1957 o referido imóvel foi aumentado novamente em 40%, ficando congelado até 1959, como os demais prédios. Diz que se o valôr locativo do referido imóvel é menor do que outros, culpa cabe à lei que regula a taxação dêsse imposto, e nunca ao protecionismo, porque jamais se dirigiu à Prefeitura para solicitar uma favor pessoal nos 4 anos de administração passada. Afirma que o seu filho - Luiz Cordeiro Amaral - não é proprietário de nenhum prédio na Av. Oliveira Lima, mas sim de um barracão na rua Reginaldo Leite, cujo valôr locativo, em 1959, era de Cr$ 2.500,00, tendo passado, agora, para Cr$ 18.000,00, por lhe ter sido alugado. Diz que a casa localizada na Av. Oliveira Lima é de propriedade de dona Lucila D. Amaral, e estava taxado, em 1959, em Cr$ 3.400,00, um pouco menos do que o prédio localizado na mesma artéria, de propriedade da dra. Ivis Pinheiro. Diz que a diferença entre os dois prédios originou-se do fato da dra. Ivis Pinheiro ter sido de aluguel, ao passo que o de dona Lucila D. Amaral não, o que explica a pequena desproporção existente entre os dois lançamentos. Afirma que o Legislativo não tem função administrativa, que é excessiva do prefeito, não podendo por isso mesmo nomear uma comissão de vereadores para proceder qualquer revisão de lançamentos de tributos, e se o fizesse, os vereadores ficariam sujeitos aos mesmos motivos forçam o P.R. votar contra a solicitação feita pelo executivo nesse sentido. Diz que o líder da oposição diga situação citou um acórdão do Supremo Tribunal Federal, de cuja leitura se depende que até se trataria de um caso isolado, e não de uma revisão geral. Lembra expressando o pensamento do Partido Republicano, no sentido de que sòmente com a elaboração de um Código Tributário poderemos fazer novas leis para o cálculo do Imposto Predial, calando-se por muito guardado de construção, pela categoria e localização do prédio, e que será justa a mencionada justiça. Enxugando mais quando usar da palavra, o sr. presidente anuncia ir passar à ordem do dia, que se constitui do seguinte: 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 3/60, do Prefeito Municipal, alterando as taxas de emitente municipal: aprovado, com a exclusão da palavra "intervivos" do artigo 32. da proposição. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 11/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre majoração de vencimentos do funcionalismo municipal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças, e com emendas de autoria; com emenda do vereador Antônio C. Mancinelli e substitutivo do vereador José A. Coimbra: foram aprovados o projeto e as emendas das Comissões de Justiça e Finanças, e rejeitadas a emenda e o substitutivo, respectivamente dos vereadores Antônio C. Mancinelli e José A. Coimbra. Tendo o vereador Antonio C. Mancinelli apresentado outras emendas ao projeto, o vereador Aélio Pinheiro negou a emenda das mesmas às Comissões de Justiça e Finanças, para pareces, sendo tomada essa providência pelo sr. presidente. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 4/60, do vereador Aélio d'Arcadia, concedendo uma pensão mensal à viúva de José Mascaretti, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. 4) Discussão e votação única do projeto de resolução nº. 1/60, do vereador Antonio Ln. Baptistão e outros, dispondo sôbre a concessão de gratificação, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. Esgotada a matéria em pauta, o sr. presidente anuncia ir passar à explicação pessoal. O vereador Luciano Del Supino congratula-se com o prof. João S. Marques, pelo seu Jubileu de Prata à frente do Ginásio local e manifesta o seu ponto de vista contrário ao projeto de lei do vereador José A. Coimbra, cuidando a grandeza municipal, o que acarretará despesas ao Município sem trazer qualquer benefício. Afirma

tendum, que na próxima sessão usará da palavra para abordar a questão da não aprovação do orçamento para o corrente ano de 1960. O vereador Aldrio Pinheiro diz que, no discurso que proferiu na sessão anterior, apontara alguns exemplos de funcionamentos desproporcionados, circunscritos

pelo autor". k) nº. 77/60, dos vereadores Hélio Brito e Yoni A. Coimbra, congratulando-se com o jornal "A Gazeta", de São Paulo, pelo seu 55º aniversário: "Aprovado". 4) Justificações: a) nº. 59/60, do vereador Hélio Brito, no sentido de se efetuar o calçamento na rua Belvo Pereira Machado, para evitar-se desastres automobilísticos, e urgindo a reconstrução de uma ponte na estrada da Lagoa de São Francisco: "Ao nº. Pugliesi". b) nº. 60/60, do vereador Yoni A. Coimbra, no sentido de ser executivo promover uma reunião com os contribuintes para a formação de uma comissão com o fim de promover um estudo para o reajuste dos lançamentos do Imposto Predial: "Ao nº. Pugliesi". 5) Projetos de lei: a) nº. 31/60, do vereador Manoel Dal Bianco e outros, declarando de utilidade pública o Hospital "São Francisco de Assis": "À Comissão de Justiça"; b) nº. 32/60, do vereador Yoni A. Coimbra, dando o nome de Rua Alexandre Fleming: "À Comissão de Justiça e Serviços Públicos"; c) nº. 33/60, do Executivo Municipal, dispondo sobre a aprovação e retificação de convênio firmado entre a Prefeitura de Piracicaba e o SAMDU: "À Comissão de Justiça, Finanças, Serviços Públicos e Saúde". Encaminhando a leitura do expediente, os vereadores Hélio Pugliesi, Valter Faustino e Hélio Brito se associam, em nome dos respectivos bancadas, aos sentimentos de pesar pelo falecimento do sr. Roberto Sabbag Junqueira e dona Maria do Carmo Carvalho Fernandes. Em seguida, estando presente no recinto o vereador José Pompeu, o sr. presidente concede a comissão composta dos vereadores Antônio Martins Batista, Silvestre Ribeiro de Moura e Hélio de Arruda Pereira para introduzir-lo no recinto, o que é feito, tendo o representante prestado o compromisso regimental e sido declarado empossado. Em seguida o sr. presidente dá a palavra aos srs. vereadores. O vereador Manoel Dal Bianco diz que o ex-prefeito enviou em data de 30 de setembro de 1959 uma mensagem à Câmara solicitando prorrogação do prazo para a remessa da proposta orçamentária, baseado em prorrogações idênticas concedidas por outros legisladores do Estado de São Paulo, inclusive da cidade de Ribeirão Preto, cujo executivo informou ao sr. Manoel Carlos Gonçalves, pelo ofício nº. 114/59, que havia obtido a concordância da Edilidade local nesse sentido. Diz que de acordo com o artigo 169, do Regimento Interno, a solicitação do ex-prefeito era e é anti-regimental, tendo o ex-chefe do executivo perdido a oportunidade de enviar à Câmara o projeto de lei orçamentária, não tendo também nenhum dos vereadores da passada legislatura se interessado em apresentar a referida proposição, inclusive o ex-presidente da Edilidade que, ao contrário de seu procedimento em outras oportunidades, não se pronunciou com o assunto. Diz que na administração Ignacio Antônio todos os vereadores, da situação e da oposição, juntamente com o ex-presidente Carolino J. M. Silva, batalharam pela aprovação da proposta orçamentária, o que conseguiram quase no término do prazo regimental, o que infelizmente não aconteceu com os vereadores de 1959, que prestigiaram a candidatura do sr. Antônio Costa, os quais nada fizeram com influência ao assunto. Diz ainda mesmo após as eleições, os vereadores que apoiaram o candidato vitorioso, srs. Bpaunindes Prates, José Pompeu, Hélio Pinto, Benedito M. Rosas e Agnaldo A. Puigo, mesma minoria no recinto, tinham, juntamente com o ex-presidente da Câmara, a obrigação moral de apresentar o projeto de lei orçamentária, o que infelizmente não fizeram, não tendo uma mínima compreendido às razões que posteriormente se relacionam. Afirma que os srs. Agnaldo Puigo e Adelino Guarinello expressaram, em 1959, o ponto de vista de que, passada a eleição de outubro, deveria-se fazer um esforço no sentido de se aprovar os últimos atos da administração passada, bem como as proposições de interesse do novo prefeito eleito. Diz que posteriormente o ex-prefeito convidou os vereadores que apoiaram a candidatura "Tio Quinu" para uma reunião em sua residência, a fim de se estudar a elaboração da proposta orçamentária para 1960, ficando assentado que o projeto seria apresentado na primeira oportunidade, o que realmente se deu, tendo sido prevista a receita de 18 milhões de cruzeiros e fixada a despesa em 17 milhões e 242 mil cruzeiros, previsão essa baseada no provável excesso de arrecadação. Reafirma que não se cogitou, na reunião realizada na residência do ex-prefeito, de qualquer aumento de impostos, mas sim da receita, consequência natural dos aumentos de vencimentos de prédios, maior movimento de vendas, das indústrias e comércio. Diz que em virtude de encontrar-se naquele instante licenciado de seu cargo de Secretário da Câmara, o ex-prefeito deu ordem ao sr. Adelino Guarinello para a elaboração urgente da proposta orçamentária, tudo isto funcionando alheio não ao fiscalizar de sua atribuição, somente o fazendo posteriormente, após nova ordem dada pelo sr. Manoel Carlos Gonçalves. Elaborada a proposta orçamentária, deu ela entrada na Câmara na sessão do dia 19 de novembro de 1959, havendo portanto 11 dias para sua discussão e votação, o que infelizmente não se deu pelo fato da bancada do P.R. ter boicotado o andamento da proposição, consoante declaração feita pelo líder dessa bancada, vereador Valter Faustino, numa das últimas sessões. Diz que o vereador Valter Faustino foi aplaudido por elementos da situação, que lhe fizeram sentir que o aumento da receita na previsão da majoração de impostos, e não do excesso de arrecadação. Diz que não ignorava tão baixo expediente daqueles que estavam interessados em que não fosse aprovada a proposta orçamentária, que pudessem jogar ao povo que Iria ser aprovado um orçamento com elevação de tributos. Diz que a verdade toda nua não falha, porquanto, pelas declarações de seus colegas, os elementos contrários pugnaram o antigo orçamento, e não o que foi apresentado em 1959, a fim de que o atual prefeito tivesse maior maleabilidade na aplicação do excesso de arrecadação, que deverá montar, no corrente exercício,

a 5 milhões de escudos. Diz que muitos vereadores da passada legislatura, a mão cheia os da U.D.N., se intimidaram na aprovação da proposta orçamentária, esquecendo os da U.D.N., se intimidaram na aprovação da proposta orçamentária, esquecendo-se de Excia. que aos colegas assistem como verdadeiras suas palavras, pois esse contribuinte não somente a opinião pública de sua terra é que poderá julgá-los, livre de injunções políticas, como também aos seus companheiros de partido. Diz, em seguida, que, felizmente, o vereador Élio Leite dedicado à Casa, na sua sessão anterior, que existe um fundo de Comparticipação para a Viação, uma conta do nº. Manuel Carlos Gonçalves autorizando um aumento de impostos em 100%, cumpria-lhe salientar que na verdade o nº. Adelino Bacalhau pediu apenas uma orientação dos vereadores perante a uma reunião realizada na Assembleia do ex-Distrito, para atenuar as importâncias das multas orçamentárias do Imposto de Indústrias e Profissões, tomando por base apenas a previsão do recurso da arrecadação, o que era futuramente viável, visto que o lançamento é feito de acordo com o movimento de vendas. Solicita, por isso, que o seu colega Élio Leite exiba a relação exata para se constatar da exata expressão de que os impostos duniam ao atingidos, em todos os itens, na base de 100%. Esclarece, em seguida, que os lançamentos são os mesmos para a Industria de Imovéis Dª Emma, da qual é sócio, foram feitos de acordo com a legislação em vigor, não havendo qualquer favorecimento, de conformidade com dados concretos que existe ao pelouro. Reporta-se, também, ao facto da Indústria de Laminados Agrícolas Pinhal Estar isento o Imposto Predial aumentado, de Cº$12.000.00 em 1959, para Cº$24.000.00 em 1960, isso do imovel 489, sendo que os demais estão isentos por lei municipal. Diz, em seguida, ter conhecimento de que muitos lançamentos do Imposto Predial estão sendo modificados e reduzidos com o necessário requerimento e o indispensavel despacho do fiscal, sendo, por isso, precisas providências do sr. Antonio Costa, para acabar com tais favorecimentos. Justifica, em seguida, o pedido de lei de sua autoria, que declara de utilidade pública o Hospital "Francisco Reosa" local, o que é feito somente agora por existir uma lei que concede as instituições assistenciais o direito de não contribuirem para os Institutos de Aposentadoria, desde que sejam declaradas de utilidade pública. O vereador Yves Philippe Vinolo diz que o jornal local "A Folha", em sua secção "Canal 13", referindo-se ao projeto de lei de sua autoria, que concede isenção de impostos a novas industrias, afirma que as firmas foram bem agraciadas, e que as ricas não as mais beneficiadas. Afirma que o articulista se esqueceu de que, felizmente a idéia do autor da proposição não foi dar regalias a este ou aquele, mas sim vigorar o numero de operarios que tão serviço possa industrias, com melhores empregos e maior remuneração, o que aumentará o padrão de vida em Pinhal. Diz que a lei autoriza se referem das pequenas industrias, e que se o jornalista "W" tivesse idéia melhor, mais util, mais pratica, mais sensata, que a apresente, que Excia. a submeterá à aprovação do Legislativo, caso contrário o articulista deve deixar de fazer críticas destrutivas, o que não o melhor caminho a tomar. (Assume a presidência o vereador Élio Leite). O vereador Agnaldo Ruiz diz que, tendo sido citado pelo seu colega Manuel Dª Emma, sentia-se obrigado a esclarecer o assunto referente a não aprovação da proposta orçamentaria para 1960. Diz que duas razões - Indústrias e Profissões e Predial - foram aumentadas na proposta orçamentária em 100%, não tendo Excia. tomado parte na reunião que tratou desse aumento. Diz que o atual prefeito estaria em dificuldades se fosse aprovado o projeto de lei orçamentária, pois elevava para Cº$14.000.000.00 a receita, importância que entendia ser excessiva. Afirma que pessoalmente sabe que não devemia aprovar o orçamento, pois o velho era melhor do que o novo, e que sua propaganda seria inutil, pois não estava em condições de elaborar o respectivo projeto, visto não ser coisa facil, dependendo da ajuda de elemento técnico no assunto, e tanto isso, é verdade que os autores da proposição solicitaram a colaboração do Conselho da Fazenda. Diz que está se aproximando o momento de elaborar-se o orçamento para 1961 e a-pela aos seus colegas a fim de que todos se congreguem para aprovação, dentro do prazo legal, do respectivo projeto, encarando suas considerações dizendo não responsabilizar ninguem pela não aprovação do orçamento de 1960, pois não podia ser aprovado rapidamente. (Reassume a presidência o vereador Agnaldo Ruiz). O vereador Élio Leite diz que aproveita a indicação do prefeito no sentido deste solicitar da Secretaria da Agricultura, a instalação, em Pinhal, pelo DEMA, de uma escola de tratoristas e um posto de mecanização agricola. Diz que a Secretaria da Agricultura, atendendo ao pedido do nº. prefeito, enviou a Pinhal um funcionário para estudar a possibilidade do se atender tão justa reivindicação, que trará grandes benefícios aos lavradores. Dirige um apêlo a todos os seus colegas e ao nº. Prefeito local a fim de que colaborem no sentido de concretizar-se a instalação, em Pinhal, de uma escola de tratoristas e um posto de mecanização agricola. O vereador Valter Faustino segue a prorrogação dos trabalhos por mais uma hora, sendo o requerimento aprovado. Ninguem mais querendo usar da palavra, o nº. presidente anuncia ir passar à ordem do dia, que consta do seguinte: 1) discussão e votação da redação final do projeto de resolução nº. 1/60, do vereador Antônio Medeiros Batista e outros, dispondo sôbre concessão de gratificação, com parecer da Comissão de Redação: aprovado. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 11/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre majoração de vencimentos do funcionalismo

municipal, com emendas do vereador Antônio Carlos Imaimbi e parecer contrário às mesmas das Comissões de Justiça e Finança; e com emendas dos vereadores José Antônio Coimbra - uma -, Valter Faustino - uma -, Antônio Mr. Batista - uma - e Ivanno del Fiume - uma: é aprovado o projeto juntamente com as emendas dos vereadores José A. Coimbra, Valter Faustino, e Antônio Mr. Batista, sendo a emenda do vereador Ivanno del Fiume retirada pelo seu autor e rejeitadas as emendas do vereador Antônio Carlos Imaimbi. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 4/60, do vereador Adélio d'Arcadia, concedendo uma pensão mensal à viúva de José Mascaretti, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 5/59, do vereador Epaminondas Scalco e outros, dispondo sôbre a cobrança dos impostos e taxas municipais e revogando a lei nº. 222, de 5-12-1958, com pareceres pelo arquivamento da proposição da Comissão de Justiça e Finança: aprovado o arquivamento do projeto. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 13/60, do vereador José F. Vicalo e outros, alterando dispositivo da lei que concede isenção de impostos a novas industrias, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos; e com emendas das duas primeiras: aprovado o projeto de lei juntamente com a emenda proposta pela Comissão de Finança. O vereador José A. Coimbra requer prorrogação dos trabalhos por mais 30 minutos, sendo o requerimento aceito pelo plenário. Logo-feita a matéria em pauta, o sr. presidente anuncia a passar à explicação pessoal. O vereador Célio Porto Fernandes diz que desistia, naquele instante, da licença que solicitára, motivo porque devia ser dado seu voto o requerimento nesse sentido formulado pelo sr. Excia. e lido na expediente. Prorroga, em seguida, os srs. presidente, se com a aprovação da emenda do vereador Antônio Mendes Batista, ao artigo 82. do projeto de lei nº. 11/60, o cargo de Tesoureiro foi ou não equiparado aos cargos de Contador e Escriturário. O sr. presidente informa que o projeto de lei será enviado à Comissão de Redação, a fim de que esta o redija devidamente com a emenda em segunda discussão. O vereador Ivanno del Fiume externa sua alegria por não ter havido, durante a sessão, uma maioria numerica, trabalhando e deliberando a Câmara de acordo com as idéias de cada edil. O vereador Antônio Carlos Imaimbi agradece a atenção e amabilidade que sempre acolhe de seus colegas, esperando voltar à Câmara após o término da licença que requereu. O vereador Valter Faustino diz que pretendia fazer uma correção na ata da última sessão, na parte referente ao discurso que pronunciou, não lhe tendo entretanto sido possivel fazê-lo, motivo porque reserva-se para aquele instante, diz que ao referir-se ao loteação de sua pro. Luiz Camilo Ramos, na rua Agenor Veiga, afirmára que o valor locativo do imovel, em 1958, na de Cr$2.500,00, tendo passado em 1959 para Cr$18.000,00, e não como saiu na ata. Diz também ter afirmado, na mesma sessão, que a proposta orçamentária para 1961 contivesse um aumento de impostos, não tendo entretanto dito que tal aumento atingiria a 100%. O sr. presidente solicita às Comissões que exam pareça com urgência sôbre o projeto de lei que aprova o Convênio com o Estado, a fim de que o mesmo possa ser discutido e votado na próxima sessão ordinaria. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convocou os nobres vereadores para a próxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 2 de junho vindouro, incumbindo os trabalhos na seguinte. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Mello, escrivão, a escrevi. Agenor Veiga

Ata da 11ª sessão ordinária, do 12. ano, da 42. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 2 de junho de 1960.

Presidência do sr. Agenor A. Veiga

Secretariada por José Antônio Coimbra

Aos dois dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos nobres vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adélio Pinheiro, Adélio d'Arcadia, Agenor Veiga, Antonio Mr. Batista, Attilio Bandinini, Célio V. Brito, José A. Coimbra, José F. Vicalo, José Pomica, Ivanno del Fiume, Romildo Miranda, Silviano B. Justa e Valter Faustino. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Lida a ata da sessão anterior, o vereador Valter Faustino solicita que dela conste o aparte que o sr. Excia. deu ao discurso de seu colega Célio Brito, de que êste estava na obrigação moral de exibir, em plenário, a carta enviada pelo ex-prefeito Ivanno del Fiume ao Governador do Estado, determinando o aumento de impostos em 100%. Sem reparos à aprovada e assinada a referida ata. Estando presente no recinto o suplente Benedito Olavo Leal, o sr. presidente manda à comissão composta dos vereadores Antonio Mr. Batista, José F. Vicalo e Silviano B. Justa para introduzi-lo no recinto, o que é feito, tendo o referido suplente prestado o compromisso regimental e sido declarado empossado. Passa-se ao expediente, que consta do seguinte: 1) Ofícios: a) de Domicio Paolino de Oliveira Fernandes, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento de dona Ivanna do Carmo Carvalho Fernandes: "Arquive-se"; b) de dona Ivanna Constantina Botelho Fiume, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento de seu esposo Antônio Afonso Fiume: "Arquive-se"; c) do deputado Orpheu Santo, agradecendo os congratulações que lhe foram enviadas pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se". 2) Indicações: a) nº. 41/60, do vereador José Pomica, no

mutido de se estudada a possibilidade de se asfaltar a rua Barão Im. Paro e o outro da cidade, e lembrando a necessidade de se instalada sede de agôto na Vila Imaruí: "Ao ex. pujeito"; b) ue. 66/60, do vereador José F. Viola, reguindo seja colocadas uma lixeira grande no mercado municipal: "Ao ex. pujeito". 3) Requerimentos: a) ue. 78/60, do vereador José A. Coimbra, solicitando licença de 17 de junho a 5 de outubro de 1960: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente"; b) ue. 79/60, do vereador José A. Coimbra, no sentido de se oficiado ao deputado Jéferso Faria Cardoso, apoiando o projeto de lei ue. 1679/59. "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; c) ue. 80/60, do vereador Imaruí del Bianco, pedindo a inversão, na ata, de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Imaruí Elias: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". Os vereadores Valter Faustino - P.R., Hélio Pinheiro - Coligação e Hélio Leite - P.S.B., se associam, em nome dos respectivos bancadas, ao voto de pesar proposto pelo vereador Imaruí del Bianco; d) ue. 81/60, do vereador Imaruí del Bianco, solicitando do executivo a publicação, na imprensa local, de uma relação de todos os nomes relacionados com o recurso do impetrismo concedido pela Caixa Econômica Estadual: "Ao ex. pujeito". 4) Projeto de lei ue. 24/60, do vereador José A. Coimbra, elevando crédito especial para pagamento de fotografias destinadas ao alistamento eleitoral: "Ao Comissão de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". 5) Requerimento da funcionária Dona Guissardi, solicitando a equiparação de seu cargo ao de professora do Parque Infantil: "À Comissão de Justiça". 6) Mensagem do Pujeito Municipal: a) ue. 18/60, encaminhando recurso contra lançamento do Imposto Predial, formulado pelo sr. Francisco Souza Brito: "Ao Comissão de Justiça e Finanças"; b) ue. 19/60, encaminhando recurso do Banco Indústria e Comércio contra o lançamento do imposto Predial: "Ao Comissão de Justiça e Finanças. Encaminhe-se à leitura do expediente, o sr. pujeidente da a palavra aos srs. vereadores. O vereador Benedito Olavo Luz diz que defendeu, na Câmara, o aumento e o povo, trabalhando sempre com se afastar da linha de conduta ultimeira que traçou. Afirma que combateu tudo que foi contra os interesses do povo, e teve comunicação criticando o aumento dos lançamentos do Imposto Predial, dizendo que o tributo está pujoando o pobre que contribui a casa própria com sacrifício. Diz que o executivo deve também estar ao lado do povo, e que o critério adotado para o lançamento não é justo, estando ausente Hélio à Câmara, o pujmindo o povo e sacrificando aos claros desfavorecidos. O vereador Hélio Leite diz que o seu colega Imaruí del Bianco solicitou, na última sessão, a exibição, em plenário, da carta dirigida pelo ex-pujeito Imaruí Carlos Gonçalves ao Contador da Pujeitura, determinando o aumento dos impostos municipais na base de 100%, motivo porque ia ler, imediatamente, os termos da referida missiva, cuja cópia lhe tinha sido entregue pelo autor Adélino Bracinho. Procede, em seguida, à leitura da carta e diz que o Contador da Pujeitura está pronto a enviar o original da carta à Câmara, para exame, se assim desejam os srs. vereadores, tendo também se pronticificado a entregar uma cópia do lido da U.D.N., vereadores Imaruí del Bianco. Pague, em seguida, cuja referida carta transcreta na ata dos trabalhos legislativos, para conhecimento do povo. O sr. pujidente solicita ao vereador Hélio Leite que faça o seu pedido por escrito. O vereador Imaruí del Bianco diz de sua satisfação por ver, integrando a Câmara Municipal, o combativo e aderente pujeidente, Benedito D. Inaí, que muito poderá fazer em benefício do povo no desempenho de seu mandato. Agradece, em seguida, ao seu colega Hélio Leite por ter trazido ao plenário a carta do ex-pujeito Imaruí Carlos Gonçalves, cuja leitura veio demonstrar que o líder socialista não estava com a razão quando em discurso pronunciado na Câmara afirmava que a referida missiva determinava o aumento de 100% dos impostos municipais. Diz que a carta apenas previa um aumento natural das alíneas, em excesso de arrecadação, e nunca uma majoração abunda de 100%. O vereador Valter Faustino diz que a bancada do P.R. votará favoravelmente à inversão, na ata dos trabalhos legislativos, do teor da carta referida ao Contador da Pujeitura pelo ex-pujeito, para, dela, ser o original, e não a cópia, da referida missiva, ser integrado ao acervo da Câmara. Diz que a Câmara é um poder político, e por isso as proporções e discussões dos vereadores devem ser transcritas na ata, não bastando necessidade de se consultar inversão ou inversão, como acontece constantemente na Assembléia quando se trata de inversão, nos anais legislativos, de discursos pronunciados por um vereador, o que foi um verdadeiro abuso. Diz, em seguida, que está na Câmara há quatro anos e 5 meses e que não possui um exemplar do Regimento Interno, como também não o possuem os seus colegas da legislatura passada, havendo necessidade de se remeda uma lacuna, motivo porque urgência fora elaborado um novo Regimento, aproveitando a experiência do Sr. Hélio Pinheiro, juiz de grande prática que poderia colaborar nuns trabalhos, pudendo uma comissão nomeada pelo sr. pujidente. Diz, em seguida, que a cópia da carta do ex-pujeito, lida pelo vereador Hélio Leite, foi uma deliberação tomada pela maioria dos edis da legislatura passada, o que não é exato, pois o P.R. não concordou com o aumento de impostos, mas de acordo com o movimento dos contribuintes. Diz que pelo fato de constar, no exposição, não haver nunca para que ela fosse votada. Afirma que a bancada do P.R. tomou essa atitude, e responsável pela não aprovação do orçamento e entende que agiu acertadamente, estando pronta a responder por aquilo que fez. O vereador

Hélio Pinheiro diz que em virtude de um estado de saúde não poderia, como futuramente, responder ao discurso pronunciado pelo seu colega Valter Faustino, na última sessão, mas que iria ter em rápidas considerações. Diz que a carta enviada ao Contador da Prefeitura pelo ex-prefeito Manoel Carlos Gonçalves, cuja cópia foi lida no Expediente pelo seu colega Hélio Leite, deveria ser solicitada ao sr. Hélio Faustino no original, para que pudesse fornecer a cópia está em condições de fazê-lo fornecer o original, motivo porque requeria ao sr. presidente que pedisse ao Contador que providenciasse a mesma, à Câmara, da referida missiva, a fim de que diga ao ela solicitada em plenário. Diz, em seguida, que não houve aumento da taxa do Imposto Predial, mas sim do valor locativo, que foi atualizado. Diz que na legislatura passada os prédios novos, construídos na cidade, não tiveram aumento, como deseja agora o líder do P.R. - Diz que o critério para cobrança do Imposto Predial é imperfeito, tendo S. Excia., juntamente com o seu colega Jovi Antônio Coimbra, estudado um projeto de lei modificando a modalidade de cobrança do referido tributo, até que se elabore o novo Código Tributário. Diz que muitas foi publicada a relação dos contribuintes do Imposto Predial, e que se o fosse os interessados reclamariam contra as injustiças que existem. Diz que todos os vereadores da legislatura passada têm sempre denunciado injustiças praticadas, pois não se preocuparam em modificar o critério de cobrança do Imposto Predial, reconhecendo agora necessidade de se corrigir, com a aprovação de uma lei futura, as falhas e suas existentes. O sr. presidente diz, em seguida, que existia, na legislatura passada, um projeto de resolução adotando uma novo Regimento Interno para a Câmara, tendo S. Excia. localizado essa proposição com o ex-vereador Jovenino Garcia de Oliveira, que prometeu devolvê-lo dentro em breve, com pareceres sôbre a proposição, o que ainda não aconteceu. Para uma melhor estudo da matéria. Em seguida pôs em votação, sendo aprovado, o requerimento formulado pelo vereador Hélio Pinheiro, no sentido de solicitar, do Contador da Prefeitura, a remessa do original da carta enviada pelo ex-prefeito denunciando o aumento de 100% nos impostos municipais. Anuncia, em seguida, ir passar à ordem do dia, que se constituirá de seguinte: 1) discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 11/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre majoração de vencimentos do funcionalismo municipal, com pareceres da Comissão de Redação: o vereador Valter Faustino diz que o artigo 2º. do projeto declassifica um funcionário, o Fiscal-Geral, que na classificação vai para a letra "B", em igualdade de condições com o Secretário e Contador, tendo o projeto de lei nº. 11/60 fixado os vencimentos destes dois últimos numa importância superior aos do Fiscal-Geral, o que dará direito a êste de bater às portas do Judiciário para anular a decisão da Câmara, porque diz motivo porque requeria fosse a proposição devolvida à Comissão de Redação, a fim de que a mesma examinasse novo parecer sôbre a matéria. Os vereadores Hélio Pinheiro e Hélio Leite apoiam o requerimento formulado pelo líder do P.R. Posto em votação é aprovado o requerimento do vereador Valter Faustino, determinando o nº. presidente a volta do projeto de lei nº. 11/60 à Comissão de Redação. 2) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 4/60, do vereador Hélio d'Arcadia, concedendo uma pensão mensal à viúva de José Inacarotti, com pareceres da Comissão de Redação: aprovado. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 12/60, do vereador José Felippe Verolo e outros, alterando a lei que concede isenção dos impostos e taxas a novas indústrias, com pareceres da Comissão de Redação: aprovado. É lido e aprovado o requerimento nº. 20/60, do vereador José F. Verolo, solicitando dispensa da redação final, devendo assim o projeto ser enviado ao prefeito para a sanção devida. 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 14/59, do Prefeito Municipal, concedendo uma pensão mensal ao senhor Agnaldo Evangelista, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 5/60, do vereador Antônio Ln. Batista, dispondo sôbre estacionamento de automóveis e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 14/60, dos vereadores José A. Coimbra e Luiz Ant. B. Tavares, declarando de utilidade pública o Conservatório Dramático Musical Pinhalense, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Serviços e Educação: aprovado. 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 16/60, dos vereadores José Antônio Coimbra e Luiz Ant. B. Tavares, declarando de utilidade pública o Lar dos Pinheirinhos de Estudos e Debates, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos e Educação: aprovado. Esgotada a matéria em pauta e ninguem querendo usar da palavra em explicação pessoal, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia de 16 de junho vindouro, encerrando os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Mello, secretário, a escrevi. Agnaldo Evangelista Braga
José Felippe Verolo

Ata da 12ª. Sessão ordinária, do 1º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 17 de junho de 1960.

Presidência do sr. Agnaldo Evangelista Braga
Secretariado por José Felippe Verolo

Aos dezesete dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos se-

guintes: Hélio Pinheiro, Hélio d'Arcadia, Agnaldo A. Paiva, Antônio Ilm. Batista, Benedito Bravo Inácio, José I. Vieira, José Pereira e Ilmano de Lima. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foi aprovada e assinada a ata anterior. O vereador José I. Vieira comunica a presença, no recinto, do sr. José Costa, suplente da legenda do P.S.P., convocado para substituir o edil José Antônio Coimbra. O sr. presidente manda uma comissão constituída dos vereadores José Pereira, Benedito B. Inácio e Antônio Ilm. Batista para introduzir o referido suplente no plenário, o que foi feito, tendo o supramencionado prestado o compromisso regimental e sido declarado empossado. Passa-se ao expediente, que consta do seguinte: 1) Telegrama do presidente da República, agradecendo as congratulações recebidas pela inauguração de Brasília: "Ciente. Arquive-se". 2) Ofícios: a) do deputado Coriolano Ramos, encaminhando cópia da indicação de sua autoria no sentido de se construída uma estrada ligando Piabas a Bragança Paulista: "A consideração da casa. Mada ando arquivar, arquive-se"; b) do deputado Magid Chaib, agradecendo as congratulações que lhe foram enviadas pela Câmara: "Ciente. Arquive-se"; c) do sr. Raoni Tavares da Silva, comunicando ter sido encaminhado ao governador, devidamente informado, o processo que trata da criação de uma escola rudimentar em Piabas: "Ciente. Arquive-se"; d) do Bispo da diocese de S. José Boa Vista, agradecendo os cumprimentos enviados pela Câmara e convidando os vereadores para a cerimônia de sua sagração e posse: "Ciente. A providência estudará a possibilidade de mandar uma comissão para representar a Câmara". 3) Indicação: a) nº. 63/60, do vereador José Pereira, no sentido do executivo estudar a possibilidade de proceder à instalação de luz fluorescente no centro da cidade: "Ao sr. prefeito"; b) nº. 64/60, do vereador José Costa e outros, indicando o nome do vereador Hélio d'Arcadia para representar a Câmara Municipal na comissão distrital da Casa Cardeal Arcoverde: "Aprovada a supramencionada indicação. Oficie-se, indicando o nome do vereador Hélio d'Arcadia para membro da Casa Cardeal Arcoverde". 4) Requerimentos: a) nº. 23/60, do vereador José Pereira, no sentido de se solicitar ao Governador do Estado o fornecimento de uma viatura para a Delegacia de Polícia Local: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; b) nº. 24/60, do vereador Ilmano de Lima, para a anulação na ata de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Francisco Câmara Benício: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". 5) Homenagens de Pesares: a) nº. 20/60, encaminhando proposta para um acordo amigável entre a Prefeitura e dona Luiza Pizzi Bonani, numa ação judicial de reparação de danos: "À Comissão de Justiça e Finanças"; b) nº. 21/60, encaminhando o projeto de lei nº. 25/60, dispondo sôbre doação de uma faixa de terra ao D.E.R.: "À Comissão de Justiça, Finanças e Serviços Públicos"; c) nº. 22/60, encaminhando recurso contra o lançamento do Imposto Predial, formulados pelos senhores João Mantovano, Antônio Mantovano, José Mantovano e Antônio Bravo da Silva: "À Comissão de Justiça e Finanças". Concluída a leitura do expediente, os vereadores Antônio Ilm. Batista e Hélio Pinheiro usaram a palavra, na ata, de um voto de pesar pelo falecimento dos senhores Custódio Pinha e Guilherme Bimbi, respectivamente. Bem usando o sr. presidente dá a palavra aos srs. vereadores. O vereador Antônio Ilm. Batista protesta contra o movimento que está sendo feito em Piabas para levar ainda mais o preço do pão, devendo, se tal se concretizar, ao menos o referido produto vendido por peso, por gancho de 1.000 e não de 800 gramas, como geralmente acontece. Diz ter chegado a hora do povo agir com energia e urgência, reunindo-se a nova Comissão Municipal de Preços, pois que a anterior é demissionária, a fim de visitar que a população numa favorecida continua sendo explorada. Pede-se, também, ao preço do leite, que estava sendo vendido a Cr$ 10.000,00 o litro e de repente foi para Cr$ 12.000, o que não se justifica, e não ao que os interessados demonstrem, com dados inteiramente, a necessidade dessa majoração, o que deverá ser apreciado pela Comissão Municipal de Preços. Alguma que também o alto comércio tivesse sofrido um aumento tremendo de preço, pois os comerciantes têm todo esse cuidado em qualquer majoração digo majoração, mas caem aos produtos, mas não reduzem os preços quando há diminuição no custo de determinados mercadorias, fazendo muitas vezes de inocentes, motivo porque deve ser nomeada urgentemente a Comissão Municipal de Preços. Diz, em seguida, esperar que com o aumento de vencimentos a ser concedido aos funcionários municipais, estes se disponham a trabalhar como nunca dispuseram, não todos, porquanto muitos produzem acima de suas forças. Diz que há funcionários que nada fazem, que embrulham o tempo todo e apesar disso recebem os 8 horas regulamentares, fazendo com o prefeito, o povo e a cidade. Afirma que o executivo, ao sancionar a lei que concede aumento de vencimentos aos funcionários, deve dirigir um apêlo a todos os funcionários para que colaborem com a pública administração e não sejam apenas autômatos. Pede-se, em seguida, seja dada uma grande quantidade de pedras existente na rua Arturo Vizgunio, nas proximidades da Jamaica Mantovano, que por vida deixa milagre não provocarem, até agora, acidentes, não tendo, infelizmente, sido retiradas, apesar dos retirados apresentarem sentido. Diz, também, que o cemitério está em estado lastimável, com o mato crescido, valetas amontoando cada vez mais, canaletas quebradas, enfim, o serviço de que alguma se tenha de tomar alguma providência sôbre o assunto, pois que a mesópole faz parte da cidade. O vereador Hélio Pinheiro diz que gostaria repensar o discurso pronunciado pelo vereador Valter Tantino sôbre os lançamentos do Imposto Predial, mas que não o fazia em homenagem ao líder do P.R., que não se encontrava presente, dizendo, por isso, para falar na próxima sessão do Legislativo. Enquanto mais queremos da palavra, o sr. presidente diz estar estudando a possibilidade de realizar uma sessão extraordinária comemorativa do dia 9 de

julho, devendo os vereadores serem cientificados a respeito do assunto. Passa-se, em seguida à ordem do dia, que consta do seguinte: 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 11/60, do Executivo Municipal, dispondo sôbre majoração de vencimentos do funcionalismo municipal, com parecer da Comissão de Redação: o vereador Ananias Dias Gomes diz ressentir-se o nr. Executivo com a falta da proposição no que diz respeito ao fiscal-local que, pelas funções do cargo, deve ser equiparado novamente. Diz estranhar que o Vereador Executivo tivesse se dirigido, após o término da última sessão, aos vereadores da Redação, acusando os minutos do H.D.M. de estarem contra êle, o que não é verdade, pois o projeto de majoração de vencimentos foi considerado pela bancada como ajustão aberta, motivo porque protestava contra a atitude do citado funcionário. Em seguida é aprovado, em redação final, o projeto de lei nº. 11/60. 2) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 18/59, do Executivo Municipal, concedendo pensão mensal ao vereador Agnaldo Evangelista, com parecer da Comissão de Redação: aprovado. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 5/60, do vereador Antônio Mendes Batista, dispondo sôbre o estacionamento de veículos e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos e com duas emendas do vereador Ananias Dias Gomes: aprovado com as respectivas emendas. 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 14/60, do vereador José A. Coimbra, declarando de utilidade pública o Conservatório Dramático-Musical Publicense, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Serviços Públicos e Educação: aprovado em 1ª. discussão e dispensado da redação final, a requerimento do vereador Antônio Mendes Batista. 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 15/60, do vereador José A. Coimbra, declarando de utilidade pública o Centro Publicense de Estudos e Debates, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Serviços Públicos e Educação: aprovado. 6) Discussão e votação única do recurso do Banco Mercantil de Descontos S/A contra o lançamento do Imposto Predial Urbano, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finanças: aprovado o parecer da Comissão de Finanças, pelo indeferimento do pedido, após terem falado a favor do parecer da Comissão de Justiça o vereador Hélio Publicio, e em defesa do parecer da Comissão de Finanças o vereador Benedito Oliveira Maia. 7) Discussão e votação única do recurso do Banco Nacional de Minas Gerais S/A contra o lançamento do Imposto Predial Urbano, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finanças: aprovados os pareceres das Comissões de Justiça e Finanças, após ter o vereador Ananias Dias Gomes defendido o voto em separado do edil Romildo Mirandola e usado da palavra o vereador Benedito Oliveira Maia. 8) Discussão e votação única do recurso do Banco Predial de Santa Catarina S/A. contra o lançamento do Imposto Predial Urbano, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finanças: aprovados pareceres da Comissão de Finanças, pelo indeferimento do pedido. 9) Discussão e votação única do ofício da Associação Paulista de Assistência aos Paraplégicos, solicitando a contribuição, no orçamento de 1960, de verba destinada àquela instituição, com pareceres das Comissões de Justiça e Finanças no sentido da matéria ser apreciada em outubro próximo, e com voto em separado do vereador Romildo Mirandola pelo arquivamento da proposição: aprovados os pareceres das Comissões de Justiça e Finanças, após ter o vereador Ananias Dias Gomes defendido o voto em separado do edil Romildo Mirandola e usado da palavra o vereador Benedito Oliveira Maia, pela Comissão de Justiça, que trata do arquivamento do ano de 1960, o que constitui matéria superada. Esgotada a matéria em pauta, o nr. presidente associa-se aos votos de pesar pelos pontos falecimentos ocorridos, durante o decurso da sessão, e anuncia ir passar à explicação pessoal. O vereador Benedito Oliveira Maia diz que não foi justiça nos lançamentos do Imposto Predial Urbano, mas que o Banco Mercantil de Descontos e Industria não tinha o direito de pleitear redução de lançamento, pois trata-se de um estabelecimento de crédito que auferiu milhões de cruzeiros anualmente em nossa cidade, não devendo assim pedir fuga ao pagamento do imposto que recai sôbre o predio de sua propriedade, não devendo também acontecer, como vem fazendo, a contribuinte, com uma pequena parcela, para o progresso do município de Pirilal. O vereador Adélio d'Arcadia agradece a confiança de seus pares que o indicaram para membro da comissão diretora da Casa Cardial Lima, e afirma que tudo fará para bem desempenhar o honroso cargo. Ninguem mais querendo usar da palavra, o nr. presidente estabelece que a Câmara Municipal estará de ferias no período de 20 de julho a 10 de agosto, podendo, entretanto, os senhores vereadores ser convocados para uma sessão extraordinária comemorativa do aniversário da revolução constitucionalista de 1932. Nada mais havendo a tratar, mando eu os trabalhos, do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ademilson de Queiroz, a escrevi.

Agnaldo Agostinho Braga

Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Pirilal, realizada em 6 de julho de 1960.

Presidência do sr. Agnaldo Agostinho Braga

Aos seis dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pirilal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, às dez horas, sob a presidência do sr. Agnaldo Agostinho Braga e com a presença dos vereadores Hélio Publicio, Adélio d'Arcadia, Antônio Mendes Batista, Hélio Girardini, Hélio Pinto Fernandes, José Costa e José Filippo Vicente, reunidos em sessão ordinária, a Câmara Municipal de Pirilal, para comemorar o aniversário

da revolução constitucionalista de 1932. Minuto a minuto, o sr. presidente convida para toma-rem assunto junto à presidência, os srs. Prefeito Municipal de Pinhal, Presidente da Câmara e Prefeito Municipal de São João da Boa Vista, Padre Antônio Seomara, representante do Cel. Comandante da Força Pública do Estado, do Doutor da Guarda Civil de São Paulo, do Comandante da Polícia Rodoviária, do Outro Academicos xx de Agosto, do Clube Piratininga, do mandante da Polícia Rodoviária, do Outro Academicos xx de Agosto, do Clube Piratininga, do Sociedade de Veteranos de 1932 - Im.Im.D.C., dos Famílias dos Heróis Yoxi Fonseca, Yoxi Silvano Filho, Benedito Gonçalves Ribeiro, Daniel Pereira de Andrade, Inocêncio Justiniano e Angelo Bernino. Filho, Benedito Gonçalves Ribeiro, Daniel Pereira de Andrade, Inocêncio Justiniano e Angelo Bernino. Em seguida, o sr. presidente convida para tomar assento à mesa, os srs. Prefeito Municipal de Pinhal, Presidente da Câmara Municipal, Padre Antônio Seomara, representante do Cel. Comandante da Força Pública do Estado, do Doutor da Guarda Civil de São Paulo, do Comandante da Polícia Rodoviária, do Outro Academicos xx de Agosto, do Clube Piratininga, do mandante da Polícia Rodoviária, do Outro Academicos xx de Agosto, do Clube Piratininga, do Sociedade de Veteranos de 1932 - Im.Im.D.C., dos Famílias dos Heróis Yoxi Fonseca, Yoxi Silvano Filho, Benedito Gonçalves Ribeiro, Daniel Pereira de Andrade, Inocêncio Justiniano e Angelo Bernino. Filho, Benedito Gonçalves Ribeiro, Daniel Pereira de Andrade e Inocêncio Justiniano para ocuparem os lugares junto à mesa, tendo os demais tomado assento nos lugares destinados ao público. Em seguida

Romildo Iuiuca, Dirviano Lima Motta e Antônio Iu. Batista, para apresentar a Câmara". g) do vereador José R. Coimbra, comunicando haver desistido do estudo da licença que lhe fôra concedida e reassumido o exercício do mandato: "Ciente. Anote-se e registre-se". h) da Câmara Municipal de Mogi-Mirim, solicitando apôio para um requerimento aprovado por aquela Edilidade: "À Comissão de Justiça". i) Requerimentos: a) de sr. José Eduardo Vasquim Leite, solicitando que a Câmara autorize a venda de duas aguilhadas nos mercados municipais: "À Comissão de Justiça". b) nr. 85/60, do vereador José R. Coimbra, para a inserção na ata de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Waldomiro Passari, membro do P.S.P.: "Aprovado". c) nr. 86/60, do vereador Valter Faustino, solicitando informações ao executivo sôbre a venda de terrenos no município: "Ao sr. prefeito". d) nr. 87/60, do vereador Luiz Ton B. Lanza, solicitando prorrogação de uma licença até 31-7-1960: "Concedida a licença. Continua em exercício o suplente José Ponce". j) Indicações: a) nr. 65/60, do vereador José Filippe Vicolo e outros, sôbre a necessidade do executivo dar publicidade, nos jornais de São Paulo, da isenção de impostos que o Município concede a novas indústrias, e para que mande imprimir circulares nesse sentido: "Ao sr. prefeito". b) nr. 66/60, do vereador José R. Coimbra, para que o executivo passe a nomeação do diarista Arsênio Marques: "Ao sr. prefeito". 4) Projetos de lei: a) nr. 84/60, do vereador José R. Coimbra, estabelecendo nova forma para a cobrança do Imposto Predial e Veículos: "Ao Comissão de Justiça e Finança". b) nr. 27/60, do prefeito municipal, concedendo auxílio financeiro à Caixa Escolar das Escolas Isoladas: "Ao Comissões de Justiça e Finança". Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente dá a palavra ao vereador Hélio Pinheiro, que desiste de falar. O vereador Valter Faustino diz usar da palavra para dizer um esquiveso, pois o jornal local "A Gazeta" publicou um despacho do prefeito exarado num requerimento de sua autoria, como tudo o exador solicitado redução de lançamento do Imposto Predial, o que de fato não aconteceu. Diz ter enviado um requerimento ao executivo comunicando que estava pronto a pagar o Imposto Predial na mesma base do lançamento existente em 1959, sem qualquer acréscimo, pois êste era ilegal e arbitrário e não constava de previsão orçamentária. Diz que se bateu pela inconstitucionalidade do aumento do Imposto Predial, e se requereu redução de lançamento do imóvel de sua propriedade estava tendo uma atitude contraditória, o que entretanto não se deu. Pegue, em seguida, cópia do requerimento que dirigiu à Prefeitura para, na ata, o teôr do requerimento ser de Excia. ao sr. prefeito municipal. O sr. presidente concede os vereadores Luiz Ton Lima, Dirviano Lima Motta e José Filippe Vicolo para, em comissão especial nomeada para exarar parecer sôbre o requerimento formulado por Excia, apreciar a matéria com urgência. Atendendo à solicitação do vereador publicano, o sr. presidente suspende os trabalhos por 10 minutos, a fim de que a Comissão Especial exare parecer sôbre a matéria, visto terem os seus membros declarado estarem em condições de apreciar o assunto. Decorrido êste prazo, e volvendo a sessão, solicitando o sr. presidente em discussão, sendo aprovado, o parecer favorável da Comissão Especial para que se transcreva, na ata, o teôr do requerimento dirigido ao chefe do executivo pelo vereador Valter Faustino. Ninguém mais querendo usar da palavra, o sr. presidente passa à ordem do dia, que se constitui de seguinte: 1) discussão e votação da redação final do projeto de lei nr. 5/60, do vereador Antônio Iu. Batista, dispondo sôbre o estacionamento de veículos, com parecer da Comissão de Redação: aprovado. 2) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nr. 15/60, do vereador José Antônio Coimbra, declarando de utilidade pública o Centro Estudantes de Estudos e Debates, com parecer da Comissão de Redação: aprovado. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nr. 21/60, do vereador Luiz Ton Lima e outros, declarando de utilidade pública o Hospital "Francisco Rosas", com parecer favorável da Comissão de Justiça e Finança: aprovado o projeto com a respectiva emenda. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nr. 28/60, do prefeito municipal, dispondo sôbre a aprovação e ratificação de convênio firmado com o Estado, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finança, Serviços Públicos e Saúde: o vereador Valter Faustino requer que o projeto seja retirado da pauta e devolvido ao prefeito a fim de que êste informe qual a verba que será empregada para fazer face às despesas constantes da cláusula 3a. do convênio, no total de Cr$ 600.000,00, visto que a Comissão de Finança não se manifestou sôbre êsse aspecto da referida proposição. O vereador Antônio Iu. Batista diz que alguns deputados não costumam com determinadas importâncias para que a Prefeitura possa fazer face ao compromisso constante do convênio, mas que acha intempestivo que o projeto possa mesmo devolvido ao executivo a fim de que êste informe-se qual a verba a ser empregada (Assume a presidência o vereador Hélio Leite). O vereador Agnelo H. Puzzo

diz que o projeto em discussão trará grandes benefícios aos pinhalenses, e discorda do requerimento de retirada do mesmo da pauta, alegando que a proposição será aprovada apenas em primeira discussão, e, havendo necessidade de se apontar os recursos financeiros, essa providência será tomada na próxima sessão, através duma emenda. Diz que quando o Saudé fôr instalado, então sim, o prefeito encaminhará um novo projeto à Câmara providenciando a abertura de um crédito especial, o que será feito no momento oportuno. Afirma que se houver necessidade, solicitará do executivo que aponte, antes da 2ª. discussão do projeto, os recursos hábeis para fazer face aos encargos constantes da cláusula terceira do convênio. Diz que o momento é pré-eleitoral, havendo por isso necessidade de se votar o projeto em primeira discussão, porquanto poderá não haver número para a realização de outras sessões, existindo possibilidades da proposição não ser apreciada (Reassume a presidência o vereador Agenor A. Peigo). O vereador Manoel Del Tuma manifesta-se favoravel à retirada do projeto da pauta, alegando não haver nenhum prejuizo para a sua apreciação. O vereador Helio Leite diz que o prazo para a ratificação, que é de 90 dias, a contar de maio do corrente ano, está prestes a findar, havendo por isso necessidade da apreciação urgente da matéria. Diz que muitas Prefeituras não tem pago as verbas devidas ao Saudé, e talvez o nosso Municipio tambem não precise pagar a importância constante do convênio, isso se o Governo Federal concordasse. O vereador Abilio Pinheiro diz que a cláusula 3ª. do convênio esclarece que a Prefeitura contribuirá com a importância de Cr$600.000,00 depois de aprovada pela Câmara, significando isso que o crédito terá ainda que ser votado pelo Legislativo, no momento oportuno. Em seguida é posto em votação, sendo rejeitado, o requerimento do vereador Valter Faustino. Posto em votação é aprovado, em primeira discussão, o projeto de lei nº. 23/60. 5) Discussão e votação única do requerimento da funcionaria Dora Guizzardi, solicitando equiparação de seu cargo ao de professora do Parque Infantil, com parecer da Comissão de Justiça pelo arquivamento da petição: o vereador José Pereira requer, e o plenário aprova, seja o requerimento da interessada transformado em indicação e enviado ao sr. prefeito. 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 33/59, do vereador Manoel Del Tuma e outros, concedendo auxílio financeiro ao Conservatório Dramatico-Musical Pinhalense, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança e com emenda desta última: aprovado o projeto e a respectiva emenda. Esgotada a matéria em pauta, o sr. presidente anuncia ir passar à explicação pessoal. O vereador Valter Faustino diz que foi criado na escola da honra, da decência e da dignidade, e que procurou digo procura pôr em pratica as lições recebidas de seu pai, que lhe deu o facho da honestidade para carregar, e que espera não deixar cair de suas mãos, mas sim entregar a seu filho. Afirma que por isso mesmo é contra o calote, motivo porque não podia concordar e repelia as assertivas feitas por outro vereador de que muitas Prefeituras não tem pago as verbas devidas ao Saudé, o que tambem poderia se dar em Pinhal. Diz que não é caloteiro e que não podia concordar com a opinião expressada em plenário. Prossegue afirmando que é favoravel à instalação do Saudé e à aprovação do convênio, porem, pediu apenas que o projeto fosse devolvido ao prefeito a fim de que êste apontasse os recursos para cobrir o compromisso de Cr$600.000,00 constante da cláusula terceira, providencia facil de ser adotada. Diz que assim não quis a maioria, que impôs um ponto de vista errôneo e ilegal, e o aprovou, desrespeitando a técnica legislativa que manda sejam apontados, nas proposições, os recursos financeiros necessarios às respectivas despesas. Diz que não costuma levar ao plenário questiunculas pessoais, apesar de ter sido espezinhado pela maioria na votação do projeto do Saudé. Afirma que poderia ter discutido o veto parcial aposto pelo executivo ao projeto de lei que aumentou a remuneração dos diaristas, combatendo a medida, porem não o fêz para não criar dificuldades ao prefeito, pois o pessoal de obras está sujeito à legislação trabalhista. Diz usar da palavra naquêle instante em sinal de protesto, por ter sido estrelhado ao ser derrotado mesmo defendendo uma medida legal e a técnica legislativa. Diz que votou contra o calote, pois não costuma tratar de assuntos turvos. Diz não ser contra o Saudé, e que estava mesmo pronto a comparecer, juntamente com os demais integrantes da bancada do P.R., a quantas sessões extraordinarias fossem convocadas para tratar da matéria, desde que o prefeito apontasse os recursos financeiros indispensaveis à proposição. O vereador Helio Leite diz que o seu colega Valter Faustino fez confusão a respeito do assunto digo do projeto de lei do Saudé, e que dramatizou em excesso um fato que nada tinha de dramatico. Diz ter, em seus discurso anterior, afirmado simplesmente que outras cidades não pagaram os compromissos assumidos com o Saudé, e que se o Governo Federal perdoasse, futuramente, a divida do Municipio de Pinhal, seria interessante, mas que ninguem falou e jamais pensou em passar o calote em quem quer que seja. Encerra suas considerações dizendo que, quanto à questão de honra a que se referiu o seu colega Valter Faustino, o líder do P.R. não é o depositário exclusivo dessas qualidades, pois os demais edis tambem as possuem. O vereador Abilio Pinheiro diz que nunca ninguem duvidou da honra de seu colega Valter Faustino, e que todos os vereadores são honrados e dignos. Afirma que se existem falhas no projeto, elas poderão ser corrigidas em segunda discussão, sem qualquer prejuizo. Diz que a cláusula terceira do convênio estabelece que a verba deverá se aprovada

pela Câmara, o que será feito oportunamente, visto que o projeto do Jamdú não faz qualquer menção ao assunto. Diz ao seu velho amigo de seu colega Valter Faustino e de seu vereador progressista, já falecido, e que a maioria não votou contra o requerimento do líder republicano para sobrestá-lo ao arquivo, visto não existir justificativa para tal procedimento. O vereador Antônio Medeiros Batista diz ser estranhável que o projeto retificando o convênio com o Jamdú, que tramitou na Câmara em maio de 1960, tenha ficado tanto tempo esquecido, e que se pretenda, agora, aprová-lo com urgência, o que não se justifica e nem se explica. (Assume a presidência o vereador Hélio Brites). O vereador Agenor A. Prigo explica que o projeto que retifica o convênio com o Jamdú deveria para ser incluído na ordem do dia pelo fato de ter sofrido o parecer de quatro Comissões, e por ter a Edilidade entrado em férias. Afirma que o convênio ainda não está retificado, podendo, em segunda discussão, ser oferecidas emendas para correção de qualquer falha porventura existente na proposição. (Reassume a presidência o vereador Agenor A. Prigo). O vereador Mauro del Buma diz que o plenário deveria ter acolhido o requerimento formulado pelo seu colega Valter Faustino, pois poderiam ser convocadas, posteriormente, varias sessões extraordinárias para votação do projeto do Jamdú, que seria aprovado com urgência em redação final, não tendo entretanto a maioria, por capricho, concordado com a medida. O vereador Silviano Brina Lunetta diz não ter podido comparecer à sessão solene comemorativa da revolução de 9 de julho, por motivo de viagem. Associa-se ao voto de pesar proposto pelo falecimento do sr. Waldomiro Lissani e agradece a manifestação de pesar por ocasião da morte de seu padastro Eustódio Pinha. Diz, em seguida, que a verba de Cr$ 600.000,00 deve constar do projeto de lei nº. 23/60, pois do contrário o Jamdú não terá nenhuma garantia da parte da Prefeitura. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente agradece a todos que colaboraram para o maior brilhantismo das solenidades comemorativas do aniversario da revolução constitucionalista de 1932, associa-se ao voto de pesar pelo falecimento do sr. Waldomiro Lissani, e manda ao Arquivo. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanilio de Mello, escrevi. Requerimento a que se refere o vereador Valter Faustino em seu discurso: "Sr. Prefeito Municipal. O abaixo-assinado, Valter Faustino Pinha da Silva, proprietário e morador no predio sito à rua 16 de Abril, 75, nesta cidade de Pinhal diz nesta cidade, vem à presença de V.S., para fins de direito, a fim de informá-lo que não aceita o aumento de impostos (predial, taxas incidentes sobre lixo domiciliar e limpeza das vias públicas) vigente ao ensejo público, por ser arbitrario e ilegal, visto não ter sido obedecido o artigo e artigo 13, parágrafo 1º., da lei municipal 42 de novembro de 1949 que preconiza o arbitramento, afim de não constar de previsão orçamentária. Informa tambem a V.S. que está pronto a pagar a quantia correspondente ao valôr locativo. Cr$ 7.200,00 que vigorou para 1959. S/R. (a) Valter Faustino Pinha da Silva. 31/5/1960."

Agenor Azevedo Prigo

Ata da 14ª. sessão ordinária, do 1º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 4 de agosto de 1960.

Presidencia do sr. Agenor Azevedo Prigo
Secretariada por José Filippe Vivolo

Aos quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélio Brites, Adélio d'Ascadia, Agenor A. Prigo, Benedito D. Nasi, Antônio Ms. Batista, Attilio Biachini, Hélio Augusto Brites, José A. Coimbra, José F. Vivolo, Waldomiro B. Lopes, Romildo Miranda, Silviano R.B. Lunetta e Valter Faustino. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foi lida, aprovada e assinada a ata anterior. Passou-se ao expediente, que consta do seguinte: 1) Indicações: a) nº. 67/60, do vereador Agenor A. Prigo e outros, no sentido de constar na ata um voto de aplausos a todo o pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento do I.B.G.E.: "Aprovada"; b) nº. 68/60, dos vereadores Mauro del Buma e Romildo Miranda, no sentido do executivo proceder conservar a calçada dos contribuintes em atraso: "Ao sr. prefeito"; c) nº. 69/60, do vereador Mauro del Buma e outros, no sentido do executivo determinar a irrigação das ruas não calçadas: "Ao sr. prefeito"; d) nº. 70/60, do vereador Mauro del Buma e outros, no sentido de ser aberta uma rua ligando a rua Eiraduttos a rua Prefeito Bueno: "Ao sr. prefeito"; e) nº. 71/60, do vereador Mauro del Buma e outros, reiterando seja providenciada a iluminação da diga pública da Vila Jardim Celina: "Ao sr. prefeito"; f) nº. 72/60, do vereador Silviano R. Brina Lunetta, requerendo sejam distribuidos, entre todas as oficinas mecânicas da cidade, os serviços de reparação de veículos da Prefeitura: "Ao sr. prefeito"; g) nº. 73/60, do vereador José Filippe Vivolo, no sentido do executivo determinar a irrigação de ruas da cidade: "Ao sr. prefeito". 2) Requerimentos: a) nº. 88/60, do vereador José A. Coimbra e outros, propondo que a Câmara se congratulasse com o deputado federal Pascoal Ranieri Mazzilli pela sua investidura no cargo de presidente da República: "Aprovado". b) nº. 89/60, do mesmo vereador, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. João de Filippi: "Aprovado"; c) nº. 90/60, do vereador Romildo Miranda e outros, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. João de Filippi: "Aprovado"; d) nº. 91/60,

do vereador Inocêncio Leal Gomes e outros, no sentido de se incluir, na ordem do dia da próxima sessão, os projetos de lei nos. 25/59 e 34/59: "A providência examinará a matéria oportunamente"; b) nº. 92/60, do vereador Hélio Leite, no sentido de se oficiar ao Governo Estadual solicitando o aproveitamento, na futura Escola Industrial, de 6 professores da antiga escola Ginasial da Escola Agrotécnica: "Aprovado. Oficie-se"; c) nº. 93/60, do vereador Hélio Pinto Fernandes, solicitando 90 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o suplente". 3) Projetos de lei: a) nº. 29/60, do vereador Benedito Otávio Neri, dispondo sôbre a colocação do Busto Paulista em duas postações e concedendo desconto aos contribuintes em atraso: "À Comissão de Justiça e Finanças"; b) nº. 87/60, do vereador Antonio Inocêncio Batista, dispondo sôbre a desapropriação de três vadios: "À Comissão de Justiça e Serviços Públicos"; c) nº. 30/60, do Prefeito Municipal, abrindo crédito suplementar a diversas verbas do orçamento: "À Comissão de Justiça e Finanças"; d) nº. 31/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a abertura de crédito especial: "À Comissão de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente dá a palavra aos srs. vereadores. O vereador Valter Faustino se associa, em nome do P.R., ao voto de pesar proposto pelo falecimento do sr. João de Filippi, cidadão piracicabano, que muito trabalhou em favor do município em nossa terra, tendo sido sempre um homem digno e exemplar chefe de família. Pede, em seguida, a atuação de seus colegas para o projeto de lei nº. 31/60, do nr. Prefeito Municipal, propondo a abertura de um crédito especial para pagamento de contribuição em atraso do funcionalismo municipal. Diz que quem deve pagar o Instituto, são os funcionários e não a Prefeitura, tendo a Câmara, na legislatura passada, rejeitado a inclusão no orçamento de uma verba destinada ao mesmo fim, porque lembrava, naquele instante, a necessidade das Comissões estudarem a matéria com cuidado (Assume a presidência o vereador Hélio Leite). O vereador Agmor A. Puzzo diz ter apoiado a indicação nº. 67/60 a fim de expressar o apôio e o incentivo do poder legislativo aos funcionários do S.P.B.E.E. incumbidos do próximo recenseamento. Diz ter visitado a Agência local do S.B.B.E. e verificado que os funcionários ali lotados elaboraram uma nova planta da cidade, atualizada, a fim de podem realizar, de maneira perfeita, a coleta de dados no próximo recenseamento. Aproveita a oportunidade para dirigir um apêlo a todos os homens públicos do município, principalmente ao chefe do executivo, para que apoiem o recenseamento que vai ser realizado pelo I.B.B.E., que trará dados concretos sôbre a cidade de Piracicaba, expressando assim um milhares, o quanto somos. O Presidente da providência e vereador Agmor A. Puzzo). O vereador Inocêncio Leal justifica as indicações de sua autoria, lidas no expediente, e diz da necessidade de nr. prefeito providenciar, com brevidade, a cobrança dos contribuintes em atraso, como a maioria emigrou e o mesmo critério para com todos os faltosos. Pelmba que o atual prefeito, quando candidato, marcou-o inigar, na vespera da eleição, a um Vereador Estevão de Filippe, providência essa que deve ser adotada agora. Diz também da necessidade da abertura de uma rua ligando a rua Teixeira da Silva ao Prefeito Leonardo Silveira e afirma esperar que o chefe do executivo providencie, também a iluminação pública da Vila Jardim. Elogia. Encerra suas considerações dizendo ser contrário ao projeto de lei aprovado pelo vereador Benedito Otávio Neri, concedendo desconto aos contribuintes em atraso e concedendo dísticos, pois seria premiar os relapsos que não cumprem com seus deveres para com o fisco municipal. O vereador Hélio Leite diz que a Escola Municipal da Fazenda Barquinha funcionou, no 1957, apenas 87 dias, e que a sua atual professora, que é a dona da fazenda, está licenciada, usando-se a dar posição à respectiva substituta. Afirma que na administração passada foi fechada a Escola Estadual da Fazenda Ibicinga para se abrir uma Escola Municipal na fazenda Barquinha, com o propósito de proteger a propriedade dita imóvel, fruto do assunto, transferindo a escola para outro núcleo, onde haja mais boa vontade e cooperação, pois não é possível que se mantenha uma unidade escolar na Fazenda Barquinha quando está mais do que comprovada a falta de colaboração da propriedade dita imóvel para com as professoras substitutas. O vereador Abílio Pinheiro requer, em seguida, a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Adelino Ramadan Savian, irmão do vereador Milton B. Savian, sendo aprovado por seus colegas. Valter Faustino em nome do P.R., Inocêncio Leal em nome da U.D.N. e Hélio Leite em nome do P.S.B. - Aprovado o requerimento, o vereador Milton B. Savian agradece, em nome da família, a manifestação de pesar votada pela casa. Ninguém mais querendo usar da palavra, o sr. presidente anuncia ir passar à ordem do dia, que se constituirá do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 33/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a aprovação de convênio firmado entre a Prefeitura e o Jaundiá, com parecer favorável das Comissões de Justiça, Finanças, Serviços Públicos e Jaundiá; e com emenda do vereador Abílio Pinheiro e outros acrescentando mais um artigo à proposição: o vereador Valter Faustino diz que o artigo 1º. do projeto de lei não pode ser aprovado da forma em que está redigido, pois

mão estar os seus têrmos de acordo com o convênio assinado. Diz que o segundo artigo fala em atendimentos, pois Baudil, dos municípios de Pirabeiba, enquanto que o convênio, na sua cláusula primeira, fala em atendimentos aos municípios dentro dos limites naturais do Município de Pirabeiba, estando assim em contradição. Diz que não pretende bombardear o projeto em discussão, pois se o quiser fazer mais tarde, visto que o projeto não podia ter assinado o convênio sem autorização legislativa, o que infelizmente foi feito pelo chefe do executivo, que passou por cima da Câmara. Diz, para comprovar seu ponto de vista, a opinião do juiz Hélio Lopes Menezes, expressa no livro Direito Municipal Brasileiro, e diz ser necessário colocar os têrmos do projeto de lei de acordo com os têrmos do convênio. O vereador Hélio Pinheiro requer a suspensão dos trabalhos por 10 minutos, a fim de que os vereadores estudem a matéria. Decorrido êsse prazo, são reabertos os trabalhos, tendo o vereador Hélio Pinheiro apresentado uma emenda, subscrita por mais doze vereadores, modificando a redação do artigo primeiro do projeto de lei nº. 23/60. Em segunda são aprovados, em segunda discussão, o projeto de lei nº. 23/60 e as duas emendas apresentadas pelo vereador Hélio Pinheiro e outros. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 33/59, do vereador Emanuel de Souza e outros, concedendo auxílio financeiro ao Conservatório Dramático-Musical Pirabeibense, com pareceres da Comissão de Redação: aprovado. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 21/60, do vereador Emanuel de Souza e outros, declarando de utilidade pública o Hospital "Francisco Bessa", com pareceres da Comissão de Redação: aprovado. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 27/60, do Prefeito Municipal, concedendo auxílio financeiro à Caixa Escolar das Escolas Isoladas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 5) Discussão e votação única do ofício da Câmara Municipal de Mogi Miúna, solicitando apoio para um requerimento apresentado naquela Edilidade, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado. Esgotada a matéria em pauta, é lido e aprovado o seguinte nº. 94/60, solicitando a realização de uma extraordinária para (uma) votação, em redação final, do projeto de lei nº. 23/60, logo após o encerramento da sessão ordinária. Passa-se à explicação pessoal. O vereador Romildo Miranda diz que a Comissão designada pelo sr. presidente, para requerer a Câmara mais computações da Pia Pedi, denominação essa forma diz Ilusão. O vereador Emanuel de Souza diz que sempre que se discutir projetos de lei criando escolas municipais, pedirá fosse previamente ouvido o sr. Inspetor Escolar, providência essa que não foi tomada no caso da Escola da Fazenda Bauguita, por motivos alheios à sua vontade, tendo entretanto S. Exca. aprovado a proposição depois de integrar-se a comissão de vereadores que juntamente com o ex-prefeito esteve naquela propriedade agrícola a fim de verificar a necessidade da instalação, ali, de uma unidade escolar, constatando que de fato o lugar comportava uma escola. O vereador Valter Faustino solicita escusas ao sr. presidente por não ter podido comparecer à sessão ao Instituto Apostólico, visto tratar-se de um dia útil e mantem ficar à frente do Posto de Puericultura, onde é o único médico. Diz, em seguida, que a Escola da Fazenda Bauguita foi criada por ter se alegado, naquela época, que os alunos que frequentavam a Escola da Fazenda Aliança tinham que atravessar um mato, um lugar ermo, que oferecia perigo às crianças. Diz que o líder da criação da Escola da Fazenda Bauguita foi o ex-vereador João Batista Teixeira, que pediu a constituição de uma comissão para visitar aquela propriedade agrícola e estudar o assunto, o que foi feito, tendo aquele ex-representante da U.D.N. trazido uma relação do número de alunos e a palavra da professora proprietária da Fazenda Bauguita de que deveria passar a qualquer professora que fosse para lá designada. Diz que a professora que fosse para lá designada diga professora da Escola da Fazenda Bauguita encontra-se na cidade, tendo solicitado 35 dias de licença para tratar de sua saúde, sendo necessário que se tomem providências a respeito do assunto ou então que a Escola permaneça fechada durante êsse prazo, pois não existe possibilidade de fornecimento de pensão e nem da substituta viajar diariamente. O vereador Elísio Brito diz que o interesse de uma pessoa, no caso a professora da Escola da Fazenda Bauguita, não pode se sobrepor ao interesse coletivo. Diz que em 1957 o Delegado de Ensino solicitou providências às autoridades locais sôbre o assunto, pois naquele ano a Escola da Fazenda Bauguita funcionou apenas 87 dias. Diz que a atitude da professora proprietária da Fazenda Bauguita, recusando-se a fornecer pensão à substituta da Escola, é desumana e arbitrária, sendo por isso necessárias providências enérgicas da parte do executivo sôbre o assunto. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor presidente declarou que estava presente nas solenidades de sagração do novo bispo diocesano de São João da Boa Vista, associando-se aos votos de pesar e louvor apresentados de pêsames e solicita que a Comissão de Redação exare parecer sôbre o projeto de lei nº. 23/60, para ser apreciado na sessão extraordinária a ser realizada logo em seguida, para a qual convida os mesmos vereadores. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente manda os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Mello, escrevente, a escrevi. Ignácio Agostinho Diogo.

Estanislau Mello.

Ata da 58. sessão extraordinária, do 12. ano, da 4a. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 4 de agosto de 1960

Presidência do sr. Agnor A. Puigo

Secretariado pelo Josi S. Vieira dizo Josi A. Coimbra Filho

Aos quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 14a. sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Aldio Pinheiro, Adelio d'Arcadia, Agnor A. Puigo, Josi A. Coimbra, Josi S. Vieira, Benedito Pavelkas, Antônio Sa. Batista, Atilio Bardini, Helio Leite, Josi A. Coimbra, Josi S. Vieira, Benedito Pavelkas, Antônio Sa. Batista, Atilio Bardini, Helio Leite, Josi A. Coimbra, Nemesio de Souza, Romildo Miranda e Silviano R. Lima Nota. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. O vereador Aldio Pinheiro anuncia a presença, no recinto, do sr. Pedro Zeladi, suplente do vereador Helio Porto Fernandes, que se licencia do cargo. O sr. presidente nomeia uma comissão composta dos vereadores Silviano R. Lima Nota, Josi A. Coimbra e Antônio Sa. Batista para introduzir o referido suplente no plenário, o que é feito, prestando ele o compromisso regimental e sendo declarado empossado. Passa-se ao expediente, que consta do seguinte: I) Telegrama do sr. Romeu Mazzeti, agradecendo os cumprimentos enviados pela Câmara: "Ciente. Arquive-se". 2) Ofícios: a) do Chefe da Agência Municipal de Estatística do I.B.G.E., agradecendo a aprovação da indicação nº. 67/60: "Ciente. Arquive-se". b) do sr. Jaio Pinheiro Ramos, presidente da Congregação Mariana, solicitando seja cedido o salão da Edilidade para a realização de três conferências: "Tendo havido a concordância unânime do plenário, atende-se à solicitação". c) do vereador Josi A. Coimbra, comunicando ter se desligado da bancada do P.S.P. e estar integrando a bancada do P.S.D.: "Ciente. A Secretaria, para anotar". 3) Indicação nº. 74/60, do vereador Josi A. Coimbra, lembrando a necessidade da execução de serviços de terraplenagem nas ruas da Vila Bardini Palmeiras: "À m. Prefeito". 4) Requerimentos: a) nº. 95/60, do vereador Josi A. Coimbra, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. Manoel Fernandes Campaio: "Aprovado". b) nº. 96/60, dos vereadores Silviano R. Lima Nota e Atilio Bardini, solicitando informações sôbre as contribuições numa atraso devidas pelo Município ao Instituto de Previdência e à Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários: "À m. Prefeito". 5) Projetos de lei: a) do vereador Josi A. Coimbra: I) nº. 28/60, concedendo auxílio financeiro ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, para pagamento de aluguel de sua sede: "À Comissão de Justiça, Finança e Serviços Públicos"; II) nº. 33/60, estendendo os extraordinários e funcionários interinos que contem mais de 5 anos de serviço público: "À Comissão de Justiça, Finança e Serviços Públicos"; III) nº. 34/60, concedendo isenção da taxa de execução de calçamento para casos que especifica: "À Comissão de Justiça, Finança e Serviços Públicos". b) nº. 35/60, do Prefeito Municipal, modificando tabela de cobrança do Imposto Territorial Rural: "À Comissão de Justiça, Finança e Serviços Públicos". Concedida a leitura de expediente, o sr. presidente da a palavra aos srs. vereadores. O vereador Nemesio de Souza dirige uma saudação ao vereador Pedro Zeladi, por haver assumido o exercício do mandato. Em seguida diz que, na qualidade de um dos responsáveis da criação da Escola da Fazenda Bauqueta, queria declarar que a referida escola vem funcionando regularmente. Afirma que estava naquela propriedade agrícola, juntamente com outros vereadores, na legislatura passada, constatando, pessoalmente, a necessidade da instalação, naquele local, de uma escola municipal, pois havia ali mais de 30 crianças, sendo de 3 tenros. A distância da unidade escolar mais próxima era de 3 kms. Essa circunstância, somada à falta de matrículas, o impedia de encaminhar as crianças à escola, para outros afirmava ser ela dispensável. Afirma que a

Ata da 15a. sessão ordinária, do 12. ano, da 4a. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 18 de agosto de 1960.

Presidência do sr. Agnor Agostinho Puigo

Secretariado pelo Josi Antônio Coimbra Filho

Aos dezoito dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Aldio Pinheiro, Adelio d'Arcadia, Agnor A. Puigo, Antônio Carlos Imaniuski, Antônio Sa. Batista, Atilio Bardini, Helio Virgínio Leite, Josi A. Coimbra, Nemesio de Souza, Romildo Miranda e Silviano R. Lima Nota. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. O vereador Aldio Pinheiro anuncia a presença, no recinto, do sr. Pedro Zeladi, suplente do vereador Helio Porto Fernandes, que se licencia do cargo. O sr. presidente nomeia uma comissão composta dos vereadores Silviano R. Lima Nota, Josi A. Coimbra e Antônio Sa. Batista para introduzir o referido suplente no plenário, o que é feito, prestando êle o compromisso regimental e sendo declarado empossado. Passa-se ao expediente, que consta do seguinte: I) Telegrama do sr. Romeu Mazzeti, agradecendo os cumprimentos enviados pela Câmara: "Ciente. Arquive-se". 2) Ofícios: a) do Chefe da Agência Municipal de Estatística do I.B.G.E., agradecendo a aprovação da indicação nº. 67/60: "Ciente. Arquive-se". b) do sr. Jaio Pinheiro Ramos, presidente da Congregação Mariana, solicitando seja cedido o salão da Edilidade para a realização de três conferências: "Tendo havido a concordância unânime do plenário, atende-se à solicitação". c) do vereador Josi A. Coimbra, comunicando ter se desligado da bancada do P.S.P. e estar integrando a bancada do P.S.D.: "Ciente. À Secretaria, para anotar". 3) Indicação nº. 74/60, do vereador Josi A. Coimbra, lembrando a necessidade da execução de serviços de terraplenagem nas ruas da Vila Bardini Palmeiras: "À m. Prefeito". 4) Requerimentos: a) nº. 95/60, do vereador Josi A. Coimbra, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. Manoel Fernandes Campaio: "Aprovado". b) nº. 96/60, dos vereadores Silviano R. Lima Nota e Atilio Bardini, solicitando informações sôbre as contribuições numa atraso devidas pelo Município ao Instituto de Previdência e à Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários: "À m. Prefeito". 5) Projetos de lei: a) do vereador Josi A. Coimbra: I) nº. 28/60, concedendo auxílio financeiro ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, para pagamento de aluguel de sua sede: "À Comissão de Justiça, Finança e Serviços Públicos"; II) nº. 33/60, estendendo os extraordinários e funcionários interinos que contem mais de 5 anos de serviço público: "À Comissão de Justiça, Finança e Serviços Públicos"; III) nº. 34/60, concedendo isenção da taxa de execução de calçamento para casos que especifica: "À Comissão de Justiça, Finança e Serviços Públicos". b) nº. 35/60, do Prefeito Municipal, modificando tabela de cobrança do Imposto Territorial Rural: "À Comissão de Justiça, Finança e Serviços Públicos". Concedida a leitura de expediente, o sr. presidente da a palavra aos srs. vereadores. O vereador Nemesio de Souza dirige uma saudação ao vereador Pedro Zeladi, por haver assumido o exercício do mandato. Em seguida diz que, na qualidade de um dos responsáveis da criação da Escola da Fazenda Bauqueta, queria declarar que a referida escola vem funcionando regularmente. Afirma que estava naquela propriedade agrícola, juntamente com outros vereadores, na legislatura passada, constatando, pessoalmente, a necessidade da instalação, naquele local, de uma escola municipal, pois havia ali mais de 30 crianças, sendo de 3 tenros. A distância da unidade escolar mais próxima era de 3 kms. Essa circunstância, somada à falta de matrículas, o impedia de encaminhar as crianças à escola, para outros afirmava ser ela dispensável. Afirma que a

Escola da Fazenda Bongueta não foi criada para proteger a propriedade do imóvel, pois o funcionamento das unidades escolares foi feito mediante concurso. Diz que o ano passado a Escola da Fazenda Bongueta funcionou regularmente, com 31 alunos, tendo sido promovidos 24, e êste ano está com 32 matriculados, prevendo-se a promoção de 24 alunos. Diz, em seguida, uma atestado fornecido pelo sr. Auxiliar de Inspeção, no qual se afirma que o Inspetor Escolar, visitando a referida Escola, encontrou-a funcionando regularmente. Prossegue afirmando que todos os alunos ali matriculados residem no Estado de São Paulo, e que a propriedade da Fazenda Bongueta não pôde fornecer pensão durante o período de sua função, por estar na cidade. Terminou dizendo que os substitutos que foram convocados não aceitaram a substituição da Escola da Fazenda Bongueta porque não se interessaram, visto que não precisavam indagar se havia possibilidade do fornecimento de pensão por outra família residente naquele imóvel agrícola. O vereador Hélio Ruiz não fez reparo, quando fez considerações sôbre a Escola da Fazenda Bongueta, qualquer pessoa, mas unicamente os interessados no mesmo, pois há necessidade de se dar, aos substitutos, a necessária cooperação. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente anunciou-a passar, em seguida, à ordem do dia, que foi constituir do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 37/60, do Prefeito Municipal, concedendo auxílio financeiro à Caixa Escolar das Escolas Isoladas, com pareceres favoráveis das Comissão de Justiça e Finança: aprovado. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 30/60, do Prefeito Municipal, abrindo crédito suplementar a diversas verbas do organismo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 25/59, do vereador Lunario del Bruna, dando o nome de Emanoel Carlos Gonçalves ao prédio da Estação de Tratamento de Água, com pareceres favoravel da Comissão de Justiça (1959) e contrário da Comissão de Serviços Públicos: o vereador Lunario del Bruna defende a proposição, declarando que se fundiria, com ela, homenagear não o político, mas sim o cidadão honesto e abnegado, que construiu, quando Prefeito, o encanado, que instalou os telefones automáticos, que existe um milhares de outros quadrados de calçamento, que atenuou o bairro "Maria Joaquina" e que instituiu o moralizador concurso para provimento de escolas municipais. Diz que sòmente a paixão política poderia negar tão justa homenagem, e lembra que a proposição teve parecer favorável da antiga Comissão de Justiça, que era constituida de homens de valôr. Diz que a estação de tratamento não é uma simples caixa dágua conforme afirmaram, no seu parecer, a Comissão de Serviços Públicos, cujos membros estavam indispostos com a homenagem que se pretendia prestar ao ex-Prefeito Manoel Carlos Gonçalves. Terminou suas considerações dizendo que pessoas vivas podem ser homenageadas na forma prevista no projeto em discussão, citando varios exemplos para comprovar sua afirmativa. Posto em votação em votação é rejeitado, pelo plenário, o projeto de lei nº. 25/59. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 34/59, do vereador Joaquim Agudo Ribeiro, dando o nome de Dona Silvia Jacinelli Gonçalves ao prédio da Casa da Criança, com pareceres favoravel da Comissão de Justiça (1959) e contrário da Comissão de Serviços Públicos e com requerimento do vereador Lunario del Bruna no sentido de Câmara oficiar à quem de direito requisitando uma certidão a medida previsto no projeto: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Hélio Piruleno, aprovado pelo plenário. 5) Discussão e votação unica do ofício da Associação Paulista de Assistencia aos Paraplégicos, solicitando a concessão do auxílio financeiro, com pareceres da Comissão de Justiça pela legalidade da proposição e contrário da Comissão de Finança: aprovado o parecer da Comissão de Finança. Encerrada a materia em pauta, o sr. presidente designou os vereadores Hélio Ruiz Fernandes, Joaquim Agudo Ribeiro, Lunario del Bruna e Joaquim Alves Pereira para examinarem o projeto de lei que dava o nome de Emanoel Carlos Gonçalves à estação de tratamento de água, mas que, demorou e hesitou, profundamente, que a maioria, por questão política não quisesse reconhecer a administração brilhante e a grande obra executada pelo ex-prefeito. O vereador Hélio Piruleno diz que a maioria não aprovou o projeto que homenageava o ex-prefeito Manoel Carlos Gonçalves porque, se o aprovasse, teria também que homenagear todos aquêles que passaram pela chefia do executivo municipal e que realizaram alguma obra em benefício do povo. Diz não ser contrário a ex-prefeito, mas não vê justificativa para se dar o nome do sr. Manoel Carlos Gonçalves à caixa d'água, pois não há nisso o caso de também se dar o nome de Joaquim Ignácio Batista ao Paço Municipal, pois foi êsse cidadão, quando Prefeito, que modelou completamente o referido prédio. O vereador Antônio Leu Batista diz que a estação de tratamento de água é uma obra monumental e gigantesca, mas que a pesar disso a Comissão de Serviços Públicos,

da qual faz parte, manifestou-se contrário à aprovação do projeto que vinha sendo homenagear o sr. Manoel Carlos Gonçalves por entender que não se deve dar, em qualquer obra pública, o nome de pessoas vivas. O vereador Antônio Carlos Innocenti disse que a homenagem que se pretendia prestar ao ex-prefeito era das mais justas pela grande obra que Ele realizou, obra essa que se fosse iniciada na primeira vez teria custado muitas vezes mais. Diz Lamartine, também, que o jornal local "A Gazeta" tinha publicado uma reportagem sôbre a fábrica de manilhas do Sr. Costa, quando candidato, como se ela fosse iniciativa do atual Prefeito Antônio Carlos Costa, quando na realidade trata-se de uma realização do ex-Prefeito Manoel Carlos Gonçalves. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente convocou os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 22. de setembro vindouro, encerrando os trabalhos com a seguinte. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adamilson de Mello, secretário, escrevi: Agenor Agostinho Braga

Adamilson de Mello

Ata da 16ª sessão ordinária, do 1º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 1º de setembro de 1960.

Presidência do Sr. Agenor Agostinho Braga.

Secretariado por José Antônio Coimbra Filho.

Ao 1º dia do mês de setembro de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verifica-se a presença dos seguintes: Agenor A. Braga, Antônio C. Marinelli, José A. Coimbra Filho, Mauro Del Guerra e Silviano Barbosa da Mota. Havendo número legal, o Sr. Presidente declara não poder ser aberta a sessão, devendo-se esperar os 15 minutos impostos pelo Regimento. Antes, porém, de encerrados êstes, procede-se à segunda chamada dos srs. vereadores, verificando-se a presença dos seguintes: Adélio Pinheiro, Adélio D'Arcádia, Agenor A. Braga, Antônio C. Marinelli, Pedro Filardi, José A. Coimbra Filho, Antônio Felippe Justo, Mauro Del Guerra e Silviano Barbosa da Mota. Havendo número legal, é aberta a sessão. É aprovada e assinada a ata anterior. Em seguida é feita a seguinte comunicação: Nº 78/60, dos vereadores Mauro Del Guerra e Antônio C. Marinelli, no sentido de que o Sr. Prefeito Municipal mande dar cumprimento ao parágrafo 1º do artigo 11º da lei estadual nº 1561-61, de 29 de dezembro de 1951." Ao Sr. Prefeito Municipal". d- Requerimentos: nº 9, dêste, nº 76/60, dos vereadores Pedro Filardi, no sentido de se mandar calçar o trecho da Avenida Expedito Queiroz que vai da capela de São Paulinho até o final da via pública." "Ao Sr. Prefeito Municipal". d- Requerimentos: nº 94/60, dos vereadores Mauro Del Guerra e Antônio C. Marinelli, solicitando do Sr. Chefe do Executivo, seja estendida a mobilização nº 10/60, de 21 de janeiro do corrente ano: "Ao Sr. Prefeito Municipal". nº 95/60, dos vereadores Mauro Del Guerra e Antônio C. Marinelli, solicitando seja contado em ata voto de aplauso e congratulações com o jornal local "A Folha", pela passagem de mais um aniversário: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". nº 99/60, ainda dos vereadores Mauro Del Guerra e Antônio C. Marinelli, solicitando seja contado em ata voto de pesar pelo falecimento dos entusiastas de São José do Rio Preto: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". nº 100/60, dos vereadores Adélio Pinheiro e outros, também, solicitando que a Câmara Municipal manifeste o entendimento de S. José do Rio Preto, seus sentimentos de pesar pela tremenda catástrofe que vitimou os entusiastas daquela cidade: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". nº 101/60, do vereador Agenor A. Braga e outro, no sentido de se congratular com o jornal "A Folha", local pela passagem de mais um aniversário: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". nº 102/60, dos vereadores Agenor A. Braga e outros, solicitando seja oferecido à família Scanapieco, manifestando os sentimentos de pesar pelo falecimento do Sr. Parobal Scanapieco ocorrido ontem: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". nº 103/60, do edil José Coimbra Filho, no sentido de se oficiar ao Secretário da Educação, a fim de que se reiniciem as obras do novo prédio do Instituto de Educação "Carobal Bueno". Em discussão o requerimento e pede vereador Mauro Del Guerra esclarece já ter o Governador do Estado tomado as providências necessárias, aprovando projeto e verba para a continuação do prédio, motivo pelo qual retira do autor do requerimento que o retire. (Apoiado do edil Adélio D'Arcádia, reforçando, com mais informações). E que foi dito pelo edil Mauro Del Guerra. Em votação, foi unânime, tornando a Presidência da Casa para não entrar em ofício solicitado: "Requisitado. Oficie-se". 3- Mensagem nº 28/60, do Sr. Prefeito Municipal, remetendo projeto de lei que dispõe sôbre concessão de auxílios: "Compilerado objeto de deliberação às Comissões de Justiça e Finanças". 4- Ofícios: a) da Diretoria Geral da Secretaria da Câmara, comunicando ter reassumido seu cargo: Oficie-se". b) da Congregação Mariana Imaculada Conceição e dos Irmãos Gonçalves, convidando a Edilidade para comparecer as solenidades comemorativas

do Jubileu de Prata da Congregação Mariana de Moços deste sodalício: "Ficam designados os vereadores Abílio Pinheiro e José G. Vieira, para com esta Presidência, representarem o Legislativo!" c) do Centro Pinheirense de Estudos e Debates, convidando para a solenidade de posse de sua nova diretoria: 1º Despacho: "Faça a Secretaria uma comissão composta dos vereadores Antonio M. Batista, José A. Coimbra Filho e Romildo Miranda, para representar a Edilidade". 2º Despacho de Plenário: "Cumpra-se". d) do Sr. Prefeito da Grande Campanha, respondendo ao ofício nº 81/60, enviado pela Câmara: "Ciente. Arquive-se"; e) do Sr. Wagner Pereira, comunicando o encaminhamento de ofício e indicação referentes ao trabalho de recenseamento: "Ciente. Arquive-se"; f) do Sr. Waldemir Pereira também comunicando recebimento de ofício e indicação referentes ao trabalho de recenseamento: "Ciente. Arquive-se". 5- Requerimento da Diretoria Geral da Secretaria da Câmara, solicitando três meses de licença compensada, de conformidade com o artigo 164 do Estatuto dos Funcionários Públicos: "Deferido". Finda a leitura do expediente o Sr. Presidente dá a palavra aos srs. vereadores. (Assume a Presidência o vereador José A. Coimbra Filho). O vereador Agenor A. Reis pede a presença da Diretora Geral da Secretaria da Câmara, pois seu regresso, aparar de arte por onde e deseja-lhe felicidade. Pede voto e louvor pelo trabalho desenvolvido pela Secretaria da Câmara, durante a Presidência do Sr. Carolino Gonçalves Mendes Silva e com os serviços prestados pela funcionária. Lamenta ter, a Diretora da Secretaria, que se aposentar por mais três meses, embora nem precisado de licença para perfeitamente justificável. (Apoiado do vereador Mauro Del Guerra, e assim ficou-se, em nome da U.D.N., aos cumprimentos dirigidos à Secretária da Câmara). Continuando com a palavra, o edil Agenor A. Reis fala sobre o requerimento que vinha oficiar às autoridades de Rio Preto, diligenciando mesmo que a Edilidade não poderia deixar de se manifestar perante tão grande tragédia. Justifica ainda seu requerimento que visa endereçar votos de pesar pelo falecimento do Sr. Pascoal Scanapieco neto, pai do vereador Antonio M. Batista e fala sobre os serviços prestados pelo jornal "O Fiscal" à cidade de Rubiá, nos seus 30 anos de existência. (Assume a Presidência o edil Agenor A. Reis). O vereador Abílio Pinheiro agradece se inscrito para usar da palavra oportunamente, pede a Diretora da Secretaria da Câmara pelo seu regresso, lamenta notas pela sua felicidade e também de sua família durante o período em que estiver licenciada e almejando sua volta aos trabalhos da Edilidade. Compartilha ainda com os sentimentos pesarosos do vereador Agenor A. Reis, pelo falecimento do Sr. Pascoal Scanapieco neto. Em seguida, o nobre vereador refere-se ao projeto que daria nome do, ex- Prefeito, Sr. Manoel Carlos Gonçalves, à Avenida de Tratamento D'Água, projeto êste não aprovado pela maioria da Casa. Diz que, se votada a matéria vencida, é olvido ao artigo publicado pela bancada da oposição, Sr. Antonio C. Mannelli. Declara jamais ter se envolvido. Brilhante vereador na Câmara e muito menos um dos mais reconhecidos advogados de Rubiá, tendo exercido sua profissão sempre com lucidez, mas diz que o Sr. Antonio C. Mannelli que daquela forma o chamara, deixou tal Papá-lo apenas porque o Srdid. votou contra uma preferência da bancada da oposição. Afirma o vereador que uma ala da palavra não foi pretendida, mas se referir à obra do Sr. Joaquim C. Barbosa, comparando as administrações dos dois ex- prefeitos. Fala que disse apenas que se um nome que se dê ao nome à obra que receberá, isso deixa pertence também ao outro. Diz ainda o nobre vereador Abílio Pinheiro que o que mais o molestou no artigo "O Fiscal de Rubiá" foi o fato do edil Antonio C. Mannelli ter dito que foi por sua culpa que o projeto não foi aprovado. Afirma que isto constituiu uma afronta atribuída não só a ele como à maioria dos srs. vereadores, porque não influiu, de modo algum, na opinião de seus companheiros, para que os mesmos viessem a rejeitar o projeto. Conclui o vereador que votaram contra o projeto que se manifestou, dizendo se assim agiram porque foram impelidos pelo líder da maioria, e que, de maneira alguma praticaria êste ato de imposição. Continuando diz o nobre edil que lhe indescindo de se acabar com os comunas, pois artigos já escritos por outras pessoas foram tomados como seus e bem suposições têm por fim agredir personalidades dignas de elogio conceito e portadores de acatos nobres. Encerrando, afirma que embora o edil Antonio C. Mannelli faça de S. Excia. juízo depreciativo, S. Excia. prossegue sua caminhada com a altivez de quem não teme as ameaças infundadas e junto com seus companheiros, estes, fará para o engrandecimento de Rubiá. Enquanto o vereador Abílio Pinheiro usa da palavra são registrados os seguintes apartes: do edil Antonio C. Mannelli, solicitando que ainda comigo o orador num brilhante advogado e sendo um trabalho da ala da 15ª pessoa ordinária, referente à distribuição do projeto de lei em questão; do edil Mauro Del Guerra, falando sobre a grandiosidade da obra executada pelo ex- Prefeito Ma-

nael Carlos Gonçalves, obra esta tão programada anteriormente e nunca executada, motivo pelo qual quis dar seu voto à Emenda do Tratamento D'Água; disse ainda constar que a Companhia da Situação ha fechou quanto mais não aprovasse do referido projeto, tendo mesmo dois de seus membros não comparecido à reunião porque não queriam deixar de aprovar o projeto e não queriam, ao mesmo tempo, ser contra o líder da maioria. Informou ainda o vereador Mauro da Guerra que a Presidência da Casa estava realmente retardando a entrada do projeto na Câmara para que o mesmo fosse aprovado; entretanto não devia isto ser coisa muita, dando toda culpa ao Sr. Presidente por ter agido com tal deferência. O vereador Fere F. Cunha, justificando sua ausência na sessão passada e dizendo que, na presente ocasião favoravelmente ao projeto, mas não que tivesse quantas falhadas entre os membros da Comissão de Just. Just ter comparecido à reunião por não querer ser contra seus companheiros e por sua livre vontade. Respondendo aos apartes o vereador Aldílio Pinheiro diz que certamente o Sr. Presidente retardou a inclusão do projeto na Ordem do Dia, a fim de colocá-lo na pauta dos trabalhos, pois, naquele momento oportuno, e que, se um dos membros pungisse a 15ª sessão ordinária da Câmara, tivesse comparecido e votado favoravelmente ao projeto a votação, nos termos regimentais, seria dada por falhada pelo Sr. Presidente, demonstrando evidente de que não houve quantia falhada em referência à matéria. Em seguida, prosseguindo com a palavra os Srs. vereadores Aldílio Pinheiro e Salvador Elvira da Mota que, em nome do P.R. e minoritário os seus sentimentos de pesar pelo falecimento do Sr. Paracoral Oswaldo Aranha e pelo catastrofe da S. José do Rio Preto; associa-se as congratulações formuladas à diretoria do jornal "A Folha" pelo transcurso do seu quinquagésimo aniversário. Em seguida, o vereador Mauro da Guerra usa da palavra para em nome da U.D.N. demonstrar os sentimentos pesarosos pelo desastre ocorrido nas águas do Rio Turvo e pelo passamento do Coronel Oswaldo Aranha. Também para congratular-se com a diretoria do jornal "A Folha" pelo trigésimo aniversário daquele semanário, para reafirmar o aparte de Aldílio Pinheiro à secretaria da Câmara, lembrando que a mesma ocupa o cargo em virtude de ter vencido um concurso e que tem demonstrado seu grau de capacidade; para justificar os diversos requerimentos e publicações de sua autoria. Aldílio Pinheiro expediente e para referir-se ao discurso pronunciado pelo vereador Aldílio Pinheiro, dizendo respeitar e reconhecer a capacidade do brilhante jurista e vereador e que não se entristeceu por tudo ter sido aprovado o projeto de sua autoria, apenas sentiu que alguns vereadores não quiseram reconhecer na palavra antigos seu grande valor. Congratula-se ao vereador José F. Cunha o fato de ter esclarecido o motivo pelo qual deixou de comparecer à reunião e lamenta, mais uma vez não ter sido ouvido, apenas por questões políticas, aprovando o projeto. Ninguém mais querendo usar da palavra, passa-se à Ordem do Dia, que se constitui do seguinte: 1ª - discussão e votação da redação final do Projeto de Lei nº 30/60 do Prefeito Municipal, concedendo auxílio financeiro à Caixa Escolar das Escolas Isoladas, com parecer da Comissão de Redação no sentido de se conceder a redação já aprovada em 2ª discussão: "Aprovado a redação final". Encaminhe-se ao Chefe do Executivo para a sanção. Segunda discussão e votação do Projeto de Lei nº 30/60 do Prefeito Municipal, abrindo crédito suplementar a diversas verbas do orçamento; com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças. Vereador Aldílio Pinheiro requer seja o projeto retirado também em redação final, já que os pareceres das comissões são favoráveis. Ignora do seu requerimento. Em votação o projeto, é o mesmo aprovado em 2ª discussão e redação final, devendo ser encaminhado ao Sr. Prefeito para sanção. 3 - Primeira discussão e votação do Projeto de Lei nº 24/60 de autoria do vereador José C. Filho, abrindo crédito especial para o pagamento de despesas provenientes do custeio de fotografias ilustrativas ao alistamento eleitoral; com pareceres das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos favoráveis. Encaminhado ao processo. O vereador autor do projeto também pede seu arquivamento, pois a matéria já se acha superada. Em votação é aprovado o arquivamento do processo. 4ª primeira discussão e votação do Projeto de Lei nº 34/59 do vereador Joaquim A. Ribeiro e outros, dispondo sobre a denominação de próprio; com parecer favorável da Comissão de Justiça, emenda do vereador Severino Gil de Oliveira, parecer contrário da Comissão de Obras e requerimento do vereador Mauro da Guerra. O vereador Aldílio Pinheiro diz que pequeno adiamento a fim de fazer um estudo sobre o projeto, pois que julga não ser ele foi pormenor abordado seus inúmeros aspectos, motivo pelo qual re

considera na presente, diga, se obrigado a formular novo requerimento de adiamento da discussão e votação do projeto em pauta, por mais uma sessão. O edil Mauro Del Guerra pede que se considere na presente sessão o requerimento que juntou ao projeto para isso mesmo. Usa da palavra o vereador Adélio Pinheiro, que diz não poder opinar sobre a matéria por não estar ela, no ponto de vista político, ainda negativa. Em vista disto, o vereador Mauro acolhe o requerimento de adiamento dizendo ser um direito que pensa o vereador. Em votação, é aprovado o requerimento do edil Adélio Pinheiro, ficando adiado por uma sessão a discussão e votação do projeto. 5- Em primeira discussão e votação o projeto de lei nº 21/60, do Prefeito Municipal, dispensando-lhe a dispensa de crédito especial, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: lido e discutido e votado por uma sessão, mediante requerimento do vereador Adélio D'Ercadia. 6- Discussão e votação única da mensagem nº 9/60, do Prefeito Municipal, comunicando não haver encaminhado o Orçamento do exercício anterior por falta da arquitetura do ex- Prefeito; com parecer da Comissão de Justiça, pelo arquivamento do processo: aprovado o parecer. 7- Discussão e votação única da mensagem nº 16/60, do Prefeito Municipal, encaminhando pedido de Gratificação e Gratuna de Filipinho contra lançamento de imposto predial urbano; com pareceres: bloqueio da Justiça, manifestando-se sobre a legalidade da matéria e da Comissão de Finança no particular de ser negado provimento ao recurso interposto: lida da discussão por uma vez, mediante requerimento do vereador José A. Coimbra Filho. 8- Discussão e votação única do ofício do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana, solicitando apoio para a tese que visa conseguir que o Estado de Propriedade da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro; com parecer da Comissão de Justiça, pelo arquivamento da propriedade: aprovado o parecer. Finda a Ordem do Dia, passa-se à Explicação Pessoal. O vereador Oliviano Lima da Mota justifica a ausência dos edis Walter Faustino e Catulio Giardini. O vereador José A. Coimbra Filho diz ter deixado de parecer a seu voto no projeto que dava o nome de Manoel Carlos Gonçalves as obras da Represa de Conservinidade, alem sua consciência, não tendo havido coação alguma e refere-se a questão do recenseamento, dizendo que as providencias foram feitas como o são para qualquer outro censo do Estado. O vereador Mauro Del Guerra lamenta a maneira como foram feitas as nomeações na questão do recenseamento e diz que o Grupo Sênior do I. B. G. E. foi o que menos mandou em sua deputação, tendo predominado a política para se proceder as nomeações. O vereador Adélio D'Ercadia usa da palavra para dizer que tendo havido coação na votação do projeto que dava o nome de Manoel Carlos Gonçalves as obras da Represa e que seu voto contrário foi apenas simbólico. Ninguem mais fazendo uso da palavra em Explicação Pessoal, o Sr. Presidente convoca os srs. vereadores que deverão se reunir ele numa fotografia 3/4 e providencia nos carteiros na Secretaria da Câmara, solicitando que os vereadores que ainda não apresentaram sua alvará de Deus assim o façam o mais breve possível, convoca os srs. edis para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no próximo dia 17 e encerra os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Verena V. Medina Zagnetti, Diretor Geral da Secretaria da Câmara Municipal de Pinhal, a escrevi.

Agmar Agostinho Puigo

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Pinhal, realizados em 15 de setembro de 1960.

Presidência do sr. Agmar Agostinho Puigo

Aos quinze dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Agmar A. Puigo, Adélio Zacadini, Mauro Del Guerra, Romildo Iuicando e Walter Faustino. Não havendo número legal, o sr. presidente determinou a espera de quinze minutos, ao cabo dos quais não podendo ainda a sessão, devido se aguardar pelo prazo de quinze minutos, na forma regimental, para se proceder a nova chamada. Decorrido esse tempo, foi-se novamente a forma regimental, para se proceder a nova chamada. Decorrido esse tempo, foi-se novamente a chamada, verificando-se a presença dos vereadores Agmar A. Puigo, Antônio Ian. Batistão, Yoshi Kuch

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Piribá, realizados em 6 de outubro de 1960.

Presidência do sr. Agmar Agostinho Paiga

Aos seis dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Piribá, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Piribá, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Agmar Agostinho Paiga, Antônio Carlos Mazinelli, Hélio Giardini, Ismael da Cunha, Romildo Miranda e Silvino R. Lima Mota e Valter Faustino. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, mas estando presentes sete vereadores, o sr. presidente determinou Joaci Leite, de acôrdo com o artigo 85, do Regimento Interno, a leitura do expediente que não dependia de voto da Câmara e que se constituia do seguinte: 1) Carta do vereador Valmir Brilli, agradecendo o apôio da Câmara Municipal de Piribá à indicação que apresentou na edilidade paulistana: "Ciente. Arquive-se". 2) Carta do deputado Cantalice Romano, encaminhando avulsos do projeto de lei e indicações de sua autoria, apresentados na Assembléia Legislativa: "Ciente. Arquive-se". 3) Ofício do Família Scannapieco, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Câmara pelo falecimento do sr. Pascholat Scannapieco Neto: "Ciente. Arquive-se". 4) Indicação nº. 47/60, do vereador Antônio Carlos Mazinelli e outros, sôbre a necessidade do executivo passar para munícipios os serviços Victor Nasi, Benedito Henrique e Sebastião Evaristo; seguindo a viação do caso de interêsse e lembrando a necessidade do executivo aumentar, para Cr$ 130,00 diários, a remuneração dos diaristas municipais: "Ao sr. Prefeito". 5) Indicação nº. 48/60, do vereador Ismael da Cunha e outros, no sentido de ser colocado, em cada esquina, um cano ligado da nova rêde de agua, para ser utilizado na extinção de incendios: "Ao sr. Prefeito". 6) Mensagem nº. 34/60, do sr. Prefeito Municipal, encaminhando telegrama do sr. Governador do Estado, comunicando ter sido incluido no plano adicional de pavimentação, o trecho da rodovia estadual Piribá - Santo Antônio do Jardim: "Ciente. Arquive". Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente determinou Joaci Leite nova chamada, visto terem decorrido os quinze minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmos vereadores que responderam à primeira, persistindo assim a falta de número legal para o prosseguimento dos trabalhos, que foram na segunda encerrados pelo sr. presidente. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata, eu, Oswaldo Ulisses de Mattos, secretário, a escrevi.

Agmar Agostinho Paiga

Ata da 37ª. sessão ordinária, do 1º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Piribá, realizada em 20 de outubro de 1960.

Presidência do sr. Agmar Agostinho Paiga

Secretariado por José Antônio Coimbra Filho

Aos vinte dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Piribá, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Piribá, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélio Pinheiro, Hélio d'Arcadia, Agmar A. Paiga, Antonio Ilm. Batista, Elio P. Fernandes, Hélio V. Leite, José A. Coimbra, José F. Vieira, Ismael da Cunha, Waldemar B. Lemos, Romildo Miranda e Silviano R. L. Mota. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foram lidas as atas anteriores. O vereador Ismael da Cunha diz não ter ficado bem claro na ata da 36ª. sessão ordinária, que o vereador Hélio Pinheiro, respondendo a um seu aparte, afirmara que o presidente da Câmara retardou a indenção do projeto de lei nº. 34/59 na ordem do dia a fim de agradar o momento oportuno de aprová-lo, pois poderia haver entendimentos entre os vereadores da situação e oposição para compensações. Diz ainda ter protestado contra essa afirmativa, por não achar justa tal futurição, pois uma proposição como aquela deveria ser votada de acôrdo com a consciência de cada vereador, sem futuras compensações para a sua aprovação. Diz, por último, que o vereador Hélio Pinheiro, respondendo a um novo aparte do J. Faria, contara-o pautado pelo edil José F. Vieira, deduzeu que, se um dos vereadores ausentes à 35ª. sessão ordinária da Câmara, que na favorável à aprovação do aludido projeto de lei, tivesse comparecido, haveria empate, e nesse condição a proposição assim ajudada pelo voto de desempate do presidente. O sr. presidente retrucou que realia as afirmações do vereador Ismael da Cunha como uma admoestação, não podendo entretanto determinar a retificação da ata, porquanto o representante admitira ter havido modificação discurso de seus colegas, o que não era possível, mesmo porque, tudo o vereador Hélio Pinheiro acabara de ouvir naquele instante, e possível a questão ventilada pelo edil Ismael da Cunha, respondera não se recordar em virtude do tempo ter decorrido. Em seguida são aprovadas e assinadas as atas anteriores. Usando da palavra, o vereador José F. Vieira diz lamentar a atitude de seus da oposição para com o presidente da Câmara, na última sessão de 6 de outubro. Diz louvar a atitude digna do presidente da Edilidade, não aceitando as imposições dos vereadores da oposição para prorrogar a sessão depois das 22. chamada, não eliminando assim sua grandeza. Em seguida passa-se à leitura do expediente, que consta do seguinte: 1) Ofícios: a) do vereador Elio P. Fernandes, comunicando haver desistido da licença que lhe fôra concedida: "Ciente. A secretaria, para anotar e arquivar"; b) da bibliotecária, propondo a venda da obra Leis Administrativas do Brasil: "À Comissão de Justiça"; c) do sr. Yoshio Mutta Sobinho, comunicando que o novo serviço de abastecimento d'agua está causando prejuizos em sua propriedade agricola: "Às Comissões de Justiça e Serviços

Públicos". 2) Sindicação nº. 19/60, do vereador Antônio M. Batista, requerendo seja adquirida, pelo Município, uma área para aparelhar três vadios: "Ao s. Prefeito". 3) Requerimentos: a) nº. 104/60, dos vereadores Romildo Miranda e Manoel da Cunha, ao artigo da Câmara oficiar ao sr. Governador do Estado pedindo a promulgação do projeto de lei que regulariza a situação do corpo docente dos Escolas Agrotécnicas: "Tendo em entanto do presente requerimento solicitado a sua retirada, em virtude de já ter sido sancionado pelo sr. Governador o projeto de lei nº. 1.797/59, arquivo-se". b) nº. 105/60, dos vereadores Félix Seitz e Célio Porto, propondo um voto de pesar pelo falecimento do professor Benedito do Nascimento Rosa: "Aprovado"; c) nº. 106/60, do vereador Silviano R.S. Muota, solicitando ao executivo que execute a lei que regulamenta o estacionamento de veículos em vários locais da cidade: "Ao s. Prefeito"; nº. 107/60, do vereador Silviano R.S. Muota, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. Félix Muotaxano: "Aprovado"; e) nº. 108/60, dos vereadores Silviano R.S. Muota e Atílio Biardini, propondo um voto de pesar pelo falecimento da esposa do deputado estadual Angelo Cavinini: "Aprovado"; f) nº. 109/60, dos vereadores Silviano R.S. Muota e Atílio Biardini, propondo um voto de pesar pelo falecimento do professor Benedito Nascimento Rosa: "Aprovado"; g) nº. 110/60, dos vereadores Romildo Miranda e Manoel da Cunha, propondo um voto de pesar pelo falecimento do professor Benedito Nascimento Rosa: "Aprovado"; h) do sr. Luiz Boldrigini e outros, solicitando que a Câmara autorize o executivo a instalar um transformador na Vila Jardim Palmeiras, para funcionamento de uma indústria: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". Junte-se ao projeto de lei nº. 41/60, do vereador Antônio M. Batista, que trata do mesmo material". 4) Um requerimento nº. 32/60, do Prefeito Municipal, encaminhando pedido do Centro Pinheirense de Estudos e Melhoramentos para a colocação, na Praça Rio Branco, de um monumento em homenagem ao antigo morador: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos". 5) Projetos de lei: a) nº. 37/60, do Prefeito Municipal, aprovado a receita e fixando a despesa do município de Pinhalzinho para o exercício de 1960: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; b) nº. 38/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a abertura de crédito especial: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; c) nº. 39/60, do Prefeito Municipal, autorizando o município a receber uma doação, uma faixa de terreno: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos"; d) nº. 40/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a modalidade de cobrança do imposto de diversões públicas: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; e) nº. 41/60, do vereador Antônio M. Batista, autorizando a Prefeitura a instalar, na Vila Jardim Palmeiras, um transformador para servir a uma indústria: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". f) nº. 42/60, do vereador Agmar A. Puiga e outros, dispondo sôbre a abertura de crédito suplementar: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; g) nº. 43/60, do vereador Silviano R.S. Muota, concedendo isenção de imposto de licença para a construção de casa popular: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". h) nº. 44/60, dos vereadores Félix Seitz e Célio P. Fernandes, dando o nome de professor Benedito do Nascimento Rosa a uma rua da cidade: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos"; i) nº. 45/60, do vereador Atílio Biardini, alterando os limites do perímetro urbano do município: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente dá a palavra aos srs. vereadores. O vereador Manoel da Cunha formula um requerimento, que é aprovado, no sentido de se insira, na ata dos trabalhos legislativos, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Renato Bortolo, antigo morador da nossa cidade e trabalhador e-ficiente que sempre honrou na classe. Diz, em seguida, que não potestou quando o sr. presidente marcou os trabalhos legislativos no dia 6 de outubro, pois um contra a pressa com que tal providência foi tomada, o que não acarretou maiores aborrecimentos, julgando, por liberalidade da presidência ou por outros motivos, as sessões foram iniciadas com atraso. Referindo-se às eleições de 3 de outubro, diz que o povo deu uma demonstração de civismo e maturidade política, e congratula-se, em nome da U.D.N., com os candidatos Jânio Quadros e Milton Campos, ilustres brasileiros que nenhum, não só um Brasil, como um todo o Brasil, uma grande votação. Diz, em seguida, que o executivo encaminhou a proposta orçamentária e que a maioria, apesar de haver promitido logo no início do ano, que apresentaria o projeto de um novo Código Tributário, não o fez até agora. Afirma que a situação crítica o orçamento do ano corrente, de Cr$ 18.000.000,00, que não foi aprovado, e no entanto o executivo apresentou, agora, um projeto de Cr$ 22.000.000,00, demonstrando com essa atitude que a proporção elaborada em 1959 era criteriosa e justa. Justifica, em seguida, na indicação apresentada durante os trabalhos do dia 6 de outubro, sôbre a colocação de canos d'agua nas esquinas de cada quarteirão, para a utilização em casos de incêndios. O sr. presidente diz que agradeceu as insinuações do vereador Manoel da Cunha, pois jamais tomou qualquer deliberação no cargo que ocupa para proteger a grupos ou pessoas. Afirma que abriu e encerrou os trabalhos legislativos na data de 6 de outubro, de acôrdo com o Regimento Interno, não podendo assim ao artigo ter obedecido às imposições da lei que regula o funcionamento da Câmara. Diz que, se muitos aborrecimentos não foram abatidos nos trabalhos legislativos, havendo ausência de alguns munícipes, isso se deve a um desencontro de relógios ou a comentários que mencionavam horários com exigências, antes do início dos trabalhos. Em seguida o presidente anuncia e passa à Ordem do Dia, que se constitui do seguinte: 1) Anuncia

discussão e votação do projeto de lei nº. 31/60, do Poder Municipal, abrindo crédito especial para pagamento de contribuições ao Instituto de Previdência, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 34/60, do Poder Municipal, dispondo sôbre concessão de auxílios, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 8/60, do vereador Antônio Mendes Batista e outros, concedendo um auxílio de Cr$ 30.000,00 à comissão que promoverá o carnaval em Piabal em 1960, com parecer favorável da Comissão de Justiça, com substitutivo da Comissão de Finança e voto em separado do vereador Romildo Miranda: o vereador Silviano R. de Almeida requer o adiamento da discussão por uma sessão, a fim de poder examinar uma relação de despesas que foi juntada ao processo e da qual não tem conhecimento. O vereador Hélio Batista discorda do adiamento da discussão, alegando que a proposição está na Câmara há muito tempo, e que, embora pouca seja a importância concedida ao auxílio, naturalmente não o é, pois a administração está ameaçada de concessão do auxílio, relativamente ao exercício de 1959. Diz a justificativa anexada ao projeto de 1959, feita pelo ex-prefeito, e diz que houve reparos nas festas carnavalescas naquela oportunidade, não por isso não merecendo o auxílio financeiro do poder público. Diz que a concessão do auxílio de Cr$ 30.000,00 não vai piorar a situação financeira do município, e que a fonte do carnaval, realizada no Cruzeiro, em 1960, foi um fracasso, tendo dado grande prejuízo, havendo por isso necessidade do auxílio da Prefeitura. Embora nada considerações dizendo não ter constatado, no processo, qualquer irregularidade e referindo-se em ponto de vista contrário ao adiamento da discussão. O vereador Manoel Del Fiume diz que a Câmara não deve cercear o direito de exame da matéria a um vereador, motivo porque pedia fosse concedido o adiamento requerido. O vereador Hélio Batista diz ao desnecessário o adiamento da discussão, pois há tempo de sobra até a próxima sessão para o exame do processo. Afirma que, se os vereadores forem examinar os despesas com o carnaval, a comissão que os organizadores festejos já se sentirá ofendida moralmente e desmoralizada da confiança da Câmara, o que não ficaria bem. Diz, por último, que não pode haver irregularidades no processo, pois a comissão promotora do carnaval terá que prestar contas ao poder público do emprego da importância do auxílio. O vereador Romildo Miranda diz que o seu pedido de adiamento é viável, pois trata-se de distribuir o dinheiro do povo, o que exige cuidado. Diz que não é contra a aprovação do projeto, mas que exarará voto em separado por não concordar com o benefício, visto que uma pessoa, cujo nome constava do processo, lhe afirmara ter determinada nada recebido da comissão promotora do carnaval, e depois de alguns dias o promotor fora dizer-lhe coisa completamente diferente. Diz que o seu voto não foi dado por questões políticas e que reprova que a Câmara não conceda o direito de vista dos vereadores. O vereador Silviano R. de Almeida, que é contador formado, diz examinar os contas constantes do processo. O vereador Antônio Mendes Batista diz ser um absurdo a retirada do adiamento da discussão e afirma que a Câmara, há poucos tempos, aprovou um projeto de lei dando Cr$ 36.000,00 ao Conservatório Dramático Musical de Pindamonhangaba sem indagar onde seria aplicada a importância e sem exigir prestação de contas. Diz que a oposição é contra o projeto pelo fato de haver perdido as eleições municipais, inclusive da comissão promotora do carnaval, a qual trabalhando na última eleição municipal em favor do candidato do atual Prefeito. O vereador Hélio Batista diz ser contrário ao pedido de adiamento pelo fato de contar o seu colega Silviano R. de Almeida com 15 dias, até a segunda discussão, para o necessário exame do processo. Posto em votação é rejeitado, pela Câmara, o requerimento de adiamento. Em seguida o vereador Manoel Del Fiume afirma que será favorável ao projeto, porque iria votar contra o mesmo pelo fato de haver dúvidas sôbre a prestação de contas e por haver a maioria encerrado o direito de um vereador. O vereador Silviano R. de Almeida, apesar de ser adversário de um colega Antônio Mendes Batista, diz que se o vereador Wilson Muniz Bragança trabalhou pela eleição do atual Prefeito, agora, na última eleição, trabalhou em favor do candidato do P.R., e que se fosse o caso de apoio político não votaria a favor do projeto, favorecendo o interessado na concessão do auxílio. Diz que o seu colega Antônio Mendes Batista está interessado na aprovação do projeto pelo fato de ter, para mulher da comissão promotora do carnaval, a importância de Cr$ 2.000,00. Em seguida é posto em votação, sendo aprovado em primeira discussão, o projeto de lei nº. 8/60. – 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 34/59, do ex-vereador Joaquim Mendes Pinheiro, dando o nome de Dona Olívia Gonçalves Bourgault ao prédio da Casa da Criança, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça (1959), contrário da Comissão de Serviços Públicos e da mesma indicação: rejeitados o requerimento do vereador Manoel Del Fiume para a preposição em transformação de lei nº. 34/59. – 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 17/60, do vereador Silviano R. de Almeida, concedendo isenção de impostos a atividades de pessoas incapazes ou deficientes, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 6) Discussão e votação única da mensagem nº. 20/60 do Prefeito Municipal, encaminhando proposta para um acôrdo amigável na ação que Teresa Pizzi Bonomi move contra a Prefeitura, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Fi-

mança: aprovados os pareceres. 7) Discussão e votação única do recurso do Banco Paulista do Comércio contra lançamento do Imposto de Indústrias e Profissões, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finança: aprovados os pareceres. 8) Discussão e votação única do recurso de Catarina e Caetana de Filippi contra lançamento do Imposto Predial, com pareceres pela legalidade do pedido da Comissão de Justiça e quanto ao mérito contrário da Comissão de Finança: aprovado o parecer da Comissão de Finança, sem computar o voto do vereador José F. Vuolo, que declarou estar impedido de votar por ser parente dos requerentes. Esgotada a matéria em pauta, usa da palavra, em explicação pessoal, o vereador Célio P. Fernandes, dizendo que, embora não tenha estado presente na última sessão da Câmara, tomou conhecimento de um incidente havido entre o sr. presidente e alguns vereadores da oposição. Diz que o presidente da Câmara tem agido sempre com imparcialidade, sem quem agradar a companheiros ou adversários, motivo porque mereceu e continuará merecendo o respeito e a admiração de todos. Encerra suas considerações dizendo que o presidente da Câmara, portando-se como o fez durante os trabalhos legislativos do dia 6 de outubro último, estará cumprindo religiosamente o Regimento Interno e engrandecendo o poder legislativo. Ninguém mais querendo usar da palavra, o sr. presidente agradece o apôio e a solidariedade que lhe foram hipotecados pelos vereadores José Felipe Vuolo e Célio Porto Fernandes; associa-se aos votos de pesar aprovados pelo plenário, solicita às comissões que exaram parecer sôbre os processos a elas distribuídos; lembra aos edis a necessidade de apresentarem declaração de bens, convoca-os para a próxima sessão ordinária, a realizar-se em data de 3 de novembro, e encerra os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Jeronimo de Mello, secretário, a escrevi.

Agenor Agostinho Peigo

J. A. Pinha Filho

Ata da 18ª sessão ordinária, do 1º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 3 de novembro de 1960.

Presidência do sr. Agenor Agostinho Peigo

Secretariada por José Antônio Coimbra Filho

Aos três dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Pinheiro, Adelio D'Arcadia, Agenor A. Peigo, Célio Porto Fernandes, Ilélio Vergueiro Leite, José Antonio Coimbra, José F. Vuolo, Mauro Del Tuena, Milton B. Farias, Romildo Miranda, Silviano C. Mota e Valter Faustino. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foi lida, aprovada e assinada a ata anterior. Passa-se ao expediente, que consta do seguinte: 1) Indicação nº. 80/60, dos vereadores Célio P. Fernandes e Ilélio Leite, sugerindo ao executivo seja distribuída, entre as vítimas da enchente de 1956, a verba de Cr$ 300.000,00 enviada pelo Estado: "Ao sr. prefeito". 2) Requerimentos: a) nº. 111/60, do vereador Mauro Del Tuena, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. Benedito Mendes: "Aprovado". b) nº. 112/60, do vereador Mauro Del Tuena, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. Flavio Duriz Ferreira: "Aprovado". c) nº. 113/60, do vereador Mauro Del Tuena, solicitando informações ao executivo sôbre o pagamento, a determinados funcionários, de gratificações por serviços extraordinários: "Ao sr. prefeito". d) nº. 114/60, do vereador Valter Faustino, solicitando a convocação do prefeito para prestar esclarecimentos sôbre irregularidades com terrenos do cemitério municipal: "Rejeitado pelo plenário. Arquive-se". O vereador Valter Faustino diz ter formulado êsse requerimento pelo fato do prefeito não ter respondido, até agora, o pedido de informações sôbre a venda de terrenos do cemitério municipal, que lhe foi encaminhado em data de 27/7/60, estando por isso incurso na lei de responsabilidade, que estabelece o prazo de 20 dias para o executivo responder as informações solicitadas pela Câmara. O vereador Célio P. Fernandes justifica o seu voto contrário ao requerimento, dizendo que na legislatura passada convocou o ex-prefeito e não foi atendido pela maioria, entendendo, porém, que os esclarecimentos e informações solicitados por qualquer vereador devem ser fornecidos pelo executivo nos prazos legais, motivo porque usaria de todos os meios ao seu alcance a fim de, como membro da coligação, conseguir do atual prefeito que responda as indagações da Edilidade. O vereador Abílio Pinheiro diz ter votado contra o requerimento de convocação do prefeito, e apela ao sr. presidente no sentido deste insistir junto ao executivo a fim de que sejam enviadas à Câmara as informações solicitadas pelo vereador Valter Faustino, pois se tal não se der até na próxima sessão, estará pronto a aprovar requerimento pedindo o comparecimento, ao plenário, do chefe do executivo. - e) nº. 115/60, do vereador Abílio Pinheiro, no sentido de ser oficiado ao executivo solicitando-lhe que responda ao pedido de informações do vereador Valter Faustino: "Ao sr. prefeito". Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente dá a palavra aos srs. vereadores. O vereador Mauro Del Tuena justifica o requerimento de sua autoria, sob o nº. 113/60, e diz que o prefeito está concedendo gratificações a determinados funcionários, para pagamento de serviços extraordinários inexistentes, deixando de atender a outros, que também necessitam, talvez pelo fato de terem êstes estado em campo oposto ao do executivo

nas eleições municipais de 1959. Justifica, em seguida, seu voto favorável à convocação do pedido, e diz que o chefe do executivo vem trilhando um mau caminho ao não apoiar os pedidos de informações dos vereadores, o que demonstra o desprezo que tem pelo Legislativo. O vereador Valter Santino diz que na eleição presidencial votou no sr. Jânio Quadros por disciplina partidária, mas que o seu coração estava com o Marechal Lott, afirmativa que fazia pelo fato de estar na política há 30 anos, mas tudo isto muito aprendido a ser político, pois não aprendeu a mentir. Diz ter apenas votado no sr. Jânio Quadros, não tendo ataqueado e nem ajudado a sua eleição, pois nada fez em proveito ou em favor dessa candidatura. Diz ter votado, também, no sr. Milton Campos, e reafirma que se pudesse votar com o seu coração, deixando de lado a disciplina partidária, o seu candidato teria sido o Marechal Henrique Teixeira Lott. Diz, em seguida, que o P.R. Libertador coligado com a U.D.N. nas eleições municipais, deu uma expressiva votação ao sr. Milton Campos nas eleições presidenciais. Procede à leitura de dados concretos, citando números e procurando demonstrar que o P.R. também trouxe, na eleição presidencial, um grande contingente eleitoral em favor do sr. Milton Campos, o Partido Libertador que a vitória de Jânio Quadros não partiu a ninguém, visto ter ele ganho a eleição no Brasil inteiro, inclusive na cidade de Diamantina, berço natal do atual presidente da República. Ninguém mais queimado nesse de Belavra, o sr. presidente anuncia ter nomeado um vereador de cada bancada para integrar a comissão incumbida de examinar pacientemente o projeto do novo Regimento Interno, e convoca os mesmos para uma reunião, a realizar-se no próximo dia 8, às 19.30 horas. O vereador Valter Santino, um dos recolhidos, diz não poder fazer parte da referida comissão, visto pretender licenciar-se por algum tempo da Câmara. A vista disso, o sr. presidente designa o vereador Silviano R.S. Mota para substituir o P.R. na comissão. O vereador Valter Santino pede licença e retira-se do plenário, ficando então estabelecido a noite toda no Banco e encontrar-se ausente. Em seguida o sr. presidente anuncia ir passar à ordem do dia, que se constitui de seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 36/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a concessão de auxílios, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 31/60, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para pagamento de contribuições ao Instituto de Previdências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 17/60, do vereador Silviano R.S. Mota, concedendo isenção de impostos a pessoas incapazes ou deficientes, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 9/60, do vereador Antônio Mr. Batista e outros, concedendo um auxílio de Cr$ 30.000,00 à comissão promotora do carnaval em Piedade em 1960, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado, após tomar os vereadores Silviano R.S. Mota e Ivanir de Paula Salado contra a proposição e o vereador Hélio Pinheiro a favor. 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 37/60, do Prefeito Municipal, orçando a receita e fixando a despesa para o exercício de 1961, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. São apensadas pelo vereador Hélio d'Arcadia e outras três emendas ao projeto de lei nº. 37/60, sendo encaminhadas à Comissão de Finança, pelo sr. presidente. 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 40/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a modalidade de cobrança do imposto de diversões públicas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. O vereador Hélio P. Fernandes diz que, não existindo faltalmente de ingressos, deveria um artigo nas disposições gerais do mesmo isentar as sessões de cinema, a fim de que não acontecessem os fatos das entradas. 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 39/60, do Prefeito Municipal, autorizando o Município a vender, em doação, uma faixa de terreno destinada ao prolongamento da rua Cel. Amando Vaz Vieira, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 41/60, do vereador Antônio Mr. Batista, autorizando a Prefeitura a instalar um transformador na Vila Jardim Palmiras, para o fornecimento de uma indústria, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e contrários das Comissões de Finança e Serviços Públicos: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Yoni L. Vinolo. 9) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 46/60, da Comissão de Justiça, dispondo sôbre a localização de monumento na Praça Rio Branco, em homenagem ao antigo mestre, com pareceres favoráveis da Comissão de Serviços Públicos: aprovado. 10) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 44/60, do vereador Hélio Brito, dando o nome de professora Benedito do Nascimento Rosa a uma rua da cidade: aprovado. 11) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 38/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a abertura de crédito especial, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 12) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 29/60, do vereador Benedito Olavo Nai, dispondo sôbre a cobrança do imposto predial distinto, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finança: rejeitado. O vereador Hélio Pinheiro salienta que a Comissão de Justiça não apreciou o mérito do projeto, mas tão sòmente o seu aspecto legal. O ve-

nador Manoel Del Guerra louva o parecer da Comissão de Finança, que opinou contra a aprovação da referida proposição. 13) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 34/60, do vereador José Antônio Coimbra, dispondo sôbre a isenção de pagamento da taxa de execução de calçamento, com parecers favoravel da Comissão de Justiça e contrários das Comissões de Finança e Serviços Publicos: rejeitado, após terem falado contra a proposição os vereadores Manoel Del Guerra, Alilio Pinheiro, Célio Porto Fernandes e Hélio Leite, e a favor o vereador José Antônio Coimbra. 14) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 32/60, do vereador José A. Coimbra, concedendo auxilio financeiro ao Sindicato dos Metalurgicos, com parecers favoravel da Comissão de Justiça e contrário das Comissões de Finança e Serviços Publicos: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador José F. Vuolo. 15) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 43/60, do vereador Silviano R. L. Mota, concedendo isenção do imposto de licença para a construção de casa própria, com parecers favoravel da Comissão de Justiça e contrários das Comissões de Finança e Serviços Públicos: rejeitado, após terem falado a favor da proposição o vereador Silviano R. L. Mota e contra o vereador Manoel Del Guerra. 16) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 42/60, do vereador Agenor Peixoto e outros, dispondo sôbre a abertura de crédito suplementar, com parecers favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 17) Discussão e votação única do ofício do sr. José Ribeiro Motta Sobrinho, comunicando que a linha adutora do novo serviço d'água esta causando prejuizos à sua propriedade agricola, com parecers das Comissões de Justiça e Serviços Publicos no sentido de se solicitar informações ao executivo a respeito do assunto: aprovados os parecers. O vereador Manoel Del Guerra lê o voto em separado que exarou na qualidade de membro da Comissão de Serviços Públicos, no qual realça os méritos da firma que planejou o novo serviço de abastecimento público de agua, a competência do engenheiro que está fiscalizando a execução das obras, isenta o ex-prefeito Manoel Carlos Gonçalves de qualquer responsabilidade nos vasamentos existentes e estranha os têrmos do parecer da Comissão de Justiça, que em certo tópico trata de assunto puramente politico. O vereador Alilio Pinheiro justifica o voto exarado pela Comissão de Justiça e diz que a Câmara não tem elementos para julgar a reclamação do sr. José Ribeiro Motta Sobrinho, o que será possivel sómente depois do executivo esclarecer o assunto. O vereador Célio P. Fernandes diz que o serviço de abastecimento público de água começou errado e ainda persistem alguns erros. Diz que tendo sido medida a agua das nascentes das antigas captações que abasteciam a cidade, verificou-se que havia excesso de liquido, tendo entretanto o ex-prefeito desprezado êsse fator e iniciado um novo serviço dispendioso. Diz que o ex-prefeito não desapropriou as areas necessárias ao novo serviço de agua e levantou construções em terra alheia sem o consentimento do proprietário, o que redundou em prejuizo para o Municipio, pois a desapropriação, em 1957, custaria muito menos aos cofres municipais do que atualmente. Diz ainda que o ex-prefeito não deveria, em hipótese alguma, ter prorrogado o contrato do engenheiro que fiscaliza a execução do novo serviço de abastecimento público de água, pois estava escolhendo, para o atual prefeito, seu adversario politico, um profissional que talvez não conviesse ao chefe do executivo, que devia ficar com liberdade para escolher seus auxiliares numa obra tão importante. Afirma, por último, que o engenheiro que fiscaliza as obras, segundo informações que obteve, vem a Pinhal verificar os serviços sómente uma vês por mês, e assim mesmo rapidamente. 18) Discussão e votação unica da proposta da Livro-Obras, ofencendo a venda da obra "Leis Administrativas do Brasil", com parecer contrário da Comissão de Justiça: aprovado o parecer. Esgotada a matéria em pauta, é lido e aprovado o requerimento nº. 116/60, do vereador Célio P. Fernandes e outros, solicitando a dispensa da redação final dos projetos de lei de ns. 8/60, 17/60, 31/60 e 36/60, a fim de que os mesmos fossem encaminhados ao executivo para a sanção devida. Passa-se à explicação pessoal. O vereador Célio P. Fernandes diz lamentar ter votado contra o requerimento de convocação do prefeito, pois não pretende tolher a liberdade de ninguem, entendendo, porém, que o executivo deve responder aos pedidos de informações dos srs. vereadores, desde que tratem de materia de interesse público, sem fins politicos ou carater pessoal. Diz que o Municipio foi encontrado em estado deploravel pelo atual prefeito, que tem estado muito atarefado, comprometendo-se porém, o orador, a solicitar, ao chefe do executivo, que responda aos pedidos de informações dos srs. vereadores. O vereador Hélio Leite diz que o item do programa administrativo do atual prefeito, que trata da sindicalização do trabalhador, foi ali incluido pelo P.S.B. - Diz que pretende se bater, na Câmara, pelo cumprimento do programa administrativo do sr. prefeito, necessitando o executivo de um prazo para executar seus planos. Afirma que ignorava tivesse o Sindicato dos Metalurgicos de Pinhal sido declarado de utilidade pública pelo Governo do Estado e diz que a sindicalização é util a todos os trabalhadores e à própria coletividade. Dirige, em seguida, um apêlo ao executivo para que atenda aos pedidos de informações dos srs. vereadores, a fim de que possa haver sempre harmonia entre os dois poderes. O vereador Manoel Del Guerra congratula-se com os seus colegas Célio P. Fernandes e Hélio Leite,

pelo apôio por ambos dirigidos ao sr. Prefeito, a fim de que este atenda aos pedidos de informações dos edis. Diz, em seguida, que aprovou e assinou o requerimento de dispensa dos edis. Diz, em seguida, que aprovou e assinou o requerimento de informações nrs. 116/60, pedindo forem dispensadas varias projetos da redação final, com exceção forem do de nr. 8/60, por ter sido negado ao vereador Silviano R. L. Muota, na exceção forem do de nr. 8/60, por ter sido negado ao vereador Silviano R. L. Muota, na última sessão, o direito de examinar a proposição, através do adiamento, por uma última sessão, o direito de examinar a proposição, através do adiamento, por uma sessão, de sua discussão. Diz que a minoria sempre apoiou os pedidos de adiamento de discussão formulados pela maioria, ao passo que esta sempre negou os pedidos da minoria. O vereador Silviano R. L. Muota se associa, em nome os pedidos da minoria. O vereador Silviano R. L. Muota se associa, em nome do P. R., aos votos de pesar aprovados pela Câmara e justifica a ausência do vereador Attilio Bicudini, que não pôde comparecer por motivo de doença em vereador Attilio Bicudini, que não pôde comparecer por motivo de doença em pessoa de sua família. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convoca pessoa de sua família. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para a próxima sessão ordinaria, a realizar-se em data de os srs. vereadores para a próxima sessão ordinaria, a realizar-se em data de 17 de novembro, mandando se lavrasse uma seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Secretário de Muitos, a escrevi.

Agmar Agostinho Puigo

José Antônio Coimbra Filho

Ata da 19ª. sessão ordinária do 1º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 17 de novembro de 1960

Presidencia do sr. Agmar Agostinho Puigo

Secretariada por José Antônio Coimbra Filho

Aos dezessete dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Pinheiro, Addio d'Arcadia, Agmar Puigo, Antonio Batista, Attilio Bicudini, Elio P. Fernandes, Felicio Muita, José Antonio Coimbra, José Filippe Vicolo, Luciano Del Fiume, Luiz Tom B. Fausto e Silviano R. L. Muota. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foi aprovada e assinada a ata anterior. Passa-se ao expediente, que consta do seguinte: 1) Telegrama do deputado Ranieri Mazzili, agradecendo os cumprimentos que lhe foram enviados pela Câmara: "Ciente. Arquive-se". 2) Ofícios: a) do Francisco Duvido Fumia, agradecendo a homenagem prestada ao seu saudoso filho Flavio: "Ciente. Arquive-se"; b) do deputado Angelo Ravasi, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento de sua esposa: "Ciente. Arquive-se"; c) da Familia Lunardeli, agradecendo as manifestações de pesar pelo falecimento do sr. Felicio Lunardelli: "Ciente. Arquive-se"; d) de dona Maria Antonieta Mundo Rosa, agradecendo as manifestações de pesar pelo falecimento de seu esposo Benedito do Nascimento Rosa: "Ciente. Arquive-se"; e) do Benicio Caetano e outros, pedindo a instalação de uma de negócios na Vila Pinhal Jardim: "Encaminhe-se ao sr. Prefeito, para as providencias solicitadas". 3) Indicação nrs. 81/60, do vereador José A. Coimbra, no sentido do executivo estudar projeto de lei elevando os vencimentos do funcionalismo municipal e passar para extraordinarios mensalistas os diaristas que possuem mais de 10 anos de serviço: "Ao sr. Prefeito". 4) Requerimentos: a) nrs. 111/60, do vereador Felicio Muita, no sentido de ser solicitado à Assembléia Legislativa do Estado a aprovação do projeto de reforma constitucional que aumenta, de 30% para 50%, a quota do excesso de arrecadação, e congratulando-se com a Associação Paulista de Municipios pela trabalho que vem desenvolvendo para conseguir a aprovação da referida proposição: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; b) nrs. 118/60, do vereador Felicio Muita, no sentido da Câmara solicitar, do Governador do Estado, que atenda ao pedido do executivo para o fornecimento, pela Companhia de Agues e Energia Elétrica, do material necessario à extensão da rêde de eletricidade às Vilas João Pedro e Eucaliptal: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; c) nrs. 119/60, do vereador Luciano Del Fiume, no sentido de Câmara aplaudir o deputado Benedito Vaz pela apresentação, na Câmara dos Deputados, de um projeto de lei estabelecendo que na cédula unica, nas eleições majoritarias, todos os candidatos figurem em primeiro lugar de forma variavel: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". 5) Projeto de resolução nrs. 2/60, do vereador José A. Coimbra, visando o cargo de tesoureiro da Câmara: "Às Comissões de Justiça e Finanças". 6) Mensagem nrs. 36/60, do Prefeito Municipal, respondendo às informações solicitadas pelos vereadores Luciano Del Fiume e Valter Faustino, através dos requerimentos de nrs. 81/60, 86/60 e 113/60: "O presente processo ficará à disposição dos srs. vereadores na secretaria da Câmara". Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente dá a palavra aos srs. vereadores. O vereador Luciano Del Fiume agradece ao Prefeito ter atendido aos pedidos de informações dos vereadores e diz que o chefe do executivo deveria retirar, da Caixa Economica do Estado, o saldo do emprestimo de Cr$ 3.000.000,00, pois desse forma o calçamento seria intensificado, não sofrendo interrupção e o serviço ficaria mais barato, o que viria beneficiar para os proprietarios de imoveis localizados na zona urbana. Quanto às informações do Prefeito, com referencia à concessão de gratificações a funcionarios, diz que elas foram ilegais, entendendo ele, porém, que o beneficio deveria ser concedido a todos o funcionalismo, e não somente a uma parte. Diz que a concessão de gratificações provocou a revolta de um graduado funcionario do Municipio, que protestou em altos brados

contra um protecionismo. Diz, em seguida, ser favorável ao aumento de vencimentos do funcionalismo municipal, a fim de que êste possa influenciar o alto custo de vida, esperando, porem, que o Pujeito elabore uma tabela justa, obedecendo a hierarquia funcional. Afirma, em seguida, que os fundos utilizados pela execução do novo serviço de abastecimento d'água, foram ocupados com autorização tácita de seus proprietarios, ao contrario do que afirmou o vereador Elio P. Fernandes na última sessão. Refere-se à construção, em Pinhal, de uma sub-estação destinada à distribuição de energia eletrica, e diz esperar que o sr. Pujeito tome as providencias necessarias a fim de evitar que as torres de transmissão sejam colocados justamente no local onde deverá passar a avenida marginal, avenida esta que virá para a instalação definitiva da rêde de esgotos da cidade. Diz, em seguida, que o executivo publicara, há tempos, uma intimação ao jornal, convidando os proprietarios de imoveis a construirem os seus passeios e a reconstruirem os muros caidos, tudo dentro do prazo de 60 dias, o que não foi atendido, deixando inteiramente a maioria do fazer-lo. Afirma que estamos nos aproximando do fim do ano e que há necessidade de o executivo mandar fazer, por conta do Pujeitinho, os consertos de passeios e reconstrução de muros, cobrando dos interessados, posteriormente, com o aumento da taxa de administração, o custo dos respectivos serviços. Juntifica, em seguida, o requerimento de sua autoria, lido no expediente, e diz das vantagens da colocação, em forma variavel, nos cédulas oficiais para as eleições majoritarias, dos nomes de todos os candidatos, não havendo, com isso, previdencias, pujeitos para qualquer dêle. O vereador Elio P. Fernandes cumprimenta o sr. Pujeito por haver respondido aos pedidos de informações dos srs. vereadores da oposição, pois não esperava mesmo que a atual administração, ecgueminada de "nova era" pelo vereador Mauro de Sousa, deixasse de atender expontaneamente as solicitações dos integrantes da Câmara. Diz que a atual administração não agiu de acordo com os passos da administração passada, que foi uma administração "bossa-nova", na qual, durante os 4 anos de mandato, o orador não teve nenhum um pedido de informações respondido pelo ex-chefe do executivo (Dr. Ademar Pujeito) e pelo vereador Hélio Brito). O vereador Agenor Puiga diz que tem procurado, no exercicio da pujeitinha, manter-se equidistante das lutas politicas, evitando ruinos discursos plenarios, mas que a Pazzia naquele instante para protestar contra a Companhia Paulista de Força e Luz, que vem intempestivamente, todos os anos, o aumento da energia eletrica e população. Diz que anualmente ha distorções nos serviços de Luz e Força, tendo o pujeito reclamado, do mesmo modo locais, os providencias necessarias no sentido de nem todos sejam igualmente atendidos. Diz que na legislatura passada o contrato com a concessionaria do serviço de eletricidade foi aforamado, tendo sido impostos, pelo Departamento de Aguas e Energia Eletrica, algumas que só muito beneficiaram a Companhia Paulista de Força e Luz e pejudicaram o Municipio. Diz que a concessionaria age de forma totalitaria, não da confiança a ninguem, não atende reclamações e não está em condições de operar, com regularidade, os defeitos que apresentam frequentemente nas suas instalações, provocando assim a interrupção do fornecimento de energia eletrica, deixando muitas e povo que paga religiosamente as tarifas cobradas pela poderosa empresa. Diz, em seguida, que a atitude do Pujeito, respondendo aos pedidos de informações dos srs. vereadores, veio engrandecer o Legislativo, motivo porque congratulava-se com o chefe do executivo, que estava pronto a atender a todos, indistintamente. Pujeitinha, em seguida, na confiança no progresso da cidade, na administração eficiente do chefe do executivo, na colaboração e união dos srs. vereadores, e mesmo nas considerações dizendo que apesar da descrença de muitos, tem fé no futuro de nossa terra. Ninguem mais querendo usar da palavra, nomeou a presidencia o vereador Agenor A. Puiga, e anunciou ir passar, em seguida, à ordem do dia, que se constituiu de seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 37/60, do Pujeito Municipal, orçando a receita e fixando a despesa para o exercicio de 1961, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança e com emendas do vereador Adilio d'Escadia e outros: aprovado o projeto e as respectivas emendas. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 38/60, do Pujeito Municipal, dispondo sôbre a abertura de credito especial, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 39/60, do Pujeito Municipal, autorizando o Municipio a receber, em doação, uma faixa de terreno destinada ao prolongamento da rua Cel. Amando Viegueiro, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: aprovado. 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 40/60, do Pujeito Municipal, dispondo sôbre a modalidade de cobrança do imposto sôbre diversões publicas, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 42/60, do vereador Agenor A. Puiga e outros, dispondo sôbre a abertura de credito especial diga suplementar, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 44/60, do vereador Hélio Brito, dando

o nome de professor Benedito Nascimento Rosa a uma rua da cidade, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: aprovado. 7) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 46/60, da Comissão de Justiça, dispondo sôbre a localização de monumento na Praça Rio Branco, em homenagem ao antigo mestre, com parecer favoravel da Comissão de Serviços Publicos: aprovado. 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 35/60, do Prefeito Municipal, modificando a tabela de cobrança do imposto territorial urbano, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança e Serviços Públicos: o vereador Mauro Del Guerra requer o adiamento da discussão por uma sessão, para poder examinar a proposição. Informado pelo sr. presidente de que poderia apresentar emendas em segunda discussão, o vereador Mauro Del Guerra retira o requerimento de adiamento, sendo em seguida aprovado, em primeira discussão, o projeto de lei nº. 25/60, do Prefeito Municipal, 9) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 25/60, do Prefeito Municipal, dispondo sobre doação de uma faixa de terreno localizada no Cazanto, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finança e Serviços Publicos: aprovado. 10) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 13/60, do vereador José Antônio Coimbra, dando o nome de Praça Getulio Vargas à Praça São Benedito, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: o vereador Mauro Del Guerra manifesta-se contra a proposição que visa homenagear o ditador que humilhou São Paulo e fez derramar o sangue de muitos paulistas. O vereador Célio Porto Fernandes diz que votará contra, coerente com sua posição adotada na legislatura passada, quando se manifestou contrario a uma proposição idêntica. O vereador Abilio Pinheiro diz que por se tratar de questão de fôro intimo, deixava questão aberta para a a bancada da coligação, lembrando porem que Largo São Benedito é um nome tradicional, que homenageia um santo milagroso, podendo haver repulsa da população a um ato da Câmara mudando a denominação daquele logradouro público. O vereador Helio Leite manifesta-se pela aprovação do projeto, lembrando os beneficios da legislatura digo legislação trabalhista e o grande presidente constitutucional que foi Getulio Vargas (Assume a presidência o vereador Helio Leite). O vereador Agenor Peigo se manifesta contra a proposição, dizendo que na legislatura passada foi contrário à aprovação de projeto idêntico. Afirma que nunca foi getulista, mas que respeita, não o ditador, mas sim o presidente constitucional eleito por esmagadora maioria de votos. Diz não estar certo substituir uma homenagem sincera e piedosa a um santo humilde e milagroso como São Benedito, nome já tradicional, por outra, embora a um eminente brasileiro (Reassume a presidência o vereador Agenor Peigo). O vereador Helio Leite apresenta um substitutivo autorizando o executivo a dar, a uma rua da cidade, o nome de presidente Getulio Vargas. Os vereadores Mauro Del Guerra e Célio Porto Fernandes manifestam-se contra o substitutivo, e os vereadores Abilio Pinheiro e Helio Leite favoraveis. Posto em votação é aprovado, em primeira discussão, o substitutivo ao projeto de lei nº. 13/60. 11) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 32/60, do vereador José Antonio Coimbra, concedendo auxilio financeiro ao Sindicato dos Metalurgicos de Pinhal, com pareceres favoravel da Comissão de Justiça e contrarios das Comissões de Finança e Serviços Publicos: o vereador Mauro Del Guerra manifesta-se contra a proposição, alegando ser ela inconstitucional, injusta e desnecessaria, pois o Sindicato irá arrecadar o imposto sindical de todas as cidades circunvisinhas, tem renda própria e não necessita de auxilio financeiro do poder público municipal, que se conceder tal beneficio abrirá um perigoso precedente. O vereador Helio Leite manifesta-se pela rejeição do projeto e diz não ser incoerência da bancada do P.S.B., que sempre apoiou e apoiará o Sindicato, mas que o auxilio era desnecessário porque o Prefeito vem dando, mensalmente, de seus subsidios, Cr$ 2.000,00 à referida associação de classe, para pagamento do aluguel do predio onde está instalada. Posto em votação é rejeitado o projeto de lei nº. 32/60. 12) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 41/60, do vereador Antônio Medeiros Batista, autorizando a Prefeitura a instalar um transformador na Vila Jardim-Palmeiras, para o funcionamento de uma industria, com pareceres favoravel da Comissão de Justiça e contrarios das Comissões de Finança e Serviços Publicos e com substitutivo do vereador José F. Vuolo: o vereador Mauro Del Guerra manifesta-se contra a aprovação do projeto ou do substitutivo, por entender que não cabe ao poder público conceder auxilio financeiro para a instalação de uma industria, o que abriria um precedente perigoso, devendo tambem levar-se em conta que o Municipio concede a firma que se pretende beneficiar, isenção de todos os impostos e taxas municipais, pelo prazo de vinte anos, o que significa uma grande ajuda. O vereador Antônio M. Batista manifesta-se favoravel à aprovação do projeto e diz que a Câmara Municipal até agora não fez nada de util, não aprovou siquer um projeto de interesse do povo, principalmente do operario, não havendo justificativa para se deixar de aprovar uma proposição que visa incrementar a industrialização na cidade. O vereador Célio Porto Fernandes formula um requerimento, que é aprovado, na

sentido do substitutivo do vereador José S. Vuolo ser encaminhado à Comissão de Justiça, para parecer, ficando assim adiada a discussão da matéria por uma sessão. 13) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 22/60, do vereador José Felipe Vuolo, dando a uma rua da cidade o nome de Alexander Fleming, com parecer favoravel da Comissão de Justiça e com emenda da Comissão de Serviços Publicos: aprovado o projeto com a respectiva emenda. 14) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 29/60, do vereador Antonio M. Batista, dispondo sôbre a exterminação de cães vadios, com parecer favoravel da Comissão de Justiça e pela sua transformação em indicação da Comissão de Serviços Públicos: aprovado o parecer da Comissão de Serviços Publicos transformando o projeto em indicação ao chefe do executivo. 15) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 1/60, do vereador Celio Porto Fernandes, dando à sala da presidência da Câmara o nome de "Presidente Carolino Sucupira Mendes Silva", com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos e com substitutivo do vereador Mauro Del Guerra: o vereador Mauro Del Guerra diz estranhar a atitude de seus colegas Antonio M. Batista e José A. Coimbra, que opinaram, na qualidade de membros da Comissão de Justiça digo de Serviços Publicos, quando apreciaram o projeto de lei que dava o nome de Manoel Carlos Gonçalves ao predio da estação de tratamento de agua, que não se devia homenagear pessoas vivas, dessa forma, e agora opinaram favoravelmente ao projeto de lei que dá o nome a uma sala da Câmara, de um ex-presidente da Edilidade. Defende o substitutivo de sua autoria que visa homenagear tambem o ex-presidente Amando Ribeiro Vergueiro e solicita que sua justificativa, feita por escrito, seja anexada ao projeto em discussão. O vereador Antônio M. Batista diz que a Comissão de Serviços Publicos sempre foi coerente, ao contrario do que afirmou o vereador Mauro Del Guerra, pois manifestou-se contra o projeto que dava o nome do sr. Manoel Carlos Gonçalves ao predio da caixa d'água por ser uma obra pública, ao passo que o projeto em discussão tratava de um assunto interno da Câmara, visando homenagear um antigo colega. O vereador Adelio D'Arcadia requer o adiamento, por uma sessão, da discussão do projeto, sendo o requerimento aprovado pelo plenário. 16) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 26/60, do vereador José A. Coimbra, estabelecendo nova modalidade de cobrança do imposto predial urbano, com pareceres das Comissões de Justiça e Finança no sentido da proposição ser transformada em indicação ao executivo, e da Comissão de Serviços Públicos propondo a nomeação de uma comissão de vereadores para estudar a matéria: o vereador Ilelio Leite diz que o Prefeito já está em entendimento com uma firma especializada, para elaborar um novo Código Tributario. O vereador Mauro Del Guerra diz que o projeto deve permanecer na Câmara a fim de que os srs. vereadores possam estudá-lo com vagar, procurando uma formula para evitar os lançamentos injustos do imposto predial urbano, o que poderá ser feito através da contratação de um técnico na matéria. O vereador Celio P. Fernandes defende o parecer da Comissão de Justiça. O vereador Abilio Pinheiro requer, sendo aprovado o requerimento, a prorrogação dos trabalhos por mais 15 minutos, visto estar prestes a se esgotar a hora regimental. O vereador Ilelio Leite diz estranhar os têrmos do parecer da Comissão de Serviços Publicos, que pretende fazer crer, demagogicamente, que a Câmara não tem cuidado com carinho dos problemas da cidade, principalmente com referência aos lançamentos do imposto predial, onde de fato há muitas injustiças, mas que vêm das administrações passadas. Diz que o vereador Mauro Del Guerra reconhece que a matéria é complexa, não podendo ser resolvida de afogadilho, devendo ser encaminhada ao executivo para melhores estudos. O vereador Abilio Pinheiro requer o adiamento da discussão por uma sessão, a fim de melhor estudar a matéria, pois assinou o parecer do relator sem examiná-lo minuciosamente, motivo porque não estava em condições de votar conscientemente a proposição. O vereador José A. Coimbra expressa seu ponto de vista favoravel à constituição de uma comissão de vereadores para estudar a matéria. Posto em votação é rejeitado, pelo plenario, o parecer da Comissão de Justiça. Em seguida é aprovado o requerimento do vereador Abilio Pinheiro pedindo o adiamento, por uma sessão, da discussão do projeto de lei nº. 26/60. O vereador Mauro Del Guerra formula um requerimento, que é aprovado, pedindo a prorrogação dos trabalhos por mais meia hora. É lido e aprovado, em seguida, um requerimento que toma o nº. 120/60, do vereador Adelio D'Arcadia e outros, solicitando dispensa da redação final, a fim de serem encaminhados ao Prefeito, para a sanção devida, dos projetos de lei ns. 37/60, 38/60, 39/60, 40/60, 42/60, 44/60 e 46/60. Esgotada a materia em pauta, passa-se a explicação pessoal. O vereador Celio Porto Fernandes, reportando-se ao projeto de lei nº. 26/60, diz que o certo seria o executivo estudar a melhor maneira de cobrar o imposto predial, encaminhando posteriormente os resultados do estudo à Câmara, para a devida apreciação, motivo porque lamentava a atitude de seus colegas que inverteram a matéria, deliberando que primeiro o legislativo deve estudar, para depois ser ouvido o sr. Prefeito. O vereador Mauro Del Guerra

diz que a Câmara deve estudar com cuidado a elaboração de uma nova lei que estabeleça, de uma maneira justa, a cobrança do imposto predial urbano. O vereador Helio Leite diz que a questão tributaria do Município deve ser entregue a uma firma especializada, para que seja feito um estudo completo e um planejamento novo, não se devendo remendar uma coisa velha, o que, se for feito, não dará resultado. O vereador Yosi Antônio Coimbra diz que na administração do sr. Manoel Carlos Gonçalves vieram dois tecnicos a Pinhal, para fazerem estudos e planejamentos, tendo eles proposto a criação de cargos de extranumerarios, o que é ilegal, e isso vem demonstrar que até os tecnicos erram, não sendo por isso indispensavel a colaboração dos mesmos na elaboração de leis tributárias. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para a proxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 1º. de dezembro vindouro, encerrando os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, Secretario, a escrevi.

Agenor A. Peigo
Romilia Filho

Ata da 6ª. sessão extraordinária, do 1º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 20 de novembro de 1960.

Presidência do sr. Agenor Agostinho Peigo
Secretariada por Yosi Antônio Coimbra Filho

Aos vinte dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às dez horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Agenor A. Peigo, Helio V. Leite, Yosi A. Coimbra, Yosi F. Vuolo, Milton B. Farias, Antônio M. Batista, Célio P. Fernandes, Romildo Miranda e Mauro Del Tuerra. Havendo numero legal, foi aberta a sessão. O sr. presidente declara que tinha a insatisfação de comunicar oficialmente, ao plenário que o sr. Governador do Estado, por decreto de 17 do corrente, autorizára a supressão do ramal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, motivo porque convocára aquela sessão extraordinária, a fim de que os srs. vereadores se manifestassem a respeito do assunto, muito embora o chefe do executivo municipal e o deputado estadual Magib Chaib já estivessem cuidando do assunto. Lê, em seguida, dois oficios de solidariedade à Câmara, pelas providências que vier a tomar contra o ato do sr. Governador Estado, oficios êsses do Centro Pinhalense Cultural de Debates e do Sindicato dos Metalúrgicos. O vereador Alilio Pinheiro, falando em nome da coligação e dos advogados de Pinhal, propõe seja constituida uma comissão composta de vereadores, do Prefeito, de representantes do comercio, da lavoura e da indústria, para entender-se com o sr. Governador do Estado, devendo o plenário outorgar plenos poderes ao presidente da Câmara para agir nêsse sentido. O vereador Yosi F. Vuolo apoia o requerimento de seu colega e diz que a comissão deve ser composta de todos os integrantes da Edilidade. O vereador Mauro Del Tuerra, falando em nome da indústria, diz que a U.D.N., tão logo soube da noticia da supressão do ramal férreo de Pinhal, solicitou a colaboração dos deputados estaduais e federais do partido no sentido de conseguirem, do sr. Governador do Estado, a revogação da medida. O vereador Helio Vergueiro Leite, falando em nome da Associação Rural e do Partido Socialista, protesta contra a medida simplista e injusta do Governo do Estado e diz estar de pleno acordo com o requerimento do líder da coligação. O vereador Célio P. Fernandes diz que o Governador foi infeliz na sua atitude, procurando destruir o que está feito, e que o P.S.B. havia solicitado aos deputados Cid Franco, Jethro Faria Cardoso e Rui Novaes, e ao presidente do Instituto de Previdência, sr. Francisco Morato, que trabalhassem no sentido de evitarem a supressão do ramal férreo de Pinhal. O vereador Yosi A. Coimbra diz que para a U.D.N. não foi surpresa a supressão do ramal da Mogiana, pois o diretorio municipal estava sabendo dessa providência do sr. Governador, visto que o secretario dêsse partido, sr. Waldir Peres escrevera, muitos dias antes da publicação do decreto, um artigo no jornal local "A Folha", anunciando o fato que posteriormente veio a se concretizar. Afirma que tambem o P.R. sabia da expedição do decreto pelo executivo estadual, não tendo, entretanto, na sessão de 5ª. feira, dia 17, tomado qualquer providência sôbre o assunto. O vereador Antonio M. Batista diz que talvez o sr. Waldir Peres tenha escrito o seu artigo no dia 19, pois manifestou, ao orador, o desejo de apoiar qualquer movimento que visse evitar a supressão do ramal férreo de Pinhal. Afirma ainda o orador que os deputados do Partido Socialista estão agindo, em São Paulo, no sentido de conseguirem, do Governador do Estado, a revogação do decreto (Assume a presidência o vereador Helio V. Leite). O vereador Agenor A. Peigo diz discordar do ponto de vista de seu colega Yosi A. Coimbra, que acusou a U.D.N. e o P.R. de indiferentes para com o problema da supressão do ramal da Mogiana. Diz falar em nome do comércio pinhalense e afirma que o povo está revoltado contra o ato do sr. Governador do Estado, tudo indicando que existem

forças ocultas procurando prejudicar nossa terra. Diz que a Imaculada não tem feito nada para melhorar o trafego no ramal de Pinhal e numa rasa consideração afirmando estar satisfeito com a solidariedade manifestada pelo Sindicato dos Industriários e pelo Centro Pinhalense Cultural de Idiotas (Reassume a presidência o vereador Agnaldo A. Puigo). O vereador Romildo Miranda congratulou-se com o presidente da Câmara pelo discurso pronunciado, e, um nome do povo, solidarizou-se com o movimento para evitar a supressão do ramal ferro. Repudia as palavras e acusações do vereador José A. Coimbra, que procurou, com esta infantilidade, responsabilizar a U.D.N. pela supressão do ramal ferro, pois os udenistas não são hipócritas ao ponto de numa favorável ao ato do nr. Governador para, logo em seguida, se manifestarem contra no plenário da Câmara. Imaculada mais querendo fazer uso da palavra, é posto em votação, sendo aprovado. O seguimento do vereador Hélio Pinheiro. O nr. presidente diz que dará cumprimento ao deliberado pela Câmara, tendo se dirigido ao deputado Magalhães Ribeiro pedindo a colaboração dêste para auxiliar, e ao mesmo tempo solicita aos nrs. vereadores que se dirijam aos deputados de suas agremiações partidárias solicitando que se interessem pelo assunto. Em explicação pessoal usa da palavra o vereador Mariano del Buma que em dia de uma ratificação pelo Ilustre Prefeito da região e agradece ao presidente da Cidade haver discordado das palavras infelizes do vereador José A. Coimbra causando a U.D.N. - nada mais havendo a tratar, o nr. presidente marca os trabalhos, convocando os nrs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se em data de 12. de dezembro vindouro. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ditinho de Mello, a escrevi.

Agnaldo Puigo

Ata da 20ª Sessão ordinária, do 1º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 8. de dezembro de 1960

Presidência do nr. Agnaldo Agostinho Puigo
Secretariado por José Antonio Coimbra Filho

Ao primeiro dia do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de São Paulo digo de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos nrs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélio Pinheiro, Hélio d'Arcadia, Agnaldo Puigo, Antonio Batista, Hélio Bicudini, Hélio Brito, José A. Coimbra, José I. Prado, Mariano del Buma, Waldyr B. Franco, Romildo Miranda e Silvirino Rodrigues. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foram lidas as atas das sessões anteriores. O vereador Mariano del Buma pede seja feita uma retificação na ata da 19ª. sessão ordinária, para afirmar, em discurso que pronunciou naquela oportunidade, que as comissão de gratificação provocou a reação de um graduado funcionário municipal, o qual declarou que, como estava sendo feito, na miado, e que as gratificações deveriam ficar escondidas, o que veio provar posteriormente, e não como consta da ata. Em seguida foram aprovadas e assinadas as referidas atas. Passa-se ao expediente, que consta do seguinte: 1) Ofícios: a) do Serviço de Cooperação com os Municípios, comunicando que a Diretoria da Educação está estudando a possibilidade da instalação, em Pinhal, de uma escola industrial: "Ciente. Arquive-se". b) do nr. José Pilonis Motta Gonçalves, pedindo novos esclarecimentos sôbre a utilização, pelo Serviço de Águas, de fumos de uma profundidade: "Junte-se ao processo que trata do mesmo assunto e que se encontra em poder da Comissão de Justiça". 2) Indicações: a) nr. 23/60, do vereador Mariano del Buma, requerendo ao Prefeito que solicite ao Governador do Estado a isenção do pagamento de água para as viúvas dos ex-funcionários municipais: "Ao nr. Prefeito". b) nr. 23/60, do vereador José Antonio Coimbra, no sentido do executivo entrar em entendimentos com proprietários de imóveis localizados na estrada da Boa Branca para contenção de voçorocas ali existentes: "Ao nr. Prefeito". 3) Requerimentos: a) nr. 122, do vereador Hélio Brito, no sentido de ser transcrito, na ata dos trabalhos legislativos, o teor da ata da reunião realizada na Prefeitura, em data de 25-11-1960, para tratar do caso da supressão do ramal férreo da Mogiana: "No mesmo os vereadores Silvirino Rodrigues, Waldyr B. Franco e Antonio Batista para, em comissão, examinar pareceres sôbre a matéria"; b) nr. 123/60, do vereador Hélio Pinheiro, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos legislativos, do teor do discurso pronunciado na Câmara Municipal de São Paulo pelo vereador Waldyr Franco, sôbre a personalidade do professor Theotonio de Azevedo Marques: "No mesmo os vereadores Hélio d'Arcadia, Hélio V. Brito e Romildo Miranda para, em comissão, examinar parecer sôbre a matéria"; c) nr. 124/60, do vereador José A. Coimbra, propondo um voto de pesar pelo falecimento de dona Rute Baldassari Mendelevi: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; d) nr. 125/60, do vereador José A. Coimbra, propondo um voto de congratulações com o Governador Carvalho Pinto, por haver autorizado a convenção de empregados a autoridade sindical para a constituição de sede própria: "Aprovado"; e) nr. 126/60, do vereador José A. Coimbra, no sentido Câmara Municipal cumprimentar o diretor da "A Gazeta Esportiva" pela publicação do suplemento

do Sufoles diz: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". 4) Projetos de Lei: a) nº. 47/60, do vereador Joni A. Coimbra Filho, dispondo sôbre a cobrança da taxa de comunicação de estradas municipais: "Ao Comissão de Justiça e Finança". b) nº. 48/60, do vereador Joni A. Coimbra, dispondo sôbre a concessão de abono de Natal aos funcionários municipais: "Ao Comissão de Justiça e Finança"; c) nº. 49/60, do Prefeito Municipal, concedendo a isenção de taxas de Rodagem do município de Pinhal e dando outras providências: "Ao Comissões de Justiça e Serviços Publicos". Concluida a leitura do expediente, o sr. presidente da a palavra ao vereador Alcio Pinheiro. O Sr. dr. de colegação justificou, em longa oração, o requerimento de sua autoria lido no expediente, no qual homenageia a figura do professor Joni Floriano de Azevedo Marques. Longa e justa homenagem, salientando as grandes qualidades que exornam a personalidade marcante de Joni Floriano de Azevedo Marques e relembrando, em rapidas pinceladas, a atuação brilhante do referido mestre em varios setores das atividades humanas. O vereador Manoel de Sousa solidariza-se, em nome da U.D.N., com as palavras do lider da colegação, em homenagem ao professor Joni F.N. Marques. Formulado, em seguida, um requerimento, que é aprovado, no sentido de falecer mantido-se em silencio por um minuto, em homenagem ao sr. Otavio Mangabeira, recentemente falecido que foi um grande paladino da democracia, ministro de Estado, politico atuante, parlamentar brilhante e brasileiro dos mais ilustres. Requereu, em seguida, com a aprovação da casa, a inserção, na ata, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Joni Luiz Tacchetti. Diz, em seguida, que os vereadores da situação se recusaram a aprovar, na ultima sessão, um requerimento do vereador Victor Faustino, convocando o prefeito para prestar esclarecimentos no plenario do legislativo, sendo necessario, intuitando, que os mesmos edis intervissem junto ao chefe do executivo no sentido deste responder aos requerimentos de informações dos integrantes das bancadas oposicionistas. Diz que por isso as respostas do chefe do executivo não foram, como anunciou o jornal local "A Gazeta", na "hora exata", pois o prefeito teve necessidade de ser "convidado", pelos seus companheiros, a atender às solicitações dos vereadores da oposição. A firma que as respostas do prefeito, publicada na "A Gazeta", foram tambem imprecisas dois requerimentos de sua autoria, com certa dose de ironia, requerendo o intuitando o chefe do executivo de responder a outros pedidos de informações formulados anteriormente, sôbre fiscalização a vereadores municipais. Diz que as informações do Prefeito sôbre o emprestimo de Cr$ 3.000.000,00 foi maliciosa ao declarar que o dinheiro enviado pela Caixa Econômica foi aplicado, parcialmente, no pagamento de serviços feitos anteriormente, não bastando, intuitando, nunca foi, nenhuma novidade, nada de desonesto, pois todos os ex-prefeitos agiram da mesma forma a fim de não intervencionar em prejuizo dos serviços publicos, inclusive o sr. Antonio Costa, no quatriennio 1948-1951. A firma que pouco tiveram o atual prefeito utilizado o dinheiro do emprestimo da Caixa Economica e guardado-o nos cofres municipais, pois isso que não aconteceu, procurou-lhe, a principio, inteligencia do chefe do executivo, convencendo, porem, posteriormente, que tal se deu pela firmeza revisão, pronto descontentes e firmeza politica do sr. Antonio Costa, que indagaram em detrimento do interesse coletivo. Expõe, em seguida, as vantagens e benefícios que traziam para o municipio e para os municipes, a utilização do saldo do emprestimo concedido pela Caixa Economicas, pois o poder publico poderia ter executado, por um preço muito menor, uma maior numero de obras quadrados de calçamento, o que intuitando não foi feito. Diz que o prefeito respondeu ao seu pedido de informações de maneira imprecisa e maliciosa, divorciando-se por completo da parte positiva da questão. Passando a outro assunto, diz intuitar que o jornal local "A Gazeta" tinha criticado os deputados da U.D.N. no caso da supressão do ramal ferreo da Imaginaria, alegando mesmo a acusar o deputado Herbert Levy, em levar em contra que isso porventura se encontrava ha tempos atraz do pais. A firma que a U.D.N. está contra a supressão do ramal, apesar de ser ilegal, deficitario, e que tudo fará em defesa do povo e dos interesses da cidade de Pinhal, ao contrario do que pretende fazer crer o jornal "A Gazeta", cujo unico intuito para isso é de querer fazer as oposições. O vereador Silvio Rodrigues afirma que o P.R. não tinha, como se propalou, conhecimento prévio da supressão do ramal da Imaginaria. Diz que nada o mesmo que afirmara que o sr. Antonio Costa tinha conhecimento do assunto, previamente, pelo simples fato de ser acionista politicamente ligado ao Governador do Estado. A firma que tudo de ruim que acontece em Pinhal é atribuido à responsabilidade do Partido Republicano, que no entanto vem trabalhando e se esforçando em defesa dos interesses do povo, tanto, no caso da Imaginaria, o numero não tão logo foi publicado o decreto suprimindo o ramal e tomado as providencias que se fazieram necessarias. O vereador Antonio Bruno disse intuitar que o vereador Manoel de Sousa não tivesse atendido, no seu discurso, o caso das gratificações que o prefeito vem dando aos funcionarios municipais, por conta do seu subsidio. Diz, em seguida, que o fictus publicado

pela jornal "A Gazeta", mas informações fornecidas à Câmara pelo chefe do executivo, é da responsabilidade exclusiva de um dos adutores daquele periódico. Afirma que o vereador udenista deveria tambem explicar porque o ex-prefeito Inocencio Carlos Gonçalves comadou, a uma vereador municipal, durante quasi um ano, gratificações ilegais. Diz que essas gratificações nem concedidas ao taquigrafo quando este trabalhava, pois a mesma estava simplesmente guiladas. Afirma que o atual prefeito dá gratificações aos funcionarios tiradas de seu bolso, não por dizer não tendo por isso que dar satisfações a ninguem. O vereador Helio Leite diz que a atual administração tem procurado, na medida do possivel, colocar um cadeado as finanças do municipio e executar serviços que realmente sejam de interesse público. Afirma que se o executivo não tomou determinadas providencias, assumiu que foi intuidas dificuldades ou importunos. Diz que existe, na cidade, uma oposição ao prefeito, de modo extra-oficial, o que mais parece uma conspiração feita por elementos desgostosos, ainda não conformados com a ultima eleição eleitoral que lhes foi imposta. Diz não querer acusar o P.R. ou a U.D.N., mas que há realmente uma conspiração contra o atual chefe do executivo, formada por elementos talvez simpatizantes ou mesmo simpatizantes ao nosso agrupamento partidário. Afirma que esses elementos faziam muito bem se deixassem a vigilância e fiscalização a cargo dos vereadores do P.R. e da U.D.N., evitando assim a continuação duma oposição fria, sistematica e maliciosa, que tem como objetivo divulgar uma administração que se encontra ainda em fase de planejamento. Diz, em seguida, um apelo à direção do Hospital "Francisco Peixoto", no sentido de ser modificado o Estatuto desse nosocomio, pois um medico operador, recentemente chegado à cidade, não pôde operar, gratuitamente, um indigente. Apela, tambem, à direção da casa da caridade, no sentido de mandar proceder a uma limpeza no interior do predio próprio, ora em fase de construção. Realça, por ultimo, o trabalho brilhante, eficiente, correto e imparcial realizado pelo vereador Agnor A. Puiga, no desempenho do cargo de presidente da Câmara Municipal. Ninguem mais queria do uso da palavra, o vereador anunciou-se passar à ordem do dia, que se constitui do seguinte: I Parte: 1) Discussão e votação unica do requerimento nº. 121/60, do vereador Helio Leite, solicitando a prorrogação, pelo presidente da Câmara, do projeto de lei nº. 11/58, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 23/60, do vereador Joni F. Vivolo, dando o nome de Alexandre Hemming a uma rua da cidade, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: aprovado. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 13/60, do vereador Joni A. Carvalho, dando o nome do presidente Getulio Vargas a uma rua da cidade, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: aprovado. 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 25/60, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de uma faixa de terreno localizada no Barcuto, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finança e Serviços Publicos: aprovado. 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 35/60, do Prefeito Municipal, modificando a tabela de cobrança do imposto territorial urbano, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finança e Serviços Publicos: aprovado. 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 26/60, do vereador Joni A. Carvalho, restabelecendo nova modalidade para a cobrança do imposto predial urbano, com parecer da Comissão de Serviços Publicos pela fundação de uma comissão de vereadores para estudar a materia: aprovado o parecer da Comissão de Serviços Publicos. O sr. presidente nomeia os vereadores Adelio D'Arcadia, Joni F. Vivolo, Helio Leite, Romildo Miranda e Atilio Giordini, para constituirem a comissão especial. 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 9/60, do vereador Celio Porto Fernandes, dando à rua da Penha do Rio Novo, no distrito de Jacaraipe, o nome de "Presidente Carolino de Menezes", com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos, e com substitutivo do vereador Imauro Del Piumo, e com substitutivo do vereador Atilio Publicio, transformando a proposição em projeto de resolução: aprovado o substitutivo do vereador Atilio Publicio. 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 41/60, do vereador Antonio Mendes Batista, autorizando o Executivo a instalar um transformador na Vila Jardim-Palmeiras, para o fornecimento de uma industria, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e contrarios das Comissões de Finança e Serviços Publicos, e com substitutivo do vereador Joni F. Vivolo, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado o substitutivo do vereador Joni F. Vivolo por unanimidade, em votação nominal, realizada a requerimento do vereador Antonio Batista. E dado um requerimento do vereador Atilio Publicio e outros, pedindo a dispensa da leitura, em segunda aprovado, solicitando dispensa da redação final dos projetos de lei nos. 32/60, 13/60, 25/60 e 35/60, a fim de serem encaminhados ao executivo municipal, para a sanção de vida. II Parte: Relatório da Presidencia da Câmara Municipal, referente aos trabalhos realizados em 1960. O sr. presidente procede à leitura do relatório referente aos trabalhos do ano de 1960, agradece a todos os vereadores que colaboraram

para o bom desempenho de suas funções, maior o apoio, a solidariedade, o alto civismo e o espírito público de seus colegas, e deseja a todos felicidades no decurso de 1961.
O vereador Mauro Del Cima congratula-se com o sr. presidente da Câmara, pelo trabalho brilhante que realizou no exercício da presidência, pela sua correção e competência. Salienta a situação lamentável do ramal Ijuí-Rio Pardo e no caso da suspensão do ramal Ijuí-Rio Pardo, que se lhe deve os trabalhos, agradece a cooperação recebida do Executivo da Câmara e do Governista, solicita escusas aos seus colegas por algum excesso de linguagem durante o ano, e deseja a todos os seus colegas muitas felicidades, extensivas aos seus familiares. III PARTE: Eleição da Mesa para 1961. Procede-se, em seguida, à eleição da Mesa para o próximo exercício de 1961. Para presidente é eleito o vereador Atílio Piuleno, que recebe os votos dos edis Agnor Peixoto, Josi A. Coimbra, Antônio Batista, Nilton B. Farias e Atílio d'Arcadia. O vereador Atílio Piuleno vota no edil Agnor Peixoto. Os vereadores Mauro Del Cima, Silviano Rodrigues, Atílio Giardini e Romildo Miranda votam em branco. O vereador Celio Porto Fernandes é eleito vice-presidente, recebendo os votos dos vereadores Agnor Peixoto, Josi Vicelo, José A. Coimbra, Antônio Batista, Nilton B. Farias, Celio Brito, Atílio d'Arcadia e Atílio Piuleno. Os vereadores Atílio Giardini, Silviano Rodrigues, Mauro Del Cima e Romildo Miranda votam em branco para vice-presidente. Para 1º secretário é eleito o vereador Josi F. Vicelo, que recebe os votos dos vereadores Antonio Batista, Nilton B. Farias, Agnor Peixoto, Atílio d'Arcadia, Atílio Piuleno, Celio Brito e Josi A. Coimbra. O vereador Atílio d'Arcadia recebe os votos dos vereadores Atílio Giardini e Silviano Rodrigues. O vereador Josi F. Vicelo vota no vereador Nilton B. Farias. Os vereadores Mauro Del Cima e Romildo Miranda votam em branco. Para 2º secretário é eleito o vereador Atílio d'Arcadia, que recebe os votos dos vereadores Atílio Piuleno, Agnor Peixoto, Antonio Batista, Nilton B. Farias, Josi F. Vicelo, Josi A. Coimbra e Celio Brito. Os vereadores Atílio Giardini e Silviano Rodrigues votam no vereador Josi F. Vicelo. O vereador Atílio d'Arcadia vota no vereador Josi A. Coimbra. Os vereadores Mauro Del Cima e Romildo Miranda votam em branco para 2º secretário. IV Parte: Constituição das Comissões Permanentes: O vereador Atílio Piuleno, em nome da coligação, e o vereador Mauro Del Cima em nome da U.D.N. e do P.R., declaram estarem de acordo em que as Comissões Permanentes permaneçam, em 1961, com a mesma formação que tiveram em 1960, garantida a supervisão de todos os vereadores e com alguma substituição que se fizer necessária. Engajada a matéria em pauta, passa-se à explicação pessoal. O vereador Atílio Piuleno congratula-se com o presidente da Câmara pela maneira brilhante com que dirigiu os trabalhos legislativos, dignificando o cargo e honrando os antecessores nestes em janeiro de 1960. Agradece a colaboração dos vereadores oposicionistas, que sempre agiram com elevação e alto espírito público, e expressa sua gratidão a todos que enfaixaram o seu nome para o cargo de presidente da Câmara, cargo que procurará desempenhar com justiça. O vereador Mauro Del Cima diz ter votado em branco, na eleição da Mesa, pelo fato de U.D.N. não ter sido procurada por ninguém para uma composição amigável, não constituindo, pois, essa atitude de uma boicotada, uma manifestação de desagrado ou de desprestígio para com a Mesa recolhida, pois esta cedo dar que o vereador Atílio Piuleno, a quem felicita, será mais uma vez, um presidente que honrará o cargo como fez muitas oportunidades. Ninguém mais querendo usar da palavra, o sr. presidente faz um retrospecto dos proveitosos trabalhos feitos pela Mesa com aquiescência ao caso da suspensão do ramal férreo de Piuleno, dizendo ter convocado uma sessão extraordinária para o dia 30/11/60, para debater a matéria; manteve contacto com o governo e os representantes das classes produtoras locais; convocou uma reunião para o dia 25-11-1960, na Prefeitura, para se encontrar uma formula que solucionasse o problema; esteve juntamente com o governo e outros vereadores, na cidade de Campinas, em data de 28-11-1960, em entendimentos com o diretor da Companhia Mogiana; o ramal não foi suprimido experimentalmente, pois não há uma decisão final sobre o assunto, apesar dos déficits que vem apresentando ultimamente; esteve também com o deputado Nazir Klein, solicitando a sua colaboração; a direção da Companhia Mogiana reduziu em no caso de ser suprimido o ramal, a mesma ferroviária mantinha o trafego rodoviário entre Piuleno-Mogiana, com tarifas especiais. Congratula-se, em seguida, com o vereador Atílio Piuleno, pela sua eleição para o alto cargo de presidente da Câmara, anuncia que a Edilidade estará em recesso no período de 10 a 31 de dezembro, de acordo com os dispositivos regimentais, e encerra a sessão. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estrelino de Mattos, secretário, a escrevi.

Atílio Piuleno
Presidente

Ata da 72ª sessão extraordinária, do 12º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Piuleno, realizada em 12 de dezembro de 1960
Presidência do sr. Agnor Agostinho Peixoto

Secretariada por José Antônio Coimbra Filho

Aos doze dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Agenor A. Peigo, Célio Porto Fernandes, Hélio V. Leite, Abílio Pinheiro, Atílio Giardini, Silviano R. C. Mota, Antônio M. Batista, José F. Vuolo e José A. Coimbra. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Não havendo expediente e nem ata para serem lidos, o sr. presidente comunica encontrar-se presente o sr. Antonio Baldino, vereador à Câmara Municipal de Jundiaí, o qual é convidado a ingressar no recinto. Usa da palavra, nêsse instante, o vereador Abílio Pinheiro, que dirige uma saudação ao edil jundiaense. O sr. presidente anuncia ir passar, em seguida, à ordem do dia, para cuja apreciação foi convocada a sessão extraordinária, e que se constitui do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 6/60, do Prefeito Municipal, autorizando a Prefeitura a doar, ao Instituto de Previdência, um terreno destinado à construção de prédio próprio para a Casa da Lavoura, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos, e com emenda da primeira: aprovado o projeto com a respectiva emenda. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 49/60, do Prefeito Municipal, criando o Serviço de Estradas de Rodagem do Município e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Serviços Públicos e Finança: aprovado. Esgotada a matéria em pauta é lido e aprovado o requerimento de nº. 123/60, do vereador Hélio Vergueiro Leite e outros, solicitando a convocação de outra sessão extraordinária, a fim de serem votados, em segunda discussão, os projetos de lei de ns. 6/60 e 49/60. O sr. presidente indaga dos membros da Comissão de Redação se estão em condições de exararem parecer sôbre o projeto de lei nº. 6/60, que sofreu emenda, a fim de que o mesmo possa ser discutido e votado, em segunda discussão, na 8ª. sessão extraordinária. O presidente da Comissão de Redação, vereador Abílio Pinheiro, responde afirmativamente. O sr. presidente convoca os srs. vereadores para a 8ª. sessão extraordinária, a realizar-se quinze minutos após o término da 7ª. sessão extraordinária, encerrando os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a escrevi.

Abílio Pinheiro
Adélio D'Arcadia

Ata da 8ª. extraordinária, do 1º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 12 de dezembro de 1960

Presidência do sr. Agenor Agostinho Peigo
Secretariada por José Antonio Coimbra Filho

Aos doze dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, quinze minutos após o encerramento da 7ª. sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Agenor A. Peigo, Célio P. Fernandes, Hélio V. Leite, Abílio Pinheiro, Atílio Giardini, Silviano R. C. Mota, Antonio M. Batista, José F. Vuolo e José A. Coimbra Filho. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Passou-se à ordem do dia, que constou do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 6/60, do Prefeito Municipal, autorizando a Prefeitura a doar, ao Instituto de Previdência, um terreno destinado à construção de prédio próprio para a Casa da Lavoura, com parecer da Comissão de Redação: aprovado. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 49/60, Prefeito Municipal, criando o Serviço de Estradas de Rodagem do Município de Pinhal e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos: aprovado. Esgotada a matéria em pauta é lido, sendo aprovado pelo plenário, o requerimento de nº. 123/60, do vereador Hélio Vergueiro Leite e outros, solicitando dispensa da redação final dos projetos de lei ns. 6/60 e 49/60, a fim de serem encaminhados ao executivo, para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a escrevi.

Abílio Pinheiro
Adélio D'Arcadia

Ata da 1ª. sessão ordinária, do 2º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 5 de janeiro de 1961.

Presidência do Dr. Abílio Pinheiro
Secretariada por José Felippe Vuolo

Aos cinco dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Pinheiro, Adélio D'Arcadia, Agenor A. Peigo, -

Antônio M. Batista, Célio P. Fernandes, Élcio V. Leite, José A. Caixeta, José L. Vieira, Luciano de Lima, Milton B. Farias e Romildo Miranda. Levando imunes legal, foi dada a seguinte. Não tendo sido a ata lida, passa-se ao expediente, que consta do seguinte: 1) Telegramas: a) do presidente da Câmara Municipal de Inhaúma, apresentando cumprimentos de posse pelo falecimento do sr. Manoel Carlos Gonçalves: "Ciente. Agradeça"; b) do deputado Benedito Vaz, agradecendo as congratulações que lhe foram enviadas pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se"; c) do sr. José Floriano A. Nunes, agradecendo a homenagem que lhe foi prestada pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se". 2) Ofício da Associação Paulista de Municípios, agradecendo o voto de congratulações que lhe enviou a Edilidade: "Ciente. Arquive-se". 3) Numerário do Prefeito Municipal: a) nr. 39/60, encaminhando requerimento do sr. Hirmino Fortebraz, solicitando a aprovação de planta de arruamento de terrenos: "Às Comissões de Justiça, Serviços Públicos e Higiene"; b) nr. 1/61, encaminhando o projeto de lei nr. 1/61, autorizando a Prefeitura Municipal a doar, ao Instituto de Previdência do Estado, um terreno destinado à construção de prédio para a Casa da Baronesa de Pinhal: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos". 4) Projeto de lei nr. 2/61, do vereador Antônio M. Batista, dispondo sôbre a concessão de auxílio para os Festejos carnavalescos: "Às Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente diz que oportunamente os srs. vereadores não convocados para uma sessão especial, destinada a homenagear, de maneira ampla, a figura do sr. Manoel Carlos Gonçalves, ex-vereador e ex-prefeito, prematuramente falecido. Em seguida dá a palavra aos srs. vereadores. O vereador Manoel del Fiume diz ter estado em São Paulo, em audiência com o sr. Governador, acompanhado dos srs. Carlos Pereira Vasconcelos, Carolino Campos Sales, Waldir Reis, Vicente Yannini Neto e deputado Ulisses V. Lins, a fim de tratar do caso da supressão do ramal da Imaginária. Diz que o sr. Governador prometeu fazer um estudo minucioso sôbre o assunto, mas que foi claro e taxativo de que havia realmente necessidade da supressão do ramal de Pinhal com finalidade de outras cidades, pois, somados os prejuízos de todos os ramais deficitários, atinge-se a uma grande importância, que poderá ser empregada em obras públicas. Alguma que não haverá prejuízo para a cidade com a supressão do ramal da Imaginária, porquanto má mantida, pela rigidez Fluviária, uma linha de caminhão ligando Pinhal a Imaginária. Diz que como compensação o sr. Governador estudará a possibilidade da instalação, em Pinhal, de uma Faculdade de Medicina Veterinária e a construção, pelo Estado, da avenida marginal, além do prédio da Casa da Baronesa e de um supermercado para favorecimento, concluindo assim que a cidade ainda sairá ganhando com a supressão do ramal da Imaginária. Alguma que pretendia mostrar ao sr. Governador uma planta da avenida marginal, tendo entretanto sido informado de que a mesma se encontrava na cidade de Queluz, com um elemento técnico, para novos estudos, mudo lamentavel não poderia ser encaminhada às autoridades competentes. O vereador Agenor A. Braga anuncia encontrar-se no recinto o sr. Cleptio Aranha, deputado à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. O sr. presidente nomeia uma comissão composta dos vereadores Agenor Braga, Manoel del Fiume e Célio P. Fernandes para introduzir e sentar-se à mesa. Em seguida passa-se à leitura do expediente, tendo o sr. presidente dado conhecimento do seguinte: 1) Telegramas: a) do vereador Agenor A. Braga, comunicando, por motivo de doença, não poder comparecer à sessão; b) do vereador

da colegação, patenteando ao, nossa função, um elemento de entendimento entre a maioria e a minoria, e agradeu, em nome do chefe do executivo, a colaboração que o legislativo prestou à administração no exercício de 1960. Emseus comentários disse que suas palavras contra a impressão do vereador Júlio da Imaginária não representa qualquer hostilidade contra o sr. Governador do Estado, mas sim o dever de defender os interesses do município de Pinhal. O vereador Célio P. Fernandes disse repudiar, mais uma vez, o ato injusto do sr. Governador, suprimindo o vereador Júlio da Imaginária. Diz que apesar das compensações e do ponto de vista de seus colegas Ivanir del Guerra, de que Pinhal vem ganhando com a supressão do vereador Júlio, continua não encontrando justificativa para o ato impugnado do executivo estadual. Diz que há mais de 30 anos que o vereador de Pinhal está abandonado e esquecido, pois a Imaginária não oferece milhares de eleitores e milhares de votos, havendo por isso falta de direção e de melhor orientação. Diz que se a Governadoria tem direito de fazer justiça até dar duro em outro equilibrar a receita e a despesa, o que infelizmente não vem acontecendo. A Imaginária não se conformou com a supressão do vereador Júlio de Pinhal, o que significou uma grande perda para a cidade, motivo porque lavrava, um veemente protesto contra a atitude do sr. Governador do Estado. O vereador Célio V. Leite diz, na qualidade de líder do P.S.B., que se curva mas discorda da decisão do sr. Governador do Estado, suprimindo o vereador Júlio de Pinhal, esperando que para o futuro nossa cidade seja tratada como um filho do Estado, e não como um intruso. Emseus comentários disse que a cidade merecia de muito mais, esperando que o sr. Governador do Estado atenda as justas reivindicações que o poder público lhe tem dirigido. Imaginou mais alguma coisa da palavra, o sr. presidente anuncia ir passar à ordem do dia, que se constitui do seguinte: Primeira discussão e votação do projeto de lei nr. 41/60, do vereador Antônio Ap. Batista, autorizando a Prefeitura a instalar, na Vila Jardim Palmeiras, por conta do município, um transformador de 50 H.P., para fornecimento de uma indústria, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado. Colocada a matéria em pauta, o sr. presidente anuncia ir passar à explicação pessoal. Usam da palavra os vereadores Agnaldo A. Perigo - coligação -, Célio V. Leite - P.S.B. -, e Ivanir del Guerra - U.D.N. -, que dirigem uma saudação ao deputado Euclides Araújo, relembrando as suas qualidades de parlamentar brilhante e grande amigo de nossa terra, tendo contribuído, com seus esforços, no instituição de um instalada, em Pinhal, uma agência do Banco do Brasil. O sr. presidente também se congratula com o ilustre visitante, moço culto e talentoso, que vem trabalhando em favor da causa pública, deixando de lado os interesses pessoais e partidários, e expressa votos para que continue na trajetória luminosa de triunfos. Usa da palavra, em seguida, o deputado Euclides Araújo, que expressa um profundo reconhecimento pela homenagem recebida, lembra os laços de amizade que o unem a Pinhal desde 1941, diz ter pinhalenses de coração, faz um histórico sôbre a instalação da agência local do Banco do Brasil, colocando à disposição do poder público municipal para ajudar a resolver os problemas de tão querida terra e encerra suas considerações desejando a todos um feliz 1961. O sr. presidente agradece, em seguida, a homenagem recebida, lembra os laços de amizade que o unem a Pinhal desde 1941, diz ter pinhalenses de coração, faz um histórico sôbre a instalação da agência local do Banco do Brasil, colocando à disposição do poder público municipal para ajudar a resolver os problemas de tão querida terra e encerra suas considerações desejando a todos um feliz 1961. O sr. presidente agradece, em seguida, a homenagem recebida, encerrando a Câmara Municipal, e afirma que tudo fará para fazer justiça acima de tudo e para cumprir seu dever. Realça a atuação do vereador Agnaldo A. Perigo no cargo de presidente da Câmara, em 1960, formula votos de prosperidade aos integrantes dos blocos do P.S.P., P.S.B. e P.D.C., refere-se aos vereadores do P.R. e da U.D.N., elogiando a maneira como que têm se conduzido na oposição, e conclama a todos os componentes da Câmara para que prossigam lutando no sentido de se conseguir o progresso de nosso município. Formula votos de felicidades aos funcionários do Legislativo e comunica ao plenário, com pesar, que a Diretoria da Câmara, dona Teresa Pascuini Medina, solicitou a exoneração do cargo, em virtude de haver ingressado no magistério estadual. Expressa os agradecimentos da presidência pelos inestimáveis serviços prestados pela citada funcionária e formula votos para que triunfe na sua nova carreira. Convoca, em seguida, os srs. vereadores para a próxima sessão extraordinária a realizar-se em data de 19 do corrente, e nada mais havendo a tratar. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, redatora, a escrevi.

Célio Pinheiro
Diretor Técnico

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Pinhal, realizados em 19 de janeiro de 1961.

Presidência do sr. Célio Pinheiro Fernandes

Aos dezenove dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, presentes os vereadores

mada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adilio d'Arcadia, Agnaldo A. Puzo, Atilio Giardini, Celio P. Fernandes, José Antônio Coimbra Filho, José F. Vicalo e Romildo Miranda. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, mas sendo ponto nos vereadores, o sr. presidente determinou fosse feita, de acordo com o artigo 25, do Regimento Interno, a leitura do expediente que não dependia de votação da Câmara, e que constava do seguinte: 1) Ofício dos srs. Glauco B. Imovato, Edgard B. Imovadori e Caio B. Imovadori, agradecendo o voto de pesar aprovado por ocasião do falecimento de sua progenitora: "Dona Arquimedes". 2) Solicitação do vereador Romildo Miranda: a) nº. 1/61, no sentido de se fazer a reforma do prédio do campo de bola ao custo e a construção de vestiários, do Estádio Municipal: "Ao sr. Prefeito"; - b) nº. 2/61, no sentido de se fazer uma reforma geral dos jardins públicos: "Ao sr. Prefeito". 3) Homenagem do Prefeito Municipal, sob o nº. 2/61, encaminhando ofício do Jornalista "Pessoa de Queiroz", solicitando doação do manancial de água denominado "Paulino Pinto": "Ao Comissário de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". Lembrada a leitura do expediente, o sr. presidente determinou fosse feita nova chamada, visto terem decorrido os quinze minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmos vereadores que responderam à primeira, funcionando assim a falta de número legal para o prosseguimento dos trabalhos, que foram assinalados pelo sr. presidente. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Atilio Pinheiro de Freitas, secretário, a escrevi.

Atilio Pinheiro
Atilio Ricardo

Ata da sessão ordinária, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 22 de janeiro de 1961.

Presidência do sr. Célio Porto Fernandes

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às dez horas, com a presença dos vereadores Milton B. Fonseca, Agnaldo A. Puzo, José Antônio Coimbra, José Filippe Vicalo, Pedro Vilela de Oliveira, José Ponce, Antônio Lui Batista, Romildo Miranda e Célio Porto Fernandes, reuniu-se, ordinariamente, a edilidade pinhalense. Anunciada a providência, o vereador Célio Porto Fernandes declarou destinar-se a sessão solene à homenagear a pessoa do sr. Manoel Carlos Gonçalves, ex-prefeito e ex-vereador de Pinhal, falecido repentinamente em data de 28 de dezembro de 1960. Convidou, em seguida, para tomarem assento junto à presidência, os membros da família do ilustre extinto, dona Silvia Fiacinelli Gonçalves, sua filha Emilinda, e o sr. Manoel Gonçalves Júnior. Não tendo comparecido para participarem da mesa, os srs. Antônio Costa, Prefeito Municipal de Pinhal, Geraldo Ruiz Domingues e Walter Ruiz, respectivamente Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Jardim. Em seguida o sr. presidente dá à palavra aos vereadores inscritos. O vereador Romildo Miranda fê um ofício dirigido à mesa, pelo seu colega de bancada, o edil Emanoel Lima, ausente da cidade, solidarizando-se com a homenagem que se prestava, naquele instante ao ex-prefeito. Em seguida o vereador Romildo Miranda proferiu, em nome da U.D.N., um expressivo discurso, exaltando as qualidades do ilustre extinto. Falaram, também, em nome do P.D.C. e P.S.P., o vereador Agnaldo A. Puzo, e em nome do P.S.D., o vereador Antônio Lui Batista, salientando, ambos, os traços de dignidade, de cavalheirismo, de bondade e de amizade, que sempre caracterizaram os atos, as palavras e a vida do ex-prefeito Manoel Carlos Gonçalves. Dada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, falou, em nome da Câmara, da Prefeitura e do povo de Santo Antônio do Jardim, o sr. Miguel Inamasu, e em nome do sr. Avelino Montevilho, do Vasco da Gama Futebol Clube e do Aliança Motorino, o sr. Pedro Martins de Oliveira, tendo, ambos, várias considerações sobre a personalidade marcante do ilustre homenageado. Ninguem mais fazendo uso da palavra, o sr. presidente pronunciou uma breve oração, realçando a amizade que o ligava ao ex-prefeito e exaltando as qualidades que exaltavam o seu caráter. Agradeceu, em seguida, a presença da família do sr. Manoel Carlos Gonçalves, justificou a ausência à sessão do presidente efetivo, o vereador Dr. Atilio Pinheiro, que se encontra enfermo, recolhido ao leito, agradeceu a presença dos ouvintes e do povo em geral, e nada mais havendo a tratar-se, deu por encerrada a presente ata. Eu, Atilio Pinheiro de Freitas, secretário, a escrevi.

Atilio Pinheiro
Atilio Ricardo

Ata da 22ª. sessão ordinária, do 22º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 2 de fevereiro de 1961.

Presidência do Dr. Atilio Pinheiro
Secretariada por Adilio d'Arcadia

Aos dois dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Atilio Pinheiro, Agnaldo A. Puzo, Antônio Carlos Imamassi, Atilio Giardini, José A. Coimbra Filho, Romildo Miranda e Silviano R. S. Mota. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Fo-

ram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Passou-se ao expediente, que constou do seguinte: 1) Telegrama do Serviço de Cooperação com os Municípios, comunicando a data da promulgação da lei que estende os benefícios da pensão vitalícia aos servidores municipais: "Ciente. Arquive-se". 2) Indicação nº. 3/61, do vereador José A. Coimbra Filho, sôbre a necessidade do executivo aumentar em 60% os vencimentos do funcionalismo municipal: "Ao sr. Prefeito". 3) Requerimentos: a) nº. 1/61, do vereador Romildo Miranda, solicitando a transcrição, nos anais da Câmara, de dois discursos pronunciados por ocasião do falecimento do sr. Manoel Carlos Gonçalves: "Nomeio os vereadores José Antonio Coimbra Filho, Mauro Del Guerra e Antônio M. Batista para, em comissão, exararem parecer sôbre a matéria"; b) Nº. 2/61, do vereador Romildo Miranda, no sentido de ser oficiado à presidência da República solicitando seja providenciado o pagamento do pessoal que trabalhou no recenseamento de 1960: "Oficie-se na forma solicitada"; c) nº. 5/61, do vereador Agenor A. Peigo e outros, no sentido de ser dirigido um convite oficial ao sr. Antônio Devisate, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, para visitar nossa cidade: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; 4) Mensagem do Prefeito, sob o nº. 3/61, encaminhando o balanço e a prestação de contas do exercício de 1960: "Às Comissões de Justiça". Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente dá a palavra aos srs. vereadores. O vereador Antônio Carlos Marinelli cumprimenta os seus colegas por terem escolhido e sufragado os nomes do Dr. Abílio Pinheiro e Célio P. Fernandes para os cargos de presidente e vice-presidente da Câmara, mas ao mesmo tempo protesta pelo fato dos integrantes da minoria não terem sido convidados para fazerem parte da Mesa. Dirige, em seguida, seus cumprimentos ao novo presidente da República, sr. Jânio Quadros, e formula votos para que o supremo mandatário da nação realize uma grande administração. Cumprimenta, também, o ex-presidente, sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, pelo govêrno democrático que realizou. Procede, em seguida, à leitura do têxto da carta que enviou ao sr. Governador do Estado, fazendo um histórico sôbre o ramal de Pinhal da Cia. Mogiana e solicitando ao professor Carvalho Pinto que não autorize a retirada dos trilhos, mesmo que os trens não corram. Critica, em seguida, a atitude do Governador do Estado suprimindo o ramal férreo de Pinhal, protesta contra a aprovação da Lei Agrária, que não trará nenhum benefício à lavoura, e comenta o descontentamento existente sôbre o propalado empréstimo digo existente pela aprovação dêsse diploma legal. Em seguida tece varios comentários sôbre o propalado empréstimo destinado à pavimentação asfáltica de varias ruas da cidade. Relembra as críticas de que foi alvo o ex-prefeito Manoel Carlos Gonçalves, por ocasião do empréstimo para o serviço de abastecimento público de agua, e diz que se tratava de uma obra indispensavel, benéfica a toda a população, ao passo que o asfaltamento, como se deseja fazer, é apenas vaidade dos atuais dirigentes municipais, que não vêem o estado precário das vilas, sem esgôto, sem calçamento, sem remoção de lixo, sem qualquer assistência do poder público. Manifesta-se contra o empréstimo pretendido, diz que apesar das chuvas constantes que têm caído sôbre o município, a cidade está sem agua, renova o pedido feito anteriormente ao prefeito para que determine a retirada das pedras existentes no passeio nas imediações da Farmacia Martorano, e encerra suas considerações. O vereador Agenor A. Peigo justifica o seu requerimento, lido no expediente, no sentido de se convidar, oficialmente, o sr. Antônio Devisate para visitar Pinhal, tornando assim nossa terra mais conhecida e visando a instalação, aqui, de novas indústrias. Diz, em seguida, que a eleição da Mesa da Câmara obedeceu a um critério político, não tendo a oposição demonstrado interesse em entrar em entendimentos para participar de qualquer cargo, o que poderia ter sido estudado. Afirma, em seguida, que o povo repelir, altivamente, a deliberação do Governo do Estado determinando a retirada dos trilhos do ramal férreo de Pinhal. Diz que o deputado Magib Chaib tinha obtido, no Palacio do Governo, a informação de que não haveria qualquer providência imediata para a retirada dos trilhos da Mogiana, tendo entretanto o presidente da referida ferrovia agido em sentido contrário, mandando trabalhadores a Pinhal para a execução do serviço, e informando ao professor Carvalho Pinto, após a repulsa dos pinhalenses, que os operários da Mogiana tinham vindo a Pinhal a pedido do sr. Prefeito Municipal, não para arrancarem os trilhos, mas sim para os serviços de alargamento de dois boeiros, o que entretanto não era verdade. Diz recriminar aquêles que escreveram frases impróprias e pesadas, nos vagões, sôbre a pessoa do sr. Governador do Estado, e afirma que o povo está disposto a defender o patrimonio da cidade. Manifesta, em seguida, sua satisfação pela posse do sr. Jânio Quadros no cargo de presidente da República, fazendo votos pela realização de um grande govêrno. Diz, em seguida, ter sido favoravel à execução do novo serviço de abastecimento d'água, mas contrario ao plano do ex-prefeito, o que também está acontecendo com aquêles que se colocam contrariamente à idéia de se asfaltar algumas ruas centrais da cidade, que po-

dução incaca a matéria de urgência dizendo, tão logo tomou conhecimento dos vandalismos desta medida. Afirmou que o Governo do Estado manifestou o desejo de impossibilitar o município necessário ao serviço de asfaltamento, o que deve ser aproveitado para o município. Diz que o custo quadrado de calçamento a paralelepípedo está custando mais ou menos Cr$ 280.00, ficando o município obrigado a pagar a importância da diferença de preço do asfalto, que deverá custar, segundo consta, 200 e poucos cruzeiros. Diz que o asfaltamento virá valorizar os imóveis localizados nas suas proximidades. Diz que o asfaltamento virá beneficiar muito a todos os seus colegas e aos próximos que não estão presentes para melhor auxiliar o Governo do Estado neste grande melhoramento. O vereador Romildo Miranda Caldeira pede para que estudem o assunto com carinho

Presidência do Sr. Hélio Penteado
Secretariado pelo Adélio d'Arcadia.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 32. sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélio Penteado, Adélio d'Arcadia, Agnor A. Puigo, Antônio Carlos Guaricelli, Hélio Giacdini, José Antônio Coimbra Leite, Romildo Guaianda e Silviano Rodrigues. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Não havendo ata a ser lida para ser discutida, o sr. presidente passa à ordem do dia, que é constituída do seguinte: Item único. - Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 1/61, do Executivo Municipal, autorizando a Prefeitura Municipal a doar um terreno ao Instituto de Previdência do Estado, para a construção de prédio para a Casa da Caveira de Pinhal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. O vereador Agnor A. Puigo requereu, tendo atendido, que o projeto de lei nº. 1/61 seja dispensado da redação final, a fim de ser encaminhado imediatamente ao sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convocou os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 20 de fevereiro corrente. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adelmino de Mello, escrevi o subscrevi.

José Felippe Vicolo

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Pinhal, realizados em 16 de fevereiro de 1961.

Presidência do sr. Élcio Porto Fernandes

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Agnor Agostinho Puigo, Élcio Porto Fernandes, Hélio Giacdini, Hélio Virgínio Leite, José V. Vicolo, Romeu del Guma e Silviano Rodrigues. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, mas estando presentes sete vereadores, o sr. presidente determinou José Leite, de acordo com o artigo 25, do Regimento Interno, a leitura do expediente que não dependia de voto da Câmara, e que constava do seguinte: 1) Indicações: a) nº. 4/61, do vereador Élcio Porto Fernandes, sôbre a necessidade de se aumentado o número de bancos existentes nos jardins públicos e sugerindo ao executivo que apresente a idéia de um articulista do jornal "A Folha", no sentido de se criado um imposto adicional, em favor das instituições assistenciais: "Ao sr. prefeito"; b) nº. 5/61, do vereador Romeu del Guma, sôbre a necessidade de se substituidos a haver existente no passeio ao lado do Hotel do Comércio, na Praça da Bandeira: "Ao sr. prefeito". 2) Requerimentos do vereadores José V. Vicolo: a) nº. 3/61, no sentido de se solicitar ao delegado de Polícia que autorize os interessados na expedição de carteira de motorista a fazerem o exame médico no Centro de Saúde local: "Oficie-se na forma solicitada"; b) nº. 4/61, no sentido de se oficiado ao sr. Governador do Estado solicitando varias providências para sanar os óbices provenientes da supressão do ramal da Companhia Mogiana na Estrada de Ferro: "Oficie-se na forma solicitada". Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente determinou José Leite nova chamada, visto terem decorridos os quinze minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmos vereadores que responderam à primeira, pelo que assume a falta de número legal para o prosseguimento dos trabalhos, que foram reiniciados pelo sr. presidente. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adelmino de Mello, escrevi o subscrevi.

José Felippe Vicolo

Ata da 32. sessão extraordinária, do 12. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 2 de março de 1961.

Presidência do Sr. Hélio Penteado
Secretariado por José Felippe Vicolo

Aos dois dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélio Penteado, Adélio d'Arcadia, Agnor A. Puigo, Antônio Carlos Guaricelli, Hélio Giacdini, Élcio P. Fernandes, Hélio V. Leite, José A. Coimbra, José J. Vicolo e Romeu del Guma. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Passou-se ao expediente, que constou do seguinte: 1) Indicações: a) nº. 6/61, do vereador José J. Vicolo, no sentido de ser separada a estrada da Fazenda Jacdinzinho: "Ao sr. Prefeito"; b) do vereador Hélio V. Leite: 1) nº. 7/61, sôbre a necessidade de se elaborado, pelo executivo, um projeto de lei elevando a taxa de imposto de melhoria e fins das vias públicas: "Ao sr. Prefeito"; 2) nº. 8/61, requerendo a concessão da licença conce-

dida ao Parque de Diversões instalado na rua Barão de Mauá Pass: "Ao n. Pujante"; 3) ue. 9/61, no sentido de ser providenciado a viúda, a Pinhal, de um técnico para constatar a existência de uma fonte de água milagrosa no imóvel de propriedade do n. José Maia, na rua Silvio: "Ao n. Pujante"; 4) ue. 10/61, no sentido de ser dado do n. José Maia, na rua Silvio: "Ao n. Pujante"; 5) ue. 11/61, no sentido de ser solicitado, ao D.E.R., que apadrinhe a rua da Vila Cultuaria que vai servir de desvio para a pavimentação da Rodovia estadual: "Ao n. pujante". 2) Requerimentos: vão durante a pavimentação da Rodovia estadual: "Ao n. pujante". 2) Requerimentos: a) ue. 7/61, do vereador Célio V. Leite, no sentido da providência oficiar à direção dos cursos locais solicitando que programem listas apropriadas para inscrições para uma matrícula infantis: "Oficie-se na forma solicitada"; b) do vereador José Maia, deputado Bonifácio Camarinha: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; 3) ue. 9/61, pedindo ao Governador do Estado que exima uma escola de agrimensura Pinhal: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; 3) ue. 10/61, pedindo ao Presidente do Banco do Brasil que providencie a inauguração da agência de Pinhal: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; 4) Ue. 11/61, no sentido da Edilidade congratular-se com o diretor do Grande Jornal Falado Jupi pela composição municipalista que vem fazendo: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; 5) ue. 12/61, solicitando ao Secretário da Educação que providencie a vinda da guarda de boa-ao-tato do Grupo Escolar Dr. Nemúda Magno: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; 6) ue. 13/61, no sentido de serem incluídos, na próxima sessão ordinária, todos os projetos de lei de sua autoria, independentemente de pareceres: "Aprovado. Inclua-se as proposições de autoria do requerente dispensado de pareceres na próxima sessão ordinária, como se nem pareceres, na ordem do dia da próxima sessão ordinária, como se nem pareceres, na forma solicitada". 7) Ue. 14/61, pedindo ao presidente da Caixa Econômica Federal que ceda, ao Grêmio "Pinduca e Álvaro Moreira", o pavimento superior da agência local: "Aprovado. Oficie-se na forma legal". 8) ue. 15/61, no sentido de ser providenciado, pelo executivo, o certo de medidores existentes na estrada da Ilha Branca, e solicitando informações sobre a situação do senhor Francisco da Costa, que trabalha no matadouro: "Ao n. Pujante". 9) ue. 16/61, do vereador Waldomiro B. Lavras, solicitando 60 dias de licença, a partir de 2 de março de 1961: "Concedida a licença. Convoque-se o suplente respectivo, n. José Costa". 3) Ofícios: a) do n. José Costa, comunicando estar impossibilitado de assumir a cadeira de vereador, na vaga do n. Waldomiro B. Lavras: "Ciente. Convoque-se o suplente seguinte, n. José Pereira"; b) do n. Manoel Joaquim Gonçalves Júnior, agradecendo a manifestação de pesar por ocasião do falecimento de seu filho, n. Manoel Carlos Gonçalves: "Ciente. Arquive-se". 4) Projetos de lei: a) ue. 3/61, do Pujante Municipal, dispondo sobre inauguração de vereadores do município municipal: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; b) ue. 4/61, do Pujante Municipal, dispondo sobre a criação de vereadores municipal: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; c) ue. 5/61, do vereador Antônio Medeiros Pastista, criando uma adicional de 15% sobre os impostos e taxas municipais: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; d) ue. 6/61, do vereador Célio Porto Fernandes, dispondo sobre a instalação de rede de água e esgoto nos novos loteamentos: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos"; e) ue. 7/61, dos vereadores Silvino Rodrigues e Otávio Zacarini, concedendo um auxílio de Cr$ 200.000,00 à Casa da Criança: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; f) ue. 8/61, do vereador José A. Coimbra, abrindo um crédito especial para a compra de medicamentos para os doentes pobres atendidos pelo Jamdi: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; 3) ue. 9/61, do vereador José A. Coimbra, criando a Comissão Municipal de Carnaval: "Às Comissões de Justiça e Educação". - b) ue. 10/61, do vereador José A. Coimbra, dispondo sobre o concurso de ingresso e ingresso no magistério municipal: "Às Comissões de Justiça e Educação". Encerrada a leitura do expediente, o vereador Afonso A. Prego anuncia a presença, no recinto, do suplente, n. José Pereira, que após ser convidado pelo n. presidente, assume a cadeira de vereador, na vaga do titular, n. Waldomiro B. Lavras, deixando de prestar o compromisso regimental por já tê-lo prestado muitas oportunidades. Em seguida o n. presidente da a palavra aos ns. vereadores. O vereador Manoel Gomes usou a tribuna, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Isabel Ribeiro, esposa do ex-funcionário municipal, n. Osvaldo Ribeiro. Disse, em seguida, ter solicitado, ao n. Pujante Municipal, conforme declarara na sessão ordinária de 5/1/1961, que José providenciasse a mesma, pelo executivo, de uma planta da fazenda avenida marginal, ao Governo do Estado, a fim de que este estudasse a possibilidade daquela estrada ser construída pelo Estado. Lamentou que a planta não tenha sido enviada até agora e apelou ao presidente do Legislativo para que intercede junto ao executivo no sentido de ser tomada uma providência. Disse, em seguida, estar de acôrdo com a oficialização do carnaval em Pinhal, conforme projeto de lei apresentado pelo seu colega José Antônio Coimbra, mudo agora necessário que se construa um grande hotel, para alojar os visitantes e principalmente os turistas, no caso da cidade ser transformada em estância

climatérica. Rejeitou-se, em seguida, à nova taxa d'agua, entricando a divisão da moema, pois entende que uma casa boa, grande, localizada no centro da cidade, deve pagar mais do que uma pequena habitação situada distante do centro. Diz, tambem, não estar de acôrdo que um industria pague a mesma taxa que é cobrada dos postos de gasolinas e das industrias, pois gasta muito mesos agua, o que é uma injustiça que só será corrigida com a instalação de hidrômetros. Prosseguindo ao projeto de lei do executivo, mostrando os melhoramentos do funcionalismo municipal, diz estar estudando a materia e futuramente apresentar, no momento oportuno, uma substitutivo, a fim de corrigir as injustiças existentes e regularizar a materia definitivamente. Diz, em seguida, estar de posse de uma relação de 36 pais de alunos matriculados na Escola Municipal da Fazenda Bonguita, que foi acentuadamente transferida para outro local, solicitando a valentosa daquela unidade escolar. Diz não haver motivo para o fechamento da escola e pede ao sr. prefeito que reconsidere a referida relação ao chefe do executivo, a fim de que estas se dirijamse a pedido e tomem as providencias necessarias no sentido de reabrir a Escola da Fazenda Bonguita. Encerra suas comunicações dizendo de sua alegria por ter sido informado de que o dr. Armando Prandadori, que é um patrimonio de nossa terra, vem melhorando consideravelmente da enfermidade que o acometeu há algum tempo atrás. Fala, em seguida, o vereador Agenor Pinto, que se associa ao voto de pesar proposto pelo falecimento de dona Isabel Ribeiro. Afirma, em seguida, que o dentro estabelecido a nova taxa d'agua foi feito baseado em estudos da S.D.S., apreciados pelo executivo municipal. Diz que de fato a elevação da taxa não vai de encontro aos interesses municipais, como afirmara em colega, o vereador Mauro de Gouveia, mas o aposenta Galhas

que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Silvestre de Mello, secretário, a escrevi.

Hélio Ribeiro
José Filippe Nicolo

Ata da 42. sessão ordinaria, do 2º. anno, da 4ª. legislatura, da Camara Municipal de Pirassununga, realizada em 16 de março de 1961

Presidencia do Sr. Hélio Ribeiro

Secretariado por José Filippe Nicolo

Aos dezesseis dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal do mesmo Estado, presentes os Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélio Ribeiro, Hélio d'Arcadia, Aguea Braga, Hélio Giardini, Cássio Pinto Fernandes, Hélio V. Brito, José R. Coimbra, José F. Nicolo, Mauro del Gumia, José Pereira, Romildo Miranda e Silvino Rodrigues. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foi aprovada e assinada a ata anterior. Passou-se ao 4º. pedimento, que constou do seguinte: I) Ofícios: a) do sr. Antônio Bevilaqua, agradecendo o convite recebido para visitar Pirassununga; b) do vereador Hélio Brito, encaminhando o Estimado Divino Espírito Santo, para a visita aos vereadores para visitarem aquele educandário: "Agradecem e comunicam, que a visita será feita oportunamente". 2) Indicações: a) nº. 11/61, do vereador José Pereira, no sentido de ser instalada luz fluorescente no centro da cidade: "À m. Presidente", b) nº. 13/61, do vereador Hélio Brito, no sentido do Parque Infantil ser aproveitado como ponto turístico para abrigar cisnes e outras aves existentes para o mesmo fim; "À m. Presidente"; c) nº. 13/61, do vereador Hélio Brito, no sentido do Prefeito Municipal providenciar a instalação de um canal de telefone, junto ao automóvel da Prefeitura: "À m. Presidente". 3) Requerimentos: a) do vereador Hélio Brito: - I) nº. 17/61, no sentido da Câmara hipotecar solidariedade ao projeto do deputado Arnaldo Quintiliano, instituindo a Estância Turística: "Aprovado"; II) nº. 18/61, para ser oficiado à Câmara dos Deputados solicitando a aprovação da lei federal nº. 1-A, de 1959, que estabelece nova discriminação de rendas: "Aprovado"; III) nº. 19/61, para ser oficiado à Associação Paulista dos Municípios solicitando a sua sindicalização junto ao governo do Estado no sentido de ser extinta a taxa de abatimento de arroba e diminuida a taxa de juros nos empréstimos no CEESP aos municípios: "Aprovado". b) do vereador José R. Coimbra: I) nº. 20/61, solicitando várias informações ao executivo sôbre os empréstimos para o novo serviço de captação e tratamento de água: "À m. Presidente". II) nº. 21/61, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. João Bacchi: "Aprovado"; III) nº. 22/61, pedindo a construção de uma comissão especial para examinar os lançamentos do imposto de indústrias e profissões e da taxa d'água, que vem sendo feito em desacôrdo com o Código Tributário: "Aprovado". Mesmo os vereadores José R. Coimbra, Mauro del Gumia e Hélio d'Arcadia para integrarem a comissão nomeada. 4) Projetos de lei: a) nº. 11/61, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a instalação, em grandes edifícios, de transformadores e semelhantes: "À Comissão de Justiça e Serviços Públicos". b) nº. 12/61, do vereador José R. Coimbra, declarando de utilidade pública a Associação de Auxílio aos Tuberculosos Pobres de Pirassununga: "À Comissão de Justiça, Serviços Públicos e Higiene". c) nº. 13/61, do vereador Hélio Giardini e outros, dispondo sôbre a isenção das taxas de ligação e utilização de água: "À Comissão de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do expediente, usa da palavra o vereador Hélio Brito, que expressa, em nome do P.S.B., os sentimentos de mais profundo pesar pelo falecimento da esposa do sr. Osvaldo Ribeiro. Diz, em seguida, que a Escola Municipal de Jazz da Banguta vem funcionando irregularmente desde 1957, quando, de acordo com informações fornecidas pelas autoridades locais, as aulas tiveram sòmente 87 dias de aulas. Diz nada ter contra a propriedade da referida Fazenda, mas que não pode concordar com as irregularidades que vem caracterizando o funcionamento da Escola da Banguta e com a posição que é feita contra os professores designados para lecionar naquela propriedade agrícola. Pede-se, em seguida, que um vasto lençol da cidade vem faltando água, motivada pela deficiência da rêde e muito desperdício do líquido, problema êste que já resolvido com a colocação de hidrômetros, medida aliás que já exercia, uma proveitosa influência desde o início de seu mandato, quando soube que os 32 milhões de cruzeiros imputados ao Município não estavam parcialmente empregados na compra de aparelhos medidores do consumo de água. Recomenda ao Prefeito que determine ao fiscal municipal seja feita uma fiscalização nessas casas que dispõe de água e exigir que os trabalhos de distribuição do líquido seja melhor entrosado entre o tratador de água e os demais funcionários. Diz, em seguida, que existem 348 propriedades agrícolas no município de Pirassununga, tendo sido lavrada, por muitos fazendeiros que se prontificaram a colaborar, a necessidade de ser adquirida uma ambulância para o Pronto, destinada a atender aos chamados da zona rural, assunto para o qual solicitava o apoio de seus colegas. Diz, em seguida, uma palavra ao Hospital "Francisco Rosas" no sentido de atender, com solicitude e boa vontade, aos doentes para ali encaminhados, em casos clínicos e cirúrgicos de urgência, numa indagação da procedência dos mesmos, pois na última semana um médico do Pronto,

que futuidia opera uma criança maquile mecanismo, foi impedido de fazê-lo, tendo mesmo sido maltratado pelo funcionário que o atendeu na porta. Diz que a criança teve que ser operada na sede do Jamdus, e que, apesar de ter sido dado o provedor do Hospital, continuará a exercer a assistência daquela instituição assistencial. O vereador Mauro del Gumma Jamuda em seguimento, que é aprovado, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. Deutko Salvetti e Alberto Pisotti. Diz, em seguida, que Jamaico putendu protegeu a professora da Escola da Fazenda Bauguita, tendo mesmo sido inicialmente contrário à criação daquela unidade escolar, tendo mudado de opinião posteriormente, quando verificou pessoalmente o grande número de alunos existente naquela propriedade agrícola. Afirma ter estranhado, e muito, a atitude do chefe do executivo extinguindo, inoportunamente, a Escola da Bauguita, sem qualquer justificativa, pois existem ali mais de cinquenta crianças em idade escolar. Diz, em seguida, que a agua que abastece a cidade vem sendo roubada, problema êsse que vem se agravando com a colocação de hidrômetros, e solicita ao Prefeito que estude uma nova modalidade de cobrança, mais justa e menos onerosa para o povo. Inumiçista, em seguida, em ponto de vista favorável à compra de uma ambulância para o Jamdus atender aos moradores da zona rural. O vereador Agmor Puigo diz que representou a Câmara nos funerais do sr. Deintko Salvetti, a quem rende sua homenagem, salçando as qualidades do extinto como vereador, esportista, comerciante e juiz de paz. Solidariza-se, em seguida, ao voto de pesar proposto pelo falecimento do sr. Alberto Pisotti, comerciante, farmacêutico e esportista. Formula, em seguida, um requerimento que é aprovado, propondo uma voto de pesar pelo falecimento do sr. Jozo Paski, antigo morador e comerciante residente em nossa cidade, e pelo transe da prematura morte do sr. Luiz Galdino, motorista profissional que muitos serviços tem prestado à coletividade. Diz, em seguida, estar informado de que alguns vereadores apresentarão substitutivos ao projeto de lei que regulará os vencimentos do funcionalismo municipal, motivo pelo qual dirige um apêlo aos seus colegas no sentido de estudarem a matéria e subscreverem apenas uma proposição, possibilitando assim a discussão e aprovação da matéria ainda na sessão que estava se realizando. O vereador Elio Porto Junqueira se associa, em nome do P.S.B., aos votos de pesar aprovados pelo plenário. Requer-se, em seguida, ao aliviamento que causou à população o aumento imposto da taxa d'água, diz que o mal é irremediável, pois o Governo do Estado tem sido um pesado fardo de nossa tuna, tudo atribuindo o ramal da imaginária seca falta vem se mostrando mentido agora com o aumento em 100% dos combustíveis. Afirma que o contrato de empréstimo para o serviço de água só favorece o Estado, colocando o Município de lado, motivo pelo que o Prefeito procure entender junto ao sr. Governador a fim de conseguir seja prorrogado, de 15 para 30 anos, o prazo para o Pagamento pagar a amortização e os juros do referido empréstimo. Usam da palavra para se associarem aos votos de pesar aprovados pelo plenário, os vereadores Adriano Rodrigues em nome do P.R., Jair A. Coimbra em nome do U.D.N. diga da Comissão Municipal de Esportes e Braga Publicidade de Futebol, e Romildo Miranda em nome da U.D.N. - Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente anuncia ir passar à ordem do dia, que se constitui do seguinte: 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 3/61, do vereador Antonio Mr. Batista, concedendo um auxílio de Cr$ 50.000,00 à Comissão do carnaval de 1961, com parecer da Comissão de Redação: aprovado. 2) Discussão e votação única do pedido de cessão do manancial "Paulino Prito" ao Jamatório "Pasma de Minuzio", com parecer favorável das Comissões de Justiça e Finanças, e contrário da Comissão de Serviços Públicos: aprovado. 3) Discussão e votação única do ofício do sr. Jozi Pelicio Moto Peluche, comunicando que a Quiba da nova adutora d'água está causando prejuízos à sua propriedade agrícola, com parecer da Comissão de Justiça no sentido do Presidente da Câmara intender junto ao Prefeito para as providências cabíveis: aprovado o parecer. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 3/61, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a reorganização dos vencimentos do funcionalismo municipal, com pareceres favoráveis das Comissão de Justiça e Finanças: é lido, tambem, uma emenda do vereador Antonio Batista e outros, além de dois substitutivos, sendo o primeiro de autoria do vereador Jair A. Coimbra, o segundo do vereador Célio Brito e outros e o terceiro dos vereadores Mauro del Gumma e Romildo Miranda. O vereador Jair A. Coimbra formula um requerimento, que é aprovado, no sentido do substitutivo de sua autoria ser discutido e votado em primeiro lugar. O vereador Mauro del Gumma defende o substitutivo de sua autoria e requer a suspensão dos trabalhos por 10 minutos, para melhor entendimento entre os srs. vereadores, decorrido êsse prazo são reabertos os trabalhos, tendo o vereador Mauro del Gumma formulado novo requerimento, que é aprovado, solicitando o adiamento da discussão por uma sessão, a fim de que a Câmara não constume injustiças e aprovasse um projeto falho. 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 4/61, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a cessão do manancial à Co-

cola Agrotécnica, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 33/60, do vereador José A. Coruiba, letivando uos suplentes cargos os extranumerarios e interinos que contem mais de 5 anos de exercicio, com pareceres favoraveis da Comissão de Justiça e para ser transformado em indicação ao Prefeito da Comissão de Finança: aprovado e parecer da Comissão de Finança. 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 47/60, do vereador José A. Coruiba, dispondo sôbre a cobrança da taxa de conservação de estradas, com parecer da Comissão de Justiça para ser transformado em indicação ao executivo: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador José A. Coruiba. Tendo esgotado o prazo regimental da sessão, o sr. presidente anunciou que o restante da ordem do dia ficaria para a próxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 6 de abril vindouro. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanilão de Freitas, secretario, a escrevi.

Hélio Pinheiro
José Felippe Nicolau

Ata da 32ª. sessão extraordinaria, do 2º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 29 de março de 1961.

Presidencia do Sr. Hélio Pinheiro
Secretariada por José Felippe Nicolau

Aos vinte e nove dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, as dezesseis horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélio Pinheiro, Hélio d'Arcadia, Agmar Puigo, Antônio Mr. Batista, Elio P. Fernandes, Hélio V. Brita, José A. Coimbra, José F. Nicolau, Manoel da Cunha e Silviano Rodrigues. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foi lida, aprovada e assinada a ata anterior. Passou-se ao expediente, que constou do seguinte: I) Ofícios: a) do Família Pinotti, agradecendo a manifestação de pesar pelo falecimento do sr. Alberto Pinotti: "Ciente. Arquive-se"; b) de dona Diva Zanarelli Gonçalves e filhos, agradecendo a manifestação de pesar pelo falecimento do sr. Manoel Carlos Gonçalves: "Ciente. Arquive-se"; c) do sr. Pedro Salvetti Neto, agradecendo a manifestação de pesar pelo falecimento do seu progenitor, sr. Eleuthério Salvetti: "Ciente. Arquive-se". 2) Indicação nº. 24/61, do vereador Manoel da Cunha, no de ser instalado um telefone na Biblioteca Municipal: "Ao sr. Prefeito". 3) Requerimentos: a) do vereador Hélio Brita: I) nº. 23/61, solicitando a formação duma Comissão de vereadores para felitar, junto ao Governo do Estado, a promoção do prazo para pagamento do empréstimo de 32 milhões de cruzeiros: "Homologo os vereadores Agmar Puigo, Hélio Brita e Manoel da Cunha para integrarem a comissão, na forma requerida". II) nº. 24/61, do mesmo vereador, solicitando ao executivo que informe se foi enviada ao governador do Estado a planta da futura avenida marginal: "Ao sr. Prefeito". 4) Projeto de lei nº. 12/61, do Prefeito Municipal, criando o cargo de Tratador de Água: "Às Comissão de Justiça, Finança e Serviços Públicos". 5) Emenda à Lei Orgânica dos Municípios: "Aprovado. Oficie-se na forma do Regimento". 6) Moção de pesar pelo falecimento do sr. Pedro Salvetti: "Aprovada". 7) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 8) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 9) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 10) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 11) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 12) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 13) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 14) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 15) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 16) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 17) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 18) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 19) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 20) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 21) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 22) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 23) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 24) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 25) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 26) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 27) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 28) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 29) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 30) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 31) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 32) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 33) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 34) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 35) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 36) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 37) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 38) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 39) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 40) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 41) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 42) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 43) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 44) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 45) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 46) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 47) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 48) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 49) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 50) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 51) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 52) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 53) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 54) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 55) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 56) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 57) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 58) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 59) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 60) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 61) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 62) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 63) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 64) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 65) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 66) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 67) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 68) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 69) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 70) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 71) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 72) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 73) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 74) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 75) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 76) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 77) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 78) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 79) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 80) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 81) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 82) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 83) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 84) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 85) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 86) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 87) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 88) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 89) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 90) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 91) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 92) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 93) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 94) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 95) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 96) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 97) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 98) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 99) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada". 100) Moção de congratulações com o governo do Estado pela construção de 32 grupos escolares: "Aprovada".

Ata da 32ª. sessão extraordinaria, do 2º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 29 de março de 1961.

Presidência do Dr. Aldélio Prudente
Secretariada por José Filippe Varolo

Aos vinte e nove dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Piracicaba, logo após o encerramento da 22. sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Aldélio Prudente, Aldélio Miracadia, Agnaldo A. Perigo, Antônio Batista, Atílio Giardini, Celio P. Fernandes, Hélio V. Brito, José A. Coimbra, José F. Varolo, José Pomaca e Silviano Rodrigues. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Usaram da palavra, homenageando e saudando a Bigma do sr. Enrico Zelingaldi, suplente de vereador, falecido de manhã, os vereadores Hermes Del Bigma - U.D.N. -, Silviano Rodrigues - P.R. -, Hélio Brito - P.S.B. -, Agnaldo A. Perigo - P.D.C. - e José Pomaca - P.S.P. - E' aprovado um requerimento do vereador Agnaldo A. Perigo para constar, na ata dos trabalhos legislativos, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Enrico Zelingaldi. E' também aprovado um voto de pesar proposto pelo vereador Silviano Rodrigues, pelo falecimento, em Poços de Caldas, de dona Placidina Hermínio, esposa do vereador Victor Fantinato. Todos os vereadores, ficaram de pé, associando-se a essa manifestação de pesar proposta pelo vereador Silviano Rodrigues, o mesmo fazendo o presidente da Câmara Municipal. Em seguida passa-se à Ordem do Dia, que se constitui de uma única: Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 3/61, do Executivo Municipal, regulando os vencimentos do funcionalismo municipal, com parecer da Comissão de Redação: aprovado. O vereador Agnaldo A. Perigo formula um requerimento, que é aprovado, solicitando seja o projeto de lei dispensado da redação final, a fim de ser encaminhado ao executivo para a sanção devida. Em seguida o sr. presidente convida os vereadores Agnaldo A. Perigo, Antônio Batista e Atílio Giardini para irem introduzir na Câmara os funcionários do sr. Enrico Zelingaldi, e o edil Celio P. Fernandes para falar em nome do Legislativo. Usada a palavra para tratar, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 6 de abril vindouro, e marca os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Aldélio Prudente de Mattos, redatório, a escrevi. Aldélio Prudente
José Filippe Varolo

Ata da 23ª sessão ordinária, do 22º ano, da 4ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Piracicaba, realizada no 6 de abril de 1961.

Presidência do Dr. Aldélio Prudente
Secretariada por José Filippe Varolo

Aos seis dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Piracicaba, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Aldélio Prudente, Agnaldo A. Perigo, Antônio E. Mazzuia, Atílio Giardini, Hélio Brito, José A. Coimbra, José F. Varolo, Mazzuia del Bigma, José Pomaca e Romildo Miranda. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Passou-se à leitura do expediente, que constou do seguinte: 1) Ofício do sr. Luiz Gaddini, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Câmara pelo falecimento de sua progenitora, dona Anastácia Gaddini: "Ciente. Arquive-se". 2) Indicação nº. 16/61, do vereador Antônio Carlos Mazzuia e outros, sobre a necessidade de o executivo tomar as seguintes providências: a) elaborar um projeto de lei para a cobrança da taxa d'água mediante a colocação de hidrômetros, principalmente nos imóveis onde os proprietários pagam integralmente o custo da aparelhagem e nos prédios em construção; b) informar à Câmara o preço de cada hidrômetro: "Ao sr. Prefeito". 3) Requerimentos: a) nº. 29/61, do vereador Hélio Brito, solicitando a constituição de uma comissão de vereadores para participar do VIII Congresso Estadual de Municípios, a realizar-se de 26 a 30 de abril, em Bauru. Usou: "Nomeio os vereadores Hélio Brito, Agnaldo Perigo, José A. Coimbra, Mazzuia del Bigma e Silviano Rodrigues para integrarem a comissão, na forma requerida"; b) nº. 30/61, do vereador José Pomaca, no sentido de ser solicitado ao Delegado de Polícia que proíba o trânsito de veículos no Bairro de Ibaiuva aos sábados, domingos e feriados, à noite: "Aprovado. Oficie-se na forma requerida". Encerrado a leitura do expediente, o sr. presidente dá a palavra ao vereador Antônio E. Mazzuia, que formula um requerimento, que é aprovado, pedindo a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento de dona Caetana de Filippis, associando-se a essa homenagem, em nome dos nobres vereadores, os vereadores Hélio Brito, José Pomaca, Mazzuia del Bigma e José A. Coimbra. Prosseguindo, o vereador Antônio E. Mazzuia justifica sua indicação, lida no expediente, e diz que com a instalação de hidrômetros os consumidores pagariam uma taxa correspondente ao consumo real, sanando assim as injustiças existentes atualmente, motivo porque espera providências do sr. Prefeito sôbre o assunto. Diz, em seguida, que vários ramais da Companhia Mogiana, que também tinham sido suprimidos, estão funcionando novamente, motivo porque o executivo deve felicitar o restabelecimento do de Piracicaba. Afirma, em seguida, que Piracicaba necessita muito de ter um representante na Assembléia Legislativa do Estado, que trabalhe em benefício do município. Lembra os nomes de vários piracicabanos ilustres, que honraram na terra, tais como o Padre José Bento, José Porto Fernandes, Francisco Navarro Fonseca e Mariano Ribeiro Porto, e apela a êste último para que ajude Piracicaba,

no sentido de conseguir a volta da imagináma e a instalação de uma grande indústria, dando início a uma nova era, pois a "nova era" promovida pela atual administração já foi início a uma nova era, pois a "nova era" promovida pela atual administração já foi por água abaixo. Diz ele necessidade de os partidos apoiarem um candidato único, que por água abaixo. Diz ele necessidade de os partidos apoiarem um candidato único, que não poderá entretanto ser o vice-prefeito, visto ser difícil um acôrdo em torno de um não poderá entretanto ser o vice-prefeito, visto ser difícil um acôrdo em torno de um nome, muito embora muita gente competência. Surgem, para candidato único, a se apoiarem nome, muito embora muita competência. Surgem, para candidato único, a se apoiarem todos os partidos as agremiações partidárias locais, um dos dois nomes: Dr. Yosi de Filippis todos os partidos as agremiações partidárias locais, um dos dois nomes: Dr. Yosi de Filippis e Nilson Spinelli. Continuam a todos para que trabalhem em benefício do município e do Nilson Spinelli. Continuam a todos para que trabalhem em benefício do município e do povo e mesmo suas convicções. O vereador Elício Brito diz que Ribeirão vai bem, há dias, povo e mesmo suas convicções. O vereador Elício Brito diz que Ribeirão vai bem, há dias, a visita do Dr. Josi Bonifácio Filho, alto funcionário do Estado, que em inspeção ao a visita do Dr. Josi Bonifácio Filho, alto funcionário do Estado, que em inspeção ao Posto Local teve elogios ao funcionamento do mesmo, que constitui um exemplo para os Posto Local teve elogios ao funcionamento do mesmo, que constitui um exemplo para os demais instalados muitos municípios. Surge, em seguida, um apêlo ao comércio local, demais instalados muitos municípios. Surge, em seguida, um apêlo ao comércio local, para que cooperem com a política do govêrno federal para conter a alta do custo de para que cooperem com a política do govêrno federal para conter a alta do custo de vida. Diz ter ouvido um vereador dizer que o preço das verduras subiu por causa dos vida. Diz ter ouvido um vereador dizer que o preço das verduras subiu por causa dos impostos tomados pelo presidente da República, o que não é verdade. Lembra a necessidade de a Câmara entrar em funcionamento, segundo mesmo que a sua direção seja integral ao Sindicato dos Industriários. Diz ter ouvido varias comunicações que estavam sendo estocados por preços antigos, em armazéns, o que deveria ser feito por todos. Encerra suas considerações fazendo um apêlo aos vereadores, ao comércio em geral e à Comarp, para que colaborem no sentido de evitarem o aumento do custo de vida no município de Ribeirão. O vereador Mauro del Guerra diz que só a colocação de hidrômetros resolverá o caso da taxa d'agua, pois a atual forma de cobrança é injusta, visto que uma casa na Vila Mountenegro paga Cr$ 183.00, outra no mesmo bairro paga Cr$ 221.00, e outra na Rua do Elevado paga Cr$ 195.00, o que não está certo. Lembra a necessidade de o Prefeito mandar publicar quanto o Município está arrecadando com a taxa d'agua e qual o total das despesas mensais com a manutenção do serviço e pagamento dos impostos contraídos. Congratula-se, em seguida, com o seu colega Elício Brito, pelas considerações dêste a respeito do alto custo de vida. O vereador Agnaldo Puzo diz que o Prefeito tem se esforçado para solucionar o problema da taxa d'água, atendo as obras para as cercanias e o Município pagando, desde 1960, os juros dos empréstimos contraídos. Diz que de fato o Prefeito deve solucionar o povo e também os vereadores sôbre a cobrança da nova taxa d'agua, pois êstes tem o dever de examinar a materia na Prefeitura afim de darem, aos munícipes, as explicações necessárias. Ninguem mais querendo usar da palavra, o presidente anuncia ir passar à Ordem do Dia, que vai constituir da seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 4/61, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a cessão de imóveis à Escola Agrotécnica, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 12/61, do Prefeito Municipal, criando o cargo de Tratador de Agua, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos: aprovado. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 47/60, do vereador Josi A. Coimbra, dispondo sôbre a cobrança da taxa de conservação de estradas, com parecer da Comissão de Justiça propondo a transformação do projeto em indicação: rejeitado o parecer da Comissão de Justiça e aprovado, em seguimento do vereador Mauro del Guerra para a mesma da proposição à Comissão de Finanças, para a devida apreciação. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 42/60, do vereador Josi A. Coimbra, dispondo sôbre a concessão de abono de Natal aos funcionários municipais, com parecer contrário da Comissão de Justiça: rejeitado o projeto. 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 39/60, do vereador Josi A. Coimbra, dispondo sôbre a concessão de salário-família aos servidores do Município, com parecer favoravel da Comissão de Justiça e para ser transformado em indicação da Comissão de Finanças: aprovado o parecer da Comissão de Finanças. 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 18/60, do vereador Josi A. Coimbra, criando a Guarda Mobiliária Municipal, com parecer favoravel da Comissão de Justiça e ao ensejo de ser transformado em indicação da Comissão de Finanças: aprovado o parecer da Comissão de Finanças. 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 14/60, do vereador Josi A. Coimbra, criando a Escola Técnica de Comércio Municipal, com parecer favoravel da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finanças: rejeitado o projeto, em votação nominal, tendo sido os vereadores Fumiyo votado pela rejeição da proposição, com exceção dos vereadores José Ponce e Josi A. Coimbra, que votaram favoravelmente, e do vereador Romildo Miranda, que se absteve de votar por ser sócio-proprietário de uma Escola de Comércio particular. Os trabalhos são prorrogados por mais 30 minutos, a requerimento do vereador Mauro del Guerra. 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 30/60, do vereador Josi A. Coimbra, criando a Guarda Mirim de Ribeirão, com parecer favoravel da Comissão de Justiça e para ser transformado em indicação da Comissão de Finanças: aprovado o parecer da Comissão de Finanças. 9) Discussão e votação única do projeto de resolução nº. 2/60, do vereador Josi A. Coimbra, criando o cargo de Servente da Câmara, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: rejeitado o projeto. Durante a discussão do projeto, quando o vereador Josi A. Coimbra deu um aparte no qual declarou que a criação do cargo de Servente da Câmara era para atender a uma promessa da coligação de partidos que apoiou o atual Prefeito e vereador em ele-

muito que trabalhou em favor da situação nas eleições municipais de 1959. Essa declaração do vereador José R. Coimbra foi contestada pelos vereadores Hélio Brito, Agnaldo Braga e José F. Vuolo, que afirmaram, em nome do P.S.B., do P.D.C. e do P.S.P., não ter compromisso com ninguem para a nomeação de funcionarios. 10) Discussão e votação única do parecer da Comissão de Justiça, propondo o arquivamento do projeto de lei nº. 36/59, aprovado em dezembro de 1959, em sessão convocada pelo vice-presidente da Câmara Municipal, com voto em separado do vereador Elcio P. Fernandes: aprovado o parecer da Comissão de Justiça. 11) Discussão e votação única do parecer da Comissão de Justiça, propondo o arquivamento do projeto de lei nº. 36/59, em sessão convocada pelo vice-presidente da Câmara Municipal, com voto em separado do vereador Elcio P. Fernandes: aprovado o parecer da Comissão de Justiça. Logo após da materia em pauta, passa-se à explicação pessoal. O vereador Ernane Del Fiume diz que, tendo a Edilidade aprovado a criação do cargo de Tratador de Aguas, esperava que o titular daquelas funções se interessasse no sentido da agua ser tratada um dos matematicos, após varias provas diarias, evitando assim possam o liquido dos famosos com forte gosto. Diz, em seguida, estar estarrecido com as declarações do vereador José R. Coimbra de que a coligação que apoia o atual Prefeito Pinhal anunciou o compromisso de nomear um funcionario que trabalhou nas eleições municipais de 1959, como prêmio, o que constitui um método degradante para agradar eleitores, motivo porque repudiava, de forma veemente, essa atitude vergonhosa. O vereador Agnaldo Braga diz que o seu colega Ernane Del Fiume deu uma interpretação maliciosa às palavras do vereador Coimbra, pois não integrantes da bancada da coligação disseram que não haviam compromisso de se nomear ninguem. O vereador Hélio Brito diz que o P.S.B. sempre combateu os métodos corruptos vigorantes no municipio nas administrações anteriores, sempre se bateu contra o empreguismo, motivo porque estranhava que apontassem um só compromisso de um partido para a nomeação de funcionarios, pois assim um contrassenso admitir-se que uma agremiação partidaria viesse a fazer justamente aquilo que sempre criticou e intendeu estar errado. Diz que a administração passada admitiu dezenas de funcionarios domesticos, em prejuizo do Municipio, e que o P.S.B. nunca prometeu a quem quer que seja emprego a quem quer que seja. O vereador Romildo Imiranda diz que, na qualidade de co-proprietario da Escola Tecnica de Comercio, está pronto a demonstrar, aos srs. vereadores, todos os funcionarios que os mesmos desejarem a rapidez do funcionamento, matricula, dispensa e outros pormenores do funcionamento do mesmo. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente convida os srs. vereadores para a proxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 30 vindouro, e encerra os trabalhos, em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenilio de Mello, escrevi, o subscrevi.

Hélio Brito
José Felippe Vuolo

Ata da 42. sessão ordinaria, do 2º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 4 de maio de 1961.

Presidencia do Sr. Hélio Pinheiro
Secretariada por José Felippe Vuolo

Aos quatro dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, presentes-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélio Pinheiro, Hélio Giardini, Hélio d'Arcadia, Ernane Del Fiume, José Antonio Coimbra, Antonio Ludovico Batista, Hélio V. Brito e José Felippe Vuolo. Havendo numero legal, foi aberta a sessão. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Passou-se ao expediente, que constou do seguinte: 1) Telegramas: a) do Presidente da Câmara Federal, comunicando ter sido aprovada em primeira discussão a emenda constitucional nº. 1/59: "Ciente. Agradeço-se"; b) do deputado Bayard Guimarães, emenda constitucional nº. 1/59 - comunicando ter sido aprovação da emenda constitucional que favorece os municipios: "Ciente. Agradeço-se ao deputado Bayard Guimarães agradecendo"; c) do Diretor Geral do Correio, comunicando que Posto de Pinhal será mantido: "Ciente. Agradeço-se". 2) Oficios: a) do Departamento de Agua e Esgotos Eletricos, encaminhando relatorio feito por engenheiro a respeito da intalação do Ribeirão dos Porcos: "A Comissão de Serviços Publicos"; b) do deputado Avelone Junior, agradecendo o apoio da Câmara Municipal ao projeto de sua autoria, notadamente a Estrada estadual: "Ciente. Agradeço-se". 3) Homenagem do Prefeito nº. 9/61, encaminhando o recurso do sr. Jorge José contra a taxa d'agua: "Ao Conselho de Justiça e Finanças". - 4) Indicações: a) nº. 36/61, do vereador José R. Coimbra, no sentido de se providenciar, junto ao Executivo, a reconstrução de uma ponte na estrada velha do matadouro: "Ao Executivo, a reconstrução de uma ponte na estrada velha do matadouro: "Ao sr. Prefeito". b) nº. 37/61, do vereador Hélio Giardini, no sentido de se providenciar a instalação de um telefone publico no bairro do matadouro: "Ao sr. Prefeito"; e) a instalação de um telefone publico no bairro do matadouro: "Ao sr. Prefeito", e) nº. 38/61, do vereador Hélio Brito, sôbre a necessidade da nomeação domiciliar de lixo e reparação das ruas da Vila Jardim Palmeiras: "Ao sr. Prefeito", f) nº. 39/61, requerendo seja reparada ou arrumada a ponte municipal: "Ao sr. Prefeito"; III nº. 40/61, no sentido de o executivo solicitar ao D.E.R. a colocação duma placa nas proximidades da Fazenda São José e mandar reparar o passo

público da Praça da Independência: "Ao n. Prefeito"; IV) nos. 21/61, para o Prefeito estudar a possibilidade de contrair um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, para a realização de vários serviços municipais: "Ao n. Prefeito"; V) nos. 22/61, sôbre a necessidade de criação de um grupo escolar para funcionar no bairro do Triangulo: "Ao n. Prefeito"; VI) nos. 23/61, para o executivo estudar a possibilidade de pagar a taxa de instalação dos dois telefones existentes nos pontos de automoveis: "Ao n. Prefeito"; VII) nos. 24/61, requerendo seja estabelecida mão para entrada e saida de veiculos na cidade: "Ao n. Prefeito"; d) nos. 25/61, do vereador Jose Filippa Vitolo e outros, sôbre a necessidade de calçamento nas avenu existentes nos possesios publicos da cidade: "Ao n. Prefeito". Foram contadas as avenu existentes nos possesios publicos da cidade: "Ao n. Prefeito". 5) Requerimentos: a) do vereador Helio Leite: I) nos. 27/61, no sentido de a Câmara congratular-se com o deputado estadual Luciano Lopes, pela aprovação de um projeto de lei em favor dos municipios: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; II) nos. 28/61, solicitando a constituição de uma comissão especial de vereadores para estudar a aplicação, no Paulista, do mesmo sistema de organização de serviços existentes na cidade de Capivari: "Nomeio os vereadores Helio Leite, Jose A. Coimbra, Romildo Imbiandas, Agmar Puigo, Mauro Del Fiume e Silviano Rodrigues para a constituirem a comissão, na forma requerida"; III) nos. 29/61, no sentido de se oficiado ao Diretor Geral dos Correios e Telégrafos, solicitando seja utilizado veiculo proprio para o transporte de malas do Mugi Guaçu a Paulista, para se evitar o atraso do correspondencia: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; b) nos. 30/61, do vereador Antonio Carlos Imamelli, solicitando 60 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente"; c) do vereador Jose Antonio Coimbra: I) Convoque-se o respectivo suplente"; c) do vereador Jose Antonio Coimbra: I) nos. 31/61, pedindo a inscrição, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com o Jornal local "A Gazeta", pela transcurso de seu 32º aniversario: "Aprovado"; II) nos. 32/61, no sentido de a Câmara agradecer a Imamelec Bott e trabalho desenvolvido por esta emissora para conseguir a criação da agencia do Banco do Brasil em Paulista: "Aprovado"; d) do vereador Mauro Del Fiume: I) nos. 33/61, propondo um voto de congratulações com o deputado Federal Ulisses Guimarães na eleição ao cargo de presidente do diretório nacional do U.D.N.: "Aprovado"; II) nos. 34/61, solicitando ao Prefeito Municipal que convidasse como ela julgar conveniente a abertura da avenida inacabada: "Ao n. Prefeito". 6) Projetos de lei: a) nos. 13/61, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para o executivo haver auxilio financeiro da Sociedade da Viação: "Ao Comissão de Justiça e Finanças"; b) do vereador Jose A. Coimbra: I) nos. 14/61, dispondo sôbre isenção de impostos para a construção de hoteis: "Ao Comissão de Justiça, Finanças e Serviços Publicos"; II) nos. 16/61, dispondo sôbre concessão de auxilios a clubes esportivos: "Ao Comissão de Justiça e Finanças"; III) nos. 17/61, dando credito especial para ocorrer às despesas dos jogos Regionais da Mocidade Mogiana: "Ao Comissão de Justiça e Finanças". 7) Projeto de Resolução do vereador Jose Antonio Coimbra: a) nos. 3/61, concedendo o titulo de cidadão paulistano ao Monsenhor Jose Jeronimo Baltieri: "A Comissão de Justiça"; b) nos. 4/61, concedendo o titulo de cidadão paulistano ao deputado Hugo Ramos: "A Comissão de Justiça"; c) nos. 5/61, concedendo o titulo de cidadão paulistano ao deputado Orpinio Araujo: "A Comissão de Justiça"; d) nos. 6/61, concedendo o titulo de cidadão paulistano ao deputado Miguel Jorge Nicolau: "A Comissão de Justiça". Encerrada a leitura do expediente, o n. presidente da a palavra ao vereador Helio Leite. O mesmo entra solicitar preceda a leitura de uma carta do deputado Orpinio Araujo, enviada ao n. Prefeito Municipal, dando noticias de um empenho e do trabalho desenvolvido no sentido de conseguir a instalação, em Paulista, da agencia do Banco do Brasil. Diz, em seguida, em apoio ao Exmo. Sr. Prefeito, a fim de que empenhe a nova administração estadual do Governo do Estado para atender aos moradores da zona rural, sempre desprotegidos e esquecidos. Diz, em seguida, estranhar o critério do governo do Estado na distribuição dos auxilios financeiros aos municipios. Diz que a cidade de Jaboticabal foi contemplada com um auxilio de Cr$ 7.000.000,00, para a execução do serviço de esgoto, ao mesmo tempo que Paulista nada recebe. Protesta, em seguida, contra a atitude arbitrária do Fiscal Geral Municipal, que não atende as reclamações dos municipes. Diz ao mesmo que o Fiscal Geral trata os municipes que o procuram com muita intolerancia e educação, e não da fama como vem fazendo, mandando-os muitas a ouvir pedidos de encontros em estradas municipais, alegando que poderá tratar do assunto só depois da exposição das animais. Solicita ao executivo que tome providencias enérgicas sôbre o assunto, a fim de que o referido funcionario proceda, no exercicio de seu cargo, com muita educação e atenção. Diz, em seguida, estranhar a atitude de um colega de vereança, que vem procurando intrigar e incompatibilizar a Câmara com a opinião pública. Diz que êsse vereador, tendo aceito um cargo, deveria desempenhá-lo, e não abandoná-lo com muito da responsabilidade. Afirma que, o colega a que se referia, vivia nas ruas e nas esquinas murmurando e criticando a atuação dos demais vereadores, mas não tinha a coragem de comparecer ao plenario para uma discussão democratica e franca debates os problemas do municipio. Convidado, pelo vereador Mauro Del Fiume, a declinar o nome do colega que vem criticando a Câmara nas esquinas, o edil Helio Leite aponta o nome do Sr. Valter Fontino

Pereira da Silva como o homem que vem dirigindo a Edilidade, atacando, na rua, seus companheiros de vereança, sem coragem de fazê-lo no plenário do Legislativo. Diz não ter nada de pessoal contra o Dr. Walter Faustino, mas que repele as acusações desse vereador de que a Câmara Municipal é medíocre, constituída de inferiores, o que não é verdade, pois a atual Edilidade não permitiria, como permitiu a Câmara passada, que o Município assinasse um novo contrato lesivo com Companhia Paulista de Fôrça e Luz, não concordaria com a execução do novo serviço de agua, como foi feito, e teria providenciado a desapropriação, na época oportuna, pela importância de Cr$ 122.000,00, do terreno dos Irmãos Monica, que iria custar, agora, quasi um milhão de cruzeiros. Diz, em seguida, que o novo serviço de agua foi feito de maneira onerosa, com pouco estudo e muita pressa, e que a administração passada errou pensando que os mananciais que abasteciam a cidade eram insuficientes, mas o que existia, conforme esclarecimentos de técnicos, era desperdício em excesso do líquido. Refere-se, também, ao fato de estar sendo dificultado o programa do executivo para a instalação do serviço de eletricidade nas vilas, pelo fato de ter sido assinado um novo contrato que dá só vantagens à concessionária e obrigações ao Município. Realça o fato de que o Partido Socialista não está administrando o Município, mas tem insistido junto ao chefe do executivo para que êste ponha, em execução, o programa administrativo traçado, principalmente a parte elaborada pela referida agremiação partidaria, cujos vereadores estão cumprindo, no Legislativo, o compromisso que assumiram com o povo. Afirma que, a bem da verdade, não foi facil, ao executivo, o primeiro ano de govêrno, à vista dos grandes encargos que lhe foram transmitidos pela administração passada. Fala, em seguida, o vereador Mauro Del Guerra, dizendo que também estranhava o fato de Pinhal não receber auxílio financeiro do Estado, o que talvez se deva à falta de pedidos insistentes do Prefeito. Cita o caso da planta da avenida marginal, que apesar de solicitada pelo Governador do Estado, não foi ainda encaminhada ao executivo estadual, motivo porque apelava novamente ao r. Antônio Costa para que tomasse essa providência e estudasse o assunto com atenção, pois a citada avenida é de grande importância para a passagem da rêde geral de esgôtos da cidade, embelezamento urbanístico e saneamento de uma zona da cidade que está inaproveitada. Diz, em seguida, que a Câmara passada se aprofundou no estudo do novo serviço de água juntamente com varios engenheiros, tendo inclusive sido feitas pesquisas para a abertura de poços artesianos, o que se verificou ser inviavel. Diz que a responsabilidade de o serviço não estar funcionando bem é dos engenheiros do Estado, que deviam ter fiscalizado a execução das obras e não o fizeram com acerto. Afirma que a agua que abastecia a cidade anteriormente era poluida até mesmo nas nascentes, sendo necessario o tratamento do líquido, o que levou a administração passada a realizar o novo serviço que aí está. Encerra suas considerações dizendo que as obras custaram 32 milhões de cruzeiros, mas que se fossem feitas hoje custariam 60 milhões de cruzeiros. O vereador Antonio M. Batista formula um requerimento, que é aprovado, propondo um voto de pesar pelo falecimento de dona Brasilisa Neves Vuolo, justifica a ausência, por força maior, de seu colega Agenor A. Peigo, agradece as congratulações ao jornal "A Gazeta", e dirige, por último, um apêlo à direção do Hospital "Francisco Rosas" para que consiga o reconhecimento, pelo Govêrno Federal, da Escola de Auxiliares de Enfermagem "Prof. Mauricio de Medeiros", e traga, novamente para Pinhal, a enfermeira Maria de Lourdes e a parteira Izabel Gonzalez Moro. Ninguem mais querendo usar da palavra, o r. presidente anuncia ir passar, em seguida, à ordem do dia, que se constitui do seguinte: 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 4/61, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a cessão de manancial à Escola Agrotécnica, com parecer da Comissão de Redação: "Aprovado". 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 12/61, do Prefeito Municipal, criando o cargo de Tratador de Agua, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos: aprovado. O vereador Antônio M. Batista requer, e o plenário aprova, a dispensa da redação final do projeto de lei nº. 12/61, a fim de ser encaminhado ao Prefeito, para a sanção devida. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 47/60, do vereador José A. Coimbra, dispondo sôbre a cobrança da taxa de conservação de estradas, com parecer favoravel da Comissão de Finança e com emenda do vereador Hélio Leite: aprovado o projeto com a respectiva emenda. Esgotada a matéria em pauta, passa-se à explicação pessoal. O vereador José F. Vuolo agradece o voto de pesar aprovado pelo plenário pelo falecimento de dona Brasilisa Neves Vuolo. O vereador José A. Coimbra diz que existia uma ponte, na estrada velha do matadouro, que foi demolida ha 8 meses, e não foi reconstruida até agora, apesar de insistentemente solicitada. Justifica, em seguida, as proposições de sua autoria, lidas no expediente, dizendo que o Marechal Cott muito ajudou a criação da agência de Pinhal do Banco do Brasil, sendo justo que o ilustre militar seja convidado para ser hospede oficial do Município. Diz, em seguida, que o projeto de lei nº. 16/61 visa conceder auxílio financeiro aos clubes da cidade que disputam o campeonato de futebol, pois têm grandes despesas com essa modalidade de esporte. Afirma que o Município deve incentivar a construção e funcionamento de novos hoteis na cidade, o que poderá se conseguir através da isenção de impostos, medida preconizada noutro

projeto de lei de sua autoria. Diz que Piribebi também deva participar dos jogos da amizade inaugurara, motivo porque apresentou um projeto de lei abrindo um credito especial de Cr$ 50.000,00 para ocorrer as despesas dessa participação. Justifica o projeto de lei que somente as pessoas dos vivos e dos motivos, dizendo que eram muito baixos. Diz, ainda, que a concessão do titulo de cidadão piribebense, a Imo. Sr. José Jerônimo Bottino Sociedade, passou de Piribebi há 18 anos, o deputado Miguel Jorge Nicolau, que encaminhou a instalação do Gonadus, ao deputado Aspino Araujo, que trabalhou pela criação da agencia do Banco do Brasil, e ao deputado Magid Chaib, piribebense de coração que muito tem trabalhado, e com dedicação, em favor do Piribebi, e uma medida de muita alto justiça. Inumerou mais quando usou da palavra, o sr. presidente diz estar satisfeito, pois o Piribebi, que a ponte na estrada velha do matadouro, reclamada pelo vereador José A. Coimbra, foi sido atendido reconstruida. Convoca os srs. vereadores para a reunião ordinária, a realizar-se um dia de 18 do corrente, e nada os trabalhos. proximo reunião ordinária, a realizar-se um dia de 18 do corrente, e nada os trabalhos. Um aguardo. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenulio de Mattos, secretario, a escrevi.

José Felippe Vicelo

Ata da 32. reunião ordinaria, do 2o. ano, da 4a. Legislatura, da Câmara Municipal de Piribebi, realizada em 15 de junho de 1961.

Presidencia do Sr. Pedro Peixoto

Secretariado por José Felippe Vicelo

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Piribebi, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Piribebi, às vinte horas, presidindo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Pedro Peixoto, Agenor Braga, Pedro A. Meirelles, Pedro Brito, José A. Coimbra, Pedro P. Fernandes e José F. Vicelo. Compareceu ao plenario e declarou dirigir-se ao seu lar, o vereador Antonio Carlos Guimarães. A de maio de 1961, compareceu assim sua cadeira, o vereador Antonio Carlos Guimarães. Presente numero legal, foi aberta a sessão. Feita leitura, aprovada e assinada a ata anterior, passou-se ao expediente, que constou do seguinte: I) Indicações: a) do deputado Emilio Carmo, comunicando haver apresentado emenda ao orçamento federal beneficiando a municipio de Piribebi: "Ciente. Agradeça-se"; b) do deputado Hebert Levy, agradecendo as congratulações que lhe foram enviadas pela Câmara: "Ciente. Arquive-se". 2) Pedidos: a) do Pedro Segundo dos Santos e Advogados, pedindo informações sobre o transporte de correspondencia para Piribebi: "Ciente. Arquive-se"; b) do Secretario Escolar Oliveira Fernandes, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento de sua esposa: "Ciente. Arquive-se"; c) do Serviço de Cooperação com os Municipios, comunicando que oportunamente será marcada data para uma audiencia dos vereadores com o sr. Governador: "Ciente. Arquive-se"; d) do Secretario da Viação deste Educação, comunicando que oportunamente será informado de quadro de Pessoal do Grupo Escolar "Dr. Almeida Virginio": "Ciente. Arquive-se"; e) do Pastor Pedro Evangelista do Col., solicitando sua recomendação para ocupar um cargo no 48. Grupo escolar, a ser construido nesta Vila Cultuando: "Ciente. Arquive-se. Logo a interessado deve aguardar oportunidade". 3) Indicações: a) do vereador José Antonio Coimbra: I) ver. 28/61, no sentido de o executivo passar para vereadores E diretores municipais: "Ao sr. Prefeito"; II) ver. 36/61, no sentido de ser regularizada, pelo executivo, a situação dos funcionarios da construção da ponte sobre o Rio de João Batista: "Ao sr. Prefeito"; b) do vereador José F. Vicelo: I) ver. 37/61, sobre a necessidade de ser utilizados varios maciços que se encontram na estrada de Pai-miniibas: "Ao sr. Prefeito"; II) ver. 38/61, no sentido de ser posto em execução a lei que regulamenta o estacionamento de veiculos na rua Senão de Mesta Paes: "Ao sr. Prefeito"; III) ver. 39/61, no sentido de serem mandados consertos pinamentos nas estradas municipais: "Ao sr. Prefeito"; c) do vereador Pedro Brito: I) ver. 30/61, sobre a necessidade de ser informado o passivo publico nas inundações do Vista Dona Benedita: "Ao sr. Prefeito"; II) ver. 31/61, no sentido de ser solicitada ao D.E.R., pelo executivo, a canalização do trânsito na Lomba matadouro: "Ao sr. Prefeito"; III) ver. 32/61, reguindo a melhoria da iluminação publica da avenida Ulisses dos Santos: "Ao sr. Prefeito". 4) Requerimentos: a) ver. 33/61, do vereador Romildo Miranda, solicitando 90 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente da Legenda"; b) ver. 34/61, do vereador Luiano Gil Guima, solicitando 6 meses de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente da Legenda"; c) do vereador José Antonio Coimbra: I) ver. 35/61, solicitando varias informações ao Delegado de Policia sobre o licenciamento de veiculos: "Oficie-se na forma solicitada"; II) ver. 40/61, solicitando a inserção na ata de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Tenente Pinto de Oliveira: "Aprovado"; III) ver. 41/61, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. Vicente Favoleano: "Aprovado"; d) do vereador Pedro Brito: I) ver. 42/61, no sentido de ser agraciado ao Governador do Estado solicitando a instalação da Faculdade de Medicina na cidade de Campinas: "Oficie-se na forma solicitada"; II) ver. 43/61, solicitando a transcrições na imprensa local, do teor de uma carta enviada pelo prefeito Pedro de Sousa ao locutor Gustavo: "Inexiste, nos termos do artigo 136, do Regimento Interno, os vereadores José Antonio Coimbra, José Felippe Vicelo e Silviano Rodrigues Lima da Mesta para escrever sobre as materias. III) ver. 44/61, no sentido de ser oficiado ao Hospital "Francisco Rosas" solicitando informações sobre o não recebimento de valores concedidos pelo Governo do Estado: "Oficie-se na forma solicitada"; IV) ver. 45/61, no sentido de ser oficiado ao Delegado de Policia local, solicitando varias providencias para ser regularizado o trânsito em Piribebi: "Oficie-se na forma solicitada". 6 encerrada a leitura dos

expediente, uma da palavra o vereador Hélio Brito, que diz estar autorizado, pela sr. Hélio Simões Soares, a participar que este se prontificou a fazer doação de dois lotes de terreno, na Vila Cuteuzinho, para a construção do 4º. grupo escolar de Pinhais, motivo porque requeria fosse oficiado ao referido senhor agradecendo sua boa vontade em colaborar com a publica administração. Sobre um requerido, o Centro de Pinhais Social, que vem interessando a municipalidade para a criação de uma escola de iniciação agrícola. Aprovado. Ainda, em seguida, que a idéia da construção de um grupo escolar na Vila Cuteuzinho não é nova, mas que o P.S.D. tratou de assunto, passando-o às autoridades a municipalidade da obra, e prendendo-se a um levantamento do número de crianças existentes naquele populoso bairro. O vereador Agnelo Puiggi se associa aos votos de pesar aprovados pela primeira vez neste tempo que naquela ocasião, mas ora, de maiores votos de pesar, pelo falecimento de dona Lady Ramacciotti Bittencourt e José Mendes de Souza, requerendo a designação de uma comissão para se fazer representar nos funerais deste último. Diz, em seguida, que Pinhais ficará muito sem o vereador Joaquim Nogueira, motivo por que lavrava o seu protesto contra a atitude do Governador do Estado, que pensou a renúncia tem concedido à nossa terra. Diz que o Pinhais devia reivindicar, como compensação, a instalação, no município, de uma escola de grau superior, uma Escola de Veterinária ou uma Faculdade de Filosofia. Congratula-se, em seguida, com os docentes do Instituto de Educação "Caetano Munhoz da Rocha", pela nota distribuída à imprensa de São Paulo desaprovando a anunciada greve dos professores secundários. Requer, em seguida, a inclusão, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com a vereadora da "A Gazeta", de São Paulo, Guinnicide Xirmi, que completou 40 anos de jornalismo. São aprovados, em seguida, os dois requerimentos de votos de pesar e o voto de congratulações solicitados pelo vereador Agnelo Puiggi. O vereador Cleto P. Fernandes associa-se, em nome do P.S.B., aos votos de pesar aprovados pelo plenário. Diz, em seguida, ter sido informado por um vereador do P.S.D. de que o Governo do Estado irá providenciar dos fundos da Inspetoria São Jorge estrada conducente o afastamento do acesso à cidade. Agnelo ao mesmo que os políticos digam, na próxima eleição, um Governador que olhe para os municípios não como fontes de renda, mas sim como células do Estado, um Governador que faça funcionar novamente o canal Juca de Pinhais, o que será uma realidade se o atual chefe do executivo estadual não mandar encanar os trilhos, o que deve ser impedido pelos pinhalenses. O vereador José A. Coimbra diz, em seguida, que os srs. vereadores Diogo Vicente Travassos e Alvaro Pereira de Oliveira foram integrantes do diretório do P.S.P., motivo por que se justificava a homenagem tributada a ambos pelo plenário. Congratula-se, em seguida, com o ex-prefeito Jurandir Kubitzkeski de Oliveira pela sua eleição, em 4 de junho, para o cargo de vereador. Comunica, em seguida, os termos de um artigo publicado pelo jornal "A Folha", de autoria do seu colega Antonio Carlos Imaniuski, que se entusiasmou pelo aparamento. Afirma que o seu colega Imaniuski não apuniram, em quatro anos de mandato, nenhum projeto de lei, estando sempre ausente da cidade e principalmente da Câmara, pois raramente compunha as sessões, motivo pelo qual desconhecia o que vem ocorrendo no Legislativo. Diz que os deputados da U.D.N., que receberam 642 votos em Pinhais, nas eleições, nada fizeram em benefício da cidade, ao passo que o deputado Clepio Araujo conseguiu a criação da agência do Banco do Brasil, sem ter, no município, qualquer influência local, pois exerce o mandato no Estado de Goiás. Diz que o deputado Magid Cabaia tem trabalhado muito em favor da cidade, tendo conseguido a construção do novo prédio do Instituto de Educação, o afastamento do trilho rodoviário, diz do da rodovia estadual com acesso a Pinhais, a criação do 4º. grupo escolar e a construção do prédio da Casa da Lavoura. Afirma, em seguida, que o deputado Miguel Jorge Nicolau conseguiu a criação e a instalação, em Pinhais, de um Posto de Puericultura, instituição que vem beneficiando, e muito, as classes pobres. Referindo-se ao vigário da paróquia, afirma que recentemente José Jerônimo Pacheco Teixeira é digno de toda a loa e louvores, tendo aumentado o patrimônio paroquial e o número de associações religiosas, fazendo-se credor da estima e da admiração de todos. Diz, em seguida, que votou contrariamente à aprovação do projeto de lei que dava a denominação de Manoel Carlos Gonçalves ao prédio da estação de tratamento de água por julgar que o mesmo não foi bem feito, não estava concluído, e o muitado ai está, com taxas pesadas e o povo particularmente sem agua em abundancia, fruto da má administração do ex-prefeito e da falta de fiscalização da ex-Câmara de Vereadores. Comenta mais considerações dizendo que nas obras do novo serviço de agua, numa vistoria que pedira em fins de 15 dias, por um trator, foram encontrados 60 homens, durante 6 horas, e o que é ainda, por um trator, foram encontrados 60 homens, durante 6 horas, e o que é ainda mais lastimável, pois a Prefeitura possuia, naquela época, um trator novo. O vereador Antonio Carlos Imaniuski diz que se a Câmara aprovar os projetos de nacionalização dos vereadores Coimbra, dando a varias pessoas o título de cidadão pinhalense, estará pisando uma injustiça homenagem, pois apenas o vigário do paróquia, uma senhora francesa, nunca tão alta homenagem, não ficando bem misturar o padre com deputados que nada fizeram, o que ouviu até mesmo inverdades, diz que o povo repudiava e manifestava mesmo a mais veemente repulsa ao Legislativo se isto, mesmo ato impensado, aprovasse os projetos de nacionalização dos vereadores Coimbra, dando o título de cidadão pinhalense a varios deputados. Afirma que muito mais merecimento tem o sr. Hélio Pinheiro, presidente da Câmara, que tem mais de 40

ques vem trabalhando em favor do bem comum, tanto na sua vida pública, onde ocupou importantes cargos, como na vida profissional, como advogado brilhante e talentoso, sempre digna dos louvores e dos encômios, e principalmente na defesa do direito e da justiça. Ninguem mais queria usar da palavra, e o sr. presidente designou os vereadores Yoshi F. Saeki, José Rodrigues Coimbra e Antônio C. Mancinelli para apresentarem a Câmara Municipal seus funerais do sr. A. Coimbra e Antônio C. Mancinelli para apresentarem a Câmara Municipal seus funerais do sr. Yoshimada de Oliveira, Passa-se, em seguida, à ordem do dia, que se constituiu do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 47/60, do vereador Yoshi A. Coimbra, dispondo sôbre a cobrança da taxa de conservação de estradas municipais, com parecer da Comissão de Redação: aprovado. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 18/61, do Prefeito Municipal, autorizando o executivo a ceder direito fisiocratico do govêrno do Estado para o município, estabelecendo

Ata da 42. sessão extraordinária, do 2º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 15 de junho de 1961.

Presidência do Sr. Átilio Pinheiro

Secretariada por José Felippe Vicente.

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 73. sessão ordinária e com a presença dos nove vereadores, foram abertos os trabalhos, passando-se, incontinenti, à ordem do dia, que constou do seguinte: Item único. - Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 12/61, do Executivo Municipal, autorizando o executivo a pedir auxílio financeiro do Governo do Estado para a construção de vários pontos, com pareceres favoráveis das Comissão de Justiça e Finança: aprovado. O vereador Átilio Brito Aguiar, e o plenário aprova, a dispensa da redação final, a fim de que o projeto de lei nº. 12/61 seja encaminhado ao sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente marca os trabalhos, convocando os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 20 de julho, após o término dos feriados legislativos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Em, Plenário de Pinhal, reunidos, a sessão. Átilio Pinheiro. José Felippe Vicente.

Ata da 53. sessão extraordinária, do 3º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 30 de junho de 1961.

Presidência do Sr. Átilio Pinheiro

Secretariada por José Felippe Vicente

Aos trinta dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às dezenove horas, presidente-se à chamada dos srs. vereadores, verificando-se a presença dos seguintes: Átilio Pinheiro, Átilio d'Arcadia, Agnor Puiga, Antonio Batista, Átilio Giardini, Átilio Brito, José A. Gomes e José F. Vicente. Havendo número legal, foi aberta a sessão. O sr. presidente designa o vereador Átilio Giardini, Agnor Puiga e Átilio d'Arcadia para, em comissão, introduzirem no plenário os suplentes Waldir Puig e Pulmualmiglio, o que é feito, prestando êstes o compromisso regimental, após o que são declarados empossados. O sr. presidente declara haver convocado a sessão extraordinária que estava se realizando a fim de que a Câmara tomasse conhecimento, com urgência, da seguinte matéria encaminhada pelo sr. Prefeito Municipal, cuja leitura é feita pelo sr. secretário: 1) Mensagem nº. 11/61, encaminhando o projeto de lei nº. 30/61, dispondo sôbre doação de imóvel ao departamento dos Correios e Telégrafos, para a construção de prédio próprio. 2) Mensagem nº. 12/61, encaminhando o projeto de lei nº. 31/61, autorizando a doação de terreno ao Govêrno do Estado, para a construção de novo prédio destinado ao funcionamento do Grupo Escolar "Dr. Alcidade Cesar". Ambos os são considerados objeto de deliberação, sendo despachados pelo sr. presidente às Comissões de Justiça e Serviços Públicos. Em seguida o sr. presidente consulta os integrantes das referidas Comissões, indagando se estavam em condições de exarar pareceres sôbre a matéria, que era de natureza urgente. Tendo as Comissões, feitas suas ponderações, respondido afirmativamente, o vereador Agnor Puiga requer a prorrogação dos trabalhos pelo prazo de 15 minutos, para estudo da matéria. O sr. presidente concede e o vereador Waldir Puig para, nos termos regimentais, integrar a Comissão de Obras e Serviços, e em seguida suspende os trabalhos. Decorrido o prazo de 15 minutos, são reabertos os trabalhos, passando-se à discussão e votação da ordem do dia, constituindo dos projetos de lei de nos. 30/61 e 31/61, ambos com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos. O projeto de lei nº. 30/61 foi aprovado por unanimidade, e o de nº. 31/61 teve contra a sua aprovação apenas o voto do vereador Waldir Puig. Esgotada a matéria em pauta, o sr. presidente anuncia ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Agnor Puiga diz ter votado favoràvelmente aos dois projetos de lei que tratam ambos de matéria de interesse para a cidade, porque o interesse de cheffe do executivo em conseguir a construção de prédios públicos no Município, assim que o mesmo está escolhendo uma planta que se adapte ao terreno da Praça Vicente de Freitas Guimarães, onde terá sòbrio mas magnífico prédio que muito embelezará aquele local. Congratula-se, em seguida, com os ilustres da U.D.N., srs. Pedro Pulmualmiglio e Waldir Puig, nossos expoentes, com mais amigos frustados à cidade e que defenderão na Câmara os interesses do Município. O vereador Waldir Puig diz que a Praça Getúlio Vargas vai ser destruída com a construção do prédio da Casa da Lavoura; o Largo São Benedito foi mutilizado com a construção do edifício da Casa da Criança; a Praça Candido Rodrigues vai desaparecer com a construção do prédio dos Correios e Telégrafos, afirma que o executivo não devia nem pensar em destruir também a Praça Vicente de Freitas Guimarães, mas devia se esforçar para conseguir a construção do prédio do grupo escolar no mesmo terreno onde vem ele funcionando atualmente, na Praça Candido Rodrigues. Em uma suas considerações disse que a Câmara não concorda com a planta do novo edifício e um a que vai ser utilizada pelo Estado, motivos esses que contribuiram para que o Sr. Prefeito, voltasse contra a

aprovação do projeto de lei nº. 21/61, e ao mesmo tempo dizendo que os vereadores do U.D.N. pretendem entrar em entendimento com a administração municipal, não fazendo oposição sistemática, mas trabalhando solidariamente com a administração municipal, não fazendo oposição sistemática, mas trabalhando solidariamente com os colegas da maioria. O vereador Flávio Leite diz que antes de estudarem um entendimento com os colegas da maioria. O vereador Flávio Leite diz que antes de estudarem um entendimento com os colegas da maioria. O vereador Flávio Leite diz que antes de estudarem um a mudança, era contrário à construção de um grupo escolar na Praça Visconde de Indaiatuba, uma a mudança, era contrário à construção de um grupo escolar na Praça Visconde de Indaiatuba, uma a mudança, era contrário à construção de um grupo escolar na Praça Visconde de Indaiatuba, uma vez que, porém, posteriormente chegou à conclusão de que o novo edifício, um estilo moderno, vez que, porém, posteriormente chegou à conclusão de que o novo edifício, um estilo moderno, vez que, porém, posteriormente chegou à conclusão de que o novo edifício, um estilo moderno, iluminação

tuirem a comissão na forma requerida"; IV) nº. 50/61, solicitando a inclusão, na ordem do dia da próxima sessão ordinaria, de cinco projetos de lei de sua autoria: "Aprovado. Inclua-se na ordem do dia da proxima sessão ordinaria as proposições relacionadas no requerimento:"; b) nº. 51/61, do vereador Helio Leite, no sentido de ser oficiado ao Ministério do Trabalho solicitando sejam aumentados os vencimentos dos funcionarios do Saudu: "Oficie-se na forma solicitada". 4) Projetos de lei: a) nº. 22/61, do Prefeito Municipal, autorizando o Municipio a obter financiamento junto à Caixa Econômica Estadual para a aquisição de uma motoniveladora: "Ás Comissões de Justiça e Finança"; b) nº. 23/61, do vereador Agenor Peigo, declarando de utilidade pública uma faixa de terreno necessária ao prolongamento da rua Capitão Alberto Florence: "Ás Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos"; c) nº. 24/61, do vereador José F. Vuolo, declarando de utilidade pública uma area de terreno localizada na Chácara Rosas, para a construção de um parque municipal: "Ás Comissões de Justiça, Finança e Serviços Publicos. Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente anuncia ir passar à Ordem do Dia. O vereador José A. Coimbra formula um requerimento, que é aprovado pelo plenario, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão dos 7 itens constantes da Ordem do Dia, ao mesmo tempo que requer a suspensão dos trabalhos por 15 minutos, a fim de que as Comissões elaborem parecer sôbre o projeto de lei nº. 22/61, do Prefeito Municipal, que trata de matéria urgente. O sr. presidente suspende os trabalhos por 15 minutos. Decorrido esse prazo são reabertos os trabalhos, declarando o sr. presidente ir passar à Ordem do Dia, que constava, agora, de um unico item, a saber: Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 22/61, do Prefeito Municipal, autorizando o Municipio a obter financiamento junto à Caixa Econômica Estadual para a aquisição de uma motoniveladora, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. Ninguem querendo usar da palavra em explicação pessoal, o sr. presidente convoca uma nova sessão extraordinaria, a realizar-se logo em seguida, para apreciar, em 2ª. discussão, o projeto de lei nº. 22/61. Em seguida encerra os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a escrevi.

Alcides Pinheiro
José Felippe Vuolo

Ata da 8ª. sessão extraordinaria, do 2º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 21 de Julho de 1961.

Presidência do Dr. Abílio Pinheiro
Secretariada por José F. Vuolo.

Aos vinte e um dias do mês de Julho de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 7ª. sessão extraordinaria, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Pinheiro, Adelio D'Arcadia, Agenor A. Peigo, Antônio M. Batista, Atilio Giardini, Helio V. Leite, José A. Coimbra, José F. Vuolo e Silviano R. L. Motta. Havendo numero legal, foi aberta a sessão. Não havendo expediente a ser lido, passou-se imediatamente à Ordem do Dia, que constou do seguinte: Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 22/61, do Prefeito Municipal, autorizando o Municipio a obter financiamento junto à Caixa Econômica Estadual para a aquisição de uma motoniveladora, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. O vereador Agenor A. Peigo requer, com a aprovação do plenário, que o projeto de lei nº. 22/61 seja dispensado da redação final, o que é feito, determinando o sr. presidente a remessa do mesmo ao sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida. Passa-se à explicação pessoal. O vereador Helio Leite diz que o chefe do executivo explicou, verbalmente, aos vereadores, que as firmas vendedoras de motoniveladoras deverão subir os preços das maquinas dentro de poucos dias, motivo por que houve necessidade da aprovação urgente do projeto de lei nº. 22/61. Afirma que o sr. Prefeito submeterá à apreciação da Câmara, no momento oportuno, o plano para a compra de uma motoniveladora, devendo ser escolhida a melhor marca pelo preço mais conveniente. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente convida os srs. vereadores para uma visita, no próximo domingo, dia 23, às 14 horas, ao Colégio Divino Espirito Santo, localizado na Vila Moreira, a fim de que os integrantes da Câmara Municipal conheçam melhor êsse educandario. Em seguida encerra os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a escrevi.

Alcides Pinheiro
José Felippe Vuolo

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Pinhal, realizados em 17 de agosto de 1961.

Presidência do Dr. Abílio Pinheiro

Aos dezessete dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Pinheiro, Agenor Agostinho Peigo, Célio Porto Fernandes, Helio Vergueiro Leite, José Antônio Coimbra Filho, Rubens Marinelli e Waldir Peres. Não havendo numero legal, para a abertura dos trabalhos, mas estando presentes sete vereadores, o sr. presidente de-

clara aberta a determinei fosse lida, de acordo com o artigo 85 do Regimento Interno, a leitura do expediente que não dependia de voto da Câmara, e que constava do seguinte: 1) Ofício: a) do vereador José Felippe Vuolo: I) nr. 32/61, no sentido de ser colocada uma placa de doação; b) do vereador Waldir Puig, solicitando a ampliação da iluminação pública na rua Barão de Iguatemi Paes: "Ao sr. Prefeito"; II) nr. 34/61, sôbre a necessidade do executivo intimar junto à Viação Paiaccchi S/A, para que os ônibus dessa emprêsa passem pela Praça Dr. Leonardo, pois muitos um dos residentes: "Ao sr. Prefeito"; b) para passar pela Praça Dr. Leonardo, pois muitos um dos residentes: "Ao sr. Prefeito"; b) nr. 35/61, do vereador Waldir Puig, reiterando ao executivo que estude o aproveitamento e industrialização do lixo coletado na cidade: "Ao sr. Prefeito". 2) Requerimento nr. 32/61, do vereador Hélio Leite, no sentido de ser solicitado, ao Prefeito diga Presidente da República, um auxílio financeiro para o Hospital "Francisco Bezzan" de Pinhal: "Oficie-se na forma solicitada". 3) Telegramas: a) do deputado Emília Pinto, comunicando ter incluído no orçamento federal para o próximo exercício uma verba de Cr$100.000,00 para a Santa Casa de Misericórdia de Pinhal: "Muito Agradeço". b) do ministro do Trabalho, comunicando sôbre a Comissão de Pinhal: "Muito Agradeço". Em seguida foi lido o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça sôbre o projeto de lei nr. 32/61, de autoria do vereador Hélio Leite, que dispõe sôbre a concessão de auxílio financeiro para o Hospital "Francisco Bezzan" de Pinhal. Em discussão o projeto, usaram da palavra os vereadores: Hélio Leite, Waldir Puig, Antonio Coimbra, José Felippe Vuolo, Waldir Puig, Hélio Leite

nifestasse com tôda independência. Convida, em seguida, o sr. Glauco Mondadori, vice-prefeito municipal, para tomar assento junto à Presidência, o que é feito. Usa da palavra, em seguida, o vereador Helio Leite, que diz estar a Câmara reunida com o intuito sagrado de participar do sentimento que invade tôda a Nação, em defesa da Constituição, que dá a tôdos o direito da palavra livre, da locomoção, da liberdade. Afirma que logo no início da crise provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, entendeu, juntamente com o presidente Abílio Pinheiro, que Pinhal não poderia deixar de manifestar-se em defesa da Constituição e da preservação do regime democratico. Diz levar o aplauso pessoal ao sr. Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, que em boa hora tomou uma atitude de desassombro e coragem, não pregando uma revolução, mas sim incentivando a Nação a defender a legalidade e a Constituição. Aplaude, também, a atitude do deputado Sérgio Magalhães, pelo propósito manifestado de não dar andamento a nenhuma emenda modificando a Constituição. Louva, também, a posição adotada pelo operariado, pelos estudantes e pelo povo em geral, em defesa da lei e da Constituição. Encaminha à Mesa, em seguida, um requerimento solicitando seja enviado ao Senado, à Câmara Federal e ao Presidente da República, uma representação manifestando a confiança de que o Congresso Nacional, no caso da Presidência da República, há de encontrar uma solução sem violentar os preceitos legais, preservando o regime e as franquias democraticas. O vereador Coimbra Filho diz, na qualidade de representante do P.S.D., que a Nação corre o perigo de ver implantada uma ditadura militar, havendo necessidade de uma reação a fim de que a Constituição seja cumprida e o sr. João Goulart empossado no cargo de presidente da República. Afirma que o país atravessa momentos de grande tristeza e que a crise que ameaça as instituições democraticas precisa ser debelada. Diz que as forças do III Exército, sediadas no Sul, são legalistas, e indaga, das demais existentes no país, o que são. Requer, encerrando suas considerações, que a Câmara Municipal continue reunida em sessão permanente, e a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com o Governador do Estado de São Paulo e o Presidente da Assembleia Legislativa, pela atitude de ambos em defesa da legalidade. O vereador Célio Porto Fernandes diz que em 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas, a Nação mergulhou no cáos político e financeiro, e que agora, decorridos 7 anos, sem razões plausíveis, o presidente Jânio Quadros renuncia, deixando o país ameaçado por uma guerra civil. Afirma que a censura em vigor não permite que se consiga informação completa e certa sôbre a real situação do país, mas o seu ponto de vista é de que a Constituição deve ser mantida e empossado, no cargo de presidente da República, o sr. João Goulart, muito embora lhe faça varias restrições, mas acima de tudo deve ser respeitada a vontade popular que o guindou a êsse alto posto, dentro das normas constitucionais. Ninguem mais querendo usar da palavra, são postos em votação, sendo aprovados por unanimidade, os requerimentos dos vereadores Helio Leite e Coimbra Filho. Em seguida o sr. presidente se solidariza com a Câmara nêsse instante de trevas para a Nação, e dirige um apêlo a São Paulo e ao Governador Carvalho Pinto para que se manifestem claramente em favor da legalidade e da preservação do regime. Relembra a atitude dos heróis de 1932 que derramaram o sangue em defesa dos ideais democraticos e repele, com veemência, a emenda parlamentarista, que vem sendo imposta pela fôrça da espada, contra a vontade popular, ameaçando a intangibilidade do govêrno democrático e procurando rasgar a Constituição. Relembra a figura épica, gloriosa e impressionante de Pedro de Toledo, que comandou o povo para dar uma Constituição ao Brasil. Tece, com palavras vibrantes, eloquentes e calorosas, um hino de glória e exaltação a São Paulo, e encerra suas considerações manifestando a confiança de que a Constituição Federal será preservada e respeitada. Comunica, em seguida, que a Câmara Municipal permanecerá em sessão permanente até que a crise política esteja superada. Agradece a presença dos vereadores e do povo em geral e suspende os trabalhos. Aos vinte e um dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e um, às vinte horas, sob a presidencia do vereador Abílio Pinheiro, são reabertos os trabalhos. O sr. presidente declara que, tendo sido superada a crise política-militar e assumido a presidência da República o sr. João Goulart, não mais havia necessidade da Câmara Municipal prosseguir reunida em sessão permanente, motivo por que encerrava os trabalhos naquele instante. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mellor, secretário, a escrevi.

Abílio Pinheiro
José Felippe Vuolo

Ata da 10ª sessão extraordinaria, do 2º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 22 de setembro de 1961.

Presidência do Dr. Abílio Pinheiro
Secretariada por José Felippe Vuolo

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Pinheiro, Adélio D'Arcadia, Agenor A. Puigo, Antonio M. Batista, Célio P. Fernandes, Helio V. Leite, José A. Coimbra Filho e José Felippe Vuolo.

Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte: 1) Mensagem do Prefeito Municipal, nº. 17/61, encaminhando projeto de nº. Pirajibe Tenor Leite para a reorganização dos serviços municipais: "Às Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos". 2) Requerimentos: a) nº. 54/61, do vereador Jesuíno Tenório, solicitando providências da Diretoria da Agricultura para pulverização de pixixe no Rio Mogi-guaçu: "Aprovado"; b) nº. 55/61, do vereador Antônio C. Imaimbi, solicitando 10 lugares de lixeira: "Concedida a Finança. Convoque-se o respectivo suplente"; c) nº. 56/61, mesmo de lixeira: "Concedida a Finança. Convoque-se o respectivo suplente"; d) nº. 57/61, do vereador Coimbra Filho, congratulando-se com o Ministro Lacerda Neves: "Aprovado"; e) nº. 58/61, do vereador Coimbra Filho, congratulando-se com o Marechal Lott: "Aprovado"; f) nº. 59/61, do vereador Félix Leite: I) nº. 58/61, solicitando várias informações ao executivo sôbre o mercado municipal: "Ao nº. Prefeito"; II) nº. 59/61, protestando contra a Companhia Paulista de Força e Luz junto ao Ministério de Minas e Energia: "Aprovado"; III) nº. 60/61, congratulando-se com a Diretoria do Banco Brasileiro de Descontos S/A.: "Aprovado"; IV) nº. 61/61, congratulando-se com o Presidente da República, nº. João Goulart: "Aprovado"; V) nº. 62/61, solicitando ao Governo do Estado a aplicação da vacina Salk nas crianças de Pirassununga: "Aprovado"; VI) nº. 63/61, no sentido de se oficiar ao Senado da República pedindo a aprovação da emenda constitucional que favorece os municípios: "Aprovado"; VII) nº. 64/61, pedindo ao Ministro da Saúde que não permita o fechamento da Escola de Auxiliares de Enfermagem "Prof. Mauricio de Medeiros": "Aprovado". 3) Projetos de Lei do Prefeito Municipal: a) nº. 58/61, dispondo sôbre concessão de auxílios: "Às Comissões de Justiça, Finança"; nº. 26/61, abrindo crédito suplementar a diversas verbas do orçamento: "Às Comissões de Justiça e Finança"; c) nº. 27/61, orçando a receita e fixando a despesa do município de Pirassununga para o exercício de 1962.: "Às Comissões de Justiça e Finança". Concedida a palavra ao vereador Félix Leite, usando da palavra, protesta contra a atitude da Companhia Paulista de Força e Luz, que, aproveitando-se das cláusulas de um contrato lesivo ao Município, aprovado na legislatura passada, vem abusando da paciência do povo pirassununguense, não dando satisfações aos pedidos que êles não encaminhados, e quando se dispõe a atendê-los, pede preços absurdos. Disse, em seguida, que apelo ao Prefeito Municipal no sentido de que os funcionários que lá trabalham respeitem o horário instituído para atendimento do povo, pois vários munícipes que estiveram naquela repartição, principalmente da zona rural, no horário das 10 às 10,15 horas, não puderam ser atendidos pelo fato de os médicos já terem ido embora, quando o horário de funcionamento é das 8 às 11 horas. Pugna, em seguida, sendo aprovado, um voto de pesar pelo falecimento do menino Cássio Roberto, filho do nº. Henrique Lemos, vitimado por um acidente automobilístico. O vereador Coimbra Filho pronunciou, em seguida, um longo discurso, exaltando as figuras daqueles que contribuiram para a consolidação do regime democrático, louvando os estadistas, tecendo considerações sôbre a personalidade do novo presidente da República, nº. João Goulart, diz de sua confiança no progresso e prosperidade do Brasil, exalta o patriotismo do nº. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, e, enquanto, tudo a Câmara aprovado, um voto de congratulações com os dois paulistas ilustres do Ministério, srs. André Franco Montoro e Hélio Guimarães, e também que a Solidade oficiasse à Câmara Municipal de Andradas, pedindo-lhe que homenageie o sobrinho Francisco Álvaro Bueno de Paiva, vice-presidente da República em 1920, cujo aniversário de nascimento ocorreu em 17 do atualdo de 1961. O vereador Agnaldo Prego, em seguida aprovados, dois votos de pesar, pelo falecimento de dona Maria de Azevedo Florence e nº. Luiz Muccati. Diz, em seguida, que não pôde estar presente à sessão permanente da Câmara, durante os dias de crise política-militar, mas manifestava, naquele instante, seu ponto de vista favorável à posse do vice-presidente da República, nº. João Goulart, no regime presidencialista. Dizendo não acreditar que existam brasileiros que não queiram bem o Brasil, concluiu o assunto afirmando que apesar da Constituição ter sido rasgada e truncada, não houve mutilação, pois tudo foi resolvido sem o derramamento de sangue. Justifica, em seguida, a atitude adotada da Câmara anterior, que autorizou a assinatura de um novo contrato com a concessionária do serviço de eletricidade, pois com isso vários vícios foram eliminados, o que demonstra que os vereadores agiram com patriotismo. Diz que um e outro é vereador pode com a Companhia Paulista de Força e Luz, e que o Município é escravo dessa empresa americana. Pedem medidas drásticas do Prefeito a fim de obrigar a concessionária a retirar dois postes que estão atrapalhando o asfaltamento da estrada de rodagem, pois só tal não for providenciado, os postes devem ser demolidos e a Companhia Paulista de Força e Luz responsabilizada, visto que o Município não pode ficar agradando e entretanto que venha uma planta, que está sendo feita nos Estados Unidos, para depois ser feito o enxêrto. Diz que há tempos as lâmpadas colocadas nos postes situados no acêsso ao Asilo estão queimadas, a concessionária está roubando o consumo da Prefeitura, sem substituí-las

por outras boas, outra ingulavidade que reclama providências drásticas do sr. Prefeito. Ninguem mais queundo usar da palavra, o sr. presidente passa à Ordem do dia, que se constitui do seguinte: 1) discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 43/60, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre a cobrança da taxa de conservação de estradas municipais, com parecer da Comissão de Redação: aprovada a discussão por uma vez, a requerimento do vereador Antônio Im. Batista, depois do vereador Élio Porto Fernandes ter se manifestado contrário ao projeto, classificando-o de demagógico e lesivo ao município. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 19/61, do vereador Coimbra Filho, declarando de utilidade pública a Associação de Assistência Social aos Tuberculosos de Piraí, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Serviços Públicos e Higiene: aprovado. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 9/61, do vereador Coimbra Filho, criando a Comissão Municipal de Carnaval, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado. O vereador Coimbra Filho requer, e o plenário aprova, a dispensa da redação final dos projetos de lei de nos. 19/61 e 9/61. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 10/60, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre a cessão de terreno para a construção de sede própria para o Tiro de Guerra 229, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado o substitutivo. 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 17/61, do vereador Coimbra Filho, abrindo crédito especial para ocorrer às despesas dos Jogos Regionais da Imbiá Imaginária, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: rejeitado o projeto. 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 25/61, do vereador Coimbra Filho, concedendo isenção de impostos para a construção de hoteis, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emenda da primeira: aprovado o projeto e a emenda. 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 14/61, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre aumento de pensões, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e com substitutivo da Comissão de Finanças: aprovado o substitutivo. 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 16/61, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre concessão de auxílio financeiro a clubes esportivos, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: rejeitado o projeto. O vereador Coimbra Filho requer, e o plenário aprova, a prorrogação dos trabalhos por mais uma hora. 9) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 23/61, do vereador Attilio Giandini e outros, dispondo sôbre isenção da taxa d'água, com pareceres contrários das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos e substitutivo do vereador Coimbra Filho: rejeitados o projeto e o substitutivo. 10) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 8/61, do vereador Coimbra Filho, concedendo auxílio ao Bombeiro, com substitutivo da Comissão de Justiça e parecer contrário da Comissão de Finanças: aprovado o substitutivo. 11) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 10/61, do vereador Coimbra Filho, instituindo o concurso de ingresso e ringresso no magistério municipal, com pareceres favoráveis e emendas da Comissão de Justiça: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Élio P. Fernandes. 12) discussão e votação única do recurso formulado pelo sr. Jorge Yosi, contra o lançamento da taxa d'água, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: aprovados os pareceres e negado provimento ao recurso. 13) Discussão e votação única do requerimento nº. 43/61, do vereador Élio Brites, solicitando a transcrição, na imprensa, de uma carta do prefeito de Brasília, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado o requerimento. Esgotada a matéria em pauta, passa-se à explicação pessoal. O vereador Élio Porto Fernando diz que numa sessão passada a Câmara aprovou o aumento das tarifas de energia elétrica porque um Piraiá estavam sofrendo as mais baixas do Estado, e se assim foi feito os lamos ficariam sem luz. Diz que para não prejudicar os lamos a Câmara autorizou o aumento das tarifas, porem, a concessionária local está abusando e exorbitando, é necessário que o prefeito tome providências urgentes, urgentíssimas e judiciais, inclusive, pedir publico tome providências urgentes, urgentíssimas e judiciais, inclusive, pedir publico tome providências urgentes, urgentíssimas e judiciais, publicas

mumo a S. Excia. que é vereador da situação. Diz que o Prefeito manda apuros para mandar, mas que não tem autoridade, e que na Prefeitura falta um chefe do executivo que tenha um pulso forte para bem administrar. O vereador Coimbra Filho associa-se ao voto de pesar pelo falecimento do mumo Cassio Roberto Munno, agradece a colaboração dos atletas comunto do mumo Cassio Roberto Munno, agradece a colaboração dos atletas que participaram dos jogos da mídia mogiana, afirma que o auxílio que propôs fôsse concedido aos clubes esportivos era justo, diz que os fogueteiros têm compromissos com o povo e que não devem fugir. Na Câmara apoiados dizendo amem ao Prefeito e tendo mumos a ruas da cidade, mas devem, isto sim, apontar a responsabilidade com o executivo, devem denunciar, como S. Excia. vem fazendo, que a lei é igual para todos, e que ela não faz a distinção que o Prefeito um ponto na prática na Colônia da taxa d'água. Ninguem mais gumido usar da palavra, o sr. presidente dirige um apelo aos srs. vereadores para que compareçam a todas as sessões da Câmara Municipal, convoca-os para a próxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 5 de outubro vindouro, e manda os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Jetumlino de Queiroz Antonio, a escrevi.

Julio Queiroz

José Felippe Vicente

Ata da 8ª. Sessão ordinária, do 2º ano, da 4ª. Legislatura,
da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 19 de outubro de 1961.
Presidência do Sr. Abílio Pinheiro
Secretariada por José Felippe Vicente

Aos dezenove dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Pinheiro, Adílio de Arcadia Antônio Medeiros Baptista, Hélio Vergueiro Leite, José Antônio Coimbra Filho, José Felippe Vicente Milton Bernardes Farias e Ruberns Mazzinelli. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Passou-se à leitura do expediente, que constou do seguinte: 1) Cartões das Famílias Del Guerra e Henrique Munis, agradecendo os votos de pesar enviados pela Câmara Municipal: "Arquive-se". - 2) Telegramas dos srs. João Goulart e Tancredo Neves, agradecendo as congratulações da Câmara Municipal: "Arquive-se". - 3) Telegrama do Senador Auro Moura Andrade, acusando recebimento de correspondência da edilidade Pinhalense: "Arquive-se". 4) Telegrama do Senador Lino de Matos, solicitando apôio à emenda constitucional 1-A/59: "Atender, na forma solicitada". 5) Ofício da Secretaria da Saúde, comunicando que oportunamente será feita em Pinhal, a vacinação Sabin: "Ciente. Arquive-se". - 6) Requerimento: a) do vereador Hélio Leite:- Nº. 65/61, no sentido de ser oficiado ao ator cinematográfico Tom Curtis, convidando-o para visitar Pinhal e adquirir aqui uma propriedade agrícola: "Aprovado". - II) Nº. 66/61, para ser oficiado ao Senado solicitando a aprovação da emenda constitucional Nº. 1-A/59: "Aprovado". - III) Nº 67/61, solicitando ao deputado Nagib Chaib a criação de uma Faculdade de Filosofia em Pinhal: "Aprovado". - IV) Nº. 68/61, solicitando ao Ministério da Fazenda o pagamento da quanta do Imposto Sôbre a renda: "Aprovado". - V) Nº. 69/61, solicitando ao Governador do Estado que distribua, entre os municípios Paulistas a verba de Cr$ 900.000.000,00 destinada para auxílio ao Nordeste brasileiro: "Aprovado". - b) Nº. 70/61, do vereador Coimbra Filho, solicitando ao Presidente da República que autorize o pagamento das pessoas que trabalharam no censo geral de 1960: "Aprovado". - c) Nº. 71/61, do vereador Coimbra Filho, solicitando várias informações ao executivo sôbre a situação funcional do Contador da Prefeitura: "Ao Sr. Prefeito". - d) Nº. 72/61, do vereador Hélio Leite Fernandes, solicitando 90 dias de licença: "Concedida a licença. Lindo o Sr. Pedro Liberdi desistido de assumir o lugar vago, comegue-se o suplente seguinte, Sr. Marcelino Faria". - 7) Indicações: a) Nº. 36/61, do vereador Hélio Leite, sôbre a necessidade de ser solucionado o problema de pessoas, Chuas na rua Capitão Alberto Florence: "Ao Sr. Prefeito"; b) Nº. 37/61, do vereador Coimbra Filho, sôbre a necessidade de ser nomeada uma nova Comissão Municipal de preços: "Ao Sr. Prefeito". - 8) Projetos de lei: a) Nº. 28/61 do Prefeito Municipal, instituindo a taxa de iluminação pública e dando outras providências de caráter financeiro: "As Comissões de justiça e Finança"; b) Nº 29/61, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre aumento de vencimentos do funcionalismo Municipal: "As Comissões de justiça e Finança". - c) Nº. 30/61, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre concessão de abono ao funcionalismo Municipal: "As Comissões de justiça e Finança". Anexe-se ao projeto de lei Nº 29/61, do Sr. Prefeito Municipal, que trata da mesma matéria". - Encerrada a leitura do expediente, o Sr. Presidente dá a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Hélio Leite lembra novamente, a necessidade de ser instalado um telefone público no bairro do Triângulo. Salienta, em seguida, providência do Prefeito junto ao Fiscal da Prefeitura, a fim de que seja demolido o poredão de pedra construido defronte ao portão da chácara de propriedade do Sr. Carolino Campos Paller, que tomou conta parcial da estrada e oferece perigo aos que por ali transitam com veículos. Expa- rou, em seguida, rua estranhe as declarações que segundo consta foram feitas pelo Dr. Júlio Gonzaga Azevedo Sobrinho, diretor da Escola Agrotécnica, de que, se defendeu dizendo que da quela informação de rua parte a Escola Veterinária não virá para Pinhal. Diz que o diretor da Escola Agrotécnica foi quem deu informações contrárias à instalação, em Pinhal, de um Posto de Gema, e que não é justo que êste Cidadão venha agindo como um inimigo

de nossa cidade, justifica, em seguida, o requerimento Nº. 65/67, e afirma que o ator Tony Curtis, manifestou o desejo de adquirir uma propriedade agrícola no Brasil, e que se o fizesse em Pinhal seria um fato auspicioso para nossa terra. O vereador Caimbra Filho, solicitas, do Governador do Estado, sejam tomadas as providências cabiveis no sentido de ser designada com urgência, um agrônomo para o caso da lavoura de Pinhal, que se encontra há 6 meses sem êste funcionário. Em seguida lança um repto ao articulista do jornal "A Gazeta", para que aponte quais as maçãs doentes que estão matando na purcina, pois trata-se de maçãs doentes e de boa família, não merecendo a acusação que lhe foi feita pelo Sr. Paulo de Tarso. O vereador Antônio Medeiros Baptista congratula-se com o jornal "A Folha" pela presença, na Edilidade, do reporter Feliciano Vieira Nunes, designado para acompanhar os trabalhos legislativos. Solicita, em seguida, providências da Sociedade Protetora de Animais, pois na semana passada 20 animais, burros e cavalos estropiando-se, passaram pela rua do Horto, a caminho de São João da Boa Vista, onde seriam abatidos no matadouro municipal. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou passar à Ordem do Dia que se constitui do seguinte:- 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 2/67, do Executivo Municipal, criando a receita e fixando a despesa do Município de Pinhal, para o exercício de 1962, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças, com emendas dos vereadores José Antônio Caimbra, Agenor Tiago e Odélio Leite, com parecer favoravel da Comissão de Finança contrario às duas primeiras e favoravel à última: aprovado o projeto e a emenda do vereador Odélio Leite. - 2) Discussão e votação da redação final do projeto de lei Nº. 47/66, do vereador José Antônio Caimbra, dispondo sôbre a cobrança da taxa de conservação de estradas Municipais, com parecer da Comissão de Redação: aprovado.- 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 8/67, da Comissão de Justiça, concedendo um auxílio de Cr$. 100.000,00 à Sociedade São Vicente de Paulo, para a compra de medicamentos aos doentes pobres atendidos pelo Sandu, com parecer contrario da Comissão de Finança e emenda do vereador José Antônio Caimbra: rejeitado o projeto. - 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 15/67, do vereador José Antônio Caimbra, concedendo isenção de impostos para a construção de hotéis com parecer da Comissão de Redação: aprovado em 2ª discussão e dispensado da redação final a requerimento do vereadores Odélio Leite. - 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 10/67, do vereador José Antônio Caimbra, autorizando a venda de terreno para a construção de sede própria para o tiro de Guerra 229, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviço Públicos: aprovado em 2ª. discussão e dispensado da redação final a requerimento do vereador Odélio Leite. - 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 14/67, da Comissão de Justiça, dispondo sôbre aumento de pensões, com emendas do vereador José Antônio Caimbra: aprovado o projeto e rejeitadas as emendas.- 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 7/67, do vereador Silvano Rodrigues Lima da Motta, concedendo um auxílio de Cr$. 200.000,00 à Casa da Criança, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finança: rejeitado o projeto. - 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 25/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre concessão de auxílios, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado.- 9) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 26/67, do Prefeito Municipal, abrindo crédito suplementar a diversas verbas do Orçamento, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado.- Dá entrada no plenário, neste instante, o vereador Agenor Agostinho Tiago. - 10) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 10/67, do vereador José Antonio Caimbra, dispondo sôbre o Concurso de ingresso e reingresso no magistério Municipal, com parecer favoravel e emendas da Comissão de Justiça: aprovado o projeto e rejeitadas as emendas. - Esgotada a matéria em pauta, passa-se à Explicação Pessoal. O vereador José Felippe Visolo diz que votou a favor da emenda que suprimiu a verba destinada a construção da avenida Marginal, visto que a verba dêste exercício não foi utilizada para êste fim. O vereador Odélio Leite diz que não é contra a avenida marginal, mas que ela deve ser feita quando houver recursos disponiveis, devendo a verba suprimida pela emenda de sua autoria ser empregada para pagamento do aumento de vencimento do funcionalismo Municipal, conforme projeto enviado à Câmara Municipal pelo Sr. Prefeito. - O vereador Agenor Tiago expressa sua estranheza pelo fato da Câmara ter rejeitado o projeto de lei Nº. 8/67, que concedia um auxílio de Cr$. 100.000,00 à Sociedade São Vicente de Paulo. O vereador Caimbra Filho, diz que o Sandu é uma instituição muito util, e que portanto deveria ter merecido a concessão do auxílio de Cr$. 100.000,00 que S. Excia. propôs. Diz também, que as pensões Municipais devem ser iguais para todos, tanto para as viuvas como para os funcionarios que não podem mais trabalhar. O Sr. Presidente congratula-se com o jornal "A Folha", pela presença, no recinto do reporter Feliciano Vieira Nunes, e apela a êste que esteja presente a todas as sessões, a fim de que, através do Noticiário Parlamentar, o povo fique sabendo que os vereadores estão trabalhando em favor da coletividade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerra a sessão convocando os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 3 de Novembro vindouro, encerrado os trabalhos em seguida. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Saturnino de Freitas, escriturário, a fiz escrever.

Odélio Leite Pinheiro

José Felippe Visolo

× Ata da 11ª sessão extraordinária, do 2º. ano, da 4ª. legislatura da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 23 de Outubro de 1967. Presidência do Sr. Odélio Pinheiro

Secretariada por José Felippe Vicolo

Aos Vinte e três dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às duze horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Abílio Pinheiro, Attilio Giardini, Rubens Marchiti, Waldir Pires, Romildo Mairanda, Hélio Vergueiro Leite, José Felippe Nicolo, Adélio D'Arcadia, Agenor Agostinho Teigo, José Antonio Coimbra, Telho e Antonio Medeiros Baptista. Havendo número legal, foi aberta a sessão. O Snr. presidente comunicou ter convocado a Câmara extraordinariamente a fim de que os Srs. vereadores tomassem conhecimento, oficialmente, de que o Governo mandara novamente arrancar os trilhos do ramal de Pinhal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Usa da palavra, em seguida, o vereador Agenor Teigo, que diz terem sido arrancado mais de 100 metros de trilho, sem que ninguem soubesse, sem qualquer aviso as autoridades pinhalenses, o que constitui uma traição e uma desconsideração para com o povo e para com os vereadores, que não deve deixar essa afronta e nem permitir o prosseguimento dos trabalhos de arrancamento. Requer a formação duma Comissão constituida do Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e outras pessoas da cidade, para um entendimento com o presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. O vereador José Felippe Nicolo protesta contra a atitude da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que bem prejudicar a cidade. O vereador Antonio Baptista diz que não foi surpresa a deliberação do Governo mandando arrancar os trilhos da Mogiana; que o assunto não comporta discussão porque não tem mesma solução, e que por isso a Câmara deveria solicitar ao Governador do Estado, uma compensação, um grande melhoramento para a cidade. O vereador Hélio Leite afirma que o Governo do Estado trata Pinhal como um filho espurio, que o ramal da Mogiana já deu muito lucro, motivo por que deveria ser melhorado e não suprimido. Diz que os trilhos devem ser conservados, até que venha um novo Governo, melhor, que restaure o ramal e o faça funcionar bem. O vereador Attilio Giardini protesta contra o modo traiçoeiro usado pelo Governo para a retirada dos trilhos, e afirma que as autoridades do Estado deviam ter a necessária coragem de iniciarem o arrancamento a partir da Estação, e não como fizeram, num lugar distante. O vereador Coimbra Filho tece críticas à Comissão que esteve em São Paulo, em audiência com o Governador, para solicitar o não arrancamento dos trilhos do ramal de Pinhal, pois a mesma não deu muita importância ao assunto, tendo se preocupado muito mais em pedir ao chefe do executivo estadual a cessão dos armazens da Mogiana para a instalação da Cooperativa dos Cafeicultores. Falando a Comissão incógnita, o vereador Coimbra Filho diz que dela não participaram vereadores de todas as bancadas, afirma que o ato do Governo suprimindo o ramal da Mogiana é uma afronta à cidade e pede aos seus Colegas que solicitem aos deputados as providências cabiveis no sentido de ser mantido o referido ramal. O vereador Waldir Pires diz ser inutil perder tempo com discursos que nada resolverão, mas que estava de acôrdo fôsse constituida uma Comissão para entender-se com o Exmo. Governador a respeito da supressão do ramal, protesta contra a atitude do vereador Coimbra Filho, esclarecendo que a Comissão de que êle fazia parte não solicitou do Exmo. Governador a cessão do armazem da Mogiana para a Cooperativa dos Cafeicultores, mas tão sòmente a conservação do ramal da ferrovia. E posto em votação, sendo aprovado, o requerimento do vereador Agenor Teigo, tendo o Sr. presidente designado os vereadores Waldir Pires e Hélio Leite para integrarem a Comissão encarregada de entender-se, juntamente com o executivo e a presidência da Câmara, com as autoridades estaduais. Em seguida o Sr. presidente resolidarizou com a deliberação da Câmara, que protestou contra a supressão do ramal da Mogiana, fato que fere os interesses do povo pinhalense. Exalta o regime democrático, mas salienta que o povo não está sendo ouvido em seus apêlos, como no caso da supressão do ramal da Mogiana, e convida os Srs. vereadores para, em conjunto, redigirem os telegramas a ser dirigidos às autoridades competentes, solicitando providências urgentes para sustar a retirada dos trilhos da Mogiana, e encerra os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adelino de Mello, secretário, a fiz escrever. José Felippe Nicolo

Adelino D'Arcadia

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Pinhal, realizados em 25 de Outubro de 1961.

Inexistência do Sr. Abílio Pinheiro

Aos vinte e cinco dias do Mês de Outubro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Pinheiro, Hélio D'Arcadia, Agenor Agostinho Teigo, Hélio Vergueiro Leite, José Antônio Coimbra Filho e Nelton Bernardes Farias. Estando presente no recinto, até entrada no plenário, presta o compromisso regimental e é declarado empossado, o suplente do partido Trabalhista Brasileiro, Sr. Marcelino Faria. Não havendo número legal, mas estando presente sete vereadores, o Sr. presidente determinou fôsse feita a leitura do expediente que não dependia de voto da Câmara, e que constava do seguinte: Requerimento Nº. 70/61, do vereador Hélio Leite, solicitando informação digo informação da Telefônica Pinhal S/A sôbre o número de aparelhos ligados atualmente na cidade: "Providencie-se na forma solicitada". Decorridos os quinze minutos regimentais, foi feita nova chamada, verificando-se a presença dos mesmos vereadores que responderam a primeira e mais o Sr. Marcelino Faria, permitindo assim a falta de número

legal. O Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para uma nova sessão extraordinária, a realizar-se no dia 26 de Outubro, às vinte horas, e encerrou os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Datyliano de Mello, escriturário, a fiz escrever.

José Felippe Vuolo
Adelio Pinheiro

Ata da 12ª. Sessão extraordinária, do 2º ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 26 de Outubro de 1961.
Presidência do Sr. Abelio Pinheiro
Secretariada por José Felippe Vuolo

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Abelio Pinheiro, Adélio D'Arcadia, Agenor Agostinho Feijo, Antonio Medeiro Baptista, Abelio Guardini, Helio Vergueiro Leite, José Cambra Filho, José Felippe Vuolo, Milton Barnabe Garcia, Marcelino Coca e Rubens Marconi. Havendo número legal, foi aberta a sessão extraordinária. Passou-se à leitura do expediente, que constou do seguinte:- 1) Telegramas: a) do deputado Abreu Sodré, comunicando ter encaminhado as autenticadas completos o pretito da Câmara Municipal contra o arrancamento dos trilhos do ramal de Pinhal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro: "Cuente. Arquive-se";- b) do Sr. Andre Franco Montoro, agradecendo os cumprimentos pela sua investidura no cargo de Ministro do Trabalho:- "Ciente. Arquive-se". 2) ofício do Madre Superiora do Colégio Nossa Senhora Imaculada: "Ficam convidados os Srs. vereadores":- 3) Projeto de resolução Nº. 3/61, da mesa da Câmara Municipal, dispondo sôbre aumento de gratificação: "Às Comissões de Justiça e Finanças".- 4) Projeto de lei do Prefeito Municipal: a) Nº. 30/61, dispondo sôbre um empréstimo de Cr$. 7.375.986,00 a ser contraido com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para a aquisição duma Motoniveladora: "Às Comissões de Justiça e Finanças" b) Nº 31/61, autorizando diga autorizando a modificação de plano elaborado para a execução do serviço de Calçamento: "Às Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do expediente, o vereador Agenor Agostinho Feijo Requer, ao plenário aprova, a suspensão dos trabalhos por 15 minutos, a fim de que as Comissões de Justiça e Finanças exarem parecer sôbre os projetos de lei de Nr. 30/61 e 31/61, por tratarem assuntos de matéria urgente e para poderem ser incluidos na Ordem do Dia da 12ª sessão que estava se realizado. Decorridos os 15 minutos, são reabertos os trabalhos, passando-se à Ordem do Dia, que se constitui diga constituiu do seguinte:- 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 27/61, do Prefeito Municipal, orçando a receita e fixando a despesa do Município de Pinhal para o exercício de 1962, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado.- 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 25/61, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre concessão de auxílios, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado.- 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 26/61, do Prefeito Municipal, abrindo crédito suplementar a diversas verbas do orçamento, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado.- 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 10/61, do vereador Cambra Filho, dispondo sôbre o concurso de ingresso e reingresso no magistério Municipal, com parecer favoravel da Comissão de Justiça e emenda do vereador Agenor Agostinho Feijo: aprovado.- 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 30/61, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um Empréstimo de Cr$.7.375.986,00 a ser contraido com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para a aquisição duma Motoniveladora, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por unanimidade, sem nenhum voto discordante.- 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 31/61, do Prefeito Municipal, autorizando a modificação de plano elaborado para a execução do serviço de Calçamento, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por unanimidade, sem nenhum voto discordante.- Esgotada a matéria em pauta, o vereador Agenor Agostinho Feijo requer seo plenário aprova, a dispensa da redação final dos itens 1, 2, 3 e 4 da Ordem do Dia, a fim de serem encaminhados imediatamente ao Sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida. O Sr. Presidente convoca os Srs. vereadores para uma nova sessão extraordinária, a realizar-se logo após o encerramento da 11ª. sessão extraordinária, a fim de que o plenário aprecie, em segunda discussão, os projetos de lei Nrs. 30/61 e 31/61, de autoria do Prefeito Municipal. Nada mais havendo a tratar encerra os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Datyliano de Mello, escriturário, a fiz escrever. José Felippe Vuolo
Adelio Pinheiro

Ata da 13ª. sessão extraordinária, do 2º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 26 de outubro de 1961.
Presidência do Dr. Abelio Pinheiro
Secretariada por José Felippe Vuolo

Aos vinte e seis dias do mês de Outubro de um novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 11ª sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abelio Pinheiro, Adélio D'Arcadia, Agenor Agostinho Feijo, Antônio Medeiro Baptista, Abelio Guardini, Helio Vergueiro Leite, José Antônio Cambra Filho, José Felippe Vuolo, Milton Barnabe Garcias, Marcelino Co-

rua e Rubens Marinelli. Havendo número legal, foi aberta a sessão extraordinária. Usou da palavra o vereador Agenor Agostinho Puiggi, que dirigiu uma saudação ao edil Marcedino Corrêa, afirmando que Pinhal muito espera de sua atuação como integrante da Edilidade. O vereador Marcedino Corrêa agradeceu as palavras de seu colega, congratulando-se com o Juridente da Câmara e demais vereadores, pela maneira patriótica, altiva e valorosa [illegible] que têm tratado os problemas Municipais, e diz que tudo fará para corresponder à confiança popular, sempre na defesa dos interesses da Coletividade. Encerra suas considerações dizendo que fará, do seu mandato, uma bandeira de trabalho, de compreensão e de paz, visando assim colaborar com a causa pinhalense. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anuncia ir passar à Ordem do Dia, que se constitui do seguinte: - 1ª Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº 30/61, do Prefeito Municipal, dispondo sobre um empréstimo de Cr$. 1.375.986,00, a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para a aquisição duma motoniveladora; compareceu o favorável das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por unanimidade, sem nenhum voto discordante; - 2ª Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 31/61, do Prefeito Municipal autorizando a modificação de plano elaborado para a execução do serviço de calçamento, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por unanimidade, sem nenhum voto discordante. Esgotada a matéria em pauta, o vereador [illegible] requer, e o [illegible] aprove, a dispensa da redação final dos projetos de lei no. 30/61 e 31/61, à fim de [illegible] encaminhados imediatamente ao Sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida. Passa-se à Explicação pessoal. O vereador Pedro Leite diz que a bancada do P.S.B. votará favoravelmente à aquisição dum motoniveladora para possibilitar ao Município uma boa conservação de suas estradas, e também pelo fato de o Governo ter ampliado o prazo, de 5 para 10 anos, para o pagamento do empréstimo a ser concedido pela Caixa Econômica Estadual. O Vereador Caimbra Filho diz que a taxa de Conservação de Estradas Municipais foi aumentada, sendo justo que haja agora uma melhor conservação das rodovias com a compra duma motoniveladora, que será empregada exclusivamente nesse serviço e não na construção de campos de futebol, como acontecem na [illegible] passada. Ninguém mais querendo usar da palavra, nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerra os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau [illegible], secretário, a fiz escrever. José Pedro Nicoletti

Adelio Rucci

Ata da 9ª. sessão ordinária, do 2º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 16 de novembro de 1961

Presidência do Sr. Adelio Rucci

Secretariado por José Pedro Nicoletti

Aos dezesseis [illegible] de novembro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde [illegible] a Câmara Municipal de Pinhal, ao [illegible] horas, [illegible] se encontrado dos srs. vereadores: [illegible] verificou-se a presença dos seguintes: Adelio Rucci, Agenor Agostinho Puiggi, Antonio [illegible] Batista, [illegible] Flávio Giacomini, Flávio Augusto de Lima Leite, José Antonio Caimbra Filho, José Pedro Nicoletti, Silviano Rodrigues Ramos da Mostra e Waldemar Ramalho Tavares. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foi lida, aprovada e assinada a ata anterior. Passou-se ao expediente, que consistiu do seguinte: 1) Indicação nº. 36/61, de vereador Waldemar B. Tavares e outros, sugerindo a "[illegible] de um auxílio financeiro ao sr. Padre Luigi, afim de [illegible] casa de [illegible] em: "Rio de Janeiro". 2) Requerimentos: a) nº. 74/61, de vereador Caimbra Filho e outros, solicitando a inclusão, na ordem do dia, do projeto de lei nº. 3/61: "Aprovado o requerimento. Passa-se à proposição na ordem do dia"; b) nos. 75/61 e 76/61, do vereador Caimbra Filho, congratulando-se respectivamente com o radialista Coriolano de Azevedo Marques, deputado Paulo Bodin Duarte e Juiz de Direito Andrade, pela luta que mostraram em favor da aprovação das emendas constitucionais 1-A/59: "Aprovados os requerimentos"; e) nº. 78/61, do vereador [illegible] Abelha, congratulando-se com o deputado Doutel de Andrade e com o Congresso Nacional, pela aprovação da emenda constitucional 1-A/59: "Aprovado o requerimento"; d) nº. 79/61, do vereador Waldemar B. Tavares, solicitando 6 moções de louvor e congratulações: "Concedidas a [illegible]. Comunique-se o respectivo interessado". 3) Projetos de lei: a) nº. 32/61, do vereador Caimbra Filho, criando o Imposto Territorial Rural e o Imposto de Transmissão "Inter-Vivos": "Às Comissões de Justiça e Finanças"; b) nº. 33/61, do vereador Caimbra Filho, dispondo sobre a alteração, na receita, da lei orçamentária para o exercício de 1962: "Às Comissões de Justiça e Finanças". 4) Indicação nº. 32/61, do vereador [illegible] Municipal, encaminhando proposta do sr. Ernesto Tizzoni para [illegible] e execução de [illegible] municipais e organizar um novo Código [illegible]: "Às Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do expediente, [illegible] foi dada [illegible] ao vereador Flávio Giacomini, que [illegible] estranhar a atitude do Inventário da Agricultura, que autorizou a Escola Agrotécnica a [illegible] em todos os anos candidatos a [illegible] política, para auxílios de determinada propriedade agrícola, tendo entusiasmo, se mostrado a atender igual [illegible] dos demais lavradores locais, pois nem siquer [illegible] ao pedido feito [illegible]. Foi [illegible] também [illegible] pela Associação Rural de Pinhal. Diz, ao seguir, que as indicações dos vereadores do P.S.B. não têm sido atendidas pelos auxiliares do Prefeito, tais como o alargamento do [illegible] da Imaginária, ponte na Vila São Pedro, do Santos. Afirma que o encarregado da estação de tratamento estava mistificando

agua suja, dos antigos mananciais, com agua filtrada e tratada, isso sem autorização do Prefeito, o que demonstra estar o chefe do executivo muito mal informado pelos seus auxiliares. Diz, em seguida, que a vaidade, o interesse e a inveja sobrepujam o interesse publico, mas que S. Excia. não estava na Câmara para auferir vantagens, mas sim para trabalhar em favor do Municipio, não tendo promessas com que eya se não illudindo favores de ninguem. Diz que tem estado com lealdade sôbre todos os problemas do Municipio e solicitado a solução dos mesmos, não lhe cabendo responsabilidade se os mesmos não são solucionados. Afirma que, quanto a parte do programa do P.S.B., a mesma está sendo executada de acordo com as possibilidades financeiras da Prefeitura, não fazendo guerra do Partido quanto a isso assunto. O vereador Agnes Puiza apela aos seus colegas para que compareçam à sessão extraordinaria que vai ser convocada pelo Presidente para se votado o projeto de lei suplementar à lei organizatoria e o outro que autorize a cobrança dos novos tributos municipais. Faz varias considerações sôbre os beneficios que a mesma constitucional 1-A/59 trouxe aos municipios e mesma suas considerações. O vereador Coimbra Filho diz que, constando na cidade ter o vice-prefeito rompido politicamente com o chefe do executivo e encaminhado ao Presidente da Câmara uma carta, renuncia sôbre a mesma lida pelo secretario da Câmara, para conhecimento do plenario. Hipotese esta solidariedade ao vice-prefeito, o que qualifica de grande soldado da democracia, lutando da campanha municipal. Critica, em seguida, o Governo do Estado, padastro do Municipio, o que nunca deu nada, e exalta a atitude do Senado e da Câmara Federal que aprovaram a emenda constitucional 1-A/59. Pronunciou ao plenario a promessa do vereador Ernesto Andrade de que, se for eleito Governador do Estado, fará novamente um funcionamento e rambla da Lagoinha, com Jardins para passeios. Critica, em seguida, o articulista do Jornal "A Gazeta", Paulo de Tarso, que, como frequentador assiduo da piscina vem criando, na sua imaginação fertil, personagens doentes, tais como o moço portador de doença contagiosa, que é imitado pelo moço portador de micose, ambos frutos da mente do jornalista. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente diz que a carta que lhe foi encaminhada pelo vice-prefeito trata de materia politica, estranha a Câmara Municipal, não sendo por isso possivel atender à solicitação do vereador Coimbra Filho, podendo entretanto, o citado vereador, se assim o desejar, ler da tribuna a referida missiva e tecer sôbre ela os comentarios que achasse oportunos e necessarios. Passa-se, em seguida, à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 29/61, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre aumento de vencimentos do funcionalismo municipal, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança e emendas desta ultima e do vereador Coimbra Filho: aprovado o projeto e a emenda da Comissão de Finança e rejeitadas a emenda do vereador Coimbra Filho. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 28/61, do Prefeito Municipal, instituindo a taxa de iluminação publica e dando outras providencias de caracter financeiro, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança e emenda desta ultima: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Helio Brito. 3) Discussão e votação unica do projeto de lei nº. digo de resolução nº. 7/61, da Câmara Municipal, dispondo sôbre aumento de gratificação, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 4) Discussão e votação unica da mensagem nº. 17/61, do Prefeito Municipal, encaminhando proposta do sr. Pingibe Tuma Brito para reorganizar os serviços municipais, com pareceres das Comissão de Justiça e Finança no sentido de se solicitar ao executivo que opine sôbre a conveniencia da realização dêsse serviço e parecer da Comissão de Serviços Publicos pela aceitação da proposta: aprovados os pareceres das Comissões de Justiça e Finança. 5) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº. 3/61, do vereador Coimbra Filho, concedendo o titulo de cidadão publicense ao Monsenhor José Geronimo Barbino Lucisão, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado. Bazeada a materia em pauta, passa-se à explicação pessoal. O vereador Helio Brito diz que a emenda constitucional 1-A/59, aprovada pelo Senado, libertou os municipios brasileiros do regime de "chapeu na mão", revolucionando e revitalizando o interior brasileiro, mas que num pouco mais de um ano de administração deram ficar exaustos com tanto dinheiro. Isso os repartiu pela administração deram ficar exaustos com tanto dinheiro. Diz que agora, com novas fontes de rendas, e com aumento de impostos, a administração publica poderá por em execução varios projetos de valor e solucionar problemas importantes que afligem o municipio, o que não pôde ser feito anteriormente por falta de recursos financeiros. Afirma que se não fosse aprovada a emenda aumentando o municipio teria que aumentar os impostos, e que o Prefeito deveria submeter à apreciação da Câmara Municipal, no proximo ano, um plano para a execução de varios serviços, usando, para isso, os recursos provenientes da arrecadação dos tributos que eram de competencia do Estado e que agora passaram para a Prefeitura. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente convoca os vereadores para uma extraordinaria, a realizar-se no proximo dia 22 de novembro, às vinte horas, para discussão e votação dos projetos de lei nos. 32/61 e 33/61, devendo a ordem do dia ser incluida oportunamente aos interessados do Legislativo. Em seguida encerra os trabalhos, dizendo, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Mello, escrevi, a

3

reunir. - José Felippe Vicolo
Adélio Ricardo

Ata da 14a. sessão extraordinária, do 2o. ano, da 4a. legislatura, da Câmara Municipal de Piribal, realizada em 22 de novembro de 1961.

Presidência do sr. José Felippe Vicolo
Secretariada por Adélio d'Ricadia

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Piribal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Piribal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adélio d'Ricadia, Agnaro A. Puigo, Antonio Lu. Batista, Atílio Giordini, Félix V. Brito, José A. Coimbra Filho, José S. Vicolo, Silviano R. L. Mota, Walter B. Sousa e Waldi Reis. Assumindo a presidência por estar ausente o presidente e licenciado o vice-presidente, o vereador José Felippe Vicolo, 1o. secretário, abriu os trabalhos. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Passou-se ao expediente, que constou do seguinte: 1) Ofício do deputado Nilsson Guimarães, agradecendo os cumprimentos da Câmara: "Ciente. Arquive-se". 2) Indicações: a) nº. 37/61, do vereador Félix Brito, reiterando ao executivo que providencie a passagem dos trilhos tratorianos da São Pedro para o município vizinho: "Ao sr. Prefeito"; b) nº. 38/61, do vereador Antonio Batista, reiterando a indicação nº. 101 de munícipes dos moradores Valdomiro Barbosa e Bazaro de Sousa: "Ao sr. Prefeito". 3) Requerimentos: a) nº. 80/61, do vereador Coimbra Filho, no sentido de se solicitar ao governador do Estado a designação de um funcionário para organizar e orientar o serviço de taquigrafia e encadernação dos nossos futuros anais: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; b) nº. 81/61, do vereador Félix Brito, no sentido de se solicitar ao D.E.R. a reparação da rodovia estadual do km. 183 ao km. 186: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". Encerrada a leitura do expediente e ninguem querendo usar da palavra, o sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 32/61, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre a cobrança do Impostos de Transmissão "Inter-Vivos" e Territorial Rural, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 33/61, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre alteração na lei orçamentária para 1962, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança e emendas da primeira, do vereador Coimbra Filho e do vereador Félix Brito: aprovado o projeto, a emenda da Comissão de Justiça, a emenda do vereador Félix Brito e o item I da emenda do vereador Coimbra Filho, isentando a Loteria Esportiva do Imposto de Renda. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 29/61, do Prefeito Municipal, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança e emendas desta última, do vereador Atílio Giordini e do vereador Félix Brito (veja a taxa de iluminação pública): adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Agnaro Puigo. 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 29/61, do Prefeito Municipal, anunciando os vencimentos do funcionalismo municipal, com parecer da Comissão de Redação e emendas do vereador Coimbra Filho: aprovado o projeto e rejeitada a emenda. O vereador Waldi Reis faz uma declaração de voto, afirmando que votara a favor do projeto por se tratar de matéria urgente, mas que não favoravel a uma classificação geral do funcionalismo. 5) Segunda discussão e votação do projeto de resolução nº. 3/61, do vereador Coimbra Filho, concedendo o título de cidadão piribalense ao humanitário José Jerônimo Belchino Tucciati, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado em 2a. discussão e dispensada da redação final, a requerimento do vereador Coimbra Filho, aprovado pelo plenario. 6) Discussão e votação da redação final do projeto de resolução nº. 7/61, da Mesa da Câmara, dispondo sôbre aumento de gratificação, com parecer da Comissão de Redação: aprovado. 7) Discussão e votação única da moção nº. 22/61, do Prefeito Municipal, manifestando protesto do sr. Ernesto Pizzoni para planejar e orientar o serviço de encadernação dos futuros municipais, com pareceres das Comissões de Justiça e Finança propondo a volta da proposição ao sr. Prefeito para que êste se manifeste sôbre a conveniência da realização do serviço: aprovados os pareceres. Esgotada a matéria em pauta e ninguem querendo usar da palavra em explicação pessoal, o sr. presidente convoca os vereadores para a 15a. sessão extraordinária, a realizar-se logo após o encerramento da 14a. - Sem mais nada a tratar-se. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Silviano de Brito, secretário, a redigi.

Atílio Giordini
José Felippe Vicolo

Ata da 15a. sessão extraordinária, do 2o. ano, da 4a. legislatura, da Câmara Municipal de Piribal, realizada em 22 de novembro de 1961.

Presidência do sr. José Felippe Vicolo
Secretariada por Adélio d'Ricadia

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Piribal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Piribal, logo após o encerramento da 14a. sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos mesmos edis que responderam à chamada anterior. Havendo um

mara Legal, foi aberta a sessão. Não havendo expediente a ser lido e ninguem querendo usar da palavra, passou-se à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 29/61, do Executivo Municipal, aumentando os vencimentos do funcionalismo municipal, com pareer da Comissão de Redação: aprovado. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 33/61, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre alteração na lei organizatória para 1962, com pareeres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado o projeto em 2a. discussão e dispensada da redação final a requerimento do vereador Agnaro Puiga, acolhido pelo plenário. Esgotada a materia em pauta, passa-se à explicação pessoal. O vereador Hélio Leite diz que não existe de sua parte qualquer murmuração contra os funcionarios municipais, mas tinha notado pela leitura da ementa do vereador Coimbra Filho na sessão anterior por entender que a materia é da competencia do executivo, a quem cabe fazer os estudos necessarios, devendo salientar que com o aumento de 40%, a partir de 1º. de janeiro de 1962, o Municipio vai ter, com o funcionalismo, uma despesa de Cr$ 0.000.000,00. Ninguem mais querendo usar da palavra e nada mais havendo a tratar, o sr. presidente marca os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adauliano de Mello, escrevi, o subscrevo.

José Felippe Vitolo

Ata da 14ª. sessão extraordinária, do 3º. ano, da 2ª. legislatura, da Câmara Municipal de Piraí, realizada em 27 de novembro de 1961.

Presidencia do sr. José Felippe Vitolo
Secretariada por Hélio d'Arcadia

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Piraí, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Piraí, as dezenove horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélio d'Arcadia, Agnaro A. Puiga, Antonio Mr. Batista, Hélio Giacomini, Hélio V. Leite, José A. Coimbra Filho, José J. Vitolo, Silviano R. L. Motta, Waldir B. Faria e Waldir Paes. Assumindo a presidencia por estar ausente o presidente e licenciado o vice-presidente, o vereador José J. Vitolo, 1º. Secretario, abriu os trabalhos. Passou-se à leitura do expediente, que constou do seguinte: 1) Mensagem nº. 23/61, do Executivo Municipal, retirando o artigo 32. do projeto de lei nº. 29/61: "À Comissão de Justiça, para exarar parecer dentro de 5 dias, na forma do artigo 122 do Regimento Interno". 2) Mensagem nº. 24/61, do Executivo Municipal, solicitando a dispensa do projeto de lei nº. 28/61, que cria a Taxa de Iluminação Pública: "Aprovada pelo plenário a dispensa do projeto de lei nº. 28/61." A Secretaria, para providenciar a devolução. Concluida a leitura do expediente, o sr. presidente deu a palavra aos srs. vereadores. O vereador Waldir Paes tem considerações contrárias ao veto do Executivo ao artigo 32. do projeto de lei nº. 29/61, afirmando não haver justificativa para o mesmo e declarando que no momento oportuno votaria pela sua rejeição pelo plenário. O vereador Hélio Leite afirmou que estando o Executivo de acôrdo com o aumento de 40% ao funcionalismo municipal, a partir de janeiro de 1962, a Câmara pode rejeitar o veto do executivo. A seguir, em seguida, o parecer favoravel da Comissão de Finança ao projeto de lei nº. 28/61, dizendo que varias tabelas do Código Tributário necessitam ser atualizadas, pois estão em vigor ha mais de 10 anos, mas que a taxa de iluminação pública, diante da aprovação da emenda constitucional 1-A/59, tornou-se desnecessária e dispensavel. O vereador Coimbra Filho diz que sempre foi contra o projeto de lei nº. 28/61, que cria a taxa de iluminação pública e aumenta outros impostos, pois se essa proposição fôsse aprovada ia onerar os contribuintes, sem necessidade, pois o Municipio foi beneficiado com o aumento da receita, através da aprovação da emenda constitucional 1-A/59. O vereador Agnaro Puiga diz que a taxa de iluminação pública é legal, porém a sua aprovação é inoportuna no momento, motivo por que votou pela devolução do projeto de lei nº. 28/61 ao sr. Prefeito Municipal. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente anuncia e passa à Ordem do Dia, que consta do seguinte: Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 32/61, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre a cobrança do imposto territorial rural e imposto de transmissão imobiliária "inter-vivos", com pareeres favoraveis das Comissão de Justiça e Finança e emendas do vereador Hélio Leite: aprovado o projeto com as respectivas emendas, em 2a. discussão, e dispensada da redação final a requerimento do vereador Hélio Leite, acolhido pelo plenário. Em seguida, atendendo solicitação do vereador Agnaro Puiga, o sr. presidente anuncia e seguido vereador e mais os edis Waldir Paes e Hélio Leite para, em comissão, visitarem o Dr. Hércio Pinheiro, presidente efetivo da Câmara, que se encontra enfermo há dias. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 7 do dezembro vindouro, e marca os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adauliano de Mello, escrevi, o subscrevo.

José Felippe Vitolo

Ata da 10ª. sessão ordinária, do 3º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Piraí, realizada em 7 de dezembro de 1961.

Presidencia do Dr. Hércio Pinheiro
Secretariada por José Felippe Vitolo.

Aos seis dias do mês de dezembro de mil nove-
centos e sessenta e um, nesta cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, e-
difício onde funciona a Câmara Municipal de Piracicaba, às vinte horas, procedendo-se à
chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélcio Piracuruca, A-
lício d'Arcadia, Agnelo Braga, Antonio Batista, Hélio Leite, José A. Coimbra Filho, José F. Viotto,
Milton B. Farias, Waldelino Correia de Palma Travassos. Havendo número legal, foi aberta a sessão.
Foi lida, aprovada e assinada a ata anterior. Passou-se à leitura do expediente, que
foi lido, aprovado e assinado a ata anterior. Passou-se à leitura do expediente, que
constou do seguinte: 1) Ofício dos jornais Vasto e Novo Stevanato Vivo, convidando os
vereadores para um churrasco no próximo dia 17: "Ficam convidados os srs. vereadores".
2) Indicação nr. 89/61, do vereador Coimbra Filho, sôbre a necessidade de serem aumen-
tados, na base de 40%, os salários dos diaristas municipais: "Ao sr. Prefeito". 3) Requeri-
mentos do vereador Coimbra Filho: a) nr. 82/61, no sentido de serem publicados, nas
imprensa, os relatórios da Prefeitura da Câmara Municipal, referentes aos exercícios
de 1960 e 1961: "Aprovado. Publique-se na forma requerida"; b) nr. 83/61, solicitando va-
rias informações ao sr. Prefeito Municipal, sôbre a cobrança do imposto de renda: "Ao sr.
Prefeito"; c) nr. 84/61, no sentido de ser oficiado ao presidente da Federação dos Clu-
bes Desportivos solicitando a criação, em Piracicaba, pela Diretoria de uma escola de corte e costu-
ra, de um posto de alistamento e de um galinheiro duntanio: "Oficie-se na forma
solicitada"; d) nr. 85/61, congratulando-se com os ministros Tancredo Neves e São Tiago
Dantas, pela notável missão de relações diplomáticas e comerciais com a Russia: "Aprovado.
Oficie-se na forma solicitada"; e) nr. 86/61, pedindo a inversão nos anais do Legis-
lativo do manifesto do vereador Antonio Batista, publicado no jornal "A Gazeta"
de 3-12-1961: "Natimo os vereadores Antonio Batista, Hélio Leite e Hélio Pira-
curuca para, em comissão, opinarem sôbre o requerido". 4) Projeto de lei nr. 34/61, do ve-
reador Antonio Batista, dispondo sôbre a instalação de iluminação fluorescente
na entrada da cidade: "Ao Comissão de Justiça, Finanças e Serviços Públicos".
Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente dá a palavra aos srs. verea-
dores. O vereador Hélio Leite diz que por pouco não houve um grave acidente
automobilístico na Rua José Bonifácio, com o atropelamento de uma criança. Re-
clamando que a Câmara já solicitasse, varias vezes, a colaboração da polícia
para a regulamentação do trânsito em Piracicaba, diz necessário ser indispensá-
vel que a autoridade policial tome providências enérgicas e imediatas
sôbre o assunto. Diz, em seguida, estranhar que a Comissão de Justiça não
tenha exarado parecer sôbre o veto do prefeito ao artigo 32. do projeto de lei
nr. 29/61, que aumenta os vencimentos do funcionalismo municipal, visto es-
tar esgotado o prazo regimental para essa providência. Preliminar o seu
ponto de vista de que o artigo vetado pelo chefe do executivo nada tem de
ilegal ou inconstitucional. Diz, em seguida, que varias pessoas e prin-
cipalmente comerciantes, têm reclamado contra a não cumprimento da lei
municipal que determina o fechamento do comércio aos domingos e feriados,
motivo por que solicitava providências do chefe do executivo sôbre o assunto.
O vereador Waldelino Correia diz que a Delegacia de Polícia recebeu as indicações
da Câmara Municipal no sentido de ser regulamentado o trânsito em Pi-
racicaba, tendo sido tomadas as providências necessárias para tal fim, tais
como a colocação de placas de sinalização, que já estão prontas, e expedição
de portaria pelo Delegado de Polícia, estando agora sòmente faltando os postos,
que ainda não ficaram prontos, para completar o plano elaborado para com-
pleta solução do problema. Em seguida o vereador Agnelo Braga vem e o plenário
aprova, a inversão na ata, do voto de pesar pelo falecimento de Dona Eurenice
Pinheiro Prestes e Palmes Tavares. Diz, em seguida, que a Comissão de Justiça
já que estranhava a atitude do vereador Hélio Leite reclamando parecer sôbre
o veto parcial do prefeito ao projeto de lei nr. 29/61, pois tinha ciência, au-
ficientemente, um intimidamento sôbre os integrantes da coligação, ficando es-
clarecido que a falta do parecer não prejudicava a apreciação do referido veto.
Afirma estranhar a atitude do seu colega Hélio Leite reclamando o parecer sô-
bre o veto do prefeito, pois êle, avaedor, o havia cientificado de que necessi-
tava ouvir os demais membros da Comissão de Justiça, para depois então
exarar parecer sôbre a matéria. Diz que a Câmara tem 30 dias de prazo
para apreciar o veto, com ou sem parecer da Comissão de Justiça, e que
o vereador Hélio Leite foi injusto ao acusar a referida comissão de não ter
elaborado o parecer reclamado, pois o mencionado vereador estava ciente de
que sôbre deliberado anteriormente, a respeito do assunto, numa reunião da
Comissão da coligação. O vereador Coimbra Filho se associa, em nome do
P.S.D., aos votos de pesar aprovados pelo plenário. Diz, em seguida, que mediante
funcionário da Contadoria e Tesouraria Municipais que fazem o serviço de
avaliação de imóveis, para recolhimento do imposto de renda, o que vem preju-
dicando o Município. Afirma que o serviço de avaliação deve ser feito pelos
Tesoureiros da Prefeitura, e não por pessoas estranhas ao funcionalismo,
mediante o pagamento de determinadas importâncias em comissão. Agradece, em
seguida, a colaboração recebida, durante o período em que esteve à frente
da Comissão Municipal de Esportes, dos seguintes funcionários do Estádio Muni-
cipal: srs. José Neves, Antônio José Barbosa, José Ferreira, Joaquim Mendes, José

Mundes e Rudri Privato; mas. Josefa de Sousa e Zuaide Cavalleni. Azinua, em seguida, que o amador Anuolmuana Rudrade é candidato ao cargo de Governador do Estado, pelo P.S.D., nas próximas eleições, e que, se for eleito, o mesmo prometeu o grande benefício para Municipios, novamente, o ramal férreo da Companhia Mogiana, passando como Estremas. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente agradece o voto de pesar aprovado pelo plenario, pelo falecimento de sua tia Senhora Emilia Pinheiro Botelho, e anuncia ir passar, em seguida, à Ordem do dia, que é constituida do seguinte: 1) Relatorio do Presidente da Camara Municipal, referente aos trabalhos realizados em 1961. O sr. presidente procede à leitura do relatorio, agradece a todos os vereadores que colaboraram para o bom desempenho de suas funções, pedindo o apoio, a solidariedade, o alto espirito e o espirito publico de seus colegas, agradece a colaboração recebida dos funcionarios do Legislativo, do Prefeito Antonio Costa e do vice Prefeito Glauco B. Imundadori, e termina dispensando a todos felicidades no decorrer de 1962. - 2) Eleição da mesa da Camara Municipal para o ano de 1962. Procede-se, em seguida, à eleição da mesa para o proximo exercicio de 1962, sendo eleito para o cargo de presidente o vereador Helio Pinheiro, que recebe os votos de todos os vereadores presentes. O vereador Helio Pinheiro vota no edil Felicio Leite. O vereador Agnaldo Puigo é eleito vice-presidente, recebendo 8 votos. O vereador Rubens Imanuelli vota no vereador Felicio Leite, e o vereador Agnaldo Puigo vota no vereador Helio Giardini. O vereador Joaquim Antonio Coimbra é eleito 1º secretario, recebendo 8 votos. O vereador Rubens Imanuelli vota no vereador Helio Giardini, e o vereador Joaquim A. Coimbra Filho vota no vereador Helio d'Arcadia. O vereador Antonio Cardoso Batista é eleito 2º secretario, recebendo 8 votos. O vereador Rubens Imanuelli vota no vereador Silviano Ribeiro Lourenço, e o vereador Antonio Cardoso Batista vota no vereador Rubens Imanuelli. - 3) Constituição das Comissões Permanentes para o ano de 1962: O vereador Agnaldo Puigo pede, e o plenario aprova, o adiamento, por uma sessão ordinaria, da constituição das Comissões Permanentes, pelo fato de não estarem presentes os vereadores do P.R. e da U.D.N., com exceção do edil Rubens Imanuelli. Procede-se à explicação pessoal. O vereador Felicio Leite se associa aos votos de pesar aprovados pelo plenario. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para a proxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 4 de janeiro de 1962, comunica que a Camara estará em recesso de 30 a 31 de dezembro de 1962, e encerra os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata, eu, datilografo do legislativo, a escrevi.

Helio Pinheiro
José Felippe Vieira

Ata da 1ª sessão ordinária do 3º ano, da 4ª Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 4 de janeiro de 1962.

Presidencia do Sr. Helio Pinheiro
Secretariada por José Antonio Coimbra Filho

Ao primeiro dia do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Helio Pinheiro, Helio d'Arcadia, Agnaldo Agostinho Puigo, Antonio Cardoso Batista, Helio Giardini, Celio Porto Fernandes, José Antonio Coimbra Filho, José Felippe Vieira, Romildo Mirando, Milton Bernardes Soares e Waldir Reis. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foi lida, aprovada e assinada a ata anterior. Passou-se ao Expediente, que constou do seguinte: - 1) Ofícios: - a) do Secretario da Agricultura, comunicando a impossibilidade da instalação, em Pinhal, de um Posto de Mecanização Agricola, e ordenando quais as providencias tomadas para coibir a pesca irregular no Rio Mogi-Guaçu: "Ciente. Arquive-se"; - b) Nº. 1/62, do Prefeito Municipal, encaminhando requerimento do motorista João Antonio Miani e outros, solicitando a criação de ponto para estacionamento de peruas de aluguel: "À Comissão de Justiça." - c) Indicação Nº. 1/62, do vereador Antonio Batista, sugerindo a proibição da venda de bebidas alcoólicas aos sabados e domingos no Mercado Municipal: "Ao sr. Prefeito". d) Requerimento do vereador Coimbra Filho: a) Nº. 1/62 solicitando informações ao executivo sôbre o motivo de não pagamento ao Famdec, da verba de cr$ 600.000,00 constante do orçamento de 1961: "Ao sr. Prefeito Municipal"; - b) Nº. 2/62, solicitando informações sôbre irregularidades na cobrança de emolumentos pela Prefeitura: "Ao sr. Prefeito Municipal"; - c) Nº. 3/62, solicitando informação ao executivo sôbre a compra, pela administração anterior de um trator Ford: "Ao sr. Prefeito Municipal" - d) Nº. 4/62, solicitando informação ao executivo sôbre a distribuição, entre as vitimas da enchente de 1956, da verba de cr$ 300.000,00 concedida pelo Governo do Estado: "Ao sr. Prefeito Municipal"; - e) Nº. 5/62, pedindo a nomeação de uma comissão especial para verificar a cobrança do imposto de transmissão imobiliário "intervivos": "Aprovados. Nomeio os vereadores Coimbra Filho, José Felippe Vieira e Helio Giardini para integrarem a Comissão, na forma requerida". - 4) Projeto de Resolução Nº. 1/62, do vereador Antonio Cardoso Batista, concedendo o titulo de cidadão pinhalense ao Sr. Helio Pinheiro: "À Comissão de Justiça". - 5) Projeto de lei: - a) Nº. 1/62, do vereador Waldir Reis, dando nome de Manoel Carlos Gonçalves à estação de tratamento de água "À Comissão de Justiça."; - b) Nº. 2/62 do vereador Celio Porto Fernandes, reduzindo a taxa de conservação de estradas municipais: "À Comissão de Justiça e Finanças"; - c) Nº. 3/62, do vereador Antonio Batista, criando um grupo de plenymento e trabalho e dando outras providencias.: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos"; - d) Nº. 4/62, do vereador Batista, criando mais dois Parques Infantis: "À Comissão de Justiça e Serviços Públicos"; e) Nº. 5/62, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para a desapropriação de terreno necessário à ampliação do cemitério municipal: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos"; - f) Nº. 6/62, do Prefeito Municipal,

abrindo crédito especial para ocorrer ao pagamento das despesas com o carnaval de 1966: "As Comissões de Justiça e Finanças" - do nº 762, abrindo crédito especial para ocorrer a despesas com aquisição de veículos: "As Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do expediente, usa da palavra o vereador Attilio Ciardini, que dirige um apelo ao chefe do Posto Famdel, para que volte a atender os moradores da zona rural, pois a moradores dessa zona não se quer mais necessitam de assistência, e ao mesmo tempo pede aos seus colegas para que intercedam junto ao governo do Estado no sentido de se conseguir um jipe para o atendimento dos nossos. - O vereador Antonio Batista justifica o projeto de resolução dando o título de cidadão pinhalense ao Dr. Attilio Pinheiro, afirmando ser uma homenagem necessária, tendo em vista os relevantes serviços prestados à coletividade pinhalense por esse ilustre digno ilustre homem público, que tem socorrido sempre na anonimato algumas de pessoas necessitadas que o procuram. Diz tratar-se de um pinhalense de coração, de uma estrela de primeira grandeza no cenário de nossa terra e que a homenagem é justa, ao contrário de outras pessoas que foram imerecidamente homenageadas. Deviz, em seguida, um apelo ao Sr. Prefeito Municipal, para que não mude a sede do Famdel para o prédio onde funciona o isolamento do "Hospital Francisco Rosas", mude a sede do Famdel para o prédio onde funciona o isolamento do "Hospital" "Francisco Rosas", principalmente para as crianças, e que a mudança para o isolamento do Hospital é um absurdo para o qual não existe justificativa, havendo mesmo objeção e resistência dos médicos e funcionários dessa ordem, que acham inconveniente a mudança. - Diz, em seguida, que a verba de cr$ 150.000,00 para os festejos carnavalescos em 1962 é pequena, motivo porque oportunamente apresentará emenda elevando-a para cr$ 200.000,00. Afirma, em seguida, ser favorável ao projeto de lei que dá o nome de Manoel Carlos Gonçalves à estação de tratamento de água, tendo votado contra a sua aprovação, anteriormente, porém entender que não se deve dar o nome de pessoas vivas a prédios públicos. O vereador Coimbra Filho diz ser necessário que o Prefeito Municipal complete o seu relatório, pois agradeceu apenas ao deputado Nagib Chaib, esquecendo-se de expressar sua gratidão ao deputado Miguel Jorge Nicolau, que conseguiu o Posto do Famdel para Pinhal, e não se lembrando do auxílio inestimável prestado pelo deputado Eleptério Araújo e Marechal Teixeira Lott, para a instalação de uma agência do Banco do Brasil em nossa terra. Diz, em seguida, que o dono do prédio onde vem funcionando o Famdel requereu o despejo deste, por falta de pagamento do aluguel, cabendo a responsabilidade disso ao Sr. Prefeito Municipal, que até agora não pagou a verba de cr$ 600.000,00 constante do governo passado em 1960. Diz, em seguida, que o imposto de transmissão "inter vivos" deve ser cobrado de acôrdo com a lei em vigor, a fim de evitar que indivíduos menos escrupulosos diga escrupulosos façam bandalheiras. Afirma que uma fazenda fora vendida por mais de duas dezenas de milhões de cruzeiros mas a sisa foi cobrada apenas na base de cr$ 4.500.000,00, não tendo havido avaliação posterior e nem sido cobrado o adicional de 20%. O que evidencia que alguem procedeu ilegalmente, havendo fraude diga por isso necessidade de se punir os culpados. Pois do contrário outras Negociatas aparecerão. Diz, em seguida, ser necessário que o Prefeito Municipal explique qual a solução dada ao caso do trator Fiat, pois a Prefeitura não recebeu, até agora, em devolução, a importância de cr$ 471.000,00 entregue à firma vendedora da máquina, havendo necessidade de se apurar de quem a responsabilidade por essa negligência. Encerra suas considerações dizendo ser necessário que o Prefeito queira o mistério da verba de cr$ 300.000,00 enviada pelo governo do Estado para socorrer as vítimas da enchente de 1956, verba essa que deve ser distribuída, em cumprimento as promessas eleitorais do atual chefe do executivo. - Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente agradece lhe passar a Ordem do Dia, que se constitue do seguinte: I Parte: - constituição das Comissões Permanentes - o Sr. Presidente declara que, de acôrdo com entendimentos mantidos com os líderes das diversas bancadas, as Comissões Permanentes ficaram assim constituídas: Justiça - Agenor Agostinho Veiga, Célio Porto Fernandes e Attilio Ciardini: - Finanças - Attilio Neite, Romildo Marcondes e Adilio Wenceslau Ferreira Guilherme - Waldir Peres, Coimbra Filho e Antonio Batista; - Educação e Higiene - José Felippe Nicolau Sulviano Rodrigues e Rubens Barreli. - II Parte: - 1) Primeira discussão diga discussão e votação do projeto de lei nº 11/67, do Prefeito Municipal, regulamentando diga regulamentando a instalação de transformadores em grandes edifícios, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: Aprovado. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 6/67, do vereador Célio Porto Fernandes, dispondo sôbre a obrigatoriedade da instalação de rêde de águas e esgôto em novos loteamentos, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e para ser transformado em indicação da Comissão de Serviços Públicos: Adiada a discussão por duas sessões, a requerimento do vereador Célio Porto Fernandes. - 3) Discussão e votação única do requerimento diga requerimento Nº. 122/60, do vereador Attilio Neite, solicitando a transcrição nos anais da Câmara da ata da reunião realizada em 25 de novembro de 1960 para tratar do caso da supressão do ramal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, com parecer favorável da Comissão Especial: Aprovado. - 4) Discussão e votação única do requerimento nº. 7/67, do vereador Romildo Miranda, solicitando a transcrição nos anais legislativos dos discursos pronunciados no Comitiva Municipal pelos Drs. Armando Ribeiro Junqueira e Attilio Pinheiro, por ocasião do rapatriamento do Sr. Antonio Carlos Gonçalves, com parecer favorável da Comissão Especial: Aprovado. - 5) Discussão e votação única do requerimento nº. 86/67, do vereador Coimbra Filho, solicitando a inserção, nos anais legislativos, do manifesto do senador Mauro Andrade, publicado na "A Gazeta", de 3/11/1961, com parecer favorável da Comissão Especial: aprovado, após declaração de voto contra a proposição Departamento de águas e Energia Elétrica, encaminhando parecer do engenheiro sôbre a retirada da proposição: aprovado o parecer. - Encetada a matéria em pautas o Sr. presidente anuncia ir passar à Explicação Pessoal. O vereador José Felippe Nicolau manifesta-se contrário à deliberação do chefe do Famdel que suspendeu o atendimento aos moradores da zona rural do município. O vereador Célio Porto Fernandes diz estar revoltado de ver o andamento de projetos de lei na Câmara

municipal, projetos na maioria demagógicos e com finalidade apenas de angariar votos nas próximas Eleições, faz que o Vereador, deixando de atender os reclamados dos moradores da Zona rural, perdeu 99% de sua finalidade e utilidade. Diz-se, em seguida, um apelo aos Deputados Nagib Chaib e Abigail Nicolau, que muito têm trabalhado em favor de nossa terra, para que consigam um jipe para o Vereador atender aos reclamados da zona rural. Diz, em seguida, estar de pleno acôrdo com o ponto de vista do vereador Caimbra Filho, quanto à distribuição da verba de Cr$ 300.000,00 entre as vítimas da enchente de 1956, distribuição essa tantas vezes premiada na Campanha eleitoral do Prefeito Antonio Costa. Diz, por último, ser favorável à mudança da sede do Vereador para o prédio cedido pelo Hospital "Francisco Rosas" frisando o assim de uma zona residencial e colocando o Orgão em local mais acessível, possibilitando uma melhor e maior assistência aos doentes e acidentados. O vereador Caimbra Filho diz que a Prefeitura está colocando emalamentos acima da tabela em vigor, sem autorização legislativa, o que é irregular. Diz, em seguida, ter apresentado há tempos, um projeto de lei concedendo um auxílio de Cr$ 100.000,00 para o Vereador mas a Comissão de Finanças deu parecer contrário alegando que o deputado Nagib Chaib havia destinado uma verba de igual importância para essa entidade, o que entretanto não aconteceu, tendo sido apenas propaganda política. O vereador Roman Feiga diz ter votado na Ordem do Dia, favorável à transcrição do manifesto do Senador Nogueira Andrade no ato dos trabalhos legislativos para acompanhar o parecer da Comissão Especial. Diz, em seguida, ser favorável a idéia de se corrigir um jipe para o atendimento, pelo Vereador, da zona rural, mesmo por que apelava ao executivo no sentido deste conseguir o referido veículo junto às autoridades federais. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente convocou os srs. vereadores para próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 15 vindouro, e encerra os trabalhos em seguida. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Saturnino de Queiroz, escrivão, a fiz escrever. = Ata a que se refere o requerimento nº 123/60, do vereador Félix Leite, aprovado na sessão ordinária de 1º de fevereiro de 1962. "Ata da reunião realizada na Prefeitura Municipal de Pinhal, com o fim de tratar do problema criado pelo decreto 37.518, que se refere à retirada do ramal da Mogiana que serve esta cidade. Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta, com a presença dos abaixo - assinados, convidados pelo senhor Presidente da Câmara, às vinte horas teve lugar numa das salas da Prefeitura, uma reunião para tratar do assunto acima. Com a palavra o Presidente da Câmara convidou-me para secretariar a mesma. A seguir deu a palavra ao sr. Prefeito, que expôs os entendimentos mantidos na Capital do Estado com as autoridades. Ficou deliberado o Sr. Prefeito solicitar uma audiência com o sr. presidente da Companhia Mogiana e outra audiência com o sr. Governador do Estado, para uma comissão composta do Sr. Prefeito, Presidente da Câmara, vereadores Líderes de Partidos e entidades de classe. Por proposta do sr. Presidente do Centro Pinhalense de Estudos e Debates, Dr. Adélio Guimarães Antônio Medeiros Batista, Atílio Geraldini, Estanislau Ricardo Guedes, José Narciso de Campos Filho, Egberto Nogueira Faria, Avelino Monteiro Dias, Joaquim Martins Siqueira, Catulo Spinelli, Francisco Rafael Nogueira, José Carlos de Andrade Waldemar Silva Costa, Dr. José Rubens Bartholomei. Pinhal, 25 de Novembro de 1960." Manifesta-se que se refere ao requerimento Nº. 86/62, do vereador José Antonio Caimbra Filho, aprovado na sessão ordinária de 15/2/1962. "Aos Pinhalenses. Dirijo aos pinhalenses esta mensagem de fé no futuro. Particularmente saúdo aqueles que participaram, com entusiasmo, esperança e coragem da Resistência Cívica pela legalidade. Convoco para Pinhal, duas brilhantes, que já despontam. Convoco-os pinhalenses, a que se reúnam e perfilem na defesa de seus interesses e direitos. Anuncia-se, para todos, uma luta generosa e pratriótica, que afirmará o sentimento indômito do povo. É depois duros, não mais se acharão carrascos filhos conquistando outrora pelos antepassados, com sacrifício, renúncia e confiança. A estrada de ferro será mantida, resta dêpo restituída a liberta pela vontade de ação dos homens que amam, defendem e honram o passado, na certeza de que deverá entregar a seus filhos pinhalenses mais digna de recebe-la e não menos do que tiveram. Esta é a minha palavra e o meu compromisso. Este é o meu apelo a Pinhal. Aos seus lavradores, aos que trabalham ainda na ferraria trucando da dia e noite especiais, aos jovens estudantes, enfim aos homens e mulheres de uma terra que quer amanhã ser para o futuro e não aceita o repúsculo de braços cruzados. Tenho um encontro marcado e dele eu não faltarei. Luiz Moura Andrade. 18 de Novembro de 1961." Aníbal Pinheiro

Ata da 2ª Sessão Ordinária, do 3º. ano, da 4ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 15 de fevereiro de 1962.

Presidência do Dr. Adélio Pinheiro
Secretariada por José Antônio Caimbra Filho

Aos quinze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, presidendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Adélio Pinheiro, Adélio D'Andrade, Agenor Feiga, Antonio Batista, Atílio Girardini, Félix Leite, José Antonio Caimbra Filho, José Felippe Prado, Hamildo Macedo, Nilton Bernardes Farias e Waldir Dias. Ao digo Havendo número legal, foi aberta a sessão. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte:- 1) ofício do IAPFESP encaminhando cópia de ofício de Cobrança remetido

ao Prefeito: "A Comissão de Justiça". – c) Requerimento: – a) Nº. 6/62, do vereador Waldir Pires, solicitando informações ao Presidente da Câmara sôbre a vinda, para Pinhal, de uma colonia japonesa; "A Presidencia da Câmara já diligenciou a respeito do assunto. Aguarde-se"; – b) Nº. 7/62, do vereador Caimbra Filho, solicitando informação ao executivo sôbre a falta de recolhimento de contribuições ao IAPFESP: "Ao Sr Prefeito". 3) Mensagens do Prefeito: a) Nº. 6/62, encaminhando o balanço da prestação de contas do exercício de 1961: "Ao Comissão de Justiça e Finanças"; – b) Nº. 7/62, encaminhando o balancete da Comissão de Carnaval do exercício de 1961: "Junte-se ao projeto de lei Nº. 6/62". – 4) Projetos de lei: a) Nº. 8/62, do vereador Caimbra Filho, dispondo sôbre a cobrança da taxa d'água": "Ás Comissões de Justiça e Finanças". – b) Nº. 9/62, do vereador Waldir Pires, revogando a lei que autorizou a doação de terreno para a construção de prédio destinado a Casa da Cultura: "Á Comissão de Justiça". – c) Nº 10/62 concedendo pensão mensal ao servidor municipal José Augusto: "Ás Comissões de Justiça e Finanças". – d) Nº. 11/62, dispondo sôbre a cobrança do imposto de diversões públicas: "Ás Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do expediente, o Sr. presidente dá a palavra aos Srs. vereadores. Usa-a primeiramente o vereador Agenor Teigo. O vereador Abilio Pinheiro pronuncia um discurso tecendo considerações sôbre a Escola Agrotécnica "Dr. Cardoso de Mesquita e Silva", elogia os professores, e durante o funcionários dêsse tradicional estabelecimento de ensino, dizendo de sua admiração por tudo que presenciou durante uma visita que ali fez. (Reassume a presidência o vereador Abilio Pinheiro). O vereador Antonio Batista diz ter recebido varios reclamações contra a alta dos preços dos generos alimenticios, critica a atitude dos produtores de leite que reduziram o preço do produto 3 vêzes em 3 meses, condena a alta do preço do pão, fabricado sem higiene e vendido de cr$ 75,00 a cr$ 85,00 o quilo, manifesta seu pasmo diante da verba parlamentar para pagamento de aluguel para o posto de estacionamento da Praça Rio Branco, diz que antes do término do mandato do atual Prefeito deve ser construida a estação rodoviaria, e encerra suas considerações externando que em o arroz da Coap estja sendo vendido a cr$ 50,00 o quilo, que o digo quando em São João da Boa Vista o mesmo produto está sendo entregue ao público a cr$ 42,00 o quilo. O vereador Romildo Miranda, na qualidade de professor da Escola Agrotécnica agradece as referências elogiosas feitas a êsse estabelecimento de ensino pelo vereador Abilio Pinheiro. O vereador Caimbra Filho requer e o plenário aprova, a consignação, na ata, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Joaquim Moura Andrade. Em seguida diz que na cobrança da Fazenda Santa Rita não houve negociata, mas sim acêrto prejudicial ao Município, tendo o Prefeito intervido os interessado para reclamarem o adicional de 20% somente após a discurso por S. Excia. pronunciado na sessão anterior. Requer e a presidência concorda, seja solicitada ao Prefeito a remessa, à Câmara, do processo da Fazenda Santa Rita. Diz que o Prefeito somente pagou os alugueis da Samdu após as criticas que teceu na Edilidade ao chefe do executivo. Condena a atitude do Prefeito, que não vem pagando ao Instituto de Aposentadoria as contribuições descontadas dos servidores municipais, critica a atitude do chefe do executivo que despachou contrariamente um pedido de redução da taxa d'água formulado por proprietarios liberais, tendo posteriormente, verbalmente, determinado a redução pretendida, a fim de que o povo não fique sabendo. Encerra suas considerações dizendo constar, na cidade, que foi exonerado do cargo de presidente da Comissão Municipal de Esportes, mas que ignora êsse fato, porquanto até agora não foi publicada, na imprensa local, a portaria de exoneração pedida de ferer das acusações do vereador Caimbra Filho, declarou que de fato o chefe do executivo se esqueceu, no final do seu relatório, de agradecer aos deputados Miguel Nicolau e Clepino Araujo e ao Marechal Dutra pelo auxilio que emprestaram à administração municipal, mas que estava autorizado, pelo chefe do executivo, a tornar públicos, naquele instante, os agradecimentos do Sr. Antonio Costa. progresso dizendo que o Prefeito atrazou o pagamento dos alugueis do prédio onde funciona a Samdu de comum acôrdo com o proprietário do imovel, que deixa impostos e taxas à Prefeitura, e que o chefe do executivo posteriormente pagou as importâncias devidas não pelas denuncias do vereador Caimbra Nicolau, que não havia necessidade de a Prefeitura pagar a verba de cr$ 600.000,00 constante do Convenio, pois isso era apenas uma formalidade, mas que a União não exigiria o pagamento do fogo-lo, não estando o chefe do executivo obrigado a procurar essa instituição para proceder o respectivo pagamento. Diz que se o Samdu pedisse o pagamento ao Prefeito não poderia fazê-lo, então sim a Câmara deveria agir, mas que isso não acontece, porquanto as verbas estão no orçamento, mas não são reclamadas, o que evidencia que o Samdu não as quer receber, motivo porque o chefe do executivo não deve entregar ao Governo Federal, de mão beijada, as respectivas importâncias. Afirma que o Samdu e o agencia do Banco do Brasil foram criados a Bem com fins meramente politicos e não para benefício do povo, entendendo o orador que o único a ter mérito na criação da agencia do estabelecimento de crédito supra mencionado foi o deputado Clepino Araujo. Diz, em seguida, que a verba dada pelo Governo do Estado para socorrer as vitimas da enchente de 1956, está depositada num estabelecimento de crédito local, tendo sido aguardando autorização, já solicitada da Secretaria competente para utilizar o saldo na execução do serviço de alargamento do Ribeirão dos Seixos. Afirma acompanhar o Prefeito por entender que êste não cometeu nenhum crime, e que todos os vereadores devem agir da mesma forma com que vem agindo o vereador Caimbra Filho, porem, sem intuitos politicos. Admite que tenha havido erro no Prefeito e derelito dos funcionários municipais no caso da avaliação da Fazenda Santa Rita, porém foram sanados em tempos dêste tempo, não tendo havido dolo ou má fé de quem quer que seja. Encerra dizendo que o Banco do Brasil Fiat

cuja compra foi aludada pela Câmara na legislatura passada, está aguardando sentença do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. Presidente comunica ao plenário que, tendo comido na cidade a notícia de que o professor Adelcides Pontes Bueno, Diretor do Grupo Escolar "Cel. Batista Navais" fizera, perante varios professores, referências desairosas à Câmara Municipal, foi procurado, em sua residência, pelo referido professor, que lhe declarou, peremptoriamente, não ter feito nenhuma apreciação depreciativa à atuação dos srs. vereadores, e que seria um absurdo ferir a uma corporação composta de cidadãos dignos, e que estaria pronto a comparecer perante o legislativo a fim de desmentir os boatos que caluniavam pela cidade. Tendo devido da Presidência de fender o decôro da Câmara Municipal convocou todos os vereadores para uma reunião, para deliberar sôbre o caso. Nessa reunião transmitiu aos srs. vereadores as explicações dadas pelo professor Adelcides Pontes Bueno, tendo os edis durante dessas explicações, dado o caso por encerrado; uma vez que o referido professor declarara não ter existido tal fato gualquer referência desairosa ao Legislativo Municipal. Em seguida anuciou ir passar à Ordem Do Dia, que se constituiu do seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 11/62, do Prefeito Municipal, regulamentando a instalação de transformadores em grandes edifícios, com parecres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviço Públicos: Aprovado em 2ª. Discussão e dispensado da redação final, a requerimento do vereador Agenor Braga aprovado pelo plenário. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 3/62, do vereador Antônio Medeiro Batista, criando um Grupo de Planejamento e Trabalho, com parecer contrário da Comissão de Justiça e para ser transformado em indicação da Comissão de Serviços Públicos: aprovado o parecer da Comissão de Serviços Públicos, após terem falado a favor da proposição os vereadores Waldir Peres e Antonio Batista, e contra os vereadores Attilio Guardini, Agenor Braga, Hélio Leite e Romildo Miranda. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº. 1/62, do vereador Antônio Medeiro Batista, concedendo o título de cidadão Pinhalense ao Dr. Hélio Pinheiro, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado por unanimidade, após terem usado da palavra todos os vereadores presentes, tecendo grandes elogios ao Dr. Hélio Pinheiro e exaltando a personalidade deste ilustre homem publico. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 1/62, do vereador Waldir Peres, dando o nome de Manoel Carlos Gonçalves ao prédio da estação de tratamento de agua, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado, após terem se manifestado favoràvelmente a proposição os vereadores Agenor Braga, Antônio Batista, Caimbra Filho e Romildo Miranda. O vereador Hélio Leite, por razões de ponto de vista administrativo, desfavoràvel a por conveniência lamentou não poder estar de acôrdo com o projeto, motivo por que se absteve de votar retirando-se do plenário na hora da votação. - 5) Discussão e votação única da mensagem nº. 1/62 do Prefeito Municipal, encaminhando requerimento de João Antônio Ulian e outros moradores proximos, solicitando a criação de ponto para estacionamento de perueas de aluguel, com parecer da Comissão de Justiça contrário e pelo arquivamento da proposição: o vereador Hélio Leite formulou um requerimento, que é aprovado pelo plenário no sentido de se deixar a proposição ao Prefeito, por tratar de matéria da alçada do executivo. Logo após a matéria em pauta o sr. presidente congratulou-se com a Câmara pela homenagem prestada ao ex-prefeito Manoel Carlos Gonçalves, através da aprovação do projeto de lei dando o nome desse ilustre homem publico ao prédio da estação de tratamento de água, bem como expressa seus mais sinceros agradecimentos aos vereadores que lhe concederam o honroso título de cidadão pinhalense. Passa-se em seguida a explicação pessoal. O vereador Hélio Leite diz que esteve se aveturando ao se redomar contra o Domdon, não havendo justificativa para o não atendimento de chamados, como vem acontecendo ultimamente. Êste diz Leite o caso de um acidentado, que esteve durante 6 horas esperando, na estrada de Jacutinga, e que não pôde ser atendido na pessoa do Sandu pelo fato de ali não se encontrar nem o médico e nem o enfermeiro. Protesta contra a atitude dos médicos e funcionários do Sandu que têm má vontade para com o povo, e diz que os mesmos, se não estiverem satisfeitos com o emprego que pegam demissão, ao invés que trabalhem, pois para isso estão ganhando. Diz que os verdadeiros comunistas, que fazem o povo descer de tudo e de todos, são aqueles que procedem como os médicos e funcionários do Sandu. Afirma, em seguida, que se encontra na Escola Agrotécnica local, o procuro sôbre a criação, em Pinhal, de uma Escola Veterinária, motivo por que apelava daquilo do referido estabelecimento de ensino para exarar parecer sôbre a matéria, a fim de que não aconteça como no caso de Vema, em prejuizo da cidade. Afirma ainda, na Escola Agrotécnica, funcionários que tem prazer do progresso e prosperidade da instituição, o que não se justifica, e que, com a instalação ali de uma Escola Veterinária, poderia haver uma medida distributiva dos funcionários, existentes com partura. Ninguem mais querendo usar da palavra, é lido e aprovado o requerimento de nº. 8/62, do vereador Antônio Batista, e outros, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o encerramento da ordinária, para 2ª. discussão do projeto de resolução nº. 1/62, e projeto de lei nº. 1/62. Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente convoca os vereadores para a sessão extraordinária, a realizar-se logo em seguida e encerra os trabalhos. Do que para constar faz lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Mello, secretário, a fiz escrever.

Ata da 1ª. sessão extraordinária, do 3º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 15 de fevereiro de 1962.

Presidência do Dr. Hélio Pinheiro

Secretariado por José Antonio Caimbra Filho

Aos quinze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da

2ª. sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Abílio Pinheiro, Abílio D'Arcadia, Agenor Feijo, Antônio Batista, Attilio giardini, Célio Neite, José Antonio Caminha Filho, José Felippe Ayudo, Romildo Saranda, Milton Bernardes Farias e Waldir Peres. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Passou-se imediatamente a Ordem Do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de resolução nº. 1/62, do vereador Antonio Batista, concedendo o titulo de cidadão pinhalense do Dr. Abílio Pinheiro, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado em 2ª. discussão e dispensado da redação final. a requerimento do vereador Agenor Feijo. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 1/62, do vereador Waldir Peres, dando o nome de Manoel Carlos Gonçalves ao prédio da estação de tratamento de agua, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado em 2ª. discussão e dispensado da redação final, a requerimento do vereador Agenor Feijo. Esgotada a materia em pauta o Sr. presidente agradece a presença do representante do jornal local "A Folha", sr. Feliciano Vidra, convoca os vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 12. de Março vindo dizer-lhe e encerra os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lima, secretário, a escrevi, digo a fiz escrever.

Abílio Pinheiro
Presidente da Câmara

Ata da 3ª. sessão ordinária, do 3º. ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 1º de março de 1962

Presidência do Sr. Abílio Pinheiro
Secretariado por Antônio Medeiros Baptista

Ao primeiro dia do mês de março de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Abílio Pinheiro, Agenor Agostinho Feijo, Antônio Medeiros Baptista, Attilio Giardini, Abílio Nogueira Neite, José Felippe Ayudo, Waldir Peres e Célio Neite Fernandes. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Passou-se à leitura do expediente, que constou do seguinte:- 1) Ofício do Diretor da Escola Agrotécnica, prestando informações sôbre pedidos referente à adução, em Pinhal, de um Curso de Veterinária: "Ciente. Arquive-se". - 2) Ofício do advogado Benedito Ferreira Pinto, prestando informações sôbre a ação judicial que a Prefeitura vem movendo contra a firma Abasto Agrícola S/C: "Responda aguardando os esclarecimentos sôbre o assunto a que se referem. Ficam os ofício e documentos que o instruem na Secretaria da Câmara, à disposição dos Srs. vereadores, para examiná-los, querendo, no prazo de 6 dias. Decorrido êsse prazo, arquive-se". "Arquive-se". 3) Indicação nº. 2/62, do vereador Célio Neite Fernandes, sugerindo ao Prefeito que ceda a caminhonete Dodge para o Sambe atender aos chamados da zona rural: "Ao Prefeito". - 4) Requerimentos: a) nº. 4/62, do vereador Célio Neite, no sentido de se comunicar ao sr. Horgan Agc Damell para visitar Pinhal: "Oficie-se na forma solicitada"; b) nº. 10/62, do vereador Waldir Peres, solicitando a constituição duma comissão para estudar o problema da instalação de telefones na zona rural: "Nomeio os vereadores Waldir Peres, Célio Neite e Agenor Feijo para constituirem a Comissão". - c) nº. 11/62, do vereador José Felippe Ayudo, solicitando "a assembléia legislativa que aprove o projeto de lei que sanciona o Instituto do Café do Estado de São Paulo: "Oficie-se na forma solicitada". Encerrada a leitura do expediente, usa da palavra o vereador Agenor Feijo que formula um requerimento, aprovado pelo plenário, no sentido de se oficiar ao Sr. Juiz de Direito da Comarca de Pinhal, residência para São Paulo, agradecendo os serviços prestados à Coletividade Pinhalense como professor, advogado e vereador. O vereador Waldir Peres requer, e o plenário aprova, um voto de louvor ao Sr. José Nelson Bastalamia, pelo movimento musical que tem empreendido em defesa do café. Justifica, em seguida, o requerimento de sua autoria solicitando a formação duma Comissão especial para estudar a possibilidade da instalação de telefones na zona rural. O vereador Antonio Baptista procede à leitura do ofício de dois telegramas que foram enviados ao Prefeito, sôbre reforma agrária e construção, em Pinhal, de prédio próprio para o centro de saúde, ao mesmo tempo que deseja um apêlo ao chefe do executivo, em nome dos moradores prejudicados, para que seja reparada a estrada municipal que demanda a Faculdade. O vereador Célio Neite Fernandes pede sôbre a necessidade de ser cedido ao Sambe um bloco para o atendimento aos chamados da zona rural, e critica a Secretaria da Agricultura, onde não se faz política, ao mesmo tempo que requer, com a aprovação do plenário, que a Câmara preste informações à Secretaria da Agricultura, pelo aumento do preço dos elementos de mistura e fixação nos fertilizantes, para que seja repassada aos lavradores para plantio. Finda, então, o pequeno expediente, que é aprovado no sentido de se oficiar ao Ministério da Agricultura solicitando seja posto em prática o plano de erradicação do Governo Federal, para a remessa da lavoura cafeeira digo cafeeira. Usa da palavra o vereador Waldir Peres, que se constitui digo constitue do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 7/62, dispondo sôbre a cobrança do imposto de diversões públicas, com parecer favoravel das Comissões de Justiça e Finança: aprovado em 1ª discussão e dispensada a leitura, a requerimento do vereador Célio Neite. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 10/62, do Prefeito Municipal, concedendo pensão mensal ao servidor Municipal José Nunes. Com parecer favoravel das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 8/62, do vereador Caminha Filho, dispondo sôbre a cobrança da taxa de água, com substitutivo da Comissão de Justiça e parecer favoravel ao substitutivo da Comissão de Finança: adiada a discussão por 1 sessão, a requerimento do vereador Célio Neite Fernandes. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 9/62, do vereador Waldir Peres, revogado a lei que autorizava a doação de terreno para a construção de prédio proprio para a casa da lavoura de Pinhal, com parecer contrário da Comissão de Justiça: rejeitado o projeto, após o vereador Waldir Peres ter declarado não desejar pri-

ver a cidade de um novo prédio, mas sim salvar uma praça pública; o vereador Célio Porto Fernandes declarou ter sempre protestado contra a avantajada do poder público de destruir praças públicas; o vereador Agenor Feijó declarou que a Praça Geraldo Sandoz é Cantinho e não praça, que o projeto tratava de matéria vencida, que o terreno pode ser substituído por outro e que era um absurdo a construção de casas da Carreira em todos o municípios. Após a rejeição do projeto o vereador Waldir Teres requer e o plenário aprova, a constituição duma Comissão especial para estudar junto ao Prefeito a possibilidade de ser substituído o terreno destinado à construção de prédio para a Casa da Carreira, nomeando o Presidente os vereadores Agenor Feijó, Célio Porto Fernandes e Waldir Teres para integrarem a comissão. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 6/62, do vereador Célio Porto Fernandes, dispendo sobre a obrigatoriedade da instalação de rede de água e esgotos em novos loteamentos, com parecer favorável da Comissão de Justiça e para ser transformado em indígito da Comissão de Serviços Públicos: aprovado o parecer da Comissão de Serviços Públicos. - 6) Discussão e votação única do ofício do IAPFESP, encaminhando cópia de correspondência enviada ao Prefeito solicitando o pagamento de débito em atraso, com parecer da Comissão de Justiça pela arquivamento da proposição: aprovado o parecer. Logotada a matéria em pauta, o sr. presidente Nemias convidou os vereadores Célio Leite, Célio P. Fernandes e Waldir Teres para, em comissão, recepcionarem oficialmente o Juiz de Direito e o Promotor Público recentemente nomeados para a comarca de Pinhal: Nemésio Lamblém, os vereadores Attílio Giardini, Antônio Baptista e José F. Prado para, em nome da Câmara, recepcionarem o ex-vereador Pedro da Silveira Franco, que se encontra gravemente enfermo. Convocou os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 15 vindouro, e encerra os trabalhos. Do que, para constar, eu, Estanislau de Mello, secretário, a lavrei a presente ata. Eu, Estanislau de Mello, secretário, a lavrei a presente ata. Célio

Ata da 4ª. sessão ordinária, do 3º ano, da 4ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 17 de Maio de 1962.

Presidência do Sr. Abílio Linhares
Secretaria do por José Antônio Coimbra Filho

Aos dezesete dias do mês de Maio de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara a Municipal de Pinhal, as nove horas procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Linhares, Attílio D'Arcadia, Agenor Agostinho Feijó, Antônio Medeiros Batista, Attílio Giardini, Célio Vergueiro Coelho, José Antônio Coimbra Filho, José Felippe Tiveto e Waldir Teres. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Passou-se à leitura do expediente, que constou do seguinte: - 1) Ofício: - a) do Secretário da Agricultura, prestando informações sôbre o aumento de preços de sementes fornecidas pela Casa da Lavoura: "Ciente. Arquive-se"; - b) dos professores diplomados Garcia de Oliveira e Nelly Martins Garcia, agradecendo a homenagem que lhes foi prestada pela Câmara: "Ciente. Arquive-se"; - c) do Serviço de cooperação com os Municípios comunicando não ter sido comemorado o dia 15 de Março, data em que se comemora o aniversário da Secretaria da Fazenda; a dispensação da Prefeitura de Pinhal: "Ciente. Arquive-se"; - d) da Prefeitura Municipal de Pirassununga, encaminhando o projeto referente ao Posto de Saúde de Pinhal, enviando cópia enviada àquela Municipalidade por engano: "Aguarde-se". 2) Indicações: - a) nº. 3/62, do vereador Agenor Feijó, sôbre a necessidade de ser cobrado o imposto e impedido de indústrias e profissões de vendedores ambulantes: "Ao sr. Prefeito"; - b) nº. 4/62, do vereador Antônio Batista, no sentido de as atas da Câmara serem publicadas na imprensa somente após terem sido aprovadas pelo plenário: "A Presidência estudará a sugestão contida na parte indicação". - 3) Requerimento: a) nº. 12/62, do vereador Coimbra Filho, convocando o Prefeito Municipal para comparecer ao plenário da Câmara, a fim de prestar informações sôbre 16 itens previamente formulados: "Rejeitado pelo plenário. Arquive-se"; - b) nº. 13/62, do vereador Coimbra Filho, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Rizzoni: "Aprovado"; - c) nº. 14/62, do vereador Coimbra Filho, propondo um voto de congratulações com o deputado Ranieri Mazzilli, pela sua investidura no cargo de Presidente da República: "Aprovado"; - d) nº. 15/62, do vereador Coimbra Filho, congratulando-se com o Senador Maura Andrade e com o deputado Ranieri Mazzilli pela reeleição do primeiro para presidente do Senado, e do segundo para presidente da Câmara Federal: "Aprovado"; - e) nº. 16/62, José Felippe Tiveto, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. Benedito Stefanes Costa e da Mãe do sr. Frei Batista Nitrini: "Aprovado"; - f) nº. 17/62, do vereador José Felippe Tiveto, pedindo junto à Secretaria da Fazenda contra a imposição de multas por feriais estaduais: "Aprovado"; g) nº. 18/62, do vereador Waldir Teres, solicitando informações ao executivo sôbre a instalação, na cidade, de hidrômetros: "Encaminhe-se ao sr. Prefeito"; - h) nº. 19/62, do vereador Coimbra Filho, solicitando a inclusão, na ordem do dia, de três projetos de resolução dispondo sôbre a concessão de títulos de cidadão pinhalense "Aguarde-se"; - i) nº. 20/62, do vereador Coimbra Filho, solicitando ao Executivo a inclusão de verba orçamentária para a construção de prédio próprio destinado à Agência Postal Telegráfica de Pinhal: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; - j) nº 21/62, dos vereadores José Felippe Tiveto e Attílio Giardini, solicitando providências do Inspetor Escolar e do Diretor do Instituto de Educação "Cardeal Leme", vêz sentido de ser apurado a causa da reprovação, em massa em duas matérias, de alunos matriculados nêste estabelecimento de ensino. O requerimento foi retirado pelo seu autor, ficando designado n'a comissão especial para entender-se com o Diretorio do Instituto de Educação "Cardeal Leme", composta dos vereadores José Felippe Tiveto, Waldir Teres, Célio Leite e o Presidente da Câmara, por ausência do vereador Célio Leite, assinado pelo plenário"; - k) nº. 22/62, do vereador Mauro Dal Guerra, solicitando prorrogação de licença por mais 231 dias: Concedida a licença, continua no exercício do mandato o suplente Waldir

Reis". 4) Projetos de Lei: - a) Nº. 12/62, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a fixação de vencimentos de funcionário Municipal: à Comissão de Justiça e Finança"; - b) Nº. 13/62, do vereador Valdir Reis, proibindo a propaganda política em muros e prédios: "à Comissão de Justiça e Serviços Públicos"; c) Nº. 14/62, do vereador Caimbra Filho, dispondo sôbre a cobrança de impostos de negociantes ambulantes "à Comissão de Justiça e Finança"; - d) Nº. 15/62, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de cr$ 10.000.000,00 a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo: "à Comissão de Justiça e Finança". Encerrada a leitura do expediente, usa da palavra o vereador Caimbra Filho. Formulou três requerimentos que são aprovados pelo plenário, congratulando-se com a promoção a Inspetor, do gerente da agência do Banco do Estado de São Paulo, sr. Carlos Festa da Costa; congratulando-se com o sr. Dorival Contreiras, contador promovido a gerente, e propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. Jorge Linton. A firma, em seguida, que a Câmara Municipal está arrependido digo acorrentada ao Prefeito, fazendo tudo que o chefe do executivo deseja. Justifica o requerimento em que solicita a inclusão de verba e comentária para a construção, pela União, de prédio próprio para a agência do Correio. Diz que apesar do trabalho desenvolvido pelo P.S.D., não foi possível a recondução, pelo Governo Federal, da Escola de Auxiliares de Enfermagem, pois a "Mesa do Hospital "Francisco Rosas" não se reconcilia com o ensino. Critica a atitude de seu colega, vereador Agenor Veiga, quando este afirmou, mantra oportunidade, que a agência do Banco do Brasil e o Posto do Correio foram criados em Fintal com fins políticos. Afirma que política e propaganda do candidato da situação, ao cargo de governador, foram feitas na inauguração do prédio do Instituto de Educação, na visita do professor Carvalho Pinto, e também quando esteve em Fintal o presidente do Instituto de Previdência do Estado, para assinar contrato para a construção de prédio da Casa da Lavoura. Diz que se esforçou para conseguir a nomeação digo nomeação dos membros da Comap, e quando tudo estava concluido o Prefeito interveio para discordar apenas do nome do presidente, que era o do orador, tendo então sido substituido por outro. Afirma que a Comap nada fez até agora, a não ser duas requisições de farinha para uma firma pertencente fabricar determinado produto. O vereador Agenor Veiga requereu o plenário aprova a inserção, na ata, de um voto de pesar pelo falecimento D. Luiz do Amaral Mourinho, Arcebispo de Ribeirão Preto, e outro pela morte de Dona Ina Ferreira. Arrolcaram em seguida, aos votos de pesar e congratulações aprovados pela Câmara, a teor vários considerações sôbre a mecanização dos serviços cobrado, dos vendedores ambulantes, o imposto de indústrias e profissões, pois ao contrário os comerciantes estabelecidos ficarão prejudicados. O vereador Célio Leite se associa aos votos de pesar e de congratulações aprovados pelo plenário e formula um requerimento, que é aprovado, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. João Valadi. Congratulando-se em seguidas, com a equipe de mapo que fundou a cooperativa dos trabalhadores, instituição que instalará uma farmácia popular e um armazém de gêneros alimentícios a preços populares. Dirige, em seguida, um requerimento ao sr. Prefeito Municipal, solicitando que através de oficios municipais ao da Comap, seja feito um levantamento do estoque de feijão existente na cidade, evitando-se a proibindo-se a saída do produto ao mesmo tempo que apela aos produtores locais para que não vendam feijão para fora do município, desde que não sejam prejudicados quanto ao preço. Protesta, em seguida, contra a praxe do seu colega Caimbra Filho, de que a Câmara está acorrentada ao Prefeito. Diz que o P.S.B., ao qual pertence, se reserva a parte ao pé de questões pessoais entre o Prefeito e o vereador Caimbra Filho. Critica a atitude de seu colega, que quando era elemento de confiança do Prefeito jamais solicitou informações sôbre a administração, e agora, encontrando-se em oposição ao chefe do executivo digo executivo, pretende colocá-lo em situação difícil, convocando-o para comparecer ao plenário do Legislativo. Diz que o requerimento de convocação do Prefeito, formulado pelo vereador Caimbra Filho, trata de assuntos demagógicos, sem nenhum benefício para a coletividade. Diz solicitar, naquele instante, exoneração dos cargos que desempenha na Comap e na Comissão Municipal de Esportes, pois entende que êsses cargos não devem ser ocupados por políticos. Afirma que não pleiteou os referidos cargos e que desde o início da atual legislatura o P.S.B. se pronunciou no sentido de se entregar a Comap ao Sindicato dos Metalúrgicos. Encerra suas considerações dizendo que o P.S.B. não colaborará para o agravamento da quentão pessoal existente entre o Prefeito e o vereador Caimbra Filho, que desejam transformar o plenário da Câmara em arena política. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente anuncia ir passar à Ordem do Dia, que se constitui do seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 10/62, do Prefeito Municipal, concedendo pensão ao servidor Municipal José Augusto, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado em 2ª. discussão e dispensado da redação final a requerimento do vereador Adélio D'Arcadia. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 11/62, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a cobrança do imposto de diversões Públicas, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança e emenda do vereador Adélio Giardini: aprovado o projeto e a respectiva emenda. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 6/62, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer às despesas com a realização dos festejos carnavalescos, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça: aprovado. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 7/62, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para a compra de veículos, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: a provado. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 8/62, do vereador Caimbra Filho, dispondo sôbre a cobrança de taxa de água, com substitutivo da Comissão de Justiça e pareceres da Comissão de Finança favoravel ao substitutivo digo substitutivo: adiada a discussão por uma

sessão ordinária, a requerimento do vereador Caimbra Filho.— Esgotada a matéria em pauta e ninguem querendo usar da palavra em explicação pessoal, o sr. presidente convoca os vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 7 de junho vindouro, ficando os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Jotumilno de Nunes, auxiliar, a escrevi.

Ata da 29. sessão extraordinária, do 5º. ano, da 4ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 9 de Julho de 1962.

Presidencia do sr. Agmar Agostinho Braga
Secretariado por José A. Caimbra Filho

Aos nove dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, ao decimo terço e trinta minutos, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Addio d'Arcadia, Agmar Agostinho Braga, Antonio Mn. Batista, Atilio Giardini, Helio V. Leite, José A. Caimbra Filho, Romildo Luiz Andrade, Silviano Rodrigues R. Lunotta e Waldi Pires. Deixou de comparecer, sem motivo legal, o vereador Adelio Pinheiro, solicitando 60 dias de licença, para tratamento de saude. Concedida a licença, convocou o respectivo suplente. Tendo o vice-presidente que assumira presidencia da Câmara Municipal, dirigido para substituí-lo, na Comissão de Justiça, o vereador Addio d'Arcadia. 2) Requerimento do vereador Addio d'Arcadia e outros, solicitando a convocação de uma sessão solene para comemoração do aniversario da Revolução Constitucionalista de 1932: "Aprovado. Ficam os srs. vereadores convocados para uma sessão solene, a realizar-se logo após o encerramento da 29. sessão ordinária". 3) Projetos de Lei do Executivo Municipal: a) nº. 16/62, autorizando a Prefeitura Municipal a doar, ao Instituto de Previdencia do Estado, imovel destinado a construção de grupo escolar: "Ao Comissões de Justiça e Serviços Publicos". b) nº. 17/62, autorizando a Prefeitura Municipal a realizar auxilio financeiro do Governo do Estado, para ser aplicado na reconstrução de uma ponte sobre o Rio Silveiras: "A Comissão de Justiça". Concluida a leitura do Expediente, o sr. presidente da a palavra ao vereador Waldi Pires que, em nome da Câmara Municipal, saúda o Padre João Batista Dampaio. O homenageado usa da palavra e agradece a homenagem de que era alvo naquele instante, ressalta sua saida de Pinhal aos 12 anos de idade e externa seus votos para que sua festa natal seja cada vez maior. O sr. presidente agradece a presença das autoridades, dos vereadores e do povo em geral, e convoca os edis para uma sessão solene, a realizar-se logo após o encerramento da 29. sessão extraordinária, incumbindo os trabalhos na seguinte. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Jotumilno de Nunes, auxiliar, a escrevi.

Ata da sessão solene da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 9 de Julho de 1962.

Presidencia do sr. Agmar Agostinho Braga
Secretariado por Antonio Mendonça Batista

Aos nove dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 29. sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Addio d'Arcadia, Agmar A. Braga, Antonio Mn. Batista, Atilio Giardini, Helio V. Leite, Romildo Luiz Andrade, Silviano Rodrigues R. Lunotta e Waldi Pires. Aludo os trabalhos o sr. presidente afirmou que o objetivo da Câmara Municipal era, através dessa sessão solene, homenagear a memória e homenagear aqueles que lutaram e defenderam a reconstitucionalização do país, entre os quais estiveram alguns filhos desta querida terra. Disse que aqueles que tombaram tiveram uma ideal, pela qual deu a vida São Paulo e ao Brasil ideal de paz e desenvolvimento e descanso eterno aos heróis da revolução de 1932. Usam da palavra em seguida, mostrando a atuação dos heróis da revolução de 1932 e homenageando aos publicamente que dela participaram, a homenagem de que se fizeram cidadãos, os vereadores Waldi Pires e Silviano Rodrigues, respectivamente em nome do U.D.N. e P.R. - Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convoca os vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 19 vindouro, e marca os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Jotumilno de Nunes, auxiliar, a escrevi.

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Pinhal, realizados em 19 de julho de 1962.

Presidência do sr. Agmar Agostinho Puigo

Aos dezenove dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, presidindo-os à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adélio d'Arcadia, Agmar A. Puigo, Antônio Lm. Batista, José R. Coimbra Filho, Elio Porto Fernandes e Zio d'Arcadia. Agmar A. Puigo, Antônio Lm. Batista, José R. Coimbra Filho, Elio Porto Fernandes e Waldir Peres. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, aguardou-se 15 minutos para proceder a nova chamada. Decorrido êsse prazo e feita nova chamada, verificou-se a presença dos vereadores Adélio d'Arcadia, Agmar A. Puigo, Antonio Lm. Batista, Elio P. Fernandes, Waldir Peres, José Filippe Vitolo e Romildo Miranda, perfazendo assim a falta de número legal. Assim, estando presentes 7 vereadores, o sr. presidente determinou fôsse feita, de acôrdo com o artigo 85 do Regimento Interno, a leitura do expediente que não dependia de voto da Câmara, o que constava do seguinte: 1) Ofício do Presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, comunicando ter sido autorizada a concessão, ao município de Pinhal, de um empréstimo de Cr$ 10.000.000,00: "Ciente. Agradeça". 2) Ofícios da Associação Paulista de Municípios, impostivos de Cr$ 10.000.000,00: "Ciente. Agradeça". 2) Ofícios da Associação Paulista de Municípios, encaminhados pela agência do I.B.G.E. de Pinhal, convidando os vereadores para participarem do II Curso Intensivo de Direito e Administração Municipal e do I Encontro de Municípios da São Paulo: "Ficam convidados os srs. vereadores"; 3) Requerimento nº. 25/62, do vereador Waldir Peres, solicitando informações ao executivo sôbre a fiscalização da água que abastece a cidade: - "Ao sr. Prefeito Municipal"; 4) Requerimento de Dona Guiszardi, solicitando equiparação de vencimentos: "A matéria é de competência do Chefe do executivo. Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal". Em seguida o sr. presidente convocou os srs. vereadores para uma sessão extraordinária, a realizar-se no dia 20 de julho, às vinte horas, a fim de ser discutida e votada a Ordem do Dia já encaminhados aos edis e que deveria ser apreciada na sessão ordinária do dia 19, que não se realizara. Encerrou os trabalhos em seguida. do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Freitas, escrevi. e subscrevi.

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Pinhal, realizados em 24 de julho de 1962.

Presidência do sr. Agmar Agostinho Puigo

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adélio d'Arcadia, Agmar A. Puigo, Antônio Lm. Batista, José F. Vitolo, Waldir P. Peres e Waldir Peres. Foi anotada na chamada a ausência sem justificação, sendo dispensado de prestar o compromisso regimentado, por já o ter feito muitas oportunidades, o suplente do P.S.P., sr. José Costa. Não havendo número legal para abertura dos trabalhos, mas estando presentes sete vereadores, o sr. presidente determinou fôsse feita, de acôrdo com o artigo 85, do Regimento Interno, a leitura do expediente que não dependia de voto da Câmara, e que constava do seguinte: Ofício do vereador Antônio Carlos Nascimento, comunicando desistir do restante da licença que lhe fôra concedida a partir de 1º. de agôsto de 1961: "Ciente. A Secretaria, para a anotação devida". Encerrada a leitura do expediente e após decorridos os 15 minutos regimentais, e o sr. presidente determinou fôsse feita nova chamada, tendo respondido presente os mesmos vereadores que responderam à primeira. O sr. presidente declarou não haver sessão por falta de número legal, convocou os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 2 de agôsto vindouro, e encerrou os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Freitas, escrevi. e subscrevi.

Ata da 3ª. Sessão extraordinária, do 3º. ano, da 4ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 27 de julho de 1962.

Presidência do Sr. Agmar Agostinho Puigo,
Secretariada por José Antonio Coimbra Filho.

Aos vinte sete dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adélio D'Arcadia, Agmar Agostinho Puigo, Antônio Medeiros Batista, Antônio Carlos Nascimento, Hélio Vasqueiro Leite, José Antonio Coimbra Filho, José Filippe Vitolo, Romildo Miranda, Sebastião Rodrigues Lima de Mota, Milton Bonardo Soares, Elio Porto Fernandes, José Costa, Waldir Peres e Valter Faustino Ferreira da Silva. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte: 1) Agradecimentos: a) Nº. 28/62, do vereador Coimbra Filho, congratulando-se com a Diretoria do Banco Comercial do Estado de São Paulo S/A, pelo seu 50º. aniversário de atividades: "Aprovado"; - b) Nº. 27/62, do vereador Adélio Guardini, solicitando 30 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente"; c) Nº. 30/62, do suplente Pedro de Souza Carneiro, renunciando à primeira Suplência do P.R.: "Concedida a renúncia. Convo-

que - se o suplente da respectiva Legenda". - 2) Indicação Nº. 5/62, do Vereador Caimbra Filho, segundo seja instalada rêde de esgôto e executado o serviço de calçamento na Avenida Angelo Pupino "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal". 3) Projeto de Lei nº. 18/62, do vereador Caimbra Filho, declarando de utilidade pública o Grupo de Fraternidade Irmãos Flacus: "Às Comissões de Justiça e Negócios Públicos". - 6) Nº. 19/62, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre concessão de direitos: "À Comissão de Justiça e Finança". Encerrada a leitura do expediente, dá entrada no plenário, procedente do Partido Republicano. Usa da palavra, em Segunda, o vereador Caimbra Filho, congratulando-se com os diretores do Banco Comercial, pelos 50 anos de atividades em benefício da Coletividade, e realçando a atuação de seu presidente Dr. José Jesuíno White. Em, Congratula-se também, com a equipe que procedeu, em Sumaré, a aplicação da Vacina Sabin, e formula um requerimento, que é aprovado, propondo um voto de louvor a todos, que colaboraram nesse magnífico serviço, principalmente o médico - chefe do Centro de Saúde de Sumaré, Dr. Jaguaribara Mirtello Netto. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anuncia ir passar a Ordem do Dia, que se constitui do seguinte: - 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 15/62, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a contratação de um empestimo junto ao mesmo de cr$ 10.000,00 com a Caixa Econômica Estadual, para serviços de loteamento de suas novas de cidade, com pareceres favoraveis das Comissão de Justiça e Finança e emenda do vereador Waldir Stein: o vereador Pelio Leite requer, e o plenário aprova, o adiamento da discussão por uma sessão, a fim de que os vereadores tomem conhecimento da emenda apresentada a proposição pelo vereador Waldir Stein; - o vereador Valter Faustino também requer, e o plenário aprova, a volta do projeto de lei Nº. 15/62, por duas sessões, a fim de que possa ficar com a proposição em seu poder e estudar a matéria nela contida. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 8/62, do vereador Caimbra Filho, dispondo sôbre a cobrança da taxa d'agua, com substitutivo da Comissão de Justiça e parecer da Comissão de Finança favoravel ao substitutivo: aprovado o substitutivo. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 14/62, do Prefeito Municipal, autorizando o Prefeito a receber auxilio da D.O.P., para ser aplicado na reconstrução de uma ponte sôbre o Rio Claro, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 16/62, do Prefeito Municipal, autorizando a Prefeitura a doar, ao Instituto de Preziglencia do Estado, um imovel destinado a construção de prédio para o Grupo Escolar "Dr. Abelardo Cesar", com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: após terem os vereadores Valter Faustino, Hercules Florence e Helio Leite se pronunciado contra a destruição da Praça Vicente Guimarães, o vereador Helio L. Fernandes requereu, e o plenário aprovou, o adiamento da discussão por uma sessão, a fim de que a Câmara dê, ao Prefeito, os meios necessários para a desapropriação amistosa ou legal, da área de terreno necessária à construção de novo prédio para o Grupo Escolar "Dr. Abelardo Cesar" o Sr. presidente nomeia os vereadores Silviano Rodrigues Ramalho Miranda, Otelio Leite, José T. Paulo e Adelio D'Arcadia para, em comissão, estudarem a materia. - 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 11/62, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a cobrança do imposto de diversões públicas com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. - 6) Segunda discussão e dispensada a redação final, o requerimento do vereador Helio Leite. - 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 6/62, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer as despesas com a realização dos festejos carnavalescos, com o parecer favoravel das Comissões de Justiça e Finança e emenda do vereador Antonio Medeiros Batista: aprovado o projeto e encaminhada a emenda à Comissão de Finança, para parecer, a requerimento do vereador Helio Leite. - 7) Segunda discussão e votação do projeto de Lei Nº. 7/62, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer as despesas com aquisição de veículos, com pareceres favoraveis das Comissões de justiça e Finança e emenda do vereador Caimbra Filho: rejeitada a emenda e aprovado o projeto em 2ª discussão e dispensada a redação final, a requerimento do vereador Helio Leite. Esgotada a materia em pauta, passa-se à Explicação Pessoal. O vereador Edilo Egito Fernandes diz de sua alegria e rende graças ao Divino Espírito Santo, pelo restabelecimento do vereador Dr. Hélio Henrique, que submeteu-se a delicada intervenção cirurgica. O Sr. presidente congratula-se com os vereadores Antonio Carlos Marinelli, Valter Faustino e Hercules Florence, os dois primeiros por haverem votado e o último por haver iniciado as atividades legislativas; agradece a presença dos demais vereadores, diz de sua satisfação pelo restabelecimento do vereador Dr. Hélio Henrique, convoca os integrantes da Câmara Municipal para comparecerem à missa de 30º. dia, mandada rezar pelo Diretório Municipal do P.R., no dia 28 de julho, em favor da alma do ex - vereador Joaquim Angelo; diz Agnelo Tolvo e comunica que a Câmara também homenageará, oportunamente, este Ilustre ex - integrante. Convoca os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar - se no dia 6 de agosto vindouro, e encerra os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Diamantino de Freitas, secretário, a fiz escrever.

Diego

Hélio Leite Filho

Ata da 4ª Sessão Ordinária, do 3º. ano, da 4ª Legislatura, da Câmara Municipal de Sumaré, realizada em 2 de agosto de 1962.

Presidência do Sr. Agnelo Agostinho Tolvo
Secretariada por José Antonio Caimbra Filho

Aos dois dias do mês de agosto mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, às vinte horas, procedendo - se à chamada dos senhores vereadores, verificou - se a presença dos seguintes: Agnelo Agostinho Tolvo, Hércules Marshade Florence, Antonio Rodrigues Ramalho Motta, Waldir Stein, Romildo Miranda, Antonio Carlos Marinelli, Antonio Medeiros Batista, José Antonio Caimbra Filho, Adelio D'Arcadia e José Costa. Havendo número legal, foi aberta a Sessão

Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte: 1) Ofício da Diretoria do Clube Recreativo Banguense convidando os vereadores para as festividades comemorativas do seu 32º. Aniversário de fundação. Ficam convidando os vereadores para as festividades comemorativas do seu 32º. Aniversário de fundação. Ficam convidados os srs. vereadores". - 2) Indicação nº. 6/62, do vereador Antonio Medeiros Batista, sôbre a necessidade de ser determinado um dia certo para os funcionários Municipais receberem os respectivos vencimentos: "Ao Sr. Prefeito Municipal"; - 3) Requerimento nº. 31/62, do vereador Antônio Carlos Marinelli, requerendo

favor. O vereador Antônio Carlos Marinelli diz que antes de votar o empréstimo de cr$ 10.000.000,00 para o serviço de calçamento, pretende examinar as contas do executivo e saber qual a situação real dos cofres e das finanças municipais. Afirma que totalidade dos moradores da Estrada Vicente de Freitas Guimarães é contrária à utilização de referido imóvel para a construção de um prédio para Grupo Escolar. Diz que o Estado já tem um terreno, que é ona me, e que poderia ser aproveitado, positivo porque é favorável à construção de grupo, mas contrário à destruição da Estrada Vicente de Freitas Guimarães. O vereador Antônio Batista diz que durante a seca foi tomar um esp d'água, não conseguindo entretanto, enxugar o líquido, pois a água estava numa barbaridade de ruim tanto vá o curso de cloro existente na mesma. Ninguém digo Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente comocou os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 16 vindouro, e encerra os trabalhos em seguida. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Jerônimo de Queiroz, secretário, a escrevi, e vai assinada. Hélio Pereira, Antônio Carlos Marinelli, Antônio Batista.

Ata da sessão Solene da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 13 de agosto de 1962.

Presidência do sr. Agenor Agostinho Veiga

Aos treze dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, as nove horas, sob a presidência do Vereador Agenor Agostinho Veiga e com a presença dos vereadores Helio Perk Fernandes, Adelio Marcadine, José Antonio Coimbra Filho, Hercilio Pequeno Neto, Antonio Batista, Hercules Machado Florence, Romildo Miranda e Waldir Peres, foram abertos os trabalhos. O Sr. presidente afirmou que o objetivo da sessão solene que ora vai se realizando, era o de receber a visita de S. Excia. Reverendissima, D. David Picão, Bispo Diocesano. Noveia, em seguida, a comissão composta dos vereadores Hercules Machado Florence, Helio Neto e Waldir Peres, para introduzir o Bispo Diocesano no plenario, o que o feito cumprido, S. Excia. assume Juntamente a presidência da Câmara. Em seguida o Sr. presidente convida, para fazerem parte da mesa, o Sr. Antonio Costa, Prefeito Municipal, Cleuco E. Mauro, Vice Prefeito, Coronel S. M. Silva, ex-presidente da Câmara, Monsenhor José Jerônimo Balbino Turcheti e Padres David, Mateus e Esteves. Dá, em seguida a palavra ao Vereador Helio Perk Fernandes, que pronuncia, em nome da Câmara Municipal e do Prefeito, um vibrante discurso de saudação, exaltando as qualidades de líder religioso este padre de almas que caracterizam S. Excia. Reverendissima, D. David Picão, Bispo Diocesano. Usa da palavra, em seguida, D. David Picão, que agradece a homenagem de que era alvo, faz uma exortação sobre as responsabilidades dos líderes políticos e religiosos no setor da instrução e educação dos habitantes da zona rural, solicita o apoio do legislativo para a erradicação do analfabetismo no Município que é de 70% e encerra suas considerações suscitando a bênção de Deus sôbre todos os presentes. O Sr. presidente agradece a presença das autoridades, dos Vereadores, do povo e da imprensa, convoca os srs. Vereadores para a próxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 16 vindouro, e encerra os trabalhos em seguida. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Jerônimo de Queiroz, secretário, a escrevi, e vai assinada. Agenor Agostinho Veiga, Antonio Carlos Marinelli, Antonio Batista.

Ata da 6ª sessão Ordinária, do 3º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 16 de agosto de 1962.

Presidencia do sr. Agenor Agostinho Veiga
Secretariada por José Antonio Coimbra Filho

Aos dezesseis dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, as nove horas, procedendo-se a chamada dos srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - Adelio Marcadine, Agenor Agostinho Veiga, Antonio Carlos Marinelli, Antonio Batista, Helio Perk Fernandes, Helio Pequeno Neto, Hercules Machado Florence, José Antonio Coimbra Filho, José Felippe Duglo, Romildo Miranda, Silvano Rodrigues Lima da Mota, José Costa, Carlos Santino e Waldir Peres. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Passou-se à leitura do Expediente, que consta do seguinte: - I) Ofícios: - a) do deputado Norberto Schwyer Filho, solicitando a intercessão do legislativo junto ao Sr. Governador do Estado, para que seja promulgado o projeto de lei nº 538/57, criando uma faculdade de medicina veterinária em Pinhal. "Ciente. Oficia-se ao Sr. Governador do Estado"; b) do Banco Comercial do Estado de São Paulo, agradecendo a homenagem que lhe foi tributada pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se"; c) do diretor do Instituto de Educação "Cardeal-Leme", Prof. Cid de Oliveira Leite, prestando esclarecimentos sôbre a transferencia de alunos de educandário, para outras cidades visinhas. "Ciente. Arquive-se". 2) Indicações: - a) nº 7/62, do Vereador Antonio Carlos Marinelli, sobre a necessidade de o mercado Municipal permanecer fechado aos segundas feiras das 12 horas em diante para limpeza geral: "Ao Sr. Prefeito; - b) nº 8/62, do vereador Antonio Carlos Marinelli, sôbre a necessidade de ser dada mais autonomia e autoridade ao Fiscal Municipal: "Ao Sr. Prefeito Municipal"; - c) nº 9/62 do vereador Helio Pequeno dele se julgado sejam colocadas lampadas de iluminação pública nos postos já existentes na Vila Jardim Portuguesa: "Ao Sr. Prefeito Municipal"; 3) Requerimentos: - a) nº 32/62 do vereador José Felippe Duglo, congratulando-se com o deputado Ruy de Almeida Barbosa, pela interessante denuncia do caso do professor de Matemática, do Instituto de Educação "Cardeal-Leme". Aprovado; b) nº 33/62

do Vereador Helio Leite, no sentido de se solicitar ao Conselho Rodoviário que autorize a assinatura de convenio entre a Prefeitura Municipal e o D.E.R. para a indenização ou reparos de danos causados a ruas do perimetro urbano: "Aprovado". c) nº 34/62, do Vereador Antonio Carlos Mauricelli, solicitando informações ao executivo sobre o excesso e falta de oleo na agua que abastece a cidade: "Aprovado". "Ao Sr. Prefeito". d) nº 35/62 do Vereador Antonio Carlos Mauricelli, solicitando informações à Companhia Paulista de Força e Luz, sobre o fornecimento de energia eletrica com baixa voltagem: "Aprovado". e) nº 36/62, do Vereador Antonio Carlos Mauricelli, solicitando informações às Industrias Matarazzo S/A sobre o ruido causado pela fechadura da filial de Guthal: "Aprovado". f) nº 37/62, do Vereador Helio Fernandes Farias, solicitando 60 dias de licença, a partir de 1º de agosto de 1962: "Concedida a licença". Empossou-se o respectivo suplente da legenda, (Estudo presente ao recinto, foi entregue ao empossado, o suplente José Fonseca, que deixa de prestar o compromisso regimental por falta de quorum) ocupa a cadeira (oportunidade). 4) Projetos de Lei: a) nº 18/62, do Prefeito Municipal, dispondo sobre um empréstimo de Cr$ 5.000.000,00 a ser contraido com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo: "As comissões de Justiça e Finanças". b) nº 19/62, do Vereador Antonio Carlos Mauricelli, dando o nome de Joaquim Agueo Ribeiro a uma rua da cidade: "As Comissões de Justiça e Serviços Publicos". c) nº 20/62, do Vereador Helio Leite, autorizando a Prefeitura Municipal a receber, por doação, uma area de terreno para um loteamento: "As Comissões de Justiça e Serviços Publicos". d) nº 21/62, do Vereador Helio Leite, autorizando a doação do predio da Biblioteca e Museu "Dr. Benjamin Cesar" à Caixa Econômica Federal de São Paulo: o Vereador Valter Faustino, atendo a opinião de Hely Lopes Meireles autor do livro "Direito Municipal Brasileiro", requer não seja o projeto de Lei nº 21/62 considerado objeto de deliberação, por ser o mesmo ilegal. O Vereador Waldir Reis opina no sentido de a proposição ser encaminhada à Comissão de Justiça, para que esta opine sobre a legalidade. Os vereadores Helio Leite, e Helio Costa Fernandes manifestaram-se também favoraveis à propositura do projeto de lei à Comissão de Justiça. Posto em votação o requerimento do vereador Valter Faustino, foi o mesmo aprovado por 5 votos, tendo o presidente desempatado no sentido de a proposição ser considerada objeto de deliberação, e determinou, em seguida, seja ela encaminhada às Comissões de Justiça, Educação e Serviços Publicos, para parecer. Encerrada a leitura do expediente, o Sr. Presidente dá a palavra aos Srs. Vereadores. O Vereador Valter Faustino diz que alem de ilegal, o projeto de lei nº 21/62 contraria as tradições historicas da cidade, pois o predio da Casa da Independencia foi construido pelo filho mais velho de Bonifacio de Souza Brito, tendo sido transformado, via administração Florence, em Biblioteca e Museu. Afirma que não existe mais nada da Familia Souza Brito na cidade, pois tudo desapareceu na voragem do tempo, mesmo porque a administração pública não deve destruir, mas pelo contrario, deve conservar essa religiosa do passado, que é o predio da Biblioteca e Museu "Dr. Benjamin Cesar". O Vereador Helio Costa Fernandes diz que o C.E.C.A. escolheu entre os representantes dos cafeicultores, Bancos e Comunistas para passarem um ano no Rio de Janeiro, tendo sido como representante da Associação Rural de Guthal o Sr. José Antonio Fernandes Marques, e o plenario aprova a concessão pela Ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações como o Sr. José Antonio Fernandes, que realisou tanto de cooperativismo, plantio, colheita e comercio exterior do café, obtido, com brilhantismo entre 60 candidatos, o 1º lugar na lista de classificação e aperfeiçoamento. O Vereador Hercules Machado Florence, diz que sempre fez um juizo diminuto dos representantes do povo na Câmara Municipal, mas que agora participando dos trabalhos legislativos mudou o conceito em que tinha o vereadores, pois sobe realmente se interessam e trabalham em favor da coletividade. Estranhava, porem, que os vereadores tivessem em contrari opinião absolutamente contraria ao seu, especialmente do Vereador Hely Lopes Meireles, que afirma serem inoportunos os temas de seu conhecimento proprio, temendo em contrariar a opinião de um tratadista de direito. Afirma que o projeto de lei disposto sobre a doação do predio da Biblioteca é ilegal e ilogal e que não deveria ter sido considerado objeto de deliberação. Diz que um marchante ao solicitar a Câmara autorização para abater animais no bairro da Matriz, o legislativo não tomaria conhecimento do um pedido de tal natureza, tão absurdo ele seria, tanto quanto o projeto de lei do vereador Helio Leite, doando o predio da Biblioteca. Diz que os vereadores têm a obrigação de saber discernir o que é certo, o que é legal do que é ilegal, o que entendante não estava acontecendo. O Vereador Antonio Medeiros Batista congratula-se, em parte, com o seu colega Hercules Machado Florence, mas discorda também, por entender que se um marchante pedisse autorização à Câmara para abater animais no bairro da Matriz, os Vereadores que (mais) são democráticos deveriam tomar conhecimento do pedido e sobre ele deliberar. Diz em seguida, que o Diretor do Instituto de Educação "Cardeal Leme" informou à Câmara, por oficio, não saber a causa da ausencia de alunos para outros estabelecimentos de ensino, mas ao mesmo tempo afirmou aos pais que a greve dos estudantes era por causa do professor de historia, mandando ainda distribuir boletins na cidade esclarecendo outros pormenores sobre o assunto. Critica o prof. Leid de Oliveira Leite, Diretor do Instituto de Educação, por não ter dado atenção ao oficio da Câmara Municipal, e diz que o referido irá afirmara numa reunião realizada no Instituto que se os pais de alunos quisessem ele poderia mesmo expedir um documento para fazer um exame de sanidade mental no professor de historia. Diz que o assunto não está encerrado, pois atualmente no Instituto de Educação, o diretor briga com professores, o professores brigam com alunos, e ninguem mais pode tudo, motivo porque lavrara o seu mais veemente protesto contra a direção do referido estabelecimento de ensino. Afirma em seguida que a iluminação da cidade está pior que lamparina, a

voltagem está baixa, diminuindo cada vez mais, porém todos os meses a Companhia de força e luz envia contas mais elevadas aos consumidores. Congratula-se, em seguida, com o deputado Norberto Mayer Filho, pela aprovação do projeto de lei que cria em Pinhal, uma Faculdade de Medicina Veterinaria. O Vereador Antonio Carlos Marinelli, justifica as indicações e requerimentos de sua autoria, lidos no expediente, e diz que a doação do predio da Biblioteca á Caixa Economica Federal, é uma ideia louvavel, pois beneficia a cidade, porém entende que deve ser obedecido o codigo Civil que proibe doações dessa natureza, tornando assim ilegal o projeto de lei do vereador Helio Leite, que trata da materia. Congratula-se com os Vereadores Coimbra Filho e Helio Leite pela ideia de doarem a Fundação da Casa Popular e a Prefeitura Municipal, uma area de terreno destinada a construção de casas operárias e predio para o Grupo Escolar da Vila Centenario. O Vereador Helio Leite diz que apresentou o projeto de lei dispondo sobre a doação do predio onde funciona a Biblioteca Municipal, visando o interesse público e o embelesamento da cidade. Afirma que questões sentimentais não influem no seu modo de pensar, pois se fosse obedecida esta questão de tradição então deveriam ser conservados todos os predios velhos existentes na cidade, por pior que estivessem. Diz não aceitar reprimendas individuais antes da apreciação da materia pela Comissão de Justiça porém se ésta se manifestar contra a legalidade da proposição, então concordará com os seus opositores, a não ser que estes provem em ser de mais credenciados do que os membros da referida Comissão. Afirma não concordar com a qualificação de irresponsavel que lhe atiraram e encerra suas considerações dizendo que o predio da Biblioteca precisa passar por uma reforma e que por muito tempo a Prefeitura não terá dinheiro para reforma-lo. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente diz entender que os vereadores devem ter a liberdade para estudar, com vagar, os processos submetidos a consideração da Câmara para sobre eles se manifestarem, motivo por que S. Excia. desempatou a votação em favor da ida do projeto de lei nº 21/62 á Comissão de Justiça. Anuncia ir passar em seguida, a Ordem do dia que se constitui do seguinte: 1). Discussão e Votação da redação final do projeto de lei nº 6/62 concedendo auxilio para os festejos carnavalescos de 1962, com parecer da Comissão de Redação: aprovado.- 2) Discussão e votação única da prestação de contas do executivo Municipal, pertinente ao exercicio de 1961 com parecer da comissão de Justiça opinando estar a materia em condições de ser apreciada pelo plenário: adiada a discussão por uma sessão a requerimento do vereador Coimbra Filho; 3) primeira discussão e votação do projeto de lei nº 15/62 dispondo sobre a contratação de um empréstimo de Cr$ 10.000.000,00 com a Caixa Economica do Estado de São Paulo, para os serviços de pavimentação, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança e emenda do vereador Waldir Peres: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Agenor Agostinho Peigo, que deixara a presidência para requerer o adiamento: 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 19/62, do Prefeito Municipal, dispondo sobre concessão de auxilios com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado.- 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 16/62, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a doação da Praça Vicente de Freitas Guimarães para a construção de predio para o Grupo Escolar "Dr. Abelardo Cesar" com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: adiada a discussão por uma sessão, o requerimento do vereador Adelio Darcadia.- 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 8/62 da Comissão de Justiça, dispondo sobre a cobrança da taxa d'agua com parecer favoravel da Comissão de Finança: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Hercules Machado Florence. Egotada a Materia em pauta, o sr. presidente anuncia ir passar á Explicação Pessoal. O vereador Helio Leite, apela aos seus colegas para que atendem bem para o projeto de lei do empréstimo de Cr$ 10.000.000,00 pois a sua rejeição acarretará a paralisação do calçamento e a dispensa de um grande numero de servidores municipais. Afirma que se houver demora na aprovação desse projeto de lei, a Prefeitura correrá o risco de perder o empréstimo, não sendo justo que, com o intuito de combater o chefe do executivo, os vereadores venham a prejudicar a coletividade e humildes funcionarios. Afirma em seguida, que o P.S.B. achou interessante entregar aos candidatos ao cargo de Governador do Estado varias reivindicações, isso de conformidade com entendimentos mantidos com os diretorios e Comites locais, que posteriormente tratarão de garantir, para Pinhal, junto aos seus candidatos as referidas reivindicações. Diz não ter ido aos comites para aderir, mas apenas para entregar as relações das reivindicações dos pinhalenses, pois não está a procura de cargos ou posições politicas, mas está, isto sim onde sempre esteve, no P.S.B. partido pelo qual foi eleito, e que faz o que acha que deve fazer, visando sempre o interesse do povo e municipio e representando a parcela do eleitorado que votou nessa agremiação partidaria. O vereador Antonio Carlos Marinelli diz que a minoria, na atual legislatura, sempre foi pisada pela maioria. Afirma entender que as palavras do seu colega Helio Leite não foram dirigidas a S. Excia, e que achava certa a atitude deste vereador entregando, a todos os candidatos ao cargo de Governador do Estado, as reivindicações do Municipio de Pinhal. Diz ter apreciado a bela expressão do vereador Valter Faustino quando este afirmou não estar o orador influindo nas decisões da bancada do P.R. Afirma que se tivesse sido votado o projeto do empréstimo de Cr$ 10.000.000,00 seria contrario ao mesmo, mas que agora poderiam as bancadas entrar num acordo. Diz que a U.D.N. através de sua bancada, sempre compareceu as sessões da Câmara, tendo os seus vereadores cumprido o dever e colaborado para o bom funcionamento do legislativo.

Afirma ter se sentido ofendido com as palavras de seu colega Valdir Perez, durante a ordem do dia, de que deveria subir a Câmara. Escreve suas considerações dizendo estar pronto a cooperar na aprovação de empréstimo de Cr$ 10.000.000,00. O Vereador Pedro Fernandes diz que a Câmara e o Prefeito devem trabalhar no sentido de se resolver o caso do Ministério do trabalho, num novo convênio que possibilite ao Saudi o atendimento aos moradores da zona rural, tendendo assim a normalidade geral que preside essa assistência medica ao homem do campo. O Vereador Valdir Perez diz que o V.D.O. não é adesista e sim para a Câmara, até o fim, a independência que sempre caracterizou este partido. Afirma que estava exaltado quando ofendeu ao seu colega Antonio Carlos Marinelli, mas que não teve a intenção de faze-lo, pois não ofende a ninguem pelas costas, mas sim sempre a sinceridade, não atacando, para do legislativo, quem quer que seja. Diz ter sido acusado de ladrão de agua pelo Vereador Coimbra Filho, não tendo este procedido desta forma. O Vereador Walter Faustino aforma que o Prefeito na ultima sessão para ouvir a sua defesa. O Vereador Walter Faustino aforma que o Prefeito Antonio Costa sempre foi cidadão da cidade, não tendo por habito dar satisfações a ninguem. Diz ser desafeto do Prefeito, e que, o seu cunhado está em entendimentos com o executivo para a venda de um terreno a Prefeitura, mas que não será por isso que o vereador irá votar a favor do projeto de lei que autoriza a contratação de um empréstimo de Cr$ 10.000.000,00. Afirma ter sido esta a proposição referente ao empréstimo, não tendo porem apresentado nenhum estudo a respeito do assunto, estranhando, porque o plano de saneamento, organizado pelo ex-prefeito Manoel Carlos Gonçalves, tenha sido modificado com a evolução das Praças Caldeal-Kenne e Vicente de Freitas Guimarães. Diz que o empréstimo se for aprovado, deve ser usado para o calçamento das duas Praças e da Avenida Chumucu dos Santos, que já constavam no plano elaborado pela administração anterior. Afirma, em seguida que será o Saudi atender a zona rural, há necessidade de ser feito um novo convenio, após entendimentos com o Ministério do Trabalho. Escreve suas considerações dizendo que apesar de ter sido mais tecnicamente convidado, não tomará parte no convite em favor da candidatura do Sr. José Bonifacio, por estar incompatibilizado com o Prefeito Antonio Costa, mas que apesar disso não deixará, pessoalmente, bem como o diretorio do V.D., de apoiar o candidato governista. Ninguem mais querendo usar da palavra, o 1º presidente comunicou que, tendo recebido em Grafer particular, um telegrama do candidato Jânio Quadros, agradecendo a sua visita a Guthal, entrou em entendimentos com o presidente efetivo, tendo este manifestado opinião favoravel a que presidencia cumprimentasse ex-presidente da República em nome da Mesa da Câmara, o que fez, fez, a pesar de estar com o candidatura do Sr. José Bonifacio. Nada mais havendo a tratar, o 1º presidente encerra os 1os Vereadores para a proxima sessão ordinaria, a realisar-se no dia 6 de setembro vindouro, e encerra os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Domingos de Lucas, secretario, a escrevi, digo a fiz escrever.

Aluizio Pinheiro
Antonio Medeiros Batista

Ata da 1ª sessão extraordinaria do 3º ano da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Guthal, realizada em 28 de agosto de 1962.

Presidencia do Sr. Agenor Apostinho Feijo.
Secretariada por Antonio Medeiros Batista.

Aos sete dias do mês de agosto do um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Guthal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Guthal, as nove horas, procedendo-se a chamada dos Srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes.- Agenor Apostinho Feijo, Adolfo Dalgadia, Antonio Carlos Marinelli, Antonio Medeiros Batista, Hecho Pequeno de Leite, José Filippe Pucolo, Silviano Rodrigues, Dima do Mota, José Costa, José Gouveia, Nilo Giardini, Pedro Costa Fernandes e Valdir Perez. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos da 1ª sessão extraordinaria. Logo-se a leitura do Expediente, que consistiu do seguinte: 1) Mensagem nº 16/62 do Prefeito Municipal, encaminhando proposta da firma Trail Road S.A., para a venda de um conjunto mecanizado de construção de: As Comissões de Justiça e Finanças. 2) Requerimentos: a) nº 39/62, do vereador Walter Faustino, solicitando 30 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente". b) nº 39/62, do vereador Antonio Medeiros Batista, solicitando informações a Companhia (de) Força e Luz de Loiça e duas sôbre a baixa voltagem no fornecimento de energia elétrica, e a razão do aumento de preços das taxas: Aprovado. Oficie-se na forma solicitada. - 3) Indicações: a) nº 10/62, dos Vereadores Hecho Leite e Colip 2), Fernandes, no sentido de ser reconstruida uma ponte no Bairro do Carioquinho: "Ao Sr. Prefeito Municipal". b) nº 11/62, do vereador José Gouveia, no sentido de ser instalado um poste de iluminação existente no fim longo da rua Coronel João Bocaiuva e desobstruida a estrada nas imediações do Colegio Experito Santo. Ao Sr. Prefeito Municipal". 4) Projeto de lei nº 22/62, do Prefeito Municipal, autorisando a Prefeitura a assinar contrato com o Instituto de Providencia para construção de predio destinado ao funcionamento do Grupo Escolar Professor Benedito do Nascimento Rosas". As Comissões de Justiça e Serviços Publicos. 5) Ofício do suplente Demetrio Machado Pereira, comunicando estar impossibilitado de reassumir a cadeira de vereador, durante a licença concedida ao edil Walter Faustino: "Dou-se por ciente". Em seguida o suplente do P.T.B. Estando presente ao recinto o Sr. Mario Camargo, 2º suplente do P.T.B. foi chamado ao Plenario, presta o compromisso regimental e é declarado empossado. Em seguida o 1º presidente anuncia ir passar a Ordem do Dia, que consta de um unico item, a saber: Discussão e votação do projeto de lei nº 15/62, do Prefeito Municipal, dispondo de um empréstimo de Cr$ 10.000.000,00 a ser contraido com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para os serviços de pavimentação da cidade, com

favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças e emenda do Vereador Valdir Pires. O Vereador Antonio Carlos Marinelli protesta contra a atitude de seus colegas, por não ter sido procurado para um entendimento a respeito do projeto em discussão, pois estava disposto a aprovar o empréstimo desde que houvesse um acôrdo prévio. Afirma ser contra ter sido procurado para um acordo. Encerra suas considerações dizendo que os dez milhões de cruzeiros não beneficiarão ninguem, pois este dinheiro servirá para tapar os buracos da tesouraria municipal, e será empregado ao todo, menos no serviço de calçamento da cidade. O Vereador Antonio Medeiros Batista, diz ter procurado o seu colega Antonio Carlos Marinelli para um entendimento com o Prefeito, ocasião em que o Chefe do executivo aceitou a êste último para que houvesse um acordo na votação do empréstimo de dez milhões de cruzeiros. Tendo o Vereador Marinelli respondido que tudo deveria ser discutido nos seus devidos lugares. Republicano a fim de verificar a solicitação do Prefeito, tendo esta partido do Vereador Antonio Carlos Marinelli, o que é estranho, ter sido procurado, por duas vezes, para um entendimento. O Vereador Othaun Rodrigues diz que o P.R. vai votar favoravel ao projeto do empréstimo de Cr$ 10.000.000,00 porque tendo sido exigido fossem incluidos, no plano de calçamento, duas praças e uma avenida. Que tendo atendido a essa exigencia, e procedeu a inclusão desejada. O Vereador Carlos Gomes Bezerra declara o fato de os Vereadores Antonio Carlos Marinelli e Valter Faustino terem agido, na apreciação do projeto de empréstimos de dez milhões de cruzeiros, de acordo com as conveniencias eleitoreiras de cada um, procurando beneficiar determinados municipes. Diz que votaria o projeto em sabor, pois as ruas que são ser calçadas, situada se cada Vereador entenderem de indicar 3 ruas para serem calçadas. Afirma não ter tomado parte em reuniões para acordo políticos, pois não tenho conhecer que portas fechadas. Encerra suas considerações dizendo que lhe parecia ter havido uma baixa gauche. o 50% do P.R. favorável ao empréstimo, e em compensação a inclusão de duas praças e uma avenida no plano de calçamento. O Vereador Mario Reis, diz que o voto do P.R. requereu, numa das ultimas sessões, o prosseguimento da discussão do projeto em questão, por julgar necessario o calçamento das praças publicas, serviço que só poderia ser feito com o dinheiro do Empréstimo, pois as dotações eram todas pôr conta do Municipio. Diz não ter havido barganha, mas que se houvesse, ela redundaria em beneficio do povo, e encerra suas considerações afirmando estar satisfeito de poder votar favoravelmente o projeto do empréstimo. O Vereador Valdir Pires diz não ter tido na qualidade de Vereador da U.D.N., sido procurado para entrar em entendimentos sobre a votação do projeto de empréstimo, não tendo mantido contato com ninguem e nem participado de qualquer acordo com Vereadores, tendo-se limitado a discutir e expressar seu ponto de vista nas sessões da Câmara Municipal. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. Presidente coloca em votação o projeto de lei nº 1562 que é aprovado por 11 votos contra 1, voto do Vereador Antonio Carlos Marinelli, sendo registada, por unanimidade a emenda do Vereador Valdir Pires pelo fato de não poder ela ser executada no projeto de empréstimo, mas que a ideia era justa e nobre, e devia ser tratada ao encaminhamento do Prefeito como indicação. Afirma não ser contra para tanto bastando na votação do projeto de empréstimo para isso tratar-se de uma proposição solitaria, não tendo tempo encontrados e nem hora de palestras para a sua aprovação, mas sim providencia de bom senso após ouvir o encontro de ideias. O Vereador Othaun Rodrigues diz ser favoravel a ideia do edil Valdir Pires, sugerindo o aproveitamento das estradas municipais, e afirma não ter o P.R. feito barganha na votação do projeto de empréstimo, mas sim exigido a inclusão das praças no plano de calçamento, o que veio beneficiar o povo. O Vereador Antonio Carlos Marinelli diz que na apreciação do projeto de lei de empréstimo houve politica, pois o P.R. tinha votado com o Governo. Afirma ter mantido bem elevados entendimentos com o Vereador Valter Faustino, líder do P.R., tendo ambos ido além da Usina do Salto buscar o Substituto Capuchino Marcha do Florena, para que este assumisse a cadeira da Câmara para votar contra o projeto de empréstimo. Diz que posteriormente deve ter havido um acordo entre o Prefeito e o P.R. uma vez que esta agremiação partidaria estava na obrigação de manter entendimentos com o dador conforme combinado anteriormente com o edil Valter Faustino. Afirma que o suplente Marcio Nanuscenio Leite não podia estar presente na sessão da Câmara, pois autos foram apresentados para assumir o mandato, tendo se recusado sob a alegação de que era contrario ao projeto de empréstimo, e assumido a cadeira posteriormente veio a votar favoravelmente à referida proposição. Diz que o fiche do Prefeito andou dizendo na mesma que o orador se retirasse do que falara no exercicio do sr. Adenaal de Barros pois a atitude seria apoiado pelo chefe do executivo. Depois de um acordo. Afirma fazer questão que consta-se na ata dos trabalhos legislativos foi sido contrario ao projeto de lei de empréstimo de dez milhões de cruzeiros, atitude que mantem sempre, e que a cidade de Jaraguá

não tem Prefeito e vem administração, sendo o Sr. Antonio Costa o vice Prefeito do exercício que o município já tem. O Vereador José Felippe Duoto diz que na Sessão do empréstimo o P.S.P. considerou a matéria questão aberta. O Vereador Mario Damasceno Leite diz que quando foi procurado para assumir a Presidência declarara ao contra o projeto de empréstimo, pois as ruas a serem calçadas não eram de interesse para a coletividade. Posteriormente, assumindo o mandato e verificando terem sido inclusas as praças e o chafariz do QR resolveu apoiar a proposição, não tem dívidas em votar favoravelmente o projeto do empréstimo. Diz que o PR é independente, e que apesar de apoiar o candidato Joaquim Bonifacio, que também é apoiado pelo Prefeito, não tem nenhum compromisso com o dito. Se do executivo, passando mesmo um comité político. Pinguem mais queremos vaga de palmas. O Sr. presidente comenta que o Sr. Antunes completará no próximo dia 2 de setembro 100 anos de existência, motivo pelo qual a família dirigirá um convite aos Srs. Vereadores para tomarem parte nas comemorações dessa efeméride, que constará de missa as 11 horas, pelo Padre de Santo André, e almoço logo em seguida, encerrou nada mais havendo a tratar, convoca os Vereadores para a sessão extraordinária, a realisar-se logo em seguida, e encerra os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Jamelino de Mello, secretário, a fiz escrever.

Aplicio Rinaldo
Antonio Medeiros Batista

Ata da 5ª Sessão extraordinária do 3º ano, da VIª legislatura, da Câmara Municipal de Guthal, realisada em, 28 de agosto de 1962.

Presidencia do Sr. Agenor Agostinho Veigo
Secretariada por Antonio Medeiros Batista

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Guthal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, logo após o encerramento da 4ª sessão extraordinaria procedeu-se a chamada dos Srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Agenor Agostinho Veigo, Adelio Zaracadia, Antonio Carlos Manarelli, Antonio Medeiros Batista, Cicero Reis de José Felippe Duoto, Silvano Rodrigues Lima da Motta, José Costa, José Pereira, Abilio Giardini, Cicero Costa Fernandes, Salvador Peres, e Mario Damasceno Leite. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, passando-se imediatamente a Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 15/62, do Prefeito Municipal, dispondo sobre um empréstimo de Cr$ 10.000.000,00, a ser contraido com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para os serviços de pavimentação da cidade, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado em 2ª discussão por 11 votos contra um, isto do Vereador Antonio Carlos Manarelli. Em seguida o Vereador Cicero Reis requer e o plenário aprova, a dispensa da redação final do projeto de lei nº 15/62, a fim de que o mesmo fosse encaminhado imediatamente ao Sr. Prefeito para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convoca os Srs. Vereadores para a proxima sessão ordinaria, a realisar-se no dia 6 de setembro vindouro, e encerra os trabalhos em seguida. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Jamelino de Mello, secretário, a fiz escrever.

Aplicio Rinaldo
Antonio Medeiros Batista

Ata da 6ª sessão extraordinaria, do 3º ano, da Vª legislatura, da Câmara Municipal de Guthal, realisada em 11 de setembro de 1962.

Presidencia do Sr. Agenor Agostinho Veigo
Secretariada por José Antonio Coimbra Filho

Aos onze dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Guthal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Guthal, as dezoito horas, procedendo-se a chamada dos Srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Cicero Costa Fernandes, Abilio Giardini, Adelio Zaracadia, Agenor Agostinho Veigo, Cicero Nogueira Leite, José Antonio Coimbra Filho, Silvano Rodrigues Lima da Motta, José Costa e Mario Damasceno Leite. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos da 6ª sessão extraordinarias. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas das sessões anteriores. Passou-se a leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte:- 1) Ofício da S.A. Industrias Automaticas, solicitando ser improcedente a notícia de que a Filial de Guthal, desta empresa seria fechada. "Ciente. Arquive-se".- 2) Requerimento nº 41/62, do Vereador Abilio Giardini, solicitando prorrogação, por mais 11 dias, da licença que lhe foi concedida: Concedida a licença, continua no exercício do mandato o suplente da bancada do P.S.P., Sr. José Costa.- 3) Projeto de lei nº 23/62, do Prefeito Municipal, declarando de utilidade pública uma área de terreno destinada à construção de prédio para o Grupo Escolar "Dr. Abelardo Cesar".- Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos.- 4) Projeto de resolução nº 2/62, do Vereador Agenor Agostinho Veigo, e outros, concedendo o título de cidadão guthalense ao Sr. Antonio Augusto Antunes: considerando que a proposição contenha a assinatura da maioria absoluta de seus vereadores, inclusive dos membros das varias Comissões, o Vereador Abilio Giardini requereu, e o plenário aprovou, a inclusão na Ordem do Dia da 6ª sessão extraordinaria, do projeto de resolução nº 2/62, independentemente de parecer. Encerrada a leitura do EXPEDIENTE o Sr. presidente dá a palavra aos Srs. Vereadores. O Vereador Abilio Giardini requer, e o plenário aprova a inclusão na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo transcurso do 60º dia do falecimento do Sr. Clodoaldo Martelli, sogro do Vereador Agenor Agostinho Veigo. O Vereador Carlos Costa Fernandes diz ter sido informado pela Dª João Ferreira Neves, das dificuldades que o Sanatorio "Bezerra de Menezes" vem enfrentando para

manter os doentes ali internados, cujo número de apenas atinge a 148. Tomito um apêlo ao sr. Prefeito e aos srs Vereadores no sentido de aumentarem o auxílio anual que o Município concede à referida instituição assistencial. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr presidente annuncia ir passar a ORDEM DO DIA, que se constitui do seguinte: Discussão e votação do projeto de resolução nº 2/62 do Vereador Agenor Agostinho Deiró e outros, concedendo o título de cidadão Ourihalense ao sr Antonio Augusto Antunes. Foi aprovado. A requerimento do Vereador Adélio Barcadja, acolhido pelo plenário, o projeto do Vereador Schmaia Rodrigues, também acolhido pelo plenário, o projeto de resolução nº 2/62 é dispensada a redação final, afim de ser encaminhado pela Mesa da Câmara Municipal. Ninguem querendo usar da palavra em EXPLICAÇÃO PESSOAL, o sr presidente comunica que a entrega do título de cidadão Ourihalense ao sr Antonio Augusto Antunes será feita posteriormente na sessão ordinária do dia 20 de setembro, com a presença do Dr Marcos Miranda, Bispo de Santo André, que será convidado para a solenidade. Resolve manifestar o desejo de a ela estar presente. Agradece em nome da família Martelli, o voto de pesar aprovado pelo plenário, convoca o 1º Vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 20 de setembro. Sydouro, encerrando os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Damásio de Lucas, auxiliar, a escrevi.

Antonio Medeiros Batista

Ata da sessão solene da Câmara Municipal de Ourihal, realizada em 20 de setembro de 1962.

Presidencia do sr Agenor Agostinho Deiró

Aos quinze dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Ourihal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Ourihal, ás desoito horas, sob a presidencia do Vereador Agenor Agostinho Deiró e com a presença dos Vereadores Antonio Medeiros Batista, Adélio Giardini, Adélio Barcadja, Adélio Barqueiro Leite, Waldir Dias Gois, Schmaia Rodrigues Lima da Motta, José Costa e Antonio Bastos Mangelli, foram abertos os trabalhos. O sr presidente esclarece que o objetivo da sessão solene que estava se realizando, era o de receber a visita de S. Exca. Reverendíssima D. Jorge Marcos de Oliveira, Bispo Diocesano de Santo André, e proceder a entrega, ao sr Antonio Augusto Antunes, do título de "Cidadão Ourihalense" que lhe foi concedido mediante resolução da Câmara Municipal. Esclarece ainda que por motivo de força maior não foi possivel o comparecimento de D. Jorge Marcos de Oliveira, que se fazia representar na solenidade, por Monsenhor Baraleante, também da Diocese de Santo André. Ressalta, em seguida, uma comunicação constituida dos Vereadores Adélio Giardini, Antonio Bastos Mangelli, e Adélio Barcadja, para introduzir o sr Antonio Augusto Antunes no plenário, o que é feito sob uma salva de palmas, tomando S.S. assento junto à presidencia da Câmara. Em seguida o sr presidente convida para fazerem parte da mesa, o sr Antonio Costa, Prefeito Municipal, Monsenhor Baraleante, representante de D. Jorge Marcos de Oliveira, Monsenhor Antunes e Padre Cadoro Alves, da paroquia de Santo André, e Padre Mateus Rizário Coadjutor da paroquia de Ourihal. O sr presidente dá a palavra ao Vereador Waldir Dias Gois que em nome da Câmara Municipal solicita a Monsenhor Baraleante que transmita ao Bispo de Santo André a mais efusiva saudação do Legislativo Ourihalense, realçando, outrossim, as qualidades que ornamam a personalidade de D. Jorge Marcos de Oliveira o prelado da harmonia entre o capital e o trabalho, o prelado da justiça social dos operarios e dos patrões. Em seguida o sr presidente divulga em nome da Câmara Municipal, uma saudação ao sr Antonio Augusto Antunes figura ecumenica de varias gerações, exemplar chefe de numerosa familia que muito fez pela cidade e que exemplificará, eloquentemente 100 anos de idade, 100 anos de trabalho profícuo e digno da maior admiração. Convida Monsenhor Baraleante para, em nome da Câmara, proceder a entrega ao sr "Antonio Augusto Antunes, do Título de Cidadão Ourihalense" o que é feito sob uma colorosa salva de palmas. Fala em seguida Monsenhor Baraleante, que diz sentir-se satisfeito por poder representar, na solenidade que estava se realizando, a figura inesquecivel de D. Jorge de Marcos Oliveira, a quem louvou, as palavras caudalosas, eivadas de calor e entusiasmo partidas dos Vereadores Ourihalenses. Afirma que o Bispo de Santo André iria ficar satisfeito ao ver ecoar em Ourihal o seu magnifico trabalho de justiça social, procurando harmonizar as relações entre empregados e patrões, entre o capital e o trabalho. Finge, em seguida uma saudação ao sr Antonio Augusto Antunes, a quem entregava o Título de Cidadão Ourihalense", creatura de 100 anos de idade, mas ainda de inteligencia viva e memoria lucida, comparando, na pia nonagenaria física, ao louro de um Bispo jequitibá. Agradece a concessão do título, a festa, em branca dos componentes do povo, e informa que o sr Antonio Augusto Antunes ficou contente ao saber que a notícia de que seria agraciado com o título de Cidadão Ourihalense" mas ficaria mais satisfeito se lhe viesse acompanhado de uma isenção de impostos municipais, assunto que deveria merecer a atenção dos srs Vereadores. Terminou sua oração reafirmando a mais profunda admiração pela Dinastia de pela sagrada e pela esplendorosa familia do sr Antonio Augusto Antunes. Fala em seguida, Monsenhor Baraleante Antunes, que em nome da familia Antunes evidencia e muito sensibilizado gratidão pela homenagem que se tributava, naquele instante, ao seu avô. Antonio Augusto Antunes, que era não apenas um cidadão, mas um lutador um trabalhador, um exemplar chefe de familia. Mencionou mais querendo usar da palavra, o sr presidente agradece a presença das autoridades civis e religiosas, da imprensa e do povo em geral. Finge em convite a todos para participarem na sede do Guaiás Ourihalense de Esportes Atléticos, as 20 horas, a conferencia do Padre Ca-

dado Abreu, e ao erro os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Benedicto de Lucas, secretário, a fiz escrever. Aflélio Pinheiro. Antonio Medeiros Batista.

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Guaiçara, realizadas em 18 de outubro de 1962.

Presidência do Sr. Agenor Agostinho Veiga.

Aos dezoito dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Guaiçara, Estado de São Paulo, no Paço municipal, edifício onde funciona a Câmara municipal de Guaiçara, as duas horas, procedendo-se a chamada dos srs. Vereadores, verificou-se a presença dos srs. Vereadores Aflélio Pinheiro, Aflélio Giarola, Agenor Veiga, Antonio Medeiros Batista, Celso Coelho Fernandes, Milton Bernardes Faria, Romildo Miranda, e Waldir Teles. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos da 7ª sessão extraordinária, foram lidas, aprovadas, e assinadas as atas anteriores. Passou-se a leitura do Expediente, que constou do seguinte: 1º) Ofícios: a) do Sr. Anacleto C. Carletti, inquirindo a aquisição de luvas e botas para uso de coveiro nos serviços de sepultamento de cadáveres das sepulturas: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal, para que sejam tomadas as providências pelo interessado"; b) do Sr. José Ribeiro da Motta Sobrinho, solicitando reparos num trecho de rua paralelo ao Estadio Municipal: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal, solicitando-lhe sejam tomadas as providências reclamadas pelo interessado e oficie-se ao Sr. José Ribeiro da Motta Sobrinho dando-lhe ciência do presente despacho."; 2) Requerimentos: a) nº 42/62, do Vereador Aflélio Pinheiro solicitando prorrogação, a contar de 12-9-62, da licença que lhe foi concedida para tratamento de saúde: "Concedida a licença. Anote-se e oficie-se". b) nº 43/62, do Vereador Antonio Medeiros Batista, solicitando a inserção na ata dos trabalhos legislativos, do teor de um artigo publicado no jornal local "A Gazeta" sob o título "Aflélio Pesquita": "Tomem os Vereadores Agenor Agostinho Veiga, Waldir Teles e Aflélio Giarola para de acôrdo com o artigo 136, do Regimento Interno, exonerem parcos sôbre a matéria." c) nº 44/62 do Vereador Antonio Medeiros Batista, solicitando a inserção na ata dos trabalhos legislativos de um voto de congratulações com a Industria de Maquinas Agricolas Kehl Ltda.: "Aprovado". d) nº 45/62 do Vereador Waldir Teles, solicitando informações ao executivo sôbre a fiscalização da água que abastece a cidade: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal." - 3) Indicações: a) nº 13/62 do Vereador Agenor Veiga, sugerindo o melhoramento dos serviços de colocação de grias e sarjetas na Rua Maruiba: "Ao Sr. Prefeito Municipal" b) nº 14/62 do Vereador Agenor Veiga, sôbre a necessidade de se construir na Avenida Angelo Queiroz, galeria para escoamento de aguas pluviais: "Ao Sr. Prefeito Municipal". c) nº 15/62 do Vereador Antonio Medeiros Batista, no sentido de ser feito o calçamento das extremidades meridionais e dianteiras do município: "Ao Sr. Prefeito Municipal". d) nº 16/62 do Vereador Antonio Medeiros Batista, no sentido de ser proibida a instalação e o funcionamento de parques de diversões, circos e quermesses, no centro da cidade e nas imediações de hospitais e escolas: "Ao Sr. Prefeito

---

Ata da 7ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 4ª legislatura, da Câmara municipal de Guaiçara, realizada em 6 de novembro de 1962.

Presidência do Sr. Aflélio Pinheiro.

Secretariada por Antonio Medeiros Batista.

Aos seis dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Guaiçara, Estado de São Paulo, no Paço municipal, edifício onde funciona a Câmara municipal de Guaiçara, as duas horas, procedendo-se a chamada dos srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Aflélio Pinheiro, Aflélio Giarola, Agenor Veiga, Antonio Medeiros Batista, Celso Coelho Fernandes, Milton Bernardes Faria, Romildo Miranda, e Waldir Teles. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos da 7ª sessão extraordinária, foram lidas, aprovadas, e assinadas as atas anteriores. Passou-se a leitura do Expediente, que constou do seguinte: 1º) Ofícios: a) do Sr. Anacleto C. Carletti, inquirindo a aquisição de luvas e botas para uso de coveiro nos serviços de sepultamento de cadáveres das sepulturas: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal, para que sejam tomadas as providências pelo interessado"; b) do Sr. José Ribeiro da Motta Sobrinho, solicitando reparos num trecho de rua paralelo ao Estadio Municipal: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal, solicitando-lhe sejam tomadas as providências reclamadas pelo interessado e oficie-se ao Sr. José Ribeiro da Motta Sobrinho dando-lhe ciência do presente despacho."; 2) Requerimentos: a) nº 42/62, do Vereador Aflélio Pinheiro solicitando prorrogação, a contar de 12-9-62, da licença que lhe foi concedida para tratamento de saúde: "Concedida a licença. Anote-se e oficie-se". b) nº 43/62, do Vereador Antonio Medeiros Batista, solicitando a inserção na ata dos trabalhos legislativos, do teor de um artigo publicado no jornal local "A Gazeta" sob o título "Aflélio Pesquita": "Tomem os Vereadores Agenor Agostinho Veiga, Waldir Teles e Aflélio Giarola para de acôrdo com o artigo 136, do Regimento Interno, exonerem parcos sôbre a matéria." c) nº 44/62 do Vereador Antonio Medeiros Batista, solicitando a inserção na ata dos trabalhos legislativos de um voto de congratulações com a Industria de Maquinas Agricolas Kehl Ltda.: "Aprovado". d) nº 45/62 do Vereador Waldir Teles, solicitando informações ao executivo sôbre a fiscalização da água que abastece a cidade: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal." - 3) Indicações: a) nº 13/62 do Vereador Agenor Veiga, sugerindo o melhoramento dos serviços de colocação de grias e sarjetas na Rua Maruiba: "Ao Sr. Prefeito Municipal" b) nº 14/62 do Vereador Agenor Veiga, sôbre a necessidade de se construir na Avenida Angelo Queiroz, galeria para escoamento de aguas pluviais: "Ao Sr. Prefeito Municipal". c) nº 15/62 do Vereador Antonio Medeiros Batista, no sentido de ser feito o calçamento das extremidades meridionais e dianteiras do município: "Ao Sr. Prefeito Municipal". d) nº 16/62 do Vereador Antonio Medeiros Batista, no sentido de ser proibida a instalação e o funcionamento de parques de diversões, circos e quermesses, no centro da cidade e nas imediações de hospitais e escolas: "Ao Sr. Prefeito

Municipal": c) nº 17/62, do Vereador Agenor Peigo, no sentido de ser encaminhado as autoridades competentes o abaixo-assinado dos pinhalenses solicitando o restabelecimento, para nossa cidade, do nome de Espirito Santo do Pinhal: "Ao Sr. Prefeito Municipal" 4) Projetos de Lei do Prefeito Municipal: a) nº 24/62, abrindo crédito especial para ocorrer as despesas diversas: "As Comissões de Justiça e Finança" b) nº 25/62 abrindo crédito suplementar a diversas verbas do orçamento: "As comissões de Justiça e Finanças": c) nº 26/62, autorizando o Município a receber auxilio financeiro do Govêrno do Estado, para ser aplicado na construção de parque Infantil: "As comissões de Justiça e Finanças": d) 27/62, revogando lei dispondo sôbre inseção de impostos e taxas municipais: "As comissões de Justiça e Finanças": e) nº 28/62, instituindo a taxa de iluminação pública e dando outras providencias de carater financeiro: "As comissões de Justiça e Finança" f) nº 29/62 dispondo sobre um emprestimo de Cr$ 5.000.000.00 a ser contraido com a caixa Econômica do Estado, para o serviço de energia elétrica: "As comissões de Justiça e Finança": g) 30/62, dispondo sôbre autorisação para a venda de um trator e de uma motoniveladora: "As comissões de Justiça e Finança" h) 32/62 orçando a receita e fixando a despesa do município de Pinhal, para o exercício de 1963. "As comissões de Justiça e Finanças": i) nº 33/62, dispondo sobre o aumento de vencimentos do funcionalismo municipal: "As comissões de Justiça e Finança": j) nº 34/62, autorizando o executivo a assinar contrato com o Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura, para a construção de rede e reservatorio d'agua na Escola Agrotécnica: "As comissões de Justiça e Finança" 5) Projeto de lei nº 35/62, do Vereador Celio Porto Fernandes, dando a um logradouro público da cidade o nome de Praça Professor Domingos Ramaciotti: "As comissões de Justiça e Serviços Públicos": - 6) Projeto de resolução nº 3/62, do Vereador Antonio Batista e outros dando o título de cidadão-pinhalense ao deputado Miguel Jorge Nicolau: "As Comissões de Justiça": Encerrada a leitura do expediente e ninguem querendo usar da palavra, o sr. presidente anunciou ir passar à ORDEM DO DIA, que se constituia do seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 8/62 da Comissão de Justiça, dispondo sôbre a cobrança da taxa d'agua, com parecer favoravel da Comissão de Finança: aprovado em 2ª discussão e dispensado da redação final, a requerimento do Vereador Agenor Peigo. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 19/62, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre concessão de auxilios com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado em 2ª discussão e dispensado da redação final, a requerimento do Vereador Agenor Peigo. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 12/62, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a fixação de vencimentos de funcionarios municipal, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: com emendas dos Vereadores Coimbra Filho e Antonio Batista e com substitutivo do Vereador Antonio Carlos Marinelli: adiada a discussão por 3 sessões ordinarias, a requerimento do Vereador Antonio Batista aprovado pelo plenário. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 19/62 do Vereador Antonio Carlos Marinelli, dando a uma rua da cidade o nome de Joaquim Aguelo Ribeiro com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: "Aprovado" - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 22/62, do Prefeito Municipal dispondo sôbre a assinatura de contrato para a construção do grupo Escolar da Vila Centenário, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 31/62, da Comissão de Justiça autorizando a compra, pelo Município, de um conjunto completo para mecanização da sessão de contabilidade da Prefeitura Municipal, com parecer favoravel da Comissão de Finança: aprovado. 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 20/62, do Vereador Abelio Leite, autorisando a Prefeitura a receber a doação, uma área de terreno, para em seguida doa-la a Fundação da Casa Popular, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos e emenda do Vereador Valdir Peres: aprovado o projeto de lei com a respetiva emenda. Esgotada a matéria em pauta, é lido e aprovado, o requerimento de nº 46/62, dos Vereadores Agenor Peigo, Adélio Darcadia e Antonio Batista, solicitando a realização de uma nova sessão extraordinária, logo após o término da 7ª Sessão para votar em segunda discussão, os projetos de lei de nºs 19/62-A, 20/62 e 22/62. O sr. presidente agradece a visita que recebeu da bancada da V.D.N., por intermedio do sr. Valdomiro Câmara Leitão quando se encontrava hospitalisado em S. Paulo, agradece aos edis pelo voto de pronto restabelecimento que formularam na Câmara, e convoca os srs. Vereadores para a 8ª sessão extraordinaria a realizar-se logo após o término da 7ª sessão. Em seguida encerra os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Saturnino de Moraes, secretário, a fiz escrever. Abelio Pinheiro

Antonio Medeiros Batista

Ata da 8ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 6 de novembro de 1962

Presidência do Dr. Abilio Pinheiro
Secretariada por Antonio Medeiros Batista.
Aos seis dias do mês

de novembro de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Guiçhal Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Guiçhal, logo após o término da 7ª sessão extraordinaria, procedendo-se á chamada dos Srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abilio Guiçheiro, Adelio Dorcadia, Agenor Agostinho Geigo, Antonio Carlos Marinelli, Antonio Medeiros Batista, Celio Porto Fernandes, Dilton Farias, Romildo Miranda, e Naldir Goes. Havendo número legal foram abertos os trabalhos da 8ª sessão extraordinaria. O Sr. presidente anunciou que passar a ORDEM DO DIA que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 19/62, do vereador Antonio Carlos Marinelli, dando o nome de Joaquim Aquelo a uma rua da cidade, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: aprovado. 2) Segunda discussão e votação do projeto de Lei nº 20/62, do Vereador Helio Leite, autorizando a Prefeitura a receber uma doação, uma área de terreno, para ser seguida doada a Fundação da Casa Popular, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: aprovado. 3) Segunda discussão e votação do projeto de Lei nº 22/62, do Prefeito Municipal dispondo sobre a assinatura de contrato para a construção do Grupo Escolar da Vila Centenario, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: aprovado. A requerimento do Vereador Agenor Geigo, aprovado pelo plenario os tres projetos de lei são dispensados da redação final, afim de serem encaminhados ao Sr. Prefeito Municipal para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou uma sessão extraordinaria para o dia 8 de novembro de 1962, as 20 horas, informando que a ordem do dia será tratada previamente ao conhecimento dos Srs. Vereadores. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Domiciano de Lemos, secretario, a fiz escrever. Abilio Pinheiro, Antonio Medeiros Batista.

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Guiçhal, realizados em 8 de novembro de 1962.

Presidência do Sr. Abilio Pinheiro.

Aos oito dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Guiçhal, Estado de São Paulo, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Guiçhal, as onze horas, procedendo-se á chamada dos Srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abilio Guiçheiro, Adelio Dorcadia, Agenor Agostinho Geigo, Antonio Carlos Marinelli, Antonio Medeiros Batista, Celio Porto Fernandes, José Batosio Coimbra Filho, Dilton Bernardes Farias, e Naldir Goes. Não havendo número legal o Sr. presidente declarou não poder ser aberta a sessão, devendo-se aguardar pelo espaço de quinze minutos, na forma regimental, para se proceder a nova chamada. Decorrido esse tempo, foi feita nova chamada, verificando-se a presença apenas dos seis Vereadores que se encontravam no recinto, os Vereadores ausentes, por falta de número legal, não puderam ser empossados. Em seguida passou-se a leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte:- 1) Ofício do Departamento dos Correios e Telegrafos comunicando não existir verba para a construção da agencia de Guiçhal. Ciente. Arquive-se." - 2) INDICAÇÕES: a) Nº 18/62, do Vereador Antonio Batista, no sentido de ser feito o pagamento aos diaristas municipais, mensalmente, um dia pré-fixado. Aprovado. "De Sr. Prefeito." - b) Nº 19/62, do Vereador Antonio Batista, sugerindo a encampação da Telefonica Guiçhal S/A. "Ao Sr. Prefeito Municipal." - c) Nº 20/62, do Vereador Antonio Carlos Marinelli, sobre a necessidade de ser a Comissão Municipal de Preços entrar em funcionamento. "Ao Sr. Prefeito Municipal." - d) Nº 21/62 do Vereador Antonio Carlos Marinelli, no sentido de ser encaminhado, pela Prefeitura um pedido de padres do Colegio Divino Espirito Santo; "Ao Sr. Prefeito Municipal." - 3) REQUERIMENTOS: - a) Nº 47/62, do Vereador Aberlio Leite solicitando 15 dias de licença. Aprovado. Concedida a licença convocou-se o respectivo suplente. - b) Nº 48/62, do Vereador Coimbra Filho, convocando o Prefeito Municipal para comparecer ao plenario da Câmara afim de prestar informações. "Rejeitado." - c) Nº 49/62, do Vereador Coimbra Filho solicitando informações do Prefeito sobre os motivos do não funcionamento da Comissão Municipal de preços. "Ao Sr. Prefeito Municipal." - d) Nº 50/62 do Vereador Coimbra Filho

dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Guiçhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Guiçhal, as onze horas, procedendo-se á chamada dos Srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abilio Guiçheiro, Adelio Dorcadia, Agenor Agostinho Geigo, Antonio Carlos Marinelli, Antonio Medeiros Batista, Celio Porto Fernandes, José Batosio Coimbra Filho, Dilton Bernardes Farias, e Naldir Goes. Havendo número legal foi aberta a 7ª sessão ordinaria. Passou-se a leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte:- 1) Ofício do Departamento dos Correios e Telegrafos comunicando não existir verba para a construção da agencia de Guiçhal. Ciente. Arquive-se." - 2) INDICAÇÕES: a) Nº 18/62, do Vereador Antonio Batista, no sentido de ser feito o pagamento aos diaristas municipais, mensalmente, um dia pré-fixado. Aprovado. "De Sr. Prefeito." - b) Nº 19/62, do Vereador Antonio Batista, sugerindo a encampação da Telefonica Guiçhal S/A. "Ao Sr. Prefeito Municipal." - c) Nº 20/62, do Vereador Antonio Carlos Marinelli, sobre a necessidade de ser a Comissão Municipal de Preços entrar em funcionamento. "Ao Sr. Prefeito Municipal." - d) Nº 21/62 do Vereador Antonio Carlos Marinelli, no sentido de ser encaminhado, pela Prefeitura um pedido de padres do Colegio Divino Espirito Santo; "Ao Sr. Prefeito Municipal." - 3) REQUERIMENTOS: - a) Nº 47/62, do Vereador Aberlio Leite solicitando 15 dias de licença. Aprovado. Concedida a licença convocou-se o respectivo suplente. - b) Nº 48/62, do Vereador Coimbra Filho, convocando o Prefeito Municipal para comparecer ao plenario da Câmara afim de prestar informações. "Rejeitado." - c) Nº 49/62, do Vereador Coimbra Filho solicitando informações do Prefeito sobre os motivos do não funcionamento da Comissão Municipal de preços. "Ao Sr. Prefeito Municipal." - d) Nº 50/62 do Vereador Coimbra Filho

solicitando ao executivo que envie à Câmara Municipal os documentos referentes às despesas previstas no projecto de lei nº 24/62: "do 1º Gabinete Municipal." e) nº 51/62, do Vereador Coimbra Filho, concordando o Tesoureiro Municipal para com parecer ao plenário da Câmara, a fim de prestar informações sobre a existência de fundos na Tesouraria: "Aceitado, pelo voto de desempate do Presidente da Câmara." f) nº 52/62, dos Vereadores Coimbra Filho e Antônio Carlos Marinelli, solicitando a Aprovação da Ordem do Dia: "Aceitado." g) nº 53/62, do Vereador Waldir Reis solicitando a" constituição d'uma comissão de Vereadores para averiguar da oportunidade do estudo da Coimbra Filho, a respeito da taxação de água dominiciliar que estava beneficiando a poucos." Aceitado," pelo voto de desempate do Presidente da Câmara Municipal." h) nº 54/62 do Vereador Antônio Carlos Marinelli, solicitando varias informações ao executivo sobre a compra do Autor Fiat: "do 1º Gabinete Municipal." i) nº 55/62, do Vereador Coimbra Filho, solicitando a constituição d'uma comissão especial para apurar Gravidade da taxa d'agua: "Aceitado, pelo voto de desempate do Presidente da Câmara." Em seguida a leitura do EXPEDIENTE usa da palavra o Vereador Antônio Carlos Marinelli, afirmando que o artigo publicado na imprensa local, cujo autor não teve a ousadia e a coragem de assinar, é uma calúnia e uma inverdade, pois jamais estiveram contra os funcionários da Prefeitura. Afirma que o pessoal da Prefeitura de Guiratinga merecia um aumento da sua e que o aumento de vencimentos é uma necessidade. Diz que não compareceu a última sessão da Câmara, que não se realizou por falta de número, por que existiam 9 vereadores na Ordem do Dia, e não podia vota-los antes de convocar seus companheiros. Afirma que o Prefeito queria conceder aumento a partir do 1º de abril de 1962, apenas a um funcionário da Prefeitura, o 1º Fiscal-Geral, o que não era justo. Diz que as comissões deram parecer favorável a sua proposição, mas S. Exa. não concordou, tendo apresentado um substitutivo concedendo um aumento de 50% a todos os funcionários indistintamente a partir de 1º de setembro de 1962, que infelizmente não pôde ser votado por falta de vereador. Antônio Batista requereu o adiamento da discussão por 3 sessões ordinárias. Afirma que a origem do artigo publicado na imprensa local não foi o desejo da aprovação do projeto de lei que concedeu aumentos do funcionalismo municipal, mas sim a aprovação do projeto de lei abrindo um crédito especial de 13 milhões de cruzeiros. Em certas palavras disse dizendo ter apresentado ao projeto de lei do executivo, dispondo sobre o aumento de vencimentos do funcionalismo municipal uma emenda concedendo uma majoração de 50% a partir de 1º de novembro de 1962, sem prejuízo do aumento de 20% a partir do 1º de março de 1963, proposto pelo Prefeito. O Vereador Coimbra Filho requer e o plenário aprova, a inversão, na ata dos trabalhos de um voto de congratulações com o Deputado Aluízio Moura Machado, e com o Governador Ademar de Barros, eleitos nas recentes eleições. Usou em seguida, dizendo que algumas funcionários da Prefeitura estão recebendo uma comissão de 2% sobre as importâncias recolhidas pela coletoria, o que é uma ilegalidade e aposta de que em Guiratinga existe um governo ditatorial. Em seguida encaminha a mesa, em seguida o relatório que elaborou como membro da comissão encarregada de apurar irregularidades na cobrança do imposto de vias sobre a transação da Fazenda Santa Rita. Usa em seguida, que dominou, o fato de estar o Vereador Waldir Reis se beneficiando com a redução da taxa d'agua, por que a lei orgânica dos municípios é muito clara neste ponto, proibindo terminantemente a concessão de benefícios de ordem pessoal. Diz que o Prefeito vem 13 milhões de cruzeiros sobre e agora quer regulariza-la a situação, e que não lhe deu voto pois o executivo não podia gastar mais do que pela depois pedir a abertura de crédito, o que contraria a Lei Orgânica. O Vereador Waldir Reis diz que o seu colega Coimbra Filho, taxes por ocasião, atacou os seus colegas de bancada e não permite apartes para defesa. Afirma que a redução da taxa d'agua não foi concedida como um favor pessoal, mas sim concedida de maneira impessoal e geral, abrangendo todos os contribuintes existentes na cidade. O Vereador Agenor Veiga requer e o plenário aprova a inversão, na ata de um voto de pesar pelo falecimento de Dona Cacilda Faleiros. Diz em seguida, estar satisfeito por ter a grande assistência que compareceu a Câmara e que deveria acontecer sempre, podendo então o povo verificar pessoalmente o trabalho desenvolvido pelos vereadores em favor da coletividade. Referindo-se ao projeto de lei que abre crédito especial de 13 milhões de cruzeiros, diz ter dado o seu voto favorável por que se o Prefeito não concedesse, mais de vales, como adiantamento aos operários da Prefeitura não estariam trabalhando por falta de pagamento. Afirma que Guiratinga está reduzido, por que não há união, enquanto que outras cidades visinhas cada dia aumentam seus vencimentos e compreensão, estão progredindo de maneira extraordinária. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. Presidente anuncia a passar a ORDEM DO DIA que se constitui do seguinte: 1) Discussão e votação do projeto de lei 52/62, do Prefeito Municipal, orçando a receita e fixando a despesa do município de Guiratinga para o exercício de 1963, com pareceres favoráveis das comissões de Justiça e Finanças com duas emendas do vereador Antônio Batista; aprovado o projeto e as duas emendas. 2) Discussão e votação do projeto de lei nº 53/62, do Prefeito Municipal dispondo sobre aumento de vencimentos do funcionalismo municipal, com pareceres favoráveis das comissões de justiça e Finanças e com emenda do vereador Antônio Carlos Marinelli: Aprovado o projeto com a respectiva emenda. 3) Discussão e votação do projeto de lei nº 24/62 do Prefeito Municipal, dispondo sobre a abertura de crédito especial de

ra ocorrer ao pagamento de despesas diversas, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado o projeto, após ter sido negativado um requerimento do Vereador Coimbra Filho solicitando o adiamento da discussão por duas sessões ordinarias. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 29/62, do Prefeito Municipal, abrindo credito suplementar à diversas verbas do orçamento, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado, após terem falado contra o projeto o Vereador Coimbra Filho, e a favor o Vereador Joaquim Geraldo. 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 26/62, do Prefeito Municipal, autorizando o Municipio a receber gratuito Finanseiro para ser aplicado na construção de pequeno hospital, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: Aprovado. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 29/62, do Prefeito Municipal, autorizando o municipio a contrair, com a caixa Econômica um emprestimo de Cr$ 2.000.000,00 para o serviço de instalações da rede de energia eletrica nas Vilas Bandeirante e São Pedro com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por unanimidade. 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 34/62 do Prefeito Municipal autorizando o executivo a assinar convenio com o Departamento de Engenharia e Mecanica da Agricultura, para a construção de rede e caixa d'agua na Escola Agrotecnica, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado, após ter falado contra o projeto o Vereador Coimbra Filho e a favor o Vereador Aguelo Geraldo tendo também se pronunciado sobre a materia o Vereador Waldir Gues, salientando a necessidade de fornecimento de água. - 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 28/62, do Prefeito Municipal instituindo a taxa de iluminação pública e dando outras providencias de caracter financeiro, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: negativado o projeto, após terem falado contra a aprovação os Vereadores Coimbra Filho e Joaquim Geraldo. 9) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 18/62, do Prefeito Municipal, dispondo sobre um emprestimo de Cr$ 2.000.000,00 a ser contraido com a Caixa Econômica Estadual, para completar o serviço de abastecimento público de água com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7 votos contra 1, após terem falado contra a proposição o Vereador Coimbra Filho e a favor o Vereador Waldir Gues. - Esgotada a materia em pauta, o sr. presidente passou aos srs. Vereadores para uma sessão extraordinaria, a realizar-se logo após o terminio da 7ª sessão ordinaria, para apreciar em segunda discussão todos os projetos de lei que foram aprovados em primeira discussão. O Vereador Antonio Carlos Marinelli usou da palavra em EXPLICAÇÃO PESSOAL para declarar-se favoravel à discussão, na sessão extraordinaria, de todos os projetos de lei que foram aprovados em primeira discussão. O Vereador Coimbra Filho disse que a convocação de uma sessão extraordinaria para realizar-se logo após o encerramento da ordinaria, era ilegal, mas ja que o sr. presidente tinha convocado sugeria fossem colocados em pauta, na Ordem do Dia, apenas os projetos de lei que tratassem de materia urgente, o que, com os seguintes: a) dispondo sobre a instalação de rêde de energia eletrica nas Vilas Bandeirante e São Geraldo; - b) proposta orçamentaria; c) auxiliando os desenvolvimentos do municipio. Mais ninguem querendo usar da palavra o sr. presidente encerra os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Domerino de Lucca, secretario, a fiz escrever.

Hilário Cunheiro
Antonio Medeiros Portela

Ata da 9ª sessão extraordinaria, do 3º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Guinhal, realizada em 16 de novembro de 1962.

Presidencia do Sr. Hilário Cunheiro
Secretariada por José Antonio Coimbra Filho

Aos dezesseis dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Guinhal, Estado de São Paulo, no Paço municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Guinhal, logo após o encerramento da 7ª sessão ordinaria, procedendo-se a chamada dos srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hilário Cunheiro, Adelia Naregaia Aguero, Agostinho Diogo, Antonio Carlos Marinelli, Antigio Medeiros, Batista Celio Porto Fernandes, José Antonio Coimbra Filho, Pedro Bernardes Favias e Waldir Gues. Havendo número legal, foi aberta a 9ª sessão extraordinaria. Usa a palavra, no EXPEDIENTE o Vereador Coimbra Filho, que manifesta seu ponto de vista contrario à aprovação do projeto de lei que abre um credito de 13 milhões de cruzeiros, pois entendia que a proposição era ilegal, e que a sua aprovação em segunda discussão era uma arbitrariedade. Diz que anteriormente estes entendimentos pelo Prefeito, tendo apoiado a sua candidatura muito decepcionado com o chefe do executivo, ao qual não está acostumado como muitos dos srs. Vereadores. Afirma que a sessão da Câmara que estava se realizando era ilegal, e pede o seu deslizamento da obrigação, afirmando ficarem sem efeito, daquele instante em diante, todos os compromissos que assumira anteriormente com a coligação, tanto os verbais como os escritos. O Vereador Waldir Gues afirma não estar associado ao Prefeito e nem sujeitado pelo chefe do executivo, mas estar na Câmara para defender a dignidade do vereador e os interesses do povo sem demagogia. Encerra suas considerações dizendo jamais ter sido ebrio, como um de seus colegas, e lembrando a necessidade de o edil ser educado nos debates que trava no plenario. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente anuncia ir passar a ORDEM DO DIA que se constitui do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei

nº 32/62 do Prefeito municipal, orçando a receita e fixando a despesa do município de Guthal, para o exercício de 1963, com pareceres favoráveis das comissões de Justiça e Finança: aprovado. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 33/62 do Prefeito municipal, dispondo sobre aumento de vencimentos do funcionalismo municipal, com pareceres favoráveis das comissões de Justiça e Finança: aprovado. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 24/62 do Prefeito municipal, dispondo sobre abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas diversas, com pareceres favoráveis das comissões de Justiça, Finança: aprovado. 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei 29/62 do Prefeito Municipal abrindo crédito suplementar a diversas verbas do orçamento, com pareceres favoráveis das comissões de Justiça e Finança aprovado. 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 26/62 do Prefeito municipal, autorizando o município a receber auxílio financeiro para ser aplicado na construção de recanto infantil, com pareceres favoráveis das comissões de Justiça e Finança: aprovado. 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 29/62 do Prefeito municipal, autorizando o município a contratar com a Caixa Econômica Estadual, um empréstimo de 5.000.000,00 para o serviço de instalação da rêde de energia elétrica nas Vilas Centenário e São Pedro, com pareceres favoráveis das comissões de Justiça e Finança: aprovado por unanimidade. 7) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 34/62, do Prefeito municipal, autorizando o executivo a assinar contrato com o Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura, para a construção de rêde e caixa d'agua na Escola Agrotécnica, com pareceres favoráveis das comissões de Justiça e Finança: aprovado. 8) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 1/62, do Prefeito municipal, dispondo sobre um empréstimo de Cr$ 5.000.000,00, a ser contratado com a Caixa Econômica Estadual, para completar o serviço de abastecimento público de água, com pareceres favoráveis das comissões de Justiça e Finança: aprovado, por unanimidade. Esgotada a materia em pauta, o Vereador Agenor Gelgo Gomes pediu um requerimento, que é aprovado por unanimidade solicitando dispensa da redação final de todos os projetos de lei que forem aprovados em segunda discussão, a fim de serem incaminhados imediatamente ao Sr. Prefeito municipal, para a sanção devida. Em seguida o Sr. presidente anunciou ir passar à EXPLICAÇÃO PESSOAL. O Vereador Agenor Gelgo diz que não está presente nas dos vereadores e relata ao Prefeito, tendo expedido apenas com o povo. Lamenta o desligamento do vereador Bonifácio Filho, da Coligação e afirma estar certo de que o Sr. Frecia. Profere ainda um discurso. Realizou não estar acostumado ao Prefeito, bem como neutrum de seus companheiros de Bancada, sua oração. O Vereador Waldir Peres, agradece, em nome da Bancada de maioria na Guthal Vida., o voto de congratulações aprovado pelo plenário na sessão anterior da Câmara municipal. O Vereador Bonifácio Filho diz não ter sido atendido o decêro parlamentar durante as discussões que travou na Câmara, e que não aconteceu com seus colegas, que falaram com o decêro ao objeto. Afirma que os vereadores são responsáveis pelo povo e não podem discutir na Câmara, como se fossem inimigos. Protesta contra a votação, na sessão extraordinária, dos projetos de lei que tinham sido aprovados em primeira discussão na 7ª sessão ordinária. Diz que no desempenho de seu mandato sempre defendeu o povo, o que fará sempre. Criticou severamente o Prefeito por contrariar êste os textos da lei Orgânica dos municípios, gastando milhões de cruzeiros para depois pedir a abertura de crédito especial, o que é ilegal e absurdo. Aprova que o autor da sessão livre, publicada nos jornais locais, iludio a boa fé dos funcionários que assinaram o artigo, e que S. Exª era jamais pretendeu ser chefe político, desejando apenas defender os interesses do povo. Diz existir pessoas que estão na política apenas para tirar proveito mediante nomeações de parentes para cargos públicos. Externa suas considerações afirmando que no plenário da Câmara a maioria defende apenas o interesse pessoal, o interesse familiar e os interesses do Prefeito. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente dirige um apêlo aos srs. Vereadores, a fim de que durante as discussões evitem os ataques pessoais e discutam apenas ideias. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convoca os srs. Vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 6 de dezembro findouro e encerra os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Domingos de Queiroz, secretário, a fiz escrever.

Alcides Barbosa
Antonio Medeiros Batista

Ata da 8ª sessão ordinaria, do 4º ano da 4ª legislatura, da Camara municipal de Guthal, realizada em 6 de dezembro de 1962.

Presidencia do Sr. Abilio Guthrie
Secretariada por José Antonio Coimbra Filho

Aos seis dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Guthal, Estado de São Paulo, no Paço municipal edificio onde funciona a Camara municipal de Guthal, as duas horas, procedendo-se a chamada dos srs. Vereadores verificou-se a presença dos seguintes: Abilio Guthrie, Abelio Barcadia, Agenor Aparicio Gelgo, Antonio Carlos Marchetti, Antonio Medeiros Batista, Alcides Gardim, Celso Couto Fernandes, Hercio Nogueira Neto, Jose Antonio Coimbra Filho, Oscar Bernardes Tavares, Romildo Miranda, Silvano Rodrigues Pinto da Mota, e Waldir Peres. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Passou-se a leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte: 1º) Requerimentos: a) nº 56/62, do Vereador Waldir Tavares, solicitando

30 dias de licença: "Concedida a licença, concorde-se o respetivo suplente". b) nº 57/62, do Vereador Antonio Carlos Marinelli, solicitando informações ao executivo Mº. -bre o possivel calçamento, que teve sendo feito nas ruas da cidade: "Ao Snr Prefeito. c) nº 58/62, do Vereador Antonio Carlos Marinelli, outros, no sentido de ser oficiado a Telefônica Ginhal S.A. solicitando a reintegração, no serviço, dos operarios que foram dispensados: "Aprovado. Oficie-se, na forma solicitada". d) nº 59/62 do Vereador Antonio Carlos Marinelli, outros, hipotecando solidariedade ao deputado Miguel Arraes, contra o ato da Justiça eleitoral que proibiu de tomar posse os votos recebidos por esse partamentar: "Aprovado" e) 60/62, do Vereador José Filippe Nuolo, solicitando 90 dias de licença: "Concedida a licença, concorde-se o respetivo suplente". f) Indicação nº 23/62, do Vereador Antonio Carlos Marinelli, no sentido de ser feita a pulverização das ruas da Vila Goca do Sr. Juiz de Direito da Comarca, que estão sendo atacadas por insetos daninhos: "Ao Snr Prefeito". 3) Ofício do Snr Hercules Machado Fonseca, 1º suplente da bancada do P.R., comunicando estar impossibilitado de assumir a vaga deixada de vereador em substituição ao edil Pedro Faustino: "Ciente. Concorde-se o suplente". Encerrada a leitura do EXPEDIENTE dão entrada no Plenário e assumem as respectivas cadeiras, os suplentes do P.S.P. e P.T.B. Snrs José Costa e Mario Ramos Leite, deixando de prestar o compromisso regimental por já terem feito na ocasião oportunidade. Inscrevem-se para usar da palavra, o Snr Presidente anuncia e passa a ORDEM DO DIA, que "constitui do seguinte: - I PARTE - Leitura do relatorio do Presidente da Câmara Municipal referente aos trabalhos legislativos realizados durante o exercicio de 1962. II PARTE - Eleição da Mesa da Câmara Municipal para o proximo exercicio de 1963. E' eleita por 8 votos contra 7 a seguinte mesa: Presidente - Adelio Pinheiro, Vice-presidente - Agenor Veiga, 1º secretário Adelio Darcadia, 2º Secretario Victor Fernandes Farias. Votaram nessa chapa os seguintes vereadores: Adelio Pinheiro, Adelio Darcadia, Agenor Veiga, Antonio Batista, Celio Porto Fernandes, Helio Leite, José Costa e Victor Fernandes Farias. Os vereadores Francisco Carlos Marinelli, Antonio Giardini, Coimbra Filho, Romildo Miranda, Silviano da Motta, Mario Ramos Leite e Waldir Dues, votaram na seguinte chapa: presidente Walter Faustino, vice-presidente Mauro Abel Guerra. 1º secretario - Romildo Miranda, 2º secretario Silviano da Motta. III PARTE - Constituição das Comissões Permanentes. Após usarem da palavra, respectivamente em nome da coligação, do P.R. e da U.D.N., os vereadores Agenor Veiga, Silviano da Motta e Romildo Miranda, o Sr presidente anuncia que as comissões permanentes teriam a mesma constituição anterior, a saber: Justiça Agenor Veiga, Celio Porto Fernandes e Adelio Giardini. Finanças - Helio Leite, Romildo Miranda e Adelio D'Arcadia. Serviços Publicos, Waldir Dues, Coimbra Filho e Antonio Batista. Educação e Higiene - José Filippe Nuolo, Silviano da Motta e Antonio Carlos Marinelli. Obras, Sede e EXPLICAÇÃO PESSOAL. Os vereadores Antonio Carlos Marinelli, Celio Porto Fernandes, Agenor Veiga, Silviano da Motta, Waldir Dues, Coimbra Filho, Helio Leite e Mario Leite, congratulam-se com o presidente eleito Vereador Adelio Pinheiro e formulam votos de felicidades a frente do Legislativo pinhalense. Em seguida, o Sr. presidente agradece os vereadores as referencias feitas a sua pessoa, reafirma o apoio, a solidariedade, o civismo e o espirito publico de seus colegas e formula votos de felicidades a todos no decorrer do ano de 1963, após um Feliz Natal. Convoca os Snrs Vereadores para proxima sessão ordinária a realizar-se no dia 3 de janeiro vindouro e encerra os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Zemerino de Queiroz, escrevi, a fiz escrever. Adelio Pinheiro (Antonio Medeiros) Portela

Ata da 1ª sessão ordinaria do 4º ano, da 4ª legislatura da Câmara municipal de Pinhal, realisada em 2 de janeiro de 1963.
Presidencia do Sr Adelio Pinheiro
Secretariada por Adelio Darcadia

Aos sete dias do mês de janeiro de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no paço municipal, edificio onde funciona a Câmara municipal de Pinhal, as vinte horas, procedendo-se a chamada dos Snrs Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adelio Pinheiro, Adelio Darcadia, Antonio Carlos Marinelli, Antonio Medeiros Batista, Celio Giardini, Celio Porto Fernandes, Helio Nogueira Leite, José Antonio Coimbra Filho, Romildo Miranda, Silviano Rodrigues Lima da Motta, Victor Fernandes Farias e José Costa. Havendo numero legal foi aberta a sessão. Foi aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Passou-se a leitura do EXPEDIENTE que constou do seguinte: - 1) Ofícios: a) do Conselho regional de Contabilidade do Est. S. Paulo, solicitando a remessa da ficha funcional do vereador municipal: "A Comissão de Justiça". b) da Telefônica Ginhal S.A. prestando informações sôbre as queixas dos seus funcionários: "Ciente. Anexe-se". 2) Mensagens do Executivo municipal: a) nº 29/62, encaminhando requerimento da Telefônica Ginhal S.A. solicitando a intervenção do poder público para o aumento de tarifas: "As Comissões de Justiça e Finanças". b) nº 2/63 encaminhando requerimento da Telefônica Ginhal S.A. solicitando o pagamento da importância de Cr$ 100.000,00: "As Comissões de Justiça e Finanças". c) nº 3/63 encaminhando requerimento do Sr Jacob Mumbrs, solicitando

á instalação, em Pinhal, da Faculdade de Medicina Veterinária: "A Presidência tamará as providencias sugeridas." b) Nº 2/63, do Vereador Helio Leite solicitando melhor remuneração para os conservas das estradas municipais: "Ao Snr. Prefeito." - c) Nº 3/63, do Vereador Helio Leite, sugerindo a colocação de 3 lampadas de iluminação pública na rua projetada na chácara Barreirinho: "Ao Snr. Prefeito." d) Nº 4/63, do Vereador Helio Leite sugerindo ao Prefeito providencias junto ao Sumdu, que não está preenchendo suas finalidades: "Ao Sr. Prefeito Municipal." e) Nº 5/63, do Vereador Helio Leite no sentido de serem colocados alguns bancos no jardim da Praça Vicente de Freitas Guimarães: "Ao Snr. Prefeito." - f) Nº 6/63, do Vereador Antônio Carlos Marinelli sugerindo sejam aumentadas as pensões municipais: "Ao Snr. Prefeito." - 4) - Requerimentos: Nº 1/63, do Vereador Atilio Giardini e outros, solicitando ao executivo seja aumentado o salário da encarregada do serviço de limpeza do matadouro municipal: "Ao Snr. Prefeito." - b) Nº 2/63, do Vereador Antônio Carlos Marinelli solicitando informações ao executivo sôbre o caso de 2 meninos que trabalham na Prefeitura e se encontram tuberculosos: "Ao Snr. Prefeito." c) Nº 3/63, do Vereador Antônio Carlos Marinelli solicitando ao executivo á reintegração no serviço Municipal, dos 30 diaristas que foram dispensados. "Ao Snr. Prefeito." d) Nº 4/63, do Vereador Antônio Carlos Marinelli, solicitando providências do executivo no sentido de ser melhor conservado o manancial "Zizo:" "Ao Snr. Prefeito." e) Nº 5/63, do Vereador Antônio Carlos Marinelli e outros, solicitando um voto de congratulações com o deputado Norberto Mayer Filho pela promulgação do projeto de lei de sua autoria criando o Conservatório Dramatico-Musical Pinhalense: "Aprovado" - f) Nº 6/63, do Vereador Antônio Carlos Marinelli, no sentido de se solicitar ao diretor da Escola Agrotécnica o pagamento do pessoal P.O., referente a diferença de salários do mês de novembro de 1.961: Aprovado. g) Nº 7/63, do Vereador Antônio Carlos Marinelli, propondo um voto de congratulações com o Pinhalense Luiz Rodrigues Neves, por ter sido contemplado com o título de "Cidadão-São-Caetanense:" "Aprovado." h) Nº 8/63, do Vereador Antônio Carlos Marinelli, congratulando-se com a Champion Celulose S/A. pelo progresso industrial que trouxe a região: "Aprovado." i) Nº 9/63, do Vereador Agenor Agostinho Deigo, solicitando 60 dias de licença a partir de 4 de janeiro de 1963: "Concedida a licença. Convoque-se o suplente." - j) Nº 10/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando informações ao executivo sôbre o aumento de impostos, auxilio ás vitimas da enchente de 1956, avaliação da Fazenda Santa Rita e gratificação a funcionarios municipais: "Ao Snr. Prefeito." - 5) Projeto de resolução Nº 1/63, da Presidencia da Câmara, dispondo sôbre concessão de gratificações: "As comissões de Justiça e Finança." - 6) Projetos de lei do Prefeito Municipal: a) Nº 35/62, aumentado os impostos e taxas municipais: "As Comissões de Justiça e Finança." - b) Nº 1/63 dispondo sobre a doação de rede de distribuição de energia elétrica a Companhia Paulista de Força e Luz: "As Comissões de Justiça e Serviços Publicos." c) Nº 2/63 autorisando o executivo a assinar contrato com a D.A.P. para construção de predio destinado a Escola Típica Rural da Fazenda Monte Bello: "As Comissões de Justiça." Encerrada a leitura do EXPEDIENTE, usa da palavra o Vereador Antônio Batista que anuncia terem os funcionários da Telefônica Pinhal S/A. dispensados por terem participado de uma greve, ganho na justiça a ação que moveram contra a concessionária desmentindo assim os têrmos do ofício dos diretores da referida empresa lido no expediente. O Vereador Coimbra Filho diz que um credor da Comissão de esportes dirigindo-se á contadoria da Prefeitura para receber o que lhe é devido, foi maltratado por um funcionario municipal que afirmou ser o orador responsavel pela divida, como ex-presidente da referida comissão. Critica o funcionário por essa infeliz atitude e requer ao presidente sejam arquivados, na secretaria da Camara Municipal, três documentos que comprovam ter prestado contas de sua gestão á frente da Comissão Municipal de esportes. O seu requerimento é acolhido pela presidência. Requer, em seguida, um voto de pesar pelo falecimento do sr. Fernando Gorni e votos de congratulações com os paulistas Auro Moura Andrade, Ranieri Masili e Teotônio de Barros, que ocupam lugares de destaque no Govêrno da República. Esses requerimentos são aprovados pelo plenário. Diz, em seguida, que a Prefeitura está cobrando o imposto de licença sobre veículos com 600% de aumento, o que é ilegal, pois o orçamento já foi votado, e que o regime atual é a democracia e não a ditadura que o executivo quer implantar no Municipio. Critica o Prefeito por não ter providenciado a distribuição da verba de Cr$ 300.000,00 destinada as vitimas da enchente de 1956 e censura tambem o chefe do executivo e os encarregados do serviço de fiscalisação por não terem providenciado a desobstrução de uma ponte na ultima e recente enchente do Ribeirão dos porcos. Diz em seguida, que o contador da Prefeitura não pode exercer o cargo que ocupa porque não é formado, motivo porque pedia a atenção da Comissão de Justiça para o pedido do Conselho Regional da Contabilidade. O Vereador Antônio Carlos Marinelli formula um requerimento, que é aprovado, no sentido de se inserir na ata dos trabalhos legisla-

tivos, um voto de pesar pelo falecimento do sr. Antônio Queiroz. Ninguem mais querendo usar da palavra, o snr. presidente anunciou ir passar à ORDEM DO DIA, que se constituiu do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 31/62, da Comissão de Justiça, dispondo sôbre a composição de uma Junta de Contabilidade, com parecer favorável da Comissão de Finanças, aprovado. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 27/62, do Executivo Municipal, dispondo sôbre modificação da lei que concede isenção de impostos e taxas municipais, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças, aprovado, após terem se manifestado contra o seu parecer os Vereadores Coimbra Filho e Fúlvio Giardini. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 30/62, do Executivo Municipal, dispondo sôbre a Tomada de um Trator e a Motoniveladora, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças, aprovado. 4) Discussão e votação única do requerimento nº 49/62, do Vereador Antônio Mendonça Batista, pedindo a transcrição na ata dos trabalhos legislativos de um artigo publicado no jornal local "A Gazeta" com parecer favorável da Comissão Especial, aprovado - 5) Discussão e votação única da prestação de contas do exercício municipal, pertencentes ao exercício de 1961, com parecer favorável da Comissão de Justiça; aplicada a discussão a fim de que o processo seja examinado pela Comissão de Finanças, para parecer, a requerimento do Vereador Coelho Gois Fernandes e aprovado pelo plenário. Os Vereadores Celso Gois Fernandes manifestaram-se favoráveis à remessa do processo à Comissão de Finanças, explicando a matéria em pauta, o snr. presidente anunciou ir passar à 15ª PEQUENA PASSO AL. O Vereador Cipriano Rodrigues se associa em nome do P.S.P. ao voto de pesar proposto pelo falecimento do Sr. Fernando Goeni, e justifica o seu voto favorável à remessa das contas do executivo à Comissão de Finanças, dizendo que esta é que é a tribuna de técnicos habilitados para o exame da matéria. O Vereador Coelho Gois Fernandes pede a ata do voto de pesar pelo falecimento do sr. Fernando Goeni, em nome do P.S.P. e afirma ser um absurdo pretender alguem aprovar as contas do executivo sem parecer da Comissão de Finanças, atitude contra a qual lavrada o seu protesto. O Vereador Romildo Miranda se associa em nome do U.D.N. ao voto de pesar proposto pelo falecimento do sr. Fernando Goeni. O Vereador Hollerbach afirma que o processo da prestação de contas do executivo não estêve na Comissão de Finanças que não pode assim, tomar conhecimento da matéria e exarar o seu parecer. O Vereador Antônio Carlos Marinelli, diz ter solicitado, há tempos a inclusão das contas do executivo na Ordem do dia a fim de que as mesmas fosse examinadas logo, pois permaneceram nas comissões por mais de 6 meses, sem que estas se manifestassem sôbre a matéria. Congratula-se com todos os seus colegas, pelo comparecimento a sessão da Câmara e apela para que continuem frequentando as sessões até o final do mandato. Congratula-se também com o contador da Prefeitura, sr. Helino Guarinello, pelos eficientes e exemplares serviços que vem prestando ao município no desempenho de suas funções. Diz que o sr. Helino Guarinello está a afrente do cargo que exerce há mais de 25 anos, conhecendo muito bem a contabilidade do Município, não podendo apenas assinar balanços por não possuir o diploma de contador. Solicita por último pela marcação pela palavra pela prorrogação da Semana Municipal uma sessão solene para se proceder a entrega ao Dr. Fábio Linheiro e ao Monsenhor José Jerônimo Balbino Fucidelli, dos títulos de cidadão pinhalense. O snr. presidente agradece que o pronunciamento seja marcado a sessão solene, devendo nesta oportunidade ser feita uma conferencia pelo Dr. Israim Dobre, com a presença também de outras ilustres personalidades da capital do Estado. Nada mais havendo a tratar o snr. presidente nomeia o Vereador Hélio Bandeira para membro da comissão de Justiça enquanto perdurar a licença do efetivo Agenor Beigo. Convoca o snr. Vereadores para uma sessão extraordinária no próximo dia 12 do corrente mês de fevereiro ao vinte horas para discutir e votar todos os projetos que estejam em condições para serem apreciados pelo plenário e de maneira especial os de nºs 28/62, 1/63 e 2/63 em pequena anexada aos trabalhos. Nada mais havendo a tratar o snr. presidente encerra a presente ata. Em seguida a que se refere o requerimento nº 43/62. Julio Marinelli, O. B. Mota. E dia 1º do dezembro mês assumiu o compasso do nascimento de um dos maiores vultos do jornalismo e da República do Brasil. Refiro-me com toda a reverencia - a Julio Mesquita cuja vida de atuação marcante, e motivo de orgulho não só para seus descendentes como para São Paulo e para o país inteiro. Natural de Lambari, onde nasceu em 1862, o grande jornalista teve papel destacado na política de seu tempo, desempenhando cargos de relevancia nos primordios da República, sendo sempre em destaque o seu ideal e a sua luta pelos principios democraticos e consequentemente pelas liberdades. Dotado de uma inteligencia lucida e de uma fertilidade de ideias admiraveis, Julio Mesquita esteve sempre a frente dos grandes eventos da politicidade, com a sua pena fulgurante, levantou os magnos problemas da administração publica, para que eles alcançassem o debate, tivessem a solução mais justa, ditados no bom senso na decencia e na equanimidade. Foi um paladino intemerato, de atitudes elegantes sempre coerente nas suas decisões. Orientou jornalista com-pro-metido, nunca transigiu, nunca vendeu

" deu ao bastão que empunhou "pari passu" com Ruy Barbosa não se dei-
" xando embair por posições sedutoras que lhe foram oferecidas por ca-
" minhos diversos, para desviar-se da sua trajetória de homem impoluto e
" nobre. A sua inteligência pontificou de início em a "República", jornal aca-
" dêmico e, mais tarde na "Gazeta de Campinas". Em 1885 assumiu a reda-
" ção e chefia de "Província de São Paulo" do qual hoje "O Estado de São
" Paulo" absorveu a ser diretor cargo que exerceu com especial brilho até 15 de
" março de 1927 quando a morte o arrebatou, depois de uma jornada de 43
" anos no alto posto. A imprensa brasileira, e de forma especial a bandeirante
" nunca poderá esquecer o nome de Júlio Mesquita porque ele sempre a enri-
" queceu com os seus atributos de mestre do jornalismo fecundo e sadio, legando às
" pelos edificantes aos que se dedicam às lides que imortalisam Gutemberg, no pó-
" sito de dignificar e valorizar o patrimônio material moral e espiritual que
" nos legaram os nossos ascendentes. Júlio Mesquita é uma bandeira que nunca
" deixará de tremular no cume da década redação do jornal do Brasil, estimula-
" do todos a luta pela liberdade e pela dignidade humana. Não seria nos limites
" de um editorial, escrito sob medida, em rasão do diminuto tamanho de nossa fo-
" lha que poderíamos mesmo em síntese, fixar o que foi a vida de Júlio Mesquita
" como jornalista como político e como cumpridor da imensa gigantesca que ele le-
" gou aos seus descendentes, fidíssimos seguidores das suas pegadas. O intuito do
" modesto redator destas linhas, aqui deste recanto de São Paulo ao dirigilas, é
" nomenagear, nos limites da nossa possibilidade material, aquela figura que to-
" dos admiramos, que tombe cultivamos, por rasões de uma afeição natural. Na
" oportunidade do centenário do saudoso Sueto do jornalismo pátrio, ao dirigir es-
" pecialmente a sua campa, fazendo um retrospecto ao passado, deposito amor e
" ma coroa de flores sobre a lápide, simbolisando o nosso respeito, com inserções
" traduzindo a nossa saudade e a nossa gratidão na sua pregação cívica." Eu Se-
" cretário de Imprensa, subscrevo, a fiz escrever. Júlio Mesquita Filho
Antonio Medeiros Batista

Ata da 1ª Sessão extraordinária do 4º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Cimbal realizada em 12 Fevereiro/1963.
Presidencia do Sr. Júlio Marcelo
Secretariada pelo Adelio Barcadia

Aos doze dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e três, nesta, cidade de Cimbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Cimbal, as cinte horas, procedendo-se a chamada dos srs. Vereadores, verificou-se as seguintes: Apidio Cimbeiro, Adelio Barcadia, Antonio Carlos Marinetti, Antonia Medeiros Batista, Julio Giardini, Benedito Fernandes, Celio Cerqueira Leite, Jose Antonio Correia Filho, Romildo Miranda, Luciano Rodrigues Lima da Mota, Dilton Fernandes Tavares e Jose Costa. Havendo numero legal foram abertos os trabalhos da 1ª Sessão Extraordinaria de 1963. Em seguida a leitura do Expediente que constou de: - Quinta 1) Projeto de Lei nº 3/62, do Executivo Municipal, autorizando o executivo a encaminhar projetos para a aplicação de recursos do Fundo de Reserva do Estado. 2ª Comissão de Justiça: Requerimento nº 11/63 do Vereador Paulo Rodrigues, solicitando licença do mandato de Vereador até 6/1 de Setembro de 1964, para tratar de interesses particulares: Concedida a licença, convocou-se o respectivo suplente da legenda. Encerrada a leitura do Expediente e ninguem querendo usar da palavra, o sr. presidente anunciou ir passar a ORDEM DO DIA, que se constituia do seguinte: 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 8/62, da Comissão de Justiça, dispondo sobre a criação de um conjunto de contabilidade, com parecer da Comissão de Redação: aprovado. 2º Discussão e votação única do projeto de resolução nº 1/63 da Presidencia da Câmara, concedendo gratificações aos funcionarios do legislativo, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. 3º Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 27/62, do Executivo Municipal dispondo sobre modificações da lei que concede isenção de impostos as novas industrias, com pareceres favoraveis das comissões de Justiça e Finanças: aprovado após declaração de voto contra o projeto dos Vereadores Julio Giardini e Coimbra Filho. 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 30/62, do Executivo Municipal, dispondo sobre a venda "de um trator e de uma motoniveladora, com pareceres favoraveis das comissões de Justiça e Finanças: aprovado. 5) Emenda discussão e votação do projeto de lei nº 35/62, do Executivo Municipal dispondo sobre aumento de impostos e taxas municipais, com pareceres favoraveis das comissões de Justiça e Finanças com emendas dos vereadores Celio Leite (2) Julio Giardini (1) Coimbra Filho (1) Antonio Carlos Marinetti (2) e Celio Costa Fernandes (2): O Vereador Romildo Miranda requereu o adiamento da discussão por uma sessão, a fim de estudar a aplicação duma tabela, para a cobrança do imposto da licença de veiculos, requerimento êste que foi aprovado pelo plenario. Os Vereadores Romildo Miranda e Luciano Rodrigues Lima da Mota retiram-se do plenário. O Vereador Coimbra Filho usa da pa-

e manifesta-se contra a aprovação do projeto de lei. Requer, em seguida, que a votação do projeto seja nominal, sendo o seu requerimento aprovado pelo plenário. O Vereador Antônio Batista defende o projeto. O Vereador Celio Dorto Fernandes justifica as emendas de sua autoria, e o Vereador Atilio Giardini manifesta-se favoravel as emendas do edil Antônio Carlos Marinelli. Em seguida é posto em votação sendo aprovado pela maioria o projeto de lei Nº 30/62, votando contra a sua aprovação apenas o Vereador Coimbra Filho. Em seguida são aprovadas as emendas dos Vereadores Helio Leite (1), Atilio Giardini (1), Celio Dorto Fernandes (1), e Antônio Carlos Marinelli (2). É rejeitada a emenda do Vereador Coimbra Filho. O Vereador Celio Dorto Fernandes retira a sua emenda sôbre a cobrança do imposto territorial rural. O Vereador Helio Leite tambem retira uma emenda de sua autoria sobre a cobrança do imposto de licença de Veículos. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 2/63, do Prefeito Municipal, autorisando o executivo a assinar contrato com a D.D.P. para construção de prédio destinado á Escola Típica Rural da Fazenda Monte Bello, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 1/63, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre doação de rede de distribuição de energia elétrica a Companhia Paulista de força e luz, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado. O Vereador Adelio D'Arcadia formula um requerimento, que é aprovado, solicitando dispenssa da Redação final do projeto de resolução Nº 1/63 e projetos de lei de Nºs. 27/62, e 30/62, a fim de serem encaminhados imediatamente a sessão. Esgotada a materia em Pauta, passa-se á ESPLICAÇÃO PESSOAL. O Vereador Coimbra Filho faz um retrospeto de sua atuação á frente da Comissão Municipal de Esportes, historiando tudo aquilo que realisou durante o periodo em que presidiu essa organisassão. Diz que a finalidade da Comissão Municipal de Esportes não é apenas arrecadar dinheiro e guarda-lo como se fosse caixa de banco, fato êsse que vem se dando com a atual comissão. Critica os membros da atual Comissão Municipal de Esportes, dizendo que a mesma não tem feito nada, principalmente no setor esportivo, pois o esporte em Pinhal, está morrendo. Diz que sempre criticou o Prefeito quando este errou á frente do executivo. Afirma ter sido mais situação do que um dos Vereadores mais chegados ao Prefeito, visto ter estado sempre presentes as sessões da Câmara, ao passo que o seu colega esteve ausente quando mais o chefe do executivo dêle necessitava. Diz ter sido sempre favoravel ao empréstimo de cinco milhões de cruseiros para o serviço de iluminação das Vilas Centenarios e São Pedro, tendo mesmo votado pela aprovação do projeto de lei que tratava da matéria. Diz que o balancete da atual Comissão de Esportes não está completo como o seu, apresentado ao Prefeito há mais de um ano. Congratula-se com o Prefeito por ter dado bôas aprovações as contas que apresentou quando deixou a presidência da Comissão Municipal de Esportes, isso a mais de um ano. Encerra suas considerações dizendo que se a sua prestação de contas não estivesse certa, já estaria na cadeia, pois o prefeito e sua tribo lhe morem uma perseguissão tenas. O Vereador Antônio Carlos Marinelli apela aos seus colegas para que não facam discussões estéreis que não trasem nenhum beneficio ao Municipio. Ninguem mais querendo usar da palavra, o snr. presidente convoca os snr. Vereadores para outra sessão extraordinaria, a realisar-se logo após o encerramento da 1ª sessão extraordinaria, para discussão e votação dos projetos de lei Nº. 35/62, 2/63, 1/63, 3/63. Encerra os trabalhos em seguida. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Deluchino de Mello, secretário, a fiz escrever.

Atilio Pinheiro
Antonio Medeiros Batista

Ata da 2ª sessão extraordinaria, do 4º ano, da 4ª legislatura da Câmara Municipal de Pinhal, realisada em 12 fevereiro 1963.
Presidência do Dr. Atilio Pinheiro
Secretariada por Adelio D'Arcadia

Aos dose dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 1ª sessão extraordinária procedeu-se a chamada dos snr. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Atilio Pinheiro, Adélio D'Arcadia, Antônio Carlos Marinelli, Antônio Medeiros Batista, Atilio Giardini, Celio Dorto Fernandes, Helio Vergueiro Leite, Antônio Coimbra Filho, Vilton Bernardes Farias e José Costa. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos da 2ª sessão extraordinaria de 1963. Não havendo expediente a ser lido, e ninguem querendo usar da palavra, o snr. presidente anunciou ir passar a ORDEM DO DIA, que se constituia do seguinte: 1º) discussão e votação do projeto de lei Nº 3/63, do Prefeito Municipal, autorisando o executivo a organisar projetos para a aplicação de recursos do "Fundo de Defesa do Café," com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovada 2) Segunda

discussão e votação do projeto de lei nº 35/62, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre aumento de impostos e taxas municipais, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado, contra o voto apenas do Vereador Coimbra Filho. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 2/63 do Prefeito Municipal, autorisando o executivo a assinar contrato com a D.A.P., para construção de prédio destinado á Escola Tipica Rural da Fazenda Monte Bello, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. - 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 1/63, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre doação de rêde de distribuição de energia elétrica á Companhia Paulista de Força e Luz, com pareceres favoraveis da Comissão de Justiça: aprovado. O Vereador Adélio Darcadia formula um requerimento que é aprovado, solicitando dispensa da redação final dos projetos de lei nºs 35/62, 2/63, a fim de serem encaminhados imediatamente a sessão. Em seguida o sr. presidente convoca os srs. Vereadores para uma nova sessão extraordinaria, para logo após o encerramento da 2ª sessão extraordinária para a segunda discussão e votação do projeto de lei nº 3/63. Encerra os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucero, secretário, a fiz escrever. Abílio Pinheiro
Antonio Medeiros Baptista

Ata da 3ª sessão extraordinaria do 4º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal realizada em 12 de fevereiro de 1963.
Presidência do Dr. Abílio Pinheiro
Secretariada por Adélio Darcadia

Aos doze dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e três nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, logo após o encerramento da 2ª sessão extraordinária, procedendo-se a chamada dos srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - Abílio Pinheiro, Adélio Darcadia, Antônio Carlos Marinelli, Antônio Medeiros Batista, Atílio Giardini, Celio Porto Fernandes, Helio Vergueiro Leite, José Antônio Coimbra Filho, Vilton Bernardes Farias e José Costa. Havendo número legal foram abertos os trabalhos da 3ª sessão extraordinária de 1963. Passou-se a ORDEM DO DIA, que se constituia do seguinte: - Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 3/63, do Prefeito Municipal, autorisando o executivo a organisar projetos para a aplicação de recursos do "Fundo de Defesa do Café", com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado. - O Vereador Adélio Darcadia formula um requerimento, que é aprovado, solicitando dispensa da redação final do projeto de lei nº 3/63, a fim de ser encaminhado imediatamente a sessão. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convoca os srs. Vereadores para a proxima sessão ordinária a realizar-se do dia 21 vindouro, e encerra os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucero, secretário, a fiz escrever.
Abílio Pinheiro
Antonio Medeiros Baptista

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Pinhal, realizados em 7 de março de 1963.
Presidencia do Dr. Abílio Pinheiro

Aos sete dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, as vinte horas, procedendo-se á chamada dos srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - Abílio Pinheiro, Antônio Medeiros Batista, Atílio Giardini, Célio Porto Fernandes, José Antônio Coimbra Filho, Silviano Rodrigues Lima da Motta e Rubens Marinelli. Não havendo número legal para abertura dos trabalhos, mas estando presentes sete Vereadores o sr. presidente determinou fôsse feita, de acôrdo com o artigo 85, do Regimento Interno, a leitura do EXPEDIENTE que não dependesse de voto da Câmara, e que constava do seguinte: - 1) Oficio da Champion Celulose S/A, agradecendo o voto de congratulações aprovado pelo Legislativo Municipal: "Ciente. Arquive-se." - 2) Oficio do sr. Epaminondas Bum, Intendente Municipal, convidando os srs. Vereadores para a sessão solêne de instalação do Municipio de Albertina: "Oficiar agradecendo, nomeio os Vereadores Coimbra Filho, Atílio Giardini e Antônio Carlos Marinelli para, em comissão, representarem a Câmara Municipal de Pinhal na sessão solêne de instalação do municipio de Albertina." - Encerrada a leitura do EXPEDIENTE e decorridos os quinze minutos regimentais, foi feita nova chamada, verificando-se a presença apenas dos Vereadores Abílio Pinheiro, Antônio Medeiros Batista, Atílio Giardini e José Antônio Coimbra Filho; persistindo a falta de número legal, o sr. presidente convocou os Vereadores para a proxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 21 do corrente mês de março, encerrando os trabalhos em seguida. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucero, secretário, a fiz escrever.
Abílio Pinheiro
Antonio Medeiros Baptista

Ata da 3ª sessão ordinaria do 4º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 21 março de 1963.

Presidência do Dr. Aldo Simões
Secretariada por José Felipe Nuolo

Aos vinte e um dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Sinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, as vinte horas procedeu-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Aldo Simões, Ignez Agostinho, Sérgio Antônio Carlos Mauinelli, Antônio Medeiros Batista, Aldo Giardini, José Felipe Nuolo, Tobias Coimbra Filho, José Felipe Nuolo e Sebastiana Rodrigues Lima da Mota. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foram então aprovadas e assinadas as atas anteriores. Passou-se a leitura do EXPEDIENTE que constou do seguinte:- 1) Carta do snr. Luiz Rodrigues Peres agradecendo as congratulações que lhe foram enviadas pela Câmara Municipal: "Ciente. Aguarde-se." - 2) Ofício da Família Fernando Peres, agradecendo os votos de pesar pelo falecimento de seu Chefe: "Ciente. Aguarde-se" - 3) Ofício do Diretor da Escola Agrotécnica pedindo informações sobre o pagamento de diárias do Vereador Antônio Carlos Mauinelli encaminhadas ao snr. Prefeito Municipal: a) nº 7/63 sobre a necessidade de ser ajardinado o terreno defronte ao Instituto de Educação. - b) nº 8/63, pedindo o enquadramento de diaristas no quadro de mensalistas municipais. - c) nº 9/63, no sentido de ser conseguido, pelo executivo, um terreno para a instalação, em Sinhal, da Fábrica de Bombas Dechichi. - d) nº 10/63 sobre a necessidade de ser concluída a rede de esgotos da Vila Moreira. - 5) nº 12/63, oficiando, informações ao executivo sobre a falta de água na Vila São Pedro: "Ao sr. Prefeito Municipal". 6) Requerimento do Vereador Belton Bernardes Farias, solicitando 90 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente". - 7) Requerimento nº 14/63, do vereador Antônio Batista, pedindo a inserção, na ata dos trabalhos legislativos de um voto de congratulações e louvor com o sr. Adelino Queiroz, contador da Prefeitura: "Aprovado". 8) Requerimento nº 15/63 do Vereador Joaquim Pires, no sentido de solicitar a Viação Paraíso que coloque em tráfego um ônibus na estrada Municipal da Fazenda Pamplona: "Aprovado." - 9) Requerimentos do vereador Coimbra Filho, a) nº 16/63, solicitando ao executivo que envie a Câmara todas as portarias e decretos não publicados na imprensa. b) nº 17/63, solicitando a inclusão na ordem do dia dos projetos de isenção concedendo, ao título de cidadão Sinhalmense, aos deputados Jagir Nail e Eleonino de Araújo. c) nº 18/63, solicitando ao Prefeito o cumprimento dos artigos 99, 100 e 101 da Lei Orgânica dos Municípios. d) nº 19/63, solicitando a remessa a Câmara de uma relação dos contribuintes de todos os impostos e taxas municipais. e) nº 20/63 solicitando o envio a Câmara de todos os documentos pertinentes às contas dos exercícios de 1961 e 1962. - f) nº 21/63 convocando o Prefeito Municipal para comparecer ao plenário da Câmara para prestar várias informações. - g) nº 22/63, no sentido de se solicitar ao Governador do Estado a criação, em Sinhal, do ginásio noturno. h) nº 23/63, no sentido de se oficiar ao Centro de Saúde solicitando providências para sanar com os pernilongos da cidade. i) nº 24/63, no sentido de se solicitar a CESP o fornecimento de uma quota mensal de gasolina de litros. - j) nº 25/63, pedindo a inserção da ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com o engenheiro Rogério Egas, pela sua nomeação para o cargo de Diretor dos Transportes. k) nº 26/63, pedindo que a Câmara solicite a Governadoria do Estado a doação do Hotel da Fazenda. l) nº 27/63 no sentido de se oficiar ao Diretor Regional do SAMDU e ao Delegado Regional do Trabalho, pedindo seja cumprido o Quadro de Funcionários do Posto do SAMDU de Sinhal. - 10) Requerimento nº 28/63, do Vereador Antônio Carlos Mauinelli solicitando a inserção na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com o Deputado Ivio de Matos Nogueira, pela sua eleição para o cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado. Requerimento 11) nº 29/63 do Vereador Aldo Giardini, solicitando ao Secretário da Educação a instalação, em Sinhal, de uma Classe, para crianças excepcionais. - 12) Requerimento nº 30/63, do vereador Coimbra Filho, solicitando a inserção na ata dos trabalhos legislativos, da proclamação feita pelo sr. Ademar de Barros em 16-8-1962, prometendo a volta da normalidade na Província: Pomeio a Vereadores Aldo Giardini, José Felipe Nuolo e Antônio Carlos Mauinelli para a comissão examinar e dar parecer sobre a matéria. 13) Projeto de lei nº 5/63, do Vereador Antônio Carlos Mauinelli, dispondo sobre a concessão de isenção aos institutos beneficentes: "A comissões de Justiça e Finanças". 14) Projeto de lei nº 6/63, do Vereador Antônio Medeiros Batista e outra, majorando as pensões municipais: "A comissão de Justiça e Finanças". 15) Projeto de lei nº 7/63 do Vereador Aldo Giardini, assegurando o direito aos diaristas com mais de 10 anos de serviços passarem para mensalistas: "A comissão de Justiça". 16) Projetos de lei do Vereador Coimbra Filho: - a) criando a Guarda Mirim em Sinhal: "A comissão de Justiça e Finanças e Serviços Públicos". b) nº 9/63, criando a Guarda Noturna Municipal e a taxa de vigilância: "A comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". - c) nº 10/63, abrindo crédito especial para cobrir as despesas com a construção de sede própria para o Tiro de Guerra local: "A comissões de Justiça

e Finanças e Serviços Públicos." - d) Nº 11/63, ignorando do pagamento de despesa aos aquisidores feitas por atletas esportivos: "À Comissão de Justiça e Finanças". e) Nº 12/63, concedendo isenção de impostos e taxas ao Lar Luiz de Penhal: "À Comissões de Justiça e Finanças". f) Nº 13/63, declarando de utilidade pública o Rar Hostil de Penhal: "À Comissão de Justiça e Assistência Social". g) Nº 14/63, abrindo um credito de Cr$ 100.000,00 para as despesas de participação de Penhal nos jogos regionais da Media Mogiana: "À Comissão de Finanças". h) Nº 15/63, abrindo um credito especial de Cr$ 50.000,00 para o custeio de fotografias destinadas ao alistamento eleitoral: "À Comissão de Justiça e Finanças". i) Projeto de Resolução Nº 16/63 do Vereador Dominga Vieira concedendo o titulo de cidadão honorário ao Dr. Romeu de Barros: "À Comissão de Justiça". 18) Projeto de resolução Nº 2/63, do Vereador Antônio Martins Pinheiro, concedendo o titulo de cidadão honorário ao professor João Floriano de Azevedo Marques: "À Comissão de Justiça". 19) Mensagem do Prefeito Municipal encaminhando relatório e prestação de contas do exercício financeiro de 1962. "À Comissão de Justiça e Finanças". - Encerrada a leitura do EXPEDIENTE, o Vereador Estevão Rodrigues Lima da Mota, requer uma retificação de sessão, feita a anterior, mandada dar sua leitura. Usa da palavra, para isso, o Vereador Antônio Medeiros Batista. Aprovada a retificação. Em seguida, o Vereador Antônio Carlos Martinelli, Antônio Medeiros Batista, Attilio Spadini, João Pinheiro Coimbra Vieira, José Felisbe Ruolo, Silviano Rodrigues Lima da Mota, são nomeados para o preenchimento dos trabalhos, o sr. presidente comunicando que os requerimentos de Nºs 11/63, a 29/63, seriam votados na próxima sessão ordinária, o que deixou os trabalhos encerrados. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata. Eu, Estevão de Queiroz, secretário, a fiz escrever.

Attilio Spadini
Antonio Medeiros Batista

Ata da 4ª Sessão, extraordinária, do 4º ano da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Penhal, realizada em 25 de abril de 1963

Presidência do Sr. Attilio Spadini
Secretariada por Antonio Medeiros Batista

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Penhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, as vinte horas, procedendo-se a chamada dos srs. Vereadores, "Dez foram" - Se a presença dos seguintes: Attilio Spadini, Antonio Carlos Martinelli, Antonio Medeiros Batista, Attilio Spadini, João Pinheiro Coimbra Vieira, José Felisbe Ruolo, Silviano Rodrigues Lima da Mota. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Procedeu-se à leitura do EXPEDIENTE que constou do seguinte: Ofício do sr. Ruben Mantinelli, 1º suplente da V.E.P. desistindo de substituir o Vereador Manuel Dias Guerra durante o período da licença a este concedida: "Ofício comunicando-se o respectivo suplente". Estando presente o sr. Manoel Dias Guerra, suplente da V.E.P., da ordem do Plenário e assume sua cadeira, visto já ter prestado o compromisso regimental noutra oportunidade. O sr. presidente comunica, em seguida, com pesar, o falecimento, ocorrido em São Paulo, do Dr. Américo Franklin de Menezes Nobre, espírito brilhante, grande amigo de Penhal, onde exerceu, há anos atrás, o cargo de Promotor de Justiça. O Vereador Afonso Veiga requer, em plenário, aprovação e inserção na ata dos trabalhos, legislatura, de um voto de pesar, profundo pelo falecimento do Dr. Américo F. M. Nobre. Tendo usado da palavra, nesse instante para solidarizar-se com o requerimento, os Vereadores Bento Porto Fernandes e Silviano Rodrigues. Em seguida, o Sr. presidente anuncia a passar a ORDEM DO DIA que se constitui do seguinte: 1) Tomar conhecimento, oficialmente, e deliberar, sobre a greve dos alunos da Escola Agrotécnica "Dr. Caetano Mota e Silva"; o sr. presidente comunica ao plenário oficialmente a existência de uma greve dos alunos da Escola Agrotécnica, e declarece ter convocado a sessão extraordinária a fim de que os srs. Vereadores debatessem o assunto e estudasse a possibilidade de o legislativo, por intermédio de uma comissão especial parlamentar com os diretores da Escola e com os alunos, a fim de ratificar o que está ocorrendo, adotando as providências cabíveis afim de evitar o fechamento do referido estabelecimento de ensino, podendo, se necessário, uma intervenção do Governador do Estado e Secretário da Agricultura. O Vereador Coimbra Vieira requer a constituição de uma comissão de Vereadores para visitar a Escola Agrotécnica e verificar a educação dos acontecimentos, para providências posteriores. Afirma que as reivindicações dos alunos não foram atendidas, critica a atitude de um professor que foi a São Paulo especialmente para acusar os alunos de serem comunistas e influenciar as autoridades estaduais de que a greve era de fundo comunista, e solicita a comissão a ser nomeada que investigue a procedência dessa denúncia que representou muito mal e em desabono a cidade. O Vereador Antônio Batista, diz ser muito tarde para a Câmara tomar qualquer atitude pois a greve já foi resolvida, e o assunto é da competência das autoridades estaduais, e não da Câmara Municipal. O Vereador Silviano Rodrigues manifesta-se favorável a constituição duma Comissão de Vereadores para investigar sobre os fatos ocorridos na Escola Agrotécnica. O Vereador Bento Porto Fernandes diz que a Câmara municipal,

não podia tomar nenhuma deliberação sôbre o assunto, pois não fôra solicitada sua mediação nem pela diretoria e nem pelos alunos da Escola, não tendo além disso o legislativo tomado conhecimento, oficialmente, da greve, pois ninguem lhe comunicara. Diz ser inoportuna a interferência da Câmara, que ficou num plano secundario, não havendo necessidade de tratar de um assunto já superado, pois as autoridades estaduais já tomaram tôdas as providências cabíveis. O Vereador Agenor Peigo diz que ninguem na Câmara tem conhecimento dos pormenores da greve havendo necessidade de se esclarecer bem o assunto, e salienta que o Legislativo não vai resolver o caso, mas vai mostrar ao povo que está preocupado com a evolução dos acontecimentos. Esclarece que a Câmara não pretende saber quem é o culpado pela eclosão da greve, e quem está com a rasão, mas sim procurar evitar que futuramente a Escola seja fechada, o que prejudicaria muito a cidade. O Vereador Waldir Peres, lamenta a atitude do Secretário da Agricultura que permitiu que a greve perdurasse por 30 dias dando ainda sua intrevista a imprensa informando estar de posse de todos os elementos necessários para resolver o caso e incriminando os grevistas de comunistas fichados no DOPS. Diz que o Secretário da Agricultura é o responsavel por tudo que está acontecendo e que a Escola ficar fechada por causa de uma greve e uma coisa ridicula e para a qual não ha justificativa. Em seguida é posto em votação sendo aprovado, o requerimento do Vereador Coimbra Filho no sentido de se constituir uma comissão de Vereadores para parlamentar com a diretoria da Escola Agrotécnica sôbre a greve, e informar-se sôbre o perigo do fechamento desse estabelecimento de ensino. A votação foi nominal, tendo votado favoravelmente a medida todos os Vereadores presentes, com a excessão do Vereador Antônio Batista, que votou em sentido contrário. Em seguida o snr. presidente nomeia os Vereadores Agenor Peigo, Antônio Medeiros Batista, Coimbra Filho, Atilio Giardini Waldir Peres e José Felippe Nuolo para integrarem a referida Comissão. Por sugestão do Vereador Agenor Peigo ficou deliberado que a Comissão seria presidida pelo proprio presidente da Câmara Municipal. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 4/63, da Comissão de Justiça dispondo sobre o estacionamento de taxis-mirins nos pontos de automoveis de aluguel aprovado. Passa-se a EXPLICAÇÃO PESSOAL. O Vereador Antonio Carlos Marinelli solicita aos seus colegas que compareçam, futuramente as sessões da Câmara a fim de que sejam votados todos os projetos que dependem da apreciação do plenario, inclusive o projeto de resolução que concede o titulo de cidadão-pinhalense ao Deputado Miguel Jorge Nicolau, proposição essa que, segundo consta, vem impedindo o comparecimento de edis contrários a politica desse parlamentar. O Vereador Celio Porto Fernandes tambem solicita aos seus colegas que compareçam as sessões da Câmara, mas para votarem proposições de interesse público e não projetos demagógicos que visam apenas a conveniencia politica de determinados Vereadores; Diz não concordar que vereadores façam politica como chapéu alheio e sugere que tôdas as proposições de caráter politico e demagógico, fiquem superadas. O Vereador Coimbra Filho diz que seu colega Celio Porto Fernandes não tinha rasão, pois assinára um projeto de resolução dando o titulo de "Cidadão-pinhalense" a determinada pessôa, alem de ter assinado, como membro da Comissão de Justiça, pareceres favoraveis a preposições que considerava como demagogicas. Diz que o Vereador tem direito de apresentar qualquer projetos de lei; que a Câmara votou um aumento de impostos exorbitantes, ainda recentemente; que certos Vereadores de fato fazem cortesia com o chapeu alheio, mas sempre favorecendo o prefeito. e declara, finalmente, que a maioria dos Vereadores sempre votou incondicionalmente favoravel ao prefeito, e o orador sempre com o povo, e que a Câmara está desmoralizada, pois não se reunia ha mais de 3 meses, não tendo podido nem mesmo tomar conhecimento no momento oportuno, da greve da Escola Agrotécnica. O Vereador Agenor Peigo diz que os Vereadores deram uma prova de civismo comparecendo á Sessão da Edilidade e que os homens que vivem nas esquinas, criticando o Legislativo, devem ser convidados para concorrerem a uma cadeira nas proximas eleições. Em seguida é lido e aprovado o requerimento de nº 31/63 dos Vereadores Coimbra Filho, Antônio Carlos Marinelli e Celio Porto Fernandes solicitando a realização de uma nova sessão extraordinaria logo após o encerramento da que estava se realizando, para ser votado, em seguida discussão o projeto de lei Nº 4/63. O snr presidente convoca os snr. Vereadores para uma nova sessão extraordinaria, e encerra os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Salomão de Lucro, a fiz escrever.

Apilio Pinheiro
Antonio Medeiros Batista

Ata da 5ª sessão extraordinária, do 4º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal realizada em 25 de abril de 1.963
Presidencia do Dr. Apilio Pinheiro
Secretariada por Antônio Medeiros Batista

Aos vinte e cinco dias do mes de abril de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Pinhal Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 4ª sessão extraordinária, procedendo-se a chamada dos snr. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Apilio Pinheiro, Adelio Darcadia, Agenor Agostinho Peigo, Antônio Carlos Marinelli, Antô-

mio Prudêncio Pereira Batista, Attilio Giardini, Coelho Borges Fernandes, José Antonio Coimbra Filho, José Filippe Mendes Duarte, Silviano Rodrigues e Waldyr Gomes.
Havendo número legal, foram abertos os trabalhos da 5ª sessão extraordinária. Passou-se imediatamente a ORDEM DO DIA, que se constituia do seguinte:- 1ª fase- segunda discussão e votação do projeto de lei nº 4/63, da comissão de justiça, dispondo sobre o estacionamento de taxis-motores, nos pontos de automóveis de aluguel: aprovado em 2ª discussão e dispensado da redação final por requerimento do Vereador Agenor Veiga a fim de ser encaminhado ao Sr. Prefeito para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convoca os Srs. Vereadores para a proxima sessão ordinaria a realizar-se no dia 2 de maio vindouro, e encerra os trabalhos em seguida. Do que para constar lavrei esta a presente ata. Eu, Jeremias de Lucas, escriturário, a fiz escrever.

Antonio Monteiro Botelho
Presidente

Abelardo Rodrigues
Secretario

Ata da 5ª sessão ordinaria do 6º ano da 4ª Legislatura, da Câmara Municipal de Cantagalo, realizada em 2 de maio de 1963.
Presidencia do Sr. Attilio Giardini
Secretariada pelo Antonio Monteiro Botelho

Aos dois dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Cantagalo, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal de Cantagalo, as dezoito horas, presentes os Srs. Vereadores, Jeremias de Lucas, Attilio Giardini, Jose Antonio Coimbra Filho, Joaquim Batista Filho, Antonio Carlos Marinelli, José Filippe Mendes Duarte, Silviano Rodrigues e Waldyr Gomes da Mota e Abadia Gomes. Estando ausentes todos os membros da mesa o Vereador Attilio Giardini, como o mais votado dos presentes, assume a presidencia, e designou o que precedia o artigo 28 do Regimento Interno, convocando o Vereador Joaquim Batista para secretariar os trabalhos. Não tendo numero legal para abertura dos trabalhos, mas estando presentes 7 Vereadores, o Sr. presidente determinou que fosse feito o acido com o artigo 85, do Regimento Interno, a leitura do, 1) EXPEDIENTE que consta: Ofpendia de fole da Camara, e que constara do seguinte:- 1) Requerimento nº 20/63, do Vereador Waldyr Gomes, solicitando uma providencia de Sr. Prefeito. "Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 2) Requerimento nº 21/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 3) Requerimento nº 22/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 4) Requerimento nº 23/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 5) Requerimento nº 24/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 6) Requerimento nº 25/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 7) Requerimento nº 26/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 8) Requerimento nº 27/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 9) Requerimento nº 28/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 10) Requerimento nº 29/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 11) Requerimento nº 30/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 12) Requerimento nº 31/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 13) Requerimento nº 32/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 14) Requerimento nº 33/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 15) Requerimento nº 34/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 16) Requerimento nº 35/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 17) Requerimento nº 36/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 18) Requerimento nº 37/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 19) Requerimento nº 38/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 20) Requerimento nº 39/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 21) Requerimento nº 40/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 22) Requerimento nº 41/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 23) Requerimento nº 42/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 24) Requerimento nº 43/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 25) Requerimento nº 44/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 26) Requerimento nº 45/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 27) Requerimento nº 46/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 28) Requerimento nº 47/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 29) Requerimento nº 48/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 30) Requerimento nº 49/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 31) Requerimento nº 50/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 32) Requerimento nº 51/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 33) Requerimento nº 52/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 34) Requerimento nº 53/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 35) Requerimento nº 54/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 36) Requerimento nº 55/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 37) Requerimento nº 56/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 38) Requerimento nº 57/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 39) Requerimento nº 58/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 40) Requerimento nº 59/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 41) Requerimento nº 60/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 42) Requerimento nº 61/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 43) Requerimento nº 62/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 44) Requerimento nº 63/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 45) Requerimento nº 64/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 46) Requerimento nº 65/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 47) Requerimento nº 66/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 48) Requerimento nº 67/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 49) Requerimento nº 68/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 50) Requerimento nº 69/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 51) Requerimento nº 70/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 52) Requerimento nº 71/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 53) Requerimento nº 72/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 54) Requerimento nº 73/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 55) Requerimento nº 74/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 56) Requerimento nº 75/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 57) Requerimento nº 76/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 58) Requerimento nº 77/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 59) Requerimento nº 78/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 60) Requerimento nº 79/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 61) Requerimento nº 80/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 62) Requerimento nº 81/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 63) Requerimento nº 82/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 64) Requerimento nº 83/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 65) Requerimento nº 84/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 66) Requerimento nº 85/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 67) Requerimento nº 86/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 68) Requerimento nº 87/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 69) Requerimento nº 88/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 70) Requerimento nº 89/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 71) Requerimento nº 90/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 72) Requerimento nº 91/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 73) Requerimento nº 92/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 74) Requerimento nº 93/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 75) Requerimento nº 94/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 76) Requerimento nº 95/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 77) Requerimento nº 96/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 78) Requerimento nº 97/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando providencias junto a Companhia Telefonica Brasileira, para instalação de telefone publico, na Rua Dr. Bernardino de Campos, proximo a casa de Dona Maria Rosa. Concedida a palavra ao Vereador Coimbra Filho, para encaminhar o requerimento, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, e que fosse dado o seguinte encaminhamento: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 79) Requerimento nº 98/63, do Vereador Coimb

missão de Justiça e contrário da comissão de Serviços Públicos: "Adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Antônio Carlos Marinelli". 3) - Quinta discussão do parecer da comissão de Justiça: aprovado após o projeto de resolução nº 3/62, concedendo o título de "cidadão pinhalense" ao deputado Miguel Jorge Nicolau, com parecer favorável da comissão de Justiça: aprovado após terem os vereadores Mário Reis e Antônio Carlos Marinelli, ao manifestarem favoráveis ao projeto, e o vereador Waldir Pires contrário e se abstiver, no mérito da proposição. 4) - Discussão do teor da Ofício nº 63/62 do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, solicitando a interferência da Câmara para a legalização do exercício do cargo de contador da Prefeitura, com parecer da comissão de Justiça no sentido de ser oficiado ao Prefeito, solicitando-lhe que tome as providências cabíveis: aprovado o parecer, tendo o vereador Waldir Pires se abstido no julgamento da matéria por não ser da competência da Câmara. 5) - Quinta discussão e votação do projeto de resolução nº 4/62, do vereador Bonifácio Pinto, concedendo o título de "cidadão pinhalense" ao deputado Paschoal Thomeu: adiada a discussão por duas sessões, a requerimento do vereador Antônio Carlos Marinelli. 6) - Quinta discussão e votação do projeto de resolução nº 5/62, do vereador Bonifácio Pinto, concedendo o título de "cidadão pinhalense" ao deputado Orlando Orsi: adiada a discussão por duas sessões, a requerimento do vereador Bonifácio Pinto. Esgotada a matéria em pauta, lido e aprovado o requerimento de nº 33/62 do vereadores Bonifácio Pinto, Antônio Carlos Marinelli e Antônio Medeiros Batista, solicitando a concessão de uma sessão extraordinária, logo após o encerramento da ordinária, para ser votado em 2ª discussão o projeto de resolução nº 3/62, dando o título de "cidadão pinhalense" ao Deputado Miguel Jorge Nicolau. Ninguem querendo usar da palavra em explicação pessoal, o Sr. Presidente convocou os Srs. Vereadores para a sessão extraordinária, na hora requerida, e encerrou os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Edmundo de Lucca, secretário, a fiz escrever.

Antonio Medeiros Batista

Ata da 6ª sessão extraordinária, do 4º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 16 de maio de 1963.

Presidência do Sr. Frício Giardini
Secretariada por Antônio Medeiros Batista

Aos dezesseis dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, logo após o encerramento da 5ª sessão ordinária, procedendo-se a chamada dos Srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antônio Carlos Marinelli, Antônio Medeiros Batista, Frício Giardini, José Antônio Coimbra Filho, José Felippe Bruder, Sebastião Pinto, Adolfo Firma da Mota, Waldir Pires, Mário Kamarowsky Reis. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos pelo presidente do vereador Frício Giardini, o qual pediu aos presentes fizessem-se a ORDEM DO DIA, que constou do seguinte: Segunda discussão e votação do projeto de resolução nº 3/62, concedendo o título de "cidadão pinhalense" ao deputado Miguel Jorge Nicolau, com parecer favorável da comissão de Justiça: aprovado com restrições, discussão esta pensada a redação final, a requerimento do vereador Coimbra Filho, para ser encaminhado à sanção. Passa-se à EXPLICAÇÃO PESSOAL. O vereador Antônio Carlos Marinelli solicita a mesa da Câmara que providencie a entrega ao Diário da Barranca, transportar José Geronimo Baptista Fucarelli, e ao presidente da Câmara Dr. Flávio Lambert, dos títulos de "cidadão pinhalense". O vereador Coimbra Filho diz que a mesa da Câmara fica contrária à concessão do título de "cidadão pinhalense" ao deputado Miguel Jorge Nicolau, não tendo nenhum de seus membros, porisso fato comparecido à sessão da Câmara, e que caberia se requisitasse a assinar o referido diploma a ser concedido, motivo porque solicitara a comissão de Justiça que se ouvida a respeito do assunto. O Sr. presidente esclarece que se tratava de assunto que competia a mesa efetiva resolver, agradecendo a atenção de seus colegas, convocou os Srs. Vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 16 do corrente e encerrou os trabalhos em seguida. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Edmundo de Lucca, secretário, a fiz escrever.

Frício Giardini
Antonio Medeiros Batista

Ata da 1ª sessão ordinária do 4º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 16 de maio de 1963.

Presidência do Sr. Flávio Ferreira
Secretariada por Antonio Medeiros Batista

Aos dezesseis dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, as dez horas, procedendo-se a chamada dos Srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Flávio Ferreira, Antônio Carlos Marinelli, Antônio Medeiros Batista, Frício Giardini, Hélio Junqueira Leite, José Antônio Coimbra Filho, José Felippe Bruder, Sebastião Pinto, Adolfo Firma da Mota, Waldir Pires e Mário Kamarowsky Reis. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos pelo presidente Flávio Ferreira, que pediu aos presentes fizessem-se a leitura da ORDEM DO DIA, que constou de: 1) Leis da Escola de Auxiliares de enfermagem Municipio de Modelos, convidando os Vereadores para uma conferência a realizar-se na

Biblioteca Municipal: "Foram concedidas os srs. Vereadores". - 2) Requerimento nº 3463, do Vereador Hélio Brito Fernandes solicitando 150 dias de licença. "Concedida a licença requereu-se o suplente da respectiva legenda". - 3) nº 3463, do Vereador Agenor Veiga, solicitando 5 meses de licença. Concedida a licença "Requereu-se o suplente da respectiva legenda". - 4) nº 3463, do Vereador Antônio Carlos Mauriceli, solicitando providências do Executivo no sentido de serem reparadas as ruas da Vila Jardim. Comerciou que se encontram em péssimo estado. "Ao sr. Prefeito Municipal". - 5) nº 3463 do Vereador Batista Reis, solicitando ao executivo que se determine a demolição dos remanescentes das imediações especificadas, a mais em favor do "APPESP". "Ao sr. Prefeito". - 6) nº 3463, do Vereador Coimbra Filho, solicitando a inscrição na ata de um voto de pesar pelo falecimento de Dona Maria José de Freitas Santos. "Aprovado". - 7) Ofício nº 2063, do Vereador Hélio Leite, dispondo sobre aumento de pensões municipais. "Às Comissões de Justiça e Finanças. - Encaminhada a leitura do expediente e Ordem do Dia, o Vereador Coimbra Filho formulou os seguintes requerimentos, que são aprovados pelo plenário: a) um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Norberto Mayer Filho. - b) sugere ao conservatório musical que conste, para essa organização, o nome de Norberto Mayer Filho. - c) voto de congratulações com a Diretoria do Tênis Clube de São Caetano do Sul, da qual foi parte o Sr. Augusto de Mattos. Congratulando-se com a "Gazeta" por haver completado mais um ano de existência. Em seguida diz que as contas referentes à sua gestão, a frente da Comissão de Festejos, foram encaminhadas a mais de um ano, e só agora o executivo veio a tomar conhecimento das contas na Justiça. Diz que não teria a dificuldade de prestar contas ao Executivo, mas vem a nossa Câmara da Comissão de Festejos, que as suas contas estão certas e que também pediu na Justiça a prestação de contas do executivo municipal, referentes aos exercícios de 1961 e 1962, pois não havia 13 milhões de cruzeiros em caixa, como constou no balancete fornecido, mas sim em títulos e que é crime de peculato. Fê em seguida, os telegramas que enviou às autoridades competentes solicitando, que os maçons da Inglaterra em Gonçalves não sejam tratados a bofetadas pelos católicos da Região de Gonçalves. Critica a atitude do Prefeito que tem agido como ditador de uma terra de ninguem, como se Gonçalves fosse a nossa Antigua pois pratica verdadeiros absurdos, pois não existe na cidade nem uma obra pública de vulto. Protesta contra a extorsão da taxa de lavagem de veículos nas ruas da cidade, pois a mesma é ilegal, protesta contra a criação de uma exorbitância de imposto predial de casas novas. Protesta contra a colocação de taxa de ligações d'água, de Cr$ 700,00, numa casa localizada no bairro do Matadouro, quando já havia sido cobrada, anteriormente, uma taxa de Cr$ 200,00. Critica o Prefeito que tem colocado de 4 a 5 pés de árvores em cada quadra de Planta Conterra, sem consultações podendo as mesmas virem a prejudicar os prédios de seus proprietários. Em seguida, requer ao Sr. Prefeito Municipal, cópias de documentos referentes ao "Hospital" e ao Pronto Socorro. Pede providências para que seja feita a limpeza e a capinação na Rua Tomás Flacus. O Vereador Antônio Batista agradece, em nome da Gazeta, o voto de congratulações proposto pelo seu colega Coimbra Filho. Relata em seguida, as ofensas assacadas contra a cidade de Gonçalves pelo Vereador Antônio Coelho Filho, da Câmara de Nova Guaçu, que afirmou estar nossa cidade desaparecendo, só pelo fato de estar progredindo a nossa cidade. Congratula-se com a Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Gonçalves, pela passagem do 1º aniversário de sua fundação. Pede providências no sentido de serem reparadas as ruas da Vila Jardim. Solicita

solicitem aos deputados a aprovação do plebiscito, afirma que não está fazendo outra coisa senão renovar iniciativa do ex-prefeito Francisco Alvares, que pleiteou anteriormente, a anexação daquella área territorial ao Município de Pinhal, tece considerações sôbre o trabalho que deve ser feito junto ao eleitorado e encerra suas considerações dizendo que registrou, em Mogi-Guaçú, mais de 60 eleitores, isso em prejuiso de sua campanha eleitoral. Ninguem mais querendo usar da palavra, o snr. presidente anuncia ir passar a ORDEM DO DIA, que se constitui do seguinte: - 1) Discussão e votação única do requerimento Nº 30/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de uma proclamação do snr. Ademar de Barros, sôbre a volta do ramal Férreo de Pinhal, com parecer favoravel da Comissão Especial: aprovado. - 2) primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 5/63, do Vereador Antônio Carlos Marinelli, concedendo isenção de pagamento de sisa as instituições beneficentes, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. - 3) Discussão e votação do projeto de lei Nº 7/63, do Vereador Atilio Giardini, assegurando aos diaristas, com mais de 10 anos de serviços o direito de passarem para extranumerários mensalistas, com pareceres favoravel da Comissão de Justiça e com emenda do Vereador Coimbra Filho, reduzindo o tempo de serviço para 5 anos: aprovado o projeto e a emenda. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 13/62, do Vereador Waldir Peres, proibindo a propaganda política em muros e predios, com pareceres favoravel da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Obras e Serviços Públicos: retirado a requerimento do seu autor. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 17/63, dos Vereadores Helio Leite e Atilio Giardini, dispondo sôbre a incorporação da área territorial de Nova Louzã ao município de Pinhal, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 11/63, do Vereador Coimbra Filho, isentando o pagamento de sisa as aquisições feitas por clubes esportivos, com pareceres favoraveis da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finança: Adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do Vereador Helio Leite. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 14/63, do Vereador Coimbra Filho, abrindo um crédito especial de Cr$ 100.000,00 para a participação de Pinhal, nos Jogos abertos Regionais da Media Mogiana, com pareceres favoravel da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finança com emenda do Vereador Antônio Carlos Marinelli, reduzindo a importância para Cr$ 50.000,00, aprovado o projeto com respectiva emenda. - 8 -) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 19/63, do Prefeito Municipal criando o cargo de escriturário, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança e com emenda do Vereador Waldir Peres: aprovado o projeto com a respectiva emenda. 9) Primeira discussão e votação do projeto de resolução Nº 1/63, do Vereador Coimbra Filho, dando o título de "cidadão pinhalense" ao Dr. Ademar de Barros, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado - 10) Primeira discussão e votação do projeto de lei, digo, resolução Nº 2/63, do Vereador Antônio Carlos Marinelli, concedendo o título de "cidadão pinhalense, ao professor José Floriano de Azevedo Marques, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado. (Os dois projetos de resolução foram aprovados com voto contrário do Vereador Waldir Peres, que votou contra por principio, por discordar dessas homenagens sem porem entrar no mérito da matéria.) Esgotada a matéria em pauta, o snr. presidente põe em votação, sendo aprovado, o requerimento Nº 40/63, pedindo a convocação d'uma sessão extraordinaria, logo após o encerramento da ordinária, para se proceder a votação em 2ª discussão, de todos os projetos aprovados em 1ª discussão. Usam da palavra em EXPLICAÇÃO PESSOAL, os vereadores Antônio Carlos Marinelli e Mario Damasceno Leite, o primeiro solicitando que a entrega dos títulos de "cidadão-pinhalense seja feita separadamente, a cada um dos homenageados, e o segundo sugerindo que sejam marcadas, com urgência, as respetivas datas para a entrega dos títulos. O snr. presidente responde que oportunamente comunicará ao plenário as datas para a entrega dos títulos, convoca os snr. vereadores para a sessão extraordinária e encerra os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Severino de Muzzo, secretário, a escrevi.

Atilio Pinheiro

Adelio D. Licadu

Ata da 7ª sessão extraordinária, do 4º ano da 4ª legislatura, da Câmara Municipal, realisada em 16 de Maio de 1963.

Presidência do Dr. Apilio Pinheiro

Secretariada por Antônio Medeiros Batista

Aos desesseis dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 4ª sessão ordinária, procedendo-se a chamada dos snr. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:

Aos Srs. Vereadores Antônio Carlos Tranzinelli, Antônio Medeiros, Batista A. Silva, Hélio Gardini, Hélio Junqueira Leite, José Antônio Coimbra Filho, José Filippe Nicolau, Romildo Fernandes Waldyr Lins e Tranio Camargo Leite. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Passou-se à Ordem do dia que constituía do segundo discussão e votação dos projetos de leis nos 5/63, 13/63, 14/63, 17/63, e 18/63 e dos projetos de resolução de nos 1/63 e 2/63 foram todos aprovados em 2ª discussão, e dos pensados da redação final, a requerimento do vereador Coimbra Filho, aprovado pelo plenário, com exceção do projeto de lei nº 17/63, que após ser aprovado em segunda discussão foi encaminhado à Comissão de Redação Final, para parecer. Nada mais havendo a tratar, com presidente convoca os Srs. Vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 6 de junho vindouro e encerra os trabalhos com esta. Lo que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lima, escrevente, a datilografei e eu secretário, a subscrevi.

Julio Bueno Brandão

Ata da 5ª Sessão ordinária do 4º ano da 4ª Legislatura, da Câmara Municipal de Cunha, realizada em 6 de junho de 1963.

Presidência do Sr. Julio Queiroz

Secretariada por Hélio Gardini

Aos 6 dias do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e três nesta cidade de Cunha Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Cunha, às dezoito horas, procedendo-se à chamada dos srs. Vereadores verificou-se a presença dos seguintes: Julio Queiroz, Antônio Carlos Tranzinelli, Antônio Medeiros, Batista Alves Gardini, Hélio Junqueira Leite, José Antônio Coimbra Filho, Dircano Rodrigues Lopes da Costa e Tranio Damasceno Leite. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Passou-se à leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte: 1) Telegrama nº 8/63, do Prefeito Municipal, encaminhando pedido do Sr. Jaime Abade, contra lançamento de imposto predial. Às Comissões de Justiça e Finanças 2) Ofício do Sr. Benedito Gomes dos Santos agradecendo a nota de pesar pelo falecimento de sua esposa. "Ofício Agradecimento" - 3) REQUERIMENTOS: - a) nº 41/63, do vereador Coimbra Filho pedindo a inversão, na ata, de um voto de pesar e congratulações com o Sr. Ignácio Rodrigues do Prado Filho. "Aprovado". b) nº 42/63 do vereador Coimbra Filho, solicitando a inversão, na ata, do inteiro teor do poema declamado pelo deputado Arruda Castanho na Assembléia Legislativa, sobre a personalidade de João XXIII: "Aprovado" c) nº 43/63, dos vereadores Antônio Carlos Tranzinelli, Hélio Leite, Antônio Batista, para em comissão, exararem parecer sobre o requerimento." c) nº 43/63, dos vereadores Dircano Rodrigues e Julio Gardini, no sentido de se oficiar ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, solicitando providências contra a Companhia Paulista de Força e Luz, pelo péssimo serviço que vem prestando: "Aprovado." - 4) Indicações: a) nº 11/63, do vereador Antônio Batista, no sentido de ser colocada uma placa indicativa no ponto de chamtes: "Ao Snr. Prefeito" - 5) nº 12/63 do vereador Mario Leite, no sentido de ser reparado o calçamento da rua D. Caeplino da Mota e Silva, que se encontra esburacado: "Ao Snr. Prefeito." e) nº 13/63, dos vereadores Dircano Rodrigues e Julio Gardini, no sentido de serem varridas, aos domingos, as ruas da cidade: "Ao Snr. Prefeito" d) nº 14/63 dos vereadores Dircano Rodrigues e Julio Gardini, no sentido de serem reparados os focos das árvores que estão cortadas: Ao Snr. Prefeito" - e) nº 15/63, no sentido de serem limpinados os canos existentes nas praças públicas: "Ao Snr. Prefeito. - 5) Projetos de lei: - a) nº 21/63 do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização, para o arrendamento do "matadouro municipal" "Às Comissões de Justiça, Finanças e Concursos Públicos" 5) nº 22/63, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas diversas: "Às Comissões de Justiça e Finanças" - c) nº 23/63, do vereador Coimbra Filho, isentando do pagamento de taxa "as aquisições feitas por instituições religiosas: "Às Comissões de Justiça e Finanças" d) nº 24/63, do vereador Coimbra Filho efetuando em seus cargos e funções os extranumerários mensalistas com mais de 5 anos de serviço público "Às Comissões de Justiça e Finanças" e) nº 25/63 do vereador Coimbra Filho concedendo gratificação de tipo de idade aos vereadores da Limpeza Pública e do Cemitério Municipal "Às Comissões de Justiça, Finanças e Saúde" f) nº 26/63, do vereador Coimbra Filho, assegurando aos extranumerários mensalistas o direito de aposentadoria após 30 anos de serviços: "Às Comissões de Justiça e Finanças; - g) nº 27/63 do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre o pagamento de sua em 10 prestações: "Às Comissões de Justiça e Finanças." - h) nº 28/63, dos vereadores Dircano Rodrigues e Julio Gardini, dando o nome de Dr. Ignácio Franklin de Meneses Leite a uma rua da cidade: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos." - i) nº 29/63, dos vereadores Dircano Rodrigues e Julio Gardini, concedendo isenção do imposto de sisa, as indústrias que se instalarem no município: "Às Comissões de Justiça e Finanças" - 6) Projetos de lei: Resolução do vereador Coimbra Filho: a) nº 3/63, concedendo o título de cidadão cunhense

-se ao Snr. Antônio Benedito Machado Horomel: "As comissões de Justiça" b) nº 4/63 dispondo sôbre a cassação de mandato de vereador que faltar às sessões por mais de 180 dias consecutivos. A Comissão de Justiça". Encerrada a leitura do EXPEDIENTE, o Sr. Presidente deu a palavra ao vereador Coimbra Filho, o qual requereu um minuto de silêncio em homenagem ao FINADO João XXIII, recentemente falecido. Em seguida indaga da presidência quando será feita a convocação do Prefeito para comparecimento à Câmara, afim de prestar informações. Afirma ser absurda a transformação da Escola Agrotécnica em presídio agrícola, como estão pretendendo as autoridades governamentais, muito por que pedia a constituição duma comissão especial para entender-se com o Governador do Estado. Diz que o Snr. Jair Athayde entrou com um recurso contra o lançamento do imposto predial, não pelo valor com que foi taxado, mas sim contra a injustiça de predios melhores e mais centrais do que o seu pagarem muito menos. Diz que o Prefeito não cumpre a lei. Orgânica dos Municípios, e que o tesoureiro fica atrasado 15 dias na escrituração do livro Caixa. Referindo-se ao seu trabalho em favor da candidatura do Snr. Antônio Costa e Tece considerações sôbre a sua gestão á frente da Comissão de Esportes, dizendo ter desempenhado o cargo de presidente com honestidade, tendo prestado contas da mesma forma que as Comissões anteriores e desejam. Afirma ser honesto, honrando o nome de seu pai, pois se fosse desonesto não mais estaria residindo em Timbal. Diz que não notou o aumento existente e ilegal de impostos aprovado pela Câmara, e que estão sendo cobrados de maneira orbitrária pelo Prefeito. Afirma que o Prefeito pediu um credito de 8 milhões de cruzeiros ao Município, o que é crime de responsabilidade. O vereador Antônio Carlos Macinelli requer, e o plenário aprova, um voto de pesar pelo falecimento de Dona Maria Clara Domingues. Em seguida, em seguida, consta o expediente seguinte: Da Companhia Paulista de força e luz, a ciência do ato de aposentadoria só ter vantagens e não obrigações, pois prestam um péssimo serviço e no caso do consumidor atrasar um dia no pagamento de sua conta a ligação é cortada e as tarifas pagas com multa. Diz ter necessário que se tome providências e medidas energicas contra a concessionária. Diz, em seguida, que o Prefeito tem a obrigação de comparecer ao plenário da Câmara para ser ouvido pelos vereadores tomando-se com a firma Paulista de Força e Luz. Em seguida, que o Prefeito tem a obrigação de comparecer ao plenário da Câmara para ser ouvido pelos vereadores tomando-se com a firma Paulista de Força e Luz. Scapapieco, pelo magnífico prédio que está sendo construido na rua Barão de Motta Paes, um verdadeiro monumento. Afirma em seguida que um cidadão foi convidado a receber adiantadamente a taxa de execução de calçamento da rua Professor Camilo Velho, o que está errado, no caso de estar a referida rua pública incluida no plano de calçamento custeado pelo empréstimo da Caixa Econômica Estadual. O vereador Mario Leite diz que o calçamento da rua Dr. Carolino da Motta e Silva, está péssimo cheio de buracos, alegando o empreiteiro que a planta não fez a terraplanagem de maneira acertada, o que demonstra a falta de fiscalização do Prefeito e de seus auxiliares. Critica também as injustas das ruas da cidade e protesta contra a atitude da Cia. Paulista de força e luz, pois não tendo havido um defeito nas instalações de sua casa, cuja morou o encarregado da concessionária, o qual responderu não ser possível a mudança, o que ficou demonstrado ser um absurdo. Diz que a concessionária cobra taxas altas e presta um péssimo serviço ao município. O vereador Attilio requer, em seguida e o Plenário aprova a inserção, na ata, de um voto de pesar pelo falecimento do FINADO João XXIII. Em seguida passa-se a ORDEM DO DIA que se constitui do seguinte: 1) discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 17/63, dos vereadores Hélio Leite e Attilio Giardini, dispondo sôbre a incorporação da área territorial de Cova Funda ao Município de Timbal, com parecer favorável da comissão de redação aprovado. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 6/63, do vereador Antonio Batista e outros, aumentando as pensões municipais, com parecer favorável da Comissão de Justiça com substitutivo da Comissão de Finanças, e com emenda do vereador Coimbra Filho. A aprovado o substitutivo e rejeitada a emenda do vereador Coimbra Filho. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 11/63 do vereador Coimbra Filho, isentando do pagamento de sisa as aquisições efetuadas por elubes esportivos com parecer favorável da comissão Justiça e contrário da comissão de finanças; adiada a discussão por 3 sessões a requerimento do vereador Diviano Rodrigues, aprovado pelo plenário. Encerrada a matéria, em pauta e votado e aprovado o requerimento de nº 44/63 do vereador Coimbra Filho e outros solicitando a realização duma sessão extraordinária, logo após o termino da 2ª sessão ordinária, para votar em segunda discussão o projeto de lei nº 6/63. Em seguida passa-se a EXPLICAÇÃO PESSOAL. O vereador Hélio Leite diz que não é contra mas pelo contrário, apoia e encontra o aporte, devendo-se

Sociedade Recreativa, da qual é presidente, em sua nova fase, iniciar as
praticas esportivas. Ecoa ele, porem, contra a atitude de certos elementos que se
serviram da Câmara para fins politicos, para campanhas demagogicas mediante
a apresentação dos portarias e irregularidades. Diz que o caso da isenção do pagamento
to de sisa para os clubes esportivos é problema de cada clube, e de seus associ-
ados, e não do poder publico municipal e da maioria do povo. Esclarece que está a
dispozição dos clubes para a ajuda-los a angariar auxilios destinados a compra
ra de sedes proprias, e que está disposto também a contribuir, mas que não con-
corda que se faça politica com o dinheiro publico, como pretende o seu colega o ve-
reador Coimbra Filho. O vereador Antonio Batista, diz que apesar de pertencer
a diretoria do Esporte Clube Sorriso, era contrario a isenção de sisa para os
clubes esportivos, pois a Câmara não pode mais continuar sendo um verdadeiro
Papai-Noel. Agradece os congratulacões apresentadas pelo vereador Antonio Carlos
Marinelli, pela confiança do predio pertencente a Joma Batista Campanero. O
vereador Silviano Rodrigues critica a Cia. Paulista de Força e Luz, pelo pessimo
serviço que vem prestando, caindo a voltagem em certos dias ja ha 40 dias. Justifica
em seguida, as indicações e os projetos de lei de sua autoria lidos na expedien-
te, e solicita providencias do Prefeito no sentido de mandar reparar os nossos
luminosos existentes na cidade. O vereador Mario Neite diz ter reclamado
contra o calçamento da rua Dr. Caetano Motta e Silva, para salvaguardar o direi-
to do contribuinte, bem como o dinheiro publico que está sendo esbanjado como pa-
gamento de um empreiteiro que não faz jus ao que recebe. Congratula-se em segui-
da, com o seu colega Helio Neite. Pede esforço desenvolvido no sentido de trazer
a fabrica de doces para Ibirhal. O vereador Antonio Carlos Marinelli, diz que
se for verdade a noticia da transformação da Escola Agrotecnica em Instituto
penal agricola, a Câmara deve se reunir extraordinariamente para tratar do
assunto. O vereador Coimbra Filho, diz ter apresentado projetos de lei conce-
dendo isenção do pagamento de sisa pelo fato desse beneficio não estar inclui-
do na legislação municipal, havendo necessidade de ser regulamentado. Afir-
ma ser autor de um grande numero de projetos de lei, porem não é escrivão
datilografo, está sujeito a erros, e quando tal acontece, os seus colegas devem cola-
borar para reformar as proposições de sua autoria. Diz em seguida que os fun-
cionarios do Prefeito pagam a sisa em 5 prestações, sem ter que autorize essa
concessão, o que é prova de politicalha e demagogia, do chefe do executivo.
Diz que nas repartições da Prefeitura não são feitos os livros de lançamento
tendo sido adotado o uso de fichas, as quais são apagadas com borracha, re-
duzindo-se lançamentos para importancias menores do que aquelas pagas pe-
lo contribuintes no exercicio anterior, o que demonstra a falta de arrecada-
ção no municipio. O Sra. presidente esclarece ao plenario que pretendia convocar
uma sessão extraordinaria, na proxima semana, para serem discutidos os cas-
da volta da mogiana, da inauguração de nova hora a Ibirhal e da zona da
Escola Agrotecnica, devendo nessa mesma sessão ser solicitado o comparecimento
do Prefeito para prestar informações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. pre-
sidente convoca o Sra. vereadores, para a sessão extraordinaria a realisar-se logo
em seguida, e encerra os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente
ata. Eu, Adelmino de Castro, secretario, a fiz escrever. Helio Neite

Ata da 8ª sessão extraordinaria, do 4º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Ibirhal realizada em 6 de Junho de 1963.
Presidencia do Dr. Helio Coimbra
Secretariada por Helio Giardini

Aos seis dias do mês de Junho de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Ibirhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Ibirhal, logo após o encerramento da 3ª sessão ordinaria, procedendo-se a chamada dos Snrs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Helio Giardini, Antonio Carlos Marinelli, Antonio Medeiros Batista, Helio Nogueira Neite, José Coimbra Filho, Silviano Rodrigues da Motta, e Mario Ramacciotti Neto. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Passou-se a ORDEM DO DIA, que se constituia do seguinte: Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 6/63, da Comissão de Finanças aumentando as pensões municipais: aprovado o projeto de lei em 2ª discussão: e dispensado da redação final a requerimento do vereador Coimbra Filho. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convoca os Snrs. vereadores para a proxima sessão ordinaria, a realisar-se no dia 20 vindouro, e encerra os trabalhos em seguida. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Adelmino de Castro, secretario, a fiz escrever. Helio Neite

Ata da 7ª Sessão extraordinaria, do 4º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Ibirhal, realizada em 20 de Junho de 1963.
Presidencia do Dr. Helio Coimbra
Secretariada por Nilton Fernandes Farias

Aos vinte dias do mês

de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Ginhal Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Ginhal, as dez horas, procedendo-se à chamada dos srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Angelo Sanseverino, Antonio Nicoletti Sobrinho, Attilio Cardini, Pedro Gonçalves Leite, José Antonio Coimbra Filho, José Filippe Cyrello, Gilberto Fernandes Garcia, Romildo Miranda Galdi Neves, e Marco Damasceno Leite. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. O sr. presidente comunica ter convocado os srs. Vereadores para uma sessão extraordinária a fim de que a Comissão Executiva da Associação Rural de Ginhal possam adotadas providências pelo poder público municipal na defesa dos interesses da classe agrícola, profundamente prejudicada pelos rumos do governo ao novo esquema cafeeiro. Em seguida dá a palavra ao srs. Vereadores. Usam da palavra os vereadores Waldir Neves, Mario Damasceno Leite e Pedro Leite, todos tecendo considerações sobre o esquema cafeeiro e realçando o fato de que os proprietários agrícolas estão desejosos de cumprir integralmente o Estatuto do Trabalhador Rural, mas ao mesmo tempo estão sendo surpreendidos pelos preços impostos pelo governo aos produtos da terra. O Vereador Coimbra Filho comunica encontrar-se no recinto representantes da associação Rural de Ginhal e da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Ginhal, e sugere ao presidente que os convide para tomarem assento junto a mesa, o que é feito com permissão do sr. presidente usam da palavra, externando as reivindicações da classe dos agricultores e historiando as injustiças do esquema cafeeiro, os srs. Eloi Joly de Lima Júnior, Vice-presidente da Associação Rural de Ginhal, o sr. José Antonio Fernandes, secretário da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Ginhal e o sr. José Rubens Bartholomei, membro da associação Rural de Ginhal. Em seguida o Vereador Waldir Neves comunica estarem presentes, no recinto o Prefeito e os Vereadores do Santo Antonio do Jardim. O sr. presidente convida, então o sr. Miguel Ramon e Antonio Castro Resende, respectivamente Prefeito e Presidente da Câmara municipal de Santo Antonio do Jardim, para tomarem assento junto a presidência, o que é feito. O Vereador Coimbra Filho formula congratulamentos, que são aprovados pelo plenário solicitando o seguinte: 1) que se telegrafe ao ministro da Fazenda e Comércio ao Presidente da República, ao ministro da Lavoura e a Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, solicitando a providência urgente do novo esquema cafeeiro. 2) que a Câmara municipal de Ginhal, permaneça nesse em sessão, ininterruptamente, até que o assunto fosse resolvido definitivamente. - Usam da palavra, agradecendo a atenção e a solidariedade da Câmara, os srs. Eloi Joly de Lima Júnior, Antonio Fernandes, o qual pedem licença para juntamente com o sr. José Rubens Bartholomei, se retirarem do plenário, o que é feito. O sr. Miguel Ramon também usa da palavra e hipotheca solidariedade ao movimento da edilidade ginhalense, em nome do poder público municipal de Santo Antonio do Jardim, e em seguida retira-se do recinto juntamente com o presidente da Câmara Jardinense. Em seguida o sr. presidente determina seja lida a leitura do EXPEDIENTE, que consta do seguinte: - 1) Ofício da Loja Maçonica Estrela da Caridade, manifestando a sua pesar e protestando contra o projeto de lei que visa fixar os nomes da Praça da Independencia e Rua José Bonifacio: "junte-se ao projeto de lei nº 1663, que trata da matéria". 2) Ofício da Câmara municipal de São Carlos, encaminhando cópia de requerimento por ela aprovado, solicitando providências, no sentido de ser solucionada a crise surgida nas escolas Agroteenica de Ginhal: "Agradecer e comunicar que o assunto está resolvido." - 3) Indicação nº 16/63, do Vereador Dilon Fernandes Farias no sentido de ser providenciada a colocação de guias e sargetas, na rua Vereador Esteves de Toledo até encontrar-se com a Pedro de Toledo: "Ao sr. Prefeito Municipal". - 4) Projeto de Lei nº 30/63, do Vereador Dilon Fernandes Farias, dando o nome de Professor Raque de Toledo a uma rua da cidade. As Comissões de Justiça e Serviços Públicos. 5) Mensagem nº 11/63, do Prefeito Municipal encaminhando requerimento do Dr. Alberto Edmundo Salomão, solicitando reajustamento de aluguel de prédio e devolução de importância recolhida como imposto e taxas: As Comissões de Justiça e Finanças. Em seguida são aprovados os seguintes requerimentos: 1) do Vereador Hélio Leite, solicitando um voto de pesar pelo falecimento de Dona Clotilde Galvetti. - 2) do Vereador Coimbra Filho, congratulando-se com o presidente da República, pela nomeação do Gov. Gualdo Tinoco para o cargo de Ministro da Fazenda. Passa-se, em seguida, a ORDEM DO DIA, que se constitui do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 31/63, do Prefeito Municipal dispondo sobre o arrendamento do Matadouro Municipal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça Finanças e Serviços Públicos, e com requerimento do Vereador Waldir Neves solicitando o adiamento da discussão, a fim de que seja oficiado ao executivo solicitando que envie a Câmara um estudo técnico sobre as vantagens do arrendamento daquele próprio municipal. Aprovado o requerimento do referido Vereador Waldir Neves, ficou adiada a discussão do projeto de lei nº 31/63. - 2) Discussão e votação única da mensagem nº 4/63, do Prefeito Municipal solicitando o pronunciamento da Câmara sobre a concessão de um prédio na rua Prudente de Moraes, com parecer da Comissão de Justiça concluindo ser a matéria da competência exclusiva do chefe do executivo: aprovado o parecer da Comissão de Justiça. Engloba-se a matéria em pauta passa-se à EXPLICAÇÃO PESSOAL. O vereador Waldir Neves diz ter solicitado o adiamento da discussão do projeto de lei nº 31/63, por não ter tomado conhecimento assunto, e por estar a proposição incompleta, pois o Prefeito precisa esclarecer melhor as condições em que o matadouro irá ser a-

rrendado. O vereador Coimbra Filho critica o seu colega Adélio Darcadia pelo fato deste demorar muito para exarar parecer sôbre as proposições encaminhadas as Comissão de Justiça e solicita ao presidente que substitua este vereador ou na Comissão de Finança pois o citado edil não funciona em nenhuma das duas, visto estar sempre ausente das sessões. Diz em seguida, que a Câmara tem que decretar luto, pois existe uma convocação para o Prefeito comparecer ao plenário engavetada ha mais de 60 dias, motivo por que solicitava ao presidente que tomasse providencias sôbre o assunto. O Sr. presidente esclarece que as Comissões tem 7 dias de prazo para exarar parecer sôbre as proposições, e quando não o fazem, qualquer vereador pode requerer a inclusão da matéria na Ordem do Dia, independentemente de parecer. Esclarece, tambem, que na próxima semana providenciará a convocação do chefe do executivo para comparecer ao plenário da Câmara Municipal. Em seguida, às 22,35 horas suspende os trabalhos, os quais são reabertos as 20 horas do dia 18 de julho de 1963. O Sr. presidente declara ter sido superada a crise originada pelo veto governamental ao Esquema Cafeeiro, agradece a colaboração dos vereadores, e encerra os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever.

Adélio Darcadia

Ata da 6ª sessão ordinária, do 4º ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 1º de agosto de 1963.

Presidência do Snr. Agenor Agostinho Peigo
Secretariada por Adélio Darcadia

Ao primeiro dia do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, ás vinte horas, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal, procedendo-se á chamada dos Snrs. Vereadores. Verificou-se a presença dos seguintes: - Adélio Darcadia, Agenor Agostinho Peigo, Antônio Medeiros Batista, Atilio Giardini, Celio Porto Fernandes, Helio Vergueiro Leite, José Felippe Ruolo, Wilton Bernardes Farias, Silviano Rodrigues Lima da Motta e Waldir Peres. Havendo número legal foram abertos os trabalhos sob a presidência do vereador Agostinho Peigo, o qual declarou estar reassumindo sua cadeira, desistindo do restante da licença que lhe fôra concedida pela câmara, o mesmo fazendo o vereador Celio Porto Fernandes. Em seguida passa-se a leitura do EXPEDIENTE, que constava do seguinte: - 1) Indicações do vereador Helio Leite: - a) Nº 17/63, sôbre a necessidade de ser providenciada pelo executivo a colocação de rêde de esgôtos nas duas ruas da Raia, bem como mandar aterrar às ruas localizadas nas várias vilas da cidade, e nas adjacencias da Vila Monte Negro: "Ao Snr. Prefeito Municipal." - b) Nº 18/63 no sentido de ser extendida a rede de abastecimento de água á rua Dr. Ivam Baldassari Vergueiro, na Vila Celina: "Ao Sr. Prefeito Municipal." - 2) Requerimentos: - a) Nº 45/63, do vereador Agenor Peigo e outros, no sentido de se solicitar á Assembléia Legislativa do Estado que aprove a mudança do nome de Pinhal, para Espirito Santo do Pinhal: "Aprovado. Oficie-se na fórma solicitada." b) Nº 46/63, do vereador Walter Faustino, solicitando 90 dias de licença, a partir de 1º de agosto de 1963: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente." c) Nº 47/63, do vereador Helio Leite, no sentido de se solicitar ao executivo que tome as seguintes providencias: I - estude a possibilidade de ser feito o pagamento do salario-minimo aos mensalistas e diaristas municipais, a partir de agosto de 1963; II - seja empregada, pelo executivo a verba da enchente de 1956, para construção de uma nova ponte na rua Floriano Peixoto, sôbre o Córrego Sertãozinho; III - seja estendida a rede de agua a rua Leocadio de Faria, na Vila Madruga: "Aprovado. Encaminhe-se ao Snr. Prefeito Municipal." - d) Nº 48/63, do vereador Abilio Pinheiro solicitando 30 dias de licença a partir de 1º de agosto de 1963: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente." - 3) Oficio do Sr. José Costa, 1º suplente de P.S.P. comunicando estar impossibilitado de assumir a cadeira de vereador durante a licença do titular Sr. Abilio Pinheiro: "Ciente. Convoque-se o suplente seguinte." - 4) Projetos de lei: a) Nº 31/63, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre aumento de vencimentos do funcionalismo municipal: "As Comissões de Justiça e Finança." - b) Nº 32/63, do vereador Atilio Giardini, dispondo sôbre a abertura de credito especial para concenção de auxilio a Comissão Organisadora da XIº Pin-Pauli. "As Comissões de Justiça e Finança." Encerrada a leitura do Expediente e ninguem querendo usar da palavra, o Sr. presidente anuncia ir passar a ORDEM DO DIA, que se constitui do seguinte: 1). Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 21/63, do Prefeito Municipal dispondo sôbre a autorisação para o arrendamento do matadouro Municipal, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finança e serviços Publicos: aprovado. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 22/63, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a abertura de credito especial para ocorrer ao pagamento de despesas diversas, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº 18/62 A, do vereador Coimbra Filho, declarando de utilida-

de pública o grupo da Fraternidade União Flauis, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: aprovado. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 28/63, do Vereador Deliziano Rodrigues e Aldo Garcia Sandi dando a uma rua da cidade o nome de Dr. Americo Franco Dias de Menezes Sousa: com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos aprovado. 5) Primeira discussão, e votação do projeto de lei nº 30/63 do vereador Dilson Bernardes Farias, dando o nome de Professor Roque de Filippe a uma rua da cidade, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos aprovado. 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 12/63 do Deputado Coimbra Bueno concedendo isenção de impostos e taxas municipais ao hangar Jesus de Pinhal com pareceres contrarios das comissões de Justiça e Finanças rejeitado o projeto. 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 15/63, do Deputado Coimbra Bueno, abrindo um credito de 50.000,00 para o custeio de obras para titulos eleitorais, com pareceres contrarios das Comissões de Justiça e Finanças: rejeitado o projeto. Esgotada a materia em pauta e lido e aprovado por unanimidade, o requerimento nº 49/63, do vereador Deliziano Rodrigues, solicitando a convocação de mais 9 Vereadores, solicitando a realização de uma sessão Extraordinaria, logo após o termino da 6ª sessão ordinaria para votação em 2ª discussão dos projetos de lei de nºs. 21/63, 22/63, 23/63-A 28/63 e 30/63. O sr. presidente convoca os Vereadores para a sessão extraordinaria de comprimidade com a deliberação do plenario e encerra os trabalhos. Ko que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Adelino de Queiroz, escrivão, a fiz escrever. Adelio Ribeiro

Segue Ata

Ata da 10ª sessão extraordinaria, do 4º ano
da 4ª legislatura da Câmara Municipal de Pinhal realizada em 1º de agosto 1963
Presidencia do sr. Agenor Agostinho Feijo
Secretariada por Adelio Ribeiro Arcadia

Ao primeiro dia do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal de Pinhal logo apos o encerramento da 6ª sessão ordinaria, procedendo se a chamada dos srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adelio Ribeiro, Adelio N. Arcadia, Agenor A. Feijo, Antonio Batista, Adelio Guardini, Elio Pinto Fernandes, Adelio V. Leite, José A. Camara Filho, José J. Vieira, Romildo Miranda, Silviano A. Lima Mota, Valdir Lino, Mario Nonasceno Leite e José Pereira. Estando numero legal, foram abertos os trabalhos. O sr. presidente comunicou ter o suplente José Pereira assumido a cadeira vaga com o pedido de licença do vereador Gustavo Bernardes Farias, tendo deixado de prestar o compromisso regimental por ter se feito muito oportunamente. Em seguida o sr. presidente comunicou ir passar a Ordem do Dia, que se constituia de seguinte: 1ª Discussão e votação do projeto de lei nº. 31/63, do Prefeito Municipal, dispondo sobre aumento de vencimentos do funcionalismo municipal, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emendas dos vereadores Antonio Carlos Imaminelli, Antonio Batista e José Antonio Coimbra Filho, com substitutivo nº. 1, do vereador Coimbra Filho e outros, e com substitutivo nº. 2, do vereador Antonio Mendes Batista e outros: à este em votação, sendo aprovado por unanimidade, o substitutivo nº. 2, do vereador Antonio Batista e outros. Em seguida é lido e aprovado, por unanimidade, o requerimento nº. 51/63, dos vereadores Antonio Carlos Imaminelli, Mario Nonasceno Leite e Coimbra Filho, solicitando a realização imediata de uma nova sessão extraordinaria, para votação, em 2ª discussão, do projeto de lei nº. 31/63. Ko acordo com a deliberação do plenario, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para uma nova sessão extraordinaria, a realizar-se logo após o termino da 11ª sessão extraordinaria, e encerra os trabalhos. Ko que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Adelino de Queiroz, escrivão, a fiz escrever. Adelio Ribeiro

Ata da 11ª sessão extraordinaria, do 4º. ano, da 4ª. Legislatura,
da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 1º de agosto de 1963.
Presidencia do Sr. Adelio Ribeiro
Secretariada por Adelio N. Arcadia

Aos dois dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, as vinte horas, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal de Pinhal, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adelio Ribeiro, Adelio N. Arcadia, Agenor A. Feijo, Antonio Batista, Adelio Guardini, Elio Pinto Fernandes, Adelio V. Leite, José A. Camara Filho, José J. Vieira, Romildo Miranda, Silviano A. Lima Mota, Valdir Lino, Mario Nonasceno Leite e José Pereira. Estando numero legal, foram abertos os trabalhos. O sr. presidente comunicou ter o suplente José Pereira assumido a cadeira vaga com o pedido de licença do vereador Gustavo Bernardes Farias, tendo deixado de prestar o compromisso regimental por ter se feito muito oportunamente. Em seguida o sr. presidente comunicou ir passar a Ordem do Dia, que se constituia de seguinte: 1ª Discussão e votação do projeto de lei nº. 31/63, do Prefeito Municipal, dispondo sobre aumento de vencimentos do funcionalismo municipal, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emendas dos vereadores Antonio Carlos Imaminelli, Antonio Batista e José Antonio Coimbra Filho, com substitutivo nº. 1, do vereador Coimbra Filho e outros, e com substitutivo nº. 2, do vereador Antonio Mendes Batista e outros: à este em votação, sendo aprovado por unanimidade, o substitutivo nº. 2, do vereador Antonio Batista e outros. Em seguida é lido e aprovado, por unanimidade, o requerimento nº. 51/63, dos vereadores Antonio Carlos Imaminelli, Mario Nonasceno Leite e Coimbra Filho, solicitando a realização imediata de uma nova sessão extraordinaria, para votação, em 2ª discussão, do projeto de lei nº. 31/63. Ko acordo com a deliberação do plenario, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para uma nova sessão extraordinaria, a realizar-se logo após o termino da 11ª sessão extraordinaria, e encerra os trabalhos. Ko que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Adelino de Queiroz, escrivão, a fiz escrever. Adelio Ribeiro

Ata da 182. reunião extraordinaria, do 48. ano, da 4ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 12 de setembro de 1963.

Presidencia do Sr. Helio Pinheiro
Secretariada por Adelio D'Ascadia

Aos doze dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 182. reunião extraordinaria, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Helio Pinheiro, Adelio D'Ascadia, Agmar A. Puiz, Antonio Carlos Guarinelli, Antonio M. Batista, Atilio Giardini, Elio Pinto Fernandes, Elio V. Leite, Jose A. Coimbra Filho, Jose J. Vieira, Romildo Miranda, Silviano R. B. Motta, Waldir Reis, Mario Ramacciotti Leite e Jose Pomeu. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos, passando-se à Ordem do Dia, que se constituia de seguinte: Segunda discussão e votação do substitutivo ao projeto de lei nr. 31/63, dispondo sôbre aumento de vencimentos do funcionalismo municipal, com duas emendas de vereador Coimbra Filho: aprovado o substitutivo e rejeitadas as emendas. O vereador Agmar Puiz o seguinte, o seguinte, o seguinte,

votarão os projetos de lei e de resolução de interesse do funcionalismo municipal: "A Comissão de Justiça" - e) nº 37/63 do Vereador Abílio Dorcadia, dispondo sôbre a elevação de subsídio do Prefeito Municipal; "As Comissões de Justiça e Finanças" - c) 91/63 do Prefeito Municipal, solicitando providências sôbre concessão de auxílios; "As Comissões de Justiça e Finanças" - b) nº 34/63, do Prefeito Municipal, pedindo a isenção de taxas para o funcionamento do Circo Nerino, durante o mês de Junho de 1963; "As Comissões de Justiça e Finanças" - a) nº 33/63 do Vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre o horário de funcionamento das repartições municipais; "A Comissão de Justiça" - d) nº 36/63, do Vereador Coimbra Filho, reduzindo o emolumento de licença para obras e edificações; "As Comissões de Justiça e Finanças" - e) nº 37/63, do Vereador Coimbra Filho, concedendo pensão especial à viuva de Ernesto Bonaldo; "As Comissões de Justiça e Finanças" - f) nº 38/63 do Vereador Coimbra Filho, criando o Colégio Municipal; "As Comissões de Justiça, Finanças e Educação" - g) nº 39/63 do Vereador Celio Leite, declarando de utilidade pública, o Ginásio Espírito Santo; "A Comissão de Justiça" - h) nº 40/63, do Vereador Adelino Dorcadia, dispondo sôbre classificação de candidatas para o provimento de escolas municipais; "As Comissões de Justiça e Educação" - i) nº 41/63, do Vereador José Felipe Prado, dispondo sôbre a aquisição de três tratores; "As Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". - Em seguida à leitura do EXPEDIENTE, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores. O Vereador Antonio Batista protesta contra a atitude do deputado Nagib Chaib que, sòbre o arquivamento do processo dispondo, sôbre a anexação da área territorial de Nova Louzã ao município de Ginhal. Censura a parcialidade do referido parlamentar, o qual foi sempre recebido em Ginhal, merecendo expressiva votação dos ginhalenses, mas demonstrando uma ingratidão inqualificável, votou contra os interesses deste município. O Vereador José Felipe Prado também protesta contra a atitude do deputado Nagib Chaib. O Vereador Coimbra Filho congratula-se com os Vereadores das Eleições municipais de 1963 e formula votos para que os eleitos realizem uma boa "administração. Comunica que em 16 de S.S., realizara, em Ginhal, uma concentração regional com a presença do senador Juscelino Kubitschek. Indaga em seguida da Mesa, quais as providências adotadas com referencia ao não comparecimento do Prefeito ao Plenário da Câmara, a pesar de ter sido convocado pessoalmente. Tendo por isso incorrido em crime de responsabilidade. Solicita em seguida que a Comissão de Finanças estude bem o orçamento para 1964, pois o Prefeito enviado a Câmara pelo Executivo é apenas uma cópia do orçamento que vigorou em 1963. Justifica o requerimento em que solicitou o Prefeito informações sôbre a aplicação da verba de Cr$ 150.000,00 para os festejos Carnavalescos de 1963, pois não foi nomeada comissão alguma para cuidar do assunto, desrespeitando assim a lei que rege a matéria. Aforma em seguida, estar de pleno acôrdo que a Câmara se reuna em sessão solene para proceder a entrega ao Sr. Adelio Ginheiro, do título de cidadão Ginhalense. Condena a atitude do executivo municipal, que tem adotado a risca em prestações mensais, em desacordo com a legislação vigente. Diz, em seguida que o Prefeito já fez a entrega de 2 milhões de cruzeiros as entidades de assistencia social, e que só foi tomar conhecimento, desrespeitando a lei, o que ensejou um projeto de lei a Câmara dispondo sôbre a materia, numa atitude demagogica e ilegal. Critica a atual comissão de esportes, que não atendeu um apêlo ao Prefeito eleito para que nomeie os esportistas para constituirem a futura comissão, pois o esporte está sendo em Ginhal. Encerra suas considerações solicitando desculpas aos seus Vereadores pelos ataques que porventura tenha feito, aos vereadores da legislatura em vigor, no momento de exaltação, e afirma que não fará oposição sistematica na proxima legislatura, mas que colaborará com a administração municipal. O Vereador Abílio Ivette Dorcadia formula um requerimento que é aprovado de congratulações com os deputados Ono de Gouveia e Bilota Ramos que se pronunciaram, no plenário da Assembléia Legislativa, para a derrubada do processo que propunha o arquivamento do processo referente a anexação de Nova Louzã ao município de Ginhal. Censura a atitude dos diretores municipais, que não se encomodaram com o assunto e sôbre êle não se manifestaram, diz que a bancada do P.S.D. votou, em peso contra os interesses de Ginhal, agradece aos vereadores Coimbra Filho e Antonio Batista que apoiaram o requerimento e congratula-se com o Prefeito eleito, afirma que espera a colaboração de todos para que possa, como Prefeito eleito realizar uma boa administração e encerra suas considerações. O Vereador Adelino Dorcadia usa da palavra e diz ter agido sempre no desempenho do cargo de presidente da Câmara com elevação de dignidade, pautando sempre os seus atos pela justiça e pela imparcialidade o que poderia ser comprovado pela oposição, que mereceu durante a sua gestão o maximo respeito. Historia, em seguida, os acontecimentos que se deram no dia das eleições municipais, afirmando que, apesar de conhecer o Codigo Eleitoral, solicitara ao Dr. Juiz Eleitoral esclarecimentos sôbre a materia tendo sido informado, então que poderia colocar uma mesa na rua defronte a sua casa, para orientar os seus eleitores. Tendo adotado essa providencia, os seus adversarios foram denuncia-lo ao Dr. Juiz Eleitoral como o responsavel pela concentração de eleitores em recinto fechado, fato êsse que não pode ser provado

mas pelo contrario foi desmentido pela presença, em sua residência, momentos depois do Delegado, de policia que verificou, pessoalmente a impregnedencia da falsa denuncia. Alimais que após o delegado de Policia ter procedido o afastamento, de sua residência, de elementos exaltados, e de ter deixado ali um soldado da Força Publica, concentraram-se, defronte à sua casa umas 300 pessoas, que impediram o seu trabalho de esclarecimento do ocorrido, não tendo, o fato reagido para evitar um conflito, e consequentemente a anulação do fato. Informa que como decano dos advogados locais, e professor do Codigo Eleitoral, não iria faltar a passar pelo vexame de ser apanhado transgredido o Dec. Federal 58 ter agido como pederação tambem durante a campanha eleitoral tendo sido os seus adversarios, os quais em troca o atacaram, e a pessoa mais honra e dignidade (Reassume a presidência o Dr. Apulio Linheiro) Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente comunica a Casa que dos. Vereadores seria convocado para comparecer ao plenario na proxima sessão ordinaria a realisar-se no dia 2 de novembro, afim de prestar os esclarecimentos solicitados através de requerimento do Vereador Coimbra Filho. Convoca os snrs. Vereadores para a referida, sessão, e encerra os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Mello, secretário, a fiz escrever. Apulio Linheiro

Secretario

Ata da 2ª Sessão ordinaria do 1º ano da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Ginhal, realizada em 2 de novembro de 1963.
Presidencia do Dr. Apulio Linheiro
Secretariada por Adelino Vasconcelos

Aos dois dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Ginhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Ginhal, as onze horas, presidido pelo Vereador Dr. Apulio Linheiro e na presença dos seguintes: Adelino Vasconcelos, Adelia Gonçalves de Oliveira, Manoel Antonio Moreira Batista, Nadir Nogueira Neiva, Joel Trindade, Waldo Jose Antonio Coimbra Filho, e Waldir Reis. Havendo numero legal, foi aberta a sessão. Foi aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Passou-se a leitura do EXPEDIENTE que constou do seguinte: - 1) Oficio do Ginhal Club Recreativo convidando a Câmara para a solenidade da colocação em sua sede social de um retrato do Dr. Queiroz, fundador de merecidos louvores. Ficam convidados os Snrs. Vereadores. - 2) Indicações do Vereador Coimbra Filho: - a) Nº 20/63, no sentido de ser providenciada a Lei Municipal que liga a rua Guaderitas à rua Coronel Teixeira. - b) Nº 21/63, no sentido de ser feita a doação de uma área de terreno para a construção de uma nova igreja em terreno da Cúria Diocesana. - c) Nº 22/63, no sentido de ser feita a doação de uma área de terreno onde se acha situado um poço, no bairro do Estado Municipal. - Ao snr. Prefeito. - 3) Requerimentos: a) Nº 59/63, do Vereador Coimbra Filho, solicitando a inclusão na ordem do dia, do projeto de lei Nº 11/63. Prefeitura. Aprovado. - 4) Projetos de lei do Vereador Coimbra Filho, solicitando a inclusão na Ordem do dia, da próxima sessão ordinaria, os projetos de lei Nºs. 56/63 e 58/63. Aprovado. - 5) Projetos de lei do Vereador Coimbra Filho, solicitando a inclusão na Ordem do dia, da próxima sessão ordinaria, os projetos de lei Nºs. 56/63 e 58/63. Aprovado. - 6) Nº 42/63, requisitando a concessão de auxilios financeiros: "As Comissões de Justiça e Finanças". - 7) Nº 43/63, requerendo seja declarada de utilidade publica de imovel a ser desapropriado pelo Municipio. "As Comissões de Justiça, Finanças e Educação". 8) Mensagem Nº 7/63, do Prefeito Municipal comunicando estar impossibilitado de comparecer ao plenario da Câmara, por motivo de doença. "Ciente". Acquis-se. Encerrada a leitura do EXPEDIENTE, usa da palavra o Vereador Coimbra Filho, o qual requereu o plenario abrisse, a requerido, na ata dos trabalhos, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Marcelo Ferreira da Silva e de sua esposa Dona Maria Garcia Ferreira da Silva, e também pelo falecimento do Sr. Benedito Fernandes. Aprovada que foi a requisição, o Vereador requereu em nome de responsabilidade por não ter comparecido ao plenario da Câmara quando foi convocado pela primeira vez. Critica a atitude da Mesa, da Câmara, por não ter promovido a responsabilidade do Prefeito ou do executivo e por ter, recebido, o dado andamento ao requerimento Nº 61/63. Desaconselhando o Prefeito a que ela fosse abusado e, demonstrava que os Vereadores presentes não concordavam o requerimento mutuo e a lei Organica dos Municipios. Critica, em seguida a atitude do Chefe do executivo, que despresou, o oficial do Matadouro Snr. Francisco Ishii, seu fiscal como administrativo, sem advertencia e sem suspende-lo previamente, o que é ilegal. Requer a constituição de uma Comissão de Vereadores para ouvir as denuncias estarrecedoras que o dotado funcionario teve a coger sobre as irregularidades cometidas no Matadouro, se particular essa que está abandonada e de funcionando mal

por falta de higiene e limpeza. Afirma que o Prefeito exonerou o fiscal do matadouro porque segundo consta pretende colocar ali uma outra pessoa que já foi ali processada e condenada pela justiça. Em segunda critica a quem a Municipalidade era bem que o Prefeito concedesse auxílios e juizamentos as instituições assistenciais, dutes dos eleitores de outra ultimo, deixando de solicitar previamente a aprovação da Câmara: Diz que o Prefeito está incurso na lei de responsabilidade pois mandou retirar do cemitério por preço abaixo do previsto em lei, mandou levar e transportar bens ilegalmente pobres inspetos sobre terreno pertencente aos autos sem autorização legislativa, e consumir outros atos condenáveis. Afirma que está sendo processado perante o Juiz de direito pelo crime de peculato. Requer seja nomeada uma comissão de vereadores para verificar as faltas contra o Prefeito e contratar se a ação ativa. O Presidente dessa Comissão foi mesmo ou sua do que a atual Direção. O Vereador Adelio Leite requer e o plenário aprova um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Presidente Fernandes. Em seguida o Sr. presidente anuncia a passar a ORDEM DO DIA que se constitui do seguinte: - 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 3/963 do Prefeito Municipal, concedendo a verba e abrindo o crédito especial para o exercício de 1963, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças com emenda do Vereador Mário Agudim, com parecer favorável da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finanças. E com emenda dos Vereadores Adelio Leite e Celio G. Fernandes, e rejeitada a emenda do Vereador Attylio Giardini. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 4/63, do Vereador Adelio Barcadia, dispondo sobre a elegibilidade de candidatos para o preenchimento de cargos municipais, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação, aprovado. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 5/63 do Vereador Attylio Leite declarando de utilidade pública o Ginásio Diocesano Espírito Santo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, aprovado. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 3/63, do Prefeito Municipal, dispondo sobre concessão de auxílios com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 5/63, do Vereador Comissão Pinto, dispondo sobre o horário de funcionamento das repartições municipais com parecer contrário da Comissão de Justiça: rejeitado o projeto. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 6/63 do Vereador Attylio Sampaio dispondo sobre modificação de nomenclatura da Praça da Independência e Rua José Bonifácio com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: retirado o projeto a pedido do autor. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº 4/63 do Vereador Adélio Barcadia, pedindo o substituto do Prefeito Municipal para o próximo quatriênio com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. 8) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº 5/63, do Vereador Comissão Pinto concedendo o título de "cidadão pinhalense" à Rua Coronel Serafim, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado. Cumprida a matéria em pauta, assume a presidência o Vereador Adélio Barcadia, que anuncia ir proceder a entrega, naquelle instante, do título de "cidadão pinhalense" ao Dr. Attylio Queiroz, o que feito sob uma salva de palmas. Usou da palavra os Vereadores Attylio Sampaio, Adelio Nogueira Leite, Waldir Lopes, José Rudolfo e Celio G. Fernandes todos exaltando as qualidades, inveijadas do Dr. Attylio Queiroz, como político amigo abnegado brilhante, homem público de conduta ilibada cidadão prestante e operoso, que prestou à Pinhal os mais relevantes serviços, no desempenho de altas e importantes funções. Usou da palavra em seguida o Dr. Attylio Queiroz, agradecendo a homenagem e as manifestações de apreço que lhe eram tributadas naquele instante. Reassumindo a presidência o Vereador Dr. Attylio Queiroz convoca os srs. Vereadores para uma sessão extraordinária, a realisar-se no dia 23 de novembro as 19 horas a fim de serem votados, em segunda discussão, os projetos de lei nos. 3/63, 4/63, 5/63, 6/63, 7/63 e 8/63 e projetos de resolução de nos. 4/63, e 5/63. Em seguida encerra os trabalhos. E de que se lavrou a presente ata. Eu, Saturnino de Mello, escriturário, a fiz escrever.

Attylio Queiroz.

Ata da 13ª sessão extraordinária do 1º ano, da 3ª Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal realizada em 23 de novembro de 1963.

Presidência do Sr. Attylio Queiroz

Secretariada por Adélio Barcadia

Aos vinte e tres dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e tres, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, as duas horas, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores verificou-se a presença dos seguintes: Attylio Queiroz, Adélio Barcadia, Celio G. Fernandes, Attylio Sampaio, Waldir Lopes, Adelio Nogueira Leite, José Rudolfo, Attylio Giardini, José Costa e Waldir Lopes. Havendo número legal foram abertos os trabalhos pelo Sr. presidente que mandou ler o expediente. Não havendo nenhum requerido pela ordem, passou-se a ORDEM DO DIA, que foi a discussão e votação do projeto de lei nº 6/63 do Vereador Attylio Sampaio dispondo sobre modificação de nomenclatura da Praça da Independência e Rua José Bonifácio com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: retirado o projeto a pedido do autor. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº 4/63 do Vereador Adélio Barcadia, pedindo o substituto do Prefeito Municipal para o próximo quatriênio com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. 8) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº 5/63, do Vereador Comissão Pinto concedendo o título de "cidadão pinhalense" à Rua Coronel Serafim, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado. Cumprida a matéria em pauta, assume a presidência o Vereador Adélio Barcadia, que anuncia ir proceder a entrega, naquelle instante, do título de "cidadão pinhalense" ao Dr. Attylio Queiroz, o que feito sob uma salva de palmas. Usou da palavra os Vereadores Attylio Sampaio, Adelio Nogueira Leite, Waldir Lopes, José Rudolfo e Celio G. Fernandes todos exaltando as qualidades, inveijadas do Dr. Attylio Queiroz, como político amigo abnegado brilhante, homem público de conduta ilibada cidadão prestante e operoso, que prestou à Pinhal os mais relevantes serviços, no desempenho de altas e importantes funções. Usou da palavra em seguida o Dr. Attylio Queiroz, agradecendo a homenagem e as manifestações de apreço que lhe eram tributadas naquele instante. Reassumindo a presidência o Vereador Dr. Attylio Queiroz convoca os srs. Vereadores para uma sessão extraordinária, a realisar-se no dia 23 de novembro as 19 horas a fim de serem votados, em segunda discussão, os projetos de lei nos. 3/63, 4/63, 5/63, 6/63, 7/63 e 8/63 e projetos de resolução de nos. 4/63, e 5/63. Em seguida encerra os trabalhos. E de que se lavrou a presente ata. Eu, Saturnino de Mello, escriturário, a fiz escrever.

dade, em seguida o sr. presidente concedeu ao plenário ter presidente dos Estados Unidos da America do Norte, John Kennedy, líder internacional, político de escol e campeão da democracia, que soube sempre ter a salvaguarda em defesa dos direitos e da Lei, pelo inesperadamente assassinado na cidade de Dalas, no Estado do Texas. Determinou disse haja sido a saudeira a quem pai e decretado a Bandeira Nacional a meia haste pelo espaço de três dias. Em seguida o sr. presidente concedeu a palavra ao vereador Otelo Fernandes, para encaminhar a votação do requerimento verbal que acaba de ser feito

no vereador Waldir Galiguis. O vereador Adalberto Costa votaram em branco. Feito Meritissimo juiz da urna foram declarados eleitos com base das notas dos anteriores Abilio Pinheiro, Waldir Galiguis e os suplentes Joaquim Delio Lopes Vasconcelos para Presidente, primeiro e segundo Secretario. Em seguida declarando os membros da mesa empossados o meritissimo Juiz de Direito passou a presidencia ao vereador Abilio Pinheiro o qual ao assumi-la recebeu prolongada salva de palmas, e convidou os secretarios a ocuparem seus lugares. Em seguida o senhor presidente suspendeu a sessão afim de ser lavrada a ata daquela parte dos trabalhos. Eu, que para constar fui lavrada a presente ata. Eu Mario Gardini primeiro secretario a escrevi.

Ata da sessão solene, da Câmara Municipal de Pinhal, realisada em 1º de janeiro de 1964

Presidencia do Drº Abilio Pinheiro

Ao primeiro dia do mês de janeiro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Pinhal Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal, logo após ao lavramento da ata anterior, de posse dos snrs. Vereadores e instalação do legislativo Municipal, assumindo de novo, a presidencia, o Drº Abilio Pinheiro mandou proceder a chamada dos vereadores, a qual os mesmos os snrs. Alberto Costa, Adauto de Carvalho Roxas, Antonio Feuglio, Antonio Marques Batista, Abilio Giardini, Celio Corte Fernandes, Getulio Benelli, Jose Antonio Bompadre Filho, Jose Geraldo Fernandes, Pedro Jose Moreira, Waraci Esteran Martinelli, Octavio Tamaso, Waldivar Galiguis e Walter Galiguis. Havendo numero legal foi aberta a sessão. Foi lida aprovada e assinada a ata anterior. O snr. presidente convida para tomarem assento junto a mesa os snrs. Antonio Castro Fagundes, presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio do Jardim, Alfredo Pita, Delegado de Policia local e Drº Jose Marcos Garcia, Promotor Publico da Comarca. Em seguida da a palavra ao vereador Walter Galiano, que elogie uma saudação ao Drº Juiz de Direito da Comarca, exaltando os seus dotes de magistrado integro e imparcial. O snr. presidente das suas as palavras do orador e afirma que o Drº Wilo Guilherme de Lorenzi, alem de ser um Juiz de grande coração é também um magistrado que honra a magistratura brasileira. Usa da palavra, em seguida, o Drº Juiz de Direito da Comarca, o qual agradece as palavras que lhe foram dirigidas tece considerações sôbre o serviço eleitoral e a realisações de eleições e apresenta votos para que os escritórios governem bem, nesta época de politicos inoperantes. Finalmente, o snr. presidente que ia proceder ao compromisso dos snrs. Vereadores, os quais, de pé, proferiram a seguinte formula regimental, sob uma salva de palmas da assistencia que enchia o recinto. Logo em seguida, os trabalhos da eleição do vice-presidente, sendo o seguinte o resultado da votação: O Vereador Antonio Fenolio votou no Vereador Waraci Martinelli; o Vereador Celio Corte Fernandes votou no Vereador Antonio Fenolio os demais Vereadores presentes votaram no Vereador Waldir Galiguis, o qual foi declarado eleito por 13 votos. Declarou o snr. presidente que iam ser empossados, porquelle instante, nos termos da Lei Organica dos Municipios Paulistas, artigo 30 e Prefeito e Vice Prefeito e Diplomados, snrs. Helio Dequeiro Neiva e José Nilens Scarpelomi. E, em seguida em introduzi-los no recinto, procedeu uma comissão composta dos Vereadores Waldir Galiguis, Antonio Batista e Adalberto Costa. Saudados com uma calorosa salva de palmas da assistencia, tomaram os snrs. Helio Dequeiro Neiva e José Nilens Scarpelomi lugar junto a mesa, prestaram o devido compromisso, sendo declarados empossados. O Vereador Adauto de Carvalho Roxas, saiu, em nome da Camara, as delegações de Albertina, Santo Antonio do Jardim e Andradas, que se encontram presentes. Feita, tambem, em nome da U.D.N. o Prefeito e o vice-prefeito formulando votos para que tambem tenham uma feliz gestão. O Vereador Waldir Galiguis dirige, em seguida, uma saudação ao Drº Promotor Publico da Comarca, e em especial o seu dever, que é o de todos os pinhalenses, para que Pinhal tenha uma administração segura, e progressista, e para isto o Legislativo dará todo apoio ao Prefeito e ao Vice-Prefeito. Encerrado a palavra, em seguida o Drº Promotor Publico agradece a saudação que lhe foi dirigida formula votos para o bom desempenho do mandato dos Vereadores e do chefe do executivo, e encerra suas considerações afirmando estar pronto a colaborar com a administração municipal. Usa da palavra o snr. José Nilens Scarpelomi, Vice-Prefeito, o qual diz estar pronto a colaborar com o Prefeito para a solução dos problemas municipais, e que tudo fará para não desapontar os seus eleitores informando além disso, ter recebido a promessa do snr. Renato Traldi de que, dentro de uns dois meses, esse industrial instalará uma fábrica em Pinhal, a qual daria serviço a 200 operarios. O Vereador Antonio Batista solicita os presentes uma salva de

palmas em homenagem ao ex-Prefeito Antonio Costa, pela sua dedicação e pelos serviços prestados a cidade. Usam ainda da palavra os Vereadores Dulcio Camasso e Hugo Martinelli, bem como os srs. Godo Martins de Sousa e Antonio Coutinho Rosas, sendo todos saudando os novos integrantes do Legislativo e Executivo. O snr. Celio Vergueiro Leite agradece as manifestações de apreço recebidas, externa que tudo fara em favor do Municipio, solicita o apoio e a união de todos para que possa bem governar, e encerra suas considerações. O Presidente dirige palavras de agradecimentos pela sua eleição, ressaltando o seu elevado propósito de bem servir ao Municipio agradece aos srs. Dr. Juiz de Direito e Promotor Publico da Comarca e apoio recebido, salienta a atuação de ambos que estão concorrendo para a elevação da Justiça em Ginhal, formula a todos os presentes votos de um feliz ano novo e deixa sua gratidão pela presença das delegações de Vinhedo, Santo Antonio do Jardim e Alterosa. Convoca os srs. Vereadores para a primeira sessão ordinária da Câmara Municipal, a realizar-se no dia 2 de Janeiro proximo, e encerra os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Jeronimo de Queiroz Barbosa, escrevi

Attilio Giardini

Ata da 1ª sessão ordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Ginhal realizada em 2 de Janeiro de 1948.

Presidencia do Sr. Waldir Leite
Secretariada por Attilio Giardini

Aos dois dias do mês de Janeiro de um mil novecentos e quarenta e oito, nesta cidade de Ginhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Ginhal, as dezoito horas procedendo-se a chamada dos srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto Carvalho Rosas, Antonio Mendes Antonio Medeiros Batista, Attilio Giardini, Celio Soares Fernandes, Dulcio Camasso, Geraldo Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes, Tito José Loureiro, Vasco Martinelli Filho, Waldir Leite e Waldir Galiano. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Passou-se ao EXPEDIENTE, que constou do seguinte: - Officio dos Vereadores, Adalberto Costa e Getulio Spinelli, comunicando terem se desligado da bancada do partido Democrata Cristão: "Ciente. Anote-se e aguarde-se". Finquem querendo usar da palavra, o snr. presidente anunciou ir passar a constituição das comissões permanentes. Após os entendimentos havidos entre os lideres da bancada e os demais vereadores presentes, deliberou-se formar as comissões de comum acordo, ficando, assim constituidas: Justiça - Dulcio Camaso, José Geraldo Fernandes, Tito e Adalberto Costa. - Finanças - Antonio Mendes, Waldir Galiano e Antonio Medeiros Batista. - Obras e Serviços Publicos - Adauto Carvalho Rosas, Vasco Martinelli e Coimbra Filho. Educação e Saude - Getulio Spinelli, Attilio Giardini e Waldir Leite. - Em seguida o snr. presidente anunciou ir passar a Explicação Pessoal. O Vereador Coimbra Filho dirige um apelo aos membros das Comissões a fim de que dêem parecer sobre as proposições em tramitação no proximo regimental, pois na legislatura passada houve um vereador, membro de duas Comissões, que engavetou todos os projetos de sua autoria, isso por mais de um ano. O Vereador Adalberto Costa diz que, na qualidade de membro da Comissão de Justiça dará pareceres dentro do prazo regimental, apreciando principalmente os projetos de interesse publico, pois os demais são demagogicos, serão ou arquivados ou rejeitados, não havendo assim, necessidade de engaveta-los. O Vereador Adauto de Carvalho Rosas, como esportista que é alerta ao Prefeito para que constitua a Comissão Municipal de Esportes, que se encontra acefala ha mais de 6 meses, mas que escolha elementos ligados ao esporte, elementos jovens, que queiram trabalhar, pois o esporte amador está completamente abandonado em Ginhal, sobrando que, de acordo com informação recebida do deputado Herbert Levy existe uma verba federal de 5 milhões de cruzeiros para a Comissão Municipal de Esportes, importancia essa, com a qual se poderá fazer muita coisa em favor do esporte em Ginhal. O Vereador Dulcio Camasso louva as palavras do orador que o antecedeu e dirige um apelo aos seus colegas para que trabalhem, nas Comissões da Câmara com bom senso e boa vontade. O Vereador Hugo Martinelli diz que na campanha eleitoral recebeu que 70% da população desconhece o funcionamento da Câmara Municipal, por esse motivo deve haver propaganda dos trabalhos legislativos, a fim de que o povo compareça as sessões e reivindique pessoalmente a atuação dos Vereadores, os quais estão imbuidos de grande dose de boa vontade. O Vereador Celio Soares Fernandes agradece o convite que lhe foi feito para integrar as Comissões permanentes da Câmara, mas que não lhe foi possivel aceitar por ter compromissos que viam impedir o bom desempenho dessas funções. Dirige um apelo ao Prefeito para que providencie a reforma do Codigo Tributario, a fim de que haja mais justiça na referencia dos impostos e taxas municipais, medida pela qual tem trabalhado na Câmara a mais de 8 anos, porem sem exito. Externa que oportunamente apresentará aos seus colegas varias sugestões, referindo-se a criação em Ginhal de uma Cooperativa de Consumo Popular e instalação do Banco Rural. Encerra suas considerações fazendo votos para que a Câmara Municipal tudo faça para colocar Ginhal no lugar que merece. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convoca os srs. Vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 16

vindouro e encerra os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Estivalino de Queiroz, escrevente, a escrevi. Attilio Giacchini

Attilio Giacchini

Ata da 2ª Sessão Ordinária do 1º ano, da 5ª legislatura da Câmara Municipal de Cinhal, realizada em 16 de Janeiro de 19[illegible]

Presidência do Dr. Aristeu Cinheiro
Secretariado por Attilio Giacchini

Aos 16 dias do mês de Janeiro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Cinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Cinhal, às dez horas, procedendo-se a chamada dos srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Cinheiro, Adalberto Costa, Antonio Serafim, Antonio Medeiros, Batista, Attilio Giacchini, Getulio Cinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Tito, Cassano Intartinelli, Octavio Tomasa, e Wagner Galiano. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Passou-se a leitura do LAVRADO, que constou do seguinte: 1) Ofício do diretor da Escola Agrotecnica "Dr. Caetano da Motta e Silva", convidando os vereadores para as solenidades de entrega de diplomas aos alumnos que concluiram os varios cursos; "Ficam convidados os snrs. Vereadores". 2) requerimentos nº 1/64, do vereador Coimbra Filho, solicitando a constituição duma comissão especial para apurar as causas da exoneração do servidor municipal Francisco Cecchi: "Aprovado. Nomeio os vereadores Antonio Batista, Coimbra Filho, José Tito e Octavio Tomasa para constituirem a comissão". - 3) LANÇAMENTO: a) nº 1/64, do vereador Adalberto Costa, no sentido de ser providenciada pelo executivo a demolição do predio da casa da quianza e o aproveitamento do material para a edificação do mesmo nouvo local: "Ao snr. Prefeito". b) nº 2/64, do vereador Italo Costa no sentido do afeze do executivo delegar ao funcionario do Departamento solicitando providencias sobre a situação de abandono do Posto de Saude Municipal de Cinhal: "Ao snr. Prefeito". c) nº 3/64, do vereador Antonio Batista lembrando ao Prefeito a necessidade de, não mais permitir a realização de rodeios no estado: "Ao snr. Prefeito". 4) Projetos de lei: a) nº 1/64, do vereador Coimbra Filho, assegurando estabilidade aos funcionarios municipais com mais de 2 anos de exercicio: "As Comissões de Justiça, Finanças e Negocios Publicos". b) nº 2/64, do vereador Coimbra Filho, assegurando aos operarios municipais os direitos da legislação trabalhista: "As Comissões de Justiça, Finanças e Negocios Publicos". c) nº 3/64, do vereador Antonio Batista, dispondo sobre concessão de premio a motorista municipal: "As Comissões de Justiça e Finanças". d) nº 4/64, do vereador Antonio Batista, dispondo sobre a construção de predios na parte contigua da cidade: "As Comissões de Justiça e Negocios Publicos". e) nº 5/64, do vereador Adalberto Costa, dispondo sobre a proibição de soltar fogos em lugares publicos: "As Comissões de Justiça e Finanças". f) nº 6/64, do vereador Adalberto Costa, instituindo a taxa de iluminação publica: "As Comissões de Justiça e Finanças". Concedida a palavra ao Vereador Antonio Serafim formulou um requerimento, que foi aprovado pelo plenario no sentido de ser feito um minuto de silencio, antes do inicio das sessões da Câmara Municipal, em referencia ao Ano Santo Redentor, ressaltando ali ma palavra pela imagem do Cristo Crucificado. O Vereador Coimbra Filho disse que é necessario que se apure o motivo da exoneração do servidor municipal Francisco Cecchi, pois o mesmo foi dispensado sem processo administrativo, tinha mais de 5 anos de serviços e ninguem ficou sabendo as razões porque foi posto para fora do matadouro, as quais segundo consta são graves, havendo por isso necessidade da comissão especial funcionar para apurar tudo. Prosseguindo em seguida, que os vereadores pareceres sobre as proposições submetidas a sua consideração, pois existem muitos projetos engavetados, inclusive os referentes ao aumento das tarifas telefonicas. O Vereador Octavio Tomasa, esclareceu que a Comissão de Justiça já deu parecer em varios projetos de lei, os quais já têm duas assinaturas, devendo dentro de poucos dias ser encaminhados aos demais Comissões que não se pronunciar sobre a materia. O Vereador Attilio Giacchini solicita providencias do poder publico municipal no sentido de se esforçar para conseguir a instalação, em Cinhal de uma usina de asfaltagem, em face o pais, mais de 50 cidades, sabendo q a Sao Paulo. O Vereador Coimbra Filho, protesta contra a atitude das autoridades estaduais que feriram varias comarcas a sentença superior, entre elas São João da Boa Vista e Mogi Mirim que passaram para 1ª instancia enquanto que Cinhal permanece em 2ª instancia. Diz em seguida ter recebido varios processos distribuidos a Comissão de Justiça, sobre os quais exararia parecer nos proximos dias. O Vereador Octavio Martinelli se solidarisa com as palavras de seu colega José G. Tito e tambem protesta contra a não elevação da comarca de Cinhal a 1ª instancia superior, afirmando ter transmitido ao Dr. Juiz de Direito local um pedido do deputado Nagib Chaib, para que aquelle abrisse, com urgencia os documentos necessarios a Assembleia Legislativa para conseguir a elevação da comarca. O Vereador Walter Galiano diz que se colocara a disposição do legislativo para tratar de assuntos de interesse do Municipio de Cinhal, por intermedio da

bancada do P.R. que possue 12 deputados na Assembleia Legislativa. O Vereador Getulio Spinelli diz que, tendo amisade com um deputado de Piracicala, solicitaria a êste que defendesse, na Assembleia Legislativa, os interesses do Municipio de Pinhal. Nada mais havendo a tratar, os sr. presidente convoca os snrs. Vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 6 de fevereiro próximo. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever. Abilio Pinheiro
Atilio Giardini

Ata da 1ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 23 Janeiro de 1964.
Presidência do Dr. Abilio Pinheiro
Secretariada por Atillio Giardini

Aos vinte e três dias do mês de Janeiro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, ás dezenove horas, procedendo-se a chamada dos snrs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abilio Pinheiro, Antônio Medeiros Batista, Atilio Giardini, Getulio Spinelli, José Antônio Coimbra Filho, Lazaro Martinelli, Vitorio Tamaso, Valdir Peres e Walter Galiano. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. O sr. presidente comunicou ter convocado aquella sessão extraordinária afim de que a Câmara tomasse conhecimento e deliberasse sôbre o pedido formulado pela "Retransmissão Pinhalense de Televisão" (Repite), no sentido de lhe ser concedida autorisação para instalar duas antenas e os aparelhos de retransmissão do canal 4 no prédio da estação de tratamento de água. Em seguida determinou fossem lidos o projeto de lei do Prefeito Municipal dispondo sôbre a matéria a mensagem do executivo, esclarecendo o assunto e o pedido formulado pela "Repite". Feita a leitura, encaminhou o projeto de lei, que tomou o nº 7/64, para as Comissões de Justiça e Serviços Públicos exararem parecer sôbre a matéria, designando os Vereadores Antônio Batista Walter Galiano para funcionarem na primeira como substitutos dos titulares que não se encontravam presentes. Em seguida suspendeu os trabalhos por 15 minutos, a fim de que as Comissões exarassem seus pareceres. Decorrido esse praso, os trabalhos foram reabertos, anunciando o sr. presidente ir passar a ORDEM DO DIA, que constava apenas de um item a saber: Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 7/64, do Prefeito Municipal, autorisando a instalação de antenas e aparelhos de retransmissão no prédio da estação de tratamento de água com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. E lido, em seguida, sendo aprovado pelo plenário, o requerimento nº 2/64, dos Vereadores Antônio Batista, Vitório Tamaso e Getulio Spinelli solicitando a realização de uma nova sessão extraordinária, para votação, em segunda discussão do projeto de lei nº 7/64. O sr. presidente convoca os snrs. Vereadores para a 2ª sessão extraordinária, a realisar-se logo em seguida, e encerra os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a escrevi Abilio Pinheiro
Atilio Giardini

Ata da 2ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 23 de Janeiro de 1964.
Presidência do Dr. Abilio Pinheiro
Secretariada por Atilio Giardini

Aos vinte e três dias do mês de Janeiro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal logo após o término da 1ª sessão extraordinária procedendo-se a chamada dos srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abilio Pinheiro, Antônio Batista, Atilio Giardini, Getulio Spinelli, José Antônio Coimbra Filho, Lázaro Martinelli, Vitorio Tamaso, Valdir Peres e Walter Galiano. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, passando-se imediatamente a ORDEM DO DIA, que se constituia do seguinte: Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 7/64, do Prefeito Municipal, autorisando a instalação de antenas e aparelhos de retransmissão no prédio da estação de tratamento de água, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. O Vereador Atilio Giardini formula um requerimento, que é aprovado, no sentido de ser o projeto de lei nº 7/64 dispensado de redação final, afim de ser encaminhado imediatamente ao sr. Prefeito Municipal para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a escrevi. Abilio Pinheiro
Atilio Giardini

Ata da 3ª sessão ordinária, do 1º ano da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 6 de fevereiro de 1964.
Presidência do Dr. Abilio Pinheiro
Secretariada por Atilio Giardini

Aos seis dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, ás vinte horas, procedendo-se a chamada dos srs. Vereado-

res, decidiu-se a presença dos seguintes: - Aselo Sinheiro, Adalberto Costa, Aparecido de Carvalho, Rosas, Aparício Penello, Antônio Medeiros, Batista, Ataliba, Guardini, Otelio Stipelli, José Antônio Coimbra, Felício, José Geraldo Fernandes, Otelio José Coelho, Cassano, Franchelli, Otelio Tamasso, Waedil Peres e Valter Fabiano. Havendo numero legal foram abertos os trabalhos. Foi dado um minuto de silêncio, em sinal de pesar pela imagem do Divino Crucificado. Existente no plenário, passa-se a leitura do EXPEDIENTE, que consta do seguinte: - 1) Requerimento nº 2/64, do Vereador Caimpua Felício, solicitando 10 dias de licença: Concedida a licença, concorde-se o vereador ausente. Estando presente no recinto o sr. Vereador Ataliba Otelio Protestato, 1º suplente do P.S.D., dá-se entrada no plenário, posto o compromisso regimental, e é declarado empossado no cargo de Vereador. 2) Requerimento nº 3/64, do Vereador Waedil Peres, solicitando informações ao executivo sôbre a existência de plano de conservação de estradas municipais: "Ao sr. Prefeito". - 3) Requerimento nº 4/64, do Vereador Waedil Peres solicitando informações ao executivo sôbre a arrecadação e fiscalização do aferição de pesos e medidas nas instituições assistenciais: "Ao sr. Prefeito" - 4) Requerimento nº 5/64 do Vereador Otelio Felício Protestato, no sentido de se solicitar a C. T. B. e a D. N. E. R. a instalação, em Cinhal de mais um circuito telefônico: "Despacho". 5) Indicação nº 4/64, do Vereador José G. F. Otto, no sentido de ser instalada a rêde de energia elétrica na Vila São Pedro, no trecho o seguinte: entre as ruas da Raia, e rêde, de contagem na Raia, Vila São Pedro e rua Vereador Otelio Felipe: "Ao sr. Prefeito." 6) Indicação nº 5/64, do Vereador Otelio Sinelli, no sentido de ser adotada uma ementa de iluminação pública no conteúdo da Avenida Oliveira Mota: "Ao sr. Prefeito Municipal: - 7) Indicação nº 6/64, do Vereador José Bueno, no sentido de ser realizado um passe pela rua Quintino Bocaiuva e construído com urgência, um bojo para escoamento de águas das chuvas nas imediações da chácara da riqueira: "Ao sr. Prefeito." - 8) Indicação nº 7/64, do Vereador Adalberto Costa, no sentido do executivo entrar em entendimentos com o Delegado de Polícia para que seja autorizada a concessão de licença de veículos tipo Jeep de outros municípios: "Ao sr. Prefeito." - 9) Indicação nº 8/64, do Vereador Adalberto Costa, sôbre a necessidade de ser conseguida, pelo executivo, a instalação em Cinhal de agências do I.A.P.C. e I.A.P.T.E.C.: "Ao sr. Prefeito." - 10) Indicação nº 9/64, do Vereador Waedil Peres, no sentido de ser providenciada a instalação, em cada bairro rural, de um aparelho telefônico: "Ao sr. Prefeito" - 11) Indicação nº 10/64, do Vereador Waedil Peres, sugerindo a desapropriação de imovel para pagamento da Avenida Oliveira Mota: "Ao sr. Prefeito." - 12) Projetos de Lei do Prefeito Municipal: a) nº 7/64, dispondo sôbre concessão de pensões: "À Comissões de Justiça e Finanças". b) nº 8/64, constituindo a Comissão do plano do Memorial e dando outras providências: "À Comissões de Justiça e Serviços Públicos - c) nº 9/64, dispondo sôbre a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas diversas: "À Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do EXPEDIENTE, usa da palavra o Vereador Otelio Felício Protestato, que inicialmente elogia uma saudação aos seus pares afirmando não ter inimigos pessoais ou adversários políticos. Falou, em seguida, da atendidades do Posto do SAMDU de Cinhal, dizendo que é um dos que mais serviços prestam, estando classificado em 17º em todo o Estado de São Paulo. Aponta falhas existentes no Posto Local e afirma que há necessidade, para o bom funcionamento do SAMDU, de mais de dois médicos e 2 enfermeiros, e que essa providência deva ser solicitada com urgência ao Delegado Regional do SAMDU em São Paulo. O vereador Otelio Tamasso afirma que há varias queixas contra o funcionamento do SAMDU, principalmente com referência ao atendimento domiciliar, pois a ambulância geralmente apanha o doente e o leva para o Hospital, sem prestar-lhe a devida assistência. Diz que também há reclamações contra o pêso cuto das receitas fornecidas pelos médicos do SAMDU. O vereador Antônio Batista diz que o Posto do SAMDU, de Cinhal faz todo o serviço de assistência médica, não estando porem obrigado a isso, mas faz somente a prestar socorros de urgência. Afirma que os médicos do SAMDU, inclusive o chefe, que não é obrigado a dar plantão, atendem diariamente a dezenas de municipes, principalmente as classes pobres. O Vereador Waedil Adriano pronuncia um requerimento, que é aprovado, no sentido de se inserir na ata dos trabalhos legislativos um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Wilson Marchi, Delegado de Polícia de Cinhal. Em seguida o sr. presidente anuncia ir passar a ORDEM DO DIA, que se constitui do seguinte: - 1) Discussão e votação única da mensagem nº 1/759, do Prefeito Municipal encaminhando recurso de Umberto Canuara & Irmãos Ltda, contra o lançamento do imposto de industria e profissões, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: aprovados os pareceres e negado provimento ao recurso. - 2) Discussão e votação única da mensagem nº 2259, do Prefeito Municipal encaminhando requerimento da Telefônica Cinhal S/A, solicitando aumento de tarifas, com pareceres favoravel da Comissão de Justiça e pedindo o arquivamento da Comissão de Finanças, aprovado o parecer da Comissão de Finanças, pelo arquivamento da proposição. - 3) Discussão e votação única da mensagem nº 2263, do Prefeito Municipal, encaminhando ofício da Telefônica Cinhal S/A, solicitando o pagamento de Cr$ 100.000,00 para aumento de capital, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovada a discussão por 10 votos a 2, a requerimento do Vereador Otelio Guardini. - 4) Em 1ª discussão e votação do projeto de lei nº 12/62, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a fixação de venci-

-mentos de funcionário municipal, com substutivo do vereador Coimbra Filho, com parecer da Comissão de Justiça propondo o arquivamento da proposição: aprovado o parecer da Comissão de Justiça. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 37/63, do vereador Coimbra Filho, concedendo uma pensão a viuva de Primo Donário, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 11/63, do vereador Coimbra Filho, isentando do pagamento de sisa as aquisições feitas por clubs esportivos, com pareceres favoraveis da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finança rejeitado o projeto. 7) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº 3/63, do vereador Coimbra Filho, concedendo o título de "cidadão pinhalense" ao sr. Antônio Benedito Machado Florence, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado. - 8) Discussão e votação única do projeto de resolução nº 4/63, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre a cacação de mandato de vereador ausente as sessões por mais de 180 dias, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado em discussão unica e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Walter Galiano. - 9) Discussão e votação unica do projeto de resolução nº 6/63 do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre a votação de projetos de lei e de resoluções de interesse do funcionalismo municipal, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador José G. F. Pitto. Esgotada a matéria em pauta, passa-se á EXPLICAÇÃO PESSOAL. O vereador Adauto C. Rosas se congratula com a autoridade Policial, Dr. Rubens Figueiredo que vem agindo com energia medidas acertadas e proporcionando segurança á população. Afirma, em seguida, que apesar de seu apelo, o Prefeito nomeou para a Comissão de Esportes os mesmos elementos que faziam parte da Comissão anterior e que haviam pedido demissão. Diz não fazer restrição ao sr. Antônio Medeiros Batista, Vice-presidente da Comissão, mas não compreendendo a atitude do chefe do executivo nomeando elementos que ja haviam se demitido anteriormente, que nada fizeram em favor do esporte em Pinhal, motivo por que entendia a nova Comissão de Esportes não estava á altura das necessidades de nossa terra. O vereador Antônio Batista diz, que como membro da atual Comissão de Esportes, tem trabalhado muito em favor do esporte em Pinhal, bastando visitar o Estádio para se verificar o que foi feito em apenas um mês. O vereador Antônio Fenolio agradece aos seus pares terem, em atendimento ao seu requerimento, permanecido um minuto de silencio em sinal de referencia, a imagem do Cristo Crucificado. O vereador Eteraldo Ribeiro Protestato diz extranhar a atitude do presidente da Câmara, que deixou de por em votação o requerimento de sua autoria solicitando o adiamento da discussão do item 4º da ordem do dia. O sr. presidente explica que a proposta da Comissão de Justiça, opinando pelo arquivamento da proposição constante do item 4ª, da Ordem do dia, tinha preferência para ser votada antes do requerimento formulado pelo vereador Eteraldo Ribeiro Protestato, motivo por que adotou essa orientação. Solidarisa com voto de pesar proposto pelo falecimento do Dr. Wilson Marchi e congratula-se tambem com a nova autoridade Policial, Dr. Rubens Figueiredo, pelo acerto com que vem agindo a frente de seu cargo. Nada mais havendo a tratar, convoca os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realisar-se no dia 20 vindouro, e encerra os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucro, secretário, a escrevi. Abilio Pinheiro Attilio Giardini

Ata da 4ª sessão ordinária, do 1º ano da 5ª legislatura da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 20 de Fevereiro de 1964.

Presidência do Dr. Abilio Pinheiro

Secretariada por Attilio Giardini

Aos 20 dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Pinhal Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se á chamada dos srs. vereadores verificou-se a presença dos seguintes: - Abilio Pinheiro, Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Fenolio, Antônio Medeiros Batista, Atilio Giardini, Getulio Spinelli, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Pitto, Lazaro E. Martinelli, Vitorio Tamaso, Waldir Peres e Walter Galiano. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em sinal de reverência a imagem do Cristo Crucificado, existente no plenário. Passou-se a leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte: - Oficio do sr. João Batista de Oliveira Neves, encaminhando, abaixo assinado, solicitando que se dê a uma praça ou rua da cidade o nome de Presidente John Kennedy: "A Comissão de Justiça". - 2) Indicação: - a) nº 11/64, do vereador José G. T. Motta, no sentido de se solicitar as autoridades competentes a criação em Pinhal, de cursos de educação infantil, e pré-primário: "Ao sr. Prefeito". - b) nº 12/64, do vereador José G. T. Motta, no sentido de ser pleiteada a instalação, em Pinhal, de um posto de Subsistência do SAPS: "Ao sr. Prefeito". c) nº 13/64, do vereador José G. T. Motta, no sentido do executivo entrar em entendimentos com duas firmas que pretender instalar novas fábricas: "Ao sr. Prefeito"; - d) nº 14/64, do vereador Attilio Giardini, no sentido de ser pleiteado o funcionamento junto á Escola Agrotecnica, do curso de trabalhos ma-

mugis e arte culinária: "Ao Sr. Prefeito." - e) Nº 15/64, dos vereadores José Soureo e Adalberto Costa para ser oficiado ao Delegado de Polícia solicitando o cumprimento do artigo 5º da Lei nº 399, sôbre licenciamento de veículos: "Ao Sr. Prefeito." - f) Nº 16/64 do vereador Antônio Serôdio, para ser construído um bebedouro para animais, numa das praças públicas da cidade: "Ao Sr. Prefeito." g) Nº 17/64, do vereador Getulio Spinelli: "no sentido de serem propagados os lanços existentes na Praça Presidente de Freitas Guimarães." "Ao Sr. Prefeito." h) Nº 18/64, do vereador Getulio Spinelli, para que o Executivo providencie a colocação de guias e sargetas na rua Pedro de Toledo: "Ao Sr. Prefeito." - 3) Requerimentos: - a) Nº 6/64, do vereador José G. M. Motta, para ser oficiado às autoridades competentes solicitando a instalação de cursos pré-primários e educação infantil: "Aprovado" b) Nº 7/64, do vereador José G. M. Motta, para ser oficiado às autoridades competentes, solicitando a instalação em Cimbal, de um posto do SAPS: "Aprovado" c) Nº 8/64, do vereador Coimbra Filho, solicitando a inclusão, na Ordem do Dia da próxima Sessão da Câmara, do projeto de lei nº 38/63, que cria o Colégio Comercial Gal. Domingos Mamaciotti "Andrade." - d) Nº 9/64, do vereador Nadir Peres, solicitando informações ao executivo sôbre o tratamento e fluoretação da água que está sendo distribuida à população: "Ao Sr. Prefeito." e) Nº 10/64, do vereador Nadir Peres, para ser oficiado ao Secretário de Serviços Públicos, solicitando pavimentação da Avenida Cimbal-Jardim Andradas: "Aprovado" - 4º) Projetos de lei: - a) Nº 10/64, do Prefeito Municipal, autorizando o Município a receber, em doação, uma área de terreno, para ser seguida doada ao Governo do Estado: "A Comissão de Justiça." - b) Nº 11/64, do Executivo Municipal, autorizando, a Prefeitura a abrir os seguintes créditos especiais: "Às Comissões de Justiça e Finanças." - c) Nº 14/64, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre concessão de licenças a funcionários municipais: "Às Comissões de Justiça e Finanças." - d) Nº 13/64, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre a concessão de salário família aos funcionários municipais: "Às Comissões de Justiça e Finanças." e) Nº 14/64, dos vereadores Adalberto Costa e Getulio Spinelli, expondo uma Escola Municipal de ensino Comercial e dando outras providências: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Educação." - Encerrada a leitura do EXPEDIENTE, usa da palavra o vereador Coimbra Filho, que faz considerações sôbre a demolição do prédio onde deveria funcionar a Casa da Cultura, abordando também outros assuntos de interesses públicos. Fala em seguida, o Vereador Adauto de Carvalho Roças, tecendo considerações sôbre a faculdade de Medicina Veterinária, que já foi criada em Cimbal, havendo agora necessidade de ao empenho dos poderes públicos para conseguir a instalação desse estabelecimento de ensino superior. Em seguida o Sr. presidente anuncia ir passar à ORDEM DO DIA, que se constitui do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 37/63, do vereador Coimbra Filho, concedendo uma pensão mensal à viúva do Primo Bonário, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: e com emenda do vereador Vitorio Tamaso: aprovado o projeto e a emenda. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de resolução nº 3/63, do Vereador Coimbra Filho, concedendo o título de cidadão pinhalense "ao Sr. Antônio Wenceslau Machado Florence, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado. - 3) Discussão e votação única do projeto de resolução nº 6/63, do Vereador Coimbra Filho dispondo sôbre a votação de projetos de lei e deliberações de interesse do funcionalismo municipal com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 34/64, do vereador Antônio Medeiros Batista, dispondo sôbre a iluminação fluorescente na entrada da cidade, com pareceres contrário das Comissões de Justiça e Finanças: transformado em indicação ao executivo, conforme requerimento nº 11/64, aprovado pelo Plenário. 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 36/63, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre a redução do imposto de licença para obras ou edificações com pareceres favorável da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finanças: retirado da pauta, a requerimento do autor. Em seguida o vereador Attilio Giardini requer, e o plenário aprova, dispensa da redação final dos itens 1, 2 e 3 da Ordem do dia, afim de que as proposições desse enquadradas imediatamente a sanção. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convoca os srs vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 6 de março vindouro e encerra os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente Ata. Regis Pinheiro

Attilio Giardini

Ata da 5ª Sessão ordinaria do 1º ano da 5ª Legislatura da Camara Municipal de Cimbal, realizada em 5 de Março de 1964.

Presidencia do Dr. Regis Pinheiro
Secretariada por José Antônio Coimbra Filho

Aos 5 dias do mês de Março do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Cimbal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal de Cimbal, ás duzentas horas, presente se encontrada, dos srs Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Regis Pinheiro, Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Roças, Attilio Bordin, Attilio Modenesi, Coimbra Filho, Getulio Giardini, Getulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Filho, José Soureo, faltou

Mantuguei, Nadir Gers, e Mateu Graciano. Havendo primeiro legal dorme a leitura dos trabalhos. Após isto um minuto de silêncio em sinal de homenagem ao Cristo Crucificado, falecido no Calvário. Passou-se a leitura do EXPEDIENTE que constou do seguinte:- a) Correspondência: a) Nº 1964 do Deputado Antônio Medeiros, Bahia, e outro, no sentido de ser pavimentado da Praça Rio Branco, o Monumento ao Soldado, e homenageado o Governo pelo existente e ação de gratidão pela homenagem de ônibus na estação Rodoviária: "Ao M. Prefeito" b) Nº 2064 do Deputado Antônio Batista no sentido de se conseguir a instalação de um Gabinete Dentário no Centro de Saúde: "Ao M. Prefeito" c) Nº 2164 do Deputado Geraldo Stivalli no sentido de ser entregue à Rádio Nova Vida Nova Serra e cujos papéis na Tribuna que diga a mesa Expediente a que Prefeito passa: "Ao M. Prefeito" d) Nº 2264 do Deputado Saulo Filho, sugerindo a abertura de Inquéritos para apurar fatos havidos na Estação Rodoviária: "Ao M. Prefeito" e) Nº 2364 dos Deputados Antônio Teucilo e Joaquim Martinelli, no sentido de ser providenciada a construção de uma ponte sobre o Córrego da Taquara, na Vila Horizonte Verde: "Ao M. Prefeito" f) Nº 2464 do Deputado Lázaro Martinelli, pedindo a construção de uma Vila Residencial para os Servidores Municipais: "Ao M. Prefeito" g) Nº 2564 do Deputado Nadir Gers, no sentido de se conseguir a doação de uma área de terreno no Bairro do Guaçuba, para a construção de uma Igreja Católica Apostólica Romana, e a doação do Município, dos Eucaliptos da Rua Medeiros: "Ao M. Prefeito" h) Nº 2664 do Deputado Nadir Graciano, pedindo ao Executivo que forneça gesso, a uma pequena Fábrica de Artefatos de gesso para a alavancagem da Fábrica Nascente Fuso: "Ao M. Prefeito" - 2 Requerimentos: a) Nº 1264 do Deputado Antônio Moraes, pedindo informações sobre a data de Iluminação pública, nas praças da Bandeira e Bandido Vagalume: "Ao M. Prefeito" b) Nº 1364 do Deputado Nadir Gers, pedindo tenda informações do Executivo sobre preços e vagas para matrículas na Faculdade de Medicina Veterinária: "Ao M. Prefeito" c) Nº 1464 do Deputado Antônio Batista solicitando informações ao Executivo sobre os motivos de não mais ser usada a água do Rio do Peixe na Estação Municipal, para abastecimento da piscina: "Ao M. Prefeito" d) Nº 1664 do Deputado Antônio Moraes, no sentido de ser oferecido a todos os candidatos à Prefeitura do Município, oportunidade para promoverem palestras no recinto da Câmara Municipal: "Aprovado. Quiçá-se na forma solicitada" e) Nº 1564 do Deputado Comissão Filho, pedindo informações do Executivo sobre a compra da Estação Rodoviária e da casa da Carolina e da casa do Tio de Guerra: "Ao M. Prefeito" 3) Ofício da Telefônica Central S/A comunicando que oportunamente providenciará a Telefonia Rural da Câmara Municipal: Ciente. Arquive-se." - 4) Mensagens do Prefeito Municipal: a) Nº 364 respondendo as informações solicitadas pelo Vereador Nadir Gers, bem requerimentos de Nº 3164 e 3464: "Ciente. Arquive-se." - 5) Nº 864 encaminhando as contas do Executivo Municipal referentes ao exercício financeiro de 1963, e solicitando que o prazo de 60 dias decorrido, de 15 a 2ª de fevereiro, seja considerado prazo prorrogação: "Aprovada a prorrogação do prazo, ouvida a pedido do Vereador Comissão Filho. As Comissões de Justiça e Finanças para parecer." e) Nº 964 prestando informações sobre a eletrificação da água, que reabasta ao requerimento Nº 3464 do Vereador Nadir Gers: "Ciente. Arquive-se" 5) Projeto de Lei Nº 16/64 do Vereador José Seneca, dando nova redação de imposto em favor de S.O.S. "As Comissões de Justiça e Finanças." Encerrada a leitura do EXPEDIENTE o M. Presidente dá a palavra aos M. Vereadores. O Vereador Comissão Filho, pronuncia um discurso, fazendo críticas aos M. Antônio Costa, ex-Prefeito Municipal, afirmando entre outras coisas o seguinte:- que o ex-Prefeito, impediu a nomeação do orador para a Presidência da COMAPA, e este não funcionou durante os 4 anos da administração passada, com grandes prejuízos para a economia popular. b) que o prefeito anterior roubou somente "medalhões" para a Comissão Municipal de Biblioteca, os quais nunca deixaram nenhuma propaganda do município. c) que os Prefeitos não vêm funcionar a diretoria da Casa Cardeal Leme, além disso queria usar a Mesa de um milhão, de ouro de Jerusalém a essa instituição pela secretaria do Prefeito, para comprar um terreno destinado à edificação do Grupo Escolar "Dr. Hofacker Cesar," que já tem prédio próprio. d) que o ex-prefeito Antônio Gonçalo, o prédio da Casa da Criança Jamais se incomodando em providenciar o término da construção. e) que o ex-Prefeito possuíam a demolição do antigo prédio do Instituto de Educação tendo destruído, como documentos para a compra de votos, os títulos e transferência do referido edifício, material este que se destinava a construção da prefeitura própria para o Rio de Janeiro, que hoje tem orgulho apenas os alicerces. f) que a bomba d'água e o motor existente no Posto de Estação municipal, é maquina para outro fim. g) que o ex-Prefeito deixou como herança, para a atual administração apenas Cr$ 600,00 em caixa num total de 16 milhões de Cruzeiros. h) que o ex-Prefeito reduziu vencimento do imposto de um equitativo auto da importância da Câmara sobre a matéria. ato ilegal e seu precedente, pois posteriormente o Legislativo promoveu-se contrário ao pedido do interessado, mas já era fato consumado. i) que o ex-Prefeito autorizara o pagamento de diferença de Cr$ 1.000,00 em prestações mensais, bastando para isso apenas um bilhete do menino bonito, o que entretanto contrariava a lei que rege a matéria: j) que o ex-prefeito somente deixou pouco ou nada para o Legislativo, deixando-lhe também o encargo de pagar os vencimentos de janeiro de 1963 sem encaminhada para o Poder Legislativo a verba legal estabelecido na Lei Orgânica dos Municípios: k) que o ex-prefeito Januário Candido dos Estados Municipais, deixou de apodrecer-los. l) que ocasionou o atolamento de 20 caminhões de batatas na lama impedindo o tráfego. m) que ainda ao contrário de esportes teve elemento valioso na pessoa do Vereador Antônio Batista, mas que o ex-prefeito nomeara para a presidência da mesma, um "medalhão" já superado, que nada vê pelo esporte em Jundiaí, mas que ainda se encontra no desempenho do cargo, como figura

decretara: m) que durante os 4 anos de mandato o ex. prefeito, teve 40 anos de atraso e de retrocesso ao seu progresso. Em seguida, o ex. presidente comunica ao plenário ler recebido comunicação do falecimento de D. Ecotinha Bonelli, antiga professora que prestou, no setor do ensino, os mais relevantes serviços a Guaíba, tendo sido agraciada recentemente com o título de "cidadã guaibense" título esse que o presidente da Câmara pretendia outorgar a pranteada da saudosa extinta, no caso de poder comparecer ao funeral, na cidade de São Paulo, onde tantos pranteiam e consolando os sentimentos de pesar do povo guaibense. O Vereador Comissa Filho comunica um requerimento que é aprovado pelo plenário, no sentido de ser suspensa a sessão em homenagem a D. Ecotinha Bonelli. O m. presidente convoca os srs. Vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 19 próximo vindouro com os trabalhos. Só que para constar lavrada a presente ata. Eu, Jurandino de Mello, escrivão, a escrevi. Attilio Pierdini

Ata da 6ª sessão ordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura, da Câmara municipal de Guaíba, realizada em 19 de março de 1964.

Presidência do sr. Attilio Pierdini

Secretariada pelo Sr. Antônio Espinoza Filho.

Aos dezenove dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Guaíba, Estado de São Pedro, no Recinto das sessões, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Guaíba, ao deste nosso município, se encontrava a Câmara de Vereadores, presidida pelo sr. Attilio Pierdini, tendo comparecido os seguintes vereadores: Antônio Soares Filho, Antônio Fagundes Pinto, Antônio Rodrigues Comissa Filho, Otávio Pereira Fernandes, Pedro Bonesca, Ladário Pereira Teixeira, Waldemar Portinho, Vicente Caminha, Waldemiro Vieira e Adalberto Pedroso. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo sido em seguida dispensada a leitura da ata da sessão anterior, por ter sido amplamente divulgada pela imprensa falada desta cidade. Em seguida, o sr. presidente mandou ler o seguinte expediente: 1º) Ofício nº 108/64, do prefeito municipal, encaminhando informações solicitadas pelo Vereador Antônio Rodrigues Comissa Filho. 2º) Ofício nº 109/64, do prefeito municipal, encaminhando informações solicitadas pelo Vereador Antônio Soares Fagundes Pinto. 3º) Requerimento nº 19/64, do Vereador Celso Soto Fernandes, solicitando 180 dias de licença. Concedida a licença. Convocado o 1º suplente da bancada do P.D.C., Sr. Darcy Prado, para o seu provisório exercício e o Vereador requerente no cargo de Vereador. 4º) Projeto de lei do Vereador Comissa Filho: a) nº 10/64, instituindo adicional do 1/3 de vencimento, para pagamento de licenças-prêmio, em dinheiro: "Os funcionários de Guaíba e Finanças" - b) nº 12/64, dá o nome de Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Carvalho Neto, ao prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Guaíba. O Vereador Comissa Filho diz que a bomba d'água que existia no Estádio, dia da Comissão, Municipal de Esportes, estava podia ter sido retirada sem autorização da referida Comissão, porque ele retirou do local quando quiseram para atender diversos, de que a bomba elétrica do poço. Diz que a Comissão de Esportes não possuía ferramental do Estádio, mas que adquiriu do ex. prefeito e deu ciência ao plenário. Afirma que a bomba de um tratorista Fiat, que está inteiramente causou um prejuízo de 196 mil cruzeiros ao Município e o comunicado, um ex-vereador, Siqueira, já na posse do distrito. Diz que as informações do Atual Executivo, que vai, servir para a instalação de luz, nas Ilhas Guaíba e São Pedro, afirma que o ex. prefeito não repassou as contribuições feitas da Prefeitura e nem dos empregados, devidas ao I.A.P. Municiários e empregados em Serviços Públicos, o que é causa bastante, aborrecidos inclusive e descontentes de carregadores. Lembra o Vereador do ex. prefeito a fazer todas as coisas, o que não podia fazer pois o chefe do Executivo da administração passada. Deixou 16 mil cruzeiros em talões, o que também é crime. Afirma que o ex. prefeito deixou uma conta na rua Floriano Peixoto e não a pagou e que aumentou impostos pelo, contas de expediente. Diz que desaprova todos os atos do ex. prefeito, afirmando veementemente que pretende ao administração passada. Encerra suas considerações dizendo ser necessário que o atual prefeito determine que a coleta de lixo seja feita normalmente aos domingos, em dias alternados, pois os municípios pagam taxas e seu direito a regulares serviços de coleta. O Vereador Antônio Soares Fagundes pede licença para se ausentar, o que lhe foi concedido. Em seguida, o Vereador Antônio Rodrigues Comissa Filho, requereu a dispensa da leitura do Projeto de lei nº 10/64, do Executivo Municipal, anteriormente lido, o que foi concedido. Em seguida, o Vereador Comissa Filho, que solicitou de ser posto em discussão e votação, o que foi concedido. Em seguida, o Vereador Comissa Filho, usando o direito da palavra, disse que o proje

ultima: adiada a discussão por 3 sessões, a requerimento do vereador Dácio Tamaso. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 9/64, do vereador Antonio Batista Piabeiro sobre a concessão de prêmio a motorista municipal, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finanças: rejeitado o projeto. - 5) Primeira discussão e votação do Projeto de lei nº 8/64 do Prefeito Municipal, constituindo a Comissão do Plano do Município e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: adiada a discussão por uma sessão a requerimento do vereador Coimbra Freire, aprovado isto pleniário, com um aditivo, do vereador José G. Fernandes Filho, ao pedido de seu encaminhamento, pelo Prefeito Municipal, a Secretaria da Fazenda, solicitando a legalidade do projeto de lei nº 8/64. - 6) Discussão e votação, única da mensagem nº 29/64, do Prefeito Municipal, pedindo abertura de crédito especial no valor de Cr$ 1.000.000 (um milhão de cruzeiros) para os fins que especifica: aprovado. Em seguida, foi o projeto retirado pelo vereador Coimbra Freire, para que o mesmo seja submetido a consideração do plenário e da Comissão de Finanças, obviando para que o processo seja despachado ao Prefeito Municipal, a quem cabe decidir sobre a matéria, que é, de sua competência: absolvido o parecer da Comissão de Finanças. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos da presente sessão ordinária, a realizar-se no dia 2 de abril vindouro, e lavrou-se o trabalho que depois lido e aprovado, foi firmado a presente ata. Eu, Ottolmino de Munro, secretário, a escrevi.

Attilio Giardini

Ata da 3ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 6ª Legislatura, da Câmara Municipal de Ginhal, realizada em 26 de março de 1964.

Presidência do Dr. Fúlvio Simbeig

Secretariado pelo Attilio Giardini

Aos vinte e seis dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Ginhal Estado de São Paulo, no Paço Municipal e edifício onde funciona a Câmara Municipal, onde se achavam presentes os vereadores Coimbra Freire, Adalberto Costa, Celio Porto Fernandes, Antonio Batista Piabeiro, Attilio Giardini, José Fonseca, Gaspar Martinelli, Dácio Tamaso, Nadala Reis e Walter Galeano. Estando numero legal para abertos os trabalhos, foi feita uma oração de reverência em sinal de saudação ao Cristo Crucificado. O vereador Celio Porto Fernandes compareceu a sessão e declarou desistir da retirada da licença que lhe fora concedida. O sr. presidente solicitou ao secretario que se procedesse sobre a leitura do expediente. Em seguida foi lido o requerimento nº 18/64 de autoria do vereador Attilio Giardini, solicitando que se consigne em ata um voto de louvor e congratulações pela passagem do 1º aniversário da Revolução Democrática de 31 de março de 1964. Em discussão o requerimento foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal. Em seguida foi lida a mensagem nº 11/64, do Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 19/64, abrindo credito especial para pagamento de despesas com a reforma do Teatro Serrateo 600, na quantia de Cr$ 1.000.000 (um milhão de cruzeiros). Em discussão o projeto de lei nº 19/64, abrindo credito especial para pagamento de despesas com a reforma do Teatro Serrateo 600, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças. Em discussão o projeto de lei nº 8/64, do Prefeito Municipal, constituindo a Comissão do Plano do Município, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos, e com duas emendas do Vereador Walter Galeano, a primeira para que a Comissão do Plano do Município seja constituida de 5 membros e a segunda para que o Prefeito Municipal seja ouvido sobre a legalidade do projeto. Em discussão o projeto de lei nº 9/64, do vereador Antonio Batista Piabeiro, concedendo premio de Cr$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros) ao motorista municipal Jose Ferreira Lima, por ocasião de sua aposentadoria. Em discussão o projeto de lei nº 10/64, do Prefeito Municipal, autorizando a venda de terrenos e animais, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças. Em discussão o projeto de lei nº 11/64, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de um terreno a Associação Beneficente Ginhalense. Em discussão o projeto de lei nº 12/64, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de um terreno a Associação Beneficente Ginhalense. Em discussão o projeto de lei nº 13/64, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de um terreno a Associação Beneficente Ginhalense. Em discussão o projeto de lei nº 14/64, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de um terreno a Associação Beneficente Ginhalense. Em discussão o projeto de lei nº 15/64, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de um terreno a Associação Beneficente Ginhalense. Em discussão o projeto de lei nº 16/64, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de um terreno a Associação Beneficente Ginhalense. Em discussão o projeto de lei nº 17/64, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de um terreno a Associação Beneficente Ginhalense. Em discussão o projeto de lei nº 18/64, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de um terreno a Associação Beneficente Ginhalense.

para uma nova sessão extraordinária a realizar-se logo em seguida, e encerrou os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Attilio Guardini, secretário, a escrevi. Aluisio Ribeiro - Aluisio Cardoso - Attilio Giardini

Ata da 4ª sessão extraordinária, do 1º Ano da 5ª legislatura, da Câmara municipal, realizada, em 26 de março de 1964.

Presidência do Sr. Abilio Penheiro
Secretariada por Attilio Giardini

Aos vinte e seis dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta quatro, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Camara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 3ª sessão ordinária, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abilio Penheiro, Adalberto Costa, Adauto Carvalho Rosas, Antonio Penedo, Antonio Medeiros, Batista Attilio Giardini, Celio Souto Fernandes, José Geraldo Fernandes Leite, Lazaro Martinelli, Octavio Tavares, Waldir Peres, e Walter Galiano. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Passou-se a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1º) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 2/64, do Prefeito Municipal, constituindo a Comissão do Plano do Município, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: aprovado. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 15/64, da Comissão de Justiça, dando o nome de Presidente Kennedy a uma praça da cidade: aprovado. A requerimento do vereador Attilio Giardini, aprovado pelo plenario, os dois projetos de lei são dispensados de redação final a fim de serem encaminhados ao prefeito, para a sanção devida. Em seguida passou-se a EXPLICAÇÃO PESSOAL. O vereador Adauto C. Rosas fez considerações sobre a situação conturbada do país e afirma que os demagogos não devem se omitir, a fim de se evitar a implantação no Brasil de regimes totalitarios. O vereador Celio Souto Fernandes endossa as palavras de seu colega, diz que todos devem se unir na luta contra os pseudo comunistas existentes no municipio e concluama, em particular, que para que prospere, justamente com as demais autoridades locais, a marcha pela Familia, Patria e Religião, com o apoio de todos sem distinção de credos. O vereador Antonio Medeiros Batista solicita ao sr. presidente que oficie ao Governador do Estado, cumprimentando-o pela marcha democratica realizada em São Paulo. O vereador Octavio Tavares solicita seja oficiado ao sr. Presidente da Republica, formulando votos para que S. Exca. seja um grande presidente dentro da democracia e da Constituição. O sr. presidente se associa as manifestações dos srs. Vereadores, convocando para a proxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 2 de Abril vindouro, e encerra os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Attilio Guardini, secretário, a escrevi. Aluisio Ribeiro - Aluisio Cardoso - Attilio Giardini

Ata da 7ª sessão ordinaria, do 1º ano da 5ª Legislatura da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 2 de abril de 1964.

Presidencia do Sr. Abilio Penheiro
Secretariada por Octavio Tavares

Aos dois dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal de Pinhal, as nove horas, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abilio Penheiro, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Penedo, José Geraldo Fernandes Leite, Lazaro Martinelli, Octavio Tavares, Waldir Peres, e Walter Galiano. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em reverencia a imagem do Cristo Crucificado. Procedeu-se a Leitura da Ata da Sessão anterior, que constou do seguinte: - 1) Oficios: - a) de D. Daisy Siqueira Vitta Marchi, agradecendo as votos de pesar pelo falecimento de seu esposo Cirilo Augusto. - b) dos Srs. Alberto Eduardo Baldavani e Alfredo Teixeira Reis, agradecendo as congratulações que lhes foram enviadas pela Câmara Municipal: "Ciente. Inscreva-se". 2) Requerimentos: - a) nº 29/64, do Vereador Coimbra Filho, solicitando 14 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente". (Encontrando-se ao recinto, o suplente Etevaldo Ribeiro Protestato da autoridade que lhe confere e assume a cadeira, deixando de prestar o compromisso regimental por ter-lo feito noutra oportunidade;) b) nº 21/64, do Vereador Adauto Carvalho Rosas, congratulando-se com os governadores Ademar de Barros, Magalhães Pinto, Ney Braga e Carlos Lacerda e com o General Amaury Kruel, pelas corajosas e patrioticas atitudes tomadas em defesa da Democracia: "Aprovado, com adesão do vereador Etevaldo Ribeiro Protestato para que as congratulações sejam estendidas as Forças Armadas;" - c) nº 32/64, do vereador Octavio Tavares, solicitando informações ao Prefeito, sôbre o preço porpetro quadrado do serviço de calçamento a paralelepipedo e a asfalto: "Ao sr. Prefeito;" 3) Indicações encaminhadas ao Prefeito Municipal: - a) nº 30/64, do vereador Adauto Carvalho Rosas, para que seja cumprida a lei que da a uma rua da cidade o nome de Edgar Carvalho; - b) nº 31/64, do vereador Lazaro Martinelli, no sentido de ser aproveitado o Parque existente na Vila Nova, para a construção de uma concha acustica; - c) nº 33/64, do vereador Octavio Tavares, no sentido de ser consultado o Ministerio da Educação e Cultura sôbre a anuidade de ingresso para a aposentadoria de Professores municipais; - d) nº 33/64, do vereador Antonio Penedo, no sentido de ser executado o serviço de colocação de guias e sarjetas na rua Professor José Borelli, na Vila Pinhal Faquim; - e) nº 34/64, do vereador Walter Galiano, sôbre a necessidade de ser reorganizada a Banda Musical; - f) nº 35/64, do vereador Etevaldo Ribeiro Protestato, sôbre a necessidade da construção de uma calçada em todo o trajeto da Avenida Washington Luiz e a reforma completa do portão de entrada do Estadio Municipal.

Em seguida o sr. presidente comunicou oficialmente ao plenário, os ultimos acontecimentos desenrolados no País que culminaram com a deposição do presidente João Goulart. Congratulou-se com a Câmara e com as autoridades constituidas, civis e militares que evitaram o derramamento de sangue, a implantação do comunismo em nossa Pátria. Usaram da palavra, em seguida elogiando as Forças Armadas, realçando a atitude patriótica e corajosa das autoridades civis, exaltando o regime democratico e condenando o comunismo ateu, geral e organizador, os vereadores Lazaro Martinelli, Adauto C. Roxas, Etevaldo Ribeiro Protestato, Ottorio Zanasso, e Nadir Galiano. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente anuncia ir passar à Ordem do Dia, que se constitui do seguinte:- 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 9/64, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a concessão de pensões, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emenda do vereador José Geraldo Fernandes Leite: aprovado o projeto com respectiva emenda. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 33/63, do vereador Attilio Giardini, dispondo sôbre abertura de crédito especial para concessão de auxilio a Comissão organizadora da XI Vindima, em 1963, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: rejeitado o projeto de lei nº 33/63. Encetada a materia que passa-se a EXPLICAÇÃO PESSOAL. O vereador Adauto C. Roxas, diz estranhar que não tenha sido cumprida pelo executivo municipal, a lei que dá a uma rua da cidade o nome de Edgar Carvalheiro e ao mesmo tempo solicita seja a mesma posta em execução imediatamente assim o ilustre Filho de Tinhal. O vereador Etevaldo Ribeiro Protestato, justifica as indicações de sua autoria lidas no Expediente, dizendo que a ponte de uma cacimba na avenida Washington Luiz, póe em perigo a vida dos pedestres que por ali trafegam e que o portão de entrada do Estadio Municipal está muito estragado, necessitando ser consertado com urgencia. Diz Lauleni, da necessidade da aprovação do projeto de lei que para para a responsabilidade do municipio a Escola de Auxiliares de Enfermagem, visto tratar-se de uma instituição que tem prestando relevantes serviços a cidade. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente diz que o regimento do vereador Celio Porto Fernandes, formulado na sessão anterior, ficará prejudicado, pois não mais havia necessidade de uma manifestação coletiva idêntica à Marcha pela Familia, com Deus pela Liberdade, visto ter sido regularizada a situação no País. Nada mais havendo a tratar, convoca os srs. vereadores para a proxima sessão ordinária a realizar-se no dia 16 vindouro, ensejando os trabalhos em seguida. E do que para constar foi lavrada a presente ata.
Eu, Attilio Primo de Lucro, Escrivão, a escrevi. Attilio Giardini

Ata da 8ª sessão ordinaria, do 1º ano, da 5ª legislatura da Câmara Municipal de Tinhal realizada em 16 de abril de 1964.

Presidencia do Dr. Attilio Giardini.
Secretariada por Attilio Giardini.

Aos dezesseis dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Tinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Tinhal, as dezito horas presentes-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Giardini, Adauto de Carvalho Roxas, Antonio Fernandes Medeiros, Batista Attilio Giardini, José Ferreira Coimbra, Pedro, José Geraldo Fernandes Leite, Lazaro Martinelli, Otorio Zanasso, Nadir Galiano, Etevaldo Ribeiro. Havendo número legal, abertos os trabalhos. No gesto um minuto de silencio em homenagem ao Cristo Crucificado. Foi lida, aprovada e assinada a ata da anterior. Passou-se a Leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte: 1) Mensagem do Prefeito Municipal:- a) Nº 11/64, encaminhando ofício do Chefe do Gabinete do Secretario da Educação e prestando informações sôbre o preço de arfatio e de calçamento e paralelepipedos:- A requerida-se a casa, nada pendo requerido, arquive-se". b) Nº 12/64, encaminhando pedido do Centro Estudantil "Ernesto Borges de Oliveira", para a cessão de livros existentes em duplicata na Biblioteca Municipal". "Ao Departamento Cultural". A Comissão de Justiça". - 2) Requerimentos: a) Nº 22/64 do vereador Célio Porto Fernandes, solicitando 90 dias de licença: Concedido a licença. Convoque-se o respectivo suplente". (Estando presente ao recinto, o suplente João Vieira da Cunha ao plenário e assume a cadeira, deixando de prestar o compromisso regimental por já te-lo feito noutra oportunidade). - b) Nº 21/64, do vereador Adalberto Costa, solicitando 90 dias de licença: Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente". (Estando presente ao recinto o suplente Carlos Alberto Moraine foi chamado ao plenário, prestou o compromisso regimental e assume a cadeira). - c) Nº 20/64, do vereador José Geraldo Fernandes Leite, solicitando varias informações ao Prefeito Municipal sôbre o pagamento de salário-familia aos servidores do Município e a instalação de agua, luz e esgotos nas ruas da cidade:- "Ao sr. Prefeito". - d) Nº 26/64, do vereador Nadir Galiano, solicitando ao executivo varias informações sôbre o funcionamento de Guardinhas e Profissões:- "Ao sr. Prefeito". - e) Nº 27/64, do vereador Adauto de Carvalho Roxas, no sentido de ser oficiado ao Monsenhor José Geronimo Ballico Fuccichi, congratulando-o pela sua atuação em defesa dos principios democraticos:- "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". f) Nº 28/64 do vereador Adauto Carvalho Roxas, e outros congratulando-se com o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, pela sua investidura no Governo da República:- "Aprovado". g) Nº 29/64, do vereador Adauto de Carvalho Roxas no sentido de se solicitar ao Presidente da República e ao Congresso Nacional seja feita a reforma Eleitoral:-

"Aprovado". 2) Nº: 30/64, do vereador Adauto de Carvalho Rosas pedindo a consignação, na ata dos trabalhos legislativos de um voto de congratulações pelas passagens da data de 16 de abril aniversário da libertação dos escravos em Piuhal: "Aprovado". 3) Nº: 31/64, do Vereador Coimbra Filho, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão da Câmara, do projeto de lei Nº: 10/63: "Aprovado". Justifica se na Ordem do dia da proxima sessão ordinária, a proposição solicitada". 4) Nº: 32/64, do vereador Coimbra Filho, congratulando-se com o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco pela sua posse na presidência da República: "Aprovado". 5) Nº: 33/64 do Vereador Coimbra Filho no sentido de se solicitar ao Governador do Estado de São Paulo a transferência para a cidade, do Curso de Arte Euclidiana da Escola Agrotécnica: "Aprovado". - 5) Justificações: - a) Nº: 34/64, do Vereador José Geraldo Fernandes Leite sôbre a necessidade da colocação de postes e lampadas de iluminação pública em varias ruas da cidade: "Ao Ad. Executivo". - b) Nº: 35/64 do vereador Adauto C. Rosas, sôbre a necessidade da construção de uma proteção para pedestres na rua Prudente de Moraes, nas imediações do Estádio Municipal: "Ao Ad. Executivo" - c) Nº: 36/64 do vereador Nadir Reis, sôbre a necessidade de pequenas reformas pelo Executivo Municipal nas dependências destinadas ao velório municipal. 6) Indicações: - a) Nº: 37/64, do vereador Adauto C. Rosas, sôbre a necessidade de ser solicitado ao Governador do Estado, uma viatura para a Delegacia Regional de Justiça: "Ao Ad. Executivo". 4) Projetos de lei: a) Nº: 29/64, dos vereadores Adalberto Costa e Antonio Medeiros Batista concedendo uma pequena subvenção mensal a D. Amelia Vieira da Rosa. "As Comissões de Justiça e Finanças". 2) Nº: 31/64 do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre a abertura de crédito especial para a construção de uma ponte na rua Floriano Peixoto: "As Comissões de Justiça e Finanças". - Encerrada a leitura do expediente, usa da palavra o vereador Otávio Tavares, que solicita a providências providencias no sentido de ser retificada uma notícia publicada pelo jornal local "A Folha" que quanto o nome do Dr. Ashemar de Barros do texto do requerimento do vereador Adauto C. Rosas, aprovado na ultima sessão do legislativo, fato êsse que veio colocar o citado vereador numa situação difícil e desastrosa, apesar de sua lealdade. Afirma, em seguida que o diretorio municipal do P.S.D. era favoravel a estadia, mesmo, residindo da transferência, para a cidade, do curso de Arte Culinária da Escola Agrotécnica. E o presidente solicitou que já providenciara, junto aos jornais locais a retificação da notícia que omitira o nome do Governador do Estado de São Paulo. O vereador Coimbra Filho fala sôbre a posse do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco ao cargo de presidente da República, Tece considerações sôbre a conjuntura e espera que o povo brasileiro deposita nêsse bravo militar e solicita a presidência da Câmara seja marcada uma sessão especial para a entrega do título de "cidadão piuhalense" ao Dr. Ashemar de Barros, ao ponderado o nº. presidente que oportunamente consultaria o Governador do Estado para a fixação de data. O vereador Lazaro Martinelli presta sua homenagem ao deputado Caio de Alburquerque presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, saluante e defensor da democracia, que a tempos vinha alertando a Nação sôbre o perigo da infiltração comunista. Requer, em seguida o plenário aprova, se telegrafasse ao referido deputado congratulando-se com S. Excia, pela atuação relevante que teve nos ultimos acontecimentos politicos. O vereador José Geraldo Fernandes Leite diz que quando foi votado o requerimento congratulando-se com o Delegado de policia local, não estava na sessão da Câmara por motivo de viagem, mas expressa sua solidariedade a deliberação do plenário. O vereador Attilio Giardini dirige um apêlo ao chefe do executivo para que providencie a construção de sede própria para o Tiro de Guerra local, pois consta na cidade que o mesmo vai fechar por falta de acomodações requerimentares. O vereador Nadir Reis tece considerações sôbre a necessidade de se conseguir para Piuhal a criação de uma Delegacia Regional de Ensino. Lembra que já foi criada na suas atras, uma Delegacia em Piuhal posteriormente transferida para outro local, o que não pode acontecer novamente e para isso as autoridades municipais devem convidar o Secretario da Educação para visitar nossa terra e verificar pessoalmente a necessidade da criação, orgão, de uma Delegacia Regional de Ensino. O vereador Antonio Batista apoia as palavras de seu colega de vereança e afirma que apenas pagará um documento d'uma professora a Delegacia Regional de Ensino de Campinas gostou a importância de 7.000,00 de cruzeiros, o que é um absurdo. Diz ter recebido informações do deputado Paschoal Thomeu de que foi aprovado em 2ª discussão, pela Assembléia Legislativa do Estado, o projeto de lei que cria a Faculdade de Filosofia em Piuhal, havendo agora a necessidade de um tratamento das autoridades locais junto ao Governador do Estado para a sua sanção. Afirma que o Delegado de Policia local já estava efetivado no cargo, mas que S.S. vai agradecer a viatura para fiscalização de apoio da Câmara Municipal. Congratula-se com o novo presidente da República, dizendo esperar que o mesmo trabalhe para dirigir a Nação com tirocinio e sabedoria. O vereador Adauto C. Rosas congratula-se com o povo brasileiro pela vitória alcançada pelas Forças Armadas e Democráticas, pela eleição do Marechal Castelo Branco, para o cargo de presidente da República, militar culto inteligente e brilhante. o qual saberá levar o Brasil ao caminho da ordem e do progresso. Justifica as proposições de sua autoria, lidas no Expediente e solicita ao presidente que remeta os ofícios dirigidos aos candidatos ao cargo de presidente da República, para pronunciarem palestras na Camara Municipal de Piuhal, pois talvez o convite primitivo não tives

O sr. presidente esclarece que tomara essa providencia com grato ensejo de ver a Câmara Municipal, pela vitoria da democracia contra a escravidão branca que se queria implantar no país, pagando o Brasil um abismo do qual dificilmente sairia, condena o comunismo e diz que a Nação marchará doravante, com Deus pela Familia, com Liberdade. Anuncia ir passar, em seguida, a Ordem do Dia, que se constitue do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 24/61, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de pensões com parecer da Comissão de Redação: aprovado em 2ª discussão e dispensado de redação final a requerimento do vereador Antônio Batista. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 33/63, do vereador Coimbra Filho, criando o Colegio Comercial Municipal com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças, com emendas de redação e com substitutivo do vereador Adauto G. Rosas e outros: adiada a pedido a requerimento do vereador Walter Graciano. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 24/61, do ex-vereador José Felippe Ouolo, declarando de utilidade pública a área de terreno desapropriada, uma área de terreno localizada na Chacara Rosas, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Publicos: Rejeitado o projeto. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 44/63, do ex-vereador José Felippe Ouolo dispondo sobre a aquisição de tres terrenos pelo Municipio, com pareceres da Comissão de Justiça pela legalidade da proposição, e das Comissões de Finanças e Serviços Publicos, pela rejeição do projeto: Transformado em indicação ao executivo por proposta da Comissão de Serviços Publicos. 5) Discussão e votação unica da mensagem nº 14/63, do Prefeito Municipal, encaminhando pedido de arrendamento de terreno denominado pró-Santo e Amador Joaquim Teodoro, com pareceres favoraveis da Comissão de Justiça e para que o processo seja devolvido ao Prefeito da Comissão de Serviços Publicos: aprovado o parecer da Comissão de Serviços Publicos. Esgotada a materia em pauta, o sr. presidente designa o vereador Carlos Alberto Florence para substituir o sr. Alberto Costa na Comissão de Justiça. Passa-se a Explicação Pessoal. O vereador Victorino Fonseca congratula-se com o novo presidente da República e exalta a atitude dos governadores de São Paulo, Paraná, Minas, Rio Grande do Sul, e Guanabara que fizeram com que o comunismo fosse afastado do Brasil. O vereador Coimbra Filho diz que os politicos da situação deviam ter evitado o desfalecimento do curso de Arte Veterinaria da Escola Agrotecnica "mas só se lembraram da materia depois que S. Excia. falou da necessidade de transferir esse curso para a cidade. Diz tambem da necessidade de se incluir na ordem do dia, da proxima sessão da Câmara, os projetos de lei que trataram da construção da sede propria para o Tiro de Guerra e a Casa da Mocidade, para a responsabilidade do Municipio, da Escola de Engenharia. O vereador Waldir Guedes congratula-se com os novos vereadores Carlos Alberto Florence e João Vieira que assumiram o mandato. O vereador Carlos Alberto Florence agradece as congratulações de seu colega e afirma pretender fazer alguma coisa em favor da cidade, no desempenho de seu mandato. O vereador Adauto G. Rosas diz que o projeto de lei que cria o Colegio Comercial municipal requer estudo profundo, pois segundo consta as escolas publicas não podem cobrar taxas. O vereador Antônio Batista tambem diz ser necessario que se estude muito bem a proposição que cria a Escola de Comercio Municipal deixando de lado a pretensão de muitos que querem ser os donos exclusivos da iniciativa. O vereador José Geraldo Fernandes Teto, lembra aos seus colegas a necessidade de todos que trabalham em favor do municipio, estudando e deliberando com lealdade, após entendimentos prévios sobre a criação da Escola de Comercio Municipal. O vereador Victorino Fonseca diz que era seu desejo que o projeto de lei que cria o Colegio Comercial Municipal, fosse encaminhado ao Prefeito Municipal para que este depois de estudar a materia, durigisse uma nova proposição sem falhas e encaminhasse ao Legislativo. Ninguem mais querendo usar da palavra e nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente encerra a sessão convocando os vereadores para a proxima sessão ordinaria a realizar-se no dia 9 de abril findouro, encerra os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Datilografo de Ultimo escrevi, a escrevi.

Attilio Giardini

Ata da 9ª Sessão ordinaria, do 1º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Guaxupé, realizada em 2 de maio de 1964.

Presidencia do sr. Waldir Guedes.

Secretariada por Attilio Giardini.

Aos oito dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Guaxupé, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Guaxupé, ao onze horas, aproximadamente, presentes os srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto Carvalho Rosas, Antônio Batista, Antônio Teodoro, Attilio Giardini, Getulio Segnelli, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Teto, José Fonseca, Fagaro Ezequiel Martinelli, Victorino Fonseca, Carlos Alberto Florence, Waldir Guedes e Walter Graciano. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio à memoria do Chefe Municipal falecido. Lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Passou-se à leitura do EXPEDIENTE que constava do seguinte:- 1) Mensagem nº 13/64, do Prefeito Municipal, prestando informações solicitadas pelo vereador José Geraldo Fernandes Teto, através do requerimento nº 29/64. "A consideração da Casa. Mada sendo requerido arquive-se". 2 Indicações encaminha-

-das ao Sr. Prefeito Municipal: a) Nº. 39/64, do Vereador Vitório Damasco, sôbre a necessidade de ser aberto o alinhamento da rua Barão de Mauá Baes; b) Nº. 40/64, do Vereador Antônio Penteado, no sentido de serem cortadas as palmeiras que são vistas do lado direito da estrada que vem de Jacutinga e pequena parte que fica à esquerda da Graça Teresa Maria de Jesus. - c) Nº. 41/64, do Vereador Nadir Peres, oferecendo a extensão do salário-mínimo a todos os Vereadores municipais; d) Nº. 42/64, do Vereador Comissão Fiscal, referindo-se à troca de nome da rua Vereador Joaquim Pinto. - 3) Requerimentos: a) Nº. 43/64, do Vereador José Geraldo Fernandes Pinto, solicitando informações ao Executivo sôbre a distribuição de quotas de gasolina. "Ao Sr. Prefeito". b) Nº. 35/64, do Vereador Carlos Alberto Florence, solicitando ao Prefeito a constituição de uma comissão especial, para tratar da criação em Brotas. "De pleno acôrdo. Ao Sr. Prefeito Municipal. - c) Nº. 36/64, do Vereador Carlos Alberto Florence propondo um voto de louvor ao Dr. Nilo Guilherme de Carvalho, ex-Juiz de Direito da Comarca de Dois Córregos prestado ao Município: "Aprovado". - d) Nº. 37/64, do Vereador Comissão Fiscal, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, do projeto de Lei Nº. 16/64: "Aprovado". - e) Nº. 38/64, do Vereador Nadir Peres, solicitando o pagamento pela Prefeitura, do imposto adicional de 2% em favor das instituições assistenciais: "Aprovado". f) Nº. 39/64, do Vereador Nadir Peres, no sentido de se convidar o Secretário da Educação para aqui estar dos pessoalmente dados do Município para a criação de uma Delegacia Regional de ensino: "Aprovado". - g) Nº. 40/64, do Vereador Nadir Peres propondo um voto de congratulações e louvor ao Dr. Júlio Gonzales Azevedo Sobrinho, pela sua atuação à frente da Escola Agrotécnica: "Aprovado". h) Nº. 41/64, do Vereador Nadir Peres, congratulando-se com o Deputado Amaral Gurgel, pela defesa de seu projeto de lei extinguindo preços irrisórios concedidos aos deputados que são funcionários públicos: "Aprovado". i) Nº. 42/64, da Comissão de Finanças, solicitando varias informações sôbre o emprego de verbas constante do balanço financeiro de 1961: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal". - 4) Projetos de lei: a) Nº. 32/64, do Executivo Municipal, dispondo sôbre fiscais e dando outras providências: "À Comissão de Justiça, Serviços Públicos e Finanças". b) Nº. 33/64, do Vereador Eduardo Rocha abrindo crédito especial para a realização da XII Pin-Pauli: "À Comissões de Justiça e Finanças". - c) Nº. 34/64, do Vereador Comissão Fiscal, dispondo sôbre o valor dos bens e direitos transmitidos para efeito do recolhimento do imposto de sisa. "À Comissões de Justiça e Finanças". - d) Nº. 35/64, do Vereador Comissão Fiscal, dispondo sôbre o aumento de pensões municipais: "À Comissões de Justiça e Finanças". e) Nº. 36/64, do Vereador Comissão Fiscal, dispondo sôbre a cobrança da taxa de inscrição de melhoria: "À Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. Presidente dá a palavra aos Senhores Vereadores. O Vereador José Geraldo Fernandes Pinto, diz que o povo pinhalense aprova uma administração produtiva, o que no entretanto não está acontecendo. Afirma que o município nenhum está progredindo certamente, que a estrada de Jacutinga não tendo sido inteiramente retificada do lado mineiro, enquanto que Pinhal pouco o prédio dos Correios, está ameaçado de perder a Escola de Medicina Veterinária, as obras da Casa da Cultura estão paralisadas e o Centro de Saúde não pode mudar-se para o novo prédio por falta de ligação de luz elétrica. Diz que a Câmara só aprovou projetos que não beneficiam o povo, e que os Vereadores querem criar uma Escola de Comércio que iá ocorrer os cofres municipais, sequestrando-se de que os funcionários do Município estão recebendo os seus vencimentos atrasados, pois a Prefeitura está sem recursos financeiros, não podendo nem mesmo pagar as instituições assistenciais. Afirma que o povo está descontente, pois as ruas estão péssimas, a luz está deficiente e há dificuldade de encaminhamentos de interêsses havendo necessidade de muito trabalho em conjunto para a solução dos problemas municipais, pois esse contrário é melhor que os Vereadores permaneçam. Requer, em seguida o plenário aprova um voto de congratulações com o Prefeito de Jacutinga pelas providências tomadas no sentido de melhorar a estrada que liga aquêle ao nosso município. O Vereador Eduardo Rocha requer, o plenário aprova a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, dos seguintes votos de congratulações: a) com os trabalhadores seguintes pelo transcurso do Dia do Trabalho; b) Com o Instituto de Educação "Cardeal Leme", pelo seu aniversário de fundação no dia 5 do corrente; c) com o povo brasileiro e com toda a humanidade, pelo aniversário do término das forças aliadas na primeira guerra mundial, Justificou em seguida o projeto de lei de sua autoria, lido no Expediente, concedendo um auxílio financeiro para a XII Pin-Pauli, e dirige um apelo ao Prefeito para que providencie a extirpação das "cascavelhas" que infestam as arroios da Graça de Lourdes e Cruz, incomodando a todos que por ali trafegam. Diz que o ex-Prefeito Ventura Neves deixou com a praça, mas que o atual chefe do executivo ao que parece nem tomou conhecimento do assunto. O Vereador Vitório Damasco, requer, o plenário aprova a inserção na ata de um voto de pesar pelo falecimento do Núncio Apostólico no Brasil D. Armando Lombardi. O Vereador Geraldo Spinelli diz que como já era do conhecimento de todos para a piscina, última que fôra de uma tranja urdida por inimigos gratuitos que se aproveitaram da geadinha para fazer-lo última inverdades sôbre o assunto, afirmou ofereceu os dias de sua gestão que passou em todo canto à fe-

-licidade do Brasil, agradeço a solidariedade dos verdadeiros amigos, dos patrióticos democratas e tanto o Dr. Horácio Fioravante, presidente da Câmara, Monsenhor José Geraldo Balbino Fuscaldi e o Prefeito Hélio Ferreira Leite que não mediram esforços para conseguir a sua libertação o mais rapidamente possível. Encerrando suas considerações agradeceu, também aos seus colegas de vereança, pela razão que depreendeu-se a seu favor, procurando corrigir uma injustiça. Em seguida o Sr. presidente anunciou ir passar a Ordem do Dia, que se constava do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 38/63, do Vereador Coimbra Filho, estando o Colégio Comunal Municipal com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças com emenda nesta oportunidade aceita pelo substituto do Vereador Hauto de Carvalho Rosas. O Vereador Hauto de Carvalho Rosas, requereu e o plenário aprovou, a retirada do substituto de sua autoria e manifestou-se contrário a aprovação do projeto. Falou a favor da proposição os Vereadores Lazaro Martinelli, Otávio Camargo e Coimbra Filho, e contra após a aprovação os vereadores Carlos Alberto Florence e José Osvaldo Fernandes Leite. Após terem sido rejeitados três requerimentos do vereador Coimbra Filho, solicitando o adiamento da discussão por uma sessão; a retirada do projeto de lei da Ordem do Dia, e a votação nominal para a proposição, foi o projeto de lei nº 38/63, transformado em indicação ao executivo municipal a requerimento do Vereador Walter Soriano, aprovado pelo plenário da Câmara Municipal. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 10/63, do vereador Coimbra Filho, concedendo crédito especial para ocorrer as despesas a construção de sede própria para o Tiro de Guerra 329, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emenda nesta oportunidade aceita pelo autor. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 14/64, do projeto municipal, dispondo sobre a abertura de crédito especial para o pagamento de despesas com a reforma de um imóvel, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: devolvido ao Executivo Municipal a fim de que providencie a realização de concorrência pública para a execução da reforma, a requerimento do Vereador Coimbra Filho, aprovado pelo plenário da Câmara: - 4) Discussão e votação única da Mensagem nº 28/60 do Prefeito Municipal, encaminhando projeto de aprovação de planta de loteamento da Vila Centenário, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e para que o processo seja devolvido ao Projeto da Comissão de Serviços Públicos: aprovado o parecer da Comissão de Serviços Públicos. Esgotada a matéria em pauta o Sr. presidente anunciou ir passar a Explicação Pessoal. O Vereador Coimbra Filho procedeu a leitura da Ordem do dia do Ministério da Guerra, General Costa e Silva, sobre a vitória das forças aliadas na ultima Guerra Mundial. O Vereador Carlos Alberto Florence exaltou a personalidade do ex-Juiz de Direito da Comarca Dr. Nilo Guilherme de Toledo, e que requereu verbalmente a aprovação do plenário a inserção na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar, digo, louvor as mães Sinhalenses. O Vereador Lazaro Martinelli disse que o Deputado Caio de Alvarenga, presidente da Assembléia Legislativa do Estado se colocou a disposição dos Sinhalenses para tratar dos interesses de nossa terra, motivo por que as autoridades locais deveriam apresentar junto a esse para lá a mutuar que consistisse a instalação em Sinhal da Escola de Medicina Veterinária. O Vereador José Osvaldo Fernandes Leite, disse que, o prioritando a boa vontade do Deputado Caio de Alvarenga, que, o poder público municipal deve solicitar a esse para lá a mutuar que se esforce para lograr a criação em Sinhal, de classes de Educação Infantil e Ginasio. Encerra suas considerações dizendo que tudo que foi e for feito em prol da Câmara Municipal visa unicamente o bem da coletividade, acima de quaisquer facções políticas e personalísticas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convoca a Mesa Vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 21, de maio corrente, suspendendo os trabalhos em seguida. Do que para constar, lavrada a presente ata por mim, Antonio de Mello, escrevi, Hélio Pereira Leite

Ata da 10ª Sessão ordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 21 de maio de 1964.

Aos vinte e um dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sinhal, Estado de Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, as vinte horas, procedendo-se a chamada dos Srs. Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Abílio Cambraia, Antonio Serafim, Getulio Spanelli, José Antonio Coimbra Filho, José Osvaldo Fernandes Leite, Lazaro Estevam Martinelli, Otávio Camargo, Waldir Seres, Walter Soriano e Carlos Alberto Florence. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem a imagem do Cristo Crucificado. Foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Passou-se a leitura do Expediente, que constou do seguinte:- 1) Ofício do Sr. Julio Gonzales Rovado Sotundo, agradecendo as congratulações que lhe foram endereçadas pelo Legislativo. "Cuente Arquivo nº. 2) Mensagem Nº. 45/64, do Prefeito Municipal, prestando informações sôbre a distribuição de quotas de açúcar: "A consideração da Casa. Nada tendo requerido, arquive-se" 3) Indicações encaminhadas ao Prefeito Municipal:- a) Nº #3/64, do vereador Waldir Seres, sôbre a necessidade de ser solucionado o problema da

pessoas que moram no prédio inacabado da Casa da Criança:- b) Nº 44/64, do vereador Waldir Reis, no sentido de ser o serviço telefônico estendido à zona rural;- c) Nº 45/64, do vereador Waldir Reis, no sentido de ser conseguida, pelo executivo a instalação de um gabinete dentário no Centro de Saúde; d) Nº 46/64, do vereador Carlos Alberto Florence, no sentido do Prefeito entrar em entendimento com a direção da Escola Agrotécnica, para a colaboração dos alunos para o serviço embelezamento dos jardins públicos; e) Nº 47/64, do vereador Pedro Martinelli, no sentido de ser aplaudindo um bandeirante existente no Município e colocado um grande placa nas residências do Grupo Escolar da Vila Centenário.- 4) Requerimentos:- a) Nº 43/64, do vereador Antônio Fenólio, propondo um voto de louvor ao Marechal Castelo Branco pelo pronunciamento de retaça; diplomáticas com Cuba:- "Aprovado"; b) Nº 44/64, do vereador José Geraldo Fernandes Leite, no sentido de se solicitar o apoio da imprensa para convidar a povo a comparecer aos trabalhos da Câmara:- "Aprovado";- c) Nº 45/64, do vereador José Geraldo Fernandes Leite, no sentido de ser encaminhado ao Prefeito Municipal o teor da lei federal que institue o salário-família:- "Aprovado";- d) Nº 46/64, do vereador José Geraldo Fernandes Leite, solicitando informações ao executivo sôbre a publicação na imprensa a remessa de balancetes à Câmara:- "Aprovado"; e) Nº 47/64, do vereador Coimbra Filho, solicitando a fotocopiação, na ata dos trabalhos legislativos, do teor da sentença proferida na ação que a Prefeitura move contra o requerimento:- O Senhor os vereadores Waldir Reis, Waldir Silva e José Geraldo Fernandes Leite para em comissão, exararem parecer o requerimento "Interno" 5) Projeto de Resolução:- a) Nº 1/64, do vereador Carlos Alberto Florence, dispondo sôbre a cessação de mandato do vereador Petúlio Spinelli e do Suplente Osvaldo Ribeiro Protestate:- "Comissão de Justiça"; b) Nº. 2/64, do vereador Abílio Linhares, dispondo sôbre fixação de gratificação:- "Às Comissões de Justiça e Finanças".- 6) Projeto de lei Nº 7/64, do vereador Abílio Linhares, considerando relevantes os serviços prestados pelo corpo docente e pelos servidores do antigo Ginásio de Espírito Santo do Limbal:- "À Comissão de Justiça".- Encerrou-se a Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. Presidente deu a palavra dos Srs. vereadores Ofício Aprovados, pelo plenário, votos de pesar pelos pronunciados pelos vereadores Walter Pelegrino e Antônio Fenólio, pelo falecimento respectivamente do Sr. Domício Guerato, Dona Florinda Telito, Dona Amarinda Martinelli e do pai do Dr. Rubens Siqueiredo, Delegado de Polícia local. O vereador Petúlio Spinelli diz ignorar a razão pela qual se pretende cassar o seu mandato, que, talvez seja por motivo particular, pois a medida proposta pelo seu colega Carlos Alberto Florence é inútil. Diz que não implora aos seus colegas que não lhe cassem o mandato, mas que consultem a consciência e façam justiça, pois foi explicara anteriormente, fora preso injustamente. O vereador Carlos Alberto Florence diz que o seu colega Petúlio Spinelli sempre investigou a realização de greves, prejudicou muitos operários que deixaram com medo de represálias do Sindicato, tendo o orador presenciado, pessoalmente, a atuação subversiva e agitadora do citado elemento de frente a Indústria de Máquinas Agrícolas. Afirma que há necessidade de se afastar da vida pública os elementos que podem prejudicar a Pátria e a Família, e que o vereador Petúlio Spinelli é um desses elementos pois trabalhou até mesmo dentro da Igreja para subverter os católicos enfiando-se nas Congregações Marianas. Diz que não é comunista, mas já explicara anteriormente, fora preso injustamente, I vereador Edmundo Telito diz dominar a coragem do vereador Carlos Alberto Florence pretende, 46 dias após da revolução, cassar o mandato de um vereador e de um Suplente medida esta inoportuna. Diz que também devem ser cassados os mandatos dos vereadores que não fizerem declaração de fens e daqueles que abandonaram as legendas depois de eleitos para a Câmara Municipal. Afirma que o fato de alguem ser preso não significa ser ele Comunista, pois para se comprovar se o elemento é ou não extremista há necessidade de se solicitar a ficha existente na Polícia e no Dops. Diz que a única greve comunista que houve na cidade, foi a greve da Escola Agrotécnica, quando políticos locais pagaram passagens de agitadores da U.N.E. que estiveram em Limbal apenas para fazerem agitação. Diz que reivindicação salarial não é comunismo, e que se for cassado o mandato do edil Petúlio Spinelli e do suplente Osvaldo Ribeiro Protestate, também devem ser cassados os direito político de ex-Prefeito corruptos e os mandatos do presidente Jona do Município. Em seguida diz ter lido, estarrecido, o comunicado do Prefeito publicado na imprensa local, de que ia faltar açúcar, o que provocou uma corrida aos empórios da cidade, motivo porque aplaude agora ao povo para que não compraste o produto sem necessidade e não fizesse estoque em casa. Afirma ter denunciado o ex-Prefeito durante 4 anos, sendo por isso perseguido e chamado a prestar contas na Justiça. Na qualidade de ex-presidente da Comissão Municipal de Esportes, sendo entretanto suas contas julgadas boas, tendo trabalhado muito em favor dos esportes e sempre com as mãos limpas, o que aconteceu digo o que não aconteceu com o ex-Prefeito Antônio Costa que vendeu fortes de tijolos sem conhecimento e praticou outras ilegalidades durante seu govêrno. O vereador Waldir Reis diz que a Comissão de Justiça estudará o projeto de cassação de mandatos e que no momento oportuno a Câmara deliberará sôbre o assunto. Justificando diz Justifica sua indicação, lida na sessão anterior, e diz que o delegado de Polícia e o juiz de Direito são as autoridades que têm competência para resolver o problema dos moradores do prédio inacabado da Casa da Criança, motivo porque que o Presidente da Câmara e o Prefeito devem a colaboração das mesmas. O vereador Pedro Martinelli se congratula com o professor Carlos Ennio Casabechi, por ter levado a Câmara os seus alunos do Instituto de Educação, para assistirem os trabalhos legislativos. Agradece, em seguida, o voto de pesar pelo falecimento de Dona Amarinda Martinelli. O Sr. presidente também se congratula com o profes-

Carlos Ennio Casalechi, e diz que quando os elementos da Câmara foram presos estive no DOPS, tendo ali sido informado de que nada constava contra os acusados motivo por que posteriormente entrou em contacto com o Delegado de Polícia local, o qual os colocou em liberdade. Em seguida anunciou ir passar a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 10/63, do Vereador José Antonio Coimbra Filho, abrindo crédito especial para ser escrita as despesas com a construção de sala própria para Juiz de Direito da 2ª. Comissão de Justiça: aprovado em 1ª. discussão e dispensando de redação final a requerimento do vereador Walter Feldner, acolhido pelo plenário.- 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 20/64, dos vereadores Adalberto Corte e Antonio Batista, concedendo uma pensão mensal a Honorina Geminda Seroca da Rosa, com pareceres favoraveis das Comissão de Justiça e Finanças: aprovado o projeto, após ter sido rejeitado um requerimento do vereador Coimbra Filho solicitando o adiamento da discussão por uma sessão.- 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 16/64, do vereador Coimbra Filho, instituindo por tempo de serviço e pagamento de licença-prêmio em dinheiro: adiada a discussão por uma sessão a requerimento dos vereadores Vitorio Tamaso, aprovado pelo plenário.- 4) Discussão e votação única da mensagem diga Mensagem Nº. 39/60 do Executivo Municipal, encaminhando planta de loteamento da Vila Jardim Santa Terezinha de Terreno Satelite, com pareceres contrários da Comissão de Justiça e para que o processo seja devolvido ao Executivo das Comissões de Serviços Publicos e Higiene: aprovados os pareceres das Comissões de Serviços Publicos e Higiene. Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar a explicação pessoal. O vereador Vitorio Tamaso diz que esta um terreno anexo ao Grupo Escolar de Nemoro que fora destinado para a construção do predio da Casa da Criança, motivo porque entendia que o edifício inacabado, existente atras da Igreja de Santa Benedita, deve ser demolido, aproveitando-se material para a construção de um predio novo no terreno primitivo. O vereador Caspare Montanelli se solidariza com o seu colega Walter Feldner, pela iniciativa que tomou no sentido de solucionar o problema social dos moradores do predio inacabado da Casa da Criança. O vereador José Geraldo Fernandes Filho também se congratula com seu colega Walter Feldner pelo interesse demonstrado pelo assunto. O vereador Carlos Alberto Florence solicita a Mesa da Câmara Municipal que, quando a Comissão de Justiça for opinar sobre o projeto de cassação de mandatos, exija as classes patronais e o comercio sobre a atuação extremista dos queixados dito acusados, e que a votação da materia seja de cisiva, para conhecimento de todos. O vereador Coimbra Filho diz se um absurdo exigir-se as classes patronais para acusação diga para cassação de mandatos, pois quem deve se pronunciar sobre o assunto é a Policia do Dops. Critica a atuação do ex-Governador Carvalho Pinto, que abandonou o predio da Casa da Criança, não tendo ali construido nem um tijolinho para proteção. Congratula-se com o Prefeito e com os funcionários municipais - Adolpho Feito e Osvaldo Nogueira, pelo serviço que estão executando de levantamento cadastral da cidade. Congratula-se tambem com o vereador Antonio Batista, pelo trabalho que realizou como Vice-presidente da Comissão de Esportes, cargo do qual se exonerou para não participar com medida chão como o atual presidente da Comissão, que nada faz e que atrapalha os que querem trabalhar em favor do esporte. Pede um apelo ao Prefeito para que exonere o presidente da Comissão de Esportes, que não vem fazendo nada. Congratula-se com o professor José Ennio Casalechi, por ter lecrido os seus alunos a sessão da Câmara Municipal, diz que o museu do Exército esta abandonado, e que o predio poderia servir para abrigar os moradores do edifício inacabado da Casa da Criança, e encerra suas considerações. O vereador Getulio Spinelli diz que a greve ocorreu em Sorocaba, dos metalurgicos, foi legitima e legal, tendo a policia estado no local sem qualquer repressão, pois não houve qualquer depredação. Diz estar admirado de que somente depois de 1 mês e meio da revolução um seu colega cometa a imbecilidade de propor a cassação de seu mandato, pois o fato de ter sido eleito não justifica a medida. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente se assoda aos votos de pesar aprovados pelo plenário, convoca os Srs. vereadores para proxima sessão ordinária a realizar-se no proximo dia 4 de junho diga junho, e encerra os trabalhos. Nada mais, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Ataliba de Queiroz, escrevano, a fiz escrever Attelio Giardini

Ata da 11ª. Sessão ordinária, do 1º. ano, da 5ª. legislatura realizada em 4 de junho de 1964.

Presidência do Sr. Attilio Sinbreiro
Secretariado por Attilio Giardini

Aos quatro dias do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sinbrei, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbrei às dezoito horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Attilio Sinbreiro, Ataulfo de Carvalho Rosas, Antonio Penolio, Antonio Medeiros Coelusta, Attilio Giardini, Carlos Alberto Florence, Getulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Filho, José Correia, Caspare Esta vam Montanelli, Vitorio Tamaso, Waldir Feldner e Walter Gaiano. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte:- A) Ofício do Sr. Estevão Ribeiro Scotelate, renunciando a representação ao mandato de 1º. Suplente do P.S.D., por motivo de transferência de residência para outro Município: "Aceita a renuncia, de acordo com o artigo 36, do paragrafo 1º, da Lei Organica dos Municípios. Anote-se e arquive-se". - 2) Ofício do Sr. Attilio Guilherme de Carvalho agrade-

cendo a homenagem que lhe foi tributada pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se". 3) «Mensagem do Prefeito Municipal: a) Nº. 17/64, encaminhando as informações solicitadas no requerimento Nº. 42/64, da Comissão de Finança:" junte-se a Mensagem Nº. 6/62"; - b) Nº. 18/64, encaminhando a declaração de bens do chefe do executivo:" A Secretaria da Câmara de acordo com os termos da Resolução Nº. 3, de 20-3-1952". - 4) Indicação Nº. 48/64, do vereador Waldir Neves, sugerindo ao chefe do executivo a organização do "Ficha Radiográfica Municipal": "Ao Sr. Prefeito". - 5) Requerimento Nº. 48/64, do vereador Antonio Serrão, congratulando-se com o prof. Armando Del Cardine, pela sua nomeação para o cargo de diretor da Escola Agrotécnica: "Aprovado". - 6) Requerimento Nº. 49/64, do vereador Coimbra Filho, pedindo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Laurenço Falsecchi: "Aprovado". 7) Projeto de lei Nº. 28/64, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer as despesas com a compra de um compensador de partidas para motor: "Às Comissões de Justiça e Finança". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente dá a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Abdulberto Costa Batista solicita da presidência que providencie o fornecimento de carteiras de identidade aos Srs. vereadores, e chega um apelo do chefe do executivo para que determine a execução de serviços de conservação em ruas asfaltadas municipais. O vereador Coimbra Filho congratula-se com os Radio Associados, pela a campanha "Ouro para o Bem do Brasil", encaminhada à Mesa a sua aliança e a de sua esposa. Bem como um cheque correspondente ao valor dia de serviço de ambos, e esclarece ser a sua contribuição para a referida campanha. Encaminha também à Mesa um atestado da Relegacia de Polícia, no qual se declara residir ele no município de Cunhal há mais de cinco anos. Explica em seguida, que o Sr. Etevaldo Ribeiro Protestato renunciou a primeira suplência do P.T.B. por ter transferido sua residência para outro Município. Encerra suas considerações dizendo que desde 1960 está acusando o chefe do executivo da administração passada, sempre com provas e documentos, e o que continua irá fazendo, declarando assim com o agradade o seu mandato. O vereador Antonio Batista tece considerações sobre as várias realizações do Sr. Governador do Estado e a frente da Comissão Municipal de Esportes, o qual vem cumprindo o programa traçado, tratalhando de vagar, sem alardes, mas com boa vontade, sendo injustas as críticas feitas a sua atuação pelo vereador Coimbra Filho, na última sessão. Diz, em seguida, que os prédios das agências dos Bancos Federal de Crédito e Brasileiro de Descontos não serão reformados, motivo porque o Prefeito deve interceder junto à direção dos mesmos para que façam uma reforma completa, pois o Bradesco vai construir, em Rio Preto da Boa Vista, um edifício de 10 andares, para a instalação de sua filial. O vereador Roberto Mastarelli diz que, dando prosseguimento ao programa de entrosamento com outros Deputados Estaduais, foram enviadas a eles várias cartas, cujos textos lê, solicitando que digo que encaminham junto ao Sr. Governador do Estado, no sentido de conseguirem a instalação, em Cunhal da Escola de Medicina Veterinária. O vereador Carlos Alberto Florence diz que esteve em Rio Preto, na Faculdade de Agricultura, tendo ali sido informado de que o Dep. Dario de Mena Serra vai instalar em Cunhal, no segundo semestre de 1964. Diz também ter estado na Secretaria da Segurança Pública, onde foi para tratar informações sobre o vereador Geraldo Pignelli e o Suplente Etevaldo Ribeiro Protestato, informações essas que estavam no respectivo processo, o que as quais solicitava fossem lidas no momento oportuno. O vereador Abdulberto Costa justificou a indicação de sua autoria, lida no Expediente, sobre a necessidade de serem mantidas bem conservadas as estradas municipais, durante todo o ano, mediante a aprovação devidamente total das mesmas, a proteção dos espaços como plantio marginal de erva-cidreira e a organização da "Ficha Radiográfica Municipal". Quanto à Escola de Medicina Veterinária, diz que as autoridades locais devem pleitear a instalação da mesma junto aos deputados. O vereador Geraldo Pignelli diz que o processo que trata da cassação de seu mandato estar com as alegações de defesas, mas estando pronto ainda para ser votado mas que se fosse incluído na Ordem do Dia pediria vista do mesmo, para tomar conhecimento dos documentos ali anexados. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou a passar, em seguida, à Ordem do Dia, que se constituia de seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 20/64, dos vereadores Abdulberto Costa e Antonio Batista, concedendo a pensão mensal a D. Arminda Ferreira da Rosa, compareceram favoraveis das Comissão de Justiça e Finança: Aprovado em 2ª. discussão e redação final, o requerimento do vereador Walter Juliano. - 2) Discussão e votação única do projeto de resolução Nº. 2/64, do Vereador Dr. Abilio Simbrio, dispondo sobre a fixação de gratificação para o Servidores da Câmara Municipal, compareceu favoraveis das Comissão de Justiça e Finança: Aprovado em discussão única e redação final, o requerimento do vereador Walter Juliano. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 27/64, do vereador Dr. Abilio Simbrio, considerando como relevantes os serviços prestados pelos antigos professores e servidores do Ginasio do Espirito Santo de Cunhal, comparecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 5/64, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer ao pagamento de desapropriação de área de terreno necessária à ampliação do cemitério Municipal, com pareceres digo pareceres favoraveis das Comissão de Justiça Finanças e Serviço Público: - aprovado requerimento do vereador José Geraldo Fernandes feito para que a proposição fosse devolvida ao Prefeito, a fim de que a renovasse caso pretendesse efetivar a desapropriação, visto ser o projeto de lei oriundo da administração passada. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 16/64, do vereador Coimbra Filho, instituindo adicional por tempo de serviço e pagamento de licença-pre-

mão em dosbate; adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Carlos Alberto Florence. - 6) Discussão e votação única da Mensagem nº 11/63, do Prefeito Municipal, diga Prefeito Municipal, encaminhando pedido de aumento de aluguel de imóvel pertencente ao Dr. Alberto Edmundo Baltasar, com pareceres contrário da Comissão de Justiça e para ser devolvido ao executivo da Comissão Finanças: aprovado o parecer da Comissão de Finanças. - 7) Discussão e votação única do requerimento nº 47/64, do vereador J. A. Coimbra Filho, solicitando a isenção, na ata dos trabalhos legislativos, do teor da sentença proferida pelo juiz de Direito da Comarca, na ação que a Prefeitura move contra o requerente, com pareceres favoráveis da Comissão Especial: aprovado o requerimento, sem consultar o voto do vereador Coimbra Filho que se absteve de votar. Esgotada a matéria em pauta, o sr. presidente anunciou ir passar a Explicação Pessoal. O vereador Waldir Teles diz que não pretendeu, com sua indicação sobre a melhor conservação de estradas municipais, bater a Prefeito, pois o mesmo ainda estava no início de sua gestão, que o chefe do executivo incorrer em erros futuramente, abordará oportunamente o assunto. O vereador Coimbra Filho diz que as contas de sua gestão à frente da Comissão de Esportes foram aprovadas pela Diretoria, e que agora os vereadores precisam estudar com muita atenção a prestação de contas da administração passada, onde existem inumeras irregularidades, tais como a apropriação indébita dos descontos feitos dos servidores municipais em favor da previdência Social, e que não foram recolhidos; Fraqueza do saldo financeiro constante do balanço financeiro, pois passaram mais de 16 milhões de cruzeiros de ordem; volta de pagamento de títulos da S. A. M. D. U., de acôrdo com o convênio firmado, pois em 1961 o ex-prefeito gastou apenas Cr$ 136.278,00, sendo a venda de Cr$ 600.000,00; falta de divulgação de uma propriedade de agricola para a colonia de Lisa, pois o imóvel foi vendido por 2.2 milhões de cruzeiros, tendo a Prefeitura recebido apenas Cr$ 440.000,00, duvidando ainda de colher o adicional de 20%; demolição do prédio de Fonte feito de Educação "Candido Dome" e distribuição em vespera de eleição, do material dali retirado; venda de portas de ferro sem concorrencia pública etc. Encerra suas considerações dizendo que o ex-prefeito traiu seus companheiros de campanha logo no início de sua administração, quando na qualidade de líder da derrubada do Nelson Edmundo Baltasar do Hospital "Francisco Pessoa"; abandonou-os, na última hora, aqueles que o apoiaram. O vereador Rozare Martinelli diz ter votado favoravelmente ao requerimento Nº. 47/64, do vereador Coimbra Filho, entendo porém que as queixas porque devem ser levadas da Câmara Municipal, e que os vereadores devem trabalhar em favor da atual administração, uma das melhores dos ultimos tempos. Convidado, em seguida, na qualidade de suplente, o presidente da Câmara e os demais vereadores para comparecerem a festa de Santo Antônio, no próximo dia 11. O vereador Sebastião Batalha diga Batista louva o gesto de seu colega Coimbra Filho contribuindo para a campanha "Ouro para o Bem do Brasil". Protestou em seguida contra o jornal "Última Hora" que insiram em suas colunas um artigo dizendo que em Sinimbú os operários estavam sendo mal tratados, o que é uma deslavada mentira. Fez, sobre o assunto, varias considerações e aplaudiu que o Dr. José Queiroz Nunes Garcia, promotor da Comarca, tem atuado sempre na defesa dos bens diga interesses dos trabalhadores principalmente dos operários, desempenhando com correção e brilhantismo a suas atribuições legais, atendendo todas as reclamações que lhe tem sido dirigidas. O vereador Silvio Farias diz que os vereadores devem fiscalizar bem favor do Sinimbú, com amor e dedicação, e não prejudicar como o vereador Coimbra Filho que várias vezes atacou a administração passada, falando do ex-prefeito de corrupto. Diz que o Município não lucra nada com isso, e que o vereador Coimbra Filho se esqueceu da parte boa do ex-prefeito Antônio Costa, que sempre dispensou o recebimento de seu salários e quando proveder da Santa Casa trocava, por sua conta os pneus da ambulância. Ninguém mais querendo usar da palavra, e posto em votação, sendo rejeitado, o requerimento Nº 50/64, do vereador Carlos Alberto Florence solicitando a realização de uma ordinária, para discussão e votação do projeto de resolução nº 1/64, dispondo sobre a cassação de mandatos. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convoca os srs. vereadores para próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 17 vindouro. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, - Edmundo de Lima, escrivão executivo da Câmara Municipal de Pindaí, a fiz rascunhar. Transcrevendo a que se refere o requerimento nº 47/64, do vereador Coimbra Filho: "Alegado. Estados, reconhecendo Réu seu dever de prestar contas e assim o fez, na forma contestas dos autos, juntando em apenso, dois volumes cotalogados comprovante da despesa. Os peritos ressaltaram as falhas de alguns documentos, relembrado que as contas não estão prestadas em forma mercantil, como determina a lei. Resultado provado, interessante pelas as testemunhas ouvidas que a forma adotada para prestar suas contas, pelo réu, foi a mesma praticada pelos os membros das Comissão que antecederam sua gestão, frente a Comissão de Esportes, e que ele réu, por não ter o Prefeito nomeado os demais membros deu conta da "Comissão" sozinho, e culpa por isso não lhe cabe. Outrossim, sendo que seu esforço foi reconhecido e louvado pelo o Prefeito, conforme se vê no ofício de folhas 26, onde as palavras as expressões como essas: "desempenho com brilhantismo, com grande eficácia e elevado espírito público, realizando varios e importante melhoramentos no Estádio Municipal" Dr. Fernando Costa." Não fez prova o Autor de qualquer dislise ou improbidade. Não gestão do réu, apenas não se conformo com a prestação de contas feitas pelo mesmo estar em forma mercantil pelas as falhas de alguns componentes. As explicações dadas pelos

" pentes e pelo o Réu, em seus depoimentos, esclarecem satisfatóriamente essas falhas, de mo- "
" do a que também esses documentos sejam aceitos como comprovantes de despesas. É preciso não "
" esquecer que se trata de uma administração que sucede a exemplo das anteriores, de ma- "
" neira de prestação de contas não sendo, por isso, de exigir-se, a rigor a forma mercantil "
" impecável, da inobservância da forma simplesmente, por si só, na exatidão das contas, desde "
" que apresentáveis (Rev. Trib., 274/395). O que é necessário é que as contas ofereçam com sufi- "
" ciente clareza o desenvolvimento da administração e o resultado final, de modo que os interessados "
" possam discutir o seu conteúdo, e lhe dêem a idônea defesa do direito de discussão, conforme "
" nos ensina Aroaci Amaral Santos (Atos Comentados do Código Segueira, 2ª tomo, 2ª "
" tiragem, nºs 97 página 432). A forma mercantil tem por escôpo facilitar a verifi- "
" cação das contas. Não observada pelo o réu, pode o Autor aferi-las em substituição "
" conforme orienta o Prof. Jorge Americano, no seu "Comentário do Código de Processo Civil "
" do Brasil", 2º Volume, pagina 96. A impugnação das contas, como se vê, não tem "
" qualquer fundamento e nenhuma prova foi produzida pelo Autor, no sentido de "
" invalidar a demonstração feita pelo o réu e de que as circunstâncias expostas é acu- "
" tu por este juiz. Em vista do exposto e do mais que dos autos consta, Julgo Boas as "
" contas prestadas por José Antonio Coimbra Filho, referentes a sua gestão no período "
" 20 de janeiro de 1960 a 3 de Novembro de 1961, junto a Comissão Esporte. Arbitro para "
" perito, pela seu honorários a quantia de Cr$ 5.000,00. Custas na forma da lei. para digo "
" Para ser publicada pelo Juiz da Comarca de Limbal, Sta São Paulo, aos Limbal. "
" 15 de abril de 1967. - Assinado" Nilo Guilherme de Lorenzi"

Attilio Garcieni

Ata da 5ª. Sessão extraordinária do 1º ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Limbal, realizada em 11 de Junho de 1964.

Presidência do Vr. Attilio Limbrico.
Secretariado por Attilio Garcieni

Aos onze dias do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e quatro, neste acidade de Limbal, Estado de São Paulo no Gapo Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Limbal, às nove horas, procedeu-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Attilio Limbrico, Adalberto Costa, Attalio de Carvalho Rosas, Antonio Peixoto, Antonio Medeiros Medeiros Batistas, Attilio Jacobini, Getulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Angelo Fernandes Leite, José Soares, Tiago Tomaso Walder Gioia, Walter Faliano e Carlos Alberto Florence. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo crucificado. O Sr. presidente, após comunicar que o vereador Adalberto Costa havia desistido do restante da licença, e que o Suplente do P. R. C., Sr. João Vieira, havia solicitado 15 dias de licença, continuando no exercício da vereança o Sr. Carlos Alberto Florence, anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 29/64 do vereador Attilio Limbrico, considerando como relevantes os serviços prestados pelos antigos professores e servidores do Ginásio do Espirito Santo de Limbal, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado em 2ª discussão e dispensada da redação final requerimento do vereador Walter Faliano. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei Nº. 28/64, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para acorrer às despesas com a compra de um compensador de potência para motor, com pareceres favoráveis das Comissão de Justiça e Finanças: aprovado. - 3) 1ª discussão e votação única do projeto de resolução Nº. 1/64, do vereador Carlos Alberto Florence, dispondo sôbre a cassação de mandato de vereador, com parecer da Comissão de Justiça: o Sr. presidente esclareceu ser necessário, para aprovação do projeto, o voto de 2/3 dos vereadores que constituem a Câmara. O vereador Carlos Alberto Florence solicita aos seus colegas que aprovem a propositura, desagravando assim as famílias pinhalenses, que não podem ter como legisladores indivíduos que traem a Pátria e sufocam as liberdades. Afirmou que a revolução derrubara os políticos que sepre corrompiam a democracia. Protestou contra a atitude de seu colega Adalberto Costa, que reassumiu o mandato apenas para evitar que o orador discutisse e votasse o projeto mas graças existência de homens dignos como o suplente João Vieira, ali estava para defender a seja proposição. Fez várias considerações sôbre as atividades subversivas do vereador Getulio Spinelli, que chefiou greve junto com outros elementos extremistas e expressa sua revolta contra todos os elementos pernicioso que querem fazer o Limbal retroceder. O vereador Getulio Spinelli pronunciou um longo discurso, defendendo-se das acusações que lhe foram imputadas, afirmando jamais ter sido um elemento subversivo, atualisando a legalidade da greve da qual participou, tecendo comentários sôbre a legislação que regula a cassação de mandatos, criticando a atitude da Comissão de Justiça com referência à tomada de depoimentos de industriais e operários bem e procurando demonstrar serem insubstantes e falsas as acusações contidas no processo em discussão e as formuladas pelo vereador Carlos Alberto Florence, o qual pretendia apenas fustigá-lo a cadeira como Suplente que é do bancada do P. R. C., e sob cuja siga a sua orientação, feita por escrito, anexada ao projeto de resolução Nº. 1/64. O vereador José Geraldo Fernandes Leite formulou um protesto contra as declarações de seu colega Getulio Spinelli pois a Comissão de Justiça não conseguiu qualquer declaração a força ou mediante coação, tendo tudo sido feito com a maior liberdade e de maneira expontânea. O Vereador Tomaso diz que, como Membro da Comissão de Justiça não coagiu ninguém, tendo agido com imparcialidade, e que o vereador Getulio Spinelli se condenou pela sua violência ao acusar os seus colegas de maneira injusta, motivo por que falaram mais veemente protesto contra tal atitude. O vereador Antonio Batista diz não ter gostado das palavras de seu colega

Getulio Spinelli, contra a cassação digo contra as quais protestaram, mas que votaria contra a cassação de seu mandato por serem as informações do DOPS favoráveis ao referido edil. O vereador Cyro Filho protestou contra as palavras de seu colega Getulio Spinelli, afirmando entretanto que votaria contra a cassação de seu mandato, por entender que o processo deveria ser julgado pelo Conselho de Segurança Nacional, a quem sempre apreciar a matéria e se isso fosse feito o assunto seria julgado com justiça, pois confiava e acreditava no Governo do Marechal Castello Branco. O vereador Atlanto de Carvalho Passos diz ter sido dos primeiros a contra digo falar contra a antiga administração federal e como partidário da revolução vitoriosa, votaria pela cassação do mandato do vereador Getulio Spinelli, pois segundo o que consta do processo, êste membro do Legislativo realmente exerceu atividades subversivas, e de sua atitude, pronunciando um discurso violento, de ataque aos seus colegas, espelha o seu espírito de agitador. Frequer, em seguida, que a votação do projeto de resolução Nº. 1/64, seja nominal, o que é acolhido pelo plenário. O vereador Waldir Seres diz não ser contra nem a favor do edil Getulio Spinelli, agindo sempre de acôrdo com os princípios que defende. Afirma que os depoimentos individuais e de entidades particulares, constantes do processo, não devem prevalecer sôbre as informações fornecidas pelo DOPS, e se êste falhou na recuperação da Sindicância pertence ao vereador Getulio Spinelli, inocentando-o êste, a Câmara Municipal não pode votar a cassação do mandato do referido edil. Encerra suas considerações dizendo que vota contra a cassação do mandato do citado vereador. O vereador Attilio Giardini informa que essa votação pela rejeição do projeto de resolução, pois não poderia ir contra a informação do DOPS, que inocenta o vereador Getulio Spinelli. Em seguida, pôsto em votação o projeto de resolução, votaram pela sua aprovação os vereadores Atlanto de Carvalho Rocha, Carlos Alberto Teixeira, José Geraldo Fernandes Fitto, Vitorio Tamasso e Walter Feliciano. Votaram pela rejeição do projeto de resolução Nº 1/64, os vereadores: Adalberto Costa, Antonio Costa digo Antonio Gomes Filho, Antonio Medeiros Batista, Attilio Giardini, Getulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Ferreira e Waldir Seres. Foi assim rejeitado, por 8 votos contra 5 o projeto de resolução Nº. 1/64. Rejeitada a matéria em pauta o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Atlanto de Carvalho Passos diz estranhar e protestar contra a atitude de alguns de seus colegas, que não tendo coragem suficiente para tomar atitude, acenderam uma vela a Deus e outra ao diabo, pois sendo favoráveis à cassação do mandato do vereador Getulio Spinelli, votaram contra a medida. O vereador Antonio Batista diz que as palavras do vereador Atlanto de Carvalho Passos não se aplicavam a êle, pois se manifestara e votara contra a cassação do mandato do edil Getulio Spinelli. O vereador Getulio Spinelli diz que quando pronunciou o seu discurso estava um tanto contrariado, tendo alegado ainda a Comissão de Justiça, sem que tivesse a intenção de faze-lo. O Sr. presidente convoca os Srs. vereadores para uma nova sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da que estava se realizando, para 2ª. discussão e votação do projeto de lei Nº 28/64. Em seguida encerra os trabalhos do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Attilio Giardini Secretário da Mesa, a escrevi.

Attilio Giardini

Ata da 6ª. Sessão extraordinária, do 1º. ano, da da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Timbaúba, realizada em 11 de junho de 1964.

Presidência do Vr. Attilio Linheiro

Secretariada por Attilio Giardini

Aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Timbaúba, Estado do Rio Grande, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Timbaúba, logo após o término da 5ª. Sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores verificou-se a presença dos seguintes:- Attilio Linheiro, Atlanto de Carvalho Passos, Antonio Medeiros, Antonio Nadeiros Batista, Attilio Giardini, Getulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Fitto, José Ferreira, Vitorio Tamasso, Waldir Seres, Walter Feliciano e Carlos Alberto Teixeira. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, passando-se à Ordem do dia que se constituia do seguinte:- Item único. - Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº 28/64 do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer as despesas com a compra de um compensador de partida para motor, com pareceres favoráveis das Comissão de Finanças e Justiça: aprovado em 2ª. discussão e dispensada da redação final a requerimento do vereador Attilio Giardini. Em seguida passou-se à Explicação Pessoal. O vereador Coimbra Filho declarou que não foi e nem esta fazendo oposição ao Prefeito Municipal, tendo pelo contrário elogiado várias vêzes a atuação do chefe do executivo. O vereador Vitorio Tamasso se congratulou com os seus colegas pela aprovação do projeto autorizando a compra de um compensador para o motor do serviço de agua, o que evitara ficar a cidade sem o abastecimento de líquido. O vereador Waldir Seres diz que, na qualidade de presidente do Asilo de Mendicidade fez uma visita à Fabrica Calembo a fim de solicitar a colaboração dessa entidade para aquela instituição assistencial, dando assim cumprimento ao plano elaborado no sentido de conseguir aumentar a renda para manutenção, mediante o auxilio e contribuições do comércio, indústria e particulares. Disse que em virtude de ter ido a Recife, a serviço da Prefeitura, esclarecer, naquela oportunidade, que iria consultar a direção da firma em São Paulo, e que depois se pronunciaria sôbre o assunto. Esclarece o orador que até o dia 11 de junho não tinha recebido qualquer resposta sôbre o assunto, tendo porém sido informado pelo Sr. Odfredo Vieira Lisboa, numa reunião política do P.S.D., que o Asilo de Mendicidade é uma desorganização, pois tinha recebido cr$ 2.000,00 para essa instituição, a qual anteriormente não procurara receber. O orador lamenta o seu protesto e diz que o Sr. Odfredo Vieira deveria levar os cr$ 2.000,00 ao Asilo, pois essa importância não lhe faz

tença. O vereador Antonio Batista diz ter estado presente na reunião do 1.º A. a que se referiu o seu colega, tendo ouvido o Sr. Alfredo Vitta dizer que não tinha sido procurado pela direcção do Asilo de Mendicidade, o donativo de 2.000$00 enviado pela mulher do Ministro Salomão, não tendo porém feito qualquer referência desagradável à organização dessa entidade assistencial. O vereador Valdir Peres diz que deixou a explicação de seu colega, mas que se o Sr. Alfredo Vitta se referiu desagradavelmente diga desabridamente ao Asilo de Mendicidade, que não o faça mais. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convoca os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se em data de 18 de junho e encerra os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenógrafo de turno, secretário, a fiz escrever.

Attilio Giardini — Hermínio Coutinho

Acta da 7ª. Sessão extraordinária, do 1º. ano, da 6ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 2 de Julho de 1964

Presidência do Sr. Attilio Pinheiro
Secretariada por Attilio Giardini

Aos dois dias do mês de Julho de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, às dezenove horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Pinheiro, Antonio Fonseca, Antonio Medeiros Batista, Attilio Giardini, José Geraldo Fernandes Vitta, Vittorio Tamasso, Waldir Peres e Walter Juliano. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio, em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Passou-se, em seguida, à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: Item Único — Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 19/64, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito especial para o pagamento de despesas com a reforma de um Teatro, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado em 1ª. discussão. Em seguida o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para uma nova sessão extraordinária para logo após o término da que estava se realizando para votar, em 2ª. discussão, o projeto de lei nº. 19/64, e anunciou ia passar à Explicação Pessoal. O vereador Vittorio Tamasso se congratulou com os seus colegas pela aprovação do projeto de lei nº. 19/64, visto ser o Teatro necessário e indispensável ao Município, para os serviços de conservação melhoria e retificação das estradas municipais. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenógrafo de turno, secretário, a fiz escrever.

Attilio Giardini — Hermínio Coutinho

Acta da 8ª. Sessão extraordinária, do 1º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 2 de julho de 1964.

Presidência do Sr. Attilio Pinheiro
Secretaria da por Attilio Giardini

Aos dois dias do mês de julho de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, logo após o término da 7ª. Sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Pinheiro, Antonio Fonseca, Antonio Medeiros Batista, Attilio Giardini, José Geraldo Fernandes Vitta, Vittorio Tamasso, Waldir Peres e Walter Juliano. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Passou-se à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: Item Único — Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 19/64, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito especial para o pagamento de despesas com a reforma de um Teatro, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças, aprovado em 2ª. discussão e dispensado de redação final a requerimento do vereador Walter Juliano, acolhido pelo plenário. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 16 vindouro, e encerrou os trabalhos em seguida. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenógrafo de turno, secretário, a fiz escrever.

Attilio Giardini — Hermínio Coutinho

Acta da 12ª. sessão ordinária, do 1º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 16 de julho de 1964

Presidência do sr. Attilio Giardini
Secretariada por José Antonio Coimbra Filho

Aos dezesseis dias do mês de julho de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, as dezenove horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Orlando de Carvalho Gouveia, Antonio Fonseca, Attilio Giardini, José Antonio Coimbra Filho, José Ferreira, Rizzaro Ciferani Rinaldinelli, Vittorio Tamasso e Walter Juliano. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio, em homenagem à imagem do Cristo crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Requerimento nº. 53/64, do vereador Vittorio Tamasso, no sentido de se solicitar ao Governador do Estado o restabelecimento do ramal ferreo de Sinbal, da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro: "cópia do"; - 2) Remagem nº. 20/64, do Prefeito Municipal, encaminhando sua publica declaração de bens; "A Secretaria da Câmara", de acordo com os termos da Resolução nº. 3 de 20-3-1953; 3) Projeto de lei do Prefeito Municipal - a) Nº. 29/64, dispondo sobre autorização para recebimento de doação de uma faixa de terreno: "A Comissão de justiça e Serviços Públicos"; - b) Nº. 30/64, dispondo sobre a cessação de alterar de licença da Sonegadora de produtos ou gêneros alimentícios "A Comissão de justiça."; - c) Nº. 31/64, autorizando o Municipio a receber auxilio financeiro para

sua aplicação na reforma do matadouro municipal: "A Comissão de Justiça", - d) Nº. 321/64, dando crédito especial para ocorrer às despesas de contrato para a elaboração do Plano Diretor do Município. As Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente concedeu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Adauto de Carvalho Rosas formulou um requerimento que foi aprovado, propondo um voto de louvor pela passagem da mais um aniversário, em 9 de julho, do aniversário da Revolução Constitucionalista, lamentando que Sombal não tivesse comemorado essa data magna. Aplaudiram, em seguida, o requerimento de seu colega Vitório Tomaso, sôbre a volta do ramal da companhia Mogiana, pois não se conformava com a supressão do mesmo. Expressou o seu ponto de vista de que todos devem colaborar para se conseguir, junto ao Govêrno do Estado, o restabelecimento do ramal férreo de Sombal. Aformou em seguida, que o funcionalismo municipal reclama melhores salários, pois uma grande parte dos servidores do Município não recebe nem mesmo o salário-mínimo. Afirmou não ser possível um servidor municipal viver atualmente com ordenado que varia de 19 a 28 mil cruzeiros mensais. Encerrou suas considerações afirmando que delegacia pagou um extraordinário entre a Câmara e o Prefeito, para a solução do assunto, pois aumento de salário é matéria privativa do chefe do executivo. O vereador Vicente Martinelli apoiou as considerações do seu colega Adauto de Carvalho Rosas, e afirmou que realmente há necessidade de melhoria dos salários do pessoal da Prefeitura, pois os servidores municipais ganham tão pouco que até é difícil se para lo poder público, mesmo por que o Prefeito deveria tomar providências sôbre o assunto. Usou em seguida, dentas dos deputados Aug de Almeida Barbosa, Renato Bordino e Ismael Alcalde pedindo informação sôbre o trafêgo que realizavam em favor da instalação, em Sombal, da Faculdade de Medicina Veterinária. Prosseguindo, aformando que esta fôra a sua primeira emenda modesta, esperando que os outros também fizessem o mesmo, pois estava um pouco decepcionado com atual administração, visto que os diretórios locais estavam se pleiteando apenas com nomeações de funcionários. Setembrino, em seguida, o 176º. aniversário da Revolução Francesa, ocorrido em 14 de julho, e lamentou que os homens, ao invés de se unirem e se auxiliarem mutuamente, estivessem que atormentar-se e destruindo cada vez mais. Consumou, em seguida, o cronista Moraes, pelas críticas tecidas e com requerido de ofício feitas a atuação dos vereadores, no jornal local "A Folha de 28 de junho último. Protestou contra a atitude do citado jornalista, que fez críticas improcedentes e encerrou suas considerações. O vereador Jaimira Filho formulou um requerimento que foi aprovado propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Pacheco Rudge e D. Julia Jorge Tebet, em seguida, considerações sôbre a supressão do ramal férreo de Sombal e as deficiências acusadas pelo diretório municipal do P.S.D. para consertar o seu restabelecimento, além da entrelaçação da Faculdade de Medicina Veterinária e o afastamento da estrada de rodagem que as diversas do município de Andradas. Aformou que o vice prefeito do go sa-vice- prefeito Flavio Mondadeiro impedia a retirada dos trilhos quando o ramal foi suprimido, mas hoje não tem quem impeça, pois as reivindicações dos políticos locais são apenas no sentido de se conseguir promoções de funcionários. Encerrou suas considerações dizendo que os políticos devem se esquecer dos empregos e reivindicar coisas de interesse para o Município. O vereador Vitório Tomaso Siqueira pediu e obteve aprovou a inserção na ata de voto de pesar pelo falecimento de D. Elbrina Siqueira e do Sr. José Ramalho Moraes Flores. O vereador Walter Galvano solicitou ao presidente fosse renovado o pedido feito anteriormente ao Prefeito, para que enviasse à Câmara dados sôbre os loteamentos do emprêsa de imobiliárias e proprietários, pedido êste que não foi ainda atendido pelo o chefe do executivo. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte:- 1) Terminou discussão e votação do projeto de lei Nº. 29/63, do ex-vereador Elevziano Rodrigues, dispondo sôbre a isenção de isenção do imposto de sisa nas aquisições feitas por industriais, com pareceres favoráveis das Comissão de Justiça e Finanças e emendas do vereador José Geraldo Fernandes Leite: aprovado o projeto com as respectivas emendas.- 2) Terminou discussão e votação do projeto de lei Nº. 25/64, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre aumento de pensões municipais, com parecer favorável da Comissão de Justiça, substitutivo do vereador Coimbra Filho e parecer da Comissão de Finanças favorável ao substitutivo: Aprovado o Substitutivo.- 3) Terminou discussão e votação do projeto de lei Nº. 3/64, do vereador Coimbra Filho, concedendo aos operários municipais os direitos da legislação trabalhista, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças e com substitutivo da Comissão de Serviços Públicos: aprovado o substitutivo.- 4) Terminou discussão e votação do projeto de lei Nº. 16/64, do vereador Coimbra Filho, instituindo adicional por tempo de serviço e pagamento de licença-prêmio em dinheiro (incluido na Ordem do Dia sem parecer, de 8 de setembro com o requerimento Nº. 321/64, aprovado na sessão de 8-5-1964): aprovado o projeto, com exclusão do artigo 5º., que foi rejeitado.- 5) Discussão e votação única da mensagem Nº. 81/64, do Prefeito Municipal, encaminhando pedido de cessão de livros da Biblioteca Municipal, feito pelo Centro Estudantil "Euclides Bueno de Oliveira" com parecer contrário da Comissão de Justiça: aprovado o parecer da Comissão de Justiça. Esgotada a materia em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Vitório Tomaso agradeceu o apoio ao seu requerimento sôbre o restabelecimento do ramal férreo de Sombal, e afirmou que o povo se unirá e evitará a retirada dos trilhos, não tendo porem, posteriormente, sido feito nenhum trabalho no sentido de se conseguir novamente o seu funcionamento, o que entretanto deveria ser providenciado agora. Referindo-se a vinda ocorrida pelo Diretório Municipal da "Folha", em que o articulista ataca os vereadores de emissão tão incompetentes, afirmou que era incompetente, mas para votar leis prejudiciais ao Município

como votaram outras Câmaras. O vereador Alcanto de Carvalho Rosas disse que os vereadores e o Prefeito devem pedir uma audiência ao governador do Estado para felicitarem a volta do ramal da Companhia Mogiana, de acôrdo com a promessa feita pelo Sr. Heltemar de Barros quando candidato. Depois disso em seguida, a crônica inerente na "A Folha" na qual foram feitas as queixas à Câmara Municipal, pois esta tem trabalhado intensamente. O vereador Eugênio Martinelli continuou a todos para que protestassem contra as queixas injustificáveis e improcedentes que foram feitas à atuação da Câmara. O vereador Antônio Sendão manifestou-se favorável à formação de uma comissão de vereadores para tratar, junto ao governador do Estado, da volta do ramal férreo de Sumaré, e seguindo também que todos telegrafassem ao chefe do executivo estadual solicitando essa providência. O vereador Coemba Fúlio disse que por motivo de economia a administração passada retirou os canos da adutora do Bertins, e que agora estava faltando água na cidade. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para uma Sessão extraordinária, a realizar-se logo em seguida, para votar, em 2ª discussão os projetos de lei de nrs. 29/63 e 25/64, sessão essa que não chegou a ser feita por falta de número legal. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos da sessão, para constar foi lavrada a presente ata, Eu, Idamelino de Queiroz, escriturário, a fiz escrever.

Attilio Giardini

Ata da 9ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sumaré, realizada em 23 de julho de 1964.

Presidência do Sr. Attilio Sendrino
Secretariada por Attilio Giardini

Aos vinte três dias do mês de julho de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumaré, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Sinbreiro, Antonio Sendão, Attilio Giardini, Petulio Esperelli, José Antonio Coemba Fúlio, Eugenio Martinelli, Vitorio Jamaio e Walter Fulgineo. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Feito um minuto de silêncio, em homenagem à imagem do Divino Crucificado. Passou-se à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nrs. 29/63 do ex-vereador Ederaro Rodrigues, dispondo sôbre isenção de impôsto de sisa para aquisições feitas por industriais, com parecer da Comissão de Redação: aprovado em 3ª discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Vitorio Jamaio. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nrs. 25/64, do vereador Coemba Fúlio, dispondo sôbre o aumento de pensões municipais, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças; aprovado em 2ª discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Vitorio Jamaio. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nrs. 31/64, do Executivo Municipal, dispondo sôbre autorização para o município receber um auxílio financeiro de 1 milhão de cruzeiros, a ser aplicado na reforma do matadouro municipal, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado. Esgotada a matéria em pauta o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para uma nova Sessão extraordinária para logo após o término do que estava se realizando, a fim de ser votado, em 2ª discussão, o projeto de lei nrs. 31/64. Em seguida encerrou os trabalhos dos quais, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Idamelino de Queiroz, escriturário, a fiz escrever.

Attilio Giardini

Ata da 10ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sumaré, realizada em 23 de julho de 1964.

Presidência do Sr. Attilio Sendrino
Secretariada por Attilio Giardini

Aos vinte três dias do mês de julho de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumaré, logo após o término da 9ª sessão extraordinária, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Sinbreiro, Antonio Sendão, Attilio Giardini, Petulio Esperelli, José Antonio Coemba Fúlio, Eugenio Martinelli, Vitorio Jamaio e Walter Fulgineo. Havendo número legal foram abertos os trabalhos, passando-se à Ordem do Dia que se constituia do seguinte: Segunda discussão e votação do projeto de lei nrs. 31/64, do Executivo Municipal, dispondo sôbre autorização para o Município receber um auxílio financeiro de 1 milhão de cruzeiros, a ser aplicado na reforma do matadouro municipal, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado em 2ª discussão e dispensada a redação final, a requerimento do vereador Walter Fulgineo. Em seguida o Sr. presidente anunciou a passar à Explicação Pessoal. O vereador Coemba Fúlio afirmou não estar fazendo oposição sistemática à atual administração, pois sempre votou favoravelmente os projetos de lei de interesse público, não sendo também demolatra, como afirmara um vereador após o término da sessão de dia 16 de julho. Afirmou que o projeto de lei concedendo isenção de sisa para as indústrias esteve engavetado por muito tempo, só vindo a ser discutido agora por que existia, na Câmara, um vereador que buscava mais o interesse pessoal do que o interesse do povo. Encerrou suas considerações dizendo que nunca votou projetos de lei de seu interesse pessoal, e que assim também deviam proceder os vereadores, votando sempre de acôrdo com a consciência, e não segundo os interesses pessoais ou particulares de cada um. O vereador Eugenio Martinelli solicitou ao presidente que convocasse as sessões extraordinárias para as 11,30 horas, pois o horário das 19 horas era muito cedo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 6 de agôsto vindouro, encerrando os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Idamelino de Queiroz, escriturário, a fiz escrever.

Attilio Giardini

J. J. Braga

Acta da 13ª. Sessão ordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 6 de agôsto de 1964.

Presidência do Sr. Aflitto Cunhoiro
Secretariada por Attilio Giardini

Aos seis dias do mês de agôsto de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Aflitto Cunhoiro, Antonio Fonseca, Antonio Cyriaco Batista, Attilio Giardini, Catulio Fanelli, José Antonio Pompa Filho, José Geraldo Fernandes Leite, Waldir Gomes, Waldir Galdino e Cassiano Estevam Scartonelli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida foi feito um minuto de silêncio, em homenagem à memória do Cristo Crucificado. Foram lidas, aprovadas e assinadas, as atas anteriores. Dando-se ao Expediente que constituiu do seguinte: 1) ofícios do Sr. Eduardo Ribeiro Prefeito: a) solicitando certidão das atas em que usou da palavra quando vereador: "Esclarique-se o que constar"; - b) indagando da Câmara se algumas vez manifestou, por atos ou palavras, idéias comunistas e subversivas contra o regime democrático, querendo colher a ordenança: "Dentro da manifestação da Câmara, exposição documento negativo". 2) indicação do vereador Antonio Cyriaco Batista: a) nº 49/64, sobre a necessidade de ser empregada, pelo Prefeito, a quantia de 5% previsto, no Convênio Alto Alegre "Ao Sr. Prefeito". - b) nº 50/64, sugerindo ao executivo a aplicação, com apôio do P.S.P., a criação em Pinhal de um ginásio noturno: "Ao Sr. Prefeito". - 3) Requerimentos: a) nº 55/64, do vereador Eduardo Rosas e outros, solicitando informações sobre a arrecadação e despesas da Municipalidade nº 1º semestre do corrente ano: "Ao Sr. Prefeito". - b) nº 56/64, do vereador José Geraldo Fernandes Leite, solicitando informações sobre a pulverização de lotamentos: "Ao Sr. Prefeito". - c) nº 57/64, dos vereadores Coimbra Filho e Cassiano Scartonelli, solicitando providências para a doação de terreno destinado à construção da Igreja do Bairro Santa Helena: "Ao Sr. Prefeito". - d) nº 58/64, do vereador Waldir Gomes, solicitando seja aumentada a verba concedida ao Parque Infantil: "Ao Sr. Prefeito". - e) nº 59/64 do vereador Waldir Gomes, solicitando a convocação de uma reunião conjunta com o Prefeito para esclarecimentos sôbre o espeque em Pinhal: "Aprovado o requerimento. A reunião será convocada oportunamente". 4) nº 60/64, do vereador Waldir Gomes, no sentido de se providenciar junto à Câmara Federal contra o aumento dos subsídios dos deputados: "Aprovado". - 5) Mensagem nº 28/64, do Prefeito Municipal, vetando o projeto de lei nº 26/64, dispondo sôbre aumento de pensões municipais: "À Comissão de Justiças para parecer". - 5) Projeto de lei nº 33/64, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a isenção de impostos a novas indústrias que se instalarem no Município: "À Comissão de Justiça e Finanças". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. oradores. O vereador Coimbra Filho pronunciou um longo discurso, afirmando que o Prefeito poderia ter vetado a lei que concedia isenção de impostos às industrias, mas que ao contrário, sancionou o projeto, deixando o orçamento alguns dias e depois veio pedir à Câmara o seu reforço, pensando que o legislativo iria acovardado ao executivo ou que a Câmara Municipal e extinta de sua fazenda. Disse que o Sr. Prefeito, ao pedir aumento de pensões municipais, esqueceu-se de mencionar de onde sairia o dinheiro. Afirmou que o Prefeito pediu autorização para assinar contrato com um engenheiro para elaboração do plano diretor do Município, mas que antes que a Câmara se pronunciasse, o chefe do executivo assinou o contrato e estava pagando o profissional. Afirmou que o Prefeito alega não ter dinheiro para pagar um aumento de pensões para as pobres viuvas, mas tem para pagar Cr$ 210.000,00 por mês para o engenheiro. Disse que o Prefeito Helio Nogueira Leite e um difusor que não dá confiança para a Câmara, e que a atual administração está contemplando para a decadencia do Município. Prosseguindo disse que o atual Prefeito não fez nada em 7 meses de governo, tendo apenas alimentado empates, não normalizou nem a existencia de um taquume de tijolos, bem no centro da cidade, numa construção, o que é prova de desleixo e ignorancia digo incompetencia, pois não temos nenhuma preferencia sôbre o assunto. Afirmou que o Prefeito está fazendo uma administração de patrulha, que não funciona, e que o povo está revoltado pelo fato da coleta do lixo ser feita um dia sim um dia não, trazendo prejuizos para o Município e para os municipes. Referiu-se à ponte da Rua Floriano Peixoto, demolida pela administração anterior, e afirmou que talvez fique sem construir até o final do quatriênio, pois o Sr. Prefeito atual não fez nada, visto que o governo Municipal está parado. Prosseguiu afirmando que o Prefeito está fazendo demagogia à custa do povo, pois mandou abrir crateras nas Ruas Nagima e Salmeirão, mas não colocou as manilhas, as quais foram destas levadas mas recebeu da última eleição. Criticou o chefe do executivo por ter transferido um mazagão para o cargo de fundeiro, o que é ilegal e impatriótico. Afirmou que a Prefeitura sempre deixou a desejar vendeu por preço aquem da tabela, sem pagar impostos, tendo, os comprador sido facilitados de cadastro, e que agora o Prefeito queria cassar e cancelar as concedidas, o que não é possivel. Referiu-se, em seguida, aos relatorios do Prefeito publicados na imprensa, salientando os de 15 dias em 15 dias, pois aí só se menciona capinhas de ruas, viagens de caminhão e outras coisas destinadas digo destituidas de maior importancia. Disse que não existe ponto para certos funcionário e que o Prefeito não cuida de coisas importantes, mas só de coisas corriqueiras. Afirmou que os bairros estão abandonados e indagou onde está a luz para as Ruas Centenario e São Sebastião, a agua e esgôto para outros bairros

Disse que a Prefeitura tem dentro do encarregado do Plano Diretor do Município, mas que não tem dinheiro para realizar obras de interesse público, e que o Prefeito só faz promessas. Prosseguindo, afirmando que o Prefeito Helio Nogueira Leite, deviam portaria nomeando Comissão para investigar aplicação de funcionários municipais de acordo com o Ato Institucional, mas que é necessário também, que se apurem as irregularidades da administração, mencionando o caso do trator Fiat, que teve um prejuízo de 196 mil cruzeiros ao Município, a venda de trilhos de ferro, sem concorrência pública e a falta de recolhimento de contribuições aos Institutos de Aposentadoria, tudo isso praticado no quatriênio passado, conforme informou o atual chefe do executivo em mensagem enviada à Câmara. Afirmou que os servidores municipais ficarem com direito de receber o salário mínimo, de acordo com a lei votada pela Câmara passada, mas agora que o salário mínimo foi elevado a Prefeitura não está pagando, e que é uma vergonha haver funcionário do Município recebendo apenas 42 mil cruzeiros por mês. Concerou suas considerações dizendo que o atual Prefeito este enganando o povo pensar que pode pagar, dos vereadores da Câmara, colegas seus. O vereador Waldir Soares referindo-se a um requerimento de sua autoria, apresentado anteriormente, pedindo providências para a redução do caso da Casa da Criança, cujo prédio se transformou num verdadeiro pardieiro, comunicou ao plenário que, de conformidade com os esclarecimentos prestados pelo Juiz de Direito da Comarca, o assunto estará resolvido até o próximo dia 11 de agosto. - **Ordem** - mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou a passar à Ordem do Dia, que se constitua da seguinte: - A) Segundo discussão e votação do projeto de lei nº. 2/64, do vereador Coimbra Filho, concedendo aos operários municipais os direitos da Legislação Trabalhista: aprovado em 2ª. discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Coimbra Filho. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 16/64, do vereador Coimbra Filho, instituindo adicional por tempo de serviço: aprovado em 2ª. discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Coimbra Filho. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 4/64, do vereador Antônio Batista, dispondo sobre a construção de prédios na parte central da cidade, com parecer favorável da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Obras e Serviços Públicos: aprovado. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 21/62, do ex-vereador Helio Nogueira Leite, autorizando a doação do prédio da Biblioteca e Museu "Dr. Nogueira Cézar" à Equipe Econômica Federal da Rio Grande, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Serviços Públicos. Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Walter Galvano se congratulou com o jornalista José Carlos de Andrade, diretor do jornal "O Araguaia" por haver relembrado a necessidade do cumprimento da lei municipal que determinou a colocação duma placa de bronze, com o nome do ex-prefeito, no prédio da estação de Tratamento de água. Afirmou ser lamentável que a lei que trata do assunto, votada em fevereiro de 1962, não tenha sido cumprida até agora, demonstrando assim que aquela que pouco contribuiu ou carregou com o ataúde do ex-prefeito Manoel Carla Jamalho, não estavam realmente sentidos, porquanto postergaram evidentemente o seu pouco caso para com o ilustre morto. O Sr. presidente também se congratulou com o jornalista José Carlos de Andrade, convocou os Srs. vereadores para a próxima Sessão ordinária, e nada mais tendo a tratar, declarou encerrada a presente sessão. Eu, Estenógrafo de turno, redigi-a, e Eu a escrevi. Aldilio Pinheiro

Aldilio Giardini

Ata da 14ª Sessão ordinária, do 1º. ano, da 6ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 20 de agosto de 1964.

Presidência do Sr. Aldilio Pinheiro

Secretariada por Aldilio Giardini

Aos vinte dias do mês de agôsto de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sinhal, Estado de Rio Fundo, no Edifício Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Aldilio Pinheiro, Adjunto de Carvalho Rosas, Antônio Serpico, Antônio Medeiros Batista, Attalo Giardini, Helio Porto Fernandes, José Antônio Coimbra Filhos, José Rogaldo Fernandes Leite, José Soares Siqueira Ribeiro, Milton Martinelli, Vitorio Tamasso e Waldir Soares. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio, em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Passou-se à leitura do Expediente, que se constituiu do seguinte: - 1) Requerimento: a) Nº. 61/64, do vereador Antônio Batista, no sentido de ser dirigido um cartão ao presidente Castello Branco para visitar Sinhal. Aprovado". - b) Nº. 62/64, do vereador Antônio Batista e outros, pedindo a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de louvor e congratulações ao jornal "O Estado de São Paulo" pelo projeto, em Sinhal, do filme "Roteiro dos Pampas": "Aprovado". 2) Mensagem do Prefeito Municipal: - a) Nº. 21/64, extendo o projeto de lei nº. 21/64, que institue adicional por tempo de serviço ao funcionalismo municipal: "À Comissão de Justiça"; - b) Nº. 30/64, extendo o projeto de lei nº. 2/64, que reconhece aos servidores extranumerários do Município os direitos da legislação trabalhista: "À Comissão de Justiça"; - c) Nº. 31/64, encaminhando à Câmara os talonários das mêses de junho e julho de 1964: "Ciente. A matéria fica à disposição das Comissões e dos Srs. vereadores, na Secretaria da Câmara"; - d) Nº. 32/64, encaminhando ofício do diretor do Colegio Divino Espirito Santo, solicitando a concessão gratuita de uma sepultura no cemitério municipal: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; - e) Nº. 33/64, respondendo ao pedido de informações feito no requerimento Nº. 55/64, do vereador Adjante de Carvalho Rosas e outros: "A consideração do plenário. Sendo requerido, arquive-se"; - f) Nº. 34/64, encaminhando à Câmara documentos da receita e des-

pso do exercício de 1964 e passando sem requerimento digo relatório funanceiro; "A Comissão de Finanças encarregada a leitura do Expediente, usou da palavra o Vereador Celso Porto Fernandes, afirmando que há mais de 10 anos o Município está procurando elaborar um novo código Tributário e realizar a reforma administrativa, não tendo porém alcançado êsse objetivo. Disse ainda, dizendo que agora vai ser possível, com a contratação de um elemento técnico, que foi indicado os serviços. Disse que Mogi Mirim vai gastar, para a elaboração de seu Plano Diretor, a importância de 13 milhões de cruzeiros, ao passo que Limbaí dispendera, para um trabalho idêntico, apenas cr$ 2.100.000,00 Afirmou serem infundadas as críticas do vereador Coamdra Filho feitas ao atual Prefeito pois êste jamais pretendeu convencer a Câmara com eloquência de sua palavra. Disse que se a Câmara não aprovar o contrato feito com o arquiteto, o compromisso terá de ser rescindido, bem quando qualquer projeto para o Município, pois não ser o da falta do Plano Diretor. Esclareceu em seguida, que o Prefeito vetara o projeto de lei que concedia aumento de pensões, mas que ia pagar os vencidos, a importância correspondente ao acréscimo, tirando-a dos seis duodécimos, isto até o fim do ano, quando então a matéria seria regularizada, juntamente com a situação dos demais funcionários municipais. Afirmou, em seguida que segundo informação do Prefeito, não existia nenhum funcionário ganhando 12 mil cruzeiros mensais, pois o servidor que mais ganha recebe cr$ 19.000,00. Disse que a Prefeitura vem gastando, com o pagamento ao funcionalismo, tudo que arrecada de imposto e taxas. Situação esta anormal que será corrigida com a reforma administrativa. Repetiu as acusações do vereador Coamdra Filho, sôbre as valetas abertas nas Ruas Norma e Jardim Palmeiras, afirmando que tais foram colocadas as manilhas, para a rêde de esgôto. Afirmou, em seguida, que todos os funcionários tem ponto e são obrigados a assinar ao diariamente. Referiu-se, em seguida, a ponte da rua Floriano Peixoto dizendo que a mesma custará mais de 4 milhões de cruzeiros e que o Prefeito está empenhado um auxílio do Govêrno do Estado para a construção, sendo certo outrossim que se espera mais um pouco, pois o executivo poderá se alcançar o seu objetivo, empregar a importância que iria tirar dos cofres municipais, em outras áreas de interêsse público. Disse que seu vereador Coamdra Filho tinha interêsse pessoais, como acusado mover, uma ação contra o Sr. Antônio Costa, no curso da verba de Freitas sem concorrência pública, e também contra o Sr. José Costa pela a compra de um trator Ford, pois êsse procedimento é prerrogativa exclusiva do Prefeito. Afirmou que se o veto do Prefeito ao projeto de lei que estende ao extranumerários municipais os direitos da legislação trabalhista, não for acolhido pela Câmara, o chefe do executivo terá que dispedir uns 50 trabalhadores pois a Prefeitura não tem recursos para pagar, no corrente ano, o salário-mínimo aos seus servidores. Encerrou suas considerações dizendo que o Prefeito está plenamente junto aos Governos da União e do Estado, a retificação da estrada Limbaí-Guariroba, a qual porteriormente será asfaltada com a inclusão no plano rodoviário Federal que prevê a ligação das estâncias". O vereador Adauto de Carvalho Rosas disse que a Escola Agronômica ainda não está funcionando, por falta de professores técnicos, pois não tem nenhum agrônomo, tendo ainda retirado de Limbaí o único veterinário que ali estava. Não sabe por que o Govêrno do Estado deixou a Escola ficar no estado em que se encontra. Referiu-se, em seguida, ao pretendido desaparecimento da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Limbaí dos armazéns da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, afirmando que não está certo a atitude do Prefeito e dos políticos locais, pois Limbaí não é produtor de cereais e nêle há interêsse da instalação ou ambos da Ferrovia, de armazéns da CAGESP. Encerrou suas considerações dizendo que se fôsse para voltar o ramal da Mogiana a funcionar, ainda haveria prejuízo para se desalojar a Cooperativa dos Cafeicultores, mas que não é isso que se pretende". O Sr. presidente concedeu a palavra, em seguida, ao Sr. Secretário, que procedeu a leitura do seguinte:- 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 4/64, do vereador Antônio Batista, dispondo sôbre a construção de prédios na parte central da cidade, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e Contrário da Comissão de Obras e Serviços Públicos: Tendo em seguida em virtude do acôrdo com requerimento do vereador Antônio Batista aprovado pelo plenário, 2) Discussão e votação única do veto do Prefeito Municipal ao projeto de lei nº 25/64 do vereador Coamdra Filho, dispondo sôbre o aumento de pensões municipais com pareceres da Comissão de Justiça opinando ser legal o veto e dedicando para o plenário deliberar sôbre a matéria: O vereador Raymundo Filho requereu, e o plenário aprovou, fôsse feita votação nominal, cujo resultado foi o seguinte: os vereadores Augusto de Carvalho Rosas, Aldélio Guardini, José Antônio Coamdra Filho, José Geraldo Fernandes Filho e Waldir Neves votaram pela rejeição do veto digo veto os Vereadores Antônio Fabrício Antônio Batista, Celso Porto Fernandes, José Ferreira, Ranyer Nantes Ulli e Vitório Fornaro votaram pela aprovação do veto e qual deu assim mantido por 6 votos contra 5. X Esgotada a matéria em tpauta, o Sr. presidente passou a Explicação Pessoal. O vereador Vitório Fornaro afirmou que quando a Câmara aprovou a lei que cria a Comissão do Plano Diretor, digo Plano de Municípios, já autorizara, nêsse de seus artigos, o chefe do executivo a contratar o pessoal técnico Mogiano, e por isso não estava certo que se chamasse o Prefeito de ditador. Referiu-se a Mogiana, esclarecendo que chefe da Ferrovia havia determinado, atendendo solici-

tação das autoridades locais, fosse suspensa a retirada dos trilhos, até que haja novos entendimentos com o Governo do Estado sôbre o assunto. O vereador Célio Goulo Barcanda declarou estar ausente dias sessões por algum tempo, mas que foi substituido por um ilustre suplente. Aformou que tendo sido convidado pelo Prefeito para comparecer à Câmara, e dar algumas explicações sôbre as críticas de seu colega Carmelita Filho, assim o fizera. Diz que nunca teve pathos, e que não fora mandado pelo Prefeito, pois sempre fôra independente, relembrando minha das legislaturas diz os legisladores anteriores fizeram sempre oposição ao ex-prefeito Raimundo Carlos Gonçalves, não duvidando entretanto de ser "um amigo pessoal". Disse o deputado de navegação, e que o Prefeito Célio Leite é um moço valoroso, que triunfará na vida particular e está se revelando como um administrador eficiente. Encerrou suas considerações dizendo que se fôr verdade que o ex-prefeito Antonio Costa vendeu a ex-vereador, sem concorrência pública, trilhos pertencentes do Município, votará contra a prestação de contas do exercício anterior, mas que não tem nada contra o ex-chefe do executivo e nem contra o vereador Ramos Filho, e que não tomará parte na luta de amanhã. O vereador Heitor Filho aformou que a ponte da rua Floriano Peixoto completou, em agôsto do corrente ano, o 1º aniversário de sua demolição, e que o atual Prefeito estava lá na época, prometendo que ela seria reconstruida dentro de 3 meses caso fôsse eleito, tendo feito apenas demagogia, pois não cumpriu a promessa. Afirmou que muitas das ruas da Vila Nova e Vila Giordani Saimunds estavam as valetas abertas, mas não colocaram manilhas. Recebeu o seu trabalho e afaçou em favor da volta do normal da Aragiama e aformou que o assunto ficou apenas em promessas do Sr. Governador, e que a Rosca que se pretende fazer, tirando as armações da Cooperativa para entrega-las a CREFSB, trará prejuizos para o Município, por quanto aquela firma recebe bonificação da Sunbal. Aformou em seguida, que o Prefeito é um ditador, que chegará ao cúmulo de prender os servidores municipais de acompanharem o grador de comparecem às sessões da Câmara, e que é uma prova da ditadura implantada no Município, pois o funcionário é livre e tem liberdade para ir onde quiser depois do horário de serviço. Disse que os servidores municipais já tem estabilidade e não podem ser dispensados pelo ditador, e que o Prefeito não é propriedade particular. Aformou que se o contrato do empenheiro do Morro Vermelho foi assinado, o Prefeito ouviu dem que pagar a impotência deveria. Encerrou suas considerações dizendo que o Prefeito soneglou aclidar atendendo em seguida aquelle que o procurou, o que era demagogia e que agora, pegando pensão de seus subsidios, está novamente fazendo demagogia. O Sr. presidente, Estabelecendo em seguida, que as autoridades locais estão em entendimentos com o Governo do Estado que sentido bde conseguirem a volta do assunto, o qual brevemente terá uma solução. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima Sessão ordinária, a realizar-se no dia 4 de Setembro vindouro, encerrou os trabalhos da que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Deputado de Lucio, secretário, a fiz escrever. Abilio Pinheiro Attilio Giardini

Ata da 15ª Sessão ordinária, do 1º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Sunbal, realizada em 3 de Setembro de 1964.

Presidência do Sr. Abilio Pinheiro
Secretariada por Attilio Giardini

Aos três dias do mês de Setembro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sunbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sunbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abilio Pinheiro, Adalberto Bortes, Adjunto de Carvalho Ramos, Antonio Fuzinelli, Attilio Giardini, Celio Goulo Fernandes, Fidelio Pignatelli, José Antonio Cavalcante Filho, José Ferreira, Octavio Estevam Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Leite e Walter Paliano. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte: 1) Telegrama do Deputado Ranieri Mazzilli, comunicando ter tomado conhecimento do ofício nº. 63/64, da Câmara Municipal: "Lente. Arquivar, se." - 2) Mensagem nº. 37/64, do Prefeito Municipal, convidando a Câmara para as festividades do "Dia da Pátria": "Ciente, comunicados os Srs. vereadores". - 3) Requerimentos: - a) nº. 63/64, do vereador Adalberto Bortes, solicitando licença até 21 de Setembro de 1964: "Concedida a licença. Convoque-se o 1º. suplente da respectiva bancada." (Há entrada, no plenário, presta o compromisso regimental e é declarado empossado, o suplente Rubens Rabacchi). - b) nº. 64/64, do vereador Victorio Tamaso, no sentido de se solicitar ao Deputado Arnaldo Cerdeira a agilização de verba orçamentária para a construção do prédio da Agência Postal Telegráfica de Sunbal: "Aprovado"; - c) nº. 65/64, do vereador Walter Paliano, no sentido de ser apresentado do guia de Receita da Comarca, as duas vindas da Câmara Municipal: "Aprovado"; - d) nº. 66/64, do vereador Walter Paliano, para ser oficiado ao "O Estado de São Paulo", solicitando a sua vinda, em Sunbal, de documentário Roteiro dos Sampas para os estudantes: "Aprovado". - e) nº. 67/64, da Comissão de Finanças, solicitando informações ao Prefeito sôbre o saldo financeiro transferido ao exercício anterior: "Ao Sr. Prefeito". - f) nº. 68/64, da Comissão de Finanças, solicitando informações ao Prefeito sôbre o saldo financeiro transferido ao exercício anterior: "Ao Sr. Prefeito". - g) nº. 69/64, da Comissão de Finanças, solicitando varias informações sôbre a aduanas, até 3-9-1964, do imposto de renda: "Ao Sr. Prefeito". - 4) Projeto de Lei nº. 34/64, do vereador Abilio Pinheiro, considerando como serviço público municipal os serviços prestados pelos professores e servidores do "Ginásio Esperia Bonito do Sunbal": "A Comissão de Justiça". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presiden-

te dar a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Waldir Leres formulou um requerimento, que foi aprovado, solicitando fosse oficiado ao Dr. Juiz de Direito da Comarca, congratulando-se com a Exma. pela solução dada ao caso dos indigentes que moravam no prédio em construção da Casa da Gravata. O vereador Rogaro Sbardinella congratulou-se por parte dos diretores das empresas Viação Bizzacchi e Estrada de Ferro Santa Catarina, pela inauguração da Estação Rodoviária Ipiranga, e ao mesmo tempo requereu a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de louvor a Adriano Guilherme e Ângelo Bizzacchi pioneiros do transporte coletivo rodoviário em Imbaú, sendo o requerimento aprovado pelo plenário. O vereador Pedro Porto Fernandes requereu, e o plenário aprovou, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edgard de Almeida Nogueira. O vereador Pedro Fonseca requereu, e o plenário aprovou, fosse oficiado à D. Paulina Araujo, comprometendo-a por haver completado suas bodas de ouro como jurista de caridade. Foi aprovado, em seguida, um requerimento do vereador Coimbra Filho, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Julio Barbosa Filho. O vereador Pedro Spinelli também formulou um requerimento que foi aprovado, no sentido de a Câmara cumprimentar o Banco de José Feronimo Coutinho Fiuccelli, pelo transcurso de seu aniversário. Em seguida o Sr. presidente comunicou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Discussão e votação única do veto do Prefeito Municipal ao projeto de lei nº 2/64, concedendo aos operários municipais os direitos da legislação trabalhista, com parecer da Comissão de Justiça dizendo para o plenário deliberar sobre a matéria: o veto foi rejeitado pela unanimidade dos vereadores presentes, em votação nominal, tendo antes da votação o vereador Coimbra Filho assumido, em atendimento a solicitação de seu colega Pedro Porto Fernandes, o compromisso de apresentar um projeto de lei autorizando o Município a aumentar, a partir de 1º de outubro de 1964 em diante, todos os impostos e taxas municipais, na base de 40% - 2) Discussão e votação única do veto do Prefeito Municipal ao projeto de lei nº 16/64, instituindo adicional por tempo de serviço, com parecer da Comissão de Justiça dizendo para o plenário deliberar sobre a matéria: rejeitado o veto pelo voto da unanimidade dos vereadores presentes, em votação nominal. - 3) Iniciou a discussão e votação do projeto de lei nº 15/64, do vereador José Ferreira, dispondo sobre a extinção de impostos em favor do SOS, com pareceres favoráveis das Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finanças adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador José Ferreira. 4) Iniciou a discussão e votação do projeto de lei nº 33/63, do vereador Coimbra Filho, isentando do pagamento de Sisa, as aquisições feitas por instituições religiosas, com pareceres contrários da Comissão de Justiça e favorável da Comissão de Finanças: aprovado e rejeitada uma emenda do vereador José Geraldo Fernandes Filho ao artigo 1º da proposição. 5) Iniciou a discussão e votação do projeto de lei nº 27/63, do vereador Coimbra Filho, dispondo sobre o pagamento de Sisa em 10 prestações, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: rejeitado pelo seu autor, a requerimento do vereador Coimbra Filho, sentando do pagamento de Sisa, as aquisições feitas por instituições religiosas, com pareceres contrários da Comissão de Justiça e favorável da Comissão de Finanças: aprovado e rejeitada uma emenda do vereador José Geraldo Fernandes Filho ao artigo 1º da proposição. 5) Iniciou a discussão e votação do projeto de lei nº 27/63, do vereador Coimbra Filho, dispondo sobre o pagamento de Sisa em 10 prestações, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: rejeitado pelo seu autor, a requerimento do vereador Coimbra Filho, adiada a discussão para a próxima sessão. Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente passou à Explicação Pessoal. O vereador Antonio Tenório se congratulou com a Câmara e com os Mensageiros e Servidores municipais pela aprovação do projeto de lei de interesse dos trabalhadores, o que foi aplaudido com a rejeição do veto do Prefeito. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima Sessão Ordinária, a realizar-se no dia 17 vindouro, e encerrou os trabalhos em seguida. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Adamastino de Mello V., secretário, a fiz escrever.

Otilio Guardini

Ata da 16ª sessão ordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura da Câmara Municipal, realizada em 17 de Setembro de 1964.

Presidência do Sr. Odilon Tenório
Secretaria da por Otilio Guardini

Aos dezessete dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Gonçalves, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Imbaú, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - Odilon Tenório, Antonio Tenório, Otilio Guardini, José Antonio Coimbra Filho, José Ferreira, Rogaro Esteves Sbardinelli, Waldir Leres, Pedro Fonseca, Pedro Spinelli e Rubens Bizzacchi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem a imagem do Bom Crucificado. Foi lida, aprovada e assinada a ata anterior. Em seguida passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte: - 1) Indicação nº 50/64, do vereador Waldir Leres, sobre a necessidade da ampliação do prédio que serve de vestiário da piscina: "Ao Sr. Prefeito". 2) Requerimento nº 70/64, do vereador Antonio Tenório, solicitando providências da Secretaria da Agricultura para a remessa de sementes para as de algodão para a Casa da Lavoura de Imbaú: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". 3) Requerimento nº 71/64, do vereador Waldir Leres, solicitando digo solicitando-se com a capitação Amaral Nogel pela sua inexistência moradora No caso da Dona Jesus": "Aprovado". 4) Além disso, mais foi lido pelo Prefeito Municipal: - a) nº 34/64, solicitando sejam votados, com urgência, vários projetos de lei de autoria do executivo municipal: "Em face do solicitado pela Comissão de Finanças que estudem parecer nos projetos de lei mencionados pelo executivo, para inclusão na Ordem do Dia". - b) nº 38/64, solicitando prorrogação até 30-10-64, para a remessa, à Câmara da proposta orçamentária para o exercício de 1965: "Aprovada a solicitação. Concedida a prorrogação do prazo até 30 de outubro de 1964". - c) nº 39/64, encaminhando o projeto de lei nº 36/64, autorizando e regulamentando a pavimentação asfáltica e de paralelepípedos de ruas da

Cidade: "A Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos": - d) nº 401/64 pedindo as informações solicitadas nos requerimentos de nº 67/64 e 68/64, da Comissão de Finança: "Ciente. Se matéria permanente da Câmara, a disposição dos Srs. vereadores, e especialmente da Comissão de Finança": e) nº 41/64, comparando os Srs. vereadores para na referida comparecerem na Secretaria do Trabalho na sede do Esporte Clube Comercial, no proximo dia 21 às 20 horas "Fazem convidados os Srs. vereadores". Tomou a palavra o Presidente, foi aprovado, pelo plenario, um requerimento do vereador Attilio Giardini, propondo a inclusão, na ordem dos trabalhos legislativos de uma voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Gerquiel Spinelli. Em seguida o Sr. presidente anunciou na pauta a Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 23/63, do vereador Coimbra Filho, isentando do pagamento de taxa as aquisições feitas por emitentes nas obras, com pareceres contrario da Comissão de Justiça e favoravel da Comissão de Finança: aprovado em 2ª discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Coimbra Filho acolhido pelo plenario. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 15/64, do vereador Pereira Pedroza, dispondo sobre a isenção de imposto em favor do S.O.S. com pareceres favoravel da Comissão de Justiça e contrario da Comissão de Finança: retirado da pauta, a requerimento do autor, aprovado pelo plenario. Esgotada a materia em pauta, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores, em explicação pessoal. O vereador Coimbra Filho afirmou que havia assumido o compromisso de apresentar um projeto de lei aumentando em 70% os impostos municipais, mas que estudando o assunto em artigo, verificou conterem ali as varias necessidades para o pagamento do salario minimo aos trabalhadores municipais. Disse ser um absurdo um aumento de 70% sobre 42 milhões de cruzeiros, o que daria um acrescimo na arrecadação de mais de 28 milhões de cruzeiros, sendo que seria necessaria apenas a importancia de 6 milhões de cruzeiros, que o Prefeito já tem mediante o excesso da arrecadação. Afirmou que no corrente ano já houve um aumento grande de impostos, e que o povo não pode pagar o divro de ontem e toma a conta da administração passada. Disse, em seguida, que o atual Prefeito prometeu pagar o salario-minimo aos trabalhadores municipais, mas não cumpriu, o mesmo dando com a promessa de que efetuaria as propinas municipais quando fosse eleito. Afirmou que o atual chefe do executivo, ao votar a lei que concedeu os direitos da Legislação Trabalhista aos servidores do Município, estava obrigado de cumprir as promessas que fizera ao bater de porta em porta, nas casas dos operarios municipais nas vesperas das eleições municipais. Disse que o Prefeito não honrou o compromisso público que assumira anteriormente de dar salario-minimo aos servidores municipais. Encerrou suas considerações dizendo que o Prefeito, apesar de não ser absolutamente, mentiroso, Governador Ademar de Barros, o qual prometeu apoiar um candidato ao cargo de Chefe do executivo municipal e apoiou outro, e prometeu a volta do ramal da Anhanguera, mas não cumpriu. O vereador Silvio Tamasi afirmou que o fato de o Sr. Prefeito Unite não ser absolutamente, tendencioso que o P.S.P. não é egoista, não quer nada para si pessoalmente, pois ora bem ou mal elementos de valor para as suas pretensas. Apoia bem administrativa. Referiu-se, como foi o caso do Prefeito Zizo Stortoni e do atual chefe do executivo municipal. Disse que o vereador Coimbra Filho também fez promessas e não cumpre, pois prometera apresentar um projeto de lei aumentando os impostos municipais e não o fez. Lembrou-lhes, em seguida, sua atitude no caso da votação do projeto de lei que estendia a legislação trabalhista aos servidores municipais afirmando não ser irrisorio como o taxaram trabalhadores do Município, mas que de verdade o erario publico. Encerrou suas considerações dizendo que sempre pagou o salario-minimo aos seus empregados, mas que não sabia se o vereador Coimbra Filho também fazia o mesmo. O vereador Waldir Peres dirigiu uma saudação ao seu colega Rubens Balzachi, que assumira o mandato na sessão anterior, e formulou votos para que o mesmo tivesse uma atuação eficiente no desempenho de suas funções. Afirmou, em seguida, que o ex-prefeito José Storani, mandou declarar-lhe o antigo Advogado Municipal, tinha aceitado ao convite para ser vice-governador, pois foi convencido um pedido nesse. Prosseguindo afirmando que o mesmo estava acontecendo agora, pois se a Câmara Municipal não aprovasse a legislação trabalhista para os operarios municipais, estes estariam abandonados, pois só irão trabalhar em vesperas de eleições. Afirmou que mantinha a atitude do vereador Coimbra Filho ao procurar resolver a situação dos humildes servidores da Prefeitura e que agora, como o problema estava resolvido, tinha que ser encontrada uma solução. Encerrou suas considerações dizendo que a Câmara foi muito bem em rejeitar o veto do prefeito ao projeto de lei da Legislação Trabalhista, que o legislativo saberia ajudar o executivo a resolver os problemas dentro da justiça e que, tendo votado favoravel à referida proposição, estava com a consciencia tranquila. Em seguida o Sr. presidente comunicou encontrar-se no recinto, a fim de visitar oficialmente a Câmara, o meritissimo Juiz de Direito da Comarca, Dr. José Augusto Marcondes, e convocou uma comissão, constituida pelos vereadores Waldir Peres, Antonio Gonzalez, Coimbra Filho, Attilio Giardini e Silvio Tamasi, para introduzir o magistrado no plenario e que foi feito sob uma salva de palmas, tomando o ilustrado cidadão diga presidente assento junto a presidencia. Em seguida e em atendendo convidados os Srs. vereadores Antonio Gonzalez e Rubens Balzachi, respectivamente Promotor Publico e Delegado de Policia para tomarem assento junto à Presidencia, o que foi feito. O Sr. presidente concedeu a palavra que a pedido do Sr. Juiz de Direito da Comarca, Dr. José Augusto Marcondes, Diretor do Forum Municipal, visto faltar-se de um magistrado no nosso meio, Dr. Antonio Diga Tolentino e acima de tudo impartial. Em seguida a palavra ao vereador Waldir Peres, que pediu a palavra para apresentar sua visitante, explicando a admiração, o espirito e a capacidade da Comarca municipal para com o meritissimo Juiz de Direito da Comarca, que este distribuindo justiça com agilidade, inteligencia e imparcialidade. Usou da palavra, em seguida, o Sr. José Augusto Marcondes, agradecendo a

indistinguível alegria, com poder agradecer, de nova vez, as boas vindas e as congratulações que lhe foram enviadas pela Câmara Municipal. Razão de sua preocupação, desde a comunhão de Roma, em resolver os problemas da infância, de velhice e dos abandonados, apesar dos limitados meios com que luta um país de Direito. Enaltecendo a existência e o funcionamento das várias instituições assistenciais em Sumbal, que vem cumprindo a sua finalidade. Ela mas que se os fundos de Direito tivessem maiores verbas fornecidas pelos poderes centrais poderiam realizar grandes coisas, pois estão perto dos problemas e das necessidades dos desprotegidos da Sorte. Encerrou seus considerações, dizendo do funcionamento independente e harmonioso dos três poderes, e afirmando que visitava a Câmara Municipal a fim de tornar-se conhecido, conhecer os vereadores e oferecer a colaboração da Justiça, como o propósito de trabalharmos todos juntos conseguir-se a grandeza e o progresso de Sumbal. O Sr. Presidente disse, em seguida, que queria dar a palavra ao Sr. Dr. Alfredo Pereira Ozorio de Barros, por ser o mais velho, todos ficarem desculpados, pois Sumbal precisa urgentemente de luz, mas que agora a Câmara contava com outro grande Luz, o Sr. Dr. José Augusto Ravim Magalhães, culto, talentoso e imparcial. Agradecendo a palavra ao Delegado de Polícia e do Tesouro Público, analisando a atuação de ambos no desempenho de suas funções. Agradeceu, também, a presença da imprensa, e daí, em seguida, a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Ernesto Machado, estreiando-se com os seus pronunciados da 5ª. Sessão do Câmara Municipal de Sumbal, por ser o mais velho, todos ficarem desculpados, pois Sumbal precisa urgentemente de luz, mas que agora a Câmara contava com outro grande Luz, o Sr. Dr. José Augusto Ravim Magalhães, culto, talentoso e imparcial. Agradecendo a palavra ao Delegado de Polícia e do Tesouro Público, analisando a atuação de ambos no desempenho de suas funções. Agradeceu, também, a presença da imprensa, e daí, em seguida, a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Ernesto Machado, estreiando-se com os seus pronunciados da 5ª. Sessão do Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 1º de outubro de 1964

Atílio Giardini

Ata da 17ª sessão ordinária, do 1º ano da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 1º de outubro de 1964

× Presidência do Sr. Otílio Tenório;
× Secretariada por Atílio Giardini.

× Aos primeiros dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sumbal, Estado de Santo Estêvão, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às 20 horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Otílio Tenório, Adauto de Carvalho Rosas, Bartolomeu Gonçalo, Atílio Giardini, Pablo Soto Fernandes, Getulio Pamelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Leite, José Fonseca, Cipriano Edmundo Abantonelli, Vitorino Fumaroso, Waldyr Peres Velloso, Faluano e Balbons Balzacchi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feita uma oração de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Passou-se à leitura do expediente, que constava de seguinte: - 1) Ofício do Sr. Luiz Emanuel Bicmpos, agradecendo a acolhida que teve na Câmara Municipal de Sumbal. "Ciente. Arquive-se." - 2) Telegrama do Sr. Mel Coutzinho, comunicando haver assumido a presidência da Federação Brasileira de Municípios: "Agradeça". 3) Ofício da Srta. Maria Aparecida Nunes Araujo, agradecendo a homenagem que lhe foi prestada pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se". 4) Ofício do Sr. Hombos Vicente Xavier, comunicando ter sido concedida verba para a Prefeitura de Sumbal, pelo D.E.R. "Ciente. Agradeça". - 5 Indicação diga Indicação nº. 52164, do vereador Balbons Balzacchi, sôbre a necessidade da educação dos serviços de reparos nos muros do Cemitério Municipal, bem como sugerindo a edificação de um novo e amplo portão de entrada na Necrópole: "Ao Sr. Prefeito". b) Requerimentos: a) nº. 73/64 da Comissão de Finanças, solicitando informações ao executivo sôbre a existência, no cofre Municipal, de recursos financeiros: "Ao Sr. Prefeito". - b) nº. 73/64, da Comissão de Finanças, solicitando ao executivo a remessa à Câmara Municipal, de documentos referentes a pagamentos feitos no exercício de 1963: "Ao Sr. Prefeito". c) nº. 74/64, do vereador Coimbra Filho, no sentido de ser consultada a Comissão de Justiça sôbre a legalidade da prorrogação de prazo para a remessa à Câmara, da proposta orçamentária para o exercício de 1965: "Deferido". d) nº. 75/64 do vereador Abelio Pinto Fernandes, no sentido de se solicitar informações à Companhia Paulista de Força e Luz, sôbre o aumento de tarifas: "Aprovado". - e) nº. 76/64 do vereador Adauto de Carvalho Rosas, no sentido de ser oficiado à Assembléia Legislativa do Estado aprovando a extinção da verba pessoal dos deputados: "Aprovado". f) Projeto de lei nº. 77/64, do vereador Balbons Balzacchi, elevando a uma nova cidade, a nome de D. Catarina Borelli" Às Comissão de justiça e Educação". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Antonio Fendolo requereu, e o plenário aprovou, a inserção, na ata, de um voto de pesar pelo falecimento do prof. Cid de Oliveira Leite, ex diretor do Instituto de Educação Estadual Sumbal". O vereador José Geraldo Fernandes Leite lembrou ao Prefeito a necessidade de serem tomadas, pelo Executivo, urgentes providências, no sentido de se conseguirem, com o apoio dos poderes locais, a retificação da entrada e da saída da cidade

a ligação de energia elétrica no prédio novo do Centro de Saúde, a instalação da Escola de Veterinária e a extensão da rede de energia elétrica a várias ruas da cidade. O vereador Adauto de Carvalho Rosas apelou ao Prefeito para que providencie a instalação da rede de esgotos nas ruas pobres da cidade, principalmente na parte nova da Vila Montenegro. Depois, em seguida, o caso do incidente policial militar em Tauá-Vila de Aparecida, no qual o encarregado chamou a atenção dos vereadores pela falta de fiscalização dos atos executórios, que se fosse feita, evitaria muitas irregularidades, pois só deveria prender do Regulamento quem pelo fiel cumprimento do Ri. Estremoz, em seguida, a nota inserida no A. Jornal local sobre a posse de um vereador, na cidade de São João do Piauí. Pois esse mesmo jornal, durante a revolução e depois não noticiou a posse de vários comunistas na mesma cidade, comunistas esses ligados intimamente a políticos de Sombral, mesmo porque houve o seu protesto. O vereador Ezequiel Marinello afirmou que a estrada de Jaguaruana vai ter um novo traçado, com a colaboração do D.E.R., ficando assim a problema definitivamente resolvido. Comunicou, em seguida, estar pessoalmente no trabalho que iniciava junto aos deputados e autoridades estaduais no sentido de conseguir a instalação em Sombral, da Escola de Veterinária, e paz o isso estava contando com a cooperação de vários companheiros. O vereador Coimbra Filho disse que a morte do prof. Edil de Oliveira Neute foi uma perda irreparável para o Sombral, fazendo o panegírico do extinto. O vereador Cassiano Cavalcante Batista, pelo Partido Trabalhista Nacional, em seguida, disse que a sua bancada estava de acordo com o requerimento do vereador Coimbra Filho,

de independência. Afirmou, em seguida, estar causando enternecimento na cidade o fato do Prefeito mandar avisos de que vários imóveis residenciais tiveram a taxa diária aumentada para 1.000 cruzeiros novos, o que é um incentivo para o contribuinte gastar e desperdiçar ainda mais o líquido. Disse que o Prefeito devia era fazer um apêlo à população no sentido de economizar água e encerrou suas considerações protestando contra o ato do executivo, que qualificou de ilegal. O vereador Evanilha Filho disse que o Sr. José Augusto, ex-operário municipal, entrou para a Prefeitura em 1924, recebendo atualmente apenas 10 mil cruzeiros mensais, havendo também outro pensionista municipal que estava morrendo de fome por falta de recursos financeiros motivo porque solicitava providências da Câmara no sentido de ser regularizada a situação dos interessados. Encerrou suas considerações dizendo que os mesmos contam, a frente da Comissão de Direitos, tendo sido aprovadas pela justiça e pela maioria a sentença do Juiz de Direito da Comarca. O vereador Adalberto de Carvalho Rosas afirmou que não pretendeu e nem pretende, com as palavras que pronunciou na expediental, convocar uma comissão de inquérito para investigações em Tijucal, tendo apenas citado o caso de Altebara para ilustrar a importância da Câmara dentro do regime democrático. Explicou, em seguida, o seu ponto de vista pela visita, dentro de alguns dias, do General Charles de Gaulle, grande estadista francês. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou uma sessão extraordinária para logo após o término da 4ª ordinária, a fim de serem votados, em 2º discussão, os projetos de lei de nrs. 34/64, 30/64 e 36/64. Encerrou os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Antonio Ribeiro de Queiroz, secretário, a subscrevo. Adelio Gardini

Atílio Giardini

Ata da 11ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura da Câmara Municipal de Tijucal, realizada em 1º de outubro de 1964.

Presidência do Sr. Adelio Tenório
Secretariada por Atílio Giardini

Aos primeiro dia do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Tijucal, Estado de Leão Santo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tijucal, logo após o término da 11ª sessão ordinária, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adelio Tenório, Adalberto Costa, Adjunto de Carvalho Rosas, Antônio Tenório, Atílio Giardini, Celso Porto Fernandes, Evanilha Filho, José Antônio Coimbra Filho, José Gonçalo Fernandes Filho, José Moreira, Ricardo Esteves, Rafaelli, Vitório Tomaso, Marcílio Reis, Walter Galeano e Ruben Vasques Veiga, verificando número legal, foram abertos os trabalhos. Passou-se à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte:- 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 34/64, do vereador Adelio Tenório, considerado dito como de utilidade municipal os serviços prestados pelos professores e funcionários do antigo "Ginásio do Espírito Santo de Tijucal", bem como favoráveis dos membros da Comissão de Justiça: um opinando para o plenário pela recusa, outro contrário e o terceiro favorável: aprovado o projeto em 2ª discussão. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 30/64, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de alvarás de licença de comerciantes, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº 36/64, da Comissão de Justiça, dispondo sobre a concessão de sepultura perpétua ao Ginásio Nilperno dizo "Ginásio Espírito Santo do Tijucal", com dizo Ginásio Nilperno Espírito Santo, com parecer favorável da Comissão de Finanças: aprovado. Foi aprovado, em seguida, um requerimento do vereador Walter Galeano, solicitando dispensa da redação final dos 3 projetos aprovados a fim de que os mesmos fossem encaminhados ao prefeito, para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 15 vindouro encerrados os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Antonio Ribeiro de Queiroz, secretário, a subscrevo. Adelio Tenório

Atílio Giardini

Ata da 12ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Tijucal, realizada em 29 de outubro de 1964.

Presidência do Sr. Atílio Tenório
Secretariada por Atílio Giardini

Aos vinte nove dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Tijucal, Estado de Leão Santo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tijucal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adelio Tenório, Adalberto Costa, Adjunto de Carvalho Rosas, Antônio Tenório, Atílio Giardini, Celso Porto Fernandes, Evanilha Filho, José Gonçalo Fernandes Filho, José Moreira, Ricardo Esteves, Edgard Ribeiro Martinelli, Vitório Tomaso, Marcílio Reis, Walter Galeano e Ruben Vasques Bulgacchi. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Santo Crucificado. Em seguida, de conformidade com a convocação oportunamente encaminhada aos Srs. vereadores, o Sr. presidente pôs-se a leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Projeto de lei nº 38/64, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a codificação e cobrança de "tributos municipais": "À Comissão de Justiça e Finanças"; 2) Projeto de lei nº 39/64 do Prefeito Municipal, orçando a receita e fixando a despesa do município de Tijucal para o exercício de 1965: "À Comissão de Justiça e Finanças" Encerrada a leitura do Expediente,

O Sr. presidente convidou os Srs. Gustavo Neves da Rocha Filho e Joaquim da Rocha Fontoura, encarregados da elaboração do Livro Diretor do Município, para tomarem assento junto à presidência, o que foi feito. Em seguida os dois técnicos fizeram uma exposição atualizada sôbre a organização do novo Código Tributário Municipal e sôbre alguns aspectos do Livro Diretor do Município, respondendo também a várias indagações dos Srs. vereadores e esclarecendo-se à disposição da Câmara Municipal, para, numa oportunidade, prestarem novos esclarecimentos a respeito do trabalho que estavam elaborando. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente agradeceu a presença de todos, convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 5 de novembro vindouro, e encerrou os trabalhos em segunda hão que o respectivo foi lavrada a presente ata. Eu, Dismênio de Lucca, secretário, a fiz escrever.

Abílio Jardim

Ata da 18ª. sessão ordinária, do 1º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sinimbu, realizada em 19 de novembro de 1964.

Presidência do Sr. Abílio Jardim
Secretariada por Attilio Giacomini

Aos dezenove dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sinimbu, Estado de Rio Grande do Sul, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinimbu, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Abílio Jardim, Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Fagundes, Attilio Giacomini, Célio Sôrto Fernandes, Edgilio Espinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Pito, José Severeza, Edgard Estêvam Monteiro Lôbo, Vitalino Tavares, Waldir Peres, Walter Galiano e Rubens Balsachi, havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à memória de Benito Crucifixado. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Passou-se à leitura do Expediente, que consistiu do seguinte: 1) Mensagem nº. 41/64, do Prefeito Municipal, respondendo aos pedidos de informação da Comissão de Finança feitos pelos requerimentos de nº. 69, 72 e 73/64; "A Comissão de Finança". 2) Mensagem nº. 42/64, do Prefeito Municipal, encaminhando recurso de Orvidio Antunes, contra a cobrança do imposto de Sisa. "A Comissão de Justiça e Finança". 3) Ofícios: a) do Secretário da Segurança, comunicando estar aguardando conclusão de inquérito policial sôbre as ocorrências de 31 de março, nas quais se envolveram soldados do Regimento C/9 de Julho: "Ciente. Arquive-se"; - b) do Serviço de Fiscalização com a Municipios, prestando informações sôbre a criação da Delegacia Regional de Ensino. "Ciente. Arquive-se"; c) do Serviço de Fiscalização com os Municipios, prestando informações sôbre a instalação da Faculdade de Medicina Veterinária: Ciente, Arquive-se". - 4) Indicações: - a) nº. 53/64, do vereador Adauto C. Rosas, sôbre a necessidade de ser feita a coleta de lixo aos sábados: "Ao Sr. Prefeito"; - b) nº. 54/64, do vereador Getúlio Spinelli, para que seja feita uma limpeza no leito da Companhia Riograndense de Estradas de Ferro e providenciada a recolocação de três colunas de iluminação pública: "Ao Sr. Prefeito"; - c) nº. 56/64, do vereador Vitorino Tamasco, sôbre a necessidade de ser feita desapropriação de imóveis para a construção do templo em louvor a Cristo João Batista: "Ao Sr. Prefeito"; - d) nº. 56/64, do vereador Antonio Fendrich, no sentido de ser asfaltado o terreno nas proximidades da Igreja de Santa Cruz e adjacências, lâmpadas de iluminação pública nas imediações do Educandário de Menores: "Ao Sr. Prefeito". - e) nº. 57/64, do vereador José Severeza, no sentido de ser cercado o imóvel onde foi construída a caixa-d'agua: "Ao Sr. Prefeito"; f) nº. 58/64, do vereador Adalberto Costa, sôbre a necessidade da colocação de guias e sarjetas na parte fungal da rua Alferes Bordosa: "Ao Sr. Prefeito"; - g) nº. 59/64 do vereador José Geraldo Fernandes Pito, sugerindo várias providências sôbre o Serviço de Luz, e a instalação de rêde elétrica em várias ruas: "Ao Sr. Prefeito"; - h.) nº. 60/64, do vereador Tenente Mantovelli, sôbre a necessidade da construção de uma ponte sôbre o Corrego Dessanguinha: "Ao Sr. Prefeito". 5) Requerimentos - a) nº. 77/64, do vereador Rubens Balsachi, no sentido de se oficiar ao Departamento Nacional de Obras de Saneamento, solicitando a concessão de uma verba para a pintura da Igreja Matriz: "Aprovado"; - b) nº. 78/64, do vereador Rubens Balsachi, no sentido de se convidar o Governador Ildemar de Barros para visitar Sinimbu no dia 27 de dezembro: "Aprovado"; c) nº. 79/64, do vereador Rubens Balsachi, solicitando à Assembléia Legislativa do Estado o restabelecimento do nome de Espírito Santo do Sinimbu e aprovação do projeto de lei que transforma Sinimbu em estância climática: "Aprovado"; - d) nº. 80/64, do vereador Vitorino Tamasco, no sentido de se solicitar informações do Prefeito de Rodrados sôbre os produtos dêste Município: "Aprovado"; - e) nº. 81/64, do vereador Adauto Carvalho Rosas, solicitando ao presidente da República e ao Ministro da Fazenda que a renda da "Campanha Ouro para o Bem do Brasil" seja distribuida de acordo com o que arrecadado em cada Município. Aprovado"; - f) nº. 82/64, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, solicitando a constituição de uma comissão para entendimentos com o Prefeito, sôbre as comemorações do aniversário da cidade. Aprovada. Nomeou os vereadores Adauto de Carvalhos Rosas, Rubens Balsachi e Walter Galiano para constituirem a comissão, na forma requerida"; - g) nº. 83/64, do vereador Waldir Peres, solicitando a constituição duma comissão para entrar em contacto com deputados, a fim de tratar da elevação para 8ª. categoria da Coletoria de Sinimbu. "Aprovado. Nomeou os vereadores Waldir Peres, Vitorino Tamasco, Walter Galiano, Célio Sôrto Fernandes e José Antonio Coimbra Filho para constituirem a Comissão, na forma requerida". - 6) Projetos de lei:- a) nº. 40/64 do Prefeito Municipal, criando o Código Comercial Municipal: "À Comissão de Justiça, Finança e Educação"; - b) nº. 41/64, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para o executivo adquirir aparelhos para pazques infantis, portas, lâmpadas, veículos e uma pá carregadeira: "À Comissão de Justiça e Finança"; - c) nº. 42/64, dos vereadores Vitorino Tamasco e Adalberto Costa, dando nom Logradouro

pública da cidade o nome de Praça Afonso Ruzolo: "As Comissão de Justiça e Serviços Públicos"; - c) nº. 43/64, do vereador Vitorino Gamuse e outros revogando a lei nº. 431, de 5 de Setembro de 1964: "A Comissão de Justiça". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Antônio Penedo fez um requerimento que foi aprovado, no sentido de se apresentar o sentimento de pesar ao Município Paraisense, pelo desmoronamento ali ocorrido de um prédio em construção, vitimando quase 50 pessoas. Foi também aprovado um voto de pesar, proposto pelo vereador Vasco Mantovelli, pelo falecimento do jovem Pedro Newton Romito. O mesmo vereador explicou em seguida, que a pesar dos esforços do deputado Nagib Chaut não foi possível a televisão da Semana de Emprego para 2ª. entrega, toda não preencher ela determinados requisitos. O vereador Célio Giotto Fernandes apoiamou que assumara o projeto de lei propondo a revogação da lei que concedia aos extranumerários municipais os direitos da Legislação Trabalhista, não só por ser a proposição inconstitucional como também por ter sido elucidado em sua hora foi pelo vereador Coimbra Filho, que se comprometera a apresentar um projeto de lei concedendo os recursos para o pagamento dos Benefícios, e que entretanto não foi depois de ter sido rejeitado o veto do executivo. Requiriu um apelo ao presidente para que fossem votados os projetos de lei de autoria do Prefeito, cujos prazos para parecer já tinha se esgotado. Aformou, em seguida, que a coloma de uma taxa mais elevada para os pedreiros que têm grande consumo de água, é legal, pois esta previsto na legislação em vigor. Encerrou seus comentários após elogiar que o Secretário do Trabalho prometeu, quando de sua visita a Sinhal, que estará à disposição do Município para a criação de uma Cooperativa de Consumo, colaborando em tudo que dele dependa. O vereador Coimbra Filho disse que a lei Trabalhista não podia ser revogada, pois o presidente da República ia sancionar a lei de paridade de vencimentos dos três poderes. Aformou que os vereadores não sentiam, na carne, o drama de pequenos vereadores municipais que ganhavam salários de fome de 12 a 19 mil cruzeiros. Disse que os vereadores não podiam revogar a lei trabalhista e ao mesmo tempo conceder um crédito de confiança ao Prefeito para a compra de lâmpadas a mercúrio e de veículos. Aformou desejar saber, e lançou isto repto, se os vereadores da situação pagam salário-mínimo aos seus empregados, pois, Bacia! pagava, ao contrário do que disseram um de seus colegas numa das Sessões passadas. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar a Ordem do Dia, que se constituía do seguinte:- 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 32/64, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para acorrer as despesas de contrato para a elaboração do Plano Diretor do Município; com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 33/64, do Prefeito Municipal, dispondo sobre isenção de impostos a novas indústrias, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança e com emenda: discutido, votado, aprovado o projeto e a respectiva emenda. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 37/64, do vereador Rubens Bolsachi, dando a uma rua da cidade o nome de Nº. Senhora Aparecida, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado. Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Vitorino Gamuse explicou que o Prefeito pretendia conceder, aos servidores municipais, um abono para que os mesmos atingisse o salário-mínimo, desde que a Prefeitura auferisse, no corrente ano, as quotas dos Impostos de Rendas e de Consumo. Aformou que os servidores receberão um abono em 1964, e que no exercício de 1965, serão beneficiados com o reajustamento geral que o executivo pretendia conceder ao funcionalismo, não havendo assim qualquer prejuízo com a revogação da denominada lei trabalhista. O vereador Adauto Carvalho Peres justificou as proposições de sua autoria, lindas no Expediente o sugerindo que o título de "Cidadão Sinhalense" outorgado ao Sr. Antônio Benedito Florence, diga: Antônio Benedito Machado Florence, fosse entregue ao homenageado na data do 1º. aniversário da cidade, 27 de dezembro. O vereador Cristóvão Martinelli anunciou a realização, em Araçuri, no próximo dia 21 de novembro, de uma concentração musical-palhaçal, e aformou que Sinhal deveria se fazer representar ali. O vereador Coimbra Filho disse que a Santa Casa não tem médico de plantão e que a Maternidade não tem parteira formada e nem prática, o que não fica certo, tendo o Município o direito de reclamar visto concedia uma verba anual a essas instituições. Em seguida o Sr. presidente comunicou ser necessário que a Câmara Municipal tomasse providências com referência ao Gamelão, pois em data 17 do corrente, ao escurecer, chamada o Posto para uma senhora que se encontrava doente, não tendo entretanto sido atendido sob a alegação de que o médico ali não se encontrava. Aformou, ter chegado ao seu conhecimento vários outros idênticos ao que narrara, tendo também os Srs. vereadores recebido reclamações nesse sentido. Após sugestões de alguns dos Srs. vereadores, ficou deliberado que o Sr. presidente oficiasse ao médico-Chefe do Posto do Gamelão local, denunciando-lhe as irregularidades existentes e solicitando providências a respeito. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 3 de dezembro vindouro, e encerrou os trabalhos, lavrando-se, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Primeiro de Junho, auxiliar, a fiz escrever.

Attilio Pudenzi Attila Giardini

Ata da 13ª. sessão extraordinária, do 1º. ano, da 5ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 27 de Novembro de 1964.

Presidência do Vereador Adelfo Simbrado.
Secretariada por Attilio Giardini.

Aos vinte

a sete dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Nonhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Camara Municipal de Nonhal, às onze horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Atílio Ginhoni, Adventista Gonta, Celio Gerto Fernandes, Catulino Spindle, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Sito, José Gomeca, Joaquim Bittencourt Monteiro e Victorio Jamaso, Waldir Peres e Rubens Babarchi. Achando-se presente o numero legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem à memoria do Cristo Crucificado. Bem entrando no plenario, prestou o compromisso regimental e foi declarado empossado, o suplente do P.R., Sr. Joaquim Ramos de Carvalho Macedo, convocado para substituir o vereador Waldir Geliano que solicitara 10 dias de licença. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte:- 1) Mensagem nº. 47/64, do Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei estabelecendo novo organização para os serviços da Prefeitura: "À Comissão de Justiça e Serviços Publicos". - 2) Mensagem nº 48/64, do Prefeito Municipal, encaminhando projeto de lei reorganizando o quadro do pessoal fixo da Prefeitura e reajustando os vencimentos dos servidores Municipais: "À Comissão de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte:- 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 39/64, do Prefeito Municipal, concedendo a isenção de impostos a novas industrias, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emendas dos vereadores Victorio Jamaso, José Geraldo Fernandes Sito, Coimbra Filho e Atilio Giardini: aprovado o projeto e as emendas dos vereadores Victorio Jamaso e José Geraldo Fernandes Sito, e rejeitadas as emendas dos vereadores Coimbra Filho e Atilio Giardini. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 40/64, do Prefeito Municipal, criando o Colegio Comercial Municipal com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça Finanças e Educação e com emendas do vereador José Geraldo Fernandes Sito: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Waldir Peres. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 43/64, do vereador Victorio Jamaso, revogando a lei nº 431, de 5 de Setembro de 1964 que concede aos servidores municipais o direito de legislação trabalhista, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado o projeto com voto de desempate do presidente da Camara. 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 32/64 do Prefeito Municipal, abrindo credito especial para o pagamento de despesas com o contrato para a elaboração do Plano Diretor do Município: com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado em 2ª discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Atilio Giardini. 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 33/64 do Prefeito Municipal, dispondo sobre isenção de impostos a novas industrias, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça: aprovado em 2ª discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Atilio Giardini. Esgotada a materia em pauta, o Sr. presidente deu a palavra em Explicações Pessoais. O vereador Celio Gerto Fernandes declarou ter votado contra o adiamento da discussão do projeto de lei nº 40/64 porque a lei criando o Colegio Comercial Municipal seria que se aprovado com urgencia, visto expirar-se em 30-11-1964, o prazo para o registro do referido estabelecimento de ensino. O vereador Victorio Jamaso disse que estava triste pelo fato de ter sido adiada a discussão do projeto de lei que criava o Colegio Comercial Municipal, pois o Nonhal seria ficar mais um ano sem Escola de Comercio da necessidade penhalizante conhecimento prejudicada nos seus estudos. O vereador Coimbra Filho estranhou a mudança de data para a realização da sessão da Camara, afirmando que o Prefeito não atendeu o Inspetor Seccional do Ensino Comercial quando este visitou Nonhal e que, se o chefe do Executivo for se realmente à aderneta deveria então trazer para o Municipio um ginasio moderno. O vereador Waldir Peres declarou ter pedido adiamento da discussão do projeto de lei que criava o Colegio Comercial Municipal pelo fato de declarar-se o Centro da proposição apesar de ser membro da Comissão de Educação. O vereador José Geraldo Fernandes Sito declarou ter exarado parecer favoravel no projeto de lei nº 40/64, e que era favoravel a compra de veiculos para o municipio podem mediante a abertura de concorrencia publica. Ninguem mais querendo fazer uso da palavra, o Sr. presidente, após a sessão ter sido prorrogada por 3 vezes, convocou os Srs. vereadores para uma nova sessão extraordinaria, a fim de ser votado em 2ª discussão o projeto de lei nº 39/64 e encerrou os trabalhos em seguida. Nada mais tendo havido, foi lavrada a presente ata. Eu, Datilografo de Luxo, a datilografei e subscrevo. Atilio Giardini

Ata da 14ª sessão extraordinaria, do 1º ano, da 5ª. legislatura, da Camara Municipal de Nonhal, realizada em 7 de novembro de 1964.

Presidencia do Sr. Atilio Ginhoni

Secretariada por Atilio Giardini

Aos onze sete dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Nonhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Camara Municipal de Nonhal, às onze horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos mesmos que compareceram a 13ª sessão extraordinaria. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos, passando-se imediatamente à Ordem do Dia, que se constituiu de

um único item, a saber: Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 39/64, do Prefeito Municipal, orçando a receita e fixando a despesa do Município de Timbaú para o exercício de 1965, com pareceres favoráveis das Comissão de Justiça e Finanças: aprovado em Segunda discussão e dispensado da redação final, a requerimento do vereador Atílio Giardini. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 3 de dezembro vindouro e encerrou os trabalhos em seguida. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Queiroz, secretário, a fiz escrever. Atílio Giardini. Atílio Giardini.

"Ata da 19ª. Sessão Ordinária, do 1º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Timbaú, realizada em 3 de dezembro de 1964.

Presidência do Sr. Atílio Simbeiro.
Secretariada por Atílio Giardini.

Aos três dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Timbaú, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Timbaú, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Atílio Simbeiro, Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Serafim, Atílio Giardini, Célio Porto Fernandes, Getúlio Spinelli, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Teto, José Fonseca, Lázaro Clevam Martinelli, Victório Lamaso, Waldir Seres, Rubens Balsachi e Joaquim Romeu de Carvalho Mendes. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos e lavrados, aprovados e assinados as atas anteriores. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Cruz Saucifixado. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte: - 1) Requerimento nº 85/64, do vereador Victório Lamaso e outros, propondo um voto de congratulações e louvor pelo transcurso das "Bodas de Ouro" da ordenação da Irmã Escritora: aprovado". - 2) Indicação nº. 61/64, do vereador Atílio Giardini, sôbre a necessidade de serem reparados os vasos luminosos existentes nas praças da cidade: "Ao Sr. Prefeito". Encerrada a leitura do Expediente, passa-se à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: - 1ª Parte. Foi lido o relatório da Presidência da Câmara, referente aos trabalhos legislativos de 1964. II Parte - Eleição da Mesa da Câmara Municipal para o próximo exercício de 1965. Foi eleita a seguinte chapa. Presidente - Atílio Simbeiro. - Vice - Presidente - Atílio Giardini. - 1º. Secretário - José Geraldo Fernandes Teto. 2º. Secretário - José Antônio Coimbra Filho. - Votaram os vereadores Atílio Simbeiro, para presidente, os seguintes vereadores: Atílio Simbeiro, Coimbra Filho, Atílio Giardini, Joaquim Romeu Carvalho Mendes, Getúlio Spinelli, José Geraldo Fernandes Teto, Adauto de Carvalho Rosas e Waldir Seres. Votaram no vereador Célio Porto Fernandes, para presidente, os vereadores Lázaro E. Martinelli, Rubens Balsachi, Adalberto Costa, Antônio Serafim, Victório Lamaso, José Fonseca e Adalberto Costa. O vereador Célio Porto Fernandes votou no vereador Antônio Serafim que votou no vereador Atílio Giardini para vice-presidente, os seguintes vereadores: Waldir Seres, José Geraldo Fernandes Teto, Adauto de Carvalho Rosas, Getúlio Spinelli, Joaquim Romeu Carvalho Mendes, Coimbra Filho, Atílio Giardini e Atílio Simbeiro. Votaram os vereadores Célio Porto Fernandes, para vice-presidente, os vereadores Lázaro E. Martinelli, Antônio Serafim, Rubens Balsachi, Célio Porto Fernandes, Victório Lamaso, José Fonseca e Adalberto Costa. Votaram os vereador José Geraldo Fernandes Teto, para 1º. Secretário os vereadores José Geraldo Fernandes Teto, Adauto de Carvalho Rosas, Waldir Seres, Atílio Simbeiro, Atílio Giardini, Joaquim Romeu Carvalho Mendes e Coimbra Filho. Os vereadores Victório Lamaso, Lázaro E. Martinelli, José Fonseca, Adalberto Costa, Antônio Serafim e Rubens Balsachi. Votaram no vereador Célio Porto Fernandes. O vereador Getúlio Spinelli votou em branco. O vereador Célio Porto Fernandes votou no vereador Victório Lamaso. Votaram no vereador José Antônio Coimbra Filho para 2º. secretário os vereadores, Getúlio Spinelli, José Geraldo Fernandes Teto, Adauto de Carvalho Rosas, Waldir Seres, Coimbra Filho, Joaquim Romeu Carvalho Mendes, Atílio Simbeiro, Atílio Giardini. Os vereadores Victório Lamaso, Lázaro E. Martinelli, Célio Porto Fernandes, Adalberto Costa, José Fonseca e Rubens Balsachi votaram no vereador Antônio Serafim. O vereador Antônio Serafim votou no vereador Lázaro E. Martinelli. - III Parte - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 43/64, do vereador Victório Lamaso, revogando a lei nº. 431 de 5-9-1964, que concede aos servidores municipais os direitos da Legislação Trabalhista, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado com o voto de desempate do presidente e dispensado de redação final a requerimento do vereador Victório Lamaso. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 39/64, do vereador Rubens Balsachi, dando a nova rua da cidade o nome de 19 Coronel Borelli, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado e dispensado de redação final a requerimento do vereador Victório Lamaso. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 45/64, do Prefeito Municipal, reorganizando o quadro do pessoal fixo da Prefeitura, requerendo os esclarecimentos e dando outras providências com pareceres favoráveis das Comissões de justiça e Finanças: aprovado. - 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 43/64, dos vereadores Victório Lamaso e Adalberto Costa, dando o nome de Praça Afonso Queiroz a um logradouro público da cidade, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviço Públicos: aprovado. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 41/64 do vereador digo do Prefeito Municipal, criando o Colégio Comercial Municipal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Educação, e com emendas dos vereadores José Geraldo Fernandes Teto e Adauto de Carvalho Rosas: aprovado o projeto e algumas emendas, conforme anotação que respectivo projeto. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 41/64, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para a compra de aparelhos

para parques infantis, portas, lâmpadas, veículos e uma pá carregadeira, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança e emenda dos vereadores Vitório Tumbo e Adalberto Costa: aprovado o projeto e respectiva emenda. 7) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 38/64, do Prefeito Municipal, codificando a cobrança de tributos municipais, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado e dispensado de redação final a requerimento do vereador Vitório Tumuro. Seguidamente em ponta foi aprovado o requerimento de nº 86/64, do vereador Adalberto Costa e outros, solicitando a realização de uma sessão extraordinária para votação de todos os projetos de lei a pareceres em 2ª discussão. O Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a referida sessão extraordinária, a realizar-se logo em seguida, e encerrou os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Idevaldino de Freitas, escriturário, a fiz rescrever. Adolfo Gonçalves

Adolfo Gonçalves

Ata da 15ª sessão extraordinária, do 1º ano da 5ª legislatura da Câmara Municipal de Sintra, realizada em 3 de dezembro de 1964.

Presidência do Sr. Adolfo Gonçalves
Secretariada por Adolfo Gonçalves

Aos três dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Santa Cruz, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, logo após o término da 14ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores verificou-se a presença dos seguintes: Adolfo Gonçalves, Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Moraes, Antônio Fonseca, Adolfo Giardini, Celso Costa Fernandes, Getúlio Ferreira, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Leite, José Moreira, Joaquim E. Mandarelli, Vitório Tomaso, Waldir Peres, Chrispes Balsachi e Joaquim Romeu de Carvalho Mendes. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, foram aprovados, em 2ª discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Vitório Tumbase, os seguintes projetos de lei: 43/64, 42/64, 40/64 e 41/64. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente comunicou que a Câmara estaria em férias de 10 a 31 de dezembro, agradeceu a colaboração de todos os Srs. vereadores e funcionários do Legislativo e encerrou os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Idevaldino de Freitas, escriturário, a fiz rescrever. Adolfo Gonçalves
Adolfo Gonçalves

Ata da sessão solene da Câmara Municipal de Sintra, realizada em 26 de dezembro de 1964

Presidência do Dr. Adolfo Linheiro

Aos dezoito e seis dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sintra, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, logo após o término da 14ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores verificou-se a presença dos seguintes: Adolfo Linheiro, Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Moraes, Antônio Fonseca, Adolfo Giardini, Celso Costa Fernandes, Getúlio Ferreira, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Leite, José Moreira, Joaquim E. Mandarelli, Vitório Tomaso, Waldir Peres, Chrispes Balsachi e Joaquim Romeu de Carvalho Mendes. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, foram aprovados, em 2ª discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Vitório Tumbase, os seguintes projetos de lei: 43/64, 42/64, 40/64 e 41/64. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente comunicou que a Câmara estaria em férias de 10 a 31 de dezembro, agradeceu a colaboração de todos os Srs. vereadores e funcionários do Legislativo e encerrou os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Idevaldino de Freitas, escriturário, a fiz rescrever. Adolfo Gonçalves
Adolfo Gonçalves

Ata da sessão solene da Câmara Municipal de Sintra, realizada em 26 de dezembro de 1964

Presidência do Dr. Adolfo Linheiro

Aos dezoito e seis dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sintra, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, às dezoito horas, presentes os Srs. vereadores Adolfo Linheiro, Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Moraes, Antônio Fonseca, Adolfo Giardini, Celso Costa Fernandes, Getúlio Ferreira, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Leite, José Moreira, Joaquim E. Mandarelli, Vitório Tomaso, Waldir Peres, Chrispes Balsachi e Joaquim Romeu de Carvalho Mendes, o Sr. presidente comunicou que a sessão se destinava a entregar a patente de "cidadão-sintrense" ao Dr. Adolfo Linheiro, bem como a homenagear o prof. José Flaviano de Azevedo Marques, graduante e autor da letra do "cidadão-sintrense". Em seguida o Sr. presidente convidou o Dr. José Moreira Marques Neto, Promotor Público da Comarca, o Sr. Alfredo Gil, Coronel da Polícia, o Professor Jonas Gois Travassos, diretor do Grupo Escolar "Dr. Adolfo Costa" e o Sr. João Ferreira Marques, professor auxiliar da Diretoria do Instituto de Educação "Cardeal Leme" para tomarem assento junto à presidência. Deu, em seguida a palavra ao Vereador Waldir Peres, que fez o panegírico em discurso alusivo ao panegírico do 115º aniversário de fundação da cidade de Sintra. Em seguida o Sr. presidente convidou os Vereadores Rachel Galiano, José Geraldo Fernandes Leite, Celso Costa Fernandes, Vitório Tumbase, para em companhia do Professor José Flaviano de Azevedo Marques ao Hemiciclo, o que foi feito sob uma salva de palmas. Usou da palavra, saudando o homenageado, o Vereador Rachel Manuel Peres que teceu longas considerações sobre a personalidade do prof. José Flaviano de Azevedo Marques que recebeu sua patente com profundo reconhecimento. Disse ter sido um exemplar e como tal obrigado a ter sido um cabeça no campo da assistência social. Em seguida o Sr. presidente exaltou as qualidades excepcionais do Dr. José Flaviano de Azevedo Marques, como educador, como diretor de grupos escolares e como um pai de família exemplar e dedicado, e pelo mesmo também a atuação desenvolvida do homenageado como funcionário do Estado, chefiando o Hospital das Clínicas de São Paulo, procedeu em seguida a entrega ao prof. José Flaviano de Azevedo Marques, do pergaminho da salva de palmas, do título de "cidadão-sintrense". Usou da palavra o prof. José Flaviano de Azevedo Marques, que expressou sua profunda gratidão pela homenagem que recebia naquele instante da Câmara Municipal de Sintra. O Sr. presidente comunicou ter recebido uma comunicação do Dr. José Rafael Sobrinho, dizendo que não lhe tinha sido possível comparecer por motivo de viagem ao Estado que viajara, o qual ficou atolado nas lamas com a roça final. O Sr. presidente agradeceu a presença dos Srs. vereadores, das autoridades e do povo em geral, e formulou votos de um feliz 1965, encerrando a sessão. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Idevaldino de Moraes

Sfo, secretário, a escrevi: Attilio Giardini

Acta da 16ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sintra, realizada em 28 de dezembro de 1964.

Presidencia do Sr. Attilio Simbreiro.
Secretariada por Attilio Giardini.

Aos vinte oito dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sintra, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Simbreiro, Antonio Fenolio, Attilio Giardini, Celio Pinto Fernandes, Getulio Esponelli, José Antonio Coimbra Bittio, José Geraldo Fernandes Leite, Rogerio Esteves Abou-Anelle, Waldir Soares de Walter Juliano. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem a imagem do Senhor Crucificado. Em seguida, de acordo com a convocação previamente feita dos Srs. vereadores, passou-se a leitura do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Mensagem nº. 50/64, do Sr. Prefeito Municipal, votando parcialmente o projeto de lei nº 40/64, dispondo sobre a criação do Colegio Comercial Municipal: "A Comissão de Justiça". - 2) Mensagem nº 51/64, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 46/64, dispondo sobre a cobrança da taxa de Conservação de Estradas e concessão de uma isenção de impostos para as Cooperativas de Consumo: "A Comissão de Justiça". 3) Mensagem nº 52/64, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 47/64, dispondo sobre a doação de uma área de terreno ao CEASA, para a edificação de uma fabrica de gelo e construção de um pequeno cais: "A Comissão de Justiça, Finança e Serviços Publicos". 4) Mensagem nº 53/64, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 48/64, dispondo sobre doação de uma área de terreno à CAGESP, para a construção de armazens: "As Comissões de Justiça, Finança e Serviços Publicos". - Em seguida o Sr. presidente suspendeu os trabalhos por 30 minutos, a fim de que as Comissões competentes tivessem parecer sobre a Mensagem nº 50/64 e sobre o projeto de lei nº 46/64, para que essas proposições fossem apreciadas na Ordem do Dia. Decorridos os 30 minutos, os trabalhos foram reiniciados, passando-se imediatamente à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: - 1) Discussão e votação unica da mensagem nº 50/64, do Sr. Prefeito Municipal, votando parcialmente o projeto de lei nº 40/64, com parecer da Comissão de Redação pela rejeição do veto: rejeitado veto rejeitado e veto por 7 votos contra 3. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 46/64 do Sr. Prefeito Municipal, dispondo sobre a taxa de cobrança da Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem e concessão de isenção de impostos para as Cooperativas de Consumo, com parecer favoravel da Comissão de Justiça e bem assim emendas do vereador Celio Pinto Fernandes: Aprovado o projeto e as respectivas emendas. Explicada a materia em pauta, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para uma nova sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da 16ª, a fim de votado, em 2ª discussão, o projeto de lei nº 46/64 com legitima encerrar os trabalhos. Do que, para constar, lavrou-se a presente acta. Eu Heleodoro de Mello, secretario, a fiz escrever. Attilio Giardini

Acta da 17ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sintra, realizada em 28 de dezembro de 1964.

Presidencia do Sr. Attilio Simbreiro.
Secretariada por Attilio Giardini.

Aos vinte oito dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Sintra, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, logo após o término da 16ª sessão extraordinaria, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - Attilio Simbreiro, Antonio Fenolio, Attilio Giardini, Celio Pinto Fernandes, Getulio Esponelli, José Antonio Coimbra Bittio, José Geraldo Fernandes Leite, Rogerio Esteves Abou-Anelle, Victorio Tumasse, Waldir Soares de Walter Juliano. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Passou-se à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 46/64, do Sr. Prefeito Municipal, dispondo sobre a cobrança da Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem e concessão de isenção de impostos para as Cooperativas de Consumo, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado em 2ª discussão e dispensado de redação final a requerimento do vereador Walter Juliano. Em seguida o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores, em Explicação Pessoal. Usou da palavra o Sr. Celio Pinto Fernandes salientou que os fazendeiros principalmente não são multo ricos como se apregoa no Municipio, que os palmitadores de batatas tiveram prejuizo no ultimo ano, que muitas fazendas existentes no Municipio, como é o caso da sua, estão localizadas à margem do asfalto, não tem estradas municipais mas assim mesmo pagam a Taxa de Conservação, e concluiu pedindo votos para que o Sr. presidente da Republica se lembre em 1965, da classe dos lavradores. O vereador Rogerio Abou-Anelle disse que com a aprovação do projeto de lei nº. 46/64, o Sr. Prefeito procurará com os recursos necessários a boa conservação das estradas municipais, e salientou ter votado favoravelmente a

aprovação das emendas do vereador Célio Sôrto Fernandes porque elas não congelavam a taxa, como foi feito na legislatura passada, o que constituiu um verdadeiro absurdo pois a moeda brasileira sofreu, apenas num ano, a desvalorização de 87%, enquanto que o tributo permaneceu o mesmo. O vereador Attílio Giardini disse ter votado contra o veto do Prefeito por entender que as taxas e os impostos devem ter um limite, e que, se as taxas da Escola de Comercio Municipal forem insuficientes, o chefe do executivo poderá elevá-las oportunamente, com a aprovação do legislativo. O vereador Coimbra Filho afirmou que ao contrário do que dissera o seu colega Lázaro Martinelli, a taxa de conservação de estradas iria ficar congelada durante todo exercício de 1965, o que não estava certo, mas ao mesmo tempo era preciso que se salientasse que os proprietarios de imóveis rurais não tem para quem apelar, visto que as estradas municipais estão péssimas. Nada mais havendo a tratar o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para proxima sessão ordinaria a realizar-se no dia 7 de janeiro vindouro, e encerrou os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário a fiz escrever

J. Coimbra Filho Alecio Sinheiro

Ata da 1ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 13 de janeiro de 1965.

Presidência do Dr. Abílio Sinheiro.
Secretariada por José Geraldo Fernandes Lito

Aos treze dias do mês de janeiro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, às vinte horas procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Sinheiro, Antônio Fenólio, Attílio Giardini, Adauto de Carvalho Rosas, Célio Sôrto Fernandes, Getúlio Spinelli, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Lito, José Sorreca, Lázaro Estevam Martinelli, Rubens Balsachi, Vitório Lamaso e Walter Galiano. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Em seguida, de acôrdo com a convocação previàlmente digo previamente encaminhada aos Srs. vereadores, passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte:- 1) Requerimento Nº 1/65, do vereador Waldir Seres, solicitando 15 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente" (diante da desistência dos três primeiros suplentes de assumirem a cadeira, deu entrada no plenário, prestou o compromisso regimental e foi declarado empossado, o 4º suplente da U.D.N., Sr. Romildo Miranda). 2) Requerimento Nº 2/65, do vereador Adalberto Costa, solicitando 60 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente". 3) Requerimento Nº 2/65-A, do suplente João Vieira, solicitando 60 dias de licença: "Concedida a licença na forma solicitada". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem Do Dia, que se constituia do seguinte:- Item Unico.- Constituição das Comissões Permanentes. O vereador Vitório Lamaso requereu fôsse feita uma verificação de presença, tendo respondido à chamada os vereadores Abílio Sinheiro, Attílio Giardini, Adauto de Carvalho Rosas, Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Lito, Romildo Miranda e Walter Galiano. Não havendo número legal para o prosseguimento da sessão, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 21 vindouro, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever. Abílio Sinheiro José Geraldo Fernandes Lito

Ata da 1ª sessão ordinária, do 2º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 21 de janeiro de 1965.

Presidência do Dr. Abílio Sinheiro.
Secretariada por José A. Coimbra Filho.

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Sinheiro, Antônio Fenólio, Attílio Giardini, Célio Sorto Fernandes, Getúlio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Sorreca, Lázaro Estevam Martinelli, Vitório Lamaso, Waldir Seres, Walter Galiano, Rubens Balsachi e Romildo Miranda. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. O vereador Waldir Seres comunicou ter desistido do restante de sua licença. O vereador digo O suplente João Vieira deu entrada no plenário, comunicou ter desistido da licença que solicitára na sessão de 13 de janeiro, prestou o compromisso regimental e foi declarado empossado. Em seguida passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte:- 1) Requerimento Nº 3/65, do vereador Antonio Batista, solicitando prorrogação de sua licença até 30 de junho de 1965: "Concedida a licença, continua no exercício do mandato o suplente Rubens Balsachi. 2) Requerimento Nº 4/65, do vereador José Geraldo Fernandes Lito, solicitando 15 dias de licença: "Concedida a licença. Tendo os 3 primeiros suplentes da legenda da U.D.N. desistido de assumir a cadeira vaga, continua no exercício o 4º suplente, Sr. Romildo Miranda.- 3) Requerimento Nº 5/65, do vereador Adauto Rosas digo Adauto de Carva-

Boa Rosa, solicitando 30 dias de licença: "Concedida a licença comrogue-se o respectivo suplente". 4) Requerimento nº. 6/65, do vereador Romildo Miranda, solicitando várias informações ao Executivo: "Encaminhe-se ao Prefeito". - 5) Requerimento nº. 7/65, dos vereadores Srs. Romildo Miranda e Waldir Seres, solicitando informações ao executivo sôbre exposição de animais: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". - 6) Requerimento nº. 8/65, do vereador Walter Feijuno, solicitando informações ao executivo sôbre a futura ação do orçamento para 1965. "Ao Sr. Prefeito". - 7) Requerimento nº. 9/65, do vereador José Bonfim, propondo um voto de louvor e congratulações com o Sr. P. Monteiro, pela doação que o mesmo fez à Prefeitura de um Jaraguá Infantil: "Aprovado". - 8) Requerimento nº. 10/65, do vereador Antonio Emilio no sentido de a Câmara tomar conhecimento e agradecer o Sgt. Cidade Reis pelo homenagem que prestou a Limbal, em 27-12-1964, no Programa da Saudade: "Aprovado". - 9) Requerimento nº. 11/65, do vereador Antonio Fidelis, apresentando os sentimentos de pesar à Câmara Municipal de Aguas da Prata, pela tromba d'agua que caiu sôbre êste Município: "Aprovado". - 10) Requerimento nº. 12/65, dos vereadores Vicente Lemos e Catello Spinelli, solicitando providencias do Prefeito Escolar para a criação na zona rural, da 4ª serie do curso primário "Aprovado". - 11) Requerimento nº. 13/65, dos vereadores Romildo Miranda e Waldir Seres, no sentido de se solicitar a Assembleia Legislativa a derogação do voto ao projeto de Lei n. 572: "Aprovado". - 12) Indicação nº. 1/65, do vereador Waldir Seres, no sentido de o Prefeito conseguir verba para o asfaltamento da estrada Limbal - Jardim Andradas: "Ao Sr. Prefeito". - 13) Ofício da Companhia Siderúrgica de Barra e Seca, pedindo informações sôbre a cobrança de tarifas: "A comissão de Obras Publicas". - 14) Ofício do Rubens Siqueira, Delegado de Polícia, comunicando ter sido cumprido pela Casa Branca: "Ciente, Arquive-se". - 15) Ofício do Sr. Guido Amato e Familia, agradecendo o voto de pesar proposto pelo falecimento de Sedeo Amato: "Ciente. Arquive-se". - 16) Projeto de Lei nº. 1/65, dispondo sôbre modificação de alíquota para cobrança do imposto de Industrias e Profissões. "A Comissão de Justiça e Redação". Encerrada a leitura do Expediente, foram requeridos, pelo vereador Coimbra Filho, e aprovados pelo plenário, votos de pesar pelo falecimentos dos Srs. José Amaro Guirundo, Evaldo Costa e Otto Rui Barbosa. Foi também requerido e aprovado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Rodrigo Pequeno, e requerimento do vereador Waldir Seres. Em seguida o vereador Coimbra Filho afirmou que a Escola de Enfermagem Nina Rodrigues deveria ser particularizada, e lamentando êsse fato, solicitou que seu colega, vereador Vicente Lemos, explicasse os motivos. Disse, em seguida, que o Código Tributário deveria ser publicado sem demora, bem como o orçamento para entrarem em vigor, o que entretanto não foi feito, não tendo assim nenhum valor, pois não estão em vigor. Afirmou que o novo Código Tributário é apenas literatura, e que não estava sendo obedecido, pois o Prefeito fez acôrdo com os proprietários dos terrenos locais e com os vendedores estabelecidos no Mercado, motivo por que tambem o seu entusiasmo pelo acôrdo feito pelo Prefeito). Prosseguindo, disse que o Prefeito vai mandar pra luz na Vila Guilhermina mas pretende receber pagamento do valor dos postes, os quais foram doados pelo Estado (O vereador Victorio Lemos deu um aparte esclarecendo que os postes foram comprados pela Prefeitura). Continuou o vereador Coimbra Filho seu discurso, afirmando que os almoços particulares estão trabalhando para a Prefeitura, por 10 mil cruzeiros diários, sem concorrencia, o que é ilegal. Referindo-se ao aniversário da cidade, disse que a festa serviu, que não houve organização, que o Prefeito quis fazer tudo sozinho e que varias indenteiras não foram combinadas para a feira dos Produtos não foram convidadas para. Domingos, em seguida, o fato de maquinas do Municipio estarem trabalhando para particulares, o que não era certo, pois a atual administração municipal clombia durante 365 dias sem nada fazer e o pouco que é para os particulares, visto que o Prefeito ainda está dormindo. Afirmou que a Eletrobras pediu uma relação dos recebimentos de luz, porem o Prefeito se recusou a fornecê-la, pois a cobrança é irregular, cheia de acertos e irregularidades, na administração passada e na atual. Disse que funcionários da Prefeitura continuam recebendo porcentagem pela cobrança da luz, o que é irregular, pois não existe direito nesse sentido. Disse que o Prefeito prometera dar um abono de 3 meses aos servidores municipais bem beneficiados pela legislação trabalhista, mas não comprira a promessa, pois pagou apenas um mês. Encerrou suas considerações dizendo que os contribuintes devem ficar alertados de que o orçamento e o novo Código Tributário não estão em vigor ainda, por não terem sido publicados na imprensa. O vereador Otilio Guaraldi Requereu e o plenário aprovou, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Seres. O vereador Celso Sorto Fernandes elogiou a Prefeitura por esta proximidade, fruto de um entendimento completo, a concessão de uma verba para realização do serviço de asfaltamento da estrada Limbal - Jardim - Andradas. Afirmou, em seguida, que não é porta-voz do Prefeito, mas tem um vereador inteligente que procura sempre dar o que tem em favor do Município, sem jamais estar no cabresto do chefe do executivo. Disse que o Prefeito é seu parente, amigo e companheiro, mas que nem por isso o apoia incondicionalmente, visto ser independente não tendo, por isso, conhecimento de qualquer acôrdo formado entre o chefe do executivo e os proprietários dos terrenos locais e os donos de bancas e boas no Mercado. Finalizou o seu discurso nestas palavras, o sr. presidente anunciou ir passar a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: - 1- Constituição das

Comissões Permanentes. Após acôrdo feito entre os líderes de bancada, de conformidade com o que estabelece o Regimento Interno, ficaram assim constituídas as Comissões Permanentes: Comissão de Justiça. Célio Fôrte Fernandes, Sérgio Mantelli Filho e José Geraldo Fernandes Leite. - Comissão de Finança: Vitório Tamasso, Antônio Arnaldo Penteado e Walter Feliciano. Comissão de Obras e Serviços Gerais: Adalberto Emílio, José Severo e José Antônio Coimbra Filho. Comissão de Educação e Higiene: Antônio Mendes dos Santos, Getúlio Spinelli e Waldir Peres. - 2) Discussão e votação única do Requerimento nº. 42/64 do Prefeito Municipal, encaminhando recurso de ofício interposto contra a colocação de diferença de classe, com pareceres das Comissões de Justiça e Finança no sentido de ser negado provimento ao recurso interposto: adiada a discussão para uma sessão, a requerimento do vereador José Severo. Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Vitório Tamasso esclareceu que a Escola de Enfermagem não foi fechada pelo Interventor, tendo inclusive a Mesa do Hospital sido surpreendida com a retirada da Diretoria e 2 professoras da referida Escola, o que foi feito de acôrdo com a conformação feita com a Madre provincial. Sôbre o Dia do Bom Vizinho procurado pelos membros da mesa do Hospital, estava também entusiasmado na solução do caso, estando agora sendo aguardada uma resposta definitiva da Madre Provincial para a volta da Diretoria e dos 2 professores da Escola de Enfermagem. O vereador Antônio Mendes agradeceu a aprovação de seu requerimento no decorrido anterior, em homenagem à imagem do Senhor Crucificado, e apresentou as boas festas aos seus colegas votos de Boas Festas, pedindo de para que trabalhassem em favor de Simbal com patriotismo. O vereador Romildo Nakamada afirmou ter sido informado de que a Secretaria da Agricultura contou a Exposição de Animais que se realizará de dois em dois anos em Simbal, e pediu a atenção do Prefeito para o assunto. Disse em seguida, que a Escola de Enfermagem não pode mais funcionar a título precário, e que o Prefeito deveria assumir a Direção da referida Escola, ao invés de criar Escola de Comércio Municipal a qual vem causar prejuízo aos cofres da Prefeitura. O vereador Célio Fôrte Fernandes disse que a Prefeitura poderia emampar a Escola de Enfermagem, mas que a dificuldade está em se conseguir alunos a noite no Hospital. Encerrou suas considerações dizendo que o fechamento da Escola não é da responsabilidade da atual administração. O vereador Waldir Peres disse que existe possibilidade do funcionamento da Escola de Enfermagem, independente da Congregação Religiosa, não haverá problemas, e que a Câmara deve ser esclarecida e ficar alerta desde já, pois no momento oportuno ela terá chamada para deliberar sôbre o assunto e assumir responsabilidade. Afirmou, em seguida, que não é contrário do que o Prefeito aforma em sua mensagem, não se pretende perseguir nenhuma injustiça contra o Município no caso de Imposto de Industrias e Profissões pois o próprio autor da emenda sôbre a matéria, vereador José Geraldo Fernandes Leite já esteve como o chefe do executivo e contador do Prefeitura, tendo demonstrado boa vontade em solucionar o assunto. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos convocando para a próxima Sessão ordinária, a realizar-se no dia 4 de fevereiro vindouro, encerrando os trabalhos em seguida. Do que, para constar foi lavrada o presente ata. Eu, Adamastino de Castro, secretário, a fiz escrever. Atílio Pinheiro Franciulli Filho

Ata da 2ª. sessão ordinária, do 2º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Simbal, realizada em 4 de fevereiro de 1965.

Presidência do Sr. Atílio Simbino
Secretariada por José Geraldo F. Leite

Aos quatro dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Simbal, Estado de Sete Saulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Simbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Atílio Simbino, Antônio Penteado, Atílio Guardone, Getúlio Spinelli, Célio Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Leite, José Severo, Vitório Tamasso, Waldir Peres, Walter Feliciano, Rubens Balbacchi e Romildo Nakamada. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Senhor Crucificado. Seguiu-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício do vereador José Geraldo F. Leite, declinando do pertence da licença que lhe fora concedida: "Ciente. Arquive-se". - 2) Ofício do Sr. Edgard Barbosa, agradecendo o voto de pesar votado por ocasião do falecimento de seu pai: "Ciente. Arquive-se". 3) Requerimento a) nº 14/65, do vereador Rogério C. Martins de Sá, solicitando 90 dias de licença: "Concedido a licença. Comunique-se e suplente seguinte, dentro da data de 1º de setembro, Sr. Hermando Del Guercio, conforme ofício anexo". Deu entrada no plenário, prestou o compromisso regimental e foi declarado empossado o suplente João Gabriel Filho. b) nº 15/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando a mesma licença: "Concedido a licença". - c) nº 16/65, do vereador Waldir Peres, solicitando a mesma licença: "Concedido a licença". - 4) Requerimento a) nº 17/65, do vereador Célio Fôrte Fernandes, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - b) nº 18/65, do vereador Romildo Nakamada, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - c) nº 19/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - d) nº 20/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - e) nº 21/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - f) nº 22/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - g) nº 23/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - h) nº 24/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - i) nº 25/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - j) nº 26/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - k) nº 27/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - l) nº 28/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - m) nº 29/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - n) nº 30/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - o) nº 31/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - p) nº 32/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - q) nº 33/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - r) nº 34/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - s) nº 35/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - t) nº 36/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - u) nº 37/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - v) nº 38/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - w) nº 39/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - x) nº 40/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - y) nº 41/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - z) nº 42/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - aa) nº 43/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - bb) nº 44/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - cc) nº 45/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - dd) nº 46/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ee) nº 47/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ff) nº 48/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - gg) nº 49/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - hh) nº 50/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ii) nº 51/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - jj) nº 52/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - kk) nº 53/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ll) nº 54/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - mm) nº 55/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - nn) nº 56/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - oo) nº 57/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - pp) nº 58/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - qq) nº 59/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - rr) nº 60/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ss) nº 61/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - tt) nº 62/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - uu) nº 63/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - vv) nº 64/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ww) nº 65/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - xx) nº 66/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - yy) nº 67/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - zz) nº 68/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - aaa) nº 69/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - bbb) nº 70/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ccc) nº 71/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ddd) nº 72/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - eee) nº 73/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - fff) nº 74/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ggg) nº 75/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - hhh) nº 76/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - iii) nº 77/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - jjj) nº 78/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - kkk) nº 79/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - lll) nº 80/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - mmm) nº 81/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - nnn) nº 82/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ooo) nº 83/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ppp) nº 84/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - qqq) nº 85/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - rrr) nº 86/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - sss) nº 87/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ttt) nº 88/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - uuu) nº 89/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - vvv) nº 90/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - www) nº 91/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - xxx) nº 92/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - yyy) nº 93/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - zzz) nº 94/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - aaaa) nº 95/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - bbbb) nº 96/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - cccc) nº 97/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - dddd) nº 98/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - eeee) nº 99/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ffff) nº 100/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - gggg) nº 101/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - hhhh) nº 102/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - iiii) nº 103/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - jjjj) nº 104/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - kkkk) nº 105/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - llll) nº 106/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - mmmm) nº 107/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - nnnn) nº 108/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - oooo) nº 109/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - pppp) nº 110/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - qqqq) nº 111/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - rrrr) nº 112/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ssss) nº 113/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - tttt) nº 114/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - uuuu) nº 115/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - vvvv) nº 116/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - wwww) nº 117/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - xxxx) nº 118/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - yyyy) nº 119/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - zzzz) nº 120/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - aaaaa) nº 121/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - bbbbb) nº 122/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ccccc) nº 123/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ddddd) nº 124/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - eeeee) nº 125/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - fffff) nº 126/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ggggg) nº 127/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - hhhhh) nº 128/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - iiiii) nº 129/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - jjjjj) nº 130/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - kkkkk) nº 131/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - lllll) nº 132/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - mmmmm) nº 133/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - nnnnn) nº 134/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ooooo) nº 135/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ppppp) nº 136/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - qqqqq) nº 137/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - rrrrr) nº 138/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - sssss) nº 139/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ttttt) nº 140/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - uuuuu) nº 141/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - vvvvv) nº 142/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - wwwww) nº 143/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - xxxxx) nº 144/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - yyyyy) nº 145/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - zzzzz) nº 146/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - aaaaaa) nº 147/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - bbbbbb) nº 148/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - cccccc) nº 149/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - dddddd) nº 150/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - eeeeee) nº 151/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ffffff) nº 152/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - gggggg) nº 153/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - hhhhhh) nº 154/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - iiiiii) nº 155/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - jjjjjj) nº 156/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - kkkkkk) nº 157/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - llllll) nº 158/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - mmmmmm) nº 159/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - nnnnnn) nº 160/65, do vereador Rubens Balbacchi, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - oooooo) nº 161/65, do vereador Antônio Penteado, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - pppppp) nº 162/65, do vereador Atílio Guardone, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - qqqqqq) nº 163/65, do vereador Célio Antônio Coimbra Filho, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - rrrrrr) nº 164/65, do vereador José Severo, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura, no sentido de ser realizada a Exposição de Animais que se realiza em Simbal de dois em dois anos: "Aprovado". - ssssss) nº 165/65, do vereador Vitório Tamasso, solicitando providências junto à Secretaria da Agricultura,

nº. 17/65, do vereador José Geraldo T. Filo, solicitando a entrega, a cada um dos srs. vereadores, de uma cópia da ata de cada sessão, com antecedencia de 2 dias da sessão seguinte:" Deferido. A cópia da ata de cada sessão é afixada previamente na entrada da Câmara e publicada posteriormente na imprensa local, não havendo assim necessidade da providencia requerida." e) nº. 18/65, do vereador Walter Galiano, no sentido de ser oficiado ao Secretário da Segurança Pública, solicitando a nomeação imediata de um Delegado de Polícia de carreira para Sumaré, visto estar a função sendo exercida pelo suplente, que é presidente do Diretório Municipal do P.S.P." Aprovado." 4) Indicações: a) nº. 2/65, do vereador José Geraldo T. Filo, pedindo que o Prefeito solicite ao Secretário da Agricultura a instalação na Escola Agrotécnica, de um posto para o fornecimento de sementes e mudas de arvores frutíferas: "Ao Sr. Prefeito". b) nº. 3/65, do vereador José Geraldo T. Filo, no sentido de ser providenciada, pelo executivo, a instalação da rede de esgotos na Vila Nascente: "Ao Sr. Prefeito". - c) nº. 4/65, do vereador Geraldo Sperelli, no sentido de ser providenciada, pelo executivo, com urgência, a colocação de lixeiras na rua Vereador Estevo de Felippe: "Ao Sr. Prefeito". - d) nº. 5/65, do vereador Waldir Neves, sobre a necessidade de um estudo para planificação e melhoria da conservação de estradas municipais: "Ao Sr. Prefeito". e) nº. 6/65, do vereador Waldir Neves, para o executivo estar a possibilidade da instalação, em Sumaré, de uma Escola Estadual, em convenio como Governo do Estado: "Ao Sr. Prefeito" - f) nº. 7/65, do vereador Waldir Neves, para o executivo estudar a possibilidade de um convênio com o Governo do Estado ou da União, para o processamento da eletrificação rural no município: "Ao Sr. Prefeito". 5) Mensagem nº. 3/65 do Prefeito Municipal, encaminhando o processo original de cobrança de Taxa do Sr. Orozio Bruno: "Anexe-se". Mensagem nº. 42/64 - b) Projetos de Lei: - a) nº. 2/65, do vereador Walter Galiano, dispondo sobre a cobrança de imposto de licença de veículos: "A Comissão de Justiça". b) nº. 13/65, do Prefeito Municipal, dispondo sobre isenção de impostos e taxas à CHERP: "As Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Coimbra Filho criticou o Prefeito por ter este mandado avisar os proprietários de emissoras que a taxa fixa não mais poderia ser cobrada por causa do cobalto. Afirmou que o Prefeito mandou os prazos para a cobrança de impostos sobre veículos de maneira ilegal, por sua alta ilegalidade, pois a lei manda cobrar em janeiro e o executivo vai cobrar em 6 meses. Disse que o Prefeito desobedeceu a lei mandando cobrar de maneira diferente as taxas do Mercado, e quando foi interpelado pelos proprietários de box e bancas o chefe do executivo afirmou que os vereadores da Câmara é que eram os culpados. Encerrou suas considerações dizendo que o código Tributário nem bem acabada de ser aprovado estava sendo mutilado, o que evidenciava a sua imperfeição. O vereador Vitorio Tamasso disse que nunca foi contra qualquer Delegado de Polícia de carreira, mas protestava contra o requerimento do vereador Walter Galiano, pedindo a designação dessa autoridade para o Município, pois o pedido teve sentido nitidamente político. Esclareceu, em seguida, que a Escola de Enfermagem estava, mas que o arquivo não fora recolhido, havendo assim possibilidade de continuar funcionando, procedeu a leitura de um ofício enviando digo enviado à autoridade competente pela Mesa do Hospital "Francisco Rosas", fazendo um histórico sobre a Escola de Enfermagem e solicitando fossem tomadas as providencias necessárias para a continuação do funcionamento dêsse estabelecimento de ensino. Requereu, em seguida, fosse oficiado o Diretor Geral do Tesouro, em São Paulo, pedindo a nomeação de Dona Alair Oliveira Nunes Belbin para o cargo de enfermeira do Posto de Tesouro de Sumaré, e ao mesmo tempo pediu sentir a necessidade de melhorar digo melhor assistência medica ao funcionário. O Posto em votação foi aprovado o requerimento. O vereador Coimbra Filho também formulou um requerimento, que foi aprovado, solicitando a revisão dos processos dos funcionários do Tesouro que foram exonerados de seus cargos. Solicitação essa a ser dirigida à autoridade competente. O vereador Walter Galiano disse, ainda, ao ensejo o seu requerimento sôbre a nomeação imediata de um Delegado de Carreira, para o município de Sumaré, à vista de estar à frente da Delegacia o presidente do P.S.P., que era morador no país um principio de moralização da política brasileira, que figuraria como marco especial na diretriz da Revolução de 31 de Março. Afirmou que êse principio poderia qualquer força, impedir ou coagir aqueles que desejam a vontade do povo, e, assim, naturalmente provoca o exercício de uma função que o referera por um presidente de partido, que já de outra vez transformara a Delegacia de Polícia. Antes dos últimos eleições municipais, em sede do P.S.P. Nyngem mais queremos usar da palavra, passou-se à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 1/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre majoração de alíquotas para cobrança do imposto de indústrias e profissões com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emendas dos vereadores Coimbra Filho e Attilio Guardini: aprovado o projeto com as respectivas emendas. 2) Discussão e votação única da Mensagem nº. 40/65, do Prefeito Municipal, encaminhando recurso de Ofício Interno contra a cobrança de diferença de Taxa, com pareceres das Comissões de Justiça e Finanças no sentido de ser negado provimento ao recurso interposto: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Vitorio Tamasso. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 23/64, do vereador Antonio de Carvalho Rosas, abrindo crédito especial para a concessão de auxílio à XII Pan-Brasileira com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finanças.

ção: arquivado, a requerimento do vereador Waldir Seres, aprovado pelo plenário. - 4) Tomada discussão e votação do projeto de lei nº 5/64, do vereador Adalberto Costa, dispondo sobre a apreensão de animais, com pareres favoráveis da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finanças: arquivado, a requerimento do vereador Walter Faleiros, aprovado pelo plenário. - 5) Suspensa discussão e votação do projeto de lei nº 14/64, dos vereadores Adalberto Costa e Getúlio Spinelli, criando uma Escola de Comércio Municipal com pareres favorável da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finanças: Inquirindo a requerimento do vereador Getúlio Spinelli, aprovado pelo plenário. 6) Suspensa discussão e votação do projeto de lei nº 14/64, do vereador Coimbra Filho, dispondo sobre a cobrança de impostos de vendedores ambulantes, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: retirado a requerimento do vereador Coimbra Filho. - 7) Suspensa discussão e votação do projeto de lei nº 5/64, do vereador Antonio Batista, criando um adicional de 15% sobre todos os impostos e taxas municipais, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: Inquirindo, a requerimento do vereador Waldir Seres, aprovado pelo plenário. Logotada a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou a passada à Explicação Pessoal. O vereador Vitorio Tamaso teceu várias considerações sobre as vantagens do restabelecimento do ramal ferreo da Mogiana, e solicitou providências das autoridades para que se encontre uma solução para o mesmo. O vereador Waldir Seres se congratulou com o vereador João Gabriel Atayde pela sua posse, fazendo votos para um feliz desempenho do mandato. O vereador José Geraldo Fernandes Leite falou sobre a necessidade de distribuição de uma copia da ata da sessão da Câmara Municipal para cada vereador a fim de que os edis tenham conhecimento prévio dos temos da mesma, e sugeriu fossem as copias tiradas com gelatina. O vereador Coimbra Filho formulou um requerimento, que foi aprovado, no sentido de se incluir, na ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alcino Benedito Bocelli Congratulou-se, em seguida, com o vereador João Gabriel Atayde, por ter êste assumido a vereança. Relembrou, em seguida, que todos os candidatos ao cargo de governador do Estado prometeram restabelecer o ramal ferreo da Mogiana, caso fossem eleitos não tendo porem o atual chefe do executivo estadual, Sr. Adhemar de Barros, cumprido o compromisso assumido, assim como tambem não cumpriu as demais promessas feitas aos paulistanos, tais como a instalação das Escolas de Medicina Veterinaria e Industrial. Apresentou sugestão para que os armazens da Mogiana sejam vendidos à Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Sinbal, organização que estaria beneficiando o Município. Solicitou, por último, aos Srs. vereadores da situação que deixem a Mogiana e Bairro da Escola de Medicina Veterinaria, que precisa ser instalada. O preopinante Sr. Romildo Miranda disse ter alertado a casa na 1ª sessão da Câmara Municipal, sôbre o fechamento da Escola de Enfermagem, pois tinha recebido informações do Sr. Inspetor Escolar de que êste se encontrava com os alunos do segundo ano do referido estabelecimento de ensino. Lamentou que nada de concreto tivesse sido feito para se evitar o fechamento da Escola de Enfermagem, pois o Prefeito poderia ter evitado o fato assumindo a responsabilidade da municipalização, pelo Município dessa Escola. A firmou que o ofício lido pelo seu colega Vitorio Tamaso nada esclarecia a respeito do assunto, pois se tratava apenas de um particular, sem nada de objetivo, tendo que o Prefeito era maioria, que poderiam ter feito muita coisa, não fizeram nada. Disse, em seguida, que poderia se fazer fora da Câmara, motivo por que o plenário não deveria ter aprovado o requerimento do vereador Vitorio Tamaso pedindo a nomeação de determinada pessoa para o cargo de enfermeira do Posto do Carmo. Encerrou suas considerações dizendo que a falta do ramal da Mogiana é assunto superado, e acha mais devia ser tratado na Câmara. O vereador Antonio Serolio congratulou-se com o vereador João Gabriel Atayde, pela sua posse. O vereador Attilio Guardini dirigiu um apêlo ao Prefeito para que êste iniciasse, com urgência, os serviços de luz nas ruas do bairro. Nada mais querendo usar das palavras o Sr. presidente pôs em votação, sendo aprovado, o requerimento de nº 19/65, dos vereadores Coimbra Filho, Vitorio Tamaso e José Correia, solicitando a realização de uma sessão extraordinária da Câmara. Resolvido, para logo após o término da 2ª sessão ordinária, a fim de se votar, em segunda discussão, o projeto de lei nº 1/66. Após convocar os srs. vereadores para esta sessão extraordinária, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, eu Carmelia A. Ribeiro a presente ata. Eu, Estevão de Mello, secretário, a fiz escrever.

Carmelia A. Ribeiro

Estevão de Mello

Ata da 3ª sessão extraordinária, do 2º ano da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 4 de fevereiro de 1966.

Presidência do Dr. Attilio Simbrio.
Secretariada por José Geraldo F. Leite.

Aos quatro dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, logo após o término da 2ª sessão ordinária, procedeu-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Simbrio, Antonio Serolio, Attilio Guardini, Getulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo F. Leite, José Correia, Vitorio Tamaso, Waldir Seres, Walter Faleiros, Rubens Batista, Romildo Miranda e João Gabriel Atayde. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Passou-se à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: Item Único - Segun-

da discussão e votação do projeto de lei nº. 1/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre modificação de alíquotas para cobrança de imposto de indústrias e profissões, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado em 2ª. discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Coimbra Filho, acolhido pelo plenário. Em seguida o sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Walter Galiano dirigiu um apêlo ao Prefeito para que entre em entendimentos com os proprietários de um terreno na estrada da Areia Branca, defronte à casa do sr. Pedro Miguel, para que sejam cortados os eucaliptos ali existentes, que ameaçam cair sôbre o referido prédio. Congratulou-se, em seguida com o vereador João Gabriel Atayde por ter êste assumido o mandato. O vereador José Geraldo Fernandes Pito disse que o Prefeito, há tempos atraz, expôs aos vereadores a necessidade da compra de material elétrico, com urgência, para a instalação de luz nas Vilas, mas que o serviço não foi feito, não tendo também sido colocadas as lâmpadas a vapor de mercúrio, prometidas para o fim do ano de 1964. O vereador Vitório Tamaso afirmou haver pinhalenses trabalhando contra o restabelecimento de ramal férreo da Mogiana, motivo por que estava havendo dificuldades para a concretização da medida. Disse, em seguida, que a Escola de Enfermagem não estava fechada definitivamente, como afirmára o vereador Romildo Miranda, mas que estava apenas paralizada, estando a Mesa do Hospital "Francisco Rosas" fazendo tudo para que a Escola voltasse a funcionar. Encerrou suas considerações dizendo que muitos falam sôbre a necessidade da instalação da Escola de Medicina Veterinária, mas que nada fazem nêsse sentido, e ao mesmo tempo pediu a tôdas as bancadas, com com representações na Câmara, que trouxessem, na próxima sessão da Edilidade um ofício dos respectivos diretórios municipais, dirigidos às autoridades estaduais competentes, solicitando providências urgentes no sentido de ser concretizado o funcionamento da Escola de Medicina Veterinária. Ningém mais querendo usar da palavra, o sr. presidente convocou os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 18 vindouro, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever, Abílio Pinheiro

J. A. Coimbra Filho

Ata da 3ª. sessão ordinária, do 2º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 18 de fevereiro de 1965.

Presidência do Dr. Abílio Pinheiro.
Secretariada por José A. Coimbra Filho

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sinhal, Estado de São Paulo, às vinte horas, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Dr. Abílio Pinheiro, Antônio Fenólio, Attílio Guardini, Getúlio Spinelli, José Antônio Coimbra Filho, Vitório Tamaso, Waldir Peres, Walter Galiano, Rubens Balsachi, Romildo Miranda, João Vieira e João Gabriel Atayde. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homegem à Imagem do Cristo Crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício da Família de Manoel Ribeiro Vergueiro, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento de seu chefe: "Ciente. Arquiva-se". - 2) Ofício do sr. Edivino Pereira da Silva, pedindo providências contra a falta de atendimento a um chamado que fez ao Samdu, para assistência a sua filha: "De conformidade com requerimento aprovado pelo plenário, nomeio os vereadores Attílio Guardini, Rubens Balsachi, Antônio Fenólio e Adauto de Carvalho Rosas para constituirem uma comissão de inquérito de caráter informativo, para apurar irregularidades porventura existentes no Posto do Samdu" (Foi aprovado um adendo, a requerimento do vereador Waldir Peres, para que fôsse nomeada uma comissão com a finalidade de entrar em entendimentos com a Mesa Administrativa do Hospital "Francisco Rosas", para estudar a possabilidade da instalação de um Pronto Socorro Municipal. A Comissão ficou assim constituída: Vereadores Walter Galiano, João Gabriel Atayde e Waldir Peres). 3) Requerimento nº. 20/65, do vereador Coimbra Filho, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, do projeto de lei nº. 18/63 "Aprovado". 4) Requerimento nº. 21/65, do vereador Waldir Peres, no sentido de ser oficiado ao Diretor do Ensino Agrícola, solicitando-lhe que autorizasse a matrícula de 3 alunos excedentes no Colégio Agrotécnico de Sinhal "Aprovado". 5 Mensagem nº 4/65, do Prefeito Municipal, encaminhando a prestação de contas do exercício financeiro de 1964: As Comissões de Justiça e Finança. - 6) Mensagem nº 5/65, do Prefeito Municipal, encaminhando pedido de aprovação de planta de loteamento de terrenos, formulado por Santo e Joaquim Amador Fenólio: "Junte-se à Mensagem nº. 14/63, do sr. Prefeito Municipal, e encaminhe-se às Comissões de Justiça e Obras e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do Expediente, o sr. presidente deu a palavra aos srs. vereadores. O vereador Walter Galiano formulou um requerimento, que foi aprovado, propondo a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento de Dona Lucinda Mota Lemes. Disse, em seguida, estar informado de que o sr. Edivino Pereira da Silva procurara o Posto do Samdu na madrugada do dia

1º de fevereiro de 1965, mas que não pudera ser atendido pelo fato de não haver plantão naquela noite, visto estar o médico em gozo de férias regulamentares. Afirmou que o interessado procurasse então o Dr. Walter Faustino, em sua chácara, logo de manhã, e que o referido médico atenderia ao reclamado e após examinar a filha do Sr. Edmundo Pereira da Silva, providenciaria a remoção da menina para o Hospital "Francisco Rosas", usando para isso a ambulância do Sanador, visto ser grave o estado de saúde da criança. O vereador Coimbra Filho disse que, por um preposto do chefe do executivo, as charretes de aluguel estavam estacionando em frente a estação rodoviária, e que era prejudicial a manobra dos ônibus e perigoso aos transeuntes, havendo inclusive outras providências sobre o assunto, no sentido de interesse público. Afirmou, em seguida, que o Prefeito foi publicar na imprensa local, um agradecimento a primeira dama da cidade, sua Progenitora esposa, pelos serviços prestados pela mesma por ocasião do transcurso do aniversário do Município. Disse ser humilhante e chocante o Prefeito agradar a si próprio, mediante a colocação do nome de sua esposa, em primeiro lugar, numa publicação inserta na imprensa. Disse, também que foi humilhante a primeira dama sair pela cidade pedindo donativos de casa em casa, para as instituições de caridade, constrangendo pessoas humildes a contribuir. Afirmou que antes das eleições o atual Prefeito fazia debates do próprio bolso, mas que depois de eleito mandam sua esposa pedir. Congratulou-se, em seguida, com o dirigente municipal do P.S.P., pelas duas últimas nomeações que conseguiu para Sindard. Ninguem ainda queria usar da palavra, o Sr. presidente anunciou-a passar a Ordem Do Dia que se constava de um constituída do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 47/64, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre doação de uma área de terreno ao CAGESP: aprovado, após ter sido regulado um requerimento do vereador Coimbra Filho, solicitando a remessa do projeto à Comissão de Plano do Município. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 48/64 do Prefeito Municipal, dispondo sôbre doação de uma área de terreno à CAGESP: aprovado, após ter sido regulado um requerimento do vereador Coimbra Filho, solicitando a remessa da proposição à Comissão de Plano do Município. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 35/64, do Prefeito Municipal autorizando e regulamentando a parcelamento e edificação e de paralelepípedos de ruas da cidade: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Walter Faustino. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 39/64, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para recebimento de doação de uma faixa de terreno: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Walter Faustino. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 32/64, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre loteamentos e dando outras providências: aprovado, com exceção do artigo 62, que foi regulado. Foi também regulado um requerimento do vereador Coimbra Filho solicitando a remessa da proposição à Comissão de Plano do Município. 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 44/64, do Prefeito Municipal, estabelecendo nova organização para os serviços da Prefeitura Municipal de Sindard e dando outras providências: aprovado, após ter sido regulado um requerimento do vereador Coimbra Filho pedindo a ida do projeto diga, próximo à Comissão de Plano do Município. Foram também aprovadas emendas dos vereadores Coimbra Filho e Odilardo Rocha. Logo após, a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou a passar à Explicação Pessoal. O vereador Otílio Guardini esperou ter apresentado emenda ao Código Tributário, como o projeto apenas de reajustar a taxa diária que tinha sido proposta pelo Prefeito e que se houve aumento, como se propagava indevidamente, a responsabilidade não seria do executivo e sim dele. O vereador Vitorio Tomaso disse que a emenda que apresentara ao Código Tributário simplesmente viria a elevar pobre e que a responsabilidade do aumento da referida taxa era realmente de seu colega Otílio Guardini e dos demais vereadores que aprovaram a proposição deste último. Afirmou que com a aprovação da emenda do Otílio Guardini, foram beneficiados alguns sorveteiros, mas a taxa diária dos preços residenciais foi aumentada, prejudicando a classe pobre. Encaminhou-a à Mesa, em seguida, conforme prometera na última sessão da Câmara Municipal, um ofício do P.S.P. solicitando ao Gabinete Sr. Governador do Estado, por intermédio do presidente do Legislativo, o restabelecimento do ramal férreo da Mogiana, e ao mesmo tempo conclamou seus colegas para que fizessem o mesmo. O vereador Walter Peres disse que a U.D.N. não assumiria o compromisso de mandar ofício ao Sr. Governador do Estado pedindo a volta do ramal férreo da Mogiana, pois o chefe do executivo estadual já prometera tomar essa providência, estando agora ao P.S.P. portanto situacionalista, cabia o cumprimento da que fôra prometido. O vereador Romildo Navarro disse que a Comissão de Plano do Município era apenas literatura e mais uma idéia do Prefeito, que tinha muita imaginação para essas coisas. Disse ser necessária a satenção da referida Comissão, a qual não funcionou, pois os próprios vereadores que apoiam o executivo combateram e hostilizaram contra a remessa de proposição à ela, para a devida apreciação. O vereador Coimbra Filho disse que o governador do Estado pelo não cumprimento da promessa que fizera de restabelecer o ramal férreo da Mogiana e de apoiar o nome do Sr. Odetonio Carlos Mourinelli para o cargo de Prefeito Municipal de Indaiatuba muito, na qualidade de vereador e presidente do diretório Municipal do P.S.D., para conseguir a volta do ramal férreo e o funcionamento da Escola de Medicina Veterinária, mas nada conseguiram, pois o atual Governador não deu nada a Sindard. Criticou a forma de cobrança da taxa diária, por ser prejudicial aos mais pobres porquanto, se fôsse cobrada na base do valor locativo dos imó-

veis, os predios mais bem localizados e melhores pagariam uma taxa maior. Afirmou que o Imposto de Industrias e Profissões a ser cobrado pelo executivo era absurdo, pois tadava em demasia os Bancos e os estabelecimentos comerciais com vendas de bebidas alcoólicas, os quais iriam pagar uma fábula. Censurou o chefe do executivo por não ter este cumprido a legislação trabalhista e não estar pagando nem 30.000 cruzeiros a muitos servidores, desobedecendo a lei que manda pagar 40 mil cruzeiros iniciais. Encerrou suas considerações dizendo que, no cumprimento de seu mandato, defende o povo e não a péssima administração do atual Prefeito, o qual quer administrar pelo telefone, com radar, o que não está certo, pois Sinhal não precisa de um Prefeito que mora noutro Município. O vereador Walter Galiano ressaltou o trabalho desenvolvido com dedicação e carinho por várias senhoratas que trabalharam em favor dos festejos do aniversário da cidade, em 27 de dezembro de 1964, tendo à frente a esposa do Sr. Prefeito Municipal, motivo por que expressava a tôdas, naquele instante, o reconhecimento e a gratidão da Edilidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os srs. vereador para a próxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 4 de março vindouro, e encerrou os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever. Abílio Sinheiro José Geraldo Fernandes Lito

Ata da 3ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 25 de fevereiro de 1965.

Presidência do Dr. Abílio Sinheiro
Secretariada por José Geraldo Fernandes Lito

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou a presença dos seguintes: Abílio Sinheiro, Antônio Fenório, Célio Porto Fernandes, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Lito, Vitório Tamaso, Waldir Peres, Walter Galiano e Rubens Balsachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem a imagem do Cristo Crucificado, e em seguida foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Foi aprovado um requerimento do vereador Rubens Balsachi, no sentido de se inserir, na ata dos trabalhos legislativos, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Joaquim Cândido Pereira. Passou-se, em seguida, à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº 47/64, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre doação de uma área de terreno ao C.E.S.A.: aprovado. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº 48/64, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre doação de uma área de terreno à C.A.G.E.S.P.: aprovado. Em seguida foi aprovado um requerimento do vereador Coimbra Filho, solicitando dispensa de redação final das duas preposições acolhidas em segunda discussão, e pedindo adiamento, para a próxima sessão ordinária, da discussão dos demais itens constantes da Ordem do Dia, em numero de seis. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 4 de março vindouro, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever. Atílio Giardini José Geraldo Fernandes Lito

Ata da 4ª sessão ordinária, do 2º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 4 de março de 1965.

Presidência do sr. Atílio Giardini
Secretariada por José Geraldo F. Lito.

Aos quatro dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sinhal, Estado de São Paulo, às vinte horas, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - Antônio Fenório, Atílio Giardini, Célio Porto Fernandes, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Lito, Waldir Peres, Walter Galiano, e Romildo Miranda. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem a imagem do Cristo Crucificado. Foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Passou-se a leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício do serviço de Cooperação com os Municípios prestando informações sôbre a impossibilidade do restabelecimento do ramal férreo de Sinhal, da Companhia Mogiana: "Ciente. Arquive-se". 2) Moção do vereador Walter Galiano e outros, protestando junto ao Secretário da Segurança Pública contra a anulação do ato que transferiu para Sinhal o Delegado de Polícia Dr. Fortunato Alfredo Catelli Florence: "Aprovada". 3) Requerimento Nº 23/65 do vereador Adauto de Carvalho Rosas, solicitando prorrogação de sua licença por mais 60 dias: "Concedida a licença. Continua no exercício do mandato o suplente da U.D.N. o sr. Romildo Miranda". 4) Requerimento Nº 24/65 do vereador Coimbra Filho, solicitando a constituição de uma Comissão especial para apurar irregularidades atribuidas ao Prefeito Municipal: "Aprovado. Nomeio os vereadores José Antônio Coimbra Filho, Romildo Miranda, Walter Galiano, Vitório Tamaso e Célio Porto Fernandes para constituirem a comissão especial na forma requerida". 5) Requerimento Nº 25/65 do vereador Walter Galiano, solicitando

a constituição de uma comissão especial para especificação e distribuição da moção de protesto a ser encaminhada ao Secretário da Segurança Pública contra a transferência do Dr. Fortunato A.C. Florence, Delegado de Polícia. Aprovado, Bomfim os Vereadores Walter Gaeiano, Antônio Fenomo e José Geraldo Teixeira para constituirem a comissão especial para forma requerida. - Entendida a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra ao Sr. Vereadores. Os Vereadores Coelho Goto Fernandes e Walter Gaeiano pronunciaram discursos sobre a transferência do Delegado de Polícia, cujo teor foi transcrito na íntegra no final da presente ata, a requerimento do vereador Antônio Fenomo aprovado pelo plenário. O Vereador Waldir Reis requereu seja consignado a assinatura dos membros da bancada da U.D.N. na moção de protesto contra a transferência do Delegado de Polícia, afirmou que êles e os seus companheiros estavam solidários com os Elementos que tomaram represália contra o que não estava certo, e que o ato do Secretário da Segurança Pública feria direitos de um ilustre integrante da Polícia de São Paulo, Dr. Fortunato A.C. Florence, cidadão pinheirense de reconhecidos méritos. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar a ORDEM DO DIA, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 22/64 do Prefeito Municipal dispondo sôbre loteamentos e golpes outras providências, com emendas dos vereadores, Walter Gaeiano e Coimbra Filho: Aprovado em 2ª discussão e dispensado de redação final a requerimento do vereador Coimbra Filho. Foram também aprovadas as emendas do vereador Coimbra Filho, ficando prejudicada a do vereador Walter Gaeiano. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 44/64 do Prefeito Municipal, estabelecendo nova organização para os serviços da Prefeitura Municipal de Guinhal e dando outras providências, com emendas dos vereadores Coelho Goto Fernandes e Coimbra Filho: aprovado o projeto e a emenda do vereador Coimbra Filho, em 2ª discussão, e dispensado de redação final a requerimento do mesmo vereador acordado pelo plenário. Foram rejeitadas as emendas do vereador Coelho Goto Fernandes. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 29/64, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para recebimentos de doação de uma gleba de terreno: adiada a discussão por uma sessão a requerimento do vereador Coelho Goto Fernandes. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 19/63, do vereador Coimbra Filho, declarando de utilidade pública uma área de terreno para a construção de templo em louvor a São João Batista: adiada a discussão por uma sessão a requerimento do vereador Coelho Goto Fernandes acordado pelo plenário. Foram constituídas, na comissão composta dos vereadores Walter Gaeiano, Coelho Goto Fernandes, Coimbra Filho, e Waldir Reis, a requerimento do primeiro, para se entender com o Sr. Arnaldo Gomes Florence sôbre a doação de terreno de sua propriedade, para a construção do templo em louvor a São João Batista. 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 35/64, do Prefeito Municipal, autorizando e regulamentando a permutação asfaltada e de paralelepípedos de ruas da cidade: rejeitado. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 2/65, do vereador Walter Gaeiano, dispondo sôbre a cobrança de imposto de licença de veículos, com pareceres da Comissão de Justiça propondo a arquivamento da proposição: retirada da pauta, a requerimento do vereador Walter Gaeiano. Cumprida a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar a EXPLICAÇÃO PESSOAL: O Vereador Coelho Goto Fernandes disse que a anulação da transferência, para Guinhal do Delegado de Polícia, Dr. Fortunato A.C. Florence, teve uma repercussão negativa fruto do povo. Afirmou estranhar que os vereadores da situação estivessem ausentes, pois sôbre o P.S.D. que promovera a transferência para outro município do Delegado de Polícia, e que esses vereadores tinham a obrigação de comparecer a Câmara para explicarem os fatos ocorridos. Queixou-se mas colegas protestando contra a ausência a sessão, dos Vereadores do P.S.D. O Vereador Waldir Reis pediu que o ato que anulou a transferência para Guinhal do Dr. Fortunato A.C. Florence tivesse sido anulado pela falta de segurança, e que era estranhável não terem sido apresentadas pelos integrantes da política situacionista, qualquer justificativa. Encerrou suas considerações dizendo que em agosto de tamanha gravidade a U.D.N. não podia se omitir. O Vereador Coimbra Filho disse que a atual administração era pior que a anterior. Declarou que o Prefeito autorizara a cobrança de isenção em prestações contrariando as leis, em vigor e que a arrecadação de determinado imóvel agrícola era tão baixa, que o interessado na transação até doou um parque infantil para o município. Afirmou que noutro caso o Prefeito reduzira pela metade a importância do imposto de sisa a ser cobrada de um município. Disse que o Prefeito evadiu um mecânico para trabalhar na Prefeitura, mas que êsse novo funcionário foi visto consertando o automovel do chefe do executivo, o que constituiu um absurdo pois o Município não era propriedade do alcaide. Afirmou que o Prefeito era incompetente e queria renunciar para o bem da cidade. Disse que o chefe do executivo emprestara três bancos da prefeitura para seu chefe e mentor político e que isso era caso de perda de mandato. Prosseguiu afirmando que a atual administração era admirista somente na hora de receber os auxílios do Governo do Estado. Criticou em seguida, o atual suplente de Delegado de polícia, dizendo que em 1964 o mesmo perseguiu os adamaristas, contra os quais fez horrores e que hoje o citado suplente era adamarista. Disse que o referido suplente transformara a Delegacia de Polícia em comitê político, às vésperas eleições. Afirmou que a Câmara Municipal pedira a nomeação, para Guinhal de um Delegado de Polícia de carreira, mas que o

quisbelho do D.S.P não concordou com esta proposição. Disse-quim afirmando que o presidente do diretório Municipal do D.S.P estava trabalhando para conseguir a nomeação do filho para o funcionalismo estadual, que o Sr. presidente do D.S.P. conseguira a nomeação da esposa, o mesmo fazendo o 1º secretário. que o 2º secretário conseguira a nomeação da irmã, e que o tesoureiro do D.S.P. pomeara um empregado a quem não pagava nem o salário mínimo, tendo assim ficado livre de indenização. Disse que o Prefeito pedira a nomeação do cunhado e conseguira fosse nomeado um primo nosso município. Declarou que os membros do diretório local do D.S.P. eram empresistas pois só tratavam de nomeações de funcionários, não tendo conseguido nem uma pequena em benefício do Piuhal. Afirmou que os ademaristas autênticos foram substituídos pelos "esparadrapos" e oportunistas. Externou suas considerações dizendo ser favorável a nomeação de um Delegado de Polícia de Barreira, para acabar com a politicalha dos chefes políticos e do quisbelho que pensam que a cidade e a Prefeitura são propriedades deles. O orador, Romildo Medeiros protestou contra a atitude do diretório municipal do D.S.P. afirmando que através de uma política corrompida que já esse partido era capaz de fazer transferiram o Delegado de Polícia para Mococa. Disse que os membros do diretório do D.S.P. saliam sorrindo pedir empregos para parentes, mas que os ídolos estavam gravando a própria sepultura, pois as eleições amidas estavam longe. Afirmou que no Piuhal tudo ia mal, que ninguem cuidava de nada pendo que na Escola Agwtécnica tinham morrido 20 aves por falta de alimentação por insuficiência de verba concedida pelo Estado e que o diretório do D.S.P. não estava fazendo nada para resolver esta situação difícil para aquele estabelecimento de ensino. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente convocou os Srs. Vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 1º Outubro. Eu que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lima, escriturário, a fiz escrever. Discurso pronunciado pelo vereador Otto Pinto Fernandes:- Senhores Vereadores: Deveria hoje, como já havia informado a vários amigos, fazer um apêlo aos vereadores e políticos de um modo geral, para que esquecendo das divergências político-partidárias, empenhassem todos os seus esforços afim de continuar esse trabalho de equipe, Piuhal e seu povo pudessem ser beneficiados em tudo aquilo que êles bem merecem e terminassem então, aquela fase de promessas, muitas delas não cumpridas, justamente por parte desse conjunto que, se esquecendo trabalhos reais e concretos benefícios, como a escola de Mogiana, funcionamento imediato da Escola Veterinária etc. Infelizmente, senhores vereadores, alguns chefes políticos do D.S.P. digo alguns porque nem todos apoiam atos dessa natureza, assim não pensaram e trabalharam com grande ardor e veemência esquecendo amizos e correligionários, para dar expansão a ambições pessoais e para vingar de adversários políticos, levando de roldão, nesses trabalhos negativos, tudo aquilo que ambicionamos para a nossa gente: paz, tranquilidade, liberdade, e prosperidade da nossa querida cidade. Venho aqui hoje senhores, como o espírito desprevenido contra quem quer que seja, apenas como cidadão e vereador, relatar um fato e assim dar razão a minha condição de representante do povo nesta augusta Casa. Acreditamos, incrédulos a princípio e estarrecidos depois a uma série de fatos que culminaram com o afastamento do nosso conterrâneo Dr. Estanislau Alfredo Cabelli Florence titular da nossa Delegacia de Polícia e cujo vereador defendo essa autoridade como amigo, e munhado, defendo o cidadão. Eis os fatos:- Dia 26, proximo passado, por ato do senhor Secretário da Segurança Pública, tomou posse da Delegacia de Piuhal o Sr. Fortunato; dia 27, poucas horas depois, foi tornado sem efeito esse ato do Sr. Secretário, tendo o titular de nossa delegacia, o qual já havia assumido passado o cargo ao seu substituto, presidente do D.S.P. local. Pergunto então quem é esse intruso que ousa provocar a ira dos "donos" da política piuhalense, procurando ocupar um lugar já preenchido por um membro do D.S.P.? Esse intruso a quem me refiro, aqui não está, aqui se ouviu, e aqui constituiu o seu bar. Pertence a uma família que sempre procurou elevar o nome de Piuhal ao mais alto nível, citarei apenas um membro dessa tradicional família, o inesquecível e bondoso Chiro Florence, que pelos seus méritos foi presidente da mais alta casa de leis do Estado. Assim sendo senhores vereadores pergunto que não poderia ocupar o cargo, basta ser honesto e não ter algo contra o passado, seja corrupto talvez, seja incompetente talvez seja até marginal. Campinas que tem a felicidade de ter o ecomo Delegado em 1949, afim sua condição de honesto e digno e cumpridor de seus deveres, o atraiz de um abaixo-assinado com 34.000 assinaturas pedindo a sua volta à frente da Delegacia de jogos e costumes daquela cidade por ter a população daquela culta cidade reconhecido nele o imparcial e enérgico Delegado que lhes trouxe paz e sossêgo a família campineira; mas lá também senhores vereadores, existem os "donos" de partidos e assim sendo foi removido para Guaruja; porisso naquela que é considerada a mais difícil delegacia de polícia do interior, inveterados jogos clandestinos, com boates o jogo proibido, terminou com arruaças de afilhados políticos e play boys, que já infestavam, colocando cada coisa no seu lugar, e foi então condecorado o São Paulo, comissionado por 6 anos, foi assistente do Departamento de Ordem Política e Social, com jurisdição em todo o Estado de São Paulo. No Guaruja funcionou nuns escassos 15 dias de funcionários públicos, esta mesma Casa enviou a êle em forma de agradecimento pelos serviços prestados, com

imparcialidade, justiça e critério, um abaixo assinado com 60.000 assinaturas por ocasião de sua transferência para São Paulo. Nunca foi filiado a partidos políticos, sua vida é dedicada inteiramente a sua profissão. Em Pinhal onde prestou seus serviços por 3 anos é bem conhecido o caso do Dr. Fortunato que tendo o pai como candidato à Deputado Federal, não pediu um voto e proibia aos amigos de fazê-lo porque achava que sua condição de Delegado de Polícia, poderia parecer que estava coagindo alguem a votar. Esteve todo assim, um ato desonesto durante a greve da Tecelagem foi nomeado interventor e não aceitou a insinuação, porque eventualmente poderia ter que agir contra conterrâneos e amigos. Junto com o fervoroso pinhalense Cícero Dígico cidadão que muito o deve. O nome de nossa cidade, foi trabalhar em ambos após muitas demarches, conseguiram convencer o Sr. Secretário da Justiça da época o Dep. Miguel Reale a não fechar a agro-técnica, e não transferi-la em Instituto Penal. A comissão das autoridades pinhalenses foi notória e preito sinceros, que não deixaram seguer interromper para saudar tão grande visit. A nature Policial que serve nossa cidade foi reconhecida também pelo Dr. Fortunato e qualquer dos senhores poderia oficiar ao serviço de transporte de polícia e poderiamos muitas aprimoações. Junto a outro digno pinhalense Dr. Mario Peres, fernandes nomeou mais pinhalenses na Polícia de Estado do que todos os políticos daqui com suas nomeações. Em fins senhores vereadores uma autoridade policial deste quilate, é tratada da maneira como foi, na sua Terra Natal por mera ânzia de políticos sedentos de ambição e poder. Pergunto senhores quanta injustiça e quanta irreverência, se todos procuram para as suas comunas o que existe de melhor, aqui fazem o contrário; naturalmente estão a espera de que apareça um Delegado de Polícia moedaveis, que funcione o pedestre regamente ordens dos altos chefes e que fiquem bonzinhos, senão em 20 horas ou menos estará removido e quem perde com isso é Pinhal e quem ganha é a Telefônica que nunca falharam tanto como no dia 26 p.p. Agora senhores vereadores que explicar a clínica e ecológica razão de sua nomeação para a Delegacia de Pinhal, policiando a classe de Delegados seus amigos e colegas que servidicam junto ao senhor Governador Diretor que julgam ter, pedido seu descomissionamento do D.S.P. e devolvia assumir a Delegacia de Mococa da qual era titular, promovido por colegas, foi proposta a ele uma permuta na qual todos ficariam em lugares onde já estavam radicados com seus laves organizados filhos em escolas etc. Não vendo mal nenhum em seu Delegado de sua terra, não sendo político e também não tendo inimizades e pelo contrário pendo benquisto por todos, aceitou a proposta, beneficiando assim a de seus colegas. Daqui para a frente os senhores conhecem bem o que se passou. Pergunto senhores vereadores, porque esses homens com tanto prestigio junto do Governador que conseguem em pouco mais de 20 horas anular nomeações de um Delegado de Polícia de carreira, lotado legalmente em seu cargo, não usam desse prestigio para trazer a Pinhal, talvez por telefone a Mooziana, indicada pelo Sr. Governador em 4 pessoas de eleições, curtido por centenas de pinhalenses, o imediato funcionamento da Escola de Veterinária, empenhamos para a consecução de diversos serviços urgentes e inadiáveis e tanta coisa mais que precisamos e não temos? Não senhores, isso eles não fazem, aprenderam so a dar tiros e sobre os escombros e que se sustentam nas alturas? Existe acima de interesses e paixões políticas, o poder judiciário que justo e imparcial resolverá esse lamentável caso que não quer e que magoa profundamente lhe que participar dele por motivos sobejamente conhecidos. Pergunto senhores vereadores, impetrado mandado de segurança contra o ato do Secretário da Segurança, anulando a nomeação do digno pinhalense e pela qual foi a solução que a Justiça der ao caso do Dr. Fortunato - Alfredo Cateli Ribeiro, continuará a ser para nós pinhalenses que amamos nossa terra o Dr. Fortunato que aqui nasceu, aqui viveu, exemplo de dedicação e de honradez e orgulho da Polícia Paulista. Senhores vereadores: Falei muito do digno Delegado, mas nesse triste episodio esqueci de uma coisa, de falar um pouco de mim. Participei ativamente da campanha política passada, trabalhei, pedi votos, falei nos comícios, enfim fiz o que devia fazer apoiando uma coligação partidária. Coligação PSP - PSD. Sejam agora senhores, sendo eu um vereador eleito por essa coligação, sendo amigo de todos, sendo talvez o colaborador que menos custou a essa coligação, pois nunca precisei de nada, procurando o que hoje aqui, nessa tribuna ajudar da melhor maneira possível e resolver os problemas que prejudicam sendo taxado até de sabrato da atual administração, e sendo o Delegado mal enfadado perante aos senhores: não deveria eu consultado oculto, ato tão violento e grave? Não deveria eu querido e consultado talvez até o Dr. Fortunato de suas intenções ao anunciar essa Delegacia? Todos que agiu nervei e talvez ele mesmo tivesse acatado a quem tivesse interesse de saber, mas não senhores a orientação política agora é outra, os companheiros já sentaram e as eleições já passaram, agora senhores é para a frente, pé na tabua e saiamos porque o câmbio de ambições está em marcha. - Ao ouvir pronunciado pelo vereador Walter Galvão - Sr. Presidente Attilio Giacchini e meus caros colegas: - De início, devo lamentar a ausência da bancada petrista aqui nesta Casa, que deveria ouvir e tomar conhecimento da resposta que a sociedade pinhalense faz, nesta Nação, pela maioria de sua Câmara. Creio ser esta uma das raras oportunidades que tenho como pinhalense e vereador de me levantar em defesa de um conterrâneo e da lisura desta casa, pois que julgo nunca

mais accentuar um fato, tão deprimente quanto êste de um legítimo filho de Itahal, de tradicional família, advogado e delegado de renome, ser escarnecido e achincalhado por elementos sem credenciais já os seus colegas, perdoe-se-nos que queiramos referir a esse lamentavel de procedimento, que fez um cidadão probo, honesto e cumpridor de seu dever, se ver assoberbado por tais elementos. É o caso do Dr. Fortunato Alfredo Cateli Florence, pulhalense altamente relacionado e credenciado como professor, advogado e delegado e que nos faz indecorosamente por parte desses elementos espurios, o repudio de delegado de Policia dessa cidade. É fato virgem na historia de Itahal, graças a Deus, porque em outros tempos e quando aqui medravam os politicos de más intenções e moral, nunca se deu e jamais se daria um retrocesso tão grande no nosso conceito de povo civilizado. Só mesmo hoje essa politica nefasta e nefanda que surrepia e aterroriza o nosso povo, praticada por esses elementos irresponsaveis e inconscientes, de sua ignorancia e que se poderia chorar lagrimas de dor na tumba da decencia pulhalense, morta fermentada e nauseante por essa turba de ignorantes. Eis porque Sr. presidente e srs. Vereadores, deixo aqui o meu veemente protesto, como pulhalense e verdadeiro admirador das tradições pulhalenses, de espirito muito, de altaneiro, todo espirito civico, de alto nivel intelectual, de nobres sentimentos formação moral cristã de amor ao proximo, que sempre, nos atos, nos feitos, fazendo-os até atingirem as altas esferas estaduais e federais. É pouco o que lamento profundamente esse retrocesso ate que tanto envolveu o nosso povo, deixando aqui novamente o seu protesto como um resguardo da nossa cultura. Terminando estas poucas palavras, peço desculpas pela ausencia de alguns termos, para escapar essa linguagem pesada, pois êles estão cheios.

Ata da 4ª sessão extraordinária, do 4º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Itahal, realizada em 9 de março de 1965.

Presidencia do Dr. Attilio Simbrio.

Secretariada por José Antonio Coimbra Filho.

Aos nove dias do mês de março de um novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Itahal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Itahal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Simbrio, Antonio Fornazio, Attilio Giardini, Celio Porto Fernandes, José Antonio Coimbra Filho, José Moreira Victorio Jambeiro, Waldir Genes, Walter Galiano e Rubens Balsachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio, em homenagem à falecida Dona Cecilia Picarelli. Em seguida foi feita a leitura do projeto de resolução nº 1/65, Celio Porto Fernandes e outros, designados a sede do Esporte Clube Comercial, para a realização de uma sessão solene na Câmara Municipal, no dia 13/3/65, a fim de ser feita a entrega do titulo de cidadão pinhalense ao Sr. Antonio Benedito Nogueira de Florença. O Sr. presidente declarou que, visto estar a proposição assinada por todos os vereadores presentes, ia colocá-la em votação, e que foi feito, sendo a mesma aprovada em discussão única e dispensada de redação final, a requerimento do vereador Celio Porto Fernandes. Em seguida foi designado o vereador Celio Porto Fernandes para, em nome da Câmara Municipal, saudar o Sr. Antonio B. Machado por ocasião da entrega a êste do titulo de "cidadão pinhalense". Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a sessão solene da Câmara Municipal, a realizar-se na sede do Esporte Clube Comercial, no dia 13-3-65, às dezenove horas, e encerrou os trabalhos em seguida. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lucca, secretário, a fiz escrever.

Ata da sessão solene da Câmara Municipal de Itahal, realizada em 13 de março de 1965.

Presidencia do Dr. Attilio Simbrio.

Aos treze dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Itahal, Estado de São Paulo, na séde do Esporte Clube Comercial, reuniu-se, às vinte horas em sessão solene, a Câmara Municipal de Itahal, de acôrdo com a Resolução nº. 39, de 10 de março de 1965. Encontravam-se presentes os vereadores: Dr. Attilio Simbrio, Antonio Fornazio, Celio Porto Fernandes, Getulio Spinelli, Victorio Jambeiro, Rubens Balsachi, Romildo Miranda, Waldir Genes, Attilio Giardini, José Antonio Coimbra Filho e Walter Galiano. Achando-se presentes os vereadores, o Sr. presidente comunicou que a sessão se destinava a homenagear o Sr. Antonio Benedito Machado Florence, mediante a entrega a êste do titulo de "cidadão pinhalense". Em seguida, para fazerem parte da Mesa, as seguintes pessoas: Dona Maria Angelica Florence, esposa do homenageado; Dr. José Augusto Nunes, juiz de Direito da Comarca; Dr. José G. de Almeida Garcia, Promotor de Justiça da Comarca; Helio Vergueiro Leite, Prefeito Municipal de Itahal; Monsenhor José Jeronimo Ballone Fuccida, Vigário da Paróquia; Mateus dos Santos Soares, Inspetor Escolar; João Batista Nunes, Chefe do Posto Fiscal; Armando Del Giudice, Diretor da Escola Agrotécnica "Dr. Evaristo da Veiga e Silva"; Jerome da Silveira Lemos; Dr. Enrico Branco Aubrey, Presidente do Clube 21 Lemos-Amigos de São Paulo; e Dr. Cleobulo Amazonas Duarte, Presidente do Clube 21

Irmãos - Amigos de Guintos. Em seguida o Sr. presidente designou os vereadores Walter Galiano, Waldir Teres, Antônio Fendio, Rubens Balsachi e Getúlio Spinelli para em comissão dirigir comissão, introduzirem o Sr. Antônio Benedito Machado Florence no plenário, o que foi feito sob uma salva de palmas. Usou da palavra, saudando o homenageado, o vereador Célio Dotto Fernandes, que fez várias considerações sôbre a personalidade do Sr. Antônio Benedito Machado Florence. O Sr. presidente procedeu, em seguida, a entrega, ao Sr. Antônio Benedito Machado Florence, sob uma salva de palmas do título, do título de "cidadão - pinhalense". Usou da palavra em seguida, o homenageado, que expressou sua profunda gratidão pela deliberação da Câmara Municipal outorgando-lhe o título de "cidadão - pinhalense". O Sr. presidente agradeceu a presença dos Srs. vereadores, das autoridades e do povo em geral, e encerrou os trabalhos. Eu que, para constar, fui lavrada a presente ata. Eu, Estenótipo de Lucito, escrevente, a fiz escrever.

Ata da 5ª Sessão ordinária, do 2º ano, da 5ª Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 18 de março de 1965

Presidência do Sr. José Geraldo F. Leite.
Secretariado por José Antônio Coimbra Filho.

Aos dezoito dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Antônio Fendio, Célio Dotto Fernandes, Getúlio Spinelli, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Leite, José Gonçeca, Lázaro Esteves Martinelli, Waldir Teres, Walter Galiano, Rubens Balsachi e João Gabriel Atayde. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Pôs-se um minuto de silêncio em homenagem à Imagem do Cristo Crucificado. O vereador Lázaro Martinelli declarou que desistia do restante da licença que lhe fôra concedida e que reassumia naquele instante, a sua cadeira de edil. Usou-se a palavra do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Ofícios da Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas, da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo e do Sindicato dos Odontologistas de São Paulo, congratulando-se com a Câmara Municipal pela concessão do título de "cidadão pinhalense" ao prof. José Tolomeu de Azevedo Marques: "Ciente. Arquive-se"; 2) Ofício do Cel. José Ribeiro da Mota Colombo, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento de sua irmã Lucinda da Mota Ramos: "Ciente. Arquive-se" - 3) Ofício do Romi Clorio Ferreira de Araujo, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Candido Teixeira: "Ciente. Arquive-se" - 4) Ofício do Serviço de Cooperação com os Municípios, encaminhando cópia de informações sôbre o ramal ferreo da Mogiana: "Ciente. Arquive-se". - 4) Requerimentos: - a) nº 26/65, do vereador Aurélio Linheiro, solicitando 15 dias de licença: "Concedida a licença, comparecendo o respectivo suplente da legenda". (Deu entrada no plenário, prestou o compromisso regimental e foi empossado, empossado o suplente do P.S.D., Sr. Armando Del Giudice). - b) nº 27/65, do vereador Antônio Tamiso, solicitando 10 dias de licença: "Concedida a licença, comparecendo o respectivo suplente da legenda". (Deu entrada no plenário, prestou o compromisso regimental e foi empossado, empossado o suplente do P.S.D., Sr. Armando Del Giudice). - b) nº 27/65, do vereador Antônio Tamiso, solicitando 10 dias de licença: "Concedida a licença, comparecendo o respectivo suplente João Gabriel Atayde"; - c) nº 28/65, do vereador Antônio Fendio, no sentido de ser publicada na imprensa a frequencia dos vereadores às sessões no exercício de 1964: "Aprovado"; - d) nº 29/65, do vereador Lázaro Martinelli e outros, solicitando informações ao executivo sôbre a construção de ponte na rua Floriano Peixoto: "Ao Sr. Prefeito"; - e) nº 30/65, do vereador Lázaro Martinelli e outros, solicitando informações ao executivo sôbre a instalação de postes nas ruas Coelho, Centenário e Luiz Pedro: "Ao Sr. Prefeito"; f) nº 31/65, do vereador Lázaro Martinelli e outros, solicitando informações ao executivo sôbre o funcionamento da Escola de Comércio Municipal: "Ao Sr. Prefeito". - 5) Indicações: - a) nº 8/65, do vereador Waldir Teres, para o executivo digo executivo entrar em entendimentos com os Governadores de Minas e São Paulo, sôbre a abertura de uma nova estrada ligando Pinhal a Jaguariúna: "Ao Sr. Prefeito". - b) nº 9/65, do vereador Antônio Fendio, sôbre a necessidade de ser reconstruido o muro perto do Chafariz: "Ao Sr. Prefeito". c) Pessoa a ser do Prefeito Municipal: - a) nº 8/65, votando totalmente o projeto de lei nº 22/64: "À Comissão de Justiça"; - b) nº 7/65, votando parcialmente o projeto de lei nº 44/64: "À Comissão de Justiça"; - c) nº 8/65, encaminhando à Câmara o projeto de lei nº 4/65, dispondo sôbre autorização para reconhecimento de molestia: "Às Comissões de Justiça e Finança". - Foi lida, também, a requerimento do vereador José Gonçeca, uma relação de ofícios do diretório municipal do P.S.D. dirigidos a autoridades estaduais, solicitando a ocupação, para o funcionalismo público, de pinhalenses pertencentes a outras agremiações políticas. Bem como a promoção de pessoas que já foram servidores do Estado. - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Lázaro Martinelli congratulou-se com todos os dedicados que colaboraram no carnaval pinhalense em 1965 e expressou seus agradecimentos àqueles anônimos cultos pelos xerizes que proferiram na Comissão Julgadora. Disse, em seguida, que lavrava um amargurado e veemente protesto contra o artigo-fundo do jornal "A Folha", de 9-3-1965, pela injustiça cometida que cometeu, elogiando os vereadores que estiveram presentes na sessão em que se aprovou a moção de protesto contra a transferência do Delegado de Polícia, e ao mesmo tempo pretendeu desfazer o voto e a atuação dos demais vereadores que sempre participaram dos trabalhos legislativos. Afirmou, em seguida, que prestava naquele instante sua homenagem a todos que vieram para Pinhal engradecer esta terra, sem discriminação racial ou religiosa ou política. Homenageou a todos que em Pinhal constituiram família e trabalharam em favor do Município.

apesar de não terem podido formar seus filhos, e que não figuraram na lista de artes-tas de "A Folha". Disse que o articulista não merecendo desaparecer anonimamente, e que atitudes como aquela puham em perigo a paz da família pinhalense. Encerrou suas considerações dizendo dos perdoar da pchevalidade do autor do artigo "Covardes! Traidores!", renovou o seu protesto e afirmou que a maioria dos bons pinhalenses também não merecera-dava com o articulista, que usou de ardis funestos para estremecer a paz doméstica da família pinhalense. — O vereador Rubens Balsachi disse que a esposa do vereador que ocupa o cargo de diretor do S.S.P. de S.o arrumam empregos para parentes, tendo em vista ser funcionária pública, e que a nomeação da mulher não feria a lei e nem fora contra o seu sócio. Referindo-se aos que na última sessão acusaram o perseguidor de boêdidos e mesquinhos, disse serem êles ido bater as portas do S.S.P. pedindo auxílio, e depois demonstraram a ingratidão que os caracteriza. Esclareceu que a Escola Agrotécnica tem corpo administrativo e que o P.S.P. não pode ser responsabilizado pela falta de razão nesse estabelecimento de ensino. Afirmou que o P.S.P. solicitou ao governo do Estado a cessão do pedido do Grupo Escolar "Dr. Edmundo Pequeiro Pequeiro" para o funcionamento da Escola de Comércio, e se o vereador que responsabilizara o diretório pela falta de razão na Escola Agrotécnica estivesse como mui-za fôsse, então o orador o aconselharia a consultar um bom oftalmólogo. — O vereador Célio Pedro Fernandes referiu-se à concentração de lavradores em Jupiá, congratulou-se com os seus pontos-de-pontes, entusiasmou a política agrária do governo Federal, que não vem pagando os preços mínimos prometidos para os produtos agrícolas, aplaudiu a atitude de dois deputados que teceram considerações sôbre o fato de ir-fiel que vem atravessando a lavoura e lamentou que a Cia. Leo fosse pagar os produtores de leite somente no dia 22 de cada mês, quando anteriormente o pagamento era feito até o dia 10, fato êsse que viria dificultar ainda mais as atividades dos fazendeiros. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: — 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 29/64, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para retalhamento de doação de uma parda de terreno: aprovado requerimento do vereador Waldir Peres para a proposição votada ir logo avulsa ao Sr. Prefeito, a fim de que êste providenciasse a elaboração de um parecer técnico da Comissão do Plano Diretor. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 18/63, do vereador Coaracy Filho, declarando de utilidade pública uma área de terreno para a construção de templo em louvor a São João Batista: aprovada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Célio Pedro Fernandes, com adendo do vereador Coaracy Filho no sentido de ser ouvido o Sr. Ignacio D'Anta Florence, consultando-o se realmente seria doar uma área de terreno à Paróquia de Pinhal, para a construção de um templo em louvor a São João Batista. Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Antonio Sorbello aproveitar ao seu colega Armando Del Giudice as saudações da bancada do P.D.C. — O vereador Armando Del Giudice apresentou aos seus colegas os mais sinceros agradecimentos pela acolhida que teve na Câmara, e afirmou que ali se encontrara para eliminar dúvidas surgidas a respeito da Escola Agrotécnica. Prosseguiu afirmando que o vereador que atacou a direção da Escola Agrotécnica por deleite e vontade própria, errou redondamente, sendo mesmo provável que o seu colega não conheça aquele estabelecimento de ensino, pois que vai não é conhecer. Disse ter vários atritos com o antigo diretor da Escola, o prof. Poltre, mas sempre o elogiou e ressalvou o nome, visto não tratar de assuntos políticos. Afirmou que o vereador que o criticou, e que também era professor, procedeu desta maneira por ter sido mal informado, ou por maldade ou então por uma ponta de inveja por ter o orador assumido a direção da Escola como próprio a 30 anos de lutas. Disse que o vereador, que também era professor da Escola, deveria ter sido ao gabinete do diretor para ser esclarecido, e não subir à tribuna da Câmara Municipal para dizer inverdades. Diogo Disse ter indagado do citado vereador e professor se sabia quanto tempo uma ave poderia passar sem comer, recebendo resposta negativa. Afirmou que o citado vereador, do professor não soubera também explicar porque fora vez as aves mortas e se estas tinham bronquite de doença, tendo ficado calado quando argumentado sôbre o assunto. Repetiu ser a experiência que tinha, como velho professor da Escola, sempre ele pendendo os interêsses desta, dos alunos e dos funcionários. Disse que apesar de terem morrido algumas aves, a produção de ovos foi expressiva. Afirmou que poderia ter galgado altos postos na administração pública, mas não o fizera porque jamais dobraria a espinha, pois não se curvaria diante dos prepotentes. Disse que não era doutor, agrônomo e nem doutor-veterinário, mas que possuia uma equipe técnica que trabalhava, ao contrário de diretórios anteriores que não eram dinamistas mas que não trabalhavam. Disse que não reduzira o número de alunos da Escola Agrotécnica, pois terminara o ano anterior com 204 estudantes e iniciara 1965 com 210 alunos. Esclareceu que alunos reprovados não podiam ser imediatamente matriculados, de acôrdo com o Regimento Interno da Escola. Lançou um apêlo aos vereadores, com exceção diga-se exceção do P.S.P. que não lhe dava trabalho, para que visitassem a Escola, para verificar o seu funcionamento. Lamentou a atitude da pessoa que enviou uma carta ao jornal "A Folha de São Paulo", dando a impressão de que na Escola Agrotécnica estavam morrendo aves, animais e quem sabe até alunos. Afirmou que por denúncia de um cidadão que se dizia seu amigo, fôra depor na Capital, por ocasião da greve na Escola Agrotécnica, com a qual nada tinha a ver, pois não ocorrera durante sua gestão. Disse ter sido apunhalado pelas costas por seu falso amigo a quem tanto ajudara. Encerrou suas considerações dizendo que alguns agrônomos diga agrônomos que viajaram com destino a Andradas, passaram na Escola Agrotécnica e pediram licença para fotografarem o capinzal, que estava numa beleza, o mesmo acontecendo com as culturas de arroz e de feijão

ao contrário do que afirmara o autor da carta dirigida ao jornal "A Folha de São Paulo", na qual se dizia que tudo estava no mato. O vereador Waldir Geres cumprimentou o seu colega Armando Del Giudice pelo brilho deste, segundo digo de segundo digo, seu discurso. Disse que o referido professor pronunciara um discurso brilhante, brilhante claro e elucidativo, mas fora traído ao convidar apenas parte da Câmara para visitar a Escola, sachando disse eminte do P.S.P., sob a alegação de que este nunca dera terra trabalhou. Disse que também nunca dera trabalhou ao diretor da Escola, e que o seu colega de bancada, o vereador Romildo Miranda falara na última sessão da Câmara em seu nome pessoal, não tendo atacado a direção do mencionado estabelecimento de ensino, que estava tendo uma boa gestão, mas dissera simplesmente que estavam morrendo aves e que o diretor não estava obtendo o apoio governamental. Afirmou que o seu colega de bancada não quis atacar o diretor da Escola, mas tão só a administração estadual. Disse em seguida, que sempre discordara da concessão de títulos de "cidadão pinhalense", pois entendia que todos que contram a Simbal e que trabalharam por esta terra, apesar de humildes, eram merecedores também do referido título. O vereador Célio Pinto Fernandes disse que não era advogado do vereador Romildo Miranda, mas que este não atacara o diretor da Escola Agrotécnica tendo apenas afirmado que ouvira dizer que o prof. Armando Del Giudice estava tendo dificuldades em conseguir o apoio da administração estadual. Externou suas considerações dizendo que por ocasião da greve dos alunos da Escola Agrotécnica a discordou da interferência da Câmara, por entender que assunto era da competência exclusiva da direção daquele estabelecimento de ensino e das autoridades estaduais. O vereador Walter Galiano disse que entre os ofícios do diretório municipal do P.S.P., que foram lidos no plenário, figuravam os nomes de Luca Irmã e de seu irmão prescrevendo assim evidenciar que os mesmos tinham sido quinhoados pelo partido. Afirmou que Luca Irmãos eram maiores de idade e responsáveis pelo seus atos, tendo o orador sido tachado por um ex-presidente do P.S.P., como "direita integra da família, por não pertencer a essa agremiação política". Disse que se realmente houve os pedidos, os quais não foram atendidos, isto não foi carta de sua lavra segue sido utilizada, os mesmos se justificaram plenamente visto que o seu irmão era advogado. Encerrou suas considerações dizendo que jamais pleiteou do diretório municipal do P.S.P., mas que ajudara a comprar foguetes para comemorar a vitória do Sr. Ademar de Barros, apesar de não ser ademarista. O vereador Coimbra Filho disse que a nova iluminação do centro da cidade que não estava correspondendo a ninguém, apesar de grande importância que fora gasta pelo executivo, enquanto que os postos que foram comprados com urgência estavam nas Vilas, no chão, sem serem usados. Lembrou que os moradores da Vila Celina contribuiram com mais de Cr$ 600.000 para a instalação de luz ali o que era ilegal, pois ninguem sabia como tinha sido aplicado pela agência Elfade da Prefeitura, antes mão existir a taxa de iluminação pública. Entendeu o fato de a Vila Celina ter um poco com tantas águas mortas, estranhando-se pois as ruas ali existentes são abastecidas mediante mangueira feita na rua 10 antiga de Monte Mor. Afirmou que sua indicação foi nomeada por concurso de "cargo" de Secretária, em 1949, quando solteira e professora efetiva em Cerro Azul, tendo sido nomeada em Simbal. Encerrou suas considerações dizendo que as últimas nomeações feitas em Simbal pelo P.S.P. foram pois todas, e que ele fora alcunhado de tempos atrás, tendo divorciado do atual Governador do Estado por não ter este cumprido a palavra empenhada com referência a volta do Ramal ferroviário de Apiaçaba e também por ter aparecido, logo após que, outro candidato ao cargo de Prefeito de Simbal. Nada ainda havendo a tratar, o sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 1º de abril vindouro, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Queiroz, secretário a fiz escrever. Célio Giardelli

Ata da 6ª sessão ordinária, do 2º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Simbal, realizada em 1º de abril de 1966.

Presidência do Sr. Attilio Giardini
Secretariada por José Geraldo F. Leite.

Aos primeiro dia do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Simbal, Estado de Rio Saulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Simbal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antonio Fenolio, Attilio Giardini, Célio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Leite, Rogaro Estevam Andrioli, Waldir Geres e Walter Galiano. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Foi feito um minuto de silêncio em memória em homenagem do Exmo Cruzeiro Fiscado. Sussor. Se a leitura do Expediente, que constava do seguinte: I) Requerimentos: a) nº 31/65, do vereador Célio Pinto Fernandes, solicitando 90 dias de licença: "Concedido a licença. Comunique-se o suplente seguinte, dentre, da diplomação do 1º suplente Sr. João Vieira, conforme ofício anexo." Estando presente no recinto o suplente Carlos Alberto Florence, que entrando no plenário e tomou posse. -b) nº 33/65, do vereador José Gobrera, solicitando 90 dias de licença: "Concedida a licença. Comunique-se o suplente da respectiva bancada." - c) nº 34/65, dos vereadores José Geraldo F. Leite e Pedrinha Filho, solicitando a publicação do boletim de causa da Tesouraria Municipal. "Ao Sr. Prefeito". - 2) Indicações: a) nº 16/65, do vereador Waldir Geres, no sentido de serem reparadas as ruas da cidade: "Ao Sr. Prefeito". -b) nº 41/65, do vereador José Geraldo F. Leite, no sentido de serem colocadas lâmpadas de iluminação pública na rua existente entre as ruas Prefeito Lessa e Duque de Caxias, e para que fossem feitos reparos em todas as ruas dos bairros locais: "Ao Sr. Prefeito". - 3) Mensagem nº 9/65 do Prefeito Municipal, prestando as informações solicitadas pelo vereador Rosario Martins de: A consideração da Casa.

Nada sendo requerido, ordenou-se. - 4) Projeto de lei nº. 5/65, do Prefeito Municipal, propondo o plantio de exemplares e árvores de grande porte na zona edificada da cidade: "As Comissões de Finanças e Serviços Públicos". Encaminhada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Antônio Tomázio formulou um requerimento, que foi aprovado, propondo a inserção na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Bonassi. O vereador Colombra Filho disse estranhar que somente da situação não estivesse presente, pois queria reafirmar que o diretório municipal do P.S.D. só auxiliava de nomeados. Afirmou estar informado de que alguns pessoas nomeadas pelo P.S.D. nem diploma de grupo possuem. Referindo-se ao Código Tributário, informou que o mesmo fora copiado de outro Município, que não era bom e que trouxera apenas tristezas para os municípes. Disse que a abertura de concorrência pública para a colocação de postes nas vilas fora mais um ato de demagogia do Prefeito, que pretendia engambelar o povo. Afirmou que os políticos desta situação estavam tapeando o povo, pois a Prefeitura arrecadara dinheiro dos moradores da Vila Helena mas não empregou a respectiva importância na execução do serviço de extensão da rêde de energia elétrica. Quanto à falta de absoluta a atitude do chefe do executivo com referência ao ausente Rosseguini, afirmando que a reforma da iluminação pública no centro da cidade fora feita sem concorrência pública e, tendo cada lâmpada custado 12 mil cruzeiros, sem qualquer benefício ou melhoria, pois a cidade estava no escuro, apesar do Prefeito não saber porquanto o chefe do executivo, apesar de recentemente ter adquirido uma casa em Sumaré, ainda não mudara residência para lá. Disse que o Sumaré é bom clone, a qual tinha até um Xerife de estrêla no peito. Afirmou ter sido informado de que a Polícia prendera um ébrio, o qual era desiquilibrado mental, o qual deveria ter sido informado no Juizado, mas por política foi solto pelo Xerife, e, depois de posto em liberdade, êste, juntamente assassinado um parente. Tudo terminando por culpa do Xerife. Disse que o Prefeito estava reduzindo impostos, contrariando as leis em vigor e prejudicando comerciantes. Afirmou que apesar da revolução de 31 de março estar dalhures contrariando os municípios de Sumaré. Encerrou suas considerações dizendo que no ambito federal existia a democracia, mas que no município de Sumaré ainda predominavam a ditadura e a corrupção, os quais deveram ser varridos pelas Forças Armadas. O vereador Walter Galvano ofereceu um ofício do diretório municipal do P.S.D. interferindo em favor de uma de suas irmãs, documento êste que não foi utilizado. Afirmou que estava aquele documento para mostrar do quanto era capaz o chefe local do P.S.D. sem imposição que lhe referido ofício chegara a ser intitular doutor. Disse que o chefe do P.S.D. local pedira o mesmo papel de um personagem do filme, intitulado "O Impostor". Isso requeiro, dizendo Elementar ter que abordar êsses assuntos na Câmara, mas que era preciso, porquanto os elementos a quem se referira na sessão anterior e naquele instante distribuindo contra o bom nome e a cultura do povo pinhalense, mas que essa era tão desastrosa da política do Sumaré hanveria de passar com o afastamento definitivo dêsses individuos. Afirmou ter pertencido a U.D.N., por 14 anos, tendo deixado êsse partido para integrar o P.R., onde tenho amigos sinceros. Encerrou suas considerações dizendo prestar naquele instante, sua homenagem à todos que formaram juntamente com êle, a resistência democrática em Sumaré, contra as esquerdas reacionarias, e ao mesmo tempo congratulou-se com o presidente da República e com as Forças Armadas pelo transcurso do 1º. aniversário da Revolução de 31 de Março. O vereador Carlos Alberto Florence disse que endossava as palavras proferidas anteriormente pelo seu colega Coimbra Filho, sôbre administração municipal e sôbre o Xerife do P.S.D. Afirmou que o Xerife do P.S.D. estava usando e abusando de suas funções de Substituto do Delegado de Polícia, mas que não estava à altura do cargo, pois era semi-analfabeto, mas apesar disso se intitulava doutor. Disse que o xerife do P.S.D. não conhecia a Lei do Trânsito, mas se arrogava no direito de aprender cartas de motoristas e perseguir municípes pinhalenses. Disse que infelizmente tinha lutado em favor da eleição do atual Prefeito, mas que êste o atraiçoara envolvendo a transferência, para Sumaré, do Delegado de Polícia irmão do orador. Afirmou que estava revoltado contra essa atitude do Prefeito, que atraiçoara a família tradicional de Sumaré, e que o chefe do executivo deveria cuidar mais, com mais ordem, da administração da cidade, ao invés disso estar sob as ordens do Xerife do P.S.D. - Disse que o Prefeito lhe procurara o resto, declarando-se inimigo de vaidade, pois no dizer seguinte: isolou dito do Secretário da Segurança revogando dito ato garantindo a transferência de seu irmão - Dr. Fortunato Calelli Florence para a Delegacia de Polícia de Sumaré, o que evidenciava a falta de sinceridade e amizade do Chefe do executivo. Afirmou que o Prefeito deveria realizar mais em favor de Sumaré, pois num ano de administração tinha apenas colocado lâmpadas na parte central da cidade, tendo gastado muito com êsse serviço e sem qualquer melhoria para a iluminação pública. Concluiu suas considerações dizendo que o P.S.D. não conseguiu nada para o Sumaré, mas que nem assim o Prefeito se descuidara dessa gente, o que constituia mais um motivo para que o orador lutasse até o fim contra êsse estado de coisas. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem Do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 3/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre isenção de impostos e taxas à CNER, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado, pelo voto de desempate do presidente da Câmara. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 6/64, do vereador Adalberto Costa, criando a taxa de iluminação pública, com pareceres da Comissão de Justiça pela legalidade da proposição, e da Comissão de Finanças contrário à aprovação: rejeitado. - 3) Discussão e votação único do recurso do Sr. Cândido Fortino contra o lançamento de diferença de Sisa, com pareceres contrários das Comissão de Justiça e Finanças: rejeitados os pare-

ceres e aprovado um requerimento do vereador Coimbra Filho, no sentido de ser a arrecadação do Imóvel reduzida para a importância de Cr$ 150.000 Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 19 vindouro, e encerrou os trabalhos. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Estenotipista de Imóvel, secretário, a fiz escrever, Flávio Rabelo

Ata da 7ª Sessão ordinária, do 2º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 6 de maio de 1965.

Presidência do Dr. Hélio Sinbeire.
Secretariada por José F. Fernandes Leite

Aos seis dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sinbal, Estado de Elio Gayle, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Hélio Sinbeire, Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Fonseca, Attílio Giardini, Célio Porto Fernandes, Getulio Spinelli, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Leite, Lázaro Monteiro Martinelli, Diogo Esteban Martinelli, Victorio Talmasky, Waldir Peres, Walter Feliciano Antunes Balsachi e Armando Del Giudice (este último assumindo a cadeira na presente sessão). Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Em seguida fez-se um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte:- 1) Ofícios:- a) do Serviço de Cooperação com os Municípios, pretendendo informações sobre a elevação de Sinbal para 3ª entrancia: "Ciente". Arquive-se";- b) do Bel. Fortunato Alfredo Botelli Moraes, comunicando haver assumido a Delegacia de Polícia de Sinbal: "Agradeça e felicitar";- c) do D.N.O.S, comunicando não ser possível a concessão de uma verba para execução da pintura da Igreja Matriz: "Ciente. Arquive-se";- 2) Mensagem nº2 4/65 do Prefeito Municipal, encaminhando balancete da receita e despesa do 1º. trimestre de 1965: "A matéria fica a disposição dos Srs. vereadores, na Secretaria da Câmara, para exame";- 3) Requerimentos: a) nº. 36/65, do vereador Victorio Tamasky, solicitando informações a Cia. Caulista de Força e Luz sobre interrupções no fornecimento de energia elétrica: "Aprovado"; b) nº 36/65, do vereador Lázaro Martinelli e outros, solicitando providências do executivo no sentido de ser regularizada a situação dos comodos digo condomínios do Mercado Municipal: "Encaminhe-se ao Prefeito";- c) nº. 37/65, do vereador Waldir Peres, solicitando a intercessão do presidente da Câmara junto à concessionária do serviço de eletricidade, no sentido de ser recuado um poste existente defronte à Fábrica "Cerca": "Aprovado";- d) nº 38/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências da presidência junto ao executivo para a solução do problema de iluminação da Vila Celena: "Aprovado";- e) nº. 39/65, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, solicitando informações ao executivo sôbre a volta do ramal da Mogiana, sôbre o funcionamento da Comissão Municipal de Esportes e o programa a ser desenvolvido por este orgão em 1965: "Ao Sr. Prefeito".- 4) Indicação nº 43/65, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, sôbre a necessidade de ser reparado o prédio da Biblioteca Municipal, pedindo seja consertado o passeio defronte ao Campo de esportes do Instituto de Educação e solicitando providências no sentido de ser feito com mais capricho o serviço de esgoto de luz: "Ao Sr. Prefeito".5) Projetos de lei:- a) nº 7/65, do vereador José Geraldo Fernandes Leite e outros. Suspendo sôbre a publicação oficial dos contribuintes do imposto e taxas municipais "Às Comissões de Justiça e Finanças";- b) nº 8/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para a granulação, pela A.B.C. dos pavimentos asfaltados, de um cemitério particular: "Às Comissão de Justiça e Serviços Públicos";- c) nº 9/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas diversas: "Às Comissões de Justiça e Finanças".- Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente comunicou ao plenário que ficaram mantidos, pelo decurso do prazo legal, os vetos apostos pelo Prefeito Municipal aos projetos de lei de nrs. 22/64 e 41/64, vetos êstes que haviam sido devidamente encaminhados em tempo hábil pela Comissão de Justiça, a quem tinham sido enviados para receberem parecer. Em seguida deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Victorio Tamasky informou ao plenário que, no dia 5 de abril último, por ocasião do sepultamento do Padre Antonio Falanca em nome da Câmara Municipal, por delegação do nº e - presidente que se encontrava no exercício da presidência, e ao mesmo tempo encaminhou a Mesa, para que fizesse parte integrante na Secretaria da Câmara, o texto do discurso. O vereador Lázaro Martinelli disse que o 1º de maio não foi comemorado condignamente em Sinbal, mas esperava que no próximo ano os homens se aproximassem mais, para que houvesse mais harmonia entre o capital e o trabalho, e também para que todos possuissem ter paz e sorriso, predominando sempre a justiça. Encerrou suas considerações expressando o seu regozijo pelo transcurso de mais um aniversário de existência do Instituto de Educação "Cardeal Leme". O vereador Adauto de Carvalho Rosas formulou dois requerimentos, que foram aprovados, propondo um voto de congratulações com o Instituto de Educação "Cardeal Leme" pelo transcurso de seu aniversário de fundação, e um voto de pesar pelo falecimento do ex- prefeito de Elio Gayle engenheiro Francisco Prestes Maias. Disse, em seguida, que lamentava ter que voltar a ocupar a administração municipal, mas era obrigado a fazê-lo, pois a coleta do lixo da cidade estava muito irregular, ficando o lixo às vezes por 3 dias acumulado nas casas, e quando as latas eram esvaziadas os cachorros as tombavam e revolviam o lixo. Afirmou

que as ruas dos bairros estão esburacadas, que a Prefeitura diligencie comunicações para o serviço público, sendo um absurdo que durante os 4 anos da administração anterior e quase um ano e meio da atual, a Prefeitura não tenha comprado nem um rolo compressor. Disse e queria deixar bem claro para toda a cidade, tendo de permanecer à sua residência ficado sem moradia por mais de 2 meses, sem que a Prefeitura providenciasse a necessária remoção, fortes a mudança do horário de funcionamento das repartições municipais, alegando ter ficado mais difícil para os contribuintes o pagamento dos impostos e taxas, com a supressão do expediente na parte da manhã. Declarou que, tendo os funcionários recebido um aumento de vencimentos substancial, era justo que o Prefeito fizesse navegar o horário antigo, o qual era de interesse do povo em geral. Referiu-se à necessidade de ser construída a ponte sobre o Ribeirão do Lenço, na Rua Floriano Peixoto, e a firmar ter sido informado de que essa providência já ter sido tomada pelo Estado. Disse, em seguida, que o Prefeito e o diretório municipal do P.S.D. precisam tomar providências para resolver, em caráter de urgência e com urgência, o caso da volta do ramal férreo da Mogiana, dando assim uma satisfação ao povo pinhalense. Criticou a Comissão Municipal de Esportes, por não fazer outra coisa a não ser cuidar do Estádio Municipal, não promovendo qualquer competição esportiva, e ao mesmo tempo lamentou que dois jogos realizados em Casa Branca a referida Comissão não tenha cooperado em nada, tendo os atletas pinhalenses viajado na carroceria de uma caminhota. Referiu-se também, a necessidade de ser consertada de calçada existente defronte ao campo de esportes do Ministério da Educação "Cardeal Leme", que oferece sério perigo para os transeuntes. Encerrou suas considerações dizendo que por questões políticas, policiais e comunação de pinconagens muita gente se interessará mais que do interesse da cidade, ninguém cuidava. Vereador Coimbra Filho defendeu que a culpa de não terem sido apreciados os dois vetos do Prefeito cabia a presidência da Câmara e à Comissão de Justiça, pois ambas não tinham obedecido ao determinação do Regimento Interno, o que constituía um precedente gravíssimo. Afirmou que o Prefeito estava fazendo desconto nos impostos de determinados contribuintes, o que era corrupção. Disse que um contribuinte teve seu requerimento indeferido, mas posteriormente, por conta própria, o chefe do executivo determinou fosse feita uma redução, o que também configurava corrupção. Criticou o fato de a taxa de conservação de estradas ter ficado congelada, mediante sua vinculação ao salário-mínimo antigo, o que era inconstitucional. Afirmou que a nova iluminação pública, do centro da cidade, foi feita sem concorrência pública, tendo ficado uma droga, pois as lâmpadas mais fumecavam. Disse que no caso da colocação de postes na Vila Celina, através da entrega o Prefeito transformou os moradores ali residentes em inimigos dos vereadores. Comentou o fato de o Prefeito não ter colocado os postes de iluminação na Vila Celina e depois andar dizendo que não é preciso pagar o vereador Coimbra Filho estava ultrapassando a administração do município. Afirmou que os interessados foram tapeados pelo prefeito e qual disseram, na última vez que estiveram em contato com os moradores da Vila Celina, que não podia fazer o serviço porque ficaria muito caro. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constitua do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 9/65, do Prefeito Municipal, dispondo sobre isenção de impostos e taxas à CHERP, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado em 2ª discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Walter Galesso. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 24/64 do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para recebimento de doação de uma faixa de terreno: adiando, a pedido do proponente deste do imóvel, Sr. Joaquim Stolf, que desmitiu de fazer a doação. - 3) Primeira discussão, discussão e votação do projeto de lei nº 6/65, da Comissão de Obras e Serviços Públicos, aprovado o loteamento da "Vila Ligo Joaquim", dos Srs. Santo e Amador Joaquim Tenorio, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 4/65, do Prefeito Municipal dispondo sobre autorização para recondicionar de motor, com parecer favorável da Comissão de Justiça e com parecer da Comissão de Finanças dizendo para o Plenário dar-se por satisfeito o projeto. 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 8/65 do Prefeito Municipal, prolongando o plantio de eucaliptos arvores de grande porte na zona edificada da cidade, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: foi aprovado um requerimento do vereador Coimbra Filho no sentido de ser o projeto devolvido ao Sr. Prefeito para parecer da Comissão do Plano Diretor do Município. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 21/64 do vereador Coimbra Filho, abrindo crédito especial para a construção de uma ponte na rua Floriano Peixoto, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: retirado da pauta, a requerimento do autor, vereador Coimbra Filho. Esgotada a matéria em pauta, foi lido e aprovado o requerimento de nº 40/65, do vereador Walter Galesso e outros, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o término da ordinária, para que fosse votado em segunda discussão o projeto de lei nº 6/65. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a sessão extraordinária da Câmara Municipal, a realizar-se logo em seguida, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Datiumário de Mattos, secretário, a subscrevi. Observação: o vereador Otílio Pardo Fernandes não estava presente nesta sessão, visto encontrar-se licenciado, tendo o seu nome sido incluído por equívoco.

209

Ata da 5ª Sessão extraordinária, do 2º ano, da 5ª Legislatura, da Câmara Municipal de Sumbé, realizada em 6 de maio de 1965.

Presidência do Sr. Otílio Pinheiro
Secretariada por José P. Fernandes Filho

Aos seis dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sumbé, Estado de São Paulo do Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbé, logo após o encerramento da 1ª Sessão Ordinária, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Otílio Pinheiro, Antonio de Carvalho Reges, Sinfrônio Fonseca, Otílio Pinheiro Célio Pinto Fernandes, Celestino Sponcello, José Sinfrônio Boemia Filho, José Leonildo Fernandes Filho, Severino Estevam Montagnella, Victório Tamburo, Waldir Reges, Walter Galvão e Rubens Balbachi e Armando Del Guidice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Lavrou-se a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 2. 6/65, da Comissão de Obras e Serviços Públicos, aprovando o loteamento da Vila Célio Junqueira, dos Srs. Santo e Amador Fonseca Diogo Santo e Amador Joaquim Fonseca, com parecer favorável da Comissão de Justiça; aprovado em segunda discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Waldir Reges. Em seguida o Sr. presidente anunciou ir passar a Explicação Pessoal. O vereador Adauto de Carvalho Reges disse ser necessário que o Prefeito tomasse providências no sentido de melhorar o prédio da Biblioteca Municipal, o qual se encontrava em estado de abandono, reclamando uma conservação urgente. O vereador Waldir Reges alegou que, de conformidade com o artigo 123, do Regimento Interno, o prazo para as Comissões exararem pareceres sobre votos, era de 5 dias, e que mais havendo a deliberação do voto dentro desse prazo, após sidenoja teria que colocar a matéria em pauta independentemente do parecer da Comissão competente. Referindo-se ao fato de a cidade estar toda esburacada, pediu providências do presidente da Câmara junto ao exmo. Sr. Prefeito, a fim de que este dispensasse mais atenção às indicações formuladas pelos vereadores. Encerrou suas considerações dizendo ser necessário dar maior publicidade aos trabalhos legislativos, através de publicação na imprensa local, pois a maioria do povo desconhecia as atividades dos Srs. vereadores. O vereador Rogério Mantovanelli explicou que, por ter estado licenciado e posteriormente adoentado, não lhe foi possível estar presente à leitura dos votos dentro do prazo estabelecido no Regimento Interno, mas tendo sido sua ausência antes a apreciação da matéria pelo plenário da Câmara. O vereador José Geraldo Fernandes Filho disse que as Comissões devem funcionar de acôrdo com o que estabelece o Regimento Interno, alegando o seu presidente e renunciando-se periodicamente. O vereador Bartolomeu Filho declarou ser favorável a que as Comissões funcionem regularmente, de acôrdo com as normas estabelecidas no Regimento Interno. Afirmou que muitas atas de 1964 não foram publicadas na imprensa local, e que por isso os vereadores não tomam conhecimento dos respectivos textos. Disse que as atas deveriam ser mandadas aos vereadores, através de cópias, para depois serem votadas, evitando assim a repetição de um fato que se deu quando o Prefeito requereu certidão de uma ata aprovada oficialmente, e isso para interpelar judicialmente o orador. Afirmou, em seguida, que um contribuinte estava na Prefeitura para pagar a taxa elegida, tendo tomado conhecimento da resposta dada pelo competente pretendido cobrar-lhe os meses de janeiro e março, os quais já estavam pagos, conforme recibo que o interessado apresentou. Disse que a Prefeitura pretendia tributar o interessado duas vezes, o que era abusivo e ilegal, tendo que fatos como êste aconteciam sòmente na atual administração. Afirmou que vários contribuintes tiveram seus impostos reduzidos por ordem do chefe do executivo, o qual fez a contabilidade da Prefeitura de borracha, para poder registrar seus atos ilegais. Disse que, com [illegible] o Prefeito encontrou em ordem de responsabilidade, estando sujeito ao "impeachment". Declarou, em seguida, que o Prefeito trouxe os moradores da Vila Celina, país não queria por luz naquela rua por ser o serviço muito caro, tendo entretanto gastado uma verdadeira fortuna para substituir as lâmpadas no centro da cidade, tendo o preço pior do que antes, dizendo ai ruas e praças públicas mais escuras. O vereador Victório Tamburo afirmou que os vereadores do P.S.P. não tiveram qualquer interferência na questão dos votos do Prefeito, pois os mesmos, de acôrdo com as normas regimentais, deveriam ser votados na reseão de 1º de abril de 1965, e nesta data o orador e os vereadores Otílio Pinheiro e Rubens Balbachi se encontravam em São Paulo. Disse, em seguida, que fez um levantamento de dados sôbre a renda e despesa do Romal Ferroviário, o que não foi feito pelo vereador Sinfrônio Filho, o que êsse levantamento estava sendo estudado pela direção da referida ferrovia e seria levado em consideração para o restabelecimento ou não do ramal de Sumbé. Posteriormente suas considerações dizendo que o vereador Sinfrônio não era a demanda há muitos anos, pois pertencia ao P.S.D.- O vereador Otílio Guardoni afirmou que presidiu a sessão da Câmara Municipal, realizada em data de 1º de abril, sem saber que o titular da presidência estaria licenciado, e por isso não providenciou a convocação, na Ordem do Dia, dos vereadores, diz os votos do chefe do executivo, visto ter comparecido à sessão ignorando que teria que assumir a presidência. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 20 vindouro, a fim de serem apreciados os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Bartolomeu de Mello, secretário, a fiz escrever. O vereador Célio Pinto Fernandes não estava presente nesta sessão, tendo-se encontrado licenciado, tudo o que vai nesta acta incluido por engano.

Otílio Pinheiro

José Geraldo Fernandes Filho

Acta da 8ª sessão ordinária, do 2º anno, da 5ª legislatura da Câmara Municipal de Sinfaes, realizada em 20 de maio de 1965.

Presidencia do Dr. Abilio Simplicio
Secretariada por José Geraldo Fernandes Lite

Aos vinte dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sinfaes, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal de Sinfaes, as vinte horas, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Abilio Simplicio, Antonio Ignacio, Attilio Giardini, Getulio Esperelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Lite, Edgard Esteves, Victorio Tamasio, Waldir Peres e Walter Faltano. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem à memoria do Exmo Cruzeiro do Sul e em seguida leu-se a leitura do Expediente, que constava do seguinte:- 1) Indicação nº 13/65, do vereador José G. F. Lite no sentido de ser pedregulhado o morro da Magia Fourquina: Ao Sr. Prefeito". 2) Requerimentos nº 41/65 do vereador Coimbra Filho, solicitando informações ao chefe do executivo sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria: "Ao Sr. Prefeito". 3) Projeto de lei nº 10/65, do vereador Coimbra Filho, dispondo sobre isenção de imposto predial: "Às Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do Expediente e ninguem fazendo uso da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 8/65, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a manutenção, pela A.B.C. dos padres Assuncionistas, de um cemiterio particular, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: Aprovado.- 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 18/65, do vereador J. G. F. Coimbra Filho, declarando de utilidade publica uma area de terreno para a construção de templo em favor a Igreja São Batista, com parecer contrario do relator da Comissão de Justiça: adiada a discussão por 3 sessões, a requerimento do vereador Walter Faltano, a fim de que fosse oficiado ao Sr. Prefeito Municipal solicitando informações sobre o resultado dos entendimentos mantidos entre o chefe do executivo e o Sr. Arnaldo P. Ferreira, proprietario do terreno a ser desapropriado.- 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 2/65, do Prefeito Municipal ligado ao vereador José Geraldo Fernandes Lite e outros, dispondo sobre a obrigatoriedade da publicação anual de relação nominal dos contribuintes de impostos e taxas, com emendas do autor da proposição, com pareceres dos membros da Comissão de Justiça e com parecer favoravel da Comissão de Finanças: aprovado o projeto com as respectivas emendas. Esgotada a materia em pauta foi lido e aprovado o requerimento de nº 42/65, dos vereadores José Geraldo F. Lite, Waldir Peres e J. A. Coimbra Filho, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o termino da ordinária, para que fossem votados em segunda discussão os projetos de lei de ns. 7/65 e 8/65. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a sessão extraordinaria, a realizar-se logo em seguida e encerrou os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente acta por mim, Attilio Giardini de Queiroz, secretario, a fiz escrever.

Abilio Simplicio

Acta da 6ª sessão extraordinária, do 2º anno, da 5ª legislatura da Câmara Municipal de Sinfaes, realizada em 20 de maio de 1965.

Presidencia do Dr. Abilio Simplicio
Secretariada por José Geraldo F. Lite.

Aos vinte dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sinfaes, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal de Sinfaes, logo após o encerramento da 8ª sessão ordinária, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Abilio Simplicio, Antonio Ignacio, Attilio Giardini, Getulio Esperelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Lite, Edgard Esteves, Victorio Tamasio, Waldir Peres, Walter Faltano. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi aprovado um requerimento do vereador Edgard E. Martinelli, propondo a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ottilio Jorge, tendo logo após sido aprovado solidariedade a esse ato do plenario, as bandeiras do I.S.P. do I.D.C. e da U.O.N. Em seguida, o vereador Coimbra Filho afirmou que o atual Prefeito mandasse fazer a mudança do Delegado de Policia, de Martinia para São Saulo, usando para isto o caminhão do Municipio. Disse ainda que o chefe do executivo de errado, ilegal e absurdo, pois não se poderia comprar que o Municipio estivesse importes elevados para o Prefeito esbanjar mediante a prática de ilegalidades. Em seguida o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, na qual foram apreciados, em segunda discussão e dispensados de redação final, o requerimento do vereador Coimbra Filho, os projetos de lei de ns. 8/65 e 7/65. Em seguida, passou-se à Explicação Pessoal. O vereador Victorio Tamasio esclareceu que todos os Prefeitos mandaram fazer mudanças dos Delegados de Policia que passaram por Sinfaes, usando para isso caminhão de propriedade do Municipio. Afirmou que a mudança do atual Delegado de Policia, de Martinia para São Saulo, realmente foi feita pelo caminhão da Prefeitura, mas que o combustivel foi pago pela Delegacia de Policia de Sinfaes, e a diaria dos empregados municipais correra por conta do Prefeito Municipal, que pagara as despesas de seu proprio bolso. O vereador Coimbra Filho disse que a atual administração era pior que a anterior, pois esta chama o povo mediante a cobrança de altos impostos, para gastar com serviços que não eram de interesse do Municipio, como no caso da mudança do Delegado de Policia, feita pelo caminhão da Prefeitura. Disse que na administração do Sr. Antonio Castro, este punira o fiscal por ter sido

feita uma mudança de funcionário municipal, sendo para isso utilizado o caminhão da Prefeitura, mas que atual administração era pior do que a anterior, pois o atual chefe do executivo mandara fazer mudança do sargento do Tiro de Guerra de funcionários municipais e do Delegado de Polícia, sempre utilizando o caminhão do Município, o que constituia um absurdo. Afirmou que o Prefeito mandara fazer serviços com o trator da Prefeitura para particulares, mas que não cobrava a Contribuição de Melhoria. Disse, em seguida, ser favorável ao apelo formulado pelo Sr. Arnaldo D'Avila Florence no sentido de ser preservado o prédio do Grupo Escolar "Dr. Almeida Vergueiro", que estava sendo mutilado por uma reforma demolidora. Disse, também, um apelo à Mesa da Santa Casa, para que providenciasse a reabertura da Escola de Auxiliares de Enfermagem. Afirmou, em seguida, ter entrado para o P.S.D. em 1964, partido do qual saiu em 1961 para apoiar a candidatura do General Zott. Disse que em 1962, na vinda do P.S.D. com o Sr. Adhemar de Barros para Governador, ao contrário do Sr. Vitorino Lamaso, que jamais pertenceu ao P.S.P., muito que o nome deste não constava nas atas do partido. Afirmou que o Dr. Ruiram Barbosa, só por ser a elemento, fora perseguido pelo atual Prefeito e pelo presidente do P.S.P. - Disse ter deixado de ser adhemarista quando o Sr. Adhemar de Barros não cumpriu a palavra empenhada no sentido de apoiar o Sr. Antônio Carlos Mascarenhas para o cargo de Prefeito de Sumbal. Encerrou suas considerações dizendo que, com exceção de alguns membros, o diretório do P.S.P. de Sumbal trabalhou, nas últimas eleições, para eleger o Sr. Miguel Jorge Nicolau, nada tendo feito em favor do Sr. Adhemar de Barros. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a sessão solene da Câmara Municipal, a realizar-se no proximo dia 30, às 14 horas em homenagem ao Capitão Luiz Cornélio Benassi. Em seguida encerrou os trabalhos do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Datilógrafo de Auditório, a fiz escrever. Aurélio Ribeiro

Ata da sessão solêne da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 30 de maio de 1965.

Presidência do Dr. Abílio Simbreiro

Aos trinta dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, reuniu-se, às 14 horas, em sessão solêne, a Câmara Municipal de Sumbal, sob a presidência do Dr. Abílio Simbreiro e com a presença dos vereadores Adauto de Carvalho Rosas, Attilio Guardini, Getúlio Espinelli, José Antônio Cambra Filho, Edgard Esteves Mantovanelli, Vitorino Lamaso, Walter Juliano e Armando Del Giudice. O Sr. presidente comunicou que a sessão se destinava a homenagear o saudoso Capitão Luiz Cornélio Benassi, ex-presidente da Câmara e chefe político de projeção no município de Sumbal. Convidou, em seguida, para tomarem assento junto à presidência, os srs. Helio Vergueiro Leite, Prefeito Municipal; Dr. Carolino Cunqueira Mendes Silva, advogado e ex-presidente da Câmara; Miguel Nassin, Prefeito de Santo Antônio do Pardim; Osório Ferreira Neves e Dr. Januário Nicoletti Netto, representantes da família do homenageado. Em seguida usaram da palavra, exaltando as qualidades de político e homem público do Capitão Luiz Cornélio Benassi, os seguintes vereadores: Walter Juliano, em nome do P.R., P.D.C.; Armando Del Giudice, em nome do P.S.P.; e Adauto de Carvalho Rosas, em nome da U.D.N. - Por último fez uso da palavra o prof. Hercules Machado Florence que agradeceu, em nome da Família do Capitão Luiz Cornélio Benassi, a homenagem ticketada ao saudoso político pantrolense. O Sr. presidente se associou, em nome da Mesa da Câmara, às justas digo justas homenagens prestadas pelo plenário à memoria do saudoso Capitão Luiz Cornélio Benassi, agradecendo a presença dos vereadores e do povo em geral encerrando os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Datilógrafo de Auditório, secretário, a fiz escrever. Aurélio Ribeiro

Ata da 9ª sessão ordinária, do 2º ano, da 5ª legislatura da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 3 de junho de 1965.

Presidência do Dr. Abílio Simbreiro
Secretariada por José Antônio Cambra Filho

Aos três dias do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às vinte horas procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Simbreiro, Antônio Simbreiro, Attilio Guardini, Getúlio Espinelli, José Antônio Cambra Filho, Edgard Mantovanelli, digo Edgard Esteves Mantovanelli, Vitorino Lamaso, Waldir Lopes, Walter Juliano, Armando Del Giudice e Rubens Bufsachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem a memória de Cristo Crucificado. Foi lida, aprovada e assinada a ata anterior. Dando-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Indicação nrs. 14/65, do vereador Vitorino Lamaso, no sentido de ser pago aos extranumerários municipais o abono de dezembro de 1964, e sugerindo ao executivo o estudo do reajustamento dos seus ordenados do Município a partir de julho de 1965: "Ao Sr. Prefeito"; - 2) Mensagem nº 16/65 do Prefeito Municipal, retirando totalmente o projeto de lei nº 7/65: "A Comissão de Justiça, parecer"; - 3) Projetos de Lei: - a) nrs. 11/65, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de subvenção à Misericordia Sumbalense de Ensino: "À Comissão de Justiça e Finanças". - b) nrs. 12/65, do vereador Cambra Filho, dispondo sobre a isentação da cobrança do imposto Predial Urbano: "À Comissão de Justiça"; - c) nrs. 13/65, do vereador Walter Juliano, dispondo sôbre a redução das alíquotas dos Impostos Predial e Territorial Urbano: "À Comissão de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos ora-

dores. O vereador Coimbra Filho formulou um requerimento, que foi aprovado, no sentido de se oficiar ao Secretário da Educação e ao Diretor do Ensino Agrícola, agradecendo a criação, em Funchal, de uma Escola de Economia Doméstica. Em seguida, usando da palavra, o vereador Coimbra Filho disse não ser o responsável pelo aumento dos impostos e que também a Câmara não era culpada, como estava sendo propalado na cidade pelo Prefeito. Afirmou não ser o responsável pela votação do Código Tributário, o qual entendeu pouco, e acusou o relator da Comissão de Finanças de ter dado parecer favorável à aprovação do Código sem nunca ter visto, em sua vida, uma proposição dessa natureza. Disse que os lançamentos eram injustos, pois enquanto que casas localizadas da Vila Galomeiras iriam pagar de 15 a 20 mil cruzeiros prédios no centro da cidade estavam lançados na mesma importância. Afirmou que o Prefeito comprara uma chácara por 180 milhões de cruzeiros, mas que ia pagar, segundo constava, apenas 200 mil cruzeiros, quando o certo seria pagar 1 milhão e trezentos mil cruzeiros, e que isso, devendo o imposto pago ser público e notório. Disse que o Prefeito fazia exceções ao reduzir impostos de determinadas pessoas e dera isenção a um salário na Prefeitura. Afirmou que comprador de uma fazenda foi tão beneficiado pelo Prefeito, com um abatimento no pagamento de Sisa na importância de 7 milhões de cruzeiros, que até deu um parque infantil de presente ao Município; mas que um colégio da Vila Galomeiras, que comprara uma casa por Cr$ 150.000, teve que pagar a sisa integral, isto por não ter protegido o atual Prefeito. Disse que os "vendidos" da Prefeitura, os altos funcionários, gozavam de bons vencimentos, mas que os pequenos servidores recebiam remuneração miserável, tudo por culpa do Prefeito, que prometia mas não cumpria. Afirmou que o vereador Ayrton Baltachi sempre obedecer ordens do Prefeito, e por isso, sem conhecer o Código Tributário, exarou parecer favorável, prejudicando o povo, o qual estava arcando com pesados impostos e taxas. Disse que os lançamentos de impostos eram reduzidos em importâncias grandes, inclusive num caso em que o lançamento foi diminuido em Cr$ 70.000, tudo por ordem do chefe do executivo. Afirmou que o Prefeito comprara postes, mas que não mandara colocá-los nas ruas, apesar de ter recebido dinheiro dos moradores da Vila Velina; mas que mandara colocar lâmpadas de mercúrio no centro da cidade, as quais entretanto não acendiam. Criticou o Prefeito por ter este mandado o caminhão da Prefeitura transportar, de Ribeirão para São Pedro, a mudança do Delegado de Polícia, viagem essa cujo custo, segundo os entendidos, era de Cr$ 300.000. Afirmou que a atual administração estava sendo péssima, pior do que a anterior, tendo o Prefeito mandado fazer, pelo comandante da Prefeitura, várias mudanças de funcionários numa mês, o que era irregular. Disse que, sendo o município pequeno, as notícias sobre as badalduras da corrupção chegavam logo ao conhecimento do povo. Afirmou que o Prefeito mandara fazer um plano diretor que ninguem conhecia, e que o chefe do executivo não estava fazendo absolutamente nada, sendo a sua uma administração nula, que nada realizou num ano e meio de governo. Encerrou suas considerações dizendo que o Prefeito não tinha plano algum de governo, porque se porventura tivesse, ninguem sabia ou conhecia. Em seguida o Sr. presidente designou, de acôrdo com o regimento interno, o vereador Waldir Neves para integrar a Comissão de Justiça, em substituição ao edil José Geraldo Fernandes Vieira, que se encontrava ausente. Foi aprovado um requerimento do vereador Coimbra Filho, no sentido de se suspender os trabalhos por 20 minutos, a fim de que as Comissões competentes exarassem pareceres sobre os projetos de lei de nrs. 11/65 e 12/65, para serem incluidos na Ordem do Dia. Decorrido êste prazo os trabalhos foram reabertos, dnunciando o Sr. presidente ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- 1) Discussão e votação do projeto de lei nº 11/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a concessão de subvenção à Brazilândia Jornalismo e Ensino, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. — 2) Discussão e votação do projeto de lei nº. 12/65, do vereador J. A. Coimbra Filho, dispondo sôbre a aplicação da cobrança do Imposto Predial Urbano e das respectivas taxas, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado. Esgotada a materia em pauta, foi aprovado um requerimento do vereador Waldir Galicchio e outros, sob o nº 43/65 solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o encerramento da 9ª sessão ordinária, para segunda discussão e votação do projeto de lei nrs. 11/65 e 12/65. Em seguida o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Vitorino Tomaso disse repudiar — se de que o diretório municipal do P.S.P. reforçara um pedido formulado por Roma Tereza Cesário, no sentido de ser transferida, para a cidade, a Escola de Economia Doméstica, que funcionava anexa à Escola Agrotécnica. Afirmou que posteriormente contara o fato ao vereador Coimbra Filho, e que êste então apresentara um requerimento na Câmara sôbre o assunto, culminando com a criação, para funcionar na cidade, da Escola de Economia Doméstica. O vereador Coimbra Filho disse nunca ter sentido vaidade e que jamais seria mesquinho a ponto de desprezar seus companheiros. Afirmou que fizera o requerimento solicitando a criação de uma Escola de Economia Doméstica muito tempo antes de ter conversado com seu colega Vitorino Tomaso. Disse que muita gente trabalhou pelo reconhecimento da Escola de Enfermagem, mas que a Abbsa do Hospital Cruz e falecido Vereador — benemérito a quem nada fizera e que se achava ligado ao governo Gaulart. Afirmou que quem muito trabalhou em favor da Escola de Enfermagem foi o Dr. Nicolau Gibson. Disse em seguida, ter o Prefeito declarado o estado de calamidade pública em Funchal, fato o importou que o chefe do executivo pudesse cobrar em uma atraso, um roubo. Afirmou que formulado ao Ganza Bento doava as terras do município de Funchal, mas que o atual Prefeito, que se transformara num cobrador, aparecer em cima redamando o pagamento num preço astronômico. Disse ter uma casa da Vila Galmeiras, alugada por Cr$ 4.000 mensais, sido taxada em Cr$ 35.000

Afirmou que várias cidades curiosas estão bonitas como um brinco, não por causa de seus logradouros elevados mas sim pelo fato de terem Prefeito, de terem administrador, o que não sucedia em Cunhal, pois o chefe do executivo municipal ora uma verdadeira multidão, ao contrário da opinião de certos vereadores que gostaram do Prefeito como espantalho. O vereador Waldir Seres congratulou-se com a criação da Escola de Economia Domestica e ao mesmo tempo lamentou que a Escola de Enfermagem ainda permanecesse fechada. Disse em seguida, que a Câmara não era responsável pelos atos do Executivo, pois estava certo o Código Tributário, dizia as normas gerais, e o que estava errado, não importando a percentagem legal, era o valor fiscal dado aos imoveis. Afirmou ser necessário que se resolvesse o caso do Imposto predial dentro do prazo de 45 dias estabelecido no projeto de lei do vereador Coimbra Filho. Afirmou, em seguida, que o Samdu estava funcionando mal por causa da falta de elementos, o que seria solucionado brevemente, com a implantação de novos estatutos de trabalhos, com benefícios para todo o povo. O vereador Romildo Del Giudice se congratulou com o seu colega Coimbra Filho, com o diretorio do P.S.P. e com o Prefeito, pela criação da Escola de Economia Domestica; que seria funcionar em prédio cedido pelo chefe do executivo. Se congratulou, tambem, com o vereador Waldir Seres, pelo discurso por este proferido e pelo apelo formulado em favor da Escola de Enfermagem. Louvou o trabalho das enfermeiras, pelas mãos enviosas prestativas e delicadas, e encareceu suas considerações dizendo que a Câmara necessitava reconhecer-se no sentido de começar a reabertura da Escola de Enfermagem de Cunhal. O Sr. presidente comunicou, em seguida, existir uma comissão de inquerito para apurar irregularidades do Samdu, e que todas as denuncias deviam ser encaminhadas à Secretaria da Câmara. Declarou que um vereador seu não pode ser atendido, bem como uma senhora grávemente enferma, por falta de médico no Samdu. Em seguida designou os vereadores Waldir Seres, Walter Giliano e Rubens Baissachi para, em comissão, irem falar o vereador José Geraldo Fernandes Leite, o qual tinha se submetido a uma intervenção cirurgica. Convocou os Srs. vereadores para a sessão extraordinária, a realizar-se logo após o termino da ordinária, e encerrou os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Queiroz, secretário, a fiz escrever. Abílio Pinheiro

Presidente

Ata da 7ª. sessão extraordinária, do 2º ano, da 5ª. Legislatura da Câmara Municipal de Cunhal, realizada em 3 de Junho de 1966.

Presidencia do Dr. Abílio Pinheiro
Secretariado por J. A. Coimbra Filho

Aos três dias

do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Cunhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Cunhal, logo após o termino da 7ª. Sessão ordinária, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Pinheiro, Antonio Fonseca, Adalberto Carta, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Fonseca, Abílio Guardini, Estulio Esperelli, José Antonio Coimbra Filho, Rosario Esteves Mantonelli, Vitorio Tamaso, Waldir Seres, Walter Galiano, Armando Del Giudice, Rubens Baissachi, Romildo Miranda, este ultimo em substituição ao vereador José Geraldo Fernandes Leite, que se licenciou por 15 dias. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem à memoria do Cento Crucificado. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 13/65, do vereador Walter Galiano, dispondo sobre a redução das aliquotas dos Impostos Predial e Territorial Urbano, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças; com substitutivo do vereador Coimbra Filho; o requerido vereador Abílio Pinheiro e outros; com emenda e substitutivo do vereador Coimbra Filho; a requerimento do autor, foi realizada votação nominal para o substitutivo de autoria do vereador Coimbra Filho, tendo votado pela rejeição das proposições todos os vereadores presentes, com exclusão do presidente, que não votou, e do vereador Coimbra Filho, que votou pela aprovação do seu substitutivo. Em seguida foi posto em

Ata da 8ª. Sessão extraordinária, do 2º ano, da 5ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Cunhal, realizada em 10 de junho de 1965.

Presidência do Dr. Abílio Pinheiro
Secretariada por José Antonio Coimbra Filho

Aos dez dias

do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Cunhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Cunhal, às onze horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Pinheiro, Adalberto Carta, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Fonseca, Abílio Guardini, Estulio Esperelli, José Antonio Coimbra Filho, Rosario Esteves Mantonelli, Vitorio Tamaso, Waldir Seres, Walter Galiano, Armando Del Giudice, Rubens Baissachi, Romildo Miranda, este ultimo em substituição ao vereador José Geraldo Fernandes Leite, que se licenciou por 15 dias. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem à memoria do Cento Crucificado. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 13/65, do vereador Walter Galiano, dispondo sobre a redução das aliquotas dos Impostos Predial e Territorial Urbano, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças; com substitutivo do vereador Coimbra Filho; o requerido vereador Abílio Pinheiro e outros; com emenda e substitutivo do vereador Coimbra Filho; a requerimento do autor, foi realizada votação nominal para o substitutivo de autoria do vereador Coimbra Filho, tendo votado pela rejeição das proposições todos os vereadores presentes, com exclusão do presidente, que não votou, e do vereador Coimbra Filho, que votou pela aprovação do seu substitutivo. Em seguida foi posto em

votação, sendo aprovado, o substitutivo do vereador Attilio Simbreiro e outros, sendo rejeitada a emenda de autoria do vereador Coimbra Filho. Foi tambem aceito pela presidencia um requerimento do vereador Coimbra Filho, solicitando a suspensão dos trabalhos por 15 minutos, a fim de que fossem ouvidos pela Camara, os moradores das Vilas, para dizerem se concordavam com o desconto de 30% nos vencimentos dos impostos e taxas. Em seguida foi feito e aprovado um requerimento, que tomou o nº. 46/65, da autoria dos vereadores Rubens Balzachi, Octavio Pimaro e Getulio Spinelli, solicitando a realização de mais uma sessão extraordinaria, logo após o termino da 3ª. sessão, para que fosse votado, em 2º discussão, o projeto de lei nº. 13/65, no qual se trata sobre o substitutivo do vereador Attilio Simbreiro e outros. O Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a sessão extraordinaria, a realizar-se logo após o encerramento da 3ª. Sessão, para 2º discussão e votação do projeto de lei nº. 13/65, e suspendeu os trabalhos em seguida. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Idamelino de Freitas, escrituario, a fiz escrever

Attilio Simbreiro
Presidente

Ata da 9ª sessão extraordinaria, do 2º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Sintra, realizada em 10 de junho de 1965.
Presidencia do Sr. Attilio Simbreiro
Secretariada por José Antonio Coimbra Filho
Aos dez dias do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sintra, Estado do Rio Grande, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, logo após o termino da 8ª. sessão extraordinaria, procedendo-se à chamada dos vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Simbreiro, Adalberto Costa, Roberto de Carvalho Rosas, Antonio Fenolio, Attilio Guardini, Getulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, Lazaro Esterman Martinelli, Victorio Tomadon, Waldir Peres, Walter Galliano, Armando Del Giudice, Rubens Balzachi e Romildo Miranda. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Passou-se à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 13/65, dispondo sobre a reduçao dos vencimentos de impostos e taxas municipais, com emenda do vereador Coimbra Filho: Aprovado o projeto e rejeitada a emenda do vereador Coimbra Filho. A requerimento do vereador Victorio Tomadon, acompanhado pelo plenario, a referida proposição foi dispensada do parecer da Comissão de Redação Final, a fim de ser enfurnhada logo ao Sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a proxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 18 vindouro. Do que para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Idamelino de Freitas, escrituario, a fiz escrever

Attilio Simbreiro
Presidente

Ata da 10ª. Sessão ordinaria, do 2º. ano, da 5ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Sintra, realizada em 18 de Junho de 1965.
Presidencia do Sr. Attilio Guardini
Secretariada por José G. Fernandes Leite
Aos dezoito dias do mês de Junho de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sintra, Estado de Rio Grande, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Guardini, Antonio Fenolio, Armando Del Giudice, Getulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Leite, Lazaro Esterman Martinelli, Victorio Tomaso e Waldir Peres. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Depois um minuto de silencio em homenagem à Imagem do Cristo Crucificado. Orcou-se José Geraldo F. Rito comunicou ter deixado de tomar a licença que lhe fora concedida. Em seguida passou-se à Leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Indicação Nº. 15/65, do vereador Getulio Spinelli e outros, no sentido de ser pago o salario-minimo aos servidores municipais, a partir de 1º. de agosto de 1965: "Ao Sr. Prefeito". 2) Officios sagem do Prefeito Municipal, sob o nº. 17/65, retirando totalmente o projeto de lei nº. 14/65 "A Comissão de Justiça". - 3) Projeto de lei nº. 14/65, do Prefeito Municipal, autorizando a Prefeitura a participar do "Consorcio Intermunicipal da Medicina Rodoviaria para Assistencia aos Menores": "Às Comissões de Justiça, Finanças e Educação". - 4) Projeto de lei nº. 15/65, dos vereadores Walter Galliano e Coimbra Filho, sustando parcialmente os efeitos da Lei Nº. 448, de 10-12-1964: "Que foi considerado objeto de deliberação, por unanimidade dos Srs. vereadores. Anguive-se". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Coimbra Filho formulou um requerimento, que foi aprovado, solicitando a insercão, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Rafael Fabiano e Julio Bassi. Em seguida o mesmo vereador pronunciou um longo discurso, referindo-se a diversas acusações feitas ao chefe do executivo. O vereador Lazaro Martinelli declarou não ter podido comparecer ao Prefeito, explicou porque estava sendo reformado um predio da rua Carlos Gomes, por conta do chefe do executivo, e encareceu a necessidade de ser pago o salario-minimo aos servidores municipais. O vereador Waldir Peres manifestou-se favoravelmente ao pagamento, aos servidores municipais do salário-minimo e ao mesmo tempo solicitou providencias das autoridades competentes no sentido de ser removido um poste sito

tente no meio da rua, defronte à Fábrica de Doces Corova. Lembrou, também, a oportunidade das autoridades para que estudem uma solução para o problema dos cortejos existentes na cidade. O vereador Armando Del Gudice se congratulou com o seu colega José Geraldo Fernandes Leite, pelo restabelecimento de sua saúde, expressou os seus sentimentos de pesar pelo falecimento dos Srs. Rafael Fabiano e Julio Bassi, e explicou, por último, que o trator da Escola Agrotécnica pedia ser usado por particulares com autorização superior, mediante o fornecimento de combustível e sob a responsabilidade dos interessados, os quais não eram obrigados ao pagamento de aluguel. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- Discussão e votação único do veto total do Prefeito Municipal ao projeto de lei nº 7|65, dispondo sobre a obrigatoriedade da publicação anual de relação nominal dos contribuintes de impostos e taxas, com parecer da Comissão de Justiça opinando ser o veto legal e devendo para o plenário deliberar sobre a matéria. Foi mantido o veto do Prefeito, por 5 votos contra 3, em votação nominal, realizada a requerimento do vereador José F. Coimbra Filho. Votaram pela manutenção do veto os vereadores Antonio Sezefredo, Armando Del Gudice, Getulio Spinelli, Horacio E. Mantovanelli e Victorio Somaro. Votaram pela rejeição do veto os vereadores José F. Coimbra Filho, José G. Fernandes Leite e Waldir Peres. Encerrada a materia em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar ao Expediente. O vereador José F. Fernandes Leite justificou sua ausência à Sessão Solene da Câmara e agradeceu as visitas recebidas quando se encontrava hospitalizado. O vereador Waldir Peres expressou o seu pesar pelo falecimento dos Srs. Rafael Fabiano e Julio Bassi e declarou que a Câmara Municipal votou o voto de Pesar encaminhado com a despesa que a propósito viria a acarretar, mas que se era dever do povo que se publicasse o rol de lançamentos, o executivo deveria fazê-lo visto que a Lei anunciava uma despesa de Cr$ 300 "per-capita" e considerando o número de contribuintes. O vereador Edgar Mantovanelli se congratulou com a volta ao Legislativo do vereador José Geraldo Fernandes Leite, a quem classificou como um dos expoentes máximos da Câmara Municipal, a quem respeitava muito pela sua inteligência, simpatia e capacidade. Declarou, também, que o rol de lançamentos do Imposto Predial seria elaborado na Prefeitura, para conhecimento dos contribuintes. O vereador Armando Del Gudice disse que o fato ocorrente na Fábrica Corova era uma aberração, e que havia necessidade de providências imediatas sobre o assunto. Manifestou-se também favoravel ao pagamento aos servidores municipais do Salário-mínimo. O vereador Getulio Spinelli solicitou providências do executivo no sentido de serem colocados, no nível certo, os bornos de alimentação existentes na Praça Rio Branco. Declarou também, ter sido a favor do projeto de lei nº 7|65, porque ao aprová-lo estava fazendo justiça, e que posteriormente, ao acolher o veto do Prefeito procedera da mesma forma, porquanto o rol de lançamentos seria afixado na Prefeitura. O vereador Victorio Somaro declarou exercer o seu mandato como mediador entre o povo e o executivo, explicou sua participação e o trabalho desenvolvido para que a Fábrica Corova se instalasse em Sinbal e afirmou que aquela que na ultima sessão o mantivaram, não o teriam feito se conhecessem a sua situação. O vereador Antonio Sezefredo se associou aos votos de pesar pelo falecimento dos srs. Rafael Fabiano e Julio Bassi, congratulando-se com o seu colega José F. Leite pelo seu restabelecimento, e disse que o povo pleiteia comparecer sempre à Câmara para ajudar os trabalhos legislativos. O vereador Coimbra Filho lamentou que o Codigo Tributario e o orçamento não tivessem sido publicados, criticou a compra de lâmpadas de mercúrio sem concorrencia pública, criticou o seu colega Getulio Spinelli por ter esquecido os seus companheiros de Legislatura ao concordar com a cobrança de impostos extraordinários, e denunciou o Prefeito como responsável pela redução de impostos de alguns contribuintes, pela reforma de certos de particulares e por compras ilegais, sem concorrencia pública. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, e, nada mais havendo a dizer, às 15 de julho encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata, eu, Getulio Spinelli, Secretario de Mesa, a fiz escrever.

Getulio Spinelli

Ata da 11ª Sessão ordinária, do 2º ano, da 5ª Legislatura da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 5 de agosto de 1965.

Presidência do Sr. Abilio Simbeiro
Secretariada por José Geraldo Fernandes Leite

Aos cinco dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Getulio Simbeiro, Adalberto Costa, Antonio Genésio, Getulio Giardenelli, Getulio Spinelli, José Antonio, Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Leite, José Gomes, Hacio Esteves Mantovanelli, Victorio Somaro, Waldir Peres, Walter Fabiano e Rubens Baisachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Foram lidas e aprovadas as atas anteriores. O Sr. presidente comunicou, em seguida, que o veto total aposto pelo Senhor Prefeito Municipal, ao projeto de lei nº 12|65, tinha sido mantido pelo decurso do prazo legal. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte:- 1) Ofícios: a) de Dona Maria do Carmo Gonçalves e outras professoras municipais, comunicando ter solicitado, ao chefe do

edecurso, o pagamento das férias de Fyllipe: "à Comissão de Justiça, para parecer"; - b) da Comporbtária Saudade de Souza e Sousa, explicando o motivo da interrupção no fornecimento de energia elétrica no dia 11/5/1965 e comunicando que a remoção de um poste localizado defronte à Fabrica Coroa já tinha sido solicitada pela Prefeitura: "à consideração da Casa. Nada sendo requerido, arquive-se"; - c) do Major Chefe da Seção de Tiros de Guerra, transmitindo cópia de ofício encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal: "à reguhrimento do vereador Walter Lisei, aprovado pelo plenário, oficie-se ao Major Chefe da Seção de Tiros de Guerra, comunicando-lhe que todas as providências que competiam à Câmara Municipal já foram tomadas". 2) Requerimento nº 98/65, do vereador Antônio Medeiros Batista, solicitando prorrogação de sua licença até 31-12-1965: "Concedida a licença. Continua no exercício da vereança o respectivo suplente, Sr. Rubens Balsachi". 3) Atendendo do Prefeito Municipal: a) nº 20/65, comunicando os Srs. vereadores para uma visita ao Escritório Técnico, na Prefeitura: "Ficam convidados os Srs. vereadores". - b) nº 21/65, convidando os Srs. vereadores para as festividades que se realizam na cidade nos dias 24 e 25 de julho: "Ciente. Arquive-se"; c) nº 28/65, solicitando a consideração da Câmara um pedido de pensão formulado por D. Augusta Maria de Jesus: "Às Comissões de Justiça e Finança". 4) Projetos de lei - a) nº. 15/65, do vereador Geraldo Filho e outros, dispondo sobre o recebimento de proventos de aposentadoria de ex-funcionários municipais: "Às Comissões de Justiça e Finança". - b) nº 16/65, do Prefeito Municipal, isentando a taxa de consumo de água incidente sobre prédios providos de hidrômetros: "Às Comissões de Justiça e Finança". - c) nº 17/65, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a incorporação de pequenas propriedades rurais: "Às Comissões de Justiça e Finança". - d) nº 18/65, dos vereadores Walter Goldoni e Célio Soto Fernandes, dispondo sobre nova concessão de desconto para pagamento de imposto e taxas municipais: "Às Comissões de Justiça e Finança". - e) nº 19/65, do vereador Victório Tomaso e outros, concedendo abono para o recebimento do Imposto Territorial Urbano: "Às Comissões de Justiça e Finança". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Antônio Fendlo disse não ter comparecido à Câmara Municipal, no dia 15-7-1965, pelo fato de estar em companhia naquela data, em tratamento de saúde. Requereu, em seguida, e o plenário aprovou, a inserção, na ata dos trabalhos legislativos de um voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Orlando Seigo, Capitão Jorge Batista Mendes Silva e Prof. Francisco da Silveira Bueno. O vereador Lazaro Martinelli disse não ter comparecido à Câmara, no dia 15-7-1965, porque tinha pedido licença, conforme requerimento entregue na Secretaria do Legislativo, e também por não haver para a sessão programada, nenhum projeto a ser discutido na Ordem do Dia. O Firmo não crer que o autor do artigo inserto no jornal "A Folha", sob o título "A sessão não se realizou", fosse membro do Legislativo, pois a injustiça ali cometida era muito grande. Requereu, em seguida, e o plenário aprovou, a inserção na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento dos jovens Edmundo Campagnoni, Maria Aparecida Requith e Sebastião Marques, bem como uma voto de congratulações como pintalgos Waldemiro Carbo, que recebeu, em Belo Horizonte, após o exercício do cargo de deputado, por três legislaturas, o honroso título de "Cidadão Mineiro". O vereador José Geraldo Filho solicitou providências do executivo sobre o tratamento de água, pois em certas partes da cidade o líquido se apresentava com excesso de cloro, enquanto que noutras nem se podia dizer a existência desse produto. Pediu, também, providencias para que fosse iluminado o logradouro público existente atraz do Largo São Benedito, onde estava muito escuro, havendo mesmo um poderio residencial sem luz, por falta de um poste. Requereu, em seguida, que o Sr. presidente solicitasse, do Sr. Prefeito Municipal, a remessa, à Câmara, para conhecimentos dos vereadores, do rol completo dos lançamentos dos impostos municipais, pois tinha conhecimento de reclamações de proprietários de prédios idênticos, de valores iguais, que estavam tributados um de maneira elevada e outro muito baixo. Cumprimentou o Sr. Prefeito Municipal pela deliberação que tomou de fornecer plantas popularas para a construção de prédios residenciais. Requereu, em seguida, fosse enviado um protesto contra a elevação das tarifas de energia elétrica, as quais subiram em taxas fora da alçada da bolsa do povo. O vereador Victório Tomaso formulou um requerimento, que foi aprovado, no sentido de ser oficiado ao Presidente da República, ao Governador do Estado e à Diretoria de Águas do Ministério das Minas e Energia, protestando contra o aumento exorbitante das tarifas de eletricidade. Disse, em seguida, que a Prefeitura deveria se utilizar da verba orçamentária do corrente ano para a construção de uma nova rede para a Rua de Guerra, 229. Requereu, e o plenário aprovou, a inserção, na ata, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dante Giardini. Disse, em seguida, não ter recebido a comunicação da existência de Ordem do Dia para a sessão marcada para o dia 15-7-1965, e tendo-se deparado duas vezes a Secretaria da Câmara a qual o informou de que, até aquela hora, nenhum projeto de lei a ser discutido, deixou de comparecer ao Legislativo naquela data, visto ter um compromisso particular. O vereador Célio Soto Fernandes afirmou que todos deviam apoiar a iniciativa da organização, em Garibaldi, de uma Faculdade de Direito, a qual traria grande impulso à cidade como aconteceu em Sousa e Jaú, onde estava havendo um movimento anual de 500 milhões de cruzeiros, por causa da Faculdade ali existente. Solicitou, em seguida, providências do Presidente, no sentido de ser instalado um telefone privativo para a Secretaria da Câmara Municipal, a fim de que os Srs. vereadores pudessem conversar direta

mente com o Secretário, independentemente de serem primeiro atendidos pelo chefe do executivo. Referiu-se, em seguida, aos lançamentos do Imposto Predial, dizendo que o valor atribuído aos imoveis foi muito alto, e que havia muita disparidade, pois conhecia uns 3 ou 4 casos em que casas boas tinham sido tributadas com importancias menores do que casas ruins. Afirmou, por último, que segundo constava o Sr. Governador do Estado viria a Simbal a fim de inaugurar a sub-estação da CHERP, oportunidade essa que deveria ser aproveitada pelos politicos locais para pleitear do chefe do executivo estadual, a volta do ramal ferreo da Mogiana. O vereador Waldir Peres solicitou da presidencia que estudasse a possibilidade de uma melhor divulgação dos trabalhos legislativos, pois havia necessidade de que o povo tomasse conhecimento da atuação dos srs. vereadores. Disse que o propietário da radiemissora local estava pronto a colaborar nesta divulgação dos trabalhos legislativos, havendo assim a possibilidade da irradiação das sessões da Câmara. A seguir, em seguida, que o Sr. Mario Peni Filho o informara de que o Governador do Estado iria dar atenção ao partido local no tocante ao asfaltamento da estrada de Jacutinga e do trecho Simbal - Divisas de Andradas, pois suas atenções estavam concentradas nas estradas do oeste do Estado. Disse, ainda, que o pagamento de férias as professoras municipais deveria merecer a atenção dos srs. vereadores. A seguir, em seguida, ter necessidade num oficio do Prefeito comunicando-o para verificar o cadastro municipal, como membro de uma comissão encarregada dos trabalhos de revisão do imposto. Disse que não pertencia a nenhuma comissão, porquanto ele e o seu colega Attilio Guardini, quando convidados para esta finalidade, não aceitaram o convite do chefe do executivo, por isso ambos nada tinham a ver como assunto, que era da exclusiva responsabilidade do Prefeito. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente explicou que não compareceu a Câmara no dia 15-7-1965 por encontrar-se doente e acamado. Compareceu os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 19 do mês futuro, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Edmundo de Mello, secretário, a fiz escrever. Attilio Guardini

Ata da 13ª sessão ordinária, do 2º ano, da 5ª Legislatura da Câmara Municipal de Simbal, realizada em 2 de Setembro de 1965.

Presidência do Sr. Attilio Guardini
Secretariado por José Coimbra Filho
Aos dois dias do

mês de Setembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Simbal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Simbal às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Adalberto Borta, Adjuto de Carvalho Rosa, Antonio Genésio, Attilio Guardini, Elio Porto Fernandes, Getulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Soureca, Tiziano Estevam Martinelli, Waldir Peres e Wilfens Balsachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à Almagem do Divino Crucificado. Foi lida, aprovada e assinada a ata anterior. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte:- 1) Ofícios:- a) do Sr. Antonio Carlos Veiga agradecendo os votos de pesar por ocasião do falecimento de seu pai: "Ciente. Arquive-se"; - b) do Sr. Saul J. Ammann, agradecendo a Câmara a aprovação da lei nº 1434: "Ciente. Arquive-se". 2) Mensagem nº 24/65, do Prefeito Municipal, encaminhando um, mapa demonstrativo das despesas com o consumo de energia elétrica: "Junte-se ao projeto de lei nº 18/65. - 3) Indicação nº 16/65, do vereador Antonio Genésio, sôbre a necessidade da recolocação de quebra-molas e um lavatório no mictorio público e a designação de um fiscal para tomar conta desse próprio municipal após as 22 horas: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 4) Requerimentos:- a) nº 49/65, do vereador Victorio Formaso, solicitando 30 dias de licença: "Concedida a licença, assumirá a vereadora, na 13ª sessão ordinária, o suplente Armando Del Giudice". - b) nº 50/65, do vereador Coimbra Filho, solicitando informações ao Prefeito sôbre o pagamento de salário-familia aos servidores municipais: "Ao Sr. Prefeito". - c) nº 51/65, do vereador Attilio Guardini, no sentido de ser oficiado ao Sandu e ao Centro de Saúde, solicitando que continuem fazendo os exames da saúde dos frequentadores da piscina: "Aprovado". d) nº 52/65, do vereador Antonio Genésio, no sentido de se solicitar à Secretaria da Agricultura que autorize o recolhimento de Guias de Sementes pela propria Casa da Lavoura: "Aprovado"; e) nº 53/65, do vereador Waldir Peres, solicitando providências do Médico-Chefe do Centro de Saúde para que seja instalado naquele reparti ção o laboratório de Análises: "Aprovado". - f) nº 54/65, do vereador Attilio Simbaino, solicitando 15 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o suplente de respectiva legenda". 5) Projetos de lei:- a) nº 20/65, dos vereadores Antonio Genésio e Adalberto Borta, autorizando o executivo a dar a uma rua da cidade, o nome de Prof. Domingos Giannoccelli: "Às Comissões de Justiça e Educação"; - b) nº 21/65, dos vereadores Adalberto Borta e Antonio Genésio, dando o nome de Capitão João Batista Rhenda Filho a uma rua da cidade: "Às Comissões de Justiça e Educação"; - c) nº 22/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de Cr$ 36.369,08, a ser contraido com a Caixa Econômica Estadual: "Às Comissões de Justiça e Finanças". d) nº 23/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a aprovação do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento: "Às Comissões de Justiça, Serviços Públicos e Educação". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Adjuto

de Carvalho Rozas formulou um requerimento, que foi aprovado, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Coronel Ferreira de Azevedo Marques, diretor do Grande Jornal Falado Lupi. Em seguida entrou a reforma tributária que o Governo Federal pretende realizar, a qual irá decretar a falência dos municípios, e foi um requerimento, que foi aceitado pelo plenário, no sentido de se protelar, ponto ao presidente da República, contra a apropriação da referida proposição. O vereador Cyprio Monteiro requereu a inserção, na ata dos Trabalhos Legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Afonso de Moraes, ocorrido em 7/2/67 da Comunidade de Souza Ferreira. Após ter sido aprovado o requerimento, o mesmo vereador mencionou o seu ponto de vista contrário à aprovação da referida proposição tributária. O vereador Caumbra Filho criticou o chefe do executivo pelo fato deste não estar pagando aos servidores municipais, o salário mínimo, dizendo ainda assim à lei aprovada pela Câmara nesse sentido afirmou que as taxas devidas ao Município são arrecadadas pela Prefeitura na base do novo salário mínimo, mas que este não estava sendo pago aos servidores municipais. Disse que o prefeito mandava descontar as contribuições devidas pelos trabalhadores à previdência social na base do novo salário-mínimo, mas que além de não pagar este aos servidores, não pagava também o salário família e não recolhia as contribuições ao Instituto de Aposentadoria, o que constituía apropriação indébita, demonstrando assim que o chefe do executivo estava com ingerência e falsidade. Disse que os trabalhadores municipais, que ganhavam salário de fome, procuraram o prefeito para reclamar o aumento prometido, mas o chefe do executivo afirmou que não poderia pagar pelo fato de a Câmara pretender reduzir os impostos, o que não era verdade, pois tendo uma oposição prejudicial

217

após o término da 12ª sessão ordinária, e encerrou os trabalhos em seguida. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Datilógrafo, a subscrevi.

Atílio Grandini

Ata da 10ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 5ª Legislatura, da Câmara Municipal de Cimbal, realizada, em 2 de Setembro de 1965.

Presidência do Sr. Atílio Grandini
Secretariada por José Ch. Colombini Filho
Aos dois dias do mês de Setembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Cimbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Cimbal, logo após o término da 12ª sessão ordinária, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Atílio Grandini, Célio Porto Fernandes, Catílio Espinelli, José Antônio Coimbra Filho, José Lorenzo, Rogério Estevam Martinelli, Waldir Neres, Rubens Galeachi e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, declarando o Sr. presidente que ia passar a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 16/65, do vereador Coimbra Filho e outros, dispondo sôbre o recebimento de proventos da aposentadoria de ex-funcionários municipais, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: - aprovado. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 17/65, do vereador Coimbra Filho, dispondo sôbre a mataroaque de animais, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: - aprovado. A requerimento do vereador Coimbra Filho, acolhido pelo Plenário, os dois projetos de lei foram dispensados de redação final, a fim de serem encaminhados ao executivo, para na 2ª sessão ordinária. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 16 vindouro, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Datilógrafo, a subscrevi.

Atílio Grandini

Ata da 13ª sessão ordinária, do 2º ano, da 5ª Legislatura, da Câmara Municipal de Cimbal, realizada em 16 de Setembro de 1965.

Presidência do Sr. Atílio Grandini
Secretariada por José Geraldo F. Leite
Aos dezesseis dias do mês de Setembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Cimbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Cimbal, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Atílio Grandini, Célio Porto Fernandes, Catílio Espinelli, José Geraldo Fernandes Leite, Waldir Neres, Walter Galiano e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à Imadem do Cristo Crucificado. Passou-se à Leitura do Expediente, que constou do seguinte: - 1) Ofícios: a) do Sr. Cipolino F. M. Oliveira, cujo decreto o voto de pesar aprovado pela Câmara por ocasião do falecimento do Sr. José Batista Mendes Silva: "Ciente. Arquive-se". - b) do Sr. Geraldo Camargo Coelho, agradecendo os sentimentos de pesar apresentados pela Câmara por ocasião do falecimento do Sr. Francisco da Silveira Coelho: "Ciente. Arquive-se". - 2) Requerimentos: a) nº. 56/65, do vereador Waldir Neres, solicitando mais 2 dias de licença, em prorrogação: "Concedida a licença, continua no exercício da vereança o suplente Armando Del Giudice"; - b) nº. 57/65, do vereador José G. F. Leite e outros, solicitando informações sôbre a construção, pela Prefeitura, de lixo próprio para o Grupo de Fiuvia nº. 229: "Ao Sr. Prefeito Municipal"; - c) nº. 58/65, do vereador Walter Galiano, solicitando informações do executivo sôbre a prorrogação de contrato do arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; - d) nº. 59/65, do vereador Walter Galiano, solicitando informações ao Prefeito sôbre a não utilização de verbas destinadas ao pagamento de juros e amortização de empréstimos contraídos com a Caixa Econômica Estadual: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; - e) nº. 60/65, do vereador Waldir Neres, solicitando informações ao executivo sôbre a existência de um poste no meio da rua Barão de Mota Paes: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; - f) nº. 61/65, do vereador Waldir Neres, solicitando a constituição de uma comissão de 3 membros, para estudar, em Cimbal, o problema dos cortejos: "Aprovado. Designo os vereadores Waldir Neres, Waldir Galiani e Célio Porto Fernandes para constituirem a comissão, na forma requerida". - g) nº. 62/65, do vereador Waldir Neres, no sentido de ser oficiado ao Secretário de Viação e Obras Públicas, solicitando o asfaltamento da estrada Cimbal - Andradas: "Aprovado. Ofície-se na forma solicitada"; - a) nº. 63/65, do vereador Waldir Neres, no sentido de ser oficiado ao Presidente da República, expondo-lhe o pensamento da Câmara de que não é admissível a existência de inclusa sem o título de propriedade de terras: "Aprovado. Ofície-se na forma solicitada". - 3) Projetos de lei: - a) nº. 25/65, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, autorizando o executivo a dar o nome de Prefeito Manuel Carlos Gonçalves a uma rua da cidade: "Às Comissões de Justiça e Educação"; - b) nº. 26/65, do vereador Adauto de Carvalho Rosas e outros, assegurando aos professores municipais o direito de perceberem vencimentos às férias do mês de julho: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Educação". - c) nº. 27/65, do vereador Atílio Grandini e

outros, doando à Instituição Sumbalense de Ensino, para instalação e funcionamento da Faculdade de Direito, o prédio pertencente do Município, localizado à rua Xavier Ribeiro s/n: Pós Comissões de Justiça, Finanças e Educação: - Encarregou Leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Otávio Guardini corroborou num requerimento, que foi aprovado, no sentido de se inserir, na ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento de D. Lídia Fumaro. O vereador José Geraldo Fernandes Rito disse estranhar a atitude do prefeito não respondendo ao pedido que fizera para que fosse remetendo diga remetido à Câmara o rol pedido quadro dos contribuintes dos impostos municipais, e requereu ao presidente que oficiasse novamente ao chefe do executivo nesse sentido. Disse, em seguida, que a Câmara votara uma verba para a construção da sede própria, para o Fórum da Justiça 229, verba essa posteriormente aumentada, mas que o prefeito ao invés de construir o prédio, mandou meses angariar donativos para a execução da obra. Afirmou que responsabilizava o prefeito pela "saída" em edificio do Fórum de Justiça, o que constituiria uma vergonha para o executivo. Encerrou suas considerações dizendo que o prefeito precisava tomar uma atitude, mas atitude mesmo e não ficar mandando meses angariar donativos para a construção de sede para o Fórum de Justiça, o que era injustificável. O vereador Reinaldo de Carvalho Rosas se solidarizou com as palavras de seu colega, dizendo não haver justificativa para o executivo não ter construído a sede própria para o Fórum de Justiça. Em seguida, os projetos de lei de sua autoria, lidos no Expediente, foram encaminhados às comissões competentes. O vereador Celio Soto Fernandes disse que os balancetes de crédito lhe mancharem o fundamento à votação, havendo necessidade da medida ser revogada com urgência, para o incentivo da produção. Segundo que as inscrições estavam apreensivas com tal medida, que estava fazendo inquietação e problemas o orador requereu fosse oficiado ao presidente da República e ao governador do Estado pedindo providências para que os bancos oficiais continuassem financiando a lavoura. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou-se passou à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Discussão e votação do projeto de lei nº 20/65, dos vereadores Antenor Fonseca e Adalberto Costa, autorizando o executivo a dar o nome de Profª Domingas Ramzotta a uma rua da cidade, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação e com emenda do vereador José Geraldo Fernandes Rito: aprovado o projeto e a respectiva emenda. - 2) Discussão e votação do projeto de lei nº 21/65, dos vereadores Adalberto Costa e Antônio Peixoto, autorizando o executivo a dar a uma rua da cidade o nome de Capitão João Batista Mendes Leiva, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação e substitutivo do vereador Walter Juliano: aprovado o substitutivo do vereador Walter Juliano e uma emenda apresentada pelo vereador José Geraldo Fernandes Rito. - 3) Discussão e votação única do ofício da Profª Rachel do Carmo Gonçalves e outras, solicitando o pagamento das férias de Julho com parecer contrário da Comissão de Justiça e voto em separado do vereador José G. F. Rito: arquivado o ofício, a requerimento do vereador Adalberto de Carvalho Rosas, a pedido pelo plenário. Esgotada a matéria em pauta, passou-se à Explicação Pessoal. O vereador Adalberto de Carvalho Rosas solicitou às Comissões que se reunissem para dar urgência sobre o projeto de lei de sua autoria, dispondo sobre o pagamento de férias às professoras aposentadas, bem como sobre a proporção que autorizara a doação de um prédio à Instituição Sumbalense de Ensino. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os srs. vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 1º de outubro vindouro, e encerrou os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata, eu, Otávio Guardini, secretário, a fiz escrever.

Otávio Guardini

Ata da 11ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 21 de Setembro de 1965.

Presidência do Sr. Otávio Sinfrônio
Secretariada por José A. Campos Filho

Aos vinte e um dias do mês de Setembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Otávio Sinfrônio, Reinaldo de Carvalho Rosas, Antônio Geraldo, Otávio Guardini, Celio Soto Fernandes, José Antônio Campos Filho, Joaquim Esteves Monteiro, Pedro Petrocini Romano, Waldir Dias, Walter Juliano e Hukemi Kalsachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Senhor Crucificado. Passou-se à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: Discussão e votação do projeto de lei nº 27/65 do vereador Otávio Sinfrônio e outros, dispondo sobre a doação de imóvel ao Instituto Sumbalense de Ensino, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Educação; com um substitutivo do vereador Celio Soto Fernandes e outro do vereador Otávio Sinfrônio e mais digo e com emenda digo 6 mais 4 edis; e com emenda do vereador Celio Soto Fernandes: foi aprovado, por unanimidade, o substitutivo do vereador Otávio Sinfrônio, ficando prejudicado o de autoria do vereador Celio Soto Fernandes. A emenda do vereador Celio Soto Fernandes foi rejeitada por 6 votos contra 4. Em seguida o Sr. presidente convocou os srs. vereadores para uma

nova sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da 11ª. sessão extraordinária, para 2ª. discussão e votação do projeto de lei Nº. 27/65, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ismundino de Lucilo, secretário, a fiz escrever.

Attilio Giardini

Ata da 12ª. sessão extraordinária, do 2º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sombal, realizada em 21 de setembro de 1965.
Presidência do Sr. Attilio Simbrejo
Secretariada por José Geraldo Fernandes Leite

Aos vinte e um dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sombal Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sombal, logo após o término da 11ª sessão extraordinária, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Simbrejo, Antonio de Guerra Lupe Rosas, Antonio Semolio, Attilio Giardini, Celio Porto Fernandes, José Antonio Coimbra Filho, Rozario Esteves Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Peres Rovondo, Gustavo Galdino Balsachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Dahsou-se a Ordem do Dia, que se constituia da segunda discussão e votação do projeto de lei Nº. 27/65, com a redação dada pelo substitutivo do vereador Attilio Simbrejo e outra, e commenda do vereador Rozario Martinelli: aprovado o projeto de lei por 9 votos contra 1, tendo ido de vereador Celio Porto Fernandes, e repetidas por 9 votos contra 1, a emenda do vereador Rozario Victorio Martinelli. Em seguida o vereador Antonio de Carvalho Rosas requereu, e o plenário aprovou, dispensa da redação final, a fim de que a proposição fosse encaminhada do Sr. Prefeito, para a sanção dentro. Nada mais havendo a tratar o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ismundino de Lucilo, secretário, a escrevi digo a fiz escrever.

Attilio Giardini

Ata da 13ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sombal, realizada em 24 de setembro de 1965
Presidência do Dr. Attilio Simbrejo
Secretariado por José Geraldo F. Leite.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sombal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sombal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Simbrejo, Antonio Semolio, Attilio Giardini, Celio Porto Fernandes, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Leite, José Dovieri, Rozario Esteves Martinelli, Victorio Tamaso e Waldir Peres Rovondo membros legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio, em homenagem à Imagem do Cristo Crucificado. Em seguida o sr. presidente declarou que, a sessão extraordinária fora convocada para a Câmara Municipal tomar conhecimento do projeto de lei Nº 28/65, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, dispondo sobre um empréstimo de Cr$ 80.000,00, a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo. Determinou fosse feita a leitura da proposição e, em seguida, tendo a mesma sido considerada objeto de deliberação, designou para as comissões de Justiça e Finanças. Pedindo a palavra pela ordem, o vereador José Geraldo Fernandes Leite, solicitou ao Sr. presidente que determinasse a publicação, na imprensa local, do teor do projeto de lei Nº. 28/65, a fim de que o povo tomasse conhecimento das condições impostas pela Caixa Econômica Estadual para a concessão do empréstimo. O Sr. presidente informou que estudaria a possibilidade de atender ao pedido do vereador e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ismundino de Lucilo, secretário, a fiz escrever.

Attilio Giardini

Ata da 14ª. sessão ordinária, do 2º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sombal, realizada em 7 de outubro de 1965.
Presidência do Sr. Attilio Simbrejo
Secretariada por José Geraldo F. Leite.

Aos sete dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sombal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sombal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Simbrejo, Adalberto Costa, Antonio Esposito, Celio Porto Fernandes, Catulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Leite, Victorio Tamaso e Waldir Galdino. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Após ter sido aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício do Sr. João Batista Scamparini, agradecendo o voto de pesar proposto por ocasião do falecimento de seus familiares: "Cumpre-se". 2) Ofício do Dr. Nilton Ferreira, comunicando não ser possível ao Posto de Samdu fazer exame médico dos frequentadores da piscina: "Cumpre-se". 3) Indicação Nº. 41/65, do vereador Antonio Semolio, para que o executivo providencie o corte de eucaliptos existentes na chácara Rosas, à margem da Avenida Washington Luiz, e para que seja colo-

cada uma lâmpada de iluminação pública em atraz do Educandário de Ramos, e outra atraz da casa de Sêo Bonifácio." 3º) Sr. Prefeito" - 4) Requerimento dos vereadores Adauto de Carvalho Gomes e Walter Galiano, propondo um voto de congratulações com a Escola de Comércio "Espírito Santo do Pinhal" pela data festiva abrangendo no concurso de fanfarras do interior." "Aprovado". 5) Mensagens do Prefeito Municipal: - a) nº 29/65, prestando as informações solicitadas nos requerimentos de nrs. 60/65 e 5/65 "A consideração da Casa". Nada sendo requerido, arquive-se"; - b) nº 31/65, solicitando prorrogação de prazo, até 30-10-1965, para a apresentação da proposta orçamentária do exercício de 1966: "Concedida a prorrogação de prazo, na forma solicitada pelo Sr. Prefeito Municipal, pelo voto de desempate do Presidente da Câmara"; - c) nº 32/65, prestando as informações solicitadas pelo requerimento nº 60/65, sôbre a existência de um poste no início da rua Barão de Mota Paes: "A consideração da Casa". Nada sendo requerido, arquive-se". - 6) Projetos de lei: - a) nº 29/65, do Prefeito Municipal, abrindo crédito suplementar a diversas verbas, do exercício: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; b) nº 30/65, do vereador Célio Soto Fernandes, dispondo sôbre isenção de impostos a estabelecimentos bancários: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; - c) nº 31/65, do vereador Adalberto Costa, declarando de utilidade pública o Colégio Rivaldo Espírito Santo: "Às Comissões de Justiça e Educação". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Victorio Tomadon apresentou, em nome de sua família, agradecimento pelo voto de pesar e pela homenagem tributada pelo Legislativo à memória de sua progenitora, Dª Julia Tomaso, recentemente falecida. Disse, também, que pretendia apresentar oportunamente, um projeto de lei dando o nome de Sebastião Cerqueira, ex-prefeito honorário da F.E.B., a uma rua da cidade. O vereador Célio Soto Fernandes fez mui que um requerimento, que foi aprovado, no sentido de se oficiar aos pracinhas pinhalenses, congratulando-se com os mesmos pelo transcurso de mais um aniversário da vitória da F.E.B. na Itália, na última guerra. O vereador José G. Fernandes Filho disse que o Prefeito não mandara o rol dos contribuintes inadimplentes à Câmara, o mesmo fazendo ao não responder o pedido de informações sôbre a sede do Fôro de Guaxupé. Ajuntou que o Prefeito realizara uma reunião com os membros da Comissão do Plano Diretor, mas que não se lembrara de convidar os vereadores, fazendo pouco caso da Câmara. Disse que a técnica moderna manda que em ruas asfaltadas o encanamento d'agua deve ser colocado no passeio; mas que na rua Barão de Mota Paes, que se pretende asfaltar, os canos estavam sendo colocados na rua, o que vai trazer dificuldades. Comentou, em seguida, o fato de o Prefeito ter concedido para a draga que estava retirando areia do Ribeirão dos Porcos fosse tirada de Pinhal, e o resultado foi que a mesma não mais voltou. Criticou o ebefe do executivo pelo fato de servidores municipais estarem recebendo menos do que o salário-mínimo, mas o devem em favor da Prefeitura. Frisou estar lendo do feito sôbre 60 mil cruzeiros. Encerrando, disse considerar digendo ter ficado admirado da resposta do Prefeito a respeito do pagamento dos servidores municipais, do salário-família, pois o assunto era de fácil solução, não havendo negatividade de se consultar o IAPFESP. O vereador Domiro Leite afirmou que o Prefeito enviara à Câmara, mensalmente os servidores municipais ao Legislativo mirma das últimas sessões, para que fizessem protesto contra os vereadores. Disse que a prorrogação de prazo concedida ao chefe do executivo, para a apresentação da proposta orçamentária, era ilegal e inconstitucional, pois a Lei Orgânica dos Municípios não permite essa medida. Criticou o Prefeito por não estar o Municipio pagando o salário-mínimo aos seus servidores, apesar de o chefe do executivo ter permitido essa providencia varias vezes, não tendo porem cumprido a promessa, mentindo aos interessados e desrespeitando lei de sua própria autoria. Afirmou que faltou moral ao Prefeito pra alegar, para a Prefeitura, um aumento de propriedade de seu mentor político, e encerrou suas considerações dizendo que o chefe do executivo não construiu a nova sede para o Fôro de Guaxupé porque o material que se destinava a êle fim, proveniente da demolição do antigo edifício do Instituto de Educação, seguindo contra na cidade, fora utilizado na construção de uma casa na rua Carlos Ferreira. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 30/65, dos vereadores Antonio Hernolino e Adalberto Costa, autorizando o executivo a dar o nome de Sra. Domingas Tomaciotti a uma rua da cidade, com parecer da Comissão de Redação: aprovado em 2ª discussão e redação final. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 21/65, do vereador Walter Galiano, dando o nome de Capitão João Batista Mendes Filho a uma da cidade, com parecer da Comissão de Redação: aprovado em 2ª discussão e redação final. Esgotada a materia em pauta, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 21 vindouro, encerrando o trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. presidente e por mim, Ernesto de Queiroz, secretário, a fiz escrever.

Ernesto Giardini

Ata da 16ª Sessão ordinaria, do 2º ano da 5ª Legislatura da Câmara Municipal de Gondomar, realizada em 21 de Outubro de 1965.

Presidencia do Sr. Attilio Giardini
Secretariada por Victorino Tomasio
Aos trinta

e um dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Gondomar, Estado de Rio Grande, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Gondomar, as dezoito horas, procedeu-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Antonio Gonçalo, Attilio Giardini, Celio Gonçalo Fernandes, José Gomes, Cezare Peterson Mantenelli, Victorino Tomasio, Waldir Peres, Walter Galiano e Rubens Calsachi. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem a imagem do Cristo Crucificado. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida passou-se a leitura do Expediente que constava do seguinte: - 1) Oficio do Prof. Armando Del Giudice, convidando os vereadores para uma visita ao Curso de Pomas de Cima: Foram comicados os Srs. vereadores. 2-) Mensagem nº 33/65, do Prefeito Municipal, prestando informações sôbre a construção de sede própria para o Forum de Guimarães: Ciente. Arquive-se". - 3) Requerimentos: a) nº 66/65, do vereador Attilio Giardini, solicitando 15 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o suplente da respectiva legenda"; - b) nº 66/65, do vereador Celio Gonçalo Fernandes e outros, solicitando informações ao executivo sôbre o calçamento de ruas da cidade: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; - c) nº 67/65, do vereador Celio Gonçalo Fernandes, no sentido de se solicitar ao advogado da Prefeitura, por intermedio do chefe do executivo, que dê parecer sôbre a legalidade e regularidade da cobrança, pela Caixa Economica Estadual, da "taxa de expediente", pedindo a Câmara, também, o parecer de seu advogado local: "Aprovado. Ser deliberação do plenario foi sindicado, para edarar parecer sôbre a materia, requerido pela Câmara, o advogado Pedro Henrique Gonçalo"; - d) nº 68/65, do vereador Adalberto Costa, solicitando informações ao executivo sôbre a reforma pela Prefeitura, de uma casa na Rua Cap. Carlos Teixeira: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 4) Indicações: a) nº 18/65 do vereador José Gomes, solicitando ao chefe do executivo para visitar as vilas da cidade as quais estão em estado de abandono: "Ao Sr. Prefeito"; - b) nº 19/65, do vereador José Gomes, sugerindo a instalação de um Posto Infantil no Edificio de Menores: "Ao Sr. Prefeito"; - c) nº 20/65, do vereador Victorino Tomasio, sôbre a necessidade da construção de um bueiro na parte baixa da Avenida Oliveira Mota: "Ao Sr. Prefeito"; d) nº 21/65, do vereador Antonio Gonçalo, sôbre a necessidade do fornecimento de água as vilas ser projetado mais cedo e interrompido mais tarde: "Ao Sr. Prefeito"; - e) nº 22/65, do vereador Celio Gonçalo Fernandes, sôbre a necessidade da construção, na Vila Nova Negro, de um mercado distrital: "Ao Sr. Prefeito". 5) Projetos de lei: - a) nº 32/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre requerimento de novo lançamento do funcionalismo municipal: "As Comissões de Justiça e Finanças"; - b) nº 33/65, do Prefeito Municipal, orçando a receita e fixando a despesa para o exercicio de 1966: "As Comissões de Justiça e Finanças"; - c) nº 34/65, do vereador Victorino Tomasio, redigindo o valor venal tributavel de terrenos, para efeito de lançamento de imposto: "As Comissões de Justiça e Finanças"; - d) nº 35/65, do vereador Victorino Tomasio, concedendo isenção de impostos aos médicos que trabalham nas enfermarias clinicas do Hospital e da Maternidade: "As Comissões de Justiça, Finanças e Saúde". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Victorino Tomasio justificou os projetos de lei de sua autoria, lidos no expediente, e declarou que a redução de 50% no valor tributavel dos terrenos não trará qualquer prejuizo aos cofres municipais. Affirmou que a isenção de impostos aos médicos que muito fazem em favor dos pobres, prestando serviços nas enfermarias clinicas do Hospital e da Maternidade, constituiria uma lembrança e um presente do poder público aos abnegados facultativos. O vereador Celio Gonçalo Fernandes solicitou providencias da Câmara no sentido de ser dado andamento ao projeto de lei que concede pensão a uma descendente de Romualdo de Souza Brito. O vereador Cezare Mantenelli declarou que estava de pose do projeto de lei concedendo pensão a uma descendente de Romualdo de Souza Brito, mas que tendo deligenciado junto a varias pessoas, inclusive parentes do fundador de Gondomar, verificou que a beneficiaria é completamente desconhecida. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 22/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um emprestimo de Cr$ 36.364.108,a ser contraido com a Caixa Economica Estadual, para a aquisição de lotes metros, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 votos contra 2, sendo êstes dos vereadores Walter Galiano e Celio Gonçalo Fernandes. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 23/65 do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a abertura de credito especial para ocorrer ao pagamento de aluguel de casa ao Sargento Instrutor do Tiro de Guerra nº 229, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 28/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um emprestimo de Cr$ 80.820.240,a ser contraido com a Caixa Economica do Estado de Rio Grande, para a compra de veiculos, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 votos contra 2, sendo êstes dos vereadores Walter Galiano e Celio Gonçalo Fernandes. Esgotada a materia em pauta. O Sr. presidente anunciou ir passar a Explicação Pessoal. O vereador Victorino Tomasio declarou lamentar que o ex-Governador Leonel Brizola não tivesse cumprido, na epoca oportuna, a promessa que fez de conceder um emprestimo ao municipio de Gondomar, para a reforma do serviço de abastecimento de água e de compra de tri-

drômetros. O vereador Waldir Sens disse que votara em 1ª. discussão pela aprovação do projeto de lei nº. 28/65, mas que não assumia o compromisso de votar favoravelmente em 2ª. discussão, pois isso seria omisso de votar digo estudar a matéria com vagar, e que o seu voto dependeria, e muito, dos pareceres dos Advogados a serem consultados. O vereador Sergio Bonilhelli disse que na reunião de que participara anteriormente com os membros da Comissão do Clube Atlético, pudera verificar que a administração em Cumbal estava indo muito bem, e que no próximo exercício seriam empregados 90 milhões de cruzeiros em obras públicas. Em seguida, a requerimento do vereador Sergio Tomasso, o Sr. presidente designou o requerente e os vereadores Giovanni Martinelli, Waldir Sens e Antonio Serafim para em comissão, visitarem o Sr. Abilio Cunheiro, que se encontrava enfermo. Designou, também, os vereadores Rubens Balachi, José Seneca, Celio Porto Fernandes e Walter Giuliano, para representarem a Câmara nos funerais do Sr. Bento Batista Camargo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 4 de novembro vindouro, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lucca, escrituário, a fiz escrever.

Attilio Giardini

Ata da 16ª. sessão ordinária, do 2º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Cumbal, realizada em 4 de novembro de 1965.

Presidência do Sr. Attilio Giardini
Secretariada por José Geraldo Fernandes Sete
dos quatro

dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Cumbal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Cumbal, às nove horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Antonio Serafim, Attilio Giardini, Celio Porto Fernandes, Getulio Spinetti, José Antonio Caimara Filho, José Geraldo Fernandes Sete, José Seneca, Vitorio Tomasso, Waldir Sens e Walter Giuliano. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem a imagem do Cristo Crucificado. Após ter sido lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente, que constava do seguinte: - 1) Mensagem do Prefeito Municipal: a) nº. 34/65, prestando informações sôbre a reforma de uma casa residencial localizada na rua Cap. Carlos Teixeira: "A consideração da casa. Nada sendo requerido, arquive-se"; - b) nº. 36/65, prestando informações sôbre o plano de asfaltamento de ruas da cidade: "A consideração da casa. Nada sendo requerido, arquive-se"; - c) nº. 36/65, comunicando os Srs. vereadores para uma exposição a ser feita no dia 8 do corrente sôbre o Clima Diretor do Município: "Sejam convidados os Srs. vereadores"; - d) nº. 37/65, encaminhando parecer do Serviço Jurídico do Município sôbre a esperança, pela CEESP, da "taxa de expediente". "Junte-se ao projeto de lei nº 28/65. 2) Indicações: a) nº. 23/65, do vereador Walter Giuliano, sôbre a necessidade de ser executado o serviço de calçamento na rua Vereador Estevo de Felippi: "Ao Sr. Prefeito Municipal" - b) nº. 24/65 do vereador Antonio Serafim, no sentido de ser atendido o Jardim de Dio Benedito: "Ao Sr. Prefeito"; - c) nº. 25/65, do vereador José Geraldo Fernandes Sete, solicitando o arrendamento de locais existentes na Vila Moscoso, a mudança de local para depósito de lixo, o funcionamento de um curso de alfabetização de adultos e a abertura prolongamento da avenida marginal: "Ao Sr. Prefeito"; - d) nº. 26/65, do vereador Adalberto Costa, solicitando vários melhoramentos para a rua Vereador Estevo de Felippi, a designação de guardas para os jardins públicos, a pavimentação da rua Cap. José Eduardo e o calçamento da entrada da Vila Salmeiras: "Ao Sr. Prefeito". - 3) Requerimentos: a) nº. 64/65, do vereador Victorio Tomasso, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leopoldo da Silveira Teixeira: "Aprovado"; - b) nº. 70/65, do vereador Walter Giuliano, solicitando que mande verificar a obra 66, do vereador Walter Giuliano, solicitando que mande verificar a obra gem de água canalizada na água que abastece a cidade: "Aprovado"; - c) nº. 71/65, do vereador Walter Giuliano, propondo a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, um voto de reconhecimento ao Ministério Staymundo de Porto e ao Sr. Nicolau Fabian Neto, pela concessão de uma vaga à Escola de Auxiliares de Enfermagem: "Aprovado"; - d) nº. 72/65, do vereador José G. Fernandes Sete, solicitando 07 dias de licença à vereadora Getulio Spinetti: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente"; - 4) Projetos de lei: - a) nº. 36/65, do vereador Attilio Giardini e outros, declarando de utilidade pública a Rádio Transmissora Cumbalense de Televisão: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos"; b) nº. 37/65, do vereador Antonio Serafim, declarando de utilidade pública a Associação Cumbalense de Ex-Combatentes: "Às Comissões de Justiça e Educação"; - c) nº. 38/65, do vereador José G. Fernandes Sete, declarando de utilidade pública a Sociedade de São Vicente de Paulo e o Depósito de Objetos Usados "Frederico Ozanam": "Às Comissões de Justiça e Educação"; - d) nº. 39/65, do vereador José G. Fernandes Sete, declarando de utilidade pública o S.O.S.: "Às Comissões de Justiça e Educação"; - 5) Projeto de resolução nº. 21/65, da Mesa da Câmara sôbre aumento de gratificação: "Às Comissões de Justiça e Finanças". Em seguida à leitura do Expediente, o vereador Victorio Tomasso formulou um requerimento, que foi aprovado, solicitando a suspensão dos trabalhos legislativos, em homenagem ao Sr. Leopoldo da Silveira Teixeira, falecido em data de 3 do corrente. Diante do requerimento aprovado, o Sr. presidente suspendeu os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lucca, escrituário, a fiz escrever.

Attilio Giardini
José Geraldo Fernandes Sete

Acta da 14ª Sessão extraordinária, do 2º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Limbal, realizada em 1º de novembro de 1965.

Presidência do Sr. Attilio Giardini
Secretariada por José Antonio C. Coelho
Aos dois dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Limbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Limbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Genesio, Attilio Giardini, Celio Soito Fernandes, Getulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, Victorio Samaso, Waldir Seres, Walter Galiano e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem a imagem do Cristo Crucificado. O Sr. presidente anunciou, em seguida, que, de conformidade com a convocação feita previamente, ia passar a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 22/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de cr$ 36.369.168,- a ser contraido com a Caixa Economica do Estado de São Paulo, para aquisição de hidrometros com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: a requerimento do vereador Coimbra Filho, a votação do projeto foi nominal, tendo sido o seguinte o resultado: os vereadores Coimbra Filho, Celio Soito Fernandes e Walter Galiano votaram contra o projeto de lei nº. 22/65, os demais vereadores presentes, em número de 7, com exceção do presidente que não tem direito a voto, votaram pela aprovação da proposição: o Sr. presidente, diante da votação de 7 a 3, declarou que a proposição não alcançava os dois terços a que se refere o § único, do artigo 155, do Regimento Interno da Câmara Municipal, motivo por que estava rejeitada. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 28/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de cr$ 80.820.240,- a ser contraido com a Caixa Economica do Estado de São Paulo, para a compra de veiculos, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: tendo votado a favor da proposição 7 vereadores e contrariamente 3 vereadores, o Sr. presidente declarou que o projeto de lei nº. 28/65 estava rejeitado por não ter alcançado os dois terços a que se refere o § único, do artigo 155, do Regimento Interno da Câmara Municipal, e o 3º, do artigo 44, da Lei Orgânica dos Municípios. O vereador Victorio Samaso, em declaração de voto, afirmou que se reservava o direito de interpor recurso, de acôrdo com o artigo 193, do Regimento Interno, contra a decisão da presidência da Câmara, por entender que na votação dos projetos de lei constante da Ordem do Dia, havia sido alcançado o quorum de dois terços exigido pela legislação em vigor. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenilmo de Mello, secretário, a fiz escrever.

Attilio Giardini
Estenilmo de Mello

Acta da 17ª Sessão ordinária, do 2º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Limbal, realizada em 18 de novembro de 1965.

Presidência do Sr. Attilio Giardini
Secretariada por José A. Coimbra Filho
Aos vinte dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Limbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal de Limbal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Limbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Genesio, Attilio Giardini, Celio Soito Fernandes, Getulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Correa Aranjo, Estevam Martinelli, Victorio Samaso, Waldir Seres, Walter Galiano e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem a imagem do Cristo Crucificado. Em seguida foi dada aprovada e assinada a ata anterior. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Ofício da Familia de Agostinho Gotardi, agradecendo o voto de pesar votado pela Câmara: "Ciente. Arquive-se." - 2) Requerimentos: a) nº. 74/65, do vereador Alberto Pasqualini, solicitando 15 dias de licença: "Concedida a licença. Comoque-se o respectivo suplente". (Deu entrada no plenário e assumiu a cadeira o suplente João Gabriel Attayde); b) nº. 75/65, do vereador José Correa, solicitando informações do executivo sôbre o serviço de asfaltamento de ruas da cidade: "Ao Sr. Prefeito Municipal". - 3) Indicação nº. 246/65 do vereador Adauto de Carvalho Rosas, para que sejam trocadas as guias das ruas que vão ser asfaltadas: "Ao Sr. Prefeito Municipal". - 4) Mensagem do Prefeito Municipal, sôbre os nrs. 38/65 e 39/65, encaminhando dois projetos de lei, um dispondo sôbre um empréstimo de cruzeiros 36.369.168 a ser contraido com a Caixa Economica do Estado de São Paulo, para a aquisição de hidrometros, e outro dispondo sôbre um emprestimo na importancia de cr$ 80.820.240 a ser contraido com a Caixa Economica do Estado de São Paulo, para a compra de veiculos: "Tendo sido rejeitados pela Camara Municipal, na 14ª sessão extraordinária, realizada em data de 12/11/1965, os projetos de lei de nrs. 22/65 e 28/65, que tratam da mesma materia e que são identicos, em tudo, a estas proposições encaminhadas novamente pelo Sr. Prefeito Municipal, e de acôrdo com o que estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal, em seu artigo 118- "O projeto que for rejeitado somente poderá ser apresentado de novo após a realização de dez (10) sessões ordinárias" -, os presentes projetos de lei não podem ser considerados objeto de deliberação, visto não ter findado o decimo e prazo regimental. "Determino, assim, o arquivamento destes projetos de lei". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs.

vereadores. O vereador Victorio Tamaso formulou um requerimento, que foi aprovado solicitando fosse oficiado à direção da S. A. Fabrica Colombo, no Rio de Janeiro pedindo que as instalações desta industria continuassem em Sombal, não sendo transferidas para outra cidade, como vinha se propalando. O vereador Atlante de Carvalho Rosa justificou a indicação de sua autoria, lida no Expediente, no sentido de serem colocadas quinas novas nas ruas que vão ser asfaltadas. Em seguida o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Numerica discussão e votação do projeto de lei nº 33/65, do Prefeito Municipal, estimando a receita e fixando a despesa do Município de Sombal para o exercício de 1966, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças e emendas do vereador Lazaro Martinelli, da Comissão de Finanças e do vereador Adalberto Costa: aprovado o projeto com as respectivas emendas. – 2) Numerica discussão e votação do projeto de lei nº 32/65, do Prefeito Municipal, requerendo os vencimentos e salários dos servidores municipais e dando outras providencias, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emendas dos vereadores Lazaro Martinelli e Waldir Teres: aprovado o projeto com as respectivas emendas. 3) Discussão e votação única do projeto de resolução nº 6/65, da Mesa da Camara Municipal, dispondo sobre aumento de gratificações dos servidores do Legislativo, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado em discussão única e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Walter Galiano. – 4) Numerica discussão e votação do projeto de lei nº 9/65, do Prefeito Municipal dispondo sobre abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas diversas, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. – 5) Numerica discussão e votação do projeto de lei nº 34/65, do vereador Victorio Domingos, dispondo sobre a redução de valor de terrenos para fins de lançamento de imposto e taxas, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. – 6) Discussão e votação do projeto de lei nº 29/65, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de diversas verbas do exercício, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. – 7) Numerica discussão e votação do projeto de lei nº 36/65, do vereador Attilio Giardini e outras declarando a "Aspite" de utilidade pública, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: aprovado. – 8) Numerica discussão e votação do projeto de lei nº 31/65, do vereador Victorio Domingos, dispondo sobre a redução de valor de terrenos para fins de lançamento de imposto e taxas, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. – 9) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 2/1965 do Prefeito Municipal, dispondo sobre a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de aluguel de casa ao Sargento Instrutor do Tiro de Guerra nº 229, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado em 2ª discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Lazaro Martinelli. Esgotada a materia em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Lazaro Martinelli apresentou os seus agradecimentos aos vereadores que aprovaram a emenda de sua autoria, à proposta orçamentaria, concedendo a Cr$ 100.000 à Loja Maçonica para a "campanha do agasalho" realizada anualmente em favor dos pobres. O vereador Walter Galiano se congratulou como presidente da Camara, pelo trabalho que dirigiu os trabalhos legislativos, e ao mesmo tempo protestou contra a atitude do Prefeito Municipal enviando novamente à Camara dois projetos de lei anteriormente rejeitados. Endossou suas considerações dizendo que o atual Prefeito, apesar de ter ficado 4 anos na Câmara, como vereador, parecia ignorar completamente o Regimento Interno, ou talvez quisesse apenas o publico do presidente do Legislativo. O vereador Coimbra Filho se solidarizou com as declarações de seu colega Walter Galiano e solicitou providencias do chefe do executivo para que o passeio do Piratininga e as ruas da Xavier sejam beneficiados com o novo serviço de abastecimento publico de agua, ao contrario do boato que vinha circulando de que naquelas locais iria serem colocados encanamentos. O Sr. presidente, em seguida, confirmou que os vereadores não precisavam agradecer a deliberação da presidencia em referencia aos projetos de lei rejeitados e posteriormente enviados novamente à Camara Municipal pelo chefe do executivo, pois a decisão fora tomada rigorosamente dentro do que prescreve o Regimento Interno da Câmara. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Saturnino de Lucca, escrivão, a fiz escrever.

Attilio Giardini

Ata da 15ª sessão extraordinária do 2º ano, da 5ª Legislatura, da Câmara Municipal de Sombal, realizada em 24 de Novembro de 1965.

Presidencia do Sr. Attilio Giardini
Secretariada por Victorio Tamaso

Aos vinte quatro dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sombal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sombal, às vinte horas vagas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Eduardo de Carvalho Moraes, Antonio Bonadio, Attilio Giardini, Cilio Sirio Fernandes, Getulio Spinelli, José Bourcau, Lazaro Estevam Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Teres, Walter Galiano, Fabio Gabriel Otley e Armando Del Grande. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Foi feito um minuto de silencio, em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Ata. presidente determinou fosse feita, de acordo com a convocação, em mãos dos vereadores, a leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Mensagem nº 40/65, do Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 34/65, dispondo sobre autorização para o Município receber, em doação, do Governo do Estado, aparelhos para a instalação de parque infantil: "A Comissão de Justiça". – 2) Projeto de lei nº 40/65, do vereador Attilio Giardini e outros, concedendo auxilio pecuniário ao Instituto Sombralense de Ensino: "As Comissões de Justiça e Finanças". O Sr. presidente comunicou ao plenário que a matéria lida era de extrema urgência, motivo

por que consultava as Comissões sôbre a possibilidade de exararem parecer sôbre os dois projetos de lei, a fim de que os mesmos fossem incluídos na Ordem do Dia, para a devida apreciação. Recebendo resposta afirmativa dos membros das Comissões, suspendeu os trabalhos por vinte minutos, a fim de que fossem exarados os respectivos pareceres. Decorrido êste prazo, foram reabertos os trabalhos, anunciando o Sr. presidente ter passado a Ordem do Dia, que se constituia da seguinte:- 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 39/65 do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para o Município receber, em doação do Govêrno do Estado, aparelhos para a instalação de parque infantil, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado.- 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 40/65, do vereador Attilio Giardini e outros, dispondo sôbre a concessão de auxílio ao Instituto Pinheirense de Ensino, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado.- 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 33/65, do Prefeito Municipal, estimando a receita e fixando a despesa do município de Sinbal para o exercício de 1966, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado.- 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 32/65, do Prefeito Municipal, reajustando os vencimentos e salário dos servidores municipais e elenco outras providências: aprovado o projeto e rejeitada uma emenda do vereador Adalberto Costa. Foram aprovadas, também, duas emendas, uma de autoria dos vereadores Rizzaro Martinelli e José Correa.- 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 9/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas diversas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado.- 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 29/65, do Prefeito Municipal, abrindo crédito suplementar a diversas rubricas do orçamento, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado.- 7) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 36/65, do vereador Attilio Giardini e outros, declarando a "Rapita" de utilidade pública, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. 8) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 34/65, do vereador Vitorio Tamaso, dispondo sôbre a redução de votos de terrenos para fins de lançamento de impostos e taxas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança e com emenda do vereador Adalberto Costa: aprovado o projeto e a respectiva emenda. Em seguida foi aprovado um requerimento do vereador Walter Galiano, sol. estendo dispensa de redação final para todos os projetos de lei que foram aprovados em segunda discussão, a fim de serem encaminhados ao Prefeito, para a sanção devida. O Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para uma sessão extraordinária a realizar-se logo após o término da 15ª., para segunda discussão e votação dos projetos de lei de ns. 39/65 e 40/65. Em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Jonathas de Mello, escriturário, a fiz escrever.

Attilio Giardini

Ata da 16ª Sessão extraordinária, do 2º ano, da 5ª Legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 24 de novembro de 1965.

Presidência do Sr. Attilio Giardini
Secretariada por Vitorio Tamaso

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, logo após o encerramento da 15ª. Sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores verificou-se a presença dos seguintes:- Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Attilio Giardini, Antonio Serafim, Attilio Giardini, Celio Soto Estevanes, Getulio Spinelli, José Antonio Ramirez Felipe, José Geraldo Fernandes Leite, José Soares, Rogaro Esteram Mantinelle, Pedrosio Tamaso, Walter Alves, Walter Galiano, Wenlenda Del Giudice e João Gabriel Atay de Nazareno número legal, foram abertos os trabalhos. Sob leitura e aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida fez-se um minuto de silêncio, em homenagem à imagem de Cristo Crucificado. O vereador José Geraldo Fernandes Leite comunicou haver recebido sua carteira, deixando assim de portar a licença que lhe fôra concedida. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte:- 1) Mensagem nº. 42/65, do Prefeito Municipal, comunicando haver vetado os artigos 5º., 7º., 8º., 9º. e 10º. do projeto de lei nº. 32/65, dispondo sôbre o reajustamento de vencimentos dos servidores municipais: "A Comissão de Justiça, para emitir parecer, dentro do prazo estabelecido no artigo 142, do Regimento Interno da Câmara Municipal". 2) Indicações:- a) nº. 228/65, do vereador Com-

Ata da 18ª. Sessão ordinária, do 2º. ano, da 5ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 2 de dezembro de 1965.

Presidência do Sr. Attilio Giardini
Secretariada por José G. Fernandes Leite

Aos dois dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Attilio Giardini, Antonio Serafim, Celio Soto Estevanes, Getulio Spinelli, José Antonio Ramirez Felipe, José Geraldo Fernandes Leite, José Soares, Rogaro Esteram Mantinelle, Pedrosio Tamaso, Walter Alves, Walter Galiano, Wenlenda Del Giudice e João Gabriel Atay de Nazareno número legal, foram aberto os trabalhos. Sob leitura e aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida fez-se um minuto de silêncio, em homenagem à imagem de Cristo Crucificado. O vereador José Geraldo Fernandes Leite comunicou haver recebido sua carteira, deixando assim de portar a licença que lhe fôra concedida. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte:- 1) Mensagem nº. 42/65, do Prefeito Municipal, comunicando haver vetado os artigos 5º., 7º., 8º., 9º. e 10º. do projeto de lei nº. 32/65, dispondo sôbre o reajustamento de vencimentos dos servidores municipais: "A Comissão de Justiça, para emitir parecer, dentro do prazo estabelecido no artigo 142, do Regimento Interno da Câmara Municipal". 2) Indicações:- a) nº. 228/65, do vereador Com-

hra Filho, sôbre a necessidade de reparos nas ruas das Vilas Palmeiras e Montenegro": "Ao Sr. Prefeito Municipal"; - b) nº 229/65, do vereador José Geraldo Fernandes Tito para que seja providenciado o abastecimento normal de água na Vila Celina: "Ao Sr. Prefeito Municipal". - 3) Requerimentos: a) nº 76/65, do vereador José Geraldo Fernandes Tito, solicitando várias informações ao chefe do executivo "Ao Sr. Prefeito Municipal"; b) nº 77/65, do vereador José Severino, no sentido de se solicitar ao deputado federal Abílio Carnaúba que encaminhe à justiça às autoridades competentes para conseguir o funcionamento da Faculdade de Direito de Sumbal: "Aprovado". - c) nº 78/65, do vereador Celso Coito Fernandes e outros, solicitando a inclusão, na ordem do dia da sessão que estarei realizando, do voto parcial do Prefeito Municipal, aposto ao projeto de lei nº 32/65, em forma Mensagem nº 42/65, do chefe do executivo: após o parecer da Comissão de Justiça". - 4) Projetos de lei do vereador Sampaio Filho: a) nº 41/65, recomendando aos servidores extraumerários os direitos da legislação trabalhista. Às Comissões de Justiça e Finanças"; b) nº 42/65, mentendo aos cooperadores auxílios dos impostos municipais". "Às Comissões de Justiça e Finanças". Concluída a leitura do expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Sampaio Filho formulou um requerimento, que foi aprovado, propondo um voto de pesar pelo falecimento da esposa do Dr. José Maria Whitaker. Em seguida o mesmo vereador solicitou providências do executivo no sentido de serem reparadas as ruas das Vilas Montenegro, Palmeiras e Celina, que estavam intrafegáveis. Afirmou, também, que a Vila Celina estava sem água há 15 dias e que o prefeito não tomava providências, o mesmo acontecendo com os postes de iluminação os quais não foram colocados, apesar de o executivo ter cobrado dos proprietários de imóveis ali localizados. Disse, em seguida, comentando o surto de febre tifoide ocorrido na cidade, ter conhecimento de que morreu um rico na fazenda do Sr. Tito Barbosa, o qual teria na água que abastece a cidade, a provocando ali, pois apesar das várias reclamações o animal não foi retirado. Protestou afirmando não existir limpeza no Mercado Municipal, onde as instalações sanitárias são imundas, e que o fechamento deste próprio municipal para uma limpeza semanal não resolveria o problema, porquanto a limpeza teria que ser diária. Criticou também o chefe do executivo por mandar tirar o lixo da cidade em dias alternados, desorganizando o serviço de coleta que funcionava bem nas administrações anteriores, mas que agora a cidade estava imunda. Lembrou ao executivo a necessidade de ser também executado o calçamento nos dois lados existentes nas emediações da Praça Cardeal Leme. Disse que já tinha dois projetos de lei de sua autoria, criando uma Escola de Comércio Municipal sob fiscalização federal, e que agora essa escola, criada por lei de autoria do atual prefeito, sob fiscalização estadual, necessitava funcionar 5 anos para depois entrar em reconhecida oficialmente. Afirmou, em seguida, que o Sr. Francisco Chicchi fora dispensado pela administração passada, do cargo de Fiscal do Matadouro, acusado de procedimento irregular no exercício do cargo, mas que o interessado recorrera à justiça, tendo tido ganho de causa e sido readmitido como Mensário da Banda de Música, sendo necessário, porém, que recebesse os vencimentos atrasados e fossem restabelecidos todos os seus direitos. Disse, em seguida, criticando os apartes contidos na mensagem do Sr. Prefeito Municipal, não ser justo que empregados que trabalharam 20 ou 30 anos na Prefeitura, e que agora estavam velhos e adoentados, fossem privados de receber o salário-mínimo por não poderem trabalhar em serviço pesado. Afirmou, também, que a taxa de água e esgotos estava sendo cobrada onde não existiam êsses serviços, ao passo que outros imóveis, beneficiados com êsses melhoramentos, não pagavam e que era ilegal. Encerrou suas considerações exaltando a personalidade do Dr. Abílio Senhreiro, presidente da Câmara, a quem disse tributar Sua homenagem. O vereador Rogério Martinelli disse protestar contra o veto do Prefeito pois oferecer, através de emendas, uma tabela visando beneficiar os gêneros alimentícios, não tendo, com isso, perido o direito de iniciativa do executivo. Afirmou que o Prefeito não tem dado confiança à Câmara e aos vereadores, não tendo nem mesmo atendido aos pedidos formulados em favor dos munícipes. Disse que, só pelo fato de a Câmara ter colaborado para a melhoria de vencimentos dos funcionários, o Prefeito não concordou, mas que êle, orador, também não concordava com a atitude do chefe do executivo, e que votaria contra o veto. Encerrou suas considerações congratulando com a Mesa da Câmara e com o Dr. Abílio Senhreiro, pela eficiência e brilhantismo com que êste exerceu a presidência do Legislativo. O vereador Celso Coito Fernandes afirmou que Sabia, de antemão, como todos Sabiam, que era um candidato à presidência da Câmara fui vencido, e que por isso agradecia e ao mesmo tempo despensava os votos de seus amigos. Só encorrereu do cargo em atenção a Êles. Agradeceu, principalmente, o voto do vereador Attila Grandini o qual o apoiaria se não estivesse no exercício do cargo de presidente da Câmara. Afirmou que era ser pensamento não aceitar sua candidatura, mas como da disputa Nasceu a luz, aceitara a luta e seria ser um vereador atuante, como adversário político do Prefeito, mas também como colaborador da administração municipal. O vereador Vitorino Tomaso se solidarizou com o voto de pesar pelo falecimento da esposa do Dr. José Maria Whitaker e afirmou ser um êste um grande benemérito da Unidade, ajudando financeiramente o Hospital local todos os anos. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente suspendeu a sessão a fim de que a Comissão de Justiça estudasse e pareceu sôbre o veto parcial do Prefeito Municipal, ao projeto de lei 32/65, para que o mesmo pudesse ser apreciado pelo plenário. Os trabalhos foram suspensos a, depois de vinte minutos, foi reaberta a sessão, declarando o Sr. presidente ir passar à Ordem do Dia, que se constituía do seguinte: 1) Parte Eleição da Mesa da Câmara Municipal. Foi eleita, na forma legal a seguinte Mesa: presidente Waldir Geres; - vice- presidente José Geraldo Fernandes

Lito; 1º secretário – Victorio Tamaso; 2º secretário – Getulio Spinelli. O resultado da votação foi o seguinte: para presidente, o vereador Waldir Peres recebeu os votos dos vereadores Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Getulio Spinelli, José Geraldo Fernandes Lito, José Correa, Victorio Tamaso, Armando Del Giudice, João Gabriel Attayde e dele próprio. O vereador Celio Porto Fernandes recebeu os votos dos vereadores Antonio Serafino Genolio, Caumbra Filho, Lazaro Montanelli e Walter Galiano. O vereador Celio Porto Fernandes votou no vereador Attilio Giardini para vice-presidente, o vereador José Geraldo Lito recebeu os votos dele próprio e dos vereadores Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Getulio Spinelli, José Correa, Waldir Peres, Armando Del Giudice e Armando Diogo e João Gabriel Attayde. Os vereadores Antonio Genolio e Lazaro E. Montanelli votaram no vereador Victorio Tamaso. O vereador Victorio Tamaso votou no vereador Antonio Genolio para 1º secretario e o vereador Victorio Tamaso recebeu os votos dos vereadores Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Genolio, Getulio Spinelli, José Correa, José Geraldo Fernandes Lito, Lazaro E. Montanelli, Waldir Peres, Armando Del Giudice e João Gabriel Attayde. O vereador Waldir Peres votou no vereador Getulio Spinelli diga Armando Del Giudice, para 2º secretario, o vereador Getulio Spinelli recebeu os votos dos vereadores Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Genolio, José Geraldo Fernandes Lito, José Correa, Lazaro Montanelli, Victorio Tamaso, Waldir Peres, Armando Del Giudice e João Gabriel Attayde. O vereador Getulio Spinelli votou no vereador Lazaro E. Montanelli. Os vereadores Waldir Peres e José G. F. Lito declararam ter votado nos proprios nomes, para os cargos dos quais concorreram, por entenderem que, acatando tais candidaturas, por uma questão de fidelidade, eleram se contigenciarem diga consultar em condições de bancar as respectivas funções. Os vereadores Caumbra Filho e Walter Galiano votaram somente para o cargo de presidente, tendo deixado o plenário na hora das demais votações). – II Parte Constituição das Comissões Permanentes, após os entendimentos necessários, as Comissões, de comum acordo, ficaram assim constituidas: Justiça – José G. F. Lito, Dr. Abilio Penheiro e Adalberto Costa. Finanças – Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Genolio e Antonio Diogo e Victorio Tamaso – Serviços Publicos – Getulio Spinelli, José Correa e Lazaro Ettenerri Montanelli – Educação – Antonio Medeiros Batista, Dr. Abilio Penheiro e Adauto de Carvalho Rosas. – III Parte – 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 25/65, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, autorizando o executivo a dar o nome de Manoel Carlos Gonçalves a uma rua da cidade, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado – 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 31/66, do vereador Adalberto Costa, declarando de utilidade publica o Colegio Divino Espirito Santo, com pareceres favoravel da Comissão de Justiça e contrario da Comissão de Educação: Retirado, a requerimento do autor. – 3) Primeira discussão e votação do diga (Parte altera o vereador Adalberto Costa retirou-se do preenchimento mais votando). – 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 35/65, do vereador Victorio Tamaso, dispondo sobre isenção de impostos, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças e substitutivo do vereador Caumbra Filho: rejeitados o projeto e o substitutivo. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 31/65, do vereador Antonio Genolio, declarando de utilidade publica o Asilo de Mendicidade e outras instituições, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado. – 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 28/65, do vereador José Geraldo Fernandes Lito, declarando de utilidade publica o S. O. S., com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Educação: Aprovado b) Discussão e votação unica do voto parcial do Sr. Prefeito Municipal ao projeto de lei nº 32/65 reajustando os vencimentos dos servidores municipais, conforme mensagem nº 42/65, do Sr. Prefeito Municipal, com parecer contrario da Comissão de Justiça: Rejeitado o voto por 13 votos a 0, Esgotada a materia em pauta, foi lido e aprovado o requerimento nº 79/65, do vereador José G. S. Lito e outros, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o termino da ordinária, para serem votados, em 3ª discussão, os projetos de lei nº. 25/65 e 31/65 e 38/65. O Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a sessão extraordinária, na forma requerida, e em seguida, em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Laurelino de Mattos, secretario, a fiz escrever.

Victorio Tamaso

Waldir Peres

Ata da 17ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 2 de dezembro de 1965.

Presidencia do Sr. Attilio Giardini
Secretariada por José G. F. Lito

Aos dois dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sinbal, Estado de Tio Caule, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, logo após o encerramento da 18ª sessão ordinária, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: – Adauto de Carvalho Rosas, Attilio Giardini, Antonio Genolio, Celio Porto Fernandes, Getulio Spinelli, José Antonio Caumbra Filho, José Geraldo Fernandes Lito, José Correa, Lazaro Ettenerri Montanelli, Victorio Tamaso, Waldir Peres, Walter Galiano, Armando Del Giudice e João Gabriel Attayde. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovados, sem discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador José G. F. Lito, os projetos de lei de nrs. 25/65, 37/65 e 38/65, determinando o Sr. presidente a remessa dos mesmos ao Sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente

encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Idamiciano de Limitto, acutuário, a fiz escrever.

Victorio Tamasse

Ata da sessão solene da Câmara Municipal de Imbal, realizada em 19 de dezembro de 1965.

Presidência do Sr. Attilio Simbeine

Aos dezenove dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Imbal, Estado de Sete Serras, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Imbal, às 14 horas, sob a presidência do Sr. Attilio Simbeine e com a presença dos vereadores: Adalberto Costa, Adalto de Carvalho Rosas, Antonio Serafim, Attilio Giardini, José Geraldo Fernandes Leite, José Soveral, Lazaro Esteram Mantinelli, Victorio Tamasse Walter Peres Walter Galiano e Ruskens Balsachi. Havendo número legal foi aberta a sessão. Foi feito um minuto de silêncio, de acôrdo com a convocação oficial feita pelo Sr. presidente aos Srs. vereadores e a todos presentes, a fim de prestarem uma homenagem de profundo sentimento pelo falecimento do grande cantor pimbalense Paulo Wladimir de Oliveira, que tanto dignificou-se na sua carreira artística na cidade de Sete Serras. Em seguida o Sr. presidente esclareceu que a finalidade da sessão solene que se estava realizando era para a entrega do Título de Cidadão Imbalense ao Exmo. Sr. Monsenhor José Jerônimo Baltrino Succelli, O Sr. presidente designou digo convidou para fazerem parte da Mesa as seguintes pessoas Sr. Waldemiro Bormonço, representante do Sr. José Augusto Maria, Juiz de Direito da Comarca; Sr. Carlos Antonio Imprata Fuente, Promotor de Justiça; Sr. Helio Vasqueiro Leite, Prefeito Municipal; Sr. José Ruskens Bartolomi, Vice Prefeito; Sr. Armando Del Giudice, Diretor do Colégio Agrícola; Sr. João de Alcerdo Marques, representante do Sr. Maria Jabur, Diretor do Instituto de Educação Cardeal Leme; D. Maria Antonieta de Godoi, Diretora do Ginásio Divino Espírito Santo; Padre Teodoro Peters, Diretor do Seminário N. Senhora da Assunção; Sr. Miguel Namem, Prefeito Municipal de Santo Antonio de Jardim; Dr. Antonio Resende, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio de Jardim; Sr. Louro Fernandes Baleiro; Sr. Laurindo Marques Junior. Em seguida o Sr. presidente designou os vereadores Waldir Peres, Victorio Tamasse e Walter Galiano para em comissão introduzirem o Exmo. Monsenhor José Jerônimo Baltrino Succelli no plenário, o que foi feito sob uma salva de palmas. Usou da palavra, saudando o homenageado o Sr. Armando Del Giudice, que teceu várias considerações sôbre a personalidade do Monsenhor José Jerônimo Baltrino Succelli. O Sr. presidente procedeu, em seguida, à entrega ao Monsenhor José Jerônimo Baltrino Succelli, sob uma salva de palmas do título de cidadão pimbalense. Usou da palavra em seguida o homenageado, o qual expressou sua gratidão pela deliberação da Câmara Municipal, outorgando-lhe o título de "cidadão pimbalense". O Sr. presidente agradeceu a presença dos Srs. vereadores, das autoridades e do povo em geral, e em seguida encerrou os trabalhos, foi lido e aprovado um requerimento de Nº 80/65, do vereador Adalberto Costa e outros solicitando a realização de uma sessão extraordinária após a determinação sôbre feitas, de acôrdo com a convocação encaminhada previamente aos vereadores, a leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Mensagem Nº. 43/65, do Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei Nº. 43/65, dispondo sôbre a doação de materiais e equipamentos destinados à construção de linha de extensão da rêde elétrica ao Departamento de Águas e Energias Elétrica; "ex Comissões de Justiça e Obras e Serviços Públicos"; 2) Mensagem Nº. 44/65, do Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei Nº. 44/65, dispondo sôbre a aprovação do plano de pavimentação de ruas e logradouros públicos da cidade. "Às Comissões de Justiça e Obras e Serviços Públicos". O Sr. presidente comunicou ao plenário que a matéria tida era de extrema urgência, motivo por que consultava as Comissões sôbre a possibilidade de escusarem parecer sôbre os dois projetos de lei, a fim de que fôssem incluídos digo a fim de que os mesmos fossem incluídos na Ordem do Dia, para a devida apreciação. Recebendo resposta afirmativa dos membros das Comissões, suspendeu os trabalhos por vinte minutos, a fim de que fôssem escre-

dos os respectivos pareceres. Decorrido êsse prazo, foram reabertos os trabalhos, anunciando o Sr. presidente ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- 1) Discussão e votação do projeto de lei nº. 43/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de materiais e equipamentos destinados à construção de linha de extensão da rêde elétrica ao Departamento de Águas e Energia Elétrica e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Obras e Serviços Públicos: aprovado - 2) Discussão e votação do projeto de lei nº. 44/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a aprovação de plano de pavimentação de ruas e logradouros públicos da cidade, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Obras e Serviços Públicos: aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para outra sessão extraordinária, a realizar-se após o término da 18ª. sessão extraordinária, para segunda discussão e votação dos projetos de lei nº. 43/65 e 44/65. Em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata.

Victorio Tamaso

Walder

Ata da 19ª. sessão extraordinária, do 2º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 19 de dezembro de 1966.

Presidência do Sr. Attilio Giardini
Secretariada por José Geraldo F. Teixeira

Aos dezenove dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às 15 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores verificou-se a presença dos seguintes: Attilio Giardini, Antonio Genolin, Adalberto Cortez, Adauto de Carvalho Moras, José Geraldo Fernandes Teixeira, Hugaro Ribeiram Tinelli, Victorio Tamaso, Waldir Peres, Walter Galiano e Rubens Balsachi. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovados, em segunda discussão, e dispensados de redação final, a requerimento do vereador Adalberto Cortez, os seguintes projetos de lei: 1) Nº. 43/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de materiais e equipamentos destinados à construção de linha de extensão da rede elétrica ao Departamento de Águas e Energia Elétrica; 2) nº. 44/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a aprovação de plano de pavimentação de ruas e logradouros públicos da cidade. O Sr. presidente determinou fossem remetidos ao Sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida, os projetos de lei de nos. 43/65 e 44/65, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, [illegible], a fiz escrever.

Victorio Tamaso

Walder

Ata da 20ª. sessão extraordinária, do 2º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 26 de dezembro de 1966.

Presidência do Sr. Attilio Giardini
Secretariada por José Geraldo F. Teixeira

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às 15 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Cortez, Adauto de Carvalho Moraes, Antonio Genolin, Attilio Giardini, Celio Côrte Fernandes, Felicio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Teixeira, José Gomes, Hugaro Ribeiram Tinelli, Victorio Tamaso, Waldir Peres, Walter Galiano e Rubens Balsachi. Havendo número legal, foi aberta a sessão. O Sr. presidente comunicou ao plenário que, de conformidade com a convocação previamente enviada aos Srs. vereadores, ia ser lido, naquela instante, o projeto de lei nº. 45/65, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de Cr$ 250.116.636, a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para a realização de obras de pavimentação. Após ter sido lida a referida proposição, o Sr. presidente despachou as Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos, para parecer. Comunicou, em seguida, que a matéria lida era de extrema urgência, motivo por que consultava as Comissões sôbre a possibilidade de exararem parecer sôbre o projeto de lei nº. 45/65, a fim de que o mesmo fôsse incluído na Ordem do Dia, para na devida apreciação. Recebendo resposta afirmativa dos membros das Comissões, suspendeu os trabalhos por trinta minutos, a fim de que fôssem exarados os respectivos pareceres. Decorrido êste prazo, foram reabertos os trabalhos, anunciando o Sr. presidente ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- Item único. - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 45/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de Cr$ 250.116.636, a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para a realização de obras de pavimentação, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos: Aprovado, em votação nominal, a requerimento do vereador Coimbra Filho, por 16 votos contra 3. Votaram contra o proposição os vereadores Celio Côrte Fernandes, Coimbra Filho e Walter Galiano. Em seguida o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para outra sessão extraordinária a ser realizada logo após o término da 20ª. sessão extraordinária, para segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 46/65, de acôrdo com a solicitação contida no re-

querimento Nº 82/65, subscrito pelos vereadores Adalberto Costa, Lazaro Estevam Martinelli e Victorio Tamaso, aprovado pelo plenário. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretario, a fiz escrever.

Victorio Tamaso

Waldir Peres

Ata da 21ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 26 de dezembro de 1965.

Presidência do Sr. Attilio Giardini
Secretariada por José Geraldo F. Lito

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o término da 20ª sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Fenólio, Attilio Giardini, Célio Pôrto Fernandes, Getúlio Spinelli, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Lito, José Sorreca, Lázaro Estevam Martinelli, Victorio Tamaso Waldir Peres, Walter Galiano e Rubens Balsachi. Havendo número legal, foi aberta a sessão. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovado em segunda discussão, e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Adalberto Costa digo do vereador Victorio Tamaso, o seguinte projeto de lei: Nº. 45/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um emprestimo de Cr$ 250.116.836, a ser contraido com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para a realização de obras de pavimentação. O Sr. presidente determinou fôsse remetido ao Sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida, o projeto de lei nº. 45/65 e nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretario, a fiz escrever.

Victorio Tamaso

Waldir Peres

Ata da 1ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 24 de Janeiro de 1966

Presidência do Sr. Waldir Peres
Secretariada por Victorio Tamaso

Aos vinte e quatro dias do mes de Janeiro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Fenólio, Getulio, José Antônio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Lito, José Sorreca, Lázaro Estevam Martinelli, Victorio Tamaso e Waldir Peres, Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Em seguida foi posto em votação sendo aprovado, o requerimento Nº. 1/66, de autoria do vereador José Geraldo Fernandes Lito e outros, solicitando a convocação do Sr. Prefeito Municipal para comparecer ao plenário da Câmara, a fim de prestar esclarecimentos sôbre o asfaltamento de ruas da cidade, podendo também os vereadores tratar de assuntos correlatos. Diante da manifestação favorável do plenário, o Sr. presidente comunicou que o Sr. Prefeito Municipal se encontrava no recinto e se prontificára a comparecer ao plenário imediatamente, motivo por que designou os vereadores José Sorreca, José G. F. Lito e Getulio Spinelli para, em comissão, introduzirem o chefe do executivo no plenário, o que foi feito, tomando S. Excia. assento junto à Presidência. Em seguida o Sr. Prefeito Municipal agradeceu a oportunida que a Câmara lhe proporcionava, naquêle instante, de debater, com os representantes do povo, um assunto de tanta importância para o Município, e colocou-se à disposição dos edis para responder às indagações sôbre os serviços de asfaltamento que estavam sendo executados na cidade. Passou a responder, em seguida, as interpelações que lhe foram feitas pelos vereadores Lázaro E. Martinelli, José Geraldo Fernandes Lito, Adauto de Carvalho Rosas, José Sorreca e Victorio Tamaso. Ficou deliberado, após os esclarecimentos prestados pelo chefe do executivo, que êste providenciaria a vinda a Pinhal, de dois engenheiros do D.E.R. e dos diretores da firma encarregada do serviço de asfaltamento, para, numa reunião informal com os srs. vereadores, esclarecer as dúvidas que porventura persistissem sôbre o assunto. Ato continuo, o Sr. presidente agradeceu a presença, no plenario, do Sr. Prefeito Municipal, e nomeou a mesma comissão já designada anteriormente, para acompanhar o chefe do executivo, que se retirou. Em seguida usou da palavra o vereador Coimbra Filho, afirmando ter sido contra o emprestimo e contra o serviço de asfaltamento, e que continuava com o mesmo ponto de vista. Disse que o emprestimo para o asfalto fôra um presente de grego, um cavalo de tróia, que iria destruir o Município, e que os culpados eram os vereadores que abriram os portões da cidade para a entrada dêsse monstrengo. Encerrou suas considerações dizendo que apesar de não representar a maioria do povo, mas sim uma parcela, estava em desacordo como serviço de asfalto, o mesmo acontecendo com a população pinhalense, que estava se manifestando contrária, dian

te do péssimo serviço executado. O vereador José Geraldo Fernandes Leite disse ser favorável ao embelezamento e à modernização da cidade, e que isso só seria possível com a contratação de empréstimo pelo Município. Afirmou que os vereadores foram obrigados a aceitar o empréstimo nas condições exercidas pela CESP, pois se a gente se forma do ferente, então Sumbal seguiria o lema do "deixa como está para ver como fica", ao contrário de outras cidades que estão progredindo. Disse que as interpelações sôbre o asfaltamento de ruas da cidade foram feitas ao Prefeito a fim de ficar ressalvado, à Câmara, o direito de não aceitar o serviço, o qual estava, como todos sabiam com vários defeitos técnicos. Lavrou o seu protesto contra o sistema de asfalto que tinha sido adotado em Sumbal, e afirmou reservar o direito de, oportunamente, trazer técnicos do Govêrno Federal, do Govêrno Estadual e de Autarquias para opinarem sôbre o serviço, pois entendia que os canos d'água deviam estar nos passeios ou nas sargetas, com base sólida, e não na rua. Comentou suas considerações dizendo que em determinados trechos do asfalto as pedras não tinham ligação, por estarem empenadas, e que S. Excia. aprovando o empréstimo para a execução do serviço de asfaltamento, não tinha razão nenhum para o de tráfego para Sumbal, mas sim um melhoramento para a cidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Idembrino de Mello, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamaso

Waldir Leres

Ata da 3ª Sessão extraordinária, do 3º ano da 5ª legislatura da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 25 de fevereiro de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Leres

Secretariada por Victorio Tamaso

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sumbal Estado de Seio Saulo, no Saço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adanto de Carvalho Rosas, Antonio Medeiros Batista, Antonio Geraldo, Getulio Spinelli, José Geraldo Fernandes Leite, Lazaro Estevam Martinelli, Victorio Tamaso e Waldir Leres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. O Sr. presidente comunicou ao plenário que, de conformidade com a convocação oportunamente enviada aos srs. vereadores, ia ser lido, naquele instante, o projeto de lei nº 1/66, de autoria do vereador Victorio Tamaso e outros dispondo sôbre a concessão de um auxílio financeiro de cr$ 3.000.000 ao Instituto Sumbalense de Ensino, para a criação da Faculdade de Direito de Sumbal. Após a leitura da referida peça, foi ela despachada para as Comissões de Justiça e Finanças. O vereador Victorio Tamaso, alegando que a matéria era de caráter urgente, solicitou do presidente que suspendesse os trabalhos para que as Comissões estudassem parecer sôbre o projeto de lei nº 1/66, a fim de que o mesmo pudesse ser incluído na Ordem do Dia da sessão que estava se realizando, conforme requerimento nesse sentido acatado pelo plenário. O Sr. presidente consultou os membros das respectivas Comissões sôbre a possibilidade de exararem os respectivos pareceres, e, recebendo resposta afirmativa, suspendeu os trabalhos por 30 minutos. Decorrido êsse prazo, foram reabertos os trabalhos, anunciando o Sr. presidente as passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: Item único. — Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 1/66, do vereador Victorio Tamaso e outros, dispondo sôbre a concessão de um auxílio financeiro de cr$ 3.000.000 ao Instituto Sumbalense de Ensino para a criação da Faculdade de Direito de Sumbal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: Aprovado. Em seguida foi lido e aprovado, por unanimidade, o requerimento de nº 2/66, do vereador Victorio Tamaso e outros, solicitando a realização de outra sessão extraordinária, logo após o término da 3ª sessão extraordinária para ser votado, em segundo discussão, o projeto de lei nº 1/66. O Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para outra sessão extraordinária, de acôrdo com a solicitação contida no requerimento nº 2/66. Em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Idembrino de Mello, Secretário, a escrevi.

Victorio Tamaso

Waldir Leres

Ata da 3ª Sessão extraordinária, do 3º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 25 de fevereiro de 1966

Presidência do Sr. Waldir Leres

Secretariada por Victorio Tamaso

Aos vinte e cinco dias dias, do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sumbal, Estado de Seio Saulo, no Saço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, logo após o término da 2ª Sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adanto de Carvalho Rosas, Antonio Medeiros Batista, Antonio Geraldo, Getulio Spinelli, José Geraldo Fernandes Leite, Lazaro Estevam Martinelli, Victorio Tamaso, e Waldir Leres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovado, em segunda discussão, e dispensado de redação final, o requerimento do vereador Adanto de Carvalho Rosas, o projeto de lei nº 1/66, de autoria do vereador Victorio Tamaso e outros, dispondo sôbre a concessão de um auxílio financeiro de cr$ 3.000.000

ao Instituto Simbalense de Ensino, para a criação da Faculdade de Direito de Simbal. O Sr. presidente determinou fosse o projeto de lei nº 1/66 remetido ao Sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu,

Victorio Tamaso

Ata da 1ª sessão ordinaria, do 3º. ano, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Simbal, realizada em 17 de março de 1966.

Presidencia do Sr. Waldir Dias
Secretariada por Victorio Tamaso

Aos dezesseis dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Simbal, Estado de Leão Saulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Simbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Senoba, Catulo Spinelli, José Antônio Belmiro Filho, José Geraldo Fernandes Lito, Tazaro Esteves Mantinelli, Victorio Tamaso e Waldir Dias. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Foram lidas e aprovadas as atas anteriores. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Frade Franciscano. Passou-se, em seguida, à leitura do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Ofícios: a) de D. Dinah Perfeito Leite Teixeira, agradecendo o voto de pesar por ocasião do falecimento de seu esposo: "Ciente. Arquive-se"; - b) do Ministério das Minas e Energias, declarando as razões do aumento de tarifas de luz e força: "A consideração da Casa. Nada sendo requerido, arquive-se"; - c) do Centro de Saúde, encaminhando resultado das análises de água feitas no Instituto Adolfo Lutz: "A matéria fica a disposição dos Srs. vereadores, na Secretaria da Câmara". - 2) Requerimentos: a) nº. 3/66, do vereador Tazaro Mantinelli, solicitando ao executivo a nomeação de um grupo para estudar a possibilidade da venda de pão por peso ou fabricar pesos produto às segundas-feiras: "Ao Sr. Prefeito"; b) nº. 4/66, do vereador Antônio Batista, solicitando 60 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente"; - c) nº. 5/66 do vereador Celso Porto Fernandes, solicitando 60 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente"; - d) nº. 6/66, do vereador Atalibe Guardini, solicitando 60 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente"; - e) nº. 7/66, do vereador Adauto de Carvalho Rosas e outros, solicitando a convocação do Prefeito para comparecer à Câmara, a fim de prestar esclarecimentos sobre o serviço de asfalto que esta sendo executado na cidade: "Aprovado por unanimidade. Convoque-se o Prefeito Municipal, na forma legal"; - f) nº. 8/66, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, solicitando ao executivo que dê a uma rua da cidade o nome de Dr. João Clenio Fernandes: "Aprovado"; - g) nº. 9/66, do vereador José Antônio Coimbra Filho, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, da próxima Sessão ordinaria, das prestações de contas do executivo, dos exercícios de 1961, 1962, 1963 e 1964: Aprovado. Inclua-se na Ordem do Dia, da próxima sessão ordinaria, as proposições supra "indicadas"; - h) nº 10/66, do vereador Victorio Tamaso, no sentido de se solicitar, ao Delegado de Ensino, a criação de uma escola de emergencia, no bairro dos Gurus, e a transformação, em escola estadual, da escola municipal do bairro da Ilgoma: Aprovado". - 3) Indicações: a) nº. 1/66 do vereador Tazaro Mantinelli, para que o presidente determine a remessa dos vereadores, de composição em papel de tamanho uniforme". À Comissão de Justiça"; - b) nº. 2/66, do vereador Tazaro Mantinelli no sentido de ser colocado um quadro na porta da Câmara, para afixarem digo afixação de documentos: "À Comissão de Justiça"; - c) nº. 3/66, do vereador José Geraldo Fernandes Lito, solicitando varios providencias ao executivo sobre reparo de ruas, concerto de registro de água, retificação de extravio, sinalização de rodovia e pedregulhamento da estrada Simbal - Jacutinga: "Ao Sr. Prefeito". d) nº. 4/66, do vereador José Geraldo Fernandes Lito, para que o executivo estude a possibilidade de apresentar um projeto de lei reduzindo a porcentagem da taxa do imposto de Lisa: "Ao Sr. Prefeito". - e) nº. 5/66 do vereador Adauto de Carvalho Rosas, no sentido de ser dado o nome de Dr. João Clenio Fernandes a uma rua da cidade: "Ao Sr. Prefeito". 4) Mensagem do Prefeito Municipal: - a) nº. 1166, comunicando ter o Sr. José Geraldo Fernandes Lito sido escolhido para dirigir os trabalhos de representante do CIESP em Simbal: "Ciente. Arquive-se". - 5) nº. 2/66, encaminhando ofício do Sandes, sobre o atendimento de municípios não filiados aos Institutos de Previdencia: "Às Comissões de Justiça e Finanças". - c) nº 4/66 comunicando a constituição de uma comissão para verificar o asfalto e pedindo a designação de um vereador para a integrá-la: "A Mesa da Câmara indicará, oportunamente, o seu representante". - 5) Despachos do dia do Prefeito Municipal: a) nº. 2/66, dispondo sobre a extinção de cargo e dando outras providencias "Às Comissões de Justiça e Finanças"; b) nº. 3/66, dispondo sobre a criação de uma escola de Corte e Costura Municipal: "Às Comissões de Justiça, Finanças, e Educação"; - c) nº. 4/66, aprovando plano de arruamento e loteamento de terrenos do "Jardim Leão José": "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos"; d) nº. 5/66, de declaração de utilidade pública para de terreno destinado a construção de casas populares, autorizando a doação da mesma à "CECHP" e dando outras providencias: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do Expediente, foram aprovados, pelo plenário, os seguintes requerimentos verbais: a) do vereador Coimbra Filho, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Augusto Ribeiro e sua esposa D. Cecilia Bueno Ribeiro; b) do vereador José Geraldo Fernandes Lito, no sentido de ser oficiado ao engenheiro Fernando de Moura e Souza, em Jundiaí, nos Estados Unidos, pedindo-lhe que se empenhe para que haja instalação de uma industria americana em Simbal. Em seguida o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do

Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 30/65, do vereador Célio Soito Fernandes, dispondo sôbre isenção de impostos a estabelecimentos bancários, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças, e com emenda aberta ultima: aditada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Victorio Tamasa. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 24/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a aprovação do Plano Diretor e da codificação de normas para construções, loteamentos e zoneamentos, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Educação e Serviços Públicos: aditada a discussão, a requerimento do vereador Adauto Carvalho Rosas, a fim de que o projeto de lei seja diretrizido ao Prefeito Municipal, para parecer da Comissão de Plano do Município e da Comissão do Plano Diretor, de acordo com o artigo 3º., item I, e artigo 4º., § único, da Lei nº. 4.22, de 30-3-1964 dijo 1964. Em seguida o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Adauto de Carvalho Rosas fez um histórico das providencias adotadas pela comissão de pontalense que esteve no Rio de Janeiro, a partir do dia 6 de março para tratar da criação da Faculdade de Direito de Jundiaí. Em seguida teceu a colaboração do Sr. Prefeito, que esteve os membros da comissão em contacto com um dos conselheiros do Conselho Nacional de Educação, e encerrou suas considerações dizendo esperar que no próximo dia 11 de abril a matéria esteja completa e definitivamente resolvida, podendo então funcionar a referida Faculdade. O vereador Coimbra Filho disse que o serviço de asfalto que estava sendo executado em Jundiaí era, pesumo, mas que apesar disso o Prefeito estava aceitando as obras entregues pela empreiteira. Informou que as árvores do largo da Matriz terumam 43 anos para crescer, e que o chefe do executivo, ao invés de mandar pulverizá-las, achou mais facil corta-las. Criticou o Prefeito por ter mandado construir, com grande despesa para o Município, 4 bueiros nas imediações da ponte existente na rua Floriano Peixoto, sendo os mesmos inteiramente desnecessários, pois a responsabilidade da firma empreiteira. Disse que o prédio da Biblioteca estava necessitando, com urgência, de pinturas e de melhor conservação, pois ali existem muitas goteiras, e o imóvel onde funciona o Ginásio estava com o telhado ruindo, sem que o Prefeito tomasse qualquer providencia sôbre o assunto. Criticou a atitude do chefe do executivo, que autorizou, há tempos atrás, que o veiculo da Prefeitura fizesse o transporte da mudança de um ex-delegado de polícia, e que agora estava permitindo que caminhões do Município puzessem materiais para a construção de casas particulares. Afirmou que os novos reservatórios de água, recentemente construidos, estavam atrasando, havendo necessidade da intervenção de um inquérito policial militar para apurar de quem é a responsabilidade. Emaltecu o trabalho da comissão de carnaval, dizendo que os seus membros foram abnegados, mas salientou que há necessidade da prestação de contas, em forma mercantil, da mesma forma como exigiram quando de sua gestão à frente da Comissão Municipal de Esportes. Afirmou que o Prefeito não estava cumprindo a lei de aumento de vencimentos do funcionalismo, cujos votos foram rejeitados pela Câmara, o que constituia crime de responsabilidade. Criticou o Prefeito pelo fato de ex-magarefe municipal, Sr. Agenor Barreto Leite, não estar recebendo os proventos de sua aposentadoria de acôrdo com as últimas vigentes. Disse que, apesar de saber ter sido autorizado a correção monetária para os débitos fiscais, o Prefeito não a estava cumprindo pois autorizara o recebimento de impostos em atraso sem multa e até com descontos. Chamou a atenção do chefe do executivo pela falta de policiamento de balneários e de boletim de ocorrência. Disse que o metro quadrado de calçamento, a para-lelepipedos fica mais ou menos em Cr$ 1.250, quando o utilizada a pedra argamassada de outras ruas, e indagou para quem ficou o restante que é cobrado dos contribuintes. Encerrou suas considerações dizendo que, por todas essas razões e por outros motivos, oportunamente pedirá o afastamento do cargo do atual Prefeito. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ditamário de Queiroz, auxiliar, a fiz escrever.

Waldir Teres

Victorio Tamasa

Ata da 4ª. Sessão extraordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Jundiaí, realizada em 6 de abril de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Teres
Secretariada por Victorio Tamasa

Aos seis dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Jundiaí, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Semolin, Catello Spanella, José Geraldo Fernandes Leite, José Soares, Roquito Estevam Mantinelli, Victorio Tamasa, Waldir Teres e Rubens Balzachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio, em homenagem à imagem de Cristo Crucificado. Pela entrada no plenário, prestou o compromisso regimental, e foi declarado empossado o suplente Horacio Borges de Oliveira, substituto do vereador Attilio Giardini. O Sr. presidente anunciou, em seguida, que de acôrdo com a convocação encaminhada aos Srs. vereadores ia passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 41/66, do Prefeito Municipal, aprovando plano de arruamento e loteamento de terrenos de Jardim Cisco José, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 51/66 do Prefeito Municipal, declarando de utilidade pública área de terreno destinada à construção de casas populares, autorizando a doação da mesma à "CECAP" e dando outras providencias, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado, por 10 votos favoráveis, ou seja, 2/3 dos membros da Câmara Municipal. Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para outra sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da 4ª. sessão extraordinaria, para votação, em 2ª. discussão segunda discussão, dos projetos de lei nos.

4166 e 5166. Em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Telemiro de Mello, Secretário, a fiz escrever. Waldir Geres
Victorio Tamasa

Ata da 5ª sessão extraordinária, do 8º ano, da 5ª Legislatura, da Câmara Municipal de Sumbé, realizada em 6 de abril de 1966.

Presidencia do Sr. Waldir Geres
Secretariada por Victorino Tamasa

Aos seis dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sumbé, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbé, logo após o término da 4ª sessão extraordinaria, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença, dos seguintes:- Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Genésio, Getulio Spinelli, José Geraldo Fernandes Lito, José Correia, Cazano Esterenn Martinelli, Victorio Tamasa, Waldir Geres, Horacio Borges de Oliveira. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida passou-se a Ordem do Dia, tendo sido aprovados por 10 votos favoraveis ou seja, 2/3 dos membros da Câmara Municipal, em segunda discussão e dispensados de redação final a requerimento do vereador Victorio Tamasa, os projetos de lei de ns. 4166 e 5146, dispondo, o primeiro sôbre aprovação de plano de arruamento e loteamento de terrenos do Bairro São José, e o segundo sôbre a desapropriação de imovel para a construção de casas populares pela "Cacap". O Sr. presidente determinou fossem os projetos de lei de ns. 4166 e 5166 remetidos ao Sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida, e nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Telemiro de Mello, secretário, a fiz escrever. Waldir Geres
Victorio Tamasa

Ata da 8ª sessão ordinária, do 8º ano, da 5ª Legislatura, da Câmara Municipal de Sumbé, realizada em 11 de abril de 1966.

Presidencia do Sr. Waldir Geres
Victorio Tamasa — Secretariada por Victorino Tamasa

Aos onze dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sumbé, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbé, às oito horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Genésio, Getulio Spinelli, José Antonio Coimbra Filho, José Geraldo Fernandes Lito, José Correia, Cazano Esterenn Martinelli, Victorio Tamasa, Waldir Geres, Horacio Borges de Oliveira e Rubens Balsachi. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio, em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Deu entrada no plenario e assumiu a cadeira, o Sr. Joao Vieira, suplente do vereador Celio Forte Fernandes. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte: 1) Ofício de D. Therezinha Vilela, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento de seu pai: "Ciente. Arquive-se". - 2) Requerimentos: a) nrs. 11/66, do vereador Attilio Giardini, solicitando prorrogação de licença por mais 60 dias: "Concedida a licença". Continua no exercicio da vereança o suplente Horacio Borges de Oliveira"; - b) nr. 12/66, do vereador Attilio Sombrio, solicitando 180 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente". (Compareceu, deu entrada no plenário e assumiu a cadeira, o suplente Hermanete Del Giudice); - c) nr. 13/66, do vereador José Correia, solicitando informações do executivo sôbre a construção de pontes de estacionamento de autos de aluguel na Praça da Independência: "Ao Sr. Prefeito Municipal"; - d) nr. 14/66, do vereador Antonio Genésio, no sentido de se solicitar ao Diretor Regional dos Correios e Telegrafos, em São Caulo, a nomeação de uma nemesa de correspondencia da capital para Sumbé: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada"; - e) nr. 15/66, do vereador Coimbra Filho, solicitando a nomeação de uma comissão especial para examinar as contas do executivo municipal, referentes aos exercicios de 1961, 1962, 1963 e 1964: "Rejeitado"; - f) nr. 16/66, do vereador Coimbra Filho, solicitando providências no sentido de se promover a responsabilidade do Sr. Prefeito Municipal, por descontar as contribuições devidas à previdencia social pelos funcionários municipais e não as recolher ao respectivo Instituto, por não pagos o Salário-Familia aos servidores do Municipio e por ter autorizado varios empregados da Prefeitura a trabalhar na construção de uma casa, da rua Capitão Carlos Teixeira, pertencente a particular: "Aprovado". - 3) Moção nr. 6/66, do vereador José Correia, solicitando providencias do executivo para evitar que o prédio do Sr. Paulino Gomes fosse prejudicado pelos efeitos das águas do Ribeirão dos Soares, e sugerindo que a verba de cr$ 500.000, recebida do auxilio do Sr. R. Monteiro, fôsse empregada na compra de aparelhos de parquinho infantil para serem instalados nas imediações da Casa da Criança: "Ao Sr. Prefeito Municipal". - 4) Mensagem nr. 8/66, do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o balanço geral do exercicio financeiro de 1965: "Às Comissões de Justiça e Finanças". 5) Projeto de resolução nr. 3/66 do Mesa da Câmara Municipal, dispondo sôbre fixação de gratificações aos servidores do Legislativo: "Às Comissões de Justiça e Finanças". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Coimbra Filho frisou criticas à administração municipal, dizendo existir um grande buraco na rua Piratininga, oferecendo sério perigo, sem que no entanto o excelente tempo qualquer providência. Disse ter sido um erro o asfaltamento da Av. Caminho dos Pontes, a qual não possui drenagem, parecendo a estrada Belem-Brasilia. Afirmou que a firma encarregada da reforma do serviço de abastecimento de agua abriu e fechou buracos na cidade para a troca de tubulação, não tendo havido qualquer fiscalização da parte da Prefeitura. Disse que a mesma firma construiu os reservatorios

que não podiam ser utilizados, pois estavam vasando, mas apesar disso o Prefeito aceitara as obras. Criticou o chefe do executivo por ter recebido a ponte da rua Floriano Peixoto sem os bueiros. Referiu-se ao asfaltamento, afirmou que o mesmo era um presente de grego, um cavalo de Tróia, e criticou a atitude do Prefeito por ter mandado pagar 79 milhões de cruzeiros, à firma empreiteira, por um serviço perfeito. Afirmou, ainda, que o Prefeito condenara com os vereadores que recebaram o serviço de asfaltamento, mas que estava contentíssimo, não havendo outra solução para o caso a não ser a rescisão do contrato. Disse que as ruas estavam abandonadas, que o bairro do Matadouro não recebeu nenhum benefício, que a energia elétrica não chegara à Vila Celina, apesar da contribuição de cr$ 10.000 de cada moradore, que a rua da Raia não tinha rêde de esgôtos e nem meio fio, apesar das promessas do atual Prefeito quando candidato. Afirmou que nas eleições municipais os candidatos prometeram maravilhas e esmolas para os bairros do Matadouro e da Raia, mas depois de eleitos fizeram os municípes saírem pelo cano. Quando o vereador Coimbra Filho prosseguia em suas críticas à administração municipal, verificou-se um pequeno tumulto no plenário, tendo o Sr. presidente suspendido os trabalhos. Depois de decorridos trinta minutos, foram reabertos os trabalhos, com a presença dos mesmos vereadores que responderam à chamada anterior. O vereador Coimbra Filho encaminhou à Mesa um ofício, para que fôsse lido, e em seguida retirou-se do plenário. O Sr. presidente esclareceu que, tendo sido encerrada a hora destinada ao Expediente, o ofício do vereador Coimbra Filho não poderia ser lido naquele instante, e que entretanto seria feito na próxima sessão ordinaria da Câmara Municipal. Em seguida anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiria do seguinte: 1) Discussão e votação única das contas do executivo municipal, pertinentes ao exercício de 1961: aprovadas. - 2) Discussão e votação única das contas do executivo municipal, pertinente do exercício de 1962:- aprovadas. 3) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº.. 1166, da Comissão de Justiça, aprovando as contas do executivo municipal, pertinentes ao exercício de 1963, com emenda do vereador Victorio Tamaso: aprovado o projeto e a respectiva emenda. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de resolução Nº. 2/66, da Comissão de Justiça aprovando as contas do executivo municipal, pertinente ao exercício de 1964: aprovado. - 5) Discussão e votação única do recurso interposto pelo Sr. Guiz Athayde contra lançamento do imposto predial, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: negado provimento ao recurso. - 6) Discussão e votação única do recurso interposto pelo Sr. Basilio Cristino de Andrade e outros, contra o lançamento da taxa de água, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: negado provimento ao recurso. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 8/63, do vereador Coimbra Filho, criando a Guarda Rural em Sumbal, com parecer favorável da Comissão de Justiça e contrários das Comissões de Finanças e Serviços Sicbtícos: rejeitado. - 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 9/64, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas diversas, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado o projeto, após ter sido rejeitado um requerimento do vereador José G. S. Rito, solicitando a devolução da proposição ao chefe do executivo, para que êste anexasse aos autos um documento anexo ao processo. - 9) Terceira discussão e votação do projeto de lei nº. 30/65, do vereador Celio Porto Fernandes, dispondo sôbre isenção de impostos a estabelecimentos bancários, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emenda desta última: aprovado o projeto por 12 votos a 0, com a respectiva emenda. Encerrada a matéria em pauta, foi lido o requerimento de nº. 41/66, dos vereadores Victorio Tamaso, José Fonseca e Rubens Balzachi, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o término da ordinária, para que fossem votados, em segunda discussão, os projetos de resolução de ns. 1166 e 2/66, e os projetos de lei de ns. 9/64 e 30/65. Depois de aprovado o requerimento, o vereador José G.S. Rito indagou da presidencia se procedia a notícia veiculada pela imprensa, de que no próximo dia 23, em São Paulo, seria entregue ao Governador Adhemar de Barros o título de "cidadão-punbalmense". O Sr. presidente esclareceu ter recebido uma telegrama, da Casa Civil do Govêrno do Estado, comunicando-o para entrar em entendimento com aquela repartição, para tratar de ultimo alinente a entrega do título honorífico ao chefe do executivo estadual, não tendo porem sido tomada qualquer providencia nêste sentido. O vereador Victorio Tamaso informou que lera, no jornal, que o Governador do Estado viria receber, em São Paulo as autoridades municipais punbalmia, o título de "cidadão-honorario", e não "cidadão-punbalmense". Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da ordinaria, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Mello, auxiliar, a fiz escrever.

Victorio Tamaso

Ata da 6ª sessão extraordinaria, do 8º. ano, da 5ª. legislatura, da Camara Municipal de Sumbal, realizada em 11 de abril de 1966.

Victorio Tamaso

Presidencia do Sr. Walder Peres
Secretariado por Victorio Tamaso

Aos onze dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Paulo no Paço Municipal, edifício onde funciona a Camara Municipal de Sumbal, logo após o término da 2ª sessão ordinaria, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Gomes, Antonio Fonseca, Catulo Spinelli, José Geraldo Fernandes Rito, José Correa, Kaizare Esteram Mendonça, Victorio Tamaso, Walder Peres, Abrasio Braga de Oliveira, Rubens Balzachi, João Vieira e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovados, por 12 votos favoraveis, em segunda discussão e dispensado de redação final o requerimento

do vereador Victorio Tamasso, os projetos de resolução de nrs. 1/66 e 2/66 e os projetos de Lei de nrs. 9/64 e 30/65. O Sr. presidente determinou fossem os projetos aprovados remetidos ao Sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Deturnino de Mello, secretario, a fiz escrever.

Victorio Tamasso

Ata da 1ª Sessão extraordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sombal, realizada em 12 de abril de 1966.

Presidencia do Sr. Waldir Seres
Secretariada por Victorio Tamasso

Aos doze dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sombal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sombal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Deturnino de Carvalho Rosas, Antonio Serafim, Getulio Spinelli, José Gonçalo Fernandes Leite, José Correa, Rogerio Estevam Martinelli, Victorio Tamasso, Waldir Seres, Horacio Borges de Oliveira, Rubens Balsachi e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem ao Cristo Crucificado. O Sr. presidente comunicou que o Sr. Prefeito Municipal se encontra ao seu recinto, atendendo ultima à convocação que lhe fôra feita, no sentido de comparecer à Câmara Municipal afim de prestar os esclarecimentos solicitados pelo vereador Deturnino de Carvalho Rosas e outros, através de requerimento nº 7/66. Em seguida designou os vereadores Adalberto de Carvalho Rosas, Armando Del Giudice e Victorio Tamasso para, em comissão, introduzirem o chefe do executivo no plenário. Logo foi feito, tomando S. Excia. assento junto à Presidência. O Sr. Prefeito Municipal usou da palavra, em seguida, e respondendo aos itens do requerimento nº 7/66, esclareceu que o serviço de asfaltamento da rua da cidade estava muito bom, faltando apenas a ultima camada para a conclusão de varios trechos. Informou que o compromisso assumido com os vereadores, de não prosseguir as obras, era inalterável, e que o serviço continuaria sendo executado, na Avenida Ramiro dos Santos, a fim de que a Siderurgica pudesse receber, com urgencia, quanto à multidão de cruzeiros da Companhia Mogiana E. Ferro. Esclareceu também sido pagos, à firma empreiteira, duas parcelas, uma de 39 e outra de 30 milhões de cruzeiros, tendo retido 16 milhões de cruzeiros para garantia do serviço. Afirmou que os responsaveis pelo recebimento dos serviços com os engenheiros da Força Economica Estadual, e que a firma empreiteira era responsável pela boa execução das obras de asfaltamento, não só perante a Siderurgica como também perante a referida autarquia, sendo a responsabilidade junto a esta pelo prazo de 5 anos. Em seguida o Sr. Prefeito respondeu a varias perguntas formuladas pelos vereadores Adalberto de Carvalho Rosas, José Correa e Rogerio Martinelli. O vereador Adalberto de Carvalho Rosas dirigiu um apêlo ao chefe do executivo, para que êste mandasse profundamente sêrro e esgoto, prevalecendo uma solução satisfatoria para o problema, pequenino extensão que o serviço de asfaltamento já executado estava pessimo. O Sr. Prefeito Municipal esclareceu que tudo fará para resolver bem o problema, podendo inclusive, dizer que os Srs. vereadores achassem interessante e necessario, contratar um engenheiro especializado para, pessoalmente, verificar e acompanhar o serviço de asfaltamento que estava sendo executado na parte central da cidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente agradeceu a presença do Sr. Prefeito Municipal, convocou os Srs. vereadores para a proxima sessão ordinária e encerrou os trabalhos. De que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Deturnino de Mello, secretario, a fiz escrever.

Victorio Tamasso

Ata da 3ª. sessão ordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sombal, realizada em 5 de maio de 1966.

Presidencia do Sr. Waldir Seres
Secretariada por Victorio Tamasso

Aos cinco dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sombal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sombal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Serafim, Getulio Spinelli, José Correa, José Gonçalo Fernandes Leite, Victorio Tamasso, Waldir Seres, Horacio Borges de Oliveira, Rubens Balsachi e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Mensagem nr. 11/66, do Prefeito Municipal encaminhando requerimento da Cooperativa dos Eletricitarios da Região de Sombal, solicitando isenção de pagamento de impostos: "À Comissão de Justiça e Finanças". 2) Ofício do vereador José Antonio Coimbra Filho, renunciando ao seu mandato de membro da Câmara Municipal: "Concedida a renuncia. Convoque-se o respectivo suplente". 3) Ofício do vereador Walter Juliano, renunciando ao seu mandato de membro da Câmara Municipal: "Concedida a renuncia. Convoque-se o respectivo suplente". 4) Indicações: a) Nr. 7/66, do vereador Getulio Spinelli, para que sejam construidos os passeios das Ruas Vicente de Freitas Guimarães e Candelaria Bernes: "Ao Sr. Prefeito"; b) Nr. 8/66, do vereador Adalberto Costa, para que, à executivo consiga o restante do material necessário à instalação de luz nas Vilas Antonio, Pedro e Celina: "Ao Sr. Prefeito"; c) Nr. 9/66, do vereador Waldir Seres, sugerindo ao chefe do executivo que mande pagar, ao jovem João Ricatti, a renovação correspondente ao cargo de escriturário: "Ao Sr. Prefeito". 5) Requerimento nr. 11/66, do vereador Antonio Medeiros Batista, solicitando mais 90 dias de licença: "Concedida a licença, continua no exercicio do vereador o respectivo suplente". 6 Requerimento nr. 14/66, do vereador Adauto de Carvalho Rosas e outros, solicitando a

publicação, na imprensa local, de uma manifestação de repúdio aos termos do ofício de renúncia do ex-vereador Walter Galiano: "Aprovado". 7) Projetos de lei: a) nº. 6/66, do vereador Honório Braga de Oliveira e outros, dispondo sôbre a cessão de terreno ao Instituto Pinheirense de Ensino, para a construção de prédio destinado ao funcionamento da Justiça e Educação"; b) nº. 7/66, do vereador Rubens Rabaceb e outros, declarando de utilidade pública a Casa da Criança: "As Comissões de Justiça e Educação"; - c) nº. 8/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a gratificação gratificações para os servidores do Código Comercial Municipal: "As Comissões de Justiça e Finanças". - 8) Projetos de resolução: a) nº. 4/66, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, dando o título de "cidadão pinheirense" ao Prof. Luiz Antônio da Gama e Silva: "A Comissão de Justiça"; - b) nº. 5/66, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, concedendo o título de "cidadão pinheirense" ao Sr. Jamil Nattar de Oliveira: "A Comissão de Justiça". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. Presidente comunicou ter despachado o requerimento nº. 16/66, de autoria do ex-vereador José Antônio Coimbra Filho, à Comissão de Justiça, a fim de que esta se manifestasse sôbre a denúncia ali contida contra o chefe do Executivo municipal, e sugeriu-se as providências que deveriam ser adotadas pela Câmara Municipal. Em seguida deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador José Barreca, referindo-se aos últimos acontecimentos ocorridos no plenário da Câmara disse estarem êles sendo deturpados por alguns políticos pouco entendidos, porquanto, como os seus companheiros podiam testemunhar, jamais cogitou de agredir alguem, mas pretendeu, pelo contrário impedir que se efetivasse uma agressão da parte de um seu colega, que partira em direção do presidente da Edilidade. Encerrou suas considerações dizendo que talvez a precipitação de seus movimentos tenha sido de impedir uma mal maior, pudesse parecer coisa mais violenta, o que jamais ocorreu, motivo por que veio retorna-se retratando, mas apenas prestando um esclarecimento à ilustre Câmara. O vereador José Geraldo Fernandes Leite lavrou o seu protesto contra os ciznes do requerimento de renuncia do ex-vereador Walter Galiano, os quais tiveram fundo, com referências inacatáveis, os componentes da bernada e respeitável Câmara Municipal. O vereador Armando Del Giudice afirmou que, no Congresso Nacional, um projeto de lei cuja finalidade é evitar a concessão de títulos honoríficos pelas Câmaras Municipais, pretendia, que os projetos de resolução concedendo os títulos de "cidadão pinheirense" aos Professores Luiz Antônio da Gama e Silva e Jamil Nattar de Oliveira, deveriam ser votados com urgência, para que se tributasse a êles uma justa homenagem. O vereador Adauto de Carvalho Rosas justificou os projetos de resolução de sua autoria, propondo sôbre a concessão de títulos de "cidadão - pinheirense" aos Professores Luiz Antônio da Gama e Silva e Jamil Nattar de Oliveira, dois dignos filhos de grande prestígio alcançada com a criação da Faculdade de Direito de Sorocaba, o requereu que as referidas proposições fossem incluídas na Ordem do Dia da sessão que estava se realizando, isso desde que à Comissão de Justiça estivesse em condições de exarar parecer sôbre a matéria. Encerrou suas considerações, formulando um requerimento, que foi aprovado, no sentido de se oficiar à Cherp, solicitando informações sôbre a deficiência no fornecimento de energia elétrica ao município de Sorbal. (Assume a presidência o vereador José G. Fernandes Leite). O vereador Waldir Lopes usou da palavra, em seguida, dizendo que, se os dois vereadores renunciantes tiveram a Câmara com a sua presença, uma decisão na ausência. Em seguida, em vários depoimentos do Regimento Interno da Câmara, em defesa de sua atitude, na última sessão ordinária, quando por varias vêzes advertira o ex-vereador Coimbra Filho por ter êste tomado em desrespeito a presidência. Afirmou que cautava o ofício, mas não os termos, da renúncia do ex-vereador Walter Galiano, pois êste fora imprudente e agressivo, faltando, êle sim, com a ética, porquanto não podia, como o fez, atacar gratuitamente a Câmara e toda, acusando-a de insubsistência moral, ética e intelectual. Declarou que não fugiria do estrito cumprimento do Regimento Interno, lavrou o seu protesto contra a atitude do ex-vereador Walter Galiano, e encerrou suas considerações dizendo que, oportunamente se entenderia ser conveniente, daria uma resposta aos ataques feitos à presidência. (Reassumiu a presidência o vereador Waldir Lopes). O vereador Victório Tomasso protestou contra a atitude do ex-vereador Coimbra Filho, por andar êste dizendo que o orador teria dito êle ter tomado uns tapas na última sessão da Câmara, o qual não era verdade. Disse ter falado, isto sim, que o vereador Coimbra Filho deveria ter renunciado há mais tempo. Referindo-se ao ofício do ex-vereador Walter Galiano, afirmou que para ser vereador não é preciso ter intelectual, pois o de que há mesmidade é de vontade de trabalhar. Encerrou suas considerações dizendo lamentar que os pagos regionais do interior não pudessem se realizar em Sorbal por falta de acomodações para os vereadores, o que demonstraria a falta de melhor organização do que tomaram a iniciativa dessa providência. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente, diante da manifestação favorável do plenário ao requerimento formulado pelo vereador Adauto de Carvalho Rosas, suspendeu os trabalhos por 20 minutos, a fim de que a Comissão de Justiça estudasse parecer sôbre os projetos de resolução de nºs. 4/66 e 5/66. Decorrido êste tempo, foram reabertos os trabalhos, anunciando o Sr. presidente ir passar a Ordem do Dia, que se constituia de seguinte: 1-) Discussão e votação do projeto de lei nº. 4/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a extinção de cargo e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado. 2) Discussão e votação do projeto de lei nº. 4/66, do vereador Antônio Medeiros Baptista, dispondo sôbre a criação de dois Parques Infantis, com pareceres: favorável da Comissão de Justiça, pura ser transformado em indicação da Comissão de Finanças; e para se aguardar a execução do Plano Diretor do Município, sôbre a matéria, da Comissão de Serviços Públicos: rejeitado o projeto de lei. 3) Discussão e votação única do projeto de resolução nº. 3/66, da Mesa da Câmara Municipal, dispondo sôbre a gratificações aos servidores do Legislativo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado em discussão única e despensada de redação final, a requerimento do vereador Adauto de Carvalho Rosas. 4) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº. 4/66, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, dando o título de "cidadão - pinheirense" ao Prof. Luiz Antônio da Gama e Silva, com parecer favo-

rável da Comissão de Justiça: aprovado. – 5) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº. 5/66, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, dando o título de "cidadão-penhalense" ao Dr. Jamil Mattar de Oliveira, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado. Esgotada a matéria em pauta, foi lido e aprovado o requerimento nº. 20/66, dos vereadores Adauto de Carvalho Rosas, Armando Del Giudice e Horácio Borges de Oliveira, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, logo após o término da ordinária, para que fossem votado em segunda discussão, os projetos de resolução ns. 4/66 e 5/66, e o projeto de lei nº. 2/66. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os srs vereadores para a sessão extraordinária na fórma requerida, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever.

Waldir Jeres
Victorio Tamaso

Ata da 8ª. sessão extraordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 5 de maio de 1966.

Presidencia do Sr. Waldir Jeres
Secretariada por Victório Tamaso

Aos cinco dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, logo após o término da 3ª. sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Fenolio, Getulio Spinelli, José Geraldo Fernandes Lito, José Sorreca, Victório Tamaso, Waldir Peres, Horácio Borges de Oliveira, Rubens Balsachi e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida passou-se à Ordem Do Dia, tendo sido aprovados, em segunda discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Adauto de Carvalho Rosas, os projetos de resolução ns. 4/66 e 5/66, e o projeto de lei nº. 2/66. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a escrevi digo a fiz escrever.

Victorio Tamaso
Waldir Jeres

Ata da 4ª. sessão ordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura; da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 20 de maio de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Jeres
Secretariada por Victório Tamaso

Aos vinte dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Fenólio, José Geraldo Fernandes Lito, Lázaro Estevam Martinelli, Victório Tamaso, Waldir Jeres, Rubens Balsachi e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: – 1) Requerimentos: – a) nº. 21/66, do vereador Antônio Fenolio, no sentido de se solicitar à Assembléia Legislativa do Estado a restauração, para o município, do antigo nome de Espírito Santo do Sinhal: "Aprovado. Oficie-se na fórma solicitada"; b) nº. 22/66, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, solicitando várias informações ao executivo sôbre o Colégio Comercial Municipal: "Ao Sr. Prefeito". 2) Indicações: a) nº. 10/66, do vereador Rubens Balsachi, sugerindo a queima do lixo coletado na cidade: "Ao Sr. Prefeito"; b) nº 11/66, do vereador Rubens Balsachi, para que seja instalada rêde de esgôtos na rua Capitão Alberto Florence: "Ao Sr. Prefeito"; – c) nº 12/66, do vereador Antônio Fenolio, para que seja feito o rebaixamento de guias na rua Prefeito Lessa: "Ao Sr. Prefeito"; – d) nº. 13/66, do vereador Victório Tamaso, para que seja feito, por técnicos, o exame do sub-solo do município de Sinhal: "Ao Sr. Prefeito". – 3) Mensagem nº. 13/66, do Prefeito Municipal, solicitando a devolução do projeto de lei nº. 14/65: "A Secretaria da Câmara, para providenciar a devolução do projeto de lei nº. 14/65, na fórma solicitada". – 4) Projeto de resolução nº. 6/66, do vereador José Geraldo Fernandes Lito, dispondo sôbre autorização para a Câmara adquirir um gravador de fita magnética: "As Comissões de Justiça e Finança". – 5) Projeto de lei nº. 9/66, do Prefeito Municipal, declarando de utilidade pública área de terreno destinada à construção de casas populares, autorizando a doação da mesma à "CECAP" e dando outras providências: "As Comissões de Justiça e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do Expediente, deu entrada no plenário, prestou o compromisso regimental e foi declarado empossado, o Sr. Arnaldo Rodrigues de Lima, suplente do ex-vereador José Antônio Coimbra Filho, que renunciou ao mandato. Em o Sr. presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Victório Tamaso requeu a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Homero Vicente Motta, o qual foi aprovado. Em seguida o mesmo vereador afirmou que o Sr. José Felippe Vuolo começou a abrir um poço em sua propriedade agrícola, não tendo entretanto podido concluí-lo, devido à grande quantidade de gazes que dali emanava. Disse que tentando abrir um poço noutro lugar, conseguiu apenas água salgada, e que noutro sítio perto, pertencente ao Dr. Orlando Vuolo, a terra parece conter purpurina, motivos pelos quais havia solicitado ao chefe do executivo que mandasse examinar o sub-solo em Sinhal, para

verificar a existência ou não de minério. Disse, em seguida, que a melhor resposta a ser dada ao ex-vereador Walter Fabiano, era convidar o povo para verificar o trabalho que estava sendo realizado pela Câmara Municipal, e que o município teria muito melhor resultado se todos trabalhassem em favor de sua terra. Afirmou ter sido eleito, por duas legislaturas, sem ter gasto um centavo, e que o Sr. Walter Fabiano se elegera por ter tido ajuda de outra pessoa, isto na última eleição, porquanto numa outra, quando ninguem o ajudou, conseguiu poucos votos. O vereador Biagio Martinelli fez uma saudação ao vereador Anibal de Rodrigues de Lima, dizendo que a Câmara o recebia de braços abertos. Afirmou, em seguida, que os vereadores pediram votos ao eleitorado, apesar de não terem gasto dinheiro, e que os membros da Câmara estavam prontos para o diálogo. Encerrou suas considerações dizendo lamentar a fase desagradável dos trabalhos legislativos, onde homens que eram amigos, tornaram-se inimigos, com ataques recíprocos. O vereador José Geraldo Fernandes Teles afirmou que as estradas municipais estavam em péssimas condições, especialmente a de Jacutinga. Disse que o poste existente na rua Barão de Monte Alto não fora recuado, o que seria providenciado. Disse, quando houvesse um desastre e morte de alguem, momento em que teria se indagar quem seria o culpado ou responsável. Criticou o fato de o Fiscal ficar três dias sem ser substituido, o mesmo acontecendo com entulhos e terra de construções, que tomam conta da metade da rua, às vezes até por meses. Disse que apesar das promessas do Prefeito, o serviço de guias e sargetas não foi pago no baixo de Monte Alto, o mesmo se dizendo acerca da Vila Helena, onde esta última um município vendido a casa por falta de melhoramentos. Afirmou que as ruas centrais da cidade estavam no escuro, porquanto as lâmpadas não acendiam, e que isso ocasiona os pinta-feres envergonhados de saírem, a noite, com vicentes. Disse que, nas Vilas Helena, São Pedro e Bentemúnio, os postos de iluminação ficaram tempos no chão, depois abraçam os buracos, mas a luz não foi ligada até agora. Afirmou que as ruas das artes estavam intransitáveis e que tudo indicava a existência, em Sumbal, de estado de calamidade pública. Encerrou suas considerações propondo um voto de pesar e protestando contra a falta de atenção do executivo para com os municípes residentes nas ruas da cidade. O vereador Adauto de Carvalho Rosas disse ter solicitado informações ao executivo sôbre o Colégio Comercial Municipal, pois tinha sido informado de que êle estava cobrando mensalidades mais elevadas do que o estabelecimento de ensino particular, fato êsse com o qual não concordava, a não ser que o Colégio Comercial Municipal tivesse sido criado para atender interesses políticos. Passeguindo afirmando endossar as reclamações do seu colega José Geraldo Fernandes Teles, pois apesar da boa vontade dos vereadores para com o Prefeito, não concordava com certas coisas existentes na administração, o fato era recolhido apenas 8 vezes por semana, o que era inexplicável. Afirmou que ninguem entendia o emaranhado existente na reforma da Praça da Independência, pois as guias e os paralelepípedos estavam muito mal colocados, o que demonstrava o descaso e a falta de fiscalização do executivo. Disse que os leigos viam os efeitos das obras, somente o Prefeito e os fiscais é que não queriam endergar os serviços mal executados. Afirmou que o Prefeito precisava dispensar mais atenção aos serviços municipais, citou o fato de ter sido pulado um trecho na rua José Bernardes quando foram colocadas as guias e criticou o uso de guias pré-fabricadas, de cimento, muito inferiores às de pedras. Criticou a iluminação existente no centro da cidade, dizendo construir ela uma vergonha, para os pontualenses. Disse que o jardim da praça principal estava uma calamidade, e que alí nada se fazia para melhorá-lo, apesar da existência de varios jardineiros. Referindo-se ao ex-vereador Walter Fabiano, disse que êste se apegara a um pequeno erro de redação para atacar os seus antigos colegas, mas que não era discutido pelo fornais que se poderia fazer alguma coisa em favor do Município. Lamentou que a Câmara tivesse perdido tão ilustrado membro, que muito poderia ensinar aos seus colegas. Encerrou suas considerações divulgando um artigo aos seus colegas para que levassem ao conhecimento do Sr. Prefeito Municipal, as críticas e os protestos contra o abandono de muitos setores da administração local. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ia passar a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- Item único: Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 24/65, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a aprovação do Plano Diretor e da Codificação de normas para construções, loteamentos e zoneamentos, com pareceres favoráveis das Comissões de Finanças, de Educação, de Serviços Públicos, do Plano do Município e do Plano Diretor. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 2 de junho vindouro, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Sidnunio de Freitas, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamaro

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Sumbal, realizadas em 2 de Junho de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Teres

Aos dois dias do mês de Junho de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às vinte horas, procedendo-se a chamada da lista pelo Sr. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antonio Coimbrão, Celso Teles de Menezes, Biagio Martinelli, Victorio Tamaro, Waldir Teres, Ruben Cutuchi e Armando Del Fiacco. O vereador Adauto de Carvalho Rosas justificou sua ausência, por motivo de força maior. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, mas estando presentes sete vereadores, o Sr. presidente determinou fosse feita a chamada em segunda convocação, de acôrdo com o artigo 85, do Regimento Interno, a leitura do expediente, que não dependia de voto da Câmara e que constava do seguinte:- A) Ofício: a) do vereador Celso Teles Fernandes, solicitando a dispensa

de seu substituto na Comissão de Saneamento: "O substituto do vereador Célio Soto Fernandes será designado oportunamente"; - b) do Sr. Celestino Jorge Neves, comunicando não poder assumir a cadeira de vereador, em substituição ao Sr. Attílio Giardini "Suplente seguinte". - 2) Mensagem nº. 17/66, do Sr. Prefeito Municipal, prestando as informações solicitadas pelo vereador Adauto de Carvalho Rosas, sôbre o Posto Médico Municipal "Dr. Domingos Tomarcuttí". "A matéria fica à disposição dos senhores vereadores, para exame, na Secretaria da Câmara Municipal". 3) Requerimentos: a) nº. 23/66, do vereador Célio Soto Fernandes, solicitando prorrogação de licença por mais 90 dias: "Concedida a prorrogação da licença. Continuem no exercício do mandato o respectivo suplente"; - b) nº. 24/66, do vereador Ítalo Esterum Martinelli, solicitando providências do Sr. Prefeito Municipal, para que seja cumprido o plantão de farmácias: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". - 4) Indicações: a) nº. 141/66, do vereador Victorio Tamaso, sôbre a necessidade de serem cortadas as árvores existentes no trecho da estrada municipal que vai dar Linha Férrea à capela do Matadouro: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito" b) nº. 15/66, do vereador Ítalo Esterum Martinelli, no sentido de ser feita uma revisão no leito das ruas da Vila Nossa Senhora de Fátima, as quais estão em péssimo estado de conservação: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente determinou fosse feita nova chamada, visto terem decorrido os 15 minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmos vereadores que responderam à primeira, pelo que declarou haver número legal para o prosseguimento dos trabalhos, que em seguida foram encaminhados pelo Sr. presidente. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Heitor Ulmo do Nascimento, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamaso

Ata da sessão solene da Câmara Municipal de Sombal, realizada em 9 de julho de 1966.

Presidência do Sr. José Geraldo Fernandes Leite

Aos nove dias do mês de julho de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sombal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, reuniu-se, às dezenove horas, em sessão solene, a Câmara Municipal de Sombal, sob a presidência do Sr. José Geraldo Fernandes Leite e com a presença dos vereadores Adalberto Ponte, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Fenolio, Attílio Giardini, Getulio Spinelli, Horácio Borges de Oliveira, José Soreca, Ítalo Esterum Martinelli, Victorio Tamaso, Rubens Balsachi, Armando Del Giudice e Pedro Tabosa. Abertos os trabalhos, foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. O Sr. presidente comunicou que a sessão se destinava a homenagear o Professor Luiz Antonio da Gama e Silva, mediante a entrega a êste do título de "cidadão-honorário", da cidade com a Resolução nº. 46, de 6 de maio de 1966. Convidou, em seguida, para tomarem parte da Mesa, as seguintes pessoas: Sr. Helio Pompeu de Freitas, Prefeito Municipal; Sr. Waldemiro Romanoso, representante do Juiz de Direito da Comarca e Padre Teodoro Setera, Reitor do Seminário S. J. Nuncio. Em seguida o Sr. presidente comunicou que, por motivo de doença, o Prof. Luiz Antonio da Gama e Silva não poderia comparecer à solenidade, tendo entretanto solicitado ao Sr. Carolino Lucupira Mendes Leiva que o representasse na homenagem que lhe seria tributada. Encontrando-se êste último no recinto, o Sr. presidente designou os vereadores Horácio Borges de Oliveira, Attílio Giardini e José Soreca para, em comissão, introduzirem o representante do Prof. Luiz Antonio da Gama e Silva no plenário, o que foi feito sob uma salva de palmas, tomando S. S. assento junto à presidência. Usou da palavra, saudando o homenageado, o vereador Adauto de Carvalho Rosas, que teceu várias considerações sôbre a personalidade marcante do homenageado, como jurista, professor de direito e reitor da Universidade de São Paulo. O Sr. presidente procedeu, em seguida, à entrega, ao representante do Prof. Luiz Antonio da Gama e Silva, do título de "cidadão-honorário". Em último, falou o Dr. Carolino Lucupira Mendes Leiva, que agradeceu, em nome do reitor da Universidade de São Paulo - Prof. Luiz Ant. e Silva, o título que lhe fôra outorgado pela Câmara Municipal de Sombal. O Sr. presidente agradeceu a presença dos Srs. vereadores, das autoridades e do povo em geral, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Heitor Ulmo do Nascimento, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamaso

Ata da 5ª. sessão ordinária, do 3º. ano, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sombal, realizada em 21 de julho de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Borges

Secretariado por Victorio Tamaso

Aos vinte e um dias do mês de julho de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sombal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sombal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Fenolio, Attílio Giardini, José Geraldo Fernandes Leite, José Soreca, Ítalo Esterum Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Dias Peres, e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Em seguida foram aprovadas as atas das sessões anteriores. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofícios: a) da Câmara Municipal de Sarmadas, convidando os vereadores para a 2ª. Festa da Vinho: "Ficam convidados

os Srs. vereadores. Agradecer"; - b) da Companhia Saulista de Força e Luz, prestando informações sôbre a remoção de um poste defronte à Indústria." Bogza". "Ciente. Arquive-se, visto nada ter sido requerido"; c) da Família João Alonso Fernandes, agradecendo o voto de pesar aprovado por ocasião do falecimento de seu chefe." "Ciente. Arquive-se"; d) da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, prestando informações sôbre o atraso de correspondência: "Ciente. Arquive-se"; - e) da Companhia Hidro-Elétrica do Rio Sarjeta, prestando informações sôbre a deficiência no serviço de fornecimento de energia elétrica: "Ciente. Oficie-se na empresa, a requerimento do vereador Antônio Bondim, aprovado pelo plenário". 2) Indicações - a) nº. 16/66, do vereador Bogaro E. Martinelli, para que seja dado o nome de Antônio Giovannini Neiva a uma rua da cidade: "Ao Sr. Prefeito"; - b) nº. 17/66, do vereador Bogaro E. Martinelli, no sentido de ser regulamentado o ensaio de fanfarras e clarins" "Ao Sr. Prefeito"; - c) nº. 18/66, do vereador Antônio Bondim, para ser providenciada a combustão de árvores de bambú em derredor das árvores plantadas nos jardins e ruas da cidade: "Ao Sr. Prefeito"; - d) nº. 19/66, do vereador Antônio Bondim, para que sejam recolocadas as lâmpadas e os globos de iluminação nas praças da cidade e regularizada a iluminação pública nas Ruas José Bonifácio e José Bernardes: "Ao Sr. Prefeito"; - e) nº. 20/66, do vereador Antônio Bondim, sôbre a necessidade ser construído um bebedouro público para animais: "Ao Sr. Prefeito". - 3) Requerimentos do vereador José Geraldo Fernandes Lite: a) nº. 25/66, no sentido de ser requerido, nos dias trabalhos legislativos, o número de votos favoráveis e contrários a cada proposição submetida à consideração do plenário: "À Comissão de Justiça"; - b) nº. 26/66, no sentido de serem rubricadas, pelo presidente da Câmara, as folhas de cada processo formado no Legislativo: "À Comissão de Justiça". - 4) Projeto de resolução nº. 7/66, do vereador Armando Del Giudice e outros, dispondo sôbre modificação do Regimento Interno: "À Comissão de Justiça". - 5) Projeto de lei nº. 10/66, do vereador Attilio Giardini, declarando de utilidade pública o Educandário de Menores de Pinhal: "Às Comissões de Justiça e Educação". - 6) Projetos de lei do Prefeito Municipal: - a) nº. 11/66, dispondo sôbre a criação de cargo: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Educação"; b) nº. 12/66, dispondo sôbre a doação de materiais e equipamentos destinados à construção de escolas de extensão da rêde de ensino primário da E.R.E.E.: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos"; - c) nº. 13/66, abrindo crédito suplementar a diversas verbas do orçamento: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; d) nº. 14/66, dispondo sôbre a cessão de terreno "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos"; - e) nº. 15/66, dispondo sôbre abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas diversas: "Às Comissões de Justiça e Finanças". (O vereadores José Geraldo Fernandes Lite e Attilio Giardini voltaram sôbre a proposição, por entenderem que a remuneração deveria ser convertida o fato de deliberação, pelo fato de ter sido finalidade o pagamento de despesas já realizadas). - f) nº. 16/66, autorizando o Município a transferir para o Serviço de Museus Históricos, a administração do Museu e Biblioteca Municipal "Dr. Marqueiro Cesar", data cedida: "Às Comissões de Justiça e Educação". - Encaminhe-se à Justiça do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Antônio Bondim justificou as indicações de sua autoria e reclamou providências do executivo no sentido de ser construído um bebedouro público para animais, medida essa que estava sendo reclamada desde 1947, sem resultado. Solicitou, também, providências do executivo para que sejam sanadas as falhas na iluminação pública, na parte central da cidade, bem como para que seja removido o poste existente na rua Barão de Mollo Sass, defronte à Fábrica "Bogza". O vereador José Geraldo Fernandes Lite solicitou providências da presidência a fim de que o exame da água que abastece a cidade fosse publicado na imprensa, pedindo, outrossim, a inclusão na Ordem do Dia do projeto de resolução que autoriza a compra de um garrafão para a Câmara. Insurgiu-se, afirmando que os registros colocados nas novas ligações de água estavam sendo enterrados, ao invés de se construir uma caixa protetora, e que seria inútil gastar logo essa peça cretácea o abandono a que a atual administração relegou a cidade, dizendo que por todas parte as ruas e calçadas estavam esburacadas, os postes de iluminação caídos, os globos quebrados, colunas sem lâmpadas e a fonte luminosa existente, na água, cheia de palmeiras de lado. Disse que os postes e fios foram colocados nas calçadas, mas o pertence do serviço não foi executado, tendo até havido ameaça de vários munícipes, de fazerem uso dos postes para tenha e de venderem os fios, pois a luz estava tardando muito para ser ligada, o que era uma vergonha para Município. Afirmou que o Município deveria providenciar, com urgência, a remoção do poste de luz existente no início da Rua Barão mesmo pagando a importância exigida pela concessionária local, porquanto o referido poste representava sério perigo. Prosseguindo, afirmando que o asfalto executado num dos lados da Praça da Independência tinha a capacidade de "Copacabana", devido às ondas existentes. Criticou o serviço de asfaltamentos, afirmando que num lado faltava asfalto, ao passo que noutro lado puseram asfalto demais, o que demonstrava a falta de orientação técnica. Disse que o serviço de asfaltamento estava sendo executado de qualquer jeito, e que a Câmara só era informada a respeito do assunto quando chamava o Prefeito para prestar esclarecimentos, e que não estava certo, pois o asfalto estava ficando pior do que o calçamento anteriormente existente. Prosseguindo, lamentando que o Prefeito não tivesse remetido à Câmara os balancetes trimestrais e nem publicado os balancetes mensais, o que demonstrava que o chefe do executivo estava fazendo pouco caso da edilidade e que não dava um satisfatório aos senhores vereadores. Afirmou que estava pronto a colaborar com a administração municipal, mas que censurava com o descaso do Prefeito, o qual queria passar um atestado de bobo à Câmara encaminhando ao Legislativo um projeto de lei abrindo crédito especial para o pagamento de despesas já realizadas, o que era um absurdo e contra o que lavrava o seu protesto. O vereador Victorio Camasc formulou um requerimento, que foi aprovado, no sentido de se inserir, nas atas dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento da irmã Martinelli de Oliveira. O vereador Attilio Giardini solicitou urgência para o projeto de lei de sua autoria

declarando de utilidade pública o Educandário de Menores de Sumbal. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que constituia do seguinte:- 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 24/65, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a aprovação do Plano Diretor e da edificação de normas para construções, loteamentos e zoneamentos, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, de Educação, de Serviços Públicos, de Plano e do Plano Diretor: aprovado em segunda discussão e dispensado de redação final a requerimento do vereador Victorio Tamasa. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 9/66, do Prefeito Municipal, declarando de utilidade área de terreno destinada à construção de casas populares pela "CEHAB". com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 25/63, do ex- vereador José Antonio Coimbra Filho, concedendo gratificação de risco de vida aos servidores da Limpeza Pública e do cemiterio, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finança: rejeitado. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 26/63, do ex- vereador José A. Coimbra Filho, assegurando aos extranumerários empregatícios o direito de aposentadoria após 30 anos de serviços, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finança: rejeitado. - 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 42/63, do ex- vereador José Antonio Coimbra Filho, regulamentando a concessão de auxilios e subvenções a entidades assistenciais, com pareceres contrario da Comissão de Justiça e dizendo para o plenario deliberar da Comissão de Finança rejeitado. - 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 10/65, do ex- vereador José Antonio Coimbra Filho, dispondo sobre isenção de imposto predial, com pareceres favoravel da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finança:, rejeitado. - 7) Discussão e votação unica do requerimento nº. 16/66, do ex- vereador José Antonio Coimbra Filho, solicitando seja promovida a responsabilidade do Prefeito Municipal, pela prática de atos ilegais com parecer da Comissão de Justiça para que seja consultado o Serviço Juridico do Municipio, e com voto em separado do vereador Adalberto Costa pelo arquivamento da proposição: adiada a discussão por 3 sessões ordinarias, a requerimento do vereador José Rocha, aprovado pelo plenário. - 8) Discussão e votação unica da indicação nº. 1/66, do vereador Rogerio E. Martinelli, para que as comemorações aos vereadores sejam enviadas em papel de timbre uniforme, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovada. - 9) Discussão e votação unica da indicação nº. 2/66, do vereador Rogerio E. Martinelli, sobre a necessidade da composição de um quadro para aplicação de cópias de atas e demais documentos, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovada. Esgotada a materia em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Armando Del Giudice declarou que, no auge de alguem poder a vida num desastre que vier a ocorrer por causa do poste da rua Barão, a Camara Municipal será a responsável, e os vereadores serão taxados de criminosos, motivo porque havia necessidade de ser autorizado o pagamento da importancia de Cr$ 161.900 solicitada pela Companhia Paulista de Força e Luz para a mudança do referido poste. Apelou aos seus colegas para que empregassem esforços no sentido de se promover, com urgencia, a retirada do poste da rua Barão, o qual estava se constituindo no "Figuro da Vergonha" de Sumbal. O vereador Adauto de Carvalho Rosas afirmou que a Praça da Independência decisse de ser o cartão de visita da cidade e passou a ser o cartão da sujeira, entendo, ali, pedras amontoadas, guias jogadas, terra por todos os lados, arvores cortadas, calçadas e canteiros abandonados, e que em Ibitinga uma vergonha, parecendo mesmo que o Prefeito e os fiscais não estavam endergando. Disse seguir, afirmando não ter possivel calar-se diante destes calamitosos problemas, bem como sôbre o serviço de asfaltamento de ruas da cidade. Disse que o buraco defronte ao Banco do Estado já fora aberto e fechado 17 vezes, mas os fiscais municipais não conseguiram resolver o problema, não tendo o Prefeito tomado nenhuma providencia sôbre o assunto. Referindo-se a firma empreiteira, disse que a "Brazan" nunca foi especializada em asfalto, que o engenheiro não mais aparecem em Sumbal e que o serviço estava sendo executado por um encarregado, sob a orientação de um funcionario da Prefeitura. O vereador Rogerio E. Martinelli disse ser uma ironia a "Companhia Paulista de Força e Luz declarar que tem o material e estar em condições de remover o poste da rua Barão, mas que só o fazia mediante o pagamento de Cr$ 161.900, o que era um absurdo. Disse seguir, afirmando ter estado em São Paulo na Boa Vista, com o Governador do Estado, o qual demonstrou interesse em dar andamento aos projetos de asfalto aos municipios. Salientou que os Secretarios de Estado também estavam muito interessados em atender aos senhores prefeitos e vereadores da região, realçou o trabalho e o esforço do Dr. Paulo Kluger Corte, que também participou dos entendimentos, e encerrou suas considerações enviando um voto de louvor ao Governador do Estado e aos Secretarios, pela solicitude com que atenderam a todos. O vereador José Geraldo Fernandes Tito declarou que não aceitaria a responsabilidade por qualquer desastre que viesse a ocorrer por causa do poste da rua Barão, porquanto a matéria era da competencia exclusiva do chefe do executivo. O vereador Victorio Tamasa afirmou que o poste da rua Barão poderia ter sido removido, em 2 horas, pelo Sr. Francisco Pôrto, que se prontificou a executar êste serviço não tendo, porém, a concessionária agido com acerto. Sugeriu fosse acertada uma comissão de vereadores, para se entender com o Sr. Prefeito Municipal, para a solução do assunto. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 4 de agosto vindouro, e eu escrevi o trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Queiroz, secretário, a fiz escrever. Victorio Tamasa

Ata da 6ª sessão ordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 4 de agosto de 1966.

Presidencia do sr. Waldir Peres
Secretariada por Victorio Tamaso

Aos quatro dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, às vinte horas, procedendo à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Genolio, Attilio Giardini, José Geraldo Fernandes Teles, José Moreira, Edgard Martinelli, Diogo Esteves Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Peres, Rubens Baltuch e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte: - 1) Ofícios: a) do Diretor Geral do D.E.R., comunicando ter o engenheiro Romero Vicente Mello prestado verbalmente, ao Sr. Prefeito Municipal, as informações solicitadas sôbre o tipo de asfalto executado na cidade: "Ciente. Publique-se na imprensa, para conhecimento dos munícipes"; - b) do Cel. João Batista de Oliveira Figueredo, comunicando ter assumido o cargo de comandante geral da Força Pública: "Ciente. Agradecer." - 2) Indicação nº. 21/66, do vereador José Geraldo Fernandes Teles, sugerindo ao prefeito que oficie ao D.E.R. para que seja asfaltado o trecho da rodovia Sinbal - Bivisa de Minas e reparado o trecho do triângulo à cidade, regularizado o funcionamento das lâmpadas de iluminação pública, concluida a ligação de luzes nas vilas e tres ou duas lâmpadas queimadas: "Ao Sr. Prefeito". - 3) Requerimentos do vereador José Geraldo Fernandes Teles: a) nº. 26/66, solicitando ao autor do projeto de resolução nº. 7/66 que justifique a proposição, a fim de que a Comissão de Justiça possa exarar parecer: "Encaminhe-se ao autor do projeto de resolução nº. 7/66, para providenciar a justificativa solicitada"; - b) nº. 26/66, solicitando várias informações ao chefe do executivo, sôbre o projeto de lei nº. 15/66, dispondo sôbre abertura de crédito especial: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". - c) nº. 27/66, solicitando várias informações ao Sr. Prefeito, sôbre o projeto de lei nº. 12/66, dispondo sôbre a abocação de linhas de extensão da rêde elétrica ao B.A.E.E.: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; d) nº. 28/66, solicitando várias informações ao chefe do executivo, sôbre o projeto de lei nº. 14/66, dispondo sôbre a cessão de terreno para a construção de prédio destinado ao funcionamento de um hotel: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Adauto de Carvalho Rosas formulou um requerimento, que foi aprovado por 9 votos a 0, no sentido de se telegrafar aos presidentes da República e da Câmara dos Deputados, repudiando a pretendida extinção da cédula única. O vereador Edgard Martinelli estabeceu que a reforma do trecho asfaltado, do triângulo à cidade, na sua execução pelo D.E.R., providencia essa que deveria ser tomada com urgência, de acôrdo com promessa feita pelas autoridades competentes, quando da vinda a São João da Boa Vista do Governador Laudo Natel. O vereador José Geraldo Fernandes Teles lamentou a falta de administração na cidade e o desleixo do chefe do executivo. Afirmou que o serviço de asfaltamento de ruas da cidade estava péssimo, provocando reclamação dos munícipes, e de tal maneira que muitos dizem ter a intenção de mover uma ação popular contra o chefe do executivo. Disse que a Prefeitura estava cobrando até os 30 centavos de paralelepípedos recolocados nas sarjetas, os quais já custam anteriormente a pertencer aos munícipes. Afirmou que a situação dos moradores de várias vilas era crítica, por falta de energia elétrica, tendo até sido roubados muitos metros de fios, já colocados nos postes, talvez como repúdio à atitude do Prefeito Eritheu o fato de a Prefeitura estar taxando casas localizadas em ruas onde não existem nem guias e nem esgotos, o que não tinha fundamento legal. Disse que por todos êsses motivos o Prefeito precisava tomar providências, pois, em caso contrário a cidade iria de mal a pior. Solicitou, em seguida, providencias da presidência no sentido de se ter publicado, na imprensa, o resultado dos exames da água que abastece a cidade. Declarou, em seguida, ter sido informado, pelo Sr. Emilio Foglia, Delegado da C.T.E.S.P. - F.T.S.S., em São José da Boa Vista, quando de sua recente visita a nossa cidade, que tinha sido criada, pelo Serj, uma Escola de Corte e Costura em Sinbal, a qual funcionaria em caráter gratuito, no predio do Sindicato dos Metalurgicos, tendo até sido contratada a professora que seria a senhorita Rosa Peres. Estabeceu, ainda, estar trabalhando para conseguir, junto ao Serj, a instalação em Sinbal de uma Escola de Pessoal. Por último formulou um requerimento, que foi aprovado por 9 votos a 0, no sentido de ser incluido, na Ordem do Dia, da próxima sessão ordinária, onde pendente morte de parecer, o projeto de resolução nº. 5/66, autorizando a compra de um gravador para a Câmara Municipal. O vereador Victorio Tamaso disse que o trecho asfaltado do triângulo à cidade, deveria ser reformado pelo D.E.R. visto existir serviços estaduais. Afirmou, em seguida, que na reunião recentemente realizada na sede do Esporte Clube Comercial, havia muitas industrias de São José da Boa Vista de que de Sinbal, o que evidenciava o complexo que existe entre os funcionários. O vereador Attilio Giardini formulou um requerimento, que foi aprovado por 9 votos a 0, no sentido de se inserir na ata dos trabalhos legislativos um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benjamin Antonio Dias Borges, em seguida, uma palavra de alerta ao Prefeito, dizendo que a rua Barão de Mauá Dias era uma via publica de transito intenso de caminhões, motivo por que o chefe do executivo deveria fiscalizar, e muito bem, a execução do serviço de asfaltamento, porquanto já preferiu a existência de um movimento da parte de prospectores de imóveis ali localizados, de que não concordariam fosse feita na referida rua, o mesmo serviço que estava sendo executado na cidade, o qual era de má qualidade. Prosseguiu, afirmando que o Prefeito deveria mandar pagar o salário-mínimo aos servidores do Municipio, visto existir lei em vigor, e considerando ainda ser uma questão de justiça, porquanto a Prefeitura estava arrecadando seus impostos e taxas com base nos novos no-

veis salariais. O vereador Antônio Genélio indagou da presidência se esta já entrara em entendimentos com o Prefeito sôbre a retirada do ponte da rua Barão de Monte Sais, respondendo o presidente afirmativamente e esclarecendo que agora competia ao chefe do executivo tomar as medidas necessárias. O vereador Rubens Balsachi protestou contra o serviço de assentamento de guias que estava sendo executado na Praça da Independência, mencionando o fato de um automóvel ter apenas encostado e provocado o atrito e a queda de uma guia, o que demonstrava que o serviço estava sendo mal feito. Afirmou que as guias deviam ser feitas arredondadas, para a colocação nas esquinas, e não reunidades com cimento como estavam sendo feito o serviço. Referindo-se ao asfalto declarou que o serviço estava péssimo, e a prova disso estava no fato de que, por ocasião da visita a Simbal da verdadeira imagem de N.S. Aparecida após uma pequena chuva, ficou uma lagoa defronte a Igreja Matriz. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 9/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a cessão de terreno para a construção de casas populares pela "C.E.C.H.I." com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, de Educação, de Serviços Públicos, de Plano de Desenvolvimento e do Plano Diretor: aprovado por 9 votos a 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Adauto de Carvalho Rosas. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 11/66, do Prefeito Municipal, criando mais um cargo de Recreacionista, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Educação: aprovado por 9 votos a 0.- 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 10/66 do Prefeito Municipal, autorizando a Prefeitura a transferir a administração do Museu e Biblioteca Municipal "Dr. Pedro Cesar", com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 9 votos a 0.- 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 10/66 do vereador Attilio Gianchini, declarando de utilidade pública o Educandário de Menores de Simbal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 9 votos a 0.- 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 7/66 do vereador Rubens Balsachi, declarando de utilidade pública a Casa da Criança, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 9 votos a 0.- 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 6/66, dispondo sôbre a cessão de terreno ao Instituto Simbalense de Ensino, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Educação e voto em separado do vereador Adauto de Carvalho Rosas: rejeitado por 9 votos a 0, com declaração de voto do vereador Attilio Giardeni de que votaria contra a proposição por já ter compromisso de apoiar a cessão do terreno que se pretendia doar, para outra finalidade, ou seja, a construção de um hotel. 7) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 2/64, do ex-vereador José Antônio Coimbra Filho, dispondo sôbre a cobrança da contribuição de melhoria, com pareceres contrários das Comissão de Justiça e Finanças: rejeitado por 9 votos a 0.- 8) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 9/63 do ex-vereador José Antonio Coimbra Filho, criando a Guarda Noturna Municipal, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e contrários das Comissões de Finanças e Serviços Públicos: rejeitado por 9 votos a 0.- 9) Discussão e votação única da mensagem nº. 2/66, do Prefeito Municipal, sôbre a assinatura de novo convênio com o Sanbes, com pareceres das Comissões de Justiça e Finanças para que a matéria seja submetida ao chefe do executivo, a fim de que êste elabore um projeto de lei: aprovados os pareceres por 9 votos a 0, com declaração de voto do vereador José Geraldo Fernandes Leite de que protestava contra o voto contra a atitude do Prefeito, por ter êste remetido à Câmara matéria que competia a êle de ciclir inicialmente.- 10) Discussão e votação única do requerimento nº. 25/66, do vereador José Geraldo Fernandes Leite, no sentido de se registrar, na ata o número de votos contrários e favoráveis a cada proposição, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 9 votos a 0.- 11) Discussão e votação única do requerimento nº. 26/66, do vereador José Geraldo Fernandes Leite, no sentido de se registrar na ata o número de votos contrários e favoráveis dêsse para que os processos formados na Câmara sejam rubricados e numerados pelo Presidente do Legislativo, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 9 votos a 0. Esgotada a matéria em pauta, foi lido em seguida aprovado por 9 votos a 0, o requerimento nº. 29/66, do vereador Attilio Giardeni e outros, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o término da ordinária, para que fossem votados, em 2ª. discussão, os projetos de lei de nos. 11/66, 10/66 e 7/66. O Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a sessão extraordinária, na forma requerida, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ademiro de Freitas, escrevi, e Eu, Waldir Ferreira, a subscrevo.

Waldir Ferreira
Victorio Tamasa

Ata da 9ª. sessão extraordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Simbal, realizada em 4 de agosto de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Ferreira
Secretariada por Victorio Tamasa

Aos quatro dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Simbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Simbal, logo após o término da 6ª. sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Genélio, Attilio Giardini, José Geraldo Fernandes Leite, José Ferreira, Gaspar Diogo Lazaro Estevam Moreli Victorio Tamaso, Waldir Ferreira, Rubens Balsachi e Armando Del Prudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovados, por 9 votos a 0, em segunda discussão e dispensados de redação final, a requerimento

to do vereador Victorio Tamasso, os projetos de lei de ns. 11/66, 10/66 e 7/66. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estumbuino de Lunaro, secretário, a fiz escrever.

Waldir Seres
Victorio Tamasso

Ata da 7ª. sessão ordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Gimbal, realizada em 6 de outubro de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Seres
Secretariada por Victorio Tamasso

Aos seis dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Gimbal, Estado de Goio Grulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Gimbal, às 20 horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se pri presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Armando Del Giudice, Antonio Genolio Jose Geraldo Fernandes Rito, Caparo Estevam Martinelli, Rubens Balsachi, Victorio Tamasso e Waldir Seres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem a imagem do Cruxto Crucificado. Após ser aprovada a ata da sessão anterior, passou-se a leitura do Expediente, que constava do seguinte: -) Ofício do Sr. Emilio Fogaça, Delegado do 0169, avisando o recebimento da correspondência da Câmara Municipal "Ciente". Arquive-se". - 2) ofício do vereador Armando Del Giudice, apresentando justificativa ao projeto de resolução nº. 7/66: "Junte-se ao projeto de resolução nº. 7/66". 3ª. requerimentos de) nº. 30/66, do vereador Antônio Medeiros Batista, solicitando 13 meses de licença" "Concedida a licença. Convoque-se o suplente do vereador Adauto de Carvalho Rosas, propondo um voto de louvor ao Tiro Guerra 229 e aos estabelecimentos de ensino que participaram do desfile do dia 7 de setembro:" Aprovado por 7 votos a 0"; - c) nº. 32/66, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, solicitando informações à Companhia Paulista de Força e Luz sobre a deficiência no fornecimento de energia elétrica do município de Gimbal: "Aprovado por 7 votos a 0" - d) nº. 33/66, do vereador Victorio Tamaso, solicitando informações à Casa da Lavoura de Gimbal sobre o motivo da inexistência de sementes pretas de algodão para distribuição aos lavradores locais: "Aprovado por 7 votos a 0"; - e) nº. 34/66, do vereador Waldir Seres, solicitando informações que executivo sobre o pagamento de salário-mínimo aos servidores municipais: "Ao Sr. Prefeito Municipal" - 4) Indicações: - a) nº. 22/66, do vereador Caparo Martinelli, sobre a necessidade de ser ampliada a iluminação pública da Praça Presidente Kennedy: "Ao Sr. Prefeito"; - b) nº. 23/66, do vereador Antônio Fenolio, para que o chafariz da Praça Maria Tereza de Jesus seja reconstruído no mesmo lugar: "Ao Sr. Prefeito"; c) 24/66, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, solicitando a melhoria da iluminação pública nas imediações da Faculdade de Direito, a conclusão da causa de ogito da Vila Celina e a indicação no orçamento do próximo exercício de uma verba de 1 milhão de cruzeiros para despesas diversas da Câmara Municipal": "Ao Sr. Prefeito". - 5) Mensagens do Prefeito: a) nº. 23/66, encaminhando as informações solicitadas pelo vereador José G. F. Tito através do requerimento nº. 27/66: "Junte-se ao projeto de lei nº. 12/66"., b) nº. 24/66, juntando as informações solicitadas através do requerimento nº. 28/66, do vereador José G. F. Tito: "Junte-se ao projeto de lei nº. 14/66"; - c) nº. 26/66, juntando as informações solicitadas através do requerimento nº. 26/66, pelo vereador José Geraldo Fernandes Tito: "Junte-se ao projeto de lei nº. 15/66"; - d) nº. 28/66, solicitando prorrogação de prazo, até 31-10-1966, para a remessa, à Câmara Municipal, da proposta orçamentária: "Concedida a prorrogação de prazo até 31-10-1966, para a remessa, à Câmara Municipal, da proposta orçamentária diga" "Concedida a prorrogação por 6 votos contra 1, sendo este do vereador José Geraldo Fernandes Tito." - e) nº. 29/66, encaminhando à Câmara um requerimento do Sr. Pedro Henrique Cortêvo, solicitando isenção do pagamento de impostos municipais para um prédio de 8 andares, a ser edificado na Praça da Fé de pendência: "Às Comissões de Justiça e Finanças". - 6) Projetos de lei - a) nº. 17/66, do vereador Rubens Balsachi, dispondo sobre perpetuidade de sepultura no cemitério municipal: "A Comissão de Justiça"; - b) nº. 18/66, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com a compra de livros e cartuxos: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; - c) nº. 19/66, do Prefeito Municipal, revogando a lei nº. 66, de 9 de agosto de 1941: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos"; - d) nº. 29/66, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a assinatura de convênio entre o Município e a Companhia de Habitação Popular de Campinas: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos". Em seguida a Sra. Leitura do Expediente, foi aprovado, por 7 votos a 0, um requerimento do vereador Victorio Tamaso, propondo um voto de pesar pelo falecimento da Irmã Ana Olga Vicigal e solicitando fosse dado ciência dessa homenagem às Irmãs de Santa Ana. O vereador Antônio Fenolio solicitou fosse também oficiado do Hospital "Francisco Rosas", comunicando o aprovação do voto de pesar. Requereu, em seguida, tendo o seu pedido sido acolhido por 7 votos a 0, a inserção, nas atas dos trabalhos legislativos, de votos de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Feliz e Prof. Antonio de Azevedo Marques, e de um voto de congratulações com as Irmãs Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, pela transladação, para Campinas, dos restos mortais de D. Francisco de Campos Toledo. Em seguida o vereador Adauto de Carvalho Rosas requereu urgência para um requerimento, que foi aprovado por 7 votos a 0, congratulando-se com o Colégio Comercial, pela grande vitória obtida no concurso de fanfarras realizado na cidade de Gaio Grulo. Em seguida foi aprovado, por 7 votos a 0, um requerimento do vereador Rubens Balsachi, no sentido de se inserir, nas atas, um voto de pesar pelo falecimento de D. Ana Pedro Cerotte e D. Rolanda Gomeu. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou

se passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 16/66, do Prefeito Municipal, autorizando a Prefeitura a transferir a administração do Museu e Biblioteca Municipal "Sr. Nogueira Cesar", com parecer favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 7 votos a 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 24/66, do ex-vereador José Sinfonio Camarinha Filho, dispondo sobre o valor dos bens e direitos transmitidos para efeito do recolhimento ao imposto de renda, com parecer favorável da Comissão de Justiça e contrário da Comissão de Finanças: rejeitado por 7 votos a 0. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 3/66 do Prefeito Municipal, dispondo sobre a criação de uma Escola de Corte e Costura Municipal e dando outras providencias, com parecer favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Educação, e com emenda dentro ultimas: aprovado, com a respectiva emenda, por 7 votos a 0. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 8/66, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a fixação de gratificações para os servidores do Calçado Comercial Municipal, com parecer favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emenda do vereador Victorio Tamaso: aprovado e projeto por 7 votos a 0, rejeitada a emenda por 6 votos a 1. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 13/66, do Prefeito Municipal, abrindo crédito suplementar de diversas verbas do orçamento, com parecer favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 votos a 0. - 6) Discussão e votação única do projeto de resolução nº 6/66, do vereador José Geraldo Fernandes Teles, dispondo sobre autorização para a Câmara Municipal adquirir um gravador de fita magnética e dem parecer, de acordo com requerimento do vereador José Geraldo Fernandes Teles, aprovado na 6ª. sessão ordinária de 4-8-1966): aprovado por 7 votos a 0. - Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou ia passar à Explicação Pessoal. O vereador Adauto de Carvalho Rosas protestou contra a retirada dos trilhos da Cia. Mogiana afirmando que era um crime praticado contra o Município. Disse ainda afirmando que talvez o futuro de Sumbal viesse a depender da estrada de ferro cujo ramal fora suprimido pelo Governo do Estado. Disse ver diariamente os vagões da Mogiana transportando os trilhos arrancados do ramal de Sumbal, providencia essa tomada diante da impassividade do povo. Afirmou que lavrara o seu protesto, lembrando que todos falharam, e rememorando sua estada em São Paulo diante do pedido que Sumbal lhe fizera em troca da retirada dos trilhos, e que talvez até o serviço rodoviário fosse extinto no futuro. Comprovou que os administradores se esforçaram para evitar a retirada dos trilhos no governo Ademar de Barros, a que conseguiram. Prosseguiu dizendo que até a cidade não da Companhia Mogiana esperara uma reação do povo contra a retirada dos trilhos, o que infelizmente não aconteceu. Protestou contra o governo Carvalho Pinto que suprimiu o ramal, contra o governo Ademar de Barros que prometeu restabelecê-lo e não o fez, e contra o governo Laudo Natel que mandou retirar os trilhos. Encerrando suas considerações, lavrou também o seu protesto contra aqueles que fizeram campanha, concordando com a retirada dos trilhos do ramal de Sumbal, omitindo a promessa da concessão de outros benefícios ao Município. O vereador Victorio Tamaso se associou ao protesto de seu colega, afirmou que tudo fez no governo Ademar para evitar a retirada dos trilhos e lamentou a atitude do Sr. Santana, engenheiro da Mogiana, o qual sempre foi irredutível e queria retirar os trilhos, fato este que consumado representou uma afronta e um crime praticado contra a cidade de Sumbal, que foi tratada como um filho espurio da casa por não poder mais dar o que dava antes. O vereador José Geraldo Fernandes Teles protestou contra a atitude do governo estadual, mandando retirar os trilhos da Mogiana, e relembrou que quando a comissão de vereadores esteve no Palácio Bandeirantes, para tratar do assunto, foi recebida no meio duma sala, pelo Sr. Salvador Julianelli, Chefe da Casa Civil, o qual "tropeçou" nos edis, atirou-os de pé e apenas declarou que não era o Sr. Governador. Encerrou suas considerações dizendo que esse mesmo elemento talvez viesse a Sumbal pedir votos nas proximas eleições, porquanto, tinha afirmado do que iria tomar providencias sobre o caso da retirada dos trilhos, pretendendo com isso fazer crer que realmente estava interessado no assunto, o que entretanto não acontecera. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente convocou os Srs. Vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 20 de outubro, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estevão de Queiroz, secretário, a datilografei. Waldir Leres, Victorio Tamaso.

Ata da 10ª. sessão extraordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 27 de outubro de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Leres.

Secretariada por Victorio Tamaso.

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Genésio, Attilio Giardini, Petrilio Spinelli, José Barreca, Rogério Estevam Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Leres e Rubens Balsamelli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo sido feito um minuto de silencio, em homenagem à Imagem do Cristo Crucificado. Em seguida, de acôrdo com a convocação previa enviada aos Srs. vereadores, passou-se à leitura do Expediente, que constava de

da seguinte 1) Ofício do Sr. José Augusto Abarin, comunicando ter sido promovido para a comarca de S. J. Rio Pardo "Deste Agradecer". - 2) Ofício da Junta Eleitoral desta Vila de S. B. C., comunicando ter recebido a prestação de contas enviadas pelo Prefeito Municipal: "A consideração da Casa". Nada sendo requerido, arquive-se". 3) Ofício do Engº. Agrônomo Julio Ferraz de Arruda, prestando esclarecimentos sôbre a mercadoria de sementes pretas de algodão na Casa da Lavoura de Simbaí: "A consideração da Casa". Nada sendo requerido, arquive-se". 4) Mensagem nº. 31/66, do Prefeito Municipal, encaminhando requerimento do Sr. José Domingues Neto, solicitando aumento de aluguel de prédio localizado ao Município" "Em acôrdo com requerimento do vereador Adauto de Carvalho Rosas, aprovado pelo plenário da Câmara Municipal, por 8 votos a 0, devolve-se a mensagem nº. 31/66, ao Sr. Prefeito Municipal, por tratar-ela de matéria de competência do poder executivo, a quem cabe decidir sôbre o pedido do requerente, observando-se e aplicando-se, no caso, os dispositivos da atual Lei do Inquilinato". - 5) Projeto de lei nº. 21/66, do Prefeito Municipal, orçando a receita e fixando a despesa do município de Simbaí para o exercício de 1967. "As Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente anuncia ir passar à Ordem do dia, que se constitui de seguinte:- 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 16/66, do Prefeito Municipal, autorizando a Prefeitura a transferir a administração do Museu e Biblioteca Municipal "Dr. Orgulino Cabral", com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 8 votos a 0. - 2) Discussão e votação da redação final do projeto de resolução nº. 6/66, do vereador José Geraldo Fernandes Reis, dispondo sôbre autorização para a Câmara Municipal adquirir um gravador de fita magnética, com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 8 votos a 0. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 3/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre criação de uma Escola de Corte e Costura Municipal, com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 8 votos a 0. - 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 8/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a fixação de gratificações para os servidores do Colégio Comercial Municipal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8 votos a 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini. - 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 13/66 do Prefeito Municipal, abrindo crédito suplementar a diversas verbas do orçamento, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8 votos a 0 e dispensada de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini. 6) Segunda discussão e votação do requerimento nº. 46/66, do ex-vereador José Antônio Coimbra Filho, solicitando seja prorrogada a responsabilidade do Prefeito Municipal, pela prática de atos ilegais, com parecer da Comissão de Justiça para que seja consultado o Serviço Jurídico do Município, e com voto em separado do vereador Adalberto Costa pelo arquivamento do dito requerimento: aprovado, por 5 votos a 4, pelo voto de desempate do Presidente da Câmara, o parecer da Comissão de Justiça, no sentido de proceder-se encaminhado ao Serviço Jurídico do Município, e voto em separado do vereador Adalberto Costa pelo arquivamento do dito requerimento: aprovado, por 5 votos a 4, pelo voto de desempate do Presidente da Câmara, o parecer da Comissão de Justiça, no sentido de proceder-se encaminhado ao Serviço Jurídico do Município, e voto em separado do vereador Adalberto Costa pelo arquivamento do dito requerimento: aprovado, por 5 votos a 4, pelo voto de desempate do Presidente da Câmara, o parecer da Comissão de Justiça, no sentido de proceder-se encaminhado ao Serviço Jurídico do Município, Engº. Geraldo Ferraz de Arruda Penteado, para que se pronuncie sôbre a matéria em questão, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Waldir Seres, Secretário de Câmara, a fiz escrever. Waldir Seres
Victorio Tamasc

Ata da 8ª Sessão ordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Simbaí, realizada em 3 de novembro de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Seres
Secretariada por Victorio Tamasc
Aos três dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Simbaí, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Simbaí, às 20 horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Tenorio, Attilio Giardini, José Geraldo Fernandes Reis, Paiaro Estevam Martinelli, Victorio Tamasc, Waldir Seres e Rubens Balsachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo sido feito um minuto de silêncio em homenagem à Imagem de Cristo Crucificado. Em seguida passou-se a leitura do expediente, que contava do seguinte:- 1) Indicação nº. 25/66, do vereador Paiaro Martinelli, no sentido de ser providenciado a construção de abrigos para charrete de aluguel, nas praças Rio Branco e Independência: "Ao Sr. Prefeito". 2) Projetos de lei a) nº. 22/66, do vereador José G. F. Reis, de elevando de utilidade pública a Associação "Bezerra de Menezes": "Às Comissões de Justiça e Assistência Social"; b) nº. 23/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre elevação de vencimentos do funcionalismo municipal: "Às Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do Expediente, foram aprovados, pelo plenário, os seguintes votos de pesar: pelo falecimento dos Srs. Bernardo Francisco de Martins, Alfre-

do Spinelli e Angelo Orichio, de conformidade com requerimentos formulados respectivamente pelos vereadores Antônio Fenolio, Lázaro Martinelli e Adauto de Carvalho Rosas. O vereador Victório Tamaso, solidarizando-se com a homenagem prestada ao Sr. Bernardo Francisco de Martino, salientou ter êste deixado um donativo ao Hospital "Francisco Rosas". O vereador Adauto de Carvalho Rosas chamou a atenção de seus colegas para o projeto de lei lido no Expediente, reajustando os vencimentos de funcionalismo municipal, salientando que o chefe do executivo incluirá na proposição um artigo que lhe dava o direito de aumentar os salários dos extranumerários mediante decreto, sem a manifestação da Câmara Municipal, e que não estava certo, porquanto, de acôrdo com o critério adotado pela União e pelos Estados, o Legislativo precisava ser ouvido e os vereadores tinham o direito de saber o quanto os extranumerários iriam ganhar. O vereador Attilio Giardini dirigiu um apelo à representante do Departamento do Trabalho, em Sinhal, a fim de que providenciasse as Carteiras de Trabalho, que de há muito não estavam sendo fornecidas aos interessados, os quais tinham que procurar outras cidades para obterem êsse importante documento. O vereador José Geraldo Fernandes Lito justificou sua ausência à sessão do dia 27-10-1966, declarando encontrar-se viajando nessa data. Em seguida, congratulou-se com o chefe do executivo pela construção da séde do Tiro de Guerra e pela melhoria na iluminação pública do centro da cidade. Solicitou, em seguida, ao Sr. Prefeito Municipal, provovidências para o recuo do poste existente na rua Barão e para a regularização da iluminação de algumas praças da cidade, as quais estão às escuras, com postes e colunas no chão. Ninguém mais querendo usar da palavra, o sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constou digo, constituia do seguinte:- 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 23/61 do ex-vereador Agenor Agostinho Seigo, declarando de utilidade pública uma faixa de terreno para o prolongamento da rua Capitão Alberto Florença, com pareceres contrários da Comissão de Justiça e favoráveis das Comissões de Justiça digo Finança e Serviços Públicos: aprovado por 8 votos a 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 1/64, do ex-vereador José Antônio Coimbra Filho, assegurando estabilidade aos extranumerários mensalistas que contarem mais de 2 anos de exercício, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finança e favorável da Comissão de Serviços Públicos: aprovado por 6 votos a 2 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini.- 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 20/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para o Município estabelecer convênio com a Companhia Nacional de Habitação Popular, para a construção de casas populares, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos: aprovado por 8 votos a 0, Esgotada a matéria em pauta, passou-se à Explicação Pessoal. O vereador Adauto de Carvalho Rosas disse ter sido procurado por um por munícipe, o qual lhe comunicou que os moradores das vilas estavam dispostos a formar uma comissão para pleitear, junto a um candidato a deputado estadual, a execução pelas autoridades competentes, do serviço de energia elétrica nas respectivas vilas onde residem. Fez um apelo ao chefe do executivo municipal para que procurasse resolver, com urgência, o problema, pois seria uma desmoralização para a Câmara e para o Prefeito se os interessados realmente constituissem a comissão e fossem procurar estranhos para tratar de assunto de competência exclusiva do Município. O vereador Lázaro Martinelli disse estar informado de que o material para a execução do serviço de energia elétrica nas vilas estava sendo roubado, o que piorava ainda mais a situação, pois o Município teria que repor parte desse material que já estava instalado, faltando apenas completar. O vereador Attilio Giardini declarou que o Governador Laudo Natel, em resposta à carta de um interessado, esclareceu que o material para o serviço de eletricidade nas vilas de Sinhal seria fornecido pelo D.A.E.E., restando apenas ao chefe do executivo promover a retificação digo retirada dêsse material. O vereador Victório Tamaso salientou que o Prefeito estava sendo incansável no trabalho realizado para conseguir a instalação de luz nas vilas, tudo fazendo para alcançar êsse objetivo. O vereador Adalberto Costa informou que faltava apenas a autorização do Governador para o fornecimento do restante do material necessário à instalação de luz nas vilas, a qual não podia ser dada por causa das eleições, motivo por que o Prefeito estava pleiteando a instalação monofásica, mesmo em caráter provisório. Ninguém mais querendo usar da palavra, foi aprovado, por 8 votos a 0, o requerimento nº 35/66, dos vereadores Vitorio Tamaso, Adalberto Costa e Rubens Balsachi, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o termino da ordinária para segunda discussão e votação do projeto de lei nº 20/66. O sr. presidente convocou os srs. vereadores para a sessão extraordinária, a realizar-se na forma requerida e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lucilo, secretário, a fiz escrever Waldi [illegible]

Victorio Tamaso

Ata da 11ª. sessão extraordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 3 de novembro de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Seres.
Secretariada por Victório Tamaso

Aos três dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, logo após o término da 8ª. sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Fenolio, Attilio Giardini, José Geraldo Fernandes Lito, Lázaro Estevam Martinelli; Victório Tamaso, Waldir Seres e Rubens Balsachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, passou-se à Ordem do Dia, na qual foi aprovado, em segunda discussão, por 8 votos a 0, e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini, o projeto de lei nº. 20/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para o Município estabelecer convenio com a Companhia Nacional de Habitação Popular, para a construção de casas populares. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever. Waldir Seres

Victório Tamaso

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Sinhal, realizados em 17 de novembro de 1966.

Presidencia do sr. Waldir Seres

Aos dezessete dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e seis; nesta cidade de Sinhal Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Fenólio, Getulio Spinelli, Lázaro Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Seres e Rubens Balsachi. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, mas estando presentes sete vereadores, o sr. presidente determinou fosse feita, de acôrdo com o artigo 85, do Regimento Interno, a leitura do Expediente que não dependesse de voto da Câmara e que constava do seguinte:- 1) Indicações do vereador Lázaro E. Martinelli encaminhadas ao sr. Prefeito Municipal: a) nº. 26/66, no sentido de ser reformado o leito da ponte da estrada da Areia Branca; b) nº. 27/66, sugerindo a afixação no Mercado Municipal do plantão de farmacias;- c) nº. 28/66, no sentido de ser feita uma revisão no trecho da estrada municipal de acesso à ponte Aliança Itapira - 2) Mensagem nº. 35/66, do Prefeito Municipal, vetando totalmente o projeto de lei nº. 1/64: "A Comissão de Justiça". Encerrada a leitura do Expediente, o sr. presidente determinou fosse feita nova chamada, visto terem decorridos os 15 minutos regimentais. Feita a segunda chamada verificou-se a presença dos mesmos vereadores que responderam à primeira chamada, veri digo persistindo assim a falta de número legal para o prosseguimento dos trabalhos, que em seguida foram encerrados. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretario, a fiz escrever.

Waldir Seres
Victorio Tamaso

Ata da 12ª. sessão extraordinária, do 3º ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 29 de novembro de 1966.

Presidência do sr. Waldir Seres
Secretariada por Victório Tamaso

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Fenólio, Attilio Giardini, Getulio Spinelli, José Geraldo Fernandes Lito, José Torreca, Victorio Tamaso, Waldir Seres e Rubens Balsachi. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos, tendo sido feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Em seguida, o sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 18/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com a compra de livros e carteiras, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 9 votos a 0, 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 22/66, do vereador José Geraldo Fernandes Lito, declarando de utilidade pública o Sanatório "Bezerra de Menezes", com pareceres com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Assistência Social: aprovado por 9 votos a 0.- 3) Primeira discussão do projeto de lei nº. 17/66, do vereador Rubens Balsachi, dispondo sôbre perpetuidade de sepultura no cemitério no cemiterio digo municipal com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça: aprovado por 9 votos a 0. (Dá entrada no plenário o vereador Lázaro Estevam Martinelli). 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 24/63, do ex. vereador José Antônio Coimbra Filho, efetivando em seus cargos ou funções os extranumerarios mensalistas com mais de 5 anos de serviço público, com

pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finança: rejeitado por 7 votos contra 3. - 5) Discussão e votação única da mensagem nº. 11/66, do Prefeito Municipal, encaminhando ofício da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Pinhal, solicitando isenção do pagamento de impostos municipais, com pareceres das Comissões de Justiça e Finança no sentido da proposição ser devolvida ao chefe do executivo: aprovados os pareceres por 10 votos a 0. - 6) Discussão e votação única das contas do executivo municipal, pertinentes ao exercício financeiro de 1965, encaminhadas pela mensagem nº. 8/66, com pareceres das Comissões de Justiça e Finança deixando para o plenário a deliberação da matéria: aprovadas as contas por 7 votos contra 3, tendo feito declaração de voto contra a aprovação os vereadores Adauto de Carvalho Rosas e José Geraldo Fernandes Lito. Esgotada a matéria em pauta, o sr. o sr. presidente convocou os srs. vereadores para uma nova sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término daquela que estava se realizando a fim de que fossem votados, em 2ª. discussão, os projetos de lei de ns. 18/66 e 17/66. Em seguida encerrou digo o projeto de lei nº 22/66. Em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever. Waldir

Victorio Tamaso

Ata da 13ª. sessão extraordinária, do 3º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 29 de novembro de 1966.

Presidência do sr. Waldir Seres
Secretariada por Victório Tamaso

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Saço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o término da 12ª sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Fenólio, Attilio Giardini, Getulio Spinelli, José Geraldo Fernandes Lito, José Sorreca, Lázaro Estevam Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Seres e Rubens Balsachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, passando-se à Odem do Dia, na qual foram aprovados, por 10 votos a 0, em segunda discussão, e dispensados de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini, os projetos de lei de ns. 17/66, 18/66 e 22/66, determinando o sr. presidente forem êles enviados ao sr. prefeito municipal, para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever. Waldir

Victorio Tamaso

Ata da 9ª. sessão ordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura da Camara Municipal de Pinhal, realizada em 1º. de dezembro de 1966.

Presidencia do sr. Waldir Seres
Secretariada por Victório Tamaso

Ao primeiro dia do mês de dezembro de um novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Saço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antônio Fenolio, Attilio Giardini Horácio Borges de Oliveira, José Geraldo Fernandes Lito, José Sorreca, Lázaro Estevam Martinelli, Victório Tamaso, Waldir Seres e Rubens Balsachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo sido feito um minuto de silêncio em homenagem ao Cristo Crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Ofício do Conselho Regional de Contabilidade, solicitando a regularização da situação do funcionamento digo funcionário responsavel pela contabilidade municipal: "A consideração da Casa. A requerimento do vereador Adauto de Carvalho Rosas, acolhido pelo plenário, e com adendo do vereador Attilio Giardini, oficie-se ao Prefeito solicitando providências urgentes para regularização do assunto, e comunique-se a deliberação da Câmara Municipal ao Conselho Regional de Contabilidade. - 2) Indicação nº. 29/66, do vereador Antonio Fenolio, no sentido de serem tomadas, pelo executivo, as seguintes providencias: a) execução dos serviços de reforma das pontes existentes nas ruas Floriano Seixoto e Francisco José Fernandes; - b) reparos e melhoria, com a motoniveladora, na estrada municipal do Bairro dos Pires; c) comemoração da data de fundação do Municipio, no dia 27 de dezembro: "Ao sr. Prefeito Municipal". - 3) Requerimento nº. 36/66, do vereador Antônio Fenólio, congratulando-se com o Ministro das minas e Energia, pela redução das tarifas de eletricidade dos consumidores da zona rural: Aprovado". - 4) Requerimento nº. 37/66, do vereador Antonio Fenólio, congratulando-se com o Sindicato Rural de Pinhal, por ter obtido a redução das tarifas de eletricidade: "Aprovado". - 5) Requerimento nº. 38/66, do vereador Antônio Fenolio, solicitando informações ao Samdu sôbre a falta de médico de plantão na noite de 26 para 27 de novembro último: "Aprovado". 6) Mensagem nº. 38/66, do Prefeito Municipal, encaminhando proposta aditiva ao orçamento para 1967: "Junte-se ao projeto de lei nº 21/66 e encaminhe-se às Comissões de Justiça e Finança". - 7) Mensagem nº. 39/66, do Prefeito Municipal, comunicando ter suprimido a verba de Cr$ 1.100.000 constante da proposta orçamentária e destinada aos festejos carnavalescos: "Junte-se ao projeto de lei nº. 21/66 e encaminhe-se às Comissões de Jus-

tiça e Finança". - 8) Projeto de lei nº. 24/66, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de áreas de energia elétrica pública e domiciliares: "A Comissão de Justiça e Serviços Públicos". - 9) Projeto de lei nº. 25/66, do Prefeito Municipal, dispensando o pagamento de multa moratória e correção monetária: "A Comissão de Justiça e Finança. Encerrada a leitura do expediente e ninguem querendo usar da palavra, o Sr. presidente declarou que, tendo o vereador Aniwalte Rodrigues de Lima faltado às sessões da Câmara Municipal, por mais de 180 dias consecutivos, havia perdido o mandato, de acôrdo com o que estabelecia o artigo 1º. da Resolução nº. 35, de 8-2-1964. Em seguida o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: I Parte:) Resolução digo, Relatório da Presidencia da Câmara Municipal: foi lido, pelo Sn. presidente o relatório dos trabalhos legislativos e dos principais acontecimentos do exercício de 1966 - 2) Eleição da Mesa da Câmara Municipal para 1967: foi eleita, na forma legal, a Mesa da Câmara, a qual ficou assim constituida: Presidente - José Geraldo Fernandes Tito; Vice-Presidente - Victorio Tamaso; 1º. Secretário - Antonio Fenolio; 2º. Secretario - Florêncio Borges de Oliveira. Todos os vereadores presentes, em número de 10, inclusive os próprios candidatos, votaram para os cargos de presidente e de vice-presidente, respectivamente nos edis José Geraldo Fernandes Tito e Victorio Tamaso. Os vereadores Antonio Fenolio e Florêncio Borges de Oliveira foram eleitos, respectivamente para os cargos de 1º. e 2º. Secretarios, por 11 votos, visto ter comparecido ao plenario, no hora da votação, o vereador Adalberto Costa. - 3) Constituição das Comissões Permanentes. Após os entendimentos necessarios, as Comissões, de comum acôrdo, ficaram assim constituidas: Justiça - Florêncio Borges de Oliveira, Waldir Peres e Adalberto Costa: Finança - Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Fenolio e Victorio Tamaso; Serviços Públicos - Getulio Spinelli José Fonseca e Sagaro Estevam Martinelli: Educação e Saude - Rubens Balsachi, Attilio Giardini e Sn. Abilio Cunheira - II Parte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 19/66, do Prefeito Municipal, revogando a lei nº. 66, de 9 de agosto de 1911, com pareceres contrarios das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 10 votos a 0. Os vereadores José Geraldo Fernandes Tito e Sagaro Estevam Martinelli, membros respectivamente das Comissões de Justiça e Serviços Públicos, fizeram declaração de voto manifestando-se favoravel à aprovação do projeto de lei, porquanto o Municipio, segundo esclarecera o Prefeito, não tinha condições para concretizar a desapropriação do imóvel que há 55 anos atraz fora declarado de utilidade pública. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº. 7/66, da Comissão de Justiça e Redação, aprovado as contas do executivo municipal do exercício de 1965: aprovado por 7 votos a 3. Esgotada a materia em pauta, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para uma sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da ordinária, para que fossem votados, em segunda discussão, o projeto de lei nº. 19/66 e o projeto de resolução nº. 7/66. Em seguida, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Attaliano de Lucio, auxiliar, a fiz escrever.

José Geraldo Fernandes Tito
Antonio Fenolio.

Ata da 14ª. sessão extraordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 1º. de dezembro de 1966.

Presidencia do Sn. Waldir Peres.
Secretariada por Victorio Tamaso.

No primeiro dia do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal logo após o término da 9ª. sessão ordinaria, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Fenolio, Attilio Giardini, Florencio Borges de Oliveira, José Geraldo Fernandes Tito, José Fonseca, Sagaro Estevam Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Peres, Rubens Balsachi e Adalberto Costa. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, passando-se à Ordem do Dia, na qual foram aprovados, em segunda discussão, por 10 de 0 votos a 0 pareceres, e por 7 votos a 3 o segundo, o projeto de lei nº. 19/66 e o projeto de resolução nº. 7/66. Ambas as proposições foram dispensadas, a requerimento do vereador Attilio Giardini, de redação final. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Attaliano de Lucio, auxiliar, a fiz escrever.

José Geraldo Fernandes Tito
Antonio Fenolio.

Ata da 15ª. sessão extraordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 9 de dezembro de 1966.

Presidencia do Sn. Waldir Peres
Secretariada por Victorio Tamaso

Aos nove dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Fenolio, Florencio Borges de Oliveira, José Fonseca, Sagaro Estevam Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Peres e Rubens Balsachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo sido feito um minuto de silencio

em homenagem à imagem do Cristo crucificado. Em seguida passou-se ao Expediente, no qual foi lido, considerando objeto de deliberação e encaminhado às Comissões de Justiça e Finanças, para parecer, o projeto de lei nº. 26/66, do Prefeito Municipal, criando e alterando os tributos que especifica e dando outras providências. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Odimilson de Lucca, secretário, a fiz escrever.

Antonio Fenolio.

Ata da 16ª. sessão extraordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Tubarão, realizada em 15 de dezembro de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Peres
Secretariada por Victorio Tamaso
Aos quinze dias do

mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tubarão, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosa, Antônio Fenolio, Attilio Giordani, Horacio Borges de Oliveira, Rogaro Esteves Martinelli, Victorio Tamaso e Waldir Peres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo sido feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo crucificado. Em seguida, de acôrdo com a convocação prévia enviada aos Srs. vereadores, passou-se à Ordem do Dia, que constava do seguinte: - 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 21/66, do Prefeito Municipal, fixando a Receita e fixando a Despesa do Município de Tubarão para o exercício de 1967, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado o projeto de lei nº. 21/66, juntamente com suas emendas, por 7 votos a 0. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 25/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre dispensação e pagamento de multa moratória e correção monetária, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado o substitutivo ao projeto de lei nº. 25/66, da Comissão de Finanças, por 7 votos a 0. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 151/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas diversas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado o projeto de lei nº. 151/66, por 5 votos contra dois. Explicada a matéria em pauta, foi lido e aprovado por 7 votos a 0, o requerimento nº. 40/66, do vereador Victorio Tamaso e outros, solicitando a realização de outra sessão extraordinária, após o término da que estava se realizando, para serem votados em segunda discussão os projetos de lei nº. 21/66, 25/66 e 151/66. O Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a sessão extraordinária, na forma requerida, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata.

Antonio Fenolio.

Ata da 17ª. sessão extraordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Tubarão, realizada em 15 de dezembro de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Peres
Secretariada por Victorio Tamaso
Aos quinze dias

dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tubarão, após o término da 16ª. sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosa, Antônio Fenolio, Attilio Giordani, Horacio Borges de Oliveira, Rogaro Esteves Martinelli, Victorio Tamaso e Waldir Peres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovado, em segunda discussão a dispensação de redação final, a requerimento do vereador Victorio Tamaso, os projetos de lei nrs. 21/66 e 25/66, por 7 votos a 0, e o de nº. 151/66, por 5 votos contra dois (2), determinando o Sr. presidente a remessa dos mesmos ao Sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata.

Antonio Fenolio.

Ata da 18ª. sessão extraordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Tubarão, realizada em 20 de dezembro de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Peres
Secretariada por Victorio Tamaso
Aos vinte dias do

mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Tubarão, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tubarão, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosa, Antônio Fenolio, Attilio Spinelli, Rogaro Esteves Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Peres e Ruckem Bittencourt. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo sido feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo crucificado. Em seguida, de acôrdo com a convocação prévia enviada aos Srs. vereadores, passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Ofício dos diretores do Conservatório Dramático Musical de Tubarão

comunicando à Câmara as conquistas que o mesmo foi, através de diretores e alunos, na capital Santista." Cinte. Agradeceu". - 2º) Requerimento nº. 39/66, do vereador Geraldo Scavone, solicitando, no sentido de se oficiar ao P.E. I.E. - Programa Especial de Bolsas de Estudos, da Fiam, para que, apresentando-lhe os agradecimentos da Câmara Municipal, por ter aquele Orgão distribuido, por intermédio do Sindicato dos Metalurgicos, dentro da cidade, 30 bolsas de estudos integrais e 6 de gastos pessoais." Aprovado. Oficie-se na forma requerida". 3) Prodicação nº. 30/66, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, no sentido de ser executado, com mais urgência, o serviço de reforma do gramado, no Estádio Municipal." Dr. Fernando Costa." Ao Sr. Prefeito Municipal." 4) - Requerimento nº. 41/66, do vereador Victorio Tamaso, solicitando a inclusão, do projeto de lei nº. 26/66, do Prefeito Municipal, criando os tributos que especifica e dando outras providencias, na Ordem do Dia da 18ª. sessão extraordinaria." Aprovado. Indua-se, na Ordem do Dia, o projeto nº. 26/66, na forma requerida". Em seguida, a leitura do Expediente, o Sr. presidente suspendeu a sessão por 20 minutos, para fins de os vereadores trocarem entendimentos sobre o projeto de lei nº. 26/66; feito isso, foi reaberta a sessão. Em segunda, passou-se a Ordem do Dia, que constava do seguinte: - 1) Primeira discussão, discussão e votação do projeto de lei nº. 23/66, do Prefeito Municipal, dispondo sobre alteração de vencimentos do funcionalismo municipal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado o projeto de lei nº. 23/66, juntamente com a emenda da Comissão de Finanças, por 7 votos a 0, - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 26/66, do Prefeito Municipal, criando e alterando os tributos que especifica e dando outras providencias, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado o projeto de lei nº. 25/66, juntamente com a emenda da Comissão de Finanças por 7 votos a 0. Engatada a matéria em pauta foi lido e aprovado, por 7 votos a 0, o requerimento nº. 41/66, do vereador Victorio Tamaso e outros, solicitando a realização de uma outra Sessão extraordinária, após o término da 18ª. sessão extraordinária, que estava se realizando, para serem votados, em segunda discussão, os projetos de lei de nº. 23/66 e 26/66. O Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão extraordinária, na forma requerida, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata.

Antonio Tenorio.

Ata da 19ª. Sessão extraordinária, do 3º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sumaré, realizada em 20 de dezembro de 1966.

Presidência do Sr. Waldir Seres
Secretariada por Victorio Tamaso
Aos vinte dias

do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumaré, às 9 horas no da 18ª. Sessão extraordinária, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Zolla, Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Tenorio, Geraldo Scavone, Hazaro Estevam Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Seres e Rubens Balbachi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, passou-se a Ordem do Dia, tendo sido aprovados em segunda discussão e dispensados de redação final, a requerimento do vereador Victorio Tamaso, os projetos de lei de nº. 23/66 e 26/66, por 7 votos a 0, determinando o Sr. presidente a remessa dos mesmos ao Sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida. Nada mais tendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos, expressando aos Srs. vereadores, bem como ao povo em geral, os desejos de um feliz Natal e um próspero Ano de 1967. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata.

Antonio Tenorio.

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Sumaré, realizados em 5 de janeiro de 1967.

Presidencia do Sr. José Geraldo F. Leite
Aos cinco dias

do mês de janeiro de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumaré, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antonio Tenorio, Horacio Borges de Oliveira, José Geraldo Fernandes Leite, Hazaro Estevam Martinelli, Victorio Tamaso, Waldir Seres e Rubens Balbachi. Não havendo número legal para a abertura dos mesmos estiveram presentes sete vereadores, o Sr. presidente determinou fosse feita, de acôrdo com o artigo 85, do Regimento Interno, a leitura do Expediente, que não dependerá de voto da Câmara e que constava do seguinte: - 1) Requerimento nº. 1167, do vereador Hazaro Estevam Martinelli, solicitando do executivo a inclusão no plano de obras prioritarias da pavimentação de uma rede-mestra de esgotos na Vila Nadruga: "Ao Sr. Prefeito". - 2) Indicação nº. 1167, do vereador Horacio Borges de Oliveira e outros, no sentido de ser providenciada a compra de um imovel para o funcionamento da Escola de Corte e Costura e do Conservatorio Dramatico Musical Sumarense: "Ao Sr. Prefeito". - 3) Indicação nº. 2167, do vereador Hazaro E. Martinelli, no sentido de ser executada a aferição de pesos e medidas: "Ao Sr. Prefeito". 4) Indicação nº. 3167, do vereador Hazaro E. Martinelli, para que seja providenciada, pelo executivo, a colocação de bancos na Praça Candido Salomé: "Ao Sr. Prefeito". - 5) Ofícios do Sr. Prefeito Municipal: a) nº 298, em comunicando ter sancionado, sem restrições, o projeto de lei do Executivo Municipio sôbre o requerimento nº. 41/66, do ex. vereador J. A. Bermuda Filho: "A Comissão de Justiça, para a devida apreciação e posterior manifestação"; b) nº. 299/66, enviando para ser

do Serviço Jurídico do Município, sôbre a convocação de suplente de vereador cassado: "A Comissão de Justiça, para a devida apreciação e posterior manifestação". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente determinou fôsse feita nova chamada, visto terem decorridos os 15 minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmos vereadores que responderam à primeira, persistindo assim a falta de número legal para o prosseguimento dos trabalhos, que foram encerradas após ter o Sr. presidente agradecido a escolha de seu nome para presidir a Câmara e ter desejado, aos Srs. vereadores, um feliz e próspero Ano Novo. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucca, secretário, a fiz escrever.

José Geraldo Fernandes Lito
Antonio Fenolio.

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Sinhal, realizados em 19 de janeiro de 1967.

Presidencia do Sr. José Geraldo Fernandes Lito

Aos dezenove dias do mês de janeiro de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Fenolio, José Geraldo Fernandes Lito, José Sorreca, Victorio Tamaso e Waldir Seres. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, mas estando presentes seis vereadores, o Sr. presidente determinou fôsse feita, de acôrdo com o artigo 13, da Lei Orgânica dos Municípios, a leitura do Expediente que não dependesse de voto da Câmara e que constava do seguinte: 1) Indicação nº. 4/67, do vereador Antonio Fenolio, solicitando ao chefe do executivo a retificação da ponte existente na Rua Silvestre Machado: "Ao Sr. Prefeito". - 2) Requerimento nº. 2/67, do vereador José Sorreca, solicitando informações ao executivo sôbre o motivo de não ter sido concluido o serviço de asfaltamento da Rua Barão de Mota Paes: "Ao Sr. Prefeito". - 3) Requerimento nº 3/67, do vereador José Sorreca, solicitando informações ao executivo sôbre a falta de conservação das estradas municipais: "Ao Sr. Prefeito". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente determinou fôsse feita nova chamada, visto terem decorridos os 15 minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmos vereadores que responderam à primeira, persistindo assim a falta de número legal para o prosseguimento dos trabalhos, que em seguida foram encerrados. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucca, secretário, a fiz escrever

José Geraldo Fernandes Lito
Antonio Fenolio.

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Sinhal, realizados em 2 de fevereiro de 1967.

Presidência do Sr. Victório Tamaso

Aos dois dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antonio Fenolio, Adtélio Giardini, Adalberto Costa, Celio Sôrto Fernandes e Victorio Tamaso. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, mas estando presentes cinco vereadores, o Sr. presidente determinou fôsse feita, de acôrdo com o artigo 13, da Lei Orgânica dos Municípios, a leitura do Expediente que não dependesse de voto da Câmara e que constava do seguinte: - 1) Ofício do Bel. Celso Gama de Saiva, comunicando ter assumido o cargo de Delegado de Polícia de Sinhal: "Ciente. Agradecer". 2) Ofício do Bel. Fortunato Alfredo Catelli Florence, comunicando ter sido promovido para Delegado de Polícia de 2ª. classe: "Ciente. Agradecer". - 3) Indicação nº 4/67, do vereador Adalberto Costa, no sentido de providenciar digo ser providenciada, pelo executivo, a limpeza de várias ruas da Vila Monte Negro, Vila Celina e Moreira, e sôbre a necessidade de ser feito o serviço de calçamento da entrada da Vila Celina: "Ao Sr. Prefeito". - 4) Indicação nº 5/67, do vereador Adalberto Costa, para que a Prefeitura construa reservatórios de água para a venda, em prestações, a proprietários de casas das classes mais humildes: "Ao Sr. Prefeito". - 5) Requerimento do vereador Célio Sôrto Fernandes, solicitando 10 dias de licença a partir de 20-1-1967: "Concedida a licença. Anote-se e arquive-se". - 6) Requerimento nº 6/67, do vereador Athélio Sinheiro, solicitando 90 dias de licença, a partir de 2-2-1967: "Concedida a licença. Anote-se e arquive-se" Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente determinou fôsse feita nova chamada, visto terem decorridos os 15 minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmos vereadores, que responderam à primeira, persistindo assim a falta de número legal para o proceguimento digo, prosseguimento dos trabalhos, que em seguida foram encerrados. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucca, secretário, a fiz escrever.

José Geraldo Fernandes Lito
Antonio Fenolio.

Ata da 1ª. sessão ordinária, do 4º ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Sinhal, realizada em 16 de fevereiro de 1967.

Presidência do Sr. José Geraldo Fernandes Lito
Secretariada por Victorio Tamaso

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sinhal, Esta-

do de São Saulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Simbal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Fontes, Attilio Giardini, José Geraldo Fernandes Leite, José Soveca, Sagario Esteram Sperling Ll, Victorio Tamaso e Waldir Peres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado Carpecifado. Em seguida procedeu-se à leitura do Expediente que constava do seguinte: 1) Ofício do Dr. Rubens Rodrigues, Diretor do Hospital Militar da Guarnição de Brasília, oferecendo um exemplar do seu Comstituição da República "Agradecer". - 2) Requerimento nº. 5/67, do Vereador Victório Tamaso e outros, no sentido de se oficiar ao Sr. Governador do Estado solicitando o recurso do assunto referente ao estacionamento dos ônibus de Simbal fora da Estação Rodoviária: "Aprovado". - 3) Requerimento nº 6/67, do vereador Waldir Peres, congratulando-se com o Prefeito e vereadores do Município de Andradas: "Aprovado". - 4) Requerimento nº. 7/67, do vereador Waldir Peres, congratulando-se com o Prefeito e vereadores do Município de Santo Antônio do Jardim: "Aprovado". - 5) Requerimento nº. 8/67, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, solicitando informações ao chefe do executivo sôbre o recebimento da quota-parte do Imposto de Circulação de Mercadorias: "Ao sr. Prefeito". - 6) Requerimento nº. 9/67, do vereador José Geraldo Fernandes Leite, solicitando informações sôbre as condições higiênicas do caminhão do matadouro que transporta carne verde, só a edecisão de Trechos isolados de calçamento na rua Vinadre Entre de Felippe e sôbre a falta de ligação de energia elétrica nas Vilas Centenário, São Pedro e Celina: "Ao sr. Prefeito". 7) Projetos de lei do Prefeito Municipal: a) nº. 2/67, dispondo sôbre elevação de vencimentos do funcionalismo municipal: "Considerando que o projeto de lei nº. 2/67 deu entrada na Secretaria da Câmara em data de 6-1-1967; considerando que foi decorrido o prazo de 30 dias a que se refere o parágrafo 2º., última parte, do artigo 21, da Lei Orgânica dos Municípios, considerando que o Sr. Prefeito Municipal, por ter solicitado a votação do projeto de lei nº. 2/67 no prazo de 30 dias, fá promulgou à referida proposição, transformando-a em lei. Determino seja dado ciência ao Plenário, através da leitura da proposição no Expediente, e em seguida providenciado o seu arquivamento"; b) nº. 3/67, dispondo sôbre doação de imóvel destinado à construção de prédio próprio para o Grupo Escolar "Prof. Juca Queiroz": "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos"; - c) nº. 4/67, dispondo sôbre isenção de religiosos no Município: "Às Comissão de Justiça. - 8) Mensagem nº. 2/67, do Prefeito Municipal, solicitando o desentramamento dos projetos de lei nº. 22/65 e 28/65, a fim de serem novamente submetidos à comsideração do Plenário: "Considerando o pedido de deliberação". "Às Comissões de Justiça e Finanças". Em seguida foram lidos os pareceres do Serviço Jurídico do Município e da Comissão de Justiça, sôbre a mão convocação de suplente para cadeira vaga com a cassação do mandato do vereador Aniz Helio Fiadrigolus de Lima, tendo o Sr. presidente se manifestado favorável aos mesmo e despachado o processo determinando o seu arquivamento. O Sr. presidente deu, em seguida a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Adauto de Carvalho fornulou fala regulamentar, que foram aprovados por 7 votos a 0, solicitando o seguinte: a) que se oficiasse ao Deputado Herbert Victor Levy, congratulando-se com S. Exca. pela posse no cargo de Secretário da agricultura; - b) pedindo ao novo Secretário da Agricultura a criação, em Simbal, de um Escritório de Assistência Rural; c) congratulando-se com Dona Maria Aparecida Tomaso Garcia, pela sua designação para o cargo de chefe da Diretoria do Ginásio Estadual e Normal e para responder pelo expediente da Diretoria Geral do Departamento de Educação, congratulação essa extensiva à Família Sancho. Foi também aprovado, por 7 votos a 0, um requerimento do vereador Waldir Peres, no sentido de se cumprimentar o Dr. Oscar Alakim Segal pela sua investidura no cargo de Secretário do Governador. Em seguida usou da palavra o vereador Antonio Fontes, que agradeceu a Deus a bemção da concessão de mais um ano de vida aos vereadores, parabenizando a êstes pagamos algumas coisas mais pela tema natal. Congratulou-se com os seus colegas pelo início de mais um ano de atividades na Câmara Municipal, o solicitou ao Sr. Presidente que determinasse fosse retificada a ata da sessão realizada em 2-12-1966, pois falaram naquela oportunidade. Sôbre as pontes das ruas Prudente de Morais e Francisco José Fernandes, e não sôbre a ponte da Rua Floriano Peixoto, como constou na ata. Formulou um requerimento, em seguida, que foi aprovado por 7 votos a 0, no sentido de se inserir na ata um voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Primo Bertoldo, Benito Jorge Estrone e Waldemiro Domenaco e das Sras Elvira Ferreira Nunes Ellis e Flora Bertan Nunes. Congratulou-se com o Prefeito pela reforma da Praça da Independência, lembrando porém a necessidade de ser providenciada a troca de vidros e a melhoria da iluminação do mictório público. Congratulou-se também como chefe do executivo pela colocação de novos globos de iluminação pública na Praça 13 de Maio, e solicitou que o Sr. Prefeito dispense da mesma forma seus cuidados para as ruas da cidade, que necessitam de guias e sarjetas e cujas ruas se encontram em transitáveis. O vereador Attilio Giardini dirigiu um apêlo à Comissão Municipal de Turismo para que esta se manifeste sôbre a construção de um prédio destinado ao funcionamento de um hotel para S. Exca. Não se reserve uma quota de empreendimento, pagou a promessa foi feita e não mais foi procurado. Salientou a necessidade que Simbal tem de um more hotel, o que ficou comprovado por ocasião dos exames vestibulares da Faculdade de Direito quando os candidatos não tinham onde se hospedar. Sedas, também, providencias do executivo para que seja executado o serviço de extensão da rede elétrica a diversas ruas da cidade, cujos moradores estão reclamando, há tempo, êste melhoramento. O vereador Victório Tamaso formulou um reque-

primento, que foi aprovado por 7 votos a 0, solicitando informações à Telefônica Sumbal S/A sobre a demora, de 6 a 8 horas de um chamado interurbano de Sumbal a São Paulo. Disse que necessitava comunicar com sua filha, pela Telefone, sobre a Escola de Química, mas apesar de sua amizade lá, tinha esperado durante 2 dias, não conseguindo a ligação para São Paulo. Disse ainda o Vereador Oscar Bittencourt Martinelli congratulou-se com os Srs. Professores Sérgio de Aragão e Palma e Silva, amigos de Sumbal, por estarem os seus nomes sendo cogitados para o Departamento da Justiça do primeiro governo. Falou-a seguir, foi aprovado, foi estado na pauta do Prefeito e dos Vereadores do P.L.S. Tardim, tratando sobre a carreira de Mesa que dirigiu os Trabalhos, tendo na ocasião lembrado da palavra, em nome da Câmara Municipal de Sumbal. Prosseguindo se ao projeto de Lei nº. 14/66, afirmou ser contrário ao projeto; disse que o pedido de informações feito por um vereador era justificável, que as respostas do Prefeito foram evasivas, e que se admirava de estar a Comissão de Turismo recebendo dinheiro para a construção de um novo Hotel na cidade, o que era ilegal, porquanto o terreno destinado a este fim ainda não tinha sido doado. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou-se passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- 1) Discussão discussão e votação do projeto de Lei nº. 12/66, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a doação de materiais e equipamentos destinados à construção de ginásio de estância de rede elétrica ao B.N.H.B., com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 7 votos a 0.- 2) Discussão discussão e votação do projeto de Lei nº. 24/66, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de redes de energia elétrica pública e domiciliar, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 7 votos a 0.- 3) Discussão discussão do projeto de Lei nº. 7/66, do vereador Fernando Del Giudice, dispondo sobre modificação do Regimento Interno, com pareceres da Comissão de Justiça no sentido de que a proposição é uma poderosa, estando porem em condições de ser apreciada pelo plenário quanto ao seu aspecto legal: após ter o vereador Victorio Tamaso usado da palavra, e se manifestado favoravel à aprovação do projeto e tendo sido ninguem mais querendo discutir a materia, o Sr. presidente encerrou a primeira discussão do proposição.- 4) Discussão e votação Unica do parecer da Comissão de Justiça, propondo o arquivamento do processo referente ao requerimento nº. 16/66, em que o ex.- vereador foi Antonio Caminha Filho solicitou fosse promovida a responsabilidade do Sr. Prefeito Municipal: aprovado o parecer da Comissão de Justiça, por 7 votos a 0. Foi aprovado, tambem, por 8 votos a 0, um requerimento do vereador Adauto de Carvalho Gomes, no sentido de se enviar copia do parecer da Comissão de Justiça ao ex-vereador José Antonio Caminha Filho. Encerrada a materia em pauta o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. Usou da palavra o vereador Attilio Giandoni, o qual afirmou que na Ordem do Dia pedira fosse lido o parecer do Serviço Jurídico do Municipio, o que, entretanto não lhe pedira que se apurasse os fatos denunciados pelo ex-vereador Caminha Filho, desde que êste os formulasse e denunciasse obedecendo ao regimento do Legislativo. O vereador Caesar Martinelli louvou a Comissão de Turismo pelo magnifico carnaval realizado em Sumbal, e salientou a atitude das familias finlandesas, as quais hospedaram, cada uma, pelo menos 3 pessoas. Disse que em sua casa estiveram varios turistas vindo da Bahia, e que a recepção oferecida aos visitantes estava a altura da hospitalidade dos sumbalenses. Em seguida afirmou que muita gente propala que os fiscais municipais são zarolhos, fazem ouvidos ou cegos às reclamações, visam tão-sòmente acabar para com os municipes e não lhes dispensa a minima consideração. Protestou contra a atitude dos fiscais, afirmando ter recebido reclamações de que os mesmos os contravam infrações e não resolvem os problemas que lhes estão afetos. Disse que os fiscais municipais devem se colocar nos seus respectivos lugares, fiscalizar as coisas erradas e não receber os municipes com palavras desleganteis, pois tem Eles a obrigação de tratar bem os reclamantes, o que não é favor nenhum. O vereador Victorio Tamaso agradeceu, em nome de sua família, as congratulações apresentadas pela Câmara pela designação de sua filha para a Cadeira do Ensino Secundário e Normal da Secretaria da Educação. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinaria a realizar-se no dia 2 de março vindouro, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Antonio Simões, secretário da Mesa, a escrevi.

Antonio Simões.

Ata da 2ª sessão ordinaria, do 4º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 2 de março de 1967

Presidencia do Sr. José Geraldo Fernandes Teles
Secretariada por Antonio Simões

Aos dois dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores verificou-se a presença dos seguintes:- Adalberto Cortes, Adauto de Carvalho Gomes, Antonio Simões, Celso Sorte Fernandes, Estulio Spinelli, José Geraldo Fernandes Teles, José Moreira, Victorio Tamaso e Waldir Seres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo sido lido pelo feito feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Santo Bruxifixado. Em seguida o Sr. presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, o qual constava do seguinte: 1) Ofícios:- a) do Sr. João Medeiros Vargas, solicitando informações sobre o transporte de carne ver-

de um comunicado de coleta de lixo: "Encaminhe-se uma cópia ao Sr. Prefeito Municipal, solicitando que este informe a respeito do assunto"; - b) da Companhia Riograndense de Estradas de Ferro, pedindo informações sobre a retirada de um carro-leito da Agência Rodo-ferroviária de Sinimbú: "A consideração do Exmo. Nada sendo requerido, arquive-se"; - c) do Bel. Celso Guimarães Vairo, comunicando ter deixado o cargo de Delegado de Polícia de Sinimbú: "Ciente. Arquive-se"; - d) da Família Pio Bortolini, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento do Sr. Primo Bortolini: "Ciente. Arquive-se" - 2) Indicações: a) nº. 6/67, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, sobre a necessidade da colocação de mais pontos de iluminação pública na Praça Presidente Kennedy: "Ao Sr. Prefeito"; - b) nº. 7/67, do vereador Waldir Seres, pedindo uma reparação na execução da obra defronte ao Cemitério Municipal: "Ao Sr. Prefeito Municipal"; - c) nº. 8, 9 e 10/67, do vereador Antônio Fenolio, no sentido de ser exigida a construção de um muro do lado de chapangu: "Ao Sr. Prefeito Municipal"; - d) nº. 9/67, do vereador Waldir Seres, solicitando a colocação de duas lâmpadas de iluminação pública, nas ruas Barão e Marechal Deodoro da Fonseca: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 3) Requerimentos: a) nº. 10/67, do vereador Antônio Fenolio, solicitando informações ao Hospital "Francisco Rosas" sôbre convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social: "Aprovado por 8 votos a 0"; - b) nº. 11/67, do vereador Antônio Fenolio, no sentido de se solicitar ao Prefeito Municipal de Tacaré informações sôbre as providências adotadas naquele Município para a extinção de formigas: "Aprovado por 8 votos a 0"; - c) nº. 12/67, do vereador Antônio Fenolio, no sentido de se oficiar à Agência do I.N.P.S., em São João da Boa Vista, solicitando informações sôbre o atraso no pagamento dos aposentados e pensionistas residentes em Sinimbú" Aprovado por 8 votos a 0" - d) nº. 13/67, do vereador José Correia, solicitando providências do executivo no sentido de ser exigida uma fiscalização mais rigorosa sôbre a venda de peixe pôdre no Mercado Municipal: "Aprovado. Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; - e) nº. 14/67, do vereador Waldir Seres, no sentido de se congratular com Sr. Pedro Ramos pela sua eventual perda o cargo de Presidente do Conselho Estadual de Assistência Hospitalar. - 4) Projeto de lei nº. 6/67, do Prefeito Municipal, autorizando o Município a hipotecar a área de terreno destinada à construção de casas populares: "À Comissões de Justiça e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente comunicou ter sido realizada, antes da sessão, uma reunião da Mesa da Câmara, a qual deliberou sôbre o seguinte: - a) determinar a elaboração de uma relação de todos os projetos de lei pendentes de resolução; b) que a Ordem do Dia fôsse distribuída aos vereadores 48 Horas antes da sessão; c) comunicar ao plenário que, com a licença do vereador Hailey Marques, o quorum da Câmara seria calculado na base de 13 vereadores, de acôrdo com a Lei Complementar nº. 14; d) levar ao conhecimento do plenário que, de acôrdo com o decreto-lei baixado pelo Presidente Castelo Branco, em data de 28-2-1967, o vereador que deixasse de comparecer, bem estar licenciado, a cinco sessões ordinárias consecutivas, ou a 3 sessões extraordinárias, convocadas pelo Prefeito para a apreciação de matéria urgente, teria o seu mandato cassado pela Câmara; - e) determinar à Secretaria da Câmara que adotasse as seguintes providências: 1) distribuir cópia a todos os vereadores, até 2 dias antes da sessão seguinte, da ata da última sessão realizadas, e no caso da sessão extraordinária, até a hora do início da mesma; - 2) determinar o registro dos apartes dados durante os debates, inclusive o ponto de vista defendido pelo apartante; - 3) instituir um protocolo para o registro de todos os documentos que derem entrada na Secretaria da Câmara; 4) instituir um "Livro de Presença", para a assinatura dos vereadores que comparecerem às Sessões da Câmara; - 5) instituir um livro de registro de entrada e saída de projetos, no qual deverá constar, além dos dados da proposição, tais como nº., autor, data de entrada, objeto, etc. ainda a data da entrega e da devolução, bem como a assinatura do vereador que o recebeu; - 6) estabelecer que a cópia da correspondência da Câmara seja assinada, e que a correspondência seja entregue numerada e entregue mediante protocolo com seguida ao Sr. presidente dem a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Adauto de Carvalho Rosas pediu para a indicação de sua autoria, lida no Expediente, sôbre a necessidade da melhoria da iluminação pública da Praça Presidente Kennedy, e congratulou-se com o seu colega Antônio Fenolio pelo interesse demonstrado pelo convênio a ser firmado entre o Hospital "Francisco Rosas" e o Instituto Nacional da Previdência Social, para a prestação de assistência aos previdenciários. O vereador Celso Pinto Fernandes comunicou ter sido firmado um convênio entre o Sindicato Rural e o I.N.P.S. e o Hospital "Francisco Rosas", para a prestação de assistência médica e o hospitalar ao homem do campo. Elaborou que a arrecadação das contribuições seria feita pelo Sindicato Rural de Sinimbú, na base de 1% sôbre as vendas efetuadas, e que possibilitaria ao Hospital receber de NCr$ 1.500,00 a 2.000,00 mensais. Disse, ainda, que o convênio estaria em vigor a partir de 2-3-1967, e que os médicos que trabalharem no Hospital receberão 50% das contribuições arrecadadas, incluindo-se também, no convênio, se fôsse possível, os municípios de S.M. Jardim e Altenfelden. Convidou os vereadores, em seguida, para uma reunião ao Sindicato Rural como Secretário da Agricultura, a realizar-se no próximo dia 4, às 9,30 horas, em Sinimbú. Encaminhado suas considerações, a Câmara, tendo sido prolongado pelo Sr. Pedro Medina Vargas, que lhe expôs o caso do transporte de carne verde em caminhão de boi, salientando que o chefe do executivo deve providenciar conseguir um empréstimo junto à Caixa Econômica para a compra de veículos apropriados, ao invés de querer responsabilizar os vereadores alegando que êstes não o auxiliam, e que por isso a Prefeitura não tem caminhão para a entrega de carne aos açougues. Ninguém mais querendo usar da palavra, retomou-se do plenário os vereadores Celso Pinto Fernandes e Waldir Seres, anunciando o Sr. presidente ir passar, em seguida, a Ordem do Dia, que se constituiria de seguinte - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 13/66 do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de materiais e equipamentos destinados à construção de linhas de extensão da rêde elétrica ao B.H.B.B., com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 6 votos a 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 1/67, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de rêde de energia elétrica pública e domiciliares, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 6 votos a 0. - 3) Segunda discussão e votação única do projeto de resolução nº. 7/66, do vereador Amaro de Paula Pinheiro, dispondo sôbre modificação do Regimento Interno, com pareceres da Comissão de Justiça no sentido

do de que a proposição é inoportuna, estando porém em condições de ser apreciada pelo plenário quanto ao seu aspecto legal: aprovado por 4 votos a 2, após terem se manifestado a favor da proposição o vereador Victorio Tamasso, e contra o vereador Adalgto de Carvalho Rosas. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 1167, da Comissão de Finanças, dispondo sôbre a concessão de isenção de imposto para a construção de prédios de 4 a 10 andares, com parecer favorável da Comissão de Justiça: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Adalgto de Carvalho Rosas, aprovado por 6 votos a 0. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 3167, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre doação de imóvel destinado à construção de prédio proprio para o Grupo Escolar "Profª. Luiza Loureiro", com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Victorio Tamasso, aprovado por 6 votos a 0. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 41/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre feriados religiosos no Municipio, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: adiada a discussão por duas sessões, a requerimento do vereador Adalgto de Carvalho Rosas, aprovado por 6 votos a 0. Esgotada a materia em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Adalgto de Carvalho Rosas, reconhecendo o momento inoportuno de falar, disse que a Camara não tinha culpa do fato, e que o Prefeito e seus auxiliares não podiam justificar esse atentado à saude pública em Redenção que tinha que é sugerido pelos vereadores, o Prefeito pede a nomeação de uma comissão de vereadores para tratar do assunto, mas no ensejo da comunicação de isso carregando carne para o consumo da população, o chefe do executivo se esqueceu de pedir a colaboração da Camara, o que foi lamentavel. Lembrou, em seguida, ter sugerido ao Prefeito que, para se evitar a evasão de verbas, enterpolasse junto as grandes firmas de Mogiguaçu para que estas se estabelecessem em Sumaré, o S.E.M., e como resposta o chefe do executivo pediu-lhe que fosse nomeada uma comissão de vereadores para tratar do assunto, o que constituiria um absurdo, porquanto o Prefeito era a autoridade competente para exigir essa providencia das industrias geradoras e do livre estudo mas que ao invés de agir ficava esperando o Legislativo das coisas erradas. O vereador Victorio Tamasso comunicou ao plenário que o "Hospital" "Francisco Rocas" estava de pé, há mais de 3 meses, do protocolo para assinar com o I.N.P.S., sendo o atual provedor falecido encarregado de resolver o assunto dívida na semana em curso. Encerrou suas comunicações dizendo que os doentes da zona rurais sempre foram atendidos com solicitude no Hospital "Francisco Fragoso Rocas", o qual prestou assistencia até aos portadores de enfermidade da vista, vindos de Campinas, por conta de nosocômio para serem operados por especialistas. O vereador Antonio Fenolio afirmou ter também sido procurado pelo Sr. Jocio Medina Vargas, a respeito do transporte de carne no caminhão de coleta de lixo. Lamentou a atitude do reclamante, o qual estava preocupado com a saude do povo. Quanto ao S.E.M.S., disse ter alertado o Prefeito sôbre as providencias que deveriam ser tomadas para que o Municipio não ficasse prejudicado. Cumprimentou em seguida, as anunciações e requerimentos de sua autoria, lidos no Expediente, e encerrou suas considerações dizendo estar muito satisfeito de ouvir noticias de que o Hospital "Francisco Rocas" iria prestar uma assistencia mais completa aos moradores da zona rural. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 10 vindouro, e encerrou os trabalhos com as seguidas. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estevão de Queiroz Guimarães, a datilografei e subscrevo.

Antonio Fenolio.

Ata da 1ª. sessão extraordinária, do 4º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sumaré, realizada em 8 de março de 1967.

Presidencia do Sr. José Geraldo Fernandes Leite
Secretariado por Teodosio Borges de Oliveira.

Aos oito dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumaré, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalgto Castro, Attilio Giardini, Celso Pinto Fernandes, Getulio Spinelli, Teodosio Borges de Oliveira, José Geraldo Fernandes Leite, José Soneca, Vazgen Esteves Akertunli, Victorio Tamasso, Wenceslau Gerosa e Rubens Balsachi. Verificado número legal, foram abertos os trabalhos, tendo sido feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Em seguida, de acôrdo com a convocação prévia enviada aos Srs. vereadores, passou-se à Ordem do Dia, que constava do seguinte: - Item Único. - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 3167, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre doação de imóvel destinado à construção de prédio próprio para o Grupo Escolar "Profª. Luiza Loureiro", com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: aprovado por 10 votos a 0. Com seguida, o Sr. presidente, após esclarecer que a matéria era de caracter urgente, conforme solicitação que lhe enviara o Sr. presidente eleito Sr. Prefeito, convocou os Srs. vereadores para outra sessão extraordinária, a realizar-se logo depois do encerramento desta que estava se realizando, para que fosse votado, em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu,

Antonio Fenolio.

Ata da 2ª. sessão extraordinária, do 4º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sumaré, realizada em 8 de março de 1967.

Presidência do Sr. José Geraldo Fernandes Leite
Secretariado por Teodosio Borges de Oliveira

Aos dois dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, após o término da 1ª. sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se à presença dos seguintes: Adalberto Costa, Antônio Jenésio Rubens Balsachi, Attílio Giardini, Célio Sotto Fernandes, Getulio Spinelli, José Geraldo Fernandes Reis, José Soares, Edgard Esteves Martinelli, Victorio Tamaso e Waldir Seres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Senhor Crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte:- 1) Ofício do Sr. Fabio Santaleno Gualda, solicitando providencias sôbre o estacionamento irregular de carros no Ponto de Automóveis: "A Comissão de Justiça". 2) Ofício do I.N.P.S., pedindo informações sôbre o atraso no pagamento de pensões de aposentadorias: "Ciente. Arquive-se". 3) Mensagem nº. 6/67, do Prefeito Municipal, prestando informações solicitadas nos requerimentos de nº. 8/67 e 9/67: "Em consideração da casa. Nada sendo requerido, arquive-se". 4) Mensagem nº. 8/67, do Prefeito Municipal, em caminhando o balanço geral do exercício de 1966: "As Comissões de Justiça e Finanças". 5) Indicações oferecidas pelo Sr. Prefeito Municipal: a) nº. 10/67, do vereador Edgard Martinelli, no sentido de ser providenciada a demolição do imóvel em ruínas existente próximo ao de nº. 100 da rua Sr. Pequino; - b) nº. 11/67, do vereador Edgard Martinelli, no sentido de apressar a remoção de latas vadias pela madrugada; - c) nº. 16/67, do vereador Edgard Martinelli, para que seja cumprida a legislação em vigor sôbre o registro de construtores que trabalham no cemitério municipal; d) nº. 13/67, do vereador Antonio Jenésio, para que seja demolido o prédio existente na esquina das ruas Prudente de Morais e Senhorinho Machado; e) nº. 14/67, do vereador Getulio Spinelli, no sentido de ser ampliada a iluminação da Praça Cardeal Leme; f) nº. 15/67, do vereador Waldir Seres, para que seja estudada a possibilidade da transformação em avenida, da rua 15 de Novembro, mediante a diminuição da largura das calçadas. - 6) Requerimentos: a) nº. 15/67, do vereador Antonio Jenésio, solicitando informações ao Prefeito da Mogi Guaçu sôbre o serviço de asfaltamento de ruas desta cidade: "Aprovado por 10 votos a 0"; - b) nº. 16/67, do vereador Antonio Jenésio, solicitando informações ao executivo sôbre o paradeiro do arsênio pertencente ao antigo Hero-Clube de Sinbal: "Ao Sr. Prefeito"; c) nº. 17/67, do vereador José Geraldo Fernandes Reis, solicitando ao executivo que providencie uma inspeção pelo Centro de Saúde, do caminhão que transporta carne verde: "Aprovado por 10 votos a 0. Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; d) nº. 18/67, dos vereadores Eduardo de Carvalho Rosa e Waldir Seres solicitando às empresas locais de transporte coletivo a reversa, dos ônibus com destino a Mogi Guaçu para a viagem dos funcionários que trabalham naquela cidade: "Aprovado por 10 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada". - 7) Projeto de lei nº. 6/67, do Prefeito Municipal, autorizando a contratação de firma para a execução de trabalhos de racionalização de serviços: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do Expediente, os trabalhos foram suspensos por 30 minutos, a requerimento do vereador Edgard Martinelli, a fim de que o representante da firma Institution "Efficiency Engineering do Brasil S/A" fizesse uma exposição aos Srs. vereadores sôbre os trabalhos de racionalização dos Serviços municipais. Decorrido esse prazo, os trabalhos foram reabertos, tendo sido aprovado, por unanimidade, um requerimento do vereador Célio Sotto Fernandes, congratulando-se com o Prof. Guma e Silva e Marechal Costa e Silva, pela investidura nos respectivos cargos Ministro da Justiça e Presidente da República. Em seguida o Sr. Presidente anunciou-se passar a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 12/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de materiais e equipamentos dos fundos à construção de linhas de extensão da rêde elétrica ao D.A.E., com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 9 votos a 0. - 2) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 24/66, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de rêde de energia elétrica pública e domiciliar, com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 9 votos a 0. - 3) Discussão e votação da redação final do projeto de resolução nº. 7/66, do vereador Hernando Raul Pinedo, dispondo sôbre modificações do Regimento Interno, com parecer

Aos dezoito dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Antonio Jenésio Rubens Balsachi, Attílio Giardini, Célio Sotto Fernandes, Getulio Spinelli, José Geraldo Fernandes Reis, José Soares, Edgard Esteves Martinelli, Victorio Tamaso e Waldir Seres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Senhor Crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte:- 1) Ofício do Sr. Fabio Santaleno Gualda, solicitando providencias sôbre o estacionamento irregular de carros no Ponto de Automóveis: "A Comissão de Justiça". 2) Ofício do I.N.P.S., pedindo informações sôbre o atraso no pagamento de pensões de aposentadorias: "Ciente. Arquive-se". 3) Mensagem nº. 6/67, do Prefeito Municipal, prestando informações solicitadas nos requerimentos de nº. 8/67 e 9/67: "Em consideração da casa. Nada sendo requerido, arquive-se". 4) Mensagem nº. 8/67, do Prefeito Municipal, em caminhando o balanço geral do exercício de 1966: "As Comissões de Justiça e Finanças". 5) Indicações oferecidas pelo Sr. Prefeito Municipal: a) nº. 10/67, do vereador Edgard Martinelli, no sentido de ser providenciada a demolição do imóvel em ruínas existente próximo ao de nº. 100 da rua Sr. Pequino; - b) nº. 11/67, do vereador Edgard Martinelli, no sentido de apressar a remoção de latas vadias pela madrugada; - c) nº. 16/67, do vereador Edgard Martinelli, para que seja cumprida a legislação em vigor sôbre o registro de construtores que trabalham no cemitério municipal; d) nº. 13/67, do vereador Antonio Jenésio, para que seja demolido o prédio existente na esquina das ruas Prudente de Morais e Senhorinho Machado; e) nº. 14/67, do vereador Getulio Spinelli, no sentido de ser ampliada a iluminação da Praça Cardeal Leme; f) nº. 15/67, do vereador Waldir Seres, para que seja estudada a possibilidade da transformação em avenida, da rua 15 de Novembro, mediante a diminuição da largura das calçadas. - 6) Requerimentos: a) nº. 15/67, do vereador Antonio Jenésio, solicitando informações ao Prefeito da Mogi Guaçu sôbre o serviço de asfaltamento de ruas desta cidade: "Aprovado por 10 votos a 0"; - b) nº. 16/67, do vereador Antonio Jenésio, solicitando informações ao executivo sôbre o paradeiro do arsênio pertencente ao antigo Hero-Clube de Sinbal: "Ao Sr. Prefeito"; c) nº. 17/67, do vereador José Geraldo Fernandes Reis, solicitando ao executivo que providencie uma inspeção pelo Centro de Saúde, do caminhão que transporta carne verde: "Aprovado por 10 votos a 0. Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; d) nº. 18/67, dos vereadores Eduardo de Carvalho Rosa e Waldir Seres solicitando às empresas locais de transporte coletivo a reversa, dos ônibus com destino a Mogi Guaçu para a viagem dos funcionários que trabalham naquela cidade: "Aprovado por 10 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada". - 7) Projeto de lei nº. 6/67, do Prefeito Municipal, autorizando a contratação de firma para a execução de trabalhos de racionalização de serviços: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do Expediente, os trabalhos foram suspensos por 30 minutos, a requerimento do vereador Edgard Martinelli, a fim de que o representante da firma Institution "Efficiency Engineering do Brasil S/A" fizesse uma exposição aos Srs. vereadores sôbre os trabalhos de racionalização dos Serviços municipais. Decorrido esse prazo, os trabalhos foram reabertos, tendo sido aprovado, por unanimidade, um requerimento do vereador Célio Sotto Fernandes, congratulando-se com o Prof. Guma e Silva e Marechal Costa e Silva, pela investidura nos respectivos cargos Ministro da Justiça e Presidente da República. Em seguida o Sr. Presidente anunciou-se passar a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 12/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de materiais e equipamentos dos fundos à construção de linhas de extensão da rêde elétrica ao D.A.E., com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 9 votos a 0. - 2) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 24/66, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de rêde de energia elétrica pública e domiciliar, com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 9 votos a 0. - 3) Discussão e votação da redação final do projeto de resolução nº. 7/66, do vereador Hernando Raul Pinedo, dispondo sôbre modificações do Regimento Interno, com parecer

Antonio Jenésio.

Ata da 3ª. sessão ordinária, da 4ª. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 16 de março de 1967.

Presidência do Sr. José Geraldo Fernandes Reis
Secretariada por Antonio Jenésio

Aos dezesseis dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Costa, Antonio Jenésio Rubens Balsachi, Attílio Giardini, Célio Sotto Fernandes, Getulio Spinelli, José Geraldo Fernandes Reis, José Soares, Edgard Esteves Martinelli, Victorio Tamaso e Waldir Seres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Senhor Crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte:- 1) Ofício do Sr. Fabio Santaleno Gualda, solicitando providencias sôbre o estacionamento irregular de carros no Ponto de Automóveis: "A Comissão de Justiça". 2) Ofício do I.N.P.S., pedindo informações sôbre o atraso no pagamento de pensões de aposentadorias: "Ciente. Arquive-se". 3) Mensagem nº. 6/67, do Prefeito Municipal, prestando informações solicitadas nos requerimentos de nº. 8/67 e 9/67: "Em consideração da casa. Nada sendo requerido, arquive-se". 4) Mensagem nº. 8/67, do Prefeito Municipal, em caminhando o balanço geral do exercício de 1966: "As Comissões de Justiça e Finanças". 5) Indicações oferecidas pelo Sr. Prefeito Municipal: a) nº. 10/67, do vereador Edgard Martinelli, no sentido de ser providenciada a demolição do imóvel em ruínas existente próximo ao de nº. 100 da rua Sr. Pequino; - b) nº. 11/67, do vereador Edgard Martinelli, no sentido de apressar a remoção de latas vadias pela madrugada; - c) nº. 16/67, do vereador Edgard Martinelli, para que seja cumprida a legislação em vigor sôbre o registro de construtores que trabalham no cemitério municipal; d) nº. 13/67, do vereador Antonio Jenésio, para que seja demolido o prédio existente na esquina das ruas Prudente de Morais e Senhorinho Machado; e) nº. 14/67, do vereador Getulio Spinelli, no sentido de ser ampliada a iluminação da Praça Cardeal Leme; f) nº. 15/67, do vereador Waldir Seres, para que seja estudada a possibilidade da transformação em avenida, da rua 15 de Novembro, mediante a diminuição da largura das calçadas. - 6) Requerimentos: a) nº. 15/67, do vereador Antonio Jenésio, solicitando informações ao Prefeito da Mogi Guaçu sôbre o serviço de asfaltamento de ruas desta cidade: "Aprovado por 10 votos a 0"; - b) nº. 16/67, do vereador Antonio Jenésio, solicitando informações ao executivo sôbre o paradeiro do arsênio pertencente ao antigo Hero-Clube de Sinbal: "Ao Sr. Prefeito"; c) nº. 17/67, do vereador José Geraldo Fernandes Reis, solicitando ao executivo que providencie uma inspeção pelo Centro de Saúde, do caminhão que transporta carne verde: "Aprovado por 10 votos a 0. Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; d) nº. 18/67, dos vereadores Eduardo de Carvalho Rosa e Waldir Seres solicitando às empresas locais de transporte coletivo a reversa, dos ônibus com destino a Mogi Guaçu para a viagem dos funcionários que trabalham naquela cidade: "Aprovado por 10 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada". - 7) Projeto de lei nº. 6/67, do Prefeito Municipal, autorizando a contratação de firma para a execução de trabalhos de racionalização de serviços: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do Expediente, os trabalhos foram suspensos por 30 minutos, a requerimento do vereador Edgard Martinelli, a fim de que o representante da firma Institution "Efficiency Engineering do Brasil S/A" fizesse uma exposição aos Srs. vereadores sôbre os trabalhos de racionalização dos Serviços municipais. Decorrido esse prazo, os trabalhos foram reabertos, tendo sido aprovado, por unanimidade, um requerimento do vereador Célio Sotto Fernandes, congratulando-se com o Prof. Guma e Silva e Marechal Costa e Silva, pela investidura nos respectivos cargos Ministro da Justiça e Presidente da República. Em seguida o Sr. Presidente anunciou-se passar a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 12/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de materiais e equipamentos dos fundos à construção de linhas de extensão da rêde elétrica ao D.A.E., com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 9 votos a 0. - 2) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 24/66, do Prefeito Municipal, autorizando a doação de rêde de energia elétrica pública e domiciliar, com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 9 votos a 0. - 3) Discussão e votação da redação final do projeto de resolução nº. 7/66, do vereador Hernando Raul Pinedo, dispondo sôbre modificações do Regimento Interno, com parecer

Antonio Jenésio.

Ata da 3ª. sessão ordinária, da 4ª. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 16 de março de 1967.

Presidência do Sr. José Geraldo Fernandes Reis
Secretariada por Antonio Jenésio

da Comissão de Redação: aprovado por 9 votos a 0.- 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 1/67, da Comissão de Finanças, dispondo sôbre a concessão de isenção de impostos para construção de prédios de 4 a 10 andares, com parecer favorável da Comissão de Justiça e com emenda do vereador Attilio Giardini: aprovados, por 9 votos a 0, o projeto de lei e a respectiva emenda.- 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 4/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre feriados religiosos no Município, com parecer favorável da Comissão de Justiça e com parecer favorável da Comissão de Justiça e com emenda do vereador Adauto de Carvalho Roxo: aprovado o projeto por 9 votos a 0 e rejeitada a emenda por 5 votos a 4.- 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 14/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a cessão de terreno para a construção de prédio destinado a instalação de um hotel e dando outras providências, com pareceres favorável da Comissão de Justiça e para que seja ouvida a Comissão do Plano Diretor da Comissão de Obras e Serviços Públicos: aprovado por 9 votos a 0, o parecer da Comissão de Obras e Serviços Públicos, no sentido de ser ouvida a Comissão do Plano Diretor. Em seguida, no Expediente, o vereador Adauto de Carvalho Roxo, bem como retornou ao recinto o vereador Waldir Teles, que havia se retirado da sessão após a leitura do Expediente, por motivo de fôrça maior.- 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 28/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de Ncr$ 36.369,08 para a compra de hidrômetros, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 3 votos a 3, após ter sido rejeitado, por 7 votos a 4, um requerimento do vereador Célio Soto Fernandes, solicitando adiamento da discussão por 1 sessão.- 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 28/66, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de Ncr$ 80.820,24, para a compra de veículos, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: fizeram declaração de voto, contra a proposição, o vereador Célio Soto Fernandes e a favor, o vereador Victorio Tomasi. Em seguida, o projeto de lei nº. 28/66 foi aprovado por 10 votos a 1. Encaminhada a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Adauto de Carvalho Roxo, após tomar conhecimento das informações prestadas pelo Sr. prefeito, sôbre a arrecadação do I.C.M., declarou, não estar certo a providência tomada pelo chefe do executivo, pagamento o que êste deveria fazer era entrar em contato com as indústrias de Nova Prata, para que o Imposto s/ Circulação de Mercadorias referente aos produtos oriundos de Sinimbu fosse recolhido neste Município. Contestou, em seguida, a matança clandestina de gado bovino e suíno que vinha ocorrendo no Município, e solicitou ao prefeito que tomasse providências urgentes sôbre o assunto, porquanto havia o risco de serem abatidos animais doentes, o que representava um perigo para a saúde pública, além do prejuízo acarretado aos cofres municipais pela falta de recolhimento das taxas devidas. Justificou, em seguida, a necessidade de se proporcionar maior conforto aos usuários dos ônibus que ligam Sinimbu à Nova Prata, visto que muitos passageiros viajavam em pé, tanto na ida como na volta, o que poderia ser evitado mediante a reserva de um horário só para os pensionistas que trabalham no município vizinho. O vereador Célio Soto Fernandes solicitou aos seus colegas que providenciassem demonstrar, aos membros do Conselho Administrativo do C.E.E.S.I., a importância da cobrança, por esta municipalidade da chamada "Taxa de Expediente" nos empréstimos concedidos aos municípios. Em seguida esclareceu que o Sindicato Rural de Sinimbu já havia oficiado a várias indústrias localizadas noutros municípios, solicitando que o recebimento do I.C.M. feito em Sinimbu, principalmente com referência à venda de leite, batata e café. Encerrou suas considerações dizendo que não estava na Câmara Municipal para fazer política, mas sim para trabalhar em favor do Município, motivo por que solicitava licença aos seus colegas para continuar votando com sua consciência. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 6 de abril vindouro, encerrando os trabalhos com sessão. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Antonio Genolio, secretário, a lida e subscrevo.

Antonio Genolio

Ata da 3ª. sessão extraordinária, do 4º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Sinimbu, realizada em 27 de março de 1967.

Presidência do Sr. José Osvaldo F. Soto
Secretariada por Antonio Genolio

Aos vinte e sete dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sinimbu, Estado de Rio Grande do Sul, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinimbu, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Soto Fernandes, Cezare Biterman Bortinelli, José Osvaldo Fernandes Soto, Attilio Giardini, Ricardo Balbacchi, Victorio Tomasi, Adalberto Costa, Genuino Spinelli, Antonio Genolio, Waldir Teles, Otoni Correa e Adauto de Carvalho Roxo. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo sido feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem de Cristo Crucificado. Em seguida, de acôrdo com a convocação prévia enviada aos srs. vereadores, passou-se à Ordem do Dia que constava do seguinte: Item único.- Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 6/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para a contratação de firma para a execução de trabalhos de nacionalização de serviços, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos, e com emenda do vereador Attilio Giardini e outros: aprovados por 11 votos a 0, o projeto de lei nº. 6/67 e a respectiva emenda. Em seguida, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para outra sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da 3ª. sessão extraordinária para ser votado, em segunda discussão, o projeto de lei nº. 6/67 e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Antonio Genolio, secretário, a

Lavro, secretário, a fiz escrever.

Ata da 4ª. sessão extraordinária, do 4º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Sintra, realizada em 27 de março de 1967.

Presidência do sr. José Geraldo F. Leite
Secretariada por Antônio Fenolio

Aos vinte e sete dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sintra, estando de Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, à apoio regimental do 3º. sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celio Forte Fernandes, Eugenio Esteram Martinelli, José Geraldo Fernandes Leite, Attilio Giardini, Rubens Balsachi, Victorio Tamasi, Adalberto Costa Botelho Spinelli, Antonio Fenolio, Waldir Seres, José Soneca e Adauto de Carvalho Rosas. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovada, em segunda discussão, por 11 votos a 0, e dispensada de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini, o projeto de lei nº. 4/67, de autoria do Prefeito Municipal, sendo mandado o Sr. presidente a remessa do mesmo ao executivo, para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Antônio Fenolio, secretário, a fiz escrever.

Antônio Fenolio

Ata da 4ª. sessão ordinária, do 4º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara, da Câmara Municipal de Sintra, realizada em 6 de abril de 1967.

Presidência do Sr. José Geraldo F. Leite
Secretariada por Antônio Fenolio

Aos seis dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sintra, Estado de São Paulo e no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, às 20 horas, presente ao chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguinte: José Geraldo Fernandes Leite, Rubens Balsachi, Antônio Fenolio, Waldir Seres, Victorio Tamasi, Eugenio Esteram Martinelli, José Soneca e Getulio Spinelli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ter sido feito um minuto de silêncio, em homenagem à imagem de Cristo Crucificado, passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Telegramas do Presidente da República e do Ministro da Aeronáutica, agradecendo as congratulações enviadas pela Câmara: "Arquive-se". 2) Ofício do Diretor do "Hospital" Francesca Rosas, comunicando haver esse nosocomio assinado convênio com o I.N.P.S.: "Ciente. Arquive-se". 3) Ofício do Sr. Nestor de Almeida Vasconcelos, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento de D. Rosa Giordan Nunes: "Arquive-se". 4) Ofício do Prof. Pedro de Almeida Ramos, agradecendo os cumprimentos que lhe foram enviados pela Câmara: "Arquive-se". 5) Ofício do Dr. Eduardo Rumney Gassuba, agradecendo os cumprimentos enviados por ocasião de sua posse no cargo de Secretário de Obras Públicas: "Arquive-se". 6) Requerimento nº. 19/67, dos vereadores Antônio Fenolio e Waldir Seres, no sentido de ser oficiado ao Prefeito e ao Delegado de Polícia, solicitando providencias para se proibir a realização de consertos de veículos nas vias públicas: "aprovado. Oficie-se na forma solicitada". 7) Requerimento do vereador Antônio Fenolio, solicitando providências do executivo no sentido de ser impedido o trânsito de veículos na Praça da Independência, nos dias de solenidades civis ou religiosas: "Ao Sr. Prefeito". 8) Indicação nº. 17/67, do vereador Antonio Fenolio, solicitando a colocação de uma lâmpada na rua Emmerciana Duarte: "Ao Sr. Prefeito". 9) Mensagem nº. 10/67, do Prefeito Municipal, prestando informações sobre o paradeiro do ofício pertinente ao Aeroclube de Sintra: "Ciente. Arquive-se". 10) Mensagem nº. 11/67, do Prefeito Municipal, encaminhando o processo relativo aos trabalhos executados na Prefeitura pela firma Installation Efficiency Engineering Ltda. "A matéria fica à disposição dos senhores vereadores na Secretaria da Câmara". 11) Projeto de Resolução nº. 1/67, da Mesa da Câmara, dispondo sobre aumento de gratificações aos Servidores do Legislativo: "As Comissões de Justiça e Finanças". Retiraram-se do plenário o vereador Waldir Seres). Encerrada a leitura do Expediente e ninguem querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 22/65, do Prefeito Municipal, dispondo sobre um empréstimo de NCr$ 36.369,08, para a compra de hidrometros: com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emendas do vereador Victorio Tamasi: aprovado o projeto e as emendas por 6 votos a 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 28/65, do Prefeito Municipal, dispondo sobre um empréstimo 80.820,44, para a compra de veículos, com pareceres favoraveis da Comissões de Justiça e Finanças e com emendas do vereador Victorio Tamasi: aprovado o projeto e as emendas por 6 votos a 0. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 4/67, do Prefeito Municipal, dispondo sobre feriados religiosos no Município, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 6 votos a 0. 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 1/67 da Comissão de Finanças dispondo sobre a concessão de isenção de impostos para a construção de prédios de varias andares com parecer favorável da Comissão de Justiça: adiada a discussão por 6 votos, a requerimento do vereador José Soneca, aprovado por 6 votos a 0. - 5) Terceira discussão e votação do projeto de lei nº. 5/65 do Prefeito Municipal, autorizando o Executivo a hipotecar área de terreno destinada à construção de casas populares, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos com a data vista do

projeto ao vereador Victorio Tamaso, a requerimento deste aprovado por 6 votos a 0. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 13/63, do ex- vereador José Antonio Coimbra Filho, declarando de utilidade pública a "Bar Pinus de Sintra", com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Assistencia Social: aprovado por 6 votos a 0. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº. 4/67, do ex-vereador José Antonio Coimbra Filho, concedendo o titulo de cidadão honorario ao deputado Nagib, com parecer favoravel da Comissão de Justiça dizendo para o plenario a deliberação da materia: rejeitado o projeto por 6 votos a 1. - 8) Primeira discussão e votação do projeto de resolução nº. 5/67, do ex-vereador José Antonio Coimbra Filho, concedendo o titulo de cidadão honorario ao deputado Alcino Araujo, com parecer da Comissão de Justiça dizendo para o plenario a deliberação da materia: rejeitado o projeto por 5 votos a 1. - 9) Discussão e votação unica do pedido da Telefonica Sintra S/A, para a subscrição de aumento de capital à razão de NCr$ 40,00 por ação, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado, por 6 votos a 0, requerimento do vereador Victorio Tamaso, pedindo o arquivamento da proposição. Esgotada a materia em pauta, passou-se à Explicação Pessoal. O vereador Antonio Serodio lavrou o seu protesto contra a atitude irrisoria de alguns individuos que, numa atitude desrespeitosa mostraram com seus veiculos sôbre a multidão que se encontrava na Praça da Independencia na sexta-feira Santa. Protestou, também, contra a atitude de dois individuos que, empregados, entraram com seus veiculos no meio da procissão realizada no domingo da Ressurreição. Pediu êsses vereadores que justificassem, plenamente, o pedido que fizera no sentido de se proibir o trânsito na Praça da Independencia quando da realização de solenidades das quais participe o povo. O vereador Bagano Esteves, lamentou dizer que rejeitava a afirmativa do jornal "A Folha", de que ninguem se lembrara de homenagear o Dr. Flavio Estado de Castro, falecido em 25 de março de 1967, o que não era a verdade, pois usava da palavra naquele instante para expressar o profundo pesar pelo desaparecimento de tão ilustre personalidade, não tendo a Câmara se pronunciado antes em atenção de mãe tão bondosa. Expressou também, os sentimentos do mais profundo pesar pela morte de Dona Rosa Colomina Camilleri. Emseguida usaram considerações condenando seus colegas no sentido de colaborarem, com entusiasmo na realização do 16º Sim Sinal, festa dos jovens punhalenses, a ter lugar na sistema de semana de julho de 1967. O vice-presidente comunicou aos Srs. vereadores que no dia 8 de abril, às 10 horas, estaria em visita a Sintra, devendo comparecer à Câmara, o Deputado Herbert Levy, Secretario da Agricultura do Estado de São Paulo, e para recepcionar tão ilustre visitante a presidencia contaria com a presença dos membros do Legislativo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estumelino de Mello, secretário, a fiz escrever. Victorio Tamaso
Antonio Serodio

Ata da 5ª. sessão extraordinária, do 4º. ano, da 6ª. legislatura da Câmara Municipal de Sintra, realizada em 14 de abril de 1967.
Presidencia do Sr. José G. S. Leite
Secretariado por Antonio Serodio
Aos catorze dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sintra, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, às 20,30 horas, procedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: José Geraldo Fernandes Leite, Waldir Peres, Victorio Tamaso, Adalberto Costa, Horacio Borges de Oliveira, Antonio Serodio, Adejute de Carvalho Rosas, Getulio Sponelli, Attilio Giardini, Rubens Balsachi e José Correia. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo sido feito um minuto de silencio em homenagem à imagem de Cristo Crucificado. Em seguida, de acôrdo com a convocação prévia, enviada aos Srs. vereadores, passou-se à Ordem do Dia, que constava do seguinte: Item Unico. - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 5/67, do Prefeito Municipal, autorizando o Municipio a hipotecar área de terreno destinada à construção de casas populares, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 10 votos a 0. Em seguida, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para outra sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da 5ª. sessão extraordinária, para ser votado em 2ª. discussão, o projeto de lei nº. 6/67, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estumelino de Mello, secretário, a fiz escrever. Victorio Tamaso
Antonio Serodio

Ata da 6ª. sessão extraordinária, do 4º. ano, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sintra, realizada em 14 de abril de 1967.
Presidencia do Sr. José Geraldo S. Leite
Secretariada por Antonio Serodio
Aos catorze dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sintra, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sintra, após o término da 5ª. sessão extraordinária, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: José Geraldo Fernandes Leite, Waldir Peres, Victorio Tamaso, Adalberto Costa, Horacio Borges de Oliveira, Antonio Serodio, Adejute de Carvalho Rosas, Getulio Sponelli, Attilio Giardini, Rubens Balsachi e José Correia. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovado, em segunda discussão, por 10 votos a 0, e dispensado de redação final o requerimento do vereador Victorio Tamaso, o projeto de lei nº. 5/67, do Prefeito Municipal, autorizando o Municipio a hipotecar área de terreno destinada à construção de casas populares, determinando o Sr. presidente a remessa da proposição ao chefe do

executivo, para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente acta. Eu, Artur Lino de Lemos-Jr. secretário, a fiz escrever.

O Presidente
Vitorino Tomaz

O Secretário
António Fonseca

Acta da 5ª sessão ordinária, do 4º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sinfães, realizada em 20 de abril de 1967.

Presidência do Sr. José P. Fernandes Leite
Secretariada por António Fonseca

Aos vinte dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sinfães, Estado de Vale Sousa, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinfães, às 20 horas, fez-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: José Geraldo Fernandes Leite, Waldir Peres, António Fonseca, Adauto de Carvalho Rosas, Vitorino Tomaz, José Soares, Rubens Balsachi e Bazaro Esteves Martinelli. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Eminente Estadista, passou-se à leitura do Expediente, que constou do seguinte:- 1) Telegramas dos Ministros da Fazenda, Obras Públicas e Energia, Agricultura, Economia, Interior, Marinha e Transportes, agradecendo os cumprimentos enviados pela Câmara: "Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sinfães" - 2) Ofício do Secretário do Interior, agradecendo as congratulações enviadas pelo Legislativo: "Exmo. Senhor" (O vereador Waldir Peres retirou-se do plenário). 3) Ofício do Prefeito Municipal de Santo António do Jardim, convidando os vereadores para participarem comemorativos do 81º aniversário de fundação do Município: "Exmo. Senhor Presidente" - 4) Ofício do Tenente-Coronel Comandante do Regimento de Infantaria nº 13, de Viseu, agradecendo a comparência de uma representação desta Câmara aos festejos comemorativos do 75º aniversário da criação do Regimento: "Exmo. Senhor Presidente" - 5) Ofício do Sr. Governador Civil de Viseu, agradecendo a comparência de uma representação desta Câmara aos festejos comemorativos do 75º aniversário da criação do Regimento de Infantaria nº 13, de Viseu: "Exmo. Senhor Presidente" - 6) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 7) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 8) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 9) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 10) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 11) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 12) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 13) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 14) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 15) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 16) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 17) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 18) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 19) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 20) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 21) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 22) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 23) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 24) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 25) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 26) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 27) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 28) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 29) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 30) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 31) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 32) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 33) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 34) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 35) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 36) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 37) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 38) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 39) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 40) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 41) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 42) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 43) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 44) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 45) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 46) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 47) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 48) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 49) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 50) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 51) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 52) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 53) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 54) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 55) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 56) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 57) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 58) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 59) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 60) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 61) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 62) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 63) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 64) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 65) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 66) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 67) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 68) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 69) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 70) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 71) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 72) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 73) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 74) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 75) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 76) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 77) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 78) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 79) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 80) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 81) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 82) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 83) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 84) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 85) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 86) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 87) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 88) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 89) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 90) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 91) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 92) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 93) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 94) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 95) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 96) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 97) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 98) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 99) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 100) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 101) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 102) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 103) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 104) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 105) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 106) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 107) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 108) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 109) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 110) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 111) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 112) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 113) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 114) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 115) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 116) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 117) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 118) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 119) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 120) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 121) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 122) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 123) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 124) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 125) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 126) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 127) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 128) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 129) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 130) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 131) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 132) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 133) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 134) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 135) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 136) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 137) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 138) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 139) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 140) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 141) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 142) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 143) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 144) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 145) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 146) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 147) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 148) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 149) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 150) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nomeação do Sr. Dr. Manuel Ferreira de Sousa Guimarães para Delegado de Saúde daquele concelho: "Exmo. Senhor Presidente" - 151) Ofício do Sr. Prefeito Municipal, de Santo António do Jardim, comunicando a nome

do projeto de lei nº 22/65, dispondo sôbre um empréstimo para a compra de hidrometros, com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 6 votos a 0. - 3) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº. 28/65, dispondo sôbre um empréstimo para a compra de veículos, com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 6 votos a 0. - 3) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 41/65, do Executivo Municipal, dispondo sôbre feriados religiosos, com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 6 votos a 0 - 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 11/65, da Comissão de Finanças, dispondo sôbre a concessão de isenção de impostos para a construção de predios acima de 4 andares, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: adiada a discussão por 2 sessões, a requerimento do vereador Rubens Balsachi, aprovado por 6 votos a 0. - 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 10/65, do ex-vereador José Antonio Coimbra Filho, declarando de utilidade publica o "Asilo Jesus de Sumbal" com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Assistencia Social: aprovado por 6 votos a 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Adauto de Carvalho Rosas. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 2/65, do vereador Délcio Dante Fernandes, reduzindo em 50% os emolumentos da taxa de conservação de estradas municipais, com pareceres das Comissões de Justiça e Finanças propondo o arquivamento da proposição por ter perdido a oportunidade: aprovados, por 6 votos a 0, os pareceres pelo arquivamento do projeto de lei nº. 2/65. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 26/65, do vereador Adauto de Carvalho Rosas e outros, dispondo sôbre o pagamento de vencimentos dos férias de julho às professoras de escolas municipais, com pareceres da Comissão de Justiça de que projeto seja em condições de ser discutido pelo plenário, e da Comissão de Finanças propondo o arquivamento da proposição: aprovado, por 6 votos a 0, requerimento do vereador Victorio Tamaso propondo a transformação do projeto de lei nº. 26/65 em indicação ao Sr. Prefeito. (Foi entrada novamente no pleanario o vereador Waldir Peres). - 8) Discussão e votação única do projeto de resolução nº. 1/67, da Mesa da Câmara, dispondo sôbre aumento de gratificações para os servidores do Legislativo, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 votos a 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Adauto de Carvalho Rosas. Esgotada a materia em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar a Explicação Pessoal. O vereador Victorio Tamaso se associou ao voto de pesar aprovado pelo falecimento do Dr. Silvio de Almeida Vergueiro, medico que muito fez em favor dos pobres da Santa Casa, e cuja instituição prestou também relevantes serviços como provedor e diretor clinico. Teceram suas considerações dizendo que com a morte do Dr. Silvio de Almeida Vergueiro, Sumbal perdia um grande cidadão e um grande medico. O vereador Rozario B. Mantovani comunicou ao plenario que, após varios anos de trabalhos, o Juiz de Direito da Comarca homologara os estatutos da Sociedade "Cultural Italo-Brasileira "Santa Alighieri", entidade de fins filantropicos e culturais, cujas inscrições estavam à disposição da Câmara e dos Srs. vereadores. Afirmou, em seguida, ser de seu conhecimento ter sido ligada energia elétrica na Vila Centenário, fruto do trabalho desenvolvido por todos os vereadores, os quais chegaram a pregar por conta própria para tratar desse importante reivindicação junto aos autoridades competentes. Disse lamentar, por isso mesmo, que alguem estivesse se utilizando desse fato como degrau político, à custa do sacrifício e do trabalho dos demais vereadores. Escreveu o seu protesto contra tal atitude, dizendo que quem queria ser o autor da providencia que beneficiou os moradores da Vila Centenário sempre estêve ausente da Câmara, não sendo justo que êste elemento andasse mostrando, aos interessados, o ofício que endereçou a Light, o que constituiu uma exploração política. Encerrou suas considerações lamentando que ex-prefeito não tivesse resolvido o problema da iluminação da Vila Centenário e expressou o regozijo dos vereadores pela concretização dessa importante medida. O vereador Adauto de Carvalho Rosas disse ter tomado conhecimento, com satisfação, do convênio firmado entre o Hospital local e o I.N.P.S., motivo porque se congratulava com a Diretoria Administrativa da Santa Casa, visto que com essa medida os medicos ficariam em Sumbal e os previdenciarios seriam atendidos com muito mais facilidade. Dirigiu um apêlo à Mesa do Hospital "Francisco Rosas" para que conseguisse junto ao Governo do Estado, a assinatura de um convenio com o "JAMSPE" para assistencia médico-hospitalar aos funcionários públicos, os quais em grande parte ganham menos do que o trabalhador comum e só têm assistencia médica ou na capital ou em outras cidades. Afirmou que os vereadores dos funcionarios estaduais às vezes não são suficientes viajem para Sumbal para tomarem providencias junto ao "JAMSPE". O vereador Waldir Peres se associou ao voto de pesar pelo falecimento do Dr. Silvio de Almeida Vergueiro, medico benemerito que sempre deu assistencia aos velhos e às irmãs do Asilo de Mendicidade. Congratulou-se com a Mesa do Hospital "F. Rosas" pela assinatura do convênio com o I.N.P.S. e frisou manter contatos com os colegas a opinião de diretor cirurgião local, o qual esclareceu que as instalações da Santa Casa de Sumbal são idênticas às de São João da Boa Vista, não se justificando assim a atitude que vem sendo tomada por elemento que, pretendendo demoralizar o "Hospital" Francisco Rosas", tem servido docentes de seus clientes particulares para serem operados na vizinha cidade, quando de cirurgias intervenções poderiam ser feitas aqui mesmo. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente convidou os Srs. vereadores para a reunião sessão ordinária, a realizar-se no proximo dia 8 de maio, e encerrou os trabalhos dos quais, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Queiroz, auxiliar, a fiz escrever.

Victorio Tamaso
Presidente

Antonio Fernandes
Secretario

Ata da 6ª sessão ordinária, do 4º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 8 de maio de 1967.

Presidência do Sr. Victorio Tamaso
Secretariada por Antonio Fernandes

Aos cinco dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às 20 horas, pro-

cedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Soares Fernandes, Victorio Samaro, Antonio Penalio, Adalberto Costa, Ruhem Balsachi, Waldir Peres, Attilio Giardini, Horacio Borges de Oliveira, Bazaro Estevam Montarello, José Soveca, Catulio Epuraldi e Adauto de Carvalho Rosas. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após seguido um minuto de silencio, em homenagem à memoria do Cirito Cruzeiro falecido, passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Telegramas dos Ministros do Exterior e da Justiça, agradecendo as congratulações enviadas pela Câmara. : "Ciente. Arquive-se." 2) Ofício da Associação Simbalense dos Estudantes Secundários, comunicando a instalação de um curso de alfabetização de adultos; "Ciente. Oficie-se à A.P.E.S., agradecendo a comunicação e cumprimentando-a por tão nobre e exemplar iniciativa". - 3) Indicação nº. 20/67, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, sôbre a necessidade de ser encetado o calçamento da rua Barão de Mauá, Dias Ferreira, e pedindo a retirada de terra e cacos das calçadas da rua Barão de Mauá. Pires, bem como de entulhos de outras ruas da cidade: "Ao sr. Prefeito". - 4) Requerimento nº. 2/67, do vereador José Soveca e outros, cumprimentando e congratulando-se com o professor Heitor Cavalcanti pela sua nomeação para o cargo de diretor do Colegio Agricola "Dr. Carolino da Motta e Silva"; Aprovado por 11 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada." 5) Requerimento nº. 24/67, do vereador Ruhem Balsachi e outros, pedindo a inclusão, na Ordem do Dia da sessão que estava se realizando, do projeto de lei nº. 1/67: Aprovado por 11 votos a 0. Iniciou-se na Ordem do Dia da sessão de hoje, na forma requerida". - Encerrado a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos srs. vereadores. O vereador Adauto de Carvalho Rosas teceu considerações sôbre o "Dia do Trabalho", enaltecendo a atuação do operário que contribui a grandeza da Pátria e pediu ficasse registrado, na ata dos trabalhos legislativos, um voto de congratulações com tão importante data. O vereador Attilio Giardini, a pedido dos interessados, solicitou providencias do Sr. Prefeito Municipal no sentido de ser pago, ao servidores do Município, o "Salário-mínimo a que os mesmos tem direito de acôrdo com a legislação vigente. Esclareceu que a Prefeitura colhe as taxas municipais com base no salário-mínimo, e tendo êste aumentado, as taxas também foram elevadas, havendo assim recursos financeiros para se cumprir a lei e pagar, aos servidores do Município, o novo salário, motivo pelo qual apelava ao chefe do executivo. O vereador Antonio Penalio, formulou um requerimento, que foi aprovado por 11 votos a 0, no sentido de se oficiar ao Instituto de Educação "Cardeal Leme" congratulando-se com êste estabelecimento de ensino por haver completado mais um ano de existência, e a professora Maria Aparecida Tamaro Faria, pela feliz data de seu natalicio. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente usou da palavra, o Sr. presidente usou da palavra, o Sr. presidente se anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 5/67, do ex-vereador Valter Faustino, criando o Selo de cultura, com pareceres das Comissões, Justiça, Finança e Educação propondo o arquivamento da proposição: aprovados, por 11 votos a 0, os pareceres das Comissões. - Discussão e votação única do ofício do Sr. Fábio Santelena Gualdo, reclamando providencias contra o excesso de autos de aluguel e de taxis-murum no ponto "A Paulicéia", com parecer da Comissão de Justiça no sentido de se solicitar ao Prefeito a regularização da matéria de acôrdo com as leis em vigor: aprovado, por 11 votos a 0, o parecer da Comissão de Justiça. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 1/67, da Comissão de Finanças, dispondo sôbre a concessão de isenção de impostos para a construção de prédios de varios pavimentos, com parecer da Comissão de Redação aprovado por 11 votos a 0, e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini. Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores, em Explicação Pessoal. O vereador Célio Sôto Fernandes salientou o fato de terem sido homenageados, pelos grandes serviços prestados à cidade, os professores João B. A. Marques, Hercules Mastrucci Florenci e Tantina de Filippe, e solicitou a providencia fôsse oficiados esses três educadores apresentando-lhes as congratulações da Câmara Municipal. O vereador Adauto de Carvalho Rosas disse ter feito duas indicações ao chefe do executivo, porém dispensou-o e muito a contra-gosto, não sabendo seguer se o Prefeito leu as proposições de sua autoria. Afirmou que não teve nenhuma indicação de sua autoria atendida pelo chefe do executivo, o qual não dava nem satisfação sôbre as providencias reclamadas nas proposições. Disse desconhecer os motivos das indicações pela pouca importancia que o Prefeito a elas dispensa, afirmando que o chefe do executivo sempre o teve a que precisou da Câmara, salientou o fato de nunca ter pedido um favor pessoal ao alcaide municipal, sempre pedindo providencias em favor do povo. Encerrou suas considerações manifestando o seu desconsôlo com o Prefeito pela falta de atenção para com a Câmara. O vereador Bazaro Montarello comunicou ao plenário ter estado em Campinas, em visita ao Dr. Valter Faustino, tendo tido ótima impressão do seu estado de saúde, com a cessação da vista que não estava boa. Realçou a perschalidade do Dr. Valter Faustino, médico bondoso que sempre cuidou com carinho dos seus enfermos e encarou suas considerações sugerindo que o povo peça, com grande alegria, o restabelecimento e a volta a Simbaí dêste grande facultativo a quem os pinhalenses muito devem. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente se absteve aos votos de congratulações propostos pelos vereadores, convocou os edis para a sessão extraordinária e secreta, a realizar-se logo após o término da 6ª. sessão ordinária, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estevelino de Lima, secretário, a fiz escrever.

Victorio Samaro
Presidente

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Simbaí, realizados em 1º de junho de 1967.

Presidencia do Sr. Victorio Samaro
Ao primeiro dia

do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes Adauto de Carvalho Rosas, Waldir Peres, Victorio Tamaso, Getulio Spuriel, Antonio Fenolio e Horacio Borges de Oliveira. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, mas estando presentes seis vereadores, o sr. presidente determinou fosse feita, de acôrdo com o artigo 43, da Lei Orgânica dos Municípios, a leitura do Expediente que não dependesse de voto da Câmara e que constava do seguinte:- 1) Telegrama do Ministro da Marinha agradecendo os cumprimentos que lhe foram enviados: "Ciente. Arquive-se". - 2) Ofício do Colégio Agrícola Estadual "Dr. Carolino da Mata e Silva", comunicando os srs. vereadores para uma visita a êsse educandário: "Ciente. Os vereadores foram comunicados oportunamente". - 3) Ofício da Mesa da Câmara Municipal, agradecendo os cumprimentos que lhe foram enviados: "Ciente. Arquive-se". - 4) Ofício do Instituto de Educação "Candal Vamos", agradecendo os cumprimentos que lhe foram enviados: "Ciente. Arquive-se". - 5) Ofício do Prof. Heitor Cavagnolli, agradecendo os congratulações que lhe foram enviadas: "Ciente Arquive-se". - 6) Ofício do sr. Oscar Klabin Segall, agradecendo as felicitações que lhe foram enviadas por ocasião de sua nomeação para o cargo de Secretário do Govêrno: "Ciente. Arquive-se". - 7) Ofício do Dor "Jerus" de Sumbal, agradecendo a aprovação de lei que declarou essa entidade de utilidade pública: "Ciente. Arquive-se". 8) Ofício do Bel. Décio de Almeida Mello Freire, comunicando ter assumido o cargo de Delegado de Polícia: "Ciente. Arquive-" 9) Ofício do Prof. Heitor Cavagnolli, comunicando ter sido designado para responder pelo expediente da diretoria do Colégio Agrícola Estadual e "Dr. Carolino da Mata e Silva", de Sumbal:" Ciente. Agradecer". - 10) Indicação nº. 21/67, do vereador Antonio Fenolio, no sentido de serem tomadas, pelo executivo, as seguintes providências a) construir abrigo rustico para os passageiros que esperam ônibus nas estradas; b) executar o calçamento da rua Francisco José Fernandes, entre a rua Senador Saraiva e o Corrego Sertãozinho; - c) limpar as ruas todas as ruas da cidade; - d) fazer funcionar a lâmpada de iluminação publica existente defronte ao Banco Itaú S/A; - e) reparar os canteiros do jardim da Praça do Rosário pendencia: "Ao sr. Prefeito Municipal". 11) Indicação nos. 22/67, do vereador Antonio Fenolio para que seja estudado o calçamento na Avenida Angelo Guerino e avisado o teor dessa via pública: "Ao sr. Prefeito Municipal". - 12) Indicação nº 23/67, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, sugerindo ao Prefeito o seguinte:- a) a necessidade da construção e reparação de passeios, principalmente no centro da cidade; - b) a necessidade da construção de um estadio para atletas no campo de futebol da Vila Mariangá; - c) a reparação urgente da casa do Estádio Municipal, onde reside o sr. André Zuvati: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 13) Requerimento nº. 25/67, do vereador Victorio Tamaso, solicitando do executivo que informe quem é o responsavel pelo pagamento de aluguel e da taxa de consumo de energia elétrica do prédio onde funciona a Escola de Artes Industriais e Corte e Costuras:" Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal". Encerrada a leitura do Expediente, o sr. presidente determinou fôsse feita nova chamada, visto terem decorridos os 15 minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmos vereadores que responderam à primeira, persistindo assim a falta de número legal para o prosseguimento dos trabalhos, que em seguida foram encerrados. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, datilografo de junto, escrevente, a fiz escrever.

Victorio Tamaso

Antonio Fenolio

Ata da 7ª. Sessão ordinária, do 4 ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 15 de junho de 1967.

Presidencia do sr. José G. Fernandes Sto
Secretariada por Antonio Fenolio

Aos quinze dias do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às 20 horas, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Adalberto Conta, José Geraldo Fernandes Sto, Adauto de Carvalho Rosas, Altilio Giardini, Horácio Borges de Oliveira, Rubens Balsachi, Celio Porto Fernandes e Waldir Peres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, passou-se a leitura do Expediente, que constava do seguinte:- 1) Ofícios do Diretor do Tiro de Guerra nº 229, convidando a Câmara para as comemo rações cívicas da Batalha do Riachuelo: "Os vereadores foram convidados, na oportunidade, pela Secretaria da Câmara". 2) Ofício do Diretor da Faculdade de Direito de Sumbal, comunicando o aniversário da instalação do curso de bacharelado: "Agradecer e cumprimentar". - 3) Ofício do Instituto Nacional do Livro, comunicando meios dispor de meios para a instalação de livrarias: "Renovar-se o pedido, agora à Campanha Nacional do Material do Ensino". 4) Ofício do Secretário do Interior, pedindo sugestões à Câmara para a reforma da Lei Orgânica dos Municípios e outros trabalhos em elaboração: "A matéria fica à disposição dos srs. vereadores, para as sugestões cabíveis". - 5) Ofício do SENAC, agradecendo as referências feitas aos cursos dessa entidade: "Ciente. Arquive-se". - 6) Ofício da Casa Civil, encaminhando o panfleto Discurso de Posse: "Ciente. Agradecer". - 7) Ofício de D. Santina de Filippi, agradecendo as homenagens que lhe foram tributadas pela Câmara: "Ciente. Arquivar-se". - 8) Mensagem nº. 11/67, do Prefeito Municipal, prestando informações sôbre o pagamento do aluguel e da taxa de consumo de luz do prédio onde

funcionou a Escola de Artes Industriais e Corte e Costura: "A consideração da Casa: Nada sendo requerido, arquive-se". 9) Indicações sneaminhadas ao Senhor Prefeito Municipal: a) nº. 24/67, do vereador Victorino Tamasio, no sentido de ser dado, a uma rua da cidade o nome de Dr. Moraes Soeme – Médico Benemérito; – b) nº. 26/67, do vereador Adalberto Costa, para que seja feita uma revisão no lançamento dos impostos e taxas dos prédios localizados nas vilas; – c) nº. 26/67, do vereador Antônio Fenolio, no sentido de serem colocadas duas lampadas de iluminação publica afim da Igreja de São Benedito e uma afim da Educandario de 16 anores; – d) nº. 27/67, do vereador Waldir Veres, sôbre a necessidade de contatos do executivo com outras autoridades, para irradicação, em Jimbal, dos corticos. – 10) Requerimentos: a) nº. 26/67, do vereador José Soureca, solicitando a constituição de uma comissão especial para verificar o Dr. Walter Saurtinho: "Aprovado por 11 votos a 0. Nomeia os vereadores José Soureca, Adauto de Carvalho Rosas, Victorino Tamasio, Célio Porto Fernandes e Antônio Fenolio para constituirem a comissão, na forma requerida". – b) nº. 27/67, do vereador Victorino Tamasio, congratulando-se com a TV Record – Canal 7, pelo trabalho que realizou de cobertura das festividades em louvor a N.S. Fátima, em Portugal": "Aprovado por 11 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada". – c) nº. 28/67, do vereador Adalberto Costa, solicitando informações ao executivo sôbre isenção de impostos do prédio da Igreja São Bom Jesus: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal"; – d) nº. 29/67, do vereador Waldir Veres, solicitando informações sôbre o pagamento, as proprias municipais, dos vencimentos dias vérias de Julho: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal"; – e) nº. 30/67, do vereador José Geraldo Fernandes Rito, solicitando informações ao executivo sôbre o seguinte: pagamento de salário-familia e salario-minimo aos servidores municipais, aplicação do balancete da receita e despesa e remessa a Câmara de balancete trimestral, aplicação de boletim de coleta e inspeção, pelo Centro de Saúde, do exame feito sob transporte carne do matadouro: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal". – f) nº. 31/67, do vereador Antônio Fenolio, no sentido de se oficiar à Agência do I.N.P.S., em Sete Lagoa Boa Vista, encarecendo a necessidade de serem pagos, até o dia 10 de cada mês, os benefícios devidos aos aposentados e pensionistas: "Aprovado por 11 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada"; – g) nº. 32/67, do vereador Antônio Fenolio, congratulando-se com o Monsenhor José Jerônimo Balbino Sueciolli pela sua nomeação, pelo Papa Paulo VI, para o cargo de Prelado Domestico, e pedindo a isenção digo, inserção, na ata, de um voto de regozijo pelo transcurso do 25º. aniversário de Paroco e o lado desse Sacerdote: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". – h) nº. 33/67, do vereador Antônio Fenolio, no sentido de se oficiar ao Padre Mateus Herkhuysen, cumprimentando-o pelo transcurso de suas Bodas de Prata Sacerdotal. "Aprovado por 11 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada". i) nº. 34/67, do vereador Antônio Fenolio, para que o Prefeito consiga a instalação de um gabinete dentiário ea designação de um dentista para o Grupo Escolar "Prof. Benedito N. Rosas". Aprovado por 11 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada". – j) nº. 35/67, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, solicitando a convocação do Prefeito Municipal para comparecer à Câmara, a fim de prestar esclarecimentos sôbre a implantação das reformas preconizadas pela Instalation Efficiency Engenheering do Brasil "SIE": "Aprovado por 11 votos a 0. A convocação do Sr. Prefeito será feita em data a ser marcada oportunamente". – 11) Projetos de Lei: a) nº. 7/67, do Prefeito Municipal, autorizando o Executivo a assumir obrigações perante o Banco Nacional de Habitação, em convênio de financiamento para a construção de unidades habitacionais e dando outras providencias: "As Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos"; – b) nº. 8/67, do vereador Horacio Borges de Oliveira, concedendo isenção digo, isenção de impostos aos ex- integrantes da Força Expedicionária Brasileira: "As Comissões de Justiça e Finanças"; – c) nº. 9/67, do vereador Horacio Borges de Oliveira, tornando comuns os 3 árvores existentes na Praça Teresa Maria de Jesus: "A Comissão de Justiça"; d) nº. 10/67, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, dispondo sôbre feriados municipais: "A Comissão de Justiça"; – e) nº. 11/67, do vereador Antônio Fenolio, declarando de utilidade pública a Associação Pintalense dos Estudantes Secundários "As Comissões de Justiça e Educação". Em seguida o Sr. Presidente mandou proceder à leitura do Expediente, o Sr. presidente dirigiu uma saudação ao sargento instrutor do Tiro de Guerra nº. 229, que se encontrava no recinto, acompanhado de todos os convocados, a fim de assistir os trabalhos legislativos. Em seguida deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Waldir Veres disse que era pensamento, do Sr. presidente, da Câmara digo, do Sr. presidente, ali reunir os trabalhos da Câmara, a fim de que o povo tomasse conhecimento de como funciona o Poder Legislativo. Inaugurou, afirmando que, colaborando com esta iniciativa, tinha todo oportunidade de proferir uma palestra sôbre o assunto, para os seus munícipes locais, e que se alegrava por isso no recinto, no instante em que fazia uso da palavra, o sargento instrutor e os convocados do Tiro de Guerra nº. 229, os quais aí estavam para tomar conhecimento do funcionamento da Câmara. A Seguir deu a palavra ao Sr. presidente pretendia esta boletar uma reunião com o povo e a entidade de classe começando com os atiradores, sôbre educação administrativa. Soudou o sargento instrutor, o qual, disse, vindo para Pintal, muito completamente a ação do T.G.; muito muito as atividades desta organização. Inaugurando, disse que as atitudes da Câmara são mal interpretadas pelo povo, citando, como exemplo, o caso do asfaltamento de ruas da cidade, serviço esse que foi somente autorizado pelo Legislativo, cabendo ao Prefeito a responsabilidade pela sua execução, fiscalização e pagamento. Explicou, em seguida, como funcionam as Comissões Permanentes, como é eleito o presidente da Câmara, quando é como é passado o mandato de vereador, quantas faltas o edil pode dar sem correr o risco de perder o mandato, e encerrou suas considerações congratulando-se com os atiradores, pela visita que estavam fazendo ao Legislativo. O vereador Adauto de Carvalho Rosas congratulou-se

com o Sargento instrutor e com os alfabetizadores que haviam comparecido à Câmara, relembrou o fato de o Legislativo ter estado vazio durante 4 anos e disse que a Casa se reabilitava com a presença dos visitantes. Salientou o fato de ter o sargento instrutor tragido, para o T.G., novas iniciativas que surpreenderam a todos. Afirmou, em seguida, ter aprovetado requerimento de comunicação do Prefeito para que este prestasse esclarecimentos sôbre a reforma administrativa, porquanto o Município haveria gasto uma grande importância e estaria havendo reclamações e críticas dirigidas ao serviço. Disse que a Câmara tinha responsabilidade, porque havia autorizado a execução dos serviços, e que lendo o relatório elaborado pela Instalatrice, nada viu de novo, verificando entretanto que a promessa feita por essa firma de um economia de 90 milhões de cruzeiros velhos, se resumia numa diminuição na despesa, por ano no valor de 40 milhões, mas isso com a despêsa de 30 a 40 servidores municipais. Interrogou, afirmando que muita gente estava esperando que contemplasse o marasmo na Prefeitura, e que era lamentavel, porquanto uma parte dos funcionários municipais continuavam sem pagamento, sem responsabilidades, havendo por isso necessidade de o assunto ser esclarecido pelo Prefeito. Justificou, em seguida, o projeto de lei de sua autoria, lido no Expediente, e declarou que inexistia, na relação dos feriados municipais, Sexta-feira e o Dia do Município. Encerrando suas considerações agradeceu suas considerações agradecendo, penhoradamente, a presença do sargento instrutor e dos alfabetizadores do Tiro de Guerra nº 229, esperando que êsse exemplo fôsse imitado pelas instituições estudantis da cidade, a fim de que os mêios formassem o espírito público para servir a Pátria. O vereador Vitório Tamaso congratulou-se com o Sargento instrutor do Tiro de Guerra nº 229 e afirmou que as cadeiras da Câmara Municipal seriam ocupadas, no futuro, pelos moços que ali se encontravam Rimenzoni, em seguida, a vida e a obra Dr. Moreira Soeme, médico especializado que muito trabalhou em favor dos doentes pobres, deixando o seu consultório cheio, de dia ou de noite, para atender os doentes assistidos pelos vicentinos. Relembrou, também, a atuação dêste cidadão como vereador dos mais ilustres. Com seguida formulou um requerimento para que fôsse encaminhado ao Sr. Prefeito, no sentido de ser incluido, na Ordem do Dia da sessão que estava se realizando, o projeto de lei nº. 7/67, desde que as Comissões estivessem em condições de exarar parecer sôbre a materia. O vereador Célio Vitto Fernandes relembrou que de 1946 a 1948 fizera o obsurso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Reserva, tendo aprendido a amar a Pátria, não tendo, em 1964, duvidado nem um instante quea glorioso exercito brasileiro se levantaria contra o caos que se estabelecera no País, o que realmente aconteceu. Após saudar o sargento instrutor do T.G. e os convocados presentes, criticou as declarações do Sr. Luiz Arrobas Martins, revelando moral da Nação, democrata e advogado brilhante mas que nada entende sôbre o café, visto ter declarado, à imprensa, que agora o preço dêsse produto era bom, acomselhando os fazendeiros e lavradores que não fizessem ganho superflúos e nem viajassem para o exterior. Encerrou suas considerações lendo o Alegrama enviado ao Sr. Luiz Arrobas Martins, Secretário da Fazenda do Estado São Paulo pelo Sindicato Rural de Penhal, cujo teôr era o seguinte: "Agricultores pinhalenses reunidos protesto Rural de Penhal, cujo teôr era o seguinte: "Agricultores pinhalenses reunidos protestam pronunciamento Vossência publicação jornais capital dia 13 p. passado. Aproveitam oportunidade convidá-lo visitar zona cafeira tomar conhecimento realidade agricultura. Agricultores onal podem saldar seu compromissos quanto mais conhecer exterior como foi mencionado de feito artigo. Manifestações errôneas alto dirigente terma a uma situação falsa da realidade zona rural. Atenciosas saudações. Célio Vitto Fernandes - Presidente Sindicato Rural de Penhal". Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente consultou os membros das Comissões se estavam em condições de exarar parecer sôbre o projeto de lei nº 7/67, e, recebendo resposta afirmativa, suspendeu os trabalhos por 20 minutos. Decorrido êsse prazo, foram reabertos os trabalhos e as Comissões deram o seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 43/63, do ex-vereador Frei Antônio Bernhoza Filho, de dação e votação do projeto de lei nº 43/63, do ex-vereador Frei Antônio Bernhoza Filho, declaração de utilidade pública o antigo campo de futebol da Vila Ramos, com pareceres contrários da Comissão de Justiça e favoraveis das Comissões de Finanças e Educação: aprovado o projeto por 11 votos a 0. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 7/67, do Prefeito Municipal, autorizando o executivo a assumir obrigações perante o Banco Nacional de Habitação, em convênio de financiamento para a construção de unidades habitacionais e dando outras providências, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos: aprovado o projeto por 11 votos a 0. Esgotada a matéria em pauta, foi aprovado, por 11 votos a 0, um requerimento de autoria dos vereadores Horacio Borges de Oliveira, Rubens Baldochi e José Fonseca, sob o nº 36/67, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o término da ordinária, para serem votados, em 2ª. discussão, os projetos de lei nos. 43/63 e 7/67. O Sr. presidente anunciou ir passar, em seguida, à Explicação Pessoal. O vereador Attilio Giardini solicitou providenciou ir passar, em seguida, à Explicação Pessoal. O vereador Attilio Giardini solicitou providenciou ir passar, em seguida, à Explicação Pessoal. O vereador Attilio Giardini solicitou providências do executivo no sentido de ser concluido o serviço de instalação da rêde de esgôtos na rua Capitão Alberto Florence, pois as obras foram iniciadas e em seguida abandonadas, ficando o material no local sujeito a estragar-se com o tempo e dando prejuizo para o Município. O vereador Vitório Tamaso se congratulou com as autoridades do ensino pela criação, na Fazenda São Francisco, de uma escola estadual de emergência, em substituição à escola municipal que ali vinha funcionando em situação precária, por causa da distancia e da dificuldade de transporte para a população escolar. O vereador Antônio Penolio se congratulou com o sargento instrutor do Tiro de Guerra nº 229, pela sua visita à Câmara, justificou as proposições de sua autoria, lidas no Expediente, e encerrou suas considerações. O vereador Cézare C. Martinelli saudou o sargento instrutor do Tiro de Guerra e os alfabetizadores, disse de sua satisfação pela criação de uma escola estadual na Fazenda São Francisco e criticou a atitude dos fiscais do Trabalho que estiveram sôbre o comércio de Pinhal como carbonos invadindo até instalações sanitárias. Disse que

Sumbal é terra de gente culta, não havendo justificativa para a atividade dos fiscais do I.N.P.S., que só pensam em multar os comerciantes e industriais. Encerrou suas considerações renovando o apêlo para que êsses fiscais não mais realizassem inversões dos recursos mais íntimos dos pantalonenses, pesando sôbre a lei, que proíbe atos dessa natureza. O vereador Adauto de Barcelhos Rosas se congratulou com a população pumbalense, pela criação, em Sumbal, de um ginásio particular, ressaltando a atuação da professora Maria Aparecida Tomaso Graciano, pioneira nesse sentido e que estava à frente do movimento para alcançar tão desejado objetivo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da sessão ordinária, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lucas, secretário, a fiz escrever.

Antonio Fenolio

Ata da 7ª. sessão extraordinária, da 4ª. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 15 de junho de 1967

Presidência do Sr. José Geraldo S. Leite
Secretariada por Antonio Fenolio

Aos quinze dias do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Sayid, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, logo após o término da 7ª. sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores verificou-se a presença dos seguintes: Waldir Peres, Horácio Borges de Oliveira, Rubens Bulcadri, José Fonseca, Vitorio Tamaso, Adalberto Costa, Joaquim Esteves Montemelli, Celio Santo Fernandes, Antonio Fenolio, Adauto de Carvalho Rosas, José Geraldo Fernandes Leite e Attilio Giardini. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo nesse instante se retirado do plenário o vereador Waldir Peres. O Sr. presidente passou em seguida, à Ordem Do Dia, tendo sido aprovada em segunda discussão, por 10 votos a 0, e dispensados de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini, os projetos de lei de nrs. 43/63 e 7/67, determinando o Sr. presidente a remessa dos mesmos ao Sr. Prefeito, para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lucas, secretário, a fiz escrever.

Antonio Fenolio

Ata da 8ª. sessão ordinária, do 4º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sumbal, realizada em 20 de julho de 1967.

Presidência do Sr. José Geraldo S. Leite
Secretariada por Antonio Fenolio

Aos vinte dias do mês de julho de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sumbal, Estado de São Sayid, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: José Geraldo Geraldo Fernandes Leite, Victoria Tamaso, Horacio Borges de Oliveira, Waldir Peres, Adalberto Costa, José Fonseca, Antonio Fenolio, Estelita Spinelli, Celio Santo Fernandes e Adauto de Carvalho Rosas. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício do 2º. Sargento José Alves, comunicando haver assumido o comando do Destacamento de Polícia Militar Local: "Ciente. Agradeça". - 2) Ofício do Sargento Instrutor do Tiro de Guerra 229, agradecendo os esclarecimentos prestados pela Câmara aos convocados: "Ciente. Arquive-se". - 3) Mensagem nrs. 16/67, do Prefeito Municipal, prestando informações solicitadas através do requerimento de ns. 28/67, 29/67 e 30/67: "Ao conhecimento da Casa. Nada tendo requerido, a matéria fica à disposição dos Srs. vereadores". - 4) Ofício do Sr. José Domingues Netto, solicitando providências sôbre o péssimo estado sanitário de imóvel existente ao lado do prédio nrs. 155 da Rua Tiradentes: "Atendendo sugestão do vereador Adauto de Carvalho Rodas, encaminhe-se cópia do presente ofício ao Centro de Saúde, solicitando providências para a solução do problema". - 5) Indicações: a) nrs. 29/67, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, à Sra. a necessidade de ser completado o aterro existente na rua Duque de Caxias: "Ao Sr. Prefeito"; - b) nrs. 28/67, do vereador Adalberto Costa, no sentido de se verificar a quem cabe a responsabilidade de permanecerem apagadas várias lâmpadas a prova de emergência, defronte ao cine Santa Clara: "Ao Sr. Prefeito"; - c) nrs. 29/67, do vereador José Geraldo Fernandes Leite, no sentido de serem colocadas lâmpadas de iluminação pública na travessa da rua Tiradentes, dado nome a essa via pública e ser providenciada a reloação de pedras existente no final da rua José Dante Ramalho: "Ao Sr. Prefeito". - 6) Projeto de lei nrs. 12/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre alteração de vencimentos do funcionalismo municipal: "As Comissões de Justiça e Finanças". 7) Requerimentos: a) nrs. 31/67, do vereador Rogério C. Martinelli, solicitando 30 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente". - (Deu entrada no plenário e assumiu a cadeira o suplente Armando Del Giudice, que já prestara compromisso anteriormente.); - b) nrs. 38/67, do vereador José Geraldo Fernandes Leite, solicitando ao D.E.R. o recapeamento do leito da estrada asfaltada Alcoa Sherlum - Aguas da Prata e a retificação do leito da mesma: "Aprovado por 9 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada."; - c) nrs. 39/67, do vereador Victorio Tomaso, solicitando à Companhia Paulista de Força e Luz a instalação de um regulador de voltagem e pedindo que os reparos na rêde geral sejam feitos fora do horário normal de funcionamento dos indústrias: "Aprovado por 9 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada."; - d) nrs. 40/67, do vereador Wal-

dia 15 deste, no sentido de se solicitar uma audiência do Secretario dos Transportes, para tratar do desaltamento da estrada Simbal – Bivirsos de Andradas, e da retificação da estrada Simbal-Socorro: " Aprovado por 9 votos a 0. Solicite-se a audiencia na forma requerida ". – f) nº. 41/67 do vereador Waldir Teles, pedindo providencias ao Prefeito para que seja urbanizada a entrada da cidade, no bairro do Treinquilo: "Aprovado por 9 votos a 0". – g) nº. 42/67, do vereador Adalberto Costa e outros, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da sessão que estava se realizando, do projeto de lei nº. 12/67, desde que as Comissões de Justiça e Finanças estiverem em condições de exarar parecer sôbre a matéria: "Aprovado por 8 votos a 1. Defiro-se na Ordem do Dia da sessão de hoje, o projeto de lei nº. 12/67 após as Comissões de Justiça e Finanças exgnarem parecer sôbre a materia." (O vereador Adauto de Carvalho Rosas, como membro da Comissão de Finanças, declarou que não daria parecer por tratar-se de materia que não exigia urgencia urgentissima). O Sr. presidente suspendeu os trabalhos, por 15 minutos a fim de que as Comissões exarassem parecer sôbre o projeto de lei nº. 12/67. (O vereador Getulio Spindle, antes do inicio da leitura do expediente, retirou-se do plenario). Reabertos os trabalhos, depois de decorridos os 15 minutos, foi aprovado, por 9 votos a 0, com requerimento de autoria do vereador Adauto de Carvalho Rosas, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Em seguida o Sr. presidente anunciou-se a passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 10/67, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, dispondo sôbre feriados municipais, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado por 9 votos a 0. – 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 9/67, do vereador Horacio Borges de Oliveira, tornando emenda de arte. 166 aos vereadores existentes na Praça Coronel Maria de Jesus, com parecer favoravel da Comissão de Justiça e emenda do vereador José Geraldo Fernandes Leite: aprovado o projeto, com a respectiva emenda, por 9 votos a 0. – 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 11/67, do vereador Antonio Fenolio, declarando de utilidade pública a Associação Simbalense dos Estudantes Secundarios, com parecer favoravel das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 9 votos a 0. – 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 12/67, dispondo sôbre eleição de nomeamentos de funcionalismo municipal, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças e voto em separado do vereador Adauto de Carvalho Rosas: aprovado por 7 votos a 2. O vereador Adauto de Carvalho Rosas protestou contra a inclusão do projeto na Ordem do Dia, por não ser materia de caráter urgentissimo e tambem por não haver qualquer prejuizo para o funcionalismo na apreciação da materia mantida sessão, pois o aumento estaria previsto a partir de 1/7/1967. O vereador Celio Soto Fernandes declarou que votaria contra o projeto de lei por ser contrario a sua indicação na Ordem do Dia, visto não constar da materia. O vereador Vitorio Tamaso manifestou-se favoravel à aprovação do projeto de lei, e o vereador Waldir Teles declarou que se reservava para melhor apreciar a matéria em 2ª discussão. Bogotada a materia em pauta, o Sr. presidente anunciou-se passar à Explicação Pessoal. O vereador Antonio Fenolio informou que o P.M.S. não tinha remetido, até o dia 20 de julho, as pensões devidas aos interessados, e dirigiu um apelo aos seus colegas para que interceder junto aos amigos mais influentes para se conseguir a solução do assunto. O vereador Celio Soto Fernandes declarou ter recebido um ofício do prefeito pedindo sugestões para a elaboração de um plano de obras, ofício êsse que estava subscrito pelo arquiteto Carlos Nelson Bueno – Assessor de Planejamento. Afirmou ter estranhado êsse fato, e que gostaria de saber do Sr. prefeito se o referido engenheiro tinha sido contratado, qual a remuneração que iria receber, se a contratação obedecia as normas legais, quantas vezes êsse profissional viria a Simbal, e se não havia, em nossa cidade, outros engenheiros que pudessem realizar o mesmo serviço. O vereador Adauto de Carvalho Rosas justificou a indicação de sua autoria e solicitou providencias do executivo para ser solucionado o problema do atêrro da rua Duque de Caxias local que estava oferecendo serio perigo aos trabalhadores e aos veículos, cantando, ainda, ao local muito mosquito, devido ao lambisal e ao mato. Expressou, em seguida, seu profundo pesar pela morte do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, grande brasileiro, lider de nossa segura, homem forte que inaugurou, como primeiro presidente da República, após a revolução de março de 1964, um regime de austeridade onde predominou uma nova mentalidade. O vereador Waldir Teles se solidarizou com as palavras de seu colega sôbre o passo trabalhista marcante do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, e salientou, em seguida, a necessidade da ligação de Simbal com as cidades circunvizinhas através de estradas melhores e mais modernas, ressaltando que a estrada para Andradas já foi medida 4 vezes, não tendo entretanto sido iniciado, até agora, o serviço de asfaltamento, o qual sempre é permitido no exercício de cada governo. O vereador Celio Soto Fernandes se associou às homenagens prestadas ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, dizendo lamentar profundamente a morte desse grande brasileiro. Ninguem mais querendo usar da palavra, foi aprovado, por 8 votos a 1, o Requerimento nº. 43/67, dos vereadores Armando Del Giudice, Adalberto Costa e Horacio Borges de Oliveira, solicitando a realização de uma sessão extraordinaria, logo após o termino da ordinaria, para serem votados, em 2ª discussão, os projetos de lei de nrs. 9 e 10/67. O Sr. presidente convocou os srs. vereadores para a sessão extraordinaria, a ocorrer as 11/67 e 12/67. O Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, as homenagens prestadas ao ex-presidente Castelo Branco, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Deturnino de Lucas, escrevi, a fiz escrever.

Antonio Fenolio

Ata da 8ª sessão extraordinaria, do 4º. ano, da 5ª. legislatura, da Camara Municipal de Simbal, realizada em 20 de julho de 1967.

Presidencia do Sr. José Geraldo F. Leite

Secretariada pelo Antonio Fenolio

Aos vinte dias do mês de Julho de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Simbal, Estado de Seio Geulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, logo após o empossamento da 8ª sessão Ordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: José Geraldo Fernandes Vito, Vitorio Tamaso, Horacio Borges de Oliveira, Waldir Peres, Adalberto Costa, Jose Soraca, Antonio Fenolio, Celio Couto Fernandes e Adauto de Carvalho Rosas. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, comunicando o Snr. presidente ir passar a Ordem do Dia, tendo sido aprovados, por 4 votos a 2, e dispensados de redação final, a requerimento do vereador Vitorio Tamaso, os pareceres do Snr. Prefeito, para a sanção devida. A requerimento do vereador Vitorio Tamaso foi aprovada, por 2 sessões, a dispensação do projeto de Lei nº. 10/67. Nada mais havendo a tratar, o Snr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata, eu, Antonio Fenolio de Mattos, secretário, a subscrevi.

Antonio Fenolio

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Simbal, realizadas em 3 de agosto de 1967.

Presidência do sr. José Geraldo F. Vito

Aos três dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Simbal, Estado de Seio Gaulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Simbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Waldir Peres, Vitorio Tamaso, Armando Del Giudice, Antonio Fenolio, Adauto de Carvalho Rosas e José Geraldo Fernandes Vito. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, mas estando presentes 6 vereadores, o Snr. presidente determinou fosse feita, de acôrdo com o artigo 13, da Lei Orgânica dos Municípios, a leitura do Expediente que não dependesse de voto da Câmara, e que constava do seguinte: - 1) Ofício do Sr. Antenor Fadini, comunicando a paralização, em setembro próximo, de uma reverta, e solicitando a colaboração financeira do Legislativo: "As Comissões de Justiça e Finanças, para parecer". - 2) Ofício do Clube dos 21 Irmãos Amigos, encaminhando uma relação de nomes e sugerindo o seu aproveitamento para a denominação de ruas da cidade: "Encaminhe-se cópia dêste ofício ao Sr. Prefeito Municipal, como sugestão, visto tratar-se de matéria da competência do executivo". - 3) Ofício do Sr. Alfredo Vita e outros, solicitando providências das autoridades competentes para a solução de vários problemas existentes na rua Bulque de Guaicis: Encaminhe-se cópia dêste ofício ao Sr. Prefeito Municipal, solicitando sejam tomadas, pelo chefe do executivo, as providências necessárias para a solução dos problemas". - 4) Indicações do vereador Waldir Peres: a) nº. 30/67, para que a rua 15 de Novembro seja transformada em avenida: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; - b) nº. 31/67, no sentido de se estudar a possibilidade de considerar a faixa que margeia a avenida Washington Luiz como perímetro urbano: Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 5) Requerimentos: a) nº 44/67, do vereador Hélio Linheiro, solicitando 90 dias de licença: "Concedida a licença. Comboque-se o suplente da respectiva legenda"; b) nº. 45/67, do vereador Waldir Peres, solicitando informações do executivo sôbre: I) funcionamento pelo Governo do Estado para a compra de veículos; II) situação do projeto referente à compra de hidrômetros III) se há desejo de se construir novo portão de entrada no cemitério local: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; c) nº. 46/67, do vereador Waldir Peres, solicitando informações do executivo sôbre a continuidade do asfaltamento da rua Barão e da avenida Angelo Guerino; sôbre a possibilidade legal do asfaltamento da estrada Simbal-Dorisas de Andradas ainda nesta administração; e se haverá continuação, durante a atual administração, da iluminação a mercurio no perímetro urbano da cidade: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente determinou fôsse feita nova chamada, visto terem decorrido os 15 minutos regimentais. Feita a segunda chamada verificou-se a presença dos seguintes, diga dos mesmos vereadores que responderam à primeira, persistindo assim a falta de número legal para o prosseguimento dos trabalhos, que com seguida foram encerrados. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata, eu, Antonio Fenolio de Mattos, secretário, a subscrevi.

Antonio Fenolio

Ata da 9ª. sessão ordinária, do 4º. ano, da 5ª. legislatura, da 6ª. mana Municipal de Simbal, realizada em 17 de agosto de 1967.

Presidência do sr. José G. Fernandes Vito
Secretariada por Antonio Fenolio

Aos dezessete dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Simbal, Estado de Seio Gaulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Simbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Waldir Peres, José Geraldo Fernandes Vito, Vitorio Tamaso, José Soraca, Adauto de Carvalho Rosas, Adalberto Costa, Horacio Borges de Oliveira, Rubens Balsachi, Armando Del Giudice, Attilio Giardini e Antonio Fenolio. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem de Cristo Crucificado. O Sr. presidente designou uma comissão composta dos vereadores Horacio Borges de Oliveira, Armando Del Giudice e Rubens Balsachi para introduzir, no plenário, o suplente do vereador Aniz Ribeiro de Lima, Sr. Francisco Gloria. Este deu entrada no plenário, prestou o compromisso regimental e foi declarado empossado. Em seguida o Sr. presidente anunciou ir passar a leitura do Expediente, que constava do seguinte: - 1)

Ofício da Companhia Paulista de Força e Luz, prestando informações sôbre a instalação de um reguladôr de voltagem e sôbre a execução de serviços na rêde de distribuição de energia elétrica no Município: "Ciente. Publique-se na imprensa, a requerimento do vereador Vitorio Tamaso, aceitando pelo plenário por 11 votos a 0". - 2) Ofício da Companhia Nacional de Material de Engenharia, prestando informações sôbre a instalação de um ponto de distribuição de material de ensino: "Ciente. Arquive-se" 3) Indicação nº. 32/67, do vereador Victório Tamaso, sugerindo seja dado o nome de Dr. Caroline Ferreira da Silva ao parque municipal que está sendo construido na bricada da Maria Joaquina: "Ao Snr. Prefeito Municipal". - 4) Requerimentos: a) nº. 47/67, do vereador Roberto Monteiro Martinelli, solicitando mais 30 dias de licença, em prorrogação: "Concedido a prorrogação da licença. Continua no exercício do mandato o suplente Raimundo Del Giudice". - b) nº. 48/67, do vereador Waldir Lopes, solicitando informações sôbre o serviço de recapagem de asfalto do acesso a Itapira: "Ao Snr. Prefeito Municipal" c) nº. 49/67, do vereador José Ferreira, solicitando a constituição de uma comissão especial para visitar o Sr. José Lopes, que se encontra enfermo: "Aprovado por 11 x 0. Nomeio os vereadores José Ferreira, Victório Tamaso e Attilio Giardini para constituirem a comissão, na forma requerida". - d) nº. 50/67, do vereador Victório Tamaso, solicitando informações ao diretor do colégio comercial Espírito Santo de Itapira" sôbre a expedição da inscrição de mês de janeiro com correção monetárias "Aprovado por 11 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada". - e) nº. 51/67, do vereador Antônio Feltrin, diz que Fenolio, no sentido de se oficiar à Prefeitura e à Câmara Municipal de Jacareí, solicitando informações sôbre as providências adotadas para a extinção de formigas naquele Município: "Aprovado por 11 votos a 0. Oficie-se na fórma solicitada". 5) Projeto de resolução nº. 2/67, da Mesa da Câmara, dispondo sôbre aumento de gratificações dos servidores do Legislativo: "As Comissões de Justiça e Finanças". 6) Projetos de lei: a) nº. 13/67, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer ao pagamento de auxílio concedido ao Educandário do Menor de Itapira: "As Comissões de Justiça e Finanças". - b) nº. 14/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de lâmpadas e outros aparelhos à Companhia Paulista de Força e Luz: "As Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". - c) nº. 15/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a celebração de convênio com a Secretaria da Educação para a construção de prédio próprio para o ginásio pluricurricular: "As Comissões de Justiça, Finanças e Educação". Procedendo a leitura do Expediente, o Snr. presidente deu a palavra aos Senhores vereadores. O vereador Victório Tamaso justificou o requerimento de sua autoria, lido no Expediente, afirmando que os pais de alunos matriculados no Colégio Comercial estavam reclamando a cobrança, por êsse estabelecimento de ensino, de correção monetária sôbre a mensalidade de junho de 1967, porquanto tiveram que recolher a taxa de NCr$ 13,00 referente aos meses de junho e julho, quando o certo seria NCr$ 12,00. Solicitou aos seus colegas que o projeto de lei referente à construção de prédio para o ginásio pluricurricular fôsse apreciado com urgência. O vereador José Ferreira comunicou que, tendo se dirigido a Vila Rio Claro, onde estão sendo edificadas as casas populares, a fim de conversar com o encarregado, Sr. Cícero, foi barrado pelo guarda que ali estava, o qual lhe declarou não ser possível a sua entrada. Esclareceu que, apesar de ter dito que era vereador, o guarda insistiu dizendo que isso não interessava e que poderia levar o assunto ao conhecimento de quem quisesse. Retirou-se, então, e ao virar o automóvel foi advertido novamente por outro guarda de que não poderia entrar no local onde estavam sendo construidas as casas populares. Comentando que, como vereador, tinha se visto posto para fora da Vila Rio Claro, a toque de caixa, requereu a constituição de uma comissão de vereadores para visitar o local. Após o seu requerimento ter sido aprovado por 11 votos a 0, o Sr. presidente comunicou que iria oficiar à firma empreiteira, mostrando o fato e manifestando a repulsa da Câmara contra a infeliz atitude dos guardas. Nomeou, em seguida, os vereadores Adauto de Carvalho Rosas, Victório Tamaso, José Ferreira e Horacio Borges de Oliveira para, em comissão, juntamente com a Presidência, inteirarem as obras de construção das casas populares. O vereador Armando Del Giudice disse ter conversado, em 2.ª feira Boa Vista com o Agente do I.N.P.S., o qual lhe informara que estavam sendo encaminhados, para pagamento, até o dia 10 de cada mês, as importâncias destinadas aos aposentados e pensionistas de Itapira. Sendo o seu colega Antônio Fenolio informado que os interessados ainda não estavam recebendo o vereador Armando Del Giudice afirmou que iria reclamar novamente essa providência junto ao I.N.P.S. O vereador Adauto de Carvalho Rosas solicitou providências do executivo para que determine, aos encarregados da coleta de lixo, que tenham mais cuidado com os recipientes e que apanhem o lixo que fica no chão, derramado pelos cachorros vadios, cuja captura precisa ser intensificada. Em seguida foram aprovados, por 11 votos a 0, dois requerimentos, respectivamente de autoria dos vereadores Adauto de Carvalho Rosas e Attilio Giardini, solicitando a inversão, na Ordem do Dia, da sessão que estiver se realizando, dos projetos de lei de nrs. 15/67 e 13/67, desde que as Comissões estiverem em condições de emitirem parecer sôbre a matéria. Tendo os membros das Comissões respondido afirmativamente o Snr. presidente suspendeu os trabalhos por 30 minutos, a fim de que fossem elaborados os respectivos pareceres. Decorrido êsse prazo, foram reabertos os trabalhos, anunciando o Sr. presidente passar a Ordem do Dia, que se constituia de seguinte: 1) Discussão e votação única do requerimento nº. 83/65, de autoria do vereador José Antônio Caumkha Filho e outros, solicitando a anulação da sessão extraordinária da Câmara Municipal realizada em 19-12-1965, com parecer da Comissão de Justiça pelo arquivamento da proposição aprovado e parecer por 11 x 0. - 2) Discussão e votação única da mensagem nº. 23/66, do Prefeito Municipal, encaminhando certidão de nascimento da dona Augusta Maria de Jesus e comunicando que a mesma está fazendo 100 anos de idade. Pareceres das Comissões de Justiça e Finanças no sentido da proposição ser devolvida ao Executivo para as investigações necessárias: aprovados os pareceres por 11 votos a 0. - 3) Discussão e votação do projeto de lei nº. 13/67, do Prefeito Municipal, abrindo crédito es-

especial para o corrente ao pagamento de auxilio concedido ao Educandario de Menores, com parecer favoravel das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 11 x 0. — 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 15/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre celebração de convênio com a Secretaria da Educação e dando outras providências: aprovado por 11 x 0. Esgotada a matéria em pauta, foi aprovado, por 11 votos a 0, o requerimento nº. 52/67, do vereador Adauto de Carvalho Rosas e outros, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o término da ordinária, para 2ª. discussão dos projetos de lei nº. 13/67 e 15/67. O Sr. presidente convocou os srs. vereadores para a sessão extraordinária, na forma requerida, e encerrou os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Antonio Fenolio de Queiroz, secretario, a datilografei e subscrevi.

Antonio Fenolio

Ata da 9ª sessão extraordinária, do 4º ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Embu, realizada em 17 de agosto de 1967.

Presidência do Sr. José Geraldo Fernandes Leite
Secretariada por Antonio Fenolio

Aos dezessete dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Embu, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, logo após o encerramento da 9ª. sessão ordinaria, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Waldir Peres, José Geraldo Fernandes Leite, Victorio Tamasso, José Fonseca, Adauto de Carvalho Rosas, Adalberto Coelho, Horacio Borges de Oliveira, Pedro Kabachuk, Armando Del Fiorentino, Attilio Giardini, Antonio Fenolio e Francisco Faria. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, anunciando o Sr. presidente ir passar à Ordem do Dia, tendo sido aprovados em segunda discussão, por 11 votos a 0, e dispensados de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini, os projetos de lei de ns. 13/67 e 15/67, determinando o Sr. presidente a remessa dos mesmos ao Sr. prefeito, para a sanção devida. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Antonio Fenolio de Queiroz, secretario, a datilografei e subscrevi.

Antonio Fenolio

Ata da 10ª. sessão ordinária, do 4º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Embu, realizada em 8 de setembro de 1967.

Presidência do Sr. José Geraldo Fernandes Leite
Secretariada por Antonio Fenolio

Aos oito dias do mês de Setembro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Embu, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Embu, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antonio Fenolio, Adjunto de Carvalho Rosas, Waldir Peres, Attilio Giardini, José Fonseca, Horacio Borges de Oliveira, José Geraldo Fernandes Leite e João Gabriel Miguel. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Após ter sido aprovada a ata da sessão anterior e feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o Sr. presidente comunicou ao plenário ter entrado em contato com o Dr. Epicleo de Campos, que ministra Seminal, tendo o vereador, que é Diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação, prometido dar tôda colaboração no sentido de se criar, na cidade, uma Faculdade de Agronomia e Zootecnia, e se comprometido a enviar uma diretora e três professoras para a Escola de Auxiliares de Enfermagem "Dr. Mauricio de Medeiros". Em seguida o presidente mandou passar a leitura do Expediente, que constava do seguinte: — 1) Ofícios: a) da Secretaria do Interior, prestando informações sôbre a decretação de feriados municipais: "Junte-se ao projeto de lei nº. 10/67". — b) da Comissão Organizadora dos Festejos em homenagem ao Monsenhor José F. B. Fucicchi, convidando os vereadores para as festividades: "Ficam convidados os Senhores vereadores". — c) da Família do ex-presidente Bertolino Branco, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Câmara: "Junte-se. Arquive-se". — d) da Prefeitura e da Câmara Municipal de Jataí, prestando informações sôbre a extinção de formigas naquele Município!" A matéria fica à disposição dos srs. vereadores na Secretaria da Câmara Municipal". — e) do Centro Simbalense de Estudos e Debates, convidando os vereadores para uma conferência do prof. Vinicio Stein Campos, no dia 9 de setembro: "Ficam convidados os Srs. vereadores". — 2) Mensagens do Prefeito Municipal: a) nº. 20/67, prestando informações solicitadas nos requerimentos de ns. 45 e 46/67, de autoria do vereador Waldir Peres: "A matéria fica à disposição dos Srs. vereadores na Secretaria da Câmara Municipal". — b) nº. 21/67, encaminhando o projeto de lei nº. 16/67, dispondo sôbre a abertura de crédito suplementar a diversas verbas do orçamento: "Às Comissões de Justiça e Finanças". c) nº 23/67, encaminhando recurso de João Domingues de Oliveira e outros, contra o lançamento de taxas de Conservação da Rede de esgotos e de remoção de lixo: "Às Comissões de Justiça e Finanças". d) nº 24/67, prestando informações solicitadas pelos vereadores Waldir Peres, através do requerimento nº 48/67: "A matéria fica à disposição dos senhores vereadores na Secretaria da Câmara Municipal". 3) Indicações: a) nº. 33/67, do vereador Waldir Peres, para que seja incluída uma verba de Cr$ 1.000,00 no orçamento de 1968 para os jogos da Rua Sauli: "Ao Sr. Prefeito Municipal". — b) nº 34/67, do vereador Antonio Fenolio, para que sejam colocadas lâmpadas de iluminação pública na avenida Quinzinho dos Santos, na rua Emmelencia Secta e adroz do Educandário de Menores, "Ao Sr. Prefeito Municipal"; — c) nº 35/67,

do vereador Antonio Fenolio, para que sejam colocados semáforos na rua Barão de Mota Paes, esquina dos ruas Marechal Deodoro da Fonseca e 15 de Novembro, e na rua Emerenciana Duarte, esquina da rua Dr. Jorge Tibiriçá: "Ao sr. Prefeito Municipal". 4) Requerimentos: a) nº. 48167, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, solicitando a constituição de uma comissão para entrar em entendimentos com o Prefeito a respeito da comemoração do aniversário da cidade: "Aprovado por 7 votos a 0. Nomeio os vereadores Adauto de Carvalho Rosas, José Correa e Waldir Peres para constituirem a comissão, na forma requerida."; b) nº. 49167, do vereador Antonio Fenolio, no sentido de ser oficiado ao Sargento Instrutor do Tiro de Guerra e a direção dos estabelecimentos de ensino cujos alunos participaram do desfile do Dia da Pátria, cumprimentando-os pelo espetáculo de patriotismo e civismo que proporcionaram ao povo pinhalense: "Aprovado por 7 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada". c) nº. 50167, do vereador Antonio Fenolio, no sentido de se cumprimentar o prof. Carlos Alberto Florence pela sua nomeação para o cargo de Inspetor Regional das Escolas Agrícolas do Estado: "Aprovado por 7 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada."; d) nº. 51167, do vereador Antonio Fenolio, congratulando-se com o prof. José Gonçalves pela sua investidura no cargo de diretor do Grupo Escolar "Cel. Batista Novais": Aprovado por 7 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Adauto de Carvalho Rosas disse que o "Dia do Município" deveria ser comemorado de maneira festiva, porquanto o 27 de dezembro - data da fundação de Pinhal - representava, para os pinhalenses, o mesmo que o dia 7 de setembro para os brasileiros, e por isso tinha solicitado a constituição de uma comissão especial para entender-se com o chefe do executivo sôbre a realização das festividades no corrente ano. Em seguida fez reparos ao modo de desfile do "Dia da Pátria", afirmando que havia muita desorganização e que não podia se conformar com a debandada dos escolares de frente à Biblioteca Municipal, os quais passaram a voltar pelo mesmo caminho, agora para formarem, originando assim uma balbúrdia tremenda. Afirmou que lamentavelmente os responsáveis pelo desfile falharam em alguns pormenores e que estava, naquele instante, lançando o seu brado de alerta a fim de que no próximo ano o desfile fosse melhor organizado. O vereador Antonio Fenolio justificou as proposições de sua autoria lidas no Expediente, e disse que também notara a desorganização do desfile do dia 7 de setembro quanto à debandada dos escolares de frente à Biblioteca Municipal. Encerrando suas considerações, solicitou a presidencia que fosse publicado, na imprensa, para conhecimento dos interessados, a lei sôbre extinção de formigas, vigorante no município de Jacareí. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente comunicou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte:- 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 10/67, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, dispondo sôbre feriados municipais, com parecer favorável da Comissão de Justiça: reputado o projeto por 5 a 2. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 8/67, do vereador Horácio Borges de Oliveira, concedendo isenção de impostos aos componentes da Força Expedicionária Brasileira, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Getulio Spinelli, aprovado por 7 x 0. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 11/67, do ex-vereador José Antonio Coimbra Filho, assegurando aos servidores municipais os direitos concedidos pela legislação trabalhista, com pareceres contrários das Comissões de Justiça e Finanças: rejeitado por 7 x 0. - Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Adauto de Carvalho Rosas lamentou a rejeição do projeto de lei nº. 10/67, que fixava como feriado o Dia do Município. Afirmou que a discussão da proposição fora adiada várias vezes e que o assunto era bem conhecido dos vereadores. Declarou que não tinha mais fôrça moral ou iniciativa para a comemoração do aniversário da cidade, uma vez que a Câmara tinha rejeitado o projeto de lei que instituia o feriado de 27 de dezembro. Afirmou que na sessão seguinte iria pedir a dissolução da comissão designada para tratar dos festejos do Dia do Município pois, diante da rejeição do projeto de lei, não veria na casa espírito de colaboração para a realização de qualquer festividade. O vereador Waldir Peres disse que o Prefeito deveria colocar, pelo telefone, que digo, pelo telefone, que seriam colocadas, nas ruas centrais e nas saídas da cidade, luminárias e lâmpadas a vapor de mercurio, por conta da Companhia Paulista de Fôrça e Luz, e que, segundo informações da concessionária local, dentro dentro de uns 15 dias haveria também uma solução de fornecimento para o caso da extensão da rêde de energia elétrica à Vila Betina. Ninguem mais querendo usar da palavra e nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, datilógrafo do turno, secretário, a fiz escrever.

Antonio Fenolio.

Ata da 11ª. sessão ordinária, do 4º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 21 de setembro de 1967.

Presidência do Sr. Victorio Tamaso
Secretariado por Antonio Fenolio

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamaso, Francisco Gorla, Hazaro

Estiveram Martinelli, Antônio Fenólica, Attílio Ricardini e Waldir Seres. Havendo número legal, de acôrdo com o item IV, do artigo 14 da Lei Orgânica dos Municípios, foram abertos os trabalhos os, tendo sido feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Em seguida, o Sr. presidente determinou fosse feita a leitura do Expediente que não dependesse de deliberação da Câmara, e que constava do seguinte: - I) Ofícios: a) da Associação Simbalense dos Estudantes Secundários, agradecendo a aprovação da lei que declarou essa entidade de utilidade pública: "Ciente." Arquivar-se"; - b) do Colégio Agrícola Estadual "Dr. Caroleno da Motta e Silva", agradecendo as congratulações enviadas pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquivar-se"; c) do prof. José Gonçalves Romão, diretor do T.C. "Cel. Batista Novais", agradecendo as congratulações que lhe foram enviadas pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquivar-se". 2) Indicações encaminhadas ao Sr. Prefeito Municipal: a) do vereador Tácaro Esterman Martinelli: - I) nº. 36/67, para a inclusão, no plano de obras do próximo ano, da construção de rêde de esgôtos na rua Boaventura de Faria; - II) nº. 37/67, para que seja dado melhor destino às entradas da cidade; - III) nº. 38/67, sugerindo a construção de um de pessoas relacionadas com o ensino para tratar de assunto referente à concessão de bolsas de estudos a interessados na matrícula na Faculdade de Direito e no Colégio de Aplicação; - IV) nº. 39/67, para que sejam transformadas as calçadas que se encontram danificadas; - b) do vereador Antônio Fenólica: I) nº. 40/67, para que sejam executados vários melhoramentos na Praça Frei Benedito e designada uma comissão de munícipes para fiscalizar a conservação dêste logradouro público: - II) nº. 41/67, no sentido de ser consertada a cruz de granito existente na Praça Vicente Guimarães; - III) nº. 42/67, para que seja incluída no orçamento do próximo ano, uma verba de Ncr$ 1.000,00, para a compra de instrumentos destinados à fanfarra do Colégio Comercial Municipal. Encerrada a leitura do Expediente e ninguem querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou não ser possível a apreciação da matéria constante do Ordem do Dia, visto estarem no plenário apenas 5 vereadores. Em seguida encerrou os trabalhos. Nada, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Sebastião de Mattos, secretário, a fiz escrever.

Antônio Fenólica.

Ata da 12ª Sessão ordinária, do 4º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Simbal, realizada em 5 de outubro de 1967.

Presidência do Sr. José Gonçalo Fernandes Tito
Secretariado por Antônio Fenólica

Aos cinco dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e sete; nesta cidade de Simbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Simbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antônio Fenólica, Vitório Tamaso, Waldir Seres, José Gonçalo Fernandes Tito, Adalberto Costa, José Ferreira, Francisco Gouveia, Rubens Balsachi, Eduardo de Carvalho Moreira, Horácio Borges da Oliveira, e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ter sido feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o Sr. presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: I) Ofícios: a) do Sr. José Seres, agradecendo a visita que lhe foi feita por representantes da Câmara Municipal: "Ciente para conhecimento de casa. Arquive-se"; - b) da Câmara Municipal de Guaratinguetá, transmitindo cópia de requerimento ali aprovado em homenagem ao Dr. Evaldo V. Monteiro dos Santos, Juiz de Direito de Simbal: "Publique-se, na imprensa, o teôr do requerimento, para conhecimento público, e oficie-se à Câmara Municipal de Guaratinguetá agradecendo a comunicação"; - c) do Diretório Acadêmico "Dr. Aarão de Lima e Silva", convidando os vereadores para a 1ª Semana de Estudos Jurídicos e Sociais: "Ficam convidados os Srs. vereadores"; - d) da Câmara Municipal de Mogi Mirim, solicitando apoio para um requerimento aprovado por aquela Edilidade: "A Comissão de Justiça, para parecer"; - e) da Gerente da Agência da Caixa Econômica Federal, convidando os vereadores para uma reunião no dia 8 do corrente, com a presença do Dr. Antônio Monteiro Costa, que proferirá uma palestra sôbre a aquisição de casa própria: "Ficam convidados os Srs. vereadores". - 2) Indicação: a) nº. 43/67, do vereador Antônio Fenólica, para que sejam colocadas guias e sargetas nas ruas da Praia: "Ao Sr. Prefeito"; - b) nº. 44/67, do vereador Adalberto Costa, sôbre a necessidade da colocação de guias e sarjetas na rua Lamenho, na Vila Celina: "Ao Sr. Prefeito". - 3) Requerimentos: a) nº. 62/67, do vereador Tácaro E. Martinelli, solicitando 60 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente" b) nº. 53/67, do vereador Celio Santo Fernandes, solicitando licença até 31/12/1967: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente"; - c) nº. 54/67, do vereador Adalberto Costa, solicitando informações ao executivo sôbre a colocação de luz nas ruas Celina, São Pedro e Paraíba: "Ao Sr. Prefeito"; - d) nº. 55/67, do vereador Antônio Fenólica, no sentido de se cumprimentar o chefe do executivo sôbre a colocação, diga, pela bela e útil reforma do chafariz da Praça Tenga Maria de Jesus: "Aprovado por 10 votos a 0. Oficie-se na forma requerida diga solicitada". 4) Projetos de lei do Executivo Municipal: a) nº. 14/67, autorizando a Prefeitura Municipal a participar do "Convênio Intermunicipal da Medida Obrigatória para Assistência aos Menores": "Às Comissões de Justiça, Finanças e Assistência Social". - b) nº. 13/67, autorizando a Prefeitura Municipal a subscrever ações da Cohab - Bandeirantes: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; - c) nº. 19/67, concedendo a receita e fixando a despesa do município de Simbal para o exercício de 1968: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; d) nº. 20/67, concedendo isenção de tributos ao CEASA: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; e) nº. 21/67, dispondo sôbre doação de imovel ao I.N.P.S.: "Às Comissões

da Justiça, Finança e Assistencia Social", - Nº nº 22167. dispondo sôbre modificações da lei que aprovou o Elyno Diretor. "As Comissões de Justiça e Serviços Públicos". - Concerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Antonio Serafim formulou um requerimento, que foi aprovado por unanimidade, no sentido de ser cumprimentar o Dr. Luiz de Direito da Comarca. O vereador Vitorio Tamazo comunicou ao plenario que o Sr. Prefeito havia solicitado, ao Dr. Bozano, Diretor da Comissão Coordenadora dos Estabelecimentos de Ensino Superior, uma audiencia para o proximo dia 10 do corrente mês, para tratar de assunto referente à instalação, em Simbal, da Faculdade de Medicina Veterinaria, o que entretanto só seria possivel na 6ª feira, dia 13, ficando então o assunto dependendo de confirmação. O vereador Eduardo de Carvalho Rosas, reportando-se a uma noticia publicada na jornal "A Folha", esclareceu que, quando se referiu à deshonestidade dos alunos que participaram do desfile do Dia da Pátria, fez uma critica construtiva e estava cônscio do assunto, não querendo voltar contra a proposta de congratulações com os estabelecimentos de ensino. A menos que a critica construtiva já estava dando resultados, pois fora procurado por elemento de um dos estabelecimentos de ensino que achou procedente o comentario que fizera na sessão anterior. transmitiu um apelo do educador a que se referira, dirigido aos médicos locais, para não mais darem atestado a estudantes que desejam faltar à escola à falta de comparecimento aos desfiles. Referindo-se à proposta orçamentaria para o proximo exercicio, criticou as subvenções de 20 a 30 cruzeiros novos para instalações assistenciais, afirmando que não poderiam fazer um trabalho para recebê-las. Requereu, em seguida, a dissolução da comissão formada anteriormente, para tratar dos festejos comemorativos do "Dia do Municipio". Tendo o Sr. presidente esclarecido que a comissão só teria dissolvida se houvesse a renuncia de seus membros, os vereadores Eduardo de Carvalho Rosas e José Gonçalves declararam que renunciariam naquele instante, pois os cargos para os quais tinham sido designados. Diante disso o Sr. presidente declarou dissolvida a comissão. O vereador Horacio Borges de Oliveira disse da necessidade da concessão, pelo poder publico, de uma subvenção ao Grêmio do Colegio Agricola, para a organização de sua Biblioteca. Afirmou que o Grêmio solicitara ao Prefeito uma subvenção de NCr$ 1.000,00 importância essa insuficiente para a compra de uma boa enciclopedia, e para essa reivindicação pedia o apoio dos Srs. vereadores. O vereador Armando Del Giudice afirmou que o pedido de seu colega Horacio B. Oliveira era justo. Prosseguindo disse as entidades assistenciais contempladas com 30 cruzeiros novos, como subvenção, não poderiam fazer nada com essa importancia, por ser irrisoria, havendo necessidade do Prefeito reformular a proposta orçamentaria para sanar as injustiças existentes. Encerrou suas considerações afirmando ser necessário que o Prefeito socorresse mais e melhor os enfermos, que precisavam de remedios e alimentos. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 8167, do vereador Horacio Borges de Oliveira, concedendo isenção de impostos aos ex. integrantes da F. E. B., com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 10 a 0. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 421/67, do ex- vereador José Antonio Coimbra Filho, concedendo isenção do pagamento de impostos municipais às cooperativas, com pareceres contrarios das Comissões de Justiça e Finança: rejeitado por 9 a 1. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 8167, do Prefeito Municipal, abrindo credito especial diga suplementar a diversas verbas do orçamento, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 9 a 0. - 4) Discussão e votação única do projeto de resolução nº 2167, da Mesa da Câmara Municipal, dispondo sôbre aumento de gratificações, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 9 a 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Vitorio Tamazo. - 5) Discussão e votação única do requerimento nº 42/67, do ex-vereador J. H. Coimbra Filho, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, do inteiro teor de um poema declamado na Assembleia Legislativa pelo deputado Arruda Cantanhede, sôbre a personalidade do Papa João XXIII, com da Comissão Especial propondo o arquivamento da proposição: aprovado, por 9 a 0, 6 parecer da Comissão Especial. - 6) Discussão e votação única das contas do Executivo municipal, referentes ao exercicio financeiro de 1966, com pareceres da Comissão de Justiça e dispensado para o plenario deliberar da Comissão de Finanças: aprovados as contas por 8 a 1. Encerrada a materia em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Eduardo de Carvalho Rosas se manifestou contrario à pretendida regulamentação do jogo do bicho, dizendo não concordar com a idéia de se ajudar as instituições assistenciais com recursos provenientes de jogos de azar. Ponderou, afirmando não ser possivel querer-se a regulamentação do vicio, e que oficializar o jogo seria o mesmo que oficializar o uso de entorpecentes e prostituição o que seria uma coisa inconcebivel. Encerrou suas considerações dizendo que oportunamente iria formular um requerimento no sentido de se oficiar ao presidente da República manifestando o ponto de vista da Câmara Municipal de Simbal, contrario à regulamentação do jogo do bicho. O vereador Horacio Borges de Oliveira também se manifestou contrario à regulamentação do jogo do bicho, afirmou que 80% da população do Brasil é constituida de pessoas pobres que vêem de esperança e que por isso jogam muito, e encerrou suas considerações dizendo que no tempo do jogo franco os negociantes não recebiam as contas dos consumidores, os quais perdiam no jogo o dinheiro que ganhavam. O vereador Armando Del Giudice disse que o Diario Oficial de 5-10-1967 publicara uma solicitação da Secretaria do Interior a mais de uma centena de Prefeituras, para que enviasse um documentação já pedida anteriormente, e nessa lista não constava a de Simbal, o que evidenciava ter a Municipalidade tomado essa providencia na ocasião oportuna. Encerrou suas considerações dizendo ser justo, por isso mesmo, que se tomassem a eficiencia do Secretario da Prefeitura por haver providenciado a remessa dos documentos tão logo foram êles solicitados pela Secretaria do Interior. Ninguem mais querendo usar da palavra, e nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convocou os senhores vereadores para a próxima sessão ordinaria, a realizar-se no dia 19 vindouro. Do que, para constar

279
19/Out/967

Foi lavrada a presente acta. Eu, Estanislau de Lucas, secretario, a fiz escrever.

Antonio Fenolio.

Acta da 13ª Sessão Ordinária, do 4º. ano, da 6ª. Legislatura, da Camara Municipal de Sinbal, realizada em 19 de outubro de 1967.

Presidencia do Sr. José Geraldo Fernandes Leitão
Secretariada pelo Sr. Antonio Fenolio.

Aos dezenove dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sinbal, Estado de Goio Gaulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal de Sinbal, ás vinte horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamaso, Attilio Giardini, João Gabriel Atayde, Antonio Fenolio, Waldir Peres, Armando Del Giudice, Horacio Borges de Oliveira, Otelio Spinelli, José Geraldo Fernandes Leitão e Adauto de Carvalho Rosas. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Após ter sido feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, foram aprovadas as atas das duas sessões anteriores. Em seguida, o Sr. presidente anunciou ir passar a leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Oficios: a) blo Departamento Nacional de Estradas de Rodagens, comunicando o pagamento bla quota do 1º. trimestre de 1967 feito ao municipio de Sinbal pelo Fundo Rodoviario Nacional de Sinbal. Anquive-se"; b) do Diretor do C.E.P.S.P., agradecendo a atenção que lhe foi dispensada por ocasião de sua visita a Sinbal: "Ciente. Anquive-se"; - c) da Camara Municipal de Guaratinguetá, solicitando apoio para um requerimento aprovado por aquela Edilidade: "A Comissão de Justiça, para parecer." - 2) Mensagens do Sr. Prefeito Municipal: a) nº. 31/67, prestando informações solicitadas pelos vereadores Adalberto Costa e Antonio Fenolio: "A materia fica na Secretaria da Camara à disposição dos Senhores vereadores"; - b) nº. 32/67, solicitando a devida escolha do projeto de Lei nº. 13/67, para resultado da materia: "Contando o projeto de lei nº. 18/67, da Ordem do Dia da sessão de hoje, o pedido de retirada formulado pelo Senhor Prefeito Municipal será apreciado no momento em que o proprio for posto em discussão e votação pelo plenário da Camara Municipal"; - c) nº. 33/67, prestando informações solicitadas pela Comissão de Justiça, sôbre iluminação pública: "A-nexe-se ao projeto de lei nº. 14/67, que trata da materia, e em seguida reencaminhe-se a proposição à Comissão de Justiça, para parecer." - 3) Indicações: a) nº. 45/67, do vereador Attilio Giardini, sôbre a necessidade de se contratar um técnico em natação, a fim de ministrar aulas na piscina do Estadio Municipal: "Ao Sr. Prefeito Municipal"; - b) nº. 46/67 do vereador Antonio Fenolio, sôbre a necessidade de ser designado um zelador para a séde do tiro de guerra nº. 229 e adquirida uma maquina de escrever de 240 espaços para a referida entidade: "Ao Sr. Prefeito Municipal"; - c) nº. 47/67, do vereador Victorio Tamaso, para que seja feita uma vistoria no muro que oferece perigo de ruir, na rua José Bernardes: "Ao Sr. Prefeito Municipal". - 4) Projeto de lei nº. 22/67, do vereador Antonio Fenolio, instituindo a obrigatoriedade do combate à saúva e outras especies de formigas nocivas à lavoura: "As Comissões de Justiça, Finanças e Serviço Publicos". Encerrada a tarefa do Expediente, o Sr. presidente determinou fosse lida a copia do seguinte correspondencia expedida: a) Telegrama ao Governador Roberto de Abreu Sodré, solidarizando-se como chefe do executivo estadual pela perda do Palacio Campos Elisios, destruido pelo fogo; - b) Oficio ao Secretario da Educação, solicitando a criação, em Sinbal, de uma classe para crianças excepcionais. c) Oficio a dona Maria Aparecida Tamaso Garcia, solicitando sua intercessão junto às autoridades estaduais para a criação de uma classe para crianças excepcionais - Em seguida, o Sr. presidente transmitiu a ordem um comunicado recebido da Diretoria do Grupo Escolar "Dr. Almeida Vasconcelos", para uma conferencia sôbre o ensino, a ser proferida na séde do E.C. Comercial, e designou o vereador Horacio Borges de Oliveira para representar a Camara Municipal. Usaram da palavra, em seguida, os seguintes vereadores: a) Antonio Fenolio, parabenizando o projeto de lei de sua autoria" e salientando a necessidade de se mover um combate sem tregoas às formigas nocivas, que estão aumentando de maneira assustadora, principalmente a saúva, que se não fôr exterminada, acabará com o Sinbal; b) Adauto de Carvalho Rosas, solicitando providencias do chefe do executivo para a melhoria do fundo da Praça da Independencia, que se encontra em mau, completo abandono, e apelando ao Sr. Prefeito Municipal para que providencie o calçamento ou asfaltamento das ruas da cidade, porquanto tinha sido procurado por varios munícipes que desejam a realização desse serviço. c) Attilio Giardini, recalcando a necessidade da contratação de um técnico em natação, para ministrar aulas desse esporte aos frequentadores das piscinas do Estadio Municipal, e solicitando providencias do Prefeito para que o Municipio execute a parte que lhe cabe nas obras de pavimentação da rua Basile de Mesta Tres, porquanto em virtude de não estar o leito preparado, a Sarvimentadora Tapejara não retirava as maquinas e levá-las para outro Municipio, pois não podia ficar parada, aguardando o termino dos novos trabalhos da competencia de poderes publicos - d) Horacio Borges de Oliveira, apoiando toda e qualquer providencia que for adotada no sentido de se exterminar com as formigas nocivas às plantas, solicitando as providencias do executivo para o conserto de canos que estão vasando água e pedindo ao Prefeito medidas imediatas para a melhoria e conservação dos jardins da cidade, os quais no passado eram belissimos e impressionavam profundamente os visitantes pela sua grande quantidade de flôres. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 8/67, do vereador Horacio Borges de Oliveira, concedendo o reembolso do pagamento de impostos aos ex-integrantes da Força Expedicionaria Brasileira, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8 x 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 16/67, do Prefeito Municipal, abrindo credito especial, digo suplementar a diversas ver-

das do orçamento, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado em segunda discussão por 8 x 0 e dispensado de redacção final, a requerimento do vereador Adalberto Ferreira Gordinho, a voltado pelo plenário. 3) Tomou-se conhecimento do projecto de lei nº. 18/67, do Prefeito Municipal, autorizando a Prefeitura Municipal a subscrever acções da Companhia Portuguesa de Celulose, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado, por 8 a 0, o pedido de retirada feito pelo Prefeito Municipal através da mensagem nº 32/67. O Sr. presidente, diante da deliberação do plenário, deferiu mesmo a devolução, ao Sr. Prefeito Municipal, do projeto de lei nº. 18/67. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Antonio de Lucca, secretário, a subscrevi.

Antonio Fenolio

Ata da 14ª Sessão ordinária, do 4º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Tomar, realizada em 16 de novembro de 1967.

Presidência do Sr. José Rosado Fernandes Tito
Secretariada pelo Sr. Antonio Fenolio

Aos dezesseis dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Tomar, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tomar, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: José Geraldo Fernandes Tito, Victorio Tamaso, Antonio Fenolio, Attelio Giardini, Waldir Ferri, José Torrico, Rubens Boltsachi, Horacio Borges de Oliveira, Armando Del Giudice, Adauto de Carvalho Rosas e Felicio Spinelli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Senhor Crucificado, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: A) Ofícios: a) de internados do Sanatorio Cocais, solicitando apoio do Legislativo para que o referido hospital não seja fechado a curto prazo: "As Comissões de Justiça e Assistencia Social"; - b) do Diretor do Tiro de Guerra 229, comunicando os vereadores para uma sessão civica e o juramento à Bandeira: "O ofício foi transmitido aos Srs. vereadores e o Presidente da Câmara estave presente à solenidade"; - c) da Câmara Municipal de Andradas, agradecendo o apoio recebido para o asfaltamento da estrada Tomar. Diversas de Minas: "Ciente. Arquive-se"; - d) do Prefeito Municipal de Andradas, comunicando os vereadores para as festividades do dia 15 de novembro: "O convite foi transmitido aos srs. vereadores e o Presidente da Câmara estave presente às festividades"; - e) da Gerência da C.E.E.S.P., agradecendo a colaboração da Câmara por ocasião da visita do Diretor da Carteira de Fiscalização: "Ciente. Arquive-se"; - f) do Dr. Euvaldo Veríssimo Mc dos Santos, agradecendo os cumprimentos recebidos por ocasião de sua investidura no cargo de Juiz de Direito da Comarca de Tombal: "Ciente. Arquive-se"; - g) da Diretora do I.E. "Cardeal Leme", agradecendo os cumprimentos enviados pela Câmara por ocasião do desfile do "Dia da Bandeira"." "Ciente. Arquive-se". B) Mensagem nº 351/67, do Sr. Prefeito Municipal, enviando resultado da votação realizada num muro da rua da rua Diogo rua José Bernardes, a pedido do vereador Victorio Tamaso: "A matéria fica na Secretaria da Câmara Municipal, à disposição dos Srs. vereadores" 3) Indicações: a) nº. 48/67, do vereador Victorio Tamaso, sobre a necessidade da colocação de tabuletas onde estejam homens trabalhando, e pedindo a colocação de uma placa na rua Barão de Mota Paes estabelecendo a velocidade máxima de 30 Kms. para os veículos: "Ao Sr. Prefeito"; b) nº. 43/67, do vereador José G. F. Tito, sugerindo a concessão de um quallo à APES, para fins de alfabetização: "Ao Sr. Prefeito"; - c) nº 50/67, do vereador Antonio Fenolio, para que seja aterrado o buraco existente no final da rua Dr. Pedro de Toledo e colocadas grades nos bouros das Avenidas Oliveira Mota e 9 de Julho: "Ao Sr. Prefeito"; d) nº. 51/67, do vereador Antonio Fenolio, pedindo o asfaltamento da Dr. Angelo Guerino, Rua Dr. João Firmino de Araujo, Rua Prefeito Leopoldo Rosas e Rua Dr. Julio Mesquita e pedindo sejam aterradas as ruas das varias vilas da cidade e a Rua Valdevino Esteves de Botelho: "Ao Sr. Prefeito Municipal". - 4) Requerimentos: a) nº 56/67, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, no sentido de ser oficiado às autoridades federais manifestando o repudio da Câmara à regulamentação do jogo do bicho e expressando o ponto de vista contrário ao modificação do sistema de entrega do I.C.M. aos Municipios: "Aprovado por 10 a 0. Oficie-se na forma requerida diga Solicitada"; - b) nº. 54/67, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, no sentido de ser oficiado ao Sr. Prefeito solicitando providências para a reforma de residencias existentes no Estadio Municipal, o aterro de um buraco da Rua Duque de Caxias, o replantio de grama na Praça da Independencia e a construção de calçadas na cidade: "Aprovado por 10 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada"; - c) Nº 58/67, do vereador Victorio Tamaso e outros, congratulando-se com o Dr. Geraldo Campos pela indicação do Sr. José Biagetto para representante, em Tombal, do I.N.P.S.: "Aprovado por 10 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada"; d) nº. 59/67, do vereador Victorio Tamaso e outros, solicitando ao Prefeito que auxilie os menores internos do parque infantil e que necessitam adquirir aparelhos ortopédicos: "Aprovado por 10 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada". 5) Projetos de lei do Sr. Prefeito Municipal: a) nº. 23/67, dispondo sobre a obrigatoriedade da instalação de hidrômetros e dando outras providências: "As Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos"; - b) Nº. 24/67, dispondo sobre a delimitação da zona urbana do Municipio: "As Comissões de Justiça e Serviços Públicos"; - c) nº. 25/67, dispondo sobre a concessão de abono de Natal: "As Comissões de Justiça e Finança". - Em seguida à leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Adauto de Carvalho Rosas disse já ter requerido varias providências do executivo, não tendo porem sido ainda dito, atendido. Aformou que a casa do zelador do Estadio Municipal necessitava ser reparada com urgência, pois os moveis do zelador tinham sido colocados na instalação sanitaria do Estadio, a qual não mais pode ser utilizada pelos frequentadores

da referida praça de esportes. Salientou a necessidade de ser providenciado o asfalto de um enorme buraco existente na rua Duque de Caxias, solicitou ao Chefe do executivo que determinasse o replantio de grama na Praça da Independência, aproveitando a época das chuvas, afirmando ser necessária a roçagem, desde já, da comissão do carnaval de 1968, protestou contra a pretendida regulamentação do jogo do bicho e encarou suas considerações dizendo ser contrários os interesses dos Municípios a pretendida mudança da forma de pagamento do Imposto Sôbre Circulação de Mercadorias, e que, se for concretizado, não permitirá a sobrevivência das comunas municipalistas. O vereador Attilio Giardini Sugrino ao Chefe do executivo a extensão até o portão mais longo, de entrada do cemitério municipal, do encanamento de água, a fim de facilitar o uso do líquido por aqueles que visitam a necrópole. Aplaudiu, em seguida, o ato do chefe do executivo mandando construir uma ponte nas proximidades do Esporte Clube Comercial, a qual era muito necessária, muito embora o Chefe de obras da Prefeitura pretendesse colocar ali algumas manilhas. O vereador Victorio Tamasso protestou contra as declarações de alguns dos deputados, as quais atacaram a Câmara, os Clubes e o Ensino. Afirmou que o Ensino em Imbal é eficiente, ao contrário do que afirmaram alguns deputados, e a prova é que alunos que saíram das escolas locais se sobressaíram nas faculdades de ensino superior. Disse que os deputados não estavam em condições de apreciar ou julgar a atuação dos vereadores, pois nunca assistiram a uma sessão da Câmara Municipal. Contestou, também, a afirmativa de uma deputada de que os clubes realizam bailes de meio século, afirmando que não digo, que são realizados mais de 30 bailes por ano, e que, se os clubes são frequentados por velhos e crianças, é porque se depende da frequência da mocidade física nos mesmos. O vereador Antonio Fenolio justificou as indicações de sua autoria, lidas no Expediente, e solicitou providências do Chefe do executivo no sentido de ser feito o serviço de pavimentação asfáltica na Avenida Angelo Guerino, a qual está em péssimo estado. O vereador Waldir Veres disse lamentar e deixar bem claro o seu protesto contra a pretendida mudança do Secretariado do Governo do Estado, por entender que os secretários técnicos precisam permanecer para a execução dos planos previamente elaborados. Encerrou suas considerações congratulando-se com a diretoria local do ex-Sandu, pelo perfeito atendimento que vem dispensando à população pontualense. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 816/67, do vereador Horacio Borges de Oliveira concedendo isenção do pagamento do impostos aos ex-integrantes da F.E.B., com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 10 votos a 0 e dispensado de redacção final, a requerimento do vereador Victorio Tamasso. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 19/67, do Prefeito Municipal, orçando a receita e fixando a despesa para o exercício de 1968, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emendas do vereador Waldir Veres: aprovado o projeto por 10 votos a 0 e retiradas as emendas do vereador Waldir Veres, a requerimento do autor. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 14/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de lâmpadas e outros apetrechos a Companhia Industrial de Força e Luz, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos: aprovado por 10 votos a 0. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 22/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre modificação da lei que aprovou o Plano Diretor do Município, com pareceres favoraveis das Comissões do Plano Diretor, de Justiça e de Serviços Públicos: aprovado por 10 votos a 0. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 20/67, do Prefeito Municipal, cedendo isenção de tributos ao CEASA, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 10 votos a 0. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 2216-A, do vereador Antonio Fenolio, instituindo a obrigatoriedade do Município no combate à saúva e outras espécies de formigas nocivas à lavoura, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos: aprovado por 10 votos a 0. 7) Primeira discussão e votação do projeto do decreto legislativo nº 1167, da Comissão de Justiça e Redação, aprovando as contas do executivo municipal do exercício de 1966; aprovado por 10 votos a 0. - 8) Discussão e votação única do ofício da Câmara Municipal de Guaratinguetá, solicitando apoio para um requerimento que trata da solução do problema do leite, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado o parecer por 10 votos a 0. - 9) Discussão e votação única do ofício da Câmara Municipal de Mogi-Mirim, solicitando apoio para um requerimento que trata do problema do alto custo de tratores e implementos agrícolas, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado o parecer por 10 votos a 0. Esgotada a materia em pauta e ninguem querendo usar da palavra em Explicação Pessoal, o Sr. presidente comunicou do plenário fue iria convocar uma sessão extraordinária, para a proxima 5ª feira a fim de se proceder a votação de todos os processos que estiverem com parecer das respectivas Comissões, e com seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adauilio de Mello, auxiliar, a fiz escrever.

Antonio Fenolio

Ata da 10ª sessão extraordinária, do 4º ano, da 5ª Legislatura da Câmara Municipal de Imbal, realizada em 23 de novembro de 1967.

Presidência do Sr. Victorio Tamasso
Secretariada pelo Sr. Antonio Fenolio

Aos vinte e três dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Imbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Imbal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a pre-

sença dos seguintes: Vitório Lemos, Attilio Giardini, Horacio Borges de Oliveira, Fabio Freire, Antonio Fendin, Armando Del Giudice, Adalberto Costa, Waldir Peres e Adauto de Carvalho Rosas. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após um minuto de silencio em homenagem à imagem do Divino Crucificado, o Sr. presidente, de acôrdo com a convocação emviada aos Senhores Vereadores, anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 19/67, do Prefeito Municipal, orçando a receita e fixando a despesa para o exercício de 1968, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8 a 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Adalberto Costa, aprovado por 8 votos a 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 14/67, do Prefeito Municipal, dando materiais à Cia. Paulista de Força e Luz, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos: aprovado por 8 a 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 22/67, do Prefeito Municipal, modificando a lei que aprovou o Plano Diretor do Município, com pareceres favoraveis das Comissões do Plano Diretor, de Justiça e Serviços Públicos: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Adalberto Costa, aprovado por 8 votos a 0. - 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 20/67, do Prefeito Municipal, concedendo isenção de taxas e impostos à CEHSA, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Antonio Fendin, aprovado por 8 votos. - 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 22/67-A, do vereador Antonio Fendin, dispondo sôbre o combate a formiga saúva, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos: aprovado por 8 a 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini. - 6) Segunda discussão e votação do projeto do decreto legislativo nº. 1/67, da Comissão de Justiça aprovando as contas do executivo municipal do exercício de 1966: aprovado por 8 a 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 24/67, do Prefeito Municipal, delimitando a zona urbana do Município com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 8 a 0. - 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 25/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a concessão de abono de Natal aos funcionários municipais, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças aprovado por 8 a 0. - 9) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 23/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a instalação de hidrômetros na cidade, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos: aprovado por 8 a 0. - Esgotada a matéria em pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata, Estanislau de Freitas, secretário, a fiz escrever.

Antonio Fendin.

Ata da 15ª sessão ordinária, do 4º. ano, da legislatura, da Câmara Municipal de Sumaré, realizada em 7 de dezembro de 1967.

Presidência do Sr. José Geraldo Fernandes Leite
Secretariada pelo Sr. Antônio Fendin

Aos sete dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e sete; nesta cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sumaré, às quinze horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: José Geraldo Fernandes Leite, Victorio Lemos, Antonio Fendin, Adalberto Costa, Armando Del Giudice, Waldir Peres, Attilio Giardini, Adauto de Carvalho Rosas, José Severino, Rubens Balsachi e Getulio Spinelli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Divino Crucificado, foram lidas, aprovadas e assinadas as atas anteriores. Dando-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Ofício do vereador Sérgio Esteves Martins Ribeiro comunicando do mandato à Câmara Municipal: "Comunicada a renuncia. Fica efetivada na cadeira ora ocupada pelo suplente Rubens Balsachi". 2) Ofício do Ginásio Divino Espírito Santo, convidando os vereadores para a solenidade de formatura dos alunos que concluiram o curso ginasial: "Sejam convidados os Srs. vereadores". - 3) Ofício do Sr. José Bicudo, representante do I.N.P.S., agradecendo as referências feitas pela Câmara à sua atuação: "Ciente. Arquive-se". 4) Indicação nº. 52/67, do vereador Adalberto Costa, para que seja colocado um orelhão na entrada da cidade: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 5) Requerimento nº. 60/67, do vereador Antonio Pacífico Batista, solicitando prorrogação de sua licença até 31-12-1967: "Concedida a licença. Contenua no exercício do mandato o respectivo suplente". - 6) Mensagem nº. 39/67, encaminhando informações sôbre a existência de rede coletora de esgotos no bairro do Matadouro: "Junte-se ao processo formado pela mensagem nº. 23/67, do Sr. Prefeito Municipal". - 7) Projeto de resolução nº. 3/67, da Mesa da Câmara, concedendo abôno de Natal aos servidores do Legislativo: "Às Comissões de Justiça e Finanças". - 8) Projeto de lei nº. 26/67 do Prefeito Municipal, autorizando o Município a receber auxílio financeiro para ser aplicado nas obras de reforma do prédio e quadra do Instituto de Educação "Cardeal Leme". "À Comissão de Justiça". 9) Projeto de lei nº. 21/67, do vereador Waldir Peres, revogando dispositivos da lei que aprovou o Plano Diretor de Sumaré: "Às Comissões do Plano Diretor, de Justiça e de Obras e Serviços Públicos". - 10) Projeto de lei nº. 28/67, do Prefeito Municipal, autorizando o Executivo municipal a realizar convênio para o combate a formigas: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. Os vereadores Waldir Peres e Attilio Giardini requereram respectivamente, a inclusão na Ordem do Dia da sessão que estiver se realizando, do projeto de resolução nº. 3/67 e do projeto de lei nº. 26/67, desde que as Comissões competentes estivessem com condições de exarar parecer sôbre as proposições. Tendo a presidência recebido resposta afirmativa das Comissões, esclareceu que oportunamente a sessão seria suspensa para que fosse exarado o parecer sôbre a matéria. Usou da palavra, em seguida, o vereador Antonio Fendin, que formulou um requerimento, aprovado por 11 a 0, solicitando a inserção na ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otonio Bonini. Porque, tam-

bém, um Feliz Natal e próspero Ano Novo aos seus colegas. Disse, em seguida, que o jornal "Sentinela do Aparecida" fabrica publicado uma notícia sobre a reação que está havendo, em todo o mundo, contra o uso de mini - saias. Afirmam que a Prefeitura de Paris, na França, estaria seriamente preocupada com o problema, e que o Estado de Minas também repudiaria essa nova moda, proibindo as funcionárias públicas de trabalhar com mini - saias. Disse estar havendo ed isso le aleuo, porquanto as modas, conforme tivera oportunidade de ver, estariam usando saias por demais curtas, um palmo acima do joelho, e que se as autoridades não tomassem providências energicas ninguém mais subiria o que estaria reservado ao nosso país no futuro. O vereador Adauto de Carvalho Rosas disse ter verificado que a cobrança da taxa de água estaria sendo feita de maneira deficiente e que o sistema precorizado pela Instalation não estaria funcionando, tendo sido inutilizados milhares de impressos, os quais perderam o valor por não terem sido entregues na ocasião oportuna. Encerrou suas considerações dizendo que as funcionárias encarregadas do recebimento da taxa de água não possuem nem máquina de escrever, que os contribuintes não sabiam mais onde pagar a taxa e que o desperdício de tempo de funcionários e a perda de impressos eram um fato lamentavel. Ninguem mais queremdo usar da palavra, o Sr. presidente suspendeu os trabalhos por 30 minutos a fim de que as Comissões estudassem parecer sôbre o projeto de resolução nº. 3/67 e sôbre o projeto de lei nº. 26/67, bem como para que houvesse entendimentos sôbre a eleição da Mesa da Câmara. Decorrido êsse prazo, foram reabertos os trabalhos, anunciando o Sr. presidente em passo a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1ª Parte: 1) Relatório da Presidência da Câmara Municipal. Foi lido, pelo Sr. presidente, o relatório dos trabalhos legislativos e das principais ocorrências do exercício de 1967, tendo o vereador Attilio Giardini requerido a publicação do relatório na imprensa local, para conhecimento do público, e o vereador Armando Del Giudice reclamado o trabalho desenvolvido pela presidencia, o que a fez juntamente com os demais membros da Mesa, digna de um voto de louvor. - 2) Eleição da Mesa da Câmara Municipal para 1968: foi eleita, na forma legal, a Mesa da Câmara, a qual ficou assim, assim constituida: Presidente - Victorio Tamaro; Vice-Presidente - Antonio Fenolio, 1º Secretário José Correca, 2º. Secretário - Rubens Balsachi a) O resultado da votação foi o seguinte, o vereador Victorio Tamaro recebeu os votos dos vereadores Adalberto Costa, Antonio Fenolio, Armando Del Giudice, Getulio Spinelli, João Vieira e dele próprio; o vereador Adauto de Carvalho Rosas recebeu os votos dele proprio e dos vereadores Attilio Giardini, José Geraldo Fernandes Rito e Waldir Teres o vereador Waldir Teres recebeu os votos dos vereadores José Correca e Rubens Balsachi - b) para vice - presidente, o vereador Antonio Fenolio recebeu os votos dele próprio e dos vereadores Adalberto Costa, Armando Del Giudice, Getulio Spinelli, José Correca, Victorio Tamaro e João Vieira; o vereador Attilio Giardini recebeu os votos dele proprio e dos vereadores Adauto de Carvalho Rosas, José Geraldo Fernandes Rito e Waldir Teres; o vereador Adauto de Carvalho Rosas recebeu o voto dele proprio e dos vereadores Rubens Balsachi e José Correca. c) para 1º. secretário, o vereador José Correca recebeu os votos de seu próprio e dos vereadores Adalberto Costa, Antonio Fenolio, Armando Del Giudice, Getulio Spinelli, Victorio Tamaro e João Vieira; o vereador Waldir Teres recebeu os votos dele proprio e dos vereadores Adauto de Carvalho Rosas, Attilio Giardini e José Geraldo Fernandes Rito; o vereador Attilio Giardini recebeu o voto do vereador Rubens Balsachi - d) para 2º. secretário, o vereador Rubens Balsachi recebeu os votos dos vereadores Adalberto Costa, Antonio Fenolio, Armando Del Giudice, Getulio Spinelli, Victorio Tamaro e João Vieira; o vereador José Geraldo Fernandes Rito recebeu os votos dele proprio e dos vereadores Adauto de Carvalho Rosas, Attilio Giardini e Waldir Teres; o vereador Attilio Giardini recebeu os votos dos vereadores Rubens Balsachi e José Correca. - 3) Constituição das Comissões Permanentes: apos os entendimentos necessarios, a Comissão, de comum acordo, ficaram assim constituidas: a) Justiça, Legislação e Redação - Horacio Borges de Oliveira, Waldir Teres e Adalberto Costa; b) Economia e Finanças - Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Fenolio e José Geraldo Fernandes Rito; c) Obras e Serviços Públicos - Getulio Spinelli, José Correca e Francisco Gonia; d) Educação, Higiene, Saude e Assistencia Social - Rubens Balsachi, Attilio Giardini e Abilio Guinheire. - 2ª Parte: 1) Discussão e votação única do pedido da Comissão de Internados do Sanatorio Costa, para a Câmara interceder junto às autoridades competentes no sentido do Sanatorio não ser fechado a curto prazo, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Assistencia Social: aprovados os pareceres por 11 x 0. - 2) Discussão e votação unica do recurso de Fabio Domingues de Oliveira e outros, contra o lançamento de taxas municipais, com pareceres das Comissões de Justiça e Finanças dando provimento ao recurso na parte referente à Taxa de Conservação da Rêde de Esgotos: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Adauto de Carvalho Rosas, aprovado por 11 x 0. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 20/67, do Prefeito Municipal, concedendo isenção de tributos ao CEHSH, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 11 x 0 e dispensado de redação final a requerimento do vereador Victorio Tamaro. - 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 22/67, do Prefeito Municipal, modificando a lei que aprovou o Novo Diretor do Município, com pareceres favoraveis das Comissões do Plano Diretor, de Justiça e de Serviços Públicos: aprovado por 11 x 0 e dispensada de redação final a requerimento do vereador Victorio Tamaro. - 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 23/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a instalação de hidrometros na cidade, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos, e com emendas do vereador Adauto de Carvalho Rosas: adiada a discussão a requerimento do vereador Antonio Fenolio, para que o mesmo tivesse vista do processo por 8 dias. - 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 24/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a delimitação da zona urbana do Município, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 11 x 0 e dispensado de redação final a requerimento do vereador Attilio Giardini. - 7) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 25/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a concessão de abono de Natal, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças

; aprovado por 11 x 0 e dispensado de redação final a requerimento do vereador A. Attilio Giardini. - 3) Discussão e votação única do projeto de resolução nº. 31/67, da Mesa da Câmara, concedendo abono de Natal aos servidores do Regulatório: aprovado por 11 x 0 e dispensado de redação final a requerimento A. Attilio Giardini. - 4) Discussão e votação do projeto de lei nº 26/67, do Prefeito Municipal, autorizando o Município a receber auxílio financeiro para ser aplicado nas obras de reforma do prédio e galpão do Patrimônio de Educação "Cardeal Bernet": aprovado por 11 x 0. - Esgotada a matéria em pauta, foi lido o requerimento de nº 61/67, do vereador Attilio Giardini, solicitando a realização de uma sessão extraordinária para segunda discussão do projeto de lei nº 26/67. O Sr. presidente esclareceu que, de acôrdo com o que fôra requerido, iria convocar uma sessão extraordinária para o próximo dia 11, às 19,30 horas, a fim de que fossem votados, em segunda discussão, os projetos de lei de nrs. 23 e 26/67. Em seguida anunciou ia passar à Explicação Pessoal. O vereador Adauto de Carvalho Rosas se congratulou como seu colega Victorio Tamasso, pela eleição dêste para cargo de presidente da Câmara, afirmando ter sido justa a sua escolha, visto tratar-se de um velho batalhador de várias causas benfeitoras. Prosseguiu afirmando que sua candidatura não tinha sido contra a do vereador Victorio Tamasso, mas que aceitara despeitar a presidência atendendo a convite de seus companheiros, tendo posteriormente tomado conhecimento de que haviam certas restrições ao seu nome, até certo ponto compreensíveis e fáceis de serem aceitas. Encerrou suas considerações desejando ao vereador Victorio Tamasso, a quem disse muito admirar, uma feliz e proficua gestão na Presidência da Câmara. O vereador Victorio Tamasso agradeceu ter sido convidado para o cargo de presidente da Câmara há dois anos atraz, não aceitando porem. Afirmou que agora aceitara seu candidatura, ignorando porem a existência de outro candidato, e que a disputa fôra democrática, esperando corresponder à confiança de seus colegas e receber a colaboração de todos. Prosseguindo, afirmou que pelo fato de os proprietários de terrenos na rua Barão de Mauá ter, nas divisas do Rio dos Bois, estarem pedindo Cr$ 10,00 por metro quadrado para vendê-los à Fábrica Bosch, esta indústria estava impossibilitada de se expandir, tendo-nado por isso limitar sua produção por falta de instalações mais amplas, o que era lamentavel. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente agradeceu a confiança que sempre mereceu de seus colegas, cumprimentou os novos membros da Mesa da Câmara e desejou-lhes uma profícua gestão. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenalino de Lucca, escriturário, a fiz escrever.

Victorio Tamasso
Adauto Bolzachi

Ata da 11ª. sessão extraordinária, da 4ª. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 11 de dezembro de 1967.

Presidência do Sr. Victorio Tamasso
Secretariado pelo Sr. Antonio Fenolio

Aos onze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, às dezenove e trinta horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Armando Del Giudice, Rubens Bolzachi, Antonio Fenolio, Francisco Góia, Celulio Spinelli, Victorio Tamasso e Adalberto Costa. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um momento de silêncio em homenagem à imagem do Senhor Crucificado, o Sr. presidente anunciou que, de acôrdo com a convocação enviada aos senhores vereadores, ia passar à Ordem do Dia que se constituia do seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 23/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a instalação de hidrômetros na cidade, com parecer favorável das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos, e com emendas do vereador Adauto de Carvalho Rosas: aprovado o projeto de lei por 7 votos a 0, e rejeitadas por 7 x 0, as emendas do vereador Adauto de Cp. Rosas. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 26/67, do Prefeito Municipal, autorizando o Município a receber auxílio financeiro para ser aplicado nas obras de reforma do prédio e galpão do I. E. "Cardeal Bernet", com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 4 votos a 0. Em seguida o vereador Armando Del Giudice formulou um requerimento que foi aprovado por 7 votos a 0, no sentido de serem os projetos de lei nrs 23 e 26/67 dispensados de redação final. O Sr. presidente determinou a remessa das proposições aprovadas ao Sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida, e em seguida os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenalino de Lucca, escriturário, a fiz escrever.

Victorio Tamasso
Adauto Bolzachi

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Sinbal, realizados em 4 de fevereiro de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tamasso

Aos quatro dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamasso, Antonio Fenolio, Adalberto Costa, Francisco Góia, Celio Sorte Fernandes e Armando Del Giudice. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, mas estando presentes 6 vereadores, o Sr. presidente determinou fosse feita de acôrdo com o artigo 13, da Lei Orgânica dos Municípios, a leitura do Expediente que não dependeu de voto da Câmara, o qual constava do seguinte: - 1) Ofício do Sr. Antonio Nogueiros Baptista, renunciando ao mandato de vereador à Câmara Municipal: "Comunico a renuncia. Peço a efetivação no cargo de suplente Armando Del Giudice". - 2) Ofício do Diretor Geral do D.E.R., comunicando estar sendo estudada a melhoria do traçado da estrada Mogi-Novinm - São Paulo da Boa Vista: "Ciente. Arquive-se 3) Ofício do Secretario da Saúde, pretendendo informações sôbre o propalado fechamento do Sanatório Social

"Ciente. Ofício-se à Comissão de Internados do Sanatório Caxias, transmitindo-lhe as informações." – 4) Ofício do Diretor Geral do I.N.P.S., agradecendo as congratulações enviadas pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente determinou fosse feita nova chamada, visto terem decorrido os 15 minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmos vereadores que responderam à primeira, persistindo assim a falta de número legal, pelo que o presidente, de acordo com o regimento, deu por encerrados os trabalhos, os quais, em seguida, foram encerrados. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Idamilene de Lucca, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tomasa.

Ruthens Balsachi

Ata da 1ª sessão ordinária, do 5º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Timbal, realizada em 18 de janeiro de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tomaso

Secretariada pelo Sr. Ruthens Balsachi

Aos dezoito dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Timbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Timbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tomaso, Attalio Grandini, Adalberto Costa, Celio Porto Fernandes, Waldir Peres, Armando Del Giudice, Francisco Louis, Adauto de Carvalho Rosas, Horacio Borges de Oliveira, Ruthens Balsachi, João Gabriel Atayde e Getulio Spinelli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi lida aprovada e assinada a ata anterior. Em seguida, pelo espaço de um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que se constituiu do seguinte: 1) Telegrama do Ministério da Agricultura, comunicando ter constituido grupo de trabalho para estudar o problema do leite: "Ciente. Arquive-se". – 2) Indicação nº. 1168, do vereador Adalberto Costa, para que o chefe do executivo consiga a concretização da promessa do Governador do Estado da inclusão, no plano de obras prioritarias, do serviço de asfaltamento da estrada Timbal-Andradas: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". –3) Requerimento nº. 1168, do vereador José Fonseca, solicitando 60 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente". – 4) Requerimento nº 2168, do vereador Horácio Borges de Oliveira, solicitando 180 dias de licença, a partir de 19-1-1968: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente". 5) Projeto de lei nº. 1168, do Prefeito Municipal, criando o Conselho Municipal de Cultura e dando outras providencias: "Às Comissão de Finanças, Fazenda e Educação". 6) Projeto de Decreto Legislativo nº. 1168, do vereador Celio Porto Fernandes, concedendo o título de "Educadora Emérita" à Dona Maria José Bueno Wolf: "À Comissão de Justiça". 7) Convite do vereador Celio Porto Fernandes, para as solenidades de sua formatura na Faculdade de Direito do Sul de Minas, em Passo Negro, em 26 e 27-1-1968. Ciente. Ficam convidados os Srs. vereadores". – Encerrada a leitura do Expediente, o vereador Celio Porto Fernandes formulou um requerimento, que foi aprovado por 11 x 0, para que o projeto de decreto legislativo nº. 1168, fosse incluido na Ordem do Dia da sessão que estava se realizando, de que a Comissão de Justiça estivesse em condições de exarar parecer sôbre a matéria. O Sr. presidente consultou os membros da Comissão de Justiça sôbre o assunto e, recebendo resposta afirmativa, suspendeu os trabalhos por 15 minutos a fim de que fosse exarado o competente parecer. Decorrido êsse prazo, os trabalhos foram reabertos, anunciando o Sr. presidente ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: – 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 28/67, do Prefeito Municipal, autorizando o executivo municipal a realizar convênio para o combate a formigas, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 11 x 0. – 2) Discussão e votação única do recurso de João Domingues de Oliveira e outros, contra o lançamento de taxas municipais, com pareceres das Comissões de Justiça e Finanças dando provimento ao recurso na parte referente à Taxa de Conservação da Rêde de Esgôto: negado provimento ao recurso por 10 votos a 1, devendo-se oficiar aos interessados, por proposta do vereador Armando Del Giudice, comunicando-lhes que a deliberação da Câmara Municipal foi tomada diante das informações fornecidas pelo executivo de que os requerentes não estão tomados para o pagamento da Taxa de Conservação da Rêde de Esgôto. – Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Celio Porto Fernandes teceu vibrios comentarios sôbre a personalidade de Dona Maria José Bueno Wolf, agraciada com o título de "Educadora Emérita". Nesta hora, mesmo que por muito amor, em companhia de seu esposo, deu o melhor de seus esforços em favor do Ensino em Timbal. Encerrou suas considerações afirmando ser contrário à apreciação pela Câmara, de proposições em regime de urgência, mas que no caso da concessão, a Dona Joaquinha Wolf, do título de "Educadora Emérita", o plenário tinha aquilo muito bem, pois a homenagem não tinha fundo político e visava apenas realçar o trabalho de uma grande dama. O vereador Waldir Peres solicitou providências da Câmara junto ao Secretario dos Transportes e do Governador do Estado para que se concretize a providencia da estrada Timbal-Andradas, devendo mesmo ser relembrada a promessa feita pelas autoridades governamentais de que iam tomar essa providencia em caráter prioritário. Encerrou suas considerações dizendo que o presidente da Câmara deveria liderar um movimento junto à opinião pública, para que todos ficassem sabendo as autoridades competentes solicitando o assfaltamento da estrada Timbal-Tombras. O vereador Adauto de Carvalho Rosas afirmou que a Câmara deveria oficiar ao D.E.R., em São João da Boa Vista, manifestando contra a má vontade desse órgão para com o município de Timbal, o que estava comprovado pela má conservação do trecho da estrada existente até a divisa com S. João Boa Vista. Relembrou que outras estradas estão sendo recuperadas, como Prata – S. João, Itapira – Mogi Mirim, mas que Timbal continua esquecido até mesmo na colocação de placas indicativas de sua localização. Referiu-se, em seguida, ao plano trienal de obras a ser elaborado pelo Govêrno Estadual, e sugeriu que fosse estudado aquilo de que Timbal

mais necessita e reivindicado das autoridades governamentais, lembrando, no momento, os benefícios de uma escola técnica, a construção de um novo prédio para o Forum e outras obras de interesse público. Em seguida foi aprovado, por 11 votos a 0, o requerimento nº. 3/68, do vereador Célio Pôrto Fernandes e outros, solicitando a realização de uma sessão extraordinaria para após o término da ordinaria a fim de se votar, em 2ª. discussão, o projeto de decreto lei digo, o projeto de decreto-legislativo nº 1/68. O sr. presidente convocou os srs. vereadores para a sessão extraordinaria e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucca, secretario, a fiz escrever.

Ata da 1ª. sessão extraordinária, do 5º. ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 18 de Janeiro de 1968.

Presidência do sr. Victório Tamaso
Secretariada pelo sr. Rubens Balsachi

Aos dezoito dias do mês de Janeiro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, após o termino da 1ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victório Tamaso, Attilio Giardini, Adalberto Costa, Célio Porto Fernandes, Waldir Peres, Armando Del Giudice, Francisco Gória, Adauto de Carvalho Rosas, Horacio Borges de Oliveira, Rubens Balsachi, João Gabriel Atayde e Getulio Spinelli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovado, em segunda discussão, por 11x0, e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini, o projeto de decreto-legislativo nº. 1/68, do vereador Célio Pôrto Fernandes, concedendo o título de "Educadora Emerita" a Dona Maria José Bueno Wolf. O sr. presidente comunicou ter designado o vereador Célio Porto Fernandes para falar, em nome da Câmara Municipal, no banquete a ser oferecido a Dona Maria José Bueno Wolf, agradeceu a presença de seus colegas na sessão, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucca, secretário, a fiz escrever... Victorio Tamaso
Antonio Fenólio.

Ata da 2ª. sessão ordinária, do 5º ano, da 5ª legislatura da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 1º. de fevereiro de 1968.

Presidência do sr. Victório Tamaso
Secretariada pelo sr. Rubens Balsachi

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal de Pinhal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores verificou-se a presença dos seguintes: - Waldir Peres, Vitorio Tamaso, Armando Del Giudice, Antonio Fenolio, José Geraldo Fernandes Lito, Adauto de Carvalho Rosas e Rubens Balsachi. Deu entrada no plenário, prestou o compromisso regimental e foi declarado empossado, o sr. Sebastião Jorge Novo, suplente do vereador licenciado Horácio Borges de Oliveira. Havendo número legal, o sr. presidente abriu os trabalhos. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Telegrama do Prefeito de Santos, associando-se às homenagens tributadas a Dona Maria José Bueno Wolf: "Ciente Arquive-se". - 2) Oficio do vereador Abilio Pinheiro, solidarizando-se às homenagens prestadas a Dona Maria José Bueno Wolf: "Ciente a casa. Arquive-se" - 3) Indicação nº 2/68, do vereador Antônio Fenolio, pedindo ao executivo a instalação de luz em duas travessas da Rua Tiradentes: "Ao sr. Prefeito". - 4) Requerimentos: a) nº 4/68, do vereador Abilio Pinheiro, solicitando 90 dias de licença, a partir de 18-1-1968: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente"; - b) nº. 5/68, do vereador Antonio Fenólio, no sentido de se agradecer ao Canal 9 a acolhida proporcionada aos pinhalenses: "Aprovada por 7x0. Oficie-se na forma solicitada"; - c) nº. 7/68, do vereador Armando Del Giudice, no sentido de se solicitada"; digo, solicitar ao Governador do Estado e ao Secretario da Educação pedindo a instalação de uma Escola Industrial: "Aprovado por 7x0. Oficie-se na fórma solicitada"; d) nº 6/68, do vereador Antônio Fenólio, congratulando-se com o Prefeito e com o Delegado de Policia, pela interrupção do trânsito na rua José Bonifacio aos domingos e feriados, e pelo novo método de estacionamento de veiculos na referida via pública: "Aprovado por 7x0. Oficie-se na forma solicitada"; e) nº 8/68, do vereador Waldir Peres, solicitando informações informações ao executivo sôbre a retificação e melhoria da estrada Pinhal-Jacutinga: "Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal". - 5) Projetos de lei do Prefeito Municipal: a) nº. 2/68, dispondo sôbre a perpetuidade de sepultura "As Comissões de Justiça e Finança"; - b) nº. 3/68, abrindo crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com o carnaval de 1968: "As Comissões de Justiça e Finança". Encerrada a leitura do Expediente, deu entrada no plenário, prestou o compromisso regimental e foi declarado empossado, o sr. José Aparecido de Carvalhinho Valente, suplente do vereador licenciado Abilio Pinheiro. O vereador Adauto de Carvalho Rosas formulou um requerimento, que foi aprovado por 8x0, no sentido de se oficiar ao Presidente da Câmara Federal e aos deputados Aniz Badra e Cunha Bueno, solicitando a rejeição do decreto-lei nº 347, que regulamenta a entrega aos municipios das parcelas do I.C.M. - Em seguida, o mesmo vereador usou da palavra criticando a nova formula de entrega, aos municipios, das parcelas do I.C.M., a qual é prejudicial aos interesses das comunas do interior. Informou que haveria uma grande concentração de prefeitos e vereadores em Brasilia, com o fim de se pedir a rejeição, pelo legislativo do decreto-lei nº. 347, o qual, se fosse mantido, proporcionaria aos governos estaduais a oportunidade de de segurar as parcelas devidas aos municipios, o que seria uma experiência amarga. O vereador José Geraldo Fernandes Lito congratulou-se com os dois suplentes empossados. Justificou sua falta de comparecimento às

2 sistemas (sessões, por motivo de viagem, entregou o executivo pelo completo abandono em que encontra a Praça Vicente de Freitas Guimarães, a qual não tem iluminação, protestou contra a grande velocidade desenvolvida por veículos na rua Barão de Monte Alto, pondo em perigo a vida dos pedestres, compromentendo o seu colega do oitavo Célio Torte Fernandes, pela formatura deste no curso de Direito, na Faculdade de Direito de Porto Alegre, e congratulou-se com os munícipes que estão constituindo a Sociedade de Amigos dos Excepcionais, entidade de grande utilidade diga, utilidade e que viria prestar grandes utilidade e que viria prestar grandes serviços à coletividade. Encerrou suas considerações informando estar na cidade uma Unidade Móvel de Orientação Social do Sesc, a qual, conforme ofício que o orador encaminhou à Mesa, iria ministrar, em Timbal, cursos de Relações Humanas do Trabalho, Relações Públicas, Iniciação Teatral, Seminário de Educação e Saúde e realização de uma Olimpíada, sendo responsáveis pela equipe os orientadores sociais Graciano Moreira Barbosa, João Aparecido Nkumbos e Francisco Pires Dias Monteiro, as quais dirigiu a sua saudação. O vereador Antônio Perdigão formulou um requerimento que foi aprovado por 8 x 0, no sentido de se inserir em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Veiga e do Sr. Amélio de Avila Ribeiro, e do mesmo tempo expressou o seu pesar pelo incêndio ocorrido na residência do vereador Adauto de Carvalho Rosas. O vereador Armando Del Giudice ocupou a retirada de uma guarnição que controlava no trânsito na rua Barão, afirmou que quará foi atropelado na referida via pública e aplaudiu a iniciativa da criação da Sociedade de Amigos dos Excepcionais, entidade que tem como finalidade recuperar crianças excepcionais, através da instalação de classes especializadas, classes essas, entretanto, que no seu entender deviam ser somente para filhos de Timbal. O vereador Waldir Geres lembrou à presidência que seria interessante que se convidasse os Prefeitos de Andradas e Santo Antônio de Jardim para comparecerem à assistência com o Secretário dos Transportes, no dia 6 de fevereiro, às 9 horas, ocasião em que se trataria de assunto referente ao asfaltamento da estrada de Timbal - Andradas. Lembrou a necessidade da retificação da estrada de Pinheirinho, cujas obras foram prometidas pelo funcionário do D.E.R., e encerrou suas considerações. Em seguida, o Sr. presidente anunciou ia passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: Item Único - Segundo discussão e votação do projeto de lei nº 28/67, do Prefeito Municipal, autorizando o executivo a realizar convênio para o combate à formigas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos, aprovado por 8 votos a 0. Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou ia passar à Explicação Pessoal. O vereador Adauto de Carvalho Rosas agradeceu o voto de pesar aprovado pelo falecimento de seu cunhado, Sr. Amélio de Avila Ribeiro, que foi Prefeito e Chefe do Posto de Saúde de Timbal. Em seguida, expressou seus agradecimentos a todos aqueles que ajudaram a debelar o incêndio de sua casa, alertou os autoridades sôbre a necessidade de se manter um aumentato tanque apropriado para combate a incêndios e encerrou suas considerações afirmando que êste veículo poderia ser adquirido com a colaboração do comércio, da indústria e de particulares. O vereador Armando Del Giudice informou que oportunamente traria informações sôbre o Corpo de Bombeiros de Três Corações, constituído de voluntários, e que se a iniciativa fosse interessante, poderia ser adotada também em Timbal. O Sr. presidente congratulou-se com os suplentes empossados, agradeceu o comparecimento dos vereadores e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Antonino de Lucca, secretário, a fiz escrever. Victorio Tomaso

Antonio Perdigão

Ata da 2ª Sessão extraordinária, do 5º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Timbal, realizada em 19 de fevereiro de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tomaso
Secretariada pelo Sr. Rubens Batachi

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de um novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Timbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Timbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Armando Del Giudice, Victorio Tomaso, Attilio Pizzolini, Antônio Perdigão, Sebastião Jorge Novo, Getulio Spinelli, Adalberto Costa, Francisco Gioia, José Aparecido de Carvalho Bruno Valente, Waldir Geres, José Geraldo Fernandes Leite, Rubens Batachi, Adauto de Carvalho Rosas, e João Gabriel Atayde. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Santo Crucificado, o Sr. presidente anunciou que, de acôrdo com a convocação enviada aos Srs. vereadores, ia passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 83/67, do Prefeito Municipal, autorizando o executivo municipal a realizar convênio para o combate à formigas, com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 13 x 0. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 2/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a perpetuidade de sepultura, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 13 x 0. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 3/68, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com o carnaval de 1968, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 13 x 0. - Esgotada a matéria em pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Antonino de Lucca, secretário, a fiz escrever. Victorio Tomaso

Antonio Perdigão

Ata da 3ª Sessão ordinária, do 5º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Timbal, realizada em 7 de março de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tomaso
Secretariada pelo Sr. Antonio Perdigão

Aos sete dias do mês de março de um novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Timbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Timbal, às vinte horas, procedendo-se

à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorino Tamaso, Antônio Serafim, Adalberto Costa, Adauto de Carvalho Rosas, Armando Del Giudice, José A. Canal Alvarino Valentim, Waldir Peres e Célio Soto Fernandes. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, foram aprovadas as atas das sessões anteriores, passando-se, em seguida, à leitura do Expediente, que constava do seguinte: - a) Ofícios: a) da Câmara Municipal de Franca, congratulando-se com Timbaú pelo progresso desta Municipio: "Cumte. Agradeu."; - b) do Sr. Arnaldo B. Arriza Florence, convidando os vereadores para as cerimônias de entrega de uma centena terra da Vila da Louzã: "Os vereadores foram convidados na ocasião oportuna"; - c) do Diretor do Colégio Agrícola, convidando os Srs. vereadores para a aula inaugural "Os vereadores foram convidados na ocasião oportuna"; - d) do Lesc, comunicando os Srs. vereadores para uma série de conferências: "Foram convidados os Srs. vereadores"; - e) do "COMASP", convidando o Sr. Presidente para uma reunião no dia 13-3-1968. "Cumte. A presidência se fará representar."; - f) da Família Feijo, agradecendo o voto de pesar aprovado por ocasião do falecimento do Sr. Antônio Feijo: "Cumte. Arquive-se."; - g) do Ginásio Divino Espírito Santo, solicitando a concessão de um auxílio financeiro: "Ao Sr. Comissão de Justiça e Finanças". - 2) Indicações: - a) nº 3/68, do vereador Waldir Peres, para que seja contratado um professor de Educação Física, técnico em natação: "Ao Sr. Prefeito"; - b) nº 4/68, do vereador Adalberto Costa, para que seja dada uma nova rua ou praça da cidade o nome de Gen. Antônio Agenor Marques: "Ao Sr. Prefeito"; "Ao Sr. Prefeito"; - c) nº 5/68, do vereador Adalberto Costa para que seja regularizada a situação da travessa ligando a rua Hinaldente à rua Prefeito Bessa, e colocadas guias e sarjetas no local, bem como iluminação pública: "Ao Sr. Prefeito". - 3) Requerimentos: - a) 9/68, dos vereadores Célio Soto Fernandes e Antônio Penacho, solicitando informações ao executivo sôbre o pagamento de aluguel ao prédio do Grandin: "Ao Sr. Prefeito"; - b) nº 10/68, do vereador Antônio Penacho, congratulando-se com a Profª Maria Aparecida Tamaso Garcia, pela colaboração que emprestou para a criação do ginásio noturno em Timbaú: "Aprovado por 7x0; d) nº 12/68, do vereador Victorino Tamaso, congratulando-se com o Cônego Armando Alvarino Cadorini, pela sua nomeação para cargo de chanceler da Cúria Bispado de Ribeirão Preto. "Aprovado por 7x0". H) Projetos de Decreto Legislativo: a) nº 2/68, do vereador Armando Del Giudice, e outros, concedendo o título de "cidadão-timbalense" ao Sr. Jerônimo Rita-hunt Rosado Neiva: A Comissão de Justiça"; - b) nº 3/68, do vereador Adauto de Carvalho Rosas e outros, concedendo o "título de "cidadão-timbalense" ao Sr. Opulago de Campos: "A Comissão de Justiça"; c) nº 4/68, do vereador Adalberto Costa e outros, concedendo o título de "cidadão-timbalense" ao General Waldemar Levoda." A Comissão de Justiça". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Adauto de Carvalho Rosas formulou um requerimento, que foi aprovado por 7x0, propondo a inserção na ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Nogueira e D. Amaculada Giordani Tamaso. Em seguida, o mesmo vereador teceu considerações sôbre a necessidade da atualização do serviço de coleta de lixo, externou o fato desse serviço ser feito apenas 3 vezes por semana, lamentou que em 8 anos o Município não tenha adquirido nenhum veículo e salientou que isso se deve ao fato de os companheiros do Sr. prefeito não terem comparecido à Câmara para votarem o empréstimo que deveria ser contraído junto a Caixa Econômica Estadual. Encerrou suas considerações dizendo apoiar a iniciativa de seu colega Waldir Peres no sentido de ser contratado um técnico para natação e salientou a necessidade de providências para a adoção de novos métodos e ideias para o progresso do esporte em Timbaú. O vereador Antônio Penacho se associou aos votos de pesar votados pelo plenário, formulou um requerimento que foi aprovado por 7x0, no sentido de cumprimentar os clubes locais pela apresentação dos magníficos enredos alegóricos no carnaval e encerrou suas considerações após ter sido também aprovado um aditivo ao seu requerimento por proposta do vereador Adauto de Rosas, para que os cumprimentos fossem extensivos ao presidente da Comissão do Carnaval. O vereador Waldir Peres disse ter ouvido no Colégio Agrícola, a notícia dada pelo prof. Dimer A. Corsi de que Timbaú estava designada para receber um diretor de Técnologia, de ano, o que seria um grande benefício para os alunos que estudam no referido estabelecimento de ensino. Lamentou, em seguida, que na organização dos festejos carnavalescos, a Câmara tivesse ficado à margem, tendo o prefeito encaminhado um funcionário municipal a São Paulo, para conversar com o Sr. Secretário de Turismo, funcionário êsse que chegou a Capital com as mãos abanando e conseguiu apenas uma verba para a transmissão radiofônica dos festejos. Prosseguiu, afirmando que para tratar de assunto tão importante, deveria ter ido a São Paulo uma comissão de vereadores, juntamente com o prefeito, porquanto a Câmara representava um dos baluartes do progresso da cidade e não era justo que ficasse de lado, esquecida como foi. Encerrou suas considerações chamando a atenção do chefe do executivo para o estado lamentável das passeios da cidade, os quais estão completamente esburacados, fato negativo do progresso local. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que foi constituída do seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 2/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre perpetuidade de sepultura, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7x0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Armando Del Giudice. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 3/68, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com o carnaval de 1968, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7x0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Armando Del Giudice. 3) Terceira discussão e votação do projeto de lei nº. 2/67, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de imóvel ao I.N.P.S., com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Assistência Social: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Armando Del Giudice, aprovado por 7x0. Esgotada a matéria em pauta, o Sr. presidente agra-

decreu o voto de pesar proposto pelo falecimento de sua cunhada, como eram os srs vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 21 vindouro, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenilmo de Lemos, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamasc

Ruben Baltasch

Ata da 4ª. sessão ordinária, do 5º. ano, da 5 legislatura da Câmara Municipal de Sinbal, realizada em 21 de março de 1968.

Presidencia do Sr. Victorio Tamaso
Secretariada pelo Sr. Rubens Baltasch
Aberta a sessão às dez horas e vinte minutos

Aos vinte e um dias do mês de março de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Sinbal, Estado de São Saulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Sinbal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamase, Antonio Fenalio, Francisco Poja, Attilio Giardini, Waldir Peres, Adelcate Coelho, Ismael do Rel Guedine, José Rinaldo Fernandes Leite, José Aparecido de Carvalho Valente, Rubens Balbachi, Sebastião Jorge Novo e Getulio Spinelli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Exmo Sr. Presidente Castelo Branco, passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Requerimentos: a) nº. 13168, do vereador José A. C. Valente, para se inserir na ata um voto de pesar pelo falecimento de D. Rosa Nascimento Giordano: "Aprovado por 11 x 0"; - b) nº. 14168, do vereador Victorio Tamase, no sentido de se apelar a diretoria dos Grupos escolares solicitando informações sobre o numero de classes e alunos existentes: "Aprovado por 11 x 0. Oficie-se na solicitada." - 2) Indicações: a) nº. 6168, do vereador Sebastião Jorge Novo, solicitando a colocação de flaguinhas nas ruas 16 de Abril e 6 de Março, bem como o estabelecimento de quias e sarjetas nas ruas da Vila Celina: "Ao Sr. Prefeito Municipal"; - b) nº. 7168, do vereador Victorio Tamaso, solicitando a colocação, na entrada da cidade, de placas alertando os motoristas para deminuirem a marcha de seus veiculos: "Ao Sr. Prefeito Municipal"; - c) nº. 8168, do vereador Antonio Fenalio, solicitando a reparação das estradas de Jacutinga e Areia Branca, a colocação de guias e sarjetas nas ruas dos Filos Sinbal, Justin, Aburinga e Salmeiras, pedindo providencias para se resolver o problema da lama que invade as casas da rua Prefeito Kessa, e sugerindo seja dado o nome de Prof. Francisco da Veloria Coelho ao grupo escolar que vai ser construido na Vila Carolina: "Ao Sr. Prefeito Municipal". - 3) Ofícios: a) do Esporte Clube Comercial, agradecendo ao comparecimento enviadas pela Câmara: "Ciente. Arquive-se"; - b) do Cenego Alina Leto Alvaro Seidonini, agradecendo os cumprimentos enviados pela Câmpina: "Ciente. Arquive-se"; - c) do Diretor do Departamento de Profilaxia da Febre, pedindo informações sobre o fechamento de sanitarios bina hamenianos: "A matéria fica na Secretaria à disposição dos srs. vereadores". - 4) Mensagem nº. 5168, do Sr. Prefeito Municipal, respondendo ao pedido de informações do vereador Celio Jorte Fernandes, sobre o aluguel do prédio onde funcionou o ex-Sindu: "A matéria fica na Secretaria da Câmara, à disposição dos srs. vereadores". - 5) Projeto de decreto legislativo nº. 5168, do vereador Antonio Fenalio, concedendo o título de "cidadão-pinbalense" ao Sr. José Maria Whitaker: "A Comissão de Justiça". Encerrada a leitura do Expediente, foi aprovado um requerimento do vereador Armando Dal Fiuchio, para que a sessão fosse suspensa por 20 minutos, a fim de que a Comissão de Justiça elaborasse parecer sobre os projetos de decreto legislativo de nrs. 2168, 3168, 4168 e 5168, concedendo o titulo de "cidadão-pinbalense" a varias personalidades, para que pudessem ser incluidos na Ordem do Dia da sessão que estava se realizando. Tendo os membros da Comissão de Justiça declarado que estavam em condições de lavrar parecer sobre a matéria, o sr. presidente suspendeu os trabalhos por 20 minutos. Decorrido esse prazo, foram reabertos os trabalhos. O vereador Antonio Fenalio justificou as indicações de sua autoria e formulou um requerimento, que foi aprovado por 11 x 0, no sentido de se inserir na ata voto de pesar pelo falecimento da Senhora Marcelina e D. Rosa Nascimento Giordano, oficiando-se a Santa Superiora das Filhas de Santa Cruz e ao Presidente do Asilo. O vereador Sebastião Jorge Novo justificou a indicação de sua autoria salientando a necessidade da colocação de flaguinhas e explicando o significado das datas de 16 de abril (libertação dos escravos em Sinbal, em 1888) e 6 de março (insurreição pernambucana pela independencia do Brasil em 1817) e lembrando a necessidade da colocação de guias e sarjetas nas ruas da Vila Celina. O vereador Waldir Peres formulou um requerimento que foi aprovado por 11 x 0 propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anthenor de Souza Brito. Falaram a iniciativa de seu colega de vereança para que sejam colocadas flaguinhas nas ruas 16 de Abril e 6 de Março e encerrou suas considerações pedindo a necessidade de se comprar um aparelho fonoaudiologico para o Colégio Divino Espirito Santo. O vereador José G. F. Leite criticou o estado das ruas da cidade, as quais estavam em péssimo estado, citou a avenida da Vila Leite Sechro, intransitável, e a primeira que a Câmara estava voltando aos tempos em que asfaltava tudo sem nada faltar. Em seguida, protestou contra a atitude do Governador do Estado e do Secretario dos Negros partes, que estão construindo estradas em todo o Estado, mas fazem as quilometragens pinbalenses de pang-pang, obrigando-as a fazer as estradas de Jacutinga e Andradas, sem no entanto liberá-las. Disse não acreditar mais na administração estadual, pois, apesar das promessas, não foi executado nenhum melhoramento na estrada de Jacutinga. Afirmou que o Sr. Engnel, por intermédio do Sr. José de Filippi, autorizou o D.E.R. a fazer o levantamento da estrada de Jacutinga, mas o embargo do em S. J. Boa Vista não foi obedecido nada, tendo então o Prefeito de Sinbal chamado a si a responsabilidade do assunto, porém nada fez neste sentido. Em seguida, afirmou que a iluminação da avenida Washington Luiz não tenha sido feita por culpa do Prefeito e para confirmar a indiferença do Chefe do Executivo citou o fato de haver pedido há 4 anos, uma lâmpada de iluminação pu-

bricia, o que entretanto não tinha ainda sido providenciado pelo edil. Criticou a falta de cuidado e de fiscalização da Prefeitura, permitindo, nas imediações da rua Prefeito Faria, uma grande movimentação de terra sem as cautelas necessárias, o que provocou, com as chuvas, a invasão das casas localizadas naquela via pública pela lama e pela terra. Prosseguindo, disse que o Prefeito não fazia caso dos pedidos da Câmara e lamentou o fato, que presenciou, da ambulância comprada legalmente pela Prefeitura, estar carregando uma escada pelas ruas da cidade, desvirtuando assim sua finalidade. Congratulou-se, em seguida, com a iniciativa de outro vereador, no sentido de se colocar placas nas ruas. 16 de abril, relembrando assim que Simbaí foi pioneiro na libertação dos escravos. Aplaudiu a futura criação de um curso de tecnologia, para funcionar junto ao Colégio Agrícola, e encerrou suas considerações congratulando-se com os diretores e organizadores da escola. "Chapeuzinho Vermelho". - O vereador Armando Bel Guedes, repentinamente, pediu a vez ao seu provecto Latino, pediu a Deus que dê saúde e felicidade a todos para podermos ver a estrada de Taquitinga melhorada. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente designou os vereadores Antônio Penolio, Armando Bel Guedes e José Aparecido Carvalhinho Valente para, em comissão, visitarem o ex- vereador Epaminondas Coelho, que se encontrava doente. Em seguida, anunciou ia passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: - 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 21167, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de terreno ao I.N.P.S., com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Assistência Social, e com emendas da primeira: aprovado o projeto com as respectivas emendas por 11 x 0. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 5168, do vereador Armando Bel Guedes, dando o título de "cidadão-pinhalense" ao Sr. Jerônimo Rodrigues Ruiz com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 11 x 0. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de decreto-legislativo nº 3168, do vereador Alcanto de Carvalho Rosas, concedendo o título de cidadão pinhalense ao Sr. Epiphanio de Campos, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 11 x 0. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 4168, do vereador Adalberto Rocha, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 10 x 0 - 5) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 5168, do vereador Antonio Penolio, concedendo o título de "cidadão pinhalense" ao Sr. José Nicola Whitaker, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 11 x 0. Estofada a matéria em pauta, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para a próxima Sessão Ordinaria e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lucca, secretário, a fiz escrever.

Octavio Lamaso

Adalberto Rocha

Ata da 5ª sessão ordinaria, do 5º ano, da 5ª legislatura da Câmara Municipal de Simbaí, realizada em 4 de abril de 1968.

Presidência do Sr. Octavio Lamaso
Secretariado por José Fonseca

Aos quatro dias do mês de abril de um mil, novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Simbaí, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Simbaí, às 20 horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Octavio Lamaso, Armando Bel Guedes, Alcanto de Carvalho Rosas, José Geraldo Fernandes Rito, Antônio Penolio, Francisco Goldoni, José Fonseca, Attilio Giardini, Celso Soto Fernandes, José Aparecido de Carvalhinho Valente e Waldir Peres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem de Cristo Crucificado. Em seguida, o Sr. presidente anunciou ia encontrar-se no recinto, acompanhado dos convocados, o Sargento Armando Antônio Lins, do Tiro de Guerra 223, o qual foi convidado a tomar assento junto à presidência. O Sr. presidente fez, em seguida, uma explanação, para conhecimento dos atiradores, sôbre a constituição, funcionamento e os trabalhos da Câmara Municipal. Retirou-se, em seguida, foram feita a leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Telegramas: a) da Irmã Shizuyoga das Filhas de Sant'Ana, agradecendo os votos de pesar pelo falecimento da Irmã Amélia: "Ciente. Arquive-se". - b) do Sr. Alvaro Arruda, apoiando a pretendida volta da nome de Espírito Santo do Simbaí: "Ciente. Arquive-se". - 2) Ofícios: a) do SESI, convidando os vereadores para a inauguração do Curso de Vestuário e Higiene Individual: "Foram convidados os Srs. vereadores". - b) da Secretaria da Educação, prestando informações sôbre a instalação em Simbaí de uma escola industrial: "Ciente. Arquive-se"; e) do deputado Adhemar Monteiro Pacheco, comunicando ter encaminhado à Mesa da Assembléia Legislativa um pedido para a restauração do nome de Espírito Santo do Simbaí: "Ciente. Agradeça". 3) Indicações: a) nº 9168, do vereador Antônio Penolio, solicitando ao executivo o fornecimento de luvas aos lixeiros, a fiação de luz no chafariz, a colocação de cestos de arame nas ruas centrais para lixo, a reforma do mictório público e o asfaltamento ou calçamento da praça existente na confluência das ruas Barão, Pedro de Toledo e dos Pequenos. "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; - b) nº 10168, do vereador Attilio Giardini, pedindo ao executivo que providencie a pintura da Escola Isolada Mista Rural da Vila Chapeuzinho Vermelho. "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". - 4) Requerimento nº 4168, do vereador Antônio Penolio, no sentido de se oficiar ao Sr. Francisco Vergueiro Sôto, apresentando-lhe os votos de pronto restabelecimento: aprovado por 11 a 0. Oficie-se na forma solicitada". - 5) Projeto de lei nº 4168, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre elevação de vencimentos do funcionalismo municipal: "Às Comissões de Justiça e Finanças". b) Projeto de resolução nº 1168, da Câmara, dispondo da Mesa da Câmara dispondo sôbre aumento de gratificações aos servidores do Legislativo: "Às Comissões de Justiça e Finanças". - Encerrada a leitura do Expediente, usou da palavra o vereador Alcanto de Carvalho Rosas

que, em nome da Câmara Municipal, saudou o Sargento instrutor e os atiradores do Tiro de Guerra 229. O vereador Antônio Fenolio justificou as proposições de sua autoria, lidas no Expediente, transmitiu os agradecimentos do Sr. Comandante Fiscal, pela visita que lhe foi feita por representantes da Edilidade, e encerrou suas considerações solicitando providências da presidência para que o formal "A Gazeta de Simbal" publique as atas da Câmara, porquanto não tinha conhecimento da ata publicada a da sessão de 21-3-1968. O vereador Attilio Gardioni justificou as providências que solicitou ao chefe do executivo sôbre a compra de paralelepípedos para a pavimentação do asfalto. Falou sôbre a necessidade da melhoria do campo de futebol da "Vila Ramos", para que possa ser utilizado pelos esportistas, e encerrou suas considerações salientando ser preciso a contratação de um técnico em natação para a piscina do Estádio Municipal. O vereador Waldir Peres informou que em matéria de esportes Simbal está na zero, declarou que os membros da Comissão Esportiva não acompanharam a evolução esportiva, que já haviam conhecido, estando assim na hora de despedaçar as estruturas, pois não tinham mais ânimo. Encerrou suas considerações dizendo que o Prefeito não podia ficar preso a sentimentalismos já superados e formulou um requerimento que foi aprovado por 11x0, pedindo a constituição da uma comissão de vereadores para tratar do assunto junto ao chefe do executivo. O Sr. Presidente designou os vereadores Waldir Peres, Adauto de Carvalho Rosas, Fernando Del Giudice e Attilio Gardini para, juntamente com S.Exa constituirem a comissão na forma requerida. O vereador José G. F. Tito informou ter gostado da notícia da resolução do "Movimento ao Professor", mas Madre Benedeta Kennedy, paquerando em Simbal e costume era fazer as coisas e em seguida apontá-las, fato que se comprovara pelo péssimo estado das estradas estaduais na ocasião. Congratulou-se com o Sr. Mário Arruda que, apesar de ausente, lembrou-se de sua terra natal, congratulando-se com a pretendida volta do nome de Espírito Santo do Pinhal. Transmitiu o convite formulado pelo SESI, para a inauguração, no dia 6, às 16 horas, do Curso de Vestuário e Higiene Maternal, ocasião em que seria lida a ata de fundação do Grêmio "Romualdo de Souza Britto", e encerrou suas considerações. O Sr. presidente transmitiu ao plenário o agradecimento de uma mãe cujo filho que sofria de paralisia infantil fora operado e estaria se restabelecendo, visto que a intervenção cirúrgica só fez-se com a ajuda e o apôio do poder público. Anunciou, em seguida, ir passar à Ordem do Dia, que se constituiria do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 2.116/7, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de imóvel ao I.N.P.S. com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Assistência Social: aprovado por 11x0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 2.168, do vereador Romeu do Del Giudice, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Sr. Feronino Dias Prudente Sudo Nélias, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 11x0. O vereador Waldir Peres fez uma declaração de voto, afirmando que votara a favor da proposição para não quebrar a unanimidade da manifestação do legislativo, que ia favorecer a cidade, muito embora fosse contrário à concessão de títulos. Em seguida, retirou-se do plenário por motivo de fôrça maior. 3) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 3.168, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Dr. Epitácio de Campos, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 10x0. - 4) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 4.168, do vereador Adalberto Bertoli, concedendo o título de "cidadão pinhalense" ao General Waldemar Levinha, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 10x0. - 5) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 5.168, do vereador Antonio Fenolio, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Dr. José Maria Whitaker, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 10x0, tendo o vereador Celio Porto Fernandes feito uma declaração de voto, na qual afirmou que votara a favor da concessão do título porque era uma homenagem justa a um grande brasileiro e pinhalense de coração, que tinha prestado os mais relevantes serviços ao país. 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 1.168, do Prefeito Municipal, criando o Conselho Municipal de Cultura e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Educação: aprovado por 10x0. O vereador Adauto de Carvalho Rosas retirou-se do plenário, por motivo de fôrça maior. - 7) Discussão e votação única do pedido do Ginásio Diurno Espírito Santo, no sentido de lhe ser concedido um auxílio financeiro, com parecer das Comissões de Justiça e Finanças para que a preposição seja examinada no executivo como indicação: aprovados os pareceres por 9x0. Esgotada a matéria em pauta, foi aprovado por 9x0, um requerimento do vereador Attilio Gardini, pedindo dispensa de redação final para os itens de 1 a 5 da Ordem do Dia. Em seguida, o Sr. Presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Attilio Gardini pediu providências do executivo para a complementação das obras de esgotos no final da Rua Pedro de Toledo e solicitou medidas energéticas do prefeito para que suas ordens sejam cumpridas, porquanto tendo o chefe do executivo autorizado, por escrito, duas vezes, a execução de reparos na estrada que demanda ao sítio do Sr. Batista Lepa, suas ordens não foram cumpridas. O vereador Antonio Fenolio afirmou que as entradas de sítios e fazendas estavam péssimas, havendo necessidade de serem reparadas pela máquina niveladeira, a qual ficou mais parada do que funcionando, pois está sempre quebrada. O vereador Fernando Del Giudice disse ser preciso que o prefeito intepele os funcionários faltosos, que não cumprem suas obrigações e não executam as ordens recebidas do chefe do executivo. Afirmou que o prefeito não pode tomar conta do limbo do estado, dependendo da colaboração de seus auxiliares, os quais gostam para trabalhar, mas não colaboram. O vereador José G. F. Tito afirmou que os vereadores tem a obrigação de apresentar, na Câmara, as reclamações dos munícipes, chamando a atenção do Sr. prefeito para que suas determinações sejam cumpridas, pois, se tal não se dá, é porque o chefe do executivo fere a autoridade. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sargento instrutor do Tiro de Guerra 229 disse da honra que sentia de participar da Mesa da Câmara, agradecendo os esclarecimentos prestados aos atiradores pelo presidente sôbre o funcionamento do legislativo, relembrou a data e agradeceu que os vereadores diram a continu-

da sede do Tiro de Guerra, à aquisição de equipamento e o apoio irrestrito que sempre recebeu. Salientou a mocidade dos mais esperentes esportistas com a juventude, avisando a formação de líderes, e encerrou suas considerações dizendo que o Tiro de Guerra estava à disposição do poder público para colaborar, no que lhe fosse possível, com as autoridades constituídas. O sr. presidente agradeceu a presença do Sargento instrutor e dos convocados do Tiro de Guerra 229, convocou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Deraldino de Mattos, secretário, a fiz escrever.

Victório Lamaro
Presidente

Foi Parecer

Ata da 6ª sessão ordinária, do 5º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Timbal, realizada em 18 de abril de 1968.

Presidência do Sr. Victório Lamaro
Secretariado pelo Sr. Rubens Balsachi

Aos vinte e dois dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Timbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Timbal, às 20 horas, procedendo-se a chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victório Lamaro, Antonio Fenolio, Adalberto Acosta, Getulio Spinelli, Rubens Balsachi, Armando Del Giudice, Waldir Teres e José Geraldo Fernandes Rito. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Foi feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado. Passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Telegramas dos Srs. Osvaldo Monteiro e Adelcio Lopes Francisco e Severino Ignacio digo Ignacio Alves, congratulando-se com a Câmara Municipal pela outorga do titulo de "cidadão-timbalense" ao Sr. José Maria Whitaker; "Ciente. Inguire-se" - 2) Ofícios dos Srs. Manoel Joaquim Gonçalves Junior, Epaminondas Scalese e Rubens Balsachi digo, Nonnes congratulando-se com a Câmara Municipal e cumprimentando os vereadores pela concessão do titulo de "cidadão-timbalense" ao Dr. José Maria Whitaker; "Ciente. Inguire-se" - 3) Ofício do Sr. Epaminondas Scalese, agradecendo a visita que lhe foi feita por uma comissão de vereadores, por ocasião de sua enfermidade: "Ciente. Inguire-se" - 4) Indicações: a) nº. 11/68, do vereador Antônio Fenolio, sôbre a necessidade da colocação de ventiladores no Mercado Municipal: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal"; b) nº 12/68, do vereador Adalberto Acosta, para que seja concedido um auxilio financeiro de Ncr$ 200,00 ao Ginásio "Prof. Ernesto Borges de Oliveira": "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito" - 5) Requerimentos: a) nº. 16/68, do vereador Antonio Fenolio, para ser lido na ata e ser dado ciência à familia do falecido, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Angelo Dionisio Ferreira: "Aprovado por 7x0. Oficie-se na forma solicitada"; - b) nº 14/68, do vereador Victório Lamaro, no sentido de se solicitar o apoio da deputada Dulce Bumba Branca para o projeto de lei que restaura o nome de Esperito Santo do Timbal; "Aprovado por 7x0. Oficie-se na forma solicitada!"; - c) nº. 18/68, dos vereadores Waldir Teres e José G. F. Rito, solicitando informações ao executivo sôbre a ligação da Vila São Pedro à Vila Monte Negro: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; - d) nº 19/68, dos vereadores José G. F. Rito e Waldir Teres, solicitando ao Prefeito que encaminhe um auxilio de Ncr$ 1.500,00 à Sim-Sauli: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente comunicou ao plenário que, em nome da Câmara Municipal, havia comparecido funtamente com os vereadores José Fonseca, Attilio Giardini, Rubens Balsachi, Celio Soto Fernandes e Eduardo de Carvalho Rosas, aos funerais do Sr. Virgilio Dionisio Ferreira, em S. H. Jardim. Usou da palavra, em seguida, o vereador Antonio Fenolio, o qual solicitou que constasse na ata os seus agradecimentos àquelas pessoas que se congratularam com a Câmara Municipal pela outorga do titulo de "cidadão-timbalense" ao Dr. José Maria Whitaker. Anticou, em seguida, a Companhia Paulista de Força e Luz, por haver feita concessionária exigido, para a colocação de 3 lâmpadas nas proximidades da Praça São Benedito, a elevadissima importância de Ncr$ 1.734,10. Protestou contra a atitude da concessionária, que levou 6 meses para responder ao ofício do Sr. Prefeito, e lamentou as cenas imorais que vem ocorrendo na Praça São Benedito, devido a escuridão que ali reina. O vereador Getulio Spinelli fez um requerimento que foi aprovado por 7x0, solicitando a publicação, na imprensa local, dos telegramas e ofícios recebidos pela Câmara Municipal, em virtude da outorga do titulo de "cidadão-timbalense" ao Dr. José Maria Whitaker. O vereador Armando Del Giudice Aggenio a palavra e disse ter ciência ao publico da elevada importância exigida pela Cia. Paulista de Força e Luz, para a colocação de 3 lâmpadas na Praça São Benedito, lamentando que essa concessionária tivesse levado 6 meses para dizer, de maneira elegante e educada o seguinte: "nos não vamos por luz lá". O vereador Waldir Teres agradeceu a presença dos representantes da Câmara nos funerais do seu avô Virgilio Dionisio Ferreira, disse da necessidade de o legislativo protestar contra o preço elevadissimo pretendido pela Cia. Paulista de Força e Luz para a colocação de 3 lâmpadas na Praça São Benedito, assunto que deve ser debatido amplamente, inclusive com a presença do chefe do executivo, e encerrou suas considerações expressando os agradecimentos da Câmara por haver a concessionária do serviço de eletricidade iluminado, em tôda a extensão, a Avenida Washington Louis. O vereador José G. F. Rito, cumprimentou o prefeito pela colocação de lâmpadas de iluminação pública na Avenida Washington Louis, congratulou-se com o vereador Antonio Fenolio por haver apresentado o projeto outorgando o titulo de "cidadão-timbalense" ao Dr. José Maria Whitaker, lembrou o pedido para o aumento de verba destinada à Sim-Sauli, salientou a necessidade da ligação da Vila São Pedro à Vila São Pedro à Vila Monte Negro e comentou o fato de um cidadão residente na Praça São Benedito ter ficado vários anos sem luz, por falta de boa vontade da Cia. Paulista de Força e Luz. Inconseguindo, afirmou, que no caso da Praça São Benedito houve pouco interesse do preposto, porquanto a concessionária levou 6 meses para responder a um pedido de colocação de lâmpa-

das sem que o chefe do executivo se mesmo desse. Disse que o Prefeito deve agir com mais energia, afirmou que a Câmara deve justificar suas atitudes perante o povo e encerrou suas considerações expressando o seu desagrado pela falta de atenção do chefe do executivo para com a Edilidade. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, pela se constatou do seguinte:- 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 1168, do Prefeito Municipal, criando o Conselho Municipal de Cultura e dando outras providencias, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Educação: aprovado por 7 x 0. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 1168, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre eleição de vereadores do funcionalismo municipal, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças aprovado por 7 x 0. - 3) Discussão e votação única do projeto de resolução nº 1168, da Mesa da Câmara, dispondo sôbre aumento de gratificações, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 x 0. - Em seguida foi aprovado, por 7 x 0, um requerimento do vereador Armando Del Giudice, solicitando que pensa de redação final para os itens 1 e 3 da Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Telemaco de Abelo secretário, a escrevi. Vitorio Tamaso

"José Fonseca"

Ata da 7ª. sessão ordinária, do 5º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Timbaú, realizada em 2 de maio de 1968.

Presidencia do Sr. Vitorio Tamaso
Secretaria do pelo Sr. José Fonseca
Aos dois dias do mês

de um mil: novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Timbaú, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Timbaú, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos Senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Vitorio Tamaso, Antonio Serolio, Francisco Fonseca, José Fonseca, Sebastião Jorge Novo, Armando Del Giudice, Attilio Giardini, Adalberto Costa, Getulio Spinelli e Waldir Peres. Havendo o número legal foram abertos os trabalhos. Após ser feita um minuto de silêncio em homenagem à memoria da Benta Conceição, foi lida, aprovada e assinada a ata anterior. Passou-se à leitura do Expediente, que se constava do seguinte:- 1) Telegrama do secretario do Governador Bueno de Mattos, solicitando relação dos vereadores. "A Secretaria da Câmara, para providenciar." 2) Telegramas do deputado Cunha Bueno e dos Srs. Oliveu Tavares Worms, Antonio Mario Couto e Nunes de Felix, congratulando-se com a Câmara Municipal pela concessão do titulo de cidadão-pinhalense ao Dr. José Maria Whitaker: "Ciente. Arquive-se"- 2) Oficios: a) do Banco Comercial do Estado de S. Paulo, convidando os vereadores para a missa a ser celebrada na Igreja Matriz, em ação de graças pelos 90 anos de existencia do Dr. José Maria Whitaker: "Ficam convidados os Srs. vereadores"; - b) do Sr. Comerciante V. Tamaso e Familia, agradecendo o voto de pesar aprovado por ocasião do falecimento de D. Maria Imaculada Giordano Tamaso: "Ciente. Arquive-se"; - c) da Familia Giordano, agradecendo o voto de pesar aprovado por ocasião do falecimento de D. Rosa Nevolone Giordano: "Ciente. Arquive-se"; - d) do Gremio "Dr. Francisco Alvares Florence", convidando os Srs. vereadores para as solenidades da 1ª Semana do T.E. "Candeal Borne". "Ficam convidados os srs. vereadores"; e) do Instituto Historico e Geografico, congratulando-se com a concessão do titulo de cidadão-pinhalense ao Dr. José Maria Whitaker: "Ciente. Arquive-se"; - f) do Sr. Francisco Venguero Tito, agradecendo a manifestação de amizade que lhe foi tributada pela Câmara Municipal, por ocasião de sua enfermidade: "Tejo para com benefício da casa. Arquive-se" - 3) Indicações: a) nº. 13/68, do vereador Adalberto Costa, para que seja concedido uma pensão à viuva do ex-servidor municipal José Luiz Mendes: "Ao Sr. Prefeito"; b) nº. 14/68, do vereador José Fonseca, para que seja aterrado um buraco existente na Rua Reinhardo Bruno, bem como feita uma vistoria na fonte do morro da Area Branca: "Ao Sr. Prefeito"; - c) nº. 15/68, do vereador Armando Del Giudice, para que seja dado o nome de Dias Coelho Cavalheiro a uma rua da cidade: "Ao Sr. Prefeito"; - d) nº. 16/68, do vereador Antonio Serolio, para que seja aperfeiçoado o final da rua Jacob Worms e em seguida calçado: "Ao Sr. Prefeito". - 4) Projetos de decreto legislativo: a) nº. 6/68, do vereador Armando Del Giudice, dando o titulo de "cidadão pinhalense" ao Sr. Aculino Fontanini: "A Comissão de Justiça"; - b) nº. 7/68, do vereador Armando Del Giudice, dando o titulo de "cidadão pinhalense" ao Sr. Fabio Fabri: "A Comissão de Justiça"; - c) nº. 8/68, do vereador Armando Del Giudice, dando o titulo de "cidadão pinhalense" ao Sr. Sebastião Alves da Costa: "A Comissão de Justiça"; - d) nº. 9/68, do vereador Adalberto Costa, concedendo o titulo de "cidadão pinhalense" ao Sr. Raimundo de Azevedo Marques Fonseca: "A Comissão de Justiça"; - e) nº. 10/68, do vereador Attilio Giardini, outorgando o titulo de "cidadão pinhalense" ao Sr. Antonio de Filippi: "A Comissão de Justiça". - 5) Requerimentos do vereador Waldir Peres: - a) nº. 20/68, para se oficiar ao Sr. presidente da República, solicitando sua atenção para o aspecto social da zona rural, que depende exclusivamente do valor material de seus produtos agricolas." Aprovado por 9 x 0"; - b) nº. 21/68, no sentido de se dar primazia ao Sr. Secretario dos Transportes de que atividades que vem desenvolvendo, e ao mesmo tempo lembrando o da necessidade do asfaltamento da estrada Timbaú - Jurdim - Andradas: "Aprovado por 9 x 0". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Antonio Serolio solicitou que constasse da ata dos trabalhos legislativos, os agradecimentos da Câmara a todos aqueles que a cumprimentaram pela outorga do titulo de "cidadão pinhalense" ao Dr. José Maria Whitaker. A seguir, pronunciou-se o Sr. prefeito no sentido de se enviar o acesso de velocidade de veiculos que entram na cidade pela rua Barão de Monte Alegre, principalmente agora que foi construida uma praça logo no inicio da rodovia estadual. O vereador Waldir Peres sugeriu que, se a Câmara Municipal se fizesse representar nas homenagens que vão ser tributadas ao Dr. José Maria

Whitaker, poderia também aproveitar para uma visita ao Sr. Secretário dos Transportes, lembrando-o, nessa ocasião, da necessidade de asfaltamento da estrada Tunga-Fidalgo - Andradas. Enfrentou suas considerações, dizendo que seria interessante a Câmara se solidarizar com o Sr. Governador do Estado com referência aos acontecimentos ocorridos na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 1º. de maio, quando o chefe do executivo estadual foi vaiado e apedrejado pela multidão. O vereador Armando Del Giudice se manifestou favorável à sugestão do seu colega e pediu ao Sr. presidente que fôsse oficiado ao Sr. Governador do Estado, solidarizando-se com S. Exca. e com os demais integrantes do Govêrno que foram vítimas de um atentado na Praça da Sé. Solicitou, em seguida, que o Sr. presidente designasse uma comissão para, oficialmente, visitar o Sr. prefeito, que havia se submetido a uma intervenção cirurgica, tendo a presidência esclarecido que tomaria essa providência, fazendo a visita marcada para o dia 3-5-1968, à noite. Ninguem mais querendo usar da palavra, passou-se à Ordem do Dia, que se constituia de seguinte: - Item único. - Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 4/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre elevação de vencimentos do funcionalismo municipal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 9 a 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Antonio Fornolio Espotadey, a matéria em pauta, o Sr. presidente passou à Explicação Pessoal. O vereador Otilio Giardini relatou os trabalhos da comissão encarregada de entender-se com o Sr. prefeito sôbre a prática de esportes em Tambaú, tendo o Sr. presidente esclarecido não ter sido possível aos vereadores se entenderem como chefe do executivo em virtude da enfermidade deste, o que entretanto seria providenciado brevemente. Em seguida o Sr. presidente esclareceu que, de comum acôrdo com o Sr. prefeito e com o Sr. Arnaldo D'Avila Florence, a Câmara estaria também colaborando na organização das festividades a se realizarem no próximo dia 11 de maio, quando ocorrerá o lançamento da pedra fundamental do novo templo a ser erguido em louvor a S. José Batista. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata.

Rubens Balsochi

Ata da 8ª. sessão ordinária, do 6º. ano, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Tambaú, realizada em 16 de maio de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tamaso.
Secretariada pelo Sr. Rubens Balsochi.
Aos dezesseis dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Tambaú, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funcionam a Câmara Municipal de Tambaú, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - Armando Del Giudice, Antonio Fendio, Victorio Tamaso, Rubens Balsochi e Adalberto Costa. Havendo número legal para a leitura do Expediente, de acôrdo com o artigo 11, item IV, da Lei Orgânica dos Municípios, o Sr. presidente determinou fôsse feita a leitura da matéria que não dependesse de deliberação da Câmara, que constava do seguinte: - 1) Ofícios: a) do Sr. Arnaldo D'Avila Florence, comunicando a fundação de uma sociedade distinta a congregar pontualmente e amigos de Tambaú, em prol das Artes, da Cultura e do Intercambio, e dando ciência ao entrega, ao Sr. José Maria Whitaker pelo Sr. Victorio Tamaso, Presidente da Câmara Municipal, do título de "cidadão paulistalense". "Ciente. Foi dado conhecimento aos Srs. vereadores. Arquive-se"; b) das Câmaras Municipais de São Paulo, Campinas e do Sr. Arnaldo D'Avila Florence, agradecendo os convites que lhes foram remetidos para participarem das solenidades referentes ao lançamento da pedra fundamental do novo templo a ser erguido em louvor a São José Batista. "Ciente. Arquive-se"; c) das Câmaras Municipais de Vargem Grande Paulista e Santa Clara D'Oeste, comunicando as constituições das Mesas respectivas para o exercício de 1968: "Ciente, cumpra-se, comunicando as constituições das Mesas respectivas para o exercício de 1968: Oficie-se, publique-se, cientificando". - d) da diretoria da Sem-Tudo, agradecendo a Câmara Municipal pela aprovação da "verba suplementar na importância de Cr$ 1.500,00, a favor da Sem-Tudo." "Ciente. Arquive-se"; e) do Departamento de Estradas de Rodagem, comunicando a programação do pavimentação asfáltica do trecho Tambaú - Jardim - Boa Vista, para o próximo exercício: "Ciente. Arquive-se". - 2) Mensagem nº. 8/68, do Prefeito Municipal, encaminhando resposta ao requerimento nº. 18/68, de autoria dos Srs. vereadores Waldir Teles e José Geraldo Fernandes Leite: - "Ciente. A matéria fica à disposição dos Senhores vereadores na Secretaria da Câmara". 3) Indicação nº. 11/68, do vereador Victorio Tamaso, no sentido de se dar a nova rua da cidade o nome de Theofilo da Silveira Ferreira, "do Sr. Prefeito Municipal". Terminada a leitura do Expediente e nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente convidou os Srs. vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 6 de junho vindouro, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata.

Rubens Balsochi

Ata da 3ª. sessão extraordinária, do 6º. ano, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Tambaú, realizada em 21 de maio de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tamaso.
Secretariada pelo Sr. José Teixeira.
Aos vinte e dois dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade Tambaú, Estado de

Aos vinte e sete dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Tambaú, Estado de São Paulo, após o término da 3ª Sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Adalberto da Cunha Dias, Thomas Abdo Jorge, Antonio Genaro, Fabio Gabriel Athayde e Armando Del Giudice. Ausentes: Victorio Tomaso, Altino Giardini, José Soneca e Getulio Spinelli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ter sido feito um minuto de silêncio em homenagem à Imagem do Cristo Crucificado, o Sr. presidente comunicou que estava de posse da mensagem nº 191/68, de autoria do senhor Prefeito Municipal, oficio encaminhando à Câmara Municipal, uma representação para ser permitida à Assembleia Legislativa do Estado, depois de aprovada por 2/3, de acôrdo com a Lei Orgânica dos Municípios, a

Sessão Solene, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tambaú, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Victorio Tomaso, Altino Giardini, José Soneca, Armando Del Giudice, Getulio Spinelli, Francisco Gori, Antonio Genaro, Waldir Neves, Adalberto Costa, Jorge Novo, José Geraldo Fernandes Filho, Fabio Gabriel Athayde e Adelpho de Carvalho Rosas. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ter sido feito um minuto de silêncio em homenagem à Imagem do Cristo Crucificado, o Sr. presidente, de acôrdo com a comunicação enviada aos senhores vereadores oportunamente, comunicou ir passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício do Dr. José Maria Whitaker, comunicando que aguardava determinação da Câmara Municipal para receber o título de "cidadão pambalense" que lhe foi outorgado, e agradecendo a iniciativa de tal homenagem; Ciente. Foi dado conhecimento aos senhores vereadores. Aguarde-se". - 2) Projetos de Decreto Legislativo: a) nº 11/68, de autoria do vereador Adalberto Costa, concedendo o título de "cidadão pambalense" ao Sr. Carlos Ennio Olivier. - "À Comissão de Justiça"; - b) nº 12/68, do vereador José Soneca, concedendo o título de "cidadão pambalense" ao Sr. Adriano Forziani Zehrinho. - "À Comissão de Justiça". - 3) Requerimentos: - a) nº 22/68, do vereador José Soneca, solicitando a inclusão, na Ordem do Dia, do projeto de decreto legislativo nº 12/68: aprovado por 11 votos a 0. - O presente requerimento será considerado para encaminhamento do projeto de decreto legislativo nº 12/68, à Comissão de Justiça, em virtude de se tratar de sessão extraordinária, para tratar único e exclusivamente de matéria específica, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - b) nº 23/68, do vereador Fabio Zynheiro, solicitando 60 dias de licença, em prorrogação à concedida em 18 de fevereiro corrente ano. - "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente."; - c) nº 24/68, do vereador Antonio Genaro, no sentido de se oficiar às autoridades que estiveram presentes nas solenidades referentes ao lançamento da pedra fundamental do templo a ser erguido em louvor a São João Batista. "Aprovado por 11 votos a 0. Oficie-se na forma requerida."; - d) nº 26/68, do vereador Antonio Genaro, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do projeto de decreto legislativo nº 11/68, de autoria do vereador Adalberto Costa, concedendo o título de "cidadão pambalense" ao senhor Carlos Ennio Olivier." Aprovado por 11 votos a 0. O presente requerimento será considerado para encaminhamento do projeto em questão à Comissão de Justiça, para esta "dizer o competente parecer." Cogitada, daí, a Encarregada a leitura do Expediente, o Sr. presidente comunicou que ia passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 6/68, de autoria do vereador Armando Del Giudice, concedendo o título de "cidadão pambalense" ao senhor Caetano Fiorini, com parecer favorável da Comissão de Justiça. - Tecida a palavra o vereador Waldir Neves, que salientou o seguinte: desejava esclarecer o seu ponto de vista, para que constasse da ata: votaria favoravel ao projeto concedendo o título de "cidadão pambalense"; para não quebrar a unanimidade, pois seja do conhecimento da Casa, seu ponto de vista contrário a essa iniciativa; continuo, afirmando que, os projetos ora em votação são companheiros, pessoas dignas e merecedoras, não desgavam, em hipótese alguma, quebrar a unanimidade, que sabia que com o seu voto favorável se verificaria uma homenagem a êles cidadãos. Repetiu, em seguida, que seu voto era favorável para não quebrar a unanimidade. Aprovado o projeto de decreto legislativo nº 6/68, por 11 votos a 0. - 2) Primeira discussão e votação do decreto legislativo nº 7/68, de autoria do vereador Armando Del Giudice, concedendo o título de "cidadão pambalense" ao senhor Fabur Tabur, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 11 votos a 0. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 8/68, de autoria do vereador Armando Del Giudice, concedendo o título de "cidadão pambalense" ao senhor Sebastião Alves da Costa, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 11 votos a 0. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 9/68, de autoria do vereador Adalberto Costa, concedendo o título de "cidadão pambalense" ao senhor Leonardo de Azevedo Marques Júnior, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 11 x 0. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 10/68, de autoria do vereador Altino Giardini, concedendo o título de "cidadão pambalense" ao senhor Antônio de Felippi, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 11 x 0. Esgotada a matéria em pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata.

Victorio Tomaso

Ata da 4ª. sessão extraordinária, do 5º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Tambaú, realizada em 22 de maio de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tomaso
Secretariada pelo Sr. José Soneca

Aos vinte e dois dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Tambaú, Estado de São Paulo, após o término da 3ª Sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos Senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Adalberto da Cunha Dias, Thomas Abdo Jorge, Antonio Genaro, Fabio Gabriel Athayde, Francisco da Gama, Getulio Spinelli, José Soneca, Altino Giardini, Sebastião Jorge Novo, José Geraldo Fernandes Filho e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ter sido feito um minuto de silêncio em homenagem à Imagem do Cristo Crucificado, o Sr. presidente comunicou que estava de posse da mensagem nº 191/68, de autoria do senhor Prefeito Municipal, oficio encaminhando à Câmara Municipal, uma representação para ser permitida à Assembleia Legislativa do Estado, depois de aprovada por 2/3, de acôrdo com a Lei Orgânica dos Municípios, a

a fim de integrar o parecer da Comissão de Justiça daquele órgão legislativo, para o restabelecimento do nome de "Espírito Santo do Pinhal". Usou da palavra o vereador Adauto de Carvalho Rosas, o qual disse que apesar de ter assinado, anteriormente, documento pedindo o restabelecimento do nome de Espírito Santo do Pinhal, era atualmente contra tal iniciativa; disse não ter antipatia por quem que seja, que era católico, não muito praticante, mas que a mudança do nome da cidade iria causar muita confusão no comércio, na indústria e nas escolas. Continuou, afirmando que, o atual nome da cidade oferecia mais facilidade no seu pronunciamento, pois era constituído de pequeno número de sílabas, contendo por todos, e no caso de efetivar tal pretenção, seria mesmo contraproducente, nos meios da publicidade. O vereador Waldir Teres disse levantar pelo lado técnico, para a melhor difusão do nome de Pinhal, de fácil inscrição, por ser constituído de poucas sílabas, mas que, encarnando pelo lado sentimental da questão, esclareceu votar favoravel ao restabelecimento do nome de Espírito Santo do Pinhal. O vereador Antônio Fenolio disse ser favoravel ao restabelecimento do nome de Espírito Santo do Pinhal, pois com isso estaria exaltando as tradições e o desejo da maioria da população da cidade. O vereador Attilio Giardini disse não concordar com o ponto de vista do seu colega vereador Adauto de Carvalho Rosas, afirmou que outras cidades, como S. A. Jardim e São José dos Campos, também tem grande número de sílabas, mas que nem por isso os nomes são difíceis de se pronunciar, e encerrou suas considerações declarando que votaria favoravel a restauração do antigo nome do Município. (Retirou-se do plenário o vereador José G. F. Lito). O vereador Armando Del Giudice disse não ser católico, mas que respeitava a crença e as tradições alheias, motivo por que votaria favoravelmente à volta do antigo nome de Espírito Santo do Pinhal. Encerrou suas considerações dizendo que o nome da atual da cidade era derivado de pinheiro, mas que na cidade não havia dessa especie de árvore plantada. (Assumiu a presidencia o vereador Victorio Tamaso saliente que, na qualidade de Prefeito, época em que foi mudado o nome da cidade, exercera sua influencia junto a pessoa ligada à administração estadual, com grande possibilidade de se evitar a mudança, não tendo porem conseguido o apoio das autoridades locais para alcançar o seu objetivo. Citou, em seguida, o caso da Vila Nicanor Negro, cujo nome é constituido de muitas sílabas, mas que nem por isso deve ser abreviado, o mesmo acontecendo com o nome de Espírito Santo do Pinhal, o qual deveria ser restaurado. (Reassumiu a presidencia o vereador Victorio Tamaso). Regressou ao plenario o vereador José G. F. Lito, o qual, usando da palavra, disse congratular-se com o seu colega Adauto de Rosas pelo seu ponto de vista sôbre a volta do antigo nome da cidade. Esclareceu o motivo de sua ausencia do plenario, dizendo que não queria dar seu voto contrario ao restabelecimento do nome de Espírito Santo do Pinhal, mas, de acordo com os principios de sua consciencia, achara dever-se ausentar-se sem justificar sua atitude. Continuando, afirmou que a tecnica moderna tem papel preponderante no campo da industria e do comercio, tanto em Pinhal como noutras cidades, portanto a mudança do nome do Municipio iria causar embaraços nos trabalhos dos bancos e repartições locais, os quais teriam que modificar seus impressos. Encerrou suas considerações dizendo ser parente do doador das terras da cidade, mas que mesmo assim votaria contra a restauração do nome de Espírito Santo do Pinhal. Ninguém mais querendo usar da palavra o Sr. presidente colocou em votação a mensagem nº 19/68, do Sr. Prefeito Municipal, tendo a mesma obtido 9 votos favoraveis e 3 contrarios. Feita a verificação de votação, a requerimento do vereador José Gonveia, o resultado foi o mesmo, declarando então o Sr. presidente que a mensagem nº 19/68, do Sr. Prefeito Municipal, estava rejeitada, uma vez que não alcançara o quorum favoravel de 2/3 dos membros da Câmara Municipal. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata.

Victorio Tamaso
Antonio Fenolio e outros

Ata da 9 sessão ordinária, do 5º ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 6 de junho de 1968.

Presidencia do sr. Victorio Tamaso
Secretariada pelo sr. José Gonveia.

Aos seis dias do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adauto de Carvalho Rosas, Antonio Fenolio, Armando Del Giudice, Attilio Giardini, José Geraldo Fazzandres Lito, José Gonveia, Rubens Bertacchi, Tito Benedicto, Waldir Teres e Victor Gabriel Athayde. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silencio em promenagem à memória do Cristo Crucificado, o Sr. presidente pos em votação a ata publicada na "A Gazeta", a qual foi aprovada com as seguintes retificações: a) o vereador Waldir Teres esclareceu não ter falado que os membros da Comissão de Esportes deviam dependurar as chuteiras, mas sim que se tratava de gente idosa, que havia prestado bons serviços, não tendo mais disposição para trabalhar, motivo por que deviam ser colocados num lugar de destaque pelo muito que fizeram em favor do esporte em Pinhal; b) o vereador José Geraldo F. Lito esclareceu não ter afirmado que um cidadão residente no Largo São Benedito ficou vários anos sem luz por falta de boa vontade da Cia. Gaulesta, sim que isso acontecera por falta de atenção do sr. Prefeito: esclareceu, ainda, não ter afirmado que por falta de interesse do Prefeito e concessionaria levara 6 meses para responder a um pedido de colocação de lâmpadas no Largo

S. Benedito, mas desejava que o Prefeito devria ter evitado que decorresse todo êsse tempo sem tomar as providencias cabiveis. Feita a retificação, o Sr. presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofícios: a) da Secretaria da Deputada Dulce Pelles Cunha, acusando o recebimento de correspondencia da Câmara: "Ciente. Arquive-se"; - b) do Presidente da Sun-Tauli, solicitando a interferência da Câmara junto às autoridades estaduais no sentido de ser decretado ponto facultativo o dia 20-7-1968; "Aprovado o pedido por 9x0"; - c) da Câmara Municipal de Andradas, comunicando estar empenhada em conseguir o asfaltamento da estrada Sumbal-Andradas: "Pedido para conhecimento da casa. Arquive-se"; - d) do Sr. Waldomar Raul Turola, agradecendo a concessão do título de cidadão pumbatense: "Ciente. Arquive-se" e Telegrama do deputado Francisco Amaral, solicitando o apôio da Câmara para um projeto de sua autoria, dispondo que os vereadores não terão o mandato cassado mesmo que faltem a 5 sessões "Deferido o pedido do deputado Francisco Amaral, por 8x1"; - 3) Indicações encaminhadas ao Sr. Prefeito Municipal: a) nº 18/68, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, para que seja asfaltado e prolongamento das ruas Prefeito Dessa e Verdentes até a Faculdade de Direito; b) nº. 19/68, do vereador José Geraldo Fernandes Vile e outros, para que seja concedido um auxilio financeiro de NCr$ 1.500,00 a Sun-Tauli de 1968; c) nº. 20/68, do vereador Adauto de Carvalho Rosas digo Adalberto Costa e outros, para que sejam instalados telefones em vários lugares, em número de cinco; d) nº. 21/68, do vereador Antonio Fenolio, para que seja modificado o horario de abertura e funcionamento do Mercado Municipal - 4) Requerimentos: a) nºs 27/68, dos vereadores José G. F. Vilo e Waldir Peres, no sentido de ser oficiado ao Secretario da Fazenda solicitando informações sôbre o pagamento da quota-parte do I. C. M. Sôbre a comercialização do café cru: "Aprovado por 9x0"; nº. 28/68, dos vereadores José G. F. Vilo e Waldir Peres, no sentido de se manifestar a discordância da Câmara ao projeto de aposentadoria dos deputados estaduais: "Aprovado por 9x0; acrescendo do vereador Attilio Piardini para que a discordância seja manifestada desde que a aposentadoria implique em ônus para os cofres do Estado"; c) 29/68, do vereador Adauto C. Rosas no sentido de se oficiar à Câmara Municipal e ao Prefeito de Ribeirão Preto, lamentando a posição desfavoravel daquele Município em relação à mudança do sistema de entrega, aos municípios, das parcelas do I. C. M.: "Aprovado por 9x0. Oficie-se na forma solicitada"; d) nº. 30/68, do vereador Adauto de C. Rosas, no sentido de se oficiar ao D.E.R., em S. J. Boa Vista, solicitando o asfaltamento do pequeno trevo construido em Sumbal: "Aprovado por 9x0. Oficie-se na forma solicitada"; - e) nº. 31/68, do vereador Adauto C. Rosas, para se oficiar ao Ministro da Fazenda, protestando contra a nova investidura do Governo de São Paulo, para a modificação do sistema de entrega, aos municípios, das parcelas do I. C. M.: "Aprovado por 9x0." Oficie-se na forma requerida digo solicitada"; - f) nº. 32/68, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, no sentido de se solicitar ao Secretario da Agricultura seja dado o nome de Jayme da Silveira Leme a Casa da Lavoura de Sumbal: "Aprovado por 9x0. Oficie-se na forma solicitada"; - g) nº. 33/68, do vereador Rubens Bulsa chi, para se oficiado à Câmara Municipal e ao Prefeito de Belo Horizonte, agradecendo as homenagens prestadas ao Walter Carrer, por ocasião de seu falecimento: "Aprovado por 9x0. Oficie-se na forma solicitada"; - h) nº. 34/68, do vereador Antonio Fenolio, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jayme da Silveira Leme: "Aprovado por 9x0"; - i) nº. 35/68, do vereador Victorio Tamaro propondo um voto de pesar pelo falecimento de Dona Laura Costa Fonseca Mendadori: "Aprovado por 9x0. Oficie-se à Familia do falecido"; - j) nº. 36/68, do vereador Antonio Fenolio, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Senador Robert Kennedy: "Aprovado por 9x0"; - k) nº. 37/68, do vereador Adalberto Costa e outros, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Walter Carrer: "Aprovado por 9x0". - l) nº. 38/68, do vereador Waldir Peres, solicitando providencias do executivo para a instituição e oficialização da Festa do Café Fino: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; m) nº. 39/68, do vereador Waldir Peres, solicitando ao executivo a realização da Exposição de Animais em Sumbal: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". - Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Adauto de Carvalho Rosas solicitou providencias do executivo no sentido de ser asfaltado o prolongamento das ruas que levam à Faculdade de Direito, visto existir ali muita poeira que suja os carros dos alunos, os quais estão constantemente reclamando essa medida. Prosseguindo, discriminando-se aos votos de pesar aprovados pelo plenário, referindo-se particularmente ao Sr. Jayme da Silveira Leme, a quem qualificou de pumbatense benemerito e cidadão prestativo que lecionou o mandato de vereador, o cargo de presidente da Sociedade São Vicente de Paulo e do Asilo as funções de membro da Mesa Administrativa do Hospital "Francisco Rosas", sendo ainda um grande incentivador da pecuaria no município, motivo por que era justo que se desse o seu nome à Casa da Lavoura de Sumbal. Salientou, em seguida, a necessidade de ser asfaltado o Trevo construido em Sumbal pelo D.E.R., pois enquanto o nosso município é esquecido, noutras cidades o governo estadual garante grandes importâncias com obras suntuosas. Afirmou ser necessario a Câmara tomar providencias contra êsse estado de coisas, protestando contra a dis criminação de que vem sendo alvo o município de Sumbal, onde são feitos apenas serviços miseraveis, o que não é justo. Referiu-se, em seguida à pretensão dos governos estaduais de mudarem o sistema de entrega, aos municípios, das parcelas do I.C.M., o que prejudicará sensivelmente as comunas do interior, paquanto a imensa maioria festa-se favoravel e lamentando a mudança do sistema de entrega das parcelas I.C.M. às Prefeituras, entorpecendo um desserviço aos municípios. Em seguida, ao pronunciar-se sôbre o trágico assassinato do Senador Robert Kennedy, afirmou ser isso fruto dos desentendimentos e das discordia que reina em toda parte, inclusive no meio do clero romano, citando, para corroborar sua afirmativa, o caso dos padres que, na cidade de Batticatu, se rebelaram contra a nomeação do novo bispo diocesano. - O vereador José G. F. Vilo expressou sua satisfação por saber que o traçado da estrada

Jundiaí - facultando aos ser retificado pelo D.E.R., o que constituiria uma boa notícia, tudo indicando que com essa e outras medidas Jundiaí teria realmente um futuro grandioso e brilhante. Prosseguindo, informam estar informado de que o Sr. Dimas Bueno de Camargo adquiriria as instalações da antiga Fabrica Colombo, onde pretendia instalar um supermercado, uma usina de pasteurização de leite, uma fábrica de polpa de frutas, uma destilaria de suco de frutas, principalmente de manga, e um ótimo restaurante. Encerrou suas considerações dizendo que os Juntalenses devem apoiar o Sr. Dimas Bueno de Camargo no seu elevado propósito, pois, contando com espíritos progressistas como esse, Jundiaí marchará em rumo de progresso. O Sr. presidente comunicou ter sido informado de que a estrada de Jacutinga seria retificada e que a Cia. Telefônica Brasileira iria retirar, sem ônus para o município, o poste existente na praça construindo no início da rua Barão de Mota Sues. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, na qual foram aprovados, em segunda discussão por 9x0, e dispensados de redação final, a seguimento do vereador Attilio Giardini, os seguintes projetos de decreto legislativo: a) nº. 6/68, do vereador Armando Del Giudice, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Sr. Caetano Tommini: b) nº 7/68, do vereador Armando Del Giudice, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Sr. Fabrini Fabrini; - c) nº. 8/68, do vereador Armando Del Giudice, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Sr. Sebastião Alves da Costa; - d) nº. 9/68, do vereador Adalberto Costa, concedendo ao Sr. Laurindo A. Marques Junior o título de "cidadão-pinhalense"; e) nº. 10/68, do vereador Attilio Giardini, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Sr. Antonio de Filippi. - Em primeira discussão foram aprovados os seguintes projetos de decreto legislativo: a) nº. 11/68, do vereador Adalberto Costa, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Sr. Carlos Ennio Oliver; b) nº. 12/68, do vereador José Fonseca, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao sr. Adriano Ferrari Sobrinho. Estando a matéria em pauta, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Attilio Giardini, referindo-se a um artigo publicado na Secção livre do jornal "A Gazeta", entendeu a Comissão de Esportes, disse que a Câmara já havia se manifestado sobre o assunto e pedido providencias do Chefe do executivo, através de uma comissão de vereadores, a qual teve a promessa do Sr. Prefeito de que seria contratado um técnico de educação física principalmente de natação, bem como seria aproveitado o campo de futebol da Vila Ramos. O Sr. presidente esclareceu que o campo de futebol da Vila Ramos seria desapropriado pela Prefeitura Municipal, e nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adamilton de Queiroz, escriturário, a fiz escrever.

Victorio Fonseca
Presidente

Ata da 5ª sessão extraordinária, do 5º. ano, da 5ª. legislatura da Câmara Municipal de Jundiaí, realizada em 27 de junho de 1968.

Presidencia do Sr. Victorio Fonseca
Secretariado pelo Sr. José Fonseca

Aos vinte e sete dias do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Jundiaí, as vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Waldir Peres, Sebastião Jorge Nova, Attilio Giardini, Armando Del Giudice, Celio Porto Fernandes, Victorio Fonseca, Getulio Fiorelli, Antonio Ferrão, José Geraldo Fernandes Leite e José Fonseca. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Senhor Crucificado, o Sr. presidente determinou fosse feita a leitura do expediente, que constava do seguinte: - 1) Ofício do Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, esclarecendo sua posição quanto à quota de participação dos municipios no I.C.M.: "A matéria do seu interesse foi encaminhada à Comissão de Finanças." - 2) Ofício do Consul dos Estados Unidos da America do Norte, agradecendo o voto de pesar apresentado por ocasião do falecimento do Senador Robert Kennedy: "Ciente. Arquive-se". - 3) ofícios do Consul Geral de Portugal, do deputado Cunha Bueno e do Cardeal Agnello Rossi, agradecendo as congratulações enviadas pela Câmara Municipal pela participação dos três mortos de 11 de maio: "Ciente. Arquive-se". 3) Ofício do sr. Afonso Fernandes Netto, agradecendo os votos de pesar apresentados por ocasião de falecimento de seus familiares: "Ciente. Arquive-se". - 4) Ofício da Companhia Paulista de Força e Luz, prestando informações sobre o custo da instalação de iluminação pública no bairro Vale Benedito: "A matéria fica à disposição dos senhores vereadores na Secretaria da Câmara Municipal". - 5) ofício do Prefeito dos senhores vereadores na Secretaria da Câmara Municipal". - 5) ofício do Prefeito Municipal de Amparo, prestando informações sobre o serviço de retransmissão de televisão naquele município: "A matéria fica à disposição dos senhores vereadores na Secretaria da Câmara". 6) Ofício da Secretaria da Agricultura, prestando informações sobre a interdinação da pesca nas bacias fluviais: "A matéria fica à disposição dos senhores vereadores na Secretaria da Câmara." - 7) Ofício do Sr. José Domingues Neto, solicitando providencias contra o estado sanitario de determinado predio: "Solicito para este expediente da casa. A presidencia tomará, sobre o assunto as providencias cabiveis". - 8) Ofício do Prefeito Municipal de S. J. Boa Vista, convidando os vereadores para os Jogos Regionais da Mogiana: "Ficam convidados os senhores vereadores". - 9) Requerimentos: a) nº. 40/68, do vereador José G. F. Leite, no sentido de se oficiar aos Srs. Governador do Estado e Secretario da Fazenda, solicitando a revogação do artigo 3º. do decreto que exige a apre-

sentação de relação remestral de entrada e saída de mercadorias: "Aprovado por 9 votos a 0. Oficie-se na forma solicitada". - b) nº. 111/68, do vereador Attilio Giardini, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Salvador da Costa Flores e Dona Carolina Flores Cabral: "Aprovado, por 9x0". - c) nº. 42/68, do vereador Adalberto Costa, solicitando 30 dias de licença: "Concedendo digo, Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente". 10) Indicação nº. 22/68, do vereador Victorio Tamaso, no sentido de ser dado a uma rua da cidade o nome de Ernesto Bellio: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal". - 11) Mensagem nº 9/68, do Prefeito Municipal, solicitando a aprovação da Câmara Municipal para uma representação à Assembléia Legislativa do Estado no sentido de ser restaurado o nome de Espirito Santo do Pinhal: "Encaminhe-se à Comissão de Justiça para parecer". - 12) Projeto de Lei nº. 5/68, do Prefeito Municipal concedendo auxilio financeiro à XVI Tim-Tauli: "À Comissão de Justiça e Finança". - 13) Projetos de decretos legislativo do vereador Célio Porto Fernandes: a) nº 13/68, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao senhor João Evangelista de Azevedo Marques: "À Comissão de Justiça". - b) nº. 14/68, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Dr. Mauro Fernandes Balieiro: "À Comissão de Justiça". Encerrada a leitura do Expediente, o sr. presidente anunciou ir passar à Ordem Do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de decreto-legislativo nº. 11/68, do vereador Adalberto Costa, concedendo ao Sr. Carlos Ennio Olivier o título de "cidadão-pinhalense", com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 10x0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Sebastião Jorge Novo. 2) Segunda discussão e votação do projeto de decreto-legislativo nº. 12/68, do vereador José Fonseca, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao senhor Adriano Ferriani Colzumbo, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 10x0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Sebastião Jorge Novo. Esgotada a matéria em pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Samuel de Lucas, auxiliar, a datilografei.

Victorio Tamaso
Presidente

Ata da 6ª. sessão extraordinária, do 5º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 4 de julho de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tamaso
Secretariado pelo Sr. José Fonseca

Aos quatro dias do mês de julho de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamaso, Adauto de Carvalho Rosas, Francisco Pinto, João Vieira, José Geraldo Fernandes Tito, Armando Del Giudice, José Fonseca, Getulio Esperelli, Antonio Serolico, Attilio Giardini, Célio Porto Fernandes e Silvestrio Jorge Novo. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, anunciando o Sr. presidente ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 13/68, do vereador Célio Porto Fernandes, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Sr. João Evangelista de Azevedo Marques, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 14 votos a 0. 2) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 14/68, do vereador Célio Porto Fernandes, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Dr. Mauro Fernandes Balieiro, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 14 votos a 0. 3) Discussão e votação única da representação encaminhada à Câmara Municipal pelo Prefeito Municipal, no sentido de se solicitar à Assembléia Legislativa do Estado a restauração para o Município, de sua antiga denominação - Espirito Santo do Pinhal, com parecer favorável da Comissão de Justiça. O vereador Adauto de Carvalho Rosas levantou uma questão de ordem indagando da presidência se a proposição poderia ser apreciada novamente, uma vez que a matéria nela contida já tinha sido votada noutra oportunidade, e os vereadores não eram mais eleitos para deliberarem sôbre determinado assunto, e 24 horas depois serem chamados para nova deliberação. O vereador José Geraldo Fernandes Tito, falando pela ordem, afirmou que se a proposição fôsse aprovada, haveria grande prejuizo à população, salientando ainda que, por analogia, não podia ela ser apreciada novamente pela Câmara. Respondendo às questões de ordem, o Sr. presidente esclareceu não haver qualquer impedimento legal à apreciação da matéria em pauta, porquanto o Regimento Interno da Câmara determinava que somente projetos de lei é que não podiam ser renovados antes de decorridas 5 sessões após sua rejeição, não se aplicando ao caso em discussão. Em seguida, manifestaram-se favoráveis à aprovação da representação, pedindo a restauração do nome de Espirito Santo do Pinhal pando Município, os vereadores Célio Porto Fernandes, Attilio Giardini, Antonio Serolico e Silvio Pinheiro. O vereador Adauto de Carvalho Rosas, em declaração de voto, protestou contra a ignorancia da maioria contra a minoria, afirmou que aquela queria esmagar esta, à que quando a maioria podia, legalmente, aprovar a matéria, não o fez, e que naquele instante pretendia esmagar a minoria, o que não estava certa, motivo por que se retirava do Plenário, não participando assim da votação de matéria que anteriormente não alcançara o quorum necessário. O vereador José Geraldo Fernandes Tito também fez uma declaração de voto, afirmando dis cordar de seus colegas, pois a mudança do nome da cidade traria prejuizos a todos. Disse que se o nome de Espirito Santo do Pinhal fosse restaurado, haveria a necessidade da troca de placa dos veiculos e inutilização de impressos das empresas comerciais e industriais. Encerrou suas considerações afirmando considerar ilegal a apreciação da representação, visto tratar-se de matéria vencida tempestivamente que exigia 2/3 dos membros da Câmara para a sua aprovação. Em se-

guida, o sr. presidente colocou em votação, tendo sido aprovada, por 12 votos a 1, a representação a ser enviada à Assembleia Legislatura do Estado, solicitando a restauração do antigo nome do Município - Espírito Santo do Pinhal. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu Letemhruno de Mello, secretario, a escrevi

Victorio Tamaso
Rubens Balsachi

Ata da 7ª. sessão extraordinária, do 5º ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 4 de julho de 1968.

Presidência do sr. Victorio Tamaso
Secretariada pelo sr. José Torreca

Aos quatro dias do mês de julho de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o término da 6ª. sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamaso, Adauto de Carvalho Rosas, Francisco Gória, João Vieira, Armando Del Guidice, José Torreca, Getulio Spinelli, Antônio Fenolio, José Geraldo Fernandes Lito, Attilio Giardini, Celio Porto Fernandes e Sebastião Jorge Novo. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, anunciando o sr. presidente ir passar à Ordem do Dia, na qual foi aprovado, em primeira discussão, por 13 votos a 0, o projeto de lei nº 5/68, do Prefeito Municipal, concedendo auxílio financeiro à XVI Pin-Pauli, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança. Em seguida, nada mais havendo a tratar o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Letemhruno de Mello, secretario, a escrevi

Victorio Tamaso
Rubens Balsachi

Ata da 8ª sessão extraordinária, do 5º ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 8 de julho de 1968.

Presidência do sr. Victorio Tamaso
Secretariada pelo sr. José Torreca

Aos oito dias do mês de julho de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamaso, Waldir Peres, Abílio Pinheiro, Attilio Giardini, Rubens Balsachi, Armando Del Guidice, José Torreca, Getulio Spinelli, Francisco Gória e José Geraldo Fernandes Lito. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, após ter sido feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o sr. presidente determinou fôsse feita a leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofícios: a) da Comissão da IV Festa do Vinho de Andradas, convidando aos srs. vereadores para participarem das festividades a realizarem-se de 20 a 28 de julho, naquela cidade: "O convite foi transmitido aos srs. vereadores. Oficie-se agradecendo o convite"; b) de Ercilia Silva Carrer e Filhos, agradecendo a Câmara Municipal, pelo voto de profundo pesar, por o casião do falecimento de Walter Carrer: "Ciente. Arquive-se". 2) Requerimento nº. 43/68, do vereador José Torreca, no sentido de se oficiar à Família de Luciano Giutolli, em Piracicaba, manifestando voto de profundo pesar pelo falecimento daquele cidadão: aprovado por 9 x 0. "Oficie-se a Família na forma requerida". - 3) Projeto de lei nº 6/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização de assinatura de convenio com o Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo, para a construção de ponte sôbre o Ribeirão Cachoeira (Bairro da Areia Branca): "As Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos". Esgotada a leitura do Expediente, o sr. presidente comunicou que ia passar a Ordem do Dia, que do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 13/68, do vereador Celio Porto Fernandes, concedendo ao sr. João Evangelista de Azevedo Marques o título de "cidadão-pinhalense", com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado por 10 x 0, com o voto do presidente, e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini; - 2) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 14/68, do vereador Celio Porto Fernandes, concedendo ao Dr. Lauro Fernandes Baleeiro o título de "cidadão-pinhalense", com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado por 10 x 0, com o voto do presidente, e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini. 3) Projeto de lei digo, Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 5/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a concessão de um auxílio financeiro na importância de Nr$ 1.500,00 à XVI Pin-Pauli, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 10 x 0, com o voto do presidente, e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini. Esgotada a matéria em pauta, o sr. presidente determinou fosse feita a remessa, ao Sr. Prefeito Municipal, do projeto de lei nº. 5/68, para a sanção devida, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata.

Victorio Tamaso

Ata da 10ª. sessão ordinária, do 5º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 18 de julho de 1968.

Presidencia do Sr. Victorio Tamasso

Nos dezoito dias do mês de Julho de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Tijucal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tijucal, as vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamasso, Antonio Fenolio, Armando Del Giudice, Getulio Spinelli, Waldir Peres, Adauto de Carvalho Rosas, Attilio Giardini e Attilio Tinhuci, o sr. presidente determinou, de acordo com o artigo 14, item IV, da Lei Organica dos Municipios, após ter sido feito um minuto de silencio em homenagem à Paixão do Cristo Crucificado a leitura do Expediente, das materias que não dependiam de deliberação da Câmara, que constava do seguinte: 1) Oficios: a) do sr. Jose Antonio Carrer, agradecendo a Câmara Municipal, pelo voto de pesar por ocasião do falecimento de Walter Carrer: "Ciente. Arquive-se"; b) dos diretores do Tijucal Clube, convidando os srs. vereadores para o jantar festivo de posse da nova diretoria daquela entidade, a realizar-se no proximo dia 28 do fluente: "O convite foi transmitido aos srs. vereadores. Oficie-se essa entidade agradecendo o convite". - c) da Câmara Municipal de Batataes, convidando os srs. vereadores para participarem das solenidades referente à 1ª Festa do Boi, daquela cidade "Foi dado conhecimento à Casa. Agradecer o convite"; d) das Câmaras Municipais de Belesopolis e de Jaruiu, comunicando a Camara Municipal, sobre a constituição da nova Mesa para o exercicio de 1968, daquelas cidades: "Foi dado conhecimento à Casa. Oficie-se congratulando-se com aquelas Câmaras Municipais"; e) da Familia Carolina Flores Corsi, agradecendo à Câmara Municipal pelas manifestações recebidas por ocasião do falecimento de D. Carolina Flores Corsi: "Ciente. Arquive-se"; f) do Ramo. Remetendo dos Telegrammas ao Deputado Cunha Bueno, sobre o afastamento do Rodoviario Tijucal. Santo Antonio do Jardim - Andradas. "Em virtude de ser tal reivindicação feita pelo Sr. Antonio Castro de Resende, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Jardim, determino seja enviado copia desse oficio aquele senhor". - 2) Indicações: a) nº 20/68, do vereador Antonio Fenolio e outros, no sentido de se asfaltar a Avenida Angelo Guerino "Ao Sr. Prefeito"; b) nº. 24/68, do vereador Antonio Fenolio, no sentido de se incluir uma verba no orçamento para o exercicio de 1969, à Associação de Assistencia a Criança Deficiente: "Ao Sr. Prefeito Municipal"; c) nº 23/68, do vereador Antonio Fenolio e outros, no sentido de construir luzes e garerias na Rua Prefeito Sousa: "Ao Sr. Prefeito". Esgotada a leitura do Expediente, o sr. presidente, encerrou os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente Ata.

Victorio Tamasso

Rubens Balsachi

Ata da 9ª Sessão extraordinária, do 5º ano, da 5ª legislatura da Câmara Municipal de Tijucal, realizada em 25 de Julho de 1968.

Presidencia do Sr. Victorio Tamasso

Secretariada pelo Sr. Rubens Balsachi

Aos vinte e cinco dias do mês de Julho de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Tijucal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tijucal, as 20 horas, procedendo-se à chamada dos Senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - Victorio Tamasso, João Vieira, Antonio Fenolio, Horacio Borges de Oliveira, Attilio Tinhuci, Getulio Spinelli, Rubens Balsachi, Attilio Giardini, Francisco Goria, Adauto de Carvalho Rosas e Waldir Peres. Havendo numero, legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silencio em homenagem à Imagem do Cristo Crucificado, o Sr. presidente determinou que, de acordo a convocação enviada, aos senhores vereadores, fosse feita a leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Oficios: - a) Oficio do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, encaminhando 146 volumes dos anais dessa Edilidade, a pedido do vereador Marcos Abelega: "Oficie-se ao Presidente da Câmara Municipal de São Paulo e ao vereador Marcos Abelega, agradecendo a gentileza da remessa."; - b) da Câmara Municipal de Jurucica, acusando o recebimento de oficio do legislativo pinhalense: "Ciente. Arquive-se" - 2) Indicações: a) nº. 26/68, do vereador Victorio Tamasso, pedindo a inclusão no orçamento do proximo exercicio, do 90 ano de uma verba para a quadra Murim de Tijucal: "Ao Sr. Prefeito"; - b) nº. 24/68, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, para que sejam colocados postes de iluminação na Praça da Independencia, em frente à Igreja Matriz, iguais aos existentes no outro logradouros publicos: "Ao Sr. Prefeito"; - c) nº. 25/68, do vereador Getulio Spinelli, para que sejam repetidos os pedidos da cidade, principalmente os das Gracas Vicente de Freitas Guimarães e Cardeal Gerne: Ao Sr. Prefeito" - 3) Requerimentos: a) nº 46/68, do vereador Antonio Fenolio, no sentido de se oficiar a D. Carlos Carneiro de Vasconcelos Mota, Cardeal Arcebispo de Aparecida, cumprimentando-o pelo transcurso de seu jubileu sacerdotal: "Aprovado por 10 x 0. Oficie-se na forma solicitada"; - b) nº 46/68 do vereador Antonio Fenolio, no sentido de se oficiar ao Sr. Renato da Costa Bonfim, cumprimentando-o pelos relevantes serviços prestados como presidente e diretor clinico da Associação de Assistencia à Criança Deficiente, em São Paulo: "Aprovado por 10 x 0. Oficie-se na forma solicitada"; c) nº 47/68, do vereador Antonio Fenolio no sentido de se consigne na ata dos trabalhos legislativos um voto de louvor aos pessoas que enfeitaram as ruas da cidade por onde passou a procissão do Corpo de Cristo: "Aprovado por 10 x 0". - 4) Projetos de decreto legislativo do vereador Getulio Spinelli e outros: a) nº 15/68, concedendo o titulo de "cidadão - pinhalense" ao Sr. Nino Franfoso: "A Comissão de Justiça". - b) nº 16/68, concedendo o titulo de "cidadão - pinhalense" ao Sr. Americo B. Sacramantis: "A Comissão de Justiça". - 5) Projetos de lei do Prefeito Municipal: a) nº 7/68, dispondo sobre um emprestimo

de Nc$ 167.835,00 a saber diga, a sra contratado com a CEESP para a realização de obras de pavimentação de ruas da cidade" As "Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos"; b) nº 8/68, dispondo sobre a aprovação de plano de pavimentação de ruas e logradouros públicos da cidade; "As "Comissões de Justiça e Serviços diga, Finança e Serviços Públicos" e) nº. 9/68, dispondo sobre um empréstimo de Nc$ 162.240,50 a ser contraído com a CEESP para a compra de máquinas e veículos: "As Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos" Concedida a leitura do Expediente, o sr. presidente comunicou ter sido informado, pelo sr. Prefeito, de que a audiencia com o Secretario da Agricultura seria marcada oportunamente. Informou, ainda, que o caso da agua servida que corria de frente a residencia do sr. José Domingues Netto estava resolvido, tendo o Dacia, para isso, solicitado providencias do proprietario do imóvel de onde saia a agua e do sr. Rodolpho Selito, funcionario municipal; informou, por último, que no dia 27-7-1968, Pinhal receberia a visita de uma caravana de medicos estrangeiros, os quais seriam homenageados com um almoço na residencia do sr. Prefeito Municipal, no sabado, havendo outro no domingo, no Colegio Agricola, oferecido pelo Rotary Clube, para os quais os vereadores estavam cordialmente convidados. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Adelmino de Mattos, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamaso
Antonio Bastos Filho

Ata da 11ª sessão ordinaria, do 5º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal, de Pinhal, realizada em 1º de agosto de 1968.

Presidencia do sr. Victorio Tamaso
Secretariada pelo sr. José Fonseca

Ao primeiro dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamaso, Antonio Penolio, Armando Del Grandis, Attilio Agnolo Lopes, Adelino Pinheiro, Waldir Peres, Attilio Spinelli, Atlanto de Carvalho Ribeiro, Horacio Borges de Oliveira, Adalberto Costa, José Fonseca e Francisco Gaia. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silencio em homenagem à finada da Estado falecida, o sr. presidente convidou para tomar assento junto à presidencia o Dr. Fernando Ribeiro Bartholomei, vice-prefeito, que se encontrava no recinto. Com seguida determinou fosse feita a leitura do Expediente, que constava do seguinte:- 1) Oficio da Secretaria da Agricultura, prestando informações sobre as quotas do I.B.C. do café; "A materia foi encaminhada à Secretaria da Câmara à disposição dos senhores vereadores". 2) Oficio da Companhia Telefonica Brasileira, comunicando o seu interesse na encampação da rede local da telefonica Pinhal Ltda: "A materia ficou na Secretaria da Camara à disposição dos senhores vereadores". 3) Oficio do Sr. Padre Evangelista de Azevedo Marques, agradecendo a concessão do titulo de "cidadão pinhalense" e comunicando aguardar a indicação de data para o recebimento do referido titulo: "Ciente. A data de entrega do titulo será marcada oportunamente". 4) Requerimentos: a) nº. 48/68, do vereador Waldir Peres, pedindo que o presidente da Câmara entre em contato com o Prefeito no sentido de se conseguir o empedramento da zona rural nos beneficios da rede telefonica: "Aprovado por 11 x 0. A Presidencia tratará do assunto na forma requerida"; - b) nº. 49/68, do vereador Antonio Penolio, congratulando-se com o prefeito pela iluminação publica da praça Frei Benedito e outras: "Aprovado por 11 x 0." - 5) Indicações: a) nº. 29/68, do vereador Victorio Tamaso, para que seja dado o nome de Sr. Waldemiro Fernandes a uma rua da cidade: "Ao Sr. Prefeito"; - b) nº. 30/68, do vereador Antonio Penolio, solicitando as seguintes providencias: 1) construção de um pedestal diga, pedestal em cada ponte de ferro dos jardins; II) dispensa de melhor cuidado às arvores plantadas na cidade: III) regularização da sarjeta da rua existente defronte do diario de Mamoas; IV) passar a motoniveladora na Rua Coronel Estevo de Telipe e Avenida Angelo Guerino; V) asfaltamento ou calçamento de um trecho da Rua Francisco José Fernandes; e VI) irrigação diariamente, das ruas de acesso à cidade: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". Concedida a leitura do Expediente, o Sr. presidente esclareceu que não poderia encaminhar a Assembleia Legislativa do Estado o abaixo-assinado que se encontrava em sua Mesa, pedindo que isto fosse mudado o nome do Municipio, porquanto anteriormente a Câmara já havia se manifestado sôbre o assunto, tratando-se, portanto, de matéria vencida. Em seguida, deu a palavra aos srs. vereadores. O vereador Atlanto de Moraes disse que os subscritores do abaixo-assinados do lhe entregaram o documento, pediram-lhe que explicasse diga explicasse a Câmara que a propositura era para fazer valer a aptidão das forças vivas do municipio - industria - lavoura - comercio, que não desejam a mudança do nome do Municipio pelos inconvenientes e prejuizos que essa medida trara. Prosseguindo, afirmou que não foi outro o seu intuito senão o de defender os interesses de sua terra, com a manutenção do nome tradicional de Pinhal, que vigora já há 30 anos. Declarou, em seguida, lamentar o fracasso da mocidade pinhalense nos jogos da Sun-Sauli, porquanto os pinhalenses não ganharam nem a tonet de das competições, o que representava o reflexo da má orientação do esporte em Pinhal. Referiu-se à comissão de vereadores encarregada de tratar de assunto referente ao esporte em Pinhal, afirmando não ser possivel a mudança dos cargos de direção da entidade oficial que superintende a materia, visto ser 1968 um ano político. Afirmando não admitir que Pinhal não parti-

cipe dos jogos Abertos da Negociana, em q. J. Boa Vista, lançou um apelo ao futuro Prefeito para que cuide bem dos esportes no próximo ano digo, quadriennio. Encerrou Suas considerações congratulando-se com o Prefeito pela iluminação de varias ruas da cidade, pela reforma da Praça da Independencia e pelo asfaltamento que vai ser executado nas ruas da cidade. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente anunciou ir passar a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 15/68, do vereador Getulio Spinelli e outros, concedendo o titulo de "cidadão-punhalense" ao Sr. Nino Francesco, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado por 11x0. 2) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 16/68, do vereador Getulio Spinelli e outros, concedendo o titulo de "cidadão-punhalense" ao Sr. Americo B. Rabelo Mantelli, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado por 11x0. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 6/68, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a Prefeitura Municipal celebrar convenio com o B.O.P. para a construção de uma ponte sobre o Ribeirão Cachoeira, no Bairro da Areia Branca, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Publicos: aprovado por 11x0. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 7/68, do Prefeito Municipal, dispondo sobre um emprestimo de NCr$ 167.836,00 a ser contraido com a CEEEPA para a realização de obras de pavimentação asfaltica de ruas da cidade, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Publicos: aprovado por 11x0. - 5) Primeira discussão do projeto de lei nº. 8/68, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a aprovação de plano de pavimentação de ruas da cidade, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Serviços Publicos: aprovado por 11x0 - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 9/68, do Prefeito Municipal, dispondo sobre um emprestimo de NCr$ 162.240,60 a ser contraido com a CEEEPA para a aquisição de maquinas e veiculos, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Publicos: aprovado por 11x0. - Esgotada a matéria em pauta, o sr. presidente convocou-os a passar a Explicação Pessoal. O vereador Attilio Giardini solicitou fosse asfaltada, tambem, a praça construida na entrada da cidade, defronte à Industria "Cosa". O vereador Armando Del Giudice lamentou o ato de vandalismo de pessoas que quebraram 18 lampadas na Av. W. Lewis, salientando a necessidade de energia para providencias policiais contra os elementos que praticaram êste crime. O vereador Heraci B. de Oliveira também condenou a atitude dos elementos que quebraram as 18 lampadas na Av. W. Lewis, realçando a necessidade de uma melhor policiamento nos lugares mais retirados da cidade. O vereador Antonio Fenolio congratulou-se com a assistencia presente aos trabalhos e disse de sua satisfação pela aprovação de projetos de grande interesse publico. O vereador Adauto C. Rosas lamentou e condenou a atitude daqueles que pisaram as paredes de predios publicos, disse que isso muito foi por turismo e salientou a necessidade da organização de uma guarda noturna municipal, pois em Tunbal, como noutras cidades, sempre existem elementos inconformados digo, inconformados. Concedida a Explicação Pessoal, usou da palavra, exaltando a atuação do legislativo, o vice-prefeito, Dr. José Rubens Bastos Gomes, que teceu varias considerações sobre a grave responsabilidade dos vereadores, que não deli herar sobre a contratação do diretor municipal da ARENA. Disendo que os vereadores devem estar alertas com rejerencia a formação da ARENA em Tunbal, o orador encerrou suas considerações agradecendo a atenção do presidente da Câmara e de seus pares. Em seguida, o sr. presidente comunicou que, atendendo ao solicitado no requerimento nº 60/68, do vereador Attilio Giardini mais 16 edis, convocava uma sessão extraordinaria, votadora, em 2ª. discussão, os 6 itens da Ordem do Dia já aprovados em 1ª. discussão. Em seguida, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adauto Rosas, secretario, a fiz escrever.

Victorio Zampese
Rubens Bastos Gomes

Ata da 10ª sessão extraordinária, do 5º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Tunbal, realizada em 1º de agosto de 1968.

Presidencia do Sr. Victorio Zampese
Secretariado pelo Sr. José Soraca

Ao primeiro dia do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Tunbal, Estado de São Paulo, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Tunbal, logo após o terminio da 11ª Sessão ordinária, procedendo-se a chamada dos Senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Zampese, Antonio Fenolio, Armando Del Giudice, Attilio Giardini, Aplio Gimenez, Waldir Sergi, Getulio Spinelli, Adauto de Carvalho Rosas, Heraci de Oliveira Borges, Adalberto Costa; José Soraca e Francisco Goia. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Com seguida, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovados, por 11 votos a 0, em seguinda discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini, as seguintes proposições: a) projeto de decreto legislativo nº. 1/68, do vereador Getulio Spinelli, concedendo o titulo de "cidadão-punhalense" ao sr. Nino Francesco; - b) projeto de decreto legislativo nº 16/68, do vereador Getulio Spinelli, concedendo o titulo de "cidadão-punhalense" ao sr. Americo B. Rabelo Mantelli; - c) projeto de lei nº. 6/68, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a Prefeitura Municipal celebrar convenio com o B.O.P. para a construção de uma ponte sobre o Ribeirão Cachoeira, no Bairro da Areia Branca; - d) nº 7/68, do Prefeito Municipal, dispondo

Sôbre um empréstimo de Nc$ 167.835,00 a ser contraído com a CEESP para a realização de obras de pavimentação asfáltica de ruas da cidade; c) projeto de lei nº. 8/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a aprovação de plano de pavimentação de ruas da cidade; - f) projeto de lei nº. 9/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de Nc$ 162.240,50 a ser contraído com a CEESP para a aquisição de máquinas e veículos. O Sr. presidente determinou a remessa dos projetos de lei nrs. 6/68, 7/68, 8/68 e 9/68, ao senhor Prefeito Municipal, para sanção devida, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenilmo de Queiroz Monteiro, a fiz escrever.

Victorio Famasse
Idalvo Babadi

Ata da 11ª. sessão extraordinária, do 5º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Timbaúba, realizada em 19 de agôsto de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Famasse
Secretariado pelo Sr. Armando Bel Guedes

Aos dezenove dias do mês de agôsto de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - Victorio Famasse, Antonio Fenolio, Armando Bel Guedes, Francisco Goes, Rosario Borges de Oliveira, José Geraldo Fernandes Vila, Waldir Teresk, Attilio Guedini. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Senhor Benedicto Cruz, o Sr. presidente, de acôrdo com a comprovação anteriores aos Srs. vereadores, anunciou-se a passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Requerimento nº. 51/68, do vereador Rubens Paulucci, solicitando 30 dias de licença: "Concedida a licença. Compareceu e assumiu a cadeira vaga, o suplente João Gabriel Athayde". 2) Requerimento nº. 52/68, do vereador Attilio Guedini, no sentido de se oficiar ao Diretor Geral do D.E.R., solicitando o alargamento da estrada Campinas - Aguas da Prata, no trecho 135 e 136: "Aprovado. Oficie-se na forma solicitada". 3) Indicação nº. 31/68, do vereador Antonio Fenolio e outros, para que seja dado o nome de Benedita Bueno (educadora), a uma rua ou praça da cidade: "Concordo-me se ao Sr. Prefeito". 4) Ofício do Sr. Arquivista D. Ayrdes Florence, agradecendo o voto de congratulações proposto pelo vereador Antonio Fenolio, pelo trabalho desenvolvido antes, durante e depois das exumações do dia 11-6-1968: "Ciente. Isto para constar nesta casa". 5) Ofício do P. Rosa Grizzardi, sugerindo seja dado o nome de Celso Gonçalves Veiga ao Recanto Infantil da Praça. Ofício de Secretaria Guimarães: "Ciente. Comunique-se a interessada que a matéria é da competência do Executivo municipal, de acôrdo com a Lei Orgânica dos Municípios". - 6) Projeto de decreto legislativo nº. 16/68, da Mesa da Câmara, dispondo sôbre a fixação do subsídio e da verba de representação do Prefeito Municipal: "Às Comissões de Justiça e Finanças". 7) Projetos de lei do Prefeito Municipal: a) nº. 10/68, dispondo sôbre abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento da despesas diversas e abrindo crédito suplementar a diversas verbas do orçamento: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; - b) nº. 11/68, dispondo sôbre autorização para a Prefeitura Municipal assumir a direção do serviço de televisão: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos"; c) nº. 12/68, dispondo sôbre a concessão de 6ª. parte dos vencimentos ao funcionalismo municipal: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; d) nº. 13/68, criando o serviço autônomo de Água e Esgotos e dando outras providências: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". Concluída a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Antonio Fenolio teceu comentários sôbre o falecimento de Dona Benedita Bueno, professora e educadora que muito fez pelo ensino em Timbaúba, tendo, segundo o orador, ensinado a ler pelo menos 60% das pessoas que hoje residem em Timbaúba, de mais idade. Referindo-se, em seguida, a um artigo publicado no Jornal do Povo, sob o título "A Voz da Verdade", de 4-8-1968, no qual se criticavam e pretendido asfaltamento de várias ruas locais, o orador perguntou se os moradores das ruas também não pagarão impostos e não têm os mesmos direitos dos demais municípios. Protestou contra a atitude do individuo autor do artigo, ao qual recomendou que medite bem antes de escrever. O vereador Attilio Guedini disse concordar com as considerações do orador, acrescentando que além de pagarem impostos, os moradores das ruas também vão pagar o asfaltamento das ruas onde estão localizadas suas propriedades, e o segundo declarou que em Nova Cruz até os loteamentos estão sendo asfaltados. Em seguida foi aprovado, por 7 x 0, um requerimento do vereador Antonio Fenolio, no sentido de se inserir na ata, votos de pesar pelo falecimento de D. Flávia Alfredo Teixeira no Rio de Janeiro. O vereador José Geraldo Vila usou da palavra a fim de justificar faltas às sessões da Câmara Municipal, em virtude de viagens urgentes. Declarou, em seguida, que não recebeu os projetos de lei nrs. 6/68, 7/68 e 9/68, para sôbre êles relatar, na qualidade de membro da Comissão de Finanças, pois que os mesmos não foram apresentados na época oportuna. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou-se a passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) - Discussão única e votação do projeto de lei nº. 27/67, do vereador Waldyr Teresk Stein Junior - Dispensa da exigência do Plano Diretor e dá outras providências, dispondo sôbre a renovação de dispositivos da lei que aprovou o Plano Diretor de Timbaúba, com parecer contrário da Comissão de Plano Diretor e favorável da Comissão de Justiça e com parecer favorável da Comissão de Obras e Serviços Públicos favorável ao substitutivo. Aberta

a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Attilio Giardini. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente acta. Eu, Estanislau de Lucca, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamasa
Ruben Babadi

Acta da 12ª. sessão extraordinária, do 6º. anno, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Tinharé, realizada em 27 de agosto de 1968.

Presidencia do Sr. Victorio Tamaso
Secretariada pelo Sr. Attilio Tinhoreo

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Tinharé, Estado de Goio Sauld, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tinharé, as vinte horas, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamaso, Attilio Tinhoreo, Attilio Giardini, Armando Del Giudice, José Tobreca, Getulio Spinelli, Joio Jabuel, Athayde e Celio Teixeira Fernandes. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silencio em homenagem a Imagem do Christo Crucificado, o Sr. presidente, de acôrdo com a congregação assignada pelos srs. vereadores, anunciou-se passar, a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: - 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 27/67, do vereador Waldir Teres, dispondo sôbre a prorogação de dispositivos da lei que approvou o Plano Diretor de Tinharé, com parecer contrario da Comissão do Plano Diretor, com substitutivo da Comissão de Justiça e com parecer da Comissão de Obras e Serviços Publicos favoravel ao substitutivo: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Armando Del Giudice, aprovado por 7x0. - 2) Primeira discussão e votação do projeto da lei nº. 11/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para o Prefeito Municipal estabelecer a direção do serviço de televisão, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finança e Serviços Publicos: aprovado por 10x0. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 12/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a concessão de 6º. grupo de vencimentos aos funcionarios municipais, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 16/68, da Mesa da Câmara Municipal, dispondo sôbre a fixação do subsidio e da verba de representação do Prefeito Municipal para o proximo quadriennio, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. - Explicada a materia em parecer, o Sr. presidente convocou os srs. vereadores para outra sessão extraordinaria, a realizar-se logo após o termino da que estava se realizando, para que fossem votados, em 2ª. discussão, os projetos de lei de nº. 11/68 e 12/68, e o projeto de decreto legislativo nº. 16/68. Em seguida, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente acta. Eu, Estanislau de Lucca, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamaso
Rubens Babadi

Acta da 13ª. sessão extraordinaria, do 6º. anno, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Tinharé, realizada em 27 de agosto de 1968.

Presidencia do Sr. Victorio Tamaso
Secretariada pelo Sr. Attilio Tinhoreo

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Tinharé, Estado de Goio Sauld, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal, após o encerramento da 12ª. sessão extraordinaria, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamaso, Attilio Tinhoreo, Attilio Giardini, Armando Del Giudice, José Tobreca, Getulio Spinelli, Joio Jabuel Athayde e Celio Teixeira Fernandes. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido approvados, em 2ª. discussão, por 7x0, e dispensada de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini, os projetos de lei de nº. 11/68 e 12/68, e o projeto de decreto legislativo nº. 16/68. Em seguida, foram encerrados os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente acta. Eu, Estanislau de Lucca, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamaso
Rubens Babadi

Acta da 12ª. sessão ordinaria, do 6º. anno, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Tinharé, realizada em 6 de setembro de 1968.

Presidencia do Sr. Tadeu Tamaso
Secretariada pelo Sr. Joio Fonseca

Aos cinco dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Tinharé, Estado de Goio Sauld, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tinharé, as vinte horas, procedendo-se a chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamaso, Armando Del Giudice, Horacio Borges de Oliveira, Attilio Giardini, Antonio Ernesto, Waldir Teres, José Fonseca, Adalberto Costa, e Eduardo de Carvalho Rodrigues. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silencio em homenagem a Imagem do Christo Crucificado, passou-se à leitura do expediente, que constava do seguinte: 1) Officio: a) do Esporte de Clube Boa Vista, cedendo o seu salão para nova sessão solene da Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se". - b) da Familia Alfonso Evangelista, agradecendo o voto de pesar approvado pelo Legislativo pelo falecimento de Silvio Alfonso Evangelista. "Ciente. Arquive-se." 2) Indicações: a) nº. 82/68, do vereador Attilio Giardini,

para que seja apedregulhado o acostamento da Avenida Washington Luiz Luiz; "Ao Sr. Prefeito". b) nº. 331/68, do vereador Adalberto Costa, para que seja colocado um telefone público na Vila Teixeiras: "Ao Sr. Prefeito"; - c) nº. 341/68, do vereador Armando Del Giudice, para que seja dado o nome de Sampaio Júnior a uma rua da cidade: "Ao Sr. Prefeito". b) Requerimentos: a) nº 331/68, do vereador José Correa, no sentido de se oficiar ao Companhia Mogiana de Estradas de Ferro solicitando a doação, ao Município, do prédio existente na Praça Dr. Costa Carvalho: " Aprovado por 9 x 0. Oficie-se na forma solicitada". b) nº. 341/68, do vereador Antonio Serralha, para ser oficiado aos Srs. que colaboraram para o brilhantismo dos festejos de lançamento da pedra fundamental da Igreja em louvor a São João Batista: " Aprovado por 9 x 0. Oficie-se na forma solicitada"; c) nº 55/68, do vereador Antonio Serralha, no sentido de se oficiar ao Sr. Paulo Nogueira Neto, congratulando-se como chefe do executivo pantalonense pelas homenagens que serão dadas, que lhe serão prestadas em Araçariguama, como o melhor Prefeito do Estado de São Paulo, em 1968." Aprovado por 9 x 0. Oficie-se na forma solicitada". Encerrada a leitura do Expediente, usou da palavra o vereador Adauto Carvalho Rosas, que apelou ao Prefeito para que na realização do serviço de asfaltamento, numa segunda etapa, seja asfaltada, em caráter preferencial, a rua Dr. Adelardo Cesar, por ser a via pública principal brilhantemente usada diariamente pelos turistas que visitam Tambal. Solicitou, também, providências do executivo para que seja asfaltada e emidiatada a travessa existente na entrada da cidade, porquanto como está atualmente causa muita má impressão aos visitantes. O vereador Attilio Giardini salientou a necessidade do pedregulhamento da Avenida Washington Luiz, a fim de se evitar que pessoas transitem a pé pelo asfalto, correndo o risco de vida por serem surpresas a serem atropeladas pelos veículos que por ali passam em alta velocidade. Disse que o ideal seria o acabamento do acostamento, a pista de pedestres, visto tratar-se de uma avenida que serve a um bairro popular, e que este serviço ficaria como uma sugestão para o próximo Prefeito. O vereador Waldir Peres congratulou-se como seu colega Attilio Giardini e aformou que o Prefeito deveria providenciar o balçamento pelos menos de um lado do acostamento da Avenida Washington Luiz. Salientou, também, a necessidade de ser executado o serviço de calçamento nos passeios internos do jardim da Praça Rio Branco, que ainda são de terra. Encerrou suas considerações manifestando o seu ponto de vista favorável ao asfaltamento da Rua Dr. Adelardo Cesar, pois a população esta muito interessada em ver concretizada esta providência. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, na qual foi aprovado, em primeira discussão, por 10 votos a 0, substitutivo da Comissão de Justiça ao projeto de lei nº. 341/68, do vereador Waldir Peres, dispondo sobre a modificação de vários dispositivos da lei que aprovou o Plano Diretor de Tambal. Em seguida, o Sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Adauto de Carvalho Rosas alertou os organizadores do desfile de 7 de setembro para que não deixem acontecer novamente como no ano passado, quando houve uma verdadeira balbúrdia durante a desorganização. Entretanto, em seguida, os estudantes, para demonstrarem o espírito de patriotismo fizeram o percurso do desfile do Dia da Pátria, ao invés de ficarem apenas assistindo. O vereador Armando Del Giudice solicitou o apoio moral e material de seus colegas para um pedido de auxílio da "APAE", órgão destinado a prestar assistência a crianças excepcionais. Teceu considerações sobre a iniciativa desta entidade, elogiou o plano de se instalar em Tambal uma escola especializada e dirigida aos seus colegas, na qualidade de educador que sempre lutou em favor de muitos alunos excepcionais, sem nada poder fazer, um apelo para que a Municipal concedia à "APAE" uma verba destinada ao pagamento de uma professora. O vereador Attilio Giardini congratulou-se com as palavras do seu colega Armando Del Giudice e relembrou ter solicitado, há tempos, ao Secretário da Educação, a criação de uma escola para excepcionais, mas não foi possível o atendimento do pretendido porque cabe o Estado com elementos especializados. O vereador Florenzio Borges de Oliveira teceu considerações sobre o mesmo assunto, salientando o trabalho que o Sanatório "Beneficência Nipônica" realiza, existindo de muitos menores excepcionais, qualificando como terrível a doença mental, acompanhamento o seu colega Armando Del Giudice por ter abordado a matéria e encerrou seu discurso dizendo que a Câmara Municipal deve colaborar para a solução do problema em Tambal. Em seguida, o Sr. presidente comunicou que no dia 7 de setembro interiano, visitando a cidade o Governador Governador Ravicendo, Secretário do Planejamento, o Dr. Cleo Goulart, Diretor do Departamento de Emancipação, o Dr. Edson Franco, Membro do Conselho Federal do Ensino e o Dr. Jamil Maluf de Oliveira, Professor da Faculdade de Direito de Tambal, e convidou os Srs. vereadores para a recepção que seria oferecida a estes ilustres visitantes. Em seguida, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lucca, secretário, a fiz escrever

Victorio Tamaso

Presidente

Ata da sessão solene da Câmara Municipal de Tambal, realizada em 7 de setembro de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tamaso

Aos sete dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e oito, nesta cidade de Tambal, Estado de São Paulo, no Salão de festas do Esporte Clube Comercial, às 19,30 horas, reuniu-se, em sessão solene, a Câmara Municipal de Tambal, sob a presidência do Sr. Victorio Tamaso e com a presença dos vereadores Adalberto Costa, Francisco Garcia, Antonio Serralha, Waldir Peres, José Correa, Celio Porto Fernandes, Attilio Giardini, Florenzio Borges de Oliveira, Armando Del Giudice, Armando os Secretários, o Sr. presidente convidou para fazerem parte da mesa, o Sr. Felix Nogueira Neto, Prefeito Municipal, o Dr. José Ruhens Barthe Corrêa, Juiz de Direito, o Dr. Delcio de Almeida Mello Freire, Delegado de Polícia;

e o Sr. Armando António Zini, Sargento Instrutor do Tiro de Guerra. Em seguida, o Sr. presidente comunicou que a sessão solene de Fimbra, como foi dado a entrega de títulos de "cidadão-punhalense" aos senhores Joaquim Salgueiro, Caetano Sarmiento, Sebastião Alves da Costa, fazendeiro de Azevedo Marques Junior, António de Filippi, Carlos Enio Oliveira, Adriano Ismiani Sobrinho, João C. de Azevedo Marques, Dr. Ernano Fernandes Balieiro e Nino Frampone. Estando presentes os homenageados, o Sr. presidente deu a palavra ao vereador Célio Porto Fernandes que, em nome da Câmara Municipal, saudou os contemplados com o título de "cidadão-punhalense" tecendo varias considerações sobre a personalidade dos mesmos e salientando os relevantes serviços que prestaram, em vários setores, ao Município que os recebeu com os braços abertos quando aqui chegaram vindo de plagas distantes. Em seguida, foi feita a entrega, aos homenageados, dos títulos de "cidadão-punhalense", após o que o Sr. presidente deu a palavra a quem deles quiesse fazer uso. Usou da palavra o professor Orlando Venezziano, que agradeceu, em nome da família, o outorgo honroso título de "cidadão-punhalense" ao Sr. Caetano Tummini. Falaram, também, agradecendo em nome dos demais homenageados, o Dr. Ernano Fernandes Balieiro. Por último, usou da palavra, o Sr. Angelo Florence diga F. Avr la Florence, que saudou os homenageados e em particular o Dr. Ernano Fernandes Balieiro. Em seguida, o Sr. presidente cumprimentou a presença das autoridades e do grande numero de pessoas que compareceram para prestigiar a solenidade e encerrou os trabalhos pedindo a todos que, de pé, em obediência do "Dia da Pátria", dessem uma salva de palmas a Bandeira Nacional. O que, para constar, foi lavrada a presente ata Eu, Ademilson de Lucca, escrituário, a dir reunir. Victorio Tamasia

Antonio Bolzachi

Ata da 13ª sessão ordinária, do 5º ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Fimbal, realizada em 19 de Setembro de 1968.

Presidencia do Sr. Victorio Tamasio
Secretariada pelo Sr. Rubens Bolzachi

Aos dezenove dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Fimbal, Estado de São Spirito, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Fimbal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamasio, Francisco Faria, José Geraldo Fernandes Leite, Rubens Bolzachi, Waldir Peres, Armando Del Giudice, Antonio Geraldo Adalberto Costa, Abilio Simbeno e Eduardo de Carvalho Rosas. Verificado número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silencio, em homenagem à falecida Benedita Cruz, o Sr. presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte:- 1) Ofícios: a) do Juiz de Direito da Comarca, comunicando não ter podido comparecer à sessão solene do dia 7 de setembro, em gratidão ao compromisso assumido anteriormente: "Ciente. Arquive-se"; - b) de Evangelista Furgeti e outros, solicitando a execução do asfaltamento do prolongamento da Rua Sebastião Bicerate ou iluminação a mercurio, com postes duplos, da Avenida Angelo Guarino: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal"; - c) nº 36/68, do vereador Jose G. F. Lite, solicitando a revisão da taxa de licença de vendedores ambulantes de artigos típicos ao S. J. Pi.: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal"; - d) nº 37/68, dos vereadores Célio Porto Fernandes e Armando Del Giudice, para que seja dado o nome de Edmundo Scarapicco a uma rua da cidade: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal"; - d) nº 38/68, do vereador Antonio Ferreira, no sentido de serem adquiridas, pela Prefeitura, 6 máquinas de matar formigas; "Sobre a necessidade da colocação de postes com lâmpadas a vapor de mercúrio na Praça Gabriel Soeiro; sugerindo seja dado a uma rua ou praça da cidade o nome de Plinio Salgado. Escrito de Santo e Benedita Pereira Nunes de Moraes: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal". - 3) Requerimentos: a) nº 56/68, do vereador José Geraldo F. Leite, no sentido de se oficiar ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura, solicitando que não mais seja permitida a exportação de madeira brasileira: "Aprovado por 8 a 0. Oficie-se na forma solicitada"; - b) nº 57/68, do vereador José G. F. Lite, no sentido de se oficiar ao Sr. Governador do Estado solicitando a revogação do decreto que obriga os hospitais e casas de saúde ao pagamento do I. C. M. pelos medicamentos e alimentação fornecidos aos seus pacientes: "Aprovado por 8 a 0. Oficie-se na forma solicitada"; - c) nº 58/68, do vereador Armando Del Giudice, solicitando a inclusão, no próximo orçamento, de uma verba no valor de Nc$ 6.000,00 para a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais de Fimbal: "Aprovado por 8 a 0. Oficie-se ao Sr. Prefeito Municipal". - 4) Projetos de lei: a) nº 18/68, do Prefeito Municipal, concedendo pensão mensal a Dona Augusta Maria de Jesus: "As Comissões de Justiça e Finanças"; b) nº 14/68, do vereador Armando Del Giudice, declarando de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fimbal: "As Comissões de Justiça e Educação". (Logo no início do Expediente, o vereador Adalberto Costa retirou-se do plenário e não mais voltou). Em seguida a leitura do expediente, foi aprovada, por 8 a 0, um requerimento do vereador Eduardo de Carvalho Rosas, pedindo fosse oficiado ao D.E.R. em São João da Boa Vista, estranhando a construção de um triangulo, tão apertado que um caminhão grande não pode fazer a curva sem

manobrar em marcha à ré, e ao mesmo tempo protestando contra a atitude ridícula do D.E.R. e solicitando a paralização da construção. Usou da palavra, em seguida, o vereador Antônio Fernolio, que comunicou à Casa ter o prof. José Faciano Azevedo Marques Rua solicitado que transmitisse à Câmara, as suas congratulações pela magnífica sessão solene realizada em data de 7 de setembro, para a entrega de títulos de "cidadão-puribalense". Solicitou, em seguida, ao Sr. Prefeito a compra de 6 máquinas de matar formigas, porquanto a Câmara gostaria a assinatura de comércio e não ficou sabendo o que foi feito com referência ao assunto. Encerrou suas considerações dizendo que um funcionário municipal, por exemplo que parece, maltratou um munícipe quando este pretendia a cessão de uma máquina de matar formigas, para a extinção de um formigueiro existente na sua casa, e isso exigiu de fornecer o veneno e prontificou-se a executar o serviço necessário. O vereador José G. F. Rito solicitou providencias do Executivo com referência a vendedores de fogueres distantes que vindo a Timbal, prejudicam os comerciantes legalmente estabelecidos. Referiu-se, em seguida, a grande quantidade de madeira que ali tendo sido exportada, havendo já dificuldade em se adquirir o produto, havendo por isso necessidade de providencias das autoridades competentes. Aformou, em seguida, que o Governo do Estado parece haver se esquecido do artigo 20 da Constituição Federal, que proíbe a tributação de escolas assistenciais, e pretende cobrar impostos dos hospitais, o que é um absurdo. Afirmou haver, na Câmara Municipal, um funcionário da Fazenda do Estado, que não ignorava as dificuldades pelas encontradas pelos comerciantes, dificuldades essas que passaram, agora, as instituições assistenciais. Disse, em seguida, ter estado na Segunda Feira Subida, na cidade de Registro, nos dias 6 e 7 de setembro, nas bodas de ouro do casal Horaço Okamoto, o introdutor da Abelha da Índia no Brasil. Aformou ter representado a Câmara Municipal nas comemorações das bodas de ouro do casal e encerrou suas considerações dizendo que a firma de propriedade do Sr. Horaço Okamoto tem maquinas fabricadas em Timbal, pela Indústria Timbalense, o que é motivo de orgulho para nossa terra, porquanto antes essas máquinas eram importadas. O vereador Adauto C. Rosas afirmou não ter comparecido à Sessão Solene da Câmara Municipal, no dia 7 de setembro, por haver assumido, anteriormente, compromisso de viagem, mas apresentava, naquele instante, aos prestativos cidadãos homenageados naquela data, as suas saudações, fazendo votos para que tenham a Timbal, doravante, mais do que já fazem, e que já foi muito. Assumiu a presidência o vereador Victório Gumuso. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 24/68, da Comissão de Justiça, dispondo sobre a modificação de dispositivos da lei que aprovou o Plano Diretor de Timbal, com parecer favorável da Comissão de Obras e Serviços Públicos; adiada a discussão por 1 sessão, a requerimento do vereador Abelio Timbeiro, aprovado por 7 x 1. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 10/68, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a abertura de credito especial para o cobrir ao pagamento de despesas diversas e aprovado crédito suplementar e diversas verbas do orçamento, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 2, após terem feito declaração de voto os seguintes vereadores: a) José G. F. Rito, contrário por considerar o projeto de lei ilegal; b) Adauto C. Rosas, contrário por estar do lado da lei e por assim ficar com a consciência tranquila; - c) Waldir Tigres, favorável por não prejudicar ninguém e o Prefeito as barras do tribunal, uma vez que não houve discriminação; - d) Abelio Timbeiro, favorável por esta vez, na proporção, qualquer ilegalidade. Tagotada a matéria em pauta, o Sr. presidente comunicou a realização, em Ilegalidade. Tagotada a matéria em pauta, o Sr. presidente comunicou a realização, em data de 27 de 1968, em São Paulo, de um banquete em homenagem ao Prof. Jamil Cecílio, de Oliveira, com a presença do Prefeito e diretores da Faculdade de Direito de Timbal, estando os Srs. vereadores convidados. Comunicou, também, a inauguração de uma boutique na Galeria Nogueira, às 19,30 horas do dia 20-9-1968, e convidou os Srs. vereadores. Por último, transmitiu informação recebida do Sr. Prefeito Municipal, de que talvez em novembro próximo seja iniciado o serviço de instalação de hidrômetros, estando também prometida a presença, na cidade, no dia 14 ou 15 de outubro, do Secretário dos Transportes, para a assinatura do contrato de asfaltamento da estrada Timbal - Andradas. Passou, em seguida, à Explicação Pessoal. O vereador Adauto C. Rosas declarou que não levantara nenhuma suspeita sobre o Prefeito, mas que não podia concordar com as irregularidades que vinham se tornando habitual, como no caso do projeto de lei nº. 10/68, de 29 pois dando a entender ao povo que o Executivo, quando os próprios componentes do chefe do executivo não compareceram à respectiva sessão por serem contrários as proposições. Encerrou suas considerações dizendo ter votado contra o projeto de lei nº. 10/68 para mostrar sua coragem e para mostrar que na Câmara Municipal existe uma oposição honesta. O vereador Abelio Timbeiro afir-

mau que o crédito especial solicitado no projeto nº 10/68, não era ilegal, podendo quando muito haver alguma irregularidade, o que era diferente. Encerrou suas considerações elogiando ser uma prática enriquecedora a realização de pagamentos para posterior abertura de crédito especial devidamente aprovado pela Câmara Municipal. O vereador José G. F. Filho insistiu na ilegalidade, não do projeto de lei nº 10/68, mas do seu conteúdo. E afirmou que por humildade de consciência, não podia votar a favor da proposição. Declarou que para uma administração ser bem feita, tem que ser bem feita, tem que ser planejada, afirmou ter sempre votado os projetos de interesse do chefe do executivo, oferecendo até uma emenda pessoal e encerrou suas falas dizendo haver muitas falhas e defeitos na administração, mas que o Prefeito trabalhou muito e o Município progrediu bastante. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenógrafo de turno, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamasso

José Correa

Ata da 14ª sessão extraordinária, do 5º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Tambaí, realizada em 7 de outubro de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tamasso

Secretariada pelo Sr. José Correa

Aos sete dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Tambaí, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tambaí, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Abílio Timbeiro, Rubens Balzachi, Horacio Borges de Oliveira, Victorio Tamasso, Antonio Fenocio, Armando Del Giudice, Adalberto Costa, José Correa, Adauto de Carvalho Rosas e Waldir Teres. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio, em homenagem do Cristo Crucificado, o Sr. presidente anunciou ir passar à ordem do dia de acôrdo com a convocação feita previamente, à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício do Oficial de Gabinete do Secretário dos Transportes, comunicando que a pavimentação da estrada de Tambaí e Andradas será iniciada em 1969: "Ciente. Arquive-se". - 2) Requerimento nº. 53/68, do vereador Victorio Tamasso, no sentido de se oficiar à engenheira Renés Guerrire, agradecendo a colaboração que tem dado para o internamento de crianças tambaienses no Instituto Médico "Dr. Tenório Burnier" e solicitando a inserção na ata de um voto de louvor a essa profissional: "Aprovado por 9 a 0. Oficie-se na forma solicitada". - 3) Projeto de decreto legislativo nº 11/68, do vereador Victorio Tamasso e outros, concedendo o título de "cidadão tambaiense" ao Dr. Erminio Rocha de Freitas: "À Comissão de Justiça". - 4) Projeto de lei nº. 15/68, do Prefeito Municipal, estimando a receita e fixando a despesa do município de Tambaí para o exercício de 1969: "Às Comissões de Justiça e Finanças". - Encerrada a leitura do Expediente e ninguem querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 27/67, da Comissão de Justiça, dispondo sôbre a modificação de dispositivos da lei que aprovou o Plano Diretor de Tambaí, com parecer favorável da Comissão de Obras e Serviços Públicos: adiada a discussão por 3 sessões, a requerimento do vereador Antonio Fenocio, aprovado por 9 votos a 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 10/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas diversas e abrindo crédito suplementar a diversas verbas do orçamento, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8 votos a 1 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Abílio Timbeiro, acolhido pelo plenário. (O voto contrário foi do vereador Adauto de Carvalho Rosas.) Esgotada a materia em pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenógrafo de turno, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamasso

José Correa

Ata da 14ª sessão ordinária, do 5º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Tambaí, realizada em 17 de outubro de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tamasso

Secretariada pelo Sr. Abílio Timbeiro

Aos dezesete dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Tambaí, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tambaí, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - José Gonçalo Fernandes Filho, Victorio Tamasso, Francisco Maria Cittadino Lopezelli, Antonio Fenocio, Abílio Timbeiro, Adalberto Costa, Waldir Teres, Attilio Giardinelli, Adauto de Carvalho Rosas e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imaculada Virgem do Cristo Crucificado, passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofícios: a) da professora Maria Jakur, comunicando os vereadores para uma visita às oficinas de Guhault Eluricurricultur: "Ciente. Ficam convidados os Srs. vereadores. A visita será feita oportunamente"; - b) do Grêmio "Prof. Domingos Ramos Revoltí", convidando a Câmara para as festividades da Semana do Estudante: "Ciente. Ficam convidados os srs. vereadores". - 2) Telegrama do Secretário dos Transportes, comunicando ter sido aberta concorrência pública para o asfaltamento da Estrada Tambaí - Andradas: "Ciente. Agradecer". - 3) Indicações: a) nº. 39/68, do vereador José G. F. Filho no sentido de ser determinada uma verba para o Ginásio Eluricurricu-

lar: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito"; b) nº. 40/68, do vereador Antonio Fenolio, para que seja datilografada a rua Theodoro Cortez de Filippe e alterada a rua Professor José Borelli, bem como colocadas guias e sarjetas nesta última. Ao Sr. Prefeito c) nº. 44/68, do vereador Getulio Sperandio Buga que sejam colocados bancos nos jardins das Praças Candiani, Bento e Dicchte de Freitas Guimarães. "Ao Sr. Prefeito". 4) Necrologio do Prefeito: a) nº. 2-168, prestando informações sobre o funcionamento, em várias oitadas, do Consorcio para Assistencia aos Menores. "Junte-se ao projeto de lei nº. 17/67". - b) nº. 26/68, comunicando que estará afastado do seu cargo no periodo de 15-10- a 15-11-1968, por ser candidato a vereador nas proximas eleições: "Ciente. Arquive-se" - c) nº. 27/68, do Sr. Adelino Eugenio, comunicando ter sido designado pelo chefe do executivo para responder pelo Expediente da Prefeitura Municipal de Jundiaí no periodo de 15-10- a 15-11-1968 "Ciente. Arquive-se" - 5) Projeto de lei: a) nº. 16/68, do Prefeito Municipal, dispondo sobre celebração de convenio com a Secretaria da Educação e dando outras providencias às Comissões de Justiça, Finanças e Educação"; - b) nº. 17/68, do vereador José G. F. Filho, declarando de utilidade publica a Escola de Regregação "Chapeuzinho Vermelho". Às Comissões de Justiça e Educação" - c) nº. 18/68, do vereador José G. F. Filho, declarando de utilidade publica a Escola de Inglês "Lio Som" Às Comissões de Justiça e Educação". Encerrada a leitura do Expediente, usou da palavra o vereador Waldir Geraes, que declarou ter a Câmara feito tudo no sentido de conseguir o asfaltamento da estrada Jundiaí - Andradas, o que se tornava realidade com a publicação do edital de concorrência publica, sendo portanto, mais uma gloria para o Legislativo Municipal. O vereador José G. F. Filho referiu-se ao fato de ter sido assinado convenio entre a Fundação Jundiaiense de Ensino e a Secretaria da Agricultura, para o funcionamento da Faculdade de Agronomia em Jundiaí, expressou sua satisfação pela abertura de concorrencia publica para o asfaltamento da estrada Jundiaí-Andradas, disse da necessidade de ser concedido um subsidio para o Ginasio Jundiaiense Clube, manifestou-se contrario a colocação do Monumento ao Professor Nestor Lobo, entendendo que o lugar mais apropriado é a Praça Presidente Kennedy, de frente ao Instituto de Educação, afirmou que os diretorios que estão sendo construidos na Praça existente na entrada da cidade devem ser menores, pois estes contribuem para dificultar o transito, e encerrou suas considerações dizendo que o encaminhamento de alguma deve ser colocado, pela Prefeitura, nas ruas que vão ser asfaltadas, nas calçadas, de acordo com a técnica moderna. O vereador Antonio Fenolio solicitou fosse publicada, no jornal local, o edital de concorrencia publica para o asfaltamento da estrada Jundiaí-Andradas, respondendo o Sr. presidente que o direito da "A Gazeta de Jundiaí" já se pronunciara a dar uma notícia em suas colunas sobre o assunto. O vereador Eduardo de Rosa congratulou-se com o povo das cidades que vão ser beneficiadas com o asfaltamento Jundiaí Andradas, salientou os esforços desenvolvidos pelos vereadores para alcançar êste objetivo, teceu considerações sôbre o convênio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a Fundação Jundiaiense de Ensino, para o funcionamento da Faculdade de Agronomia, congratulou-se com o Secretario da Agricultura por sua providencia e encerrou seu discurso afirmando que agora Jundiaí está tendo a atenção que realmente merece, não mais merecendo das migalhas que lhe vem dadas pelas autoridades governamentais. Ninguem mais querendo usar da palavra o Sr. presidente comunicou haver determinado fosse oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Secretario da Agricultura, agradecendo as providencias adotadas para o asfaltamento da estrada Jundiaí - Andradas. Em seguida, anunciou ir passar à Ordem do Dia, tendo sido aprovado, em primeira discussão, por 10 votos a 0, o projeto de decreto legislativo nº. 17/68, do vereador Victorio Tomaso, concedendo ao Sr. Firmino Rocha de Freitas Secretario dos Transportes, o título de "cidadão-jundiaiense". Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu Geraldino de Mello, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tomaso
José Fonseca

Ata da 15ª Sessão extraordinária, do 6º ano, da 5ª legislatura, da Câmara Municipal de Jundiaí, realizada em 28 de outubro de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tomaso
Secretariada pelo Sr. José Fonseca.

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Jundiaí, as 20 horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Adalberto Castro, Francisco Gória, Richens Balsachi, José Fonseca, Antonio Fenolio, José Geraldo Fernandes Sito, Attilio Giardini, Victorio Tomaso, Horacio Borges de Oliveira, Armando Bel Giudice, Getulio Sperandio e Antonio de Carvalho Moraes. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silencio, em homenagem a Virgem da Aparecida e o Sr. presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente que constava do seguinte: - 1) Ofício da Casa Civil do Governo do Estado, prestando informações sôbre a responsabilidade da instalação, em Jundiaí, de uma escola Industrial e "Ciente. Arquive-se". - 2) Requerimento nº. 60/68, do vereador José Geraldo Fernandes Sito, solicitando informações sôbre o motivo da não instalação do esgoto no predio residencial da dra. João Batista Teixeira, na rua Barão de Jundiaí. Eis: "Oficie-se ao Sr. Prefeito Municipal". 3) Indicação nº 421/68, do vereador José Fonseca, sôbre a necessidade da abertura do Mercado Municipal, aos domingos, das 6 horas para os produtores e as 5,30 horas para o público: "Ao Sr. Prefeito Municipal". 4) Projeto de decreto legislativo nº 18/68, do vereador Horacio Borges de Oliveira e outros, concedendo o título de "cidadão je-

nhalense" ao Ministro Tarso Dutra: "À Comissão de Justiça". Encerrada a leitura do Expediente, foi aprovado, por 11x0, um requerimento do vereador Horacio Borges de Oliveira, no sentido de ser incluido, como 2º. item da Ordem do Dia da sessão que estava se realizando, o projeto de decreto legislativo nº 18/68, após o competente parecer da Comissão de Justiça. Suspensa a sessão por 15 minutos, para que a Comissão de Justiça clarasse o seu parecer, após decorrido êste prazo foram reabertos os trabalhos, anunciando o sr. presidente ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 17/68, do vereador Victorio Tamaso e outros, dando o título de "cidadão-pinhalense" ao Dr. Firmino Rocha de Freitas - Secretario dos Transportes, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado por 11x0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Horacio Borges de Oliveira. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 18/68, do vereador Horacio Borges de Oliveira e outros, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Ministro Tarso Dutra, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado por 11x0. Esgotada a materia em pauta, o sr. presidente convocou os srs. vereadores para a 16ª sessão extraordinaria, a realizar-se logo após o termino da 16ª. para ser votado, em 2ª. discussão, o projeto de decreto legislativo nº. 18/68, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamaso
José Porreca

Ata da 16ª. sessão extraordinaria, do 5º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 28 de outubro de 1968.

Presidencia do sr. Victorio Tamaso
Secretariada pelo sr. José Porreca

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, após o encerramento da 16ª sessão extraordinaria, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Francisco Goria, Rubens Balsachi, José Porreca, Adalberto Costa, Antonio Fenolio, José Geraldo Fernandes Lito, Atilio Giardini, Victorio Tamaso, Horacio Borges de Oliveira, Armando Del Giudice, Getulio Spinelli e Adauto de Carvalho Rosas. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovado, em 2ª. discussão, por 11x0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Horacio Borges de Oliveira, o projeto de decreto legislativo nº. 18/68, de autoria do referido edil, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Ministro Tarso Dutra. Nada mais havendo a tratar o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamaso
José Porreca

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Pinhal, realizados em 7 de novembro de 1968.

Presidência do sr. Victorio Tamaso

Aos sete dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antonio Fenolio, Celio Porto Fernandes, Atilio Giardini, Victorio Tamaso, Armando Del Giudice e Waldir Peres. Não havendo numero legal para a abertura dos trabalhos, mas estando presente 6 vereadores, o sr. presidente determinou fôsse feita, de acôrdo com o artigo 13, da Lei Orgânica dos Municipios, a leitura do Expediente que não dependesse de voto da Câmara, e que constava do seguinte: 1) Oficio do Gabinete do Governador do Estado, encaminhando relação de obras, serviços e auxilios concedidos ao Municipio no atual periodo governamental: "Ciente. Publique-se na imprensa, para conhecimento público". - 2) Oficio da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro comunicando a impossibilidade da cessão do prédio da antiga estação ferroviaria de Pinhal: "Ciente. Leido para conhecimento da casa. Arquive-se". Encerrada a leitura do Expediente, o sr. presidente determinou fosse feita nova chamada, visto terem decorridos os 15 minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmo vereadores que responderam à primeira, persistindo assim a falta de número legal para o prosseguimento dos trabalhos, os quais, em seguida, foram encerrados. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Mello, secretário, a fiz escrever. Victorio Tamaso

José Porreca

Ata da 17ª. sessão extraordinária, do 5º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 25 de novembro de 1968.

Presidência do sr. Victorio Tamaso
Secretariada pelo sr. José Porreca

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Câmara Munici-

pal de Tambal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamaso, Rubens Balsachi, Antonio Tenorio, Abelo Penhuro, Adalberto Costa, José Fonseca, Horacio Borges de Oliveira, Attilio Giardini, Getulio Spinelli e Armando Del Giudice. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o Sr. Presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício de D. Dinah Penhuiro Leite Ferreira, agradecendo a indicação para que fosse dado o nome de seu querido a uma rua da cidade: "Feito para conhecimento da casa. Anotou-se." - 2) Requerimento dos Srs. Ultimiano de Abelo e Geraldo Tomaz, servidores do Legislativo, solicitando a concessão de abono de Natal: "Encaminhe-se às Comissões de Justiça e Finanças, para parecer". - 3) Indicação nº. 43/68, do vereador Antonio Tenorio, no sentido de ser depredralhada a estrada municipal que vai à capela de Santa Luzia: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal". 4) Regulamento nº. 6/68, do vereador José Fonseca e outros, solicitando a interdição, na atp, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sauper eio Rodrigues Novo e Dona Clenice Gomi: "Aprovado por 9 votos a 0". - 5) Projetos de lei do Sr. Prefeito Municipal: a) nº. 19/68, dispondo sôbre a celebração de convênio com a Secretaria da Educação e dando outras providências: "As Comissões de Justiça e Educação"; - b) nº. 20/68, dispondo sôbre autorização para o Serviço Autonomo de Agua e Esgotos contrair empréstimo com o Banco Nacional de Habitação e o Fundo Estadual de Fomento Básico: "As Comissões de Justiça e Finanças". - c) nº. 21/68, abrindo crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com hospedagem de uma equipe da Secretaria da Saúde: "As Comissões de Justiça e Finanças". 6) Projetos de decreto legislativo: a) nº. 17/68, do vereador Adalberto Costa, concedendo o título de "cidadão penhalense" ao Desembargador José Ermirio de Moraes: "A Comissão de Justiça"; - b) nº. 18/68, do vereador Victorio Tamaro, concedendo o título de "cidadão penhalense" ao Sr. Beatriz da Gama e Silva: "A Comissão de Justiça". - c) nº. 21/68 do vereador Rubens Balsachi, concedendo o título de "cidadão penhalense" aos Srs. João Alquatti, Jorge Ynes e Padre Mateus Hoeppurigm: "A Comissão de Justiça". Encerrada a leitura do Expediente, o vereador Antonio Tenorio congratulou-se com o Sr. Prefeito Municipal pela iluminação do chafariz e solicitou providencias do chefe do executivo para que seja aberta e pedregulhada, apos do periodo das chuvas, a estrada municipal que dá acesso à capela de Santa Luzia. O vereador Attilio Giardini agradeceu, em nome de sua familia, o ato do executivo municipal dando, à uma rua da cidade, o nome de Saulo, atendendo os seus agradecimentos ao Sr. José de Filippi que foi quem sugeriu a homenagem. Em seguida, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 16/68, do Prefeito Municipal, estimando a receita e fixando o despesa do municipio de Tambal para o exercicio de 1969, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 9x0. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 17/68, do Prefeito Municipal, concedendo pensão mensal à Dona Augusta Maria de Jesus, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 9x0 - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 16/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre celebração de convenio com a Secretaria da Educação, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Educação e contrario do relator da Comissão de Finanças: aprovado por 9x0 C/ O vereador Attilio Giardini declarou que votava favoravel mas que lavrava o seu protesto contra o ato do Governo do Estado, o qual estaria obrigado o Municipio a empregar as quotas do Fundo de Participação de acordo com o artigo do executivo Estadual, o que não estava certo, além de ser inconstitucional). Esgotada a materia em pauta, o Sr. presidente transmitiu aos Srs. vereadores um convite do Ginasio Divino Espirito Santo, para a festa de formatura de seus alunos, a realizar-se no dia 5 de dezembro de 1968. Em seguida, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Jeremias de Lucas, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamaso

José Fonseca

Ata da 18ª. sessão extraordinária, do 5º. ano, da 5ª. legislatura, da Camara Municipal de Tambal, realizada em 28 de novembro de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tamaso
Secretariada pelo Sr. José Fonseca

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Tambal, Estado de Luiz Idylo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Camara Municipal de Tambal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamaso, Attilio Giardini, Francisco Gaia, Antonio Tenório, Horacio Borgi de Oliveira, Adalberto Costa, Waldir Teres, Rubens Balsachi, José Fonseca e Getulio Spinelli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, passou-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Mensagem nº. 31/68, do Prefeito Municipal, encaminhando a prestação de contas do exercicio de 1967: "As Comissões de Justiça e Finanças, para parecer". 2) Indicação nº. 44/68, do vereador Francisco Gaia, solicitando ao executivo as seguintes providencias: a) o pagamento as professoras municipais dos vence-

mentos referentes às férias do mês de Julho; b) a concessão de um aumento de vencimentos de 40% ao funcionalismo municipal; c) a instituição, pela Prefeitura, de bolsas de estudos para alunos pobres poderem estudar na Faculdade de Direito de Timbal. 3) Projeto de decreto legislativo nº. 21/68, do vereador Antonio Penedo, concedendo o de "cidadão-punbalense" aos Srs. Jacinto Francisco da Costa Teixeira e João Batista Coletti: "A Comissão de Justiça:". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente anunciou ia passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 14/68, do Prefeito Municipal, concedendo pensão mensal a D. Augusta Maria de Jesus, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças aprovado por 9 x 0. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 16/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre celebração de convênio com a Secretaria da Educação, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Educação e contrário do relator da Comissão de Finanças: aprovado por 9 x 0, tendo os vereadores Attilio Giardini e Waldir Peres declarado que votavam favoravelmente, mas sob protesto, porquanto a imposição do executivo estadual para o pagamento da quota do acôrdo da arrecadação era arbitrária. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 15/68, do Prefeito Municipal, estimando a receita e fixando a despesa do Município de Timbal para o exercício de 1969, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 9 x 0. - 4) Discussão e votação única do projeto de resolução nº. 2/68, da Comissão de Justiça, dispondo sôbre a concessão de abono de Natal aos servidores da Câmara Municipal, com parecer favoravel da Comissão de Finanças: aprovado por 9 x 0. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 19/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a celebração de convênio com a Secretaria da Educação e dando outras providências, com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 9 x 0. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 19/68, do vereador Adalberto Costa, concedendo o título de "cidadão-punbalense" ao Comendador José Ermirio de Moraes, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado por 10 x 0. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 20/68, do vereador Victorio Tamasc, concedendo o título de "cidadão-punbalense" ao Dr. Nathanas da Gama e Silva, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado por 10 x 0. - 8) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 21/68, do vereador Rubens Baldachi, concedendo o título de "cidadão-punbalense" dos Srs. João Miguatti, Jorge Junes e Jacob Abrahão Kleinkauzen, com parecer favoravel da Comissão de Justiça: aprovado por 10 x 0. Com seguida, foi aprovado, por 9 x 0, um requerimento do vereador Victorio Borges de Oliveira, solicitando dispensa de redação final para as proposições referidas nos itens 1, 2, 3 e 4 da Ordem do Dia. Esgotada a materia em pauta, o Sr. presidente comunicou que o título de "cidadão-punbalense" concedido ao Ministro Jarso Dutra, da Educação, seria entregue na Faculdade de Direito de Timbal, no dia 30/11/1968, devendo fulgir em nome da Câmara Municipal o vereador Hipolito Borges de Oliveira. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Attulio Nunes, secretário, a fiz escrever. Victorio Tamasc

José Torreca

Ata da 15ª. sessão ordinaria, do 5º. ano, da 8ª. legislatura, da Câmara Municipal de Timbal, realizada em 5 de dezembro de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tamasc
Secretariada pelo Sr. José Torreca

Aos cinco dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Timbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Timbal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamasc, Hercilio Pinheiro, Antonio Penedo, José Torreca, Adalberto de Carvalho Rosas, José Geraldo Fernandes Teles, Attilio Giardini, Waldeir Peres, Rubens Baldachi, Getulio Spindola e Francisco Pena. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após um feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o Sr. presidente anunciou ia passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1.) Ofício da Diretoria do Grupo Escolar "Profa. Luiza Caneiro" formulando convite para a festividade de entrega de diplomas aos alunos desse estabelecimento de ensino: "Ficam convidados os Srs. vereadores". - 2) Requerimento do vereador Victorio Tamasc, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Orlando Florence: "Aprovado por 10 x 0. Oficie-se à familia do falecido". - 3) Requerimento nº 63/68, do vereador Adalberto Costa, solicitando 30 dias de licença: "Concedida a licença. Compareceu e assumiu a cadeira vaga o suplente João Pereira". - 4) Requerimento nº. 64/68, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, no sentido de ser oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura pedindo a desapropriação de um Engenheiro Agronomo para a Casa da Lavoura de Timbal: "Aprovado por 11 x 0. Oficie-se na forma requerida, digo, solicitada". - 5) Requerimento nº. 65/68, do vereador Hercilio Pinheiro, no sentido de ser oficiado ao Juiz de Direito da Comarca, solicitando o pleno funcionamento regular e imprescindivel com que funcionam as eleições municipais de 15 de novembro: "Aprovado por 11 x 0. Oficie-se na forma requerida, digo, solicitada". - 6) Projeto de lei nº. 22/68, do vereador Adauto de Carvalho Rosas, declarando de utilidade pública uma área de terreno destinada à construção de um campo de aviação: "Ao Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". - 7) Projeto de decreto legislativo nº. 23/68, do vereador José Torreca, concedendo o título de "cidadão-

pinhalense" ao Sr. Salvador D'Arcadia: "Comissão de Justiça". - Encarnado o Expediente, foi feita a leitura, pelo Sr. presidente, do relatório da presidência referente aos trabalhos legislativos do ano de 1968. Em seguida, o Sr. presidente deu a palavra aos Srs. vereadores. O vereador Antonio Tymolio agradeceu a atenção que recebeu de seus colegas durante o desempenho de seu mandato, expressou sua gratidão pela aprovação do requerimento de sua autoria solicitando um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, diante que tem ao seu lado. Em seguida, se fez e encerrou suas considerações formulando votos de Bom Natal e Próspero Ano Novo. O vereador Adauto C. Rosas apresentou suas despedidas aos seus colegas, pois não conseguiu ser reeleger-se na última eleição. Agradeceu os votos recebidos, declarou ter cumprido o seu dever, afirmou ter emitido inúmeros pareceres como membro da Comissão de Finanças e disse estar um pouco magoado porque a derrota de um homem público que pleiteia a reeleição não pode ser recebida com alegria. Disse seguindo, afirmou ter espírito democrático, relembrou que em 1964, quando o país vivia sob o terrorismo, clamou contra os totalitários que pretendiam levar o Brasil aos laços do comunismo, e que agora muitos traidores da Pátria foram colocados em postos de mando, fazendo com que os inimigos de ontem se tornassem os chefes de hoje, o que foi uma decepção para o povo. Afirmou que no desempenho de seu mandato teve somente um propósito: servir à sua terra e ao seu povo. Afirmou, em seguida, ser uma grande necessidade, para o Município, a designação de um agrônomo para a Casa da Lavoura, motivo pelo qual solicitava essa providência ao Sr. Secretário da Agricultura. Enseguindo, afirmou que a construção de um campo de aviação, em Pinhal, é uma providência que não pode tardar, pois as autoridades que nos visitam têm que descer com os aviões em campos localizados noutros municípios. Declarou, em seguida, sair da Câmara com a cabeça erguida e a consciência tranquila, pois cumpriu o seu dever, diz ardeu muitas vezes de seus colegas, mas sempre os respeitou. Encerrou suas considerações congratulando-se com os que dirigiram a Câmara durante os 5 anos de mandato e cumprimentou devezando muitas vezes o chefe do Executivo. O vereador Abílio Dimbrio congratulou-se com os membros da Mesa e com os colegas que trabalharam para o progresso da cidade, declarou que na última eleição não houve vencidos e nem vencedores, porque todos estiveram para o bem comum, e encerrou suas considerações cumprimentando os colegas de vereança. O vereador Attilio Guardini informou que os moradores das imediações da Estação Ferroviária estavam reclamando contra o funcionamento, ali, de um botequim, que fazia enorme barulho até a 1 hora da madrugada, motivo pelo qual solicitava providências do chefe do executivo para limitar o horário de funcionamento do referido aparelho. O vereador Waldir Pires apresentou suas despedidas à Câmara, declarou que no desempenho de seu mandato procurou servir a sua terra, afirmou que a atual foi uma das maiores administrações que Pinhal teve, mas que para isso o Prefeito contou com a colaboração da Câmara Municipal, a qual não fez política a agiu sempre com critério e acerto. Prosseguindo, afirmou que o Legislativo superou muitas vezes o Executivo, pois o primeiro sempre teve mais cabeças pensantes, tendo os vereadores honrado o mandato recebido do povo. Em seguida, congratulou-se com o prefeito, com o presidente da Câmara, com os colegas de vereança e com os funcionários do Legislativo, apresentando a todos os seus agradecimentos pela atenção com que foi distinguido durante o desempenho de seu mandato. O vereador José Geraldo Fernandes Leite disse sentir deixar o cenário alegre da Câmara, a qual serviu como escola de democracia, tendo durante o desempenho de seu mandato aprendido muita coisa boa. Prosseguindo, afirmou não ser pinhalense, mas considerava-se como tal, visto estar com Pinhal desde 2 anos de idade, além de ser pai e avô serem pinhalenses. Cumprimentou o presidente da Câmara pela maneira de conduzir com que sempre dirigiu os trabalhos legislativos, solicitou desculpas aos seus colegas por haver porventura ofendido alguém no andor dos debates e declarou que ao sair da Câmara, com o término de seu mandato, só levava saudades e a lembrança de haver servido a sua terra, agindo e opinando sempre de acôrdo com a sua consciência e visando prestar sua colaboração ao causa pública. Expressou seus agradecimentos aos funcionários da Câmara, cumprimentou o prefeito pela sua atuação à frente do executivo, agradeceu aqueles que lhe deram o voto na última eleição e encerrou suas considerações desejando a todos um Natal feliz e um próspero Ano Novo. O Sr. presidente agradeceu a colaboração de todos os vereadores, expressou sua tristeza por não terem vários vereadores sido reeleitos, exaltou o fato de os membros da Câmara Municipal serem, no final do mandato mais amigos do que no início, e encerrou dizendo que o prefeito muito deve à Câmara pelo apoio irrestrito que teve para dar um surto de progresso a Pinhal. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar a Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 27/67, da Comissão de Justiça, modificando dispositivos da lei que aprovou o Plano Diretor de Pinhal, com parecer favorável da Comissão de Serviços Públicos; aprovado por 11 x 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 19/68, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a celebração de convênio com a Secretaria da Educação, com parecer favorável das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 11 x 0. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 19/68, do vereador Adelberto Costa, concedendo o título de "cidadão pinhalense" ao Comendador José Ermírio de Moraes, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 11 x 0. - 4) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 20/68, do vereador Vitorio Tamasso, concedendo o título de "cidadão - pinhalense" ao Dr. Mathias da Gama e Silva, com

parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 11x0.- 5) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 21/68, do vereador Rubens Balsachi, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" aos senhores João Alquati, Jorge Yannes e Padre Mathias Herkuizen, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 11x0.- 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 15/68, do vereador Armando Del Giudice declarando de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 11x0 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 17/68, do vereador José G. F. Lito, declarando de utilidade pública a Escola de Recreação "Chapeuzinho Vermelho", com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 11x0.- 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 18/68, do vereador José G. F. Lito, declarando de utilidade pública a Escola de Inglês "Lio Sam", com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 11x0.- 9) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 21/68, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com hospedagem, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 11x0.- 10) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 22/68, do vereador Antônio Fenolio, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" aos srs. João Batista Coletti e Jacino Francisco da Costa Pereira, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 11x0.- 11) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 23/68, da Comissão de Justiça, aprovado, digo aprovando as contas do executivo municipal relativas ao exercício financeiro de 1967, com parecer favorável da Comissão de Finança: aprovado por 9 votos a 1. O vereador José G. F. Lito retirou-se do plenário na hora da votação; o vereador Adauto C. Rosas votou pela rejeição do projeto.- 12) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 20/68, do Prefeito Municipal, autorizando o Serviço Autonomo de Agua e Esgotos a contrair emprestimo com o Banco Nacional de Habitação e o Fundo Estadual de Saneamento Básico, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 10 votos a 0. O vereador José Geraldo Fernandes Lito retirou-se do plenario na hora da votação tendo declarado antes, porém, que o projeto deveria ter ido às suas mãos, como membro da Comissão de Finança, pois pretendia emendar a proposição, não tendo entretanto isso sido possivel. Lavrou o seu protesto contra o modo pelo qual o projeto tinha sido apreciado pela Câmara, pois entendia que o Serviço Autonomo de Agua e Esgotos, do jeito que fôra criado, iria acausar grandes complicações. O vereador Adauto de Carvalho Rosas fez declaração de voto dizendo ser contra as condições do emprestimo, tendo votado favoralvemente apenas para não ser tachado de edil contrário aos interesses do Municipio. Afirmou, ainda, ser necessário que a população seja esclarecida a respeito do assunto, pois os municipes pensam que o Municipio não é obrigado a pagar os emprestimo, o que não acontece, porquanto a União e o Estado se cercam de todas as garantias para posterior recebimento das importancias emprestadas. O vereador Waldir Peres declarou votar sob protesto. Em seguida, foi aprovado um requerimento do vereador Rubens Balsachi, pedindo dispensa de redação final para os projetos constantes dos intens de 1 a 5. Usou da palavra, em Explicação Pessoal, o vereador Adauto de Carvalho Rosas, que apresentou os seus agradecimentos pelas atenções que sempre recebeu dos funcionarios da Câmara, fazendo votos para que continuassem prestando relevantes serviços ao Legislativo. Encerrou suas considerações agradecendo aos eleitores que na última eleição votaram no seu nome. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente agradeceu os serviços prestados pelos funcionarios da Câmara Municipal durante o ano de 1968 convocou os srs. vereadores para a sessão extraordinaria a realizar-se logo após o termino da que estava se realizando e encerrou os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lemos, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamaso

Ata da 19ª. sessão extraordinária, do 5º. ano, da 5ª. legulatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 5 de dezembro de 1968.

Presidencia do sr. Victorio Tamaso
Secretariada pelo sr. José Torreca

Aos cinco dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Municipal, edificio onde funciona a Câmara de Pinhal, logo após o encerramento da 15ª. sessão ordinaria, procedendo-se à chamada dos srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Victorio Tamaso, Abilio Pinheiro, Antonio Fenolio, José Torreca, Adauto de Carvalho Rosas, José Geraldo Fernandes Lito, Attilio Giardini, Waldir Peres, Rubens Balsachi, Getulio Spinelli, Francisco Gória e João Vieira. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovados em segunda discussão e dispensados de redação final, a requerimento do vereador Rubens Balsachi, os projetos de lei de ns. 15/68, 17/68, 18/68, 20/68 e 21/68, e os projetos de decreto legislativos de ns 22/68 e 23/68. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lemos, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamaso

Ata da 20ª sessão extraordinária, do 5º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Timbal, realizada em 12 de dezembro de 1968.
Presidência do Sr. Victorio Tamasso
Secretariada pelo Sr. Antonico Fenélio

Aos doze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Timbal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Timbal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamasso, Antonio Fendio, Attilio Giandini, Celio Torto Fernandes, Heraclio Borges de Oliveira, Waldir Peres, José Scapucci, Petulio Spinelli, Rubens Balsachi e Francisco Goia. Havendo número legal, foram iniciados os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Santo Crucificado, o Sr. presidente determinou fosse feita a leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício do juiz de Direito de S. J. Boa Vista, para a inauguração do novo fourn da depmarka: "Ficam convidados os Srs. vereadores". - 2) Telegrama do Prefeito Faria Leiçna, convidando a Câmara para a cerimônia de início das obras do metrô: "Ficam convidados os Srs. vereadores". - 3) Ofícios do Colégio Comercial "Euripedes Santos do Timbal" e Instituto de Educação "Bandeira Neme" convidando a Câmara para as solenidades de formatura de seus alunos: "Ficam convidados os Srs. vereadores". - 4) Indicação nº. 45/68, do vereador Celio Torto Fernandes e outros, para que seja concedido um abono de Natal aos funcionários municipais: "Ao Sr. Prefeito". 5) Requerimento nº. 66/68, do vereador Attilio Giandini, no sentido de se oficiar à Assembléia Legislativa do Estado pedindo que autorize o executivo estadual a doar ao Município os imoveis da Rodovia Estradas de Ferro: "Aprovado por 10x0. Oficie-se na forma requerida, digo, solicitada". - 6) Requerimento nº. 67/68, do vereador Attilio Giandini, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lesa Fom Monteiro: "Aprovado por 10x0. Oficie-se à família do extinto". - 7) Projetos de lei do Sr. Prefeito Municipal: a) nº. 23/68, autorizando o Município a contribuir para o Fundo Estadual de Fomento Básico: "Às Comissões de Justiça e Finanças". - b) nº. 24/68, dispondo sôbre a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento do 13º. Salário e abono de Natal aos servidores municipais: "Às Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do Expediente, foi aprovado, por 10x0, um requerimento do vereador Celio Torto Fernandes, congratulando-se com D. Maria Marina Leiceira, pela sua aprovação no cargo de escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil, e com o Sr. Celio Leiceira pela sua nomeação para o cargo, digo referido cargo. Foi aprovado, em segunda discussão, por 10x0, o requerimento nº. 68/68, do vereador Attilio Giandini e outros, solicitando a inclusão, na Ordem do Dia da sessão que estava se realizando, do projeto de lei nº. 24/68. Consultadas as Comissões de Justiça e Finanças sôbre a possibilidade de exararem parecer sôbre os projetos de lei de nº. 23/68 e 24/68, responderam estas afirmativamente. Dizente disse o Sr. presidente nomear, de acôrdo com o artigo 37 do Regimento Interno, o vereador Rubens Balsachi para substituir o vereador Adauto de Carvalho Rogas, que se encontrava ausente na Comissão de Finanças. Com seguida, suspendeu os trabalhos por 20 minutos, para que as Comissões exarassem os respectivos pareceres. Decorrido êsse prazo, foram reabertos os trabalhos passando-se à Ordem do Dia, que se constituiu de seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 33/68, de vereador José Fonseca, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Sr. Salvador Ribeiro Arcadia, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 10x0. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 23/68, do Prefeito Municipal, autorizando o Município a contribuir para o Fundo Estadual de Fortalecimento Básico, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 10x0. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 24/68, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento do 13º. Salário e abono de Natal aos servidores municipais, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 10x0. Logotada a matéria em pauta, o Sr. presidente comunicou ao Plenário que, em seguida digo, solenidade realizada em data de 30 de novembro de 1968, no prédio da Faculdade de Direito de Timbal, foi feita a entrega, ao Monsenhor Jorge Dutra, da Ordem do Mérito da Educação, do título de "cidadão-pinhalense" ao Monsenhor Jorge Dutra, da Educação, do título de "cidadão-pinhalense" tendo nessa oportunidade saudado o homenageado, em nome da Câmara Municipal, o vereador Horacio Borges de Oliveira. Em seguida, o Sr. presidente convocou os Srs. vereadores para outra sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da que estava se realizando, para serem votados, em 2ª. discussão, os projetos aprovados em 1ª. discussão. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Medeiros, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamasso

Ata da 21ª. sessão extraordinária, do 5º. ano, da 5ª. legislatura, da Câmara Municipal de Timbal, realizada em 12 de dezembro de 1968.
Presidência do Sr. Victorio Tamasso
Secretariada pelo Sr. Antonico Fenélio

Aos doze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Timbal,

Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Embu, logo após o encerramento da 20ª. Sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Tamasso, Antonio Fenolio, Attilio Giandoni, Celio Porto Fernandes, Horacio Borges de Oliveira, Waldir Teres, José Fonseca, Getulio Spinelli, Rubens Balsachi e Francisco Gória. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido aprovados, em 2ª. discussão, por 10 x 0, e dispensados de redação final a requerimento do vereador Rubens Balsachi, o projeto de debate, legislativo nº 772 23/68 e os projetos de lei nºs. 25/68, e 24/68. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, datilógrafo de turno, auxiliar, a fiz escrever.

Victorio Tamasso

Ata da sessão solene da Câmara Municipal de Embu, realizada em 26 de dezembro de 1968.

Presidência do Sr. Victorio Tamasso

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Embu, Estado de São Paulo, no salão de festas do Esporte Clube Comercial, às 20 horas, reuniu-se, em sessão solene, a Câmara Municipal de Embu, sob a presidencia do Sr. Victorio Tamasso e com a presença dos vereadores Celio Porto Fernandes, Waldir Teres, Adauto de Carvalho Rosa, José Geraldo Fernandes Rito, Getulio Spinelli, Attilio Giandoni, José Fonseca e Rubens Balsachi. Abrindo os trabalhos, o Sr. presidente convidou, para fazerem parte da mesa, o Sr. Adelino Guanaes, representando o Sr. Prefeito Municipal; o Dr. Décio de Almeida Abello Freire, Delegado de Polícia; o Padre Reynaldo; o Padre Fidelis, Superior do Seminario N.S. Assunção; o Padre Canisio, Vigario da Igreja de Cotia; e o Padre Jerônimo Balbino Fuccelli, Vigário da Freguesia; e Sr. Armando Antonio Emi Forlenza, Instrutor do Tiro de Guerra nº 229; e o Sr. Figueiredo Marques Junior, Diretor do "A Folha". Após ser feito o minuto de silêncio em homenagem à memória do Conde Modesto Leopoldo Diogo Matarazzo, o Sr. presidente comunicou que a sessão solene tinha, como finalidade, a entrega de títulos de "cidadão-pinheirense" aos senhores João Alquati, Jorge Gama, Padre Mateus Heerhuizen, Jorge Batista Colelli, Jacinto Francisco da Costa Pereira e Salvador D'Arcadia Bergmann, em seguida, os vereadores Rubens Balsachi e José Fonseca para, em comissão entrarem no homenageados no recinto, o que foi feito sob uma salva de palmas. Usou da palavra, em nome da Câmara Municipal, o vereador Waldir Teres, que saudou os homenageados, fazendo varias considerações sôbre a personalidade de cada um. Agradeceu, em seguida, em seu proprio nome, o Padre Mateus Heerhuizen. Fez uso da palavra o Sr. Jacinto Francisco da Costa Pereira, que agradeceu, em seu e em nomes dos Srs. Jorge Batista Colelli, e Jorge Gama, a homenagem tributada pela Câmara Municipal. Agradecendo a outorga do título concedido ao seu avô, Sr. Salvador D'Arcadia usou da palavra o Sr. José de Almeida D'Arcadia, usaram da palavra, também, fazendo considerações sôbre a concessão dos títulos de "cidadão-pinheirense" pelo vereador os Padres Canisio e Fidelis. Em seguida, o Sr. presidente comunicou que por motivo de enfermidade e por encontrar-se fora da cidade, o Sr. João Alquati não pudera comparecer para receber o título, agradecendo a presença das autoridades civil, militares e eclesiásticas e do grande número de pessoas que compareceu para prestigiar a solenidade, formulou votos de um prospero e feliz Ano Novo para todos, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, datilógrafo de turno, auxiliar, a fiz escrever.

Victorio Tamasso

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Embu, realizados em 16 de janeiro de 1969.

Presidência do Sr. Antonio Fenolio

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Embu, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Embu, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos Srs. vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antonio Fenolio, Waldir Teres, Adalberto Costa, Attilio Tinhico e Horacio Borges de Oliveira. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, mas estando presentes 5 vereadores, o Sr. presidente determinou fosse feita, de acordo com o artigo 13 da Lei Orgânica dos Municipios a leitura do expediente que não dependesse de voto da Câmara, e que constava do seguinte: 1) Ofícios do Sr. Nelson Teixeira e D. Maria Marsura Medina, o primeiro agradecendo os cumprimentos pela sua investidura no cargo de Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil, e a segunda congratulando-se pela sua aposentadoria no referido cargo: "Ciente. Arquive-se" - 2) Ofícios dos Srs. Ministros do Exercito Gotho, Souza e Costa e Rodrigues Alves e Joaquim Nogueira Paranhos agradecendo os votos de pesar aprovados pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se" - 3) Ofício do Dr. Euvaldo Veríssimo Monteiro dos Santos, Juiz de Direito da Comarca, agradecendo os cumprimentos que lhe foram enviados pelo seu aniversário no último Noticiário Editorial: "Ciente. Arquive-se". - 4) Ofício do Secretário da Agricultura prestando informações sobre o afastamento da entrada de Embu - Serra de Andradas: "Ciente. Arquive-se". - 5) Fa-

dicação nº. 1169, do vereador Antonio Fenolio e outros, no sentido de ser concedida, pela Prefeitura, uma verba de Nc$ 5.000,00 para os festejos do carnaval de 1969: "Ao Sr. Prefeito Municipal" - 6) Indicação nº 2/69, do vereador Antonio Fenolio, para que seja solucionado o problema da falta de agua num trecho da Rua Floriano Peixoto e solicitando ao executivo melhor comunicação das ruas dos municipios: "Ao Sr. Prefeito". 7) Requerimento nº. 1169, do vereador Hélio Tenreiro, solicitando a constituição de uma comissão de vereadores para visitar o Sr. Coronel de Abreu da Fonseca, que se encontra enfermo: "Envie-se para conhecimento da casa". - 8) Mensagem nº. 34/68, do Prefeito Municipal, retirando totalmente o projeto de lei nº. 21/67: "A Comissão de Justiça, para parecer". Encerrada a leitura do Expediente, o Sr. presidente determinou fosse feita nova chamada, para terem decorridos os 15 minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmos vereadores que responderam a primeira, prosseguindo assim a falta de número legal para o prosseguimento dos trabalhos, os quais foram encerrados com segunda Ordem, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Antonio de Lucas, secretário, a fiz escrever.

Victorio Tamassia

Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Pindal, realizada em 30 de janeiro de 1969.

Presidência do Sr. Victorio Tamassia
Secretariado pelo Sr. Gustavo Balzachi

Aos trinta dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pindal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal do Estado, Estado de São Paulo, às 20 horas, presentes os Srs. vereadores abaixo relacionados, sob a presidência do Sr. Victorio Tamassia, Orlando de Oliveira Roberto Cardoso, Arlindo Balzachi, Adalberto Costa, Emilio Zappelli, Antonio Emilio José Geraldo Fernandes Vilo, Celso Neto Fernandes, Armando del Giudice, Honorato Junqueiro Lagal foram abertos os trabalhos. Após ser feita uma curta explanação sobre o andamento da ordem do dia proposta, o Sr. Presidente convidou os vereadores Horacio Borges de Oliveira, Armando del Giudice e José G. F. Vilo para, em comissão, introduzirem o Prefeito Municipal Hélio Tenreiro Neto no plenário, o que foi feito. Tomando a Mesa, a seguir, junto à presidência da Câmara, foi lavrada, posta a leitura do Expediente que constava do seguinte: 1) Ofício do Prefeito Municipal Agradecendo a voto de pesar aprovado pela Câmara: "Ciente". Arquive-se". 2) Mensagem nº 3/69 do Executivo José G. F. Vilo sobre a subvenção da instituição de ensino ora sob os auspícios da Guerra 739: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". b) Ofício nº 4/69 do Vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 3) Requerimento nº 1169, do Sr. Prefeito Municipal encaminhando uma declaração de bens referente ao fim de mandato: "À Secretaria da Câmara, do acordo com o Artigo da Resolução nº 3 de 20-3-1962. 4) Projeto de Lei: a) nº 1169 do Prefeito Municipal Autorizando Este autorizado certa a concessão de auxílio". 5) Indicações: a) Indicação nº 1169, Requerendo sobre a construção do aeroporto: "Às Comissões de Justiça e Finanças". b) Indicação nº 2/69 do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". c) Indicação nº 4/69 do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 6) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 7) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 8) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 9) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 10) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 11) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 12) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 13) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 14) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 15) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 16) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 17) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 18) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 19) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 20) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 21) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 22) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 23) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 24) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 25) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 26) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 27) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 28) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 29) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 30) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 31) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 32) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 33) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 34) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 35) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 36) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 37) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 38) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 39) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 40) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 41) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 42) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 43) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 44) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 45) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 46) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 47) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 48) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 49) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 50) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 51) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 52) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 53) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 54) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 55) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 56) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 57) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 58) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 59) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 60) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 61) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 62) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 63) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 64) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 65) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 66) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 67) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 68) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 69) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 70) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 71) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 72) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 73) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 74) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 75) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 76) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 77) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 78) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 79) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 80) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 81) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 82) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 83) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 84) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 85) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 86) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 87) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 88) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 89) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 90) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 91) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 92) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 93) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 94) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 95) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 96) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 97) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 98) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 99) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 100) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 101) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 102) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 103) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 104) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 105) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 106) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 107) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 108) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 109) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 110) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 111) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 112) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 113) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 114) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 115) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 116) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 117) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 118) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 119) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 120) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 121) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 122) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 123) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 124) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 125) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 126) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 127) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 128) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 129) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 130) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 131) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 132) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 133) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 134) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 135) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 136) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 137) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 138) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 139) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 140) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 141) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 142) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 143) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 144) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 145) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 146) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 147) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia Neto, solicitando seja concedido um auxílio de Nc$ 1.500,00 à Fundação Educacional de Amparo, ao ofício: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito". 148) Requerimento nº 1169, do vereador Victorio Tamassia

porém, não foi possível em virtude do atraso no pagamento das quotas devidas ao Município pela União, Estado e Caixa Econômica, pagar num total de Cr$ 109.000,00 o que infelizmente não era possível. Porquanto, ligara para a próxima administração receber dos Governo Federal e Estadual a importância de Cr$ 195.000,00 (cento e cinco mil cruzeiros) que durante a sua administração o referido Município deixou de receber no total de Cr$ 350.000,00 para a limpeza de Córrego e pavimentação de ruas da cidade. Pede que desculpem esta sua falta, pois durante estes seus quatro anos de administração procurou sempre bem servir aos munícipes, fazendo tudo que estava ao seu alcance para o progresso e bem estar de todos. Deixando para o seu sucessor uma administração planejada com os serviços de energia elétrica e água inteiramente em dia e a cidade além de outros importantes melhoramentos, engrandecida e muito considerada, afirmou que tudo fez para corresponder à confiança da população ribeirense. Solicitou que procurem sempre o engrandecimento cada vez maior de Ribeirão Preto, para orgulho dos seus moradores. Em seguida, o Sr. Presidente agradeceu as palavras e referências feitas à sua pessoa, dizendo que nunca pensara ouvir palavras tão generosas da Câmara, pois sempre procurou corresponder à confiança que lhe depositaram. Agradeceu à polícia do Município, bem como à Guarda Civil, pela maneira como cooperaram para a manutenção da ordem pública. Em seguida, o Sr. Presidente agradeceu à Câmara a maneira como

Acta da sessão solene da Câmara Municipal de Rinhal, realizada em 1º de Fevereiro de 1969.

Presidência do Sr. Hélio Vergueiro Leite

Ao primeiro dia do mês de Fevereiro de um mil novecentos e sessenta e nove nesta cidade de Rinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Rinhal, às 11 horas, foi aberta a sessão solene para posse da Câmara eleita para o quadriênio de 1969 a 1972. Compareceram os Vereadores Pedro Fernandes, Arnaldo Pereira Florence, Hélio Vergueiro Leite, Victorio Tamaso, Waldemiro Rocha, Wanderlei Zilordi, Antonio Espinosa Filho, José Antonio Pinto, Edmundo Fonseca, Victorio Tamaso, Waldemiro Rocha e Wanderlei Zilordi. Assumiu a presidência do primeiro pelo artigo 6º da Lei Orgânica dos Municípios para ser o mais votado entre os presentes o Vereador Hélio Vergueiro Leite. Usando da palavra o Sr. Presidente declarou: Em face da falta de quorum para a eleição da Mesa da Câmara e sua posse, por voto secreto, e de acordo com o artigo 10 da Lei Orgânica dos Municípios, vamos proceder a eleição para os cargos de presidente, 1º e 2º secretários. Feita a eleição para os cargos de presidente, 1º e 2º secretários, foi verificado o resultado da votação: para presidente Pedro Fernandes, 6 votos; Waldemiro Rocha, 3 votos para 1º secretário Victorio Tamaso para presidente, 5 votos; para 1º secretário Edmundo Fonseca, 6 votos; para 2º secretário Hélio Guardian 6 votos; Antonio Espinosa 5 votos. Sendo presidente declarou eleitos respectivamente para cargos de Presidente, 1º e 2º secretários, os Vereadores Pedro Fernandes, Edmundo Fonseca e Hélio Guardian. Passou em seguida a eleição para Vereador, Pedro Fernandes para presidir a sessão. O Vereador Pedro Fernandes agradeceu a preferência e declarou que os vereadores, Edmundo Fonseca, Hélio Guardian, Arnaldo Pereira Florence, Hélio Vergueiro Leite, José Antonio Pinto e o próprio Pedro Fernandes, prefeito Adolfo Costa, tinham apresentado declaração de bens. Que mesmo tempo solicitou aos demais Vereadores em tomarem igual providência, que era uma exigência legal. Em seguida, em seguida aos senhores Vereadores. O Vereador Victorio Tamaso pediu a palavra e disse: Sr. Presidente, Sr. Vereadores, Sr. Prefeito, Sr. Promotor, Sr. Delegado, Sr. Juiz de Direito

decer." Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente determinou fosse feita nova chamada, tendo então dado-se o quinze minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se ao ausência dos vereadores Alberto Fernandes e Joaquim Rocha, tendo a falta, ao número legal para o prosseguimento dos trabalhos, as duas faltas anteriormente em seguida. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanilmo de Freitas, secretário, a fiz escrever.

Ata da 1ª sessão ordinária, do 1º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Tribal, realizada em 20 de fevereiro de 1969.
Presidência do sr. Celso Costa Fernandes
Secretariado pelo sr. Leopoldo Miranda

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Tribal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tribal, às dezoito horas, procedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Costa Fernandes, Attilio Guarnieri, Cyrino Saturno, Wenceslau Zagoski, Waldemiro Rocha, Antonio Simões, Leopoldo Miranda, José Antonio Coimbra Filho e José Edmundo Stant. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos pelo sr. presidente, ao ser dada leitura à ata da sessão anterior, que foi aprovada sem restrições. Em seguida, o sr. presidente solicitou ao sr. secretário que procedesse à leitura do expediente, o que foi feito pelo mesmo, constando de: 1)- Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando a prestação de contas referente ao mês de janeiro do corrente ano; 2)- Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o projeto de lei nº 2/69, que dispõe sobre o aumento de vencimentos dos funcionários municipais; 3)- Requerimento nº 2/69, do vereador Waldemiro Rocha, solicitando 30 dias de licença, a partir de 21-2-1969; 4)- Convite para o lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar "Dr. Virgínio Leite", a realizar-se no dia 23 do corrente mês, às 15 horas; 5)- Convite para o lançamento da pedra fundamental do Ginásio Estadual "Prof. Antonio Simões", a realizar-se no dia 23 do corrente mês, às 16 horas; 6)- Ofício do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, solicitando providências no sentido de ser cumprido o decreto legislativo que aprovou as contas do exercício financeiro referente ao ano de 1967; 7)- Requerimento do vereador Cyrino Saturno, solicitando a transcrição de artigo de jornal, referente à Assistência Social; 8)- nº 4/69, do vereador Celso Costa Fernandes, solicitando informações sobre o concurso público para o cargo de Escriturário da Prefeitura; 9)- nº 5/69, do vereador Celso Costa Fernandes, solicitando informações sobre o concurso público para o cargo de Escriturário da Prefeitura; 10)- nº 6/69, do vereador Celso Costa Fernandes, solicitando informações sobre o concurso público para o cargo de Escriturário da Prefeitura;

Limhal, às vinte horas, procedido-se à chamada dos vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Pinto Fernandes, Attilio Giardini, Antonio Tenório Vitorio Campos, Waldomiro Rocha e Wanderley Zaboti. Em seguida passou-se aos trabalhos, tendo sido aprovada a ata da sessão anterior, e em seguida procedeu-se à leitura do expediente, que constava do seguinte: 1) - Ofício do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando cópias dos termos de posse dos novos funcionários nomeados, durante a licença dada ao titular. Ciente. Arquive-se. 2) - Declaração de voto do vereador Antonio Tenório. Leia-se e arquive-se. 3) - Requerimento do vereador Victorio Campos, solicitando a convocação, na data, dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 4) - Requerimento nº 4/69, do vereador Attilio Giardini, no sentido de ser feito um minucioso estudo sôbre as ruas, de modo a serem as mesmas numeradas, bem como, de modo a ser feita uma planta da cidade, com a indicação dos nomes das ruas. Aprovado. 5) - Requerimento nº 5/69, do vereador Victorio Campos, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 6) - Requerimento nº 6/69, do vereador Attilio Giardini, no sentido de ser feito um minucioso estudo sôbre as ruas, de modo a serem as mesmas numeradas, bem como, de modo a ser feita uma planta da cidade, com a indicação dos nomes das ruas. Aprovado. 7) - Requerimento nº 7/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 8) - Requerimento nº 8/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 9) - Requerimento nº 9/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 10) - Requerimento nº 10/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 11) - Requerimento nº 11/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 12) - Requerimento nº 12/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 13) - Requerimento nº 13/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 14) - Requerimento nº 14/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 15) - Requerimento nº 15/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 16) - Requerimento nº 16/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 17) - Requerimento nº 17/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 18) - Requerimento nº 18/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 19) - Requerimento nº 19/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 20) - Requerimento nº 20/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 21) - Requerimento nº 21/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 22) - Requerimento nº 22/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 23) - Requerimento nº 23/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 24) - Requerimento nº 24/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 25) - Requerimento nº 25/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 26) - Requerimento nº 26/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 27) - Requerimento nº 27/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 28) - Requerimento nº 28/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 29) - Requerimento nº 29/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 30) - Requerimento nº 30/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 31) - Requerimento nº 31/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 32) - Requerimento nº 32/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 33) - Requerimento nº 33/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 34) - Requerimento nº 34/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 35) - Requerimento nº 35/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 36) - Requerimento nº 36/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 37) - Requerimento nº 37/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 38) - Requerimento nº 38/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 39) - Requerimento nº 39/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 40) - Requerimento nº 40/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 41) - Requerimento nº 41/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 42) - Requerimento nº 42/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 43) - Requerimento nº 43/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 44) - Requerimento nº 44/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 45) - Requerimento nº 45/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 46) - Requerimento nº 46/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 47) - Requerimento nº 47/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 48) - Requerimento nº 48/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 49) - Requerimento nº 49/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 50) - Requerimento nº 50/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 51) - Requerimento nº 51/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 52) - Requerimento nº 52/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 53) - Requerimento nº 53/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 54) - Requerimento nº 54/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 55) - Requerimento nº 55/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 56) - Requerimento nº 56/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 57) - Requerimento nº 57/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 58) - Requerimento nº 58/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 59) - Requerimento nº 59/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 60) - Requerimento nº 60/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 61) - Requerimento nº 61/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 62) - Requerimento nº 62/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 63) - Requerimento nº 63/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 64) - Requerimento nº 64/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 65) - Requerimento nº 65/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 66) - Requerimento nº 66/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 67) - Requerimento nº 67/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 68) - Requerimento nº 68/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 69) - Requerimento nº 69/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 70) - Requerimento nº 70/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 71) - Requerimento nº 71/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 72) - Requerimento nº 72/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 73) - Requerimento nº 73/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 74) - Requerimento nº 74/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 75) - Requerimento nº 75/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 76) - Requerimento nº 76/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 77) - Requerimento nº 77/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 78) - Requerimento nº 78/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 79) - Requerimento nº 79/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 80) - Requerimento nº 80/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 81) - Requerimento nº 81/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 82) - Requerimento nº 82/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 83) - Requerimento nº 83/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 84) - Requerimento nº 84/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 85) - Requerimento nº 85/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 86) - Requerimento nº 86/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 87) - Requerimento nº 87/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 88) - Requerimento nº 88/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 89) - Requerimento nº 89/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 90) - Requerimento nº 90/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 91) - Requerimento nº 91/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 92) - Requerimento nº 92/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 93) - Requerimento nº 93/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 94) - Requerimento nº 94/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 95) - Requerimento nº 95/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 96) - Requerimento nº 96/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 97) - Requerimento nº 97/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 98) - Requerimento nº 98/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 99) - Requerimento nº 99/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 100) - Requerimento nº 100/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada.

Limhal, às vinte horas, procedido-se à chamada dos vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Pinto Fernandes, Attilio Giardini, Antonio Tenório Victorio Campos, Waldomiro Rocha e Wanderley Zaboti. Em seguida passou-se aos trabalhos, tendo sido aprovada a ata da sessão anterior, e em seguida procedeu-se à leitura do expediente, que constava do seguinte: 1) - Ofício do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando cópias dos termos de posse dos novos funcionários nomeados, durante a licença dada ao titular. Ciente. Arquive-se. 2) - Declaração de voto do vereador Antonio Tenório. Leia-se e arquive-se. 3) - Requerimento do vereador Victorio Campos, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 4) - Requerimento nº 4/69, do vereador Attilio Giardini, no sentido de ser feito um minucioso estudo sôbre as ruas, de modo a serem as mesmas numeradas, bem como, de modo a ser feita uma planta da cidade, com a indicação dos nomes das ruas. Aprovado. 5) - Requerimento nº 5/69, do vereador Victorio Campos, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 6) - Requerimento nº 6/69, do vereador Attilio Giardini, no sentido de ser feito um minucioso estudo sôbre as ruas, de modo a serem as mesmas numeradas, bem como, de modo a ser feita uma planta da cidade, com a indicação dos nomes das ruas. Aprovado. 7) - Requerimento nº 7/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 8) - Requerimento nº 8/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 9) - Requerimento nº 9/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 10) - Requerimento nº 10/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 11) - Requerimento nº 11/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 12) - Requerimento nº 12/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 13) - Requerimento nº 13/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 14) - Requerimento nº 14/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 15) - Requerimento nº 15/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 16) - Requerimento nº 16/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 17) - Requerimento nº 17/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 18) - Requerimento nº 18/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 19) - Requerimento nº 19/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 20) - Requerimento nº 20/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 21) - Requerimento nº 21/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 22) - Requerimento nº 22/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 23) - Requerimento nº 23/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 24) - Requerimento nº 24/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 25) - Requerimento nº 25/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 26) - Requerimento nº 26/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 27) - Requerimento nº 27/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 28) - Requerimento nº 28/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 29) - Requerimento nº 29/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 30) - Requerimento nº 30/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 31) - Requerimento nº 31/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 32) - Requerimento nº 32/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 33) - Requerimento nº 33/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 34) - Requerimento nº 34/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 35) - Requerimento nº 35/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 36) - Requerimento nº 36/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 37) - Requerimento nº 37/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 38) - Requerimento nº 38/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 39) - Requerimento nº 39/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 40) - Requerimento nº 40/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 41) - Requerimento nº 41/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 42) - Requerimento nº 42/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 43) - Requerimento nº 43/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 44) - Requerimento nº 44/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 45) - Requerimento nº 45/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 46) - Requerimento nº 46/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 47) - Requerimento nº 47/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 48) - Requerimento nº 48/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 49) - Requerimento nº 49/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 50) - Requerimento nº 50/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 51) - Requerimento nº 51/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 52) - Requerimento nº 52/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 53) - Requerimento nº 53/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 54) - Requerimento nº 54/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 55) - Requerimento nº 55/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 56) - Requerimento nº 56/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 57) - Requerimento nº 57/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da Comarca. Aprovado por 5 votos a 2. Oficie-se, na forma solicitada. 58) - Requerimento nº 58/69, do vereador Attilio Giardini, solicitando a convocação, na data dos trabalhos legislativos, do sr. Juiz de Direito da

Stant e Romildo Miranda. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo, crucificado, o Sr. presidente determinou com leitura a Ultima do Expediente, que constava de seguinte: 1) - Convite ao Diretor da Faculdade de Agronomia e Zootecnia "Manoel Carlos Gonçalves", convidando os senhores Vereadores para a aula inaugural deste estabelecimento de ensino: "A presidência da Câmara esteve presente na sessão de Arquivo-se". 2) - Ofícios: a) do Conselho Municipal de Assistência Social - "Comissão" - agradecendo a apresentação de um projeto de lei, agradecendo a apresentação digo, desfavorando a entidade de utilidade pública. "Junte-se ao projeto de lei nº 5/69"; b) - do Sr. José Augusto Marim, Juiz de Direito de São João da Boa Vista, agradecendo o voto de pesar proposto por ocasião do falecimento de seu pai: "Pido para colocamento da Casa. Arquivo-se"; c) - do Sr. Prefeito Municipal, prestando informações sobre a construção de uma ponte sobre o Corrego Sertãozinho, no final da Rua Prudente de Moraes: "Pido para conhecimento da Casa. Arquivo-se". 3) - Indicações: a) - nº 8/69, do Vereador Helio Vergueiro Leite, sugerindo seja colocada uma placa no Estádio Municipal, contendo os nomes dos integrantes da última Comissão Municipal de Esportes: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal"; b) - nº 10/69, do Vereador Helio Vergueiro Leite, sugerindo seja colocada uma placa, digo, realizado um Estudo sobre o alargamento das estradas municipais: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal"; c) - nº 11/69, do Vereador Wanderlei Zilordi, no sentido de ser executado o serviço de colocação da rede de esgoto e calçamento das ruas Sebastião Ferraz e Leocádio de Faria: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal"; d) - nº 9/69, do Vereador Helio Vergueiro Leite, no sentido de ser dado a uma rua da cidade, o nome do Sr. Adhemar Pereira de Barros: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal"; e) - nº 12/69, do Vereador José Antonio Coimbra Filho, no sentido de ser colocado um relógio elétrico na Praça da Independência: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal". 4) - Requerimentos: a) - do Vereador Antonio Fenolio: I - nº 5/69 - solicitando providências do Chefe do Executivo, no sentido de ser reparado o prédio da Casa da Lavoura de Pinhal, o qual apresenta várias rachaduras: "Aprovado por 10 x 0. Ofície-se na forma solicitada"; II - nº 6/69, no sentido de ser oficiado ao Senhor Secretário da Agricultura, solicitando a designação de um agrônomo para a Casa da Lavoura de Pinhal: "Aprovado por 10 x 0. Ofície-se na forma solicitada"; III - nº 7/69, pedindo a inserção na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lindolpho de Souza Leite: "Aprovado por 10 x 0"; b) - do Vereador Helio Vergueiro Leite: I - nº 8/69 - propondo a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adhemar Pereira de Barros: "Aprovado por 10 x 0"; II - nº 9/69, no sentido de ser oficiado ao Sr. João Francez em São João da Boa Vista, solicitando a designação de um agrônomo para a Casa da Lavoura de Pinhal: "Aprovado por 10 x 0. Ofície-se na forma solicitada"; III - nº 10/69, no sentido de ser inserir, na ata dos trabalhos legislativos, um voto de congratulações com os senhores Luiz Carlos Lampasso e José Tessarini, pela iniciativa de instalarem, em Pinhal, um laboratório de análises e solicitando aos mesmos um entrosamento com o S.O.S., para a realização de exames mais em conta para as pessoas pobres assistidas por esta instituição beneficente: "Aprovado por 10 x 0. Ofície-se na forma solicitada"; c) - do Vereador José Antonio Coimbra Filho: I - nº 11/69 congratulando-se com a Gráfica Pinhal Ltda., pela renovação de seu inaugurado e pela compra de novos e modernos equipamentos: "Aprovado por 10 x 0"; II - nº 12/69, propondo a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com o Sr. José Aparecido Vicentini, pela sua promoção para o cargo de Delegado Regional de Polícia de Vinhaba: "Aprovado por 10 x 0"; III - nº 13/69, propondo um voto de pesar pelo falecimento do senhor Valdemar Pereira de Barros: "Aprovado por 10 x 0"; d) - nº 14/69 do Vereador José Antonio Coimbra Filho, solicitando a constituição de duas comissões especiais para tratar da seguinte: I - estudar as razões do fechamento do Conservatório municipal e apontar as providências cabíveis; II - estudar as razões do fechamento da Escola de Auxiliares de Enfermagem, e tomar as providências necessárias: "Aprovado por 10 x 0. Nomeio para constituirem a comissão solicitada no item I, os Vereadores José Antonio Coimbra Filho, Antonio Fenolio, Arnaldo Silva Florence e Helio Vergueiro Leite e para constituirem a comissão solicitada no item II, os Vereadores Atilio Jardini, José Antonio Coimbra Filho, Victório Tamaso e Waldomiro Rocha"; e) - nº 15/69, do Vereador José Eduardo Stant, solicitando a constituição de uma comissão especial para tratar, junto às autoridades competentes da propalada extinção da Agência dos Correios e Telégrafos de Pinhal: "Aprovado por 10 x 0. Nomeio para constituirem a comissão os Vereadores José Eduardo Stant, Romildo Miranda, Wanderlei Zilordi e Helio Vergueiro Leite";

Do nº 16/69 do Vereador Arnaldo Maria Thomaz, solicitando ao chefe do Executivo seja instituída a Medicação, em regime gratuito, dos funcionários do Município que sofrem de doenças contagiosas da pele, bem como as providências necessárias no sentido de se evitar a disseminação do referido mal. Aprovado por 1980 votos. Vereador Ismael Pereira solicitando o envio de cópias autênticas ao Dr. Juiz Corregedor dos Cartórios do Comércio e Comissão de Justiça. 3) - Ofício do Chefe Executivo nº 69 do Vereador Manoel Rodrigues, solicitando o envio de cópias autênticas ao Dr. Juiz Corregedor dos Cartórios do Comércio e Comissão de Justiça. 4) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 5) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 6) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 7) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 8) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 9) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 10) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 11) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 12) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 13) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 14) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 15) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 16) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 17) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 18) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 19) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 20) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 21) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 22) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 23) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 24) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 25) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 26) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 27) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 28) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 29) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 30) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 31) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 32) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 33) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 34) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 35) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 36) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 37) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 38) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 39) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 40) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 41) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 42) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 43) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 44) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 45) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 46) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 47) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 48) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 49) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 50) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 51) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 52) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 53) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 54) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 55) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 56) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 57) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 58) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 59) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 60) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 61) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 62) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 63) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 64) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 65) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 66) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 67) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 68) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 69) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 70) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 71) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 72) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 73) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 74) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 75) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 76) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 77) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 78) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 79) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 80) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 81) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 82) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 83) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 84) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 85) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 86) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 87) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 88) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 89) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 90) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 91) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 92) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 93) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 94) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 95) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 96) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 97) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 98) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 99) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda. 100) - Parecer da Comissão de Justiça, favorável ao Ofício nº 69, do Executivo Municipal, quando a Casa do Vereador deverá solicitar ao Executivo Municipal a remessa de cópias autênticas do Contrato firmado com a Firma Construtora Pinheiro Ltda.

em da comissão de Justiça para que o Prefeito seja convocado a fim de prestar informações sobre a loteria, dos vereadores da comissão de Finanças, sendo seu voto favorável ao projeto; aprovado por 10 votos. 2) - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 22/68, do vereador Antonio Bernardes Soares, declarando de utilidade pública uma área de terreno, destinada à construção de um campo de pelada, com parecer favorável da comissão de Justiça, Legislação e Finanças; aprovado por 10 votos. 3) - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 1/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a incorporação de um terreno ao patrimônio, com parecer favorável das comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 10 votos. 4) - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 2/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a permissão de utilização de bem particular, com parecer favorável das comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 10 votos. 5) - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 3/69, do vereador Victório Zanuso, declarando de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Cultural de Forte Imperatriz, com parecer favorável das comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 10 votos. 6) - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 4/69, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para pagamento de despesas com a Semana Santa, com parecer favorável das comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 10 votos. 7) - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 5/69, do vereador Victório Zanuso, declarando de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Cultural Atlético Clube Forte Imperatriz; aprovado por 10 votos. 8) - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 6/69, do vereador Victório Zanuso, dispondo sobre isenção de impostos; aprovado por 10 votos. Justificando a sua ausência, o vereador Victório Zanuso, da comissão de Justiça; aprovado por 10 votos. Justificando a sua ausência, o vereador Antonio Bernardes Soares, da comissão de Finanças; aprovado por 10 votos. Justificando a sua ausência, o vereador Victório Zanuso, da comissão de Justiça; aprovado por 10 votos. Registrada a presença em ata, o vereador Antonio Bernardes Soares, da palavra para explicar aos presentes a finalidade da Semana Santa, ressaltando a importância da data de ressurreição de Jesus Cristo, e finalizando da data de inauguração do Hospital por parte do Prefeito. Solicitou que a diretoria do Hospital Padre Anchieta, juntamente com a Prefeitura Municipal, providenciasse placas indicativas, para melhor localização do mesmo, pois, muitas pessoas estão tendo dificuldades para encontrar o referido Hospital. Este que é uma preocupação de muitos vereadores, disse que o Hospital custou Cr$ 800,00 a cruzeiros antigos, isto para o pagamento do terreno, construção e aparelhagem. Usando da palavra o vereador Victório Zanuso, disse que a Vila Operária, não tem nada a reclamar, pois tudo o que pediu para lá foi atendido, como também a Vila Rica, que também foi atendida. Disse que a Vila Rica, a Vila Operária, e a Vila Nova, são as vilas mais importantes de Forte Imperatriz, pois, são as vilas que mais pagam impostos. Em seguida, o vereador Victório Zanuso,

declarando de utilidade pública a Fundação Pinharense de Amparo ao infeliz e Fupam, e dá outras providências, de autoria do Vereador Celso Pinto Fernandes, e outra, declarando de utilidade pública a "Associação Pinharense de Esporte Amador" e dá outras providências, de autoria do Vereador Celso Pinto Fernandes, e outra, concedendo subvenção à Associação Pinharense de Esporte Amador

Aos dezoito dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Tibiá, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tibiá, logo após o encerramento da 3ª Sessão ordinária, procedente-se, à chamada dos Senhores Vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Otávio Fernandes, Attilio Giardini, José Antônio Simões Filho, Ernesto Ferreira Rocha, Antônio Aguiar, Humberto Esteves, e Waldemiro Pereira. Deixou de comparecer, sem motivo legal, o Vereador Waldemiro Lopes, por motivo justificado, o Vereador José Antônio Simões, por estar viajando em serviço da Câmara. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão, convidando o Vereador Attilio Giardini para secretariar os trabalhos. O Presidente determinou que o Secretário procedesse à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi aprovada sem restrições. Em seguida, o Senhor Presidente passou à leitura do seguinte: EXPEDIENTE: Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 17/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 18/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 19/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 20/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 21/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 22/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 23/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 24/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 25/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 26/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 27/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 28/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 29/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 30/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 31/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 32/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 33/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 34/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 35/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 36/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 37/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 38/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 39/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 40/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 41/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 42/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 43/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 44/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 45/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 46/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 47/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 48/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 49/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 50/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 51/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 52/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 53/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 54/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 55/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 56/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 57/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 58/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 59/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 60/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 61/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 62/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 63/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 64/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 65/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 66/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 67/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 68/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 69/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 70/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 71/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 72/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 73/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 74/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 75/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 76/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 77/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 78/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 79/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 80/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 81/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 82/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 83/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 84/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 85/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 86/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 87/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 88/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 89/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 90/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 91/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 92/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 93/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 94/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 95/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 96/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 97/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 98/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 99/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 100/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 101/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 102/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 103/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 104/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 105/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 106/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 107/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 108/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 109/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 110/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 111/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 112/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 113/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 114/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 115/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 116/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 117/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 118/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 119/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 120/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 121/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 122/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 123/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 124/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 125/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 126/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 127/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 128/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 129/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 130/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 131/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 132/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 133/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 134/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 135/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 136/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 137/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 138/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 139/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 140/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Projeto de Lei nº 141/69, que dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado à construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Ulisses Guimarães, nesta cidade. Ofício do Prefeito Municipal, encaminhando o Proje

miro Rocha, para que seja remetida a lei que abrirá os respectivos créditos especiais. 2) - Requerimento nº 18/69, do Vereador Otto Fonseca, para que seja comunicado aos Poderes competentes, a data de 21 de Abril de 1888, referente aos escravos em Minas Gerais. 3) - Requerimento nº 19/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 4) - Requerimento nº 20/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 5) - Requerimento nº 21/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 6) - Requerimento nº 22/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 7) - Requerimento nº 23/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 8) - Requerimento nº 24/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 9) - Requerimento nº 25/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 10) - Requerimento nº 26/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 11) - Requerimento nº 27/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 12) - Requerimento nº 28/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 13) - Requerimento nº 29/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 14) - Requerimento nº 30/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 15) - Requerimento nº 31/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 16) - Requerimento nº 32/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 17) - Requerimento nº 33/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 18) - Requerimento nº 34/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 19) - Requerimento nº 35/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 20) - Requerimento nº 36/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 21) - Requerimento nº 37/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 22) - Requerimento nº 38/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 23) - Requerimento nº 39/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 24) - Requerimento nº 40/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 25) - Requerimento nº 41/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 26) - Requerimento nº 42/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 27) - Requerimento nº 43/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 28) - Requerimento nº 44/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 29) - Requerimento nº 45/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 30) - Requerimento nº 46/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 31) - Requerimento nº 47/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 32) - Requerimento nº 48/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 33) - Requerimento nº 49/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 34) - Requerimento nº 50/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 35) - Requerimento nº 51/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 36) - Requerimento nº 52/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 37) - Requerimento nº 53/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 38) - Requerimento nº 54/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 39) - Requerimento nº 55/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 40) - Requerimento nº 56/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 41) - Requerimento nº 57/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 42) - Requerimento nº 58/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 43) - Requerimento nº 59/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 44) - Requerimento nº 60/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 45) - Requerimento nº 61/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 46) - Requerimento nº 62/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 47) - Requerimento nº 63/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 48) - Requerimento nº 64/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 49) - Requerimento nº 65/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 50) - Requerimento nº 66/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 51) - Requerimento nº 67/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 52) - Requerimento nº 68/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 53) - Requerimento nº 69/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 54) - Requerimento nº 70/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 55) - Requerimento nº 71/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 56) - Requerimento nº 72/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 57) - Requerimento nº 73/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 58) - Requerimento nº 74/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 59) - Requerimento nº 75/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 60) - Requerimento nº 76/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 61) - Requerimento nº 77/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 62) - Requerimento nº 78/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 63) - Requerimento nº 79/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 64) - Requerimento nº 80/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 65) - Requerimento nº 81/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 66) - Requerimento nº 82/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 67) - Requerimento nº 83/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 68) - Requerimento nº 84/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 69) - Requerimento nº 85/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 70) - Requerimento nº 86/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 71) - Requerimento nº 87/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 72) - Requerimento nº 88/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 73) - Requerimento nº 89/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 74) - Requerimento nº 90/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 75) - Requerimento nº 91/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 76) - Requerimento nº 92/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 77) - Requerimento nº 93/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 78) - Requerimento nº 94/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 79) - Requerimento nº 95/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 80) - Requerimento nº 96/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 81) - Requerimento nº 97/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 82) - Requerimento nº 98/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 83) - Requerimento nº 99/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 84) - Requerimento nº 100/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 85) - Requerimento nº 101/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 86) - Requerimento nº 102/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 87) - Requerimento nº 103/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 88) - Requerimento nº 104/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 89) - Requerimento nº 105/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 90) - Requerimento nº 106/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 91) - Requerimento nº 107/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 92) - Requerimento nº 108/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 93) - Requerimento nº 109/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 94) - Requerimento nº 110/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 95) - Requerimento nº 111/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 96) - Requerimento nº 112/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 97) - Requerimento nº 113/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 98) - Requerimento nº 114/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 99) - Requerimento nº 115/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 100) - Requerimento nº 116/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 101) - Requerimento nº 117/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 102) - Requerimento nº 118/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 103) - Requerimento nº 119/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 104) - Requerimento nº 120/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 105) - Requerimento nº 121/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 106) - Requerimento nº 122/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 107) - Requerimento nº 123/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 108) - Requerimento nº 124/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 109) - Requerimento nº 125/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 110) - Requerimento nº 126/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 111) - Requerimento nº 127/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 112) - Requerimento nº 128/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 113) - Requerimento nº 129/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 114) - Requerimento nº 130/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 115) - Requerimento nº 131/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 116) - Requerimento nº 132/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 117) - Requerimento nº 133/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 118) - Requerimento nº 134/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 119) - Requerimento nº 135/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 120) - Requerimento nº 136/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 121) - Requerimento nº 137/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 122) - Requerimento nº 138/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 123) - Requerimento nº 139/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 124) - Requerimento nº 140/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 125) - Requerimento nº 141/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 126) - Requerimento nº 142/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 127) - Requerimento nº 143/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 128) - Requerimento nº 144/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 129) - Requerimento nº 145/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 130) - Requerimento nº 146/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 131) - Requerimento nº 147/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 132) - Requerimento nº 148/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 133) - Requerimento nº 149/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 134) - Requerimento nº 150/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 135) - Requerimento nº 151/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 136) - Requerimento nº 152/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 137) - Requerimento nº 153/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de ser feito um estudo sobre a possibilidade de ser construído um Viaduto ligando a Rua Dr. Rodrigo Silva à Rua Quinze de Novembro. 138) - Requerimento nº 154/69, do Vereador Antônio Ferreira, para que seja comunicado ao Poder Executivo, a necessidade de

320

rasil da Secretaria da Justiça: aprovado por 6 votos e dispensado de redação final a requerimento do vereador Pedro Diandini. Expediente em mesa foi lido e posto em discussão e votação o projeto que concede o abono de trabalho. Não havendo quem pedisse a palavra, foi votado e aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente designou para a sessão ordinária de amanhã a discussão única do projeto que concede o abono de trabalho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata. Eu, Antonio Mendes, secretário, a fiz escrever.

Ata da 32ª sessão ordinária, do 10º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 2 de maio de 1968.

Presidência do sr. Celio Pinto Fernandes.
Secretariado pelo sr. Romildo Miranda.

Aos dois dias do mês de maio de um mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorino Fonseca, Antonio Angelo, Waldomiro Rocha, Wanderley Lisboni, Helio Vergueiro Leite, Arnaldo D'Avila Florence, Celio Pinto Fernandes e Romildo Miranda. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Logo em seguida foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem de Cristo Crucificado, foi aprovada a ata da sessão anterior, anunciando o sr. presidente ir passar, em seguida, à leitura do expediente, que constava do seguinte: 1) Telegramas do Presidente da República e do Ministro da Justiça, agradecendo os cumprimentos recebidos por ocasião do 2º aniversário da revolução de 1.964; Ciente. Arquive-se. 2) Ofício do diretor do Pinhal da Associação Paulista dos Cirurgiões Dentistas, convidando a Câmara Municipal para a conferência do professor Alfredo Reis Viegas, a ser proferida no dia 3 de maio; Lido para conhecimento do plenário, foram convidados os senhores vereadores. 3) Circulares do vereador Helio Vergueiro Leite encaminhadas ao senhor Prefeito Municipal: a) nº. 1.967, no sentido de se restringir com energia a situação de vereadores ambulantes na cidade; b) nº. 1.968 para que o executivo entre em entendimentos com a Inspetoria da Educação no sentido de conseguir a instalação em Pinhal de uma Feira do Livro Escolar; - c) nº. 1.969, no sentido do Executivo conseguir um barracão para a instalação pelo Senai de um curso noturno de pedreiro; - d) nº. 30/68 no sentido de ser instalado um retransmissor de ondas da TV Educativa. - 4) Requerimento do vereador Helio Vergueiro Leite, aprovados por 7 X 0: - a) nº. 30/68 cumprimentando o Dr. Prof. Washington Boarim pela sua nomeação para o cargo de Secretário de Serviços Municipais da Prefeitura de São Paulo; - b) nº. 21/69 congratulando-se com o sr. Antonio Angel Ruiz pela sua nomeação para o cargo de Diretor do F.E.C.E.; - c) nº. 22/69, cumprimentando os Ministros da Fazenda e do Planejamento pela criação e oportuna iniciativa com referência ao eleito do dinheiro "no Brasil". - 5) Requerimento nº 23/69 do vereador Arnaldo D'Avila Florence, solicitando informações do Executivo sobre a reforma de um prédio localizado na Praça Rio Branco: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 6) Projeto de decreto legislativo nº. 2/69 do vereador Arnaldo D'Avila Florence, concedendo o título de "Pinhalense - Emérito" ao senhor José Ribeiro da Motta Sobrinho: à Comissão de Justiça. Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Arnaldo D'Avila Florence congratulou-se com a Egrégia Corja pelas comemorações internas ali realizadas, do dístico cívico, e sugeriu fosse feita, pela Câmara, uma visita às demais indústrias locais, para que requisissem tão expressivo exemplo. Declarou, em seguida, ser parte de uma entidade que tem, como finalidade, a conservação do patrimônio histórico do Estado, e como tal condenava a destruição e o corte de árvores que estava ocorrendo na cidade, e ao mesmo tempo louvou o exprefeito Helio Vergueiro Leite pela arborização das ruas locais; solicitou, em seguida, providências do executivo no sentido de evitar a reforma de fachadas de edifícios existentes na cidade, sem a aprovação de plantas, para isso não acontecer o caso do verdadeiro "monstrinho" em que está se transformando o prédio nº. 29 da Praça Rio Branco. Encerrou suas considerações afirmando que ia propor o tombamento dos monumentos públicos existentes em Pinhal. O vereador Helio Vergueiro Leite congratulou-se com o Prefeito Municipal pelo serviço de melhoria da estrada para Jacutinga. Afirmou, em seguida, ter recebido, em sua casa, a visita da Almirante João Batista Viana, o qual lhe prometeu interceder junto às autoridades competentes em favor do Hospital Francisco Rosas, e do Escola de Auxiliares de Enfermagem Prof. Mauricio de Toledo Lopes, além de verificar a possibilidade da vinda, a Pinhal, do Ministro da Saúde. Disse, em seguida, que pretendia organizar, juntamente com outras pessoas, uma série de conferências, objetivando, para isso, altas autoridades federais a Pinhal, porque desejava contar com o apoio de todos. Referiu-se, em seguida, ao Plano Nacional de Saúde, afirmando ser necessário o estudo do assunto, afim de se conseguir que, mediante convênio, os médicos locais prestassem assistência aos enfermos do Município. Aplaudiu a atitude dos Ministros da Fazenda e do Planejamento pelas medidas adotadas na questão do zoneamento dos juros bancários, porquanto era um absurdo o que vinha sendo cobrado daqueles que necessitavam de dinheiro emprestado, muito acima do índice de inflação existente no país. Disse em seguida, que o Código de Obras exigia, obrigatoriamente, a apresentação de plantas para

das, pendo portanto, inapropriadas para a arborização. Ninguém mais querendo usar da palavra, o sr. presidente agradeceu o verbador Victorio Tomasi por ter representado a Câmara nas comemorações da Industria Caixa, solicitou aos senhores vereadores que providenciassem com urgência possível a documentação solicitada pela Subcomissão Geral de Investigação no Estado de São Paulo, e anunciou ir passar, em seguida, à ordem do dia, que se constituia do seguinte: - Ultimo turno: Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 41/69 do vereador José Antonio Coimbra Filho, declarando de utilidade pública a Fundação Pinhalense de Ensino, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação, desde que o autor da proposição junte aos processos a prova de personalidade jurídica e os estatutos da entidade: abstenção. E discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Helio Vergueiro Leite, aprovado por 7x0. - Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos. E o que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Romildo Miranda, secretário, a subscrevi.

C. Fernandes

Ata da 6ª sessão ordinária, do 1º. ano, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 15 de maio de 1969.

Presidência do senhor Celio Porto Fernando

Secretariado pelo senhor Romildo Miranda

Aos quinze dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, as vinte horas, procedendo-se a chamada pelos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - Celio Porto Fernando, Attilio Giardini, José Eduardo Staut, Ernesto Florence, Romildo Miranda, Waldemiro Rocha, Antonio Tenório, Victorio Tomasi, Wanderley Zilioni, Helio Vergueiro Leite e José Antonio Coimbra Filho. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Logo em seguida foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem de Cristo Ressuscitado e o sr. presidente anunciou ir passar à leitura do expediente, que constava do seguinte: 1) - Ofícios: - a) do Dr. Daniel de Oliveira Neves Filho, agradecendo a homenagem que foi lhe prestada ao seu progenitor; 2 cientes. Arquive-se; - b) da Familia Giovanini, convidando a Câmara para a inauguração da placa da Rua Joel Giovanini: 7 ficam convidados os senhores vereadores; - c) do sr. Antonio Tenório, convidando os vereadores para a missa de ação de graças pelo transcurso de suas Bodas de Prata: 7 ficam convidados os senhores vereadores; - d) da Diretoria da Escola Particular de Recreação "Chapeuzinho Vermelho", convidando a Câmara para a coroação de Nossa Senhora: 7 ficam convidados os senhores vereadores; - e) da Secretaria da Agricultura, comunicando a impossibilidade da designação de um agrônomo para a Casa da Agricultura de Pinhal: 7 Lido para conhecimento da casa. E requerimento do vereador Antonio Tenório publique-se na imprensa, para conhecimento público, e envie-se uma cópia ao Sindicato Rural; 7 - f) da Faculdade de Direito de Pinhal, convidando a Câmara para a posse da nova Diretoria: 7 ficam convidados os senhores vereadores. Designo o vereador José Eduardo Staut para representar oficialmente a Câmara; - 2) Mensagem nº 21/69 do Prefeito Municipal, prestando as informações solicitadas pelo vereador Ernesto Florence, através do requerimento nº 23/69: 7 Lido para conhecimento da casa. E matéria será encaminhada à Secretaria da Câmara Municipal, à disposição dos senhores vereadores; 3) Encaminhados encaminhadas aos senhores Prefeito Municipal: a) nº 21/69, do vereador Helio Vergueiro Leite, para ser dado o nome de Isidoro Martini a uma rua da cidade; - b) nº 22/69, do vereador Helio Vergueiro Leite, para ser adotado um método mais moderno e menos doloroso no abate de gado no matadouro municipal; - c) nº 23/69, do vereador Antonio Tenório, para que seja pedregulhado e mono da estrada velha, conhecida pelo nome de 7 Morro João Felício; 4) Requerimento: a) nº 24/69, do vereador Helio Vergueiro Leite, no sentido de ser oficiado à atriz Cacilda Becker, oferecendo-lhe votos de prosperidades restabelecimento: 7 Aprovado por 10 x 0. Oficie-se na forma solicitada; 7 b) nº 25/69, do vereador Antonio Tenório, no sentido de ser oficiado à Autoridade competente solicitando a adoção de providencias para ser moderada a velocidades com que os estudantes trafegam com seus veículos nas Ruas Prefeito Lessa e Fundadores: 7 Aprovado por 10 x 0. Oficie-se ao senhor Delegado de Polícia, solicitando as providencias cabiveis; 7 - c) nº 26/69, do vereador José Eduardo Staut, solicitando várias informações ao chefe do executivo: 7 Encaminhe-se ao Senhor Prefeito Municipal. Encerrado a leitura do expediente, o sr. presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Romildo Miranda congratulou-se com o seu colega Helio Vergueiro Leite, pela homenagem tributada a atriz Cacilda Becker, honra e glória do teatro brasileiro, sugerindo fosse feita a ela, uma visita por representantes da Câmara e encerrou suas considerações dizendo estar sensibilizado e honrado por ver, naquela homenagem, o sentimento do nobre povo pinhalense. O vereador Helio Vergueiro Leite, disse haver necessidade da adoção, pelo Município, de um método mais moderno e menos cruel de matança de gado, no matadouro municipal, lamentou que crianças estejam assistindo ao abate desses animais, elogiou o Delegado de Polícia local, pelas medidas preventivas que vem adotando, qualificando-o como autoridade inteligente, culta, zelosa e eficiente, digna de todo louvor, e levantou suas considerações sugerindo a realização de um convênio, com o D.E.T., para a melhoria do trânsito em Pinhal. O vereador José Eduardo Staut disse ter assistido conferência de um professor da Universidade de São Paulo, sobre fluoretação de água, tendo concluido que a adoção dessa medida, em Pinhal, proporcionaria muito benefícios à população, além do custo ser baixíssimo. Esperava que o Município deveria providenciar a fluoretação da água, em benefício da saúde pública, uma vez que já existia lei neste sentido. Encerrou suas considerações sugerindo ao senhor presidente fossem solicitadas, ao chefe do executivo, informações sobre o assunto e sobre a posição do ocupante da Prefeitura com referência à fluoretação da água que abastece-

a cidade. O vereador Attilio Fiorbini transmitiu, ao executivo, um apelo da Associação de Pais e Mestres, para que seja resolvido o problema da falta de servente no Ginásio de Educação "Cardeal Leme", solicitou a realização, pela Prefeitura, de serviços de limpeza no terreno do referido estabelecimento de ensino, e teceu suas considerações dizendo existir, ali, montes de pau e lixo jogados, os quais deviam ser aproveitados para o calçamento de pátio externo. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor presidente esclareceu que falara, junto ao proprietário da Pinhal Rádio Clube, do assunto referente à irradiação dos trabalhos legislativos, tendo sido esclarecido que o programa poderia ser aos sábados subsequentes às reuniões, das quintas-feiras, por 15 minutos das 11,45 às 12,00 horas, mediante o pagamento de Cr$ 2.000,00 por vez. Após troca de idéias entre os senhores vereadores e o sr. presidente, este ficou autorizado a proceder o assunto, de melhor maneira possível, junto a radiodifusora local. Em seguida, o sr. presidente encerrou que iria, em nome da Câmara Municipal, oficiar aos cidadãos abaixo mencionados, cumprimentando-os pelos serviços prestados à coletividade: -a) Eulálio Terra de Araújo, grande professor do Colégio Estadual e eficiente agrônomo da Casa da Agricultura de Pinhais; - b) Mário Mattos Guimarães, filho de família tradicional, mestre querido do Colégio Iguassu, colaborador eficiente da causa do ensino e esportista entusiasmado; - c) Delegado Clécio de Almeida Mello Filho e Escrivão Nilson Mello Bittencourt, da polícia local que conseguiram, numa atuação digna de louvores, desvendar o bárbaro latrocínio ocorrido no Município de Pinhais; - d) José Ribeiro da Costa Colombo, grande produtor, estudioso da agricultura, jornalista atuante, autor de livro, e homem possuidor de uma visão extraordinária dos problemas nacionais. Em seguida, o sr. presidente anunciou ir passar à ordem do dia, que se constituía de seguinte: -1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 1169, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a permuta de imóveis, - com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 10 X 0. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 1168, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com o carnaval, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança e com emenda do vereador Victório Tomasi: aprovado por 10 X 0 com a respectiva emenda. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 1167, do Prefeito Municipal, dispondo sobre o estabelecimento de multas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: o vereador Attilio Fiorbini requereu o adiamento da discussão para uma reunião, havendo empate na votação, sendo o requerimento rejeitado com o voto de minerva do presidente da Câmara; em seguida foi aprovado por 10 X 0, um requerimento do vereador J. A. Coimbra Filho, solicitando o arquivamento do projeto de lei nº 1167. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 1169, de verbador — J. A. Coimbra Filho, declarando de utilidade pública a Fundação Pinhalense de Ensino, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação, desde que o autor da proposição junte ao processo a prova de personalidade jurídica e os estatutos da entidade: o vereador Victório Tomasi requereu o adiamento da discussão, a fim de que o projeto de lei nº 1168 voltasse às Comissões de Justiça e Educação, para o exame dos estatutos que foram juntados pelo autor da proposição; tendo havido empate na votação do requerimento foi este aprovado com o voto de minerva do presidente da Câmara, determinando este o retorno do projeto de lei nº 1169 às respectivas Comissões. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 2169, de vereador Arnaldo D'Avila Florence, concedendo o título de "Pinhalense-Emérito" ao senhor José Ribeiro da Costa Colombo com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 10 X 0. - 6) Discussão e votação única do projeto de resolução nº 1169, do Presidente da Câmara Municipal, dispondo sobre fixação de gratificações aos funcionários do Legislativo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 10 X 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Fiorbini. Esgotada a matéria em pauta, o sr. presidente anunciou ir passar à explicação pessoal. Usou da palavra o vereador Arnaldo D'Avila Florence, que agradeceu as referências elogiosas feitas pelo presidente da Câmara Municipal sobre a personalidade do Sr. José Ribeiro da Costa Colombo e exaltou o feito deste ilustre homenageado. O vereador Attilio Vergueiro Leite, reportando-se a uma entrevista concedida anteriormente, disse que o Pin-Pauli é uma afirmação da capacidade de organização dos jovens pinhalenses e a preparação desta para a direção da comunidade, no amanhã. Prosseguindo afirmou que a solução para o Pin-Pauli desenvolver seu programa sem muita dificuldade financeira, seria o idealismo dos jovens e sua capacidade de trabalho, para uma festividade cada vez mais brilhante, uma vez que mais importante do que o dinheiro é o entusiasmo e a capacidade de organização e o desprendimento no público do desejo de participar e de contribuir monetariamente. Prosseguindo, disse ser indispensável a colaboração do comércio, empresas de transporte, clubes, bares, hotéis, etc., e do público para o desenvolvimento do turismo, porquanto essas entidades é que tem a ganhar com a indústria turística. Encerrou suas considerações dizendo ser sua intenção apresentar, na Câmara Municipal, um projeto de lei criando a taxa de turismo, em substituição ao impôsto de diversões públicas, incentivando, outrossim, a Pin-Pauli e o Carnaval, que são festas que poderão desenvolver muito o turismo em Pinhais. O vereador Victório Tomasi, esclareceu ter sido incluída, no orçamento de 1969, uma verba de 8 milhões de cruzeiros novos para a Pin-Pauli, suficiente para a realização das festividades, uma vez que além disso auxilia financeiro, a Prefeitura colaboraria, também, com a realização de vários serviços. O vereador Attilio Fiorbini disse que a quantia pretendida pela Pin-Pauli, era realmente elevada, mas havia necessidade da compra de novos uniformes, troféus, medalhas, chuteiras e outros materiais esportivos, os quais já tinham 16 anos de uso. Sugeriu ao chefe do —

executivos que entre em entendimentos com os jovens, para a realização das festividades pinacotecanas, colaborando o Município com o que lhe for possível. O vereador José Eduardo Stant justifica o seu voto contrário ao requerimento de adiamento da discussão do projeto de lei nº 21/69, dizendo ser duvidosa da possibilidade do Município conceder auxílio à Pró-Paulo, em virtude de constar, na cidade, que a situação financeira da Prefeitura é péssima, situação esta ocasionada de dívidas que vieram da administração passada, o que estava acarretando atraso até no pagamento dos funcionários municipais, e encerram suas considerações afirmando esperar que o chefe do executivo negue poder ao seu pedido de informação para conhecimento público. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, fui lavrada a presente ata. Eu, Estenótipo de Ouvidos, secretário, a fiz escrever.

Vereador

Ata da 1ª sessão ordinária, do 1º ano, da 6ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 6 de junho de 1969.

Presidência do Sr. Celso Pinto Fernandes

Secretariada pelo sr. Ataliba Giordini

Aos seis dias do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às nove horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Pinto Fernandes, Wanderlei Ziborski, Antonio Pandolfo, Helio Augusto Leite, Ataliba Giordini, Arnaldo D'Avila Florence e Victorio Tomazo. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após um pedido de minuto de silêncio em homenagem ao Exmo. Sr. Presidente da República, que também foi feito mais um minuto de silêncio em homenagem ao sr. José Vieira falecido naquele dia. Em seguida, foi aprovada a ata da sessão anterior, passando-se à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofícios: a) do sr. Vigário Valeriano de Mattos Sobrinho, agradecendo a concessão do título de cidadão honorário; b) da Associação Capitão Vicente de Paula, convidando para duas conferências do professor J. Nereu Lemos Teres: Estamos convidados os senhores vereadores; - c) do Rotary Clube de Pinhal, agradecendo os sentimentos de pesar expressados pela Câmara por ocasião do falecimento de seu progenitor; Ciente. Arquive-se; d) do Exmo. Sr. Décio Almeida Mello Vieira, Delegado de Polícia, agradecendo a nota de congratulações que lhe foi enviada pela Câmara; Ciente. Arquive-se; e) do sr. Hermenegildo Martini, agradecendo a nota de congratulações aprovada pela Câmara; Ciente. Arquive-se; f) do sr. Carlos Lopes de Almeida, agradecendo a homenagem que lhe foi tributada pela Câmara Municipal; Ciente. Arquive-se; g) do Gabinete do Ministro do Planejamento, agradecendo as congratulações que lhes foram enviadas pela Câmara; Ciente. Arquive-se. - 3) Mensagem nº 13/69, do Prefeito Municipal, prestando as informações solicitadas pelo vereador José Eduardo Stant através do requerimento nº 26/69. Feito para conhecimento de casa. A matéria passará na Secretaria da Câmara, à disposição dos senhores vereadores. 3) Indicações: a) nº 24/69, do vereador Antonio Pandolfo, sobre a necessidade de ser providenciada a execução dos serviços de asfaltamento da Rua Vereador Estevo de Felippe: Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal; - b) nº. 25/69, do vereador Celso Pinto Fernandes, no sentido de ser retificada uma sarjeta e retificada uma cerca na avenida marginal, nas imediações do imóvel de Dona Ilona de Felippe: Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal; - c) nº 26/69, dos vereadores Celso Pinto Fernandes e Wanderlei Ziborski, solicitando a mudança, para outro local, do ponto de ônibus da Rua Coronel Cadico de Faria, e pedindo a execução do serviço de limpeza do córrego até o existente, no trecho que vai até a Vila Moreira: Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal. - 4) Requerimentos: a) nº. 28/69, do vereador Antonio Pandolfo, no sentido de ser oficiado ao Exmo. Sr. Henrique Turner, agradecendo a colaboração que tem dado ao Município: Aprovado por 6 x 0. Oficie-se na forma solicitada; - b) nº. 29/69, do vereador Antonio Pandolfo, propondo um voto de pesar pelo falecimento do sr. José Tavares: Aprovado por 6 x 0; - c) nº. 27/69, do vereador Arnaldo D'Avila Florence, propondo um voto de congratulações com os senhores Luiz Lopes de Lopez, Dunval Luiz de Faria e Luiz Ricardo Lyer Mably, integrantes da Unidade Móvel do SESC, pelo trabalho que realizam na cidade: Aprovado por 6 x 0; - d) nº. 30/69, do vereador Victorio Tomazo, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do sr. Joaquim de Souza Brito: Aprovado por 6 x 0. - 5) Projetos de lei do Executivo Municipal: a) nº 22/69, criando o Serviço de Combate e Extinção de Formigas Cortadeiras e dando outras providências: Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos; - b) nº. 23/69 dispondo sobre modificação da taxa de concessão de repartição perpétua: Às Comissões de Justiça e Finanças. - c) nº 24/69, dispondo sobre elevação de vencimentos do funcionalismo municipal: Às Comissões de Justiça e Finanças. Encerrada a leitura do Expediente, o sr. presidente deu a palavra aos srs. vereadores. O vereador Antonio Pandolfo teceu várias considerações sobre a necessidade de ser executado, com a possível brevidade, o serviço de pavimentação asfáltica da Rua Vereador Estevo de Felippe, no bairro do Matadouro. Referiu-se, em seguida, ao falecimento do sr. José Tavares, a quem qualificou de grande homem, realizando tudo que esse cidadão fez pelo Pinhal e em benefício dos pobres e dos desamparados. Referiu-se, em seguida, aos enfeites feitos nas ruas da cidade no dia da procissão de Corpus-Christi, congratulando-se com todos aqueles que colaboraram para que as vias públicas ficassem uma beleza, num verdadeiro brinco. Congratulou-se, em seguida, com o sr. Prefeito Municipal, pela construção de uma ponte no pequeno povoado de sua Prudente de Moraes, acesso à Vila Palmeiras, elogiando o chefe do executivo pelo magnífico serviço executado nas estradas do Jacutinga e Albertina e encerrou suas considerações dizendo que o Alcaide estava aproveitando, e muito bem, as máquinas do Município. O vereador Helio Vergueiro Leite aformou que o sr. José Tavares foi um amigo leal dos, do homem pobre, tendo triunfado na vida pelo seu esforço e pelo trabalho que desenvolveu durante muitos anos, tendo sempre colaborado com a administração municipal, constituindo a - muitos anos, tendo sempre colaborado com a administração municipal, constituindo a - uma morte uma perda irreparável para a comunidade pinhalense. Louvou, em seguida, o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo S.O.S., o qual vem funcionando de maneira

Ciente, fornecendo alimentos aos necessitados e remédios aos enfermos, visto ter montado uma farmácia sob a orientação do farmacêutico Nicola Montovano. Referiu-se, em seguida, à festa do "Coqueiro Christo" salientando o espírito de comunidade reinante na cidade na execução do trabalho de conjunto que mais por onde passou a precisão, espírito esse que deveria se estender a outros setores. Congratulou-se ao ensejo de congratulações com o integrante da equipe do SESC e afirmou que estava havendo na cidade, um grande entusiasmo e uma grande participação da mocidade pinhalense nos cursos e jogos esportivos promovidos por esse entidade. Declarou que 12 equipes estavam participando de 10 modalidades esportivas, havendo 2.500 inscrições, com 155 competições e a frequência média de 150 pessoas. Encerrou suas considerações dizendo que Pinhal estava se integrando no espírito de uma verdadeira comunidade, o que proporcionaria, ao Município, dentro em breve, um grande progresso. O vereador Ismaldo D'Avila Florence referiu-se ao sr. José Peres como o seu companheiro de infância, homem que enriqueceu a cidade com uma organização modelar, uma empresa de utilidade pública, progredindo, pelo seu caráter e pelo trabalho que sempre realizou em favor da coletividade, o respeito e a admiração dos pinhalenses. Salientou, em seguida, o magnífico trabalho que estava sendo realizado, em Pinhal, pela equipe do SESC, trabalho esse que viesse ao encontro das aspirações do povo, o qual estava demonstrando um alto nível cultural e um grande espírito humano. Congratulou-se com os representantes do jornais "O Estado de São Paulo", o "Diário da Bôa Vista", e "O Lobo de São Paulo" e outro periodico da região que noticiavam o trabalho desenvolvido pelo SESC em Pinhal. Encerrou suas considerações congratulando-se com os munícipes que trabalharam no serviço de ornamentação das ruas da cidade, na procissão do "Corpo-Christo", o que fez com que Pinhal se destacasse, mais uma vez, no campo da cultura e da arte, de — modo algum, além disso, o espírito de comunidade que reina no Município. O vereador Victorio Tomasso teceu várias considerações sôbre a personalidade do senhor Joaquim de Souza Brito, cidadão modesto mas um grande homem no campo do saber e da cultura. Relembrou ser Joaquim de Souza Brito um dos fundadores do ginásio e das conferências de São Vicente de Paulo, tendo trabalhado muito pela construção do Asilo de Mendicidade, além de exercer, por muitos anos, com muita eficiência, as funções de farmacêutico, onde sempre atendeu aos pobres de maneira generosa e sem fins lucrativos, engrandecendo e honrando o nome de seus ancestrais que foram os fundadores de Pinhal. Associou-se em seguida, ao voto de pesar pelo falecimento do sr. José Peres, e afirmou, encerrando suas considerações, que D. Cidadão muito fez na vida pela educação firme, honesta e eficiente que dos foi dada por sua veneranda progenitora. O vereador Attilio Giardini expressou sua solidariedade ao senhor Pedro Ziborski, pela explosão da fabrica de fogos a êste pertencente, congratulou-se com a equipe do SESC, pelo trabalho realizado na cidade, e afirmou que, sendo o sucesso das festividades conduzira novas necessidade de os poderes públicos apoiarem também a Rua Paulo, para que esta completasse se verdadeira, em 1969, de mais intenso entusiasmo. Encerrou suas considerações dizendo esperar que as autoridades municipais encontrassem uma formula no sentido de as festividades da Rua Paulo se realizarem com êxito no corrente ano. — Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente se agradou a homenagem tributada pelo vereador aos senhores José Peres e Joaquim de Souza Brito e declarou ter aceitado, com o senhor Miguel Jabur, proprietário do "Pinhal Rádio Clube", a irradiação dos trabalhos da Câmara Municipal, o que seria feito ao preço de NCR$ 90,00 por mês, pelo prazo de 15 minutos. Foi sugerido ao vereador Victorio Tomasso fosse estabelecido que a irradiação dos trabalhos legislativos seria feita a vezes por mês, ao preço de NCR$ 90,00 por mês. Em seguida o sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que foi constituida do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 1/69, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para a permuta de imóveis, com permutantes favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 6 x 0. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 1/69, do Prefeito Municipal, abrindo crédito especial para ocorrer o pagamento de despesas com o carnaval, com parecer da Comissão de Finanças: aprovado por 6 x 0. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 2/69, do vereador Ismaldo D'Avila Florence, concedendo o título de "cidadão pinhalense" ao senhor José Peres da Costa Botelho, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 6 x 0. (As 3 proposições supra foram dispensadas de redação final, a requerimento do vereador Victorio Tomasso). 4) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 1/69, do vereador Wandarlei Zanoni, concedendo o título de "cidadão pinhalense" ao Rev. Frei Lisard Romanholi, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 6 x 0. Explicada a materia em apreço, o sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Attilio Vergueiro Leite declarou apoiar a indicação feita no sentido de ser instalada uma canaleta e incorporada uma área nas proximidades do imóvel do Dono Joana de Belizário, na avenida marginal, pois assim a rogão a essa senhora na reclamação que fez, uma vez que o serviço ali executado anteriormente, não feito para o inteiro conteúdo. Encerrou suas considerações solidarizando-se com o voto de pesar proposto pelo falecimento do sr. Joaquim de Souza Brito. O vereador Victorio Tomaso expressou sua solidariedade à homenagem tributada à família do SESC e solicitou ficasse consignado, da ata dos — trabalhos legislativos, o fato de ter o Rev. Dalmo Florence pronunciado na última semana, uma conferência sôbre literatura, a qual agradou a todos aqueles que tiveram o prazer de assistir-la. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Bartolomeu de Mello, secretário, a escrevi.

Ata da 8ª. sessão ordinária, do 1º. ano, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 19 de junho de 1967.

Presidência do sr. Célio Pinto Fernandes
Secretariada pelo sr. Romildo Miranda

Aos dezenove dias do mês de junho de um mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, ao vinte horas, procedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Antônio Fonseca, Waldemiro Rocha, Victorio Tomaro, Attilio Fiordini, José Antônio Coimbra Filho, Arnaldo D'Avila Florence, Romildo Miranda e Célio Vergueiro Leite. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio, em homenagem à Imagem de Cristo Crucificado, o sr. presidente determinou fosse feita a leitura do expediente, que constava do seguinte: 1) Ofícios: a) do Lions Clube, convidando o presidente da Câmara para a solenidade de posse de sua nova diretoria: Designe Romildo Miranda para representar a Presidência da Câmara Municipal". - b) do Romilho Fiordini, convidando a Câmara Municipal para a solenidade de colocação de uma placa de nomenclatura na Rua Paulo Fiordini: Acham convidados os senhores vereadores". - 2) Indicações: a) nº. 27/67, do vereador Arnaldo D'Avila Florence, solicitando reparos no asfalto da rua existente atraz da Maternidade, na Vila Pinhal Jardim: "ao senhor Prefeito Municipal". - b) nº. 28/67, do vereador Antônio Fonseca, solicitando a colocação de três lampadas a vapor de mercúrio defronte à Igreja Matriz, e uma em frente ao portão do Posto de Puericultura": Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - c) nº. 29/67, do vereador Antônio Fonseca, solicitando a construção de uma ponte no Edifício do Forte, nas imediações da Fazenda do São Francisco, bem como a execução de serviços de motoniveladora na estrada de acesso aquele bairro: Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 3) Requerimentos: a) nº. 31/67, do vereador José Antônio Coimbra Filho, solicitando várias informações ao chefe do executivo, sobre o número de servidores municipais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e pedindo a remessa de cópia dos mesmos à Câmara Municipal: Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - b) nº. 32/67, do vereador José Antônio Coimbra Filho, solicitando informações do chefe do executivo sobre o custo da construção de uma ponte no final da Rua Prudente de Moraes, acesso à Vila Palmeiras: Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - c) nº. 33/67, do vereador José Antônio Coimbra Filho, solicitando informações ao executivo sobre a instalação, o funcionamento, o aluguel da pedra, os funcionários e as taxas do Serviço Rotomovo de Lixo e Esgoto": Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - d) nº. 34/67, do vereador Célio Vergueiro Leite, no sentido de se telegrafar ao Ministro Costa Cavalcanti, cumprimentando-o pelo lançamento do Plano de Ação Econômica, cuja finalidade é voltar a administração brasileira para os interesses municipais": Aprovado por 9 X 0. Oficie-se na forma solicitada". - e) nº. 35/67, do vereador Victorio Tomaro, propondo um voto de pesar pelo falecimento do senhor Agostinho Montinho": Aprovado por 9 X 0. O Sr. Presidente a família enlutada". - f) nº. 36/67, do vereador Victorio Tomaro, no sentido de se oficiar ao Ministério da Agenda solicitando seja concedida isenção do pagamento de emprate sobre produtos industrializados que recai sobre a venda do caderno escolares": Aprovado por 9 X 0. Oficie-se na forma solicitada". - 4) Projeto de lei nº. 15/67, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a celebração de convenio com a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo": Os Comissões de Justiça e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do expediente, o senhor presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Attilio Fiordini formulou um requerimento que foi aprovado por 8 X 0, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dna Victoria Rodrigues. O vereador Antônio Fonseca solidarizou-se com o voto de pesar pelo falecimento do senhor Agostinho Montinho, congratulou-se com o professor Absalon Carvalho, diretor do Colégio Estadual "Dr. Carolino da Motta e Silva", pela ampliação da seção anexa daquele educandário, elogiou a iniciativa do diretor de levar os estudantes pinhalenses para o recinto estabelecimentos de ensino e agradeceu a acolhida que foi proporcionada, ali, aos senhores vereadores. O vereador Célio Vergueiro Leite solicitou ao presidente da Câmara que designasse uma comissão para comparecer à Monjolinho, no próximo dia 28, para recepcionar o deputado José Botelho Castelano, Secretário da Promoção Social, pois assim o, vereadores ficariam bem informados a respeito do funcionamento do Consórcio de Assistência a Menores". Declarou, igualmente suas considerações, que estava pronto a fazer parte da comissão que fosse designada pela Presidência. O vereador Arnaldo D'Avila Florence afirmou ser muito ligado ao senhor Governador Ferreira de Barros, o qual trabalhava com o Secretário da Promoção Social e que certamente colaboraria com o município de Pinhal no que lhe fosse possível, com referência ao Consórcio de Assistência a Menores. Ninguém mais querendo usar da palavra, o sr. presidente solidarizou-se com os votos de pesar aprovado pela Câmara. Em seguida, foi aprovado um requerimento do vereador Célio Vergueiro Leite, solicitando que, desde que as Comissões de Justiça e Serviços Públicos pudessem estarão poderem sobre o projeto de lei nº. 15/67, fosse ele incluído na Ordem do Dia da sessão que estava se realizando. Atendido os membros das duas Comissões se manifestado afirmativamente sobre o assunto, o sr. presidente anunciou interromper a sessão por 15 minutos, para que fossem elaborados os pareceres sobre o projeto de lei nº. 15/67. Decorrido êste prazo, os trabalhos foram reabertos, anunciando o sr. presidente ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 1/67, do vereador Wonderley Zaboroski, concedendo o título de "cidadão - pinhalense ao Dr. José Assad Romanholi, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 8 X 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Fiordini. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 14/67, do Prefeito Municipal, dispondo sobre elevação de vencimentos do funcionalismo municipal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças e com emendas do vereador José Antônio Coimbra Filho: aprovado por 9 X 0 o projeto de lei nº. 14/67 e as respectivas emendas. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 15/67, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a celebração de convênio com a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 8 X 0. Esgotada a matéria em

J. Diogo

parte, foi aprovado por 8 x 0, o requerimento nº 37/69, do vereador Hélio Vergueiro Leite e outros, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o encerramento da ordinária, para que fossem votados, em segunda discussão, os projetos de lei de nos. 14/69 e 15/69. Em seguida, o sr. presidente anunciou ir passar à explicação pessoal. O vereador Vitório Fornasari salientou a necessidade de ser concedida, pelo Ministério da Fazenda, isenção de pagamento de I.P.I. para a venda de cadernos escolares, pequenos, como comerciante, estava sofrendo que os orientações pobres sempre aparecem com dinheiro de menos para a compra de cadernos, os quais seriam vendidos mais baratos com a exclusão do imposto. Ninguém mais querendo usar da palavra, o sr. presidente comunicou ter sido realizado, na radiodifusora local, em data de 14 de junho, o primeiro programa de difusão dos trabalhos legislativos, o qual foi muito bem recebido pela população. Estabeleceu que o próximo programa seria no dia 28 de junho, tendo para isso agradado o Sr. Carolino Procópio Mendes Brito, ex-vereador e político bastante esperiente, o qual faria uma palestra sobre o funcionamento do legislativo Municipal. Convidou também, o vereador Romildo Miranda para pertencer do programa a ser realizado naquela data. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convocou o srs. vereadores para a sessão extraordinária a ser realizada de acordo com a solicitado no requerimento nº 37/69, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Saturnino de Lemos, secretário, a escrevi.

Ata da 5ª. sessão extraordinária, do 1º. ano, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 19 de junho de 1969.

Presidência do sr. Célio Porto Fernandes
Secretariado pelo sr. Romildo Miranda

Aos dezenove dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 8ª sessão ordinária, procedeu-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Porto Fernandes, Antônio Fogaça, Waldomiro Rocha, Vitório Tamaso, Hélio Vergueiro Leite, Antônio Penolio, Wanderley Zubeldi, José Eduardo Saput, Waldomiro Rocha e Ettório Fiordini. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o sr. presidente determinou fosse feita a leitura do expediente, que constava do seguinte: projeto de lei nº 16/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o Município celebrar convênio com a Secretaria do Estado dos Negócios da Educação, para a execução das obras de ampliação do Colégio Agrícola Estadual "Dr. Carolino da Motta e Silva"; do Comissão de Justiça e Serviços Públicos. Em seguida, o sr. presidente esclareceu que, do acordo com a convocação encaminhada aos senhores vereadores, a matéria lida no expediente era do caráter urgente, motivo por que consultava os membros das Comissões de justiça e Serviços Públicos sobre a possibilidade de exararem parecer no projeto de lei nº. 16/69. Recebendo resposta afirmativa, o sr. presidente suspendeu os trabalhos por 20 minutos, a fim de que as Comissões de Justiça e Serviços Públicos exarassem os respectivos pareceres. Decorrido esse prazo, foram reabertos os trabalhos, passando-se à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 16/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o Município celebrar convênio com a Secretaria do Estado dos Negócios da Educação, para a execução das obras de ampliação do Colégio Agrícola Estadual "Dr. Carolino da Motta e Silva", com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 7 x 0. Encerrada a matéria em pauta, o senhor presidente de acordo com a convocação oportunamente entregue aos senhores vereadores, convidou-os para outra sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da que estava se realizando, para ser votado, em segunda discussão, o projeto de lei nº. 16/69. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Saturnino de Lemos, secretário, a fiz escrever.

Ata da 6ª. sessão extraordinária, do 1º. ano, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 5 de agosto de 1969.

Presidência do sr. Célio Porto Fernandes
Secretariado pelo sr. Ettório Fiordini

Aos cinco dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 6ª sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Porto Fernandes, Antônio Fogaça, Waldomiro Rocha, Vitório Tamaso, Hélio Vergueiro Leite, Antônio Penolio, Wanderley Zubeldi, José Eduardo Saput, Waldomiro Rocha e Ettório Fiordini. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o sr. presidente determinou fosse feita a leitura do expediente, que constava do seguinte: projeto de lei nº. 16/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o Município celebrar convênio com a Secretaria do Estado dos Negócios da Educação, para a execução das obras de ampliação do Colégio Agrícola Estadual "Dr. Carolino da Motta e Silva"; do Comissão de Justiça e Serviços Públicos sobre a possibilidade de exararem parecer no projeto de lei nº. 16/69. Recebendo resposta afirmativa, o sr. presidente suspendeu os trabalhos por 20 minutos, a fim de que as Comissões de Justiça e Serviços Públicos exarassem os respectivos pareceres. Decorrido esse prazo, foram reabertos os trabalhos, passando-se à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: - Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 16/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o Município celebrar convênio com a Secretaria do Estado dos Negócios da Educação, para a execução das obras de ampliação do Colégio Agrícola Estadual "Dr. Carolino da Motta e Silva", com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 7 x 0. Encerrada a matéria em pauta, o senhor presidente de acordo com a convocação oportunamente entregue aos senhores vereadores, convidou-os para outra sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da que estava se realizando, para ser votado, em segunda discussão, o projeto de lei nº. 16/69. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Saturnino de Lemos, secretário, a fiz escrever.

Fernandes, Victorio Tomaso, Helio Vergueiro Leite, Antonio Fendrio, Wanderlei Zibordi, José Eduardo Stant, Waldomiro Rocha e Attilio Giordini. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silencio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, na qual foi aprovado, em segunda discussão, por 8 X 0, e dispensado de redação final o requerimento do vereador Attilio Giordini, o projeto de lei nº. 1669, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o Municipio celebrar convenio com a Secretaria de Estado dos Negocios da Educação para a execução das obras de ampliação do Colegio Agricola Estadual "Dr. Candino da Motta e Silva". O sr. presidente determinou que a proposição fosse encaminhada ao sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Secretario de Gabinete, a datilografei.

Ata da 9ª sessão ordinária, do 1º ano, da 6ª legislatura, da Camara Municipal de Pinhal, realizada em 7 de agosto de 1969.

Presidencia do sr. Celio Pinto Fernandes
Secretariado pelo sr. Attilio Giordini

Aos sete dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Celio Pinto Fernandes, Waldomiro Rocha, Wanderlei Zibordi, Antonio Fendrio, Attilio Giordini, Helio Vergueiro Leite, Arnaldo D'Avila Florence, José Antonio Coimbra Filho e Victorio Tomaso. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser aprovada a ata da reunião anterior e feito um minuto de silencio, em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o sr. presidente anunciou ir passar à leitura do expediente, que constava do seguinte:- 1) Ofícios e telegramas de varias entidades e autoridades, solidarizando-se com as homenagens tributadas ao Cel. José Ribeiro da Motta Sobrinho: 2) documento(s) será encaminhado ao homenageado. - 2) Ofício do Fórum da Comarca de Pinhal, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Camara Municipal. Ciente. Arquive-se. - 3) Ofício do diretor do Rápido Pinhal S/A e Viação Baggachi S/A, agradecendo o voto de pesar da Camara Municipal por ocasião do falecimento do sr. José Peres: Ciente. Arquive-se. - 4) Ofício do sr. Henrique Fenner, agradecendo as congratulações que lhe foram enviadas pela Camara Municipal. Ciente. Arquive-se. - 5) Ofício do sr. Ladhemar de Barros Filho, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Camara Municipal por ocasião do falecimento do seu progenitor: Ciente. Arquive-se. - 6) Ofício do sr. José Washington Boarim, agradecendo os cumprimentos enviados pela Camara Municipal por ocasião de sua investidura no cargo de Secretario de Serviços Municipais: Ciente. Arquive-se. - 7) Indicações: a) nº. 30/69, de vereador Wanderlei Zibordi, pedindo a colocação de guias e sarjetas e a execução do calçamento na rua Dr. Eduardo Vergueiro. Logo, no tocante que vai do Cemitério à Vila São Paulo: Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal. - b) nº. 31/69, do vereador Arnaldo D'Avila Florence, sugerindo seja dado o nome de Lauro Ribeiro de Carvalho Vasconcellos a uma rua da cidade: Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal. - c) nº. 32/69, do vereador Helio Vergueiro Leite, no sentido de ser dado ao Parque Municipal o nome de Dona Olivia Motta Moraes: Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal. - 8) Requerimentos: a) nº. 38/69, do vereador, Arnaldo D'Avila Florence, solicitando a adoção de várias providencias pela Presidencia da Camara Municipal: Aprovado por 8 X 0. Adote-se as providencias solicitadas no requerimento do interessado. - b) nº 39/69, do vereador Antonio Fendrio, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Madre Maria Filomena Jungac: Aprovado por 8 X 0. - c) nº. 40/69, dos vereadores Antonio Fendrio e Helio Vergueiro Leite, no sentido de se oficiar à Estudina Tatiana, em São Paulo, agradecendo a colaboração dada à Casa da Criança de Pinhal e ao sr. Omar Cardoso e Rosa Clarice Amaral, agradecendo a campanha que fizeram em favor da iniciativa pelo Radio Lapa e Canal 4: Aprovado por 8 X 0. O Ofício-se na forma solicitada. - d) nº. 41/69, do vereador Antonio Fendrio, no sentido de se oficiar à Embaixada dos Estados Unidos da America do Norte, em Brasilia, congratulando-se com a espetacular Vitoria dos três astronautas americanos que desceram na lua em data de 20 de julho de 1969: Aprovado por 8 X 0. Oficie-se na forma solicitada. - e) nº. 42/69, do vereador Antonio Fendrio, congratulando-se com o Dr. José Augusto Moreira pela sua promoção para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Civil da Comarca de Campinas: Aprovado por 8 X 0. Oficie-se na forma solicitada. - 9) Mensagem do Prefeito Municipal: a) nº. 1969: Atendido parcialmente o projeto de lei nº. 1669, dispondo sobre elevação de vencimentos de funcionarios municipais: Encaminhe-se à Comissão de Justiça, para parecer. - b) nº. 1969, fornecendo informações sobre o Serviço Autônomo de Agua e Esgoto, solicitadas pelo vereador José Antonio Coimbra Filho: Publique-se na imprensa local e junte-se ao Mensagem nº. 1969, a requerimento do vereador José Antonio Coimbra Filho, aprovado por 8 X 0. - c) nº. 2069, prestando informações sobre o custo da construção de uma ponte na Rua Prudente de Moraes: Publique-se, na imprensa local, o teor da mensagem nº. 2069, a requerimento do vereador José Antonio Coimbra Filho, aprovado por 8 X 0. - d) nº. 2169, encaminhando relação de servidores municipais, em atendimento ao pedido feito pelo vereador José Antonio Coimbra Filho, através do requerimento nº. 3169: Lido para conhecimento da casa. A matéria ficará na Diretoria da Camara Municipal à disposição dos senhores vereadores. - 10) Projetos de lei do Prefeito Municipal: a) nº 2569, dispondo sobre isenção de selos de vereadores municipais: Com as Comissões de Justiça e Finanças. - b) nº. 1769, abrindo credito suplementar a diversas verbas do orçamento: Às Comissões de Justiça e Finanças. - Encerrada a leitura do expediente, o sr. presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Attilio Giordini congratulou-se com o dirigentes do 7º Pinhal, pela festa bonita que realizaram e por terem cumprido o programa previamente elaborado. Congratulou-se, também, com o sr. Prefeito Municipal, pela atuação que vem tendo a Comissão de Esportes, principalmente por haver sido contratado o sr. Osmar Guzzino, técnico em natação, o qual vai preparar os jovens piscinenses para a prática dessa modalidade esportiva. Congratulou-se, por último, com a direção da Viação Baggachi S/A, por haver fornecido um passe ao referido técnico em natação, para o mesmo viajar diariamente de São José a Pinhal. O vereador Arnaldo D'Avila Florence fez

ficou o requerimento de sua autoria, lido no Expediente, e pediu, em seguida, ao sr. presidente que providenciasse, junto a Prefeitura Municipal do Longinar, um exemplar da Lei sobre o tombamento de monumentos históricos, e junto a Câmara Municipal daquela cidade uma cópia de resolução que regula a concessão de títulos honoríficos. Pediu também, que providenciasse um exemplar da Lei que criou o brasão da cidade de Pinhal, para um estudo que virá no futuro a respeito do assunto, porquanto o brasão de Dom Carlos I, idêntico ao do nosso Município, longe de lembrar-se, em seguida com os organizadores da 1ª Bandeira Paulista, e solicitou fosse oficiado ao Sr. Governador Ferreira da Silva, o muito sempre saudoso do Brasil, depois de 1964, agradecendo a opção dada as festividades pinhalenses. O vereador Hélio Vergueiro Leite solicitou fosse nomeada uma comissão de vereadores para visitar, no hospital Cabal o sr. Romildo Prioneda, que se submeteu a uma intervenção cirúrgica. Requereu, em seguida a inserção na ata de um voto de pesar pelo falecimento de Dona Alvis Mota Travaglia, esposa do sr. José Braga Morais Júnior, o requerimento foi aprovado por 8 x 0. Encerrando suas considerações, congratulou-se com a Tecelagem Paturia, pelo trabalho profícuo realizado em prol da casa da criança de Pinhal. O vereador José Antônio Coimbra Filho glosou o expediente sobre o pagamento de gratificações extraordinárias a funcionários e servidores do Município, o que é proibido por lei. Disse que não o Prefeito desfaça pagar mutirão os funcionários, que faça antes uma lei de dedicação exclusiva. Disse em seguida, pretender fazer várias considerações sobre o funcionamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, onde existem várias irregularidades, citando, como exemplo, o caso do Contador e do Tesoureiro da referida autarquia que recebem vencimentos muito mais elevados do que os titulares destes cargos na Prefeitura, havendo assim, um desrespeito à lei de hierarquia. Disse ainda mais querendo usar da palavra, o sr. presidente convidou os senhores vereadores para uma visita, em conjunto no dia 8, às 19:30 horas, ao vereador Romildo Prioneda, que se submeteu a uma intervenção cirúrgica. Em seguida, anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 19/69, do vereador José Antônio Coimbra Filho, declarando de utilidade pública a Fundação Pinhalense de Ensino, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação; aprovado por 8 x 0. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 11/69, dispondo sobre abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas diversas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 8 x 0. - Esgotada a matéria em pauta e ninguém querendo usar da palavra em Explicação Pessoal, o sr. presidente comunicou que os senhores vereadores seriam convocados para uma sessão extraordinária, a realizar-se na semana seguinte, para a apreciação do veto parcial ao projeto de lei nº. 19/69 e outras matérias de caráter urgente. Em seguida, nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. E do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adamilmo de Lucas, secretário, a fiz escrever.

Ata da 9ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 6ª Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 14 de agôsto de 1969.

Presidência do sr. Célio Pinto Fernandes
Secretariada pelo sr. Attílio Giardini

Aos catorze dias do mês de agôsto de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antônio Tenório, Attílio Giardini, Célio Pinto Fernandes, Hélio Vergueiro Leite, Victorio Tomaso, Waldomiro Rocha e Wonderlei Zilioli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o sr. presidente comunicou ir passar, de acôrdo com a convocação préviamente enviada aos senhores vereadores, à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Discussão e votação única do veto aposto pela Prefeitura Municipal ao projeto de lei nº. 19/69, que dispõe sobre elevação de vencimento do funcionalismo municipal (veto parcial); recebido o veto por 7 x 0. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 15/69, da Prefeita Municipal, dispondo sôbre a fixação de salário de servidores municipais; aprovado por 6 x 0. Esgotada a matéria em pauta, o sr. presidente, de acôrdo com o parágrafo 1º, do artigo 109, do Regimento Interno da Câmara Municipal, convocou os senhores vereadores para outra sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da que estava se realizando, para tratar exclusivamente do seguinte: Expediente: Leitura do projeto de lei nº. 19/69 e do nº. 15/69, da sr. Prefeita Municipal. - Ordem do Dia: 1) segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 19/69, da Prefeita Municipal, dispondo sôbre a fixação de salário de servidores municipais. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. E o que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adamilmo de Lucas, secretário, a fiz escrever.

Ata da 9ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 6ª Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 14 de agôsto de 1969.

Presidência do sr. Célio Pinto Fernandes
Secretariada pelo sr. Attílio Giardini

Aos catorze dias do mês de agôsto de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 9ª sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antônio Tenório, Attílio Giardini, Célio Pinto Fernandes, Hélio Vergueiro Leite, Victorio Tomaso, Waldomiro Rocha e Wonderlei Zilioli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. O sr. presidente comunicou ir passar, de acôrdo com a convocação préviamente feita, à Leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Projeto de lei nº. 19/69, do Prefeito Municipal, autorizando a celebração do convênio com a Secretaria de Tu-

mismo para o recebimento de equipamentos para Parque infantil; 2) Projeto de lei nº. 41/69, do Prefeito Municipal, autorizando a celebração de convênio com a Secretaria da Educação para a execução de obras de ampliação do Colégio Estadual "Dr. Cardoso de Mota e Silva"; - Da Comissão de Justiça, Finanças e Educação: - Encaminhada a leitura do Expediente, o sr. presidente anunciou a palavra à Ordem do Dia, na qual foi aprovada em segunda discussão, por 6 x 0, e dispensado de redação final o requerimento do vereador Ottelio Giardini, o projeto de lei nº 15/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a fixação de salários dos servidores municipais. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Romildo Fernandes, a fiz escrever. O Presidente

Ata da 10ª sessão ordinária, do 1º ano, da 6ª Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 21 de agosto de 1969.

Presidência do Dr. Celso Porto Fernandes
Secretariada pelo sr. Romildo Miranda.

Aos vinte e um dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Waldomiro Rocha, Antonio Serafim Mendes Leboredo, José Antonio Coimbra Filho, Victorio Tomaso, Celso Porto Fernandes, José Eduardo Stuart, Ronaldo D'Avila Florence e Romildo Miranda. Havendo o número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser lida e aprovada a ata anterior, foi feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Conde Ruy Alfredo. Em seguida, o sr. presidente anunciou o passar à leitura do Expediente, que constava de seguinte: 1) Ofício do sr. Prefeito Municipal encaminhando o projeto de lei nº 15/69, dispondo sobre a fixação de salários dos servidores municipais. 2) Ofício do Dr. José Rodrigues Neves, agradecendo, em nome de sua família, a moção de pesar aprovada pela Câmara Municipal por ocasião do falecimento de Maria Ilona Vitória Rodrigues. Ciente. Arquive-se. 3) Ofício do vereador Victorio Tomaso e outros edis, comunicando ter o vereador Ronaldo D'Avila Florence sido escolhido para o cargo de líder da bancada da Arena na Câmara Municipal. Ciente. Encaminhe-se à Diretoria da Câmara Municipal, para as anotações devidas. - 4) Indicações: a) nº. 33/69, do vereador Waldomiro Rocha, para que o executivo entre em entendimento com a Companhia Telefônica Paulista, no sentido de obter a doação de placas de sinalização de trânsito. Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal; b) nº. 34/69, do vereador Antonio Serafim, sugerindo ao executivo a necessidade do cercamento, junto à Secretaria da agricultura, o remir de tratores a Pinhal para a execução de serviços na zona rural. Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal; c) nº. 35/69, do vereador Antonio Serafim, indicando a necessidade do mictório público permanecer aberto ininterruptamente das 6 às 22 horas. Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal. - 5) Requerimentos: a) nº. 43/69, do vereador José Antonio Coimbra Filho, solicitando a inversão na ata dos trabalhos dos pedidos de pesar pelo falecimento de Dona Cecília Cintone. Aprovado por 8 x 0. Oficie-se à família interessada; - b) nº 44/69, do vereador Victorio Tomaso, solicitando ao Prefeito Municipal que entre em entendimentos com a direção das empresas de ônibus locais, para o fornecimento de uma linha circular de transporte urbano. Aprovado por 8 x 0. Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal. Encerrada a leitura do Expediente, o sr. presidente deu a palavra aos srs. vereadores. O vereador Ronaldo D'Avila Florence expressou aos seus companheiros a sua gratidão pela escolha de seu nome para desempenhar as funções de líder da bancada da Arena na Câmara Municipal, declarou que procuraria fazer, como ocupante desta posição, aquilo que os seus colegas fariam, em qualquer circunstância pessoal, sempre na defesa da coletividade pinhalense em seguida, na ausência na última sessão extraordinária da Câmara Municipal, em virtude de ter ficado enfermo, no período de 9 a 15 de agosto, conforme atestado médico do Dr. José Cássio M. Soares Junior, que encaminhou à presidência. Romildo, em seguida, um requerimento, que foi aprovado por 8 x 0, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Dona Maria Vitória Recoli Mantegazza. O vereador Romildo Miranda apresentou o seu agradecimento aos colegas de vereança que lhe fizeram uma caminhada visita, em companhia do sr. Prefeito Municipal, quando se encontrava internado no hospital local, em virtude de uma operação cirúrgica. Finalmente mais querendo usar da palavra, o sr. presidente lembrou que o Exército estava comemorando o Centenário de Caxias e congratulou-se com as festas homenagens que estão procurando colocar o Brasil no lugar de destaque que merece, combatendo a subversão que é contrária à formação cristã e religiosa do povo brasileiro, e associou-se às homenagens que estão sendo tributadas ao grande culto militares. Encerrou suas considerações dizendo haver convidado o Coronel Instrutor do Tiro de guerra local para hoje, à Câmara Municipal, os atiradores, para que estes, oportunidade como funciona o Legislativo Municipal. Em seguida, anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituía do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 41/69, do vereador José Antonio Coimbra Filho, dispondo de utilidade pública e Fundação Pinhalense de Ensino, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 8 x 0 e dispensado de redação final; 2) requerimento do vereador José Antonio Coimbra Filho. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 41/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito especial para ocorrer o pagamento de despesas diversas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: adiada a discussão a requerimento do vereador José Antonio Coimbra Filho, aprovado por 5 x 4, até que os técnicos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo concluam o exame que estão fazendo das contas do executivo municipal, referentes ao exercício de 1968. (O requerimento do vereador José Antonio Coimbra Filho foi aprovado com o voto de desempate do presidente da Câmara). - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 42/69, do Prefeito Municipal, abrindo crédito suplementar a diversas verbas do orçamento, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8 x 0. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 41/69, do Prefeito Municipal, autorizando a celebração de convênio com a Secretaria de Educação para fins de receber material destinado à instalação e ampliação de Parque infantil, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovada por 8 x 0. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 44/69, do Pre-

330 J. H. Borges

Feito Municipal, autorizando a celebração de convênio com a Secretaria de Educação, para a execução das obras de ampliação do Colégio Estadual "Dr. Emiliano de Mattos Pinheiro", com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Educação: aprovado por 8X0. Existindo a matéria em pauta, foi aprovado, por 8X0, o requerimento nº. 486/69, do vereador Romildo Miranda e outros, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o encerramento da ordinária, para serem votados, em seguida à discussão, os projetos de lei de nºs. 18/69 e 19/69. Em seguida, o sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Victório Tomaso transmitiu, à Câmara, um convite do Vigário da Paróquia, para as homenagens que serão prestadas, no domingo, dia 24 de agosto, ao Conego Jose Umbrazio, em comemoração aos seus 40 anos de vida sacerdotal. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente convocou os senhores vereadores para a sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da ordinária, e em seguida encerrou os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estumbuino de Lunstros, escrituário, a fiz escrever. [signature]

Ata da 10ª sessão extraordinária, do 1º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Penhal, realizada em 21 de agosto de 1969.

Presidência do sr. Celio Porto Fernandes
Secretariada pelo sr. Romildo Miranda

Aos vinte e um dias do mês de agosto de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Penhal, Estado de Rio Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Penhal, logo após o encerramento da 10ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Waldomiro Rocha, Antonio Fenolho, Wanderlei Libardi, José Antonio Coimbra Filho, Victório Tomaso, Celio Porto Fernandes, José Eduardo Stait, Arnaldo D'Avila Florence e Romildo Miranda. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, de acôrdo com a convocação feita pràviamente, o sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, tendo sido aprovado em segunda discussão e dispensado de redação final, o requerimento do vereador Wanderlei Libardi, o projeto de lei de nºs. 18/69 e 19/69. O sr. presidente determinou fossem essas proposições encaminhadas ao sr. Prefeito Municipal, para a sanção devida e, mais nada havendo a tratar, encerrou os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estumbuino de Lunstros, escrituário, a fiz escrever. [signature]

Ata da 11ª sessão ordinária, do 1º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Penhal, realizada em 4 de setembro de 1969.

Presidência do sr. Celio Porto Fernandes
Secretariada pelo sr. Victório Tomaso

Aos quatro dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Penhal, Estado de Rio Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Penhal às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celio Porto Fernandes, Antonio Fenolho, Victório Tomaso, Waldomiro Rocha, Helio Vergueiro Leite, Wanderlei Libardi, Arnaldo D'Avila Florence e José Antonio Coimbra Filho. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após um minuto de silencio, em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o sr. presidente ordenou se procedesse à leitura do Comunicado Oficial Nº 23, encaminhado pelo Governo do Estado de Piauna nº. 229, no qual recomenda a sustação dos trabalhos legislativos, Comissões, em seguida, o vereador Victório Tomaso pediu a palavra para uma explicação pessoal, a qual foi feita a Tribuna do Expediente, que constava do seguinte: 1) Carta de Dona Maria Mesquita de Mattos Pinheiro, agradecendo o voto de pesar aprovado por ocasião do falecimento de seu marido, "Cente. Enguer-se". 2) Comunicado da 2ª Zona do Calçado e Couro do Estado, para a 3ª Quinzena, a realizar-se de 6 a 21 de setembro: "Estam convidados os senhores vereadores". 3) Ofício do Ministério do Interior, agradecendo o voto de congratulação aprovado pela Câmara Municipal "Cente. Enguer-se". 4) Ofício da Comitiva Política, agradecendo o voto de pesar aprovado pelo Legislativo: "Cente Enguer-se". 5) Ofício do encaminhado do Ponto de Identificação e Fiscalização do Ministério do Trabalho, em Jaraguá: "Informo, comunicando a vereadores para as festividades do dia 7 de setembro: "Estam convidados os senhores vereadores". 6) Requerimentos: a) nº. 484/69, do vereador Victório Tomaso, congratulando-se com o professor João Guilherme da Silveira, pela sua aposentadoria: "Aprovado por 8X0. Comunique-se ao homenageado"; b) nº. 485/69, dos vereadores Waldomiro Rocha e Helio Vergueiro Leite, no sentido de ser oficiado ao exmo. sr. Ministro do Trabalho do Leste e pedido formulado de voto pelo seu pronto restabelecimento: "Aprovado por 8X0. Oficie-se na forma solicitada"; c) nº. 486/69, do vereador José Antonio Coimbra Filho, no sentido de se solicitar do Delegado Regional do Trabalho, em Jaraguá, a criação de um Posto de Identificação e Fiscalização do Ministério do Trabalho em Penhal: "Aprovado por 8X0. Oficie-se na forma solicitada". 7) Encaminhado nº. 36/69, do vereador Antonio Fenolho, solicitando a inauguração das entradas da cidade, de manhã e à noite: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito". 8) Projeto de decreto legislativo nº. 3/69, dos vereadores Waldomiro Rocha e Helio Vergueiro Leite, concedendo o Título de cidadão pinheirense ao Rg. José Henrique Ferreira: "À Comissão de Justiça". 9) Projeto de lei nº. 18/69, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre abertura de crédito especial para atender as despesas diversas: "às Comissões de Justiça e Finanças". 10) Projeto de lei nº. 19/69, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a modificação das tabelas de cobrança do impostos e taxas municipais: "às Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do Expediente, usou da palavra o vereador Arnaldo D'Avila Florence, que fêz uma saudação aos representantes do Exército Brasileiro, aos pessoas do sargento instrutor e do convocado do Ponto de Jaraguá nº. 229. Segunda consideração sôbre o treinamento Policial-Exército - Caxias, o orador escalou a atenção deste último, dizendo ter o eminente brasileiro sido outro Barão Gôto, mas de maneira diferente, percorrendo o Brasil noutra fa-

ma de bonderismo, na defesa do território brasileiro. Traçou, em seguida, a biografia do Duque de Caxias, salientou a importância do seu desempenho na formação cívica da mocidade, a grande chefe, líder, magnífico defensor da segurança institucional, principalmente com referência ao sentido de disciplina e patriotismo, e encerrou suas considerações solicitando fosse providenciada, pelos Vereadores, a colocação, nas casas comerciais da cidade, de cartazes alusivos ao Decreto Brasileiro, formulando, ainda, uma prece a Deus para que o Brasil tivesse um 7 de setembro triunfal e de paz. Ninguém mais pedindo uso da palavra, o presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, pois se constituía do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 17/69, do Prefeito Municipal, abrindo crédito suplementar à diversas verbas do orçamento, com pareceres favoráveis das Comissão de Justiça e Finanças; aprovado, por 7 X 0 e dispensada de redação final a requerimento do vereador Vicente Tomaso, aprovado pelo plenário. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 11/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito especial para acorrer ao pagamento de despesas diversas, com pareceres das Comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 6 X 1 e dispensado de redação final a requerimento do vereador Vicente Tomaso, acolhido pelo plenário. (O vereador José Antônio Coimbra Filho votou contra a proposição por considerá-la ilegal, tendo feito declaração de voto nesse sentido). - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 8/69, do Prefeito Municipal, criando a taxa de Televisão e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças e emenda da primeira: aprovado, por 7 X 0, o projeto com a respectiva emenda. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 12/69, do Prefeito Municipal, criando o Serviço de Combate e Extinção às Formigas Cortadeiras e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos e emenda do vereador Antônio Serralo: aprovado, por 7 X 0, o projeto com a respectiva emenda. - Encetada a matéria em pauta, usou da palavra, em explicação pessoal, o vereador Heraldo Ovalle Florence, que comunicou ter-lhe sido prometido, pelo Cel. Leal, do II Exército, um retrato do Duque de Caxias, o qual, tão logo recebesse, seria oficialmente ao Livro de Ouro nº 229, de Pinhal. - Usou da palavra, em seguida, o vereador Armando Antônio Zini, que agradeceu a magnífica exposição feita antes da sessão pelo presidente da Câmara Municipal, sobre o funcionamento do Legislativo, bem como pela brilhante palestra realizada pelo vereador Heraldo Ovalle Florence, durante a sessão. Disse ainda que na qualidade de representante do Executivo não poderia silenciar neste instante, solicitou que o Livro de Ouro nº 229 recebe deu, ao Município, a sua colaboração, para que fossem mantidos os postulados da ordem e do progresso. Prosseguindo, afirmou que os atiradores ainda teriam, muita oportunidade para explicações sobre a tramitação de processos na Câmara Municipal. Esclareceu que há 8 anos havia adotado a prática de levar os atiradores ao Legislativo e ao Judiciário a fim de que os jovens pudessem verificar como funcionam as instituições brasileiras. Cumprimentou, em seguida, os seus agradecimentos a todos os senhores vereadores, em especial ao sr. Hélio Vergueiro Leite, que quando Prefeito apoiou incondicionalmente o Livro de Ouro nº 229, e encerrou suas considerações dizendo esperar que a Câmara Municipal dê sempre, o seu apoio a essa organização do Exército Brasileiro. Em seguida, o sr. presidente agradeceu a presença dos senhores vereadores, do sorgento instrutor Armando Antônio Zini e dos atiradores, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. De que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lucca, secretário, a subscrevi.

Ata do 12º. sessão ordinária, do 1º. ano, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 18 de setembro de 1969.

Presidência do sr. Célio Pinto Fernandes

Secretariada pelo sr. Romildo Miranda

Aos dezoito dias do mês de setembro de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: - Antônio Fenalti, Waldomiro Rocha, José Antônio Coimbra Filho, Célio Pinto Fernandes, Pedro Vergueiro Leite, Wanderlei Zidoni, Vicente Tomaso, Estelita Guardini e Romildo Miranda. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Logo em seguida um minuto de silêncio em homenagem à imagem de Cristo Crucificado, foi aprovada a ata da sessão anterior, anunciando o sr. presidente, em seguida, ir passar à Ordem do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Ofício da Prefeitura Municipal, encaminhando a Ata da sessão anterior. - 2) Requerimento nº. 5/69, dispensando as congratulações enviadas pela Câmara Municipal: "Deferido". - 3) Requerimento nº. 6/69, do vereador Waldomiro Rocha e outros, propondo a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações pelos magníficos trabalhos que o senhor Benedito Luiz Ferreira de Abreu vem realizando à frente da agência local do Banco do Brasil S/A, dando-se ciência do deliberado ao presidente desse estabelecimento de crédito: "Aprovado por 8 X 0. Oficie-se na forma solicitada". - 4) Requerimento nº. 7/69, do vereador Hélio Vergueiro Leite, solicitando fosse oficiado em caráter de urgência a várias autoridades federais e estaduais, bem como à Companhia de Cigarros Souza Cruz e ao Grupo Caminhos Brasil, solicitando a adoção de providências imediatas no sentido de se impedir a liquidação da firma "Comerciar Conaa", estabelecida em Pinhal: "Aprovado por 8 X 0. Oficie-se na forma solicitada". - 5) Projeto de lei nº. 20/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para assinatura do Convênio para instalação do Conselho da Promoção Social e dando outras providências: Às Comissões de Justiça, Finanças e Assistência Social. Encerrada a leitura do Expediente, o sr. presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Hélio Vergueiro Leite comunicou que lutava-se preocupado, na cidade, a notícia do fechamento da fabrica de doces "Conaa", motivo por que havia apresentado o requerimento nº. 7/69, apelando às autoridades federais e estaduais e aos proprietários da indústria, solicitando a adoção de providências imediatas no sentido de se evitar a liquidação da empresa, a qual estava dando lucro. Esclareceu que havia o perigo da dissolução da firma por questões de

capital, e que se isso viesse a acontecer, seria um grande prejuízo para o Município. Prosseguindo, afirmou que o senhor Prefeito Municipal havia conseguido uma audiência, no Rio de Janeiro, com o Ministro da Agenda, para tratar do assunto, tendo a chefe do executivo pedido a colaboração de varias autoridades estaduais e federais para se evitar o fechamento da industria, a qual ocupa um grande número de empregados. Encerrou suas considerações congratulando-se com os senhores vereadores pelo apoio dado à iniciativa, através da aprovação do requerimento nº. 51/69, de sua autoria. Usou da palavra, em seguida, o vereador Victorio Tomaso, o qual afirmou que as industrias progridem em Bôa ou pouca parte, citando o exemplo da fabrica de Bonés Ypiza, em Moji. Muitas vezes, não havendo assim, motivo que lamentar que o mesmo aconteça em Pinhal, onde as condições são extremamente favoráveis ao funcionamento da fabrica Corisa, que não deve fechar por ser uma empresa realmente promissora. Em seguida, formulou um requerimento, que foi aprovado por 8 X 0, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento da Bona Teresa Reinato Simionato, mãe do sr. Ivanildo Simionato, o qual sempre deu uma colaboração artistica para o engrete da cidade nos pleitos carnavalescos. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente anunciou o passar, em seguida, à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 8/69, do Prefeito Municipal, criando a Taxa de Iluminação e dando outras providencias, com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 8 X 0 e dispensada, da redação final, a requerimento do vereador Antonio Zanolo, acolhido pelo plenário. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 12/69, do Prefeito Municipal, criando o serviço de Combate e Extinção de Formigas Cortadeiras e dando outras providencias, com parecer da Comissão de Redação: aprovado por 8 X 0 e dispensada da redação final, a requerimento do vereador Antonio Zanolo, acolhido pelo plenário. Escalado o ministério em pauta e ninguem querendo usar da palavra em explicação Pessoal, o sr. presidente convocou os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária, e, nada mais nem havendo a ser tratado, o mesmo encerrou os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ismael Leite de Queiroz, secretário, a fiz escrever.

Ata da 13ª. sessão ordinária, do 1º. ano, da 6ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 8 de outubro de 1969.

Presidência do sr. Celso Pinto Fernandes

Secretariado pelo sr. Victorio Tomaso.

Aos dois dias do mês de outubro de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às 20 horas, procedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Pinto Fernandes, Antonio Zanolo, Helio Vergueiro Leite, Waldemiro Zagaglia, Victorio Tomaso e José Bonifacio Coimbra Filho. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silencio em homenagem à imagem de Cristo Crucificado, foi aprovada e assinada a ata da sessão anterior. Em seguida, o sr. presidente anunciou, a passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Telegrama de agradecimento enviado pela Presidencia da República, agradecendo a mensagem enviada pela Câmara Municipal, formulando votos pela melhora no estado de saúde do Marechal Arthur da Costa e Silva: "Ciente. Anguive-se". - 2) Ofícios: a) do Embaixador dos Estados Unidos da America do Norte, agradecendo as congratulações enviadas pela Câmara Municipal por ocasião do natalicio de Martin Luther King: "Ciente. Anguive-se". - b) do Dr. Hilcio de Almeida Mello Junior, comunicando haver deixado o exercicio do cargo de Delegado de Policia de Pinhal: "Fica para conhecimento da casa. Anguive-se". - c) do Dr. José Carlos Jolfi, (Maceió), comunicando haver assumido o exercicio do cargo de Delegado de Policia de Pinhal: "Ciente. Agradeça". - d) do Prefeito Municipal de Moji Guaçu, congratulando-se com a Câmara Municipal de Pinhal pela justa homenagem prestada ao professor José Guilherme da Silva: "Fica para conhecimento da casa. Anguive-se"; e) do Cel. Benedito Luiz Pereira de Queiroz, Agente da Agencia do Banco do Brasil S/A, agradecendo a homenagem que lhe foi concedida pela Legislatura Municipal: "Fica para conhecimento da casa. Anguive-se". - 3) Ordenanças: a) nº. 37/69, do vereador Helio Vergueiro Leite, sobre a necessidade do executivo municipal entrar em entendimento com o Ministerio da Saude, no sentido de conseguir que Pinhal seja incluido no Plano Nacional de Saude: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - b) nº. 38/69, do vereador Helio Vergueiro Leite, - sobre a necessidade do Prefeito providenciar um convenio com a Sucam, para a fiscalização de focos em Pinhal, principalmente no setor da came e roedores: providencias para a instalação, na cidade, de uma Posto de Saude: "Encaminhe-se ao sr. Prefeito Municipal". - nº. 39/69, do vereador Antonio Zanolo, pedindo providencias no sentido de ser feita a limpeza do Corrego Maria Joaquina, nos fundos da Vila Madruga, solicitando reparos nas ruas da mesma vila, que se encontram esburacadas, com água empoçada, criando perigos; e sugerindo a retificação da estrada da Bicica Branca: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - d) nº. 40/69 do vereador Victorio Tomaso, solicitando que o estacionamento de veiculos na Rua Barão de Mattia Paes seja feito do lado impar em toda a extensão dessa via pública, e não apenas num trecho como vem ocorrendo atualmente: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 4) Requerimentos: a) nº. 52/69, do vereador Antonio Zanolo, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Cosmos Bortholomei do Nascimento: "Aprovado por 6 X 0. Oficie-se à Familia enlutada". - b) nº. 53/69, do vereador Helio Vergueiro Leite, solicitando fosse oficiado a varias autoridades estaduais e federais, e a formalistas, agradecimento a colaboração que deram para se evitar o pungalado fechamento da "Conserveira Corisa": "Aprovado por 6 X 0. Oficie-se na forma solicitada". - 5) Projeto de lei do senhor Prefeito Municipal: a) nº. 22/69, concedendo uma pensão mensal à Bona Maria Canteiro: "Às Comissões de Justiça e Finanças"; - b) nº. 23/69, orçando a receita e fixando a despesa do Município de Pinhal para o exercicio de 1970: "Às Co-

missões de Justiça e Finanças"; - c) nº. 24/69 dispondo sobre o Plano Plurianual de Investimentos, relativo ao triênio 1970 a 1972, nos termos da legislação vigente: "à Comissões de Justiça e Finanças". - Encerrada a leitura do Expediente, o senhor presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Hélio Vergueiro Leite justificou as indicações de sua autoria, lidas no Expediente, dizendo ser necessário um entrosamento com a Ceunab, a fim de que a Prefeitura possa receber delegação para fiscalizar o comércio, previdência essa que não é contra os comerciantes, mas sim contra aqueles que explorem o povo cobrando preços escorchantes. Prosseguindo, afirmou que a instalação de um Posto da Cobal serviria para regular os preços e beneficiaria os consumidores. Referiu-se, em seguida, aos benefícios que o Plano Nacional de Habitação estaria proporcionando aos municípios brasileiros, e que seria interessante se viesse a funcionar em Pinhal. Pediu em seguida, providências ao senhor Prefeito Municipal no sentido de ser solucionado o problema do fechamento do Ribeirão Bonfim — Bonfim de Baixo, na avenida marginal. Disse, em seguida, lamentar que em Pinhal estivesse voltando a imperar um tipo de política que parecia estar superada. Prosseguindo, afirmou que pessoas instigadas por políticos repelidos pelo povo apedrejaram a estação de tratamento de água, causando prejuízos ao Município e provocando a agitação. Disse, ainda, que a imprensa tem publicado algumas artigos procurando criar caos e colocar os homens públicos em situação difícil, o que não estava certo. Afirmou ser necessário acabar-se, em definitivo, com a política de aldeia que estava sendo posta em prática em Pinhal por meios pinhalenses e meios políticos. Disse que os críticas justas e construtivas seriam sempre bem recebidas, mas as mentiras deslavadas precisavam ser repelidas, até mesmo na justiça, como S. Excia. estava fazendo ao processar os responsáveis por artigos insultuosos publicados num dos jornais locais. Encerrou suas considerações dizendo que essas políticas atrasados, corruptos e superados, precisavam saber que os tempos eram outros e que atualmente não mais se podia admitir esse modo enônico de agir. Ninguém mais querendo usar da palavra, o sr. presidente agradeceu a participação do vereador Hélio Vergueiro Leite na última pagorama promovido pela Câmara Municipal na Pinhal Radio Clube, e designou o vereador Antonio Zanolin, com a concordância deste, para representar a Edilidade no programa do dia 11 de outubro. Em seguida, o sr. presidente anunciou o passo à Ordem do Dia, que se constituia de requisição: Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 3/69, dos vereadores Waldomiro Rocha e Hélio Vergueiro Leite, concedendo o título de "cidadão pinhalense" ao Dr. José Henrique Guenner, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 6X0. Posto em discussão e votação a ata da sessão anterior, foi mesma dada por lida e aprovada a ata da sessão anterior, oferecendo o sr. presidente, em seguida, para falar sobre a Ordem do Expediente, que constava do seguinte: -1) Convite da Comissão Central Coordenadora de Obras Municipais, para as festividades comemorativas do 61º. aniversário da instalação do Município: "Foram convidados os senhores vereadores". - 2) Ofício do professor Pedro Guilherme da Silveira, agradecendo as congratulações que lhe foram enviadas pela Câmara Municipal. "Lido para conhecimento da casa. Arquive-se". - 3) Empregados nº. 11/69, do vereador Leonardo Fiorello, solicitando as seguintes providências ao chefe do executivo: a) execução de calçamento da rua Fabiano Pinto, na Vila Moreira; b) retificação do ponto existente sobre o córrego que passa na parte baixa da rua Oswaldo Machado, ponto esse que foi construído torto; c) melhoria da iluminação pública da avenida Principe do Brasil, que se encontra muito mal iluminada: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 4) Requerimentos: a) nº. 57/69, do vereador Victorio Romano, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dona Maria Luiza José Pieroni: "Aprovado por 7X0. Comunique-se à família da falecida"; - b) nº. 58/69, do vereador Victorio Romano e outros, solicitando voto de aplauso à SIA abolicionista Voluntários pela campanha de benefícios algodão; "Aprovado por 7X0. O ofício-se na forma solicitada". c) nº. 59/69, do vereador Hélio Vergueiro Leite e outros, no sentido de se oficiar ao General Emilio Garrastazu Medici, congratulando-se com S. Excia. pela sua escolha para o elevado cargo de Presidente da República e cumprimentando-o pelo seu profundo pronunciamento". "Aprovado por 7X0. O ofício-se na forma solicitada". - Encerrada a leitura do Expediente, o sr. presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Victorio Romano justificou o requerimento de sua autoria, aprovado no Expediente, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento de Dona Maria Luiza José Pieroni, grande mãe de família, que deu a Cristo um belo pastor de almas, o Padre Vicente Pieroni, digno vigário da Paróquia de Santa Terezinha. Encerrou suas considerações afirmando que o seu

Ata da 14ª. sessão ordinária, do 1º. ano, da 6ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 16 de outubro de 1969.

Presidência do sr. Celso Porto Fernandes

Secretariado pelo sr. Estelio Giardini

Aos dezesseis dias do mês de outubro de um mil e novecentos e sessenta e nove, neste edifício da Câmara Municipal de Pinhal, Estado de São Paulo, na Praça Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorio Romano, Hélio Vergueiro Leite, Mandovani Zibordi, Waldomiro Rocha, Antonio Zanolin, Estelio Giardini, Celso Porto Fernandes e José Antonio Eisenberg Rocha. Havendo número legal para abrir os trabalhos, o sr. presidente, após um minuto de silêncio em homenagem à imagem de Cristo Crucificado, que lá está, declarou aberta a sessão ordinária, determinando o sr. presidente, em seguida, fosse feita a leitura do Expediente, que constava do seguinte: -1) Convite da Comissão Central Coordenadora de Obras Municipais, para as festividades comemorativas do 61º. aniversário da instalação do Município: "Foram convidados os senhores vereadores". - 2) Ofício do professor Pedro Guilherme da Silveira, agradecendo as congratulações que lhe foram enviadas pela Câmara Municipal. "Lido para conhecimento da casa. Arquive-se". - 3) Empregados nº. 11/69, do vereador Leonardo Fiorello, solicitando as seguintes providências ao chefe do executivo: a) execução de calçamento da rua Fabiano Pinto, na Vila Moreira; b) retificação do ponto existente sobre o córrego que passa na parte baixa da rua Oswaldo Machado, ponto esse que foi construído torto; c) melhoria da iluminação pública da avenida Principe do Brasil, que se encontra muito mal iluminada: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 4) Requerimentos: a) nº. 57/69, do vereador Victorio Romano, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativo, de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Dona Maria Luiza José Pieroni: "Aprovado por 7X0. Comunique-se à família da falecida"; - b) nº. 58/69, do vereador Victorio Romano e outros, solicitando voto de aplauso à SIA abolicionista Voluntários pela campanha de benefícios algodão; "Aprovado por 7X0. O ofício-se na forma solicitada". c) nº. 59/69, do vereador Hélio Vergueiro Leite e outros, no sentido de se oficiar ao General Emilio Garrastazu Medici, congratulando-se com S. Excia. pela sua escolha para o elevado cargo de Presidente da República e cumprimentando-o pelo seu profundo pronunciamento". "Aprovado por 7X0. O ofício-se na forma solicitada". - Encerrada a leitura do Expediente, o sr. presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Victorio Romano justificou o requerimento de sua autoria, aprovado no Expediente, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento de Dona Maria Luiza José Pieroni, grande mãe de família, que deu a Cristo um belo pastor de almas, o Padre Vicente Pieroni, digno vigário da Paróquia de Santa Terezinha. Encerrou suas considerações afirmando que o seu

demais filhos dessa venerenda senhora, apesar de residirem fora de Pinhal, sempre se lembraram de tão amoroso pai, fomais se esquecendo de colaborar com as instituições assistenciais pinhalenses, para as quais anualmente enviavam seus donativos. O vereador José Antônio Coimbra Bueno comunicou que o Dr. Raul Lopes, ilustre diretor da Organização das Nações Unidas, estaria em Pinhal no próximo dia 19, para pronunciar uma conferência na Faculdade de Direito, sob o tema "A Carta das Nações Unidas". Propôs providenciar uma recepção para todos. Disse, em seguida, em convite aos senhores vereadores, presente de muito interesse para todos. Disse, em seguida, em convite aos senhores vereadores para comparecerem à conferência. Ainda sugeriu a presidência da Câmara que promovesse uma recepção de confraternização. O sr. presidente, esclarecendo que a Câmara Municipal estava pronta a dar sua colaboração à conferência do Dr. Raul Lopes, e para isso os senhores vereadores viriam incorporados à Faculdade de Direito, no dia 19 do corrente, às 20 horas, quando então acompanhariam oficialmente o ilustre visitante. Ninguem mais pretendendo usar da palavra, o sr. presidente anunciou ir passar, em seguida, à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) Discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 3/1968, do vereadores Waldomiro Rocha e Hélio Vergueiro Leite, concedendo o título de cidadão pinhalense ao Dr. José Henrique Ferreira, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por UNANIMIDADE e dispensado de redação final a requerimento do vereador Hélio Vergueiro Leite. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 18/68, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de diversas despesas, com parecer favorável das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por UNANIMIDADE. Explicou o vereador Waldomiro Lourenço, o presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. Usou da palavra, a seguir, o vereador Victorio Tomasso, o qual disse ter apresentado o requerimento solicitando a S/Ia Lindezinha Vasconcellos a instalação de ponto e maquina de beneficiar algodão, porquanto um diretor desta firma, quando esteve em Pinhal estudando o aumento das instalações industriais, teria declarado que, por ocasião da mudança da empresa, se verificaria a possibilidade do atendimento do pretendido. Lembrou suas considerações dizendo que a instalação pela Matarazzo, de uma maquina de beneficiar algodão, viria beneficiar os lavradores pinhalenses, os quais iriam plantar em áreas maiores e teriam mais facilidade para a venda do produto. Em seguida, mais pormenorizou sobre o brilhante pronunciamento do vereador Antonio Emilio Pelle Ballarotti na Câmara Municipal de Rolândia, no programa patrocinado pela Câmara Municipal, enfocando os aperfeiçoamentos consecutórios aos senhores vereadores sobre quem iria falar no próximo programa, convocando os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 6 de novembro, e em seguida, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Eu, Edmundo de Mendes, secretário, a subscrevi.

Ata da 15ª sessão ordinária, do 1º. ano, da 6ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 6 de novembro de 1968.

Presidência do Sr. Celso Porto Fernandes

Secretariada pelo sr. Romildo Miranda

No vigésimo dias do mês de novembro, de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Porto Fernandes, Wonderley Zilardi, Antonio Emilio Pelle, Victorio Tomasso, Antonio Coimbra Bueno, Romildo Miranda, José Eduardo Stuart e Victorio Lourenço. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feita uma momento de silêncio em homenagem à imagem de Nosso Crucificado, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior, determinando o senhor presidente em seguida, fosse feita a leitura do expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício da Comissão de Organização Jorge Bartholomei, de Macedo, agradecendo a manifestação de pesar da Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se". 2) Ofício: a) do senhor Ruando Matei, agradecendo o voto de congratulações aprovado pela Legislatura; "Ciente. Arquive-se"; b) do senhor Fausto Bonito Filho, do Departamento de Fiscalização da Folha do dia Santo, agradecendo a magnífica acolhida que teve em Pinhal: "Ciente. Arquive-se"; c) do diretorio do Clube, formulando convite para a V Reunião Regional de Fuscitos e Veloadores, a realizar-se na cidade de Campinas: "Ficam convidados os senhores vereadores"; d) do Prefeito e do Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião da Grama, convidando os vereadores para as festividades comemorativas do mais um aniversário de fundação do Município: "Ficam convidados os senhores vereadores"; e) do senhor Antonio Mongeni e Família, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Câmara Municipal por ocasião do falecimento de Dona Maria Luiza Jorge Facuri: "Ciente. Arquive-se"; f) da Faculdade de Direito de Pinhal, formulando convite para a cerimônia de posse da sua nova Diretoria: "Ficam convidados os senhores vereadores". 3) Indicações: a) nº. 42/68, do vereador Victorio Tomasso, sugerindo seja dado o nome de Guilherme Squitti a uma rua da cidade: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". b) nº 43/68, do vereador Antonio Emilio, solicitando ao Chefe do executivo a execução dos serviços de canalização do Córrego existente na Vila Vitoria, nos proximidades da Rua Dr. João Batista Bastos; pedindo a colocação de focho de alumbrado na Estação de Tratamento de Agua "Prefeito Manoel Carlos Gonsalves"; solicitando o calçamento da Avenida do Cafezal e a entrada da Vila Jardim Palmeiras; e pedindo providencias no sentido de ser feita a arborização, com sibipirunas, da Avenida do Café: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". c) nº 44/68, do vereador Wonderley Zilardi, pedindo providencias ao executivo no sentido de serem reparados os chiqueiros do Matadouro Municipal, que se encontram em péssimo estado, e pedindo seja alargada a entrada da estrada de Santa Lucia e apedregulhado o leito desta movimentada via de acesso rural: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 4) Requerimentos: a) nº 52/68, do vereador José Eduardo Stuart, solicitando seja oficiado ao senhor Domingos Montella Filho, agradecendo-lhe os agradecimentos do legislativo pela colaboração dada para a conclusão do prédio da Escola

dade Recreativa e Esportiva Pinheirense: "Aprovado por FXO. Oficie-se na forma solicitada"; - b) nº. 5169, do vereador Antônio Arruda, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com a direção e os alunos do Colégio Comercial do "Espírito Santo do Pinhal," pela brilhante vitória alcançada no concurso de fanfarras: "Aprovado por FXO" - 5) Projeto de decreto legislativo: a) nº. 4167, do vereador Arnaldo D'Avila Florence, concedendo o título de "cidadão-pinheirense" ao Sr. Orlando Gabriel Zoneener: "A Comissão de Justiça" - b) nº. 5169, do vereador Arnaldo D'Avila Florence, dispondo sobre a concessão de títulos de "cidadão-pinheirense" a professores: "As Comissões de Justiça e Educação" - 6) Projeto de resolução nº. 2169, da Presidência da Câmara, dispondo sobre a concessão de licença de Natal: "As Comissões de Justiça e Finanças" - 7) Projeto de lei: a) - nº. 2569, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a abertura de créditos adicionais: "As Comissões de Justiça e Finanças" - b) nº. 2169, do vereador Yoji Eduardo Stout, declarando de utilidade pública e dignificante dos trabalhadores nas indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Pinhal: "A Comissão de Justiça" - 8) Mensagem nº. 3569, do Prefeito Municipal, solicitando a incorporação de dois artigos e um parágrafo ao projeto de lei nº. 4169, que cuida se do projeto de lei nº. 4169, para a devida apreciação pela Câmara Municipal" Lida e aprovada a leitura do Expediente, o Sr. presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Antônio Arruda justificou a proposição de sua autoria, lida no Expediente, e congratulou o Colégio Comercial do "Espírito Santo do Pinhal" pela expressiva vitória que a sua fanfarra alcançou no concurso realizado na cidade de São Paulo. O vereador Victorino Fornaro disse que oportunamente felicitará com o Prefeito para que este mandasse tirar uma fotografia da fanfarra do Colégio Comercial, colocando-a a no museu para perpetuar sua memorável vitória no concurso levado a efeito na capital do Estado. O vereador José Eduardo Stout saudou com a ajuda dada pelo Sr. Domingos Montelli Filho, como membro do Conselho da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para a construção do novo prédio da Sociedade Recreativa e Esportiva Pinheirense, e, em seguida, justificou a proposição de sua autoria declarando de utilidade pública e Sindicato dos Metalúrgicos, pelas que vem prestando assistência jurídica e jurídica aos seus associados, além de outros serviços necessários. O vereador Arnaldo D'Avila Florence justificou a ausência nas duas últimas sessões, por motivo de força maior, congratulando-se com o Prefeito pelo belíssimo cartaz confeccionado pela Secretaria de Turismo e formulou um requerimento, que foi aprovado por FXO, no sentido de se oficiar ao Sr. Son Clair Maura, cumprimentando-o e agradecendo a colaboração dada na distribuição, por ocasião de casos comerciais da cidade de São Paulo, o cartaz contendo uma vista da Igreja Matriz Pinheirense, em seguida, ao Sr. presidente, fazer oficiado aos jornais locais encarecendo a necessidade de as autoridades serem tratadas pelos nomes verdadeiros, pois os nomes criados dificilmente a pessoa, como o fez o caso de um entusiasta que ao referir-se ao Secretário do Turismo chamou-o de "Relembrando Zoneener", o que positivamente não estava certo. Justificou, em seguida, o projeto de decreto legislativo de sua autoria e outros vereadores, concedendo o "título de cidadão-pinheirense" a um grande número de professores. Declarou não ter nenhum constrangimento em aquestionar uma inflação de nomes de professores para serem contemplados com o honroso título de cidadão-pinheirense, estando mesmo disposto a enfrentar as críticas e as diversiais do que são contrários à medida. Entendeu o dia — seiscentos de Pinhal a única cidade no mundo a ter um "Monumento ao Professor" e solicitou a adesão de seus colegas para a proposição de sua autoria. Realçou a existência de professores que estavam ressentidos por não terem os seus nomes ainda lembrados para o recebimento do título de "cidadão-pinheirense" Relembrou as lutas, os sacrifícios e o idealismo de inúmeros professores que foram para o sertão, para lugares distantes, para casas discriminadas, deixando para trás a família, os amigos, a terra natal, e isso tudo com o propósito de levar os lugares do saber, da cultura e do conhecimento às crianças de outros plagas. Encerrou suas considerações dizendo que oportunamente apresentaria a justificativa de sua proposição, mas que naquele instante já encaminhava à Mesa, para ser anexada ao projeto de decreto legislativo nº. 5169, um exemplar da "Oração da Mestra", de Gabriela Mistral, que constituía um símbolo perfeito de todos aqueles que dedicaram uma vida ao magistério. Mesquinho mais queremos ouvir da palavra, o Sr. presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituía de seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 4869, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de diversas despesas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador José Eduardo Stout, aprovado pelo plenário por FXO. Na mesma oportunidade foi também aprovado, por 4x3, um requerimento do vereador José Antônio Coimbra Filho, no sentido de se convocar o contador da Prefeitura para comparecer à Câmara Municipal, a fim de prestar informações sobre o projeto de lei nº. 4869 e outras proposições que tratam de matéria financeira, fazendo ressalvado que o requerente queremos ouvir, em caráter reservado, por escrito, as alegações a serem formuladas, porquanto, no entanto, fugir outras apenas o referido funcionário compareça ao Legislativo. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 4969, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a modificação dos tabelas de cobrança de impostos e taxas municipais, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador José Eduardo Stout aprovado por FXO. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 2169, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a abertura de crédito suplementar, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador José Antônio Coimbra Filho, aprovado por FXO. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 2269, do Prefeito Municipal, concedendo pensão mensal a Dona Maria Canstero, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças, aprovado por FXO. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 2369, do Prefeito Municipal, orçando a receita e fixando a despesa do Município de Pinhal para o exercício de 1970, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça

336
9/1

e Fonseca: **adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador José Antônio Coimbra Filho**, aprovado por 4 x 3, **tendo o vereador Victório Lomaso feito declaração de voto contrário** ao acolhimento do pedido de adiamento. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 24/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre o Plano Plurianual de Investimentos, relativo ao triênio 1970-1972, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador José Eduardo Stanti, aprovado por 5 x 0. Esgotada a matéria em pauta, o sr. presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Victório Lomaso teceu vários considerações sôbre a personalidade do sr. Guilherme Leguth, grande esportista, chefe político, vereador, sub-delegado, afirmando ser muito justo que fosse dado o nome deste pinhalense a uma rua da cidade. O vereador Romildo Miranda agradeceu, na qualidade de diretor do Colégio Comercial do "Espírito Santo do Pinhal", as congratulações da Câmara Municipal por ter vitória do Fonfana diretor desse estabelecimento de ensino, deliberação essa que viria de estimular e entusiasmar para os alunos que abrangeram tão expressivo certo. Finalmente, em seguida, que fazendo os votos dados durante a Ordem do Dia, ainda que o adiamento da discussão do projeto de lei é muito justo, constituindo mesmo um direito do vereador que não deve ser negado em hipótese alguma. Encerrou suas considerações dizendo que se o vereador pede o adiamento da discussão de determinada matéria, é porque há motivo, há necessidade, não sendo portanto justo que o plenário recuse uma solicitação dessa natureza. O vereador José Antônio Coimbra Filho teceu várias considerações sôbre a proposta orçamentária para 1970, afirmando que o executivo pretende aumentar excessivamente os tributos municipais, disse que a taxa d'água foi elevada em excesso e que os munícipes não tinham condições de pagá-las. Prosseguindo, afirmou que o município de Mogi Guaçu ia dar aos seus munícipes, vereação dos elementos Predial e Territorial Urbano, e que isto provocaria a mudança, para lá, de muitos pinhalenses que já trabalham naquela cidade e que não podem pagar os altos tributos que estão sendo cobrados em Pinhal. Encerrou suas considerações dizendo que os atropelos pessoais do que fora alvo da parte de um colega, eram inexistentes e não recebiam nada, pois tinha a consciência tranquila, rompe atuando na defesa do povo. O vereador Arnoldo Bento Florence declarou que os edis devem ter liberdade de ação, e que o adiamento da discussão do projeto de lei constantes da Ordem do Dia, acarretava maior responsabilidade para os senhores vereadores, os quais teriam que retornar a matéria para que a Câmara Municipal deliberasse bem. Finalizou mais pedindo vez da palavra, o sr. presidente solicitou aos membros das Comissões Permanentes que estudassem pareceres sôbre as proposições dentro do prazo regimental, a fim de que os projetos não fossem aprovados por decurso de prazo, como já houve por duas vezes, congratulando-se com a Escola Comercial pela vitória de seu fonfana e encorajando o vereador Arnoldo Bento Florence pelo transcurso de seu aniversário natalício. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Romildo de Lucca, secretário, a fiz escrever. (assinatura)

Ata da 16ª. sessão ordinária, do 1º ano, da 6ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 29 de novembro de 1969.

Presidência do Sr. Célio Pôrto Fernandes

Secretariada pelo sr. Romildo Miranda

Aos vinte dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Sala Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pôrto Fernandes, José Antônio Coimbra Filho, Hélio Vergueiro Leite, Waldemiro Rocha, Wandelir Zibordi, Antonio Arnoldo, Romildo Miranda, Victório Lomaso, Victório Tognaso, Arnoldo Bento Florence e José Eduardo Stanti. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem de Cristo Crucificado, foi lida e aprovada, a ata da sessão anterior, dispensando o sr. presidente, em seguida, foram feita a leitura do expediente, que consistiu do seguinte: - 1) Ofício do General Emílio Garrastazu Médici, agradecendo os cumprimentos enviados pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se". 2) Ofício da S/A Eletricidade e Fôrça, comunicando não poder atender o pedido feito para a instalação de uma máquina de beneficiar algodão em Pinhal: "Isto para conhecimento da casa. Arquive-se". 3) Indicações: a) nº. 45/69, do vereador Hélio Vergueiro Leite, no sentido de se reclamar isenção do pagamento para o patrimônio executado prevê a aplicação de 20% do valor tributário no Exame Primário." Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; b) nº. 46/69, do vereador Hélio Vergueiro Leite, pedindo ao Prefeito Municipal para entrar em entendimento com a Cobrê de Companhias, para que o município usufrua do benefício da coleção monetária no caso das casas populares construídas em Pinhal." Encaminhe-se ao senhor Prefeito (Municipal); - c) nº. 47/69, do vereador Antonio Arnoldo, pedindo ao chefe do executivo que providencie a colocação, na entrada da cidade, no bairro do Triângulo, de uma imagem do Divino Espírito Santo." Encaminhe-se ao senhor Prefeito (Municipal)" d) nº. 48/69, do vereador Antonio Arnoldo, pedindo a instalação do rêde de esgotos na Rua Escadário de Ferro, na Vila Quadrenga." Encaminhe-se ao sr. Prefeito (Municipal). - 4) Requerimentos: a) nº. 58/69, do vereador Célio Pôrto Fernandes, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Dr. Francisco Junqueira e Egydio de Ferreira: "Aprovado por 10 x 0. Oficie-se aos respectivos familiares, comunicando a deliberação da Câmara (Municipal)"; - b) nº. 60/69, do vereador Hélio Vergueiro Leite, solicitando a realização, pelo Departamento de Obras Públicas de São Paulo, de uma vistoria sôbre a construção de uma ponte na Fazenda Paiçandu e com referência a outras obras levadas a efeito pelo Govêrno do Estado no município de Pinhal, durante sua gestão como Prefeito (Municipal) para se apurar se houve desvio de verba: "Aprovado por 10 x 0. Oficie-se na forma solicitada". - 5) Projeto de decreto legislativo nº. 6/69, do vereador Hélio Vergueiro Leite, concedendo

o título de "cidadão-pindalense" ao Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré: " A Comissão de Justiça" - 1) Projeto de lei nº. 27/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a fixação da organização administrativa da Prefeitura Municipal de Pinhal: " A Comissão de Justiça, Finanças, Serviços Públicos e Educação " Encarregada a leitura do Expediente, foi: aprovado, por 10 X 0, um requerimento do vereador Victorio Romero, propondo um voto de congratulações com o pr. Benedito D'Ercadia, por haver recebido o Título de "cidadão-guaçuano" em virtude dos relevantes serviços prestados ao vizinho município de Mogi Guaçu. Em seguida, a mesa presidente anunciou a presença do Cidadão da Vila, que se constituia de seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 19/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de diversas despesas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Romildo Miranda, aprovado por 10 X 0 (10 vereadores) foi: Antonio Coimbra Filho retirou-se do plenário por ter sucessivelmente de prestar exames na Faculdade de Direito). 2) Segundo discussão e votação do projeto de lei nº. 22/69, do Prefeito Municipal, concedendo pensão mensal a Dona Maria Canteiro, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e Finanças: aprovado por 9 X 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Ettore Fiordini: aceitado pelo plenário. - 3) Discussão e votação única do projeto de resolução nº. 2/69, do Presidente da Câmara, dispondo sobre a concessão de abono de Natal aos servidores do Legislativo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 9 X 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Ettore Fiordini: aceitado pelo plenário. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 19/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a modificação das Tabelas de cobrança de impostos e taxas municipais, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 9 X 0. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 21/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a abertura de crédito suplementar, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 9 X 0. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 23/69, do Prefeito Municipal, dispondo a receita e fixando a despesa do município de Pinhal para o exercício de 1970, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 9 X 0. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 24/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre o Plano Plurianual de desenvolvimento, relativo ao triênio 1970-1972, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: - aprovado por 9 X 0. - 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 25/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito adicional, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 9 X 0. - 9) Primeira discussão e votação do projeto de decreto Legislativo nº. 4/69, do vereador Ernaldo D'Avila Florence, concedendo o Título de "cidadão-pindalense" ao Dr. Orlando Gabriel Zancaner, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 9 X 0. 10) Primeira discussão e votação do projeto de decreto Legislativo nº. 5/69, do vereador Ernaldo D'Avila Florence e outros, dispondo sobre a concessão de Títulos a professores, - com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 9 X 0. Esgotada a materia em pauta, o sr. presidente verificou não ter o número contados da Prefeitura Municipal visto convocado para comparecer a Câmara Municipal, a fim de prestar informações sobre o projeto de lei de caráter financeiro, pelo fato de não terem sido formulados, pelo que os ausentes que deveriam ser responsabilizados. Em seguida, pelos vereadores, seriam convocados, oportunamente, para uma sessão extraordinária da Câmara Municipal, a realizar-se às 16 horas do dia 29 de novembro, a fim de que fossem votados, em segunda discussão, os projetos já aprovados em primeira discussão. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Determínio de Lima, secretário, a fiz escrever.

Ata da 11ª. sessão extraordinária, do 1º. ano, da 6ª. Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 29 de novembro de 1969.

Presidência do Sr. Celso Porto Fernandes

Secretariada pelo sr. Ettore Fiordini

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Porto Fernandes, Ettore Fiordini, Waldemiro Rocha, Ernaldo D'Avila Florence, Victorio Romero, Antonio Coimbra Filho, Antonio Arruda, Wanderlei Zibordi, Hélio Nogueira Leite e Vitório Tamasso. Havendo foi Antonio Coimbra Filho, Antonio Arruda, Wanderlei Zibordi, Hélio Nogueira Leite e Vitório Tamasso. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após um minuto de silêncio, em homenagem à vasta gem do Cristo Crucificado, o sr. presidente anunciou a presença, da acôrdo com a convocação prévia - mente entregues aos senhores vereadores, a Ordem do Dia, que se constituia do seguinte: 1) - Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 23/69, do Prefeito Municipal, orçando a receita e fixando a despesa do município de Pinhal para o exercício de 1970, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 9 X 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 24/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre o Plano Plurianual de desenvolvimento, relativo ao triênio 1970-1972, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8 X 0. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 19/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a modificação das tabelas de cobrança de impostos e taxas municipais, com parecer favorável das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 X 2, tendo o vereador Antonio Coimbra Filho feito declaração de voto contra a proposição. - 4) Segundo discussão foi: Antonio Coimbra Filho feito declaração de voto contra a proposição. - 4) Segundo discussão e votação do projeto de lei nº. 21/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito suplementar, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 9 X 0. - 5) Segundo discussão e votação do projeto de lei nº. 25/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de créditos adicionais, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8 X 0. - 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº. 18/69, do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura

tura do crédito especial para ocorrer ao pagamento de diversas despesas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 x 1, tendo o vereador José Antonio Coimbra Filho feito declaração de voto contrário à proposição, por entender ser ela ilegal, por contrários a Lei Federal nº. 4.320 e por falta de concorrência pública em várias compras efetuadas pelo exe-chefe do executivo municipal. - 7º) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 7/69, do vereador Osvaldo D'Avila Florence, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Exmo. Sr. Orlando Gabriel Zancaner, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 8 x 0. - 8º) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 5/69, do vereador Osvaldo D'Avila Florence e outros, dispondo sobre a concessão de título a professores, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação, com emenda do vereador Osvaldo D'Avila Florence: aprovado o projeto com a respectiva emenda. - 9º) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 6/69, do vereador Hélio Vergueiro Leite, concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Exmo. Sr. Roberto Costa de Abreu Sodré, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça: aprovado por 8 x 0. (Esta proposição foi incluída na Ordem do Dia a requerimento do vereador Victorio Tomaso, aprovado por 8 x 0 pelo plenário da Câmara Municipal). Foi aprovado, em seguida, um requerimento de autoria do vereador Victorio Tomaso, solicitando dispensa de redação final para as proposições constantes dos itens de 1 a 8, tendo o vereador José Antonio Coimbra Filho votado contra a medida apenas com referência ao item 6º., por entender que o projeto de lei nº. 18/69 era ilegal. Esgotada a matéria em pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ademiro de Queiroz, secretário, a subscrevo.

Ata da 12.ª sessão extraordinária, do 1º. ano, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 9 de dezembro de 1969.

Presidência do sr. Célio Pinto Fernandes

Secretariada pelo sr. Romildo Miranda.

Aos nove dias do mês de dezembro de um mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício anexo da Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas e trinta minutos, em primeira convocação, presentes os senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antonio Serafim, Osvaldo D'Avila Florence, Hélio Vergueiro Leite, Célio Pinto Fernandes, José Antonio Coimbra Filho, José Eduardo Stauf, Romildo Miranda, Victorio Tomaso, Waldomiro Rocha e Wanderlei Zibordi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio, em homenagem à memória de Custo Cunha Bueno, o sr. presidente anunciou ir passar, de acôrdo com a convocação previamente entregue aos senhores vereadores à Ordem do Dia, que se constituiria do seguinte: 1º Parte - 1) Relatório da Presidência da Câmara Municipal. - Foi lido, pelo sr. presidente, o relatório dos trabalhos legislativos e das principais ocorrências do exercício de 1969. - 2) Eleição da Mesa da Câmara Municipal para 1970. Foram eleitos, para constituir a Mesa da Câmara Municipal, para o exercício de 1970 os seguintes vereadores: Célio Pinto Fernandes - Presidente, que recebeu 10 votos contra 1 em branco, tendo êste sido dado pelo vereador eleito; José Eduardo Stauf - Vice-Presidente, que recebeu 6 votos contra 5 dados ao vereador Romildo Miranda; Romildo Miranda - 1º. Secretário, que recebeu 11 votos; e Attilio Giardini - 2º. Secretário, que recebeu 11 votos. - 3) Constituição das Comissões Permanentes para 1970. - Após os entendimentos necessários, as Comissões Permanentes, de comum acôrdo, ficaram assim constituídas: a) Justiça, Legislação e Redação - José Eduardo Stauf, Victorio Tomaso e Wanderlei Zibordi; - b) Economia e Finanças - Romildo Miranda, Attilio Giardini e Antonio Serafim; - c) Obras e Serviços Públicos - Osvaldo D'Avila Florence, Hélio Vergueiro Leite e Waldomiro Rocha; - d) Educação, Higiene, Saúde e Assistência Social - Osvaldo D'Avila Florence, Hélio Vergueiro Leite e Waldomiro Rocha. II Parte - Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº. 6/69, do vereador Hélio Vergueiro Leite concedendo o título de "cidadão-pinhalense" ao Exmo. Sr. Roberto Costa de Abreu Sodré, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 10 x 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini acolhido pelo plenário. Esgotada a matéria em pauta, o sr. presidente agradeceu sua reeleição para exercer, por mais um ano, a presidência da Câmara Municipal, prometendo tudo fazer convictamente para o prestígio do legislativo e obedecer que ocorra, em todas as oportunidades, de maneira independente, sempre voltado para o bem estar da terra pinhalense. Lembrou que, havendo necessidade de seu voto para o desempate de qualquer votação, os vereadores poderiam ficar tranquilos que nessa circunstância procederia com o máximo critério. Encerrou, suas considerações afirmando que se sentia honrado por ter sido reeleito para o cargo de presidente da Câmara, no desempenho do qual agiria sempre de acôrdo com as leis em vigor. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ademiro de Queiroz, secretário, a subscrevo.

Ata da 1ª sessão ordinária, do 2º. ano, da 6ª. legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 2 de janeiro de 1970.

Presidência do sr. Célio Pinto Fernandes

Secretariado pelo sr. Romildo Miranda

Aos dois dias do mês de janeiro de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício anexo da Câmara Municipal de Pinhal, às nove horas, para atender ao que dispõe a Lei Orgânica dos Municípios, reuniram-se os senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Waldomiro Rocha, Wanderlei Zibordi, Osvaldo D'Avila Florence, Victorio Tomaso, Romildo Miranda e José Antonio Coimbra Filho. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Custo Cunha Bueno, o sr. presidente comunicou achar-se presente o sr. Waldomiro Soto, primeiro suplente da vereança pelo Partido Trabalhista Nacional, o qual convidou para tomar

assento junto à presidência, o que foi feito. Em seguida, determinou fosse feita a leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Telegrama da professora Vera Mascarenhas Miranda, comunicando sua impossibilidade de comparecer às festividades em homenagem ao mesmo, realizadas em 27 de dezembro de 1969: "Ciente. Arquive-se". 2) Carta da professora Idília Santos de Lisboa, comunicando não poder ver o Pinhal para receber o título de "cidadã pinhalense", por encontrar-se enferma: "Ciente. Arquive-se". - 3) Ofício do Juizado de Menores da Comarca, agradecendo as homenagens prestadas à memória de seu saudoso chefe: "Ciente. Arquive-se". - 4) Ofício do Delegado Regional do Trabalho comunicando ser a mesma possuidora da cópia da Carteira de Identificação e Fiscalização em Pinhal: "Lido para conhecimento da casa. Arquive-se". - 5) Ofício do Juizado: "Negativa de Menores", solicitando uma licença da mesma de cinco para o Distrito Boa Esperança: "Lido para conhecimento da casa. A matéria aqui tratada é da competência do Poder Executivo, motivo por que determino seja o ofício encaminhado ao senhor Prefeito Municipal". - 6) Requerimento nº 1/70, do vereador Antonio Benedito, solicitando 30 dias de licença-prêmio, a partir de 1º de janeiro de 1970. "Concedido a licença. Convoque-se o respectivo suplente". 7) Projeto de lei nº 1/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a concessão de abono de Natal: "À Comissão de Justiça e Finanças". Encerrado a leitura do Expediente, usou a palavra o vereador Arnaldo D'Avila Florence, saudando o senhor Waldemiro Lobo, a quem qualificou de pinhalense ilustre, cidadão que pelo seu trabalho, dinamismo e capacidade, galgou, na capital mineira, quase todos os postos públicos, destacando-se sempre por uma atuação construtiva e marcante. Leu em seus considerações salientando os qualidades artísticas do senhor Waldemiro Lobo, a quem entregou um par de abotoaduras, tipo "Almofadinha", muito em moda por volta de 1917, quando o ilustre visitante deixou Pinhal. Usando da palavra, em seguida, o senhor Waldemiro Lobo expressou sua satisfação por encontrar-se em visita à Câmara Municipal de sua terra natal, saudou os senhores vereadores e agradeceu as referências elogiosas que o vereador Arnaldo D'Avila Florence fizera sôbre sua atuação no campo artístico e político. Encerrando sua consideração, o visitante convidou os senhores vereadores para as solenidades a se realizarem na cidade de Belo Horizonte, no dia 16 de janeiro de 1970, ocasião em que S. Sª irá receber o título de "Cidadão Belo-Horizontino", convite que também estendeu ao senhor Prefeito Municipal de Pinhal. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adauto de Queiroz, escrevi, a fiz escrever. [signature] Fernandes.

Ata da 1ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 17 de janeiro de 1970.
Presidência do Sr. Odilo Pinto Fernandes
Secretariada pelo Sr. Romildo Miranda

Aos dezessete dias do mês de janeiro de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às dezoito horas, previamente convocados, compareceram os seguintes: Odilo Pinto Fernandes, Attilio Giordini, Romildo Miranda, Arnaldo D'Avila Florence, Victorino Tonoso e Waldemiro Rocha. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à paixão do Cristo Crucificado, o sr. presidente anunciou que, de acôrdo com a convocação prévia encaminhada aos senhores vereadores, ia passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício do Professor Oscar Bueno Costa, agradecendo a outorga do título de "cidadã pinhalense": "Lido para conhecimento da casa. Arquive-se". - 2) Indicação nº 1/70, do vereador Waldemiro Rocha, para que seja dado, a uma rua da cidade, o nome do senhor Antonio Pizzochi, o pioneiro dos transportes coletivos em Pinhal: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 3) Projeto de lei: a) nº 2/70, do Prefeito Municipal, autorizando o Município a contrair empréstimo com o F.E.S.B.: "À Comissão de Justiça e Finanças", - b) nº 3/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para o S.A.A.E. contrair empréstimo com o Banco Nacional de Habitação e o Fundo Estadual de Financiamento Básico: "À Comissão de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do Expediente, o senhor presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que constava do seguinte: Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 1/70, do prefeito Municipal, dispondo sôbre a concessão de abono de Natal aos funcionários municipais, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 5 x 0. - Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente convocou os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 5 de fevereiro vindouro, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adauto de Queiroz, escrevi, e fiz escrever. [signature] Fernandes.

Ata da 2ª sessão ordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 5 de fevereiro de 1970.
Presidência do Sr. Odilo Pinto Fernandes
Secretariada pelo Sr. Attilio Giordini

340 J. J. Pagos

Aos cinco dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pôrto Fernandes, Antônio Fenólio, Waldomiro Rocha, Wanderlei Zibordi, Arnaldo D'Ávila Florence, Attílio Giardini, Vidório Lamaso, José Eduardo Stant e José Antonio Coimbra Filho. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o sr. presidente determinou fôsse feita a leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Indicações: a) nº 2/70, do vereador Antonio Fenólio, solicitando a realização de uma vistoria no muro do prédio da Rua Francisco José Fernandes nº 131, que ameaça ruir e oferece sério perigo aos transeuntes, e pedindo o estudo da possibilidade dos prédios dos novos loteamentos da cidade serem numerados por quarteirões, sempre de 100 em 100; - b) nº 3/70, do vereador Wanderley Zibordi, no sentido de ser dado, a uma rua da cidade, o nome de Luiz Cornélio de Souza Benassi; - c) nº 4/70, do vereador Wanderley Zibordi, solicitando ao chefe do executivo a adoção das seguintes providências: I) dar a uma rua da cidade o nome de Professor José Ribeiro do Prado; - II) executar o calçamento ou então reparar, com urgência, a Rua Sebastião Cierrato, na Vila Mosconi; - III) determinar a execução de uma limpeza no Córrego Maria Joaquina, que se encontra muito sujo, principalmente nas imediações das Vilas Rosell e Moreira; - d) nº 5/70, dos vereadores Wanderley Zibordi e Célio Pôrto Fernandes, no sentido de ser providenciada, com urgência, a mudança, para outro local, do esgoto para águas pluviais existente no início da Rua Leocádio de Faria, possibilitando assim o aproveitamento de terrenos para novas construções; - e) nº 6/70, do vereador José Eduardo Stant, solicitando ao senhor Prefeito a concessão de um aumento de vencimentos ao funcionalismo municipal na base de 25 %. (Todas as Indicações foram Encaminhadas Ao Senhor Prefeito Municipal). - 2) Requerimentos: a) nº 2/70, do vereador Vidório Lamaso, no sentido de ser oficiado ao Serviço Autônomo de Águas e Esgoto, solicitando que a cobrança da taxa de água de um mês seja feita sem multa até o último dia útil do mês seguinte, encaminhando-se cópia do requerimento ao sr. Prefeito Municipal: "Aprovado por 8 x 0. Encaminhe-se cópias ao senhor Prefeito Municipal e ao senhor Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, na fórma solicitada". - b) nº 3/70, do vereador Antonio Fenólio, no sentido de se oficiar ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça, congratulando-se com essas autoridades pela expedição do decreto lei nº 1.677/70, que proíbe as publicações contrárias à moral e aos bons costumes: "Aprovado por 8 x 0. Oficie-se na forma solicitada"; - c) nº 4/70, do vereador Antonio Fenólio, solicitando a inserção na ata dos trabalhos legislativos de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Dona Zulmira Vergueiro Leite, comunicando-se à família enlutada a deliberação do Legislativo: "Aprovado por 8 x 0. Oficie-se à família enlutada, na fórma requerida". - d) nº 5/70, do vereador Célio Pôrto Fernandes, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento dos senhores Luiz Fernaz de Oliveira e Francisco de Assis Machado Barbosa: "Aprovado por 8 x 0." - 3) Mensagem nº 3/70, do prefeito Municipal, solicitando a manifestação da Câmara Municipal sôbre a conveniência da compra, pela Prefeitura, de um trator de esteiras a ser importado da Yugoslávia, pela importância de NCR 134.863.40, mediante financiamento da Caixa Econômica do Estado de São Paulo: "Encaminhe-se às Comissões de Justiça e Finança, para parecer". Encerrada a leitura do Expediente, o sr. presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Arnaldo D'Ávila Florence congratulou-se com o seu colega Antonio Fenólio pelo seu regresso a Pinhal, depois de uma viagem de recreio por alguns estados do sul do Brasil e três países da América do Sul. Associou-se em seguida, aos votos de pesar aprovados pelo plenário, e exaltou a figura de Dona Zulmira Vergueiro Leite, de quem sempre guardou a melhor e mais grata impressão, não só como descendente de tradicionais troncos mineiros, como também e principalmente como companheira de Joaquim Leite Junior, como mãe e filha exemplar. Congratulou-se, em seguida, com o jornal local "A Folha", trincheira e fortaleza da democracia, que vem lutando a 40 anos em favor do Pinhal, pelo extraordinário número especial que publicou, inteiramente dedicado às festividades do aniversário da cidade. Exaltou, em seguida, a objetividade e o acêrto do artigo publicado no mesmo jornal pelo jornalista José Carlos de Andrade, o qual após várias considerações sôbre a atuação da Câmara Municipal, dá um brado de alarme no sentido de se evitar, na política pinhalense, a interferência de elementos estranhos, nas áreas do Legislativo e do Executivo. Afirmou, em seguida, não haver encontrado, em São Paulo, siquer vestígio de qualquer providência da administração anterior para se conseguir a desapropriação do Cine Avenida, podendo entretanto, assegurar que tais gestões existiram, porque delas participara em companhia do sr. Hélio Vergueiro Leite, quando êste era prefeito do Município. Prosseguindo, disse ter encontrado, agora, um processo oriundo de um ofício do atual Prefeito de Pinhal, que no entanto estava parado tendo S. Excia. recebido

a promessa do atual Secretário do Turismo de que, se o orador lhesse um ofício assinado pelo chefe do executivo solicitando a desapropriação do Cine Teatro Avenida, o processo seria despachado favoravelmente. Solicitou-se em seguida, a designação de uma comissão especial para levar, pessoalmente, ao sr. Prefeito Municipal, a minuta do ofício a ser entregue posteriormente ao Sr. Secretário do Turismo (o sr. presidente designou os vereadores Victorino Fonseca, Otélio Jardim, Hélio Nogueira Leite e Ronaldo Miranda, para constituirem a comissão na forma requerida). O orador solicitou, em seguida, a providência que oficiasse ao sr. Delegado de Polícia, pedindo providências contra os motoristas que passam por aqui até o Prefeitura, onde fazem o retorno, por duas vezes, à ponta de carreira. O vereador Antonio Carolino agradeceu os apelos de seu colega Arnaldo Coffinha Florence, afirmando estar muito contente de regressar a Piabal, após uma viagem de 6.000 quilômetros, percorrendo vários Estados, no Brasil. Em seguida, congratulou-se com o povo de Piabal. Justificou, em seguida, as proposições de sua autoria lidas no Expediente, referentes ao benefício da numeração de prédios de 100 em 100, como é feito em Belo Horizonte, Brasília, Rio e Piabal, e prolongando a oportunidade do debate moralizador do Presidente da República, pedindo a venda de publicações contrárias aos bons costumes. Encerrou suas considerações solicitando providências da presidência junto as autoridades competentes, no sentido de se evitar o abuso que vem ocorrendo em Piabal, onde os responsáveis por garagens mecânicas consertam diariamente veículos na rua e na calçada, obrigando indiretamente a fazerem carroças em cima de carretas, o que oferece sério perigo às crianças. O vereador José Antonio Coimbra Filho afirmou que o aumento da tarifa de água também foi elevado de maneira exagerada que em Piabal existe falta de água potável, que a administração atual não tem planejamento, que o amontoado de lixo estava provocando a inflação; que a atitude do Prefeito estava contribuindo a política federal que a arrecadação municipal precisava ser aplicada condignamente; que a sessão extraordinária realizada no mês de janeiro foi ilegal, por contrariar a lei Orgânica dos Municípios; que o Prefeito mandou pagar aos funcionários municipais serviços extraordinários, o que era ilegal, que vários funcionários municipais também são nomeados sem concurso, principalmente no Serviço Autônomo de Águas e Esgoto; que o Regimento Interno precisava ser reformado e adotado à nova lei Orgânica dos Municípios; que títulos honoríficos concedidos pela Legislatura não podiam ser entregues fora do recinto da Câmara Municipal; e finalmente congratulou-se com o novo agente da agência local do Banco do Estado, sr. Rodolfo Cavilado, que estava agindo de modo a favorecer em Piabal. O vereador Otélio Jardim solicitou providências do Executivo municipais com referência a uma canal de televisão, que estava repetindo determinada programação diariamente, principalmente no horário da transmissão de novelas, tendo S. Excia. recebido várias reclamações neste sentido. O vereador José Eduardo Stark justificou a indicação de sua autoria, solicitando ao executivo um aumento de vencimentos de 25% para o funcionalismo municipal, afirmando que seu pedido não seria necessário, e só o pensa que poderia ser, o aparelho e o pessoal não acontecendo, entretanto, com uma grande parte dos funcionários da Prefeitura, chefes de numerosos familias, sujeitos ao pagamento de aluguel de casa e que estavam recebendo apenas o salário mínimo, importância insuficiente para a própria manutenção. Encerrou suas considerações pedindo o apoio de seus colegas para a indicação de sua autoria. O vereador Victorino Fonseca justificou o requerimento de sua autoria e afirmou não haver qualquer prejuízo para o S.A.A.E. o pagamento, até o dia 30 de cada mês, da taxa de água dos não vencidos, pois êste prazo já era dado anteriormente. Afirmou, em seguida, que o ex-prefeito Hélio Nogueira Leite havia tomado várias iniciativas, durante sua administração, no sentido de conseguir a desapropriação pelo Governo do Estado, do prédio do Cine Teatro Avenida, tendo mesmo incluido verba no orçamento municipal para essa finalidade. Disse, em seguida, que a comissão encarregada da reforma do Regimento Interno, estava apenas aguardando a promulgação da nova lei Orgânica dos municípios para começar os seus trabalhos. Associou-se aos votos de pesar aprovados pela Câmara e encerrou suas considerações afirmando que a elevação do imposto predial era fruto da reavaliação do valor venal dos imóveis, providência adotada de conformidade com recomendação feita pelo Secretário da Fazenda, Dr. Luiz Arruda Martins. Ninguem mais querendo usar da palavra, o sr. presidente esclareceu que a lei Orgânica dos Municípios seria publicada no dia 1º de fevereiro, não tendo, por isso, a comissão encarregada da reforma do Regimento Interno tomado qualquer providência até esta data. Comunicou, em seguida, que iria oficiar aos Senhores Rodolfo Cavilado e William Yared, respectivamente agente e ex-agente da agência local do Banco do Estado, congratulando-se em nome do Legislativo com êsses dignos funcionários bancários, esclarecendo, também, que solicitara providências do Prefeito com referência às transmissões de TV, pedindo ainda uma atuação mais enérgica do Delegado de Polícia para coibir os abusos que estão vem ocorrendo no trânsito. Em seguida, anunciou a passou à Ordem do Dia, que se constituia do seguinte:- 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei Nº 170, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de abono de Natal, com pareceres favoráveis das Comissões de justiça e Finanças; aprovado por 7 x 1. O vereador José Antonio Coimbra Filho fez declarações de voto contra a aprovação do projeto de lei, por considerá-lo ilegal, por não terem os

funcionários estaduais e federais o mesmo benefício, por terem os servidores contratados pela C.L.T. recebido o 13º salário, não podendo por isso receber também o abono e pelo fato do Município estar devendo suas contribuições ao I.N.P.S. de todo ano de 1967, por falta de recursos financeiros. — 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 3170, do Prefeito Municipal, autorizando o Município a contrair empréstimo com o F.E.S.B., com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 8 x 0. — 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 3170, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o S.A.A.E. contrair empréstimo com o Banco Nacional de Habitação e o Fundo Estadual de Saneamento Básico, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças; aberta a discussão a requerimento do vereador José Eduardo Stant até que o sr. Prefeito preste informações sobre a aplicação da importância do empréstimo a ser contraído, explicando quais os serviços que vão ser executados, tratando a matéria em ponta; o sr. presidente anunciou ir passar à explicação pessoal. O vereador Arnaldo D'Avila Florence afirmou estranhar que a sessão extraordinária realizada pela Câmara Municipal, no mês de janeiro, não era ilegal, mas que não examinar melhor o assunto e depois o vereador nunca das palestras abusos. Solicitou, em seguida, ao sr. presidente, que oficiasse ao sr. Prefeito Municipal, pedindo este que dê uma explicação pública sobre o aumento do imposto predial, porquanto já havia recebido, pessoalmente, 83 reclamações contra os lançamentos feitos. O vereador José Antonio Coimbra Filho disse que em conversação que teve com o Prefeito Municipal, teria que alugou uma casa no mínimo por Nc$ 300,00, o que considerou um estímulo para a inflação, frosseguindo, afirmou que o abono natalino é ilegal, que o funcionários municipais não teem direito a êste abono e que não aceitou que o Prefeito mandasse aumentar impostos para proporcionar um abono de Natal aos funcionários. Disse em seguida, que o aumento dos funcionários municipais deveria ser igual ao dos federais e estaduais, nunca mais e relembrou que de acôrdo com a legislação em vigor o Município não poderia dispender mais de 50% de seu orçamento em despesas com pessoal. Encerrou suas considerações afirmando que a Revolução estava em marcha e que a moralização do dinheiro e do Erário deveria ser preservada. O vereador José Eduardo Stant afirmou não compreender a atitude de seu colega José Antonio Coimbra Filho, tanto foi a confissão dêste último, que nunca teve defendido melhores salários para o funcionalismo municipal, antes hora manifestava-se contra os funcionários, numa inconsciente forma de comuna. Encerrou suas considerações dizendo esperar que o vereador José Antonio Coimbra Filho, para o futuro, fosse mais coerente em suas atitudes. O vereador Vitorino Tamoros disse que quando foi elaborado o Código Tributário, foi também designada uma comissão técnica para estudar a fórmula do lançamento, tendo se verificado que os preços que tinham guarismos grandes, estavam sujeitos a um lançamento mais elevado, motivo pelo qual S. Excia. apresentou um projeto de lei que foi aprovado pela Câmara, reduzindo, em 50%, o valor venal dos terrenos. Encerrou suas considerações dizendo que essa lei não estava mais vigorando, e que por isso os lançamentos eram feitos tomando por base o valor venal integral, sem qualquer desconto. O vereador Attilio Giardini disse que o Código Tributário Municipal atribuiu ao Prefeito competência para estabelecer, mediante decreto, o valor venal dos imóveis, tendo na ocasião, apresentado uma emenda, que foi rejeitada, estabelecendo o limite de 20% de aumento nos lançamentos de um exercício para outro. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Secretário de Luxo, secretário, a fiz escrever.

Hermandy.

Ata da 3ª sessão ordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 19 de fevereiro de 1970.

Presidência do Sr. Celio Pinto Fernandes

Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celio Pinto Fernandes, Attilio Giardini, Adir Vasconcelos Luiz, Victorino Tamoros, Waldemiro Rocha, Antonio Peroles, Wanderley Lisboa, Romildo Miranda, José Antonio Coimbra Filho, Arnaldo D'Avila Florence. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após se fez um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o sr. Presidente determinou fosse feita a leitura do Expediente, que constava do seguinte: — 1) Ofício da Família de Dona Clementina de Barros Godezini, agradecendo a concessão do título de "Educadora Emérita": "Lido para conhecimento da casa e em seguida, arquive-se". 2) Mensagem nº 4170, do Prefeito Municipal, encaminhando Lei para via do plano de aplicação dos recursos provenientes de empréstimo a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo: "Lida para conhecimento da casa. A matéria ficará na Secretaria à disposição dos senhores vereadores". 3) Mensagem nº 5170, do Prefeito Municipal, respondendo às indagações feitas pelo vereador Victorino Tamoros, com referência à cobrança da taxa de água: "Lido para conhecimento da casa. A mes-

téria ficará na Secretaria da Câmara à disposição dos senhores vereadores". 4) Mensagem nº 6/70, do Prefeito Municipal, encaminhando informações prestadas pelo S.A.A.E., referente ao emprego dos recursos provenientes de empréstimo a ser contraído por esta autarquia: "Leia-se para conhecimento da casa. Em seguida, foram lidos os projetos de lei nº 3/70". 5- Leitura: a) nº 7/70, do vereador Vicente Janosa, para que sejam colocados postes de iluminação na rua Tenente Nicácio a partir da residência do Hospital "Francisco Rosa": "Encaminhe-se ao Senhor Prefeito Municipal". b) nº 8/70, do vereador Vicente Janosa, para que seja reparado o calçamento da rua Tenente Nicácio em frente ao prédio ocupado pelo Banco Nacional do Comércio: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". c) nº 9/70, do vereador Hélio Vasconcelos Leite e outros, para que o aumento dos Impostos Predial e Territorial, havido em 1970, seja cobrado dividido em duas parcelas, sendo uma no corrente ano e outra no exercício de 1971. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". d) nº 10/70, do vereador Hélio Vasconcelos Leite, sobre a necessidade do chefe do executivo dar mais atenção aos bairros da cidade, declarando ali, de maneira preferencial, o Plano de Obras: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". e) nº 11/70, do vereador Hélio Vasconcelos Leite, pedindo ao chefe do executivo a verificação do serviço de recapeamento do asfalto do cascalho do Triângulo e Tribal, em virtude de estarem sendo falados alguns trechos: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 6) Requerimentos: a) nº 6/70, do vereador Hélio Vasconcelos Leite, solicitando à Companhia Paulista de Força e Luz que não mude, para Utopia, o distrito desta concessionária localizado em Pinhal: "Aprovado por 9 x 0. Oficie-se na forma solicitada". b) nº 7/70, do vereador Hélio Vasconcelos Leite, solicitando informações sobre o andamento do processo de desapropriação de uma área de terreno pertencente ao senhor Antônio de Campo Novais, para a construção do prédio destinado ao funcionamento de um Ginásio, e pedindo esclarecimentos sobre a desapropriação deste estabelecimento de ensino: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal na forma regimental". c) nº 8/70, do vereador Hélio Vasconcelos Leite, solicitando informações ao executivo sobre a arrecadação do município de Pinhal no exercício de 1969: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal, na forma regimental". d) nº 9/70, do vereador Hélio Vasconcelos Leite, solicitando informações ao executivo sobre o critério adotado no corrente ano para o lançamento do Imposto Predial e Territorial: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal, na forma regimental". e) nº 10/70, do vereador Arnaldo D'Avila Florence, solicitando informações ao executivo sobre a adoção de providências necessárias à implantação do Plano Diretor: "Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal". f) nº 11/70, do vereador Arnaldo D'Avila Florence, solicitando a constituição de uma comissão de vereadores para estudar a atualização do Plano Diretor do Município e a criação de novos conselhos e respectivas Comissões: "Aprovado por 9 x 0. Nomeio os vereadores Hélio Vasconcelos Leite, Wanderley Lisondi, Arnaldo D'Avila Florence, Romildo Miranda, Vicente Janosa e José Eduardo Stant, para constituirem a comissão na forma requerida". g) nº 12/70, do vereador Arnaldo D'Avila Florence, no sentido de ser oficiado ao Ilm. José Emínio de Moraes, Diretor da SIA Industrias Votorantim, cumprimentando-o por sua eleição para o cargo de Presidente da Federação Paulista de Futebol: "Aprovado por 9 x 0. Oficie-se na forma solicitada". Encerrada a leitura do Expediente, o sr. presidente dera a palavra aos senhores vereadores. Pretendeu Arnaldo D'Avila Florence, usando da palavra, a fim de haver examinado, detidamente, o magnífico trabalho da administração anterior referente ao Plano Diretor, e indagou, de seu colega Hélio Vasconcelos Leite, se Sua Excelência teria iniciado a execução do referido Plano nomeando Conselhos e Comissões. Recebendo resposta afirmativa, o orador justificou, então, o seu pedido feito durante o Expediente, no sentido de se nomear uma comissão especial de vereadores para o estudo da atualização do Plano Diretor do Município, com a criação de novos Conselhos, formados de pessoas responsáveis e datadas de espírito público, que pudessem auxiliar, e muito, a administração municipal. Prosseguindo, afirmara ser um erro pensar-se que o pinhalense não se interessa pelos problemas da cidade, quando os Diretórios dos Clubes, Sociedades Esportivos ou não, bem como a dirigente das Entidades Religiosas e entidades assistenciais, estão dando uma demonstração de dedicação e de espírito de renúncia de muita cidadania. Dizendo ser preciso tirar da idéia os figurões, os comodistas e pensar em gente mais simples, capaz de sacrifícios, o orador solicitara permissão para citar, entre os exemplos que poderia ressaltar, os pessoais dos senhores Dr. Paulino de Filippi, Frederico Fellenghi, Carlos Enio Oliveira, Antonio Geraldo e Antonio Mariano, figuras que muito têm feito em favor de seus semelhantes. Em seguida, declarara ser a coisa de vez, por falta de contacto dos autoridade municipais locais com a Diretoria do Serviço dos Museus, a verba destinada à restauração do prédio que, quase em ruínas, abriga o museu da cidade, caira em desuso fundo, sendo necessário que o Prefeito volte a reivindicar importância estadual para que nova verba seja consignada para o ano de 1970. Relembrara em seguida, haver solicitado à presidência na última sessão realizada pela Câmara Municipal, que se oficiasse ao senhor Prefeito pedindo ao chefe do Executivo que desse uma satisfação ao povo a respeito da majoração de impostos. Prosseguindo, afirmara ignorar qualquer providência tomada pelo senhor Prefeito nesse sentido, porquanto, nos últimos 15 dias precisara, como vereador, cêrca de 500 reclamações, bolquanto em tornos profundamente desgastadas, enquanto, outras, à presidência, que o legislativo se encarregasse desse missão, fazendo para isso uma apanhado das reais causas das negativas reclamadas, após o que

a Câmara fora, por seu presidente, através da emissora local, uma declaração, cujos termos seriam também reproduzidos na íntegra pela imprensa local. Disse, ainda, que o povo precisava ser esclarecido e difundidas as posições e responsabilidades, porquanto para o município, a Câmara é que era a responsável. Comunicou, em seguida, que o funcionário da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, que estava em Piedade tratando do caso do Cine Avenida, já apresentara seu laudo, de cujo conteúdo tomara conhecimento, devendo o senhor Prefeito proferir as conclusões para ultimar os medidas relativas ao importante assunto. Justificou, em seguida, o requerimento de sua autoria, lido no Expediente, solicitando fosse encaminhado o Dr. José Henrique de Menezes, pela sua eleição para o cargo de Presidente da Federação Paulista de Futebol. Após haver encerrado suas considerações, o vereador Arnaldo D'Ávila Florence foi interpelado pelo seu colega Hélio Vergueiro Leite que, afirmando ter estado por longo tempo afastado da vida pública e social de Tatuí, em consequência do fato notório da prolongada enfermidade de sua genitora, solicitava daquele edil que lhe esclarecesse as verdadeiras razões que o levaram a tais proferir palavras e intenções o discurso que, a seu pedido foi lido pelo vereador Waldomiro Rocha, ambos ausentes do projeto de decreto legislativo nº 3/67, concedendo o cidadania honorária ao deputado José Henrique Junner, devendo pronunciar por ocasião da entrega do respectivo título ao senhor Secretário de Estado e Chefe da Casa Civil do Governador Abreu Sodré. Tambem, ainda, o vereador Hélio Vergueiro Leite, que — Câmara, no caso e na oportunidade, cabenia a missão de saudar o ilustre homenageado, sendo as demais cerimônias apenas decorativas ocasionais. Tais pronunciamentos dos fatos foram comentários ironicados e maliciosos, ou pelo impresso que nos apresentam os projetos que vem para conhecimento da casa, passaram-se devidamente esclarecidos perante os membros do Poder Legislativo, ao qual se honram de pertencer. Em face da interpelação do seu colega Hélio Vergueiro Leite, o vereador Arnaldo D'Ávila Florence requereu que a sessão fosse transformada em secreta a fim de poder prestar os esclarecimentos necessários, com o que concordou o plenário. Após as explicações dadas pelo vereador Arnaldo D'Ávila Florence, a sessão se transformou novamente em pública, tendo este edil solicitado que constasse da ata a seguinte declaração: "Interpelado pelo vereador Hélio Vergueiro Leite, o vereador Arnaldo D'Ávila Florence procurou dar ampla e plena explicação, e, em face dos razões expostas durante a sessão secreta, requereu duas medidas que considera de muito importantes: 1º - que os turnos em projetos de cidadania, honra e mérito, fossem feitos ordinariamente no período da Câmara Municipal, em sessão solene, com as exceções previstas nas leis em vigor; 2 - Que de que que se realizasse qualquer cerimônia em que a Câmara participasse em caráter oficial, os seus membros fossem sempre ausente na mesa principal, pois que a dignidade do cargo de vereador o coloca em pé de igualdade com qualquer outra autoridade". Em seguida, o vereador Attilio Giardini formulou um requerimento, que foi aprovado por 7x0, propondo uma voto de solidariedade ao vereador Arnaldo D'Ávila Florence. Ninguem mais querendo usar da palavra, o senhor presidente anunciou a passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: - 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 1/67, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de abono de Natal, com parecer da Comissão de Redação; aprovado por 9x0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 2/67, do Prefeito Municipal, autorizando o Município a contrair empréstimo com o F.E.S.B., com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 9x0. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 3/67, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a autorização para o S.A.A.E. contrair empréstimo com o Banco Nacional de Habitação e o Fundo Estadual de Saneamento Básico, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 9x0. Esgotada a matéria em pauta, usou da palavra em Explicação Pessoal, o vereador Arnaldo D'Ávila Florence, a fim de agradecer ao seu colega Attilio Giardini o voto de solidariedade proposto durante o Expediente. Em seguida, o senhor presidente comunicou que o prazo para a apreciação, pela Câmara, dos projetos de lei nº 2/67 e 3/67, terminavam em fins de 26 de fevereiro, motivo pelo que convocava os senhores vereadores para uma sessão extraordinária, a realizar-se nesse dia, para a discussão e votação dos dois proposições. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Intermédio de Lemos, secretário, a fiz escrever. C. Fernandes.

Ata da 2ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Piedade, realizada em 25 de Fevereiro de 1.970.

Presidência do Sr. Célio Pinto Fernandes

Secretariada pelo Sr. Attilio Giardini

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Piedade, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Piedade, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Wanderley Lisboa, Victorino Soares, Antonio Serafim, Waldomiro Rocha, Hélio Vergueiro Leite e Attilio Giardini. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à memória de Cristo Crucificado, o Sr. presidente anunciou que de acordo com a convocação prévia encontrava-se presente os senhores vereadores, ia passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Discussão e votação da redação final do projeto de lei nº 2/70, do Prefeito Municipal, autorizando o Município a contrair empréstimo com o F.E.S.B., com parecer da Comissão de Redação; aprovado 6x0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei

nº 31/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para o S.A.A.E. contratar empréstimo com o Banco Nacional de Habitação e o F.G.T.S.; com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 6 x 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Antônio Tenório, acolhido pelo plenário. Lecionada a matéria em pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerra os trabalhos, do que, para constar, foi lavrada o presente ata. Eu, Bitencourt de Queiroz, secretário, a fiz escrever. - Nota: Esta ata deu-lhe lavrada na página 339, logo após a ata da 32ª sessão extraordinária, tendo entretanto sido omitida, motivo por que faço esta nota ressalva. - O Secretário. [signature]

Ata da 4ª sessão ordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Paraibuna, realizada em 5 de março de 1970.

Presidência do Sr. Célio Pinto Fernandes

Secretariados pelos Srs. Attílio Gardini

Aos cinco dias do mês de março de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Paraibuna, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Waldomiro Rocha, Antonio Tenório, Hélio Vasquino Leite, Attílio Gardini, Arnaldo D'Avila Florence, Wanderley Eduardi e Victorio Tomaso. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Após se feito um minuto de silêncio em homenagem à ressurreição de Cristo Crucificado e aprovada a ata da sessão anterior o senhor presidente determinou fosse feita a leitura do Expediente, que constou do seguinte: 1) Telegrama da Presidência da República, agradecendo a manifestação de apoio ao Decreto sôbre censura federal: "Ciente. Arquive-se". 2) Ofício da Câmara Municipal de Santo Antônio do Jardim, comunicando a eleição de sua Mesa: "Ciente. Agradeça". 3) Ofício do senhor Hélio Vasquino Leite, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Câmara Municipal por ocasião do falecimento de seu progenitor: "Ciente. Arquive-se". 4) Ofício do professor Américo Buschini, agradecendo a concessão do título de "cidadão paraibunense": "Dou para conhecimento da casa". Em seguida, arquive-se". 5) Indicações: a) nº 13/70, do vereador Wanderley Eduardi, no sentido de serem fornecidos, à Cadeia Pública, para uso dos policiais, 4 camas, 4 colchões e 4 travesseiros: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - b) nº 12/70, do vereador Antonio Tenório, pedindo ao executivo que mande fazer e conservar melhores as ruas da Vila N.S. Fátima e o Largo dos Bendetos; solicitando a construção de um bôeiro na Rua Barão Ribeiro, esquina da Rua Cel. Jorge Tibiriçá; e, pedindo a pavimentação das ruas com britagem, com mais frequência e a retirada do mato e do lixo pelos comerciantes de limpeza: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 6) Requerimentos: a) nº 13/70, do vereador Antonio Tenório, solicitando informações ao chefe do executivo sôbre a data da adoração de nossos luminares na Rua José Bonifácio e Praça da Independência: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal na forma requerida"; b) nº 14/70, do vereador Hélio Vasquino Leite, solicitando fosse oficiado ao senhor Secretário de Saúde, pleiteando a funcionamento de um laboratório de análises clínicas no Centro de Saúde local, para o atendimento de casos pobres: "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada"; c) nº 15/70, do vereador Wanderley Eduardi, solicitando fosse oficiado ao Delegacia de Polícia de Paraibuna, S.P. de Jardim e Andradas, congratulando-se com as providências tomadas pela prisão do assassino do motorista paraibunense Francisco dos Santos Brunetti: "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada". d) nº 16/70, do vereador Célio Pinto Fernandes e outros, no sentido de solicitar à autoridade competente do ensino a criação de uma classe para o primeiro ano colegial, para funcionar à noite, no Instituto de Educação "Cardeal Sepe". "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada"; e) nº 17/70, do vereador Attílio Gardini e outros, no sentido de se solicitar à empresa de ônibus local o estabelecimento de uma linha de circulação à cidade, a fim de que os estudantes secundários possam frequentar os cursos com mais comodidade." Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada"; f) nº 18/70, do vereador Antonio Tenório, no sentido de se expedir solidariedade ao Prefeito de Mogi Guaçu, em virtude da inundação de que a visinha cidade foi vítima: "Aprovado por 7 x 0." - 7) Manifestações do Prefeito Municipal: a) nº 7/70, encaminhando o têrmo de vistoria nº 8/70, referente ao imóvel localizado à Rua Francisco José Fernandes nº 171: "Lido para conhecimento da casa. A matéria ficará na Secretaria da Câmara à disposição dos senhores vereadores." - b) nº 8/70, encaminhando o projeto de lei nº 4/70, dispondo sôbre autorização para o Município receber, em doação, uma área de terreno: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos". - c) nº 9/70, prestando as informações solicitadas pelos vereadores Hélio Vasquino e Arnaldo D'Avila Florence sôbre a organização administrativa da Prefeitura: "Quanto ao projeto de lei nº 27/69 e a reencaminhe-se às Comissões Permanentes". - d) nº 10/70, encaminhando requerimento da firma Lincoln Cavalcanti Ltda., pedindo autorização para a instalação de sua indústria em terreno localizado na prolongamento da Rua Dr. Joaquim Leite: "Às Comissões de Justiça e Obras e Serviços Públicos"; e) nº 11/70, encaminhando o projeto de lei nº 5/70, dispondo sôbre a celebração do convênio com a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e dando outras providências: "Às Comissões de Justiça e Educação"; f) nº 12/70, comunicando ter concedido, junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, um empréstimo na importância de Nc$ 50.000,00, para a execução dos serviços de reforma do Matadouro Municipal: "Dou para conhecimento da casa". A

matéria ficará na Secretaria da Câmara à disposição dos senhores vereadores"; 3) nº 1370, encaminhando cópias de três ofícios enviados ao senhor Secretário do Planejamento, agradecendo os valiosos doações feitos ao Município." Lida pela secretária foi colocada em votação, sendo aprovada. Em seguida, "Encerrada a leitura do Expediente, o senhor presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Arnaldo D'Avila Florence solicitou ao senhor presidente que providenciasse o fornecimento, aos integrantes do Legislativo, de um exemplar do Plano Diretor, a fim de que os senhores vereadores, quando forem estudar a matéria aí contida, estivessem bem informados. Prosseguindo, afirmou que a reforma administrativa pretendida pelo chefe do executivo poderia ser estudada, oportunamente, quando da tramitação do Plano Diretor. Disse, em seguida, que vem todos entendendo a explicação dada ao povo pelo Prefeito, vereadores, com preferência ao aumento do Imposto Predial, mesmo porque se deslocará a disposição dos municípios para um debate público sobre o assunto, ocasião em que dessas informações claros e objetivos, pois agiu, no caso de boa fé, estando certo fui o mesmo ocorrer com o Prefeito e seus colegas. Prosseguindo, disse que quem dirigiu a atenção da Câmara Municipal, na procura de uma solução para o caso do aumento dos impostos, foi o ex-prefeito Hélio Vasconcellos Seita, exemplar homem público portador de uma grande experiência. Disse, em seguida, que os autoridades, por um princípio de delicadeza, deviam responder, por escrito, os pedidos feitos pela Câmara, o que infelizmente muito vezes não ocorreu. Afirmou que o Delegado de Polícia o procurasse pessoalmente para esclarecer que não tinha condições materiais para uma fiscalização rigorosa do trânsito, em virtude de contar com poucos homens no destacamento local, motivo por que não tomava ainda qualquer providência para coibir os abusos praticados por motoristas, os quais continuavam a fazer a Praça Rio Branco de ponto de parada. Prosseguindo, disse da necessidade de ser constituído um grupo de trabalho para se estudar a elaboração de um Código de Trânsito para Paulo, pedindo, para isso, ser apontada a colaboração do Dr. Santo Paulo, engenheiro com experiência internacional, que sempre demonstrou boa vontade, além de outros possam que entendessem do assunto. O vereador Attilio Giardini justificou a propositura de sua autoria, lida na Expediente, e solicitou a necessidade do funcionamento de uma linha de ônibus ligando o Bairro do Triângulo à cidade, a fim de que muitos moradores e crianças que frequentam cursos na cidade, tivessem mais facilidade para o comparecimento às aulas, já que nós estamos ocorrendo em virtude da grande distância e da falta de condução. O vereador Vitório Lamosa solicitou aos Comissões competentes que estudassem, com a brevidade possível, pareceres sobre o projeto de lei que autoriza o Município a assinar convênio com a Secretaria da Educação, para a construção de um grupo escolar, dada tratar-se de matéria de caráter urgente. O vereador Hélio Vasconcellos Seita disse que vários vezes havia sido solicitado o funcionamento do Laboratório da Análises para o Centro de Saúde, não tendo se conseguido nada até a alegação de que a sua manutenção seria muito onerosa para o Estado. Prosseguindo, afirmou que a Secretaria da Saúde deveria arranjar o funcionamento do Laboratório aos menos para o atendimento de crianças pobres, portadoras de verminoses. Disse, em seguida, que aprova, integralmente, o pedido de seu colega Attilio Giardini, para o funcionamento de uma linha de ônibus ligando o Bairro do Triângulo à cidade. Afirmou, em seguida, que também apoiava a iniciativa de seu colega Arnaldo D'Avila Florence, com referência ao problema de trânsito na cidade, porquanto era testemunha dos abusos diários que vinham sendo cometidos, havendo necessidade da formação de uma comissão para estudar a regulamentação da matéria. Disse, em seguida, ser necessário distinguir entre os veículos de aluguel que possuem dono, vacinado e com coleira, verdadeiros animais de estimação, que estavam sendo apanhados pelo locadores da prefeitura até dentro dos casas, o que não estava certo, pois essa providência devia alcançar apenas os cachorros que vivam perambulando pelas ruas da cidade, que não pertencessem a ninguém e ofereciam perigo aos munícipes. Solicitou, em seguida, providências da Prefeitura no sentido de fornecer pedras para a reconstrução de paredões que desmoronaram na Vila Palmeiras, devido ao serviço de colocação de guias e sarjetas chadros sendo ultimamente. Disse, prosseguindo, que na Vila Rosela, Caiua não com, sendo justo que o Prefeito apoiasse o seu propriedade, homem humilde a reconstruí-la, usando para isso o resto da verba destinada a essa finalidade, que deixou, quando terminou o seu mandato, para atender casos desa natureza. O Senhor presidente comunicou que no dia 18 de março será efetuado, ao senhor Secretário do Turismo, um jantar na cidade de Santo Paulo, em comemoração ao seu aniversário, pedia a que colaboram os senhores vereadores, ficando a adesão na importância de Nc$ 35,00. Justificou a necessidade da criação de uma classe do 1º ano colegial, para funcionar à noite, no Instituto de Educação "Cardeal Leme", visto haver falta de vagas, solicitou urgência para a aprovação do projeto de lei que trata da assinatura de convênio com a Secretaria da Educação, e encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Queiroz, secretário, a lavrei e vou escrever. Odilon Fernandes

Ata da 5ª sessão ordinária, da 2ª ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Paulo, realizada em 17 de março de 1970.
Presidência do Sr. Odilon Pinto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos dezenove dias do mês de março de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Victorino Ferreira Ribeiro, Waldemiro Rocha, Antonio Serafim, Arnaldo D'Ávila Florence, Romildo Miranda e Hélio Vasconcellos Leite. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Cristo Crucificado e aprovada a ata da sessão anterior, o senhor presidente determinou fosse feita a leitura do Expediente, que constou do seguinte: 1) Ofício do Prefeito Municipal de Morro Grande, agradecendo a mensagem de solidariedade que lhe foi enviada pela Câmara Municipal de Pinhal; "Ciente. Arquive-se". 2) Ofício do senhor William Yurek agradecendo o voto de congratulações aprovado pelo legislativo Pinhalense: "Ciente. Arquive-se". - 3) Mensagem nº 14/70, do Prefeito Municipal, prestando informações solicitadas pelos vereadores Hélio Vasconcellos Leite e Arnaldo D'Ávila Florence sobre vários assuntos: "Lida para conhecimento da casa. A matéria ficará na Secretaria da Câmara Municipal, à disposição dos senhores vereadores". - 4) Indicações: a) nº 14/70, do vereador Antonio Serafim, para que seja completada a Avenida 15 de Novembro, mediante a construção de sarjetões centrais no trecho que vai da Rua Barão de Motta Paes à Rua Virgínio Monte Negro: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - b) nº 15/70, do vereador Célio Pinto Fernandes, sobre a necessidade de se verificar a existência de terrenos sem muros e invadidos pelo mato, principalmente na Vila Norma, para serem tomadas as providências cabíveis: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". c) nº 16/70, do vereador Waldemiro Rocha, para que seja construída uma ponte na Rua Horácio Soares, sobre o Ribeirão dos Pintos: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 5) Requerimentos: a) nº 11/70, do vereador Arnaldo D'Ávila Florence, solicitando informações ao chefe do executivo sobre a doação de um terreno localizado no prolongamento da Rua Gal. Joaquim Inácio, pertencente à SIA Industrias Valmet: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; - b) nº 12/70, do vereador Arnaldo D'Ávila Florence, solicitando providências do chefe do executivo no sentido de serem colocados dois postes de iluminação pública na praça existente na Vila São Pedro; "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". Encerrada a leitura do Expediente, usou da palavra o vereador Arnaldo D'Ávila Florence, que agradeceu ao professor José Pires Nolasco o convite enviado para a aula inaugural do Ginásio Estadual de Santo Antônio do Jardim. Salientou, em seguida, ao senhor presidente, que solicitasse quais as providências adotadas para o fornecimento, aos senhores vereadores, do Plano Diretor, conforme o que já organizou na sessão anterior. Prosseguindo, afirmou haver tomado conhecimento, em São Paulo, pelo noticiário do jornal "A Folha", de que o Dr. Orlando Gabriel Zancaner, muito digno Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, estaria em Pinhal no dia 24 de março, para receber o título de "cidadão pinhalense". Disse-se que, dez dias depois, estando com o Secretário de Turismo, êste estranhou a notícia publicada em destaque, pois não recebera, até aquela data, qualquer comunicado para visitar Pinhal e receber o título a êle ser outorgado pela Câmara Municipal. Esclareceu o vereador que o presidente da Câmara lhe informara que também o Prefeito Municipal estava surpreendido com a notícia publicada na imprensa, pois não sabia de nada a respeito do assunto. Afirmou, em seguida, que um recuo não seria nada agradável, e que lamentava profundamente o ocorrido, porquanto o nome e atitude e a presença de um Secretário de Estado, principalmente ato do gabinete do Dr. Orlando Gabriel Zancaner, não poderiam estar servindo de pretexto para atitudes infantis e ridículas da parte de quem publicou a notícia publicada na imprensa, pessoas essa que deveria ser denominada de aventureira. Prosseguindo, afirmou não acreditar que um jornal sério como "A Folha", dirigido por um jornalista de tempo e de honestidade de Domingos Meirelles Júnior, publicasse uma notícia que não partisse de fonte oficial ou oficiosa. Salientou, em seguida, ao senhor presidente, que lamentava, com referência ao assunto, as providências necessárias, continuando com o Prefeito sem antecedentes, o que viria ser feito, para que, se confirmada a visita a Pinhal do Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, êste fosse condignamente recebido. Afirmou, em seguida, que a triste e lamentável ocorrência disparando à Câmara Municipal, nos festejados de 27 de dezembro, não deveriam se repetir no caso da visita, a Pinhal, do Dr. Orlando Gabriel Zancaner, o melhor Secretário do Estado de Governo de São Paulo, pois êle ilustre homem público teria que ser recebido no recinto do legislativo, recebendo-se ao lado do senhor presidente, para receber o título que lhe fora outorgado. Encerrando suas considerações, afirmou que se a Câmara Municipal for convidada para qualquer outra solenidade, deve fazê-lo isoladamente e sua posição de poder independente, não concordando os seus representantes em ocupar lugares onde se sentam apenas os escolhidos, mas ocupando o senhor presidente o lugar que lhe cabe, sempre ao lado do homenageado. O vereador Hélio Vasconcellos Leite, referindo-se às informações prestadas pelo senhor Prefeito Municipal, a respeito da arrecadação do Município no exercício de 1969, disse que o chefe do executivo deveria ter incluído, também, na relação enviada ao legislativo, os 350 mil cruzeiros novos que S. Excia. deixou para o seu sucessor receber, os verbos federais que foram para serem entregues à Prefeitura no exercício de 1970, e os 70 mil cruzeiros novos do exercício de arrecadação do Estado, cujos pronunciamentos verificam

em 1969. Disse, em seguida, não ver motivo que impedisse o Prefeito de pagar as subvenções destinadas às instituições assistenciais no exercício de 1969, esperando que o chefe do executivo tomasse essa providência com a possível urgência. Afirmou em seguida, que pedira, no parecer elaborado sôbre a matéria, que antes da votação do projeto de lei nº 27/69, dispondo sôbre a fixação da organização administrativa da Prefeitura Municipal de Pinhal, fôsse ouvida a Secretaria do Interior, que possui técnicos especializados, sem que essa atitude representasse qualquer restrição aos elementos que elaboraram a proposição, pois jamais afirmara que êstes não tinham competência. Referindo-se, em seguida, à pretensão da firma Irmãos Casaleschi Ltda, de instalar sua indústria no prolongamento da Rua Cel. Joaquim Leite, afirmou existir uma área destinada a essa finalidade, de conformidade com o Plano Diretor, devendo o Prefeito providenciar a desapropriação nos têrmos da legislação em vigor, o que poderia ser feito por um preço razoável, sem qualquer exploração da parte dos proprietários, pedindo-se se necessário fôsse, o pronunciamento do Judiciário. Disse ser favorável à instalação de novas indústrias, mas que honestamente não podia concordar que o Plano Diretor fôsse colocado de lado e desobedecido, podendo ser modificado sòmente em último caso. Ninguém querendo usar da palavra, o senhor presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituía do seguinte: 1.) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 5/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre celebração de convênio com a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 6 x 0. – 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 27/69, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a fixação da organização administrativa da Prefeitura Municipal de Pinhal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança, e com pareceres das Comissões de Obras e Serviços Públicos e Educação no sentido de ser consultada a Secretaria do Interior a respeito da conveniência da aprovação da referida proposição: adiada a discussão a requerimento do vereador Hélio Vergueiro Leite, acolhido por 6 x 0, até que a Secretaria do Interior se pronuncie sôbre a matéria, na fórma proposta no parecer das Comissões de Obras e Serviços Públicos e Educação. – 3) Discussão e votação única do requerimento da firma Irmãos Casaleschi Ltda, solicitando autorização para a instalação de sua indústria no prolongamento da Rua Cel. Joaquim Leite, com pareceres favorável da Comissão de Justiça e no sentido de ser ouvida a Comissão do Plano Diretor da Comissão de Obras e Serviços Públicos: aprovado, por 6 x 0, o parecer da Comissão de Obras e Serviços Públicos, no sentido de ser ouvida, prèviamente, a Comissão do Plano Diretor. Esgotada a matéria em pauta, o senhor presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Arnaldo D'Ávila Florence comunicou ao plenário que havia pleiteado, junto ao Dr. José Ermínio de Moraes, de quem é amigo particular e fraternal, a doação de um terreno pertencente à S/A. Indústrias Vatorantim, localizado no prolongamento da Rua Cel. Joaquim Leite, para a construção de sede própria do Clube Atlético Montenegro, tendo, entretanto, sido informado de que o Prefeito também pleiteara a doação do mesmo terreno, há tempos atrás, não mais voltando ao assunto. Prosseguindo, afirmou ser necessário que o Prefeito esclarecesse a finalidade para a qual pretendia o terreno, para que os objetivos da doação não ficassem conflitantes. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor presidente convocou os senhores vereadores para a sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da ordinária para se votar, em segunda discussão, o projeto de lei nº 5/70, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucrezo, secretário, a fiz escrever.

C. Fernandes

Ata da 3ª sessão Extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 19 de março de 1970.

Presidência do Sr. Célio Pôrto Fernandes

Secretariada pelo Sr. Romildo Miranda

Aos dezenove dias do mês de março de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 5ª sessão Extraordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pôrto Fernandes, Victório Samaso, Waldomiro Rocha, Antonio Fenólio, Arnaldo D'Ávila Florence, Romildo Miranda e Hélio Vergueiro Leite. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, de acôrdo com a convocação feita prèviamente, o senhor presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, na qual foi aprovado, por 6 x 0 e dispensado da redação final, a requerimento do vereador Antonio Fenólio, o projeto de lei nº 5/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre celebração de convênio com a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e dando outras providências. O senhor presidente determinou fôsse essa proposição encaminhada ao senhor Prefeito Municipal, para a sanção devida, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucrezo, secretário, a fiz escrever.

C. Fernandes

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 2 de abril de 1970.

Presidência do Sr. José Eduardo Stuart

Aos dois dias do mês de abril de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victorino Tamoso, José Antonio Coimbra Filho, Antonio Tenório e José Eduardo Stuart. O Vereador José Eduardo Stuart, de acordo com o artigo 24, do Regimento Interno, assumiu a presidência e determinou fosse feita, nos têrmos do artigo 17, da Lei Orgânica dos Municípios, a leitura do Expediente que não dependesse de voto da Câmara e que constava do seguinte: Mensagem nº. 15/70, do Prefeito Municipal, encaminhando o processo referente ao pedido feito pela firma Lanifício Cavalheiro Ltda., para a instalação de sua indústria em terreno localizado no prolongamento da Rua Cel. Joaquim Leite, acompanhado do competente parecer exarado pela Comissão Técnica do Plano Diretor: "Encaminhe-se à Comissão de Obras e Serviços Públicos, para parecer". - Encerrada a leitura do Expediente, o senhor presidente determinou fosse feita nova chamada, visto terem decorrido os quinze minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmos vereadores que responderam à primeira, não havendo, assim, número legal para o prosseguimento dos trabalhos, os quais foram encerrados em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lourenço, secretário, a fiz escrever.

Ata da 6ª Sessão ordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 16 de abril de 1970.

Presidência do Sr. Celso Pinto Fernandes

Secretariado pelo Sr. Victorino Tamoso

Aos dezesseis dias do mês de abril de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Pinto Fernandes, Hélio Augusto Leite Antonio Tenório, José Eduardo Stuart, Wanderley Lisboa Waldomiro Rocha e Victorino Tamoso. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feita uma minuta de silêncio em homenagem à memória do Cabo Anchieta, foi aprovada a ata da 5ª. sessão ordinária, com a observação feita pelo vereador Victorino Tamoso de que a mesma continha uma declaração de voto, feita por ocasião da discussão do requerimento da firma Lanifício Cavalheiro Ltda., mais ou menos nos seguintes termos: "estive ali fazia, em companhia do vereador Wanderley Lisboa, em visita às atuais instalações da firma, na Rua Leonardo Saraiva, tendo constatado que a indústria não fazia barulho que perturbasse a vizinhança, não contaminava nem poluia o ar e não prejudicava a saúde de quem quer que fosse, visto tratar-se de uma empresa que não lidava com matéria prima nociva à saúde pública. Estou certo, também, que os membros da Comissão de Justiça (ele e o vereador Wanderley Lisboa) estiveram no terreno que a firma pretende adquirir para transferir e ampliar as instalações industriais, tendo verificado que lá longe se prestava muito bem para o fim desejado, prodendo-se mesmo prever que até haveria qualquer problema com a concretização do negócio pretendido. Estou certo, por último, que, além de não haver qualquer prejuízo para quem quer que fosse, a vinda dessa indústria dos Lanifícios Cavalheiro Ltda. traria geral benefício, com o aumento de produção, maior recolhimento de impostos e serviço para um maior número de operários, não vendo assim qualquer impedimento a que se autorizasse a construção de prédio destinado ao funcionamento da firma que aliás já estava funcionando, há muitos anos, em local muito mais central da cidade". Em seguida, o senhor presidente anunciou ter posse à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Telegrama de Dona Maria Alcântara Barbosa, comunicando não ter podido comparecer às solenidades do dia 27 de dezembro e agradecendo a concessão do título de "Cidadã Pinhalense". "Ciente. Arquive-se". 2) Requerimento: a) nº 21/70, dos vereadores Osvaldo D'Avila Florence e José Eduardo Stuart, solicitando informações ao chefe do executivo se já pedira, em tempo hábil, à Secretaria de Educação, Sanidade e Cultura, providências no sentido de ser ministrado o ensino rural nas salas de aulas do prédio de ensino estadual, e, em caso positivo, esclarecer quantos cargos de bandeiras foram solicitados e quais os estabelecimentos de ensino que os receberam". "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - b) nº 22/70, dos vereadores Osvaldo D'Avila Florence e José Eduardo Stuart, indagando do chefe do executivo se já foi dado prosseguimento aos entendimentos para a desapropriação amigável do Cine Teatro Avenida". "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - c) nº 23/70, dos vereadores Osvaldo D'Avila Florence e José Eduardo Stuart, indagando do chefe do executivo se S. Excia. já havia combinado com o caráter oficial e definitivo a data da visita a Pinhal do Sr. Orlando Gabriel Zancaner, dd. Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, a fim de receber o título de "Cidadão Pinhalense", e, em caso afirmativo, queria o programa a ser composto e qual a lista de convidados". "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - d) nº 24/70, do vereador Antonio Tenório, no sentido de se oficiado à Mesa administradora do Hospital "Francisco Rosas", congratulando-se com os seus membros pelo profícuo e eficiente funcionamento da Escola de Auxiliares de Enfermagem "Professor Mauricio de Medeiros". Aprovado por 6 (

Oficie-se na forma solicitada; - e) - nº 2676, do vereador Antonio Serrão, solicitando seja expedido ao Centro Académico da Faculdade de Direito de Portugal, congratulando-se com o seu Diretório pelo trabalho realizado em favor de vários instituições assistenciais, em substituição ao tradicional "baile de calouros". Aprovado por 6 x 0. Oficie-se na forma solicitada"; - f) nº 2677, do vereador Victorino Tavares, no sentido de se oficiar ao Dr. Odair Pacheco Pedroso, congratulando-se com S. Exª. pela sua nomeação para o cargo de membro da Coordenadoria Hospitalar do Estado e expressando a gratidão da Câmara Municipal pelo trabalho realizado por esse ilustre homem público em favor do Hospital "Francisco Ramos" e da preletorina da Escola de Auxiliares de Enfermagem "Professor Mauricio de Medeiros"; "Aprovado por 6 x 0. Oficie-se na forma solicitada"; - g) nº 2678, do vereador Victorino Tavares, no sentido de inserir, na ata dos trabalhos legislativos, um voto de profunda gratidão ao Deputado José Henrique Jumes, Secretário do Estado e Chefe da Casa Civil, pelo muito que esse ilustre homem público tem feito em favor do município de Piabeta; "Aprovado por 6 x 0. Oficie-se ao deputado José Henrique Jumes, comunicando-lhe a deliberação da Câmara Municipal"; - h) nº 2679, do vereador Victorino Tavares, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profunda gratidão ao Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, digno Governador do Estado, pela colaboração que esse ilustre homem público tem dado a Piabeta, principalmente ao Hospital "Francisco Ramos"; "Aprovado por 6 x 0. Oficie-se ao senhor Governador do Estado, comunicando-lhe a deliberação da Câmara Municipal". - 3) Indicações: a) nº 2680, do vereador Wanderley Lisboa, solicitando providências no sentido de se fazer uma limpeza nos rios e terrenos da Vila Rosa, e pedindo repercussão nos jornais do Santa Paulo, Jornal Nosso e comunicado da Bolha até os diversos de Minas; "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; - b) nº 2681, do vereador Hélio Vasconcellos Leite, no sentido de ser estudada a possibilidade de serem concedidos incentivos fiscais para a instalação, no Município, de novas indústrias, bem como para a construção de prédios destinados a hotéis; "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; c) nº 2682, do vereador Hélio Vasconcellos Leite, pedindo a execução do serviço de pavimentação no trecho final da Rua Antonio Augusto, defronte ao nosso colégio Hospital "Francisco Ramos"; "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; - d) nº 2683, do vereador Antonio Serrão, solicitando providências no sentido de ser melhor conservada a Rua Vereador Estevão de Oliveira, no bairro do Matadouro, e seguindo o prosseguimento do calçamento daquela movimentada via pública; "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; - e) nº 2684, do vereador Antonio Serrão, pedindo a colocação de luzes e postes no trecho da Rua Ipiranga que dá acesso à estrada para a Fazenda Aparecida, e entre a execução do calçamento da rua referida; "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; - f) nº 2685, do vereador Antonio Serrão, solicitando a colocação de luzes e postes na ponte da estrada dos Ranchos e pedindo melhor conservação para a estrada municipal de acesso ao Colégio Agrícola e às Fazendas Santa Clara, Pitbinha e Santa Inês; "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; - 4) Projeto de Lei nº 6/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a criação do Posto Municipal de Alimentação Escolar do Município de Piabeta; "Às Comissões de Justiça e Educação"; - 6) nº 7/70 do Prefeito Municipal, autorizando o Executivo a firmar convênio com o Governo do Estado, para a construção de uma Quadra de esportes no Colégio Agrícola; "Às Comissões de Justiça, Finanças e Educação". Encerrada a leitura do Expediente, o vereador Antonio Serrão congratulou-se com o Centro Académico "Dr. Oscar da Fonseca e Silva", da Faculdade de Direito de Piabeta, pela organização de grandes alimentações em favor de instituições assistenciais de Piabeta, em substituição do tradicional baile que anualmente é dado nos salões do Automóvel Clube, e também a Mesa do Hospital "Francisco Ramos", pela preletorina na Escola de Auxiliares de Enfermagem "Professor Mauricio de Medeiros", estabelecimento de ensino que vem prestando relevantes serviços a Piabeta e na qual Piabeta tem a honra de ser representada. O vereador Victorino Tavares justificou o requerimento de sua autoria, lido no Expediente, e solicitou que os senhores Odair Pacheco Pedroso, José Henrique Jumes e Roberto Costa de Abreu Sodré fossem oficiados para que o corpo do Hospital "Francisco Ramos" obtivesse os pontos que se encontravam atualmente. Relembrou que o Dr. Odair, quando em visita ao hospital, há alguns anos atrás, falara da necessidade de construção de uma nova pavilhão e de urgência de se iniciar as obras, pois estas não seriam concluídas num ano e nem em três, mas levariam muito mais tempo. Solicitou, ainda, que o Dr. Odair sempre trabalhasse no sentido de conseguir verbas para o Hospital "Francisco Ramos", tendo, também, como membro da Coordenadoria Hospitalar do Estado, dado parecer favorável à preletorina da Escola de Auxiliares de Enfermagem "Professor Mauricio de Medeiros". Esclareceu, em seguida, que as pretensões do que aqui falara o senhor Antonio Serrão, em artigo publicado na imprensa local, a Escola de Auxiliares de Enfermagem não estava fechada com um postigo para o povo, mas sim por causa da falta de enfermeiros formados para ser lecionado o corpo docente. Esclareceu que apesar da procura constante, durante muitas vezes, se fosse possível conseguir uma enfermeira formada em Piabeta, tendo uma outra, de Mogi-Guaçu, se comprometido a dar algumas aulas, o que possibilitou, então a preletorina da Escola de Enfermagem, a qual, hoje, estão, agora, funcionando regularmente e cumprindo suas elevadas finalidades. O vereador Hélio Vasconcellos Leite solicitou que, quando estiver o cargo de Prefeito, sempre trabalhou no sentido de conseguir

a instalação, em Pirabal, de novas industrias, entendendo, mesmo, haver necessidade de se conceder vantagens fiscais para se conseguir o progressivo de novos emprêsas, a que dos meios que lhe são fornecidos pela Lei Orgânica para desapropriar, quando houver necessidade, terrenos destinados à instalação de novos industrias, ou favorecer destinado a esta finalidade, pois se procedeu, estará evitando que a cidade seja as condições de um crescimento desordenado, com a construção de pequenos industriais nos bairros, exclusivamente residenciais. Elaborando seu projeto-lei ao desenvolvimento industrial do Município, solicitou entender que no caso de pretensão de forma Senador Constantino Vidal o Prefeito deverá ver para a possibilidade de concretização a desapropriação de um terreno localizado na parte apropriada, de acordo com o Plano Diretor, o qual será, posteriormente, adquirido pela referida emprêsa, de conformidade com a legislação em vigor. Congratulou-se, em seguida, com a Mesa da Santa Casa, pela maneira feliz maneira alcançada com os resultados e o funcionamento da Escola de Auxiliares de Enfermagem "Professor Mauricio Medeiros". Mencionou mais que grande valor da palavra, o senhor presidente ordenou fosse enviado a todos os estabelecimentos de ensino existentes na cidade, um histórico da Fundação das escolas em Pirabal, fato ocorrido em 16 de Abril de 1888. Prosseguindo o senhor presidente informou haver coletado, aos senhores diretores dos vários estabelecimentos de ensino que lecionam, os conhecimento dos alunos, êste importante acontecimento que colocou Pirabal numa longa de destaque, como o primeiro município do Estado de São Paulo, a abolir, em todo o seu território a escravidão. Encerrando suas considerações, o senhor presidente, para conhecimento do plenário, procedeu à leitura do histórico enviado aos vários estabelecimentos de ensino, relembrando o importante fato que foi a libertação dos escravos em Pirabal. Em seguida, anunciou as passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Discussão e votação única do requerimento do Vereador Waldemiro Rocha, solicitando, entendimentos para a instalação de uma indústria na prolongamento da Rua Alberto Prado Leite, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e da Comissão Técnica de Finanças Diretor, e com parecer da Comissão de Obras e Serviços Públicos, desejando para o plenário delibere sobre a matéria, adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Waldemiro Rocha, aceitido pelo plenário por 6 x 0. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 417, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o Município receber, em doação, uma área de terreno, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Obras e Serviços Públicos: adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador José Eduardo Stael, acolhido pelo plenário por 6 x 0. — Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente convocou os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 7 de maio vindouro, encerrando os trabalhos, em seguida. Do que, para constar, foi lavrado o presente ata. Eu, Estanislau de Lucena, secretário, a fiz escrever. Bernardes.

Ata da 4ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pirabal, realizada em 5 de maio de 1970.

Presidência do Sr. Celso Pinto Fernandes
Secretariada pelo Sr. Attilio Giordini

Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pirabal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pirabal, às nove horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Pinto Fernandes, Attilio Giordini, Heleno Vaz Queiroz Leite, Waldemiro Rocha, Zbordi, Antonio Fernandes e Waldemiro Rocha. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o senhor presidente, de acôrdo com a convocação feita precedentemente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 1770, do Prefeito Municipal, autorizando o Executivo a firmar convênio com o Governo do Estado para a construção de uma ponte de concreto no Colégio Agrícola "Dr. Caroline da Mata e Silva", com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Educação: aprovado por 6 x 0. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente convocou os senhores vereadores para outra sessão extraordinária, a realizar-se logo após o encerramento dos trabalhos, para se votar em segunda discussão, o projeto de lei nº 1770. Em seguida, encerrou a sessão. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lucena, secretário, a fiz escrever. Bernardes.

Ata da 5ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pirabal, realizada em 5 de maio de 1970.

Presidência do Sr. Celso Pinto Fernandes
Secretariada pelo Sr. Attilio Giordini

Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pirabal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pirabal, logo após o encerramento da 4ª sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguin-

Esp: Celso Porto Fernandes, Attilio Giordini, Helio Vasqueiro Leite, Wanderley Lisboa, Antonio Serafim e Waldomiro Rocha. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, de acôrdo com a convocação feita anteriormente, o senhor presidente anunciou a possar à Ordem do Dia, na qual foi aprovado por 5 x 0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giordini, o projeto de lei nº 7/70, do Prefeito Municipal, autorizando o Executivo a firmar convenio com o Governo do Estado, para a construção de uma quadra de esporte no Colegio Agricola "Dr. Caroline de Mattos e Silva", com pareceres favoraveis das Comissões de Justiça, Finanças e Educação. O senhor presidente determinou fosse a proposição encaminhada ao senhor Prefeito Municipal, para a sanção devida, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estellamino de Moraes, escrevano, a fiz escrever.

Attilio Giordini.

Ata da 7ª. sessão ordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Itubal, realizada em 7 de maio de 1970.

Presidencia do Sr. Celso Porto Fernandes

Secretariado pelo Sr. Attilio Giordini

Aos sete dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Itubal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Itubal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Porto Fernandes, Attilio Giordini, José Eduardo Stant, Waldomiro Rocha, Antonio Serafim, Victorio Tanoss, Wanderley Lisboa, Helio Vasqueiro Leite. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Após se ter um minuto de silencio, em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o senhor presidente anunciou a possar à leitura do Expediente, que constou do seguinte: - 1) Ofícios enviados pelos moradores da Rua Cunha de Caxias, solicitando providencias no sentido de ser feita uma limpeza no leito e nos terrenos daquela via pública: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal, solicitando providencias do chefe do executivo no sentido de ser feita uma limpeza imediata na rua e nos terrenos da Cunha de Caxias, atendendo-se, assim, a justa reclamação dos moradores daquela via pública". - 2) Indicações: a) nº 27/70, do vereador Victorio Tanoss, solicitando providencias no sentido de ser melhorada a iluminação pública da Rua Cunha de Caxias aumentando-se o tamanho das lâmpadas ali existentes, ou então substituindo-as por outras, a vapor de mercúrio ou metal: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; b) nº 29/70, do vereador Antonio Serafim, solicitando providencias do Prefeito Municipal no sentido de serem podados os troncos de eucaliptos localizados à margem do chamado "Morro José Felicio", nas proximidades da Igreja Santa Cruz, e pedindo a colocação de uma lâmpada de iluminação pública no meio do quarteirão que vai do Centro de Saúde à Casa da Criança: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 3) Requerimentos: a) nº 29/70, do vereador Helio Vasqueiro Leite, solicitando informações ao executivo sobre os gastos do govêrno municipal em 1970 e os planos que serão executados a curto e a longo prazo: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; b) nº 30/70, do vereador Helio Vasqueiro Leite, propondo a inversão na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesames pelo falecimento do senhor José da Cruz Melão, sogro do Governador do Estado: "Aprovado por 7 x 0. Comunique-se à familia enlutada"; c) nº 31/70, do vereador Helio Vasqueiro Leite, no sentido de ser oficiado ao senhor Laudo Natel, congratulando-se com S. Excia. pela sua escolha para o cargo de governador do Estado: "Aprovado por 7 x 0. Comunique-se ao interessado, na forma solicitada"; d) nº 30/70, do vereador Helio Vasqueiro Leite, no sentido de ser oficiado ao Diretório Regional da Arena, ao senhor governador do Estado e ao senhor Laudo Natel, apoiando o nome do Dr. José Henrique Lumer para o cargo de Vice-governador do Estado de São Paulo: "Aprovado por 6 x 1. Oficie-se na forma solicitada". 4) Projeto de lei do Prefeito Municipal: a) nº 8/70, dispondo sobre elevação de vencimentos do funcionalismo municipal: "Às Comissões de Justiça e Finanças". - b) nº 9/70, dispondo sobre alteração de prazo: "Às Comissões de Justiça". - c) nº 10/70, autorizando a assinatura de convenio com a Prefeitura Municipal de Itapira: "Às Comissões de Justiça". 5) Projeto de lei nº 11/70, de Mesa da Câmara Municipal, dispondo sobre aumento de quotas-fixações dos servidores da Legislativo: "Às Comissões de Justiça e Finanças". Lavrada a leitura do Expediente, o senhor presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Helio Vasqueiro Leite justificou as proposições de sua autoria, lidas no Expediente, e relembrou que o senhor Laudo Natel quando governou o Estado de São Paulo por 8 meses, concedeu varios benefícios a Itubal, demonstrando assim o seu interesse pela terra paulista. Solicitou, em seguida, o falecimento do senhor José da Cruz Melão, sogro de Dona Maria do Carmo de Abreu Sodré, primeira dama do Estado, que muito viria auxiliando as instituições assistenciais de Itubal. Justificou, em seguida, o seu pedido para que fosse aprovado o nome do Dr. José Henrique Lumer para o cargo de Vice-Governador do Estado, numa vez que esse ilustre homem público bastante tem prestado um grande amigo de Itubal, concedendo ao Município, inúmeros benefícios e atendendo as varias reivindicações que lhe foram dirigidas. Encarecendo suas considerações, formulou um apelo ao Executivo e ao Legislativo no sentido de se unirem, deixando de lado quaisquer divergencias, para poderem prosperar, cada vez mais, Itubal. Orlando Gabriel Fonseca, digníssimo Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, numa saudação à cultura da imprensa e do rádio desde ilustre homem público que tanto atendido, no desempenho de seu cargo, todas as reivindicações que lhe foram feitas

pelas autoridades municipais. O vereador José Edmundo Stuart afirmou estar solidário com os requerimentos propostos pelo seu colega Hélio Vasqueiro Leite com exceção daquele que oferece o Sr. José Henrique Turner para o cargo de Vice-Governador, por entender que a Câmara Municipal poderia ser numa situação difícil e desagradável se o convidado escalado pelos Srs. vereadores fosse outro. Encerrou sua consideração dizendo que não fazia nenhuma restrição ao nome do brilhante e honrado deputado José Henrique Turner, mas entendia que a posição adotada pela Câmara Municipal, politicamente falando, era uma tanto perigosa, motivo por que votava contra a aprovação do requerimento apresentado pelo seu colega. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Senhor presidente comunicou que no dia 16 do corrente estaria em visita a Pinhal o Dr. Orlando Gabriel Zancaner, digníssimo Secretário de Cultura, Esportes e Turismo, a qual iria receber, da Câmara Municipal, em sessão solene, a título de "Cidadão Pinhalense". Falaram em seguida, a leitura da ata da sessão anterior a ser publicada na imprensa contendo o programa da visita do ilustre homem público. Anunciou, em seguida, a ordem do dia, que se constituía do seguinte: 1) Discussão e votação única do requerimento da firma Fumicos Cosalchi Ltda., solicitando autorização para a instalação de sua indústria no prolongamento da Rua Cel. Joaquim Leite, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e da Comissão do Plano Diretor, e com parecer da Comissão de Obras e Serviços Públicos decidindo pelo arquivamento deles tendo sobre a matéria aprovado o pedido da firma interessada por 8 x 0. O vereador Hélio Vasqueiro Leite fez uma declaração de voto afirmando que votava a favor do pedido formulado pela firma interessada por achar que Pinhal estava necessitando de indústrias, mas que opesar disso não abria mão da zona industrial. Afirmou que a zona residencial não devia, em hipótese alguma, se misturar com a zona industrial, pois, portanto, para evitar-se isso é que foi feito o Plano Diretor. Disse que o Prefeito deveria zelar de seus atos impondo leis para disciplinar afetivamente as coisas na zona industrial delimitada pelo Plano Diretor, cabendo-os, em seguida, mediante o progamento do justo valor, às firmas interessadas, pois se isso não fosse feito, as gerações futuras iriam reclamar, e com razão, a atitude negativa dos atuais responsáveis pela administração municipal. Afirmou, também, que votava favoravelmente ao pedido da firma Fumicos Cosalchi Ltda., por estar esta indústria localizada na parte central da cidade, devendo, de acordo com a pretensão de seus proprietários, mudar-se para uma bem longe mas distante do centro. Declarou que o seu voto favorável era o último dado, porquanto não mais iria contrariar o Plano Diretor. Encerrando sua declaração de voto, disse um apelo à Comissão Técnica do Plano Diretor, no sentido deste tomar conhecimento da legislação existente, para emitir pareceres técnicos com conhecimento de causa, manifestando-se sempre em obediência ao Plano Diretor e se aprofundando na matéria, visando, com isso, o progresso da cidade e o seu ordenamento devidamente planificado. O vereador Attalis Giardini também fez uma declaração de voto afirmando que o Prefeito deveria declarar de utilidade pública os terrenos localizados na área industrial desapropriando-os e reservando-os para serem utilizados oportunamente. O Senhor presidente, justificando o seu voto favorável ao pedido feito pela firma Fumicos Cosalchi Ltda., para completar os dois terços exigidos na legislação vigente, declarou que, sempre que fosse possível, o Plano Diretor do Município deveria ser obedecido. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 9/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o Município receber em doação, uma área de terreno, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Obras e Serviços Públicos; aprovado por 8 x 0. Encetada a matéria em pauta, o Senhor presidente comunicou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador José Edmundo Stuart afirmou que não fazia qualquer restrição ao nome do Sr. José Henrique Turner para o cargo de Vice-Governador do Estado, o qual ele era uma pessoa muito digna, entendendo, porém, que a posição política adotada pela Câmara Municipal era um tanto perigosa, pois se o nome desse ilustre homem público não fosse sufragado, o Município de Pinhal, seria colocado numa situação difícil. Ninguém mais querendo usar da palavra e nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente convocou os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 21 do mais, encerrando os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ademilson de Queiroz, secretário, a fiz escrever.

C Mesquita.

Ata da sessão solene da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 16 de Maio de 1970.

Presidência do Sr. Célio Porto Fernandes.

Aos dezesseis dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às dezenove e trinta horas, presentes, em sessão solene, o Legislativo Municipal, sob a presidência do vereador Célio Porto Fernandes e presentes também os vereadores Antonio Fenólio, Arnaldo Zapink Florence, Attalis Giardini, Hélio Vasqueiro Leite, José Edmundo Stuart, Romildo Miranda, Vitório Fumicos, Waldomiro Rocha, Wanderley Taborda. Abrindo os trabalhos, o Senhor presidente convidou, para fazerem parte da mesa, os seguintes pessoas: Adalberto Costa - Prefeito Municipal, Antonio Bassanelli - Vice Prefeito; Dr. Evaldo Vassimon Monteiro dos Santos - Juiz de Direito da Comarca; Dr. Vicente Paulo Machado de Almeida - Promotor de Justiça da Comarca; Dr. José Anete Goffi Mercedo - Delegado de Polícia; e os Deputados Cyro de Albuquerque e Ulisses Bellis Cumbo Braga. Em seguida, o Senhor presidente comunicou que a presente sessão solene tinha, como finalidade, prestar homenagem à entrega, ao Deputado Orlando Gabriel Zancaner, Secretário de Cultura,

Esporte e Turismo, do governo de São Paulo, do título de "Cidadão Pinhalense". Designou, em seguida, uma comissão para introduzir o homenageado no recinto, o que foi feito, tomando o Deputado Orlando Gabriel Toncanon assento junto à presidência. O senhor presidente, em seguida, deu a palavra ao vereador Osvaldo D'Avila Florence para, em nome da Câmara Municipal, saudar o ilustre homenageado, o que foi feito, tendo o orador feito várias considerações sobre a atuação do novo pinhalense à frente da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, afirmando que grande é falar nessa pasta, pois obrigatório dizer-se: "Antes e Depois de Toncanon" pelo muito que foi feito. Relembrou o orador a inestimável colaboração dada a Pinhal pelo eminente Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, dando centenas de luminárias e lâmpadas a vapor de mercúrio as quais foram colocadas nos praças e ruas da cidade, e encerrou suas considerações exaltando a personalidade do ilustre homem público. (No momento oportuno, durante o discurso pronunciado pelo vereador Osvaldo D'Avila Florence, o senhor presidente procedeu à entrega, em nome da Câmara Municipal, do título de "cidadão pinhalense" que fora outorgado ao Deputado Orlando Gabriel Toncanon pela Lei nº 80 Municipal). Usou da palavra em seguida, o Deputado Orlando Gabriel Toncanon, que agradeceu as palavras do vereador Osvaldo D'Avila Florence, todas consideradas sobre o seu trabalho à frente da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, expressou sua gratidão pelo recebimento do título de "cidadão pinhalense", realçou a amizade com que fora sempre distinguido pelos pinhalenses e encerrou suas considerações afirmando que na próxima semana aguardava a visita do senhor Prefeito Municipal a São Paulo, onde, na sua Secretaria, providenciaria a concessão de uma auxílio financeiro na importância de Cr$ 100.000,00 para a construção, em Pinhal, de um ginásio de esporte, conforme planta que lhe foi deixada pelo Chefe do Executivo. Em seguida, o senhor presidente agradeceu a presença das autoridades, dos visitantes e de todos aqueles que compareceram para prestigiar a solenidade e tributar a sua homenagem ao Deputado Orlando Gabriel Toncanon. Em seguida, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Izaurindo de Medeiros, secretário, a fiz escrever. C Fernandes.

Ata da 83ª Sessão ordinária do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 21 de março de 1970.
Presidência do Sr. Celso Pinto Fernandes

Aos vinte e um dias do mês de março de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Hélio Vergueiro Leite, Antonio Serafim, Wanderley Lisboa, Waldemiro Rocha, Victorio Tomazo, Osvaldo D'Avila Florence e José Eduardo Stat. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Cristo Crucificado e aprovadas as atas das sessões anteriores já publicadas na imprensa, o senhor presidente anunciou a passou à Leitura do Expediente, que constou do seguinte: - 1) Ofício do vereador Osvaldo D'Avila Florence, comunicando estar impossibilitado de comparecer à sessão da Câmara Municipal em virtude do falecimento de um parente, o que regularmente se daria no período do tarde; "Ciente. Registre-se e em seguida arquive-se". 2) Indicação nº 25/70, do vereador Antonio Serafim, solicitando a colocação de uma lâmpada de iluminação pública no ponto já existente na Rua Barão de Mota Paes, no trecho situado entre os Rua 15 de Novembro e Cel. Joaquim Vergueiro: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito". 3) Indicação nº 26/70, do vereador Hélio Vergueiro Leite, solicitando providências do Chefe do Executivo no sentido de não mais ser colocado lixo nos terrenos contíguos à Vila São Paulo, o que estava provocando a proliferação de moscas, passando até encobrir em vários pontos: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 4) Indicação nº 27/70, do vereador Hélio Vergueiro Leite, solicitando o pagamento dos subvenções de 1969 e 1970, devidos à Casa da Criança São Francisco de Assis de Pinhal: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 5) Indicação nº 28/70, do vereador Wanderley Lisboa, solicitando providências do Chefe do Executivo no sentido de serem colocados grades de ferro nos bocas existentes na Vila Palmeira e Rua Otávio Vergueiro, esquina da Rua Leocádio de Faria: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 6) Requerimento nº 33/70, do vereador José Eduardo Stat no sentido de ser oficiado ao Diretório Estadual da Arena, em São Paulo, congratulando-se pela feliz escolha do nome do Dr. Antonio Rodrigues Filho, para vereador o cargo de Vice-Governador do Estado: "Aprovado por 7 (sete) votos e na forma solicitada". 7) Requerimento nº 34/70, do vereador José Antonio Coimbra Filho, solicitando 30 dias de licença do mandato, a partir de 21 de março, para tratamento de saúde: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente". 8) Projeto de Lei nº 32/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a constituição do Guarda Municipal de Pinhal: "Às Comissões de Justiça, Finanças e Serviço Público". 9) Mensagem nº 20/70, do senhor Prefeito Municipal, encaminhando um projeto de lei reestruturando o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pinhal e dando outras providências, e solicitando que a progressão fosse votada como substitutivo ao projeto de lei nº 8170, que tratava da elevação de vencimentos do funcionalismo municipal. "Junte-se este projeto ao projeto de lei nº 8170, do Prefeito Municipal, que dispõe sobre a elevação de vencimentos do funciona-

municipal, e encaminhe-se às Comissões de Justiça e Finanças, para parecer, o requerimento do vereador Hélio Vasconcelos Leite, acolhido pelos plenários. Encerrada a leitura do Expediente, o senhor presidente deu a palavras aos senhores vereadores. O vereador Hélio Vasconcelos Leite justificou os propósitos de sua ausência, lido durante o Expediente e salientou a necessidade do Serviço de Profilaxia da Malária fazer uma dedetização nos vários vilas da cidade, em virtude de terem sido constatados vários casos de encefalite, talvez originados pelo Aedes calopus pela Prefeitura e que estavam sendo dispostos em local muito conveniente à cidade. Solicitou, em seguida, providências do Chefe do Executivo no sentido de ser feito o pagamento das subvenções de 1969 e 1970 devidas pelo Município à Casa da Criança São Francisco de Assis de Piabuçu, pois essa entidade, de caráter assistencial, tem atendido a mais de 300 crianças, ainda não recebeu, do Governo do Estado, os importâncias a que tinha direito em virtude das assinaturas de convênios, estando por isso prejudicada por sérias dificuldades, os quais só serão sanados com a liquidação do compromisso assumido pela Prefeitura de Piabuçu. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor presidente pôs em discussão uma nova emenda, em nome da Câmara Municipal, ao telegrama ao Dr. José Maria Whitaker, comprimentando este ilustre brasileiro pelo transcurso de seu aniversário natalício. Anunciou, em seguida, a passou à Ordem do Dia, que se constitua do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 4170, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o Município receber, em doação, uma área de terreno, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Obras e Serviços Públicos: aprovado por 8 x 0 e dispensada de redação final a requerimento do vereador Antônio Simões. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 2769, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a fixação da organização administrativa da Prefeitura Municipal de Piabuçu, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças, Serviços Públicos e Educação: aprovado por 7 x 0. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 6170, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a criação do Setor Municipal de Administração Escolar do Município de Piabuçu, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e Educação: aprovado por 7 x 0. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 8170, do Prefeito Municipal, dispondo sobre elevação de vencimentos dos funcionários municipais, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: adiada a discussão, a requerimento do vereador Hélio Vasconcelos Leite "ab" que a Comissão competente se manifeste sobre o projeto de lei encaminhado à Câmara Municipal pelo senhor Prefeito, juntamente com a mensagem nº 230/70. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 9170, do Prefeito Municipal, dispondo sobre alteração de prazo, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 7 x 0. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 10170, do Prefeito Municipal, autorizando a assinatura de convênio com a Prefeitura Municipal de Tropina, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 7 x 0. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 11/70, da Mesa da Câmara Municipal, dispondo sobre a anuênio de gratificações dos funcionários do Legislativo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 x 0. - 8) Discussão e votação única da mensagem nº 3170, do senhor Prefeito Municipal, solicitando a manifestação da Câmara Municipal sobre a conveniência da compra de um prato de folhas fabricado na Iporsolvia, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovados os pareceres e a mensagem. - Esgotada a matéria em pauta, o senhor presidente anunciou a passar à Explicação Pessoal. O vereador Antônio Batista, comunicou que no último exame realizado em seu bairro, para o preenchimento de cargo de Administrador Escolar, dos 13 aprovados 4 eram pinbalenses, ex-alunos do Instituto de Educação "Cardeal Leme", muito embora que se congratulava com esses interiores estudantes que estavam honrando e elevando o nome do torrão natal e proporcionando muita alegria a todos. O vereador Vitorino Lemos usou da palavra, em seguida, a fim de explicar os motivos do pedido de encaminhados aos membros da Mesa do Hospital "Francisco Rosa". Afirmou que o Hospital fora contemplado com um auxílio financeiro na importância de trezentos mil cruzeiros, por intermédio do Dr. Prefeito Municipal e do Deputado José Henrique Turner, digníssimo Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, e com parecer favorável da Coordenadoria Hospitalar do Estado, tendo o jornal local "A Gazeta de Piabuçu" publicado uma nota a respeito do fato. Prosseguindo, esclareceu que a Mesa do Hospital resolveu enviar três ofícios - ao Governador do Estado, ao Chefe da Casa Civil do Governo do Estado e ao Dr. Odair Pacheco Pedrosa -, agradecendo a colaboração dada por cada um para que a instituição pudesse receber tão expressivo auxílio. Disse, em seguida que o provedor do Hospital, bem como alguns membros da Mesa Administrativa, tomaram conhecimento, pela imprensa, do ofício enviado ao Dr. Odair Pacheco Pedrosa, datado de fevereiro com referência aos Ofícios dirigidos aos senhores Governador do Estado e ao Deputado José Henrique Turner, o que provocou o pedido de demissão de 8 membros da Mesa. Prosseguindo, afirmou que continuam fazendo parte da Mesa, aguardando uma solução em benefício do Hospital, tendo sido surpreendido, numa reunião para a qual foi convocado e da qual participaram os 4 membros restantes da Mesa Administrativa, com a nomeação, pelo provedor, de 8 substitutos para os membros demissionários, com o que o vereador não concordou, tendo na ocasião impugnado a posse, alegando que, segundo os Estatutos, deveria ser convocada uma reunião geral para deliberar. Afirmou, em seguida, que o provedor, depois da recusa dos vários membros da Mesa Administrativa, preferiu deliberar sozinho,

fazendo coisas erradas. Dizendo ser amigo de todos os novos membros, nomeados pelo provedor e nada tendo contra eles, afirmou que os estatutos diversos dêles não prendiam os elementos dos Estatutos para serem diretores. Enumerou dos considerandos dizendo que o Hospital "Francisco Rosa" presta serviços de grande público, por isso este, estava na obrigação de funcionar com tôda regularidade, o que não estava ocorrendo, e que pelas razões expostas, a Loja também abdicava ocupação no cargo de membro da Mesa Administrativa, tendo encaminhado ao provedor, o seguinte ofício: "Ilmo Sr. Tenente de Infantaria Cel. Provedor do Hospital "Francisco Rosa". Nesta. Com os cumprimentos de estilo, eu, abaixo assinado, Vice-Provedor do Hospital "Francisco Rosa", há 9 anos, venho expor o seguinte: Não concordando: 1) Com a parca ordenação existente dentro do Hospital. 2) Com a pouca atenção com que ficam os Srs. 3) Com a admissão de empregados sem se de acôrdo com a Diretoria Interna, conforme mandam os estatutos. 4) Com a não apresentação à Mesa dos novos estatutos que há três (3) anos estão em seu poder. 5) Com a atitude de V. Sa. em não atender solicitação dos (2) vezes por mim formulada em petições, para que fôsse marcada uma data para a inauguração dos quartos dos funcionários e soldados provedores: Srs. Rafaelo da Silveira Teixeira e Dr. Silvio de Almeida Junqueira, que já estão prontos há cinco (5) meses. 6) Com a restrição de pedacinhos de medicamentos junto aos Hospitais para atender aos I.N.P.S. 7) Com a publicação de um ofício no jornal local "A Folha" de 12-4-1970 em detrimento dos embargados ao Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. Abreu Sodré e ao Exmo. Deputado e Chefe da Casa Civil Dr. José Henrique Ferreira. 8) Com a demissão aceita do Sr. Antônio Costa e dos demais companheiros, porque o aceitar a demissão dêste que vem dirigindo as obras gratuitamente, juntô com seu irmão José e seus filhos Antônio e Arnaldo, colaborando nos compras de material, obtendo preços excepcionais e fazendo dezenas de carretos gratuitos com seus caminhões, para a continuação das obras, isto sem contar o trabalho dinâmico do Exmo. Sr. Prefeito Adalberto Costa no mesmo sentido, o Hospital vai ser grandemente prejudicado. Sendo também, pelo exposto e solicitando-me os prezados companheiros demissionários, pedir a minha demissão do cargo de Vice-Provedor desta Instituição, cargo que sempre por amor à minha Terra e não por vaidade. Vendo que êste ofício não pensante já integra no livro de atas dêste Hospital. Rubiaí, 29 de Abril de 1970. Vitorino Lemos" [...] Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos. Do que para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lima, secretário, a fiz escrever.

Ata da 6ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Rubiaí, realizada em 30 de Maio de 1970.
Presidência do Sr. Cícero Pôrto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos trinta dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Rubiaí, Estado de São Paulo, na Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Rubiaí, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Cícero Pôrto Fernandes, Waldemiro Rodrigues, Hélio Vasques Leite, Antônio Tavares, Wandelay Lisboa, Arnaldo D'Avila Florence, Romildo Miranda e Attaídes Guedes. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Cristo Crucificado, o senhor presidente determinou fôsse feita a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projeto de lei nº 14/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para o Executivo celebrar convênio com a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, para fins de construção, em Rubiaí, de um Ginásio de Esportes." Às Comissões de Justiça e Finanças." Em seguida, o senhor presidente esclareceu que, de acôrdo com a convocação encaminhada aos senhores vereadores, a matéria lida no Expediente era de caráter urgente, motivo porque consultava os membros das Comissões de Justiça e Finanças sôbre a possibilidade de exararem pareceres no projeto de lei nº 14/70. Recebendo resposta afirmativa, o senhor presidente suspendeu os trabalhos por quinze minutos, a fim de que os Comissões de Justiça e Finanças exarassem os respectivos pareceres. Decorrido êste prazo, foram reabertos os trabalhos, passando-se à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: Prosseguindo na discussão e votação do projeto de lei nº 14/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para o Executivo celebrar convênio com a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, para fins de construção, em Rubiaí, de um Ginásio de Esportes, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 x 0. Despois de ratificada em pauta, o senhor presidente, de acôrdo com a convocação, permaneceu em sessão extraordinária, a seguir, para discussão e votação do projeto de lei nº 14/70. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Lima, secretário, a fiz escrever.

Ata da 7ª sessão extraordinária, do 2º ano da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Rubiaí, realizada em 30 de Maio de 1970.
Presidência do Sr. Cícero Pôrto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos trinta dias do mês de maio de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, local para o encerramento da 6ª sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Antonio Lunardi, Waldemiro Rocha, Hélio Vergueiro Leite, Valdomiro Lourenço, Waldemar Lebrão Labordi, Osvaldo D'Avila Ferreira, Romildo Miranda e Attilio Giardini. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, o senhor presidente anunciou a inversão à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: - Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 34/70 do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o Executivo celebrar convênio com a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, para fins de construção, em Pinhal, de um Ginásio de Esporte, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 7 x 0 e dispensada de redação final, a requerimento do vereador Attilio Giardini, acolhido pelo plenário, o projeto de lei nº 34/70. O senhor presidente determinou que a proposição fosse encaminhada ao senhor Prefeito Municipal e, em seguida, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenótipo de Notas, auxiliar, a fiz escrever. C. Fernandes.

Ata da 9ª sessão ordinária do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 4 de junho de 1970.

Presidência do Sr. Célio Pinto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos quatro dias do mês de junho de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Antonio Lunardi, Waldemiro Rocha, Antonio Teodoro, Hélio Vergueiro Leite, Wanderley Lisondi, Attilio Giardini e Romildo Miranda. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após um minuto de silêncio em homenagem à morte de Cristo Crucificado e aprovada a ata da sessão anterior, o senhor presidente determinou fosse feita a leitura do Expediente, que constou do seguinte: - 1) Cartão do senhor Lourdo Artel, agradecendo a manifestação de apreço que lhe foi dirigida pela Câmara Municipal. "Ciente. Arquive-se". - 2) Carta do Dr. Henrique Lindner, agradecendo o voto de congratulações aprovado pela Legislatura Municipal. "Ciente. Arquive-se". - 3) Mensagem nº 29/70, do senhor Prefeito Municipal, solicitando a devolução do projeto de lei nº 8/70, dispondo sobre a elevação de vencimentos do funcionalismo municipal, bem como do projeto de lei encaminhando ofício aderindo a esta proposição, juntamente com a Mensagem nº 30/70, restituindo o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pinhal e dando outras providências. "Dida para conhecimento da casa. Não havendo qualquer objeção, providencie-se a devolução, ao senhor Prefeito Municipal, das proposições solicitadas". 4) Indicação nº 29/70, do vereador Hélio Vergueiro Leite, solicitando providências do Chefe do Executivo no sentido de ser dado combate à formação contadores que infestam o Município e que estão aumentando cada vez mais. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 5) Indicação nº 30/70, do vereador Waldomiro Rocha, para que seja concretado um espaço quebrado, num bocado existente na Rua Barão de Monte Alto, nas imediações da "Casa do Lavrador". "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 6) Indicação nº 31/70, do vereador Hélio Vergueiro Leite, no sentido do Chefe do Executivo estudar a possibilidade de ser fornecido leite às entidades assistenciais locais que atendam crianças, intelizando-se para isso, de "vaca mecânica". "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 7) Requerimento nº 35/70, do vereador Célio Pinto Fernandes, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento de Dona Iolanda Xenesik Monteiro e do sr. João Augusto Bueno: "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se às famílias enlutadas, comunicando a deliberação da Câmara Municipal". - 8) Requerimento nº 36/70, do vereador Wanderley Lisondi, propondo a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com o senhor Guilherme Carneiro, pela realização, em Pinhal, dos jogos intercolegiais: "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se ao senhor Guilherme Carneiro, comunicando-lhe a deliberação da Câmara Municipal". - 9) Requerimento nº 37/70, do vereador Hélio Vergueiro Leite, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com o Deputado Orlando Gabriel Zancaner, pela sua eleição para o cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, comunicando-se essa deliberação ao ilustre homem público: "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada". - 10) Requerimento nº 38/70, do vereador Hélio Vergueiro Leite, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com o Dr. Paulo Maranda Pestana, pela sua acertada nomeação para o cargo de Secretário de Cultura, Esporte e Turismo: "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada". 11) Requerimento nº 39/70, do vereador Hélio Vergueiro Leite, solicitando a inserção na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com o Dr. Antonio Rodrigues Filho, pela sua acertada escolha para o cargo de Governador do Estado de São Paulo: "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada." 12) Requerimento nº 40/70, do vereador Hélio Vergueiro Leite, no sentido de ser oficiado ao senhor Presidente da República Federativa do Brasil, solicitando seja permitida a venda de leite crú na cidade de Pinhal: "Aprovado por 7 x 0 - Oficie-se na forma solicitada". - 13) Projeto de lei nº 33/70, do Prefeito Municipal dispondo sobre a delimitação da zona urbana do Município: "As Comissões de Justiça e Serviços Públicos". - 14) Projeto de lei nº 35/70, do Prefeito Mu-

nicipal, dispondo sôbre autorização para a abertura de crédito especial na importância de Cr$ 300.000,00. Às Comissões de Justiça e Finanças. Lamenta o lamento do Expediente o senhor presidente esclarecendo que já havia enviado, em nome da Presidência da Câmara, um telegrama ao Deputado Orlando Gabriel Zancaner, congratulando-se pela sua eleição para o cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado. Em seguida, comunicou que havia recebido um jornal da cidade de Jundiaí, enviado pelo poeta jundiaiense Flávio Rodrigues Mendes, no qual estava inserta uma notícia a respeito da Academia Jundiaiense de Letras, sendo patrono da cadeira de nº 16, o jundiaiense Edgar Cavalheiro. Determinou que constasse da ata, como homenagem ao saudoso jundiaiense, a relação dos patronos dos cadeiros da Academia Jundiaiense de Letras, que eram os seguintes: 1) Euclides da Cunha; 2) - Castro Alves; 3) - Roberto Simonsen; 4) - Ruy Barbosa; 5) - Wenceslau de Queiroz; 6) - Guilherme de Almeida; 7) Annibal de Camargo; 8) - Pedro Taques; 9) - Vicente de Carvalho; 10) - Hipólito Cotrim Gonçalves; 11) - Machado de Assis; 12) - Monteiro Lobato; 13) - Martins Fontes; 14) Guimarães Rosa; 15) - Alvares de Azevedo; e 16) - Edgar Cavalheiro. Em seguida deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Antônio Serafim justificou sua ausência à sessão realizada pela Câmara Municipal em data do mês, porquanto, por encontrar-se em Brasília, não lhe foi possível comparecer. Congratulou-se com seus colegas por terem aprovado o projeto de lei nº 24/70, o que possibilitará a construção, em Itatiba, de um Ginásio de Esportes. Prosseguindo, informou que, apesar de ausente, fôra informado de que os ruas da cidade foram muito bem atapetadas no dia 28 de Março, consagrado a Corpus Christi, o que demonstrava que Itatiba estava caminhando a passos largos em todos os sentidos, motivo pelo que congratulava-se com os itatibenses que lhe colaboram na estação dos inquéritos. Disse, em seguida, várias considerações sôbre sua viagem a Brasília, Capital de grande progresso, oportunidade em que teve ocasião de visitar o arquivo público daquela cidade, onde havia pertencido ao Congresso Encontro Nacional, o qual foi um espetáculo de fé, congregando brasileiros de todos os recantos da pátria brasiliana. Finalmente teceu suas considerações expressando seus agradecimentos ao Senhor Antonio Batista Fontes, residente em Brasília, que levou as misturas itatibenses a todos os lugares que constituem atração turística na grande Capital Federal. O vereador Attilio Gradim afirmou que o artigo publicado no jornal local "A Folha", na edição de 13 de junho de autoria do jornalista Valdevar Michelli, havia abordado um assunto de interesse público, motivo porque solicitava constasse na ata dos trabalhos legislativos o seguinte trecho: "Ah, quem foi, domingo passado, viu uma carroça transportando o leite "In Natura" mais conhecido por leite comum. Você que vai voltar? ... Todo mundo pedindo e já estamos informados que um abaixo assinado vai ser dirigido aos nossos vereadores, a exemplo de outras cidades. Aqui, quem manda é o povo ..." Prosseguindo o orador disse que a população não poderia dispensar o leite "in natura", do qual, depois de bem fervido, não oferecia qualquer perigo à saúde pública. Afirmou que o leite crú era trazido para a cidade, anteriormente, antes de decorrido o prazo de três horas, pois todas as propriedades rurais estavam localizadas perto da sede do Município. Congratulou-se com o jornalista Valdevar Michelli pelo seu oportuno artigo, e encerrou suas considerações salientando a necessidade de ser permitida a venda de leite cru, a pequenos, pois muitas famílias pobres, com muitas crianças, não podiam adquirir um litro do produto, por falta de recursos financeiros, estava também impedidos de adquirir uma porção menor, porquanto o leite pasteurizado estava sendo vendido apenas em litros completamente fechados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente esclareceu que os projetos de lei de números 15/70 e 16/70, lidos no Expediente, tratavam de matéria de caráter urgentíssimo, razão pela qual consultava os membros das Comissões de justiça e Finanças sôbre a possibilidade de estarem prontos nas duas proposições, para que pudessem ser incluídos na Ordem do Dia da sessão que estava se realizando. Recebido resposta afirmativa e tendo o plenário também se manifestado favoràvelmente à inclusão dos projetos de lei na Ordem do Dia, o senhor presidente suspendeu os trabalhos por vinte minutos, a fim de que as Comissões de Justiça e Finanças exarassem os respectivos pareceres. Decorrido êste prazo foram reabertos os trabalhos, passando-se à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 21/69, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a fixação da organização administrativa da Prefeitura Municipal de Itatiba, com pareceres favoráveis das Comissões de justiça, Finanças, Serviços Públicos e Educação, e com emendas dos vereadores Attilio Gradim e Hélio Vergueiro Leite: aprovado por 7 x 0 o projeto de lei nº 21/69 com as emendas emendas. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 6/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a criação do Sêlo Municipal de Alfabetização Escolar, do Município de Itatiba, com pareceres favoráveis das Comissões de justiça e Educação: aprovado por 7 x 0. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 9/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre alterações de prazo, com parecer favorável das Comissões de justiça. Aprovado por 7 x 0. - 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 10/70, do Prefeito Municipal, autorizando a construção de um prédio com a Prefeitura Municipal de Itapira, com parecer favorável da Comissão de justiça: aprovado por 7 x 0. - 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 11/70, da Mesa da Câmara Municipal, dispondo sôbre aumento de gratificações dos funcionários do Legislativo, com pareceres favo-

favoráveis dos Comissões de Justiça e Finanças. Aprovado por 7x0. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 13/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a instituição da Guarda Municipal de Tatuí, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos: aprovado por 7x0. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº. 15/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a abertura de crédito especial na importância de Cr$ 860.000,00, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7x0. - 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 16/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de um crédito especial na importância de Cr$ 300.000,00, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7x0. Foi aprovado, em segundo, por 7x0, um requerimento do vereador Victorino Fonseca, solicitando dispensa de redação final aos itens de 1 a 5, constante da Ordem do Dia. Esgotada a matéria em pauta, foi aprovado por 7x0, o requerimento nº 41/70, do vereador Attilio Giardini e outros, solicitando fossem incluídos na Ordem do Dia da sessão extraordinária a realizar-se logo após o encerramento das ordinárias, os projetos de lei nº 15/70 e 16/70 para serem votados em segunda discussão, visto tratarem ambos de matéria de caráter urgentíssimo. Ninguém querendo usar da palavra em Expediente Pessoal, o senhor presidente convocou os senhores vereadores para a sessão extraordinária a realizar-se logo após o término da ordinária, para serem votados, em segunda discussão, os projetos de lei de números 13/70, 15/70 e 16/70. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Nada mais para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ademilson de Lucas, secretário, a fiz escrever.

Ata da 8ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Tatuí, realizada em 4 de junho de 1970.

Presidência do Sr. Célio Pinto Fernandes

Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos quatro dias do mês de junho de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tatuí, logo após o encerramento da 9ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Victorino Fonseca, Waldomiro Rocha, Antônio Tenório, Hélio Vasquino Leite, Wanderley Libardi, Attilio Giardini e Romildo Miranda. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Em seguida, o senhor presidente anunciou a pessoa à Ordem do Dia, que, de acordo com a convocação anterior, se constituía do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 13/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a instituição da Guarda Municipal de Tatuí, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos: aprovado por 7x0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 15/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a abertura de crédito especial na importância de Cr$ 860.000,00, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7x0. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 16/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de um crédito especial na importância de Cr$ 300.000,00, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças, aprovado por 7x0. - Foi aprovado, em segundo, por 7x0, um requerimento do vereador Wanderley Libardi, solicitando dispensa de redação final aos projetos de lei de números 13/70, 15/70 e 16/70, constantes da Ordem do Dia. O senhor presidente determinou que os projetos fossem encaminhados ao senhor Prefeito Municipal, para a sanção devida, e, em segundo, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ademilson de Lucas, secretário, a fiz escrever.

Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Tatuí, realizada em 18 de junho de 1970.

Presidência do Sr. Célio Pinto Fernandes.

Aos dezoito dias do mês de junho de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tatuí, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Victorino Fonseca, Antônio Tenório, José Eduardo Stait e Attilio Giardini. O vereador Hélio Vasquino Leite justificou sua ausência, em virtude de encontrar-se enfermo. Não havendo número legal para a abertura dos trabalhos, mas encontrando-se presentes vinte vereadores, o senhor presidente determinou que, de acordo com o artigo 37 da Lei Orgânica dos Municípios, fosse feita a leitura do Expediente que nós dependesse de votação da Câmara e que constava do seguinte: 1) Ofício do Sr. Henrique Summa, Secretário de Estado e Chefe da Casa Civil, agradecendo a indicação de seu nome para o exercício do cargo de Vice-Governador do Estado. "Ciente. Arquive-se". 2) Ofício do Sr. Antônio José Rodrigues Filho, Secretário da Agricultura, agradecendo os cumprimentos enviados em virtude de sua indicação para o cargo de Vice-Governador do Estado. "Ciente. Arquive-se". 3) Ofício do Professor Lucas Nogueira Garcez, Presidente da Câmara, agradecendo os cumprimentos enviados por ocasião da escolha do nome do Sr. Antônio José Rodrigues Filho para o cargo de Vice-Governador do Estado de São Paulo; "Ciente. Arquive-se". 4) Ofício da Família do Sr. José Augusto Vaiva, agradecendo o voto de pesar aprovado

pela Câmara Municipal por ocasião do falecimento de seu chefe: "Ciente. Arquive-se". 5) Ofício do Deputado Orlando Gabriel Zancaner agradecendo os cumprimentos recebidos por ocasião de sua eleição para o cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo: "Ciente. Arquive-se". 6) Requerimento do senhor Odarto de Carvalho Rospos, 1º Suplente da Arena, solicitando licença de assumir o cargo de vereador até 31-12-1970, no caso de ocorrer vaga no Legislativo Municipal: "Concedida a licença. Encaminhe-se à Secretaria da Câmara Municipal, para os anotações devidas". - 7) Indicação nº 32/70, do vereador Antônio Tenório, no sentido de se dado, a uma rua da cidade, o nome de Dona Anna Tolosa Bosq, devendo constar da placa de nomenclatura o nome da homenageada e os dizeres "Dama Harmonizadora". "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". Lida e a leitura do Expediente, o senhor presidente determinou fosse feita nova chamada, visto terem decorrido os quinze minutos regimentais. Feita a segunda chamada, verificou-se a presença dos mesmos vereadores que responderam à primeira, tendo havido, assim, número legal para o prosseguimento dos trabalhos, os quais foram encerrados em seguida. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenulino de Queiroz, secretário, a fiz escrever.

O Presidente

Ata da 9ª sessão extraordinária do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Tatuí, realizada em 23 de junho de 1970.

Presidência do Sr. José Eduardo Stant

Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos vinte e três dias do mês de junho de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, na Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tatuí, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attílio Giordani, José Antonio Coimbra Filho, Hélio Vergueiro Leite, Victorio Samaia, José Eduardo Stant, Romildo Miranda, Waldomiro Rocha e Wanderley Lizardi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após se feito um minuto de silêncio em homenagem à morte do Cristo Crucificado, o senhor presidente, de acôrdo com a convocação oportunamente entregue aos senhores vereadores, anunciou ir passar à Ordem do Expediente, que constava do seguinte: 1) Indicação nº 32/70, do vereador Hélio Vergueiro Leite, no sentido de se dado, a uma rua da cidade, o nome de Guadalupe, em homenagem aos povos mexicanos que recebem os futebolistas brasileiros. Em tempo abertos: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 2) Requerimento nº 42/70, do vereador José Eduardo Stant, no sentido de se oficiado ao senhor Governador do Estado, congratulando-se com a Excia. pela feliz escôlha do nome do Dr. Domingos Marcelli Filho para o cargo de Conselheiro da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em virtude dos relevantes serviços prestados por esse eminente homem público no desempenho de suas funções: "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada". 3) Requerimento nº 43/70, do vereador Vicente Saraiva, para ser oficiado à Companhia Paulista de Força e Luz solicitando providências no sentido de se proceder a falha existente no fornecimento de energia elétrica aos consumidores locais, porquanto diariamente estava havendo queda de voltagem: "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada". 4) Requerimento nº 44/70, do vereador Hélio Vergueiro Leite, propondo a inserção na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com o senhor Presidente da República, pelo seu oportuno e magnífico discurso sôbre o nadador brasileiro, bem como pelo projeto da atual Organização Social e Política Brasileira, bem como pela "Lei dos Partidos Políticos". "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se ao senhor Presidente da República". 5) Projeto de lei nº 37/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de Cr$ 78.323,00 a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para a compra de veículos: "À Comissão de Justiça e Finanças". - 6) Projeto de lei nº 38/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a aprovação do plano de zoneamentos de usos e logradouros públicos da cidade, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Obras e Serviços Públicos aprovado por 4 x 0 - Explanou a matéria em pauta, o senhor presidente, de acôrdo com a convocação oportunamente entregue aos senhores vereadores, convidando-os para ordem a pessoas interessadas, a realizar-se dois dias após o término da que estava se realizando, para se votado em segunda discussão, o projeto de lei nº 38/70. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenulino de Queiroz, secretário, a fiz escrever.

O Presidente

Ata da 10ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Tatuí, realizada em 23 de junho de 1970.

Presidência do Sr. José Eduardo Stant

Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos vinte e três dias do mês de junho de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, na Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Tatuí, logo após o encerramento da 7ª sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Attílio Giordani, José Antonio Coimbra Filho, Hélio Vergueiro Leite, Victorio Samaia, José Eduardo Stant, Romildo Miranda, Waldomiro Rocha e Wanderley Lizardi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, o senhor presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que, de acôrdo com a convocação prévia, se

constituiu da seguinte: Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 18/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a aprovação de planos de pavimentação de ruas e logradouros públicos da cidade, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Obras e Serviços Públicos: aprovado por 7 x 0 e dispensado de redação final a requerimento do vereador Victório Tomazo, recebido pela Secretaria. O senhor presidente determinou que o projeto de lei nº 18/70 fosse encaminhado aos senhor Prefeito Municipal, para a Sanção devida, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Adesmino de Queiroz, secretário, a fiz escrever. C Mercadef

Ata da 11ª sessão extraordinária, do 29 ano, da 6ª legis. latura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 8 de julho de 1970.

Presidência do Sr. Célio Pinto Fernandes

Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos dois dias do mês de julho de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal às vinte horas, procedeu-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Wanderley Lisboli, Waldomiro Rocha Attílio Giardini, Antonio Zanolin, Victório Tomazo, José Eduardo Stant e Romildo Miranda. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após foi feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado e aprovada a ata da sessão anterior, o senhor presidente, de acôrdo com a convocação pùblicamente entregue aos senhores vereadores, anunciou a presença à Câmara do Excelentíssimo, que constou do seguinte: - 1) Ofício do senhor Paulo Mercandes Pastana, agradecendo os cumprimentos enviados por ocasião de sua investidura no cargo de Secretário de Cultura, Esporte e Turismo: "Ciente. Arquive-se". 2) Ofício do sr. Antonio José Rodrigues Filho, Secretário da Agricultura, agradecendo as congratulações enviadas por haver S. Excia sido escolhido para o cargo de Vice-Governador do Estado de São Paulo: "Ciente. Arquive-se". - 3) Ofício do Deputado Renato Simões, agradecendo as expressões transmitidas à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por ocasião da passagem do Legislativo Paulista: "Ciente. Arquive-se". - 4) Ofício da Família de Itacla Kenneth Monteiro, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Câmara Municipal: "Ciente. Arquive-se". 5) Requerimento nº 45/70, do vereador Antonio Zanolin, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Dona Anna Villa. Rosa: "Aprovado por 7 x 0. Comunique-se à família enlutada". 6) Requerimento nº 46/70, do vereador Attílio Giardini e outros, propondo a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento do progenitor do Sr. Vicente Paulo Machado Almeida: "Aprovado por 7 x 0. Comunique-se à família enlutada". - 7) Projeto de lei nº 19/70, do Prefeito Municipal, reestruturando o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pinhal e dando outras providências: "Às Comissões de Justiça e Finanças". - 8) Projeto de lei nº 20/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre um empréstimo de Cr$ 179.034,00 a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para a realização de obras de pavimentação de ruas da cidade: "Às Comissões de Justiça e Finanças". Em seguida, de conformidade com a convocação pùblicamente feita, o senhor presidente esclareceu que os projetos de lei de números 19/70 e 20/70, lidos no Expediente, tratavam de matéria de caráter urgente, motivo por que consultava os membros das Comissões de Justiça e Finanças sôbre a possibilidade de exames pareceres nos dois projetos, para que pudessem ser votados na Ordem do dia da sessão que estava se realizando. Recebendo resposta afirmativa e tendo o plenário também se manifestado favoràvelmente à inclusão dos projetos de lei na Ordem do dia, o senhor presidente suspendeu os trabalhos por vinte minutos, a fim de que os referidas Comissões exarassem os respectivos pareceres. Decorrido êste prazo, foram reabertos os trabalhos, tendo o vereador José Eduardo Stant, na qualidade de membro da Comissão de Justiça, esclarecido não ter sido possível recolher pareceres sôbre o projeto de lei nº 19/70, dispondo sôbre a reestruturação do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pinhal e dando outras providências, em virtude de certas proposições, alguns pontos obscuros solicitou, em seguida, com a aprovação do plenário, fosse pedido, ao senhor Prefeito Municipal, que esclarecesse o seguinte: 1) Se na tabela proposta para o aumento de vencimentos do funcionalismo municipal já estavam computados os quinquênios e a 6ª parte dos respectivos cargos; 2) Quais as possibilidades de aumento da remuneração para os servidores municipais contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, e em que base êste aumento seria concedido, fornecendo o Executivo dados concretos sôbre o assunto. O senhor presidente esclareceu que providenciaria o pedido de informações ao senhor Prefeito Municipal e, em seguida, anunciou a seguinte Ordem do dia, que se constituiu do seguinte: - 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 19/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a delimitação da zona urbana do Município, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Obras e Serviços Públicos: aprovado por 7 x 0. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 17/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de Cr$ 78.323,00 a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para a compra de veículos, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 x 0, tendo o vereador Attílio Giardini feito a seguinte declaração de voto: "Tendo o senhor

Prefeito Municipal se prontificado a estudar qualquer sugestão que lhe fôsse apresentada com referência à compra de veículos, entendo que seria de muito mais utilidade, para o Município, a aquisição de uma motoniveladora nova, porquanto a existente já está muito velha, necessitando sempre de reparos na oficina mecânica, deixando assim de prestar aqueles serviços indispensáveis a que se destina. Quero ainda salientar que o Município já possui duas pernas cedidas pelo Govêrno do Estado e uma ambulância Volkswagen que vem atendendo as necessidades da população pinhalense, parecendo-me, assim, desnecessária a compra de veículos idênticos, motivo por que sugiro ao Chefe do Executivo que adquira, com os recursos do empréstimo a ser concedido pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo, uma motoniveladora nova, que terá, sem dúvida nenhuma, muito mais utilidade". – 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 20/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de Cr$ 179.024,00 a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para obras de pavimentação de ruas da cidade, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. – Esgotada a matéria em pauta, o senhor presidente, de acôrdo com a convocação prèviamente entregue aos senhores vereadores, convidou-os para outra sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da que estava se realizando, para serem votados, em segunda discussão, os projetos de lei de números 13/70, 17/70 e 20/70. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucena, secretário, a fiz escrever.

C. Fernandes

Ata da 12ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 2 de Julho de 1970.

Presidência do Sr. Célio Pôrto Fernandes
Secretariada pelo Sr. Romildo Miranda

Aos dois dias do mês de julho de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 11ª sessão extraordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pôrto Fernandes, Wanderley Libordi, Waldomiro Rocha, Attílio Giardini, Antônio Fenólio, Victório Lamaso, José Eduardo Stant e Romildo Miranda. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o senhor presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que, de acôrdo com a convocação prévia, se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 13/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a delimitação da zona urbana do Município, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Obras e Serviços Públicos: aprovado por 7x0. – 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 17/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de Cr$ 78.323,00 a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para a compra de veículos, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0, tendo o vereador Attílio Giardini reafirmado sua declaração de voto feita quando se discutiu o projeto de lei nº 17/70 em primeira discussão, na 11ª sessão extraordinária da Câmara Municipal. – 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 20/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre um empréstimo de Cr$ 179.024,00 a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, para obras de pavimentação de ruas da cidade, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. Foi aprovado, em seguida, por 7x0, um requerimento do vereador Wanderley Libordi, solicitando dispensa de redação final dos projetos de lei de números 13/70, 17/70 e 20/70. O senhor presidente determinou que as proposições aprovadas fossem encaminhadas ao senhor Prefeito Municipal, para a sanção devida, esclareceu que a Câmara Municipal permaneceria em recesso até o dia 31 de julho, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucena, secretário, a fiz escrever.

C. Fernandes

Ata da 10ª sessão ordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 6 de agosto de 1970.

Presidência do Sr. Célio Pôrto Fernandes
Secretariada pelo Sr. Romildo Miranda

Aos seis dias do mês de agosto de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pôrto Fernandes, Antônio Fenólio, Wanderley Libordi, José Eduardo Stant, Waldomiro Rocha, Victório Lamaso, Hélio Vergueiro Leite, Romildo Miranda e Arnaldo D'Ávila Florence. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado e aprovada a ata da sessão anterior, o senhor presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício do Capitão Domingos Octaviano Barreto comunicando haver assumido o Comando da Companhia de Polícia Militar em Casa Branca: "Ciente. Agradecer". – 2) Ofício do senhor José Maria de Campos Filho, Chefe da

Repartição Municipal de Estatística, comunicando a realização do VIII Recenseamento Geral do Brasil e solicitando a colaboração da Câmara Municipal". - "Ciente. Leia-se para conhecimento da casa". - 3) Ofício do senhor Adalberto Costa, Presidente da Junta de Serviço Militar, convidando os senhores vereadores para se solemnizarem de juramento à Bandeira pelos alistados dispensados do Serviço Militar: "Ciente. Foram convidados os senhores vereadores". - 4) Ofício do Distrito Municipal do Movimento Democrático Brasileiro, passado pelo senhor Mário Filippe Tundis, solicitando à Câmara Municipal que intercalasse o senhor Prefeito sobre a realização, por máquinas da Prefeitura, de serviços em terrenos pertencentes a particulares, sobre as indicações de professores que funcionam na Casa da Criança e sobre a ligação do Chefe do Executivo à candidatura do Deputado Orlando Zancaner: "Encaminhe-se à Comissão de Justiça, para parecer". - 5) Mensagem nº 31/70, do senhor Prefeito Municipal, pretendo informações sobre a compra pelo Município, de uma motoniveladora nova: "Ciente. Leia-se para conhecimento da casa. A matéria ficará na Secretaria da Câmara, à disposição dos senhores vereadores". - 6) Indicação nº 34/70, do vereador Waldemiro Rocha, no sentido de ser providenciada a colocação de tais fornos com lampadas a vapor de mercúrio ao lado e atrás do Tiro de Guerra: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 7) Indicação nº 35/70, do vereador Antonio Tomaz, para que seja construida uma muretta em cima dos paredões de pedra existentes na Rua Agostinho Carlos Teixeira: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 8) Indicação nº 36/70, do vereador José Eduardo Stanut, no sentido de ser aprovado, pelo Chefe do Executivo, uma emenda modificativa ao projeto de lei nº 31/70, para que os servidores municipais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho tenham um aumento salarial de 20%, a partir de maio de 1970: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 9) Indicação nº 33/70, do vereador Antonio Tomaz, sobre a necessidade de ser consertada, pela Prefeitura, a passagem de máquinas do Olema, para a construção de aguadas na zona rural, mediante o pagamento do estadia dos operários e o fornecimento de combustível: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 10) Requerimento do vereador Victorino Tomaz, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor João Lamas Benjamin: "Aprovado por 8 x 0. Oficie-se na forma solicitada". - 11) Requerimento nº 48/70, do vereador Victorino Tomaz, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Dona Laurentina Rocha Fortaleza, donde se ciência à família enlutada, bem como del[illegible] do Legislativo: "Aprovado por 8 x 0. Oficie-se na forma solicitada". - 12) Requerimento nº 49/70, do vereador Alcir Pinto Fonseca, propondo um voto de pesar pelo falecimento do senhor João Benedicto Pessanha: "Aprovado por 8 x 0. Comunique-se a família enlutada". - 13) Projeto de Lei Legislativo nº 2/70, do vereador José Eduardo Stanut, concedendo o título de "Cidadão Trindadense" ao Sr. Domingos Montello Filho: "À Comissão de Justiça, para parecer". - 14) Projeto de Lei nº 21/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre modificação da Lei que criou a "Taxa de Televisão": "À Comissão de Justiça e Finanças". - Lecionada a Ordem do Expediente, o senhor presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Hélio Vasconcellos Leite chamou um apelo ao senhor Prefeito Municipal, para que este esclarecesse a questão da venda de leite no Município, porquanto o Ministério da Agricultura havia proibido que o produto in natura pudesse ser entregue ao consumo público nas regiões onde não existissem usinas. Afirmou que os nossos fregueses estavam sendo obrigados a vender leite pasteurizado em todos os municípios que pudessem ser abastecidos por usinas existentes na região, motivo por que havia necessidade da providência do chefe do executivo para a elucidação do problema. O vereador Victorino Tomaz justificou o requerimento de sua autoria, aprovado no Expediente, propondo um voto de pesar pelo falecimento do senhor João Lamas Benjamin, e ressaltou a personalidade do extinto como esportista que [illegible] muitos títulos a Trindade, como incansável orador dos esportes e como diretor do Esporte Clube Comercial. Referiu-se, também, o orador à Dona Laurentina Rocha Fortaleza, mãe extremosa de filhos que tem honrado a terra natal, e expressou seu profundo pesar pelo falecimento dessa senhora, fato que constrangeu a todos aqueles que tiveram o prazer de conhecê-la. O vereador José Eduardo Stanut aplaudiu tal honraria numa falha do Secretário da Câmara ao redigir a ata da última sessão, porquanto, quando se discutia o projeto de lei nº 19/70, dispondo sobre a reestruturação do Quadro de Funcionários da Prefeitura e Comissão de Justiça desejava dar-nos informações do senhor Prefeito, tendo então, para a concordância de todos os vereadores presentes, sido adiada a discussão do referido projeto, não tendo sido [illegible] o único responsável pelo adiamento havido, confiava constara a ata, motivo por que solicitava fosse feita a necessária retificação. Justificou, em seguida, o projeto de decreto legislativo nº 2/70, de sua autoria, concedendo o título de "Cidadão Trindadense" ao Dr. Domingos Montello Filho, salientando a sua atividade em atender a todos e a atenção que sempre dispensou aos trindadenses, e ao mesmo tempo relembrou a sua eficiente atuação como Conselheiro da Caixa Econômica Estadual, onde procurou, com a sua característica boa vontade, atender aos pedidos de empréstimos feitos pelo povo da Gama Futebol Clube, Sociedade Esportiva e Recreativa Trindadense e Esporte Clube Comercial. Ninguem mais querendo usar da palavra, o senhor presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 19/70, do Prefeito Municipal, reestruturando o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trindade e

dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissão de Justiça e Finança: aprovado por 8 x 0, tendo o vereador José Eduardo Stuart feito uma declaração de voto no qual afirmou que condicionava o seu voto favorável ao projeto de lei nº 19/70, em segunda discussão, à proposta do Prefeito Municipal à indicação nº 31/70, de sua autoria, solicitando ao chefe do executivo que apresentasse uma emenda à proposição concedendo também um aumento de 20% aos salários dos servidores municipais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, a partir de maio de 1970. Em seguida, o senhor presidente se absteve aos votos de pesar aprovados pelo plenário e solicitou que, o projeto do vereador José Eduardo Stuart seja encaminhado ao senhor Prefeito Municipal e anunciou a palavra à Explicação Pessoal. Usou da palavra o vereador Victorio Tomasso, que pronunciou o seguinte discurso: "Senhor Presidente e prezados colegas. Julgo-me no dever e na obrigação de uma justiça de contas e um agradecimento aos trabalhadores e o faço através dos seus representantes nesta casa. Sr. Presidente, em maio de 1966 verificada a Provedoria da Hospital "Francisco Xavier" junto com os demais membros demissionários, demos início às obras do novo Hospital. Cheios de esperanças e confiança de levar a término esse grandioso empreendimento, pensaremos toda a cidade batendo de porta em porta e pedindo uma ajuda para impensa levando a mensagem da necessidade que tinhal tinha de dar início a esse grande melhoramento. Pedimos a todos uma contribuição mensal conforme a posse de cada um, e assim a cidade contribuiu mensalmente, enquanto recebíamos dos pinhalenses residentes fora os seus donativos. Sr. Presidente: como disse, no mês de março de 1966 iniciamos as obras com dois milhões de cruzeiros velhos em material e dezenas milhões em dinheiro. Em abril desse ano, por motivos fomos convocados, um novo membro diretoria, de fazer parte da Nova Administração do Hospital "Francisco Xavier", ficando a mesma reduzida a três membros. Nesta data as obras pararam na seguinte situação: dois lances com 56 metros de comprimento, com 5 andares continuados, um lance de 28 metros, fora com pavimento e serviço de esgoto pronto, esta obra já estava pronta faltando a parte mais complicada e cara como: 500 metros de azulejos, estucto para as portas, 300 metros de tacos, tubo de ferro fundido e conexos para o total do esgoto, tubo de ferro galvanizado de 2½ e 3½" de polegada, ferro, tijolos de pinho, cimento e 60 caixinhas de ferro. Para tudo isto e incluindo os prédios nos condições expostas, foram gastos Cr$ 246.193,38 em seis anos e quatro meses e seis milhões certo e novento e três cruzeiros velhos e trinta e oito centavos. O saldo restante em dinheiro no Banco foi de Cr$ 135.765,22 em seis cento e trinta e cinco milhões e setecentos e sessenta e cinco cruzeiros velhos e vinte e dois centavos. Deixamos ainda uma ordem de pagamento de Cr$ 300.000,00 em seiscentos milhões velhos, formando um saldo para a continuação das obras de 435 milhões e 765 cruzeiros velhos e vinte e dois centavos, isto atualizado em 30-4-970. Assim, Sr. Presidente e distintos colegas, faço esta justificação de contas aos pinhalenses que enviaram o nosso agelo e vai aqui o nosso agradecimento pedindo a Deus a recompensa a todos. Agradecido pela atenção." Ninguém mais querendo usar da palavra e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente convocou os senhores vereadores, para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 20 de agosto, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ademarino de Queiroz, secretário, a lis escrevi.

C Bernardes

Ata da 11ª sessão ordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 20 de agosto de 1970.

Presidência do Sr. Celso Pinto Fernandes

Secretariada pelo Sr. Victorio Tomasso.

Aos vinte dias do mês de agosto de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Pinto Fernandes, Victorio Tomasso, Antonio Tenório, Waldemiro Rocha, José Eduardo Stuart e Wonderley Lisboa. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Cristo Crucificado, o senhor presidente anunciou ir passar à Leitura do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Ofício do Presidente da Junta do Serviço Militar, convidando os senhores vereadores para a solenidade de juramento à Bandeira dos dispensados do Serviço Militar. Ciente. Ficam convidados os senhores vereadores. - 2) Ofício do Sub-Chefe da Casa Civil para os assuntos dos Municípios do Gabinete do Governador do Estado, comunicando que Dona Maria do Carmo de Abreu Rodrigues recebeu os títulos honoríficos que lhe foram concedidos, no dia 1º de outubro de 1970, às 16,00 horas, em São Paulo. Ciente para conhecimento da casa. Em seguida, arquive-se. 3) Ofício do Sr. Vicente de Paulo Machado Almeida, Promotor de Justiça agradecendo o voto de pesar aprovado pela Câmara Municipal por ocasião do falecimento de seu progenitor; Ciente. Arquive-se. 4) Indicação nº 38/70, do vereador Waldemiro Rocha, solicitando seja feito, a ruas da cidade, os nomes dos ex-prefeitos Joaquim Ignácio Siqueira, Antonio Costa e Hélio Vergueiro Leite. Lycurgo de Sá, Sendo Prefeito Municipal. - 5) Requerimento nº 50/70, do vereador Antonio Tenório, no sentido de ser oficiado ao senhor Secretário da Agricultura, solicitando a designação de um agrônomo para a Casa da Lavoura de Pinhal. Aprovado por 5 x 0. Ofície-se na forma solicitada. - 6) Projeto de lei nº 22/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a compra de equipamento e dando outras provi-

dências: "Às Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos". - Encerrada a leitura do Expediente, o senhor presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Antônio Fenolio justificou o requerimento de sua autoria, lido no Expediente, e afirmou que a Casa da Lavoura de Pinhal se encontrava sem agrônomo desde 1º. de outubro de 1968, ocasião em que se aposentou o seu titular. Prosseguindo, disse que a Câmara Municipal já havia solicitado, em 22 de março de 1969, ao então Secretário da Agricultura, a nomeação de um agrônomo para a Casa da Lavoura de Pinhal, por tratar-se de um município essencialmente agrícola que não podia prescindir da assistência de um profissional. Encerrando suas considerações, afirmou que o tempo decorrido era mais do que suficiente para se conseguir um agrônomo para a Casa da Lavoura de Pinhal, motivo por que dirigia um apêlo nesse sentido ao senhor Secretário da Agricultura. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor presidente comunicou ao plenário que havia recebido um telefonema do sr. Salles Filho, cientificando que o futuro Governador de São Paulo, senhor Laudo Natel, estaria esperando a visita dos representantes da Câmara Municipal, do Prefeito e do Vice-Prefeito de Pinhal, na próxima segunda-feira, às 14,00 horas. Esclareceu que as autoridades municipais - Legislativo e Executivo, já haviam estado em São Paulo no dia 19 de agosto, mas devido a um desencontro não puderam se avistar com o futuro Governador de São Paulo. Anunciou, em seguida, ir passar à Ordem do Dia que se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 19/70, do Prefeito Municipal, reestruturando o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pinhal e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança e com emenda do vereador Célio Pôrto Fernandes: aprovado o projeto de lei com a respectiva emenda, por 4 x 1, e dispensada de redação final, a requerimento do vereador Victório Lamaso, acolhido pelo plenário. O vereador José Eduardo Stant fez a seguinte declaração de voto: "Em sinal de protesto contra a posição tomada pelo senhor Prefeito Municipal, não aceitando a indicação apresentada na última sessão da Câmara Municipal, para que fôsse concedido um aumento de 20% aos trabalhadores braçais, voto contra a aprovação do projeto de lei nº 19/70". - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 21/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre modificação da lei que criou a Taxa de televisão, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 5 x 0. - (Compareceram à sessão e deram entrada no plenário, os vereadores Hélio Vergueiro Leite e Attílio Giardini). - 3) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 1/70, do vereador José Eduardo Stant, concedendo o título de "Cidadão-Pinhalense" ao Dr. Domingos Mantelli Filho, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 8 x 0, computando-se o voto do senhor presidente, que votou de acôrdo com o item 2, do § 4º, do artigo 19, da Lei Orgânica dos Municípios, para completar o quorum de 2/3 exigido para a aprovação da proposição. - 4) Discussão e votação única da representação do Diretório Municipal do M.D.B., solicitando que o Prefeito Municipal seja interpelado pelo Legislativo, para esclarecer vários assuntos que especifica, com parecer da Comissão de Justiça no sentido de ser encaminhada uma cópia da representação ao Chefe do Executivo, para que êste se manifeste a respeito do assunto: aprovado por 7 x 0, o parecer da Comissão de Justiça, no sentido da matéria ser encaminhada ao senhor Prefeito Municipal. Esgotada a matéria em pauta, o senhor presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Attílio Giardini afirmou que o aumento de vencimentos do funcionalismo municipal, aprovado pela Câmara Municipal, fôra uma medida muito justa, esperando S. Excia., no entanto, que idêntica majoração fôsse concedida pelo Chefe do Executivo aos trabalhadores braçais. Relembrou que o senhor Prefeito Municipal, em mensagem enviada à Câmara, havia prometido aumentar a remuneração dos trabalhadores braçais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, na mesma proporção do aumento concedido aos funcionários efetivos. Encerrou suas considerações dizendo esperar que o senhor Prefeito Municipal cumprisse o que prometeu, providenciando com urgência o aumento de remuneração dos servidores municipais regidos pela C.L.T., porquanto o custo de vida havia subido e os trabalhadores estavam necessitando dessa majoração. O vereador José Eduardo Stant afirmou que não era contra a aprovação do projeto de lei nº 19/70, mas era contrário, isto sim, à discriminação que a proposição fazia, pois concedia uma majoração exorbitante aos funcionários efetivos em relação ao nada dado aos trabalhadores braçais. Esclareceu que o senhor Prefeito Municipal lhe havia dito, pessoalmente, que a Prefeitura não tinha condições para conceder um aumento de remuneração para os trabalhadores braçais, daí a sua posição não aprovando o projeto de lei nº 19/70, pois o Chefe do Executivo não tomara conhecimento de sua indicação apresentada na última sessão da Câmara Municipal. O vereador Victório Lamaso esclareceu que o senhor Prefeito Municipal havia mandado à Câmara Municipal um projeto de reestruturação de cargos, tendo o vereador José Eduardo Stant feito uma indicação solicitando que também os trabalhadores braçais tivessem um aumento de salários na base de 20%. Prosseguiu, afirmando que o Prefeito esclarecera verbalmente não ser possível a concessão do aumento proposto na indicação, razão porque o orador votara favoravelmente à aprovação

do projeto de lei nº 1970, pois se este fosse rejeitado, os trabalhadores braçais f. seriam prejudicados, pois o artigo 4º desta proposição estabelecia que os salários do pessoal contratado seria reajustado por portaria do Chefe do Executivo. Encerrou sua consideração, afirmando que votara favoravelmente e que agora o Prefeito Municipal deveria estudar o quanto seria possível dar de aumento para os servidores contratados. Ninguem mais querendo usar da palavra, o senhor presidente, de acôrdo com a convocação, determinou entregue aos senhores vereadores, convidados para a sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da ordinária, para ser votado, em segunda discussão, o projeto de decreto legislativo nº 1970. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Edmundo de Queiroz, escrevi. o Sec. escrevi.

Ata da 13ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 30 de agosto de 1970.

Presidência do Sr. Celso Pete Fernandes

Secretariada pelo Sr. Attilio Gardini

Aos vinte dias do mês de agosto de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 11ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Pete Fernandes, Victorio Tomazo, Antonio Gonçalves, Waldomiro Rocha, José Eduardo Stark, Wanderley Liberdi, Attilio Gardini e Attilio Gardini. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos e o senhor presidente anunciou em seguida, ir passar à Ordem do dia, que, de acôrdo com a convocação prévia encaminhada aos senhores vereadores, se constituia da segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 1970, do vereador José Eduardo Stark, concedendo o título de "Cidadão Pinhalense" ao Dr. Domingos Martelli Filho, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado em segunda discussão e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Victorio Tomazo acolhido pelo plenário. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Edmundo de Queiroz, escrevi, a Sec. escrevi.

Ata da sessão solene da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 23 de agosto de 1970.

Presidência do Sr. Celso Pete Fernandes

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às dezenove horas, reuniu-se, em sessão solene, o legislativo municipal, sob a presidência do vereador Celso Pete Fernandes e com a presença dos vereadores Antonio Gonçalves, Osvaldo Maria Florence, Attilio Gardini, Attilio Vergueiro Leite, José Antonio Coutinho Filho, José Eduardo Stark, Romildo Miranda, Victorio Tomazo, Waldomiro Rocha, Wanderley Liberdi Oliveira e os trabalhos, o senhor Presidente convidou, para tomarem parte da mesa, as seguintes pessoas: Dr. Adalberto Costa - Prefeito Municipal - Dr. Jamil Martelli Neto - Deputado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Sr. Luciano Pascoal - Vice Prefeito Municipal, e Dr. Celso Alves, vereador e representante da Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste. Em seguida, o senhor Presidente comunicou que a sessão solene tinha, como finalidade, proceder à entrega, ao Dr. Domingos Martelli Filho, Conselheiro da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, do título de "Cidadão Pinhalense". Designou, em seguida, uma comissão para introduzir o homenageado no recinto, o que foi feito tomando o Dr. Domingos Martelli Filho assento junto à mesa diretora. O senhor Presidente deu a palavra ao vereador José Eduardo Stark para, em nome da Câmara Municipal, saudar o ilustre homenageado, o que foi feito, tendo o orador tecido várias considerações sobre a atuação do novo pinhalense no desempenho dos funções de Conselheiro da Caixa Econômica do Estado de São Paulo. Relembrou a colaboração que o homenageado deu ao município, em vários setores, solicitando a sua atuação como advogado, como professor secundário, como mestre de Direito e como homem público, e encerrou suas considerações fazendo a biografia do Dr. Domingos Martelli Filho e exaltando a personalidade do novo cidadão pinhalense. (No momento oportuno, durante o discurso pronunciado pelo vereador José Eduardo Stark, a pedido do senhor Presidente os pais do Dr. Domingos Martelli Filho procederam à entrega, ao ilustre homenageado, do título de "Cidadão Pinhalense" que lhe fora outorgado pela Câmara Municipal). Em seguida foi lido, pelo senhor presidente, o ofício da Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste: "Em 24 de agosto de 1970. O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pinhal. SP. - A Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste, através deste ofício, vem, mui respeitosamente, oferecer a V. Excias., nobres e cultos edis de Pinhal, os mais respeitosos cumprimentos e os mais sinceros parabens pela honra de possuir na organização da política municipal cavalheiros como os atuais mentores, porém alonga e registra com alta significação os atos legislativos e políticos vindos de V. Excias. Estes atos constituem a real fisionomia da estrutura municipal cansada de atos menos dignos, porém alonga e registra com alta significação os atos legislativos e políticos vindos de V. Excias. Estes atos constituem a real fisionomia da estrutura municipal cansada de atos menos dignos, porém alonga e registra com alta significação os atos legislativos e políticos vindos de V. Excias. Estes atos constituem a real fisionomia da estrutura municipal cansada de atos menos dignos, porém alonga e registra com a roleta festividade que o conclave de Pinhal promove nesta data. Estejam V. Excias. certos de que 24 de agosto do corrente ano já passou a fazer parte do calendário histórico pinhalense, pois que concede o título honorífico de "Cidadão de Pinhal" ao Dr. Domingos Martelli Filho, personalidade que desponta no cenário político estadual, pois que é dono

de nossa moral impoluta e de nossa conduta invejada. Pedindo vênia a VV. Excias., almeja vereadores, felicita aos ilustres homenageados, desejando-lhe que como parabelanos e agora como parabelenses gozem da melhor felicidade e continuem a desfrutar de uma crescente prosperidade já que os cargos administrativos ou políticos, já que os bons lhes são intrinsecamente favoráveis. A Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste oferenda ao povo parabelense os cancelações e aos nobres edis o testemunho de seu respeito. Na fase (a) Vereador Antônio Tenório Cardoso - Presidente: Usou da palavra em seguida, o Sr. Domingos Mondelli Filho, que agradeceu os palavras do vereador José Eduardo Moreira, teceu vários considerações sobre as atividades dos homens públicos, manifestou o seu propósito de sempre colaborar com o Município, realçou a amizade com que sempre foi distinguido pelos parabelenses e encerrou seu discurso agradecendo o desejo de adquirir um pedaço de terra em Piracicaba para poder conviver mais de perto e por mais tempo com os seus conterrâneos. Em seguida, o senhor Presidente agradeceu a presença das autoridades, dos visitantes e de todos aqueles que compareceram à Câmara Municipal de Piracicaba para prestigiar a solenidade e homenagear o Dr. Domingos Mondelli Filho. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Secretário de Diretoria, a datilografei.

Ata da 12ª Sessão ordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Piracicaba, realizada em 3 de setembro de 1970.

Presidência do Sr. Celso Pita Fernandes

Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos três dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Piracicaba, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Pita Fernandes, Antônio Tenório, José Antônio Coimbra Filho, Hélio Vergueiro Leite, Romildo Miranda, Wanderley Libordi e Arnaldo d'Avila Florence. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem de Cristo Crucificado e aprovada a ata da sessão anterior, o senhor presidente anunciou-se pessoalmente à leitura do Expediente que constava do seguinte: 1) Carta do senhor José Carlos de Miguel, solicitando providências da Câmara Municipal no sentido de ser adotada outra solução para a abertura de uma nova parte paralela à Avenida Washington Luiz, passando por terrenos pertencentes aos interessados, tratando-se de matéria da competência do Executivo, encaminhe-se o documento ao senhor Prefeito Municipal, para os "providências cabíveis". 2) Ofício do senhor José Tavares Coimbra, solicitando seja dado o nome de Dona Benedita Bueno (Dona) a uma rua da cidade: "Louvável a iniciativa do interessado. Brain, já existe uma rua, na Vila Sônia Sol, com o nome de Benedita Bueno - Educadora". Lido para conhecimento do caso e em seguida arquivou-se". 3) Ofício do Prefeito Municipal de Amparo, convidando a Câmara Municipal para a instalação, no dia 5 de setembro, do Setor Regional da Campanha Nacional de Alimentação Escolar: "Ficam convidados os senhores vereadores". - 4) Mensagem nº 34/70, do senhor Prefeito Municipal, prestando informações a respeito dos pedidos formulados por intermédio da Câmara Municipal, pelo senhor Mário Filogônio Verola, representante do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro: "Lidas para conhecimento da casa. A matéria ficará na Secretaria da Câmara Municipal, à disposição dos senhores vereadores e demais pessoas interessadas". - 5) Indicação nº 39/70, do vereador Wanderley Libordi, sobre a necessidade de ser concedido aumento aos servidores municipais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, a partir de 1º de agosto de 1970: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 6) Indicação nº 40/70, do vereador Antônio Tenório, sobre a necessidade de ser providenciada a colocação de guias e sarjetas nas Vilas São José, São Paulo, Jardim Palmeiras, Rosel e São Pedro: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 7) Requerimento nº 51/70, do vereador Antônio Tenório, propondo a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulação com o jornalista Saturnino Marques Júnior, pelo transcurso do 40º aniversário de fundação do jornal local A Folha: Aprovado por 6x0. Comunique-se ao senhor Diretor de A Folha". - 8) Requerimento nº 52/70, do vereador Hélio Vergueiro Leite no sentido de se inserir, na ata dos trabalhos legislativos, um voto de congratulações com o senhor Presidente da República, pela sua iniciativa de elaborar o magnífico Plano de Integração Social. "Aprovado por 6x0. Comunique-se ao senhor Presidente da República". - 9) Requerimento nº 53/70, do vereador Celso Pita Fernandes, propondo um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Luiz Carlos Mesquita, do jornal "O Estado de São Paulo": "Aprovado por 6x0. Oficie-se à família enlutada". - 10) Projeto de decreto legislativo nº 2/70, dos vereadores Arnaldo d'Avila Florence e Hélio Vergueiro Leite, concedendo títulos de Cidadão Emérito: "A Comissão de Justiça". - 11) Projeto de decreto legislativo nº 3/70, dos vereadores Arnaldo d'Avila Florence e Hélio Vergueiro Leite, dispondo sobre a concessão de títulos de Benemérito Emérito: "A Comissão de Justiça". - 12) Projeto de lei nº 23/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a retirada de faixa de televisão: "A Comissão de Justiça e Finanças". - 13) Projeto de lei nº 24/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a contratação de advogados especializados: "A Comissão de Justiça e Finanças". - Encerrada a leitura do Expediente, o senhor presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Arnaldo d'Avila

Florence solidarizou-se com o voto de pesar proposto em virtude do falecimento do jornalista Luiz Carlos Mesquita, aprovado, em seguida, que Piracicaba se regozijava pelo fato do Deputado Federal José Henrique Ferreira, cidadão piracicabano que muito tem prestado relevantes serviços ao Município, ter sido escolhido para desempenhar as funções de líder no Congresso Nacional. Ninguem mais querendo usar da palavra, o senhor presidente determinou o cumprimento do Requerimento Aprovado na Sessão Ordinária de 10 do corrente, para que fosse lido o expediente. Em seguida, o senhor presidente concedeu a palavra ao vereador Arnaldo D'Avila Florence, para que fizesse uma explicação pessoal. Usando da palavra o vereador Antonio Serafim, que fez considerações sobre o 7 de Setembro, data que foi comemorada, em Piracicaba, com todo brilhantismo, participando do desfile e das festividades do dia da Pátria. O vereador Antonio Lemos teceu considerações sobre os campeonatos esportivos realizados no Estádio Municipal "Dr. Fernando Costa", no dia 7 de Setembro, pronunciando palavras de louvor e lamentou os atos de indisciplina de alguns elementos que, não desejando a saída de um campeonato que foram seguidos, se precipitaram para o gramado e permaneceram sentados no campo em atitude de provocação. Prosseguindo a palavra que lhe foi concedida, o vereador Antonio Lemos disse que os elementos que assim procederam pertenciam ao quadro da "Anarquia", provocando o fato a indagação, de todos que se encontravam no Estádio, se essa representação esportiva não tinha um dirigente responsável para fazer a jogadores deixar o campo, uma vez que não pretendiam defender a competição. Afirmou, ainda, que a Comissão Municipal de Esportes deveria ter feito valer, em oportunidade, a sua autoridade, a fim de que o lamentável espetáculo de indisciplina tivesse sido evitado. Finalizando a palavra que lhe foi concedida, o vereador Antonio Lemos disse que estas considerações diziam respeito aos lamentáveis acontecimentos havidos, ocorridos pelo fato de a Comissão Municipal de Esportes não ter comunicado à Delegacia de Polícia, a realização dos jogos, ficando o Estádio Municipal completamente desprotegido, sendo indispensável

Ata da 13ª Sessão ordinária do 2º ano, do 6º Legislatura, da Câmara Municipal de Piracicaba, realizada em 17 de setembro de 1970.

Presidencia do Sr. Célio Pete Fernandes

Secretariada pelo Sr. Attilio Fontana

Aos dezessete dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Piracicaba, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pete Fernandes, Antonio Serafim, Waldomiro Rodrigues, Attilio Fontana, Victorio Lemos, Waldemar Rodrigues, Alcides Vazzoler Neto, Antonio Tacchella, Wanderley Laverde. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após um minuto de silencio, em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o senhor presidente convidou o senhor 1º secretário a ler a Ata da Sessão anterior, que foi aprovada sem restrições. Em seguida, o senhor presidente determinou o cumprimento do Requerimento aprovado na Sessão Ordinária de 10 do corrente, para que fosse lido o expediente. Em seguida, o senhor presidente concedeu a palavra ao vereador Arnaldo D'Avila Florence, para que fizesse uma explicação pessoal. Usando da palavra o vereador Antonio Serafim, que fez considerações sobre o 7 de Setembro, data que foi comemorada, em Piracicaba, com todo brilhantismo, participando do desfile e das festividades do dia da Pátria. O vereador Victorio Lemos teceu considerações sobre os campeonatos esportivos realizados no Estádio Municipal "Dr. Fernando Costa", no dia 7 de Setembro, pronunciando palavras de louvor e lamentou os atos de indisciplina de alguns elementos que, não desejando a saída de um campeonato que foram seguidos, se precipitaram para o gramado e permaneceram sentados no campo em atitude de provocação. Prosseguindo a palavra que lhe foi concedida, o vereador Antonio Lemos disse que os elementos que assim procederam pertenciam ao quadro da "Anarquia", provocando o fato a indagação, de todos que se encontravam no Estádio, se essa representação esportiva não tinha um dirigente responsável para fazer a jogadores deixar o campo, uma vez que não pretendiam defender a competição. Afirmou, ainda, que a Comissão Municipal de Esportes deveria ter feito valer, em oportunidade, a sua autoridade, a fim de que o lamentável espetáculo de indisciplina tivesse sido evitado. Finalizando a palavra que lhe foi concedida, o vereador Antonio Lemos disse que estas considerações diziam respeito aos lamentáveis acontecimentos havidos, ocorridos pelo fato de a Comissão Municipal de Esportes não ter comunicado à Delegacia de Polícia, a realização dos jogos, ficando o Estádio Municipal completamente desprotegido, sendo indispensável

que, em outras competições esportivas, a referida Comissão tomasse essa importante providência. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor presidente, de acôrdo com a exceção prèviamente entre êle os senhores vereadores, convidou-os para a sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da ordinária, para se votado, em segunda discussão, o projeto de lei nº 24/70, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, [illegible], secretário, a fiz escrever.

Ata da 14ª sessão extraordinária, de 2ª ano, da 6ª Legislatura, da Câmara Municipal de Paulo, realizada em 17 de Setembro de 1970.

Presidência do Sr. Celio Pinto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Attilio Giardini

Aos dezessete dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Paulo, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Paulo, logo após o encerramento da 13ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celio Pinto Fernandes, Antonio Fenelon, Waldomiro Rocha, Helio Vergueiro Leite, Victorio Lamosa, Attilio Giardini e Wanderley Tiboldo. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após se feito um minuto de silencio em homenagem à memória do Cristo Crucificado, o senhor presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constou do seguinte: Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 24/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para a contratação de advogados especializados, para a cobrança judicial dos débitos a que o Município faz jús junto à Caixa Econômica Federal, no chamado "Excesso de arrecadação", com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0, em segunda discussão, dispensado de redação final a requerimento do vereador Attilio Giardini acolhido pelo plenário. O senhor presidente determinou que o projeto de lei nº 24/70 fôsse encaminhado ao senhor Prefeito Municipal, para a sanção devida, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, [illegible], secretário, a fiz escrever.

Ata da 14ª sessão ordinária, do 2º ano, da 6ª Legislatura, da Câmara Municipal de Paulo, realizada em 1º de outubro de 1970.

Presidência do Sr. Celio Pinto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Ao primeiro dia do mês de outubro de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Paulo, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Paulo, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celio Pinto Fernandes, Wanderley Tiboldo, Victorio Lamosa, Antonio Fenelon, Waldomiro Rocha, Romildo Miranda, Attilio Giardini e Arnaldo Maria Florence. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após se feito um minuto de silencio em homenagem à memória do Cristo Crucificado, o senhor Presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constou do seguinte: 1) Cartas do Tenente de Infantaria Carlos Augusto, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Câmara Municipal; "Ciente. Arquive-se". - 2) Convite da Faculdade de Direito e do Diretório Academico de São João da Boa Vista, para a VII Semana de Estudos Jurídicos, a realizar-se de 22 a 25 de setembro de 1970: "Fiam convidados os senhores vereadores". - 3) Telegrama do Sr. Presidente da República, agradecendo os aplausos enviados pela elaboração do Programa de Integração Social: "Fôsse para conhecimento do caso. Arquive-se". - 4) Ofício do Superintendente Nacional de Abastecimento (SUNAB), prestando informações sôbre a comercialização do leite: "Fôsse para conhecimento do caso Quanto ao material floral na fiscalização dos senhores vereadores e demais interessados". - 5) Indicação nº 41/70, do vereador Attilio Giardini, no sentido de se fazer a ligação de água na Travessa Jordão Campos Salles, junto da pracinha dos serviços de pavimentação asfáltica do "meu cli" presente: "De conhecimento ao senhor Prefeito Municipal". - 6) Indicação nº 43/70, do vereador Celio Pinto Fernandes, no sentido de ser instalada, pela Prefeitura, uma viveira de mudas de café, para serem fornecidas aos lavradores locais: "De conhecimento ao senhor Prefeito Municipal". - 7) Requerimento nº 54/70, do vereador José Antonio Coimbra Filho, solicitando 60 dias de licença: "Concedida a licença. Convoque-se o respectivo suplente, de acôrdo com o artigo 23 e parágrafo 1º da Lei Organica dos Municípios. 8) Requerimento nº 55/70, do vereador Romildo Miranda, no sentido de ser oficiado aos senhores proprietários do Estado e Secretário da Educação, solicitando a paralisação do processo 49169 - EPP, em nome do senhor Hector Cavaquelli, professor do Colégio Agricola Estadual "Dr. Carolino de Mesquita Sobral" de Paulo: "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada". 9) Requerimento nº 56/70, do vereador Antonio Fenelon, pedindo a inserção, nos anais dos trabalhos legislativos, de um voto de congratulações com o vereador Arnaldo Maria Florence, pelo recebimento do Medalhão "Padre Manoel da Nóbrega": "Aprovado por 7 x 0". Comunique-se ao homenageado". - 10) Requerimento nº 57/70, do vereador Victorio Lamosa, pedindo a inserção, nos anais dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento do Padre Afonso Nighitae, do Congregação dos Padres Assuncionistas: "Aprovado por 7 x 0. Comunique-se à Direção do Santuário dos Padres Assuncionistas". 11) Requerimento nº 58/70, do vereador Attilio Giardini, pedindo a inserção, nos anais dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento de Dona Hemelinda Soares, tia do vereador Romildo Miranda: "Aprovado por 7 x 0. Comunique-se à família enlutada". - 12) Projeto de lei nº 25/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para permuta de imóveis: "À Comissão de Justiça e Serviços Públicos". 13) Projeto de lei nº 26/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a delimitação da zona urbana do Município: "À Comissão de Justiça e Serviços Públicos". - 14) Projeto de lei nº 27/70, do Prefeito Municipal, autorizando o Executivo a celebrar convênio com o Tribunal e demais

outras providências: "As Comissões de Justiça e Educação". - 15) Projeto de lei nº 28/70, do Prefeito Municipal, autorizando a contratação dos serviços técnicos especializados: "As Comissões de Justiça e Finanças". 16) Projeto de lei nº 27/70, do Prefeito Municipal, estimando a Receita e fixando a Despesa do Município: "As Comissões de Justiça e Finanças". - 17) Projeto de Resolução nº 3/70, dispondo sobre o exercício financeiro de 1971: "As Comissões de Justiça e Finanças". - 18) Projeto de Lei nº 30/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre o Plano Plurianual de investimentos, relativo aos triênios 1972, 1973, 1974, nos termos do Ato Complementar nº 43 de 29 de janeiro de 1969: "As Comissões de Justiça e Finanças". - Concedido o tempo de 5 (cinco) minutos ao vereador Arnaldo d'Avila Florence, para que fizesse uso da palavra, o que o fez nos seguintes termos: "Sr. Presidente, Srs. Vereadores. O vereador Arnaldo d'Avila Florence expressou o seu pesar pelo falecimento do senhor Waldomiro Lobo, jornalista que durante muitos anos dedicou à imprensa de sua vida, tornando-se um elemento atuante na vida pública, como deputado à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e no campo da assistência social, mantendo, em Belo Horizonte, um orfanato onde abrigava centenas de crianças. Em seguida, congratulou-se com o senhor Prefeito Municipal pela abertura da segunda parte da Avenida Washington Luiz, afirmando ser necessário que todos cerrassem fileiras em torno do Chefe do Executivo, apoiando essa iniciativa tão oportuna que há tanto tempo vinha sendo adotada. O vereador Antonio Ernesto congratulou-se com o seu colega Arnaldo d'Avila Florence, pelo recebimento da medalha Cultural "Padre Manoel da Nóbrega", e afirmou que o jornalista jornalista, pelos seus atributos em vários setores da vida cultural de Santo André, estava honrando e dignificando o nome de seu ilustre titular. O vereador Romildo Miranda justificou o requerimento de sua autoria, lido na Expediente, e afirmou que a Câmara Municipal pela aberura da segunda parte da Avenida Washington Luiz, afirmando ser necessário que todos cerrassem fileiras em torno do Chefe do Executivo, apoiando essa iniciativa tão oportuna que há tanto tempo vinha sendo adotada. O vereador Antonio Ernesto congratulou-se com o seu colega Arnaldo d'Avila Florence, pelo recebimento da medalha Cultural "Padre Manoel da Nóbrega", e afirmou que o jornalista jornalista, pelos seus atributos em vários setores da vida cultural de Santo André, estava honrando e dignificando o nome de seu ilustre titular. O vereador Romildo Miranda justificou o requerimento de sua autoria, lido no

completo do recebimento, por S.Excia., da medalha Cultural "Padre Manoel da Nóbrega". O vereador Victório Tamasio falou, em seguida, tecendo várias considerações sobre o Brasil e aplaudindo que Pinhal atravessa em condições de realizar um trabalho positivo contra o analfabetismo, para o Prefeito Municipal congratular-se com a opção de uma legenda muito boa e valorosa. Ninguem mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente anunciou os grandes que iria ofiar ao senhor Sebastião Alves da Costa, empresário desse, em nome da Câmara Municipal de Pinhal, pelo transcurso de seu 93º aniversário natalício, ocorrido em data de 25 de setembro, como uma homenagem ao ilustre português que, muito jovem ainda, aqui se radicou e cá soube, com o progresso do Município, tanto bem para si mesmo fazendo o honroso título de "Cidadão Pinhalense". Em seguida, o senhor presidente, de acordo com a convocação, pessoalmente entregou aos senhores vereadores, conforme os ofícios expedidos, a redação final do projeto de lei nº 46/70, do Prefeito Municipal, que autoriza a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), para atender a despesas com a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade, e dá outras providências, o qual foi aprovado em primeira discussão e votação, na sessão ordinária anterior, por 7 votos a 0, e dispensada a leitura, por unanimidade de votos, a pedido do vereador Victório Tamasio. Em seguida, o senhor presidente anunciou a ordem do dia, que constava do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 45/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre interdição para permuta de imóveis, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 7 votos a 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 46/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a delimitação da zona urbana do Município, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 7 votos a 0. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 47/70, do Prefeito Municipal, autorizando o Executivo a celebrar convênio com o Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 7 votos. - 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 51/70, do Prefeito Municipal, autorizando a contratação de serviços técnicos especializados, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 votos. Foi aprovado, em segundo, por 7 votos, um requerimento do vereador Otávio Fardim, solicitando dispensa de redação final para os quatro projetos de lei acolhidos, todos pertinentes, em segunda discussão, na Ordem do Dia. O senhor Presidente determinou que os projetos aprovados fossem encaminhados ao senhor Prefeito Municipal, para a sanção devida, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, [illegible], secretário, a subscrevi.

Ata da 15ª sessão extraordinária, do 2º ano, do 6º Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 1º de outubro de 1970.

Presidência do Sr. Celso Pinto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos primeiro dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 14ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victório Tamasio, Otávio Fardim, Celso Pinto Fernandes, Wanderley Libardi, Antônio Zanella, Waldemar Rocha, Romildo Miranda e Osvaldo D'Ávila Ferreira. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, o senhor presidente anunciou a presença à Ordem do Dia, após, de acordo com a convocação feita e distribuída aos senhores vereadores, de caráter extraordinário, do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 45/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre interdição para permuta de imóveis, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 7 votos. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 46/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a delimitação da zona urbana do Município, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 7 votos. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 47/70, do Prefeito Municipal, autorizando o Executivo a celebrar convênio com o Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 7 votos. - 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 51/70, do Prefeito Municipal, autorizando a contratação de serviços técnicos especializados, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 votos. Foi aprovado, em segundo, por 7 votos, um requerimento do vereador Otávio Fardim, solicitando dispensa de redação final para os quatro projetos de lei acolhidos, todos pertinentes, em segunda discussão, na Ordem do Dia. O senhor Presidente determinou que os projetos aprovados fossem encaminhados ao senhor Prefeito Municipal, para a sanção devida, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, [illegible], secretário, a subscrevi.

Ata da 15ª sessão extraordinária, do 2º ano, do 6ª Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 5 de novembro de 1970.

Presidência do Sr. José Eduardo Stuart
Secretariado pelo Sr. Otávio Fardim

Aos cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Victório Tamasio, Otávio Fardim, Antônio Zanella, Hélio Vergueiro Leite, Waldemar Rocha, José Eduardo Stuart e Wanderley Libardi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após sete minutos de silêncio em homenagem à morte do Cristo Crucificado, foi aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida, o senhor Presidente anunciou a pauta à Ordem do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício do senhor Sebastião Alves da Costa, agradecendo a homenagem que lhe foi prestada pela Câmara Municipal. "Lido para conhecimento da casa. Ciente." - 2) Ofício da Secretaria da Agricultura, comunicando a impossibilidade de designação de um engenheiro agrônomo para a "Casa da Agricultura de Pinhal, em virtude de investimentos de recursos orçamentários. "Lido para conhecimento da casa. Nada sendo requerido, arquive-se." - 3) Ofício do Diretor Administrativo do Hospital "Francisco Ribeiro", convidando a Câmara Municipal para uma visita às obras de construção do novo hospital. "Lido para conhecimento da casa. Sirvam convidados os senhores vereadores." - 4) Ofício do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, encaminhando o processo de prestação de contas do Município de Pinhal, relativo ao exercício de 1967, constando de parecer prévio emitido pela Segunda Câmara. "Encaminhe-se à Comissão de Justiça e Finanças, para parecer." - 5) Indicações: a) nº 47/70, dos vereadores Celso Pinto Fernandes e Victório Tamasio, no sentido de ser dado o nome de Dr. Alcides Moreira a uma rua da cidade: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - b) nº 44/70, do vereador Hélio Vergueiro Leite, para ser estudada a possibilidade da doação, pelo município, de um terreno ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para a construção de sede própria para este entendido: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - c) nº 45/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando sede ao senhor Prefeito Municipal. "Encaminhe-se aos senhores Prefeito Municipal e Presidente da Associação Comercial e Industrial de Pinhal para providenciarem." - 6) nº 48/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a melhoria do estado municipal existente no Bairro dos Pires. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 7) nº 49/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 8) nº 50/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 9) nº 51/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 10) nº 52/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 11) nº 53/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 12) nº 54/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 13) nº 55/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 14) nº 56/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 15) nº 57/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 16) nº 58/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 17) nº 59/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 18) nº 60/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 19) nº 61/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 20) nº 62/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 21) nº 63/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 22) nº 64/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 23) nº 65/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 24) nº 66/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 25) nº 67/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 26) nº 68/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 27) nº 69/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 28) nº 70/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 29) nº 71/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 30) nº 72/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 31) nº 73/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 32) nº 74/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 33) nº 75/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 34) nº 76/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 35) nº 77/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 36) nº 78/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 37) nº 79/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 38) nº 80/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 39) nº 81/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 40) nº 82/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 41) nº 83/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 42) nº 84/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 43) nº 85/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 44) nº 86/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 45) nº 87/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 46) nº 88/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 47) nº 89/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 48) nº 90/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 49) nº 91/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 50) nº 92/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 51) nº 93/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 52) nº 94/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 53) nº 95/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 54) nº 96/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 55) nº 97/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 56) nº 98/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 57) nº 99/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 58) nº 100/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 59) nº 101/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 60) nº 102/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 61) nº 103/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 62) nº 104/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 63) nº 105/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 64) nº 106/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 65) nº 107/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 66) nº 108/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 67) nº 109/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 68) nº 110/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 69) nº 111/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 70) nº 112/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 71) nº 113/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 72) nº 114/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 73) nº 115/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 74) nº 116/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 75) nº 117/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 76) nº 118/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 77) nº 119/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 78) nº 120/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 79) nº 121/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 80) nº 122/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 81) nº 123/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 82) nº 124/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 83) nº 125/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 84) nº 126/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 85) nº 127/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 86) nº 128/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 87) nº 129/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 88) nº 130/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 89) nº 131/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 90) nº 132/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 91) nº 133/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 92) nº 134/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 93) nº 135/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 94) nº 136/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 95) nº 137/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 96) nº 138/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 97) nº 139/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 98) nº 140/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 99) nº 141/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 100) nº 142/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 101) nº 143/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 102) nº 144/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 103) nº 145/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 104) nº 146/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 105) nº 147/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 106) nº 148/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 107) nº 149/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 108) nº 150/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 109) nº 151/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 110) nº 152/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 111) nº 153/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 112) nº 154/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 113) nº 155/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 114) nº 156/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 115) nº 157/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 116) nº 158/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 117) nº 159/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 118) nº 160/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 119) nº 161/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 120) nº 162/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 121) nº 163/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 122) nº 164/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 123) nº 165/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 124) nº 166/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 125) nº 167/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 126) nº 168/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 127) nº 169/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 128) nº 170/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 129) nº 171/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 130) nº 172/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 131) nº 173/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 132) nº 174/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 133) nº 175/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 134) nº 176/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 135) nº 177/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 136) nº 178/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 137) nº 179/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 138) nº 180/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 139) nº 181/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando providências para a construção de um muro de arrimo na Rua Dr. Cardoso de Almeida, nesta cidade. "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 140) nº 182/70, do vereador Victório Tamasio, solicitando

Senhor Prefeito Municipal"; – d) nº 4/61/70, do vereador Wanderley Zabordi, pedindo providências do Chefe do Executivo para que sejam desapropriados os dois canos existentes no Largo dos Ipês, possibilitando assim a construção de uma praça ali, e lembrando a necessidade de ser reparado, pelo mesmo aproveitamento do município, o estado do Bairro de Santa Luzia: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; – e) nº 47/70, do vereador Antonio Geraldo, no sentido de se estabelecer que o estacionamento de veículos na Praça José Bonifácio seja permitido pelo tempo máximo de 30 minutos: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; – f) nº 48/70, do vereador Waldemiro Rocha, solicitando providências no sentido de ser proibida a prática de comércio ambulante na Rua de Lazaros, nas imediações do Cemitério Municipal: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; – g) nº 49/70, do vereador Aldo Vaquinho Leite, solicitando a colocação de uma cabine telefônica nesta cidade, no Vale dos Ipês, onde já existe uma cabine apropriada destinada a este fim: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". – 6) Requerimentos: a) nº 59/70, do vereador Antonio Geraldo, no sentido de ser oficiado ao Cardeal Dom Agnelo Rossi, congratulando-se com sua Eminencia pela sua escolha e manifestando sua adesão a homenagem que lhe será prestada pela Congregação das Pias Evangelizadoras dos Povos da Africa, Asia, Australia e America Latina: "Aprovado por 6 x 0. Oficie-se na forma solicitada"; – b) nº 60/70, do vereador Antonio Geraldo, solicitando a inversão, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alcides Moscon: "Aprovado por 6 x 0". – c) nº 61/70, do vereador Adelino Tomazoni, propondo um voto de profundo pesar pelo falecimento de Dona Angelina Stelz: "Aprovado por 6 x 0". – d) nº 62/70, do vereador Adelino Tomazoni no sentido de ser oficiado ao Professor Julio da Silva Amaral – Delegado Regional do Ensino Elementar, solicitando a sua colaboração para que o Segundo Grupo Escolar Estadual possa funcionar no predio do Grupo Escolar da Vila Municipal: Aprovado por 6 x 0. Oficie-se na forma solicitada". – e) Requerimento nº 63/70, do vereador Waldemiro Rocha, pedindo fosse oficiado ao senhor Prefeito Municipal solicitando a inversão, no I.N.P.S, de 13 funcionarios e 9 senhoras prendadas municipais na referida instituição de Previdencia Social: "Aprovado por 6 x 0. Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal uma cópia, na forma solicitada". – f) Requerimento nº 64/70, do vereador Attilio Fontana e outros, solicitando a inversão, na ata dos Trabalhos legislativos, de uma moção de aplauso e um voto de louvor ao vereador Arnaldo d'Avila Thomaz, por todo quanto tem feito pela cidade de Rondon, seu povo, sua cultura e tradições: "Aprovado por 6 x 0. Transcreva-se na ata dos Trabalhos legislativos o teor do ofício, na forma requerida". – 7) Projeto de Lei: a) nº 33/70, do Prefeito Municipal, alterando a lei municipal nº 586, de 26 de fevereiro de 1970: "A Comissão de Justiça e Finanças"; b) nº 32/70, do Prefeito Municipal, autorizando o poder executivo a firmar convenio com a Secretaria da Receita Federal: "A Comissão de Justiça e Serviços Publicos"; c) nº 33/70, do Prefeito Municipal, autorizando a Prefeitura Municipal a estabelecer convenio com o I.E.S.A e dando outras providencias: "A Comissão de Justiça e Finanças"; – d) nº 34/70, do Prefeito Municipal, concedendo uma pensão mensal a Dona Jovina Rocha: "A Comissão de Justiça e Finanças". – Encerrada a leitura do Expediente, o senhor Presidente atendendo solicitação do vereador Helio Junqueira Leite, comunicou que o projeto de lei nº 33/70, do Prefeito Municipal autorizando a Prefeitura Municipal a estabelecer convenio com o I.E.S.A., tratava de materia de caráter urgente, muito embora concordasse os membros das Comissões de Justiça e Finanças sobre a possibilidade de reunirem ainda no referido prazo, isto porque poderia ser votado na Ordem do Dia da sessão que estava se realizando. Recebendo resposta afirmativa a tal pedido o plenário também se manifestou favoravelmente à inclusão do projeto de lei nº 33/70 na Ordem do Dia, o senhor Presidente suspendeu os trabalhos por vinte minutos, a fim de que os Comissões de Justiça e Finanças reunissem-se respectivos pareceres. Decorrido esse prazo, foram reabertos os trabalhos, tendo o senhor Presidente dado a palavra aos senhores vereadores. O vereador Antonio Geraldo comunicou que na próxima, na sessão seguinte, a publicação, na imprensa local, do teor do ofício da Secretaria de Agricultura, agradecendo a colaboração desta Casa de Leis na desapropriação de um agrupamento para a Casa da Agricultura do Estado. Aproveitou, em seguida, para lamentar a saída do Cardeal D. Agnelo Rossi do nosso país, uma vez que tal fato veio prejudicar pelo fato desse eminente prelado ter sido designado para dirigir a Congregação das Evangelizadoras dos Povos da Africa, Asia, Australia e America Latina. Prosseguindo disse ser muito justo a homenagem prestada ao Cardeal Brasileiro, principalmente dos menos favorecidos, grande mentor, por alguns tempos, conselheiro junto ao Vaticano. Pediu a palavra, em seguida, o vereador Helio Junqueira Leite para comunicar que havia providenciado a publicação, em jornais, especial

lhadores locais, mas para isso se tornava necessária a existência da sede própria para a entidade. Lembrou, em seguida, a necessidade de o senhor Prefeito Municipal entrar em entendimento com a Telefônica Fidel S/A, para a instalação de um aparelho no Vale dos José, uma vez que já existe o que estava aguardando, ontem mesmo, este benefício, havendo sido providenciado há três anos, graças essa finalidade, a respectiva cabine. Aduziu, em seguida, ser necessário que o senhor Prefeito Municipal providencie os obreiros que estavam sendo pagos por verbas destinadas somente que invadem a cidade, tendo buracos e sempre a poeira elevada, prejudicando assim o comércio estabelecido que surge pagar o imposto devido. Lembrou aos companheiros da necessidade de se estabelecer impostos elevados para os veículos automotores, a fim de que êstes fossem destinados de prestigiarem na prática do comércio em Fidel. O vereador Vidal Tavares teceu várias considerações sobre a necessidade de ser reparado a estrada municipal do Bairro dos Pires, que se encontrava em péssimo estado. Aduziu que os moradores de Aguaí e Mogi Guaçu estavam mantendo bem conservados os estados municipais que levam ao referido Bairro, a fim de que os seus moradores possassem a dar preferência aos seus compras, e esses aos seus estados. Aduziu, em seguida, esperar que o Professor Fidel da Silva Ornelas, digníssimo Delegado Regional do Ensino Elementar, colaborasse para que o Grupo Escolar estadual daquela localidade funcionasse definitivamente no prédio do Grupo Escolar de Vale Verde, o que viria resolver um importante problema e benéfico em grande número de Estudantes daquela localidade. Encerrou suas considerações dizendo que a vinda do padre Augusto foi de fato muito proveitosa, pois ainda não a fizera por estar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tratando de sua posse. Disse que, de acordo com as normas em vigor, deveria se concentrar o palanque de construção de um hospital junto à sede do Sindicato, o que traria grandes benefícios ao corpo hospitalar e assistência aos trabalhadores rurais. Encerrou suas considerações dizendo que a iniciativa do vereador Hélio Vasquino Leite, para que fosse feita a doação do terreno para a construção da sede própria para esta entidade. Prosseguindo, afirmou que perdeu a fé no assunto, uma vez que

do seu trabalho em defesa do cultura e das tradições paulistas e brasileiras, foi seu nome incluindo em lista tríplice elaborada pela Câmara Municipalista de São Paulo e posteriormente pelo Eminente Cardeal Agnelo Rossi, indicando, então, o ilustre publicista para representar aquela Área, relativa ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado, considerando que da referida lista tríplice escolheu o Excelentíssimo Governador, Abreu Sodré, o nome de "Arnaldo D'Avila Florence para integrar aquele Conselho, constituído dos maiores expressões dos meios científicos e culturais do Estado, considerando que o seu fecundo trabalho deem ilustre e nobre colega no campo cultural do Estado e do País, tem refletido no prestígio e na promoção da cidade; considerando que ainda recentemente esse cavalheiro publicista se tornou membro de uma dos mais importantes e tradicionais instituições culturais do país o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e, posteriormente, recebeu a Medalha Cultural "Pedro Andrade da Nóbrega", conferida a apenas (300) trezentas personalidades brasileiras, entre altos valores das Letras, Artes, Ministros, Governadores, Professores e membros destacados dos meios culturais; considerando que em recente eleição na cidade de Barueri, foi amplamente divulgado pelo imprensa e rádio, depois de ter sido incluindo entre os "melhores do Ano 70" (Prefeito, Vereadores, Homens de imprensa e rádio presidente de entidades assistenciais, Pintores e Poetas) é conferido a Arnaldo D'Avila Florence, durante o XII Encontro do Fundo Municipalista Brasileira, promovido pela Unape, o título de "Vereador do Ano 70"; considerando, que o fato ocorreu referindo-se altamente auspicioso para a nossa cidade, particularmente grato para esta Edilidade, visto ter sido consagrado "Vereador do Ano", escolhido entre cerca de 6 mil vereadores do Estado de São Paulo, justamente um representante privilegiado; considerando que tais fatos repercutiram de forma muito favorável em todos os meios da sociedade pindalense e, particularmente, entre os componentes desta Casa, à qual Arnaldo D'Avila Florence tem procurado servir com a maior dedicação, competência, acendrado amor e inexcedível espírito público. Requeiro que, ouvido a Casa, passe da ata desta sessão, sendo nela transmitido o aplauso e Moções de Aplausos, num voto de alto louvor ao ilustre pindalense e nobre vereador Arnaldo D'Avila Florence, por tudo quanto tem feito por esta cidade, seu povo, sua cultura e tradições. Pindal, Sala das Sessões da Câmara aos 5 de Novembro de 1970. Atílio Fontana (assinado) Antônio Tenório, Atílio Fontana, Waldomiro Rocha, José Eduardo Stant & Wanderley Tiboni e Antônio Tenório, Hélio Siqueira Leite, Waldomiro Rocha, Wanderley Tiboni e José Eduardo Stant."

Ata da 16ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pindal, realizada em 5 de novembro de 1970.

Presidência do Sr. José Eduardo Stant
Secretariado pelo Sr. Atílio Fontana

Aos cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pindal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pindal, logo após o encerramento da 15ª sessão ordinária, procedeu-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antônio Tenório, Atílio Fontana, Hélio Siqueira Leite, Waldomiro Rocha, José Eduardo Stant & Wanderley Tiboni e Antônio Tenório. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após, em segunda, o Senhor Presidente anunciou a passar à Ordem do Dia, que, de acordo com o regimento nº 651/70, ocolhido pelo plenário na 15ª sessão ordinária, se constituia do seguinte: Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 33/70, do Prefeito Municipal, autorizando a Prefeitura Municipal a estabelecer convênio com o F.E.S.B, com possibilidades favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6x0 e dispensado de redação final, a requerimento do vereador Antônio Tenório, acolhido pelo plenário. O Senhor Presidente determinou que a proposição aprovada fosse encaminhada ao Senhor Prefeito Municipal, para a sanção devida, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Queiroz, secretário, a fiz escrever.

Ata da 16ª sessão ordinária, do 2º ano, da 6ª Legislatura, da Câmara Municipal de Pindal, realizada em 17 de novembro de 1970.

Presidência do Sr. Célio Pinto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Atílio Fontana

Aos dezessete dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pindal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pindal, às nove horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Antônio Tenório, Atílio Fontana, Waldomiro Rocha, José Eduardo Stant, Wanderley Tiboni e Antônio Tenório. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após, ser feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Cristo Crucificado, foi aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida, o Senhor Presidente anunciou a passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Ofício do Senhor Getúlio Spinelli, apresentando justificativa do seu não comparecimento à Câmara Municipal, de acordo com o § 2º, do artigo 23, da Lei Orgânica dos Municípios, e solicitando autorização para assumir a vereança: "A consideração do plenário. Nada tendo sido objetado, fica considerado como justificado o não comparecimento, à Câmara Municipal, do suplente Getúlio Spinelli, para

tomou posse, podendo fazê-lo na sessão de hoje". (O senhor Getúlio Azambuja deu entrada no plenário, portou o compromisso regimental e foi empossado no cargo de vereador). - 2) Ofício do Madureira do Júnior Divino Espírito Santo, solicitando a concessão de cinco bolsas de estudo para alunos pobres, no valor de Cr$ 250,00 anuais cada uma: "Tendo-se de matéria das competências do Executivo, encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 3) Ofício de Nova Iguaçu do Centro de Abreu Sodré, comunicando que foi providenciada a matrícula do jovem Carlos Raimundo, de Pinhal, no Instituto Universal Brasileiro - Centro Gaudereta". - 4) Indicação nº 50/70, do vereador Wanderley Libordi, pedindo que sejam atendidos os anseios dos pais da Vila Jardim Palmeiras, solicitando pede de esgoto na Rua Leocádio de Lima e providenciando o aterramento da terreno existente em derredor do prédio da Casa da Agricultura de Pinhal: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 5) Indicação nº 51/70, do vereador Celso Pinto Fernandes, pedindo que sejam reparados os muros da Vila Maria Isabel de Sá e colocada uma lâmpada de iluminação pública na Rua José Eduardo, entre a Rua Jorge Tibiriçá e Thoga Gualdo Bonches: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 6) - Requerimento nº 66/70, do vereador Antônio Tenório, no sentido de se oficiar ao Delegado Regional do I.N.P.S. em São Paulo, solicitando que os doentes que mantêm ser internados no Sanatório local, para tratamento especializado, antes mais necessitem ir a São Paulo para serem examinados, mas que o exame seja feito em Pinhal, por um médico do Posto Médico do Instituto Nacional de Previdência Social: "Aprovado por 7x0. Oficie-se na forma solicitada". 7) Requerimento nº 67/70, do vereador Antônio Tenório, solicitando a publicação, na imprensa local do texto do ofício 3.277, do Secretário da Agricultura, encaminhando não ser possível a designação de um engenheiro agrônomo para a Casa da Agricultura de Pinhal: "Aprovado por 7x0. Publique-se na forma solicitada". - 8) Requerimento nº 68/70, do vereador Otávio Jardim e outros, solicitando a inclusão, na Ordem do Dia da sessão extraordinária, para ser votado em segunda discussão, do projeto de lei nº 34/70, do Prefeito Municipal, concedendo uma pensão mensal a Ilma Senhora Pontes: "Aprovado por 7x0. Inclua-se na Ordem do Dia da sessão extraordinária para ser votado em segunda discussão o projeto de lei nº 34/70, na forma requerida". 9) Requerimento nº 69/70, do vereador Celso Pinto Fernandes, solicitando a inversão, na Hora dos Trabalhos Legislativos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Obeidan Coraiche: "Aprovado por 7x0. Comunique-se à família do extinto". - 10) Projeto de lei nº 35/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de desconto para o recebimento de tributo: "Às Comissões de Justiça e Finanças". - 11) Projeto de lei nº 36/70, da Mesa da Câmara Municipal, dispondo sobre a concessão do abono de natal aos servidores do Legislativo: "Às Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a Hora do Expediente, o senhor Presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador José Eduardo Stant disse que o Diretório Municipal da Arena havia se reunido na Prefeitura, no sábado, dia 14 de novembro, e que nessa reunião, a que não pôde comparecer, foi feita uma denúncia contra a sua pessoa. Prosseguindo, afirmou que foi para estranheza e estupefação que tomou conhecimento da denúncia feita pelo vereador Wanderley Libordi, de que o Executivo estava trabalhando em favor de candidatos do M.D.B., o que estranhou não em virtude disso. Afirmou que estando a denúncia sido pública, se viu obrigado a rechassá-la também publicamente, da tribuna da Câmara Municipal, donde obteve uma satisfação aos seus colegas. Disse, em seguida, ser advogado do senhor Jairo Nemes Júnior, e que solicitou o seu apoio para a candidatura do deputado Jorge Carlos Junqueira Libordi à Assembléia Legislativa, em ocasião, esclarecendo que, pelo fato de patrocinar à Arena, não poderia candidatar-se nem poderia trabalhar para um candidato do M.D.B. Prosseguindo, afirmou que o senhor Jairo Nemes Júnior pedira-lhe, então, que intercedesse junto ao Diretório dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e dos Metalúrgicos, o que também não fez, tendo posteriormente sido informado de que este último presidente apoiava o candidato Jorge Carlos. Prosseguindo, disse não ter tido qualquer interferência no assunto, e perguntou a seu colega Wanderley Libordi por que razão tinha atitude tão estranha, por haver sido deslealdade e prejuízo às verdades, especialmente se de sua ausência. Afirmou, em seguida, haver pensado em tomar uma medida judicial contra o vereador Wanderley Libordi, mas que pensando melhor concluiu que "não se deve queimar vela com defunto ruim", desistindo por isso de qualquer iniciativa nesse sentido. Encerrou suas considerações afirmando que gostaria de esclarecimento como uma Denúncia e considerações aos vereadores Colégio de Assessores da Câmara Municipal, e que ao vereador Wanderley Libordi dava o seu desprezo e a sua indiferença. O vereador Wanderley Libordi usou da palavra, em seguida, dizendo que não fizera nenhuma denúncia contra o seu colega, tendo apenas afirmado, na reunião do Diretório Municipal da Arena, que alguns pessoas teriam ido ao deputado do M.D.B. na residência do vereador José Eduardo Stant prosseguindo, afirmou que no dia da eleição encontrara o motorista Arlindo Pedroso, que havia ganho de trabalhar para a Arena, tendo-lhe este lhe informado estar trabalhando com o carro do vereador José Stant para o deputado Jorge Carlos. Afirmou, em seguida, que o carro do vereador José Stant, no dia da eleição, realmente trabalhou para o Sr. M.D.B., tendo inclusive sido tirada de dentro do veículo, o que revelava de maneira flagrante, a infidelidade partidária do referido edil. Concluindo, o vereador Wanderley Libordi encerrou suas considerações dizendo que no dia da eleição foi anunciado, de maneira propositada, um elemento à casa do vereador José Stant, para apanhar cédulas de cédulas, tendo sido mandados a esse elemento, cédula contendo o nome do deputado Jorge Carlos, do M.D.B. Finalizando, o vereador Wanderley Libordi disse que se constituiria em prova o fato comprovar a infidelidade partidária do vereador Stant. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 29/70, do Prefeito Municipal, estimando a receita e fixando a despesa do município de Pinhal para o exercí-

cio financeiro de 1971 e segunda discussão e votação do projeto de lei nº 30/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre o Plano Plurianual de Investimentos, relativo ao triênio 1971, 1972, 1973, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 2/70, dos vereadores Arnaldo D'Avila Florence e Hélio Vergueiro Leite, dispondo sôbre a concessão de títulos de "Educador-Emérito", com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 8x0, computando-se o voto do senhor Presidente. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 3/70, dos vereadores Arnaldo D'Avila Florence e Hélio Vergueiro Leite, dispondo sôbre a concessão de títulos de "Servidor-Emérito", com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 8x0, computando-se o voto do senhor Presidente. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 4/70, das Comissões de Justiça e Finança, dispondo sôbre a aprovação das contas do Prefeito Municipal e da Mesa da Câmara, relativas ao exercício financeiro de 1967: aprovado por 8x0, computando-se o voto do senhor Presidente da Câmara, para alcançar o quorum de 2/3. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 22/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a compra de equipamento e dando outras providências, com pareceres das Comissões de Justiça e Finança pelo arquivamento da proposição: aprovados os pareceres das Comissões pelo arquivamento do projeto de lei nº 22/70. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 31/70, do Prefeito Municipal, alterando a lei nº 586, de 26 de fevereiro de 1970, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 32/70, do Prefeito Municipal, autorizando o Poder Executivo a firmar convênio com a Secretaria da Receita Federal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 7x0. - 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 34/70, do Prefeito Municipal, concedendo uma pensão mensal a Dona Jovina Pacífico, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. Foi aprovado, em seguida, por 7x0, um requerimento do vereador Getúlio Spinelli, solicitando dispensa de redação final para as proposições aprovadas em segunda discussão e constantes dos itens 1, 2 e 3 da Ordem do Dia. Em seguida, o senhor Presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. Usou da palavra o vereador Antônio Ferrólio, que expressou sua alegria pelo fato de o pedido de uma bolsa de estudo, feito pelo jovem Carlos Raimundo, de Pinhal, ter sido atendido pela Primeira Dama do Estado. Encerrou suas considerações afirmando que oportunamente traria à Câmara um ofício do beneficiado agradecendo a intercessão da Câmara Municipal junto à Primeira Dama do Estado, para que fôsse possível o atendimento de seu pedido. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente convocou os senhores vereadores para uma sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da ordinária, para serem votados, em segunda discussão, o projeto de decreto legislativo nº 4/70, das Comissões de Justiça e Finança, e o projeto de lei nº 34/70, do Prefeito Municipal, e, em seguida, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Petrunino de Lucrro, secretário, a fiz escrever.

Ata da 17ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 19 de novembro de 1970.

Presidência do Sr. Célio Pôrto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Attílio Giordini

Aos dezenove dias do mês de novembro de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 16ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pôrto Fernandes, Antônio Ferrólio, Attílio Giordini, Waldomiro Rocha, José Eduardo Stant, Wanderley Libordi, Victório Tamaso e Getúlio Spinelli. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, o senhor Presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que, de acôrdo com a convocação previamente feita, se constituía do seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 34/70, do Prefeito Municipal, concedendo uma pensão mensal a Dona Jovina Pacífico, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 4/70, das Comissões de Justiça e Finança, dispondo sôbre a aprovação das contas do Prefeito Municipal e da Mesa da Câmara, relativas ao exercício financeiro de 1967: aprovado por 8x0, computando-se o voto do senhor Presidente da Câmara, para alcançar o quorum de 2/3. Foi aprovado, em seguida, um requerimento do vereador Victório Tamaso, solicitando dispensa de redação final para os dois itens da Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente convocou os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se dia 3 de dezembro, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Petrunino de Lucrro, secretário, a fiz escrever.

Ata da 17ª sessão ordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 3 de dezembro de 1970.

Presidência do Sr. Célio Pôrto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos três dias do mês de dezembro de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verifi-

se a presença dos seguintes: Hélio Vale Fernandes, Wandeley Liberdi, Arnaldo D'Avila Florence, Waldemiro Rocha, Antonio Serafim, Adélio Junqueira Leite, Victorino Tavares e Renaldo Miranda. Ausente motivado, porem objeto o Vereador Cyro Rezende. Após seu feito um minuto de silencio em homenagem à memoria do Cunhado Conservando, o senhor Presidente anunciou a presença em Plenário, por convite do Presidente: 1. Oficio do Prefeito Municipal, agradecendo as congratulações que lhe foram enviadas pela Câmara Municipal por ocasião de seu desligamento para o cargo de Prefeito da Segunda Nomeação para a Eventualidade." Ciente. Isto para conhecimento da casa, e seguida anunciou." 2) Oficio do Prefeito Julio da Silva Arruda, Delegado do Estado Bancário de Amparo, solicitando informações sobre a utilização dos prédios para o funcionamento do segundo grupamento estadual de Bombeiros." Isto para conhecimento da casa. Em seguida, anunciou." - 3) Oficio do Comandante Bombeiro de Serra Negra, prestando esclarecimentos sobre solicitação de vereador." "A matéria ficará na Secretaria da Câmara, à disposição dos senhores vereadores." - 4) Indicação nº 51/70, do vereador Wandeley Liberdi, solicitando providencias no sentido de ser feita uma limpeza nos muros e calçadas da Vila Vitoria." Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal." - 5) Requerimento nº 70/70, do vereador Antonio Serafim, solicitando informações ao Chefe do Executivo sobre a possibilidade da vinda do chafariz existente na Praça Teresa Maria de Jesus." Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal." - 6) Requerimento nº 71/70, do vereador Antonio Serafim, solicitando a inversão na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Maria Whitaker, communicando-se à familia enlutada." Aprovado por 7 x 0. Quanto a 2ª parte solicitada." - 7) Requerimento nº 72/70, do vereador Antonio Serafim, no sentido de ser oficiado ao senhor Ministro de Minas e Energia, solicitando que o tarifa de energia elétrica não mais seja majorada." Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada." - 8) Projeto de lei: a) nº 34/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a cobrança da Taxa de Conservação do Estado de Rodagem." Às Comissões de Justiça e Finanças." - b) nº 35/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a isenção de impostos diretos para a instalação de novas industrias." Às Comissões de Justiça e Finanças." - c) nº 39/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial." Às Comissões de Justiça e Finanças." - d) nº 40/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial." Às Comissões de Justiça e Finanças." - e) nº 41/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial." Às Comissões de Justiça e Finanças." - f) nº 42/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial." Às Comissões de Justiça e Finanças." Encerrada a leitura do Expediente, o senhor Presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Arnaldo D'Avila Florence usou da palavra a fim de congratular a Moção de Aplausos constante da ata relativa à sessão da Câmara Municipal realizada em data de 5 de novembro. Agradecem, particularmente, o fato de tão merecida Moção ter sido aprovada por todos os seus nobres e ilustres colegas e aprovada por unanimidade naquela sessão. Em seguida, solidarizando-se com o vereador Antonio Serafim pela proposta por ele feita na sessão de 5 de novembro, no ato dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Maria Whitaker, ilustre brasileiro que foi presidente do Banco do Brasil e Ministro da Fazenda, por duas vezes. Informou que, por solicitação do Prefeito Adelbicto Costa e do Presidente Cobra Vale Fernandes, pela ele telefonemas especialmente para esse fim, representou, pessoalmente e por seus respectivos pondições de Prefeito e Presidente da Câmara Municipal, tendo feito a mesma em nome de todos os componentes do Edilidade. Sorveu, em seguida, o ato do Prefeito Adelbicto Costa que, de "motu-proprio", resolveu dar o nome de Ministro José Maria Whitaker a uma das ruas da cidade, fato que teve muito boa repercussão na imprensa de todo o país. Expressou, em seguida, os agradecimento da Câmara Municipal à firma Lucio Azevedo Comércio, pelas homenagens prestadas ao grande brasileiro Dr. José Maria Whitaker, segundo o seu retrato numa de suas vitrinas. Solicitada a Presidencia que oficiasse aos membros da familia enlutada agradecendo, em nome da Câmara Municipal, o gesto e nobre gesto que teve. Em seguida, a vez o Juiz de Direito da Comarca, Dr. Evaldo Serafim Monteiro da Costa, tendo sido prorrogado, durante de ser a sede dentro em breve. Prosseguindo, afirmou que, se por um lado, com o advento desta grande autoridade, louvava o Decreto promoção, por outro lado lamentava que a cidade perdesse tão ilustre figura em seu meio social e na Justiça. Encerrou suas considerações informando que se afastava temporariamente a fim de se constituir para apresentar seus agradecimentos ao Ilustre magistrado, bem como sua adesão de antemão, pedindo aos seus pares que fizessem o mesmo. O vereador Victorino Tavares comunicou que estava presente na reunião realizada na sede do Esporte Clube Comercial, para o início da Campanha Contra a Ferrugem do Café, tendo o expositor demonstrado que a praga não apresenta perigo desde que fosse combatida muito bem. Congratulou-se com os entendidos que trabalharam muito para o início desta meritória campanha, disse que o Município foi quadriculado como "A Capital do Café" e encerrou suas considerações afirmando que Brasil, em São Paulo, deveria seguir o exemplo de São Sebastião do Paraíso, que pretende ser, em breve, o primeiro município na produção da publicidade. Ninguem mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente anunciou a presença em Plenário, por convite do Presidente, do seguinte: 1) Segundo discussão e votação do projeto de lei nº 33/70, do Prefeito Municipal, alterando a Lei nº 586, de 26 de fevereiro de 1970, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 x 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 34/70, do Prefeito Municipal, autorizando o Poder Executivo a firmar convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado para a cobrança da Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem: aprovado por 7 x 0. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 35/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a concessão de desconto para o recolhimento do tributo: com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 7 x 0. 4) Primeira discussão

e votação do projeto de lei nº 36/70, da Mesa da Câmara Municipal, dispondo sobre a concessão de abono de Natal aos servidores do legislativo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 7 x 0. - Foi aprovado, em segunda, por 7 x 0, em requerimento do vereador Antonio Serafim, solicitando dispensa de redação final para o projeto de lei de nrs. 34/70 e 32/70. - O senhor Presidente anunciou in persan, em seguida, a Exploração Postal. O vereador Antonio Serafim usou da palavra e afirmou que certos de municípios estavam preocupados com a notícia publicada na imprensa local, de que a água existente no chafariz da Praça Teresa Maria de Jesus não poderia passar em seguida, o que era de se admirar, porquanto na administração do senhor Hélio Vasconcelos deste Município fora examinada pelo Gustavo Adolfo Lutz e considerada como potável. Soube-lhe ser necessário um novo exame da referida água, e no caso de ser verificada a sua poluição, o Executivo deveria estar mandando verificar o poço dessa fonte, uma vez que o Riacho da Fonte do chafariz sempre fora bom. Encerrou suas considerações dizendo da necessidade de não mais ser ameaçada a fonte de energia elétrica, a qual estava sendo encarecendo o povo, com aumentos contínuos, causando assim sérios problemas de ordem financeira às classes menos favorecidas. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente agradeceu o vereador Arnaldo Ubirajara Florence por haver representado nos funerais do Dr. José Maria Whitaker. - Disse, em seguida, que havia recebido um convite para a reunião que realizaria na sede do Esporte Clube Comercial, dando início à Campanha Contra a Tuberculose do Clube, mas como já havia comido um compromisso anteriormente, consultou o Sr. Presidente da Câmara - Dr. José Edmundo Stuart, se poderia representar o Legislativo naquela solenidade, tendo recebido resposta afirmativa, mas se porventura viria a ocorrer algum fato que viesse impedir a sua presença, solicitava ao Dr. Walter Thiers, Vereador da Casa da Agricultura de Funchal, comunicando-lhe esse fato. Referiu-se, em seguida, que havendo matéria de caráter urgente para ser votada ante do fim do ano, visto haver-se já esgotado as sessões especiais, os senhores vereadores seriam convocados oportunamente. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente convocou os senhores vereadores para a sessão extraordinária, a realizar-se logo após a encerramento da ordinária, e em seguida encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Freitas, secretário, a fiz escrever.

Ata da 18ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Funchal, realizada em 3 de dezembro de 1970.

Presidência do Sr. Célio Porto Fernandes

Secretariado pelo Sr. Reinaldo Miranda

Aos três dias do mês de dezembro de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Funchal, Estado de São Paulo, na Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Funchal, logo após o encerramento da 17ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Porto Fernandes, Wanderley Tifondi, Arnaldo Ubirajara Florence, Waldemiro Rocha, Antonio Serafim, Hélio Nogueira Neto, Vitorino Tamaso e Reinaldo Miranda. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em segundo, o senhor Presidente anunciou in pessoa a Ordem do Dia, que, de acôrdo com a convocação previamente feita, se constituia do seguinte: - 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei - nº 35/70, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a concessão de desconto para o recebimento de tributo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 7 x 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 36/70, da Mesa da Câmara Municipal, dispondo sôbre a concessão de abono de Natal aos servidores do legislativo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças; aprovado por 7 x 0. Foi aprovado, em segunda, por 7 x 0, em requerimento do vereador Vitorino Tamaso, solicitando dispensa de redação final para o projeto de lei de nrs. 35/70 e 34/70. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estanislau de Freitas, secretário, a fiz escrever.

Ata da 19ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Funchal, realizada em 15 de dezembro de 1970.

Presidência do Sr. Célio Porto Fernandes

Secretariado pelo senhor Reinaldo Miranda

Aos quinze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Funchal Estado de São Paulo, na Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Funchal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Porto Fernandes, Vitorino Tamaso, Waldemiro Rocha, José Edmundo Stuart, Antonio Serafim, Hélio Nogueira Neto, Wanderley Tifondi e Reinaldo Miranda. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após se fez um minuto de silêncio em homenagem à ressurreição de Cristo Crucificado e aprovada a ata anterior, o senhor Presidente, de acôrdo com a convocação previamente feita, que dos senhores vereadores, a anunciou in pessoa a leitura do expediente, que constava do seguinte: 1) Convite da Família do Ministro José Maria Whitaker, lamentando profundamente o conforto de solidariedade e o bondoso sentimento de pesar pelo seu falecimento: "Lido para conhecimento da casa. Em seguida arquive-se". - 2) Ofício do Dr. Emanuel Whitaker, agradecendo a aprovação de voto de pesar por ocasião do falecimento de seu genitor - Dr. José Maria Whitaker: "Lido para conhecimento da casa. Em seguida, arquive-se". - 3) Ofício de Dona Lucy Cavalheiro, agradecendo a homenagem prestada pela Câmara Municipal ao Sr. seu esposo - Indias Edgar

Cavalheiro: "Lido para conhecimento do casa. Em seguida, originou-se". 1) Projeto de lei do senhor Prefeito Municipal: a) nº 43/70, autorizando a assinatura de convénio com a Fundação Fabiano de Cristo: "À Comissão de Justiça e Educação"; b) nº 44/70, concedendo uma pensão mensal a Dona Maria Moreira: "À Comissão de Justiça e Finanças"; c) nº 43/70, dispondo sobre autorização para a abertura de um crédito especial na importância de Cr$ 374,00: "À Comissão de Justiça e Finanças"; - d) nº 46/70, dispondo sobre autorização para a abertura de um crédito suplementar na importância de Cr$ 117,00: "À Comissão de Justiça e Finanças"; - e) nº 47/70, dispondo sobre autorização para a abertura de um crédito especial na importância de Cr$ 20.000,00: "À Comissão de Justiça e Finanças". - f) nº 48/70, autorizando a assinatura de convénio com o Estado para a complementação do Colégio Agrícola Estadual de Viçosa: "À Comissão de Justiça e Finanças". - 5) Requerimento nº 93/70, do vereador Waldomiro Rocha e outros, solicitando a inclusão, na Ordem do Dia da 37ª sessão extraordinária, dos projetos de lei de números 43/70, 44/70, 45/70, 46/70, 47/70 e 48/70, desde que a Comissão sobre ele exarassem parecer, solicitando, também, a inclusão destes mesmos projetos na Ordem do Dia da 38ª sessão extraordinária, para serem votados em segunda discussão, desde que sejam aprovados em primeira discussão: "Aprovado por 6 x 0". Tendo os membros da Comissão de Justiça, Finanças e Educação se manifestado em condições de exarar pareceres sobre as proposições constantes deste requerimento, incluindo-se a matéria na Ordem do Dia, na forma requerida". Encerrada a Leitura do Expediente o senhor Presidente suspendeu os trabalhos por 30 minutos, a fim de que as Comissões exarassem os respectivos pareceres. Decorrido esse tempo, foram reabertos os trabalhos, tendo a palavra o vereador Hélio Vasconcelos Leite, que se retirou do plenário por motivo de força maior, anunciando o senhor Presidente in passar à Ordem do Dia, que se constituía do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 37/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a aprovação da Lei de Conservação de Estradas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 38/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a isenção de impostos e taxas para a instalação de indústrias, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 39/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 40/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 41/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 42/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 7) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 43/70, do Prefeito Municipal, autorizando a assinatura de convénio com a Fundação Fabiano de Cristo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 6 x 0. - 8) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 44/70, do Prefeito Municipal, concedendo uma pensão mensal a Dona Maria Moreira com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 9) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 45/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial na importância de Cr$ 374,00, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 10) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 46/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito suplementar, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 11) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 47/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de um crédito especial na importância de Cr$ 20.000,00, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 12) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 48/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a assinatura de convénio com o Estado, para a complementação do Colégio Agrícola Estadual de Viçosa, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - Esgotada a matéria em pauta, o senhor Presidente transmitiu um convite aos senhores vereadores, feito pelo Chefe do Executivo, para o ato da inauguração da piscina e entrega ao público da Praça Vicente de Paula Guimarães, inteiramente remodelada, no dia 16 de dezembro, às 16,00 horas. Em seguida, convidou os senhores vereadores para a 20ª sessão extraordinária, de acordo com a convocação feita oportunamente, para que fossem aprovados em segunda discussão os projetos de lei de números 37/70, 38/70, 39/70, 40/70, 41/70, 42/70, 43/70, 44/70, 45/70, 46/70, 47/70 e 48/70. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenógrafo do Curso, secretário, a fiz escrever.

Bernardes

Ata da 20ª sessão extraordinária, do 2º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Viçosa, realizada em 15 de Dezembro de 1970.

380
1/1/1970

Presidência do Sr. Célio Pinto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Ronildo Miranda

Aos, primeiro dia do mês de dezembro de um mil novecentos e setenta, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 47ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Victorio Fonseca, Waldomiro Rocha, José Eduardo Stant, Antônio Fonseca, Wanderley Fabordi e Ronildo Miranda. Havendo número legal foram abertos os trabalhos. Em seguida o senhor Presidente convocou à presença à Ordem do Dia, que, de acordo com a convocação, oportunamente feita se constituiu do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 37/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a cobrança da Taxa de Conservação de Estradas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 38/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a isenção de impostos e taxas para a instalação de indústrias, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 39/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 4) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 40/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 5) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 43/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 6) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 42/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 7) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 43/70, do Prefeito Municipal, autorizando a assinatura de convênio com a Fundação Pinhalense de ensino, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 6 x 0. - 8) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 44/70, do Prefeito Municipal, concedendo uma pensão mensal a Dona Maria Moreira, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. 9) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 45/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito especial na importância de Cr$ 374,00 com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 10) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 46/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito suplementar, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 11) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 47/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de um crédito especial na importância de Cr$ 20.000,00, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - 12) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 48/70, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a assinatura de convênio com o Estado, para complementação do Colégio Estadual de Pinhal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 6 x 0. - Esgotada a matéria em ponta, foi proposta de redação final para os dez itens da Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Estenulino de Queiroz, secretário, a fiz escrever.

Miranda

Ata da sessão da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 1º de Fevereiro de 1971.

Presidência do Sr. Célio Pinto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Ronildo Miranda

Ao primeiro dia do mês de Fevereiro de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às 20 horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores verificou-se a presença dos Srs.: Célio Pinto Fernandes, José Eduardo Stant, Attilio Fordini, Wanderley Fabordi, Waldomiro Rocha, Victorio Fonseca, Antonio Fonseca, Orivaldo Dávila Florence, Ronildo Miranda, José Antonio Comissão Filho e Helio Stefano Lote. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à morte de Cristo Crucificado, o senhor Presidente comunicou que a sessão tinha como finalidade, de acordo com o artigo 9º, combinado com o artigo 149, da Lei Orgânica do Município, a eleição da Mesa da Câmara Municipal para 1971. Determinou, em seguida, fosse lido o seguinte requerimento encaminhado à presidência: "Requerimento nº 3/71. Requeremos a Mesa da Câmara que, em prejudicial ao processamento da eleição para a renovação da Mesa, marcada para hoje, seja ouvido o parecer sobre se deve a Mesa de 1970 ter o seu mandato prorrogado também para 1971,

conforme manifestação notória de figuras conceituadas no setor de que se parte, o que, se confirmado, disporia a eleição de nova lista; ou, então, se a lista de 1970 for a vencedora conduzindo o início do presente ano legislativo o que implicará efetivamente, na eleição de uma nova lista para 1971. S.S. 1º de Fevereiro de 1971. a) Adão Junqueira Leite, José Eduardo Stuart, Attilio Sandini, José Antonio Coimbra Filho, Waldomiro Rocha, Victorino Tavares, Antonio Serralvo, Arnaldo Abraão Florence, Wanderley Liboni de Arruda Miranda". Usaram da palavra em seguida, os seguintes vereadores: a) Victorino Tavares, lembrando que o Juiz de Direito da Comarca havia designado mandado de segurança impetrado contra o Presidente da Câmara Municipal, dentro do Município, para 14 vereadores que estendam terminar, a 1º de Janeiro de 1971, o mandato da atual Mesa da Edilidade. Manifestou-se, também, nesse mesmo sentido, entendendo que o mandato da Mesa da Câmara Municipal de Pinhal, eleita para 1970, real de 2 anos, não haveria, por isso necessidade de uma nova eleição. Encerrou suas considerações afirmando existir em Pinhal apenas uma Arena, estando todos unidos com o mesmo propósito de colaborar para a prosperidade do Município e a grandeza do povo; b) Arnaldo Abraão Florence, endossando as palavras de seu colega e afirmando que em Pinhal, realmente, não existem duas forças políticas, mas apenas uma, e que a Arena local formava um conjunto em que os companheiros estavam todos unidos, desejando que a paz, que o Brasil estava desfrutando fosse sempre uma realidade e progresso e felicidade de Pinhal. Encerrou suas considerações dizendo que Pinhal foi a cidade mais falada e aos parabéns em 1970 e que o mesmo fariam em 1971. c) Attilio Sandini disse também-se estar a Mesa da Câmara pelo exato cumprimento dos deveres que dirigiam os trabalhos durante o ano de 1970 e formulando votos para que essa atuação, sempre segura e acertada, prosseguisse durante o exercício de 1971, a fim de que, acima de tudo, fosse sempre uma realidade o progresso e o bem estar da cidade de Pinhal. Pinguem mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente submeteu, então, a Plenária à consideração do plenário, tendo este se manifestado, por 10 x 0, no sentido de que o mandato da Mesa da Câmara, eleita para 1970, era de dois anos, prorrogando, assim, a mesma para 1971. Durante da manifestação do plenário, o senhor Presidente agradeceu a atitude elegante e independente dos senhores vereadores, dizendo que não era sua intenção continuar recebendo a presidência mas que em virtude da deliberação do plenário, tudo faria para dignificar sempre a lealdade e colaboração com a administração municipal e dando o seu apoio ao senhor Prefeito, sua subserviência nos moldes de que constantemente e visando a paz, o progresso e a tranquilidade do Município. Em seguida, convocou os senhores vereadores para a primeira sessão ordinária da Câmara Municipal, a realizar-se no dia 4 de fevereiro, e, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrado o presente ata. Eu, Eduardo de Lemos, secretário, a fiz escrever.

Ata da 1ª sessão ordinária, do 3º ano, da 6ª Legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 4 de fevereiro de 1971.

Presidência do Sr. Celso Pinto Fernandes
Secretariado pelo Sr. Attilio Sandini

Aos quatro dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Praça Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Pinto Fernandes, Victorino Tavares, Antonio Serralvo, Waldomiro Rocha, Wanderley Liboni de Arruda Miranda, Attilio Sandini. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, foi aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida, o senhor Presidente anunciou a presença à Tribuna do Expediente, que constava do seguinte: - 1) Convite do Sr. José Geraldo Fernandes Jr., para os solenidades de sua formatura na Faculdade de Direito de Sul de Minas: "Ficam convidados os senhores vereadores". - 2) Ofício da Gerência do Agência do Banco Econômico Federal, pedindo informações sobre o montante aplicado em Pinhal de 1967 a 1970: "Oficie-se à Gerência do Banco Econômico Federal, de Pinhal, encaminhando-a os pedidos constantes deste ofício que a agência local tem prestado. - 3) Ofício do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, encaminhando o parecer prévio emitido pelo Segundo Conselho e as contas do Executivo e Legislativo relativos ao exercício de 1968: "Encaminhe-se às Comissões de Justiça e Finanças para parecer". - 4) Ofício do Presidente da Junta de Serviço Militar encaminhando extrato da Lei nº 5.443 e uma boletim intitulado "O Brasil e/ou que menos gasta com o brasileiro": A matéria ficará na Secretaria da Câmara, à disposição dos senhores vereadores. 5) Requerimento nº 2/71, dos vereadores Attilio Sandini e Antonio Serralvo, propondo a inserção na ata dos trabalhos legislativos de um voto de congratulações com Frei Antonio Roberto Barreto, pela sua ordenação sacerdotal: "Aprovado por 5 x 0. Oficie-se na forma solicitada". - 6) Requerimento nº 3/71, do vereador Antonio Serralvo, solicitando um voto de profundo pesar pelo falecimento da professora Maria José Lamasso: "Aprovado por 5 x 0. Oficie-se na forma solicitada". - 7) Requerimento nº 4/71, dos vereadores Arnaldo Abraão Florence e Attilio Sandini, solicitando informações ao Executivo sobre os montantes de nos pagamento, ao Hospital "Francisco Rosa", das verbas de subvenção destinadas

a essa instituição hospitalar nos exercícios de 1969 e 1970: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 8) Requerimento nº 5/71, do vereador Victório Lamaso, congratulando-se com a Fundação Pinhalense de Ensino pelo reconhecimento da Faculdade de Direito de Pinhal: "Aprovado por 5 x 0. Oficie-se na forma solicitada". - 9) Indicação nº 1/71, do vereador Wanderley Libordi, no sentido de ser dado o nome de Lupércio Rodrigues Novo a uma rua da cidade: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 10) Indicação nº 2/71, do vereador Célio Porto Fernandes e outros, solicitando a realização de conceitos na ponte existente na Rua Vereador Estevo de Filippe, no Bairro do Matadouro, e pedindo o reestudo da Taxa de Conservação de Estradas Municipais, para a sua redução: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 11) Indicação nº 3/71, do vereador Wanderley Libordi e outros, no sentido de ser reparado o leito do prolongamento da Rua Cel. Amando Vergueiro, mediante a colocação de guias e sarjetas e se possível a execução do serviço de calçamento ou asfaltamento: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". Encerrada a leitura do Expediente e ninguém querendo usar da palavra, o senhor Presidente anunciou ir passar à segunda parte dos trabalhos, que se constituía do seguinte: Constituição das Comissões Permanentes para 1971. - Após os entendimentos necessários, e por sugestão do vereador Victório Lamaso, que afirmou ter sido harmoniosamente mantida a mesma Mesa da Câmara de 1970, e que o mesmo deveria ocorrer com as Comissões Permanentes; estas ficaram também mantidas para 1971 com a seguinte constituição: Justiça, Legislação e Redação: José Eduardo Stant, Victório Lamaso e Wanderley Libordi; - Economia e Finança: Romildo Miranda, Attílio Giardini e Antônio Fenólio; - Obras e Serviços Públicos: Arnaldo D'Ávila Florence, Hélio Vergueiro Leite e Waldomiro Rocha; - Educação, Higiene, Saúde e Assistência Social - Arnaldo D'Ávila Florence, Hélio Vergueiro Leite e Waldomiro Rocha. - Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucrezo, secretário, a fiz escrever.

Ata da 1ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 12 de fevereiro de 1971.

Presidência do Sr. Célio Porto Fernandes
Secretariada pelo Sr. Romildo Miranda

Aos doze dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Porto Fernandes, Wanderley Libordi, Waldomiro Rocha, Attílio Giardini, Romildo Miranda, Victório Lamaso, Antônio Fenólio, José Eduardo Stant e José Antonio Coimbra Filho. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o senhor Presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que, de acôrdo com a convocação prèviamente feita, se constituía do seguinte: Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 2/71, das Comissões de Justiça e Finança, dispondo sôbre a aprovação das contas do Prefeito Municipal e da Mesa da Câmara, relativas ao exercício financeiro de 1968: aprovado por 9 x 0. - Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente, de conformidade com a convocação entregue oportunamente aos senhores vereadores, convidou-os para outra sessão extraordinária, a realizar-se logo após o término da que estava se realizando, para ser votado em segunda discussão, o projeto de decreto legislativo nº 2/71, das Comissões de Justiça e Finança, e, em seguida, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucrezo, secretário, a fiz escrever.

Ata da 2ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 12 de fevereiro de 1971.

Presidência do Sr. Célio Porto Fernandes
Secretariada pelo Sr. Romildo Miranda

Aos doze dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 1ª sessão extraordinária, procedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Porto Fernandes, Wanderley Libordi, Waldomiro Rocha, Attílio Giardini, Romildo Miranda, Victório Lamaso, Antônio Fenólio, José Eduardo Stant e José Antonio Coimbra Filho. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, o senhor Presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que, de acôrdo, com a convocação prèviamente feita, se constituía do seguinte: Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 2/71, das Comissões de Justiça e Finança, dispondo sôbre a aprovação das contas do Prefeito Municipal e da Mesa da Câmara, relativas ao exercício financeiro de 1968: aprovado por 9 x 0 e dispensado de redação final a requerimento do vereador Waldomiro Rocha acolhido pelo plenário. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente convocou os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 18 de feve-

reino, e em seguida, encerrar os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eram, [illegible] de junho, mentaes, a que me referi.

Ata da 2ª sessão ordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Tatuhy, realizada em 4 de março de 1931.

Presidencia do sr. Celso Pinto Fernandes
Secretariado pelo sr. Attilio Jardini

Aos quatro dias do mez de março de mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Tatuhy, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edificio onde funciona a Camara Municipal de Tatuhy, as vinte horas, procedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celso Pinto Fernandes, Wenderley Lisboa, Antonio Emilio Waldemiro Rocha, Helio Vasqueiro Leite, Attilio Jardini e José Antonio Cambuy Filho. Havendo numero legal, foram abertos os trabalhos. Após isso foi feito um minuto de silencio em homenagem à memoria do Divino Crucificado, o senhor Presidente mandou ir a passar à leitura do Expediente que constava do seguinte: 1) Telegrama do Senador Thomaz Monteiro, agradecendo a presidencia e offerecendo-se à disposição da Camara Municipal para o encaminhamento dos problemas de interesses do Municipio: "Isto para conhecimento da casa. Arquive-se". - 2) Officio do Emilio Antonio Coutto, agradecendo o voto de congratulação pela ordenação sacerdotal do Frei Antonio Roberto Coutto: "Isto para conhecimento da casa. Arquive-se". - 3) Officio do Superintendente Regional do I.N.P.S., prestando informações sobre as assistencias hospitalares aos segurados de Tatuhy: "Isto para conhecimento da casa. Arquive-se". 4) Officio do Sr. Octavio Roberto Cruz Stefeck, communicando haver assumido o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Tatuhy: "Isto para conhecimento da casa. Agradeça". 5º Officio do sr. Pedro Munoz, agradecendo o voto de pesar proposto por occasião do fallecimento de sua filha Maria José: "Isto para conhecimento da casa. Arquive-se". 6) Mensagem nº 5/71, do Prefeito Municipal, convidando a Camara Municipal para varios solemnidades: "Ficam convidados os senhores vereadores". - 7) Requerimento nº 5/71, do vereador Antonio Emilio, solicitando a inserção a insercção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo fallecimento do sr. Antonio Costa: "Approvado por 6 x 0". Officie-se na forma solicitada". 8) Indicação nº 4/71, do vereador Attilio Jardini, para que sejam reparados os muros da Vila Celina: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 9) Indicação nº 5/71, do vereador Antonio Emilio e outros, sobre a necessidade de serem mandados, pela Prefeitura, os nossos lançamentos do Imposto Predial que foram feitos no anno de 1970, sem qualquer alteração: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 10) Indicação nº 6/71, do Senador Antonio Emilio, no sentido de ser providenciada a extincção de jazigos cahidos existentes no Cemiterio Municipal: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 11) Indicação nº 7/71, do vereador Antonio Emilio, pedindo a collocação de uma protecção na ponte existente na estrada municipal para Alcantara: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - Encerrada a leitura do Expediente, o senhor Presidente communicou que havia recebido um officio subscripto pelos funccionarios do Collegio Agricola "Dr. Candido da Motta e Silva", agradecendo a solemnidade dada pela Camara Municipal, no sentido de se prestar a homenagem para aquella cidade, desses funccionarios. Passeguindo, o senhor Presidente solicitou que uma grupo, representando os funccionarios, recebesse, se encontrava no recinto para agradecer as providencias adotadas pela Camara Municipal no sentido de ser resolvida a questão do dominio da attendade competente, apesar de sua legalidade. Em seguida fez suas considerações, dizendo que os vereadores, juntamente com o senhor Prefeito Municipal, estiveram na Secretaria da Educação e foram attendidos promptamente, graças à collaboração do Deputado Domingos Junqueira, tendo, assim, ficado em suspenso o ato de remoção dos funccionarios do Collegio Agricola. Usou da palavra, em seguida, o vereador Wenderley Lisboa, que falou em nome das 24 familias dos funccionarios do Collegio Agricola, frisando essas que apresentaram à Camara Municipal, na pessoa presente, os seus agradecimentos às autoridades e a todos que collaboraram para que a remoção fosse tornada sem efeito. O vereador Attilio Jardini expressou, em nome dos funccionarios do Collegio Agricola, cuja remoção foi annulada, a gratidão pelas providencias adotadas pela Camara Municipal, afirmando que ele não poderam comparecer pelo Secretario, pessoalmente, por estarem trabalhando à noite, de plantão. O vereador Helio Vasqueiro Leite expressou seu sentimento de profundo pesar pelo fallecimento do senhor Antonio Costa, afirmando que havia privado e convivido com esse illustre homem publico que tinha muito interesse e muito amor pela cidade de Tatuhy. Prosseguindo, o orador affirmou que quando Antonio Costa era Prefeito, teve opportunidade de acompanhal-o numa viagem ao Rio de Janeiro, para tratar de assumpto de interesse do Municipio, ocasião em que, após muito esforço physico, depois de andar o dia todo, o ex-Chefe do Executivo, com as feições alteradas, muito cansado, sentou-se num bar para tomar um refresco, e, [illegible] o que marcou o começo do mal, com dor no peito e na garganta. Que marcou o começo do processo que o levou a morte. Intervieram, em seguida, a reformar do

do serviço de abastecimento de água que Antonio Costa executou e deu o seu testemunho pessoal de amor e trabalho que o falecido desenvolveu em favor do Hospital "Francisco Rosas", do Asilo de Mendicidade e do Sanatório "Bezerra de Menezes". Leu, ainda, outras considerações sobre a personalidade de Antonio Costa, exaltando os seus dotes de honestidade, de trabalhador e de amor pela terra natal, formulando votos para que os seus filhos se-guissem tão belo e edificante exemplo. Agradeceu, em seguida, aos senho-res vereadores a aprovação de suas contas, referentes aos exercícios de 1967 e 1968, quando exerceu o cargo de Prefeito Municipal, afirmando ter ficado feliz pela demonstração de solidariedade de seus colegas que partici-param da votação, do qual S. Exca. não participou por uma questões de ética. Afirmou, em seguida, que numa reunião que os vereadores tiveram com o senhor Prefeito Municipal, este se comprometeu a não fazer nenhum aumento nos lançamentos do Imposto Predial para o exercício de 1971, o que entretanto, não estava acontecendo pois os avisos expedidos pela re-partição competente do município continham uma elevação de 30% a 40%, ressaltando, afirmou que havia dito ao senhor Prefeito Municipal que os obras públicas e reestruturação do plano de trabalho, não constituiriam desculpa alguma para o Chefe do Executivo, e que ele não estava sendo neces-sário, para que o povo não fosse sobrecarregado. Disse, ainda, que tinha experiência sobre o assunto, porquanto já havia exercido o cargo de Pre-feito e ficara sem realizar obra alguma durante quase 3 anos, até ter condições fa-voráveis que lhe permitissem executá-las. Disse do que havia exposto, o orador pleiteou um apelo ao senhor Prefeito Municipal no sentido de determinar fossem mantidos os mesmos lançamentos do Imposto Predial efetuados em 1970, mesmo que isso viesse ocarretar o sacrifício de algumas obras públicas. Em seguida, o orador solicitou ao Chefe do Exe-cutivo que se esforçasse no sentido de pagar a verba devida ao Consórcio da Promoção Social, a fim de que Pinhal possesse usufruir os benefícios que essa entidade pode proporcionar. Externou suas considerações afir-mando que o Município podesia providenciar o pagamento da verba ao Consórcio em parcelas, porquanto, se a referida entidade não recebesse as contribuições devidas, seria obrigada a deixar de funcionar deixando, assim, de proporcionar aqueles benefícios previstos nos seus Estatutos. Usou da palavra, em seguida, o vereador Antonio Serafim, que se congratulou com o 24º Jubileu do Colégio Agrícola de Pinhal, data re-cordada por ocasião da visita do Governador Laudo Natel a Pinhal, quando foi feito o lançamento da pedra fundamental do Ginásio Estadual de Pinhal. Disse que a referida data foi lembrada por ocasião das festividades comemorativas do 23º aniversário de fundação do Colégio Agrícola de Pinhal, quando o vereador José Antonio Coimbra Filho, que hipotecou sua solidariedade ao orador, em nome da Bancada do MDB, usou da palavra, em se-guida, o vereador José Antonio Coimbra Filho, que hipotecou sua solidariedade ao voto de pesar proposto pelo falecimento do senhor Antonio Costa, bem como expressou sua satisfação por haver sido resolvido, de maneira fa-vorável, o problema da Maternidade, para outros citados, de 24 funcioná-rios do Aprígio Agrícola de Pinhal. Disse, em seguida, que quando a Câmara Mu-nicipal aprovou o orçamento para 1971, os vereadores já sabiam que o Im-posto Predial ia ser aumentado, e que nada mais havia possível a fazer naquela época, visto tratar-se de exercício encerrado. Ressaltando, afirmou que o Prefeito Municipal não tinha condições para sustar a cobrança do Imposto Predial, de acordo com os lançamentos feitos para 1971, porquanto os avisos já haviam sido expedidos, o orçamento já estava aprovado e a aplicação de qualquer modificação já havia passado. Disse, em seguida, da necessidade de ser reduzida a tarifa de água, pois não estava certo o critério adotado, pelo qual uma parte de população, com serviço de lavagem de carros, pagava a mesma importância de uma modesta casa de vila e que representava uma injustiça. Afirmou ser necessário mudar o critério para o que representava uma economia muito grande para a população. Disse, ainda, sobre a tarifa de iluminação pública. Congratulou-se, em seguida com a Fundação Pinhalense de Ensino, pelo reconhecimento oficial da Faculdade de Direito de Pinhal. Encerrou suas considerações congratulando-se com a professora Adélia Adib, designada para a direção do Segundo Ginásio Estadual de Pinhal e afirmando que a mesma, pelas suas qualidades terá uma grande diretoria. Ninguem mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente determinou se passasse à Ordem do Dia, que, de constituia do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 21/71, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o Município receber em doação uma faixa de terreno, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finança e Serviços Públicos; adiada a discussão por uma sessão, a

requerimento do vereador Attilio Fontana, aprovado por 6 x 0. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 2/71, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a regulamentação do artigo 1º., da Lei nº 575, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos, aprovado por 6 x 0. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 3/71, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a regulamentação do estacionamento de autos de aluguel, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos; aprovado por 6 x 0. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 1/71, do vereador Wanderley Liberdi, concedendo o título de "cidadão - prudentense" ao sr. Benedito Lopes Ferreira da Silva, com parecer favorável da Comissão de Justiça; adiada a discussão por uma sessão, a requerimento do vereador Wanderley Liberdi, aprovado por 6 x 0. - Esgotada a matéria em pauta, usa da palavra, em Explicação Pessoal, o vereador Attilio Fontana Neto, que expressou o seu pesar pelo falecimento, ocorrido na cidade de Campinas, do Dr. Hernani Guimarães. Procedeu em seguida à leitura de resposta oficial do Tribunal, de 24 de fevereiro de 1971, Exmo. Sr. Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, Dd. Governador do Estado de São Paulo, São Paulo. Com os meus respeitosos cumprimentos cordiais, um abraço do agradecido que, honradamente, procurou ajudar para o alto sentimento de humanidade, a longa obra de brilhante Homem Público, no sentido de determinar uma imediata reforma na atual transformação ou simplesmente remoção do Colégio Agrícola Estadual "Dr. Caroline de Mattos Dutra", desta cidade, 24 servidores, a maioria de chefes com pequenos numerosos filhos a 300,00 (trezentos cruzeiros) e com tempo de serviço público já ultrapassado. Os modestos funcionários atingidos pela medida não têm, indiscutivelmente, condições de subsistência em outras cidades, sabido que o crédito pessoal e o aluguel de casa estão, logicamente, fora do alcance de seus vencimentos. Assim, confiam eles, cada a humildade de sempre, nos grandes corações do eminente governador de todos os paulistas, a fim de que essa dolorosa situação seja resolvida o mais breve possível. E não também, sentindo a gravidade do problema social que ameaça recair sobre o lar daqueles modestos servidores, também compomos nesse nosso apelo governador. Respeitosamente grato. Saudações. Atílio Fontana Neto, Presidente da Câmara. Usou da palavra, em seguida, o vereador Wanderley Liberdi, que se declarou solidário com o voto de pesar proposto em virtude do falecimento do sr. Antonio Costa. Falou, por último, o vereador Coimbra Filho, que solicitou fosse constando da ata de S. Excia. voto favorável à aprovação do projeto de lei nº 3/71, dispondo sobre a regulamentação do estacionamento de autos de aluguel nas ruas, com a condição de ser previamente ouvido, pelo Chefe do Executivo, a colocação de aparelhos telefônicos nos pontos que ainda não contavam com esse benefício. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente, de conformidade com a convocação anteriormente feita, convocou os senhores vereadores para a sessão extraordinária, a realizar-se logo após o encerramento da que estava se realizando, para serem votados, em segunda discussão, os projetos de lei de números 2/71 e 3/71. Em seguida, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrado o presente termo. Eu, Estanislau de Lucas, secretário, a fiz escrever.

Reinaldo

Ata da 3ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pirahal, realizada em 4 de março de 1971.

Presidência do Sr. Celio Pirte Fernandes.

Secretariado pelo Sr. Attilio Fontana

Aos quatro dias do mês de março de mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pirahal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pirahal, logo após o encerramento da 2ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Celio Pirte Fernandes, Wanderley Liberdi, Waldemar Rocha, Attilio Fontana, Antonio Tenório, Helio Vaqueiro Leite e José Antonio Coimbra Filho. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, o senhor Presidente anunciou a pauta à Ordem do Dia, que, de acordo com a convocação oportunamente feita, se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 2/71, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a regulamentação do artigo 1º, da Lei nº 575, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos; aprovado por 6 x 0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 3/71, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a regulamentação do estacionamento de autos de aluguel, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos; aprovado por 6 x 0. Foi aprovada, em segunda, por 6 x 0, uma requerimento do vereador Victorio Severo, solicitando dispensa de redação final para o projeto de números 2/71 e 3/71. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente convocou os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se no dia 1º de março, e encerrou os trabalhos em seguida. Do que, para constar, foi lavrado o presente ata. Eu, Estanislau de Lucas, secretário, a fiz escrever.

Reinaldo

Ata da sessão solene da Câmara Municipal de Pirahal, realizada em 10 de março de 1971

Presidência do Sr. Celio Pirte Fernandes

Aos dez dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às dezesseis horas e trinta minutos, reuniu-se, em sessão solene, o Legislativo Municipal, sob a presidência do vereador Célio Pôrto Fernandes e com a presença dos vereadores Antônio Fenólio, Arnaldo D'Ávila Florence, Attílio Giardini, Hélio Vergueiro Leite, José Eduardo Stant, Romildo Miranda, Victório Lamaso, Waldomiro Rocha e Wanderley Sibordi. Abrindo os trabalhos, o senhor Presidente convidou, para fazerem parte da Mesa, as seguintes pessoas: Sr. Adalberto Costa - Prefeito Municipal; - Dr. Octávio Roberto Cruz Stucchi - Juiz de Direito da Comarca; Dr. Vicente Paulo Machado Almeida - Promotor Público da Comarca; e Dr. Fernando Dória - Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem. Em seguida, o senhor Presidente comunicou que a sessão solene tinha, como finalidade, proceder à entrega, ao Dr. Firmino Rocha de Freitas, digníssimo Secretário dos Transportes, do título de "cidadão - pinhalense". Solicitou, em seguida, aos senhores vereadores, que introduzissem o homenageado no recinto, o que foi feito, tomando o Dr. Firmino Rocha de Freitas assento junto à presidência. O senhor Presidente deu a palavra ao vereador Arnaldo D'Ávila Florence para, em nome da Câmara Municipal, saudar o ilustre homenageado, o que foi feito, tendo o orador tecido várias considerações sôbre a personalidade do Dr. Firmino Rocha de Freitas, salientando a sua atuação como titular da Secretaria dos Transportes, onde prestou grandes serviços a São Paulo, principalmente no setor de estradas, tendo Pinhal sido beneficiada através do trabalho dêsse ilustre homem público. Durante o discurso do orador e a pedido dêste, o vereador Victório Lamaso, autor do projeto de decreto legislativo, procedeu à entrega, ao ilustre homenageado, do título de "Cidadão Pinhalense" que lhe fôra outorgado pela Câmara Municipal. Usou da palavra, em seguida, o Dr. Firmino Rocha de Freitas, que agradeceu as palavras do vereador Arnaldo D'Ávila Florence, teceu várias considerações sôbre suas atividades como homem público, abordou o crescimento vertiginoso e o grande progresso do Brasil e encerrou seu discurso reafirmando sua confiança e sua fé nos destinos da Pátria. Em seguida, o senhor Presidente agradeceu a presença das autoridades, dos visitantes e de todos os que compareceram à Câmara Municipal de Pinhal para prestigiar a solenidade e homenagear o Dr. Firmino Rocha de Freitas. Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lemos, secretário, a fiz escrever.

A Fernandes

Ata da 3ª sessão ordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 18 de março de 1971.

Presidência do Sr. Célio Pôrto Fernandes
Secretariada pelo Sr. Romildo Miranda

Aos dezoito dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pôrto Fernandes, Hélio Vergueiro Leite, Romildo Miranda, José Antônio Coimbra Filho, Antônio Fenólio, Wanderley Sibordi, Victório Lamaso e Attílio Giardini. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o senhor Presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofício da Câmara Municipal de Andradas, comunicando a posse de seus vereadores e a constituição de sua Mesa; Lido para conhecimento da casa. Agradeceu". - 2) Ofício de Dona Gilda Meloni Vieira, agradecendo as congratulações enviadas pela Câmara Municipal pela sua atuação como Gerente da Caixa Econômica Federal, agência de Pinhal: "Lido para conhecimento da casa. Em seguida, arquive-se". 3) Indicação nº 8/71, do vereador Antônio Fenólio, no sentido de ser dado o nome de Praça dos Expedicionários a um logradouro público da cidade: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 4) Requerimento nº 8/71, do vereador Victório Lamaso, congratulando-se com a Professora Dra. Esther de Figueiredo Ferraz, pela sua investidura no cargo de Secretária da Educação do Govêrno de São Paulo: "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada". - 5) Requerimento nº 9/71, do vereador Antônio Fenólio, congratulando-se com o Dr. Laudo Natel pela sua investidura no cargo de Governador do Estado de São Paulo: "Aprovado por 7 x 0. Oficie-se na forma solicitada". - 6) Requerimento nº 10/71, do vereador Arnaldo D'Ávila Florence, solicitando 90 dias de licença e renunciando a liderança da Arena na Câmara: "Concedida a licença". Convoque-se o respectivo suplente e encaminhe-se à Secretária da Câmara Municipal, para anotar a renúncia do requerente à liderança da Arena. 7) Projetos de lei do Prefeito Municipal: a) nº 4/71, dando o nome de Dr. João Plínio Fernandes a uma praça da cidade: "A Comissão de Justiça"; - b) nº 5/71, dispondo sôbre a doação de uma área de terreno para a instalação de indústrias: "As Comissões de Justiça e Finança";

c) - nº 6171, dispondo sobre o horário de funcionamento de estabelecimentos bancários: "Às Comissões de Justiça e Serviços Públicos". Encerrada a leitura do expediente o senhor Presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Romildo Miranda elaborou que, na qualidade de "porta-voz" do sr. Hélio Carvanelli, apresentava à Câmara, naquele instante, os agradecimentos do referido professor pela honra que lhe foi dada pela Legislatura, quando S. Sª foi vítima de uma lamentável injustiça. Prosseguindo, informou que a segunda comissão processante, nomeada pelo governo do Estado para o caso, com toda lisura e dignidade desenbocou a inocência do Professor Hélio Carvanelli, absolvendo-o dos acusações que lhe foram feitas, conforme publicação feita pelo diário Oficial de 17-3-71, página 1 dos Executivo. Estado, revendo, de maneira patética o processo de um funcionário exemplar que honra sido ignominiosamente. O vereador Antonio Fonseca congratulou-se com o Governador Sante Nadi, salientou que quando S. Excia. esteve anteriormente à frente do Executivo Estadual ajudou muito a Pinhal, e que agora ajudaria muito mais, e expressou a sua confiança no novo Governo de São Paulo. O orador fez suas considerações defendendo a necessidade de se dotar, a um logradouro público da cidade, o nome de Praça dos Expedicionários homenageando, assim, aqueles bravos brasileiros que defenderam tão bem a nossa Pátria na segunda guerra mundial ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente anunciou a ordem do dia, que foi a constituição do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 1171, do Prefeito Municipal dispondo sobre autorização para o Município receber a doação uma faixa de terreno, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos: aprovado por 8 x 0, computando-se o voto do senhor Presidente para completar o quorum de 2/3. 2) Primeira discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 1171, do vereador Wandelay Tadeu, concedendo o título de "cidadão pinhalense" ao sr. Benedito Luiz Pereira da Silva, com parecer favorável da Comissão de Justiça: "aprovado por 8 x 0; computando-se o voto do senhor Presidente para completar o quorum de 2/3. Escotada a matéria em parte, o senhor Presidente anunciou a ordem à Explicação Pessoal. O vereador Victorio Amadeu disse que havia estado pessoalmente no bairro do Triângulo, a fim de verificar a veracidade do boato que corria na cidade, de que as obras estavam trincadas, trocando, afirmou que os boatos não tinham procedência, que não havia nenhuma trinca, estando agora sendo lavrado todo o interior para se desmontar os caixas de concreto. Disse que o boato espalhado na cidade só poderia ter partido de pinheleiros derrotista, que sempre põem defeito nas obras, mas que não provam nada. Disse, ainda, que apenas o aterro havia cedido um pouco o que sempre ocorre em obras desta natureza, não constituindo, esse fato, nada de grave. Encerrou suas considerações congratulando-se com o senhor Benedito Luiz Pereira da Silva, pela condição do título de "cidadão pinhalense", e salientou os serviços prestados pelo homenageado a Pinhal, não só como gerente da agência local do Banco do Brasil, como também na organização das autoridades municipais com os estaduais, principalmente com o artigo Chefe da Casa Civil - Deputado Henrique Kirber, o que redundou em benefícios e outros melhoramentos para o Município. O vereador Hélio Vasqueiro Leite também teceu várias considerações sobre a personalidade do senhor Benedito Luiz Pereira da Silva, a quem qualificou de incansável batalhador em favor do progresso da cidade, responsável pelo grande volume de negócios da agência do Banco do Brasil, moço que tem a graça da bondade e da distinção, a quem envaidece, naquele instante, um grande abraço. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente se congratulou com o senhor Benedito Luiz Pereira da Silva, homem de real valor, operoso, que trabalha sem descanso, espírito aberto que sempre quer ajudar ao próximo, e que muito honra Pinhal pelo seu importante cargo de gerente da agência local do Banco do Brasil. Ninguém mais querendo fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convidando os vereadores para a convocação extraordinária, a realizar-se logo após o encerramento para a sessão extraordinária, a realizar-se logo após o encerramento para a sessão extraordinária, para serem votados, em segundo discussão, os projetos de lei nº 1171 e o projeto de decreto legislativo nº 1171, em segundo e último os trabalhos do que, para constar, foi lavrada a presente Ata. Eu, Sebastião de Mattos, secretário, a dei escrever.

Ata da 4ª sessão extraordinária do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 11 de março de 1972 presidência do Sr. Aliz Brito Fernandes. Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda.

Aos dezoito dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, na Casa Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 3ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada, os senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Aliz Brito Fernandes, Hélio Vasqueiro

Leite, Romildo Miranda, José Antonio Coimbra Filho, Antonio Serafim, Waldevino Rocha, Victorio Tamasso e Attilio Giardini. Aprovada minuta legal, foram lavrados os trabalhos. Em seguida, o Senhor Presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que foi aberta com a convocação previamente feita, e constituiu do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 1/71, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para o Município receber em doação uma faixa de terreno, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos: aprovado por 8 x 0, computando-se o voto do senhor Presidente para completar o quorum de 2/3 - 2) Segunda discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 1/71, do vereador Wandeley Zibordi, concedendo o título de "cidadão ipirabeirense" ao senhor Benedito Luiz Pereira da Silva, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 8 x 0, computando-se o voto do senhor Presidente para completar o quorum de 2/3. Foi aprovado, em segundo, por 8 x 0, um requerimento do vereador Antonio Serafim, solicitando dispensa de redação final para as proposições acolhidas na Ordem do Dia em segunda discussão. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente convocou os senhores vereadores para a próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 1º de abril, e encerrou os trabalhos em segunda. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Attilio Giardini de Souza, secretário, a digitei e assinei.

Ata da 4ª sessão ordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 15 de abril de 1971.

Presidência do Sr. Romildo Miranda

Secretariada pelo Sr. Attilio Giardini

Aos quinze dias do mês de abril de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às onze horas, procedendo-se a chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Romildo Miranda, Attilio Giardini, José Antonio Coimbra Filho, Waldevino Rocha, Antonio Serafim, Attilio Vergueiro Leite, Adhilo Signelli, Wandeley Zibordi e Victorio Tamasso. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à memória do Custo Anofacado, o Senhor Presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Cartão da Família Antonio Cosa, agradecendo os votos de pesar emanados pela Câmara: "Ciente. Arquive-se". - 2) Convite do Sr. Diretor Cavagnolli, para as festividades de sua formatura pela Faculdade de Direito de Pinhal: "Ficam convidados os senhores vereadores". 3) Ofícios: a) do Ministério das Minas e Energia, prestando esclarecimentos sobre a ordenança de tarifas de eletricidade: "A matéria ficará na Secretaria da Câmara Municipal à disposição dos senhores vereadores"; b) do Sindicato Rural de Pinhal, convidando os senhores vereadores para uma reunião destinada a debater a negociação da taxa de conservação de estradas: "A Providência da Câmara deliberará, oportunamente, a respeito do assunto"; - c) do Sr. Reinaldo Cabl, comunicando haver assumido o cargo de Subchefe da Casa Civil para os assuntos dos Municípios: "Ciente. Agradecer"; - d) da Faculdade de Direito de Pinhal, convidando os senhores vereadores para as solenidades de colação de grau de sua 1ª Turma de Bacharéis: "Ficam convidados os senhores vereadores"; - e) do Sr. Hugo Lacorte Vitale, comunicando haver tomado posse do cargo de Secretário do Interior: "Ciente. Agradeça". 4) Indicações: a) nº 9/71, do vereador Attilio Vergueiro Leite, para que seja dado o nome de Professor Joaquim de Souza Bruto a uma rua da cidade: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; b) nº 10/71, do vereador Attilio Vergueiro Leite, no sentido de se tomarem providências para evitar a passagem de gado pelas ruas da cidade: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; c) nº 11/71, do vereador Antonio Serafim, pedindo a construção de uma guarda de proteção no local denominado Ponte Funda, nas estradas para Albuquerque: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; - d) nº 12/71, do vereador Antonio Serafim, pedindo a colocação de guias e sarjetas nas mãos da Rua São Paulo: "Encaminhe-se ao Senhor Prefeito Municipal"; - e) nº 13/71, do vereador Antonio Serafim, pedindo a colocação de um paralelepípedo na esquina da Rua Capitão Alberto Florence: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 5) Requerimentos: a) nº 11/71, do vereador Attilio Vergueiro Leite, solicitando um voto de pesar pelo falecimento de Dona Rosalia Aparecida Corsi Zuganelli: "Aprovado por 8 x 0. Oficie-se na forma solicitada"; - b) nº 12/71, do vereador Attilio Vergueiro Leite, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Alguati: "Aprovado por 8 x 0. Oficie-se na forma solicitada"; - c) nº 13/71, do vereador Attilio Vergueiro Leite, solicitando providências junto à Mesa da Câmara no sentido de serem publicadas, no momento oportuno, as atas das sessões realizadas pelo Legislativo: "A Providência adotará, com referência ao assunto, as providências cabíveis". d) nº 14/71, do vereador Attilio Vergueiro Leite congratulando-se com o Governador do Estado pela sua política de incentivo à implantação de indústrias no interior e pela recomendação feita ao Secretário do Interior para dar toda ajuda às cidades interioranas: "Aprovado por 8 x 0. O pleito será encaminhado à Secretaria

Silvio Vasqueiro Leite, pedindo providências do Chefe do Executivo no sentido de pôr mão bidos, diariamente, durante a noite, uma fornalha de plantão: "Aprovado por 8X0. Congratulo-me ao senhor Prefeito Municipal"; f) nº 16/71, do vereador Silvio Vasqueiro Leite, pedindo ao Secretário da Agricultura a designação de um agrônomo para a Casa da Agricultura de Pinhal: "Aprovado por 8X0. O ofício-se na forma solicitada"; g) nº 17/71 do vereador Silvio Vasqueiro Leite, congratulando-se com o Doutorio Academico "Primitivo Barbosa Dutra", da Faculdade de Agronomia e Zootecnia "Manoel Carlos Gonçalves", pela campanha do agasalho que realizou em Pinhal: "Aprovado por 8X0. O ofício-se na forma solicitada"; h) nº 18/71, do vereador Silvio Vasqueiro Leite, propondo um voto de congratulações com o Hotel Municipal, pelo trabalho de alfabetização de adultos que realizou em Pinhal: "aprovado por 8X0." i) nº 19/71, do vereador Silvio Vasqueiro Leite, congratulando-se com Dona Zilete Nutal pelo estabelecimento da campanha - "Um Mendigo a menos, Um Trabalhador a mais": "Aprovado por 8X0. Ofício-se na forma solicitada"; j) 20/71, do vereador Victorio Tamasso, propondo um voto de pesar pelo falecimento de Dona Josephina de Oliveira Mattos Sobrinho: "aprovado por 8X0. O ofício-se na forma solicitada"; k) nº 21/71, do vereador Victorio Tamasso, no sentido de se oficiar ao Secretário da Agricultura cumprimentando-o e agradecendo a designação de um agrônomo para a Casa da Agricultura de Pinhal: "Aprovado por 8X0. Ofício-se na forma solicitada". 6) Projetos de lei do Prefeito Municipal: a) nº 7/71, dispondo sobre a modificação da tabela de cobrança do Imposto de Licença Especial - "As Comissões de Justiça e Finanças", b) nº 8/71, dispondo sobre autorização para abertura de crédito especial: "As Comissões de Justiça e Finanças"; c) nº 9/71, dando nova redação ao artigo 3º, da Lei nº 367, de 23 de outubro de 1964: "As comissões de justiça e Educação"; d) nº 10/71, concedendo uma pensão mensal a Dona Ana Rodrigues de Moraes: "As comissões de Justiça e Finanças"; e) nº 11/71, autorizando a abertura de crédito especial: "As Comissão de Justiça e Finanças"; f) nº 12/71, autorizando a contratação de advogados especializados: "As comissões de Justiça e Finanças". - g) nº 13/71, dispondo sobre autorização para abertura de crédito especial: "As Comissões de Justiça e Finanças". Encerrada a leitura do Expediente, o senhor Presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Silvio Vasqueiro Leite disse da necessidade de se ter um agrônomo a frente da Casa da Agricultura de Pinhal, visto que os lavradores locais estavam reclamando, há vários anos, a assistência de um técnico, apesar da colaboração que estavam recebendo do Dr. Walter Neves, Veterinário, o qual, apesar de ter esta especialização, estava prestando relevantes serviços às propriedades agrícolas localizadas no Município. Prosseguindo, afirmou que por esse motivo havia apresentado o requerimento nº 16/71, mas que o mesmo havia sido tornado sem efeito, porquanto fôra informado que o senhor Secretário da Agricultura, com o qual se congratulava naquele instante, já havia designado um agrônomo para a Casa da Agricultura de Pinhal. Congratulou-se, em seguida, com o Governador Lando Natel, pela sua política de incentivo à implantação de novas indústrias no interior do Estado, o que viria, realmente, proporcionar vários benefícios aos municípios. Usou da palavra, em seguida, o vereador Victorio Tamasso, que teceu várias considerações sôbre a passada idade de Dona Josephina de Oliveira Mota Sobrinho, recentemente falecida, esposa do ex-prefeito José Ribeiro da Mota Sobrinho, dama que pelas suas peculiares virtudes honrou a cidade de Pinhal. Encerrou suas considerações congratulando-se com o senhor Secretário da Agricultura pela designação de um agrônomo para a Casa da Agricultura de Pinhal, a qual está sem a assistência desse profissional há vários anos. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente anunciou a Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 4/71, do Prefeito Municipal, dando o nome de Dr. João Plínio Fagundes a uma praça da cidade com o parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 8X0, atingindo o quorum de 2/3 da Câmara Municipal. - 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 5/71, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de uma área de terreno para a instalação de indústria, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8X0, alcançando o quorum de 2/3 da Câmara Municipal. - 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 6/71, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre o horário de funcionamento de estabelecimentos bancários, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 7X1. O vereador Silvio Vasqueiro Leite votou contra o projeto de lei, por entender que o assunto deveria ser resolvido de comum acôrdo com os senhores gerentes dos estabelecimentos bancários da cidade, os quais poderiam se reunir para debater a matéria com os integrantes da Câmara Municipal e com o Senhor Prefeito Municipal. Declarou, ainda, que a matéria era de ordem interna dos estabelecimentos bancários e desde que êstes entrassem num acôrdo com os seus empregados, para fins de cumprimento da legislação trabalhista, então o problema poderia ser resolvido de conformidade com a conveniência de cada Banco, evitando-se, assim, o surgimento de desentendimentos. Encerrada a matéria em pauta, o senhor Presidente anunciou a presença, em Explicação Pessoal, do vereador Victorio Tamasso. Usando da palavra, o Explicação Pessoal - O vereador Victorio Tamasso congratulou-se com o Hotel Municipal, informou que havia assistido à

entrega dos diplomas da primeira turma de alfabetizados, cumprimentou os responsáveis pelo trabalho realizado e encerrou suas considerações afirmando que a primeira fase da Campanha, em Pinhal, se revestira de êxito. Foi aprovado, em seguida, por 8X0, o requerimento nº 22/71, do vereador Getúlio Spinelli e outros, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, dentro de 3 dias, para que fossem votados, em segunda discussão, os projetos de lei de números 4/71, 5/71 e 6/71. O Senhor Presidente comunicou que a sessão seria convocada, na forma regimental, pelo ocupante efetivo da Presidência, e em seguida, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembino de Lucco, secretário, a fiz escrever.

Ata da 5ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 19 de abril de 1971.

Presidência do Sr. Romildo Miranda

Secretariada pelo Sr. Attílio Giardini

Aos dezenove dias do mês de abril de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Antônio Lenólio, Atílio Giardini, José Antônio Coimbra Filho, Getúlio Spinelli, Romildo Miranda, Victório Lamaso, Waldomiro Rocha e Wanderley Zibordi. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o Senhor Presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, a qual, de acôrdo com a convocação previamente feita, se constituia do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 4/71, do Prefeito Municipal, dando o nome de Dr. João Plínio Fernandes a uma praça da cidade, com parecer favorável da Comissão de Justiça: aprovado por 8X0, computando-se o voto do Presidente para alcançar o quorum de 2/3 da Câmara. Foi também aprovada, por 8X0, uma emenda do vereador Atílio Giardini. 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 5/71, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre a doação de uma área de terreno para a instalação de indústria, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 8X0, computando-se o voto do Presidente para alcançar o quorum de 2/3 da Câmara. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 6/71, do Prefeito Municipal dispondo sôbre o horário de funcionamento de estabelecimentos bancários, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Serviços Públicos: aprovado por 7X0. Foi aprovado, em seguida, por 7X0, um requerimento do vereador Atílio Giardini, solicitando dispensa de redação final para os três projetos de lei constantes da Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembino de Lucco, secretário

Fernandes

Ata da 5ª sessão ordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 6 de maio de 1971.

Presidência do Sr. Célio Pôrto Fernandes

Secretariada pelo Sr. Victório Lamaso

Aos seis dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pôrto Fernandes, Wanderley Zibordi, Antônio Lenólio, Waldomiro Rocha, José Antônio Coimbra Filho e Victório Lamaso. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o senhor Presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Cartão do Governador Laudo Natel, agradecendo as congratulações enviadas pela Câmara por ocasião de sua posse: "Lido para conhecimento da casa. Arquive-se". - 2) Convite do Banco do Brasil S/A, para a festividade de inauguração de seu novo prédio: "Ficam convidados os senhores vereadores". - 3) Convite da Cooperativa Habitacional de Pinhal, para a solenidade de inauguração do Núcleo Residencial "Dr. Bartholomeu Bueno de Miranda": "Ficam convidados os senhores vereadores". 4) Carta do senhor José Mota Sobrinho, agradecendo o voto de pesar aprovado por ocasião do falecimento de sua esposa: "Lido para conhecimento da casa. Arquive-se. 5) Indicação nº 14/71, do vereador Célio Pôrto Fernandes, sugerindo a denominação de José Olímpio Teixeira para uma rua da cidade: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 6) Indicação nº 15/71, do vereador Antônio Lenólio, no sentido de ser reparada a estrada dos "Rocha" e construídas duas pontes de tubos na mesma: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". 7) Indicação nº 16/71, do vereador Antônio Lenólio, no sentido de ser providenciada a construção de uma casa residencial para o Sargento Instrutor do Tiro de Guerra nº 229:

"Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 8) Requerimento nº 23/71, do vereador Wanderley Zibordi, propondo um voto de pesar pelo falecimento de Dona Rosa Fenólio Guerini: Aprovado por 5X0. "Comunique-se à família enlutada". - 9) Requerimento nº 24/71, dos vereadores Vitório Lamaso e Antônio Fenólio, no sentido de se solicitar ao deputado Lineu de Paula Leão esclarecimentos sôbre o andamento do processo que altera para Espírito Santo do Pinhal o nome do município: "Aprovado por 5X0. Oficie-se na forma solicitada". - 10) Requerimento nº 25/71, dos vereadores Waldomiro Rocha e Célio Pôrto Fernandes, propondo um voto de pesar pelo falecimento dos jovens Carlos Amando Westin Vergueiro e Geni Junqueira Vergueiro Marchioni: "Aprovado por 5X0. "Comunique-se às famílias enlutadas". - 11) Projeto de lei nº 14/71, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre modificação de tabela da lei que reestruturou o quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pinhal: "As Comissões de Justiça e Finança". - Encerrada a leitura do Expediente, usou da palavra o vereador Vitório Lamaso, que se solidarizou com o voto de pesar proposto em virtude do falecimento dos jovens Carlos Amando Westin Vergueiro e Geni Junqueira Vergueiro Marchioni. Qualificando o acontecimento de chocante para a família pinhalense, o orador afirmou que Pinhal sentiu o peso da tragédia que veio enlutar duas famílias gratas. Prosseguindo, afirmou que o jovem Carlos era uma esperança para Pinhal, e, apesar de sua pouca idade, já demonstrava ser um senhor maduro, tanto pela sua conversa como também pelas suas atitudes. Lamentando, profundamente, a perda irreparável sofrida pela sociedade pinhalense, o orador passou a outra ordem de considerações, dizendo que a mudança do nome do município, para Espírito Santo do Pinhal, era uma antiga aspiração de todos os pinhalenses. Prosseguindo, o orador afirmou que ainda recentemente, quando viajava de São Paulo a Pinhal, foi interpelado por um casal pinhalense residentes na capital, o qual desejava saber por que razão ainda não havia se concretizado a mudança do nome do município para Espírito Santo do Pinhal, visto que a opinião unânime sempre foi favorável a essa iniciativa. Encerrou suas considerações dizendo que o assunto precisava ser esclarecido e reparada a grande injustiça cometida contra a vontade da maioria do povo pinhalense, que não queria fôsse modificada, como foi, a antiga denominação da cidade, que era Espírito Santo do Pinhal. Ninguém mais querendo usar da palavra, o Senhor Presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituía do seguinte: - 1) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 8/71, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para a abertura de crédito especial destinado a ocorrer ao pagamento de despesas diversas, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 5X0. 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 9/71, do Prefeito Municipal, dando nova redação ao artigo 3º, da Lei nº 367 de 27 de outubro de 1961, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Educação: aprovado por 5X0. 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 10/71, do Prefeito Municipal, concedendo uma pensal mensal a Dona Ana Rodrigues de Moraes, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 5X0. - 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 11/71, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com a compra de móveis, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 5X0. - 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 12/71, do Prefeito Municipal, autorizando a contratação de advogados especializados, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 5X0. - 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 13/71 do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para abertura de crédito especial destinado a ocorrer ao pagamento de despesas de iluminação pública, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 5X0. - Esgotada a matéria em pauta e ninguém querendo usar da palavra em Explicação Pessoal, o senhor Presidente, de conformidade com a convocação entregue oportunamente aos senhores vereadores, convidou-os para a sessão extraordinária, a realizar-se logo após o encerramento da que estava se realizando, para serem votados, em segunda discussão, os projetos de lei de números 8/71, 9/71, 10/71, 11/71, 12/71 e 13/71. Em seguida, encerrou-os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucero, secretário, a fiz escrever.

C. Fernandes

Ata da 6ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 6ª legislação, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 6 de maio de 1971.

Presidência do Sr. Célio Pôrto Fernandes
Secretariada pelo Sr. Vitório Lamaso

Aos seis dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, logo após o encerramento da 5ª sessão ordinária, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes:- Célio Pôrto Fernandes, Wanderley Zibordi, Antônio Fenólio, Waldomiro Rocha, José Antônio Coimbra Filho e Victório Lamaso. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em seguida, o senhor Presidente, de acôrdo com a convocação previamente feita, anunciou ir passar à Ordem do Dia, na qual foram aprovados, por 5X0, e dispensados de redação final, a requerimento do vereador Waldomiro Rocha, os projetos de lei de números 8/71, 9/71, 10/71, 11/71, 12/71 e 13/71, todos de autoria do Senhor Prefeito Municipal. O senhor Presidente determinou que os projetos de lei aprovados pelo plenário fossem encaminhados ao senhor Prefeito Municipal, para a sanção devida, e, em seguida, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar foi lavrada a presente ata. Eu, Saturnino de Lucero, a fiz escrever. C. Fernandes

Ata da 6ª sessão ordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 20 de maio de 1971.

Presidência do Sr. Célio Pôrto Fernandes

Secretariada pelo Sr. Romildo Miranda

Aos vinte dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pôrto Fernandes, Victório Lamaso, Waldomiro Rocha, Antônio Fenólio, Hélio Vergueiro Leite, Attílio Giardini, José Eduardo Staut, José Antônio Coimbra Filho, Wanderley Zibordi e Romildo Miranda. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Custo Crucificado, o senhor Presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte:- 1) Ofício da Família Alquatti, agradecendo o voto de pesar aprovado pela Câmara: "Lido para conhecimento da casa. Arquive-se" - 2) Ofício da Assembléia Legislativa do Estado, comunicando a aprovação de um voto de congratulações pela colação de grau da 1ª turma da Faculdade de Direito de Pinhal: "Lido para conhecimento da casa. Oficie-se ao autor do requerimento, deputado Carlos Nelson Bueno agradecendo". 3) Ofício da Família do Dr. João Plínio Fernandes, agradecendo a aprovação da lei que deu o nome do seu chefe a uma praça da cidade: "Lido para conhecimento da casa. Arquive-se". 4) Mensagem nº 19/71, do Prefeito Municipal, encaminhando os balancetes da receita e despesa dos meses de janeiro, fevereiro, e março de 1971: "A matéria ficará na Secretaria da Câmara, à disposição dos senhores vereadores". - 5) Indicação nº 17/71, do vereador Romildo Miranda e outros, no sentido de ser dado a uma rua da cidade o nome da Professôra Clementina de Barros Gardezani: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 6) Indicação nº 18/71, do vereador Hélio Vergueiro Leite, no sentido de ser estabelecida mão única para veículos na Rua Dr. Abelardo Cesar: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 7) Requerimento nº 26/71, do vereador Attílio Giardini e outros, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de regozijo pelas solenidades comemorativas do transcurso do 1º centenário de nascimento do Cel. Amador Bueno Machado Florence: "Aprovado por 9X0. 8) Requerimento nº 27/71, do vereador Hélio Vergueiro Leite e outros, solicitando um voto de pesar pelo falecimento das seguintes pessoas: Dona Clementina de Barros Gardezani, Pedro D'Arcádia e João Batista Coleti: "Aprovado por 9X0. Comuni-que-se às famílias enlutadas". 8) Projetos de lei:- a) nº 15/71, do Prefeito Municipal, revogando a lei nº 634, de 23 de abril de 1971, que dispõe sôbre o horário de funcionamento de estabelecimentos bancários: "O projeto de lei nº 15/71 foi rejeitado pela Câmara Municipal, na 6ª sessão ordinária de 20-5-1971, de acôrdo com a parte final do artigo 117, do Regimento Interno, pelo fato de não ter sido considerado objeto de deliberação por 8 votos contra 1. Anote-se e em seguida arquive-se, comunicando-se ao Chefe do Executivo a deliberação do plenário". b) nº 16/71, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para o pagamento de despesas de funcionamento do Mobral: "As comissões de Justiça e Finanças"; - c) nº 17/71, do Prefeito Municipal, fixando a contribuição do Município de Pinhal para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e dando outras providências: "As Comissões de Justiça e Finança"; - d) nº 18/71, da Mesa da Câmara, dispondo sôbre aumento de gratificações: "As Comissões de Justiça e Finança". - Encerrada a leitura

do Expediente, o senhor Presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Hélio Vergueiro Leite disse que seria interessante que se estabelecesse mão única na Rua Abelardo Cesar, não só por existir o grupo escolar ali, cujas crianças correm o perigo de serem atropeladas, como também por haver diminuído o trânsito na Rua Barão de Mota Paes, depois da construção do trevo, rua essa que poderia ser aproveitada para quem sai da cidade. Dirigiu ainda, um apêlo ao Delegado de Polícia, no sentido de serem adotadas providências contra os motoristas que transitam pela Rua Barão de Mota Paes em excesso de velocidade, pondo em risco a vida dos pedestres. Solicitou, em seguida, ao Chefe do Pôsto Médico do INPS., providências no sentido de ser dado melhor atendimento aos segurados humildes, os quais, muitas vêzes deixam de ser assistidos sob a legação de que o médico estava dormindo ou então que a ambulância estava sem motorista. Afirmando que essas alegações feitas por funcionário do Pôsto Médico do I.N.P.S. talvez tivessem, como finalidade, incompatibilizar os médicos com os segurados, o orador solicitou mais atenção para o atendimento aos humildes. Disse, em seguida, da necessidade de ser doado um terreno ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhal, o qual estava realizando um grande trabalho em favor dos operários rurais, necessitando, urgentemente, do imóvel para a construção de sua séde própria. Afirmou que a referida entidade estava realmente fazendo uma obra meritória, mantendo um gabinete dentário e prestando assistência médica aos trabalhadores rurais, e encerrou suas considerações solicitando ao senhor Presidente que oficiasse ao Sindicato apresentando-lhe as congratulações da Câmara Municipal. O vereador José Antônio Coimbra Filho congratulou-se com o senhor Welson Barbosa, pela sua posse no cargo de Prefeito de Águas da Prata, dirigiu um apêlo ao D.E.R. no sentido de ser modificado o trevo existente no bairro do Triângulo, por oferecer o seu contôrno sério perigo aos motoristas, pediu providências à Mesa do Hospital "Francisco Rosas" para ser mantido, a exemplo de outras cidades, um plantão diário de médico e enfermeiros, e encerrou suas considerações solicitando a colocação urgente de um telefone no ponto de taxis da Praça Rio Branco, alegando ser isso indispensável para os motoristas que ali estacionam. O vereador Victório Lamaso esclareceu que o Prefeito Municipal já havia solicitado a instalação de um telefone no ponto de taxis, mas que essa providência, segundo informações que obtivera na Telefônica Pinhal, só seria possível provavelmente no mês de outubro de 1971, ocasião em que seriam instalados 180 aparelhos em Pinhal, desde que a Embratel desse a necessária autorização, a qual estava sendo aguardada. O vereador José Eduardo Stant disse fazer parte do Departamento Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhal, entidade que já havia conseguido o reconhecimento da carta sindical. Prosseguindo, afirmou que a entidade, além de fornecer um barbeiro aos seus associados, dava-lhes, também assistência médica odontológica e Jurídica, tendo assim, apesar do pouco tempo de seu funcionamento, uma atuação notável, sendo muito justo que o Poder Público doasse, ao Sindicato, um terreno para a construção de sua séde própria, cujas obras seriam, então, construídas com recursos provenientes de empréstimos junto a órgãos do Govêrno Federal. Afirmou, em seguida, que infelizmente o Hospital "Francisco Rosas" não possuia médico plantonista para o atendimento do público, e que o assunto, embora envolvendo um problema de segurança, sempre tinha sido tratado com má vontade, motivo porque naquêle instante lavrava o seu protesto contra os responsáveis e ao mesmo tempo solicitava providências urgentes relativas à matéria em fóco. Reclamo, em seguida, contra o péssimo serviço de retransmissão de televisão em Pinhal, cujo problema estava jogado às traças. Solicitou providências do Executivo, visto tratar-se de um serviço que, embora de utilidade pública, estava abandonado, não podendo essa lamentável situação perdurar por mais tempo. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 14/71, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre modificação de tabela da lei que reestruturou o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pinhal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança; aprovado por 9x0. Esgotada a matéria em pauta, o senhor Presidente anunciou ir passar à Explicação Pessoal. O vereador Victório Lamaso disse dar o seu apôio integral ao protesto contra o modo de atendimento proporcionado pelo Posto Médico aos segurados do I.N.P.S. Salientando a má vontade dos atendentes, o orador afirmou que quando exerceu a Provedoria do Hospital "Francisco Rosas", numa época em que haviam poucos médicos na cidade, solicitou ao Médico-Chefe do Posto do I.N.P.S. que adotasse as providências necessárias no sentido de ser dada, pelo médico do SAMDU, a assistência devida aos doentes graves ou acidentes

tados que eram levados ao Hospital pela ambulância, os quais eram deixados ali, muitas vêzes com risco de vida, cabendo aos seus familiares trazer um médico particular para socorrê-los, o que não estava certo. Afirmou que o Medico-Chefe lhe pedir que fizesse um ofício nêsse sentido, o que foi feito, sem que no entanto tivesse recebido qualquer resposta. Disse, em seguida, que no domingo de Pascoa a Irmã Conchetina, do Hospital, lhe telefonou dizendo que nas proximidades da casa do orador havia um homem passando mal. Após verificar a procedência da informação, tentou chamar o antigo SAMDU, mas foi informado de que a ambulância estava sem motorista e que o telefone não atendia. Levou, então, o doente para o Hospital, onde o mesmo recebeu a assistência devida. Prosseguindo, o orador disse que, em seguida, se dirigiu ao SAMDU, tendo ali sido informado de que não havia médico para atender e que o telefone estava enguiçado, tendo a pessoa que lhe prestou tal informação afirmado que quem precisasse de telefonar lá que fôsse primeiro à Telefônica Pinhal pedir para mandar consertar o aparelho, o que era um absurdo. Prosseguindo, disse que certa ocasião levou, ao SAMDU, uma mulher machucada no braço, para receber um curativo, não tendo entretanto sido possível o seu atendimento em virtude da falta de enfermeiro. Tendo insistido no sentido de ser atendido, o funcionário o esclareceu de que não era possível, pois no SAMDU o médico dava consulta, o motorista guiava a ambulância e o enfermeiro fazia curativos, não sendo possível um executar serviço que cabia a outro. O vereador José Eduardo Staut afirmou que a classe médica estava, em parte, sendo excessivamente comercial, não demonstrando os médicos locais nenhuma solidariedade humana. Prosseguindo, disse que corroborava às palavras pronunciadas a respeito do assunto por seu colega Victório Lamaso, afirmou que não tinha nenhum problema de ordem pessoa com os médicos, achando entretanto que os mesmos deviam assistir melhor à população, e encerrou suas considerações dizendo que a Câmara Municipal precisava agir de maneira mais agressiva no sentido de resolver o angustioso problema da assistência médica em Pinhal. O vereador Romildo Miranda disse que estivera conversando com os Drs. José de Felippi e Orlando Vuolo a respeito do assunto, e que ambos haviam sugerido que a classe se reunisse e estabelecesse um plantão para o atendimento ao público à noite e aos domingos e feriados, estando a sugestão sendo estudada, faltando apenas uma reunião dos médicos para resolver o problema em definitivo. Prosseguindo, afirmou que o problema era realmente sério, porquanto, aos domingos, à tarde, não se encontra um só médico para atender aos que necessitam de assistência médica. Encerrou suas considerações dizendo congratular-se com o seu colega José Eduardo Staut, pelas palavras acertadas por êste pronunciadas. O vereador José Antônio Coimbra Filho dirigiu um apêlo ao Prefeito no sentido de determinar que a ambulância, de propriedade do Município, fizesse plantão junto ao Hospital "Francisco Rosas", para melhor servir à população pinhalense. O vereador Hélio Vergueiro Leite disse haver um paradoxo em Pinhal, pois enquanto a União e o Estado estavam preocupados dar melhor assistência ao povo no setor de saúde, em Pinhal permanecia sem solução o grave problema de assistência médica. Lembrou que nos municípios visinhos os munícipes tinham tôda assistência médica necessária, o que entretanto não acontecia em Pinhal, motivo por que sugeria fôsse feita, por iniciativa da Mesa da Câmara, uma reunião dos médicos locais visando a solução do problema. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente comunicou ao plenário que oportunamente nomearia uma comissão para tratar do assunto, que era de grande interêsse para o Município, e, ninguém mais querendo usar da palavra, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Setembrino de Lucero, secretário, a fiz escrever. C. Fernandes.

Ata da 7ª sessão ordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 3 de junho de 1971.

Presidência do Sr. Célio Pôrto Fernandes

Secretariada pelo Sr. Attílio Giardini

Aos quatro dias do mês de junho de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pôrto Fernandes, Hélio Vergueiro Leite, José Antônio Coimbra Filho, Antônio Fenólio, Wanderley Zibordi, Victório Lamaso, Attílio Giardini, Getúlio Spinelli e Waldomiro Rocha. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em

homenagem à imagem do Cristo Crucificado, o senhor Presidente anunciou ir passar à leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Ofícios: a) de Dona Zilda Natel, agradecendo os cumprimentos recebidos: "Lido para o conhecimento da casa. Arquive-se"; – b) do deputado Sólon Borges dos Reis, comunicando sua eleição para o cargo de Presidente da Comissão de Educação: "Agradecer"; – c) de Dona Virgília Florence Lustosa e outros membros da Família do Cel Amador Bueno Machado Florence, agradecendo as homenagens tributadas pela Câmara ao seu saudoso chefe: "Lido para o conhecimento da casa. Arquive-se"; – d) do senhor Reinaldo Cahil, Subchefe da Casa Civil, agradecendo as congratulações enviadas ao senhor Governador do Estado: "Crente. Arquive-se"; – e) do senhor José Guizardi Sobrinho e Filhos, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento de Dona Rosália Aparecida: "Lido para conhecimento da casa". Arquive-se"; f) das Famílias Fenólio e Guerini, agradecendo o voto de pesar enviado por ocasião do falecimento de Dona Rosa Fenólio Guerini: "Lido para conhecimento da casa. Arquive-se". 2) Indicação nº 19/71 do vereador Antônio Fenólio, no sentido de serem adquiridas máquinas para extinção de formigas cortadeiras: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". – 3) Requerimentos: a) nº 28/71, do vereador José Antônio Coimbra Filho e outros, solicitando a inserção na ata de um voto de pesar pelo falecimento de Dona Clara Mantelli: "Aprovado por 8X0"; – b) nº 29/71, do vereador Hélio Vergueiro Leite, solicitando a constituição de uma comissão de vereadores para visitar bairros, entidades, sindicatos e indústrias do Município: "Aprovado por 8X0. A Presidência nomeará a comissão, na forma requerida"; – c) nº 30/71, do vereador Victório Lamaso, no sentido de se solicitar informações ao Médico-Chefe do Centro de Saúde de Pinhal sôbre a lei estadual que estabelece a permanência, no máximo, de 4 galinhas em cada quintal localizado na zona urbana do Município: "Aprovado por 8X0. Oficie-se na forma solicitada"; – d) nº 31/71, do vereador Attílio Giardini, congratulando-se com os proprietários do Hotel Colorado, pelo início das obras de construção de um novo prédio: "Aprovado por 8X0"; – e) nº 32/71, do vereador Antônio Fenólio, congratulando-se com o Professor João Batista Acaiabe, por estar se destacando como um dos grandes atores do teatro nacional: "Aprovado por 8X0. Comunique-se ao homenageado"; – f) nº 33/71, do vereador José Eduardo Staut e outros, solicitando ao Chefe do Executivo a inclusão na lei que reestruturou o Quadro de Pessoal da Prefeitura, dos funcionários aposentados e dos trabalhadores braçais: "Aprovado por 8X0. Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal cópia do presente requerimento"; – g) nº 34/71, do vereador Victório Lamaso, congratulando-se com o Conselheiro Onadir Marcondes, pelo trabalho que elaborou e submeteu ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, alterando e simplificando a sistemática de fiscalização sôbre as contas dos municípios do interior do Estado. – 4) Projetos de lei do Prefeito Municipal: a) nº 19/71, dispondo sôbre autorização para a abertura de crédito suplementar: "Às Comissões de Justiça e Finança"; – b) nº 20/71, autorizando a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de contribuição devida à Campanha Nacional de Alimentação Escolar: "Às Comissões de Justiça e Finança"; – c) nº 21/71, autorizando a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com o fornecimento de passes escolares: "Às Comissões de Justiça e Finança". Encerrada a leitura do Expediente, o senhor Presidente anunciou encontrar-se no recinto, acompanhado dos atiradores, o Instrutor do Tiro de Guerra nº 229, Sargento Armando Antônio Zini, a quem convidou para fazer parte da Mesa. Em seguida, o senhor Presidente teceu várias considerações sôbre o Legislativo, explicando aos atiradores presentes a sistemática do funcionamento da Câmara Municipal e as suas principais atribuições. Deu a palavra, em seguida, ao vereador Hélio Vergueiro, que pronunciou um discurso saudando, em nome da Câmara Municipal, o Exército Brasileiro, ali representado pelo Sargento Instrutor e pelos atiradores do Tiro de Guerra 229. Usou da palavra, em seguida, o vereador Antônio Fenólio, que se congratulou com o Professor João Batista Acaiabe, moço simples e humilde, mas inteligente e brilhante, que estava galgando os degraus da cultura. Expressou sua admiração pelo referido jóvem, cumprimentou-o e formulou votos de novas vitórias na carreira que abraçou. Afirmou, em seguida, serem necessárias providências urgentes no sentido de se matar as formigas cortadeiras existentes no Município, as quais estavam devorando tudo. Encerrou suas considerações dirigindo um apêlo ao senhor Prefeito para que fossem adquiridas novas máquinas para um combate sem tréguas às formigas. O vereador José Antônio Coimbra se congratulou com o seu colega Hélio Vergueiro Leite pelas palavras por êste pronunciadas sôbre o Exército Brasileiro. Afirmou, em seguida, ser favorável à cobrança do Impôsto Predial, mas não em bases extorsivas como havia sido aprovado pelo Código Tributário Municipal, teceu considerações sôbre a diferença de tarifa e taxa, qualificou de absurda a tarifa de consumo de água

colorada em Pinhal, manifestou-se contrário ao critério adotado para a colocação e discordou da exposição que estava sendo feita pelo SHAPE nas escolas e outros locais da cidade, com a finalidade de justificar o aumento do custo dos consumidores. Disse, em seguida, da necessidade de se reajustar os proventos dos servidores aposentados na mesma base dos ativos, de acôrdo com o bom senso, a justiça e as determinações constitucionais, o mesmo acontecendo com os trabalhadores braçais, que necessitavam ter os seus salários aumentados. Encerrou suas considerações solicitando providências do Executivo no sentido de serem instalados dois telefones, um no ponto de táxis, da Rodoviária, e outro no sofrido bairro da Vila São José, onde até já existia a calma necessária. O vereador Attilio Grandinetti disse ter ficado surpreso e feliz ao verificar o início das obras de um novo hotel, do qual Pinhal estava se ressentindo há tempos, principalmente para abrigar o grande número de estudantes e familiares. Afirmou que a iniciativa viria preencher uma lacuna e congratulou-se com os irmãos Ribeiro, proprietários do Hotel Colorado, pelo início das obras de construção de um magnífico prédio. O vereador Hélio Nogueira Leite justificou o requerimento de sua autoria, lido no expediente, e afirmou que as visitas por comissões de vereadores nos bancos, sindicatos e municípios da cidade, poderiam ser feitas nos fins de semana, à noite, para que todos os representantes da Câmara pudessem participar e intrar em contacto com os problemas locais. Ninguem mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente esclareceu que, convidado previamente, comparecerá juntamente com os vereadores, à solenidade de inauguração da nova predio do Banco do Brasil, tendo na ocasião, por uma diferença do Dr. Fauna, sido convidado para, em companhia do senhor Prefeito, cortar a fita simbólica, na qualidade de representante da Câmara Municipal, tendo entretanto o jornal local "A Gazeta de Pinhal", ao noticiar o festivo acontecimento, deixado de mencionar o fato, numa omissão involuntária e sem intenção de desmerecer, motivo por que S. Excia. prestava, naquele instante, os esclarecimentos necessários. Usou da palavra, em segunda, o Sargento Armando Antônio Zini, que esclareceu a finalidade da visita dos atiradores à Câmara Municipal, tecendo várias considerações sôbre o funcionamento do Tiro de Guerra nº 2-29, informou da obrigatoriedade de se ministrar aos convocados instrução Moral e Cívica, agradecendo as referências feitas ao Exército pelo vereador Hélio Nogueira Leite e concluiu declarando que a organização que dirige estava à disposição das autoridades locais para colaborar naquilo que estivesse ao seu alcance. Em seguida, o senhor Presidente anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituiu do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 14/71, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre modificação de tabela da lei que reestruturou o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pinhal, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8 X 0, após haver sido rejeitado, por 7 X 1, um requerimento de autoria do vereador José Antônio Coimbra Filho, solicitando o adiamento da discussão por duas sessões. O projeto de lei nº 14/71 foi dispensado de redação final, a requerimento do vereador Antônio Sencho, aprovado por 8 X 0. — 2) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 16/71, do prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para o pagamento de dispesas do funcionamento do Rodeio, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8 X 0. — 3) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 17/71, do Prefeito Municipal, fixando a contribuição do Município de Pinhal para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8 X 0. — 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 18/71, da Mesa da Câmara Municipal, dispondo sôbre aumento de gratificações dos servidores do Legislativo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finanças: aprovado por 8 X 0. Esgotada a matéria em pauta, o senhor Presidente anunciou passar à Explicação Pessoal. O vereador Victorio Tamasco se associou ao voto de pesar proposto em virtude do falecimento de Dona Clara Mantelli, grande dama de São Paulo, esclarecendo que o Prefeito já havia solicitado a instalação de 180 novos telefones na cidade, mas que essa providência dependia de autorização do Contel, não cabendo, assim, culpa nem ao Executivo nem à Telefônica pela demora em ser resolvido o problema. Encerrou suas considerações justificando o requerimento de sua autoria, lido no Expediente, e afirmando que não havia razões para se proibir a criação de 10 ou 12 galinhas nos quintais da zona urbana, podendo cada interessado manter até nas 4, conforme haviam esclarecido os responsáveis pela "Operação Limpeza

O vereador José Antônio Coimbra Filho disse que não era contra o projeto de lei nº 14/71, mas que havia requerido adiamento para que fôsse sanada a injustiça cometida contra os aposentados. Congratulou-se, em seguida, com os atiradores do Tiro de Guerra que participaram da "Operação-Limpeza", afirmou que a instalação de novos telefones não dependia de ordem da Contel, bastando a Prefeitura fazer a solicitação que a Telefônica era obrigada a providenciar, e encerrou suas considerações dizendo que não adiantava o SAAE querer iludir o povo com demonstrações de novas obras, pois estava utilizando o produto da arrecadação de tarifas para obter lucro e para beneficiar seus funcionários, os quais haviam obtido dois aumentos de vencimentos, o que não estava certo. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente agradeceu a presença do Sargento-Instrutor e dos atiradores do Tiro de Guerra nº 229, afirmou que os mesmos seriam sempre benvindos ao Legislativo, expressou sua admiração pelo Exército Brasileiro e encerrou suas considerações dizendo que as portas da Câmara Municipal estariam sempre abertas para receber visitas tão honrosas como a dos militares que ali estavam naquele instante. Em seguida, nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata.
Eu, Setembrino de Lucro, secretário, a fiz escrever. [signature]

Ata da 8ª sessão ordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura, Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 1º de Julho de 1971.
Presidência do Sr. Célio Pôrto Fernandes
Secretariada pelo Sr. Romildo Miranda

Ao primeiro dia do mês de julho de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pôrto Fernandes, Attílio Giardini, Waldomiro Rocha, Romildo Miranda, Antônio Fenólio, Hélio Vergueiro Leite, Wanderley Zibordi e Victório Lamaso. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Após ser feito um minuto de silêncio em homenagem à imagem do Cristo Crucificado, foi aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida, o senhor Presidente anunciou ir passar a leitura do Expediente, que constava do seguinte: 1) Cartão da Prof. Esther de Figueiredo Ferraz, agradecendo os cumprimentos recebidos por ocasião de sua investidura no cargo de Secretária da Educação: "Ciente. Arquive-se". 2) Ofício da Agência Municipal de Estatística, comunicando a realização dos Censos Industrial e Comercial, de Prestação de Serviço e Agropecuário: Lido para o conhecimento da casa". 3) Ofício da Agência Municipal de Estatística, comunicando o início da coleta de dados para o Censo Agropecuário e encaminhando a legislação básica sôbre a matéria: "Lido para conhecimento da casa". 4) Mensagem nº 25/71, do Prefeito Municipal, prestando informações sôbre a retirada de pedregulho de imóvel localizado na zona rural e solicitando o pronunciamento do Legislativo Municipal a respeito do assunto: "Aprovada a solicitação por 7X0. Comunique-se ao senhor Prefeito Municipal". 5) Indicações: a) nº 20/71, do vereador Victório Lamaso, solicitando a execução do serviço de calçamento na Rua Vereador Estevo de Felipe, entre a estrada velha de Mota Paes e a Rara: "Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal"; b) nº 21/71, do vereador Antônio Fenólio e outros, solicitando providências no sentido de ser calçada a Rua Dr. Abelardo V. Cesar, até a Vila São Paulo: Encaminhe-se ao senhor Prefeito Municipal". - 6) Requerimentos: a) nº 35/71, do vereador Victório Lamaso, solicitando a inserção, na ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo falecimento do jóvem Marcio Costa: "Aprovado por 7X0. Oficie-se à família, na forma solicitada"; b) nº 36/71, do vereador Victório Lamaso, no sentido de se oficiar ao Presidente da Comissão Municipal de Esportes, solicitando providências contra as pessoas que, postadas nos lugares mais altos da arquibancada do Estádio Municipal "Dr. Fernando Costa", ficam atirando papéis, cascas de amendoim e palitos de sorvetes nos assistentes que se encontram nos lugares mais baixos: "Aprovado por 7X0. Oficie-se na forma solicitada"; - c) nº 37/71, do vereador Victório Lamaso, congratulando-se com o Governador Laudo Natel, pela feliz iniciativa de se construir a "Cidade Administrativa": Aprovado por 7X0"; - d) nº 38/71, do vereador Hélio Vergueiro Leite, congratulando-se com o Governador Laudo Natel, pelo oportuno convênio firmado com o Ministério do Trabalho para a implantação do sistema de comunidade de saúde: "Aprovado por 7X0"; - e) nº 39/71, do vereador Hélio Vergueiro Leite, congratulando-se com o Presidente da República, General Emílio

Garrastazu Médici, pela oportuna iniciativa de se criar a "Central de Medicamentos": "aprovado por 7X0." – 7) Projetos de lei do Prefeito Municipal: a) nº 22/71, dispondo sôbre a majoração de vencimentos do funcionalismo Municipal: "As Comissões de Justiça e Finança"; b) nº 23/71, autorizando a abertura de crédito especial para o pagamento de despesas médico-hospitalar: "As Comissões de Justiça e Finança". Encerrada a leitura do Expediente, o senhor Presidente deu a palavra aos senhores vereadores. O vereador Antônio Fenólio salientou a necessidade de ser executado o serviço de calçamento no leito da Rua Dr. Abelardo Vergueiro Cesar, da esquina da Rua Coronel Amando Vergueiro até a Vila São Paulo, bem como das ruas da Vila Maringá e V. Carolina, principalmente defronte ao prédio do Ginásio Estadual, em virtude do grande movimento de alunos e professôres no local. Congratulou-se, em seguida, com os munícipes que enfeitaram as ruas da cidade para a passagem da procissão de Corpus Christi, serviço que foi feito com muito capricho. Solicitou, em seguida, providências do Chefe do Executivo no sentido de ser colocada uma grade de proteção no local chamado Ponte Funda, onde já havia caído um caminhão por falta dessa medida. Congratulou-se com o Prefeito e sua equipe pela execução de ótimos serviços na estrada do Bairro dos Pires e na estrada "Agua do João Rosa" até a Maravilha, e encerrou suas considerações dizendo que as máquinas do Município estavam sendo muito bem utilizadas. O vereador Hélio Vergueiro Leite teceu várias considerações sôbre os benefícios do convênio firmado pelo Governador Laudo Natel com o Ministério do Trabalho, o que iria possibilitar o melhor aproveitamento de recursos dos órgãos federais, estaduais, municipais e autárquicos, em favor da saúde do povo. Congratulou-se, em seguida, com o Presidente da República, pela criação da "Central de Medicamentos", projeto-impacto que iria beneficiar realmente o povo. Em seguida, disse que havia estado em São Paulo, com o Prefeito e o Vice-Prefeito de Pinhal, tendo sido pleiteada, nessa oportunidade, junto a Assessoria da Secretaria de Planejamento, o estudo da atualização do Plano Diretor de Pinhal e a sua integração no Planejamento Regional. Prosseguindo, afirmou ter estado, também, com o sr. Vespasiano Consiglio, Presidente do BADESP, o qual manifestou o desejo de visitar Pinhal e formulou um pedido para que fôsse feita uma reunião das autoridades municipais com os agricultores e classes produtoras, a fim de se esclarecer que o "BADESP" pretendia desenvolver um grande programa em favor da lavoura e da indústria, mediante a cobrança de juros baixos. Prosseguindo, afirmou que todos deviam unir esfôrços no sentido de se obter o desenvolvimento e o progresso do Município, evitando-se o fechamento de indústrias e colaborando na abertura de novas frentes de trabalho. Expressou seus agradecimentos aos Acessôres do Governador do Estado, pela atenção com que atenderam aos pinhalenses, esclareceu que os órgãos competentes do Govêrno iriam dar melhor atendimento às indústrias locais, principalmente na parte de financiamento, o que seria muito útil às fôrças de produção. Pedindo ao povo que não desse ouvidos a boatos alarmantes, mas que procurasse ajudar, o orador encerrou suas considerações afirmando que o Secretário dos Transportes, Engenheiro Paulo Salim Maluf, havia prometido visitar Pinhal e despachara, para estudos, os pedidos do Executivo, referente à retificação da estrada para Jacutinga, acesso da Maria Joaquina e retificação de trechos da estrada Pinhal - Nova Louzã. O vereador Victório Lamaso expressou seus sentimentos de pesar pelo falecimento do Jovem Márcio Costa, filho do senhor José Costa, ex-vice-prefeito do Município e grande colaborador das administrações Zizo Sertório e Antônio Costa. Encerrou suas considerações congratulando-se com o Governador do Estado e com o Secretário dos Transportes, pela resolução tomada com referência à retificação da estrada para Jacutinga. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente congratulou-se com senhor De Marco Cristofaro, o qual recebera, do govêrno Italiano, o honroso título de "Cavalieri dell" Ordem de Victório Veneto, além de duas medalhas, representando uma cruz e um capacete, como condecorações pela sua participação ativa na guerra de 1914 e 1918. Após comunicar ao plenário que iria oficiar ao homenageado, cumprimentando-o em nome da Câmara Municipal, anunciou ir passar à Ordem do Dia, que se constituía do seguinte: 1.) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 16/71, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para o pagamento de despesas de funcionamento do Mobral, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7X0. – 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 17/71, do Prefeito Municipal, fixando a contribuição do Município de Pinhal para o Programa de Formação do Patrimônio do

PAPELARIA NACIONAL "PANAL" S.A.

Escritório e Depósito: R. CEZÁRIO RAMALHO, 134
Endereço Telegráfico: "PAPENAL" - TEL. 3-9521
Loja N. 1: R. B. PARANAPIACABA, 34 - TEL. 3-5058
CAIXA POSTAL N. 5271 - SÃO PAULO

Inscrição N.o	Patente de Com. N.o
227.552	26.079

NOTA FISCAL

(DEPÓSITO)

2.a VIA
TRANSPORTADOR

SÉRIE "A" Nº 1414

PEDIDO N.º .....

VENDEDOR .....

São Paulo, ... de ..... de 19 .....

Ilmo. Snr. .....

Inscrição N.º .....

Rua ..... N.º ..... (Localidade) ..... (Estado)

NATUREZA DA OPERAÇÃO | ESPÉCIE DE DESPACHO | TRANSPORTADOR

N.º de Ordem	Quantidade	Unidade	DISCRIMINAÇÃO DA MERCADORIA	Preço Unitário	Desc.	LIQUIDO

47 X 32

NÃO VALE COMO RECIBO

N. B. - As reclamações só serão atendidas até 8 dias após o recebimento das mercadorias.

As mercadorias viajam por conta e risco do comprador. Não aceitaremos devolução de caixas, engradados, aniagens e embalagens, que são cobrados pelo custo.

O Impôsto de Vendas e Consignações, será pago na Duplicata a ser emitida.

Os artigos tributáveis, por nós revendidos, pagaram o impôsto de consumo, pela nota fiscal dos fabricantes, em nosso poder.

LITERG. - R. C. de Campos, 599 Insc. N. 244.280 S. Paulo - 001 a 1.500 - Serie "A" - 7-48

Valor das mercadorias . . Cr.$ .....

Embalagem e Carreto . . Cr.$ .....

TOTAL DA NOTA . . . .

As mercadorias acima seguem nos seguintes volumes:

MARCA	NÚMEROS	QUANTIDADE	ESPÉCIE DE VOLUME	PÊSOS BRUTO	PÊSOS LIQUIDO

Servidor Público e dando outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. 3) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 19/71, da Mesa da Câmara Municipal, dispondo sobre aumento de gratificações dos servidores do Legislativo, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. 4) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 20/71, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de contribuição devida à Campanha Nacional de Alimentação Escolar, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança; aprovado por 7x0. 5) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 21/71, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com o fornecimento de passes escolares, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. 6) Primeira discussão e votação do projeto de lei nº 18/71, do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para a abertura de crédito suplementar, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. Foi aprovado, em segunda, por 7x0, um requerimento de autoria do vereador Antônio Serólio, solicitando dispensa de redação final para os projetos de lei de números 16/71, 17/71 e 18/71. Em segunda, o senhor Presidente anunciou a passar à Explicação Pessoal. O vereador Victório Tamasso teceu considerações sobre a necessidade de ser executado o calçamento da Rua Vereador Estevo de Filippe antes da estação das chuvas, e pediu providências da Comissão Municipal de Esportes no sentido de ser evitado o fato desagradável que vinha sucedendo no Estádio Municipal "Dr. Fernando Costa", durante os jogos de domingos, quando assistentes postados na parte alta da arquibancada ficavam jogando até sabugo de milho na cabeça dos que ficavam na parte mais baixa, esclarecendo que havia necessidade da intervenção da autoridade competente, determinando a permanência, ali, de um soldado da Polícia Militar. Ninguém mais querendo usar da palavra, o senhor Presidente esclareceu que havia recebido um ofício do Dr. Nelson Ferreira Machado, Chefe do Centro de Saúde de Pinhal, prestando informações sobre a ocorrência de galinha na zona urbana do Município. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente, de conformidade com a convocação entregue oportunamente aos senhores vereadores, convidou-os para a sessão extraordinária a realizar-se logo após o encerramento da que estava se realizando, para serem votados, em segunda discussão, os projetos de lei de números 19/71, 20/71 e 21/71. Em segunda, encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ideuteimo de Queiroz, secretário, a fiz escrever. Bernardes.

Ata da 7ª sessão extraordinária, do 3º ano, da 6ª legislatura da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 1º de julho de 1971.

Presidência do Sr. Célio Pinto Fernandes

Secretariado pelo Sr. Romildo Miranda

Aos primeiro dias do mês de julho de um mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, no Paço Municipal, edifício onde funciona a Câmara Municipal de Pinhal, às vinte horas, procedendo-se à chamada dos senhores vereadores, verificou-se a presença dos seguintes: Célio Pinto Fernandes, Attílio Giardini, Waldomiro Rocha, Romildo Miranda, Antônio Serólio, Silvio Vergueiro Leite, Wanderley Zabordo e Victorio Tamasso. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos. Em segunda, o senhor Presidente anunciou a passar à Ordem do Dia, que, de acôrdo com a convocação pertinente feita, se constituiria do seguinte: 1) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 19/71, do Prefeito Municipal, dispondo sôbre autorização para a abertura de crédito suplementar, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. - 2) Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 20/71, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de contribuição devida à Campanha Nacional de Alimentação Escolar, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. - 3) Segunda discussão e votação do projeto de Lei nº 21/71, do Prefeito Municipal, autorizando a abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de despesas com o fornecimento de passes escolares, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Finança: aprovado por 7x0. - Foi aprovado, em segunda, por 7x0, um requerimento do vereador Attílio Giardini, solicitando dispensa de redação final para os projetos de lei de números 19/71, 20/71 e 21/71. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata. Eu, Ideuteimo de Queiroz, secretário, a fiz escrever. Bernardes.

400 J. J. Peigo

Termo de encerramento

Contem o presente livro 400 (quatrocentas) folhas, todas numeradas tipograficamente, e por mim rubricadas, servindo para os fins mencionados no termo de abertura.

Pinhal, 10 de fevereiro de 1960

O Presidente da Câmara Municipal:

Agenor Agostinho Peigo